

X Simpósio Estado e Poder: Estado Ampliado (ISBN 978-85-63735-28-7)

ANAIS DO X SIMPÓSIO ESTADO E PODER: ESTADO AMPLIADO



ORGANIZADORES:

SONIA REGINA DE MENDONÇA

NATHALIA DOS SANTOS NICOLAU

X Simpósio Estado e Poder: Estado Ampliado (ISBN 978-85-63735-28-7)

**ANAIS DO
X SIMPÓSIO ESTADO E PODER:
ESTADO AMPLIADO**

NITERÓI/RJ

NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE ESTADO E PODER NO BRASIL

2018

X Simpósio Estado e Poder: Estado Ampliado (ISBN 978-85-63735-28-7)

ISBN: 978-85-63735-28-7

**X SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER:
ESTADO AMPLIADO**

Gragoatá – Niterói/RJ

23 a 25 de outubro de 2018

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente: Profa. Dra. Sonia Regina de Mendonça (Líder do NUPEPB)

Prof^o. Dr. Rodrigo Lamosa (UFRRJ)

Prof^a Dra. Nívea Silva Vieira (UERJ/FEBF)

Prof^a. Dr^a Melissa de Miranda Natividade (SMES)

Prof^a Dr^a Carolina Torres A. Ramos (UFRJ – NUPEPB)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof^a Dr^a Dilma Andrade de Paula (UFU)

Prof^o. Dr. Fábio Maza (UFSE) Prof. Dr. Pedro Eduardo Monteiro Marinho (MAST)

Prof^a Dr^a Virgínia Maria Fontes (PPGH – UFF)

Prof^o. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto (UEFS)

Prof^a. Dr^a Maria Teresa Cavalcanti (UERJ)

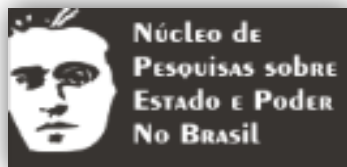
Prof^o. Dr. Ary Minella (UFSC)

Prof^o. Dr. Pedro Campos (UFRRJ)

Prof^o. Dr. Elder Andrade de Paula (UFAC)

Prof^o. Dr. Antonio Cláudio Rabello (UNIR)

REALIZAÇÃO:



APOIO:



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
O SNEP E O NUPEPB	8
MESAS REDONDAS	12
MESA REDONDA I – BURGUESIA E ESTADO AMPLIADO NO BRASIL	13
MESA REDONDA II – ESTADO AMPLIADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	50
MESA REDONDA III – INTELLECTUAIS E ESTADO AMPLIADO	64
MESA REDONDA IV – ESTADO AMPLIADO E O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL ..	91
MESAS COORDENADAS	177
MESA 01: O ESTADO AMPLIADO: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA	178
MESA 02: A NOVA SUPERESTRUTURA DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO E SUAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	214
MESA 03: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, ESTADO AMPLIADO E HEGEMONIA	247
MESA 04: A OFENSIVA CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	307
MESA 05: UM PANORAMA DOS ESTUDOS GRAMSCIANOS NO BRASIL	345
MESA 06: ESTADO AMPLIADO E EXPANSÃO CAPITAL-IMPERIALISTA NO BRASIL RECENTE: APONTAMENTOS DE PESQUISAS	379
MESA 07: RELAÇÕES ENTRE CAPITALISMO, RACISMO E SEXISMO: REFLEXÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS	432
MESA 08: GRAMSCI E A COMUNICAÇÃO: INTELLECTUAIS ORGÂNICOS, HEGEMONIA E VISÕES DE MUNDO NA IMPRENSA, NO RÁDIO E NA TV	472
MESA 09: EDUCAÇÃO RURAL E INTERESSES PATRONAIS NO BRASIL	507
MESA 10: HEGEMONIA BURGUESA E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DO CURSO TEMS (EPSJV/Pronera)	520
MESA 11: ESTADO, PODER E HISTÓRIA: ALGUNS EXEMPLOS DE TEMAS E PESQUISAS	558
MESA 12: SABER E PODER: A ENGENHARIA CIVIL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL (1836 - 1900)	600

MESA 13: APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA DO EMPRESARIADO: QUESTÕES TEÓRICAS E ESTUDOS DE CASOS	635
MESA 14: HEGEMONIA BURGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: A AÇÃO DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NO CONTEXTO DA CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL. 661	
MESA 15: GESTÃO DA EDUCAÇÃO	700
MESA 16: EMPREENDEDORISMO, SUSTENTABILIDADE E COOPERAÇÃO: EDUCANDO O CONSENSO NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE.....	714
MESA 17: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA CLASSE TRABALHADORA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: HEGEMONIA DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO SIMPLES E HISTÓRICA NEGAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	738
MESA 18: ESTADO E PODER NA TEORIA GRAMSCIANA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE A AMÉRICA LATINA.....	739
MESA 19: SUBALTERNOS E ORGANIZAÇÃO: DESAFIOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS EM GRAMSCI	798
Mesa 20: A HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO SOBRE AS POLÍTICAS ECONÔMICA E SOCIAL	832
MESA 21: CAPITALIZANDO A DEMOCRACIA: TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL E NA INGLATERRA (1968-2017)	833
MESA 22: LUTAS DE CLASSES E ECONOMIA POLÍTICA NO BRASIL EM TEMPOS DE GOLPE	859
Coordenador: Rodrigo Castelo (Unirio).....	859
MESA 23: A EDUCAÇÃO NO LABIRINTO DO PODER: TEORIA E METODOLOGIA EM ANÁLISES SOBRE A ATUAÇÃO DO BLOCO DE PODER NO ESTADO AMPLIADO NO BRASIL.....	882
MESA 24: CONFLITOS AGRÁRIOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E OS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA NO CAMPO: UMA ANÁLISE EM GRAMSCI.....	917
MESA 25: REVISIONISMO E DITADURA MILITAR: UM DEBATE CRÍTICO	959
MESA 26: AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DO CAPITAL INDUSTRIAL DO PETRÓLEO NA CONFORMAÇÃO DO CONSENSO.....	972
MESA 27: A DISPUTA PELA HEGEMONIA NA QUESTÃO AMBIENTAL NO SÉCULO XXI	1012
MESA 28: EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL E ESTADO AMPLIADO NOS SÉCULOS XX E XXI.....	1051
MESA 29: ESTADO, LUTA DE CLASSES E EDUCAÇÃO: A ATUALIDADE NO PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI	1081

APRESENTAÇÃO

O SNEP E O NUPEPB

O X *Simpósio Nacional Estado e Poder: Estado Ampliado*, será realizado na Universidade Federal Fluminense, no período de **23 a 25 de outubro de 2018**. Ele é uma continuidade das iniciativas do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil (NUPEPB), sediado no Programa de Pós-Graduação em História da UFF, que chega, agora, à sua décima edição, cabendo ressaltar que o NUPEPB é cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq desde 1993.

O Núcleo – que esse ano completa **25 anos** e, portanto comemora seu **Jubileu de Prata** - congrega pesquisadores, nos mais distintos níveis de formação, dedicados a refletir sobre o Estado brasileiro a partir de uma perspectiva teórico-metodológica que busca superar abordagens que relegam a questão do Estado ao âmbito de uma mera “história institucional”. Este grupo compartilha pressupostos teóricos bastante definidos sobre o tema ao qual consagra seu tempo e energia, destinado a pensar e pesquisar o Estado brasileiro a partir da matriz gramsciana, o que significa abordá-lo como Estado Ampliado, distanciando-se daqueles que comungam de uma visão do Estado como “engrenagem institucional” que “paira acima da sociedade” ou dos que creditam ao Estado brasileiro um papel axial em nossa formação social, responsável pela “moldagem” ou mesmo “produção” de nossa sociedade.

Tendo em vista enriquecer, cada vez mais, as reflexões desenvolvidas por seu quadro de investigadores e estudantes, agregando sempre novos participantes, o NUPEPB tem promovido seus Encontros Nacionais durante um período de quatorze anos, objetivando tratar de temas específicos derivados da questão conceitual mais ampla sobre o Estado no Brasil. Assim, desde 2004, o *Simpósio Nacional Estado e Poder* vem se realizando, periodicamente, com o apoio logístico e financeiro de cada instituição onde se realiza, bem como de agências nacionais de fomento, já tendo abordado as seguintes temáticas:

- *Agências e Agentes* (2004 – Universidade Federal Fluminense– UFF) – com apoio da Capes e do CNPq;
- *Historiografia* (2005 – UFF) – com apoio da Capes e CNPq; *Conflitos Intraestatais* (2006 – Universidade Federal de Goiás– UFG);
- *Intelectuais* (2007 – Universidade Estadual do Maranhão– UEMA);
- *Hegemonia* (2008- Universidade Federal Fluminense – UFF) – com apoio financeiro do CNPq e da Capes);

- *Cultura* (2010 – Universidade Federal do Sergipe – UFS) – (com apoio financeiro da Capes);
- *Sociedade Civil* (2012 – Universidade Federal de Uberlândia – UFU) – com apoio da Capes e CNPq;
- *Educação, Política e Movimentos Sociais* (2014 – Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASAF) – com apoio da Capes e Fapesp;
- *Gramsci na Pesquisa Histórica* (2016 – Universidade Federal Fluminense– UFF) – com apoio do CNPq.

Todos estes eventos tem contado com um número crescente de participantes, sendo importante ressaltar que em todas as suas versões, os Simpósios Nacionais Estado e Poder abrem espaço para a participação de pós-graduandos de distintas instituições, que apresentam o resultado de suas pesquisas junto à Mesas de Comunicações Coordenadas que se multiplicaram no decorrer dos encontros. No IX Simpósio, por exemplo, contamos com a apresentação de cerca de 120 trabalhos de alunos de Pós-graduação, além da presença de centenas de estudantes de Graduação, oriundos das mais diversas IES do país, além de docentes da Educação Básica. No que pese seu foco central assentar-se nos cursos de História, temos contado com a participação de pesquisadores, professores e alunos de áreas como Educação, Economia, Ciências Sociais, Geografia e Serviço Social.

Em reunião plenária realizada durante o último evento, em Niterói – UFF (2016), os pesquisadores, entendendo ser necessário o aprofundamento do debate acerca do conceito de Estado Ampliado, indicaram este como eixo temático do X Simpósio, da mesma forma que decidiram que este seria sediado, uma vez mais, na Universidade Federal Fluminense, sob a presidência da Profa. Dra. Sonia Regina de Mendonça, também coordenadora do NUPEPB.

Em todas as temáticas trabalhadas pelos pesquisadores do Núcleo estão em questionamento os significados da história, memória, instituições, políticas públicas, atuação de agentes e agências, procurando diagnosticar os sentidos de processos de reconfiguração/redefinição da luta social e de seus atores, em realidades espaciais e temporais distintas. A proposta de realização do *X Simpósio Nacional Estado e Poder: Estado Ampliado* tem o **objetivo** de promover uma avaliação do estado atual dos estudos sobre a problemática, em distintos espaços e temporalidades, aprofundando o intercâmbio de pesquisas e reflexões sobre o tema. Isto também significa abrir o necessário espaço para um esforço de compreensão sobre os significados dos embates atuais em torno de práticas intra e interestatais no movimento mais amplo de mundialização do capital. Qual o papel desempenhado pelos agentes sociais e pelos

“intelectuais” nesse processo? Como podemos pensar as atuais configurações políticas, sociais, econômicas e culturais do Estado desenvolvimentista, em suas relações internas e internacionais? Como se colocam as questões humanas e ambientais dentro dessa configuração? Como esses embates e combates têm sido travados na sociedade civil? Constatamos que a atual conjuntura coloca novos desafios ao pensamento crítico e nos vemos diante da necessidade do diálogo para repensarmos práticas do passado e do presente.

Segundo os aportes teóricos do intelectual italiano Antonio Gramsci sobre o Estado Ampliado, enquanto embate constante de forças, o lugar da dominação e da direção não se encontra somente na sociedade política propriamente dita, mas também na sociedade civil. Isso contraria as apropriações mais recentes (à direita e à esquerda) do conceito de “sociedade civil” como contraponto ao Estado, aqui tomado em sua acepção de *Integral*. No pensamento de esquerda, em especial, Guido Liguori sintetiza as contribuições teóricas de Gramsci na análise da conjuntura atual, muito marcada pelos efeitos da “mundialização”:

(...) o fato de a cultura de esquerda ter substituído, já na passagem decisiva dos anos setenta para os anos oitenta, a leitura da realidade baseada na divisão da sociedade em classes e na relação entre as classes por uma leitura baseada no tema da cidadania e dos direitos, foi e é, por si só, homólogo (e propedêutico) ao triunfo atual da “sociedade civil”: neste processo, aliás, se efetiva em boa parte aquele triunfo do neoliberalismo que mencionei acima. (2000/2001: 42).¹

Vários pesquisadores e agentes sociais ao colocarem como centrais as categorias de ampliação dos “direitos” e da “cidadania”, acabam-se por aderir a uma visão liberal e, de fato, também liberista. (Id.:45), num momento em que, contrariando as vãs aparências “*o Estado, os Estados não só não parecem desaparecer, mas continuam sua dialética complexa com o econômico-social*”. (Id: 50).

Além de localizar a origem eurocêntrica da concepção de sociedade civil e do social, o autor analisa os limites do potencial democratizador da esfera pública não estatal, afirmando que o que quer que se proponha sem uma democratização profunda dos principais instrumentos de interpretação e criação de sentido da sociedade contemporânea – a escola e os meios de comunicação social–, são

¹ 1 Remetendo-se à discussão entre Benedetto Croce e Luigi Einaudi, Liguori diferencia “liberismo” e “liberalismo”: “*O primeiro termo é habitualmente usado em âmbito econômico, o segundo no discurso histórico-político, e portanto parece implicitamente mais moderado que o primeiro*”.(2000/2001: 45).

limitadas as possibilidades de se avançar em outros âmbitos da vida coletiva para maiores graus de democratização. (Idem: 485)

A mesma tradição teórica que realiza o que se acabou de descrever, quase sempre concebe o Estado ora como uma entidade que “paira” acima da sociedade e seus conflitos sociais, ora como puro instrumento de coerção dos grupos dominantes nele encastelados.

As pesquisas que serão apresentadas neste Simpósio deverão focalizar, portanto, aspectos relacionados à sociedade, à política, à economia e cultura, o que permitirá pensar as disputas junto à sociedade civil (em seus diversos aparelhos privados de hegemonia), aquelas dentro do próprio Estado restrito, nas práticas interestatais e nos chamados “mercados mundiais”. Nesse sentido, compreendemos o Estado Ampliado, ele próprio, como “a condensação material e específica de uma relação de forças, que é uma relação de classe” (POULANTZAS, 1981: p. 82), logo, imbricando, todo o tempo, a sociedade civil à sociedade política.

Esperamos, com a realização deste X Simpósio, contribuir para:

- 1) o mapeamento dos principais projetos hegemônicos e contra-hegemônicos construídos nas conjunturas específicas do atual processo histórico do chamado “Ocidente”;
- 2) analisar a atuação das classes e suas frações, intelectuais e demais atores na configuração dos projetos apontados acima;
- 3) mapear a ação/obra de intelectuais de relevo junto à sociedade política e à sociedade civil, na configuração e afirmação de projetos hegemônicos e contra-hegemônicos;
- 4) analisar conflitos intra e inter-classes, para além de fronteiras nacionais, também pelo viés dos aparelhos privados de hegemonia: escolas, imprensa, instituições religiosas, partidos, sindicatos, associações de classe, etc.

Outro resultado do Simpósio, igualmente importante, deverá ser o aprofundamento da integração entre pesquisadores, alunos de pós-graduação e de graduação, além de bolsistas de iniciação científica. Pesquisadores de diversas instituições brasileiras e alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado) participarão com a apresentação de trabalhos junto a Sessões de Comunicações Coordenadas, que reflitam o atual estágio de suas pesquisas e seu intercâmbio. Aos alunos de graduação e bolsistas de IC será franqueada a participação como assistentes do evento.

Os trabalhos apresentados no Simpósio, tanto aqueles em Sessões de Comunicações Coordenadas, quanto em Mesas Redondas, serão publicados em Anais Eletrônicos, como de praxe.

MESAS REDONDAS

MESA REDONDA I – BURGUESIA E ESTADO AMPLIADO NO BRASIL

NEM SÓ DE CIFRAS VIVEM OS BANQUEIROS

Ary Minella (UFSC)

O trabalho examina os banqueiros a partir de uma perspectiva sociopolítica colocando em foco sua participação no processo político, tomando como referência o financiamento eleitoral, e na esfera cultural e educacional, sua articulação com organizações que atuam na definição e implementação de políticas públicas na área. Toma-se como estudo de caso o grupo financeiro Itaúsa (Itaú Unibanco) e o financiamento nas eleições de 2010 e 2014. Embora diversificada, as doações do Grupo se concentram em dois partidos (especialmente o PSDB, seguido do PT, incluindo o PSB nas eleições de 2014); os candidatos presidenciais recebem maior volume de recursos, seguidos dos governadores, mas o Congresso Nacional ganhou particular atenção em 2014, quando o Grupo Itaúsa financiou um grande número de candidatos a deputado federal, em diferentes estados do país. Em relação à educação, entre outras, constatou-se sua vinculação com a expansão da educação integral no Estado de São Paulo (Programa Novo Modelo de Escola de Tempo Integral) e sua participação em movimentos como Educação — Compromisso de São Paulo. Pesquisa mais detalhada sobre as organizações da sociedade civil com as quais o grupo está vinculado (considerados 29 casos) leva a uma rede de mais de duas mil empresas, com instituições financeiras ocupando alto grau de centralidade. Este perfil sociopolítico, mesmo que limitado, permite avaliar a dimensão ampla da atuação do Grupo Itaúsa e contribui para a análise da construção da hegemonia burguesa no cenário nacional. Em termos gerais, o trabalho resgata o resultado de pesquisas realizadas por integrantes do Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro (Nesfi), da Universidade Federal de Santa Catarina, com utilização de vários procedimentos de pesquisa, uso de fontes documentais e programa de análise de redes sociais (Ucinet6).

Palavras-chave: Grupo Itaúsa; financiamento eleitoral; educação; hegemonia.

A ABAG E O ESTADO AMPLIADO NO BRASIL

Sonia Regina de Mendonça ²

Resumo: Criada em 1993, a Associação Brasileira do Agronegócio representou a superação da crise de representação política vigente, desde a década de 1980, entre os diversos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante agroindustrial. Desde então, os dirigentes da nova entidade empenharam-se em consolidar sua hegemonia tanto intraclasse, quanto entre classes. Duas foram as principais estratégias utilizadas para a produção do almejado consenso: 1) a realização anual da Agrishow – Feira de Tecnologia em Ação, desde 1994 e 2) a organização dos Congressos Brasileiros do Agronegócio (CBAs), inaugurados em 2002. Considerando que uma das “missões” auto-atribuídas à Abag consistia em “conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do país para a importância e a complexidade do sistema do agribusiness” (ARAÚJO, 1993, p. 8), ambos os eventos desempenhariam, na prática, essa tarefa. Vale lembrar, com Gramsci, que o papel de centro educativo não se restringe apenas à Escola, estendendo-se a inúmeras práticas para além de seus muros, citando como exemplos revistas enciclopédicas e congressos. Quanto a estes, afirma o filósofo terem dupla eficácia: ao reunir intelectuais do nível mais elevado, concentrando-os e multiplicando sua influência e ao obter um concentração/orientação mais rápida e decidida junto a intelectuais de níveis inferiores. Partindo desses pressupostos, o trabalho se propõe a analisar o papel pedagógico dos CBAs e Agrishows, mapeando seus participantes e suas respectivas condição e posição de classe, de modo a demonstrar tanto a “educação” do consenso efetivada pela Abag, quanto a própria ampliação do Estado brasileiro, explicitamente decalcada nos dois tipos de encontro.

Apresentação

Ao discutir a relação entre Sociedade Civil e Sociedade Política, traduzida na noção de Estado Ampliado, Gramsci teoriza sobre aspectos fundamentais do processo de construção/consolidação da direção de uma classe ou fração dela, permitindo a elaboração de instrumentos de análise que possibilitam investigar como intelectuais orgânicos das frações dominantes da burguesia agroindustrial, comercial e financeira operam as atividades e processos correlatos à Agricultura derivados do chamado “Sistema Abag”, incumbido de institucionalizar seus interesses e organizar a vontade coletiva dos agentes/ setores a ela agremiados. A Abag (Associação Brasileira de Agribusiness, recentemente rebatizada como do Agronegócio) surgiu em 1993, sob a presidência do ex-diretor da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Ney Bittencourt de Araújo, também dirigente da SRB e legitimado por uma trajetória compatível³ com o perfil dessa que se autonomearia uma “*corporação agrária de novo*

² Doutora em História; Docente do PPGH – UFF; Pesquisador 1 do CNPq, srmendonca@uol.com.br

³ Mineiro; agrônomo; diretor das empresas Sementes Agrocere S/A; Sementes Hortícolas S/A e Agrocere Importação, Exportação, Comércio e Indústria S/A era também dirigente da SRB e presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes e Mudanças (Abrasem).

tipo” Bittencourt deu continuidade ao legado de Roberto Rodrigues⁴ – ex-presidente da OCB e idealizador da Abag - encarregado de levar à prática a consagração desta última como força social hegemônica.

A fundação da Abag pode ser explicada como uma reação de empresários agroindustriais ao que consideravam uma “incompetência” das agências estatais no enfrentamento da crise econômica brasileira em geral e agrícola, em particular. A “miopia” por eles atribuída ao Estado seria responsável pela estagnação das atividades agroindustriais, impondo-se, agora, a “transferência”, para as corporações de classe, da responsabilidade pela busca de soluções para o problema. Afinal, “o Agribusiness brasileiro existe e já está consolidado desde a década de 1970. Ele é o maior negócio do país, representa quase 40% do PIB, metade dos empregos, 46% do dispêndio das famílias, 40% das exportações e 60% da balança comercial” (ARAÚJO & PINAZZA, 1993, p. 2).

Dentre as tarefas e “missões” atribuídas à Abag, Araújo destaca duas. A primeira era “(...) conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do país – os políticos, os empresários, os sindicatos, os acadêmicos, os líderes de comunicação – para a importância e a complexidade do sistema do agribusiness” (ARAÚJO, 1993-a, p. 8) Já a segunda, seria divulgar o funcionamento do referido “Sistema”, já que o *desconhecimento* do público era tido como principal fator de entrave. Assim, explicita-se o papel de um verdadeiro Aparelho Privado de Hegemonia/Partido e, como tal, a Abag assumiu função histórica efetiva. Cabe lembrar que se tratava de uma conjuntura em que as distintas frações da classe dominante agroindustrial brasileira atravessavam *severa crise de representação política* que alimentava disputas intraburguesas, inviabilizando o *consenso interno* necessário à ação política. A Abag representou a superação dessa crise. Restava consolidar sua hegemonia junto a todos os segmentos integrados ao Agronegócio.

Para tanto, focalizo neste texto dois instrumentos desse “Sistema”⁵: os **Congressos Brasileiros do Agronegócio** (CBAs), anualmente realizados pela Abag e inaugurados em fins da presidência de Roberto Rodrigues em 2002 e a **Agrishow: Feira Internacional da Tecnologia Agrícola em Ação**.

⁴ Roberto Rodrigues é paulista, *agropecuário e produtor de soja, cana, laranja em São Paulo e Minas; é empresário rural em São Paulo, Paraná e no Maranhão*. Foi diretor da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo; da Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo; da SNA, da SRB, além de Presidente da OCB (1985-91). É coordenador do Centro de Agronegócios da FGV/SP e integra os conselhos da Associação Comercial de São Paulo; do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), da Fundação de Estudos Agrários "Luiz de Queiroz" (Fealq), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV) e da *Fundação Bunge*. Presidiu a Organização das Cooperativas Americanas (OCA) e a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Foi assessor de órgãos como a EMBRAPA, *International Food and Agribusiness Management Association* (Lama), *World Wide Fund for Nature* (WWF), Pensa e Iedi. Recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico do Governo Federal (2002). *É membro eleito do Fórum de Líderes Nacionais e do Fórum de Líderes Mercosul da Gazeta Mercantil*. Foi Ministro da Agricultura no primeiro governo Lula.

Os CBAs: Educando o Consenso.

Os Congressos consistem em eventos onde a nata dos dirigentes de agremiações e empresas vinculadas ao Agronegócio debate questões de interesse comum às distintas frações burguesas, definindo caminhos a serem seguidos por todos mas, especialmente, pelo Estado restrito. A organização dos encontros primava por evitar manifestações dos dissensos e tensões existentes entre as “cadeias produtivas”, decorrentes da variedade dos interesses em jogo. A estratégia adotada para consolidar a unidade do discurso/ação coletivos consistiria em abordar temas caros à maioria, consolidando a hegemonia abaguiana. Tratava-se, em suma, de atividades dotadas de **forte cunho pedagógico**, destinadas a **educar o consenso** e apaziguar conflitos intersetoriais (BRUNO, 2009, p. 45).

Vale lembrar que, para Gramsci, o papel de **centro educativo** não se restringia tão somente à Escola, estendendo-se, a inúmeras práticas que ultrapassavam seus muros, como por exemplo, Congressos e Revistas Enciclopédicas. Assim, afirma o filósofo:

“Os **Congressos** (...) que foram organizados repetidamente (...) tiveram uma dupla eficácia: 1) **reunir intelectuais do nível mais elevado**, concentrando-os e multiplicando sua influência; 2) **obter um concentração mais rápida e uma orientação mais decidida nos intelectuais de níveis inferiores** (...)” (GRAMSCI, 2002, v. 5, p. 99, grifos meus).

Ou seja, como o destacam Martins e Neves, os congressos são, simultaneamente, instancias **formadoras de intelectuais** e **disseminadoras** de concepções de mundo. Ademais, o **caráter educador** desses eventos, pode ser ampliado para a edição de livros, periódicos e para os **congressos de associações profissionais** (MARTINS & NEVES, 2010, p. 33). Este é, portanto, o caso dos CBAs. O Quadro 1, a seguir, fornece dados que subsidiam tal afirmativa.

⁵ Dentre os integrantes do “Sistema Abag” cito, além dos CBAs, o ARES, o ICONE, o Pensa, a revista *Panorama Rural*, e os Fóruns Abag.

QUADRO I – CBAs: PARTICIPANTES

2º CBA	2004	TEMÁRIO: CRIANDO VANTAGENS COMPETITIVAS		
Cerimônia de Abertura		- Carlo Lovatelli - Pres. ABAG (*); Pres. Câmara Setor. Oleaginosas e Biodiesel (**) - Roberto Rodrigues - Min. Agric, (**). Pres. Honra ABAG (*) - Geraldo Alckmin - Govern. SP (**) PAINEL 1- COMPETITIVIDADE		
		Presidente	Moderador	Debatedores
		- Ricardo Alves da Conceição - Vice-pres. BB (\$)	- Antonio Ermírio de Moraes - Pres. Gpo Votorantim; Pres. Emérito da FIESP (*); CEAL (*); Fórum Legisl. Desenv. Econ. Sustentável (*)	- Omar Silva Júnior - Pres. Assoc. Nac. Usuários Transp. Carga (*) - Elza Brito Cunha - EMBRAPA (**) e Ass. Câmara Deputados (**) - Yoshiaki Nakano - Dir. FEA FGV-SP (***)
		PAINEL 2 - SANIDADE E SEUS IMPACTOS GLOBAIS		
		Presidente	Moderador	Debatedor
		- João Sampaio Fº - Pres. SRB (*); Secret. Agr. SP (**)	- Duarte Nogueira - Secr Agr. SP (**)	- André Pessoa - Dir. Agroconsult (#)
		PALESTRA - PLAYERS DO FUTURO NO AGRONEGÓCIO		
		Presidente	Palestrante	
		- Cristiano Walter Simon - Pres. ANDEF (*); Vice-Pres. ABAG (*); Pres. Câmara Tem. Insumos Agropec (**); Consel, Agroneg./MAPA (**)	José Roberto Mendonça de Barros - Dir. MB Associados (#)	
		PAINEL 3 - AGRICULTURA ENERGÉTICA		
		Presidente	Moderado	Participantes
		- Márcio Lopes de Freitas - Pres. OCB (*); Membro do Cons. Des. Econ. Soc. (CDES (**))	- Antonio Carlos de Mendes Thame - Dep. Federal (**)	- Marco Antônio Fujihara – (Dir. PricewaterhouseCoopers –PwC (#) - Luiz Carlos Corrêa Carvalho - Dir. ABAG (*); Consel. FIESP (*); Usina Alto Alegre; Pres. Câmara Set. Cadeia Produtiva. Açúcar e Álcool (**) - José Zilio - Dir. Bunge; Câmara Setor. Soja/SP (**)
		PAINEL 4 - NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS		
		Presidente	Moderador	Participante

X Simpósio Estado e Poder: Estado Ampliado (ISBN 978-85-63735-28-7)

		- Persio Luiz Pastre - Dir. CNH Latin America; Vice-Pres. Anfavea (*); Dir. ABAG (*)	- Eduardo Pereira de Carvalho - Pres. ÚNICA	- Marcos Jank - Pres. ICONE/Abag (*); Membro do CDES (**); Consel. MDIC (**) - Gilman Viana Rodrigues - Pres. FAEMG (*); Vice-pres. CNA (*); Pres. ABCT (*)
PALESTRA - ABERTURA DE NOVOS MERCADOS				
		Presidente	Palestrante	
- Manoel Felix Cintra Neto (Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F (\$) Pres. ANBID (*); Pres. ANCORD (\$); Pres. FEBRABAN (*)				
- Luiz Fernando Furlan (Min. Desenv., Ind. e Com. Exterior (**))				
ENCERRAMENTO – Carlo Lovatelli (Pres. ABAG (*))				
7º CBA	2008	TEMÁRIO – AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE		
Cerimônia de Abertura		- Carlo Lovatelli - Pres. ABAG (*); Pres. Câmara Setor. Oleaginosas Biodiesel/MAPA (**)		
		- Reinhold Stephanes - Min. MAPA (**)		
		- João Sampaio Fº -Secret. Agric. SP (**); Pres. SRB (*); Pres. Câmara Setor. Borracha (**)		
		- Neuto de Conto - Pres. Comis. Agric. e Reforma Agrária Senado (**)		
		- Marcos Montes - Comis. Agric., Pec., Abast. e Desenv. Rural da Câmara (**); Consel. ABCZ (*)		
		- Valdir Colatto - Pres. Frente Parlamentar de Agropecuária na Câmara (**); Pres. APROSESC (*)		
		- Roberto Rodrigues -- Coord. Centro de Agroneg. FGV –GVAgro (***)		
		PALESTRA DE ABERTURA – SUSTENTABILIDADE		
		Âncora	Palestrantes	
		- Cristiano Walter Simon - Vice-pres. ABAG(*); Pres. ANDEF (*); Membro Câmara Setor. Meio Ambiente/MAPA (**)	- Eduardo Delgado Assad - Embrapa (**) - Hilton Silveira Pinto - Dir. Cepagri/Unicamp (**)	
PAINEL 1 - AGRONEGÓCIO E SUSTENTABILIDADE 1				
	Âncoras	Palestrantes		
	- André Corrêa do Lago - Dir. Depto Energia do MRE (**); Embaixador (**); Min. Itamaraty (**)	- Rubens Gomes - Secr. Oficina Escola de Lutheria da Amazônia		
	- Marcos S. Jank - Pres. ÚNICA; Pres. ICONE/ABAG (*); CDES (**); Consel. MDIC (**)	- Paulo Adário - Coord. Greenpeace (*)		
	- José Eustachio - Vice-Pres. Talent (#)	- Homero Pereira - Deputado Federal (**); Pres. FAMATO (*)		
PAINEL 1 - AGRONEGÓCIO E SUSTENTABILIDADE 2				
	Moderador	Palestrantes		

X Simpósio Estado e Poder: Estado Ampliado (ISBN 978-85-63735-28-7)

- Paulo Henrique Amorim - Jornalista (§)	- Roberto Waack - Pres. Conselho Instituto Agronegócio Responsável – ARES/ABAG (*); Pres. AMATA AS (*); Instituto Ethos (*) - Assuero Veroneze – CNA (*) - Virgílio Viana - Dir. Fundação Amazonas Sustentável (*)
HOMENAGEM	
Apresentação	Homenageados
- Roberto Rodrigues - Person. Agronegócio 2007; GVAgro (**); Pres.Honra ABAG (*); Conselho de Agroneg./FIESP (*)	- EMBRAPA: Silvio Crestana - Dir. ABAG (*); Pres. Embrapa (**) - Person. Agronegócio 2008 - Shunji Nishimura (Fundador Grupo Jacto)
PAINEL 3 – AGROENERGIA E SUSTENTABILIDADE	
Moderadora	Participantes
- Sonia Racy -Jornalista (§)	- Marcello Brito - Dir. Grupo Agropalma; Pres ABRAPALMA (*); Dir. ABAG (*) - Weber Porto - Pres. Evonik Degussa Br (#); Pres. Câmara Brasil-Alemanha (**); Dir. ABAG (*) - Carlos Roberto Silvestrin - Única; Pres. Cogen (**) - Luiz Carlos Corrêa Carvalho - Pres. Comitê Nac. Agroenergia da ABAG, CNA, FORÇA SINDICAL, OCB e SRB (*); Pres. Câm. Setorial Açúcar Álcool/MAPA (**)
PAINEL 4 -SUSTENTABILIDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
Âncora	Participantes
- Ingo Plöger - Dir. ABAG (*); Pres. Comis. Nac. de Pol. Export. – MDIC (**)	- André Corrêa do Lago - Embaixador (**); Dir. Depto Energia (**); Ministro do. Itamaraty (**.) - Marcos Jank - Pres. ICONE/ABAG (*), Pres. Única; Membro do CDES (**); Consel. MDIC (**) - José Eustachio -Vice-Pres. Talent (#)
PAINEL 4 - SUSTENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO: AMEAÇA OU OPORTUNIDADE?	
Âncora	Participantes
- William Waack - Jornalista (§)	- Carlos Henrique de Brito Cruz - Dir. FAPESP (**) - André Nassar - Dir. ICONE/ABAG (*); Pres. ABIOVE (*); Secret. Polit. Agríc. MAPA (**) - Evaristo de Miranda - EMBRAPA Satélite (**)

		- Michael Conroy - Univ. Texas (**); Dir. Colibri Consulting (#)
	HOMENAGEM - INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS (ICONE)	
	TALK SHOW - O AMBIENTE POLÍTICO E O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	
	Âncora	Entrevistados
	- William Waack - Jornalista (§)	- Alysson Paolinelli - Consultor Listen Information System (#) - Jorge Viana - Pres. Fórum Desenv. Sustent. Acre (**) - Pedro Parente - Vice-pres. Grupo RBS; CEO Bunge)
	CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO	
	- Carlo Lovatelli - Pres. ABAG (*); Pres. Câmara Setor. Oleaginosas Biodiesel/MAPA (**) - Show do humorista Chico Anysio	
13º CBA	2014	TEMÁRIO – AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: VALORIZAÇÃO E PROTAGONISMO
Cerimônia de Abertura	de	- Luiz Carlos Corrêa Carvalho - Pres. ABAG (*); Consel. FIESP (*); Usina Alto Alegre; Pres. Câmara Set. Cadeia Prod. Açúcar e Álcool/MAPA (**) - Neri Geller - (Min. MAPA (**); Vice-pres. APROSOJA-MT (*) - Geraldo Alckmin - Gov. SP (**)
	PALESTRA INAUGURAL	
	Coordenador	Palestrante
	- Luiz Carlos Heinze - Pres. FPA da Câmara (**); Cons. FARSUL (*)	- Samuel Pessoa - Economista (***)
	HOMENAGENS	
	- Prêmio Norman Borlaug - Prêmio Ney Bittencourt de Araújo	- Urbano Campos Ribeiral - Pres. Agroceres; Dir. ABAG (*); Consel. EMBRAPA (**); Pres. Câmara Set. Milho e Sorgo/MAPA (**) - João Paulo Koslovski - Pres. Sistema Ocepar (*); chefe EMBRAPA/ Gado (**)
	PAINEL 1- AGRONEGÓCIOS E AS NOVAS MÍDIAS	
	Âncora	Debatedores
	- Heródoto Barbeiro - Jornalista (§)	- Rodrigo Mesquita - Jornalista (§) - Demi Getschko - PUC-SP (***) - Elizabeth Saad Corrêa - ECA-USP (***)
	PAINEL 2 – O AGRONEGÓCIO E A SOCIEDADE	
	Âncora	Expositores
	- William Waack - Jornalista (§)	- José Luiz Tejon Megido - ESPM (***)
		Debatedores
		- Bolívar Lamounier - Cientista Político (***)

		- Victor Trujillo – IPESO (***)	- Christian Lohbauer - Cientista Político (***)
PAINEL 3 – <u>AGRONEGÓCIO E OS PRESIDENCIÁVEIS</u>			
	Âncora	Candidatos à Presidência	Debatedores
	- William Waack – Jornalista (§)	- Aécio Neves – PSDB (**) - Dilma Rousseff - Repres. Michel Temer (**) - Eduardo Campos – PSB (**)	- Xico Graziano - Repres. PSDB; Ass. FHC (**); Ex- Secr. Meio Ambiente-SP (**) - Maurício Rands - Repres. PSB (**); Dep. Federal-Pe (**); OEA (*) - Odacir Klein - Repres PT (**); Dir. BB (§); Pres. BRDE (§); Câm. Setor. Milho e Sorgo/MAPA (**); Pres. FECOAGRO (*) - Roberto Rodrigues - Coord. GV Agro (**); Pres. Honra. ABAG (*)
ENCERRAMENTO - Luiz Carlos Corrêa Carvalho -Pres. ABAG (*); Consel. FIESP (*); Usina Alto Alegre; Pres. Câmara Set. Cadeia Prod. Açúcar e Álcool/MAPA (**)			
16º CBA	2017	TEMÁRIO – REFORMAR PARA COMPETIR	
Cerimônia de Abertura		- Luiz Carlos Corrêa Carvalho - Pres. ABAG (*); Consel. FIESP (*); Usina Alto Alegre; Pres. Câmara Set. Cadeia Prod. Açúcar e Álcool/MAPA (**)	
PALESTRA INAUGURAL - O BRASIL E AS REFORMAS URGENTES			
- Carlos Sardenberg – Jornalista (§)			
PAINEL 1 - MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA			
	Âncora	Debatedores	
	- William Waack – Jornalista (§)	- Sólon Almeida Cunha - Sócio Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Adv. - Walter Schalka -Pres. Suzano Papel e Celulose - Almir Pazzianotto Pinto - Sócio Pazzianotto Pinto Consult (#); ex- Min. Trab (**); ex-Pres. TST (**)	
PAINEL 2 - REFORMA TRIBUTÁRIA			
	Âncora	Debatedores	
	- William Waack – Jornalista (§)	- Luiz Gustavo Bichara - Sócio Bichara Advogados, Prof. FGV (***) - Paulo Ayres Barreto (Dir. Aires Barreto Advog.) - Paulo Rabello de Castro - Pres. BNDES (**)	
HOMENAGENS			
	- Prêmio Norman Borlaug - Prêmio Ney Bittencourt de Araújo	- João Kluthcouski – Embrapa (**)	

		<ul style="list-style-type: none"> - Francisco Turra - Pres. Ass. Bras. Proteína Animal (*); Ex-Pres. Câmara Setor.Cadeia Prod. Arroz (**) - REDE GLOBO - PELA CAMPANHA: “AGRO: A INDÚSTRIA-RIQUEZA NO BRASIL”
RODA VIVA - NOVA GEOPOLÍTICA		
	Âncora	Debatedores
	<ul style="list-style-type: none"> - Augusto Nunes - Jornalista e Apresentador do Roda Viva - TV Cultura (§) 	<ul style="list-style-type: none"> - Alejandro Muñoz - Vice-pres. Global da DuPont Pioneer) - Devry Boughner Vorwerk - Vice-pres. Cargill; Centro Nacional APEC - Nelson Ferreira - Sócio McKinley (#) - Roberto Jaguaribe – Embaixador (**), Pres. Apex-Brasil - Rubens Barbosa - Pres. ABITRIGO (*); ex-Embaixador do Br. em Washington (**); Instituto Millenium (*) - Rubens Ricupero – Embaixador (**), Dir. Fac. Economia – FAAP (***)
ENCERRAMENTO: Luiz Carlos Corrêa Carvalho - Pres. ABAG (*)		
FONTES: Anais 2º, 7º, 13º e 16º CBAs		
LEGENDAS – Dirigente Aparelho de Hegemonia (*); Membro Estado Restrito (**); Academia (***); Firmas de Consultoria (#); Capital Financeiro (§); Jornalista (§)		

Quatro aspectos se destacam do Quadro 1: **1)** os **temários** de cada evento, destinados a lastrear a hegemonia intraclasses dominante (respectivamente, *Criando Vantagens Competitivas; Agricultura e Sustentabilidade; Agronegócio Brasileiro: Valorização e Protagonismo* e, finalmente, *Reformar para Competir*); **2)** o **perfil** dos convidados / participantes, que incluía desde intelectuais orgânicos da própria Abag, até outros intelectuais, dirigentes das demais agremiações patronais; **3)** a participação regular de destacadas autoridades do Estado restrito – Ministros, Governadores, Secretários, Deputados e Embaixadores, denotando o quanto os Congressos tinham como interlocutores e legitimadores, agentes-chave do “mundo do governo”; **4)** a crescente presença de **jornalistas**, a partir do 7º CBA, indicando a própria mudança de formato dos eventos.

O primeiro aspecto citado, revela os **eixos da atuação da Abag**, preocupada em justificar-se, num primeiro momento, em nome da necessidade de abertura de mercados externos para a produção

brasileira, passando, em seguida, a partir do 7ª CBA, a defender a contraditória problemática da Sustentabilidade, apontada como objeto de crimes ambientais cometidos pelo próprio Agronegócio, embora “decodificada” como “um grande negócio”; a questão da inserção crescente de dirigentes de entidades do Agronegócio junto ao Estado restrito, assegurando-lhe o almejado protagonismo (13ª CBA), a ponto de imiscuir-se no processo político-eleitoral e, por fim, o pleito pelas reformas políticas tidas como imprescindíveis ao desenvolvimento setorial (17 CBA). Em síntese, a ação da ABAG como porta-voz autorizada do Agronegócio quer como **nomenclatura, projeto identitário e práticas político-ideológicas-culturais** unificadoras de grupos dominantes, não poderia prescindir da **repetição permanente** de certos argumentos enunciados por seus dirigentes. Não por acaso, Gramsci aponta que a “construção da hegemonia de uma classe ou fração dela, tem na repetição de suas ideias-força sua principal estratégia” (GRAMSCI, 2001, v. 1, pp. 24-25) e os Congressos são o centro privilegiado de difusão dessas ideias.

No caso do **perfil de convidados e participantes**, destacam-se aspectos significativos, tais como: **a)** a constante presença de Ministros (como os da Agricultura; Relações Exteriores e Indústria e Comércio Exterior); ou mesmo vice-presidente da República; **b)** a fortíssima participação de **dirigentes das demais entidades patronais** vinculadas ao Agronegócio para além da Abag (como os da SRB, OCB, CNA, CNI; Andef; Abia, Abiove, Abimaq, Abitriço, Aprosoja-Br; Agropalma, Febraban, etc); **c)** a crescente financeirização do Agronegócio, demonstrada pela presença de porta-vozes do capital financeiro como a BM&F, o Banco do Brasil; o Itaú BBA, e a Gávea Investimentos; **d)** a progressiva participação de **jornalistas** de renome midiático, na qualidade de “âncoras” de Painéis, Mesas Redondas e Debates (dentre eles William Waack; Heródoto Barbeiro e Rodrigo Mesquita); **e)** representantes do mundo acadêmico, emprestando sua autoridade em prol da legitimidade “científica” dos Congressos - como José Postali Parra (diretor da ESALQ); Yoshiaki Nakano (diretor da Escola de Economia da FGV- SP); Delfim Neto; Denis Rosenfield (docente da UFRGS); Demi Getschko (professor da PUC-SP); Elizabeth Saad Corrêa (docente da ECA-USP); José Luiz Tejon Megido da ESPM) e os cientistas políticos Bolívar Lamounier e Christian Lohbauer.

Finalmente, cabe destacar o convite regular a **figuras públicas** de relevo além dos já citados Ministros: trata-se de Governadores (de São Paulo e do Mato Grosso); Secretários Estaduais de Agricultura e Abastecimento (como Duarte Nogueira e João Sampaio Fº) e do Meio Ambiente (Xico Graziano); dirigentes da Embrapa (Elza Brito Cunha, Eduardo Delgado Assad, João Paulo Koslovski, Evaristo de Miranda), sem deixar de lado parlamentares como os Deputados Federais Leonardo Vilela,

Antonio Mendes Thame, Duarte Nogueira e o presidente da *Frente Parlamentar da Agropecuária* da Câmara, Luiz Carlos Heinze.

Como o objetivo do texto é considerar a temática do Estado Ampliado, tomando os CBAs como recorte empírico, realizei uma brevíssima quantificação dos dados do Quadro I, que permite verificar que dele constam **93** participantes (excluindo-se as repetições). Deste total: **a) 36** são Presidentes de entidades patronais direta ou indiretamente vinculadas ao Agronegócio, o que representa **39%** do conjunto; **b) 34** são agentes do Estado Restrito (**36%** do total); **c) 13** aparecem somente como empresários (**14%** do todo), **d) 12** provém do mundo acadêmico (**13%**); **e) 10** dirigem firmas de Consultoria (**10,8%** do total); **f) 8** são jornalistas (8,6%) e **4** representam diretamente o Capital Financeiro (**4,4%**). Todavia o dado mais significativo é o que se refere a número de dirigentes de APHs que, simultaneamente, ocupam cargos no Estado Restrito: **26** de um total de **36** presentes, equivalendo a **72%**. Isto não só ilustra o grau de inserção desses dirigentes junto à Sociedade Política, como sua concentração junto a Câmaras Setoriais das Cadeias produtivas do MAPA. Cito como exemplos o próprio Presidente da ABAG e da ABIOVE, Carlo Lovatelli, também Presidente da Câmara Setorial de Oleaginosas e Biodiesel; o Presidente da ABITRIGO (2016) e ex-Embaixador do Brasil em Washington, além de membro do Instituto Millenium, Rubens Barbosa; o Vice-presidente da ABAG e da ANDEF e simultaneamente Presidente da Câmara Setorial do Meio Ambiente, Cristiano Walter Simon e Silvio Crestana, Diretor da ABAG e Presidente da Embrapa.

Vale, ainda, mencionar o extenso leque de patrocinadores dos CBAs, englobando desde grandes empresas multinacionais do Agronegócio, como a Bayer Cropscience, a Bunge Alimentos e Fertilizantes e a Pioneer, até entidades vinculadas ao capital financeiro, como o Banco do Brasil e a BM&F Bovespa, além de aparelhos de hegemonia ligados ao “Sistema Abag” como a Abimaq, a Anfavea, a Vale do Rio Doce, dentre dezenas de outros. Agências da Sociedade Política dão suporte à realização desses Congressos, destacando-se a Secretaria de Agricultura de São Paulo e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Agrishow – A Vitrine do Capital

A Agrishow é uma feira promotora das mais avançadas tecnologias agroindustriais, anualmente realizada em Ribeirão Preto desde 1994, sob o patrocínio de quatro entidades coligadas: ABAG, SRB, ABIMAQ e ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos), inspirada na *Farm Progress Show*, norte-americana. Seu objetivo é estimular a crescente mecanização do setor, mediante indução permanente à aquisição de novas máquinas. Batizada originalmente como *1ª Feira Dinâmica de Máquinas Agrícolas*, tornou-se, logo em seguida, *Agrishow: Feira Internacional da Tecnologia Agrícola*

em Ação onde, a cada ano, dezenas de novidades são expostas em *stands* das grandes corporações como a Jacto, Monsanto, Bunge, Jumil, Tatu Marchesan, Casale, John Deere, etc. abrangendo um leque diversificado de máquinas, implementos agrícolas, sistemas de irrigação, acessórios e peças, tidos como “necessários ao aumento da produtividade do cultivo dos produtores rurais, à redução dos custos e ao aumento da rentabilidade do agronegócio brasileiro” (<http://www.agrishow.com.br/pt/a-feira>, acesso em 16.12.2016).

Segundo a revista *Panorama Rural*, integrante do “Sistema Abag”, em edição comemorativa dos 10 anos da Agrishow, sua importância se reveste de duplo sentido: por “conscientizar o **produtor** sobre a necessidade de se **profissionalizar**” e por “**sinalizar aos governantes** a necessidade de se sensibilizarem para a criação de um programa de financiamento” (PR, mai., 2003, p. 3). Neste mesmo número, o presidente da Feira e vice-presidente da Abimaq, Sérgio Magalhães, faz um balanço da década do evento, destacando que “seu principal objetivo tem sido oferecer a mais avançada tecnologia aos visitantes, embora essa assimilação não tenha ocorrido com a mesma intensidade para o produtor familiar, como o foi para o grande agricultor” (Id., pp. 12-13). Já em 2009, nas palavras do mais longo presidente da Abag, Carlo Lovatelli, o problema do campo residia na ausência de uma nova **modalidade de gestão**, o que somente seria obtida

(...) deixando de lado **os falsos debates, como a polarização entre produtores e ambientalistas**. Há também outro **falso debate**, entre **agricultura familiar e empresarial**. Políticas públicas devem ser dirigidas para o pequeno, o médio e o grande produtor. Cada um deles tem suas prioridades (PR, abr., 2009, p. 8, grifo SRM).

Logo, uma característica da Agrishow foi a tentativa de negar a existência de conflitos entre grandes e pequenos produtores, igualando-os mediante o “denominador comum” da adoção de tecnologia de ponta. No vigésimo aniversário da Feira, *Panorama* aponta, com indisfarçável “orgulho” que

Para o agricultor familiar está reservado um **espaço especial na área de campo**, onde serão apresentadas e demonstradas diversas **tecnologias voltadas para o pequeno produtor**, como máquinas e equipamentos destinados ao processamento de sementes, saneamento básico rural, esterilização de solo sem o uso de produtos químicos e pulverizadores concebidos para otimizar a aplicação de pesticidas (PR, mai., 2013, p. 3).

Nesse mesmo sentido e, supostamente, comemorando o *Ano Internacional da Agricultura Familiar*, a Agrishow 2014 prestou, em sua cerimônia de abertura, uma homenagem ao pequeno produtor de frutas e hortaliças, Fernando Kubota (Brasilândia - DF). Todavia, o homenageado - primeiro agricultor familiar a receber recursos do Plano “Mais Alimentos” - foi representado pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto (www.agrolink.com.br/noticias/agrishow-2014).

Atualmente a Agrishow é considerada pelos *experts*, a 3ª mais importante Feira de Tecnologia Agropecuária do mundo, tendo sido sua área ocupada progressivamente ampliada, contando com empresas participantes da China, Turquia, Alemanha, Estados Unidos, Finlândia, Itália e Espanha. Outra “inovação”, a partir da 23ª Agrishow, foi a presença de *stands* das principais instituições financeiras brasileiras, para consulta e realização *in loco* de empréstimos, como o Banco do Brasil, BNDES, Bradesco, Caixa Econômica e Santander. O Quadro II, a seguir, sintetiza informações que dão visibilidade à dimensão da Feira.

QUADRO II – AGRISHOW: FEIRA INTERNACIONAL DA TECNOLOGIA AGRÍCOLA EM AÇÃO						
ANO	Expositores	Visitantes	Vol. Negócios	Autoridades	Promoção	Presidentes
1994	80	15.000	R\$ 300 milhões	—	PubliE	Roberto Rodrigues – ABAG (*)
2004	540	150.000	R\$ 1,2 bilhões	- Pres. Luiz Inácio Lula da Silva (**) - Roberto Rodrigues - Min. Agric. (**); Ex-Pres. ABAG e SRB (*); Consel. EMBRAPA (**); Assess. International Food and Agribusiness Management Association (*); Consel. CMN (**); CONSAGRO (**), CNPA (**), CONCEX e FEBRABAN (*) - Antonio Palocci - Min. Fazenda (**) - Luiz Fernando Furlan - Min. Des. Ind. e Comércio (**) - Dilma Rousseff - Min. Minas e Energia (**) - Geraldo Alckmin - Gov. SP (**) - Antônio Nogueira Jr - Secret Agr. de SP (**) - Gilberto Maggioni - Prefeito RP (**) 	PubliE	- Sérgio Magalhães - Pres. Abimaq (*)
2010	770	146.000	R\$ 870 milhões	- Wagner Rossi - Min. Agric. (**) - Guilherme Cassel - Min. Des. Agr. (**) - Michel Temer - Pres. Câmara (**) - Geraldo Alckmin - Gov. SP (*)	Reed Exhibition Alcântara Machado	- Cesário Ramalho da Silva - Pres. SRB (*); Vice-pres. Abramilho (*); CSMS /MAPA (**)

X Simpósio Estado e Poder: Estado Ampliado (ISBN 978-85-63735-28-7)

				<p>- João Sampaio Fº - Secret. Agr. SP (**); ex-pres. CSCPBN (**), Pres.SRB (*)</p> <p>- Luiz Aubert Neto - Pres. Abimaq (*); Membro CAMEX – MdiC (**)</p> <p>- Dárcy Vera - Prefeita RP (**)</p> <p>- PRÉ- CANDIDATOS À PRES. REPÚBLICA: Dilma Rousseff, José Serra, Geraldo Alckmin, Aloizio Mercadante</p> <p>- Paulo Skaf - Pres. FIESP)</p>		
2016	800	160.000	R\$ 1,95 bilhões	<p>- Blairo Maggi - Min. Agr. (**); Consel. Aprosoja-BR (*); Grupo André Maggi</p> <p>- Geraldo Alckmin - Gov. SP (**)</p> <p>- João Doria (Pref.SP)</p> <p>- Pedro Estevão Bastos - Pres. CSMIA (**); Pres. Abimaq (*)</p> <p>- Dárcy Vera - Prefeita RP (**)</p> <p>- Luiz Carlos Trabuco - Pres. BRADESCO (\$)</p> <p>- Paulo Rogério Caffarelli - Pres. BB (\$)</p> <p>- Francisco Matturro - Vice- pres. ABAG (*); Dir. CSMIA (**); Tatu Marchesan</p>	BTS Informa	<p>- Fábio Meirelles – Pres. FAESP (*)</p> <p>- Maurílio Biagi Filho - Pres. Honra SRB (*); Consel. ABDIB (*); CDES (**)</p>
2018	850	160.000	R\$ 2,7 bilhões	<p>- Michel Temer - Pres. Rep.(**)</p> <p>- Eduardo Guardia - Min. Fazenda (**) Diretor-executivo BM&F Bovespa (\$)</p> <p>- Marcio França - Vice-Gov. SP (**)</p> <p>- Francisco Ferreira Jardim - Secr. Agr. SP (**)</p>	BTS Informa	<p>Francisco Matturro - Vice-pres. ABAG (*); Dir. CSMIA (**); Tatu Marchesan</p>

FONTES: <https://digital.agrishow.com.br/primeiros-passos-da-agrishow/>; <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0EMI336757-18078,00>; <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/agrofolh/fa180420011.htm>; https://www.agrolink.com.br/eventos/agrishow-2011_5312.html; <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/organizacao-comemora-reultado-financeiro-da-agrishow-2003-444997.html>; <http://www.abag.com.br/eventos/interna/abag-agrishow>; *Panorama Rural* (1999, 2001, 2003, 2006, 2009 – 2011); <http://www.canamix.com.br/conteudo/a-revista-terracia>; www.agrolink.com.br/noticias/agrishow-2014; *Terra & Cia* (2015); <http://www.abag.com.br/eventos/interna/abag-agrishow-projeta-aumento>; <http://www.abimaq.org.br/20anosagrishow/depoimentos.html> - **ACESSO 10/6/2018**

LEGENDAS: Dirigente Aparelho de Hegemonia (*); Membro Estado Restrito (**); Academia; Capital Financeiro (\$).

Começo por destacar a evolução do volume de negócios realizados entre 1994 e 2018 constantes do Quadro II, respectivamente **R\$ 282.000,00** e **R\$ 9.531.000,00**, implicando num aumento da ordem de **3.380 %**, sendo que este movimento ascendente acompanhou todas as edições da Feira constantes do Quadro. O mesmo se pode afirmar com relação ao **número de empresas** participantes, que saltou de **80** (1994) para **850** (2018), registrando **1.062%** de aumento. Quanto ao total de **visitantes**, verifica-se crescimento algo distinto, pois, apesar do salto ocorrido entre 1994 e 2010 (**974 %**) seu número “estabiliza-se” nas edições de 2016/2018, registrando um aumento de **92%** entre 2010 e 2018.

E mais uma vez, tratando-se de texto que aborda a temática do Estado Ampliado gramsciano, cabe focalizar as chamadas “**Autoridades**” participantes das Cerimônias de Abertura da Agrishow e seus Presidentes, onde se revela a nítida imbricação entre aparelhos de hegemonia da Sociedade Civil e o Estado Restrito. Primeiramente ressalto a participação maciça de agentes do Estado, dentre Governadores, Secretários de Agricultura de São Paulo, Prefeitos de Ribeirão Preto e inúmeros Ministros de Estado, como os da Agricultura, Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Minas e Energia, além de dois Presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2004) e Michel Temer (2018), e pré-candidatos às eleições presidenciais: Dilma Rousseff, José Serra, Geraldo Alckmin e Aloizio Mercadante (2010).

Todavia, o mais importante para aferir a **permanente interrelação entre sociedade civil e sociedade política**, é focalizar aqueles que ocupam cargos tanto em **entidades patronais**, quanto no **Estado Restrito**. Esses são os casos de: Roberto Rodrigues que, além de dirigente de APHs como a ABAG, SRB e FEBRABAN, foi Ministro da Agricultura e é integrante do Conselho Monetário Nacional, Conselho Nacional do Agronegócio, Conselho Nacional de Política Agrícola e Conselho do Comercio Exterior; João Sampaio Fº - Presidente da SRB, Secretário de Agricultura de São Paulo e ex-Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Borracha Natural (CSCPBN); Luiz Aubert Neto - Presidente da Abimaq e membro da CAMEX/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) Blairo Maggi – Dirigente Aprosoja-BR e Ministro da Agricultura; Pedro Estevão Bastos – Presidente da Abimaq e da Câmara Setorial de Máquinas e Insumos Agrícolas/MAPA; Francisco Matturro - Vice- presidente da ABAG e Diretor da Câmara Setorial de Máquinas e Insumos Agrícolas; Cesário Ramalho da Silva – Presidente da SRB, Vice-presidente da Abramilho e Presidente da Câmara Setorial de Milho e Sorgo/MAPA) e Maurílio Biagi Filho – Presidente de Honra da SRB, Conselheiro da ABDIB e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Além desses, muitos dirigentes de APHs e integrantes

do Estado Restrito, são proprietários de empresas, como por exemplo Blairo Maggi proprietário do Grupo André Maggi; Francisco Matturo, dono da Tatu Marchesan e Maurílio Biagi Filho proprietário da Zanini Equipamentos Pesados, da DZ Engenharia e Equipamentos e Usina Uroeste, dentre outros.

Outro aspecto significativo revelado pelo Quadro II é a participação de representantes do Capital Financeiro tanto na Feira, quanto dentre as “Autoridades” que compõem suas cerimônias de abertura, destacando-se Luiz Carlos Trabuco (Presidente do Bradesco); Paulo Rogério Caffarelli (Presidente do Banco do Brasil) e Eduardo Guardia (Ministro da Fazenda e Diretor-Executivo da BM&F Bovespa entre 2010-16).

Comentários Finais

O papel pedagógico desempenhado quer pelos CBAs, quer pela Agrishow, não apenas **educava o consenso** em torno da “inevitabilidade” do Agronegócio como única solução para a economia brasileira, como também propiciava a reunião de intelectuais orgânicos “do nível mais elevado”, aptos a combinar habilmente indução/dedução e a repetição “paciente e sistemática” como **princípio metodológico** fundamental (GRAMSCI, 2001, v. 2, p. 205), concentrando-os e multiplicando sua influência, já que a **difusão**, a partir de um **centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo é a condição principal para a consecução/manutenção de sua hegemonia**. O Agronegócio, seus agentes e seu órgão de representação máxima, a ABAG, se autoproclamam detentores de importância ímpar para o país, tentando obnubilar qualquer outra possibilidade de alternativa histórica para seu futuro já que, somente por seu intermédio, o Brasil poderá vir a tornar-se um país do “primeiro mundo”, mesmo que todo este processo tenha reconduzido o país a seu antigo *status* de agroexportador. E neste sentido, a inserção de seus representantes no Estado Restrito é essencial, contribuindo para a permanente ampliação do Estado.

Fontes e Bibliografia

- ABAG. *Anais do 2º Congresso Brasileiro do Agronegócio*. São Paulo: Abag, 1994.
_____. *Anais do 7º Congresso Brasileiro do Agronegócio*. São Paulo: Abag, 2008.
_____. *Anais do 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio*. São Paulo: Abag, 2014.
_____. *Anais do 16º Congresso Brasileiro do Agronegócio*. São Paulo: Abag, 2017.
- ARAÚJO, Ney B. & PINAZZA, Luiz Antonio. *Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness*. São Paulo: Globo, 1993.
- ARAÚJO, Ney B. *Íntegra do discurso proferido pelo Presidente da ABAG, Engenheiro Agrônomo Ney Bittencourt de Araújo, na cerimônia de posse de Diretoria e Conselho da entidade*. Brasília: Abag, 1993-a
- BRUNO, Regina. *Um Brasil Ambivalente*. Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X/Seropédica: EDUR, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 5, 2002.
_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2001.

PANORAMA RURAL. 2003, 2009, 2013

SITES

www.agrolink.com.br/noticias/agrishow-2014, acesso em 20.08.2017.

<http://www.agrishow.com.br/pt/a-feira>, acesso em 16.12.2016

<http://www.agrishow.com.br/pt/a-feira>, acesso em 16.12.2016

O EMPRESARIADO DO SEGMENTO DA CONSTRUÇÃO PESADA E O ESTADO AMPLIADO NO BRASIL

Pedro Henrique Pedreira Campos (UFRRJ)

Resumo: O texto pretende explorar a interface da fração de classe do empresariado brasileiro constituída pelos empreiteiros de obras públicas com a categoria analítica do Estado ampliado. Dessa forma, tentamos perceber como é possível compreender a ação política desses agentes com o manuseio dos conceitos formulados pelo pensador marxista italiano Antonio Gramsci. Esses empresários se caracterizaram por uma intensa ascensão econômica ao longo do século XX, principalmente entre as décadas de 1930 e 1980, e também se notabilizaram por possuir uma poderosa estrutura orgânica no âmbito da sociedade civil, estando presentes e constituindo diversos aparelhos privados de hegemonia. Além de disputar a sociedade, mediante campanhas em veículos de imprensa e outros mecanismos, esses empreiteiros tiveram intensa atuação junto às agências do aparelho de Estado, possuindo significativo poder de influência sobre as políticas estatais e sendo notáveis beneficiários de medidas e ações praticadas pelas agências públicas, em particular no período da ditadura civil-militar (1964-1988). Dessa forma, a exposição pretende traçar um quadro das organizações nas quais se articularam os empresários da construção pesada no âmbito da sociedade civil, as formas de ação dessas associações e sindicatos, as formulações de idéias e valores por parte dessa fração da classe dominante e seus mecanismos de ação junto ao Estado ampliado, no sentido de obter o consentimento de segmentos mais amplos da sociedade em torno de seus projetos e suas idéias, e também no sentido de pautar as políticas públicas e incidir junto à agenda do Estado restrito, em particular no período anterior e ao longo do regime civil-militar brasileiro encetado com o golpe de 1964.

O empresariado do segmento da construção pesada e o Estado ampliado no Brasil

Recentemente os estudos sobre as organizações e movimentos sociais durante o período da ditadura civil-militar têm se ampliado. No seio das discussões envolvendo as comissões da verdade e a partir de novos estudos acadêmicos, as pesquisas sobre empresários e repressão a trabalhadores ao longo do regime se multiplicaram, revelando um perfil mais completo e detalhado da dinâmica social brasileira durante aquele período. Essas análises vêm ajudando a compreender não só o próprio funcionamento da ditadura, como têm jogado luz sobre algumas peculiaridades do processo de transição política na sociedade brasileira, auxiliando o entendimento de algumas das características do regime democrático que sucedeu a ditadura⁶.

Este artigo pretende analisar a forma como se deu o associativismo do empresariado e das classes subalternas ao longo do período da ditadura civil-militar brasileira, realizando um estudo de caso sobre os agentes envolvidos com a indústria de construção. Assim, analisamos ao longo do texto as formas de

⁶ Sobre a nomenclatura do golpe e da ditadura como de caráter civil-militar, apoiamo-nos em Dreifuss, 1981.

organização dos empresários da construção, assim como os movimentos de operários do setor, tentando perceber qual era a política desenvolvida pelo Estado brasileiro em relação a esses grupos sociais durante aquele período. Enfatizamos as formas organizativas do empresariado, no bojo dos novos estudos que vêm sendo feitos sobre o tema e também para perceber a forma diferenciada como a ditadura lidou com as associações e sindicatos desses agentes. Para isso, acessamos fontes primárias produzidas pelas associações empresariais do setor e também revistas que acompanham as atividades da indústria da construção.

Reflexões teóricas:

Para estabelecer a análise das formas organizativas das classes subalternas e do empresariado no Brasil, iremos nos apoiar nas elaborações desenvolvidas por Antonio Gramsci. Dentro do seu complexo pensamento, sobressai o conceito de sociedade civil. Assim, Norberto Bobbio afirmou: "Para uma reconstrução do pensamento político de Gramsci, o conceito-chave, o conceito que devemos tomar como ponto de partida, é o de *sociedade civil*." (Bobbio, 1976, p. 21 - grifo nosso)

Gramsci desenvolveu de forma original e inovadora no materialismo histórico a categoria de sociedade civil. Confrontando-se com o liberalismo e suas variantes, ele criticou a oposição entre Estado e sociedade:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma "regulamentação" de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva. (Gramsci, 2000 [1932-1934], p. 47)

Dessa forma, Gramsci criticou a divisão liberal feita entre Estado e sociedade e que advoga por princípios como o de 'auto-regulação do mercado' e 'não-intervenção do Estado na economia'. Assim, para a compreensão do Estado em uma perspectiva teórica totalizante e dialética, baseada nas reflexões do autor, há de se conhecer como se dá a organização da sociedade civil e como os grupos estão distribuídos e associados em entidades sociais.

Sobre as formas organizativas na sociedade civil e suas formas de atuação, principalmente em regimes democráticos, Gramsci desenvolveu interessantes notas, que podem ajudar a compreender a questão a ser decifrada neste artigo:

Mede-se exatamente a eficácia e a capacidade de expansão e persuasão das opiniões de poucos, de minorias ativas, de elites, das vanguardas etc., etc., isto é, sua racionalidade ou historicidade ou funcionalidade concreta. Isto quer dizer que não é verdade que o peso das opiniões de cada um seja "exatamente" igual. As idéias e as opiniões não "nascem" espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política da atualidade. O número dos "votos" é a manifestação terminal de um longo processo, no qual a maior influência pertence exatamente aos que "dedicam ao Estado e à Nação suas melhores forças" (quando são tais). Se este pretense grupo de excelências, apesar das infundáveis forças materiais que possui, não obtém o consenso da maioria, deve ser julgado inepto ou não representante dos interesses "nacionais", que não podem deixar de prevalecer quando se trata de induzir a vontade nacional num sentido e não noutro. "Desgraçadamente", cada um é levado a confundir seu próprio "particular" com o interesse nacional, e, portanto, a considerar "horrrível" etc., que a decisão caiba à "lei do número"; o melhor é se tornar elite por decreto. (Gramsci, 2000 [1932-1934], p. 82).

Esse trecho da obra dos *Cadernos do Cárcere* parece bastante fértil para os propósitos aqui colocados. Ele indica que forças sociais se organizam no sentido de influenciar o resto da população, inclusive em situações de sufrágio. Usando ironia, o autor indica como essas 'minorias ativas' tentam difundir seus interesses particulares, apresentando-os como interesses nacionais, de todos. Assim, o exercício da democracia se caracteriza justamente não pela expressão dos interesses de todos, ou mesmo das maiorias, mas sim de uns poucos grupos sociais altamente organizados que conseguem exercer um mecanismo de liderança e direção sobre os outros grupos sociais. Ao final da citação, Gramsci indica que nem sempre essa operação funciona, justamente por conta do questionamento e resistências de outros segmentos sociais, como as classes subalternas, e muitas vezes o resultado do processo democrático não ocorre da forma como prevista ou demandada pelos grupos dominantes da sociedade. Nessas ocasiões, ele subentende a possibilidade de quebra de ordem e imposição de um regime à força.

Essas reflexões parecem convenientes para o que vamos trabalhar ao longo desse artigo. Analisaremos justamente a trajetória de alguns aparelhos da sociedade civil que se pautaram no sentido de difundir seus valores, projetos e concepções de mundo para o resto da sociedade e também inscrevendo-os junto às agências que compõem o aparelho de Estado, atuando no sentido de pautar as políticas públicas e influenciar a agenda estatal. Não obstante, em alguns momentos delicados da história brasileira, alguns desses organismos defenderam a quebra da ordem institucional, no sentido justamente de proporcionar um cenário mais propício para a defesa de seus interesses "particulares/nacionais".

A partir da sua reflexão sobre a sociedade civil, Gramsci diferenciou o Ocidente e o Oriente, ressaltando a diferente estratégia revolucionária a ser implementada em formações sociais com distinto desenvolvimento da sociedade civil e das formas associativas das classes sociais. Assim, as sociedades ocidentais teriam uma complexa rede de entidades da sociedade civil, o que tornava o processo revolucionário algo diferente do que fora aplicado na Rússia (Gramsci, 2000).

Sociedade civil, golpe e ditadura civil-militar brasileira:

Carlos Nelson Coutinho afirma que a ocidentalização da sociedade brasileira - ou melhor, de acordo com a acepção gramsciana, o processo de complexificação da sociedade civil, com multiplicação das formas representativas das diversas classes, frações e grupos sociais - é recente e data principalmente do período pós-ditadura. O autor identifica no processo de transição política dos anos 1970 e 1980 um crescimento do associativismo das classes subalternas e das frações dominantes da sociedade, entendendo que data desse período o processo mais intenso de aparelhamento da sociedade civil no Brasil (Coutinho, 2003 [1999]).

Já Pedro Marinho faz uma leitura original e fecunda do conceito gramsciano de Ocidente, percebendo-o não como uma fase ou uma tipologia distinta de Oriente, mas sim como um processo social. Assim, o Ocidente remete à própria complexificação da sociedade civil e multiplicação das formas associativas de uma determinada formação econômico-social em perspectiva histórica (Marinho, 2006).

Estudos indicam que as classes dominantes começaram a se organizar no país já desde a instalação do Estado português na cidade do Rio de Janeiro, em 1808, quando houve a fundação do Corpo de Commercio, entidade que reunia os principais homens de negócio da praça comercial da cidade e que veio a dar origem à Associação Comercial do Rio de Janeiro (Piñeiro, 2014). Também no século XIX e, de forma similar, tendo como um dos objetivos atuar junto ao Estado e influenciar as políticas públicas, os primeiros agentes que atuavam no segmento fabril começaram a se organizar na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que deu origem posteriormente à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que ganhou esse nome no início do século XX, quando foram formadas a Fiesp e a CNI (Silva, 1979; Rodrigues, 1998). Por fim, o empresariado rural começou a se organizar em fins do século XX, em entidades como a Sociedade Nacional de Agricultura, de 1897, e Sociedade Rural Brasileira, fundada em 1919 (Mendonça, 1997).

No âmbito das classes subalternas, algumas primeiras formas de organização por parte dos trabalhadores, em meio ao processo de transição da escravidão para o trabalho livre, foram identificadas e analisadas na pesquisa de Marcelo Badaró. Em meio a algumas das primeiras iniciativas fabris e empreendimentos urbanos do país no final do século XIX, ele notou algumas formas de experiência e organização inicial por parte desses trabalhadores, que se associavam para demandar seus interesses e direitos (Mattos, 2008). Após a abolição, com a aceleração do processo de urbanização e industrialização, os trabalhadores se organizaram intensamente no início do século XX. Assim, trabalhos clássicos como os de Boris Fausto (1977) e Luiz Werneck Vianna (1976), bem como outros mais recentes mostram a intensa mobilização operária principalmente nas cidades do Rio e de São Paulo na I República, com diversas formas associativas e também a intensa luta e algumas conquistas de direitos sociais e trabalhistas nesse período, o que seria aprofundado nas décadas de 1930 e 1940.

Nos dez anos que antecedem o golpe de 1964, viu-se um processo de intensificação da ocidentalização da sociedade brasileira. No bojo do acelerado processo de urbanização e industrialização do país, em especial durante a administração Kubitschek (1956-1961), houve uma multiplicação expressiva de formas associativas das classes dominantes e das classes subalternas. Essas organizações, ao mesmo tempo, tinham uma expressão de cunho classista, mas também se posicionavam de maneira política em meio aos intensos embates que polarizavam a sociedade brasileira no período. Às vésperas da derrubada do regime democrático, tínhamos uma sociedade complexa e com alta representação na sociedade civil.

Relacionado ao empresariado, foram fundadas diversas organizações no decênio anterior ao golpe, como a Associação Brasileira do Desenvolvimento da Indústria de Brase (Abdib), em 1955, e o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), em 1963. Ambos sinalizavam o processo de verticalização da industrialização brasileira. Situando-se no campo político conservador, em 1960, houve o advento da Sociedade Brasileira da Tradição, Família e Propriedade (TFP), organização que reunia grupos reacionários da sociedade e que se opunha à esquerda, à reforma agrária e às liberdades individuais, sociais e sexuais. Também dentro desse mesmo campo e com ampla participação no golpe de 1964, foram fundados, em 1959, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e, em 1961, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). Ambos atuaram de maneira combinada às vésperas do golpe para desestabilizar o governo Goulart, eleger candidatos anti-Jango, conspirar para a realização do golpe e formular projetos de políticas públicas a serem implementadas pelo Estado brasileiro, conforme os interesses dos associados. O Ibad tinha uma atuação de cunho mais político e eleitoral, sendo responsável

por agremiar recursos para financiar as campanhas de candidatos contrários ao grupo político de Goulart, inclusive com recursos de empresas estrangeiras e multinacionais. Foi alvo de CPI e tornado ilegal, dada a revelação de uso de dinheiro não-permitido pela Constituição em campanhas eleitorais. Já o Ipes funcionava como centro aglutinador de empresários, principalmente os relacionados ao capital internacional e associado, e oficiais militares, principalmente os ligados à Escola Superior de Guerra (ESG). Captou quadros e ajudou a elaborar alguns projetos e políticas estatais que foram implantados após o golpe de 1964 (Dreifuss, 1981).

Esse não foi só um momento de intensificação da organização dos empresários e do campo conservador. Também as classes populares tiveram um momento de avanço significativo na sua organização. Em meio a um período de crescente inflação, êxodo rural, ampliação da quantidade de trabalhadores empregados nas fábricas e outras formas de emprego no setor urbano, houve uma intensificação das lutas operárias, greves e mobilizações no campo progressista.

No ambiente rural, esse foi um período de intensificação da atuação das Ligas Camponesas e de crescente sindicalização dos trabalhadores do campo, o que inquietava os proprietários de terra. Isso ocorreu principalmente após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963. Não à toa, essas formas de organização seriam altamente reprimidas nos anos iniciais da ditadura e o campo seria um ambiente especial de cerceamento das formas de organização dos trabalhadores no país após o golpe de 1964 (Ianni, 1968).

No ambiente urbano, houve intensificação da organização sindical, das greves e outras formas de mobilização dos operários e outras frações da classe trabalhadora. A classe chegou a se organizar em grandes confederações, que abrangiam uma quantidade expressiva de pessoas, como o Comando Geral dos Trabalhadores, formado em 1962, e que também foi um dos principais alvos da repressão após o golpe de 1964 (Toledo, 1982).

Outras organizações do campo progressista estavam em franco desenvolvimento no período. Assim, as associações estudantis se multiplicavam e se fortaleceram. A União Nacional dos Estudantes (UNE) cumpria um papel de aglutinador de várias formas de luta dentro das bandeiras do campo de esquerda e eram várias as organizações estudantis que disputavam a organização. Da mesma forma, entre os partidos do campo progressista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) teve votação crescente até o golpe de 1964, tendo quantidade de votos cada vez maiores em cada eleição para os cargos proporcionais. O partido chegaria ao topo do seu poder justamente com as eleições de 1962, quando se tornou a segunda força dentro da Câmara dos Deputados. O PCB, mesmo ilegal, teve uma escalada significativa do seu

poder e influência às vésperas do golpe. Jacob Gorender afirma que o partido chegou a um grau de força inédito no governo Goulart e que desenvolveu uma inserção inédita nos movimentos sociais e trabalhistas. Esse é o período também de advento do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), oriundo dos quadros do PCB e discordante de certas orientações tomadas pelo partido. A nova sigla foi fundada em 1962 (Gorender, 1987).

A sociedade brasileira se complexificou e se tornou mais diversa e criativa às vésperas do golpe de 1964. Roberto Schwarz se refere a um "país irreconhecivelmente inteligente", com novos movimentos políticos e também culturais, como a bossa nova, a tropicália, o teatro novo, o cinema novo, uma literatura fervilhante e as atividades do Centro Popular de Cultura da UNE, dentre outras atividades (Schwarz, 1975).

Dessa forma, podemos nos referir a um processo de aceleração da ocidentalização da sociedade brasileira no decênio que antecede o golpe de 1964. No entanto, a deflagração do golpe e a imposição da ditadura fizeram regredir, ao menos em parte, essa tendência:

A modernização capitalista acelerada – a ferro e fogo – sob a ditadura militar, entretanto, aprofundaria as formas associativas pré-existentes – aparelhos privados de hegemonia – em grande parte ligados aos próprios setores dominantes e expressando interesses corporativos empresariais, uma vez que a seletividade repressiva e autocrática estrangulava as vias de crescimento das entidades organizativas populares. Após o golpe de Estado civil-militar de 1964, houve uma importante expansão de associações empresariais por setores e ramos da produção a partir da década de 1970, as chamadas ‘associações paralelas’, que duplicavam a estrutura de representação empresarial oficial, de cunho corporativo-estatal. (Fontes, 2010, p. 224-225)

Virginia Fontes desenvolve o conceito de "ampliação seletiva do Estado", que diz respeito justamente ao processo de ocidentalização da sociedade brasileira nos anos de ditadura civil-militar. Partindo da concepção ampliada de Estado de Gramsci, a autora desenvolve a categoria analítica para se referir ao processo parcial do avanço da organização da sociedade civil brasileira após o golpe de 1964, que permitiu o crescimento do associativismo da classe dominante, bem como sua estruturação e mais amplo acesso ao aparelho de Estado, ao passo que reprimiu, fechou, cassou e impediu o associativismo das classes populares. Assim, o regime civil-militar teve uma atuação seletiva em relação às formas de organização das classes sociais no âmbito da sociedade civil.

Na prática isso se expressou na forma de permissão do funcionamento das organizações empresariais e do campo conservador, ao passo que as progressistas e dos trabalhadores eram reprimidas. Assim, o CGT foi desmantelado logo após o golpe, assim como as Ligas Camponesas. O edifício-sede da UNE foi incendiado na noite do golpe e a organização altamente perseguida e sistematicamente

desmantelada com repressão ao seu congresso clandestino em Ibiúna, no ano de 1968. Os sindicatos urbanos e rurais foram reprimidos, tendo lideranças presas, torturadas e até mortas, além de alguns terem sofrido intervenção. Logo após o golpe, o governo interveio em 563 diretorias de sindicatos de trabalhadores pelo país e realizou intervenção em quatro das seis confederações de trabalhadores. Em seu lugar, foram impostos interventores e os sindicatos passaram a ter um papel mais assistencialista e menos político. A política de repressão às organizações dos trabalhadores serviu para impedir a resistência às políticas de contenção salarial e retirada de direitos, como o da estabilidade em empresas privadas após dez anos de serviço (Singer, 1976; Campos, 2014).

Com a repressão às formas originais de organização dos trabalhadores, as classes populares passaram a tentar se estruturar a partir de formas alternativas. Assim, a resistência foi transferida para associações de bairro e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Em 1967, os sindicatos tentaram se rearticular e criaram o Movimento Inter-sindical Antiarrocho (MIA). No entanto, a repressão da ditadura se abateu também sobre essas formas de organização dos trabalhadores, principalmente após o Ato Institucional número 5, de dezembro de 1968 (Lobo; Lisboa; Simões, 1992).

Vejamos agora como se deu o processo de "ampliação seletiva do Estado" particularmente em um segmento, o das organizações da indústria da construção civil. Após analisar de forma panorâmica a repressão sobre os trabalhadores após o golpe de 1964, enfatizaremos as associações empresariais do setor. Em primeiro lugar, é preciso conhecer as entidades empresariais do setor e sua organização prévia em relação ao golpe de 1964.

As organizações empresariais da construção civil:

O segmento da engenharia se estruturou no Brasil inicialmente no final do século XIX. Em 1880, no Rio de Janeiro, foi fundado o Clube de Engenharia. Mais do que uma organização de cunho corporativista, o clube foi dirigido desde as suas origens por empresários que tinham atuação no ramo da engenharia. O órgão dispõe de um caráter de classe e isso caracteriza suas ações, em particular junto ao poder público. O Clube de Engenharia proveu vários prefeitos para a cidade do Rio e tinha uma atuação intensa junto ao poder municipal, sugerindo intervenções e políticas urbanas e fornecendo empresas dirigidas pelo seu quadro social para realizar essas ações. Assim, o Clube de Engenharia parece ter sido um primeiro organismo de atuação dos empresários do ramo da construção civil. Porém, seu raio de ação estava muitas vezes circunscrito à cidade do Rio de Janeiro, apesar de matérias da *Revista do Clube de*

Engenharia muitas vezes se dedicarem a temas como modais de transportes usados no país e o problema da seca na região Nordeste (Honorato, 1996).

Organizações congêneres foram firmadas ao longo do século XX em outras cidades brasileiras, como São Paulo e Minas. No entanto, essas organizações guardavam algumas limitações, já que tinham cunho local e regional e também não eram propriamente empresariais ou restritas aos donos de firmas de construção civil.

Uma organização específica dos empresários da construção civil veio à tona no Rio em 1919. A Associação da Indústria da Construção Civil (AICC) foi fundada por 92 donos de construtoras cariocas. Eram empresas especializadas no mercado imobiliário e que realizavam intervenções urbanas e conjuntos habitacionais. Com as mudanças legais na regulamentação do trabalho, a organização se tornou o Sindicato da Indústria da Construção Civil da cidade do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio) em 1941. Esses empresários tinham interesse e atuação sobre o poder municipal, possuindo uma interface com a imprensa carioca (Mattos, 2008).

As empresas do ramo de infra-estrutura também formaram suas próprias entidades, inicialmente em nível regional. Em 1947, foi fundada a Associação Paulista dos Empreiteiros de Obras Públicas (Apeop), organização de empresários que atuavam principalmente junto a órgãos municipais e estaduais de São Paulo, como o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP), que contratava obras rodoviárias. Trata-se da primeira organização específica de empreiteiras de obras públicas, em uma associação que não incluía apenas empresas de construção de uma forma geral (Apeop, 1977; Campos, 2014).

Com o desenvolvimento do mercado brasileiro de obras de infra-estrutura e a escalada na importância das agências federais de contratação desses empreendimentos, as empresas passaram a se organizar em nível nacional, o que ocorreu marcadamente em meio à gestão Kubitschek. As obras do Plano de Metas, em especial no campo de energia, transportes - sobretudo as rodovias - e a nova capital federal aqueceram as atividades das firmas de engenharia, fazendo com que elas crescessem e facilitando a sua organização em nível nacional. Isso ocorreu tanto como fruto do aquecimento das atividades do setor de construção, como por reação à própria organização dos trabalhadores. Assim, um caso emblemático de associação de empresários nesse período se deu justamente na construção da nova capital federal. Nos canteiros do planalto central, em meio a greves, reivindicações, denúncias de usos da violência e massacre pelas empresas e órgãos oficiais, os empresários formaram a Associação dos Construtores e Empreiteiros de Brasília (Aceb ou Acebra), que reunia 48 empresas. A Aceb atuava contra

o aumento do salário mínimo e chegou a se unir à Federação das Indústrias do Estado de Goiás e do Distrito Federal para que o Ministério do Trabalho tornasse ilegais as greves dos trabalhadores da construção locais. Em 1964, a associação mudou seu caráter institucional, tornando-se o sindicato patronal da indústria da construção civil de Brasília, o Sinduscon-DF (Sousa, 1978).

No entanto, o organismo empresarial que ganha certo destaque no ramo das empresas de engenharia é o Sindicato Nacional da Construção Pesada (1959). Formado na cidade do Rio de Janeiro e reunindo apenas os construtores dedicados prioritariamente às obras públicas, o sindicato sobressai em meio às outras organizações do setor pela sua estreita interface com algumas agências estatais e intensa atuação política. Também como resposta à crescente organização dos trabalhadores do setor - atuando para conter a conquista de direitos e salários por parte dos operários - e ao desenvolvimento do mercado de infra-estrutura, o órgão foi fundado por mais de 40 empresários (Sinicon, 1959) que tinham como um dos seus principais clientes o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Trata-se da agência do governo federal que contrata as obras rodoviárias - construção, pavimentação, melhoramento, ampliação e reforma. O organismo estatal crescera muito de importância ao longo do governo JK e o engenheiro Lafayette Prado indica que o departamento ganhou no período um "status virtualmente ministerial" (PRADO, 1996: 287), quando era comandado por Régis Bittencourt. O Sinicon parece ter como uma de suas funções o entendimento dos empresários acerca de como agir conjuntamente diante dos editais e concorrências. Assim, o boletim interno do sindicato trazia o seguinte tópico no ano de 1984: "O Sinicon quer dividir obras rodoviárias" (Sinicon, 1984). Parece que uma das atividades do sindicato era justamente a de combinar resultados de licitações e distribuir obras entre os seus associados.

No entanto, para além das prerrogativas de ordem econômico-corporativo, o Sinicon desenvolveu atividades mais ousadas em meio à conjuntura histórica intensa vivida no início dos anos 1960 no Brasil. Assim, o seu primeiro presidente foi Haroldo Poland (Sinicon, 2004), presidente da empreiteira Metropolitana e ativo colaborador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). Poland teve uma participação muito ativa no golpe de 1964 e levou outros empresários do Sinicon a colaborar e participar das atividades do Ipes (Dreifuss, 1981). Próximo de empresas multinacionais e de alguns oficiais militares, como o coronel Golbery do Couto e Silva - de quem era extremamente próximo -, Poland saiu armado de casa na noite do golpe para a casa do jornalista David Nasser e de lá operou uma série de contatos e ações que deram suporte à derrubada da democracia e do governo constitucional (Carvalho, 2001). O envolvimento do Sinicon na rede de organizações envolvida na iniciativa golpista indica como

naquele momento algumas organizações com perfil de classe tiveram um posicionamento claro em meio à polarização da sociedade e processo decisório do golpe de Estado.

"Ampliação seletiva do Estado" e organizações empresariais - o caso da construção civil:

A repressão que se abateu sobre as organizações das classes subalternas após o golpe não atingiu as associações empresariais, que mantiveram suas atividades e ampliaram seu canal de acesso ao Estado. Com o apoio de seus vários integrantes ao golpe de 1964, os empreiteiros do Sinicon passaram a gozar de uma entrada mais facilitada junto a órgãos governamentais. Ao longo da ditadura, as políticas foram favoráveis às empresas do setor, sendo que algumas medidas tomadas partiram das próprias demandas das organizações empresariais.

Assim, de modo a ilustrar esse poder controlado por empresários durante o regime, é interessante voltar os olhos para duas decisões que costumeiramente são vistas como atos autoritários e deliberados do poder Executivo em um contexto ditatorial. O primeiro deles foi problematizado em profícuo artigo de autoria de Mário Grynszpan e Marieta de Moraes. A fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1975 é vista por autores que se dedicaram ao tema como um típico ato autocrático da ditadura brasileira. No entanto, ponderando fatores como a redução do poder do MDB após a derrota eleitoral em 1974 e a reorganização das forças federativas do país, Grynszpan e Moraes chamam a atenção para um fator pouco visitado pela literatura sobre o assunto, qual seja, o do pleito e apoio das organizações empresariais à união dos dois estados. A fusão foi precedida de uma intensa campanha tocada por organizações como a Fiega (Federação das Indústrias do Estado da Guanabara), ACRJ (Associação Comercial do Rio de Janeiro), Clube de Lojistas da Guanabara e Clube de Engenharia, que tinham interesses e viam vantagens na união das duas federações. Assim, mais do que um ato do Estado forte contra uma sociedade fraca, deve-se levar em conta que a fusão, no mínimo, teve o suporte de organizações empresariais (Ferreira; Grynszpan, 1994).

De forma similar, várias medidas tomadas após o AI-5 foram dadas como simplesmente autoritárias e fruto do contexto francamente ditatorial inaugurado pelo ato. Em 1969, através de decretos-lei, com o Congresso nacional fechado, o Executivo legislou em questões econômicas, a respeito de temáticas que antes deveriam passar pela Câmara e pelo Senado. O decreto 64.345, de 10 de abril de 1969, instituiu a reserva de mercado no segmento de obras públicas e projetos. A medida proibia a atuação de empresas estrangeiras atuando nesse setor no país em empreendimentos contratados por

órgãos públicos. Assim, a partir de então, qualquer projeto de obra ou empreendimento público deveria ser contratado exclusivamente junto a uma empresa nacional, com sede no país e capital de controle de brasileiros (Camargos, 1993).

A medida pode parecer uma iniciativa nacionalista ou um simples gesto autoritário do regime. No entanto, de forma similar ao que ocorreu na fusão, o mesmo foi precedido por uma intensa campanha realizada por organizações empresariais do segmento da engenharia. A movimentação inaugurada em 1964 chamada "A engenharia é nossa" ou "Em defesa da engenharia nacional" foi uma iniciativa de empresários do Clube de Engenharia que se opunham à política do governo Castelo Branco de privilegiar firmas estrangeiras para realização de projetos de obras e planejamento de empreendimentos no país. Esses empresários receberam o apoio de outras associações, como o Instituto de Engenharia de São Paulo e outros, e passou a demandar a isonomia com empresas de fora ou um leve favorecimento para empresas nacionais. Usaram como modelo a legislação norte-americana do período Eisenhower, o *Buy American Act*, que determinava a prioridade a empresas norte-americanas nas compras governamentais. Eles usaram seus meios de influência, como o acesso à imprensa, a inserção no Crea - que chegou a impedir o registro de empresas estrangeiras para operar no país - e a aproximação com militares, sobretudo os "nacionalistas autoritários" (Stepan, 1975 [1971]) presentes no governo Castelo, como o ministro Artur da Costa e Silva e seus assessores, Afonso de Albuquerque Lima e Mario David Andreazza (Clube de Engenharia 1967).

Assim, a campanha deflagrada por empresários do Clube de Engenharia inspirou a decisão de estabelecer uma reserva de mercado no setor de obras e projetos de engenharia no Brasil a partir de 1969. A medida beneficiou amplamente o empresariado brasileiro do setor de engenharia, visto que garantiu um mercado excepcional de obras exclusivamente às empresas nacionais, facilitando os acertos e divisão de trabalhos entre esses empresários, e isso em meio ao maior pique de obras da história brasileira, ocorrido na década de 1970.

Para além de algumas políticas implementadas nesse período e que denotam a "ampliação seletiva do Estado", a própria organização da sociedade civil expressava essa ambivalência com que a ditadura tratava as organizações da classe dominante e das classes dominadas. No segmento da construção civil, para além do maior acesso aos canais do poder e capacidade de influência sobre as políticas públicas, o setor foi reforçado com novas organizações, fundadas após o golpe de 1964 e que caracterizavam um processo de complexificação da organização e representação dos empresários do setor.

Assim, pouco mais de um mês após o golpe de 1964, foi fundada em São Paulo, em 23 de maio de 1964, a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi). A organização reunia empresas vinculadas ao segmento da engenharia da montagem industrial. Trata-se de um ramo específico das firmas do setor e que reunia empresas que possuíam principalmente uma atuação junto à Petrobrás, em especial na condição de fornecedoras de serviços de engenharia. A Abemi se engajou na campanha "em defesa da engenharia nacional" e cresceu bastante em poder e força política, principalmente a partir de meados da década de 1970, no compasso da própria expansão da Petrobrás e da montagem dos equipamentos e máquinas para a exploração dos poços de petróleo da Bacia de Campos (Chaves, 1985; Campos, 2014).

No ramo do saneamento, foi fundada no Rio de Janeiro em 1966 a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes). Reunindo empresas relacionadas à engenharia do saneamento, a organização dispunha de uma relação com o aparelho de Estado que chegava a níveis realmente impressionantes. Isso porque, apesar de ser uma entidade privada, que contava com associados compostos majoritariamente por empresas particulares, a Abes tinha sua sede inicial nas dependências do edifício do Banco Nacional de Habitação (BNH), empresa pública criada em 1964. Assim, a proximidade com o aparelho de Estado nesse caso era ainda mais flagrante do que em outras situações. A Abes teve uma importância no processo de sugestão e apoio a políticas desenvolvidas no período, como o Plano Nacional de Saneamento (O Empreiteiro, 1980B; Campos, 2014).

Nos estados, também houve o fortalecimento das formas organizativas dos empresários do segmento da engenharia. Mesmo em regiões onde já havia representações dessas empresas, foram fundadas outras entidades. Em 1967, foi fundado o Sindicato da Construção Pesada do Estado de São Paulo (Sinicesp). O órgão competia com a Apeop e abrangia empresas com perfil rodoviário, atuando junto ao DER-SP. É digno de nota e representativo do processo de "ampliação seletiva" o fato de o sindicato expor com orgulho em sua memória o documento do Ministério do Trabalho, assinado por Jarbas Passarinho e emitido em 1968, autorizando o organismo a funcionar como representação sindical com registro na estrutura do Estado. O sindicato teve um poder crescente na ditadura e conta com publicações, como a revista *Infra-estrutura*, e premiações, como a Moeda do Mérito Rodoviário Washington Luís (Sinicesp, 2008).

De forma similar ao Sinicesp, houve a formação de organizações em Minas e no Rio. Assim, em 1968, foi fundado o Sindicato da Construção Pesada de Minas Gerais (Sicepot-MG), sediado em Belo Horizonte, por iniciativa de 55 empresas do estado. O sindicato abrange as empreiteiras mineiras, possui

um centro de memória e tem intensa inserção junto a agências estaduais, como o DER-MG e a Cemig (Sicepot-MG, 2005).

Já no Rio de Janeiro, houve o advento de uma entidade estadual de empresários no mesmo ano da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Assim, em 1975, foi criada a Associação dos Empreiteiros do Estado do Rio de Janeiro (Aeerj). Com intensa força política, atuação junto à imprensa e penetração em agências como a Cedae e outras autarquias, a associação mantém a revista *Construir* e tem forte inserção junto à dinâmica política do estado, com organização de debates, apresentação de candidaturas e financiamento eleitoral (Aeerj, 2005).

Outras organizações de empresários vieram à tona ao longo da ditadura. Assim, após o choque internacional do petróleo e, em meio à guinada política para a realização de investimentos no setor ferroviário, foi fundada em 1977 a Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer). A entidade abrangia firmas relacionadas à realização de obras e equipamentos ferroviários e defendia a ampliação das inversões na malha de estradas de ferro ao longo do território brasileiro (O Empreiteiro, 1984; Campos, 2014).

Para além do setor de infra-estrutura, o mercado imobiliário se desenvolveu no período, em meio aos investimentos proporcionados pelo BNH e a expansão da construção de imóveis nas cidades brasileiras, com o êxodo rural e a intensa urbanização do período. Assim, em 1971, foi criada no Rio de Janeiro a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-RJ). Essa entidade reúne uma série de empresas relacionadas ao mercado de imóveis da cidade, em particular as construtoras. Há uma atuação da mesma junto ao poder municipal e interesse sobre políticas de valorização do terreno, fornecimento de serviços públicos, zoneamento urbano etc (Campos, 2014).

Além das entidades fundadas no período, notamos no ramo da construção civil a intensificação da realização de encontros regionais e nacionais do setor. Assim, essas organizações empresariais ampliaram ou iniciaram a elaboração de eventos nos quais eram discutidos elementos da conjuntura e eram convidadas autoridades de agências estatais. Assim, desde 1972, é organizado de forma bienal o Encontro Nacional da Construção (Enco), uma iniciativa de várias entidades patronais e que conta com muitos representantes de empresas, associações e a presença de ministros, presidentes e diretores de estatais etc. Trata-se de mais um canal de interlocução dos agentes privados do setor com as agências do aparato estatal, sinalizando o processo de intensificação da inserção empresarial no Estado brasileiro nesse período. Para além dos Enco's, as diversas organizações empresariais do setor promovem periodicamente encontros, reuniões, seminários e outras atividades que proporcionam um caráter mais orgânico dos

empresários do setor, e possibilitam seu acesso e contato contínuo com agentes do poder estatal (O Empreiteiro, 1972; Campos, 2014).

Esses são alguns exemplos de organizações que foram criadas, mantidas e ampliadas no período. Em paralelo ao que ocorreu no setor de construção civil, é possível verificar a ampliação das formas associativas de outros ramos do empresariado, como o da mineração, conforme indica a pesquisa de Ana Carolina Reginatto (2016); o do setor químico, conforme verificado na pesquisa de Bernardo Poças (2013); bem como o do setor bancário, conforme se vê na pesquisa de Ary Minella (1988).

No outro polo social, o que notamos foi uma ampla repressão sobre a classe trabalhadora. Assim, conforme vimos, houve após o golpe de Estado toda uma série de medidas que inibia a organização e expressão dos movimentos organizados das classes subalternas. Foram impostas leis de limitação do direito de greve, foi implementada a censura à imprensa, foram cortados direitos sociais conquistados anteriormente - como a estabilidade na empresa privada - e foram dilapidadas conquistas anteriormente obtidas, como a valorização do salário mínimo e a aplicação dos direitos previstos na CLT (Ianni, 1981).

No que tange especificamente ao operariado que trabalhava no segmento da construção civil, a repressão foi extremamente intensa. Assim, um caso notório foi o do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção de Brasília. Esse sindicato sofreu uma intervenção do governo federal logo após o golpe de Estado. Nele era forte o PCB e o mesmo era conhecido por sua alta combatividade, greves frequentes e atuação política relevante (Sousa, 1978).

Para o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção da Cidade do Rio de Janeiro foi nomeado um interventor ainda em 1964 e foram feitas cassações de operários que atuavam em direções sindicais no ramo da construção civil (Klausmeyer, 1988). A representação dos trabalhadores do ramo da infra-estrutura se dava através do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada (Sintrapav). A ditadura fez intervenções na agremiação, cuja direção não gozava de confiança por parte da base de operários. Não à toa, ao final do regime, muitas das mobilizações de trabalhadores do setor, como os quebra-quebras em Belo Horizonte e nos canteiros de hidrelétricas, como no de Tucuruí, passavam ao largo da orientação e da estrutura do sindicato, parecendo mais fruto de uma organização espontânea dos operários (O Empreiteiro, 1980A; Campos, 2014).

Em vias de conclusão:

Vimos ao longo deste artigo como se deu um processo de "ampliação seletiva do Estado" na sociedade civil brasileira ao longo da ditadura. Utilizando o aparato conceitual gramsciano e a análise procedida pela historiadora Virginia Fontes, verificamos como se deu a formação e organização da sociedade civil brasileira ao longo da história. Assim, percebemos como não parece aplicável a noção de Oriente à formação econômico-social brasileira. Com um desenvolvimento significativo das entidades organizativas das classes dominantes e subalternas ao longo da história, principalmente na primeira metade do século XX, o processo sofreu uma interrupção com o golpe de Estado de 1964. Com a ditadura, houve uma intervenção e repressão às formas de organização dos trabalhadores, ao passo que as associações empresariais não sofreram retaliação e se multiplicaram ao longo do regime, além de terem acesso direto ao poder e maior capacidade de pressão e influência sobre as agências estatais e políticas públicas.

Notamos para o caso da construção civil que a "ampliação seletiva do Estado" se fez valer plenamente nesse setor, com reprodução, fortalecimento e complexificação de rede de entidades organizativas empresariais após o golpe, ao passo que os trabalhadores tinham as suas associações e sindicatos fechados, com intervenção, cassação e outras formas de cerceamento no período. Esse processo dúbio permitia e facilitava a implementação de uma agenda classista no Estado. Assim, as políticas estatais para o setor ao longo da ditadura incluíam reserva de mercado, ampliação das inversões estatais em obras públicas, financiamento subsidiado e isenções fiscais para as empresas e, ao mesmo tempo, arrocho salarial, facilitação de horas extras, fim de direitos sociais, pouca fiscalização dos mecanismos de segurança do trabalhador no ambiente de obra e outras medidas que oneravam os trabalhadores, como a própria distribuição do orçamento mais generoso aos investimentos em infraestrutura do que o aplicado em educação e saúde pública, o que penalizava os que não tinham recursos para custear ensino e proteção privados.

Assim, podemos concluir que o caráter de classe da ditadura, tipicamente empresarial-militar, aparece expresso na forma como o regime lidava com as organizações da sociedade civil. Facilitando as operações das associações da classe dominante, a ditadura evidenciava assim o seu caráter de classe. Essas reflexões parecem importantes de serem pontuadas em um momento em que organizações, passeatas e lideranças políticas ascendentes reivindicam a memória da ditadura e defendem o seu legado e supostos "aspectos positivos".

Para além disso, é importante levar em conta que a "ampliação seletiva do Estado" durante o regime, cuja implementação contou com o apoio e participação dos mecanismos de repressão vigentes,

acabou por influenciar a forma como se deu a transição política no país nos anos 1980. Os trabalhadores partiam então de uma situação altamente desfavorável naquele momento, tendo em vista que, enquanto os empresários estavam organizados em numerosas associações e possuíam uma estreita inserção no aparelho de Estado no período, os trabalhadores tinham que construir suas organizações praticamente do início, tendo em vista que as existentes muitas vezes estavam contaminadas com as práticas de intervenção, ingerência e cooptação pela política da ditadura de transformação dos sindicatos em organizações de cunho assistencial e despolitizado. Essas notas talvez possam ajudar a entender certos dilemas que possuímos no processo de transição política, na Nova República e que nos afetam e afligem até os dias atuais.

Referências:

- AEERJ. *AEERJ 30 Anos: 30 anos de obras públicas no Rio de Janeiro (1975-2005)*. Rio de Janeiro: AEERJ, 2005.
- APEOP (GUEDES, Henrique). *A Outra Face do Empreiteiro*. São Paulo: Pini, 1977.
- BOBBIO, Norberto. *Gramsci e la concezione della società civile*. Milão: Feltrinelli, 1976.
- CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. *Estado e Empreiteiros no Brasil: uma análise setorial*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 1993.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar*. Niterói: Eduff, 2014.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: EdSENAC-SP, 2001.
- CHAVES, Marilena. *Indústria da Construção no Brasil: desenvolvimento, estrutura e dinâmica*. Dissertação de Mestrado em Economia Industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1999].
- CLUBE de Engenharia. *Luta pela Engenharia Brasileira*. Rio de Janeiro: Engenharia, 1967.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; GRZYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*. Vol. 14, nº 28. São Paulo: 1994, p. 74-100.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira; das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3 - Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [1932-1934].

HONORATO, César Teixeira (org.). *O Clube de Engenharia nos Momentos Decisivos da Vida do Brasil*. Rio de Janeiro: Venosa, 1996.

IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KLAUSMEYER, Maria Luiza Cristora. *O Peão e o Acidente de Trabalho na Construção Civil no Rio de Janeiro*: elementos para uma avaliação do papel da educação nas classes trabalhadoras. Dissertação de mestrado em Educação. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; LISBOA, Fátima Sebastiana Gomes; SIMÕES, Mariza. "O regime militar e a reorganização sindical, 1965-1970". In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (org.). *Rio de Janeiro Operário*. Rio de Janeiro: Access, 1992, p. 393-438.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. "O centauro imperial e o 'partido' dos engenheiros; a contribuição das concepções gramscianas para a noção de Estado ampliado no Brasil Império". In: MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF / Faperj, 2006, p. 55-70.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres*: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, Romulo Costa. *Pelos Pobres!* As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República. Tese de doutoramento. Niterói: PPGH-UFF, 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MINELLA, Ary. *Banqueiros*: organizações e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Anpocs / Espaço e Tempo, 1988.

O Empreiteiro. Edição de janeiro de 1972, nº 48.

O Empreiteiro. Edição de maio de 1980 (1980A), nº 148.

O Empreiteiro. Edição de novembro de 1980 (1980B), nº 155.

O Empreiteiro. Edição de maio de 1984, nº 198.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *"Os Simples Comissários"*: negociantes & política no Brasil Império. Niterói: Eduff, 2014.

POÇAS, Bernardo Galheiro. *1964-1979*: a luta pela hegemonia na petroquímica brasileira. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2013.

PRADO, Lafayette. *Transportes e Corrupção*: um desafio à cidadania. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

REGINATTO, Ana Carolina. "A nova Constituição e o Código de Mineração de 1967: a consolidação do capital multinacional e associado no setor mineral brasileiro". In: PICCOLO, Monica (org.). *Ditaduras e Democracias no Mundo Contemporâneo*. São Luís: Eduema, 2016, p. 41-72.

RODRIGUES, José. *O Moderno Príncipe Industrial*: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SICEPOT-MG. *Rumo ao Futuro*: a construção pesada e o desenvolvimento de Minas. Belo Horizonte: Sicepot-MG, 2005.

SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece: A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 a 1877*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 1979.

SINGER, Paul Israel. *A Crise do “Milagre”*: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SINICESP [Luiz Roberto de Sousa Queiroz]. *A Saga da Construção Pesada em São Paulo*. Vinhedo, SP: Avis brasilis, 2008.

SINICON. *Ata da Reunião de Fundação do Sinicon*. 10 de março de 1959. Rio de Janeiro: Sinicon, 1959.

SINICON. *Estatuto Social e Regulamento Eleitoral*. Rio de Janeiro: Sinicon, 2004.

SINICON. *Informe Sinicon*. Edição de 6 de fevereiro de 1984, nº 1, ano I. Rio de Janeiro: Sinicon, 1984.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. *Operários e Política*: estudo sobre os trabalhadores da construção civil de Brasília. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Brasília: UnB, 1978.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975 [1971].

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MESA REDONDA II – ESTADO AMPLIADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO E A AMPLIAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: FORMAS DE ATUAÇÃO E AVALIAÇÕES (1948-1960)

Dilma Andrade de Paula (UFU)

Resumo: A Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) foi criada pelo Congresso Nacional em 15 de dezembro de 1948, operando a partir do final de 1949, visando elaborar e garantir a execução do Plano de Aproveitamento das Possibilidades Econômicas do Rio São Francisco, de acordo com a Constituição de 1946 e de acordo com a Lei n. 541, de 15 de dezembro de 1948. Foi sucedida pela Suvale (autarquia vinculada ao Ministério do Interior), a partir de 28 de fevereiro de 1967. A proposta é estudar os dois primeiros quinquênios da CVSF (1951/55 e 1956/61), que coincidem com duas gestões do período considerado “democrático”, em que o desenvolvimento nacional esteve na linha de frente das políticas de Estado: o período de marca mais nacionalista de Getúlio Vargas (1951-54) e o nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960). O objetivo principal é situar o papel da CVSF na história do campo do desenvolvimento no Brasil e investigar sua importância na ampliação do Estado brasileiro em direção ao conhecimento e domínio de territórios e de populações rurais do Vale do São Francisco. (Financiamento: Fapemig)

A Comissão do Vale do São Francisco, o planejamento, a relação público/privado

Na Constituição de 1946 foram incluídos 3 dispositivos constitucionais que tratavam do chamado “Planejamento Regional”: a) um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas totais do Rio São Francisco e seus afluentes, nas Disposições Constitucionais Transitórias (Art. 29), em um prazo de 20 anos, aplicando-se quantia não inferior a 1% da renda tributária nacional; b) igualmente em 20 anos, um plano de valorização da Amazônia (Art. 199) e c) a proteção às populações afetadas pela seca no chamado Polígono das Secas (Art. 198).

A lei nº 541 criou a Comissão do Rio São Francisco, após longas exposições e debates no Congresso Nacional e em 15/12/1950 a Comissão apresentou o Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco, embora já estivesse em curso um plano de atividades “emergenciais”, com obras esparsas. Na Mensagem presidencial ao Congresso, gestão Eurico Dutra, ressaltava-se que o objetivo era criar na região sanfranciscana “um centro de civilização brasileira, capaz de estabelecer um nexo de unidade que pretendemos forjar” (BRASIL. CVSF. *Plano Geral...*, p. 5). A CVSF foi vinculada diretamente ao poder Executivo, com a função de complementar e coordenar atividades juntamente com outros órgãos federais, estaduais e municipais já existentes nas regiões abrangidas, sendo o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), uma das mais importantes agências do setor. Na prática, passava, no mínimo, por agências tanto do Ministério da Agricultura, quanto o de Viação e Obras Públicas, quanto os de Educação e Saúde, e nas suas congêneres estaduais e municipais. Isso também dificultou ações, que também se tornavam permeáveis a interesses diversos, nesses vários

âmbitos, levando ora à paralisia, entraves, ora a ações descoordenadas de vários órgãos com funções semelhantes.

Após 5 anos de tramitação, foi criada a Lei nº 2.599, de 13/9/1955 estabelecendo a redação final do plano e suas diretrizes que, em geral, eram as do plano original, que seriam executadas em 4 quinquênios, dentro do prazo de 20 anos. A bacia hidrográfica do São Francisco estende-se por 640 mil quilômetros quadrados, com uma população, na época, ao redor de 5 milhões de habitantes, recortadas em estados do Nordeste: Sergipe, Pernambuco, Bahia, Alagoas e parte do Sudeste, abrangendo áreas de Minas Gerais. Uma vasta abrangência geográfica, mas também sócio-cultural inter e intra-estados.

As atividades estabelecidas no Parágrafo único da Lei nº 2.599 compreendiam um conjunto de 15 grandes grupos de atividades: regularização do regime fluvial, melhoria de condições de navegabilidade do rio e de seus afluentes, ampliação, modernização e padronização do transporte fluvial, construção de centrais elétricas e de linhas de transmissão, serviços de irrigação (em grandes áreas de colonização, bem como pequena irrigação à base de cooperação), rodovias de acesso e ligação, aeroportos e campos de pouso, urbanização de cidades, saneamento, educação e ensino profissional, saúde e assistência, fomento à produção agropecuária, mecanização, lavouras e silos, fomento à produção industrial, florestamento e reflorestamento, proteção aos rios da Bacia.

Em reportagem de *O Observador Econômico e Financeiro* ressaltava-se que um tão amplo rol de atividades programadas no Vale, repleta de críticas e controvérsias⁷, se justificaria pelo entendimento do papel “saneador” e supletivo do Estado, intervindo e investindo em áreas “em estágio de atraso econômico, visando a recuperá-las”, encorajando a iniciativa privada para assumir, em seguida, completando a obra iniciada. Caso fosse deixado somente à iniciativa privada “é ocioso afirmar que somente lucros imediatos poderiam atrair investimentos particulares” (Recuperação de um Vale (A). *O Observador...*, p. 08). O papel do Estado é então significado como ponta de lança, planejando, abrindo frente de expansão e, com o terreno pronto, atrairia o capital privado.

Tal perspectiva defendida pelos editores de *O Observador* coadunava-se com as do engenheiro Lucas Lopes⁸, que veio a ser o primeiro Diretor de Obras da CVSF, indicado pelo Partido Social Democrático (PSD) de Minas Gerais (PAULA, 2016). Na época, em 1955, Lucas Lopes editou um livro pelo Ministério de Viação e Obras Públicas, *O Vale do São Francisco* em que alicerçava o planejamento regional da CVSF, que foi devidamente citado e referendado nessa reportagem, como “admiráveis capítulos de lúcida exposição dos problemas sanfranciscanos” (Recuperação de um Vale (A). *O Observador...*, p. 09).

Ao “domínio da água”, com barragens e obras de “múltiplas finalidades”, acrescentava-se o “domínio da terra – sua utilização em moldes rigorosamente técnicos” (Idem). Os editores de *O Observador* indicaram os possíveis percalços que seriam enfrentados, pois “entregou-se à CVSF a alavanca de comando de recuperação da região sanfranciscana, de maneira a hipertrofiar suas atividades, tais as minúcias e a extensão do planejamento” (Idem, p. 12). Ao lidar com vários órgãos municipais, estaduais e federais, as atribuições teriam que ser muito bem delimitadas e a CVSF teria que funcionar, de

⁷ Dentre as críticas, que essas obras eram de grande envergadura, mas dispersas, esparsas regionalmente e que outras, de caráter mais emergencial, como às de fomento à produção agrícola poderiam ser mais imediatas, com melhores resultados.

⁸ Sobre a trajetória de Lucas Lopes ver Araújo, 2010.

fato, como suplementação ou como principal catalisadora, em obras mais específicas. Indicava-se, portanto, a fragmentação de atividades que prejudicariam o objetivo principal que era a recuperação do Vale (Idem, p. 13).

Sobre os principais engenheiros/intelectuais que participaram mais decisivamente tanto do planejamento quanto do início da execução das obras da CVSF,⁹ serão resumidamente tratados, a seguir. Para Lucas Lopes, o [aproveitamento econômico do] Vale do São Francisco teria sido sempre um objetivo de caráter nacional. Ao estado de Minas Gerais interessaria o potencial de navegação, para escoamento de produtos. A novidade trazida pela CVSF

(...) foi chamar atenção para a importância do vale como instrumento, como área de concentração de populações, de riqueza, e que, uma vez ocupado o vale, ocupadas as áreas do vale economicamente desenvolvidas, aquela seria a área de transição do Nordeste para o Sudeste. (LOPES, MEPROEL, p. 109)

Segundo Lopes, havia uma dupla visão que se complementava, no âmbito da Comissão, a de que ela “foi o primeiro plano mais ou menos coordenado de desenvolvimento regional de uma bacia hidrográfica no Brasil” (LOPES, MEPROEL, 1988, p. 121). A amplitude de sua proposta ultrapassava a realização de obras isoladas,

nós tínhamos de fazer o desenvolvimento de uma das regiões mais pobres do Brasil. E esse desenvolvimento dependia de saneamento, de escola, de proteção das áreas inundadas. Havia uma justa solicitação de obras sociais, e que foram atendidas. Houve um bom esforço de expansão agrícola no vale, com a criação de uma série de lucros de pesquisa, lucros de distribuição de sementes etc., que era feita por uma parte da comissão. (LOPES, MEPROEL, 1988, p. 121)

Para ele, a CVSF “foi uma grande experiência, que deu resultados muito bons” (LOPES, MEPROEL, 1988, p. 121). Todavia, ele participou da “fase de estudos da Comissão, mas na fase de execução do trabalho da Comissão eu já estava saindo para outras áreas.” (LOPES, MEPROEL, 1988, p. 131). O que não o impediu de “emplacar” a construção da usina de Três Marias como “a” grande obra da CVSF (Cf. PAULA, 2016 e 2017).

Como havia ocupado vários postos de direção no governo do estado de Minas Gerais nos anos 1940, sendo também coordenador do Plano de Eletrificação do estado, Lopes conhecia bastante os problemas do Estado e, em especial, a questão da geração de energia elétrica. Indagado pelos entrevistadores acerca do debate (1944/45) entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudim sobre a relação Estado/industrialização, afirmou que a questão era capitalizar o Estado, buscar recursos, já que não havia iniciativa privada para produzir energia elétrica em Minas Gerais. Dessa forma, defendia a atuação conjunta de Estado/capital privado para “temperar um pouco as administrações públicas e evitar que elas ficassem completamente desorientadas em termos das noções de lucro, das noções de benefício.” (LOPES, MEPROEL p.114/115).

Lucas Lopes afirmou, ainda, que na época em que participou da CVSF (Diretor do Plano de Obras, 1949/51), bem no início, fez muitos estudos sobre planejamento e geografia econômica. Tinha grande admiração por Roosevelt e o *New Deal*, mas também pelos projetos elétricos de planejadores

⁹ O enfoque será sobre a Diretoria de Planos e Obras da CVSF, em que foi possível obter mais fontes e informações e, ao que tudo indica, teve maior destaque. A outra diretoria era a de Produção e Assistência, ocupada pelo agrônomo do Ministério da Agricultura, Oscar Espínola Guedes. O primeiro diretor superintendente foi o engenheiro Paulo Peltier de Queiroz.

russos, apresentados durante o Congresso Mundial de Energia, em Washington, após a II Guerra Mundial (LOPES, MEPROEL, 1988, p. 116/117).

Lopes conduziu para a CVSF outros “engenheiros-chave” durante várias décadas no Brasil¹⁰, todos oriundos da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), subsidiária da *American & Foreign Power* (Amforp). Assim, foi assessorado por John Cotrim (que permaneceu em tempo parcial na CAEEB). Cotrim, por sua vez, levou Mauro Thibau que, após o trabalho na CAEEB, foi também engenheiro comercial da Goodyear (Cf. THIBAU, MEPROEL, p.84).

Mauro Thibau aponta que a divisão da CVSF entre 3 diretores respondia aos interesses estaduais,

A Comissão foi um órgão criado por lei do Congresso Nacional no âmbito da Presidência da República. Era um organismo supraministerial, que tinha como finalidade desenvolver o Vale do São Francisco, e na sua direção se representariam as regiões ou os estados de maior interesse ou que tinham áreas na bacia do São Francisco. Então: Minas, onde o São Francisco nasce e cresce; Bahia, onde ele atravessa, no seu maior trecho; e a região do Nordeste representada por Pernambuco, porque, de longe, entre os três estados do Nordeste que o São Francisco abrange – Sergipe, Alagoas e Pernambuco -, Pernambuco era o de representação mais expressiva. Então a direção foi feita através de um superintendente baiano, um diretor mineiro e um diretor pernambucano (THIBAU, MEPROEL, p. 85).

Para Thibau, apesar da enorme ambição da CVSF, havia muita limitação de recursos. Começou com muito ânimo, mas realizou muito pouco. E, se comparado com o que foi feito pela Tennessee Valley Authority (TVA):

mostrava que era uma aberração total o que nós queríamos fazer, porque tínhamos, talvez, o triplo da área com uns 10% dos recursos. Então era absolutamente inviável pretender qualquer coisa de semelhante. Mas foi uma oportunidade boa de se desenvolver idéias, de se levar avante esquemas de projeção futura; (THIBAU, MEPROEL, p.87/88)

No caso, então, desses engenheiros liderados por Lucas Lopes, que se especializaram em engenharia civil, o objetivo era construir barragens, realizar a regularização do rio, etc. E só puderam fazer isso quando, então, se propôs a construção da obra da usina hidrelétrica de Três Marias como obra-chave no São Francisco, de múltiplo aproveitamento (regularização do regime fluvial, aumento da vazão hídrica para a usina de Paulo Afonso, irrigação e produção de energia) e “(...) aí foi possível então, invocar o que tinha sido desenvolvido na comissão do Vale do São Francisco, para justificar a participação da Comissão do Vale no projeto de Três Marias.” (THIBAU, MEPROEL, p.87/88).

Essa articulação também foi possível porque “então Lucas Lopes agia nas duas áreas simultaneamente, como diretor da Comissão do Vale do São Francisco e como orientador, supervisor, diretor também do Plano de Eletrificação de Minas Gerais” (THIBAU, MEPROEL, p.94).

Portanto, o amplo desenvolvimento do Vale ou o primeiro projeto de desenvolvimento regional foi se transformando em obras específicas e pontuais, destacando-se primeiramente as hidrelétricas de

¹⁰ Segundo Lucas Lopes: “Os membros da Comissão do São Francisco e da CBE vieram mais tarde para a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, foram para o Banco Nacional de Desenvolvimento, foram para a Cemig. O Brasil sempre teve uma elite muito pequena de técnicos altamente, ou melhor, bastante preparados – ainda não eram tão altamente como mais tarde se tornaram, mas bastante preparados.”(LOPES, MEPROEL, 1988, p. 181) Essa análise foi melhor trabalhada em PAULA e CORRÊA, 2014.

Três Marias e Paulo Afonso, contemplando vários interesses de frações de classe dominantes nos estados banhados pelo rio São Francisco, não sem disputas, é claro (Cf. PAULA, 2016 e 2017).¹¹

Para John Cotrim, quando foi convidado para trabalhar com Lucas Lopes na CVSF, teve que convencer a CAEEB a empregá-lo em tempo parcial, já que não havia esse tipo de contrato, o sujeito tinha que ter o trabalho *full time* na empresa. E o argumento principal foi

(...) que era do interesse deles, de interesse político principalmente, que eu desse assessoria a um órgão de governo muito importante, recém-criado e que poderia ter, amanhã, influência na área de serviço deles. Porque Belo Horizonte, por exemplo, que era o centro da companhia de Minas Gerais, do grupo, estava dentro do raio de ação, vamos dizer, dos planejamentos e estudos que fossem feitos na bacia do São Francisco. Embora a Comissão do Vale do São Francisco visasse, primordialmente, problemas no médio e baixo São Francisco, área do Nordeste, ela se estendia até a região de Belo Horizonte e até mais ao sul. E o Lucas Lopes era o diretor designado por Minas para participar da coisa, ele tinha um enfoque bastante mineiro do vale do São Francisco, procurava dar um certo destaque aos projetos que pudessem beneficiar, também, o estado de Minas. Então, por causa disso, consegui que a companhia concordasse em que eu desse uma assessoria a essa Comissão do Vale do São Francisco e passei a acumular a função de engenheiro das Empresas Elétricas com a de assessor da Comissão do Vale do São Francisco.” (COTRIM, MEPROEL,p.60)

O caso de Cotrim não foi único, outros engenheiros também atuavam no setor privado e no âmbito da CVSF. Havia também a participação de empresas contratadas para planos, projetos e alguns serviços, como a Servix Engenharia (COTRIM, MEPROEL, p. 66), que também tinha funcionário atuando na CVSF. Percebe-se, pois, por esse conjunto de fontes, o quanto a CVSF, atuando diretamente junto ao poder Executivo, estava atravessada por interesses privados e de várias frações de classe dominante que se faziam representar também no congresso nacional, estabelecendo prioridades no conjunto das chamadas obras públicas. Havendo demanda social nessas regiões-alvo (por educação, saúde, assistência agrícola, etc), elas eram devidamente filtradas, transformadas e devolvidas às populações de outra forma.

¹¹ Atualmente, existem cerca de 20 usinas hidrelétricas em operação em todo o Vale e foi reconhecido em documento oficial que: “O complexo formado pelas represas, ao praticamente eliminar as grandes cheias no baixo São Francisco, privou a região do processo de fertilização natural que ocorria a cada ano, inviabilizando a agricultura tradicional na região, com graves implicações sociais, pela ausência de atividades econômicas alternativas”. Acrescente-se assoreamento e meio estéril para reprodução da fauna aquática, dentre muitos outros problemas. BRASIL. SENADO FEDERAL. COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR E AVALIAR O PROJETO DE CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO E A INSTALAÇÃO DO RESPECTIVO COMITÊ DE BACIA. Relatório. 2001. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4712536&disposition=inline>. Acesso em 26/9/2014.

CVSF: execução e avaliações

Em 1958 os recursos orçamentários votados pelo Congresso foram assim distribuídos:

Distribuição de recursos orçamentários – CVSF, 1958

Obras/Setores	Perc entual %
Estudos	0,8
Regularização Fluvial (Três Marias)	47,0
Energia	15,5
Transportes	11,0
Irrigação e Drenagem	2,5
Saúde	8,0
Desenvolvimento Cultural	1,2
Desenvolvimento da produção	14,0

Fonte: BRASIL.CVSF. A Comissão do Vale do São Francisco. Álbum 10 anos de fundação, p. 1. Acervo: Codevasf/Biblioteca Geraldo Rocha.

No primeiro quinquênio (1951-55) de atuação da CVSF houve o predomínio da realização de planos, a contratação de vários especialistas e empresa para a confecção de muitos estudos sobre o Vale do São Francisco, o rio e seus afluentes, as populações¹², os recursos naturais, a elaboração de vários projetos. O segundo (1956-60) foi marcado pela execução de algumas obras de infra-estrutura, destacando-se a construção da usina de Três Marias, predominando, portanto, a ênfase no Médio São Francisco, notadamente a parte relativa ao estado de Minas Gerais, conforme se pode também deduzir a partir do exposto na parte anterior e no quadro acima. Vitória, portanto, de setores políticos e econômicos vinculados ao PSD de Minas Gerais, então em alta, no período governamental de JK.

O projeto da barragem de Três Marias, originalmente elaborado pelos técnicos da Cvsf, depois foi revisto, assumido e executado pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), sendo uma das últimas obras inauguradas por JK. A questão no São Francisco torna-se, efetivamente, o “domínio das águas” que pendeu fortemente para a construção de hidrelétricas, como Paulo Afonso (CHESF), a construção de Três

¹² Destaca-se, no início dos anos 1950, o convênio da CVSF com a USP, que originou o “Projeto do São Francisco”, conjunto de estudos da equipe liderada por Donald Pierson, formado na Escola Sociológica de Chicago e que, desde 1935 encontrava-se vinculado à Escola livre de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo. Resultou a obra *O Homem do Vale do São Francisco*, com 1.500 páginas, organizadas em 3 tomos, publicadas em 1972. O projeto buscava a formação de pesquisadores, vasto levantamento bibliográfico e também o conhecimento da região e suas características culturais. Sobre a atuação de Pierson e esse projeto, em especial, Ver: BONFIM, 2006 e OLIVEIRA, 2010, dentre outros.

Marias e depois, Sobradinho (CHESF) e tantas outras obras, contemplando partes do Nordeste (PAULA, 2016). Dessa forma:

O São Francisco foi o meio, ou melhor, a Cvsf forneceu o caminho necessário para que o projeto da usina de Três Marias fosse canalizado, concretizado e transformado em parte do “programa de desenvolvimento do país”. Sob o argumento do “domínio das águas”, havia uma forte disputa política de interesses capitalistas nacionais e internacionais alocados nas regiões próximas ao rio e seus afluentes que, naquele momento, se fortaleciam, canalizadas para o âmbito estatal e devolvidas à sociedade enquanto políticas públicas. Da mesma forma, o discurso do “regionalismo”, usado de acordo com a conveniência, também encobria interesses sociais de classes (PAULA, 2016).

Outro conjunto de obras referiu-se à irrigação, mais fortemente desenvolvida a partir de 1970, já com atuação conjunta da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) com aporte de estudos (PNUD/FAO)¹³ e investimentos estrangeiros. As demais obras, de menor visibilidade nacional, mas muito importantes em âmbito local e regional, acabaram, no geral, sendo catalisadas pelos interesses políticos/clientelistas do deputado Manoel Novais, por exemplo, que fez sua longa carreira à base das influências capitaneadas pela Comissão do Vale. Repórteres da revista *O Cruzeiro* percorreram regiões servidas pelas obras da Comissão do Vale e concluíram que o coronelismo se mantinha e se atualizava, pontuando também os conflitos de interesses entre Manoel Novais e seu Partido Republicano, com os de dirigentes políticos locais:

Barra. Sede e Bispado. Política de Trabuco. Quando por lá passamos, a cidade estava em polvorosa: a polícia, a mando do Prefeito, havia impedido, à força, a construção de uma estrada de rodagem pela Cvsf. Alegação: o Partido Republicano, do Deputado Manoel Novais é, lá, oposição, e só o PR consegue a realização de obras públicas da Cvsf, desmoralizando assim o Prefeito, que é do PSD.

Remanso. Também é ex-sede do Cangaço. Hoje é uma cidade simpática e talvez congregate, com Xique-Xique, os remanescentes dos tradicionais vaqueiros do São Francisco. Em Remanso a Comissão do Vale serve aos interesses políticos do PR, através do 4º Distrito. O diretório desse partido (que é oposição local) está construindo uma rodovia e instalando energia elétrica no Distrito de Catita, sem dar satisfação ao Prefeito (PSD) (*O Cruzeiro*, 1958, p. 98)

Na avaliação de Alfred Hirshman, que, de alguma forma, vai ao encontro do tom dessa reportagem, ao analisar projetos de desenvolvimento no Nordeste brasileiro, pontua que a CVSF, com destinação prévia de dotação orçamentária, foi levada ao desperdício, pois diretamente ligada às forças políticas de “clientela” que a dominavam e que “logo perdeu alguns dos elementos técnicos mais

¹³ O postulado principal de um projeto que articulou a Sudene, Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabelecia que a irrigação no Nordeste do Brasil não era a solução absoluta para o problema do atraso econômico e o êxodo presentes, mas um fator insubstituível de desenvolvimento da região e a única garantia para uma produção agropecuária racional no sertão. A irrigação seria feita em áreas pontuais, onde existisse viabilidade técnico-econômica, capaz de “formar capital”. Previa um melhor retorno se o planejamento se iniciasse pelo sub-médio São Francisco, justamente, onde mais tarde, se desenvolveu a fruticultura empresarial, nos pólos Petrolina (Pe) e Juazeiro (Ba). Daí se vê, portanto, na prática, a seletividade da proposta desenvolvimentista. SUDENE/PNUD/FAO. *Estudio de la cuenca del rio São Francisco*. Recife, Pe. Brasil, junho de 1970, p. 1.

qualificados que a princípio conseguira atrair”, como Lucas Lopes (1965, p. 72). Sua tarefa era enorme e amorfa, promover a colonização e o desenvolvimento de uma imensa bacia fluvial (1965, p.71). Para o autor, intelectual entusiasta do programa “Aliança para o Progresso”, de John Kennedy¹⁴,

(...) a CVSF criada em 1948 como admirável órgão novo, capaz de transformar por completo o vale do São Francisco, teve uma existência inteiramente apagada. Ao contrário do DNOCS, não sofreu altos e baixos, nem foi responsável por fracassos maiores ou abalada por escândalos. Em vez disso, a Comissão se adaptou rápida e confortavelmente à estrutura burocrática existente, talvez com o intuito principal de passar despercebida. A história da CVSF prova conclusivamente que em matéria de desenvolvimento regional o órgão não cria necessariamente a função (HIRSCHMAN, 1965, p.71).

Os termos utilizados pelo autor apontam o fracasso da CVSF, que sucumbiu ao clientelismo e aos interesses eleitoreiros locais, que ele contrapõe à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), um exemplo de eficiência e objetividade na intervenção regional (Sobre Hirschman, ver: PAULA, 2015).

À guisa de conclusão

Apontamos algumas avaliações acerca da CVSF e de alguns de seus agentes. O balanço de sua atuação não se encerra nessas poucas linhas. Importante indicar, todavia, alguns elementos teóricos pertinentes ao tema desse *X Simpósio Nacional Estado e Poder: Estado ampliado* que, ao mesmo tempo, fornecem pistas metodológicas ao tratamento de fontes oficiais, jornalísticas e memórias de alguns daqueles intelectuais orgânicos que permaneceriam décadas ainda na administração de várias agências do setor elétrico.

O Estado é uma relação social conflituosa, que reflete a luta de classes (Gramsci, Poulantzas) e essa relação estava sendo fortalecida e ampliada no Brasil com o chamado planejamento regional. Talvez, em boa parte, “disciplinando” o coronelato local e introduzindo novas relações e correlações de força, via agências estatais e suas obras públicas. Por outro lado, expropriando a população local de múltiplas maneiras, inclusive do uso que fazia do rio e da agricultura ribeirinha. Setores dessa população podem ter sido beneficiados com algumas obras públicas e novos empregos, mas, de outro lado, foi expropriada dos poucos recursos de que dispunha e tampouco foi consultada para a realização de planos e projetos. Do lado político, mais um capítulo da modernização capitalista ou, nos termos de Gramsci, de revolução passiva. Por meio do planejamento, da racionalização, da técnica, o americanismo difundia-se enquanto prática e ideologia hegemônica, conformando e atualizando práticas do Estado capitalista no Brasil.

¹⁴ Segundo Melissa M. Natividade a CVSF solicitou à Aliança para o Progresso um convênio de assistência educacional, visando implementar a educação de jovens para o trabalho, o manejo de máquinas e equipamentos (2018, p. 216). O conjunto de planos, ações e convênios feitos pela CVSF indicam a forte marcha do americanismo do pós-guerra conduzido pelos agentes e agências estatais.

Em termos econômicos, para David Harvey, os mecanismos descritos por Marx na trajetória da acumulação primitiva de capital ainda se mantêm, atualizadas, pois o Estado, em sua geografia histórica, perpetua o vínculo das lógicas territoriais e capitalistas de poder.

Harvey fortalece seus argumentos com estudos de A. Roy sobre a construção de represas no Vale de Narmada, na Índia. Longe de ser contra o fornecimento de energia às populações ribeirinhas, Roy aponta, segundo Harvey, dentre vários outros problemas, que poucos se beneficiam do empreendimento, compreendendo consultores, engenheiros, grandes empresas de construção e fornecedoras de maquinário, etc. Todo o risco do investimento recai sobre o Estado e o vasto montante de dinheiro público alocado nesses projetos poderiam ser investidos em outras áreas, com maior proveito para a população. As centenas de pessoas deslocadas são principalmente membros de populações indígenas ou marginalizadas:

Ainda que esta seja uma batalha específica num local particular e precise ser travada com recursos específicos, seu caráter geral de classe é bastante claro, tanto quanto o é o “bárbaro” processo de expropriação. O fato de cerca de 30 milhões de pessoas terem sido deslocadas pelos projetos de represas apenas na Índia nos últimos cinquenta anos prova tanto o grau como a brutalidade do processo” (HARVEY, p.145)

Para ele, o conceito de “acumulação por espoliação” definiria e atualizaria o processo da acumulação primitiva nos tempos atuais e, efetivamente, seria o “custo necessário de uma ruptura bem sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado” (... , p. 128). E, antes:

Toda formação social, ou território, que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem de passar por amplas mudanças institucionais e estruturais do tipo descrito por Marx sob a rubrica de acumulação primitiva (Idem, p. 127).

E sobre essas “amplas mudanças institucionais” indicadas por Harvey, Sonia Mendonça destaca a controvérsia nas Ciências Sociais sobre o efetivo papel desempenhado (ou não) pela burguesia no processo econômico pós-1930, considerando que é possível identificar a formação de três frentes de atuação empresarial, longe de um ideal de debilidade que às vezes lhe é atribuída: 1) a luta pela participação efetiva no aparelho de Estado; 2) a construção de um discurso próprio que igualasse os empresários com as demais classes produtoras e 3) a elaboração de um verdadeiro programa industrialista. Segundo Mendonça:

o Estado, tendo multiplicado seu número de agências, institutos, conselhos e autarquias, propiciava a canalização, diretamente para o seu interior, das demandas dos distintos setores sociais, administrando, dessa forma, os conflitos potencialmente existentes entre eles (MENDONÇA, 1995, p. 19) .

Foi essa “canalização” de interesses que buscou-se indicar com o trânsito de engenheiros na Diretoria de Obras da CVSF e no setor privado. Ao Estado cabe a abertura de novas fronteiras, para o

capital privado vir em seguida e usufruir dos lucros. Os nobres benefícios sociais gerais sempre são invocados nos planos e na sua divulgação/legitimação, mas na sua execução, atendem a poucos, de forma que sempre surgem novos projetos com propostas semelhantes, pois os problemas sociais gerais nunca são efetivamente resolvidos.

Quando as diretrizes políticas das agências de fomento internacionais (Banco Mundial, Eximbank, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc) voltaram-se à América Latina após os anos 1950, com mais intensidade, já havia um “clima” propício à aceitação de muitas políticas voltadas à industrialização acelerada e à formação de um mercado de consumo mais robusto alimentando, assim, uma nova hegemonia, a do “desenvolvimento” (PAULA, 2012). A produção de energia elétrica, a irrigação empresarial e a apropriação da natureza para fins industriais foram colocadas como pontas de lança para a acumulação de capital, sendo o Estado o principal formulador e catalisador o que, nesse aspecto, reside parte do processo de sua ampliação no Brasil contemporâneo, principalmente após a década de 1930.

Fontes

BALLOT, H.; FERREIRA, J.; SILVA, E. São Francisco: rio da desunião nacional. *O Cruzeiro*, 19-04-1958. Acervo Biblioteca Geraldo Rocha/Codevasf-Brasília-DF.

BRASIL. Presidência da República. Comissão do Vale do São Francisco. *Plano geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco*. Elaborado pela Comissão do Vale do São Francisco, de acordo com o disposto no Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e na Lei n. 541, de 15 de dezembro de 1948. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. 170 p. e Anexos.

BRASIL. Presidência da República. CVSF. *Antecedentes do Plano Geral para o Aproveitamento econômico do Vale do S. Francisco*. Rio de Janeiro: CVSF, 1953. 331 p. Acervo Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro.

BRASIL. Presidência da República. CVSF. *O desenvolvimento econômico do São Francisco*. Um planejamento regional em marcha, pelo engenheiro SEREBRENICK, Salomão, diretor da divisão de estudos e projetos. Rio de Janeiro: CVSF, 1961.

BRASIL. SUDENE/PNUD/FAO. *Estudio de la cuenca del rio São Francisco*. Borrador del informe terminal de la agencia ejecutiva FAO. Recife, Pe. Brasil, junio de 1970.

COMISSÃO recupera o Vale (Uma). De Três Marias a Sobradinho. Separata de *O observador Econômico e Financeiro*, ano XXVII, n. 315, out./Nov./dez., de 1962. 18 p. Acervo Biblioteca Geraldo Rocha/Codevasf-Brasília-DF.

RECUPERAÇÃO de um Vale. Documentário. Separata de *O observador Econômico e Financeiro*, n. 240/241, fev./mar 1956. Acervo Biblioteca Geraldo Rocha/Codevasf-Brasília-DF.

COTRIM, John Reginald. [Depoimento. Projeto MEPROEL]. Entrevistadoras: Anamaria Aragão, Margareth Guimarães Martins e Maria Antonieta Leopoldi. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. 1988. (Mimeo.)

LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento. Depoimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade, 1991.

LOPES, Lucas. *Lucas Lopes* [Depoimento]. Entrevistadores: Maria Cecília Ribas Carneiro, Roberto Martins. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 22 de outubro de 1981 (mimeo).

LOPES, Lucas. *Lucas Lopes* [Depoimento. Projeto MEPROEL]. Entrevistadores: Plínio de Abreu Ramos e Maria Antonieta Leopoldi. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil/CPdoc/FGV, 19/01 e 02/03/1988 (mimeo).

THIBAU, Mauro. [Depoimento. Projeto MEPROEL]. Entrevistadoras: Anamaria Aragão e Margareth Guimarães Martins. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. 1989. (Mimeo.)

Bibliografia

ARAÚJO, Fernanda da Costa M. “*Da solidariedade econômica ao ativismo político*”: o caso Lucas Lopes. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BONFIM, Elizabeth de M. O homem no Vale do São Francisco: um legado de Donald Pierson às Ciências Humanas e Sociais no Brasil. *Psicologia e Sociedade: Associação Brasileira de Psicologia Social*, Minas Gerais/Brasil. v. 18, n. 1, jan./abr. 2006, p.81-85, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326332011>. Acesso em 02/09/2014.

CAMPOS, André Luiz V. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas*. O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v.2. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; co-ed., Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do Cárcere*, v.3. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; co-ed., Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do Cárcere*, v. 4. Ed. e Trad., Carlos Nelson Coutinho; co-ed., Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 2ª ed. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

HIRSCHMAN, A. *Política Econômica na América Latina*. Rio de Janeiro; Lisboa: Fundo de Cultura SA, 1965.

MENDONÇA, Sonia R. de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 19.

NATIVIDADE, Melissa de M. *A Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2018.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva. *Estudos de Comunidade, Ciências Sociais e Saúde: o Ciclo de Pesquisas no Vale do São Francisco na década de 1950*. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

PAULA, D. A. Estado brasileiro e desenvolvimento regional; o debate parlamentar na constituição da Comissão do Vale do São Francisco, 1946-48. *Revista de História Regional: Departamento de História da UEPG, Ponta Grossa-PR*, v. 17, p. 233-257, 2012.

_____. A usina hidrelétrica de Três Marias, o desenvolvimentismo seletivo e o papel de intelectuais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIX, 24 a 28 de julho de 2017, Brasília. *Anais...* Brasília, DF:UnB/Anpuh, 2017. 12 p. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488660290_ARQUIVO_anpuh2017.pdf. Acesso em: 16/09/2018.

_____. (Des)venturas do desenvolvimento: a Comissão do Vale do São Francisco sob a ótica de Alfred Hirschman. In: PAULA, D.A.; CORRÊA, M.L. (orgs.) *Intelectuais e desenvolvimento: perspectivas da pesquisa em História*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015, p. 173-202.

PAULA, D.A; CORRÊA, M. L. “A Central Elétrica de Furnas e o desenvolvimentismo no Brasil (1952-1965)”. *América Latina en la Historia económica: Instituto F. Mora, México-DF*, p. 145-167, 21, núm. 2, mayo/ago., 2014.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: _____. (org.). *O Estado em crise*. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL (1961-1970)

Melissa Natividade (SMES)

Resumo: O decênio de 1960 foi denominado como *Decade of Development* (Década do Desenvolvimento) por instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Esta última foi pensada e criada pela equipe de John F. Kennedy, tendo-se convertido no braço operacional da Aliança para o Progresso. O programa de cooperação financeira e técnica estadunidense estava integrado à conjuntura da Guerra Fria, sendo estruturado para funcionar como um dos instrumentos de contenção do comunismo na América Latina. A implantação do projeto no Brasil foi ampla e gerou uma série de políticas públicas nas mais variadas áreas. Nossa pesquisa recai sobre o mundo rural, abordando as políticas públicas em Educação emanadas do Estado brasileiro na década de 1960, vinculadas aos acordos que envolveram a Aliança para o Progresso. O principal intento é demonstrar as estratégias de vulgarização, de “direção intelectual e moral” e de difusão ideológica estadunidense no Brasil. Para tanto, tornam-se fulcrais alguns conceitos de Antonio Gramsci, principalmente sua reflexão sobre a ampliação do Estado, que nos fornece ferramentas para analisar o Estado eivado de interesses das classes dominantes. Os acordos no âmbito da Aliança fomentaram importantes políticas voltadas para o campo brasileiro, tendo como horizonte o projeto de modernização agrícola que envolvia, prioritariamente, a disseminação do uso de máquinas e fertilizantes agrícolas, orientado pelo paradigma norte-americano. Com a fé na ciência e na tecnologia convertidos em caminho para o progresso, os conhecimentos tradicionais das populações rurais brasileiras foram taxados como atrasados. O progresso social, cultural e político preconizado tinha na Educação a forma de promover seus valores ideológicos.

ESTADO AMPLIADO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

Antonio Cláudio Rabello (UNIR)

Resumo: O presente trabalho é peça de um estudo recém-iniciado sobre a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e sua conflituosa relação com as questões ambientais amazônicas. A ABIOVE foi fundada em 1981 reunindo os principais produtores de soja no Brasil. Os associados são responsáveis por mais de 50% da soja comercializada do Brasil. Em julho de 2006 a associação declarou a moratória da soja, se responsabilizando em não comercializar soja em áreas recém-desmatadas por dois anos. Na defesa desta medida a ABIOVE produziu estudos, análises e relatórios sobre o problema ambiental e os impactos da moratória da soja, tratada como o equivalente a uma produção com responsabilidade ambiental. O presente estudo tem por objetivo identificar os principais intelectuais orgânicos da associação e suas relações com o Estado restrito. O estudo ainda pretende analisar o material produzido pela ABIOVE sobre as políticas ambientais, buscando identificar os conflitos existentes entre este setor produtivo e as políticas públicas ambientais.

Palavras-chave: ABIOVE; Políticas Públicas; Meio Ambiente; Moratória da Soja; Amazônia

MESA REDONDA III – INTELLECTUAIS E ESTADO AMPLIADO

OS INTELLECTUAIS E SEUS DILEMAS: uma análise sobre a intervenção de António Sérgio e Gilberto Freyre no debate político luso-brasileiro¹⁵

Laurindo Mekie Pereira¹⁶

Resumo: A proposta deste trabalho é revisitar o clássico problema da intervenção dos intelectuais no debate político, elegendo para exame dois influentes pensadores do mundo luso-brasileiro no século XX: o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre e o ensaísta português António Sérgio. Os dois autores eram amigos, apesar das flagrantes diferenças ideológicas, materializadas na relação de oposição de Sérgio a Salazar e na explícita colaboração de Freyre para com o ditador português. Eles comungavam também de um mesmo discurso, colocando-se, em suas autoavaliações, como escritores independentes, não sujeitos a quaisquer injunções do mundo social e político. Pretende-se confrontar essa pretensa isenção com suas trajetórias e escritos, recortando para estudo mais detido a assimilação e/ou crítica dos autores em relação aos discursos que reproduzem a identidade nacional lusa.

Introdução

Autores de obras vastas e complexas, engajados em muitas frentes, António Sérgio e Gilberto Freyre deixaram amplo material para discussão, seja em forma de textos, seja em forma de ações concretas.

São necessários recortes. Entre as muitas estruturas nas quais eles se inseriam ou em que viviam, elegemos duas para análise um pouco mais detida: o campo político e a identidade nacional, apoiando-nos em Pierre Bourdieu para pensarmos o primeiro conceito e em Benedict Anderson, Eric Hobsbawm e Anthony Smith para subsidiar a discussão da questão nacional.

Conforme Benedict Anderson, a nação foi, no século XX, justamente quando se esperava seu esgotamento, a mais forte identidade coletiva a moldar o comportamento das pessoas, sendo um compromisso capaz de levá-las a se manterem leais até a morte (ANDERSON, 1989). Estariam os

¹⁵ Neste trabalho apresentamos resultados parciais de um projeto maior, intitulado “Os intelectuais e a nação: uma análise da trajetória e pensamento de António Sérgio, Gilberto Freyre e Mário Soares”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

¹⁶ Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros/ Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) - Unimontes. Doutor em História pela USP, pós-doutorado pela Universidade Nova de Lisboa/UNL, e-mail: mekie1@hotmail.com.

intelectuais incluídos nesse mesmo compromisso ou gozariam de certo grau de imunidade frente às paixões nacionalistas?

As considerações que faço são ainda exploratórias, são parte de uma reflexão em curso, razão pela qual, em diversos momentos, o texto levanta questões que ainda não pode responder a contento. Elas funcionam como demarcadores de um itinerário de trabalho.

A internacionalização do capital e a aparente globalização da cultura viabilizada pela comunicação *online* não arrefeceram os ânimos nacionalistas. Em diversas partes do globo muitos povos continuam a reclamar a autonomia nacional, sendo o caso catalão o que mais ocupou espaço na mídia nos últimos tempos. Por sinal, nesse caso específico, muitos analistas destacaram não haver benefícios materiais na emancipação da Catalunha, apontando para a “irracionalidade” do movimento.

A questão intrigante é compreender por que esse apelo é eficaz, seduz, mobiliza. Há uma ampla gama de explicações ou tentativas de. Para Smith (1999), a compreensão depende do reconhecimento de que a nação se assenta em “camadas de experiência social e histórica” (p.5) e que a organização em Estados Nacionais conserva funcionalidade no mundo hodierno (p. 96).

Os intelectuais, entendidos como as pessoas que manejam símbolos e não fazem coisas (BOBBIO, 1997), particularmente aqueles que operam no campo científico (BOURDIEU, 2007), são igualmente afetados pelo fervor nacionalista? Ou eles têm maior capacidade de refratar tal influência, caso o desejem, evidentemente?

Com Gramsci, aprendemos que os intelectuais integram as classes sociais e operam para que elas se expressem no plano social e político (GRAMSCI, 2004), atividade que melhor desempenham quando desfrutam de uma autonomia relativa, como bem salienta Hugues Portelli (1977, p. 110).

Qual a extensão dessa autonomia relativa? Como os nomes-personagens escolhidos para análise se representam, se definem? São questões que nos guiam no exame das obras de António Sérgio e Gilberto Freyre, olhando para a intervenção deles nos debates políticos em Portugal e no Brasil entre os anos 1930 e 1960.

António Sérgio

António Sérgio nasceu em 1883, em Damão, antiga Índia portuguesa. Foi marinheiro e tenente, mas se destacou com seus escritos sobre história, educação, filosofia, sociologia, economia e política. Entre 1910 e 1920 visitou diversos países como Inglaterra, Brasil, França e Suíça. Na década de 1920 fez

parte do chamado “Grupo da Biblioteca”, juntamente com Raul Proença, Jaime Cortesão, Afonso Lopes Vieira, José de Figueiredo e Aquilino Ribeiro, base da Revista Seara Nova, de grande circulação e influência em Portugal. Sérgio foi por toda a vida oposição à ditadura instalada em 1926, o que lhe rendeu prisões e exílios. No dizer de Romana Pinho, já nos anos 1920, Sérgio era tido como “[...] reformador de Portugal, valendo-se para isso da sua formação filosófica e pedagógica, da sua imensa e indubitável noção de cultura, da sua escrita exigente e incisiva, do seu ensaísmo performático e polemista” (PINHO, 2012, p. 9). Ele foi “o maior das nossas letras”, diz Vasco Magalhaes-Vilhena (1975, p. 196).

O autor se definia como democrata, socialista-cooperativista, idealista, racionalista, universalista. Foi um severo crítico do nacionalismo. Estribado na razão, dizia escrever de forma livre, “desprendido das limitações do espaço e do tempo, das de classe, de riqueza, de nacionalidade e de raça” (SÉRGIO, 1957a, p. 35).

Herdeiro da tradição iluminista e humanista, Sérgio manteve-se distante, na verdade crítico, da onda conservadora que percorreu diversos países europeus nas primeiras décadas do século XX, atraindo grande parte da intelectualidade.

De outro lado, suas relações com os comunistas e socialistas foram de atritos e aproximações. Em “alocução aos socialistas”, em 1º de maio de 1947, ele explorou os pontos convergentes, mas mostrou também suas preferências, apontando para um socialismo pela via cooperativista, que nasce e se desenvolve dentro do capitalismo, sem abalos, progressivamente (SÉRGIO, 1947, p. 16-17).

Foi severo crítico do Stalinismo. Mais difíceis ainda foram as relações com o Salazarismo, regime do qual foi oposição do início ao fim, lutando por meio das palavras e da razão, como ele gostava de dizer, e outras vezes pela articulação política e mesmo conspiratória (BARROS, 1983, p. 397).

Entre 1959, quando fez sua última intervenção pública, e 1969, quando faleceu, Sérgio esteve recluso ao ambiente doméstico, enfrentando problemas de saúde e, também, experimentando, parece que pela primeira vez na vida, a sensação de impotência e desesperança quanto aos rumos da sociedade portuguesa.

Gilberto Freyre

Gilberto Freyre é por demais conhecido. Em virtude disso, as observações que seguem visam apenas apontar elementos da sua biografia e pensamento que se relacionam mais diretamente com a problemática deste texto.

O futuro sociólogo cresceu numa sociedade “açucarocrática”, conforme expressão de Vamireh Chacon¹⁷. Conheceu o Rio de Janeiro em 1926, após ter conhecido o mundo, estudado nos EUA e feito um périplo pela Europa. Como destaca seu biógrafo e admirador, era comum, naqueles tempos, as “classes socialmente superiores” de Pernambuco conhecerem o mundo antes que o Brasil (CHACON, 1993, p. 176-177). Entranhado na sociedade local – recifense, olindense, pernambucana – e ao mesmo tempo antenado no mundo, Freyre, ao longo dos anos 1920, teve atritos também com os paulistas, especialmente com aqueles mais diretamente engajados na Semana de Arte Moderna (CHACON, 1993). Os dois movimentos tocavam na questão nacional. No entanto, nos termos de Élide Rugai Bastos, o nacionalismo de Freyre “é tradicional e regionalista; o dos paulistas é cosmopolita” (BASTOS, 1986, p. 64).

Os episódios estão na raiz de algo que acompanharia Freyre pelas décadas seguintes: uma forte identificação com elementos da tradição, do local, regional, o conhecimento e reconhecimento do mundo e certa reticência quanto à escala nacional e os aspectos do “industrialismo competidor” (FREYRE, 1946, p. 36).

A Revolução de 1930 encontrou Freyre na chefia de gabinete do presidente de Pernambuco, Estácio Coimbra. Os dois se exilaram, suas casas foram saqueadas e incendiadas. Parte da biblioteca de Freyre se perdeu. O sociólogo passou um tempo em Lisboa, até ser convidado para lecionar em Stanford, EUA (CHACON, 1993, p. 202-207). Estava em formatação *Casa Grande & Senzala*. É interessante notar que Freyre já desfrutava de prestígio internacional antes mesmo da obra máxima de 1933 que o consagraria em definitivo.

As relações com o novo regime político permaneceram ruins, agravando-se com o Estado Novo, quando o escritor chegou a ser preso. No dizer de José Carlos Reis, *Casa Grande & Senzala* foi escrita em um momento de crise. Freyre “vê aquele ‘mundo que o português criou’ naufragando, contestado por todo lado, e o surgimento de um novo Brasil. Ele, então, vira as costas ao novo e se lembra com deleite, com paixão, sem censura e reservas, do Brasil das elites patriarcais” (REIS, 2000, p. 57).

¹⁷ Há comentadores de Freyre muito melhores do que Chacon, a exemplo de Bastos e Araújo. A “vantagem” de Chacon é que, além de trazer dados biográficos interessantes, ele representa Freyre, ajuda a compreender como Freyre gostava de ser percebido. Para os objetivos deste texto, é uma obra muito útil.

No prefácio de *Casa Grande & Senzala*, o autor diz que voltou ao Brasil porque sentia que o país precisava dele e da sua geração (FREYRE, 2003). Sua vaidade não era desconhecida, mas nesse caso ele tinha razão. Sua contribuição seria expressiva para o pensamento social brasileiro e para uma revisão da leitura prevalecente sobre o passado colonial, superando a perspectiva racista que ainda se registrava nos meios intelectuais e políticos do país.

Para Bastos, no lugar do “país”, quem precisava de Freyre era o bloco agrário-industrial que então se formava e que teve no sociólogo um intelectual orgânico. As teses freyreanas teriam contribuído decisivamente para soldar a aliança entre os setores modernizantes e a ordem rural oligárquica. A exaltação do Nordeste nos anos 1930 levada a efeito pelo autor não é gratuita ou ingênua: “Lembrar, na década de 30, o papel desempenhado pelo Nordeste e seus homens, é assumir tarefa política bem definida. no bojo de um processo de conciliação.” (BASTOS, 1994, p. 16).

Livres e independentes (?)

Antônio Sérgio acreditava que, equipado com a razão, ele era capaz de produzir teses irrefutáveis. A razão seria universal. Ele seria universalista. Em virtude disso, afirmava: “sou cidadão do mundo, universalista, humanista. Intelectualmente não sou português, apenas sirvo ao povo português porque é o que está mais próximo de mim” (SÉRGIO, 1937, p. 6-7). Dirigindo-se aos “jovens da elite”, o autor os convidava “a uma crítica disciplinadora e a um tentame de organização: ao culto da lucidez, da ordem, da coerência de ideias, do espírito prático [...] Queiramos pensar um pensamento que se imponha aos homens pela sua justeza” (SÉRGIO, 1971, p. 70).

Se levada às últimas consequências, a ideia sergiana de que subordinando o eu biológico ao eu racional - “o eu que é obectivo, universalista, compreendedor, equânime” - a pessoa opera sem quaisquer condicionantes espaciais, temporais, materiais ou culturais (SÉRGIO, 1957a, p. 35), chega-se à negação da própria história. Quando analisamos sua trajetória, percebemos que a história continua de pé e sem ela não se compreendem os intelectuais, nem suas ideias.

Crítico da razão universal, fria, Freyre é “anti-iluminista”, seu texto é científico e político, produz uma espécie de “auto-antropologia da cultura na qual cresceu”. Estamos frente a uma escrita “encarnada, comprometida” (REIS, 2000, p. 52). Nos termos de Ricardo Benzaquem Araújo, a leitura de Freyre reúne uma influência franciscana, as peculiaridades do catolicismo luso, a valorização da paixão da alma no lugar do mero racionalismo (ARAÚJO, 1994, p. 76-82).

Talvez a definição de Élide Rugai Bastos seja mais instrutiva: Freyre é um escritor ibérico, que se permite intensificar os fatos e a realidade, como

[...] só são capazes os poetas que analítica e liricamente compreendem, dramatizam e interpretam a vida. O escritor ibérico é a negação do típico *literatur* abstrato, pois se mostra competente para inventar o real, substituindo uma perspectiva única por perspectivas empáticas e simultâneas da mesma realidade (BASTOS, 2010, p. 10, itálico do original).

Por sua vez, António Sérgio, que se autoproclama racionalista, ao olhar para o passado opera em bases semelhantes ao “estilo ibérico” de Freyre, se permitindo interpretar a história a partir dos seus questionamentos, e praticamente tudo a eles subordinando. Como diz o próprio autor, “o que me interessa não é a História, mas somente a mentalidade com que nós a abordamos: por isso, e só por isso, tenho eu escrito sobre temas da História (SÉRGIO, 1972, p. 211). Em outra passagem, diz o autor: “A história, no narrar dos factos, há-de ser sempre conjectural, obra portanto da imaginação criadora; mas isso não impede que o historiógrafo, ao chegar à crítica, procure proceder com lucidez de espírito, num tom científico de objectividade” (SÉRGIO, 1955, p. 80). A história é apenas a matéria-prima para uma reflexão derivada de questões do presente (SÉRGIO, 1972, p. 4-5). Freyre era um apreciador das obras de Sérgio, definindo-o como o “eminente ensaísta que pelo sentido novo que deu aos estudos de philosophia da história portuguesa é uma alta autoridade nos assumptos aqui esboçados” (FREYRE, 1951, p. 32).

Voltando especificamente para Freyre. A paixão explícita em seus escritos convive, no entanto, com uma reiterada obsessão de se dizer independente - essa é sua palavra preferida – de qualquer relação ou interferência política.

Em 1934, o sociólogo organizou, em Recife/PE, o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro. O evento teve enorme repercussão e resultou em graves consequências políticas para o autor porque desagradou a muitos segmentos, entre eles os católicos e as oligarquias. O organizador foi acusado, entre outras coisas, de comunista. Ao final do Congresso, Freyre proclamou que

Não recebeu nenhum favor do governo. Não se associou a nenhum movimento político, a nenhuma doutrina religiosa, a nenhum partido... Qualquer insinuação contra a pureza intelectual das suas intenções, contra o profundo sentido brasileiro das suas tendências, peca por leviana. Ou então revela um excesso de faro policial, talvez desenvolvida em detrimento de qualidades intelectuais mais nobres (CHACON, 1993, p. 257).

Quando sua obra já era difundida em muitos países, o autor comenta que lhe propuseram que, para facilitar a publicação dos seus textos, ele deveria cortar partes que pudessem ofender judeus, jesuítas e comunistas, o que ele recusou por ser “irredutivelmente independente” (FREYRE, 1952, p. 5).

Palestrando nas colônias portuguesas no ano de 1951 a convite do governo português, Gilberto Freyre ressaltou em diversas oportunidades a sua independência (FREYRE, 1954, p. 109, 133, 163, 185, 191, 197, 199, 223). Na Cidade do Porto, ele foi ainda mais enfático:

Não estou hoje nesta portuguêsíssima cidade do Porto senão como um escritor que, acima de tudo na vida, preza lusitanamente, portuensemente, a sua condição de homem independente e dá todos os dias graças a Deus pelo facto de poder viver só da sua atividade de escritor, livre de compromissos com instituições e partidos, com poderosos ou ideologias (FREYRE, 1954, p. 191).

Embora fale de instituições diversas, incluindo as universidades, o autor parece especialmente interessado em afirmar sua independência em relação ao campo político, aí incluídos os partidos, as ideologias e o Estado *stricto sensu*.

A plena independência como postula Freyre é tão insustentável quanto simplificadora seria a tese de que suas formulações resultam direta e simplesmente de suas opções políticas. Um homem da estatura intelectual de Freyre obviamente sabia disso. Por que, então, era tão enfático na defesa da primeira ideia?

Suas inserções no mundo político foram explícitas. Antes de 1930, como já visto, ele era vinculado ao governo pernambucano, foi deputado constituinte em 1946 pela Esquerda Democrática da União Democrática Nacional/UDN, estabeleceu uma parceria com o regime de Salazar (Portugal), em 1964 apoiou o golpe contra João Goulart, durante o regime militar fez parte do Conselho Federal de Cultura, atendendo convite de Emilio Garrastazu Médiçi (CHACON, 1993; DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO - DHBB/CPDOC/FGV, 2018).

Em 1934, quando exalta a “pureza intelectual” do Congresso Afro-Brasileiro, ele era oposição no plano estadual e nacional, o que certamente contribui para se compreender seu discurso. Quando participou ou apoiou em determinadas gestões, pode tê-lo feito apenas emprestando seu conhecimento e prestígio? Nesse caso, teriam sido os “poderosos” que dependeram e se serviram dele e não o inverso.

Certamente seu envolvimento com o golpe de 1964 é uma marca inapagável. Igualmente embaraçosa, não para ele, mas para quem conhece e admira sua obra, é seu vínculo com o salazarismo. Foi nesse ponto que ele, além de contradizer abertamente sua tese da independência, justamente quando mais a reclamou, também abraçou um projeto nacionalista, precisamente algo que ele condenava. Contradições ou apenas mais duas ambiguidades de um autor conhecido pelas sínteses e pelos “antagonismos em equilíbrio” (BASTOS, 2010, p. 9)?

Apesar das opções políticas e intelectuais distintas, Freyre e Sérgio foram correspondentes e amigos. Por sinal, o brasileiro se referiu a essa amizade como uma das “provas” de que seria equidistante

das correntes políticas portuguesas quando era criticado por trabalhar para o governo de Salazar (FREYRE, 1954).

Freyre foi leitor de Sérgio, com se vê em diversas referências, entre elas a que o sociólogo faz ao comércio e ascensão da burguesia na Península Ibérica em *Casa Grande & Senzala*, inspirada em *A sketch of the history of Portugal*, publicada posteriormente como *Breve introdução da História de Portugal* (SÉRGIO, 1978). António Sérgio fala do cosmopolitismo e da plasticidade, da capacidade de adaptação portuguesa a povos e terras distantes desde 1920 (SÉRGIO, 1971)¹⁸. É possível que tenha sido o português uma das inspirações do pernambucano em suas formulações que se tornariam a pedra de toque do lusotropicalismo¹⁹.

Crítico do nacionalismo em geral e do regime em vigor em seu país, Sérgio, no entanto, compartilhava de aspectos fundamentais da cultura ou identidade portuguesa, especialmente no que concerne à sua história. Assim como a quase totalidade de seus contemporâneos, o escritor advogava a ideia de que a nação portuguesa era inerentemente colonial, aspecto que remontava às suas origens no século XIV, embora seu pensamento tenha sofrido transformações, culminando com uma postura mais crítica em fins dos anos 1950 (SÉRGIO, 1957b).

Por sua vez, Gilberto Freyre foi decisivo na estratégia portuguesa de resistir às pressões diplomáticas pela emancipação das colônias, especialmente nos anos 1950 e 1960.

O sociólogo, que já havia feito o elogio do modelo de colonização portuguesa desde *Casa Grande & Senzala*, forjou, já na década de 1950, a tese do lusotropicalismo, afirmando que o “mundo que o português criou” seria marcado pela plasticidade étnica e cultural característica dos lusos.

Ainda sem usar o termo lusotropicalismo, Freyre publicou, em 1940, *O mundo que o português criou*, reunindo palestras proferidas em fins dos anos 1930. António Sérgio escreveu o prefácio dessa obra. Nesse contexto, as análises de *Casa Grande & Senzala*, adstritas ao Brasil, são ampliadas para as colônias portuguesas (SCHNEIDER, 2012).

Mas as ideias de Freyre, especialmente quanto à miscigenação, não tiveram boa acolhida nos meios políticos lusos, embora já tivesse razoável recepção nos meios intelectuais. As teses racistas ainda predominavam (CASTELO, 1999). O desfecho da Segunda Guerra e a onda descolonizadora que se

¹⁸ Ele trata da questão no prefácio de 1920 dos Ensaios: SÉRGIO, António. **Obras completas – ensaios**. Lisboa: Sá da Costa, 1971. (Tomo I).

¹⁹ Freyre também se refere a Sérgio, quase sempre de forma elogiosa, em *Aventura e Rotina* (1953). Conferir, por exemplo, p. 232-234.

seguiu mudariam o cenário, abrindo caminho para uma profunda interação entre as teses do brasileiro e as demandas do regime salazarista.

Mas isso seria nos anos 1950. Em 1946, palestrando para estudantes de Direito de Minas Gerais, o sociólogo condenou o que denominou de movimentos de “extrema violência anti-revolucionária”, colocando no mesmo conjunto o fascismo, nazismo, falangismo, franquismo, peronismo, “o getulismo em sua derradeira fase” e o “salazarismo nos últimos anos” (FREYRE, 1946, p. 15).

Nessa mesma palestra, exaltando a capacidade dos mineiros para conciliar a ordem à liberdade, ele falou de exemplos de países em que a obsessão pela primeira sacrificou a segunda. Daí então ele produziu uma sequência de escalas e valores opostos, agrupando de um lado a ordem, o universal, o sistêmico e o nacional, do outro o psicológico, o local, o irracional e tradicional. Embora insistisse sempre no equilíbrio e na síntese, o autor parecia especialmente interessado em destacar o segundo grupo (1946, p. 41).

Também na imprensa Freyre condenava o nacionalismo que, nos anos 1950, era muito difundido no país, em diversas correntes (MOREIRA, 2003). O sociólogo criticava o “aspecto patológico do mesmo nacionalismo exacerbado” que se expressava em chavões com o “o petróleo é nosso” e “vão embora, ianques” (FREYRE, 1955, p. 5).

Cosmopolita e defensor do regional-local, Freyre não parece entusiasmar-se pelas identidades em escala nacional. As estreitas relações com o mundo português contribuiriam para consolidar uma nova escala, a transnacional, como se verificaria nos seus escritos lusotropicalistas.

Em agosto de 1951, o sociólogo pernambucano, já àquela altura desfrutando de grande prestígio internacional, aportou em Lisboa para uma excursão pelas possessões portuguesas de além-mar. Tudo foi cuidadosamente preparado pelo governo luso. Do périplo de Freyre pelo “mundo que o português criou”, “conhecendo” *in loco* o que ele já havia antes teorizado, resultou o livro-texto do lusotropicalismo, *Um brasileiro em terras portuguesas* (1954), e também a obra *Aventura e Rotina* (1953).

Freyre tinha plena consciência das implicações políticas de seu gesto. Foi recebido em Portugal como um “hóspede do Estado”, o que teria levado seus diversos amigos de esquerda a evitarem qualquer contato com ele. O autor então se defende, dizendo que por ser “ligado a portugueses de diversas condições e ideologias, julgo-me no direito de considerar gentileza nacional. Desço do avião considerando-me hóspede de Portugal e não apenas do seu honrado governo.” (FREYRE, 1953, p. 13). O movimento é claro, Freyre separa o governo do Estado e da nação portuguesa. As reações dos seus amigos que eram oposição ao regime salazarista indicam que a separação proposta por ele era, na prática,

impossível. No entanto, olhando em perspectiva, embora Freyre estivesse de forma inequívoca contribuindo para o governo de Salazar, suas ideias colonialistas eram, de fato, algo muito mais difundido e compartilhado do que um mero discurso oficial, sendo abraçado por amplos setores da sociedade e quase unânime nos meios intelectual e político. Neste sentido, ele era de fato um hóspede nacional.

Na versão de Freyre, as conquistas coloniais portuguesas teriam sido “pacíficas” e a escravidão com “doçura” e “flexibilidade” (FREYRE, 1954, p. 34). Nos seus termos: “a marca das terras descobertas e colonizadas por Portugal é esta: não são terras violadas ou conquistadas à força bruta, mas sim docemente assimiladas” (FREYRE, 1954, p. 177).

Pela ótica de Freyre, Portugal não teria colônias, mas seria uma nação pluricontinental, integrada pela metrópole e pelas unidades do além-mar. Foi essa a pedra de toque da diplomacia portuguesa na resistência no interior das Nações Unidas. Além de instrumentalizada pelo regime, a visão de Freyre calou fundo nos meios políticos e intelectuais portugueses, reforçando a ideia enraizada na cultura lusitana segundo a qual sua identidade enquanto nação era inseparável das conquistas coloniais de séculos atrás.

O regime de Salazar simplificou e instrumentalizou as ideias de Freyre, mas ele também, conscientemente, se deixou instrumentalizar, observa Cláudia Castelo (1999). Schneider dá uma boa definição do caso: o autor aderiu ao salazarismo e este aderiu ao autor (SCHNEIDER, 2012).

Em 1960, novamente convidado especial do governo português, Gilberto Freyre participou do Congresso Internacional dos Descobrimentos, evento oficial para celebrar os 500 anos da morte do Infante D. Henrique. O livro *O luso e o tropico* reúne a versão escrita da palestra de Freyre nesse evento e outros ensaios. Nele o autor radicaliza suas ideias. De experiência histórica e objeto de estudo, lusotropicalismo é elevado a civilização, aquela que Arnold Toynbee não catalogou (FREYRE, 2010, p. 28), e à condição de uma nova ciência:

[...] conceito lusotropical para caracterizar uma forma, um processo, um estilo simbiótico de transculturação, ao mesmo tempo que de adaptação do europeu aos trópicos; e sobre esse conceito – o de lusotropicologia –, porventura válido para a sistematização científica de estudos dessa forma e desse processo biosociais de adaptação e de transculturação, em que a interpretação cultural e a miscigenação biológica tem cooperado de modo raro na história dos contatos inter-humanos e interculturais dessa espécie (FREYRE, 2010, p. 25)²⁰.

Nos termos de Jessé de Souza, estamos diante de um Freyre abertamente político, por conveniência e oportunismo. Seus escritos servem aos projetos coloniais portugueses. A obra da juventude é muito melhor (SOUZA, 2000, p. 70).

²⁰ Em outras passagens ele é mais cauteloso, referindo-se à lusotropicologia como “possível ciência” (FREYRE, 2010, p. 73).

Por diferentes caminhos e sendo portadores de perfis muito distintos, Sérgio e Freyre compartilharam e contribuíram para difundir ideias fundamentais do nacionalismo e imperialismo português.

Parece-nos razoável dizer que os dois são representativos das relações dos intelectuais com a identidade e projetos nacionais. Sérgio, sendo português, ainda que negasse e criticasse formulações nacionalistas, não escapava delas. Já Freyre, brasileiro, adere de forma deliberada a um projeto conservador com o qual convergia, embora, tal como Sérgio, se afirmasse livre e independente de qualquer projeto político.

São possíveis também outras leituras. Gramsci (2004) afirmava que os intelectuais tradicionais, vinculados a uma ordem social já superada fundamentavam-se em instituições de longa duração, a exemplo da Igreja, e pareciam gozar de autonomia. Talvez possamos dizer que, em virtude de enorme capital simbólico acumulado em suas trajetórias, apoiando-nos aqui em Bourdieu (2007), alguns intelectuais parecem, em certas situações, desfrutar de maior autonomia em relação ao mundo social, ou seriam, para usar a terminologia do autor francês, tão importantes dentro de determinado campo que seriam capazes de não só influenciá-lo como promover profundas mudanças nele (BOURDIEU, 2004, p. 22-23). Talvez tenha sido o caso de Gilberto Freyre e António Sérgio. Donos de extensa e complexa obra, os dois continuam a merecer mais estudos para o enfrentamento desta e muitas outras questões.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

BARROS, Henrique de. *Três nobres vectores da utopia sergipana*, **Revista de História da Ideias**, Coimbra, v. 5, p. 385-402, 1983.

BASTOS, Élide Rugai. A civilização lusotropical – prefácio. In: FREYRE, Gilberto. **O luso e o trópico**. São Paulo: É Realizações, 2010.

BASTOS, Élide Rugai. **Gilberto Freyre, a diversidade e a extensão dos direitos políticos**. Mimeo. Texto apresentado no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, 1994. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000100&pid=S0102-6445199600010001200002&lng=en. Acesso em: 16 jul. 2018.

BASTOS, Élide Rugai. Gilberto Freyre e a questão nacional. In: MORAES, Reginaldo (Org.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

CASTELO, Cláudia. **“O modo português de estar no mundo”**: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento, 1999.

CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre, uma biografia intelectual**. Recife/São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1993.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: CPDOC; FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

FREYRE, Gilberto. A proposito de Mr. Elis, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 abr. 1955.

FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina**: sugestões de uma viagem a procura das constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. Ensaio neolatino em língua inglesa, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 maio 1952.

FREYRE, Gilberto. **O luso e o trópico**. São Paulo: É Realizações, 2010.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou**. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1951.

FREYRE, Gilberto. Ordem, liberdade, mineiridade. Conferência lida na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, na noite de 16 de julho de 1946. In: PEREIRA, Francelino. **Gilberto Freyre: o reinventor da história**. Brasília: Senado Federal, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas**. Lisboa: Livros do Brasil, 1954.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1 e 5.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MAGALHAES-VILHENA, Vasco de. **A. Sérgio: o idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

PINHO, Romana Valente. **António Sérgio e a ideia de Uno unificante: idealismo, metafísica e gnosologia**. 2012. (Tese de Doutorado em Filosofia). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varhagen a FHC**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGC, 2000.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 10, p. 75-93, dez. 2012.

SÉRGIO, António. **Alocução aos socialistas**. Lisboa: Inquérito, 1947.

SÉRGIO, António. **Antologia sociológica: Caderno 7**. Lisboa: Edições do Autor, 1957a.

SÉRGIO, António. **Breve introdução da História de Portugal**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

SÉRGIO, António. **Cartas do terceiro homem**: porta-voz das “pedras vivas” do “país real”. Lisboa: Inquérito, 1957b. (terceira série).

SÉRGIO, António. **Em torno do problema da “língua brasileira** (palavras de um cidadão do mundo, humanista crítico, a um estudante brasileiro seu amigo). Lisboa: Seara Nova, 1937.

SÉRGIO, António. **Ensaaios – Tomo V**. 2 ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1955.

SÉRGIO, António. **Obras completas – ensaios**. Lisboa: Sá da Costa, 1971. (Tomo I).

SÉRGIO, António. **Obras completas – ensaios**. Lisboa: Sá da Costa, 1972. (Tomo II).

SMITH, Anthony D. **Nações e nacionalismo numa era global**. Oeiras: Celta, 1999.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, v. 12, n. 1, p. 69-100, maio 2000.

APARELHOS PRIVADOS DE AÇÃO ESTRUTURAL E SUAS ESTRATÉGIAS DE RECONFIGURAÇÃO DA OSSATURA MATERIAL DO ESTADO AMPLIADO, NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Flávio Henrique Calheiros Casimiro (Instituto Federal do Sul de Minas Gerais)

Resumo: Esta proposta de apresentação parte das pesquisas realizadas para a tese de doutorado, cujo objetivo era analisar a organização das classes dominantes no Brasil, através de seus intelectuais coletivos, no período de 1980 a 2014. Dessa forma, buscou-se articular motivações de ordem teórico-política no sentido de contribuir para o estudo sobre a estruturação e organização da burguesia brasileira para a manutenção e atualização de suas estratégias de dominação e acumulação de capital. A partir da análise da relação entre estes aparelhos burgueses e a estrutura estatal, o estudo é atravessado pela discussão quanto à indissociabilidade entre Estado e sociedade civil, na concepção de Estado ampliado gramsciana. Uma das questões fundamentais da pesquisa, por conseguinte, emerge de reflexões e inquietações sobre as formas com as quais determinadas frações das classes dominantes elaboram – a partir da atuação de seus intelectuais coletivos – estratégias de ação no sentido de criar condições para a reconfiguração da ossatura material do Estado, tanto como uma relação interna no quadro de dominação, como externa, no conjunto das determinações do capitalismo mundializado. Essa forma articulada, mobilizada e aparelhada de segmentos burgueses, liberal-conservadores, pode ser caracterizada como um novo *modus operandi* de ação política por parte das frações da classe dominante brasileira, representando, assim, a estruturação da chamada “nova direita” no Brasil.

Introdução

A disputa eleitoral de 2018 no Brasil, sem dúvidas, ficará marcada pelo quadro de avanço da extrema direita e do discurso profascista. Nos últimos anos temos acompanhado um significativo crescimento e difusão do pensamento e ação política da direita no Brasil. O discurso de ódio sobre minorias, movimentos sociais e sindicatos, a perseguição de professores e à liberdade de cátedra (com o Movimento Escola Sem Partido), o ataque às concepções progressistas, o repúdio ao bem público e exaltação exacerbada do mercado, têm sido algumas das manifestações dessa espécie de “*refluxo*” reacionário. O debate acadêmico progressista e crítico tem convergido no entendimento de que esse fenômeno configura-se como a constituição de uma “Nova Direita” no Brasil.

Esse processo de reorganização dos movimentos de direita no Brasil, apesar de adquirir uma repercussão mais substancial nos últimos anos, lança suas raízes em meados dos anos de 1980. Tal processo pode ser compreendido, entre vários condicionantes, pelo surgimento de um novo *modus*

operandi de ação político-ideológica da burguesia brasileira, por meio da estruturação de uma série de aparelhos privados de atuação política e ideológica. Essa representação não partidária dos segmentos da direita liberal conservadora, atualizada, militante e, muitas vezes, truculenta, configura-se, portanto, como um processo de atualização paulatina de organização burguesa no Brasil, iniciado no contexto de redemocratização, mas que vem ganhando amplitude, intensidade assim como, radicalizando seu discurso ao longo do tempo.

Intelectuais Coletivos e o Estado Ampliado

Estes apontamentos remetem-nos a uma importante questão de ordem teórica que atravessa este estudo, que está centrado na reflexão sobre a relação entre sociedade civil e o Estado. Nessa perspectiva, partimos do arcabouço teórico da tradição marxista tão lucidamente implementada pelo filósofo sardo, Antônio Gramsci, em seu instrumental conceitual extremamente complexo e que tão habilmente compreende o movimento no interior dessas relações sociais. Trata-se, portanto, de sua concepção de Estado ampliado ou integral. Com base nessa elaboração teórico-metodológica, o Estado compreende e abarca as organizações da sociedade civil que, desta feita, ampliam sua estrutura de dominação. O poder do Estado enquanto órgão e mecanismo de dominação de classe se edifica, como nos mostra Gramsci, não somente no âmbito da sociedade política e da institucionalidade do poder político, mas fundamentalmente, essa dominação está alicerçada em trincheiras avançadas na sociedade civil. Nas palavras de Gramsci:

A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto das associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas parcial o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 24).

Por conseguinte, a concepção de sociedade civil aqui adotada não se encontra, portanto, em oposição ao Estado, como se este fosse o espaço do poder político e da dominação, enquanto a sociedade civil seria o espaço da produção e da liberdade dos indivíduos, visão característica da tradição liberal. A pesquisa aqui desenvolvida tem como pressuposto o refutamento veemente de qualquer noção de sociedade civil desprovida de conteúdo classista ou desagregada do Estado. Para nossa análise, ambos se articulam na concepção de Estado ampliado ou Estado integral de Gramsci, onde a sociedade civil é o espaço onde a dominação de classe encontra seu sustentáculo fundamental. Temos aqui o movimento dialético entre Estado e Sociedade civil, assim como entre estrutura e superestrutura, onde se inicia o

poder político funda-se com o exercício do poder de classe em que sociedade política e sociedade civil são complementares e devem ser observadas a partir de processos históricos concretos. Como afirma a historiadora Virgínia Fontes:

Em Gramsci a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. A sociedade civil, para Gramsci, é parte integrante do Estado e somente por razões analíticas pode dele ser destacada. (FONTES, 2010, p. 216).

Partindo da concepção de Estado ampliado de Gramsci e do papel dos organismos atuantes na sociedade civil para a estruturação da dominação, é que adentramos na discussão quanto à nova estratégia de organização da burguesia brasileira, a partir de seus “intelectuais coletivos”. Destaca-se, assim, o seu papel na construção de consenso e realinhamento das bases de dominação, em torno de um projeto político cujo horizonte apontava para um modelo democrático burguês. A reprodução do capital, por sua vez, necessita de atores que, em níveis diferenciados, agem nos debates políticos e sociais como intelectuais coletivos ou partidos no sentido *lato*. Essa organização burguesa na sociedade civil envolve também, inevitavelmente, o momento coerção, isto é, a relação entre a imposição pela força (em grande medida, através do monopólio da violência detido pelo Estado, mas não somente por ele) e a produção do consenso para a construção e manutenção da sua condição de hegemonia.

Essas organizações são os portadores materiais da sociedade civil. Com efeito, Gramsci identifica-os como “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política, porém articulados a esta, dialeticamente, no sentido da edificação da dominação. Nessa matriz, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social e que, por sua vez ampliam o Estado (COUTINHO, 1992).

A construção da hegemonia de determinado grupo (fração burguesa) e sua concepção de mundo é um processo dinâmico e contínuo, que necessita de constante atualização para sua revitalização e permanência. A hegemonia, dessa forma, não é um fim, mas sim, é um momento da dinâmica do próprio processo que, enquanto hegemônico, de um lado, precisa ser garantido permanentemente e, de outro, cria seus próprios mecanismos de atualização. O Estado representa uma forma de materialização institucional e veículo fundamental nesse processo de construção da hegemonia. Como nos diz Gramsci:

o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isso é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa;

mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2000, p. 48).

De acordo com a formulação do filósofo e sociólogo grego Nicos Poulantzas o Estado possui um papel fundamental no conjunto das relações de produção e na “delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício da repressão física organizada. O Estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante” (POULANTZAS, 1980, p. 33). Todo esse movimento exige, por sua vez, a elaboração cada vez mais sofisticada de mecanismos de naturalização, a partir da produção do consenso e, por outro lado, também pelo uso da força e meios institucionais de ação coercitiva, principalmente, para impor aquilo que o consenso não teve a eficácia de garantir. Nessa perspectiva, Virgínia Fontes afirma que,

a perpetuação da violência de classes se duplica pela disseminação de envolventes malhas tecidas por entidades cosmopolitas voltadas para o convencimento, tentando dissuadir a classe trabalhadora pela repetição *ad nauseam* de que este é o único modo de existência possível. Violência e convencimento seguem conjugados, na disseminação de verdadeiros exércitos compostos por tanques de pensamento (*think tanks*). (FONTES, 2010, p. 14).

O momento da organização para o convencimento já envolve, ao menos no caso brasileiro, a organização para a tomada abrupta de parcela do poder de Estado – não como coisa ou em uma concepção funcionalista –, mas como ataque aos suprimentos das classes subalternas, como mecanismo fundamental para a ampliação das formas de expropriações das classes trabalhadoras, partindo de seus partidos (*stricto*), de seus aparelhos privados de ação político-ideológica e suas posições na estrutura institucional do Estado.

A ação dos “intelectuais orgânicos” (para nossa discussão os empresários-intelectuais) tem um papel fundamental em todo esse processo de construção, atuando para a legitimação de um projeto que almeja alcançar uma condição de hegemonia. Por esse entendimento, nossa concepção de “intelectual orgânico”, como nos apresenta Gramsci, não se define pelo seu grau de escolaridade ou erudição, mas sim pelo seu tipo de ação no conjunto das lutas de classes, isto é, pela função que exerce no “trabalho” de construção da base de consenso na sociedade.

Diante da nova conjuntura que se anunciava, já no início dos anos de 1980, com o processo de abertura política, frações da burguesia do Rio de Janeiro e intelectuais ligados, principalmente, à Fundação Getúlio Vargas, buscaram desenvolver uma nova estratégia de ação política e ideológica, mais adequada às novas condições no processo de redemocratização. Foi nessa perspectiva que desenvolveram

um aparelho privado de difusão do liberalismo, pioneiro em seu modelo de atuação no Brasil, denominado Instituto Liberal - IL. A organização foi fundada em 1983, por um grupo de empresários e intelectuais de formação neoliberal atrelada à Escola Monetarista de Chicago. A proposta de criação do instituto, financiada por grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais, foi inspirada no projeto do empresário inglês Anthony Fisher, que fundou em Londres, por sugestão de Friedrich Hayek, o Institute of Economic Affairs (IEA). O objetivo inicial era difundir a ideologia entre as elites “formadoras de opinião” no Brasil.

Em meados dos anos de 1980, o instituto se converteu em uma rede com unidades em capitais de diversos estados brasileiros. Desse movimento de estruturação em rede surgiu no início dos anos 90, o chamado Instituto Liberdade, do Rio Grande do Sul, que permaneceu atuante mesmo após o retraimento da rede de institutos, constituindo um forte eixo do pensamento conservador sudeste-sul, com o alinhamento estratégico com o próprio IL e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), fundado em 1984.

O IEE funciona como uma organização fechada, de acesso restrito, com critérios bastante rigorosos que objetivam a formação de quadros de intelectuais orgânicos mais homogêneos, como uma espécie de “clube fechado dos escolhidos”. Mas o que realmente destaca e qualifica o IEE como uma das notáveis organizações de atuação político-ideológica estratégica é a organização do chamado *Fórum da Liberdade*. O Fórum representa um dos principais e mais divulgados eventos da agenda da direita no Brasil. Organizado anualmente, o Fórum da Liberdade reúne palestrantes, autoridades e representantes de mais de uma centena de organizações liberais de todo o mundo.

O evento é marcado pela participação de representantes da Sociedade Mont Pelerin e de corporações ligadas ao Atlas Network, com o Atlas Economic Research Foundation, Fundação Atlas para uma Sociedade Livre, na Argentina, o Global Atlas de Livre Comércio, Paz e Prosperidade, além de intelectuais liberais de todo o mundo. Além disso, o Fórum da Liberdade se tornou o grande espaço de lançamento de novas organizações de atuação política e ideológica apresentando publicamente aos seus seguidores a criação do Instituto Millennium (IMIL) em 2006, o Instituto Von Mises Brasil (IMB) em 2010 e o Estudantes pela Liberdade (EPL) em 2012.

No início dos anos de 1990, a estratégia de reconfiguração do papel do Estado no Brasil, por meio de organizações de atuação político-ideológica ganha mais intensidade e diversidade. O empresariamento de funções sociais do Estado através da articulação e definição de diretrizes de ação das chamadas organizações não-governamentais (ONGs) e das fundações e associações sem fins lucrativos (Fasfil), foi a estratégia desenvolvida por aparelhos privados de hegemonia, como Grupo de Institutos,

Fundações e Empresas (GIFE) e, posteriormente, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. O sentido dessa chamada “responsabilidade social empresarial” se constituiu numa face da ideologia neoliberal que dá organicidade à determinadas formas de atuação coletiva, na construção do consenso em torno de sua concepção de mundo e na operacionalização de objetivos político-ideológicos.

Os grandes grupos econômicos industriais se organizaram no início da década de 1990, para a ação política e ideológica, através de poderosas organizações que mobilizavam volumosos recursos e capital simbólico para a produção do consenso em torno das reformas neoliberais. Aparelhos privados como o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI. A instituição foi constituída para representar os interesses da grande burguesia industrial brasileira e suas ações são voltadas à operacionalização de um projeto de poder de longo prazo. Todavia, se por um lado seu discurso está amparado em valores de determinada concepção de mundo, cujos pressupostos fundamentais estão calcados na economia de mercado e na livre iniciativa, por outro lado, seu projeto de nação (dominação de classe) e sua estratégia de ação estão essencialmente entranhados na estrutura institucional do Estado.

Na mesma perspectiva do IEDI, em 1993 foi criado o Instituto Atlântico - IA. Essa organização nasce na década de 90, entretanto, sua existência é fruto da mobilização empresarial iniciada no ano de 1980, com a fundação da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais – CEDES, que naquela conjuntura tinha uma atuação mais pragmática, voltada ao processo de redemocratização e a Assembleia Nacional Constituinte (ANC). O Instituto Atlântico, dessa forma, representa uma reconfiguração do CEDES para o enfrentamento da nova realidade brasileira, pós-redemocratização, mais preocupada com a redefinição do papel do Estado, com um projeto estrutural que envolve uma série de reformas neoliberais e ampla privatização da estrutura estatal.

O Instituto Atlântico desenvolveu um verdadeiro programa de ação, com estratégias e diretrizes bem definidas e a delimitação teórica de seus pressupostos, o Programa de Estabilização com Crescimento (PEC). O projeto envolvia um conjunto amplo de reformas e contou com o apoio da Força Sindical. A busca pela implementação de seu programa (PEC) passava desde o *lobby* político até a organização de seminários, debates públicos, pela publicação e circulação de materiais informativos pela instituição, assim como pela difusão midiática (entrevistas, matérias em jornais e TV, etc.).

Se por um lado, o Instituto Atlântico buscou aliar-se à Força Sindical no sentido de ampliar suas bases de consenso para outros estratos sociais, com uma tentativa de aproximação e captura de demandas das classes trabalhadoras, por outro lado, o instituto organiza e difunde seus projetos com o apoio da grande burguesia. Entre os intelectuais coletivos aliados ao Instituto Atlântico e que desenvolvem ações

articuladas estão o Instituto Millenium e, principalmente, o Grupo de Líderes Empresariais – LIDE, um verdadeiro “*clube dos milionários*”. O LIDE foi fundado em 2003, pelo empresário do ramo de comunicações e político filiado ao PSDB, João Doria Júnior e, assim como o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), não é aberto, mas estabelece determinados critérios de exclusividade para o ingresso em seu seletivo grupo. Para fazer parte do LIDE, pelo menos até 2015, era necessário se enquadrar no perfil de empresas brasileiras e multinacionais com “faturamento igual ou superior a 200 milhões de reais anuais”.

Segundo a revista *Veja* de janeiro de 2007, Dória é “presidente, membro e mola propulsora do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), uma espécie de clube (...) do qual são sócios atualmente [2007] 406 dirigentes e donos de empresas com faturamento acima de 200 milhões de reais, condição indispensável para entrar na turma”. A matéria afirma ainda que o grupo de empresários do LIDE, “juntos, compõem cerca de 40% do produto interno bruto do Brasil”. Nessa perspectiva extremamente elitista, como mostra a reportagem da revista *Veja*:

Ao longo do ano, essa elite da elite do empresariado nacional, com suas mulheres (que adoram as gentilezas e são as mais animadas), parte para a exclusivíssima confraternização: Dória fecha um resort e todos desfrutam quatro ou cinco dias de boa comida, esportes, dança, shows, palestras. (...) “É um ganha-ganha. Quem vai ganha amigos, clientes, informação, conteúdo, negócios. A prova é que nunca houve quem não quisesse voltar” gaba-se Dória. (VEJA, 31/07/2007).

O LIDE busca em suas formas de organização e mobilização empresarial, estabelecer e reforçar suas características de distinção social e do *habitus*, como mecanismo de pertencimento e construção do consenso intra-classe. A constituição do *habitus*, na concepção do sociólogo Pierre Bourdieu, não só as opiniões políticas, como também a sua forma de expressá-las, constitui elemento distinto e distintivo de representação de classe.

Uma das principais estratégias de difusão do LIDE concentra-se em suas publicações. Segundo a editora, são publicadas dezoito revistas, destas, doze direcionadas ao “mundo corporativo”, economia e negócios, e seis voltadas a estilo de vida (lifestyle), “comportamento, gastronomia, viagens e alto luxo. Os periódicos são destinados, prioritariamente, às frações mais abastadas da burguesia brasileira. Entretanto, atingem outros estratos sociais em função de sua considerável circulação. Algumas revistas têm o objetivo de construção do consenso intra-classe, além de reforçar os seus signos identitários e mecanismos de distinção e status social. Segundo a jornalista Julia Dualibi, o governo Alckmim, parceiro de Doria no PSDB, gosta de anunciar nos periódicos do LIDE. O Estado de São Paulo teria investido até outubro de 2015, cerca de 1,5 milhão de reais em publicações nas revistas do LIDE, sendo 500 mil

somente para a Caviar Lifestyle, que se declara como tendo a missão de retratar o universo do luxo no Brasil (DUALIBI, 2015).

Além do conjunto de estratégias de ação, no sentido de propor políticas públicas e naturalizar determinados valores, o LIDE tem um papel pragmático importante no sentido de articular esforços e/ou recursos (materiais e simbólicos) para a atuação política de empresários, como nas campanhas político-eleitorais do próprio presidente do grupo e filiado ao PSDB, João Doria Jr. Evidencia-se, portanto, o papel da organização na articulação também no plano político formal, sendo um dos elementos fundamentais que contribuíram para a surpreendente vitória do performático João Doria Jr, apadrinhado político de Geraldo Alckmin, em primeiro turno, na disputa eleitoral para a prefeitura de São Paulo, em 2016 e sua liderança nas pesquisas ao Governo do Estado de São Paulo, nas eleições de 2018.

Em se tratando da articulação da grande burguesia, como resultado de um projeto de aprimoramento da organização empresarial chamada Movimento Brasileiro da Qualidade e Produtividade, foi reconhecida como Oscip, em 2004, uma organização de atuação estrutural no âmbito de reconfiguração da ossatura material do Estado brasileiro, denominado Movimento Brasil Competitivo (MBC). A instituição sediada no Rio de Janeiro, foi estruturada a partir de representantes da sociedade política e empresários pertencentes à grande burguesia brasileira, encabeçados por ninguém mais do que Jorge Gerdau Johannpeter, que, por sua vez, também é membro dirigente do IL, IEE, IEDI, LIDE, IMIL entre outros aparelhos. Trata-se de um verdadeiro intelectual orgânico da burguesia brasileira.

O Movimento Brasil Competitivo em sua própria estrutura organizacional, contempla a representação do aparelho institucional do Estado, com membros de quatro ministérios indicados pela Casa Civil, como cadeiras permanentes. Entre as principais pautas do programa de ação do movimento está a redução da aparelhagem do Estado com vistas a torná-lo mais “enxuto” e “eficiente”. Como parte de seu programa de “eficiência” e “competitividade”, o MBC busca acessar a aparelhagem institucional estatal para a implementação de projetos, atuando assim internamente na configuração da gestão pública. Nesse sentido, o MBC busca não somente “educar” ou “formar” a burguesia para o consenso intra-classe, a partir de sua plataforma de eficiência e competitividade, mas também difundir e instrumentalizar, na aparelhagem estatal, o seu modelo privado de gestão, como proposta “modernizadora”. Por conseguinte, o MBC elabora diretrizes e estratégias de ação, tanto no sentido do posicionamento do empresariado nas relações como o Estado, na naturalização de seus padrões de sociabilidade, como também na condução de projetos de internacionalização da burguesia brasileira.

Em uma perspectiva menos pragmática e mais voltada à formulação ideológica e doutrinária, a partir da segunda metade da década de 2000, o discurso liberal-conservador passa a ganhar maior dimensão e radicalidade. Vai abandonando uma espécie de “constrangimento” que mantinha de forma mais contida suas manifestações mais extremadas de ódio de classe, preconceito, anticomunismo e antiprogressismo que tanto passaram a caracterizar esse avanço da direita no Brasil. A reprodução desse tipo de concepção passou a ganhar muita força em virtude dos novos meios de comunicação digital e redes sociais. Além da maior difusão do pensamento liberal-conservador, narrativas revisionistas e as fakenews passaram a “redimir” determinados discursos de ódio, por décadas tidos como inaceitáveis e repulsivos pela maioria da sociedade. No desenvolvimento desse campo de doutrina, os aparelhos ideológicos da Nova Direita foram fundamentais.

Como já apresentado, foi no XIX Fórum da Liberdade realizado em Porto Alegre, em abril de 2006, que foi lançado oficialmente o chamado Instituto Millenium (IMIL), que com um discurso de glorificação do mercado como espaço de realização humana, rapidamente conquistou uma forte capilaridade entre os circuitos liberais no Brasil. Entre os representantes do seu quadro de fundadores e curadores, o IMIL teve a articulação de figuras conhecidas e “formadores de opinião” com espaço privilegiado na grande mídia nacional, como é o caso dos jornalistas Pedro Bial (Globo), Rodrigo Constantino (que também passou a dirigir o Instituto Liberal a partir de 2012, colunista da Veja, o Globo, Valor Econômico). Além disso, representantes da grande mídia participam da definição de diretrizes e linha editorial do IMIL, como nos exemplos do editor de opinião do jornal Estado de São Paulo, Antônio Carlos Pereira e o Diretor-Geral de mídia da rede Globo, Luiz Eduardo Vasconcelos. Além destes, também estão lá, Giancarlo Civita, presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril e o próprio João Roberto Marinho, filho de Roberto Marinho, presidente do Conselho Editorial e vice-presidente das Organizações Globo.

Uma das características fundamentais que habilitam o Instituto Millenium, como um dos mais importantes intelectuais coletivos de ação doutrinária do Brasil contemporâneo, é a sua capacidade de mobilização de articulistas *convidados* e membros *especialistas*, que amplificam e capilarizam os valores defendidos pela instituição nos mais diversificados meios. Uma fração representativa desses intelectuais, está ligada a inúmeras universidades brasileiras e, de alguma forma, seja como colunista, articulista, redator ou como dirigente, a outros veículos de comunicação da grande mídia brasileira, tais como: as revistas “Veja”, “Isto É”, “Época”, “Exame”, “Revista Brasileira de Economia”, “Realidade”, “Forbes Brasil”, “Voto”. Dos jornais “Folha de São Paulo”, “Valor Econômico”, “O Estado de São Paulo”, “Diário

de São Paulo”, “O Globo”, “Jornal do Brasil”, “Gazeta Mercantil”, “O Dia”, “Jornal da Tarde”, “A Tribuna”, “Zero Hora”, “Hoje em Dia”, “Última Hora”, “Brasil Econômico”, “Digesto Econômico”, “Jornal Imprensa”, “Jornal da Cultura”, “Jornal do Comércio”, “Jornal da Orla”, “Jornal Brazilian Administration Review”. Assim como, em canais de televisão como na rede Globo, rede Record e rede Bandeirantes de televisão, para citar apenas a TV aberta. (www.institutomillennium.org.br, 26/06/2015).

Dessa forma, o IMIL está visceralmente conectada à grande mídia, às mais reconhecidas universidades brasileiras e a outros aparelhos ideológicos que desempenham papel semelhante como o Instituto Liberal, o Instituto Mises Brasil e o Estudantes pela Liberdade. A capacidade de difusão de seus pressupostos e sua concepção de mundo a partir de aparelhos ideológicos como a mídia, os espaços acadêmicos e as entidades de representação setorial ou de classe, amplia a dimensão de sua atuação, para muito além das ações meramente institucionais promovidas pelo IMIL.

Assim como o IMIL, o Instituto Von Mises Brasil (IMB) também foi lançado ao público liberal em evento do Fórum da Liberdade, só que, em abril de 2010. A entidade teve como idealizador e principal fundador, o empresário do grupo Ultra, Hélio Beltrão (também fundador do IMIL é filho de Hélio Beltrão, ex-ministro da ditadura civil-militar das pastas de Planejamento, de 1967 a 1969, da Desburocratização, de 1973 a 1983).

O Instituto Mises Brasil tem como referência ideológica, a doutrina neoliberal austríaca, principalmente, com Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e Murray N. Rothbard. O IMB, dessa forma, atua como um intelectual coletivo das frações mais ortodoxas do pensamento ultraliberal e da sua vertente teórica ainda mais radical, cujo precursor foi o teórico Rothbard, o chamado libertarianismo. O propósito seria o de reforçar o desprezo por tudo aquilo que é público e, conseqüentemente, supervalorizar a economia de mercado, como condição necessária para o exercício pleno da democracia e a liberdade entre os indivíduos consumidores, dada a própria “natureza humana” essencialmente individualista.

O Instituto Von Mises Brasil, por sua vez, pode ser caracterizado como um aparelho privado de hegemonia de cepa fundamentalista de mercado e do conservadorismo cultural. Estabelece concepções conservadoras e moralistas, tentando legitimar a ideologia mais elitista, mesquinha e preconceituosa de caráter proto-fascista, sob o signo de “ciência”, buscando uma “aparência de crítica social”.

Nessa mesma linha ideológica e atuando de forma articulada ao IMB, IL e IMIL, aparece o chamado Estudantes pela Liberdade (EPL). A organização foi lançada no Fórum da Liberdade de 2012 e sua atuação é voltada especificamente ao público jovem e universitário. Este intelectual coletivo nasce a partir de importantes influências e vinculações internas e externas.

Internamente o EPL tem suas raízes lançadas em tradicionais organizações de caráter doutrinário. Entre seus fundadores estão: o gaúcho Fábio Ostermann (dirigente do IL, do Instituto Liberdade, do Ordem Livre e colunista do Instituto Millenium); o jovem Anthony Ling, que da continuidade à linhagem da família Ling, pertencente do tradicional reduto de articulação do pensamento liberal conservador do Rio Grande do Sul (Grupo Petropar S.A. e vinculados à organizações como o IL, o IEE e o Instituto Liberdade); o mineiro Juliano Torres, diretor executivo do Estudantes Pela Liberdade, administra blogs de difusão dos pressupostos do libertarianismo e participou da articulação para a fundação do Partido Libertários (LIBER).

Quanto à sua vinculação externa, o Estudantes Pela Liberdade, configura-se como uma versão brasileira do *Students for Liberty*. Trata-se de uma organização fundamental na articulação entre os *think tanks* conservadores americanos – especialmente entre aqueles que se definem como libertários – e a juventude “antipopulista” da América Latina. O empresário Alejandro A. Chafuen, presidente da Atlas Network, desde 1991, é o seu mentor. (apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/, 15/06/2016). O Atlas Network, atua como suporte de diversos outros *think tanks* de alta influência nos EUA e no mundo, defendendo os pressupostos do livre mercado, a propriedade privada e a desregulamentação das economias.

É exatamente no potencial de recrutamento, produção do consenso e mobilização para a ação política entre os jovens que se encontra o papel fundamental desse aparelho privado de hegemonia. Dessa forma, o Estudantes Pela Liberdade organiza, financia e estabelece diretrizes de ação, principalmente a partir de seu braço de atuação política e ideológica, o Movimento Brasil Livre (MBL). Divulgando vídeos de seus membros com narrativas revisionistas e ataques aos movimentos sociais, proferindo discursos de ódio de classe e sobre minorias, criando e reproduzindo fake news, promovendo manifestações antiprogressistas, e viabilizando a candidatura política de seus integrantes alinhados à tradicionais partidos de direita, o MBL configura-se como uma marca dessa nova direita.

Por conseguinte, essa nova direita brasileira não possui uma homogeneidade ideológica, mas comporta distintas orientações, desde a influência monetarista da Escola de Chicago, o neoliberalismo da Escola Austríaca, com Von Mises e Hayek, ou mesmo vertentes mais fundamentalistas, como o libertarianismo da geração austríaca de Murray Rothbard. Essa direita, portanto, abarca contradições e conflitos interburgueses, todavia, assegurando o essencial para a garantia dos seus interesses de ampliação das taxas de lucro e acumulação de capital.

Nos anos de 1980, os aparelhos doutrinários, como foi o caso do IL e do IEE, buscaram apresentar-se de maneira mais técnica e mais teórica, desenvolvendo ações propositivas e organizativas. Internamente, formavam, publicavam e divulgavam um liberalismo duro característico da direita conservadora. A partir dos anos de 1990 e, principalmente dos anos 2000, essa postura mais contida e técnica vai paulatinamente sendo substituída ou complementada por um discurso bem mais agressivo, com uma forte pauta moralista. Em parte, o modelo original foi ultrapassado pela agressividade de seus próprios filhotes (como no IL-RS/Instituto Liberdade) e os novos aparelhos de doutrinação, como o IMIL, o IMB e EPL/MBL.

Por fim, a própria política internacional, principalmente, a norte-americana pós atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, sofreu inflexões importantes, onde o discurso e atuação das organizações de ação doutrinária brasileiros, passou a se aproximar paulatinamente das vertentes mais duras politicamente, característica dos EUA, para o qual, aliás, a tradição autocrática brasileira contribuía. Ainda assim, mantiveram-se durante uns anos em posições formativas, doutrinárias, aparentemente mais técnicas e menos agressivas. Em seguida, esses intelectuais coletivos tornam-se uma espécie de porta-vozes de uma nova direita aberta e dura, com enorme agressividade, ao lado de posições de uma subordinação impactante a certos padrões ideológicos vigentes nos países centrais, com destaque para os EUA.

Referências

- CASIMIRO, F.H.C. **A Nova Direita no Brasil**: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 – 2014). Tese de Doutorado. Niterói, PPGH/UFF, 2016.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992
- DUALIBI, Julia. Coxão Duro *Lifestyle*: João Doria junior visita a periferia. **Revista Piauí**, edição 109, outubro de 2015.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere (caderno 13)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, (vol 3).
- POULANTZAS. Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

BURGUESIA E INTELLECTUAIS COLETIVOS: FILANTROPOCAPITALISMO?

Virgínia Fontes (PPGH – UFF)

Resumo: Não é filantropia o que caracteriza o capitalismo contemporâneo e do qual o Brasil é ponto de observação privilegiado. Há inúmeros estudos brasileiros sobre o avanço do capital sobre os recursos públicos (educação, saúde e especialmente a previdência) através de aparelhos privados de hegemonia. Há filantropia no capitalismo – esse é um privilégio da desigualdade. Não existe capitalismo filantrópico (ver João Leonardo Medeiros: *A economia diante do horror econômico – uma crítica ontológica dos surtos de altruísmos da ciência econômica*. Eduff, 2013). A ampliação do Estado a partir de entidades empresariais sem fins lucrativos não é necessariamente positiva. Marx e Gramsci oferecem a trilha sólida para a análise, mas nós teremos de realizar o enfrentamento – intelectual, organizativo, político e social - da disseminação em grande escala dos procedimentos burgueses voltados para a ‘esterilização’ das lutas de classes e, subsidiariamente, para o aumento da exploração da força de trabalho. Esta intervenção procura reunir alguns elementos de síntese sobre o significado – e o desafio – das diversas gerações de entidades empresariais sem fins lucrativos. Elas se superpõem no tempo, competindo entre elas pelos recursos públicos mas unificando-se contra as atividades organizativas das classes trabalhadoras. O aumento de instrumentos de hegemonia não elimina as contradições próprias do capitalismo e, assim, ao mesmo tempo em que tais APHs induzem o convencimento, também exasperam o crescimento da coerção direta e indireta sobre os trabalhadores.

MESA REDONDA IV – ESTADO AMPLIADO E O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

TODOS PELA EDUCAÇÃO? A OFENSIVA EMPRESARIAL NO INTERIOR DO ESTADO AMPLIADO

Rodrigo Lamosa – Prof. UFRRJ/PPGEduc - LIEPE

Resumo: Nas últimas três décadas verifica-se no país um aumento do interesse empresarial pela educação pública. Mesmo considerando que a participação empresarial na educação no país não é recente, não é possível negligenciar o intenso esforço da classe dominante em se unificar sob uma mesma direção “ético-política”, forjando uma agenda, estratégias, princípios, ou seja, uma concepção de mundo. Neste contexto, duas frentes se formaram no interior da classe dominante desdobrando-se em estratégias com forte apelo, tanto ao convencimento, afinando-se com a construção de um processo hegemônico, quanto à coerção, apelando aos recursos de violência, incluindo elementos que exasperam a violência simbólica. O objetivo deste artigo é sistematizar uma proposta teórico-metodológica para o estudo das relações entre Estado e Poder na educação brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI que considere a unidade e as distinções, disputas e tensões no interior da classe dominante, verificando a possibilidade de compreender a ampliação do Estado no Brasil numa conjuntura em que consenso e coerção, longe de serem fatores de uma equação de “soma zero”, se amplificam. Neste contexto histórico, a fração organizada na frente “Todos Pela Educação” produziu uma “ideologia orgânica” e uma direção política para os empresários. No mesmo contexto, entretanto, emergiu uma “Frente Ultra-conservadora”, formada por organizações como Escola Sem Partido, Estudantes Pela Liberdade e Movimento Brasil Livre, representando um movimento não hegemônico no interior da classe dominante responsável por disseminar um projeto que criminaliza professores. O artigo conclui que é possível identificar que ambos as frentes que tiveram enorme crescimento nas duas primeiras décadas do século XXI possuem intelectuais orgânicos e elementos programáticos comuns que nem sempre estão à vista no terreno das aparências.

Palavras chave: Estado Ampliado – Hegemonia – Todos Pela Educação – Escola Sem Partido

Nas últimas três décadas verifica-se no país um aumento do interesse empresarial pela educação pública. Mesmo considerando que a participação empresarial na educação no país não é recente, não é possível negligenciar o intenso esforço da classe dominante em se unificar sob uma mesma direção “ético-política”, forjando uma agenda, estratégias, princípios, ou seja, uma concepção de mundo. Neste contexto, duas frentes se formaram no interior da classe dominante desdobrando-se em estratégias com forte apelo, tanto ao convencimento, afinando-se com a construção de um processo hegemônico, quanto à coerção, apelando aos recursos de violência, incluindo elementos que exasperam a violência simbólica. O objetivo deste artigo é sistematizar uma proposta teórico-metodológica para o estudo das relações entre Estado e Poder na educação brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI que considere a unidade

e as distinções, disputas e tensões no interior da classe dominante, verificando a possibilidade de compreender a ampliação do Estado no Brasil numa conjuntura em que consenso e coerção, longe de serem fatores de uma equação de “soma zero”, se amplificam. Neste contexto histórico, a fração organizada na frente “Todos Pela Educação” produziu uma “ideologia orgânica” e uma direção política para os empresários. No mesmo contexto, entretanto, emergiu uma “Frente Ultra-conservadora”, formada por organizações como Escola Sem Partido, Estudantes Pela Liberdade e Movimento Brasil Livre, representando um movimento não hegemônico no interior da classe dominante responsável por disseminar um projeto que criminaliza professores. O artigo conclui que é possível identificar que ambas as frentes que tiveram enorme crescimento nas duas primeiras décadas do século XXI possuem intelectuais orgânicos e elementos programáticos comuns que nem sempre estão à vista no terreno das aparências.

Palavras chave: Estado Ampliado – Hegemonia – Todos Pela Educação – Escola Sem Partido

Introdução

Nas últimas três décadas verifica-se no país um aumento do interesse empresarial pela educação pública. Mesmo considerando que a participação empresarial na educação no país não é recente, não é possível negligenciar o intenso esforço da classe dominante em se unificar sob uma mesma direção “ético-política”, forjando uma agenda, estratégias, princípios, ou seja, uma concepção de mundo. Neste contexto, duas frentes se formaram no interior da classe dominante desdobrando-se em estratégias com forte apelo, tanto ao convencimento, afinando-se com a construção de um processo hegemônico, quanto à coerção, apelando aos recursos de violência, incluindo elementos que exasperam a violência simbólica

O objetivo deste artigo é sistematizar uma proposta teórico-metodológica para o estudo das relações entre Estado e Poder na educação brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI que considere a unidade e as distinções, disputas e tensões no interior da classe dominante, verificando a possibilidade de compreender a ampliação do Estado no Brasil numa conjuntura em que consenso e coerção, longe de serem fatores de uma equação de “soma zero”, se amplificam. Neste contexto histórico, a fração organizada na frente “Todos Pela Educação” produziu uma “ideologia orgânica” e uma direção política para os empresários. No mesmo contexto, entretanto, emergiu uma “Frente Liberal Ultraconservadora”, formada por organizações como Escola Sem Partido, Estudantes Pela Liberdade e Movimento Brasil Livre, representando um movimento não hegemônico no interior da classe dominante responsável por disseminar um projeto que criminaliza professores.

Este artigo foi organizado a partir de uma agenda coletiva de investigação que vem tentando compreender as políticas educacionais das últimas duas décadas. Temos realizado um movimento de pesquisa que segue caminho distinto daquele que orienta parte significativa dos estudos sobre as políticas educacionais. Partimos da compreensão de que nas democracias (burguesas) o Estado não pode ser compreendido como restrito às agências ditas estatais (ministérios, secretarias) e nem caracterizado exclusivamente pela sua função de detentor do monopólio do uso da coerção (polícia, judiciário, etc). Tomamos o conceito “Estado Ampliado”, formulado por Antônio Gramsci, como um roteiro metodológico de pesquisa e assim sendo tomamos como ponto de partida a Sociedade Civil, considerando as lutas, estratégias e táticas utilizadas por intelectuais, individuais e coletivos, em busca da direção ético-moral da sua classe social e, se possível, pela conquista do consentimento do conjunto da sociedade em busca da “hegemonia e direção política” no/do Estado, entendido em sua dimensão “ampliada”, ou seja: sociedade civil, dimensão de disputas intra e entre classes sociais por meio de suas organizações, e sociedade política, conjunto de agências do Estado estrito.

Em relação ao conceito “Estado Ampliado” é importante destacar dois apontamentos para nossa hipótese: 1) primeiro compreendemos que a ampliação do Estado não é recente no país e neste aspecto nos distanciamos das teses que compreendem a ocidentalização do Estado somente a partir do fim da ditadura empresarial militar. Aproximamos-nos de um conjunto de trabalhos de pesquisa que vêm analisando a atuação da classe dominante (MENDONÇA, 2014; NEVES, 2005, 2010), tanto na sociedade política, mas, sobretudo, na sociedade civil desde os fins do século XIX e início do século XX ; 2) rechaçamos a possibilidade de compreender a relação de unidade/distinção no interior do Estado Ampliado como uma equação de soma zero, ou seja, quanto maior for a capacidade de consenso, menor a necessidade de coerção. Vislumbramos a possibilidade de estarmos num período histórico em que o Estado vem se ampliando nos dois sentidos. Isto pode ser observado na educação, por exemplo, diante do aumento exponencial de organizações como Escola Sem Partido, sem haver queda nos investimentos sociais privados e nem perda de protagonismo das organizações que vêm formando uma frente social liberal desde, pelo menos, o fim dos anos 1980.

Partindo destes dois aspectos relativos à compreensão sobre a ampliação do Estado no Brasil temos identificando a existência de duas frentes de interesses privados que vêm atuando sobre as escolas e universidades públicas no Brasil: 1) De um lado uma frente que temos denominado de “social liberal” e que se expressa numa certa “direita para o social” (conforme André Martins) representada pelo IAS, a Fundação Roberto Marinho, as organizações culturais ligadas aos bancos (Itaú-Unibanco, Bradesco),

Leman, Abrinq, INDG e outros reunidos em torno do movimento empresarial Todos Pela Educação no Brasil e na Rede de Organizações da Sociedade Civil pela educação (REDUCA); 2) De outro lado temos pesquisado uma outra frente que também vem atravessando os interesses privados junto as instituições públicas e que tem crescido enormemente nos últimos cinco anos no Brasil. Temos denominado esta como “Frente Liberal conservadora”, cuja expressão com maior visibilidade na atualidade é o movimento Escola Sem Partido, mas que na realidade é formada por um conjunto muito extenso de organizações que vêm tentando redefinir as funções das escolas e universidades do país, incluindo a militarização das escolas de Educação Básica e que atualmente estão organizado a partir de duas redes que são a Atlas Network e Liberdade.

1. Frente Socialliberal: Todos pela educação?

Embora o interesse da classe dominante pela definição das políticas educacionais não seja recente na história da educação brasileira, é possível identificar uma intensa difusão de organizações empresariais no decorrer das últimas duas décadas. Esta atuação está longe de ser uniforme ou mediada por um único interesse: 1) há organizações que se especializaram na venda de produtos/tecnologias educacionais e criaram um enorme “mercado educacional” num processo de subsunção de fundo público; 2) Há outro conjunto de organizações que vêm realizando seus projetos no interior das universidades e, principalmente, escolas tendo como objetivo a valorização de suas imagens. Há, contudo, um elemento de permanência que perpassa toda a mobilização recente do empresariado na educação: a conquista da hegemonia.

Os fundamentos históricos da ofensiva empresarial sobre a educação realizada nas últimas décadas estão diretamente relacionados ao processo que desencadeou a reforma educacional nos países na América Latina e Caribe. Este processo, por sua vez, está imbricado ao movimento iniciado na Conferência Mundial Educação Para Todos, realizada, em 1990, em Jomtien, na Tailândia, organizada pelo Banco Mundial em parceria com as entidades ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU), dentre as quais a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a UNICEF (Organização das Nações Unidas para a Infância) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Na conferência foram destacados os números superlativos relacionados às taxas de analfabetismo no mundo, ressaltando que estes estavam concentrados em países em desenvolvimento e com grandes densidades populacionais. Estes países compuseram o grupo com as nove nações com as maiores taxas de analfabetismo do mundo (Bangladesh, China, Paquistão, Nigéria, Brasil, Índia, Egito,

México e Indonésia) e passaram a receber a assessoria e consultoria do Fórum Mundial Educação para Todos (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2011).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) produziu, em 1990, o documento “Tranformación Productiva com Equidad”, através do qual reforçou a necessidade de realização de uma ampla reforma educacional com o objetivo de integrar os países da região ao processo de globalização mundial. O documento da CEPAL reafirmou as diretrizes da Carta de Jomtien, recomendando aos países da região ênfase na reorganização dos sistemas educacionais com foco na formação de trabalhadores flexíveis, versáteis, inovadores, comunicativos e motivados. Esta formulação foi desenvolvida durante a década de 1990, através de outros documentos produzidos pelos organizadores da Conferência Mundial Educação Para Todos.

As diretrizes da Conferência Mundial Educação para Todos em relação às NEBAS foram aprofundadas no relatório da Unesco “Educação: um tesouro a descobrir”, formulado em 1996 pela Comissão Internacional de Educação para o século XXI, coordenada por Jacques Delors. No relatório destaca-se o papel da educação ao longo da vida como aspecto fundamental para o alívio à pobreza e para a transformação da educação em capital social (DELORS, 2001). A educação ao longo da vida se efetivaria a partir de quatro pilares: aprender a conviver, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser.

No mesmo ano do lançamento do Relatório Jacques Delors foi criado o Programa de Promoção das Reformas Educacionais na América Latina e Caribe (PREAL). Desde sua formação, em 1996, o PREAL é dirigido por três entidades: Diálogo Americano, USAID e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ao longo de seus vinte anos de existência o programa produziu um conjunto de trabalhos de pesquisas sistematizados em documentos sob a encomenda do Banco Mundial. Neste sentido, o programa tem tido papel dirigente na reforma da educação latino americana, objetivo maior deste instrumento organizativo.

Em 2001, em Miami, nos Estados Unidos, o PREAL realizou um encontro que reuniu cento e vinte lideranças empresariais que atuam na educação que culminou com a Declaração de Ação. Através da declaração foi estabelecida uma lista de ações que deveria fornecer aos empresários as diretrizes para uma ação unitária e coesa no campo educacional. No discurso presente no documento os empresários se responsabilizam pelo esforço em universalizar a educação básica como tarefa daqueles que são os maiores interessados no destino do produto final dos processos educacionais: a formação da força de trabalho que seriam por eles empregada em seus empreendimentos.

No Brasil o PREAL estabeleceu uma sucursal em associação com a Fundação Getúlio Vargas no mesmo período em que a reforma do Estado brasileiro ganhou grande impulso, sobretudo, a partir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). A direção imprimida pela reforma do aparelho estatal, segundo Martins & Neves (2015), se desdobrou em uma reorganização da administração pública, produzindo novos modelos de gestão que preconizam as parcerias público-privadas como forma ideal de expansão dos serviços públicos. A ampliação da oferta de matrículas escolares no país ocorreu neste contexto, desencadeando num processo de escolarização minimalista, dirigido à formação de força de trabalho voltada para o trabalho simples e difusão da ideologia da responsabilidade social e ambiental do capital, respaldada por uma ampla campanha midiática em defesa da superioridade empresarial na gestão dos interesses públicos.

O PREAL propôs, nos últimos vinte anos, uma pedagogia do consenso. Segundo Santos (2012), “o consenso é uma presença expressiva em todos os textos, o que chama a atenção para seu significado político, se considerarmos que, para Gramsci, este é o principal instrumento na afirmação da hegemonia (...)” (SANTOS, 2012, p. 155). Durante todo o período de implementação do PREAL foram difundidos inúmeros movimentos empresariais portadores do slogan “Todos pela Educação” que passaram a expressar uma pauta unificada da classe dominante para a educação. Estes movimentos, presentes em quatorze países na América Latina e Caribe se uniram em 2011 para fundar um instrumento de mobilização, formulação e articulação: a Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca).

Nos anos 2000 verifica-se na América Latina e Caribe a difusão, impulsionada pelas condições históricas proporcionadas pela “Agenda Educação para Todos” e pelo PREAL, de movimentos empresariais organizados entorno da pauta do direito à educação. Estes movimentos, embora marcadamente empresariais, adotaram o lema “Todos pela Educação”. Em toda a região, ao todo quatorze países, passaram a ter a organização de movimentos muito similares, num esforço organizativo para “uniformizar” esta atuação por meio da criação da Rede Latino Americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação na América Latina e Caribe (REDUCA). A REDUCA foi criada em 2011 no Brasil e reúne atualmente movimentos muito similares ao TPE em 15 países na região: El Salvador – Fundação Empresarial (1986); República Dominicana – Ação pela Educação (1989); Nicarágua – Eduquemos / Fórum de Educação da Nicarágua (1989); Honduras – Fundação Para a Educação Ernesto Maduro Andreu (1998); Guatemala – Empresários pela Educação (2002); Colômbia – Fundação Empresarial pela Educação (2002); Equador – Grupo FARO (2004); México – Mexicanos Primero (2005); Brasil – Todos

pela Educação (2006); Argentina – Mejor Educación para Todos (META) (2007); Chile – Educação 2020 (2008); Panamá – Unidos Pela Educação (2011); Peru – Associação Empresários pela Educação (2011); Paraguai – Juntos por la Educacion (2012); Uruguai (2018). A proposta da REDUCA é dar uma direção unitária e fortalecer a capacidade empresarial de definir os rumos da reforma educacional na região.

Na última década a Reduca tem produzido uma uniformização da atuação empresarial na defesa do direito à educação na América Latina e Caribe. Isto tem sido possível pela atuação de um conjunto de organizações que possuem algumas características em comum: 1) uma organização administrativa muito similar (assembleia geral que reúne os sócios, uma junta diretiva, um conselho superior, um conselho assessor, além de comitês para assuntos específicos); 2) Produção de agendas de longo prazo (No Brasil, por exemplo, a data de 1922 foi eleita como marco histórico, no Chile este marco foi definido para 2020 e na Argentina para 2050); 3) Apoio às Parcerias Público-Privadas; 4) Valorização de programas de inserção do trabalho voluntário em políticas de garantia do direito à educação; 5) Demarcam sua separação com o governo e com o mercado, definindo-se como parte de um “Terceiro setor” ou de uma “Sociedade Civil” que é a expressão da cidadania, enunciam uma origem “apartidária”; 6) Trabalho estreito com a imprensa, incluindo entre seus associados grandes empresas de comunicação (como por exemplo no Brasil em relação as empresas do grupo Roberto Marinho e no México, onde a Televisa é um dos associados do movimento “Mexicanos Primeiro”) ; 7) Assumem estatuto de especialistas (“Think Thanks”), apresentando-se como especialistas nas reformas educacionais em seus países. Esta hipótese deverá ser avaliada a partir de um intenso levantamento de fontes primárias produzidas pela Reduca e seus associados.

No Brasil os empresários estão reunidos a partir da organização “Todos Pela Educação” (TPE) que atua como uma espécie de “partido” (sem o “p” na frente), embora se apresente como um “movimento da sociedade civil”. Desde sua fundação o TPE vem reunindo entre seus associados as principais corporações, incluindo os principais bancos do país. O TPE se define em seu estatuto social como:

“O Todos Pela Educação é um movimento da sociedade civil brasileira que tem a missão de contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o país assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade. Apartidário e plural, congrega representantes de diferentes setores da sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários e todas as pessoas ou organizações sociais que são comprometidas com a garantia do direito a uma Educação de qualidade. O Todos Pela Educação é uma instituição que atua como produtora de conhecimento, fomentadora e mobilizadora. Os objetivos do movimento são propiciar as condições de acesso, de alfabetização e de

sucesso escolar, a ampliação de recursos investidos na Educação Básica e a melhora da gestão desses recursos.” (site Todos Pela Educação)

Em 2007, um ano depois da sua fundação, o TPE já imprimiu sua força junto a principal agência do Estado restrito relativa a educação por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que não apenas assumiu a bandeira “Todos Pela Educação” no próprio título da política, mas chancelou a venda de “produtos e tecnologias educacionais” elaboradas por fundações e institutos empresariais a partir do “guia tecnológico” do MEC. Por meio de editais o ministério passou a analisar estes produtos e tecnologias que, uma vez aprovados, passaram a ser oferecidos a todos os municípios e estados da federação que foram signatários do plano (lembrando que no lançamento o ministro da educação comemorou a integral adesão de todos os entes da federação).

Nestes últimos dez anos organizações como IAS, FRM, Itaú Social, CENPEC, Fundação Bradesco venderam pacotes educacionais (turmas de aceleração, programas de gestão, etc) para milhares de secretarias de educação. Desde 2016, todos os esforços do TPE estão na aprovação da reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Curricular Comum. Estes esforços estão sendo articulados por meio do Movimento Pela Base. Esta articulação está intimamente relacionada aos processos de fusão e compra de empresas educacionais. A informação mais fresca que temos foi o convite da Fundação Lemann a 8 servidores do INEP para irem ao Encontro Internacional sobre Avaliações de Larga Escala em Nova York. A proposta, segundo a Lemann, é conhecer a reforma curricular norte americana e o sistema de testagens. Lembro aqui do livro da ex-secretaria da USAID. Diane Ravich, sobre a avaliação em larga escala no sistema norte-americano de educação.

A “Frente social liberal” vem historicamente tentando se distinguir dos movimentos que compõem uma “Frente Ultraconservadora” por meio de uma série de declarações públicas. Esta frente da “Direita Para o Social” tenta se vincular a imagem da defesa do “direito à educação”. Entretanto, se é possível, por um lado, identificar este esforço das organizações do TPE, temos observado, por outro lado, que este distanciamento deve ser compreendido com cautela.

2. Frente Liberal Ultraconservadora

A Frente Liberal Ultraconservadora é formada por um conjunto de organizações nacionais que fazem parte de duas “redes” internacionais: a Atlas Network e a rede Liberdade. A Atlas foi criada em 1981 nos Estados Unidos e funciona como elemento comum de conexão de diversas outras organizações. Representa uma rede de organizações que começaram a surgir e crescer na última década. É uma espécie

de metathinktank, atuando como fomentador, financeiro e intelectual, de outras 486 entidades similares em 93 países de todo o mundo. Atualmente existem 12 organizações brasileiras associadas ao Atlas: “Estudantes Pela Liberdade” (versão brasileira do Student For Liberty), o Instituto Atlantos, sediado em Porto Alegre, o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), sediado em Porto Alegre, o Instituto de Formação de Líderes (IFL), sediado em Belo Horizonte, o Instituto de Formação de Líderes – SP (IFP-SP), sediado em São Paulo, o Instituto Liberal (IL), sediado no Rio de Janeiro, o Instituto Liberal de São Paulo (IL-SP), o Instituto Liberdade (o antigo Instituto Liberal do Rio Grande do Sul), o Instituto Ludwig Von Mises Brasil, sediado em São Paulo; o Instituto Millenium, sediado no Rio de Janeiro, o Líderes do Amanhã, sediado em Vitória (ES), o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, sediado em São Paulo, e o LIVRES (organização que surgiu a partir de uma tendência do Partido Social Liberal), sediado no Rio de Janeiro. Além destes institutos (APH's), na página oficial da Rede Liberdade também são identificados 23 grupos de estudos associados. São estes: USP Liberal e Guilherme de Jesus Moretzsohn (São Paulo, SP); Clube Caiapós (Ribeirão Preto, SP); Grupo de Estudos Anita Garibaldi (Florianópolis, SC); FIC Libertário, Dragão do Mar e Clube Atlas (Fortaleza, CE); Grupo de Estudos Liberalismo e Democracia (Curitiba, PR); Instituto Tropeiros (Campina Grande, PB); Grupo Domingos Martins (Vitória, ES); Grupo de Estudos Lobos da Capital (Brasília, DF); Juventude Libertária de Sergipe e Núcleo Libertário Sergipano (Aracaju, SE); Grupo de Estudos Liberdade e Resistência – Libres (Mossoró, RN); Grupo de Estudos Heróis do Jenipapo (Teresina, PI); Clube Monte dos Guararapes e Grupo de Estudos Libertários Leão do Norte (Recife, PE); Núcleo de Estudos Joaquim Nabuco e Grupo de Estudos Murray Rothbard (João Pessoa, PB); Não Quebre a Janela e Frente Pela Liberdade – FLP (Maceió, AL); O Quinto (Montes Claros, MG); e Clube Libercracia (Petrolina, PE). (COLOMBO, 2018)

A Rede Liberdade é parte da Rede Liberal da América Latina (RELIAL) criada em 2004 com o apoio e por iniciativa do Escritório Regional para a América Latina da Friedrich-Naumann-Stiftung für die Freiheit – FNF, organização que atua em todos os continentes e mais de uma centena de países contando com associados. A Rede Liberal para a América Latina é formada por 37 instituições liberais de 17 países da América Latina. Segundo seu documento de fundação a organização se apresenta: “comprometidos com o progresso e com o desenvolvimento de seus respectivos países, partidos políticos e think tanks, as organizações membros da RELIAL difundem e implementam princípios liberais, assumindo como bandeira a defesa da democracia, o respeito aos direitos humanos, a primazia do estado de direito e o fomento à economia de mercado; valores próprios de indivíduos responsáveis consigo mesmos e com a sociedade.

Dentre as organizações que compõe a Rede Liberdade no Brasil algumas se destacam pela atuação junto a jovens e estudantes. Este é o caso da organização Estudantes Pela Liberdade (EPL) e, mais recentemente, o Movimento Brasil Livre (MBL). De acordo com a pesquisa de Flavio Casimiro (2016) estas organizações atuam como aparelhos privados de hegemonia de ação doutrinária, caracterizado pelo recrutamento de jovens universitários para a formação e composição de novos quadros de intelectuais orgânicos da ideologia de mercado. Dentre as diversas atividades táticas, organizam palestras e workshops em escolas, espaços estudantis, universidades e espaços profissionais, consultoria e suporte operacional a estudantes que desejam formar grupos em suas regiões, realização e participação em eventos e campanhas, produção de livros, apostilas e outros materiais de formação. (COLOMBO; LAMOSA< 2018).

O EPL é um braço no Brasil do movimento Student for Liberty, sediado nos Estados Unidos. Porém, ao fomentar a participação política de seus seguidores na sociedade política – via Estado restrito – o ELP deparou-se com um impedimento ético-burocrático de acordo com o que o definia como um think tank. Os membros do EPL queriam participar das jornadas de junho de 2013 para pautar a agenda da direita nas ruas, mas o “Student For Liberty” não financia “grupos de atuação política”. Assim, para atuar de maneira organizada e não gerar problemas com as agências financiadoras, integrantes do EPL fundaram o Movimento Brasil Livre (MBL) para a participação política engajada nas manifestações e nas redes sociais. (COLOMBO, 2018)

No âmbito da sociedade política, destacamos também que o MBL vem formando uma rede de políticos eleitos no âmbito legislativo. Na página do movimento, como parlamentares do movimento, consta o deputado federal Paulo Eduardo Martins (PSDB-PR), e oito vereadores eleitos – três em municípios paulistas (São Paulo, Americana e Rio Claro), dois gaúchos (Porto Alegre e Sapiranga), dois paranaenses (Londrina e Maringá) e um sergipano (Aracaju). Quatro estão pelo PSDB, e cada um dos outros quatro pelo DEM, PRB, PV e PEN. Nas resoluções do movimento em seu congresso em 2015, destacamos, além da defesa dos projetos de lei do ESP, a defesa da implementação de sistema de vouchers para o ensino básico, legalização do homeschooling, redução de impostos das escolas privadas, militarização das escolas em “áreas de risco” onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar, gestão privada das escolas públicas, entre outras.

O processo de “militarização das escolas brasileiras” tem início com a inserção de diferentes projetos no interior das escolas públicas, iniciados ainda na década de 1990. O mais antigo deles e que ainda se mantém na atualidade é o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

(Proerd), implementado no Brasil desde 1992. Nos últimos cinco anos a “militarização das escolas” deixa este caráter fragmentado e passa assumir um caráter mais orgânico de incorporação de toda a gestão das escolas públicas das redes estaduais de ensino. Entre 2013 a 2018, o número de escolas estaduais geridas pela Polícia Militar saltou de 39 para 122 em 14 estados da Federação — um aumento de 212%. Em 2019, outras 80 escolas deverão ser colocadas sob a gestão de militares nesses estados, ultrapassando o número de 200 escolas militarizadas (GUIMARÃES; LAMOSA, 2018).

Nas escolas militarizadas a direção eleita é substituída por uma direção militar e o PPP é substituído por um regimento composto por 276 artigos produzido pelo Centro de Comando de Ensino Militar. O regimento propõe um “novo padrão ético-estético” para professores e alunos. De acordo com o regimento são consideradas transgressões leves: “Usar óculos com lentes ou armações de cores “esdrúxulas” — mesmo sendo de grau —, além de boné, tiaras, ligas coloridas ou outros adornos estão entre as transgressões consideradas leves, assim como dobrar os shorts ou a camiseta na aula de Educação Física para diminuir seu tamanho e mascar chiclete nas dependências do colégio.” O artigo 168 traz ainda 44 incisos para especificar as transgressões médias. Entre elas estão comparecer a qualquer atividade com as unhas fora do padrão ou sentar no chão estando uniformizado. Os alunos também recebem sanções médias quando deixam de cortar o cabelo ou apresentam-se com barba ou bigode por fazer. Para as meninas, a regra é usar “rabo de cavalo”, pois não é permitido cabelo solto, com pontas ou mechas coloridas. Deixar de prestar continência aos militares é considerada uma transgressão média. 25 transgressões disciplinares são categorizadas como graves e podem levar à expulsão do aluno: desrespeitar em público convenções sociais; provocar ou tomar parte, uniformizado ou estando no colégio, em manifestações de natureza política; ingerir bebida alcoólica ou assentar-se em bares quando uniformizado. Manter contato físico que denote envolvimento de cunho amoroso — namoro, abraços, beijos — e desrespeitar símbolos nacionais.

Que tipo de educação vem sendo realizada nas escolas militarizadas? De acordo com o diretor-comandante do C.E. Waldemar Mundim em Goiás: “O que acontece, com a nossa chegada, é uma quebra de cultura. Os alunos vinham de uma cultura de libertinagem. Tinha menina que chegava na hora do intervalo, abraçava o colega e enganchava nele com as pernas. Tinha homossexual aqui que pintava o cabelo de alaranjado, de vermelho, de roxo. Com a nossa chegada, a gente diz: ‘Rapaz, você pode ser homossexual, mas tem de manter a postura’. Dentro da razoabilidade, o que a gente cobra é o mínimo de moral.” (Diretor comandante Luzimário Guimarães do C.E. Waldemar Mundim/ GO). É possível a partir desta fala elaborar algumas questões: Quem são os professores que trabalham nas escolas militarizadas?

Qual a autonomia do trabalho docente? Como se seleciona e aborda certos temas dos conteúdos curriculares das disciplinas? O que acontece com o PPP das escolas militarizadas? Como atuam os professores nos conselhos escolares das escolas militarizadas?

3. Aproximação entre as Frentes Social liberal e Liberal-ultraconservadora

Em relação ao financiamento das organizações que compõe a Frente Liberal Ultraconservadora sabe-se que existe uma ampla campanha de doação em sua página na internet, venda de camisetas do movimento para arrecadação de fundos e uma intensa articulação internacional com organizações como a rede Students For Liberty. De acordo com matéria veiculada na Revista Piauí, entretanto, foram feitas negociações de financiamento do movimento com cento e cinquenta e oito empresários – como pagamento de viagens e contribuições mensais registradas em planilhas. É possível verificar que entre os empresários que financiam a “Frente Liberal Ultraconservadora” muitos são associados ao TPE (é caso principalmente dos intelectuais associados ao Instituto Milenium).

Na aproximação entre as duas frentes de atuação da classe dominante na educação brasileira, temos observado também, por meio da análise das publicações de alguns intelectuais, que, embora tenham vínculo “orgânico” com o TPE, ou seja, com a Frente Social liberal, difundem a agenda da Frente Liberal Ultraconservadora. O maior exemplo disto é o economista e articulista da Revista Veja e jornal Folha de SP Gustavo Iospe, intelectual orgânico do TPE, trabalhou na Globo com a série “JN no Ar – Blitz da Educação”. Iospe cumpre claramente a função de disseminar no senso comum valores que representam o projeto do TPE. É membro dos Conselhos do Instituto Ayrton Senna, Instituto Ecofuturo (Grupo Suzano), Fundação Iochpe e Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura oschpe é membro do Conselho de Administração do Grupo RBS, afiliada da TV Globo para o Sul do país, e da Iochpe-Maxion²¹, em que substituiu seu pai, Daniel Ioschpe. Uma análise dos textos permite identificar

²¹ A origem da Companhia data de "1918", ano de início das atividades, no ramo madeireiro, no Estado do Rio Grande do Sul. Ao longo do tempo, as atividades foram diversificadas para o setor financeiro e, subsequentemente, para o setor industrial. A partir da década de 90 a Empresa passou a concentrar sua atuação nos segmentos de autopeças e equipamentos ferroviários, alienando grande parte dos ativos e participações que não eram ligados a esses segmentos. Em 1998, iniciou-se um processo de reestruturação operacional e definição do nosso portfólio de negócios. No início dos anos 2000, 50% do negócio de equipamentos ferroviários foi alienado para a companhia norte americana Amsted Industries, o que originou a formação da joint venture AmstedMaxion. Concluído o processo de reestruturação operacional iniciado em 1998, a Companhia passou a conduzir seus negócios por meio de duas empresas, a controlada AmstedMaxion no segmento ferroviário, e a Maxion Sistemas Automotivos com duas divisões, Rodas e Chassis e Componentes Automotivos. Em janeiro de 2008 as ações preferenciais foram convertidas para ações ordinárias com o objetivo de ingresso no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Em julho de 2008, visando simplificar a estrutura operacional e societária a Companhia incorporou a Maxion Sistemas Automotivos com a concentração de todas as suas principais operações brasileiras, exceto a controlada AmstedMaxion. Em agosto de 2009, a Companhia adquiriu os negócios de rodas da ArvinMeritor no Brasil, México e Estados Unidos, os quais passaram a ser denominados Divisão Fumagalli. Em dezembro de 2010, visando aumentar sua capacidade de produção no México, a Companhia adquiriu os ativos relacionados aos negócios de rodas da Nugar S.A.P.I. de C.V., empresa mexicana controlada do

que estes valores estão afinados a “ação doutrinária” disseminada pelos organismos que compõem a “Frente Ultraconservadora” na educação:

**COLUNA DO GUSTAVO IOSPE SOBRE EDUCAÇÃO NA REVISTA VEJA
(2006-2013)**

Títulos dos artigos	Data
“A falência da educação brasileira”	Julho de 2006
“Muito investimento, pouco resultado”	Novembro de 2006
“Escola: tempo do doutrinamento”	Fevereiro de 2007
“Professor não é coitado”	Dezembro de 2007
“E se plantássemos cérebros?”	Março de 2008
“Educação e capitalismo: aliados ou inimigos?”	Abril de 2008
“De pais e professores”	Junho de 2008
“Dinheiro não compra educação de qualidade”	Setembro de 2008
“Violência escolar: quem é a vítima?”	Novembro de 2008
“O amor constrói, mas não ensina a tabuada”	Março de 2010
“Brasil: a primeira potência de semiletrados?”	Abril de 2010
“Aula de ética é em casa, não na escola”	Junho de 2010
“Na educação, a esquerda é elitista”	Julho de 2010
“Educação de qualidade: de volta ao futuro”	Outubro de 2010
“Como melhorar a educação brasileira –	Novembro de 2010

grupo CIE Automotive. No início de 2012, foi concluído o processo de aquisição do Grupo Galaz, grupo mexicano fabricante de longarinas de aço para veículos comerciais e da Hayes Lemmerz empresa norte-americana fabricante internacional de rodas automotivas, de aço e de alumínio para veículos leves e de aço, para veículos comerciais. Atualmente a Iochpe-Maxion atua por meio de três divisões: rodas com a controlada Maxion Wheels; componentes estruturais pela controlada Maxion Structural Components; e o segmento ferroviário pela Joint Venture AmstedMaxion.

Parte 1: Práticas de Sala de Aula”	
“Como melhorar a educação brasileira – Parte 2: Formação de Professores”	Dezembro de 2010
“Como melhorar a educação brasileira – Parte 3 (final): Diretores de escolas”	Janeiro de 2011
“Como os pais podem ajudar na aprendizagem dos filhos”	Fevereiro de 2011
“Universalização da educação infantil: solução ou armadilha?”	Março de 2011
“Hora de peitar os sindicatos”	Abril de 2011
“O que o Brasil que ser quando crescer?”	Mai de 2011
“Pra pobre analfabeto...tae kwon do!”	Junho de 2011
“Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social”	Julho de 2011
“Você acha que as escolas particulares brasileiras são boas?”	Setembro de 2011
“O rombo da educação: um cabide de empregos de R\$46 bilhões”	Outubro de 2011
“Que tal fechar escolas ruins?”	Janeiro de 2012
“A tecnologia não nos salvará (por enquanto)”	Março de 2012
“Falta foco”	Abril de 2012
“O sistema não é feito para dar certo”	Mai de 2012
“As escolas não são públicas, e privatizar não resolve”	Junho de 2012
“O que você faria pelos seus filhos?”	Julho de 2012
“Por que somos tão pouco ambiciosos?”	Setembro de 2012
“Quem são os professores brasileiros?”	Novembro de 2012
“Educar pra quê?”	Dezembro de 2012
“Se eu fosse prefeito”	Janeiro de 2013

“Como o cérebro aprende?”	Março de 2013
“Diretor de escola: o protagonista esquecido”	Abril de 2013
“Universidade gratuita para aluno rico, nem na França tem”	Agosto de 2013
“Devo educar meus filhos para serem éticos?”	Setembro de 2013

No dia 09 de abril de 2011, no artigo “Hora de peitar os sindicatos”, Iospe defende que existe uma contradição entre o que pensam os professores e os interesses dos alunos. Este é um caso bem explícito de deslegitimação dos professores como sujeitos fundamentais para a garantia do direito à educação. De acordo com Iospe,

Na área da educação, que é tão importante quanto a da saúde, não é assim. Se você tem frequentado a imprensa brasileira nas últimas décadas, sua visão sobre educação será provavelmente idêntica à dos sindicatos de professores e trabalhadores em educação. Você deve achar que o país investe pouco em educação, que os professores são mal remunerados, que as salas de aula têm alunos demais, que os pais dos alunos pobres não cooperam, que deficiências nutritivas ou amorosas na tenra infância fazem com que grande parte do alunado seja “ineducável” e que parte do problema da nossa educação pode ser explicada pelo fato de que as elites não querem um povão instruído, pois aí começarão os questionamentos que destruirão as estruturas do poder exploratório dessas elites. Não importa que todas essas crenças, exceto a última, sejam demonstravelmente falsas quando se cotejam décadas de estudos empíricos sobre o assunto (a última não resiste à lógica). Todas elas vêm sendo defendidas, ad nauseam, pelas lideranças dos trabalhadores da educação. E, como são muito pouco contestadas, acabaram preenchendo o entendimento sobre o assunto no consciente coletivo, e já estão de tal maneira plasmadas na mente da maioria das pessoas que todas as evidências apresentadas em contrário são imediata e automaticamente rechaçadas. É como se ainda negássemos a ligação entre o cigarro e o câncer de pulmão. A sociedade brasileira parece não reconhecer que os sindicatos de professores pensam no bem-estar de seus membros, e não no da sociedade em geral. Incorporamos a ideia de que o que é bom para o professor é, necessariamente, bom para o aluno. E isso não é verdade. Cada vez mais a pesquisa demonstra que aquilo que é bom para o aluno na verdade faz com que o professor tenha de trabalhar mais: passar mais dever de casa, mais testes, ocupar de forma mais criativa o tempo de sala de aula, aprofundar-se no assunto que leciona. E aquilo que é bom para o professor – aulas mais curtas, maior salário, mais férias, maior estabilidade no emprego, maior liberdade para montar seu plano de aulas e para faltar ao trabalho quando for necessário – é irrelevante ou até maléfico para o aprendizado dos alunos. (IOSPE, 2014).

Dois meses depois deste artigo, em junho de 2011, Iospe escreveu o artigo “Pra pobre analfabeto...tae kwon do!” . No artigo o autor faz a seguinte sugestão: “criem uma lei que obrigue as

escolas públicas do país a colocar seu Ideb em placa de um metro quadrado ao lado da porta principal de cada escola, em uma escala gráfica mostrando que a nota vai de zero a dez.” E conclui o artigo pedindo para que os leitores enviassem e-mails para os deputados e os pressionassem. Segundo o próprio Iospe (2014), a sugestão do artigo deu origem a dois projetos de lei no Congresso, dos deputados Edmar Arruda e Ronaldo Caiado. Uma lei foi aprovada no Piauí e em Mato Grosso, tendo discussão ampla na câmara de vereadores da cidade de São Paulo. De acordo com Iospe, vários veículos de mídia já apoiaram a ideia, dentre eles a revista Veja, o jornal Folha de São Paulo, o Grupo RBS, o Grupo ORM e o jornal O Globo.

Conclusão

O artigo conclui que é possível identificar que ambos as frentes que tiveram enorme crescimento nas duas primeiras décadas do século XXI possuem intelectuais orgânicos e elementos programáticos comuns que nem sempre estão à vista no terreno das aparências. Propomos para a continuidade das investigações analisar os nexos entre liberalismo e fascismo na atual conjuntura política. Não está descartada, muito pelo contrário, que um intelectual orgânico da Frente Socialliberal assumira o posto máximo do Ministério da Educação do governo do presidente fascista, repetindo Gentili no governo do fascista Mussolini quase um século depois. Nunca a arma da crítica foi tão necessária.

Bibliografia

BUCI-GLUCKSMANN, Cristine. Gramsci e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

CASIMIRO, Flavio. A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 – 2014). Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COLOMBO, Luiza Rabelo. Reflexões sobre o Escola Sem Partido e seu avanço no campo das políticas educacionais brasileiras. Entropia, vol. 2, n. 3, jan-jun, 2018.

COLOMBO, Luiza Rabelo; LAMOSA, Rodrigo. A ofensiva ultraconservadora: uma análise da formação e atuação da Frente de Direita na Educação Brasileira. Revista História e Luta de Classes. Ano 14, Edição 26, Set. 2018. Pp. 74-85.

DELORS, Jacques (Org.). Educação um tesouro a descobrir: Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1996). 6. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: Unesco, 2001.

DEMIER, Felipe, HOEVELER, Rejane (orgs.) A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

ESCOLA SEM PARTIDO. Portal Escola Sem Partido. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org>> , acesso em 12 set, 2016.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. Estado, classe social e educação: uma análise crítica da hegemonia do agronegócio. 2014. 434 f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. Educação e Agonegócio: a nova ofensiva do Capital sobre as escolas públicas. Curitiba: Editora Appris, 2016.

NEVES, L. M. W. (Org.) Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

NEVES, L. M. W. (Org.) A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

PREAL. Resumen Ejecutivo. Boletim Informativo. Santiado, (Chile), número 09, maio de 2001.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes Pedagogia do Mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI. Rio de Janeiro: Editora Ibris Libris, 2012.

SHIROMA, Eneida Oto. Implicações da política de profissionalização sobre a gestão e o trabalho docente. In: SIMPÓSIO SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, 2., 2004, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Nete: Faculdade de Educação da UFMG, nov. 2004. 17 f. _____. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, Maria Célia (Org.). Iluminismo às avessas:

produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 61-79. SHIROMA, Eneida; EVANGELISTA, Olinda; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Política educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. <http://www.todospelaeducação.org.br/institucional>. Acesso em: 21.02.2017.

OS DONOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: O PROTAGONISMO DA HOLDING ITAÚ- UNIBANCO NA POLÍTICA EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEA

Nivea Vieira – UERJ/FEBF – COLEMARX/LIEPE

Resumo: O presente trabalho se soma ao conjunto de pesquisas que analisam a incursão dos empresários sobre a política educacional nos últimos 30 anos no Brasil (MARTIS, 1995; Neves, 2015; Motta, 2004; Lamosa, 2016), entre outros. A mobilização dos empresários sobre as políticas sociais têm sido concretizada por Aparelhos de Hegemonia criados para sistematizar pesquisas e ações, mobilizar setores da sociedade e influir nos espaços decisórios. O projeto educacional dos empresários está em fina sintonia com a concepção de Responsabilidade Social Empresarial e mais recentemente do conceito de Investimento Social Privado que compõe o conjunto da classe dominante para recuperar a hegemonia na sociedade. A pesquisa baseia-se numa investigação documental e analítica e segue orientação teórica do marxista italiano Antônio Gramsci que nos permite compreender as relações de poder na sociedade contemporânea marcada pela socialização da política entre sociedade política e sociedade civil. Nossa pesquisa analisa o protagonismo da Holding Itaú Unibanco nas políticas educacionais, notadamente a política de educação em tempo integral, viabilizado pelos aparelhos de hegemonia da holding. A partir da investigação do material produzido pelo Centro de Estudo e Pesquisa em Educação Ação (CENPEC), pela Fundação Itaú Social e de documentos produzidos por agências da sociedade política, foi possível compreender o projeto educacional defendido pela fração do capital financeiro, as formas de incursão sobre as agências do governos e as estratégias para a construção do consenso na sociedade. Conclui-se que a política nacional de Educação de Tempo Integral, fomentada pelo Programa Federal Mais e Educação instituído pelo governo federal a partir de 2007, foi gestado no interior dos Aparelhos privados da Holding Itaú- Unibanco e consolidada por agências do governo e pelos aliados do grupo.

Palavra Chave: Capital Financeiro – Política Educacional - Educação Integral

O Pensamento Pedagógico dos banqueiros: uma análise do empresariamento da educação no Brasil

Introdução

Este trabalho analisa os aspectos históricos e sociológicos da ampliação da jornada escolar no Brasil, destacando o projeto de “Educação Integral” elaborado e difundido pelo Centro de Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). A centralidade desta instituição é justificada pelo seu êxito em orientar as políticas públicas dirigidas à expansão da jornada escolar realizadas no contexto de Reforma Gerencial do Estado brasileiro, através do qual emergem novos modelos de gestão do trabalho escolar e políticas de parceria público-privada que têm se desdobrado na intensificação da precariedade do trabalho escolar.

A pesquisa que se desdobrou neste artigo teve como foco o projeto hegemônico de ampliação da jornada escolar, ou "Educação Integral" (como seus autores autodenominam), através de uma

investigação, a partir do referencial gramsciano, no qual se analisou a influência do CENPEC, aparelho privado de hegemonia do banco Itaú fundado em 1987, em políticas educacionais. O CENPEC vem inserindo, em seus quase trinta anos de existência, seu projeto em políticas públicas, tanto nos municípios, a partir de assessorias às prefeituras, quanto em políticas federais, como o programa federal “Mais Educação”, instituído pela portaria 17/2007 e regulado pelo Decreto n.º 7.083/2010, que se notabilizou como a maior iniciativa de ampliação da jornada escolar na história do país.

Uma das hipóteses confirmadas pela pesquisa e apresentada neste artigo é que o programa Mais Educação tem se desdobrado em dois movimentos. O primeiro movimento se caracteriza pela intensificação da precariedade do trabalho escolar, através da inserção de estudantes matriculados em cursos de licenciatura no programa. Esta inserção é regulada pela Lei n.º 9.608/1998 que define o trabalho voluntário no Brasil. O segundo movimento tem se caracterizado pela privatização da educação pública em pelo menos dois níveis. Em relação à gestão do trabalho escolar, o CENPEC tem definido o modelo de expansão das escolas e na prática escolar as parcerias público-privadas passam a definir o perfil da expansão precária da escola.

Utilizou-se neste artigo as categorias de análise desenvolvidas por Antônio Gramsci para compreender a atuação empresarial no interior do Estado Ampliado no Brasil. Neste sentido, as políticas públicas educacionais analisadas foram compreendidas enquanto a síntese dos conflitos, disputas, negociações e consensos produzidos pelas classes sociais e, inclusive, no interior destas classes, onde as mais diversas frações de classe disputam a direção política dos projetos que são apresentados ao conjunto da sociedade. Tendo este pressuposto teórico a pesquisa desenvolveu sua coleta de dados considerando não apenas as leis, decretos e documentos oficiais produzidos pelas agências da Sociedade Política, como o Ministério da Educação (MEC) ou pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), materializados no Programa federal “Mais Educação”. Considerando que as políticas educacionais, bem como todas as demais políticas públicas, são produzidas com a participação ativa das entidades da sociedade civil a investigação realizou uma rigorosa análise nos materiais de divulgação do CENPEC, alguns disponíveis em seu site oficial e outros conseguidos por meio de aquisição, após a ida da pesquisadora até a sede da respectiva entidade.

Os resultados da pesquisa têm demonstrado que o CENPEC atua como um aparelho privado de hegemonia do Capital financeiro, dirigindo, disputando e/ou aliando-se a outras organizações da sociedade civil para inserir seus interesses de classe no interior das agências da sociedade política. Neste movimento, o projeto formulado por um determinado agente privado é apresentado pelas agências da

sociedade política travestidos de universal, no sentido de emergir do interesse de todo conjunto da sociedade. Assim vem sendo introduzido nos mais diversos sistemas municipais de educação um tipo de expansão da escolarização formado por um trabalho intensamente precário, porém travestido de voluntário, responsável por formar um exército industrial de reserva conformado ao trabalho simples e à organização social dos países capitalistas dependentes.

1- A ampliação da jornada escolar no Brasil: aspectos históricos

Ao longo da história diversas concepções pedagógicas têm assumido para seus projetos a denominação “Educação Integral”, tornando o termo bastante polissêmico. Desde os primeiros anos do século XX, organizações anarquistas, marxistas e liberais reivindicaram o termo para se referir aos seus projetos político pedagógicos. Neste movimento de apropriação discursiva, o termo “Educação Integral” passou estar presente em formulações diversas, fundamentada em diferentes e, em muitos os casos, antagônicas concepções pedagógicas, tendo assumido no decorrer dos anos as mais diversas definições, constituindo em um dos assuntos mais relevantes no conjunto de reflexões sobre a instituição escolar. Dito isto, conclui-se que no campo de pesquisa sobre a “Educação Integral”, distintas matrizes teóricas estão presentes com formulações diversas e em disputas, podendo estar mais próximas ou mais distantes das perspectivas que orientam as políticas que se materializam no interior das agências da sociedade política.

Desde a década de 1990, o debate sobre a “Educação Integral” tem tido ampla vinculação aos debates educacionais frente a ampliação da escolarização no país e a necessidade de aumentar o tempo da jornada escolar dos brasileiros em idade escolar. A ampliação do tempo diário da escolar, segundo Cavalieri (2007), pode ser entendida e vem sendo justificada de diferentes formas na atualidade: como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos; como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; e como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar. A autora destaca que a ampliação do tempo escolar está relacionada a determinada circunstância histórica ou local, e ser definida em função de diferentes interesses e forças que sobre ele atuam. Essas forças, segundo Cavalieri (2007), têm as mais diversas naturezas e origens, tais como o tipo de cultura familiar predominante, o tipo de visão acerca da formação geral da criança e do adolescente, o tipo de associação entre educação escolar e políticas públicas de assistência social ou de preparação para o trabalho.

O número de projetos cujo mote é a ampliação da jornada escolar cresceu no Brasil sob a hegemonia da concepção que vincula a “Educação Integral” a “Educação em tempo integral”. As discussões sobre a concepção ampliação do tempo escolar, no entanto, segundo Coelho (2009), remontam a um período anterior ao advento da instituição burguesa, datando desde a antiguidade clássica. No entanto, como assegura a autora, durante séculos esta reflexão sobre educação- mais ampla ou menos ampla - deixou de ser feita de forma mais aprofundada. Foi no século XVIII, após a Revolução Francesa (1789), com a preocupação da burguesia em implementar a universalização do ensino que o debate sobre a educação escolar ampliada voltou a tona.²²

No Brasil diferentes movimentos discutiram a ampliação escolar, desde a década de 1920. Coelho (2009) destaca o projeto da Igreja Católica que, por meio de suas instituições escolares, efetivaram uma concepção de “Educação Integral” calcada em atividades intelectuais, físicas, artísticas e ético-religiosas, aliadas a uma disciplina rigorosa. Na década de 1930, Anísio Teixeira, um dos signatários do Manifesto Pioneiros da Educação, em 1932, defendeu um projeto de escola que, segundo Coelho (2009), reivindica a “Educação Integral”, no sentido que propõe um programa completo de leitura, aritmética e escrita, somado as ciências físicas e sociais, as artes industriais, desenho música, educação física, ao mesmo tempo em que defende a ampliação do tempo escolar. Esta concepção de educação escolar ampliada foi posta em prática por Anísio Teixeira no *Centro Educacional Carneiro Ribeiro*, implantado em Salvador, Bahia, no ano de 1953.

Neste projeto de educação, Anísio Teixeira (1959) apostava no desenvolvimento científico e tecnológico defendendo a necessidade do estudante se formar para o trabalho e para a sociedade. Para tanto, a escola deveria funcionar em tempo integral, dividindo-se entre a *escola- classe*, no primeiro turno e a *escola – parque*, no segundo turno, com atividades diversificadas. A experiência do *Centro Educacional Carneiro Ribeiro* que deveria servir de referência para a construção de outras unidades no país, entretanto, não se multiplicou. Na década de 1980, uma outra experiência de “Educação Integral”, inspirada no projeto de Anísio Teixeira e concebida por Darcy Ribeiro, tornou-se notável, encarnada no Centro Integrados de Educação Pública- CIEPs . Foram criados 500 prédios para implementar um projeto de “Educação Integral” que congregavam no mesmo espaço as atividades escolares formais e as atividades escolares diversificadas no mesmo espaço escolar.

²² Tendo em vista o escopo deste artigo, não se fará o histórico das diferentes concepções sobre educação integral desenvolvidas a partir do processo revolucionário francês em 1789. Neste trabalho daremos ênfase as experiências implementadas no Brasil, destacando as formulações liberais.

Ambos os projetos de “Educação Integral”, apesar das inúmeras especificidades que este artigo não se propõe explorar, se aproximam por constituírem em propostas vinculadas a diferentes contextos de difusão dos ideais do nacional-desenvolvimentismo. A experiência de Anísio Teixeira foi realizada no breve período democrático, entre a ditadura varguista e a ditadura empresarial-militar, em meio as disputas entorno dos debates constitucionais sobre a Lei de Diretrizes e Bases, iniciado logo após a determinação constitucional em 1946. A experiência dos CIEPs no Rio de Janeiro está situada no contexto de transição democrática, quando o antropólogo e educador Darcy Ribeiro liderou o projeto educacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no início da década de 1980. Apesar de não ultrapassarem, segundo Saviani (1988), os limites do liberalismo, ambas as propostas tiveram na centralidade de uma escola pública valorizada elemento para repensar o projeto de desenvolvimento do país, no sentido de realoca-lo nas relações internacionais, transcendendo sua condição dependente e periférica.

A partir da década de 1990, observou-se difusão de outros modelos de “Educação Integral” em diversos estados brasileiros. Estes modelos priorizaram a ampliação da jornada diária escolar compartilhada com espaços da comunidade local. Segundo esta perspectiva, o principal objetivo da “Educação Integral”, entendida como ampliação da jornada escolar, deve ser atender as “populações vulneráveis”, com base na colaboração de entidades da sociedade civil com a escola. Este modelo de “Educação Integral” que se tornou referência, desde a década de 1990, conquistou esta posição por atender as exigências das agências internacionais, expressando os interesses das frações da classe dominante que disputam a hegemonia das políticas educacionais.

No início da década de 1990 dois grandes eventos, organizados pelas entidades que compõem as Organizações das Nações Unidas (ONU), tornaram-se referências para as reformas educacionais: a Conferência Mundial Educação Para Todos, realizada em Jomtien (1990), e a Conferência das Cidades Educadoras, realizada em Barcelona (1990). A *Conferência Mundial Educação para Todos* resultou na declaração que orientou a elaboração dos planos decenais organizados pelos países signatários e na organização do Fórum Mundial Educação para Todos que deveria assessorar os países, entre os quais incluía o Brasil, que compunham o grupo das nove nações com as maiores taxas de analfabetismo. No mesmo ano foi organizado o “*I Encontro Mundial de Cidades Educadoras*”, realizado em Barcelona, cidade espanhola destacada pelo desenvolvimento de programas educacionais que ampliaram o tempo de permanência do aluno na escola em parceria com a Sociedade Civil. O encontro resultou na “*Carta das*

Cidades Educadoras” e o Brasil mais uma vez foi signatário ²³. Ambos os eventos resultaram em compromissos entre os países para a realização da ampliação da escolarização, a partir inicialmente da eliminação do analfabetismo e no estímulo a um tipo particular de “Educação Integral” tendo como cerne a política das “parcerias” entre as escolas e a “sociedade civil”, no contexto de reforma gerencial do Estado, orientada pelo programa da Terceira Via (BRESSER PEREIRA, 2008).

A Terceira Via emergiu como resposta social-democrata, no início da década de 1990, frente ao insucesso da implementação do programa neoliberal pelos partidos conservadores na Europa, particularmente na Inglaterra durante o governo da primeira Ministra Margareth Thatcher, e nos Estados Unidos, durante os mandatos do presidente Ronald Reagen (ANDERSON, 2010). Apesar de distintas, o neoliberalismo e a Terceira Via estão circunscritas ao âmbito do movimento de recomposição burguesa, iniciada a partir da crise estrutural instalada na década de 1970. A distinção das propostas burguesas se desdobra num reposicionamento das estratégias de conquista da hegemonia. Enquanto o neoliberalismo resultou da ação dos partidos conservadores contra o projeto social democrata, instituído no contexto da guerra fria através do “Estado de bem Estar Social”, a Terceira Via resultou da reação social democrata na década de 1990, como expressão do acirramento dos conflitos de classe frente a expansão das taxas de desemprego nos países centrais do capitalismo. Entretanto, este retorno do programa social-democrata na direção do projeto de dominação burguesa em nada se assemelha aquele produzido no decorrer do século XX.

No terceiro milênio o projeto social democrata se apresenta a partir de uma agenda social liberal, abandonando qualquer expressão progressista e aderindo ao papel de gestor da contrarreforma. As propostas da social democracia durante o século XX resultaram em processos de “revolução passiva”, através da qual o arcaico se conservou por meio da modernização. O projeto dominante demonstrou por décadas sua capacidade de assimilar as proposições e anseios subalternos, retirando-lhes qualquer resquício de sua expressão revolucionária, num movimento caracterizado pela força hegemônica da burguesia frente às demandas da classe trabalhadora, materializado em processos de transformação “moleculares” (GRAMSCI, 2002). O aspecto restaurador não anula, segundo o marxista italiano, a existência de elementos objetivos de modificação que podem contribuir com o deslocamento das condições da correlação de forças entre as classes sociais. Na década de 1990, a retomada social democrata acontece em outros marcos. A proposta reformista abandona qualquer disposição em realizar

²³ A referida Carta foi ratificada em novo encontro internacional, ocorrido em Gênova, Itália, em 2004, quando foi organizado o Movimento das Cidades Educadoras, cuja carta de princípios propôs a formação de uma rede social educadora.

transformação, mesmo que molecular. Enquanto na “revolução passiva” existem “restaurações” que acolhem parte das exigências dos subalternos, na contrarreforma “é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho” (COUTINHO, 2010, p. 35)

A diferença entre o neoliberalismo e a Terceira Via, assim como a diferença entre os dois momentos históricos da social democracia, traduzidos no abandono da proposta de revolução passiva e pela adesão a contrarreforma, é fundamental ser compreendida, sobretudo para as análises que têm o Brasil como lócus de análise. A inserção do país no movimento de recomposição burguesa ocorreu com alguns anos de atraso, já no estágio em que a Terceira Via era o projeto hegemônico da classe dominante. A reforma gerencial do Estado brasileiro ganhou grande impulso somente, em 1995, com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Com a justificativa de modernizar a “burocracia estatal”, o Ministro Bresser Pereira pôs em execução um projeto de contrarreforma materializada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Uma das mudanças na administração pública do estado implicou na “responsabilização por resultados, na competição administrativa por excelência, na responsabilização social e na auditoria de resultados” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 31).

A educação brasileira e as instituições públicas de ensino não escaparam à contrarreforma. Os desdobramentos desta contrarreforma do Estado na educação se verificaram na difusão de novos modelos de gestão do trabalho escolar e em parcerias público-privadas sob a justificativa de que as instituições públicas de ensino viviam uma crise que deveria ser solucionada por um choque de gestão. A responsabilidade por este choque não deveria se restringir às agências da sociedade política, devendo ser partilhada por toda a sociedade civil, denominada pela Terceira Via como “Terceiro Setor”, numa tentativa de desvincular esta esfera superestrutural de suas origens na estrutura da sociedade capitalista, num processo de despolitização, caracterizado por uma “hegemonia da pequena política” (COUTINHO, 2010). Nesta sociedade civil despolitizada, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), as Organizações Sociais (OS) ou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) passam a ter papel fundamental em diferentes áreas. Foi neste contexto em que a “Educação Integral” passou a ser difundida por propostas que compreendem a expansão do tempo escolar em parceria com as organizações da sociedade civil. Estas propostas passaram a definir uma “Educação Integral” em sintonia com a contrarreforma conduzida pela Terceira Via.

A justificativa central para opção do modelo de “Educação Integral” da Terceira Via é que este é um projeto educativo e cultural inovador que reúne diferentes atores e saberes sociais, possibilitando à

escola ser afetada positivamente pelas práticas comunitárias e pelo movimento da vida cotidiana.²⁴ No documento “*Escola Integrada – Referência para o debate nacional*”, publicado pelo MEC, em 2009, as experiências de “Educação Integral” implementadas nos municípios de Belo Horizonte (MG), Apucarana (PR) e Nova Iguaçu (RJ) são apresentadas como experiências exitosas que deveriam servir de modelos para o país. Sobre o projeto de “Educação Integral” implementado em Belo Horizonte, a partir de 2006, o documento ressalta:

O programa Escola Integrada é coordenado pela Secretaria de Educação em articulação com os outros setores da Prefeitura e conta com a parceria de várias Instituições de Ensino Superior, além de ONGs, de artistas, de comerciantes e de empresários locais, todos envolvidos na construção de uma grande rede responsável pela Educação Integral dessas crianças e desses jovens. O Programa utiliza os espaços das próprias escolas, das comunidades, além de outros espaços físicos e culturais. Assim, tem como perspectiva a transformação de diferentes espaços da cidade em Centros Educativos, no sentido de criar uma nova cultura do educar que tem, na escola, seu ponto catalisador, mas que a transcende, para explorar e desenvolver os potenciais educativos da comunidade. (MEC, 2009, p.19)

Esta proposta de “Educação Integral” baseada na parceria entre diferentes instâncias governamentais e agentes privados, desenvolvida não exclusivamente pela escola, tornou-se modelo do programa federal “Mais educação”, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/2010. O *Mais Educação* é apresentado pelo MEC como garantia do direito à aprendizagem significativa e ao desenvolvimento do estudante.²⁵ Longe de esgotar o debate sobre as diferentes matrizes que norteiam os paradigmas de ampliação da jornada escolar, esta breve reflexão visou evidenciar que não há homogeneidade neste assunto. O modelo de educação integral que se tornou hegemônico e orienta grande parte políticas públicas educacionais hodiernamente não se tornou referência no campo em função apenas de ter demonstrado ser o mais apropriado ao estudante contemporâneo. Sua transformação em política educacional com abrangência nacional é resultado das disputas entre agências da sociedade civil que integram o Estado que disputam entre si a direção moral e intelectual deste projeto. Neste sentido, este trabalho aponta a atuação do CENPEC, que demonstrou-se capaz de transformar seu projeto de educação integral em um projeto nacional no contexto da reforma do Estado.

²⁴ Cif Educação Integral: texto Referência para o debate nacional. Brasília: MEC- Secad , 2009. 52 p. : il. – (Série Mais Educação), p.31)

²⁵ <http://educacaointegral.mec.gov.br/>

2- O Centro de Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) e o projeto de Educação Integral da Terceira Via

O Centro de Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), fundado em 1987, é presidido por Maria Alice Setubal²⁶ e organiza na atualidade um conjunto bastante diverso de associados na sociedade civil, incluindo frações da classe dominante, como bancos, indústrias, empresas de telecomunicações e fundações empresariais, e frações da classe “subalterna”, como associações comunitárias e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Entre seus “parceiros”, o Cenpec inclui agências da sociedade política como o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça, além de uma agência de um Estado estrangeiro: o Ministério da Educação de Cabo Verde. O CENPEC se constitui em uma organização não governamental, tendo no Instituto Itaú Social seu principal parceiro e financiador de seus projetos, programas e assessorias.

Ao longo dos seus vinte e nove anos, o CENPEC formulou currículos, produziu materiais pedagógicos dirigidos à programas de aceleração da aprendizagem em Secretarias estaduais e municipais de Educação e participou da formulação e execução de projetos destinados à formação docente²⁷. Ao longo da década de 1990, o CENPEC obteve êxito na coordenação de projetos que contou com a parceria entre entidades públicas e privadas, caracterizando-se como um dos principais articuladores desse movimento de inserção empresarial nas redes públicas de ensino. Como descreve em sua publicação, *“CENPEC: uma história e suas histórias”* (2007), a entidade não se propõe a concorrer com outras organizações na promoção de projetos. Seu intuito é negociar e auxiliar outros grupos, garantindo assim a adesão de outras instituições e docentes de universidades públicas e privadas.

Desde 2000, o CENPEC atua junto à Fundação Itaú Social²⁸ na formulação, disseminação e implementação das políticas públicas educacionais, fazendo valer os projetos, da fração do capital financeiro reunido no Itaú- Unibanco, dirigidos à educação brasileira.²⁹ O CENPEC, criado treze anos antes da organização da Fundação Itaú- Social, opera como Coordenador Técnico dos programas implementados pela Fundação que os financia. A organização do CENPEC ocorreu três anos antes da

²⁶ Maria Alice de Setúbal é filha de Olavo Setubal, Presidente do Banco ITAÚ entre 1975 e 2005

²⁸ Segundo informações contidas em seu sitio oficial, a Fundação Itaú Social foi criada em 2000 com o objetivo de formular, implementar e disseminar metodologias voltadas para melhorias de políticas públicas educacionais e para avaliar projetos sociais.

²⁹ A fusão das duas maiores instituições financeiras do país se deu em novembro de 2008.

realização da Conferência Mundial Educação Para Todos e a Conferência Mundial Cidade Educadora, realizadas em 1990. Segundo Arguelles (2014), este contexto foi fundamental para o fortalecimento da entidade. O Brasil, assim como os demais participantes, tornou-se signatário de compromissos que estabeleceram um modelo novo de expansão da Educação Básica com forte influência no projeto de “Educação Integral”.

A ideia de democracia participativa direta, expressa na reforma gerencial do estado, significa e a implementação de novas formas de representação social, pautadas na concepção de que os cidadãos devem estar dispostos a pressionar e contribuir para as transformações necessárias. Segundo Macedo e Lamosa (2015), esta concepção leva aos ajustes exigidos pela nova “sociedade do conhecimento”. De acordo com os autores, nos limites desta sociedade, a ideia de democracia representa não apenas a participação individual de cada cidadão, mas, sobretudo, das Organizações Não Governamentais (ONGs) e dos empresários. (MACEDO, LAMOSA, 2015, p.135)

Neste contexto, a ideia de responsabilização social se tornou sinônimo de democracia participativa e a concepção de Educação Integral defendida pelo Cenpec configurou-se no projeto hegemônico de ampliação da jornada escolar no Brasil. A contrarreforma do Estado, orientada por organismo internos, conduzida no Brasil por agentes da sociedade civil e política impactou significativamente diversos aspectos da educação escolar e conseguiu frear as propostas alternativas de Educação Integral, consagrando a ideia de que o modelo pautado nas parcerias público-privada é o único modelo capaz de atender ao estudante da sociedade contemporânea marcada, sobretudo, pelas desigualdades sociais.

No Brasil, desde a década de 1980, a disputa em relação ao conceito de Educação “Integral” atravessou efetivamente as Secretarias de Educação e o próprio Ministério da Educação (MEC). No processo de transição para a democracia, a oposição venceu os representantes do governo federal em alguns municípios e na grande maioria dos estados da federação, favorecendo a reunião de educadores de todo o país entorno de uma agenda de debates que atravessou toda a elaboração da carta constitucional de 1988. Nesta conjuntura, destacaram-se, os embates em relação à *Lei de Diretrizes e Bases (LDB)*, em 1996 e o *Plano Nacional de Educação (PNE)*, organizado pelo *Fórum em Defesa da Escola Pública*. Inúmeras Secretarias de Educação passaram a desenvolver mudanças pedagógicas no sentido de romper com os modelos impostos no período anterior, destacando propostas de ampliação do tempo escolar e a construção de escolas em tempo integral.

Neste primeiro momento, o CENPEC concentrou suas atuações no estado de São Paulo. Na contra mão das propostas formuladas pelos movimentos que reuniram os educadores, desde o fim da década de

1980, todos os governos do estado de São Paulo executaram políticas de incentivo às “parcerias empresas-escola”. (LAMOSA, 2014)

Na década de 2000, o Cenpec se dedicou aos estudos, divulgação e formulação de projetos destinados à ampliação do tempo e das oportunidades de aprendizagem com uma inserção que começou a transpor as barreiras do estado de São Paulo. Em 2005, o Cenpec lançou o primeiro número do “*Caderno Cenpec*” apresentado nas duas primeiras edições, sua proposta para a ampliação da jornada escolar. A publicação, editada no mesmo contexto do “*Movimento das Cidades Educadoras*”, lançado na Itália no ano anterior, destaca o conceito “Cidade Educadora”, defendendo um projeto de Educação Integral “além da rede escolar, tendo em vista a proteção social, artes, esportes e cidadania” (CENPEC, 2005). Nesse sentido, a entidade defendeu a necessidade de que as políticas educativas se articulassem a toda a cidade, sendo ampliada através de “convênios” e “parcerias” com a “Sociedade Civil” (Ibdem).

Entre os projetos que o CENPEC divulga em sua página, aqueles que mais se destacaram em razão das premiações recebidas, inclusive pela Unicef, foram os “*Programa Bairro Escola*” e “*Escola Integrada*”, desenvolvidos, respectivamente, na cidade de Nova Iguaçu (RJ), entre os anos 2005-2012, e em Belo Horizonte (MG), desde 2002. Ambos os programas foram desenvolvidos em mandatos de prefeitos oriundos do PT. Em Nova Iguaçu, o prefeito era Lindbergh Farias, enquanto que na capital mineira, o prefeito era Fernando Pimental, ex-ministro no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Segundo Cavaliere (2009), tais políticas substituíram as propostas de Escolas de tempo Integral, notabilizadas em políticas públicas educacionais como aquela que instituiu no estado do Rio de Janeiro o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), pelo projeto de “aluno em tempo integral”, que divide seu dia entre a escola e outros “espaços educadores” que podem ser praças, ginásios públicos, igrejas, através de projetos e programas em parceria com a “sociedade civil” (Ibidem).

Estas iniciativas antecederam o lançamento, em 2010, do programa “*Mais Educação*”, principal política federal direcionada a ampliação do tempo escolar na atualidade no país, tendo sido, ambas, realizadas em parceria entre o Cenpec e governos do mesmo partido. Isto reforça a hipótese inicial de que o êxito da entidade no projeto de influenciar as políticas públicas educacionais pode ter atingido proporções nacionais. O programa *Mais Educação* foi lançado nos dois primeiros anos do segundo mandato do governa Luís Inácio Lula da Silva (2002/ 2006, 2007/2010) sob a justificativa de fomentar à Educação Integral de Crianças, Jovens e Adolescentes.

Em 2007, o governo de Lula lançou mão do *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação* (BRASIL, 2007). O documento composto por 28 diretrizes destacou a necessidade de melhoria da

educação básica, apontado com estratégia a articulação entre os entes federados (União, Distrito Federal, Estados e Municípios) e sua atuação em regime de colaboração com as famílias e a comunidade para o cumprimento das metas propostas. O programa *Mais Educação* foi lançado no mesmo ano, mas a proposta de Educação Integral já era prevista no artigo 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 com a possibilidade de progressiva ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola e no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010, reafirmada na Lei n. 13.005/2014, que aprova o novo Plano Nacional de Educação 2014/2024. Segundo Pio e Czernisz (2015, p.246) no governo Lula e no Governo Dilma Rousseff (2011-2016), a educação é entendida como fundamental no combate à exclusão e a desigualdade e na redução da pobreza, tripé que está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico do país, e sua inserção na economia internacional, pressuposto presente no Governo FHC e perpetuado ainda hoje.

O Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Básica (SEB) e a Diretoria de Currículos e Educação Integral (DCEI) lançaram em 2013, o “Manual Operacional de Educação Integral” (2013). O manual define os critérios de adesão e funcionamento do programa, dentre os quais se descama as escolas que possuam o IDEB abaixo ou igual a 3,5 nos anos iniciais e/ou finais, IDEB anos iniciais < 4.6 e IDEB anos finais < 3.9. [...] Escolas com índices igual ou superior a 50% de estudantes participantes do *Programa Bolsa Família*” (BRASIL, 2013, p. 21). Em relação a execução do trabalho o documento orienta o trabalho monitorado realizado por estudantes universitários de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas (BRASIL, 2013, p. 23). Pio e Czernisz (2015) destacam recentes trabalhos que apontam os aspectos negativos deste modelo de “Educação Integral” que orienta diversos projetos de ampliação da jornada escolar no Brasil. Dentre as análises críticas ao *Programa Mais Educação*, as autoras ressaltam o trabalho de Silva (2013) que investiga a implementação do programa no Município de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro e evidencia como a falta de espaço físico e de recursos para o desenvolvimento das atividades, falta de profissionais formados e capacitados para atuarem, ausência de discussões conceituais sobre a proposta de “Educação Integral”, falta de uma organização curricular que contemple a ampliação de atividades a serem desenvolvidas de acordo com a especificidade da educação escolar. (SILVA, 2013, p 239. Apud PIO e CZERNISZ, 2015, p 250)

O CENPEC informa em sua página oficial que uma de suas atividades atuais é elaborar o *Guia Políticas de Educação Integral: orientações para implementação no município, guia com praticas fundamentais para a implantação de planos em municípios e estados*. Como esclarece o CENPEC, o guia

foi “elaborado a partir da sistematização e do estudo que o CENPEC e a Fundação Itaú Social, em parceria com o Unicef. O guia propõe nove práticas para o sucesso do programa como: Diretrizes da Educação Integral; Plano de Educação Integral; Gestão Democrática; Proposta Curricular; Parcerias; Espaços e Infraestrutura; Acompanhamento e Avaliação; Desenvolvimento Profissional e Comunicação.³⁰ Não cabe no escopo deste trabalho a análise do *Guia de Políticas de Educação Integral*, sua menção se justifica por ressaltar o papel do Cenpec na organização e difusão deste modelo de Educação Integral, encampado pelo governo federal e por diversos estados e municípios brasileiros. O site da entidade deixa claro que o CENPEC não restringe sua atuação à defesa da Educação Integral, mas nele se observa que esta política, que fundamenta a entrada do empresariado na escola pública é um de seus carros chefes na atualidade.

4. A reconfiguração da solidariedade social e o trabalho voluntário no Programa Mais Educação

A década de 1990 foi marcada por um período de reforma do Estado, no Brasil e no mundo, que está diretamente relacionada a reestruturação do capital. Para retomar os níveis de rentabilidades das empresas transnacionais e do capital financeiro, afetados pela crise do petróleo na década de 1970, as frações do capital, tanto dos países do centro do capitalismo quanto das economias dependentes, articularam uma saída para a crise. Neste contexto, a ofensiva do capital contra os trabalhadores promoveu uma série de estratégias que compreendeu a redefinição do papel do Estado, o ataque aos direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo do século XX e o desmonte do Estado de Bens Estar Social. Em meados da década de 1990, verificou-se que o novo padrão de acumulação do capital e o novo padrão tecnológico de produção resultou no aumento da pobreza, do desemprego, e do subemprego e dos movimentos antiglobalização.

O Programa político da Terceira Via foi apresentado por seus interlocutores em diversos países como uma resposta aos efeitos negativos provocados pelo neoliberalismo ortodoxo. Como destacam Faleiro, Pronk e Cavalcanti (2010, p.p70, 71) a estratégia da Terceira Via é a de suprimir o potencial de conflito dos primeiros regimes de direita radical, eliminando à oposição ainda existente a à hegemonia neoliberal. Desempenhando um novo ponto de apoio do regime neoliberal. As autoras interpretam que a despeito de ambas concordarem que o culpado da crise é o Estado, defendem distintas estratégias para a superação da crise. Nos dois casos, destacam as autoras, o Estado deixa de ser responsável direto pela

³⁰ Disponível em: <http://guia.educacaoeparticipacao.org.br/>

execução das políticas sociais, mas, diferentemente do neoliberalismo que defende a privatização e passa tal responsabilidade para o mercado, a Terceira Via repassa a responsabilidade para as organizações sociais, criando o conceito de público não estatal, na passagem para uma sociedade de bem estar social. Neste sentido, a análise conclui que estas estratégias levaram uma nova sociabilidade dos movimentos sociais de direita e de esquerda.

Esta nova sociabilidade dos movimentos sociais de esquerda e de direita também se orientaram pelas diretrizes definidas no vários encontros entre setores políticos e econômicos, realizados entre 1990 e 2000, para definir e difundir estratégias de contenção de conflitos e manutenção do equilíbrio internacional. Nesta conjuntura, a pobreza foi considerada um obstáculo para legitimação do processo de acumulação capitalista e ganhou centralidade nas ações dos organismos internacionais e das frações do capital dos países do centro e da periferia do capitalismo. Vânia Motta (2009) lembra que do Encontro da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social (Copenhague,1995) ao encontro da Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas (Nova York, 2000) foram definidas um conjunto de políticas, denominado Políticas de Desenvolvimento do Milênio (PDMs), que definiram que as reformas econômicas deveriam definir também ajustes nas dimensões culturais e sociais.

Neste contexto, se tornou hegemônica a concepção de que a sociedade civil deveria, de forma solidária e civicamente consciente estimular a participação dos pobres e capacitá-los ao ingresso no mercado, tornando-os produtivos. (MOTTA, 2009,p. 558)

Vânia Motta chama atenção para o encontro entre a Terceira Via, proposta por Antônio Giddens, com a ideia de renovação da cultura cívica, apontadas nos PDMs:

Numa sociedade em que a tradição e o costume estão perdendo seu domínio, a única rota para o estabelecimento da autoridade é a via da democracia. O novo individualismo não corrói inevitavelmente a autoridade, mas exige que dela seja remodelada de forma ativa ou participatória. (GIDDENS, 2005,p76, Apud, MOTTA, 2009,p 76)

As ideias de renovação da cultura cívica, de estímulo a cultura solidária e da pobreza como fonte potencial de desenvolvimento foi ao encontro dos interesses das frações dominantes (MOTTA, 2009) neste processo de recomposição do capital na virada do milênio. Este conjunto de ideias está dentro o projeto disseminado pelas frações dominantes que buscam a construção de uma subjetividade coletiva pautada na premissa de que a nova fase do capitalismo exige a cooperação de todos e de uma nova relação com o mundo do trabalho que compense as perdas de direitos trabalhistas, conquistados ao longo do século XX.

No Brasil, o estímulo a participação da sociedade na transformação da escola pública é uma das facetas deste projeto. O Programa *Mais Educação* que induz a implementação de projetos de ampliação da jornada escolar através da parceria entre escolas públicas e organizações sociais da sociedade civil, é portador desta concepção. Voltados para o atendimento de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, o Programa se estrutura sobre o trabalho voluntário de jovens universitários e agentes da comunidade com habilidades culturais. O manual de orientação para implementação do PME produzido pelo MEC, em 2013, trata destes profissionais de educação, educadores populares, estudantes e agentes culturais..

A Educação Integral abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, estudantes e agentes culturais (monitores, estudantes universitários com formação específica nos macro campos), observando-se a Lei nº 9.608/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário. Trata-se de uma dinâmica instituidora de relações de solidariedade e confiança para construir redes de aprendizagem, capazes de influenciar favoravelmente o desenvolvimento dos estudantes. Nessa nova dinâmica, reafirma-se a importância e o lugar dos professores e gestores das escolas públicas, o papel da escola, sobretudo porque se quer superar a frágil relação que hoje se estabelece entre a escola e a comunidade, expressa inclusive na conceituação de turno x contra turno, currículo x ação complementar. (BRASIL, 2013)

Mais adiante o manual define quem pode atuar no programa:

As atividades poderão ser acompanhadas por estudantes universitários, em processo de formação específica nos macrocampos e com habilidades reconhecidas pela comunidade, estes por estudantes do ensino médio e estudantes do EJA. Experiências em curso, como a de Belo Horizonte, instituíram a figura do professor comunitário. Esse professor, com a constituição de coletivos escolares, coordena o processo de articulação com a comunidade, seus agentes e seus saberes, ao mesmo tempo em que ajuda na articulação entre os novos saberes, os novos espaços, as políticas públicas e o currículo escolar. A secretaria designará, dentre os docentes nela lotados, um professor com preferencialmente 40 horas semanais para exercer a função de professor comunitário, e esse coordenará a oferta e a execução das atividades de Educação Integral. É desejável que o debate acerca da educação integral mobilize toda a escola, mesmo os professores que não têm conhecimento direto com o Programa Mais Educação. Trata-se de refletir acerca desta responsabilidade compartilhada com a família e com a sociedade que é a educação das novas gerações: qual é o horizonte formativo que a escola passa a vislumbrar com a presença dos estudantes? (Idem, 2013)

Apesar de destacar a centralidade da escola e a importância da participação dos professores nas atividades, nota-se neste manual que o motor do PME é o serviço voluntário. Na contemporaneidade o trabalho voluntário se caracteriza pela baixa remuneração e pela relação de *solidariedade e confiança* [grifo nosso]. Como consta no trecho supra, a escolha destes estudantes universitários não está

relacionada apenas a formação ligada à carreira universitária, outras “habilidades” também podem ser desenvolvidas por este monitor que não precisa comprovar nenhuma qualificação para tal fim.

A ênfase na solidariedade como característica do trabalhador voluntários também está presente no documento “Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em jornada ampliada”. Com o título sugestivo “voluntários doam e recebem” o manual estimula a caridade deste trabalhador que ainda não conseguiu a inserir-se mercado de trabalho:

O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista e previdenciária – mas promove outros vínculos, de natureza pessoal e social, beneficiando não só quem recebe o serviço, mas quem o oferece. (MOLL, 2011,45)

Este manual abranda a precariedade do trabalho e do vínculo do voluntário com a instituição escolar, ressaltando vínculos de natureza pessoal e social supostamente, superiores que os direitos trabalhistas. A primeira forma de expropriação atual da classe trabalhadora, segundo Virginia Fontes (2005,p.98) parece ser a que incide sobre o vínculo contratual como condição do sobretrabalho. Como esclarece Fontes, produz-se uma massa de trabalhadores disponíveis, utilizáveis a qualquer momento, cuja concorrência entre si torna-se incessante, em virtude de se encontrarem sob a hegemonia do capital, ainda que estejam fora dos vínculos empregatícios diretos.

É neste sentido que se compreende a conformação do trabalhador voluntário no voluntário no Brasil. O trabalho voluntário, regulamentado pela lei 9608 de 18 de fevereiro de 1998, abarca ações destinadas às empresas públicas ou privadas sem fins lucrativas, voltadas para os chamados objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Com ajuda de custo precária, sem garantias trabalhistas e sem promessa de vínculo empregatício com o contratante, os recrutadores desta mão de obra, precisam convencer aos candidatos que o trabalho voluntário é um ato de solidariedade e caridade dedicado às populações vulneráveis, assim como uma experiência curricular relevante para a conquista de trabalhos futuros.

Considerações finais

Como base no que foi exposto, conclui-se que o modelo de Educação Integral que orienta a maioria dos projetos de ampliação da jornada escolar, sobretudo a partir da década de 1990, não se sobrepôs às demais concepções apenas por demonstrar ser mais eficiente, por compor ações de combate a desigualdade social, por garantir qualidade do ensino ou por assegurar a permanência do estudante na escola. O paradigma de Educação Integral defendido pelo Cenpec, pautado na concepção de que as

políticas educativas se articulassem a cidade através “convênios” e “parcerias” com a “Sociedade Civil, veio ao encontro do projeto de Reforma da administração pública iniciado durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

Nesta conjuntura, marcada pela luta pela redemocratização no país e pela reestruturação do capital, o CENPEC foi vitorioso ao imprimir o projeto educacional formulado pelas frações do capital que representa conseguindo ampliar seu raio de ação de São Paulo para o Brasil e transformando referencia na organização de difusão do projeto de Educação Integral.

Referências bibliográficas.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In.: Emir Sader; Pablo Gentili (Orgs.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BUCCI-GLUKSMANN, C. Gramsci e o Estado. SP: Paz e terra, 1980.

CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva e PIO, Camila Aparecida A educação integral no mais educação: uma análise do programa. In: educação | Santa Maria | v. 40 | n. 1 | p. 241-254 | jan./abr. 2015.

Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/> acesso: 09/03/2016.

CAVALIERI, Ana Maria. TEMPO DE ESCOLA E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA. In: Educação e Sociedade., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015 1035, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> /Acesso em 20/03/2016.

CENPEC. “Programa Política de Educação Integral”. <http://www.cenpec.org.br/> Acesso em 10 de agosto de 2014.

COELHO, Ligia Martha C. da Costa. História(s) da educação integral. In: Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.

COUTINHO, Carlos N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento. Ed. Civilização Brasileira, 2005.

FONTES, V. Sociedade civil no Brasil Contemporâneo: Lutas sociais e lutas teóricas na década de 1980.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010.

_____. Cadernos do Cárcere. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

_____. O leitor de Gramsci. Carlos Nelson Coutinho (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

LAMOSA, Rodrigo. Estado, Classe Social e Educação: uma análise crítica da hegemonia do agronegócio. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE-UFRJ), em 2014.

- LEHER, Roberto. 25 anos de educação pública: notas para o balanço de um período. In.: Cátia Guimarães (Org.). Trabalho, Educação e saúde: 25 anos de formação politécnica.
- MACEDO, Jussara Marques e LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. A Regulação do Trabalho docente no contexto da Reforma Gerencial da Educação. Revista Contemporânea de Educação, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015.
- MEC. Educação integral: texto referência para o debate nacional. - Brasília: Mec, Secad, 2009. 52 p. : il. – (Série Mais Educação)
- MENDONÇA, Sônia R. Estado e políticas públicas: aspectos político-conceituais. Revista Outros Tempos, www.outrostempos.uema.br, ISSN 1808-8031, Vol. 1 esp., 2007, p. 1-12.
- _____. Estado Ampliado como ferramenta metodológica. Revista Marx e o Marxismo, v.2, n.2, jan/jul 2014.
- MOTTA, Vânia. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. Revista Trabalho, Educação e Saúde. Vol. 6. N.º 3, pp. 549-571, nov. 2008/Fev. 2009.
- _____. A ideologia do capital social: atribuindo uma “face mais humana” ao capital. Rio de Janeiro: Ed. EDURJ, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 20ª edição. São Paulo: ed. Autores Associados, 1988.

O GRUPO LEMANN E O NOVO PAPEL DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira (FEBF-UERJ)

Resumo: O que explica o fato da Fundação Lemann (FL), uma sólida instituição privada vinculada ao Grupo Lemann, atualmente, estar presente em diversas ações no campo da educação pública no Brasil? Tal fato evidencia o novo papel do empresariado brasileiro que, através de seus aparelhos privados de hegemonia (APH), passam, a partir dos anos 2000, a atuar de maneira efetiva no campo da educação em geral. E dentre os pressupostos dessas mudanças se coloca um acelerado processo de neoliberalização, gerador dos novos mecanismos de dominação burguesa, consensuada e/ou coercitiva, que passam a interferir agressivamente no campo das políticas sociais de educação e saúde. Apoiada nos princípios da racionalidade científica vinculada ao capital financeiro, essa nova estratégia de dominação impacta fortemente as políticas públicas sociais, implementando no espaço da formação escolar, o novo e fundamental padrão de sociabilidade necessário à nova lógica de funcionamento do capitalismo no mundo globalizado - desenvolvendo o que pode ser denominado uma “publicização da lógica empresarial”. Concomitantemente, vale lembrar que o projeto neoliberal de educação do mundo globalizado tem concepção, gerenciamento e disseminação a cargo dos organismos interacionais, com destaque para o papel do Banco Mundial (BM), fundamental instrumento de apoio às novas estratégias de dominação burguesa. Mas em se tratando do capitalismo periférico brasileiro, o projeto neoliberal das políticas sociais em curso no Brasil articula a agenda do BM com os interesses estratégicos de grandes grupos privados que passam a atuar junto a governos federais, estaduais e municipais, viabilizando uma nova, estratégica e ampliada acumulação do capital através do acesso direto ao fundo público, o que denominei de “empresariamento do espaço público”. Apoiada no referencial gramsciano, a presente reflexão tem por objetivo explicitar a construção dessas duas categorias - “publicização da lógica empresarial” e “empresariamento do espaço público” - enquanto chaves explicativas do novo papel dos APH dos grupos privados no campo da educação pública no Brasil.

Palavras-Chave: Fundação Lemann; Empresariamento; Capital Financeiro; Educação

Novo papel do empresariado na educação escolar em curso no Brasil - o Grupo Lemann e a Fundação Lemann

O desafio de compreender a especificidade das novas estratégias que vem sendo praticadas pela ofensiva do capital no campo da educação em geral e da educação escolar no Brasil contemporâneo, nos coloca diante de uma ampla e complexa totalidade, iniciada nos países centrais, nos anos de 1970, marcada pelo advento do projeto neoliberal, uma nova fase do capitalismo que, ao desenvolver e implementar novas formas de organização do capital, tem impactado, de maneira brutal e diferenciada, o conjunto das políticas sociais dos países periféricos.

A complexidade de tal conjuntura em curso no Brasil se materializa em mudanças articuladas presentes em distintas dimensões. No campo econômico, o destaque fica por conta do advento da

dominação financeira do processo de acumulação do capital; no campo político, a construção do novo Estado neoliberal brasileiro pautado num estratégico papel gerencialista; e, sem a intenção de se esgotar as inúmeras transformações em curso, são evidentes as mudanças presentes no campo das novas estruturas sócio-organizativas - situadas no universo superestrutural da sociedade política e da sociedade civil - onde se encontram os aparelhos privados de hegemonia (APH) de novo tipo com forte e diferenciada atuação no campo da educação. Estamos falando da atuação de grandes grupos empresariais na educação em geral e especificamente na educação escolar o que nos leva a assumir que, no âmbito dos estudos voltados ao campo educacional, a dinâmica da dimensão superestrutural das sociedades neoliberais se constitui o ponto de partida fundamental das pesquisas voltadas às políticas educacionais em curso nessa nova fase de dominação capitalista.

Soma-se a isso que o projeto neoliberal de educação - que vem sendo implementado no conjunto do mundo capitalista globalizado, com concepção, gerenciamento e disseminação a cargo dos organismos internacionais com destaque para o papel do Banco Mundial (BM) - se constitui fundamental instrumento de apoio às novas estratégias de dominação burguesa, seja via consenso ou coerção. Mas vale destacar que, a despeito da forte influência do BM nas políticas educacionais dos países de capitalismo periférico, o novo papel dos APH nos permite constatar “o duplo equívoco de pensar a atuação do BM como uma intervenção de fora para dentro (portanto, uma sobre-determinação do âmbito internacional sobre o nacional) e como uma imposição unilateral da qual os governantes locais seriam as vítimas” (PEREIRA; PRONKO, 2014, p. 90). É importante esclarecer que, no contexto brasileiro, a intervenção do BM no âmbito da educação vai além de uma mera imposição “externa”; fica evidente que no Brasil, o projeto neoliberal das políticas sociais em curso tem se materializado através de uma articulação de mão dupla, envolvendo não só a agenda elaborada pelo BM como também a ação inovadora e estratégica de atores nacionais, com destaque para o papel diferenciado de grandes grupos privados e suas articulações junto a governos que, em função da hegemonia do modelo de capitalismo financeirizado em curso, tem alcançado uma nova e eficiente acumulação do capital através do acesso direto ao fundo público - envolvendo não só ações com a União, mas também com os Municípios e com os Estados da federação. Ou seja, no que tange ao ideário conservador do campo da educação, se encontra em curso no mundo neoliberal globalizado e no Brasil, um conjunto de estratégias pedagógicas concebidas, trabalhadas e divulgadas pelos organismos internacionais (com destaque para o Banco Mundial) cunhadas sob a égide do que tem sido denominado Pedagogia das Competências. Assim, é estratégico pensar no aprofundamento das nossas pesquisas para que possamos não só compreender com mais apuro o atual

projeto de formação escolar direcionado fundamentalmente à formação para o trabalho simples em curso no Brasil, como também identificar as estratégias que vem sendo utilizadas no âmbito da formação política através das ações dos aparelhos privados de hegemonia que atuam no âmbito da sociedade civil.

O estudo da Fundação Lemann (FL) e do Grupo Lemann (GL), instituições privadas com diversificada atuação, se insere nessa totalidade resumidamente descrita acima. Nosso ponto de partida se apoiou em questionamentos básicos: O que é o Grupo Lemann (GL)? O que explica o fato da FL, uma instituição privada de grande evidência, vinculada ao exitoso GL, atualmente estar presente em diversas ações no campo da educação pública no Brasil? Que princípios, objetivos e estratégias caracterizam suas intervenções educacionais nas escolas das redes públicas? **Nossa hipótese inicial de estudo** se apoia na constatação de que a forte presença do GL e da FL na educação no Brasil evidencia um novo tipo de intervenção do empresariado brasileiro nesse campo; articuladas à linha de princípios existentes no projeto internacional de educação divulgado pelo BM, as atuais interferências dos grupos empresariais são fundamentalmente movidas a interesses financeiros específicos e estratégicos tendo em vista a atual fase do capitalismo financeirizado. Não por acaso, grupos empresariais têm fomentado e desenvolvido um movimento de aproximação com o Estado em seus diferentes níveis, concentrando forças, tanto em intervenções diretas nas políticas públicas de educação³¹ (governo federal, MEC), quanto em ações focais e locais, ligadas às Secretarias de Estado e Secretarias Municipais de Educação³².

Em tempos de ideário neoliberal que, entre tantas contradições, legitima a desvalorização generalizada do pensamento crítico em todos os níveis da formação humana, é de fundamental importância o exercício de desvendamento e de compreensão do papel que vem sendo desempenhado por esses empresários no campo da educação no Brasil; uma ação estratégica a serviço da implantação de uma nova dimensão superestrutural necessária ao adequado funcionamento do “regime de acumulação com dominância financeira” (CHESNAIS, 2003). Nesse contexto, um novo padrão de sociabilidade, baseado na flexibilização e volatilidade hegemônica do capital financeirizado, se faz necessário à consolidação do novo modelo de acumulação; a dominação burguesa se adequa, impactando de novas e diferentes maneiras o funcionamento das instituições e especificamente o papel das políticas públicas de

³¹O *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE) foi lançado em 24 de abril de 2007 – Decreto Lei 6.094/2007 –, durante o segundo governo Lula (BRASIL, 2007), em conjunto com o *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*. O PDE foi concebido pelo *Movimento Todos Pela Educação* (TPE), criado em 2006, que congrega representantes de diferentes setores da sociedade, tais como: gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa e fundamentalmente empresários diretamente interessados nos atuais encaminhamentos da educação no Brasil.

³²Dentre as ações locais, destacam-se as estratégias direcionadas às escolas das redes municipais em distintos Estados da federação, envolvendo: estratégias de formação dos diretores das redes públicas de ensino, políticas editoriais centradas na produção de livros didáticos, concepção de novas metodologias e formas de ensino, etc.

educação, divulgando e implementando no âmbito educacional, os princípios da racionalidade científica vinculada ao capital financeiro.

Ou seja, estamos diante de ações articuladas, não explicitadas, que se caracterizam por evidenciar, em distintos graus, a presença do ideário neoliberal expressa na defesa e legitimação da privatização, no processo de focalização das políticas públicas e na descentralização de encargos sociais via parcerias público-privadas. Um conjunto de medidas que naturalizam e atualizam os novos princípios da organização da vida social; uma nova sociabilidade que legitima o individualismo como valor moral radical que se articula à uma intensa, mas pouco orgânica “participação”, consubstanciada numa democracia consentida³³ (OLIVEIRA, BARROS, 2015), na medida em que trabalha, superficial e despolitizadamente, as contribuições da sociedade civil, através de seus múltiplos atores. Assim, concomitantemente às estratégias vinculadas ao **“empresariamento do fundo público”**, constata-se um processo de **“publicização da lógica empresarial”** fundamental e necessária à nova sociabilidade de cunho neoliberal: um processo que dissemina o ideário empresarial na ambiência e no funcionamento das escolas públicas, além de impactar singularmente as políticas públicas de educação e o conjunto do sistema público escolar brasileiro.

E para materializar a reflexão pretendida, o uso do referencial teórico gramsciano teve papel determinante, através do uso de conceitos que nos auxiliam na compreensão das dimensões superestruturais. Em se tratando do objeto de estudo em questão - o GL e a FL, entendidos como um APH de novo tipo - a reflexão desenvolvida tem se apoiado em duas hipóteses principais que tem direcionado a pesquisa: o **“empresariamento do espaço público”**, expressão das novas estratégias de ganho do grande capital financeirizado via acesso ao fundo público e a **“publicização da lógica empresarial”**, que materializa a construção de uma nova sociabilidade centrada na racionalidade neoliberal. Tais categorias tentam expressar as relações que se dão entre as novas configurações gerencialistas do Estado neoliberal no Brasil com os novos APHs, conjugando tanto as micro quanto das macro estratégias. Uma análise articulada que se inicia na atuação dos APHs, no âmbito da formação política e da formação escolar; passa pela compreensão do funcionamento do projeto “internacionalizado” de educação em curso no país

³³Partindo do pressuposto de que nas sociedades capitalistas, a democracia se explicita a partir do conjunto dos interesses de classes (FERNANDES, 1986; p. 50), “democracia consentida” é um conceito trabalhado por Oliveira e Barros (2015; p. 160) voltado à compreensão do contexto dos anos de 1995 a 2006 no Brasil (governos FHC e 1º. governo Lula da Silva) que expressa “uma relação social que se constrói por meio de princípios, práticas, estratégias e precisa da colaboração das classes trabalhadoras nessa construção. Esse processo de estímulo ao colaboracionismo pressupõe a execução de ações de responsabilidade social, na tentativa de reduzir as tensões e disputas entre classes e frações de classes (MARTINS, 2009). Na acepção gramsciana, essa participação visa a “excluir a grande política no âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política” (GRAMSCI, 2003; p.21).”

(tendo em vista a diversificada atuação do BM em diferentes contextos); e enfrenta o desafio de analisar o novo papel desempenhado pelo Estado, envolvendo tanto a sociedade política ou máquina institucional, quanto a sociedade civil, espaço de referência dos grandes grupos privados e suas ações.

Tendo em vista a intenção de apresentar os elementos que propiciaram a construção dessas categorias de análise, o presente texto está estruturado em 3 momentos:

- a) uma análise de conceitos-chave desenvolvidos por Gramsci, presentes principalmente nas suas reflexões sobre o papel do Estado Ampliado, com ênfase nos conceitos que fundamentalmente referem-se à esfera da superestrutura: subordinação intelectual, dominação ideológica, intelectuais orgânicos, hegemonia, sociedade civil e sociedade política; e uma análise sucinta sobre o advento do ideário neoliberal articulado ao modelo de dominação financeira do capital e seus impactos no novo papel do Estado Capitalista, **com destaque para os novos marcos da dimensão superestrutural**;
- b) uma descrição do Grupo Lemann e da Fundação Lemann - suas dinâmicas de funcionamento geral e no âmbito específico da educação no Brasil.
- c) ao final serão trabalhadas algumas considerações parciais com ênfase nos estranhamentos que marcaram o caminho trilhado pelo estudo e o convite ao debate tão necessário à ampliação e aprofundamento da pesquisa.

01. Gramsci, o projeto neoliberal e seu impacto nas políticas públicas de educação no Brasil - uma análise crítica da totalidade

Diferentemente de Marx que no século XIX, refletiu fundamentalmente sobre a dimensão estrutural e o processo de produção básica da existência, Gramsci, ao aprofundar seu entendimento dos modos de funcionamento do recente capitalismo monopolista, amplia o escopo do Estado capitalista ocidental e concentra suas reflexões no **entendimento da dimensão superestrutural**, nos oferecendo um referencial teórico singular para o estudo das relações de poder expressos tanto na política quanto no conjunto das relações sociais. Ao explicitar sua concepção de Estado Integral ou Estado Ampliado, Gramsci explicita os “dois grandes “planos” superestruturais” e o papel dos intelectuais:

(...) pode-se fixar dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, **à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”**. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os **intelectuais** são “prepostos” do grupo dominante para o exercício das **funções subalternas da hegemonia social e do governo político**, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social(...); 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas

que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo”. (GRAMSCI, 2000; p. 20)

Assim, para Gramsci, o conceito de “Estado Integral” ou Estado Ampliado supera “as dicotomias, vontade versus imposição, sujeito versus sociedade e base versus superestrutura, através de uma análise cuja ênfase é histórica” (Fontes & Mendonça, 2012; p. 62). Se no âmbito da sociedade política se situa a máquina estatal, ou seja, os aparelhos governamentais que atuam na administração em geral, no âmbito da sociedade civil se situam os grupos privados organizados ou os APHs representados pelas igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos, imprensa, etc. Através de tal referencial teórico, os estudos relacionados às transformações do Estado, que nos interessam diretamente em função do novo papel do Estado Neoliberal em curso, adquirem outras possibilidades de análise. E ainda vai além tendo em vista a possibilidade de se perceber

“o desenvolvimento de investigações de todo tipo de temáticas a ele (Estado) correlatas, tais como a dominação política de classe; a representação de interesses – dominantes e dominados – na sociedade capitalista; as políticas estatais das mais variadas; as relações entre classe dominante, Estado restrito e classe trabalhadora; ideologia, classe cultura; além de inúmeras outras, mormente no âmbito da história, posto que o cerne da análise de Gramsci não poderia deixar de ser a Totalidade.” (MENDONÇA, 2014; p. 38)

Trata-se de um enfoque teórico que potencializa a compreensão do campo da educação presente nas superestruturas das sociedades capitalistas, nos oferecendo um novo entendimento da dimensão educativa que, para além de se materializar na formação escolar, também se expressa de maneira significativa e estratégica no que denominamos de formação política. Em ambas dimensões - escolar e política - a formação se faz intencionalmente tendo em vista a necessária construção da hegemonia por parte das classes dominantes, no conjunto da vida social em geral. Estamos falando de uma forte, eficiente e centralizada estratégia de dominação hegemônica, cujas concepções e encaminhamentos se dão através de distintas instâncias, tanto no âmbito da sociedade política via aparelhos de governo, quanto da sociedade civil, através de seus aparelhos privados de hegemonia.

Para Raymond Williams, o conceito de hegemonia se constitui uma das mais significativas contribuições de Gramsci; para Gramsci, a hegemonia se constitui uma real totalidade, não meramente secundária ou superestrutural, diferente do sentido de ideologia, uma noção imposta e abstrata. A noção de hegemonia atua através de profundas intervenções no âmbito da consciência social; sua natureza é dinâmica - suas estruturas internas são complexas, já que continuamente se renovam, se recriam, podendo ser até mesmo modificadas. Williams vai afirmar que “em qualquer sociedade, em qualquer período particular, existe um sistema central de práticas, sentidos e valores, que podemos entender como

dominantes e efetivos. (...). O que tenho em mente é um sistema dominante, central e efetivo, organizado e concreto e longe de ser abstrato. Isso explica porque a hegemonia não deve ser compreendida como mera opinião ou manipulação. Ela é um conjunto de práticas e expectativas; nossas compreensões da natureza do homem e do seu mundo. Um conjunto de sentidos, significados e valores que ao serem experienciados como práticas se confirmam reciprocamente.” (WILLIAMS, 1976; p. 205)

E quando Gramsci nos esclarece que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, fica evidente o papel da dimensão educativa e formativa na construção das estratégias de dominação de classe (GRAMSCI, Cad 10, vol II, p. 1331). Nesse sentido, faz-se necessário compreender o que está em jogo nas estratégicas concepções e práticas adotadas pelos diferentes atores sociais, personificados no conceito gramsciano de intelectuais, diretamente envolvidos no universo da educação no Brasil – o que conjuga o conjunto da máquina do Estado, o universo das redes públicas de ensino escolar e os grupos de interesse privados e organizados que atuam na sociedade civil (onde se situam o GL e a FL).

Ou seja, tal compreensão pressupõe o entendimento de distintas esferas de determinações que impactam diretamente o campo da educação e das políticas públicas de formação escolar: a) o entendimento das características superestruturais resultantes da lógica de funcionamento da sociedade vinculada ao capitalismo financeiro; b) a identificação das características do capitalismo periférico no contexto da realidade brasileira - o novo Estado burguês e suas novas formas e atuação; e c) o novo papel dos APH expressos em estratégias de atuação presentes em instituições como a FL.

O primeiro conjunto de determinações - o entendimento das características superestruturais - refere-se ao entendimento das estratégias de acumulação, legitimadas e implementadas pela atual etapa do capitalismo financeirizado. Em relação estreita com a mundialização do capital, trata-se de uma etapa particular do estágio imperialista compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro. Segundo Chesnais,

“O crescimento espetacular das transações financeiras foi um dos fatos mais significativos da década de 80 e já marcou os primeiros anos da década de 90. Efetivamente, *a esfera financeira representa a ponta-de-lança do movimento de mundialização da economia; é nessa esfera que as operações do capital envolvem os montantes mais elevados; é aí que sua mobilidade é maior; é aí que, aparentemente, os interesses privados recuperaram mais completamente a iniciativa, em relação ao Estado.*” (CHESNAIS, 1998; p. 11; grifos meus)

Articulado à essas estratégias do novo regime de acumulação com dominância financeiras se situa o segundo conjunto de determinações; são as características de subalternidade de um capitalismo periférico como o brasileiro, que articula aspectos tais como: o comportamento dos grupos privados hegemônicos e suas novas estratégias de acumulação de riqueza; o novo papel do Estado no Brasil - um

Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para os grandes grupos privados; as novas estratégias de gestão da dívida pública, e, nesse contexto a presença das novas possibilidades de captura e punção do fundo público.

“No contexto da financeirização do capitalismo, da hegemonia do capital portador de juros com apoio dos Estados nacionais, e de crise estrutural desse modo de produção e reprodução social, a dívida pública se torna um mecanismo fundamental de punção da riqueza socialmente produzida, engendrando também a expropriação de direitos, por meio da captura, da punção do fundo público. Trata-se de uma dinâmica que envolve todos os trabalhadores ao sul e ao norte da Linha do Equador, mediada evidentemente pelas especificidades e pela correlação de forças entre as classes e seus segmentos em cada espaço nacional” (BEHRING, 2017; p. 11; grifos meus)

Já a compreensão do novo papel do Estado brasileiro no remete aos anos de 1995, primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso que deu início ao processo de reorganização do Estado brasileiro através da implantação da reforma do aparelho de Estado, coordenada pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que legitimou as chamadas “entidades públicas não estatais”, também denominadas “entidades do terceiro setor”, “entidades sem fins lucrativos”, “organizações não governamentais”, “organizações voluntárias” e “organizações públicas não estatais”, também conhecidas como ONGs.

No âmbito do terceiro conjunto de determinações se colocam as características centrais do que denominamos de empresariamento do fundo público, um novo e estratégico mecanismo de acumulação da riqueza da burguesia via acesso ao fundo público. Através das parcerias público-privadas, grupos privados como a FL se articulam às secretarias municipais e estaduais de educação. Uma situação multifacetada que para além do uso do fundo público e suas implicações, acaba materializando os princípios de referência neoliberal da educação pública, impactando e influenciando distintas dimensões do processo da escolarização pública: suas escolas, os professores das redes públicas de ensino, e fundamentalmente crianças, jovens e adultos das classes menos favorecidas.

1. O Grupo Lemann - a gênese de um projeto de educação

Gerada no bojo de diversas iniciativas concebidas e implementadas no âmbito da área educacional a partir dos anos de 1990 no Brasil, a FL se vincula ao GL, liderado pelo empresário suíço-brasileiro Jorge Paulo Lemann. Dono de um vasto portfólio de investimentos nacionais e internacionais, este empresário e seu grupo de investidores detém atualmente o controle de super dimensionados conglomerados empresariais: a Anheuser-BuschInBev (AB InBev), considerada a maior cervejaria do mundo; a Kraft Heinz, quinta maior empresa de alimentos e bebidas do planeta; a BrandsInternational, terceira maior operadora de *fast-food* do mundo; além das Lojas Americanas, quarta maior varejista do

Brasil. Em matéria da Revista *Veja*, intitulada “*Lemann e o sonho de transformar a educação brasileira*”, Jorge Paulo Lemann, referindo-se especificamente aos seus empreendimentos educacionais, deixa claro que tem uma nova obsessão e expressa um desejo que preocupa educadores e pensadores críticos da lógica do capital: “criar um projeto educacional de impacto sem precedentes no Brasil” (CERQUEIRA, 2017). Sua intenção é impactar 50 milhões de pessoas ou ¼ de toda população brasileira, com uma qualidade melhor de ensino, através de diversas metodologias: plataformas de ensino adaptado, algoritmos para vestibular, aulas em vídeo, bolsas de pesquisa para educadores, formações para professores e até inserções em novelas³⁴. Trata-se de uma estratégia impactante que conjuga dinheiro, tecnologia, profissionais de excelência em áreas específicas e o mais importante - um elevado grau de aprovação e articulação entre diferentes setores que viabiliza a operacionalização de acordos e parcerias público-privadas voltadas a interesses privatistas. Enquanto a dimensão da aprovação se vincula à ideia do empresário exitoso que exalta a legitimidade e a excelência do setor privado em detrimento do setor público, as questões relacionadas com os outros atores evidencia poder político e contatos-chave que atropelam qualquer tipo de restrição tendo em vista o empreendimento desejado.

A logística de funcionamento também se destaca: o investimento no campo educacional capitaneado por Lemann se dá através de uma lógica de capilarização, que se apoia em diferentes institutos que se comunicam, tendo em vista o trabalho de empreendedores, estudantes, executivos, professores, universidades de destaque mundial e algumas fundações brasileiras. Os quatro pilares do robusto empreendimento tem funções bem definidas:

“a Fundação Estudar custeia bolsas de estudo para graduação e pós-graduação e oferece treinamentos; a Fundação Lemann testa tecnologias para melhorar em massa a qualidade da educação e também distribui bolsas, mas apenas para pós-graduação; o gestor Gera Venture investe em startups e compra operações educacionais que não tem dinheiro para crescer; e o centro de estudos Lemann Center, em Stanford, na Califórnia, incentiva pesquisas sobre alguns dos principais problemas do setor no Brasil. As ações abarcam ensino básico, fundamental, vestibular, graduação, pós-graduação, concursos públicos e novos métodos de ensino. Também não é preciso estar dentro da sala de aula: tecnologias para melhorar a gestão dos colégios e formar diretores ou secretários de educação fazem parte do pacote”. (Revista *Época*, 2014)

A estrutura que se apresenta, com suas logísticas e funcionamento articulado, evidenciam com clareza que não estamos diante de uma brincadeira qualquer; nesse universo, a educação é entendida e trabalhada como um negócio, com metas agressivas, prazos e bônus para resultados diferenciados. A meta é atingir mais de 30 milhões de brasileiros, sendo mais da metade do ensino médio, nos próximos 5

³⁴ Matéria publicada na Revista *Época Negócios*, agosto de 2014: “Jorge Paulo Lemann: urgência nos últimos três anos para deixar um legado educacional para o Brasil”

anos. Em se tratando de um universo legitimado por uma moderna lógica empresarial, as ações que se inserem no âmbito das iniciativas educacionais do empresário podem ser divididas em quatro grupos: a base da pirâmide social; as bolsas de estudo; a pesquisa; e os investimentos (Revista Época, 2014).

Uma outra dimensão de exacerbada valorização do ideário privatista, que não passa despercebida nesse empreendimento, se evidencia numa extremada vaidade presente na figura de Jorge Paulo Lemann - a encarnação de um “super-herói dos negócios” - que “discretamente” opta por se mostrar ao mundo através de uma desafiadora e pragmática competência de gestão empresarial em áreas até então não submetidas de maneira exitosa a essa lógica - o jogo em curso que se desenvolve nas experiências educacionais do GL e da FL se concentra na implantação estratégica de uma gestão empresarial considerada de excelência, nunca antes vista, no campo da educação. Tal postura faz de Jorge Paulo Lemann, um empresário de sucesso, uma figura “dissimulada” que atua no campo da educação misturando estratégias de cunho filantrópico com significativos ganhos simbólicos de distintas ordens, capitalizando um diversificado universo de valores, a saber: uma respeitabilidade “humanitária” pela ajuda à estudantes de baixa renda e auxílio à escolas das redes públicas; e uma admiração resultante da eficiência do empreendimento assim como seu promissor impacto em áreas tecnológicas - fundamentalmente não podemos esquecer que o investimento em startups tem potencial para a geração de altos lucros; e não podemos esquecer do “reconhecimento” por parte de seus pares. Trata-se de um empreendimento que articula os mais elevados padrões de eficiência empresarial, com uma abordagem encapsulada do campo da educação, onde o sentido e a natureza da educação geral e da formação humana não são minimamente problematizadas. Ou seja, as concepções formativa e educacional adotadas já nascem submetidas aos padrões da eficiência empresarial, completamente distanciadas das possibilidades de uma formação geral e crítica, fundamental à construção de um ser humano emancipado.

Diante de tão poderosa estrutura econômica e logística, a compreensão do papel e do interesse da FL pela educação no Brasil se inicia na compreensão das ações desenvolvidas inicialmente no GL, palco das primeiras investidas voltadas para intervenções formativas e, portanto, gênese de um ambicioso projeto de educação empresarial vinculado ao ideário das novas estratégias de administração científica e de gestão do mundo do trabalho, mas - o que se destaca como mais impactante e inovador - são estratégias (de difícil percepção) que viabilizam novas possibilidades de acumulação disponibilizadas pelo atual estágio de desenvolvimento do capital financeirizado. Da análise de tais contextos é que surgem as categorias de “empresariamento do espaço público” e “publicização da lógica empresarial” que se articulam na compreensão do papel do empresariado no campo da educação, num país de elevado

índice de desigualdade social, onde mais de 20 milhões de jovens em idade escolar são analfabetos funcionais.

A primeira investida institucionalizada do GL na educação se deu em 1991, com a criação da Fundação Estudar, vinculada ao Banco Garantia, de Jorge Paulo Lemann e outros sócios; nessa experiência inicial, a cultura da meritocracia gerida no Banco se torna um eficiente modelo de gestão. Em seu sítio na *web*, a Fundação Estudar é descrita como: “uma organização sem fins lucrativos que acredita que o Brasil será um país melhor se tivermos mais jovens determinados a seguir uma trajetória de impacto. Por isso, disseminamos uma cultura de excelência e alavancamos os estudos e a carreira de universitários e recém-formados” (FUNDAÇÃO ESTUDAR, 2011, s./p. *-texto em html*). A Fundação Estudar nasce do desejo do empresário de promover uma mudança na educação brasileira inspirada no ideário da racionalidade científica da administração. Voltada para a formação de nível superior, a fundação concede bolsas de estudo para cursos de graduação e pós-graduação e se apoia numa missão com inspiração filantrópica - “criar oportunidades para gente boa sonhar grande e transformar o Brasil”. Sua atuação se desenvolve a partir de **3 projetos**: 1) “*Líderes Estudar*” - desenvolvimento profissional, integração em rede e apoio financeiro para cursar as melhores universidades do mundo; 2) “*Estudar Fora*” - histórias inspiradoras, oportunidades de bolsa e orientação para quem sonha viver uma experiência acadêmica no exterior; 3) “*Estudar Na Prática*” - entrevistas com líderes, o dia a dia de trabalho em diferentes setores e cursos que estimulam melhores decisões de carreira.

Segundo Lemann, um de seus sonhos é que algum dos ex-bolsistas venha a se tornar Presidente da República e que “possa levar um bando (de outros ex-bolsistas) para ajudar a melhorar o Brasil” o que, segundo ele, significa levar ao governo valores como meritocracia, pragmatismo e eficiência; para Lemann, “ética, pragmatismo e meritocracia fazem falta no Brasil”. Como podemos constatar, a Fundação Estudar é um projeto com metas ambiciosas voltadas à construção de uma dominação capitalista de novo tipo onde o ganho mais expressivo se dá no plano simbólico envolvendo a construção de novas subjetividades, novos valores e visão de mundo. A construção da hegemonia (dominação e direção) capitalista adquire novas estratégias organizativas através de práticas formativas diferenciadas.

Ou seja, numa sucinta análise, a Fundação Estudar se volta a uma “conformação” de “jovens determinados a seguir uma trajetória de impacto”, através de uma estratégica formação, concebida e gerada, não numa instituição escolar mas num banco de investimentos. Tal Fundação evidencia a hegemonia do capital financeirizado, claramente preocupado e/ou interessado em estratégias formativas e educativas diferenciadas que se distanciam de uma formação geral e unitária. Ao assumir o objetivo de

“despertar o potencial de jovens brasileiros através da formação de uma comunidade de líderes, o estímulo à experiência acadêmica no exterior e o apoio à tomada de decisão de carreira” (WIKIPÉDIA, 2018, s./p. – *texto em html*), a Fundação Estudar exalta uma vivência no exterior articulada às histórias de vida de líderes que validam determinado caminho profissional. Ou seja, em suas primeiras investidas, as estratégias implementadas pelo GL na área da educação se deram no âmbito de uma gestão empresarial vinculada à lógica do capital financeiro claramente marcada pelo investimento na formação de lideranças - uma formação nova e específica para um novo sujeito neoliberal, submetido a uma forte lógica meritocrática articulada a uma proatividade em atualizar-se e aperfeiçoar-se continuamente e, sobretudo, de envolver-se organicamente com os objetivos da empresa. O homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial (DARDOT; LAVAL, 2016). Trata-se de um novo homem necessário à nova sociabilidade do capital financeirizado.

Em outros termos, o dever de se qualificar dentro das expectativas do mercado, e, mais ainda, o de compreender essas expectativas e elaborar um plano, nas condições e recursos próprios, para atendê-las e garantir a própria “empregabilidade”, *tornou-se, sob a teoria do capital humano, um “empreendimento” a ser assumido individualmente pelos/as trabalhadores/as*. Um dispêndio a mais na agenda do/a portador/a da força de trabalho, mas que não deve ser visto como “custo” e, sim, como “investimento” [...]. (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 102; grifos meus).

Nos anos que se seguem, as iniciativas educacionais do GL se ampliam e se complexificam, resultando num eficiente mecanismo de capacitação de jovens - uma capacitação voltada ao mundo empresarial, financeiro e do livre mercado, apoiada numa formação para o trabalho que resignifica o conceito de “competências” e de “qualidade” presentes em comportamentos e subjetividades que devem passar a valorizar os princípios de liderança, competitividade, empreendedorismo, privatização, desregulamentação, flexibilização etc. Os requisitos da nova formação voltada aos jovens trabalhadores devem se pautar nos aportes de uma educação genericamente ampla, flexível e pragmática, voltada à resolução de problemas e ao desenvolvimento da capacidade para aprender novos processos.

[...] [o novo sujeito] deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. *Especialista de si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o EU a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. [...] a economia torna-se uma disciplina pessoal*. Foi Margaret Thatcher que deu a formulação mais clara dessa racionalidade: “*A economia é o método. O objetivo é mudar a alma*” (DARDOT; LAVAL, 2016; p. 328, 331 -grifos nossos).

Outro aspecto de destaque nas estratégias formativas do GL refere-se ao vínculo com um projeto globalizado que pauta o ideário e a agenda da nova administração científica voltada à uma sociabilidade obrigatoriamente flexível, descentralizada, centrada numa participação formal (e superficial) dos indivíduos. Tais aspectos estão presentes no projeto internacional de formação do sujeito neoliberal,

concebido e legitimado através da produção de intelectuais orgânicos da burguesia dos países centrais; intelectuais de novo tipo, em sua maioria, vinculados a instituições que funcionam como *think tanks*³⁵ da nova lógica da formação/educação neoliberal, ou seja, uma lógica em defesa da plena submissão da formação escolar e política às necessidades do mercado de trabalho, legitimadora do universo empresarial financeiro, do ideário privatista e promotora da pedagogia das competências articulada a uma educação flexibilizada, que se dá ao longo de toda a vida, de maneira fragmentada, através de múltiplas e diversificadas ofertas de pacotes educacionais disponibilizados num amplo mercado. Tendo em vista uma necessária disseminação na vida social, tais princípios são afirmados em impactantes “megaeventos” organizados em torno de intelectuais estrangeiros que vêm ao Brasil propagar suas incríveis e exitosas experiências educacionais e formativas. Fica evidente o uso do campo da educação como eficiente instrumento de mediação e disseminação das premissas do ideário neoliberal voltado para a construção da nova sociabilidade e do novo sujeito empresarial/neoliberal. Ou seja, o GL não só media e incrementa como dissemina o novo ideário, atuando hegemonicamente através de uma pedagogia política, sutilmente presente no dia a dia dos seus “colaboradores”, trabalhando no âmbito de uma educação política e de uma educação escolar vivenciada em estabelecimentos de reconhecida excelência no desenvolvimento desses novos requisitos educacionais.

Numa tentativa de síntese parcial, vale afirmar que a atuação do GL no campo da educação no Brasil se caracteriza por duas estratégias de referência principais. Tanto pela valorização e disseminação dos princípios do mundo empresarial na sociedade, disseminada e implementada através da educação, o que resulta numa eficiente “publicização da cultura empresarial”, quanto pelo que entendemos ser o mais determinante aspecto dessa recente atuação de grupos privados - “o empresariamento do fundo público”, uma novidade que convive harmonicamente com as tradicionais estratégias de acumulação da riqueza. Numa tentativa de sistematização inicial, a presença dessas duas estratégias de referência se expressa em graus distintos no conjunto das iniciativas educacionais desenvolvidas pelo GL, que se diferenciam em função dos públicos atingidos e seus específicos contextos: a) ações educativas com fins lucrativos, voltadas para a formação das elites; b) ações voltadas para a formação dos intelectuais orgânicos da nova sociabilidade neoliberal (através de eventos centrados em estudos, debates, reflexões e mecanismos de

³⁵David Harvey assinala que o surgimento dos “*thinktanks*” se dá nos anos de 1970, momento no qual o capital precisava de um projeto coletivo que organizasse uma frente ideológica em defesa das ideias neoliberais de Freidrich Hayek e Milton Friedman. Naquele contexto era impossível que tais iniciativas se organizassem nas universidades porque o movimento estudantil era forte demais e os docentes progressistas (RISAGER, 2016).

planejamento e sistematização das estratégias mais adequadas de intervenção na realidade educacional); e c) ações “ditas” filantrópicas, sem fins lucrativos aparentes.

No âmbito das ações com fins lucrativos e iniciativas de cunho educacional privado, o GL tem desenvolvido um mercado de educação gerenciado através de um fundo de investimentos denominado “*GERA Venture Capital*”, descrito como uma “empresa focada em educação” que investe “em empreendedores de alto potencial com o duplo objetivo de gerar impacto relevante na educação e obter retornos financeiros atrativos”. Segundo publicações do grupo, de todas as iniciativas, a única criada para dar lucro é a holding *GERA* (REVISTA ÉPOCA, 2014); o mais recente investimento do *GERA*, é uma *startup*³⁶ que recentemente deu origem a *holding* Eleva Educação, inaugurada em janeiro de 2017, com o objetivo de construir uma rede de escolas de alta qualidade acadêmica (Cf.: CERQUEIRA, 2017). No momento, tal fundo articula quatro grandes redes de colégios dedicados ao ensino elementar, cursos pré-vestibular e cursos de idiomas que, juntos, compõem hoje o segundo maior grupo de escolas privadas do país.

Em se tratando das ações do GL voltadas para a formação dos intelectuais orgânicos da nova sociabilidade neoliberal, o destaque fica por conta do “*Projeto Transformar*”, “pensado de forma a apresentar questões e sugestões que emergem de um universo [educacional] em ebulição”. Suas ações se concentram em publicações de impacto visual e num evento anual de grandes proporções que conjuga palestras proferidas por intelectuais de referência no campo das novas reconfigurações neoliberais da educação no mundo e no Brasil. É um evento totalmente gratuito e seu público-alvo são pessoas convidadas, oriundas do setor privado e do setor público da educação, conjugando professores e profissionais da educação em geral envolvidos principalmente com a gestão da educação (pública ou privada), em seus múltiplos aspectos. No ano de 2014, foram trabalhados no evento “9 grandes temas transversais identificados como tendências na educação, suas definições e exemplos de aplicação”, sendo cada temática complementada com questões, fontes, *links* e sugestões para uma pesquisa aprofundada. O conjunto do material impacta pelo apuro visual e tecnológico, além do nível de detalhamento presente na sua concepção - seja nas publicações em papel ou nos *sites* disseminados nas mídias. Dentre os temas trabalhados em 2014 e 2015, destacam-se os seguintes títulos de palestras: “Personalização: um caminho para cada aluno”; “Ensino híbrido: o poder de misturar o *on-line* e o *off-line*”; “Competências para o século XXI”; “O (novo) professor e sua formação”; “Como algumas redes públicas conseguiram

³⁶ Segundo a revista EXAME, “uma *startup* é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza” (MOREIRA, 2016, s./p. - *texto em html*).

flexibilizar seus modelos”; “Empreendedorismo em Educação”; dentre outros (Cf.: TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO, 2018).

No âmbito das iniciativas educacionais filantrópicas e sem fins lucrativos “aparentes”, o grande destaque fica por conta da FL, a ser apresentada através de questões ainda em processo de aprofundamento.

2. A Fundação Lemann, o “empresariamento do fundo público” e a “publicização da lógica empresarial”

Representando a grande novidade presente no recente papel dos grupos privados na educação, as parcerias público-privadas desenvolvidas entre as secretarias municipais de educação e grupos privados, tais como a FL, desenvolvem uma nova estratégia de acumulação da riqueza que passa a se dar através do acesso (in)direto ao fundo público.

A compreensão da estratégia do que denominamos “empresariamento do fundo público” parte de uma ampla caracterização da FL, seus objetivos proclamados e a natureza das suas propostas. No conjunto do GL, a FL atua numa das quatro dimensões que caracterizam as ações educacionais do grupo, a saber: a base da pirâmide; as bolsas de estudo; a pesquisa; e os investimentos. A FL se constitui a espinha dorsal da “base da pirâmide” que assim se denomina por concentrar esforços no conjunto da educação básica no âmbito das redes públicas de ensino; segundo seu diretor-geral Denis Mizne, sua missão é atuar na melhoria da qualidade da educação básica no Brasil.

A FL é criada em 2002 e em seu primeiro Relatório de Atividades, o empresário Jorge Paulo Lemann, no texto designado como Mensagem do Presidente do Conselho, afirma:

“(…) a Fundação Lemann tem pretendido especializar-se e dedicar-se à área de *melhoria da metodologia gerencial da educação*, ou seja, o aperfeiçoamento de uma cultura de avaliação de resultados. Advindos da área empresarial e sabendo da importância da avaliação de resultados, acreditamos que um foco similar mas adaptado à educação, trará grandes benefícios.

(…)

Educação baseada em resultados = maior competitividade e igualdade social.” (Relatório de Atividades da FL, 2002; grifos meus)

A explicação dos motivos da atuação da FL se voltar para o campo de educação, se coaduna com os, frágeis e dissimulados, argumentos adotados pelo Banco Mundial, referência global que trabalha a ideia de investimento na educação como estratégia de combate a pobreza. Uma concepção um tanto simplista que atribui à educação a complexa superação da pobreza, e que concomitantemente omite a abertura do campo da educação pública para a iniciativa privada. Tal premissa explica o foco da FL na educação na medida em que “o Brasil possa estimular o crescimento econômico e combater a pobreza e

as desigualdades através da oferta de serviços de educação pública de melhor qualidade”. Assim parece que todos ganham - a educação resolve a pobreza e os empresários acumulam mais riqueza, atuando “de maneira eficiente” e disponibilizando uma educação “de qualidade”. Mas, partindo do pressuposto de que o conceito de “qualidade da educação” não é neutro, faz-se necessário explicar de que qualidade estamos falando; e tendo em vista a acentuada desigualdade social na qual vivemos, que tipo de formação seria considerada de qualidade e até que ponto tal qualidade seria disponibilizada para todos igualmente?

Complementando as colocações acima, desde sua criação a FL investiu pesadamente na gestão para alavancar a qualidade do ensino nas escolas brasileiras. Em entrevista de 2008, a então diretora da FL, Ilona Becskehazy (posteriormente substituída em 2011 pelo advogado Denis Mizne), explica as linhas de atuação da FL:

“Desde 2002, estimulamos o aperfeiçoamento da gestão escolar por meio do financiamento de projetos na área e desenvolvimento de programas próprios. Assim, esperamos contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade do ensino no país. No Brasil, estamos tentando disseminar conceitos de gestão e de acompanhamento de resultados por meio do programa Gestão para o Sucesso Escolar (GSE). Trata-se de uma capacitação on-line para diretores de escolas públicas, desenvolvido com o apoio do Instituto Gestão Educacional (IGE). O objetivo do curso é fortalecer o papel do gestor como líder pedagógico e garantir a contínua melhoria dos resultados dos alunos. Também temos um curso presencial em nível de especialização, que prepara os gestores para o desafio de liderar a evolução de sua escola, o Formação do Gestor Escolar (FGE), além de programas de concessão de bolsas, entre outros” (texto sem identificação, 2008).

Em 2008, alguns números do empreendimento impressionam: o Programa Gestão para o Sucesso Escolar (GSE) foi implantado em 2003 e já formou 600 diretores de 207 municípios nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Ceará e Tocantins, num total de 355 mil alunos beneficiados. Já a primeira turma do curso de especialização FGE trabalhou com gestores que impactavam a vida de mais de 70 mil alunos. Numa abordagem educacional que aposta desequilibradamente na gestão do processo educativo, o diretor é percebido como aquele que orchestra todos os recursos, humanos e materiais; a FL, se coloca no papel de fornecer ao diretor da escola, os “eficientes” conhecimentos da gerência administrativa e empresarial, entendendo que o seu desafio é “construir uma escola em que todos os estudantes aprendam, sem exceção” (texto sem identificação, 2008). Nesse universo, destaca-se o papel das estratégias de avaliação externas na concepção de educação e de escola assumida pela FL, através de sua diretora:

“O problema da educação no Brasil não é do aluno. Há uma concepção aceita de que os alunos vão mal porque são pobres. E isso não é e não pode ser aceito como verdade. Mas ainda é muito forte a cultura - esta bastante disseminada entre os professores - de que educar é uma coisa, avaliar resultados, outra. Não existe receita pronta para elevar a qualidade do ensino público. Mas a melhoria da gestão escolar e a criação de mecanismos de avaliação de resultados mais efetivos são um caminho.” (texto sem identificação, 2008).

Vale destacar que, em se tratando de uma instituição como a FL que legitima a supremacia do ideário empresarial em detrimento do funcionamento generalizado das instituições públicas, tanto a gestão escolar quanto os mecanismos sugeridos se apoiam nos princípios que norteiam o ideário da nova racionalidade científica empresarial que, no âmbito do ato educativo tem sido trabalhado através dos princípios neoliberais: valorização do individualismo radical que fortalece a lógica do empreendedorismo; centralidade do pragmatismo voltado à formação para o mercado de trabalho e não para a formação geral para a vida. Em se tratando de um novo processo de produção da existência que necessita alterar a concepção formativa que caracterizava o modelo de produção capitalista anterior, nada mais adequado do que utilizar a rede pública de escolarização para uma ampla “publicização dessa nova lógica empresarial” – que vem sendo trabalhada não só junto aos alunos, mas também junto aos professores e gestores da escola.

A chegada de Denis Mizne, como diretor da FL se dá em 2011 e com essa mudança se alteram também a natureza do trabalho desenvolvido assim como suas estratégias. A qualidade da educação a ser atingida continua no horizonte só que agora com estratégico apoio da tecnologia e com uma ênfase muito maior na educação pública, que no Brasil atende um vultuoso universo de 40 milhões de jovens – da educação básica ao ensino universitário. Segundo Mizne, “se a educação é a melhor maneira de uma pessoa atingir seu potencial individual, para o Brasil atingir seu potencial como país *a educação pública precisa funcionar*” (REVISTA ÉPOCA, 2014; grifos meus). E para alcançar os objetivos pretendidos uma complexa logística tem sido praticada envolvendo o trabalho de consultores e empresários de referência internacional no que tange aos negócios educacionais: Sam Walton, o mítico fundador da Walmart; Bill & Melinda Gates Foundation e a Open Society; e mais recentemente, o americano Salman Khan, criador da plataforma de educação digital conhecida como Khan Academy.

Assim, após alguns anos de acúmulo de experiência, observando o funcionamento de iniciativas similares, Lemann e sua equipe, conclui que o impacto em larga escala pretendido (50 milhões de pessoas impactadas, com ênfase em estudantes - ¼ da população brasileira) só será alcançado com uma forte introdução da tecnologia na educação. A ideia de que “em vez de construir escolas ou criar métodos de ensino próprio, um software on-line de qualidade pode ser traduzido para o português e distribuído para milhares de escolas em segundos” me lembrou dos anos de 1980, quando afirmava-se que o computador e suas tecnologias iriam substituir o professor. A evolução tecnológica e seu ilusório pragmatismo centrado em resultados continua sendo uma estratégia muito bem explorada pelo ideário capitalista, ainda mais em

tempos de uma formação esvaziada de pensamento crítico, voltada para o trabalho simples, tão característico do atual papel de países de economia periférica como o Brasil.

Nesse encaminhamento, em 2012, a FL fechou acordo com a Khan Academy para traduzir e aplicar a tecnologia em escolas públicas pelo Brasil afora; hoje, são mais de 70 mil alunos nos estados de São Paulo, Paraná, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O equipamento tem de ser comprado pela escola e a FL investe estrategicamente na plataforma, na formação do professor e no acompanhamento. E é com grande entusiasmo que Mizne afirma que “hoje tem fila de escola” para participar do programa.

Mas, na continuidade do projeto de introdução da tecnologia na educação, a FL foi atrás de outras iniciativas: a) em agosto de 2013 trabalhou com cursos da plataforma Coursera, que agrega material de universidades como Stanford e Princeton; b) lançou o Programaê!, uma plataforma para ensino de programação voltado para jovens; c) fechou acordo com o Google para produzir um canal de conteúdo educacional para o ensino médio no YouTube denominado YouTube Edu. Vale destacar que tais iniciativas, atuam na valorização do uso da tecnologia, em detrimento da valorização do profissional da educação que muitas vezes se encontra no contexto de redes públicas de ensino, com escolas em acelerado processo de degradação, planos salariais sendo ignorados, e até salários atrasados. Fica evidente que a visão empresarial da FL se limita a olhar a educação num recorte altamente idealizado que não leva em consideração o contexto econômico, político e social, no qual o ato educativo se situa; uma educação situada num país com problemas de pobreza extrema e profundas desigualdades sociais.

E dentro dessa lógica, social e politicamente encapsulada, o próximo desafio que a FL se coloca é fazer com que o aparato tecnológico da Khan Academy impacte também as aulas de geografia, história e português; em 278 escolas, notebooks tem sido utilizados para testar como a Khan Academy se encaixa nas aulas com os demais conteúdos. Nesse contexto de experiências tecnológicas, a FL hoje se constitui uma referência de fomento de startups que trabalham com tecnologia e educação conjugando: tecnologias de aprendizado adaptativo com a empresa Geekie; ferramentas de gestão educacional com a WPensar; além de encomendar projetos como a plataforma de cursos Veduca. Estrategicamente, a FL além de financiadora desses empreendedores também atua como agregadora de negócios no âmbito da tecnologia aplicada na educação. E, em se tratando de ampliar não só sua atuação, mas fundamentalmente sua influência política, a FL se aproxima dos reguladores das políticas públicas no sentido de eliminar os inúmeros entraves encontrados. Um exemplo disso é a necessidade de uma internet de altíssima velocidade que impacta a contrapartida de municípios e estados, sem condições de investimentos básicos.

Outro exemplo emblemático é a discussão da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que legitima um currículo nacional, superficializado, e de significativo interesse para a formação para o trabalho simples de 90% dos jovens brasileiros (mão de obra básica de um país de economia periférica, centrado na produção de commodities).

Considerações parciais

Ainda que de maneira incompleta, o atual estágio do estudo pretendido aponta questões que nos permitem concluir que nossas hipóteses iniciais se confirmam na medida em que o projeto de educação empresarial praticado por grupos privados tais como o GL e a FL, expressam o novo papel que vem sendo assumido pelo empresariado brasileiro em relação à educação em geral e à educação pública no Brasil, em particular. Assim, tais projetos se constituem numa exitosa iniciativa organicamente concebida pela ofensiva empresarial hegemônica pelo capital financeiro em âmbito mundial, direcionada à construção coercitiva do consenso sobre a nova sociabilidade do capital.

Mas o desafio de sistematização desse fenômeno é elevado tendo em vista as múltiplas determinações em jogo. A análise dessa complexa realidade necessita de um consistente referencial teórico que não engesse nossa observação – o que é significativamente difícil na medida em que estamos diante de fenômenos novos, altamente dinâmicos que muitas vezes ainda não conseguimos sistematizar. Nesse contexto, Gramsci continua sendo o pensador que mais contribuições nos oferece tendo em vista seus estudos sobre as características das superestruturas num contexto de mudanças estruturais; aprofundar as mudanças que se fazem presentes nas atuais e diferenciadas plataformas superestruturais geradas a partir do regime de acumulação com dominância financeira exige de nós, pesquisadores, um investimento ampliado que vai muito além do campo da educação. Envolve leituras sobre o funcionamento do capital financeirizado - um capitalismo não produtivo mas rentista - assim como seus impactos na formação do trabalhador, que agora tem de se submeter à uma flexibilização constante ao longo da vida.

Além disso tudo, se destaca também, a dificuldade de acesso à informações que retratem as estratégias utilizadas. Ao invés de trazer mais transparência das informações, o advento da tecnologia digital e sua gerência restringiu significativamente o acesso democrático às informações.

Por fim, como fica esse conjunto de determinações no contexto de uma sociedade como a brasileira, com elevadíssima concentração de renda, desigualdades sociais absurdas, que convivem com algumas iniciativas tecnológicas de 1^o. mundo. Por enquanto, o que temos em mãos, são duas categorias

explicativas que tentamos divulgar neste texto - o “empresariamento do fundo público” e a “publicização da lógica empresarial”.

Referências

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A Fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo, Ed. Cortez, 2017. 117 p.

BEHRING, Elaine Rossetti. **A Dívida e o calvário do Fundo Público** IN: Revista ADVIR - Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. No. 36 (julho de 2017). Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília (DF): 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>, acesso em 01/04/2018.

CERQUEIRA, Sofia. Lemann e o sonho de transformar a educação brasileira. Rio de Janeiro: Abril, 2017. Veja Rio. Disponível em: <<http://vejario.abril.com.br/cidades/lemann-e-o-sonho-de-transformar-a-educacao-brasileira/>>, acesso em 04/02/2017.

CHESNAIS, François. Introdução Geral IN: CHESNAIS, François (org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo ?** São Paulo: Xamã, 2003. (Seminário marxista: questões contemporâneas).

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FONTES, Virginia. Sociedade civil empresarial e a educação pública - qual democracia?, 2018 (mimeo.)

FUNDAÇÃO ESTUDAR. Fundação Estudar – Documentários 20 anos. S./l.: 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=XoDMzfHC9RY>>, acesso em 31/03/2018.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos**. Organização de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do Cárcere, v. 03**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

LEHER, Roberto; MOTTA, Vânia Cardoso. Políticas educacionais neoliberais e educação do campo IN: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

[MOREIRA, Daniela. O que é uma startup? Revista Exame PME, Rio de Janeiro, 03/02/2016. Disponível em: https://exame.abril.com.br/pme/o-que-e-uma-startup/, acesso em 01/04/2018.](https://exame.abril.com.br/pme/o-que-e-uma-startup/)

[NEVES, Lucia M. W. \(Org.\). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.](#)

_____. As massas trabalhadoras começam a participar do banquete, mas o cardápio é escolhido à sua revelia, ou democracia e educação escolar nos anos iniciais do século XXI. In: Osmar FÁVERO; Giovanni SEMERARO. (Orgs.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. 2ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002, v. 1, p. 163-174.

OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti; BARROS, Vanja da Rocha Monteiro. Mudanças nas estratégias políticas de implantação da reforma da escolarização básica IN: [NEVES, Lucia M. W.; MARTINS, André \(Orgs.\). Educação Básica: tragédia anunciada ?. São Paulo: Xamã, 2015.](#)

PEREIRA, João Marcio; PRONKO, Marcela. **A Demolição de Direitos**. Um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

REVISTA ÉPOCA NEGÓCIOS. **Jorge Paulo Lemann: urgência nos últimos três anos para deixar um legado educacional para o Brasil**. ago de 2014

RISAGER, BjarkeSkærlund. Neoliberalismo é um projeto político: entrevista com David Harvey. Tradução de Sean Purdy. S./l.: 27 de julho de 2016. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/neoliberalismo-e-um-projeto-politico-entrevista-com-david-harvey/>>, acesso em 01/04/2017.

[TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO. Sobre. S./l.: Fundação Lemann; Porvir; Inspirare; Instituto Península, 2018. Disponível em <http://transformareducacao.org.br/>, acesso em 01/04/2018.](http://transformareducacao.org.br/)

WIKIPÉDIA. **Jorge Paulo Lemann.** S./l.: Wikimedia, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge_Paulo_Lemann>, acesso em 23/03/2017.

WILLIAMS, Raymond. **Base and superstructure in Marxist cultural theory.** In: DALE; ESLAND; MAC DONALD. *Schooling and Capitalism. A sociological reader.* London: London and Henley; Routledge & Kegan Paul in association with The Open University Press, 1976.

CLASSE TRABALHADORA E ESTADO AMPLIADO NO BRASIL DE HOJE

Marcelo Badaró Mattos (PPGH – UFF)

Resumo: Esta comunicação terá por objetivo central analisar as estratégias das representações organizadas da classe trabalhadora brasileira na luta pela hegemonia, à luz das reflexões teóricas de Antonio Gramsci. Tomaremos por objeto central de reflexão organizações como o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que surgiram na década de 1980, em uma conjuntura de crescimento das lutas da classe trabalhadora brasileira. Ao fim dos anos 1980, a elaboração programática e estratégica dessas formas organizativas e movimentos sociais incorporou a ideia de disputa de hegemonia, o que parecia revelar uma concepção ampliada do Estado, com tons gramscianos. Isso se expressou de forma mais acabada no chamado Programa Democrático Popular, que teve sua primeira versão aprovada no V Encontro Nacional do PT, em 1987. A Estratégia Democrático Popular ali esboçada, mencionava uma ação de dupla frente – a da pressão dos movimentos sociais na sociedade civil, por um lado, e a da conquista de espaços institucionais na sociedade política, via eleições, por outro. Procuraremos discutir de que forma os conceitos de Gramsci, especialmente os de hegemonia e sociedade civil, foram lidos por essas elaborações estratégicas. Acompanharemos, de forma sintética, as mudanças conjunturais e as alterações nas formulações programáticas e ações políticas concretas dessas organizações nas décadas seguintes. Nossa hipótese é de que as elaborações programáticas do final dos anos 1980 partiram de uma avaliação da correlação de forças na conjuntura sobre a inviabilidade da revolução socialista no curto prazo no Brasil, que paulatinamente se tornou pressuposto estratégico das práticas políticas nas décadas seguintes, ou seja, a ideia de disputa de hegemonia foi reduzida, por essas organizações e movimentos, a uma prática política de disputa institucional/eleitoral nos marcos da dominação burguesa, dado que o socialismo estava fora do horizonte. Assim, reduziu-se conquista do Estado a conquista de governo e abandonou-se qualquer referência ao Estado ampliado, o que afastou tais elaborações substancialmente do sentido original da reflexão gramsciana.

7ª Nota

O Programa

A síntese do debate estratégico-programático nos moldes do que se tentou fazer com esta série de *Notas* poderia ser feita através de um programa, que aponte o horizonte da revolução social, mas também, tendo em vista as condições históricas objetivas em que se processam as lutas, apresente um conjunto de propostas que traduzam as possibilidades concretas de atuação para se chegar a tal horizonte estratégico. Seria totalmente descabido, entretanto, concluir estas *Notas* com uma proposta de programa fechado, a ser apresentado para discussão. O programa não pode ser fruto de uma reflexão individual, nem mesmo de debates de pequenos coletivos. Ele tem que expressar a condensação de elaborações de organizações e movimentos num determinado momento histórico.

Por isso mesmo, o que se segue, nesta última *Nota*, é uma reflexão dividida em três momentos, cuja

intenção é discutir o método da construção do programa e alguns dos condicionantes históricos da etapa atual da luta de classes que lhe devem servir de parâmetros, muito mais que arriscar propostas programáticas específicas. Assim, num primeiro momento recorre-se novamente aos clássicos, para trazer à tona algumas referências importantes acumuladas pelo marxismo. A segunda parte da *Nota* trata de programas que orientaram a esquerda brasileira ao longo do século XX, para que no terceiro momento possamos apontar alguns parâmetros relevantes para o debate programático que nos cabe fazer hoje.

Ainda (e sempre) os clássicos

Em 1875, diante do processo de unificação das organizações socialistas alemães, que deu origem ao Partido Social Democrata dos Trabalhadores Alemães, que seria por ele apoiado, Marx fez uma dura crítica ao programa originário do congresso de fundação da entidade. Para ele, se não havia acúmulo ou acordo suficiente entre os grupos para se chegar a um programa mais acabado, seria melhor ter uma carta de princípios provisória, acumulando mais elementos conforme avançasse a luta unificada na nova organização. Afinal, como afirma em uma frase muito conhecida, embora às vezes citada só em sua primeira metade: “cada passo do movimento real vale mais do que uma dúzia de programas”. O complemento da frase lhe dá um sentido mais preciso, pois, “quando se redige um programa de princípios (...) expõem-se diante de todo o mundo os marcos pelos quais é medido o nível do movimento do Partido.”ⁱ

A importância do programa, portanto, era imensa e por isso Marx não mediu esforços em criticar aquele documento inaugural da socialdemocracia. Fundamentalmente porque não era possível concordar com um programa em que não ficasse claro que o objetivo estratégico da luta socialista não era redistribuir riquezas, através da mudança nas relações salariais, mas sim por fim às relações de trabalho assalariado, promovendo a “abolição das diferenças de classe”, através de um processo revolucionário.ⁱⁱ Quarenta anos depois, a Revolução de 1905 na Rússia levantou uma outra questão. Como propor o socialismo em uma realidade nacional na qual o desenvolvimento de relações de trabalho assalariadas (e, portanto, do proletariado) e a existência de uma acumulação tipicamente capitalista conviviam com formas ainda muito próximas à servidão (abolida meio século antes) nas relações de trabalho rurais, dominadas pelo latifúndio, assim como com um regime político de tirania monárquica tradicionalmente associada ao “Antigo Regime” e à dominação de classe aristocrática?

Na social-democracia russa daquele momento (lembramos que o termo identificava todos os partidos de referência marxista na Europa), predominava a visão de que o processo revolucionário de 1905 constituía-se numa “revolução burguesa”, pois ainda não estavam dadas as condições para a revolução socialista. Entretanto, essa avaliação comum não gerava propostas táticas e programáticas convergentes entre as duas tendências políticas que, desde de 1903, dividiam o partido (mencheviques e bolcheviques).ⁱⁱⁱ Abordando as propostas dos dois grupos naquele contexto, Lenin entendeu que a discussão programática decorrente da avaliação de que o caráter da revolução era burguês, não deveria levar o proletariado a acomodar-se aos limites impostos pelo horizonte político dos setores dominantes da burguesia russa. Pelo contrário, deveriam organizar-se autonomamente e mobilizar outras classes, notadamente o campesinato rural e a pequena burguesia urbana, em direção a um programa que, ainda que tivesse sido realizado pela burguesia em outras regiões (como o fim da monarquia e a adoção da forma republicano-parlamentar de governo, a reforma agrária, as garantias democráticas e outras tarefas “nacionais”), não era a “opção natural” burguesa naquele contexto. Segundo Lenin, dadas as condições históricas de desenvolvimento do capitalismo na Rússia e a importância das lutas do proletariado:

“é vantajoso para a burguesia apoiar-se nalguns dos restos do passado contra o proletariado, por exemplo, na monarquia, no exército permanente, etc. É vantajoso para a burguesia que a revolução burguesa não varra demasiado resolutamente todos os restos do passado, mas deixe de pé alguns deles, que esta revolução não seja inteiramente consequente, não vá até ao fim, não seja decidida e implacável.”^{iv}

Por isso, Lenin entendia que ao proletariado não cabia “ficar à margem da revolução burguesa” e muito menos “entregar a sua direção à burguesia”. A estratégia marxista revolucionária indicava “antes pelo contrário, a participar nela do modo mais enérgico, a lutar do modo mais decisivo pela democracia proletária consequente, para levar até ao fim a revolução.”^v

Em 1917, diante de novo processo revolucionário, os mencheviques e a maioria dos bolcheviques mantinham, em grande medida, suas posições de doze anos antes, tanto em concordar com a avaliação de que se vivia uma etapa burguesa da revolução, quanto na discordância quanto ao protagonismo de classe do proletariado no processo. Lenin, entretanto, apresentava uma posição nova no interior do bolchevismo. Nas conhecidas *Teses de abril*, após retornar do exílio, defenderia a estratégia da tomada do poder pelo proletariado russo e pela parcela do campesinato a ele aliado, conferindo um papel central aos conselhos de trabalhadores, camponeses e soldados, originalmente desenvolvidos pelo proletariado russo em 1905 e agora renascidos: os *soviets*. Lenin assumia ali - contra a avaliação da maioria de seus correligionários - a perspectiva de que já estaria em curso, no processo revolucionário iniciado em fevereiro, uma transição entre a “primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia (...), para a sua segunda etapa, que

deve colocar o poder nas mãos do proletariado e das camadas pobres do campesinato”.^{vi} Por isso mesmo, o programa consequente com essa avaliação era aquele que apontava para a tomada do poder pelos *soviets*, mediada pelas propostas concretas de por fim à participação da Rússia na guerra imperialista, fazer a reforma agrária e resgatar a maioria da população da miséria.

A proposta de Lenin aproximava-se assim, em abril de 1917, de uma leitura já apresentada por Trotsky, ainda quando do balanço do processo revolucionário de 1905. Em *Balanço e perspectivas* (1906), Trotsky era categórico: “É possível que os operários conquistem o poder num país economicamente atrasado antes de o conquistarem num país avançado.”^{vii} Sua afirmação assentava-se em uma recusa ao discurso dominante na socialdemocracia de então, de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas teria que avançar ainda muito mais em países como a Rússia, para que as condições estivessem dadas para a revolução socialista.

“Imaginar que a ditadura do proletariado depende, de algum modo automaticamente, do desenvolvimento e dos recursos técnicos de um país, é tirar uma conclusão falsa de um materialismo "econômico" simplificado até ao absurdo. Este ponto de vista nada tem a ver com o marxismo.”^{viii}

A partir de uma análise que levava em conta a relativa força do proletariado industrial face à burguesia na configuração local, Trotsky já argumentava, em 1906, que uma revolução como a iniciada em 1905 na Rússia podia ter como desdobramentos a tomada do poder pelo proletariado. Nessa situação, não caberia à classe trabalhadora à frente do Estado apenas realizar as tarefas democráticas pertinentes a uma revolução burguesa, ainda que as tivesse que realizar, sem dúvida. No bojo mesmo desse processo, ao tomar medidas normalmente associadas a um “programa mínimo”, como a divisão do latifúndio e a redução da jornada de trabalho, poria em marcha conflitos de toda ordem entre trabalhadores e seus patrões, ou entre grandes e pequenos proprietários rurais (e assalariados agrícolas), de tal forma que o governo do proletariado teria que optar por afirmar-se como governo de uma classe, avançando em direção a medidas expropriatórias, à planificação e coletivização da produção. Esboçava-se, então, a concepção de “revolução permanente” de Trotsky:

“A dominação política do proletariado é incompatível com a sua escravatura econômica. Seja qual for a bandeira política sob a qual o proletariado tenha ascendido ao poder, ele será obrigado a tomar o caminho de uma política socialista. Seria o máximo do utopismo pensar que o proletariado, depois de ter ascendido à dominação política através do mecanismo interno de uma revolução burguesa, possa, ainda que o deseje, limitar a sua missão a criar as condições democráticas e republicanas da dominação social da burguesia.

Mesmo que seja temporária, a dominação política do proletariado enfraquecerá num grau extremo a resistência do capital, que tem constantemente necessidade do apoio do Estado, e fará impulsionar num surto gigantesco a luta econômica do proletariado. (...)

Estas consequências sociais e econômicas, inevitáveis na ditadura do proletariado, manifestar-se-ão muito cedo, muito antes de estar terminada a democratização do sistema político. Cai a barreira entre o programa mínimo e o programa máximo logo que o proletariado toma o poder.”^{ix}

Três décadas depois, em 1936, quando apresentou o *Programa de Transição*, como proposta programática fundacional da IV Internacional, Trotsky manteve-se coerente com o acúmulo do debate marxista sobre a explicitação do horizonte revolucionário no programa. Além disso, acrescentou uma importante proposta de superação da abordagem reducionista das propostas programáticas à simples expressão direta da oposição entre estratégias reformista e revolucionária, ou da dicotomia “programa mínimo” X “programa máximo”. Com a ideia de um sistema de “reivindicações transitórias”, o *Programa de Transição* procurava expressar reivindicações imediatas, claramente percebidas como realizáveis nas condições objetivas da situação atual, mas ainda assim impossíveis de serem atendidas nos marcos da ordem do capital. Tais reivindicações mobilizariam o proletariado para a luta, levando a que a experiência de sua rejeição pelas forças burguesas dominantes educasse as massas proletárias, conscientizando-as sobre a necessidade da ruptura revolucionária. Nas palavras de Trotsky, o papel das organizações revolucionárias seria apoiar o processo de conscientização das massas proletárias apresentando

“a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS que parta das atuais condições e consciência de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado”^x

Programas da esquerda socialista no Brasil

Já na primeira destas *Notas*, apresentamos rapidamente o programa que teve maior peso na esquerda brasileira entre os anos 1920 e 1960, elaborado pelo PCB. Tal programa, partia da avaliação de que o país ainda não era plenamente capitalista, enfrentando entraves de origem feudal ao desenvolvimento pleno das forças produtivas e das relações sociais capitalistas, aos quais se somavam os entraves postos pela dominação econômica imperialista. Na esteira de tal avaliação, definia que a principal contradição a ser enfrentada naquele estágio histórico era a que opunha a nação ao imperialismo, tendo por contradição de fundo a que opunha o desenvolvimento capitalista aos resquícios feudais. Restava, assim, um papel secundário à contradição entre capital e trabalho. Com essa avaliação, entendia-se que o caráter da revolução seria democrático/nacional e burguês, cabendo ao proletariado aliar-se não apenas à pequena burguesia urbana e ao campesinato, mas também à “burguesia nacional”. Apresentamos também as críticas que surgiram a essa caracterização e estratégia, tanto nos debates

programáticos internos ao PCB (com posições como a de Caio Prado Jr., por exemplo), quanto nas elaborações de organizações de esquerda que apresentaram uma leitura distinta da realidade brasileira, o que inclui as organizações trotskistas desde a década de 1930, assim como novas organizações emergentes nos anos 1960, antes e depois do golpe de 1964, como no caso da POLOP.

Do acúmulo crítico em relação à estratégia da “revolução por etapas” e do programa centrado na etapa democrático-burguesa, surgia uma caracterização do Brasil como economia plenamente capitalista, embora marcada pela dependência em relação às economias capitalistas do centro imperialista. Nessas formulações, entendia-se que a forma desigual e combinada (conforme a elaboração de Trotsky) de desenvolvimento do capitalismo, responsável pelo caráter dependente do capitalismo periférico, não gerava uma contradição entre o capital instalado na periferia dependente e o capital imperialista que fosse capaz de levar a burguesia periférica a disposições revolucionárias. Pelo contrário, a especificidade da revolução burguesa na periferia dependente era justamente sua realização pelo caminho que Lenin definiu ao referir-se às vantagens para a burguesia de “apoiar-se nalguns dos restos do passado contra o proletariado”.

Imprensadas pela urgência da luta contra a ditadura e ao fim esmagadas pela repressão, as organizações originadas nos anos 1960 debateram as referências das propostas programáticas pecebistas e as de seus críticos, mas não puderam avançar suficientemente na elaboração de um programa socialista capaz de orientar grandes mobilizações da classe trabalhadora naquele contexto. No entanto, as discussões da esquerda revolucionária na resistência à ditadura tiveram um peso na elaboração de um programa que surgirá como síntese das lutas dos anos 1980 e orientará a ação do principal partido da classe trabalhadora a partir de então, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Embora não esteja completamente expresso em um único documento, o acúmulo programático e estratégico que veio a ser conhecido como Programa Democrático-Popular (PDP), do PT, teve sua primeira elaboração mais acabada apresentada nas resoluções políticas do V Encontro Nacional de 1987.^{xi}

Nessa elaboração programática, o PT herdou dos debates das décadas anteriores o reconhecimento de que a economia brasileira já era plenamente capitalista, não cabendo, portanto, uma etapa democrático-burguesa da revolução, nem tampouco uma aliança de classes com a burguesia. Apontando para uma estratégia socialista, o programa apresentava a frente de classes adequada para levar adiante as transformações necessárias como uma aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade, dando ênfase ao envolvimento também da pequena burguesia – definida como “pequenos e microempresários urbanos e rurais”, que teriam “profundas contradições com o capital”.^{xii} Não estava descartada, entretanto, a

possibilidade de, em face das “contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia”, realizar-se uma “aliança política, tática ou pontual, com alguns desses setores”. Daí decorreriam as balizas para as alianças partidárias possíveis naquele contexto, que não envolveriam, a princípio, partidos burgueses.

O PDP, naquelas suas formulações originárias, apresentava uma série de propostas que bem poderiam ser entendidas como “reivindicações transitórias”, na fórmula de Trotsky, e assim o foram por algumas correntes internas do partido. Ainda assim, mesmo quando caminhava nessa direção, o documento fundacional do PDP carregava sempre no tom da crítica aos discursos mais radicais (dos setores internos ao partido que enfatizavam a via revolucionária), para apresentar como equivocada a oposição reforma X revolução, explicando que:

“A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas, através da própria experiência de luta, quando ela serve para demonstrar às grandes massas do povo que a consolidação, mesmo das reformas conquistadas, só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve à luta pelas transformações sociais e deve ser combinada com esta.”^{xiii}

Havia, além do tom de crítica às propostas mais “radicais”, uma outra diferença fundamental entre as propostas apresentadas no PDP como parte da “luta por reformas” e a definição de “reivindicações transitórias” que apresentamos anteriormente. Na forma como eram apresentadas pelo PT, especialmente quando da definição da tática eleitoral, dava-se margem para a compreensão de que as reformas poderiam ser plenamente conquistadas nos marcos da ordem social e política existente.^{xiv} Assim, ao mesmo tempo que recusava a aliança com a burguesia, o PDP pressupunha que havia espaço para que esta aceitasse conquistas efetivas da classe trabalhadora, ou fizesse concessões de fundo permanentes.

Não se enxerga tal contradição de imediato no texto do programa, pois, quando tratando da estratégia socialista, o PDP afirmava uma relação entre Estado e sociedade civil mais próxima daquela definição que, na *Nota* sobre o Estado, apresentamos como resumida na expressão “Estado Integral”, ou “ampliado”, de Antonio Gramsci. Assim, apesar de uma certa imprecisão no uso da categoria “hegemonia”, entendia-se que a dominação de classes burguesa estava alicerçada desde a sociedade civil, através das organizações da classe dominante que organizavam e difundiam suas propostas de classe, visando sua implementação pela sociedade política, ou Estado.

Quando passava às táticas, entretanto, o PDP expressava uma concepção de Estado muito mais próxima daquela visível no pensamento liberal de oposição à ditadura, tributário das teorias do autoritarismo. Nesse momento, a elaboração programática do PT aceitava a ideia de que as lutas pela redemocratização vinham da sociedade civil, por vezes definida como “a sociedade brasileira”, contra “o”

Estado (ditatorial inicialmente, da “Nova República” ainda sob tutela militar, em seguida). Não à toa, é no interior do item referente à “Tática” que se apresentam sinteticamente os objetivos do Programa Democrático Popular como sendo:

“a disputa da hegemonia na sociedade brasileira, com base num programa democrático-popular, capaz de unificar politicamente os trabalhadores e conquistar a adesão dos setores médios das cidades e do campo. Tal programa deve sintetizar tanto a nossa oposição à Nova República e à transição conservadora quanto apontar no sentido da reorganização socialista de nossa sociedade.”^{xv}

Por isso, a estratégia democrático-popular centrava-se na conquista da redemocratização por uma via bifurcada: a partir da “sociedade civil”, através das mobilizações dos movimentos sociais, pressionando pela conquista de novos direitos; e a partir da ampliação da ocupação de espaços institucionais no Estado. Nos termos daquele documento de 1987, diante de uma correlação de forças que retirava da “ordem do dia” a conquista do socialismo, restava “acumular forças”:

“A luta por uma alternativa democrática e popular exige uma política de acúmulo de forças, que parte do reconhecimento de que não estão colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo. Essa política de acúmulo de forças pressupõe que o PT realize três atividades centrais:

- a) sua organização como força política socialista, independente e de massas;
- b) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente;
- c) a ocupação dos espaços institucionais nas eleições, como a eleição de deputados, vereadores e representantes nossos para os cargos executivos.”^{xvi}

Ainda que recusasse, em suas definições estratégicas, o caminho reformista clássico da socialdemocracia, assim como as elaborações etapistas dos partidos comunistas, o PT, na prática, encaminhava suas lutas para uma primeira “etapa” democratizante, única possível diante da correlação de forças por ele avaliada como negativa, mesmo no auge das lutas sociais dos anos 1980. Assim, a democracia (ou, ainda que implicitamente, o regime democrático) acabava apresentada como um caminho para o socialismo, numa alegada superação da contradição entre reforma e revolução.

Com o tempo, ficaria cada vez mais nítida a sobrevalorização do braço eleitoral daquela “pinça” (combinação de uma pressão vinda dos movimentos com outra por dentro do Estado) desenhada na estratégia democrático-popular petista. Nos anos 1990, tanto o avanço eleitoral do PT, quanto o declínio evidente da capacidade de confrontação dos sindicatos dirigidos pela CUT, contribuíram para essa situação. Mas teve também seu papel a forma como o partido percebeu a crise dos regimes do Leste Europeu e a subsequente restauração capitalista naquelas nações.

No seu primeiro congresso, em 1991, o partido retomou o debate estratégico e aprofundou a afirmação do PT como um partido socialista através da dupla negação definindo “o socialismo petista”

como “nem socialismo real, nem social democracia”. A afirmação, pela positiva, de tal projeto socialista petista, entretanto, era substituída nos textos congressuais pela expressão “disputa de hegemonia” – reduzida, na prática, a uma ampliação dos espaços ocupados na institucionalidade. Essa seria a via não para a efetivação de um governo de classe, dos trabalhadores, mas para a ampliação da cidadania, lida como aprofundamento da democracia, que acabava por converter-se em objetivo estratégico, através de um jogo de palavras: “para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia”.^{xvii}

Na década que se seguiu ao primeiro congresso, essas concepções se combinaram a uma ação institucional – nos legislativos, prefeituras e governos estaduais – através da qual o partido definiu um “modo petista de governar”. Nos anos 1980, a ideia de uma forma alternativa de governar esteve associada a bandeiras como a da “inversão de prioridades”. Nos anos 1990, porém, cada vez mais terá o significado de “governar para todos”. Embora a expressão “democrático popular” continuasse presente, ela cada vez menos se associava a um programa estratégico e cada vez mais expressava o que se pretendia como programa de governo, como nas resoluções do VIII Encontro Nacional, em 1993. Nelas, a palavra socialismo continuava presente, mas o que se discutia de fato era o avanço em direção à “verdadeira democracia substantiva”. A relação antes afirmada entre reformas e revolução parecia cada vez mais distante, pois agora já não se falava em contradições entre as reformas e a ordem capitalista/dominação burguesa, mas em uma ampliação dos limites (dentro) da ordem: “porque lutamos por reformas e por democratização no Estado e na sociedade, acreditamos que o sucesso dessa luta depende da ação popular e do governo no sentido de tensionar e esgarçar os limites da ordem existente”^{xviii}

As alianças eleitorais com partidos antes rejeitados como burgueses e a aproximação efetiva com as representações e proposições empresariais no exercício dos mandatos confirmam uma alteração de rota. Por isso, quando em 2002 o PT chegou ao governo federal, o fez através de uma aliança eleitoral e social com setores da (grande) burguesia, o que contrariava frontalmente o PDP de 1987. Embora fossem negadas pelo PDP, tais alianças não podem ser tomadas fora de sua relação com as caracterizações (a ênfase cada vez maior na impossibilidade da revolução socialista “naquela” correlação de forças, empurrando as formulações programáticas cada vez mais para o interior dos limites da ordem democrático-burguesa) inerentes à estratégia formuladas pelo próprio PDP. É por aí que podemos entender melhor o salto do PT, mais evidente quando chega ao governo federal com Lula (mas já em curso na década anterior), das difusas definições socialistas das elaborações de 1987/1991 para a referência cada vez mais explícita na “terceira via” da “nova” socialdemocracia europeia dos anos 1990,

empenhada em mostrar-se capaz de administrar o capitalismo com o receituário neoliberal. Isso sem que os governos do PT tivessem, nem de perto, passado pelas experiências do reformismo social-democrático clássico.

No governo federal, o PT completaria, portanto, um percurso que começara a traçar bem antes. Na formulação de Eurelino Coelho, autor de uma das mais completas análises do transformismo do PT, as direções petistas:

“substituíram a atividade de organização da classe como sujeito político independente (consciente de sua personalidade histórica) pela reorganização do Estado burguês. Seu novo projeto político é restauracionista, uma concepção de mundo que, a despeito da retórica às vezes radical, prioriza a preservação da ordem.”^{xix}

Através da caracterização do Partido dos Trabalhadores como “uma esquerda para o capital”, Coelho nos proporciona uma análise bastante consistente do duplo movimento de “migração dos elementos mais ativos dentre os intelectuais das classes subalternas para a zona de hegemonia da classe dominante (um movimento para o capital), o que teve como consequência dotar o bloco dominante (...) de uma nova ala esquerda”.^{xx}

Da esquerda socialista brasileira de hoje espera-se a capacidade de avaliar adequadamente a experiência petista, como condição para superá-la. O que implica perceber que o problema não se resume a uma “traição” de Lula e sua turma aos princípios programáticos do partido. A estratégia democrático-popular abriu o caminho para a tal “traição”. Longe de resgatar o “programa original” petista, nosso desafio hoje é construir uma elaboração radicalmente distinta, que entenda a natureza integral do Estado e seu papel na dominação burguesa. Esse entendimento pressupõe a diferenciação entre a necessária defesa de conquistas democráticas e a defesa do regime democrático burguês. Avaliar as correlações de força, inclusive reconhecendo seus momentos desfavoráveis para a classe trabalhadora, é uma obrigação nessa nova elaboração, porém, tal avaliação não pode jamais servir como justificativa para secundarizar os objetivos estratégicos socialistas.

Em direção ao programa socialista para o Brasil, hoje

Conforme ressaltamos no início desta *Nota*, as bases para um programa da esquerda socialista no Brasil de hoje serão construídas a partir das lutas reais e do acúmulo dos movimentos e organizações que nelas atuam orientados por uma estratégia revolucionária. Do ponto de vista das caracterizações e reivindicações setoriais, muito já existe de análise e formulação por parte dos movimentos mais consequentes e representativos nas áreas de educação, saúde, transporte público, reforma agrária, luta

pela moradia e reforma urbana, lutas contra as opressões, contra a violência policial e etc. No entanto, sua incorporação em uma síntese que possibilite “a ponte entre [essas] reivindicações atuais e o programa da revolução socialista” (para lembrar a formulação de Trotsky) continua a ser um desafio em aberto para as organizações que pretendem superar a experiência petista e os limites do Programa Democrático Popular. Não me proponho a substituir, nas linhas que se seguem, as organizações e coletivos que devem se encarregar de levar adiante tal trabalho de elaboração política. Pretendo apenas apresentar uma interpretação sobre parâmetros que precisamos ter em conta nessa discussão.

Como ponto de partida, por certo não pode faltar o conjunto de afirmações dos princípios programáticos que diferenciam os socialistas. O primeiro deles é a clara definição, como exigia Marx, de que nosso objetivo é a “*abolição das diferenças de classe*”, não a redistribuição da renda e/ou da riqueza. Também como Marx entendemos que essa abolição – “a emancipação da classe trabalhadora” – só poderá ser obra da própria classe trabalhadora. O que só se realizará no plano internacional, pois o capitalismo se articula mundialmente.

Mas, se entendemos que a classe é um sujeito histórico não homogêneo, no qual também se refletem as formas de opressão sexual/de gênero e racial que atravessam a sociedade capitalista, a “*emancipação social*” que buscamos não se restringe à abolição do assalariamento e da lógica estranhada do trabalho abstrato, mas envolve também a superação de todas as formas de opressão.

Tendo em vista toda a longa história do debate da esquerda socialista, mas especialmente mirando na experiência recente do PT, será preciso explicar programaticamente que *ganhar eleições no interior da democracia burguesa não é sinônimo de conquista do Estado* (nem tampouco de hegemonia dos trabalhadores). A conquista do poder pelos trabalhadores, já explicava Lenin, só poderá se dar pela via revolucionária, porque significará uma destruição do Estado burguês e a constituição de um Estado dos trabalhadores, cujo sentido não é apenas o de inverter o polo da dominação de classes, mas acabar com qualquer forma de dominação, o que implica no progressivo definhamento desse novo Estado, em direção à abolição de qualquer forma de Estado.^{xxi}

Essas afirmações de princípios, por certo não nos bastam, pois será preciso sistematizar também a “ponte” entre as reivindicações imediatas e esses princípios estratégicos, o que também envolve partir dos acúmulos de movimentos e lutas concretas. Em relação às “reivindicações transitórias”, no entanto, todas as formulações precisam ser dinâmicas e, também elas, transitórias. O que nos cabe, a cada momento, é compreender a dinâmica da luta de classes de forma a construir as “pontes” adequadas. É nesse sentido que apresentamos a seguir algumas considerações sobre a conjuntura, pensada em suas diferentes

temporalidades, e as pautas que sugere.

a) O programa e a conjuntura imediata

O governo golpista de Temer ascendeu por defender uma agenda – e busca se sustentar pela sua execução – que é dominada por profundos retrocessos nos parques direitos conquistados e preservados pelas lutas da classe trabalhadora. Tais medidas regressivas vão desde as (contra)reformas trabalhista e previdenciária (as joias da coroa, do ponto de vista burguês) até toda uma série de “medidas de austeridade” – como o congelamento do orçamento por 20 anos; a liberação da terceirização generalizada; a “renegociação” das dívidas dos estados atrelada ao austericídio local e etc. E são complementadas pelas pautas “corporativas” dos setores mais retrógrados da classe dominante: a não-demarcação de territórios indígenas; os projetos na linha “escola sem partido”; a restrição ainda maior ao aborto; descriminalização do desmatamento e da utilização de trabalho escravo e etc.

Esse ataque impõe à classe trabalhadora pautas que, embora rigorosamente defensivas, têm sido aquelas capazes de mobilizar a maioria contra o governo. Faz-se necessário, portanto, continuar a mobilizar pela defesa dos direitos trabalhista, o que inclui defender a reversão da legislação que libera a terceirização generalizada e defender a CLT em seus capítulos trabalhistas. A defesa dos direitos trabalhistas em tempos de crescimento do desemprego, em razão justamente das políticas de austericídio, tem que incluir também o direito ao trabalho, razão pela qual, além de propormos a reversão de todas as leis e medidas que retiraram direitos, nos cabe construir um movimento pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Podemos, além disso, nos apresentar de forma diferenciada e avançar pautas mais ofensivas, porém, se a essa defesa incondicional dos direitos trabalhistas acrescentarmos a denúncia sobre o caráter de atrelamento do movimento sindical ao Estado representado pelo imposto (contribuição) sindical e reivindicarmos o fim dessa estrutura sindical.

No mesmo sentido, o combate a mais uma proposta de (contra)reforma da previdência, desta vez talvez a mais cruel – complementando as que foram empreendidas por FHC e Lula –, deve vir acompanhado de um esclarecimento sobre a farsa do alegado “déficit previdenciário” e sobre o sentido da seguridade social como mecanismo de solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras de diferentes gerações, que não pode ser sequestrado pelo capital. O que implica defender a reversão das (contra)reformas já implantadas desde a década de 1990.

A situação em curso no Brasil impõe ainda a discussão de dois temas centrais da pauta política já

colocada pela realidade. O primeiro é o da corrupção. Entendendo-a como fenômeno inerente ao capitalismo, é preciso esclarecer que só conhecendo e combatendo as suas causas sistêmicas poderemos apresentar soluções de fato. Assim, todas as táticas que estabeleçam relações com a atuação do sistema policial judiciário deste Estado capitalista/burguês sob o qual vivemos devem ser vistas com muito cuidado, rejeitando qualquer tipo de atrelamento das reivindicações dos socialistas à dinâmica intrínseca da institucionalidade burguesa e evitando a tentação de centrar esforços no reforço à máquina criminal/penal.

Mesmo que a “justiça” necessite, de quando em vez, para parecer realmente “justa”, sacrificar momentaneamente representantes das classes dominantes, sabemos o quanto reforçar a ilusão na solução policial/judiciária acaba sempre por voltar-se contra nós, pois o aparelho funciona basicamente para criminalizar as parcelas mais precarizadas e as mais organizadas da classe. Nesse sentido, pouco adianta a prisão de um corrupto/corruptor, se as empresas capitalistas que se utilizam da corrupção como mecanismo de apropriação do fundo público, ou como “vantagem comparativa” para estabelecer monopólios, substituem seus gerentes por outros e os encarcerados continuam a enriquecer com os lucros e dividendos que mesmo na prisão recebem. Caminhamos em sentido inverso, isto é, o de evidenciar o sentido de fundo da corrupção, quando apontamos para a centralidade da expropriação de todas as empresas de corruptores e a reversão de todas as privatizações negociadas através desse cambalacho institucionalizado pela corrupção generalizada nas relações entre o Estado burguês e as empresas capitalistas.

O que nos leva ao segundo tema central imposto pela conjuntura: a natureza do Estado e as demandas democratizantes. Não nos basta propor reestatização das empresas privatizadas, por exemplo, se isso significar apenas a defesa de sua transferência para a responsabilidade de gestores (representantes dos interesses burgueses) como os que estão à frente do Estado brasileiro hoje. Bandeiras de expropriação e reestatização devem estar associadas a outras que proponham o controle dessas empresas por conselhos de trabalhadores, usuários e consumidores, na direção de gestões coletivizadas.

No mesmo sentido, as propostas democratizantes em relação ao regime político vigente não podem se encerrar no âmbito das eleições. O regime democrático, conforme discutimos na *Nota* relativa ao Estado, se mostra cada vez mais impermeável às demandas dos grupos sociais subalternos, retirando direitos duramente conquistados e criminalizando os movimentos que se levantam em sua defesa. A redução do Estado Social tem seu par correspondente no aprofundamento do Estado Policial/Penal. Mas, o aprofundamento da coerção se faz acompanhar de um forte componente mistificador, através do esforço

dos meios de comunicação, monopolizados pelas grandes empresas do setor, afinados com as organizações de classe dos dominantes, para apresentar os ataques à classe trabalhadora como medidas inevitáveis diante da crise e minar a solidariedade e consciência de classe através da propaganda das individualidades - da empregabilidade, empreendedorismo e meritocracia. O regime democrático é hoje uma máscara podre para a autocracia burguesa e nos cabe desvelá-la através da defesa de uma democracia substantiva, que envolve eleições, mas também propostas de mudança na estrutura do Estado burguês que exponham suas contradições, acompanhadas de medidas que avancem na direção de formas paralelas de exercício direto do poder pela maioria trabalhadora da população, inclusive no que diz respeito à superação das barreiras impostas pelo capital ao controle realmente democrático da atividade econômica. Lembrando, mais uma vez, que reivindicações democráticas hoje devem sempre incluir a resposta a todo o ataque reacionário perpetrado nos últimos tempos, através das medidas de governo e da tolerância institucionalizada contra as parcas conquistas, duramente arrancadas pelos movimentos de mulheres, LGBT, negros, indígenas e etc. A “agenda positiva”, neste caso, tem que passar pela garantia dos direitos reprodutivos das mulheres, garantia de igualdade salarial de um ponto de vista racial e de gênero, socialização do trabalho reprodutivo, cotas como política transitória em direção à universalização do direito de acesso ao ensino, educação inclusiva e antidiscriminatória, entre muitas outras propostas.

b) O programa e a conjuntura aberta por Junho

As grandes manifestações de junho de 2013 foram, conforme já mencionamos em outros momentos, heterogêneas e palco de disputas ferrenhas para pautar as multidões nas ruas e direcionar os protestos contra diferentes alvos. No entanto, apesar da reconhecida heterogeneidade e, portanto, de seu perfil policlassista, a composição social dos protestos (maioria de faixa etária mais jovem e origem social entre os extratos menos remunerados da classe trabalhadora) foi predominantemente de origem na classe trabalhadora. Embora as organizações (particularmente as partidárias, mas também as sindicais) identificadas com a classe tenham sido rejeitadas pelos manifestantes, as pautas que surgiram nas ruas remetiam a algumas bandeiras há muito levantadas por elas, como a defesa dos serviços públicos de saúde e educação - “Da Copa eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação!”.

Mais ainda, o ponto de partida dos protestos, o reajuste dos preços de transportes públicos urbanos, é uma pauta cujo sentido de classe é evidente. São serviços pessimamente prestados por concessionários privados que, nas grandes cidades brasileiras, carregam milhões de trabalhadores em longos e cansativos

deslocamentos de casa para o trabalho e de volta à casa, custando muito, especialmente para os setores mais precarizados da classe, que moram mais longe e não dispõem de auxílio-transporte. Não à toa, em meio a junho de 2013 e nos meses que se seguiram, o único movimento social organizado que atuou de forma mais expressiva e cresceu consideravelmente foi o de luta pela moradia, com destaque para o MTST.

O repúdio à brutal violência policial empregada contra as primeiras manifestações, visando conter os protestos antes do início da “Copa das Confederações”, acabou sendo o gatilho para sua massificação. E quem melhor conhece e mais experimenta a revolta contra a violência policial que os setores mais precarizados da classe, confinados às periferias e favelas das metrópoles, em que, contrariamente ao senso comum, há forte presença do Estado, mas quase que exclusivamente em sua face policial (e militar) repressiva?

Além disso, em meio aos protestos, o caráter de classe da cobertura da grande imprensa se revelou de forma escancarada, a ponto de, por alguns instantes, um questionamento aos monopólios empresariais de comunicação ter sido ensaiado - “A verdade é dura: a Globo apoiou a ditadura!”.

De certa forma, o programa dos setores da classe dominante brasileira que hoje dão sustentação ao governo Temer é o “anti-Junho”. Com toda a heterogeneidade considerada, Junho foi, principalmente, a afirmação da insuficiência da “inclusão” – via crédito para o consumo, reajuste a conta-gotas do salário mínimo e políticas focalizadas – propalada pelos governos do PT como a sua grande conquista, apontando para a necessidade de políticas sociais universais. Por isso mesmo, a resposta da classe dominante veio com a agenda conservadora. Uma agenda encampada primeiro por Dilma, que se esforçou para por fim a Junho via repressão (em associação com os governadores) e iniciou a nova onda de retirada de direitos logo após receber um segundo mandato das urnas em fins de 2014, mas que ganhou com o golpe que a derrubou e o governo Temer outro ritmo e profundidade.

Considerando que um programa tem que partir das reivindicações mais sensíveis da classe trabalhadora em um determinado momento histórico, nosso programa de hoje tem que combinar as respostas aos desafios imediatos postos pela retirada de direitos por Temer com a pauta mais progressiva de Junho. Sem maiores aprofundamentos, isso significar apontar propostas objetivas para a questão do transporte público (catraca livre); em defesa da saúde e educação públicas, gratuitas e de qualidade, como direitos universais; pelo fim das polícias militares, da guerra às drogas e do encarceramento em massa, com uma política de segurança regulada pelos interesses da maioria da população; e pelo controle social dos meios de comunicação de massa.

Nem uma linha do programa que temos de produzir será irrealizável do ponto de vista das condições objetivas postas pelas capacidades econômicas e sociais do mundo em que vivemos hoje. Nenhuma de suas propostas, entretanto, poderá ser implantada sem desafiar não apenas os governantes e suas pautas, mas o próprio caráter de classe do Estado e a dinâmica da dominação social mais ampla determinada pela lógica do capital. Se formos capazes não apenas de formulá-lo, em conjunto com as forças vivas da luta social do presente, mas também de mobilizar amplos setores da classe trabalhadora para sua defesa, teremos dado o salto qualitativo necessário para superar de vez o “ciclo petista” e iniciar uma nova fase de confrontações sociais orientadas por um programa efetivamente socialista.

¹ K. Marx e F. Engels, *Crítica ao Programa de Gotha*, in *Obras Escolhidas*, vol. 2, São Paulo, Alfa-Ômega, s.d., p. 207.

¹ *Ibidem*, *idem*, p. 219.

¹ O Partido Operário Social Democrata Russo foi lançado em 1898, na tentativa de unir os marxistas russos e diferenciá-los dos populistas *narodniks*. Sob a intensa repressão do regime do czar, a maior parte de seus fundadores foi presa e/ou acabou no exílio. Nesses primeiros anos, em que a própria existência da organização face à repressão encontrava-se ameaçada, o principal debate interno opunha as propostas de Lenin e do grupo reunido em torno do jornal *Iskra*, publicado no exílio, às do grupo que no livro *Que fazer?* (1902) é definido por ele como os “economistas”. Vencido esse debate pelo grupo do *Iskra*, em 1903, teria lugar o 2º Congresso do partido, que teria a função de torná-lo uma força real. Realizado no exílio (iniciou-se em Bruxelas, mas só pode ser concluído em Londres), o congresso acabou opondo o grupo que apoiava integralmente as teses de Lenin aos que se opuseram parcialmente a elas, sob a liderança de Martov (também ativo no *Iskra*), chamados a partir daí, respectivamente, de Bolcheviques e Mencheviques. A divisão seguiria marcando a trajetória da organização, com momentos de atuação unificada e outros em que agiram em separado, sendo que a partir de 1912 já agiam como duas organizações autônomas, o que ficará mais evidente com os acontecimentos revolucionários de 1917. Entre as várias histórias do partido, destaque para Pierre Broué, *O Partido Bolchevique*, São Paulo, Sundermann, 2014.

¹ V. I. Lênin, *As duas táticas da Social-Democracia na revolução democrática* (1905), conforme <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/taticas/index.htm>, último acesso junho de 2017.

¹ *Ibidem*, *idem*.

¹ V. I. Lenin, *Teses de abril*, Lisboa, Edições Avante, 2017, p. 12.

¹ L. Trotsky, *Balanço e perspectivas* (1906), conforme <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1906/balanco/index.htm>, último acesso junho de 2017.

¹ *Ibidem*, *idem*.

¹ *Ibidem*, *idem*.

¹ L. Trotsky, *Programa de transição* (1936), conforme <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/index.htm>, último acesso junho de 2017. (Grifo do autor)

¹ Partido dos Trabalhadores, *V Encontro Nacional (Resoluções Políticas)*, 1987, conforme <https://fpabramo.org.br/csbn/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/>, último acesso junho de 2017.

¹ *Ibidem*, *idem*.

¹ *Ibidem*, *idem*.

¹ Ao apresentar o “conteúdo político” das campanhas para eleições municipais de 1988, as resoluções de 1987 defendiam, por exemplo: “luta por um programa municipal com medidas de democratização política, conquistas econômicas e avanços em políticas públicas, que desdobrem o Programa Alternativo de Governo, respondendo à realidade de cada lugar”. Nenhuma menção à impossibilidade de realizar tal programa plenamente sem combiná-lo com a “luta pelas transformações sociais”, como tratava a própria resolução em outra passagem. *Ibidem*, *idem*.

¹ *Ibidem*, *idem*.

¹ *Ibidem*, *idem*.

¹ “I Congresso do Partido dos Trabalhadores”, in *Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. 482-83 e 499-500. Apud, Adriano C. V. Zão, *Perspectivas da Esquerda Brasileira Após o Fim da União Soviética*, Niterói, UFF, 2011. Esse trabalho apresenta uma rica análise crítica dos documentos partidários do PT.

¹ Partido dos Trabalhadores, *VIII Encontro Nacional* (Por um governo democrático popular), 1993, conforme <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-porumgovernodemocratico.pdf>, último acesso junho de 2017.

¹ Eurelino Coelho, *Uma esquerda para o capital*, São Paulo, Xamã/Eduefes, 2012, p. 329.

¹ Ibidem idem, p. 357.

¹ V. I. Lenin, *O Estado e a revolução* (1918), <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>, último acesso junho de 2017.

SINDICALISMO RURAL, CAPITALISMO VERDE E CONCILIAÇÕES IMPOSSÍVEIS

Elder Andrade de Paula (UFAC)

Resumo: Como sabemos, a virada do século XX para o XXI foi marcada por uma colossal inflexão ideológica no sentido de difundir sob a lógica de acumulação do capital o tratamento da crise ecológica. Em seu conjunto, essas adaptações se inscrevem nos marcos do que Silvia Ribeiro (2011) denominou como “novo acordo verde global” proposto em 2008 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em linhas gerais, aponta a referida autora, esse “acordo verde” planeja enfrentar a crise financeira e climática re-dirigindo as inversões para o “capital natural”, ofertando estímulos fiscais para empresas voltadas para a produção de “energias limpas” e também para ampliar os mercados de carbono. A construção de um “consenso ativo”, nos termos propostos por Antônio Gramsci (1978), em torno desse “esverdeamento” do capitalismo envolveu/envolve um amplo leque de adaptações nas formas de atuação do Estado (no sentido ampliado). Nesse novo cenário, agências como o Banco Mundial e grandes Organizações Não Governamentais (ONGs) conservacionistas internacionais passam a exercer fortes influências na condução desse processo. O objetivo dessa comunicação é refletir sobre as repercussões dessas adaptações mais gerais no escopo da representação de classes, mais especificamente aquela materializada pelo sindicalismo rural em contexto amazônico. Nesse sentido, chamamos atenção para o ocultamento bem sucedido das contradições impossíveis de serem resolvidas nos marcos do capitalismo verde, ou de “outras cores”, como dizem militantes de movimentos camponeses e indígenas do México.

ESTADO AMPLIADO E TRANSFORMISMO: QUESTÕES SOBRE HEGEMONIA E CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL RECENTE

Eurelino Coelho (UEFS)

Resumo: A luta de classes no Brasil recente é marcada pelo processo de transformismo vivido por grupos com posições dirigentes nas maiores organizações partidárias de esquerda e em setores estratégicos dos movimentos sociais. O fenômeno é articulado com a marcha irregular, mas ininterrupta, de ampliação do Estado e de multiplicação dos espaços sociais de exercício da hegemonia burguesa que, por sua vez, assume conteúdos e formas diversificadas. Proponho examinar algumas hipóteses a respeito do significado da inclusão de segmentos dos grupos sociais subalternos em trincheiras ampliadas do Estado burguês no Brasil a partir da década de 90. Argumentos desenvolvidos a respeito dessas experiências de inserção se tornam parte, eles também, de mecanismos produtores de consenso e, como tais, se articulam a projetos hegemônicos determinados.

Vai longe o tempo em que estava no auge a tese de que as relações de poder entre as classes no Brasil eram configuradas num quadro de preponderância absoluta da sociedade política e por sua outra face, a extrema debilidade da sociedade civil – a primeira seria “tudo” e a segunda, “quase nada”. Um dos pioneiros na reflexão sobre o tema, Carlos Nelson Coutinho, em texto célebre publicado originalmente em 1979, entendia ser esta configuração derivada da “via prussiana”, isto é, do processamento da revolução burguesa no Brasil na forma de revolução passiva.³⁷ Que a sociedade civil brasileira se tornou mais densa, maior e mais complexa, é hoje quase uma unanimidade. A multiplicação dos aparelhos privados de hegemonia e o adensamento da rede de trincheiras de classe que se estende sobre quase todos os espaços da vida social são constatados por inúmeros estudiosos, vinculados a diferentes perspectivas teóricas.

Nenhum deles foi mais longe que Sonia Regina de Mendonça, cujas pesquisas rastream mais de um século de iniciativas organizativas de segmentos da classe dominante agrária brasileira e, mais que isso, formularam questões, orientaram estudos e construíram espaços coletivos que aprofundaram e desdobraram a problemática para outras frações burguesas.³⁸ Influenciados de algum modo pelas pesquisas de S.R. Mendonça ou de René Dreifuss, outro pioneiro, ou correndo em raia própria, vários outros estudos se debruçaram sobre o crescimento e a complexificação da sociedade civil: Alvaro Bianchi, sobre o PNBE³⁹, Lúcia Neves e sua investigação sobre as “estratégias do capital para educar o

³⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. In: COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

³⁸ Além dos inúmeros livros e artigos derivados do eixo central de suas pesquisas, Sonia Mendonça tem sido responsável por provocar, incentivar e viabilizar a multiplicação de investigações cujos objetos expandem e complexificam a problemática a respeito das múltiplas práticas de hegemonia burguesa no Brasil. Um dos frutos desse trabalho, dentre outros, é a coletânea, organizada por ela, *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Rio de Janeiro, Eduff-Vício de Leitura, 2005.

³⁹ BIANCHI, Alvaro. *Hegemonia em Construção. A trajetória do PNBE*. São Paulo, Xamã, 2001.

consenso”⁴⁰ e André Martins, que estudou práticas de aparelhos privados de hegemonia comprometidos com uma “direita para o social”⁴¹ são apenas três exemplos de uma lista que poderia se estender muito.

Decerto que o fenômeno da ampliação do Estado precisa mesmo ser pensado em articulação com a interpretação das etapas de desenvolvimento da forma específica de democracia burguesa que se gesta como dimensão institucional da revolução passiva no Brasil. Nisso, como em tantas outras de suas iluminações, Coutinho tinha razão: a revolução passiva, forma histórica de processamento da revolução burguesa no Brasil, continua definindo as características da sociedade política e da sociedade civil e, por ser o leito por onde corre a luta de classes, formata a democracia que temos. Limitada, concessora de direitos seletivos e precários e atravessada por instabilidades crônicas, a democracia burguesa brasileira não é, e nada garante que possa vir a ser, uma versão tropical de modelos europeus ou outros, pois ela tem suas bases ficadas em solo histórico próprio, no qual se desenvolvem outras relações de poder. Florestan Fernandes, não apenas n’*A Revolução Burguesa no Brasil* mas também em sua pesquisa sobre *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, formulou hipóteses ainda hoje sugestivas sobre a construção histórica das interseções entre o capitalismo e a democracia no Brasil.⁴²

É a mesma problemática de fundo a partir da qual Virgínia Fontes analisa o crescimento da sociedade civil brasileira e sua aceleração a partir do último quartel do século XX. Seguindo pela via aberta por estudos clássicos sobre o desenvolvimento desigual e combinado e a revolução passiva no Brasil, Fontes adota a premissa de que o complexo aparato do Estado burguês foi construído em movimentos descontínuos ao longo do século XX, mas sempre cuidando de reprimir e, depois, açambarcar e tutelar qualquer indício de ativação política dos grupos subalternos. Ela identifica três momentos de intensificação das lutas sociais rurais e urbanas que acompanharam a marcha das transformações econômicas através das quais o capitalismo afundava suas raízes no solo social. Foram conjunturas de lutas com “crescente teor explicitamente classista, impulsionadas por forte reivindicação igualitária e democratizante: 1920-35, 55-64,75-89”⁴³. Na primeira e na segunda a repressão direta foi o mecanismo prioritário de restabelecimento da ordem, vale dizer, da passividade imposta pela força aos trabalhadores, através do que se restauravam as condições para o prosseguimento e renovação das formas desiguais e, em muitos casos, brutais de expropriações primárias e secundárias e de extração de mais-valor.

No terceiro ciclo de lutas, no entanto, a derrota não derivou da imposição da força bruta como mecanismo principal, mas do aperfeiçoamento do “padrão de dominação burguesa no Brasil, que agregaria à autocracia burguesa e à truculência no trato social novas modalidades de convencimento”.⁴⁴ O papel da sociedade civil, então, ganha destaque no argumento. Os saltos para adiante do capitalismo tupiniquim na era do capital-imperialismo trouxeram consigo novas e superiores exigências de regulação das relações interburguesas cada vez mais complexas, tal como demonstrado pelas pesquisas já

⁴⁰ NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, Xamã, 2005.

⁴¹ MARTINS, André Silva. *A Direita para o Social. A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora, UFJF, 2009.

⁴² Cf. FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, e Idem. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (2 vol.). 5ª. ed., São Paulo, Globo, 2008.

⁴³ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo. Teoria e História*. Rio de Janeiro, EPSJV-UFRJ, 2010, p. 321.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 321.

mencionadas a respeito do robustecimento da sociedade civil. O que era novo, e nos interessa mais de perto, era a montagem de equipamentos institucionais cada vez mais eficientes de práticas de hegemonia dirigidas para os subalternos, já visíveis na conjuntura anterior ao golpe de 64, revigorados a partir do ocaso da ditadura mas que alcançam a plenitude nos anos posteriores à derrota eleitoral de Lula em 1989. O apassivamento passaria assim a dispor de novos e eficazes mecanismos de hegemonia, ao lado do indispensável arsenal repressivo. Fontes observa mais de perto a proliferação das ONGs e sua atuação em posições a partir das quais interferem de modo poderoso nas lutas de classes. Os resultados a que chegou, para além do que revelam sobre seu objeto, sublinham a necessidade de avançar na investigação de outras frentes em que a ampliação do Estado passou a envolver, necessariamente, a classe trabalhadora. Emerge aqui o problema do transformismo, fenômeno que Gramsci via como fortemente associado às revoluções passivas.

Um dos efeitos do transformismo, aliás, foi esterilizar, nos círculos de esquerda, a discussão sobre a revolução passiva e sua espada de Dâmocles sobre a democracia no Brasil. A despeito do prestígio do autor entre intelectuais de esquerda, as persistentes reservas de Florestan Fernandes quanto às chances reais de uma “revolução dentro da ordem” foram olímpicamente ignoradas nos debates de caráter programático que acompanharam a trajetória ascendente do PT rumo a Brasília e depois, quando se tratava de avaliar os governos petistas. Soavam mais alto as trombetas que anunciavam a felicidade que viria com a expansão de direitos que, além de tudo, haveriam de ser alcançados sem deslocar de suas posições os grupos sociais dominantes. Quem disse que é preciso quebrar ovos para fazer omeletes? Quando veio o governo Lula os argumentos ganharam reforço: política de renda mínima, facilidades para aquisição de casa própria, aumento do poder de compra do salário mínimo, ampliação do acesso de grupos subalternos à universidade e outros trunfos exibidos contra o pessimismo: era possível avançar, dentro da ordem, rumo a um futuro com mais igualdade e justiça.

Aqui não é o lugar para desmontar esses argumentos, mas não custa lembrar que o golpe de 2016 e o que veio depois mostrou o abismo existente entre as fragilidades genéticas da democracia burguesa realmente existente e as crenças que embasavam o projeto petista. As vitórias obtidas pelo reformismo (cuja importância real para os segmentos beneficiados não pode ser negligenciada) ocultaram, por algum tempo, as rachaduras e o desenraizamento não apenas de instituições, mas de práticas e da cultura democrática. E mais uma vez pudemos observar a resposta das classes dominantes quando, num contexto de crise econômica, passaram a exigir a liquidação, em seu proveito, de tudo o que comprometia, mesmo que em frações microscópicas, o gasto público e a renda nacional com as tímidas políticas de bem estar. *A esquerda do capital*, que lhe prestara valiosos serviços no governo, se tornara um obstáculo a ser removido, ao menos para este momento. São questões ainda por ser desenvolvidas.

Nosso próximo passo aqui vai por outro caminho: na direção de recolher e examinar intervenções feitas por intelectuais de esquerda a respeito de um dos territórios da sociedade civil em que a presença da classe trabalhadora é substantiva: os movimentos sociais. Graças aos esforços de um conjunto significativo de intelectuais, este tema conquistou seu espaço nas bibliotecas de Ciências Humanas e no debate público. Mais do que meros textos nas estantes, tais intervenções operam na definição de significados e objetivos, ou seja, incidem como fatores relevantes na direção política dos próprios movimentos protagonizados, naquelas trincheiras da sociedade civil, por trabalhadores. Seus escritos, que

recorrem com frequência ao adjetivo “novo” para traçar o que consideram uma diferença marcante, abrem questão sobre a própria natureza do objeto a que se referem.

É na fronteira, nem sempre nítida, entre os terrenos da sociedade civil e do pensamento social acadêmico, que está posicionada a produção intelectual sobre os chamados novos movimentos sociais (NMS). Seus agentes são aqui denominados os *intelectuais dos novos movimentos sociais*. Um dos aspectos a considerar é como algumas formas assumidas pelas lutas sociais proporcionaram a emergência e a consolidação da problemática dos chamados novos movimentos sociais em algum momento entre os anos 70 e 80. A consolidação da problemática e do seu corpo conceitual específico, por sua vez, articula-se intimamente com a construção de um campo de atuação para profissionais das ciências humanas, a maioria professores universitários. Estas questões, algumas das quais já foram postas de algum modo por outros pesquisadores, ultrapassam as possibilidades deste texto, que se dedica a algo bem mais modesto: pretendemos apenas lançar algumas hipóteses sobre a atuação daqueles intelectuais em operações hegemônicas que incidem decisivamente nos espaços da sociedade civil preenchidos por segmentos mobilizados das classes trabalhadoras.

A denominação empregada – *intelectuais dos movimentos sociais* – é bastante imprecisa, mas a escolha pode ser justificada. A expressão permite identificar o grupo de intelectuais que privilegiou a temática dos novos movimentos sociais e que é responsável pela decantação da forma hoje predominante de compreensão do fenômeno. Por outro lado, estamos nos reportando a um conjunto específico de intelectuais que, em sua maioria, se relacionam organicamente com os movimentos sociais que eles tematizam – neste sentido, são intelectuais *desses* movimentos. Há, decerto, muita diversidade nas abordagens desenvolvidas por eles, mas há certos pontos de confluência em suas obras que são suficientes para identificar uma matriz teórica comum.

As reflexões desenvolvidas aqui dizem respeito a um *corpus* que julgamos ser capaz de documentar a matriz teórica compartilhada pelos autores que selecionamos em razão de os considerarmos representativos do conjunto.⁴⁵ Certamente esta seleção não cobre todas as abordagens dos NMS, talvez nem mesmo a maior parte. É, no entanto, suficiente para configurar as linhas mestras do quadro conceitual predominante dentro do qual o tema vem sendo tratado. O que escapa destes parâmetros são, de fato, vozes dissonantes e minoritárias, independente de sua melhor ou pior capacidade de interpretação.

A vinculação orgânica destes intelectuais com os movimentos a respeito dos quais eles escrevem é uma das dimensões cruciais a serem observadas. Em razão desses laços orgânicos, o impacto do produto do seu trabalho vai muito além do alcance normal das teses e artigos científicos, que atingem um público quase sempre restrito aos circuitos universitários. Atuando no interior mesmo dos movimentos, sobretudo junto a dirigentes e equipes de assessores, estes intelectuais estão em condição de influenciar

⁴⁵ O *corpus* é constituído das seguintes obras: ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.) *Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte, UFMG, 2000; BURITY, Joanildo A. (org.) *Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002; FONTES, Breno A. S. M. (org.) *Movimentos Sociais: produção e reprodução de sentido*. Recife, UFPE, 1999; GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. 2^a. ed., S. Paulo, Loyola, 2000; LARANJEIRA, Sônia (org.) *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. S. Paulo, Hucitec, 1990; ROSSIAUD, Jean e SCHERER-WARREN, Ilse. *A Democratização Inacabável*. Petrópolis, Vozes, 2000; SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.) *Uma Revolução no Cotidiano?* S. Paulo, Brasiliense, 1987; SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 2^a. ed. S. Paulo, Loyola, 1996.

decisivamente nos processos pelos quais os agentes históricos – os militantes dos movimentos – atribuem sentido a suas ações coletivas efetivas. Trata-se de uma atividade de caráter estratégico, na medida em que interfere ao nível da práxis dos movimentos: influi sobre a consciência que os militantes constroem sobre a sua própria prática política. Esta consciência da prática é decisiva para orientar a própria prática, ajuda a definir seus objetivos, seus rumos e ritmos.

Pode-se perceber mais facilmente a importância desta atividade intelectual em situações reais. Pensemos nas lutas populares por melhores condições de moradia e transporte, ou contra a carestia, que se intensificaram nas grandes cidades brasileiras nos anos 70. Aqueles foram confrontos travados por sujeitos na dimensão do consumo, pelo acesso a parcelas da riqueza social que sempre foi distribuída de modo extremamente desigual e perverso. Trata-se de uma situação determinada pelas condições rebaixadas de reprodução da força de trabalho em nosso capitalismo periférico. As análises de Ruy Mauro Marini⁴⁶ são ainda uma referência para esforço de revelar e explicar os fatores de depressão do valor da força de trabalho que operam incessantemente em países dependentes. A luta contra a alta de preços dos alimentos ou pelo direito de morar são formas de luta contra situações de carência que decorrem do próprio modo capitalista de produção, mas que se tornam particularmente intensas no ambiente histórico do capitalismo brasileiro. Seja como for, protagonista dessas lutas específicas, é sempre a classe trabalhadora. Mesmo quando, nos conflitos, os protagonistas não se referem a si mesmos como classe trabalhadora (e sim como moradores de favela ou usuários de trens suburbanos, por exemplo) a objetividade da sua condição de classe é inescapável. Sem a desigualdade histórica de classes tais conflitos pela apropriação da riqueza social nem sequer ocorreriam.

Para os teóricos dos movimentos sociais, no entanto, aquelas não são formas da luta de classes, mas batalhas pela ampliação da cidadania, pelo reconhecimento público do direito de todos a ter direitos.⁴⁷ Um dos principais argumentos levantados pelos analistas que negam a determinação classista dos conflitos é o fato de que eles não se dirigem contra os capitalistas em geral, seus bancos ou empresas, mas sim ao Estado. Segundo esta linha de análise, o objetivo final dos movimentos seria a democratização do Estado e a mudança na natureza de suas relações com a sociedade civil.

A suposição implícita nas análises sobre as virtualidades da cultura política democrática engendrada pelos movimentos sociais é a de que o caráter de classe do Estado deixa de ter importância, tanto na teoria como na prática política.

É a própria noção de estado separado da sociedade que está em cheque aqui, na medida em que o debate público dos interesses da sociedade impede que se conceba, por exemplo, a economia como uma esfera sem sujeito, ou cujo sujeito é totalmente determinado pela lógica capitalista.⁴⁸

⁴⁶ A vitalidade de seu pensamento é visível em trabalhos mais recentes, como o de Fontes (op. cit.) que retoma a problemática de Marini, mesmo buscando ultrapassá-la em certos aspectos.

⁴⁷ Por outro lado, a historiografia marxista inglesa, particularmente as obras de E. P. Thompson e os trabalhos de Eric Hobsbawm sobre o “mundo do trabalho” tem ajudado vários pesquisadores a perceber as múltiplas dimensões da vida social como constitutivas da experiência de classe. É desta perspectiva que, por exemplo, Marcelo Badaró fala em “trabalhar e viver” na cidade como aspectos da experiência de classe. Cf. BADARÓ, Marcelo. *Novos e Velhos Sindicalismos*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

⁴⁸ BAIERLE, Sérgio Gregório. A Explosão da Experiência. Emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. In: ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Op. cit., p. 213.

O conceito gramsciano de *Estado ampliado*, lido de modo no mínimo questionável, é retomado como base para pensar o Estado para além das determinações de classe, vistas como demasiado estreitas. A prioridade é que o Estado legitime e institucionalize os conflitos e, com isso, redefina sua relação com a sociedade. Estes são objetivos que se poderia alcançar com mudanças na cultura política e com a democratização do Estado, sem a necessidade de transformar a base dos conflitos sociais.

A “utopia democrática” consistiria na construção

“entre Estado e sociedade, de arenas públicas que dêem visibilidade aos conflitos e ressonância às demandas sociais, permitindo, no cruzamento das razões e valores que conferem validade aos interesses envolvidos, a construção de parâmetros públicos que reinventam a política no reconhecimento dos direitos como medida de negociação e deliberação de políticas que afetam a vida de todos”.⁴⁹

Evidentemente não há como realizar aqui a extensa crítica que considero necessário fazer sobre essas idéias, inclusive sobre o emprego abusivo da noção de *Estado ampliado*. Limito-me a indicar linhas gerais de contestação, suficientes para prosseguir com meu argumento. É preciso reconhecer que, em sua relação com o Estado, os conflitos sociais podem assumir formas mais complexas, mais mediadas, sem deixar de ser, no entanto, expressão da luta de classes. A questão chave aqui diz respeito ao caráter do Estado. A mera existência do Estado, em qualquer contexto histórico conhecido, indica a presença de algum tipo de dominação de classe. As importantes experiências de ampliação da participação em vários governos de esquerda no século XX, bem como as políticas públicas de distribuição de renda implicaram em alterações significativas da configuração do Estado e das lutas, mas não modificaram sua natureza de classe. Mesmo quando funcionou como arena de conflitos e ainda nos momentos em que apresentou soluções pontuais que foram ao encontro das aspirações das classes subalternas, e mesmo quando se ampliou, o Estado cumpriu, antes de tudo, seu papel de garantir a ordem que não era outra senão a ordem de dominação do capital.⁵⁰

Quaisquer que sejam as suas incongruências, porém, aquelas interpretações das lutas sociais, produzidas e difundidas pelos mencionados intelectuais, tendem a ser apropriadas e reproduzidas pelos próprios agentes dos movimentos sociais. A mais importante consequência da difusão desta forma de consciência é a desorganização política da classe subalterna no contexto da guerra de posição que lhe é imposta pela classe dominante. A única forma de lutar contra a hegemonia burguesa consiste em laborar na construção do poder antagonico ao capital, o que só pode ser realizado mediante a explicitação dos conflitos de classe:

“O que se pode contrapor, por parte de uma classe inovadora, a este complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante? O espírito de cisão, isto é, a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a se ampliar da classe protagonista às classes aliadas potenciais: tudo isso requer um complexo trabalho ideológico, cuja primeira condição

⁴⁹ PAOLI, Maria Célia e TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais. Conflito e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*, op. cit., p. 116.

⁵⁰ Para uma discussão do Estado como uma das “personificações do capital” ver MÉSZAROS, Istvan. *Para Além do Capital*. São Paulo, Boitempo – Campinas, Edunicamp, 2002, especialmente o capítulo II (*A Ordem da Reprodução Sócio-Metabólica do Capital*).

*é o exato conhecimento do campo a ser esvaziado de seu elemento de massa humana*⁵¹

“Espírito de cisão” significa o princípio, simultaneamente teórico e político, da estruturação de uma visão de mundo (“consciência da própria personalidade histórica”) e, conseqüentemente, de um projeto político antagônico à *Weltanschauung* dominante. É com base no “espírito de cisão” que se pode organizar o trabalho contra-hegemônico de “esvaziar” o campo inimigo do “seu elemento de massa humana”, isto é, organizar a luta contra-hegemônica. O apagamento das referências de classe e luta de classes na interpretação das lutas sociais tem, portanto, o efeito de obstaculizar o desenvolvimento da luta contra-hegemônica da classe subalterna.

Os textos do *corpus* compartilham um certo mal-estar com a noção de luta de classes, que em alguns casos evolui para uma crítica aberta com caráter de ruptura. O quadro conceitual marxista, particularmente a centralidade da luta de classes, é abandonado ou obliterado por figuras teóricas apresentadas como mais compatíveis com a novidade histórica encarnada nos NMS. Alguns termos tornam-se categorias centrais neste novo quadro conceitual: cidadania, direitos, democracia, sociedade civil, esfera pública. A forma como vêm sendo empregados estes termos tem tido o efeito de circunscrever a discussão sobre os NMS ao terreno do pensamento liberal. Não por acaso a perspectiva de superação do capitalismo desaparece do horizonte das lutas sociais, tais como são concebidas por estes estudos. Expressões como “transformação social” ou “mudança” passam a designar arranjos novos no interior da ordem do capital.

Os sintomas deste mal-estar com o conceito de luta de classes começaram a ficar mais evidentes na segunda metade dos anos 80. Foi nesta época que começaram a aparecer análises participantes dos chamados “novos movimentos sociais” que, em suas críticas à “esquerda tradicional”, reivindicavam um “novo paradigma” para o pensar e fazer política de esquerda. Tenho em mente os artigos reunidos por Ilse Scherer-Warren e Paulo Krischke em 1986 (publicados em 1987) num livro cuja segunda parte intitula-se “A Revisão dos Paradigmas”.⁵² As críticas diretas ao marxismo que aparecem nos textos ainda são, na maioria das vezes, tímidas e com muitas reticências, como nesta passagem: “Não há dúvida de que o marxismo, principalmente do ponto de vista do seu método (...) continua trazendo sua contribuição para os movimentos sociais contemporâneos, mas perde a sua quase que exclusividade anterior”.⁵³ Conceitos marxistas como *classe* e *alienação* aparecem em vários artigos, embora quase sempre acompanhados de ressalvas. A maioria dos autores, todavia, vê com simpatia o aparecimento das

*“novas correntes (modernidade e nova filosofia), que vêm realizando a crítica ao centralismo burocrático, ao autoritarismo e ao dogmatismo revolucionário presentes nos movimentos sociais tradicionais, contrapondo a estes movimentos novos projetos para a conquista de autonomias individuais e coletivas e que permitam a diversidade”.*⁵⁴

⁵¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 79, grifos meus.

⁵² SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*. Op. cit.

⁵³ SCHERER-WAREEN, Ilse. O Caráter dos Novos Movimentos Sociais. in: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (orgs.) *Uma Revolução no Cotidiano?* Op. cit., p. 38.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 38.

O “novo paradigma” que é esboçado por vários artigos apoia-se nas “novas correntes” para louvar o caráter democrático das “identidades restritas” (não “reduzíveis” a classes) dos movimentos e sua orientação “microrrevolucionária”, voltada para as situações do cotidiano e “menos preocupadas em interagir com o Estado (no campo da política, em sentido amplo)”.⁵⁵ A “revolução no cotidiano” seria a “nova utopia” dos movimentos sociais.

A experiência teórica com diversas variantes das “novas correntes” prosseguiu no meio dos intelectuais dos novos movimentos sociais. Um ano depois da publicação desta coletânea, Benjamín Arditi foi convidado para um seminário sobre “Classes e Movimentos Sociais na América Latina” em Porto Alegre. Sua contribuição, depois publicada juntamente com os textos dos demais expositores, era uma defesa da “condição pós-marxista” na discussão sobre o socialismo. Ele aplica a abordagem estruturalista desenvolvida por Thomas Kuhn sobre a crise dos paradigmas científicos para afirmar que o “paradigma marxista” teria sido quebrado pela democratização do Estado no século XX e pela ativação de novos espaços sociais e políticos com os quais o marxismo não conseguiria lidar. O socialismo “pós-marxista” teria que ser radicalmente democrático, teria que reconhecer a excentricidade e a pluralidade constitutivas do social e teria que apresentar-se como *ethos* e projeto político e “não como promessa messiânica de redenção universal”.⁵⁶

“O socialismo atual deve abandonar todo anelo por um saber verdadeiro e onicompreensivo, vício da vertente ‘mórbida’ do racionalismo da Ilustração, que pretendia submeter o real – pela força, se necessário – a um modelo totalizador alimentado por uma obsessão por encontrar uma ordem e um sentido definitivo para a História, o Ser e a Sociedade.”⁵⁷

Posteriormente, o foco dos intelectuais dos movimentos sociais se deslocou das questões de identidade e epistemológicas para o terreno da democracia e da construção de uma nova esfera pública na América Latina, apresentadas como novidades históricas. Os movimentos sociais passaram a ser considerados como produtores do *novo* na medida em que fundam uma *nova contratualidade* social baseada no reconhecimento recíproco entre sujeitos portadores de direitos. No contexto latino-americano, marcado pela persistência das várias formas de *autoritarismo social*, esta seria uma importante novidade.⁵⁸ O próprio Estado teria se redimensionado, passando a acolher a diversidade de conflitos que flui da sociedade civil. Ter-se-iam alterado os termos da relação entre Estado e Sociedade Civil: experiências de participação e representação teriam promovido a incessante democratização do Estado e a sedimentação de uma nova cultura política, democrática. A partir destas premissas é possível, inclusive,

⁵⁵ SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. Apresentação. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (orgs.) *Uma Revolução no Cotidiano?* Op. cit., p. 7. Nos anos 90 a “interação com o Estado” passou à frente na escala de prioridades dos movimentos, o que ambos os autores reconhecem em obras posteriores.

⁵⁶ ARDITI, Benjamín. Discutir o Socialismo – A Condição Pós-Marxista. In: LARANJEIRA, Sônia (org.) *Classes e Movimentos Sociais...* op. cit., p. 303.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 306.

⁵⁸ Ver PAOLI, Maria Célia e TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais. Conflito e negociações no Brasil contemporâneo. Op. cit. e DAGNINO, Evelina. A Transformação nos Discursos e Práticas na Esquerda Latino-Americana. In: ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura Política...* op. cit.

sustentar que não houve refluxo dos movimentos nos anos 90. Houve, sim, um processo de institucionalização (ONGs e conselhos, participação no Estado) e a criação de redes plurais.⁵⁹

É preciso reconhecer que a construção histórica da modalidade democrática de dominação burguesa foi, de fato, uma novidade para a América Latina. A partir dos anos 80 estabeleceu-se um período de relativa estabilidade institucional que, para países como o Brasil, foi o mais longo da sua história republicana. Que os movimentos dos grupos subalternos sejam agentes históricos cruciais para a construção da ordem democrática, isto não é surpreendente em face da própria história do movimento operário no ocidente. Aspectos fundamentais incorporados à democracia burguesa, como a liberdade de organização e expressão e o sufrágio universal, foram objetivos permanentes da luta dos trabalhadores durante muitas décadas, em vários países, e na América Latina não foi diferente.

O que os mencionados autores perdem de vista, no entanto, é que, a despeito das mudanças nas formas políticas e institucionais, a dominação de classe permaneceu, no fundamental, inalterada. Recusando-se a pensar a problemática da exploração e dominação de classe, estes autores tendem a superestimar o caráter inovador das formas da prática política em construção na América Latina.

Por outro lado, o que é apresentado como novidade teórica (necessária para lidar com a novidade histórica) é, de fato, uma velharia liberal. O que está na base de conceitos como nova cidadania, nova esfera pública, invenção de direitos ou da democracia são os mesmos pressupostos da concepção procedimental, isto é, liberal de democracia. Pensada como procedimento, pura forma, a democracia “está sim aberta a todos os possíveis conteúdos”, segundo Bobbio.⁶⁰ Diante destes possíveis conteúdos a democracia seria neutra, desde que eles estejam comprometidos com o respeito às regras do jogo democrático. Para assegurar a formação das decisões que obrigam a todos, a democracia deve estar aparatada de normas para o processamento de conflitos. Ora, a condição lógica para que este mecanismo processador de conflitos produza decisões que obriguem a todos é que todos se reconheçam como iguais perante a democracia. Ao tomar como formalmente iguais aqueles que são objetivamente desiguais, esta concepção de democracia assume um dos postulados fundamentais do liberalismo e da visão burguesa de mundo.

A valorização e a legitimação dos conflitos, se postulada a partir da perspectiva liberal, corresponde ao estabelecimento de equivalência entre os pólos conflitantes (igualdade formal). Este pressuposto, no limite, obrigaria o movimento operário a reconhecer como legítima a posição do seu oponente, e a renunciar à luta pela eliminação do conflito de classes. É certo que, historicamente, o movimento operário sempre lutou para assegurar o direito de expressar publicamente os conflitos com o capital. No entanto, se a interdição da expressão política do conflito entre o capital e o trabalho foi alvo constante da contestação operária, a premissa da legitimação dos conflitos e seu modelo de processamento democrático, em sua concepção liberal, aniquila o projeto de extinção da burguesia como classe, e das classes em geral. Ou seja: se é verdade que a luta de classes possui requerimentos democráticos, trata-se, porém, de uma concepção não-liberal de democracia.

⁵⁹ Cf. BAIERLE, Sérgio Gregório. *A Explosão da Experiência...* op. cit.

⁶⁰ BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 12.

A acomodação aos limites estruturais do capitalismo é a marca permanente do pensamento burguês, mesmo quando se apresenta como “de esquerda” ou socialista. Esta condição define as semelhanças de base entre o programa dos *socialistas burgueses* criticados pelo *Manifesto* em 1848 e as implicações políticas das teses sobre os NMS. Sobre ambos se pode dizer que pretendem “remediar os custos sociais para garantir a continuidade da sociedade burguesa”. Ambos têm em comum a forma burguesa de realismo que consiste em “conceber o mundo em que [a burguesia] domina como o melhor dos mundos possíveis”. Por isso quando convidam o proletariado a “dirigir-se completamente a uma nova Jerusalém social, de fato o convida a permanecer na sociedade atual, eliminando, porém, seu ódio contra a burguesia”.⁶¹ O socialismo burguês não deixa de falar em mudança nas condições materiais de existência, assim como os intelectuais dos NMS não param de apontar as virtualidades mudancistas da luta por direitos na nova esfera pública. Mas é facilmente verificável que dentre essas mudanças não figura a

*“abolição das relações burguesas de produção, que só pode ser realizada pela revolução, mas reformas administrativas, fundamentadas na existência dessas relações; tais reformas, portanto, não afetam as relações entre o capital e o trabalho, mas, na melhor das hipóteses, diminuem os custos da burguesia”.*⁶²

As classes subalternas não foram ainda capazes de derrotar o processo de dominação – e isto se deve, em parte, a que não se propuseram/propõem este objetivo. Um problema, portanto, de direção política das lutas, precisamente o terreno em que operam os intelectuais dos novos movimentos sociais. Da definição do sentido e da direção das lutas da classe trabalhadora depende, hoje como no século XIX, o destino histórico da humanidade. Lutar por um rumo socialista para as lutas implica, portanto, em fazer a crítica das interpretações burguesas e dos projetos políticos de que elas são portadoras.

⁶¹ MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. In: LASKI, Harold J. *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. 3a. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 119.

⁶² *Idem*, *ibidem*, p. 119-20.

MESAS COORDENADAS

MESA 01: O ESTADO AMPLIADO: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA

Coordenadora: Sonia Regina de Mendonça (PPGH/UFF)

A Mesa objetiva discutir a possibilidade de operacionalizar conceitos elaborados por Antonio Gramsci na realização da pesquisa histórica. Para tanto, será privilegiada a noção de Estado Ampliado, aqui tomada, igualmente, como uma ferramenta metodológica, capaz de figurar como eixo norteador de investigações realizadas por historiadores em distintos estudos de caso. Para tanto, serão apresentados trabalhos elaborados a partir dessas premissas e que se debruçam, como um todo, sobre aspectos diferenciados do mundo agrário e/ou agroindustrial, com ênfase especial para a temática da representação de interesses, quer das classes dominantes, quer de frações das classes subalternas. Serão analisados diferentes aparelhos privados de hegemonia a partir dos quais realizou-se a organização de vontades coletivas, bem como as estratégias por eles adotadas no sentido de inserirem, junto ao Estado restrito, alguns de seus intelectuais orgânicos, visando verificar: 1) os mecanismos de construção desses sujeitos coletivos; 2) as modalidades de construção da hegemonia encetadas por essas entidades da sociedade civil; 3) em que medida esse processo neutralizou potenciais conflitos intraclasse (dominante e dominada), homogeneizando o(s) projeto(s) definido como hegemônico; 4) as estratégias adotadas pelos aparelhos privados de hegemonia analisados para inscrever seus interesses específicos junto à sociedade política, nela ingerindo no sentido de influenciar na definição de políticas públicas. Face ao exposto serão apresentados estudos sobre agremiações tais como: a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB); a Confederação Nacional de Agricultura (CNA); a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), a Sociedade Rural do Oeste do Paraná e, finalmente, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

CONGRESSOS BRASILEIROS DE AGRONEGÓCIO: ORQUESTRANDO O CONSENSO

Sonia Regina de Mendonça (PPGH/UFF)

Resumo: Baseado na documentação produzida pelos Congressos Brasileiros do Agronegócio (CBAs), anualmente patrocinados pela ABAG - sobretudo seus Anais -, o trabalho discute como tais eventos podem ser considerados, além de espaços de construção das redes de sociabilidade entre agricultura, indústria e capital financeiro, como instrumentos destinados a “educar” o consenso em torno das propostas e ideias-força emanadas da Associação Brasileira do Agronegócio. Levando em conta que, tanto a organização dos Congressos – que têm seus temários previamente definidos nos Fóruns ABAG de cunho trimestral –, quanto sua realização, mobilizam intelectuais orgânicos do setor, da academia, além de porta-vozes dos mais distintos agentes das sociedades civil e política, creio possível estabelecer que as práticas, estratégias e argumentos político-ideológico-culturais apresentados durante os CBAs têm, na repetição permanente, papel central para a afirmação hegemônica da ABAG como partido do Agronegócio. Mais que isso, eles contam com aquilo que Antonio Gramsci sinaliza como essencial para essa tarefa: o caráter pedagógico inerente à consolidação do consenso. Sob tal ótica e seguindo o filósofo italiano, a Educação extrapola sua dimensão escolar - formal e formalista - constituindo-se em noção estruturante da hegemonia intra e inter classes sociais.

APRESENTAÇÃO

Ao discutir a relação entre *Sociedade Civil* e *Sociedade Política*, traduzida na noção de *Estado Ampliado*, Gramsci teoriza sobre aspectos fundamentais do processo de construção/consolidação da direção de uma classe ou fração dela, abrindo caminho para a elaboração de instrumentos de análise que permitem investigar como os intelectuais orgânicos das frações dominantes da burguesia agroindustrial, comercial e financeira operam as atividades e processos correlatos à Agricultura derivados do chamado “Sistema” Abag, incumbido de institucionalizar seus interesses e organizar a vontade coletiva dos agentes/ setores a ele agremiados.

A Abag (Associação Brasileira de Agribusiness, renomeada como do Agronegócio) surgiu em 1993, sob a presidência do ex-diretor da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Ney Bittencourt de Araújo, também dirigente da SRB e legitimado por uma trajetória compatível⁶³ com o perfil dessa que se autonomearia uma “*corporação agrária de novo tipo*” Bittencourt deu continuidade ao legado de Roberto Rodrigues⁶⁴ – ex-presidente da OCB e idealizador da Abag - encarregado de levar à prática a consagração desta última como força social hegemônica.

⁶³ Mineiro; agrônomo; diretor das empresas Sementes Agrocere S/A; Sementes Hortícolas S/A e Agrocere Importação, Exportação, Comércio e Indústria S/A era também dirigente da SRB e presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes e Mudas (Abrasem).

⁶⁴ Roberto Rodrigues é paulista, *agropecuário e produtor de soja, cana, laranja em São Paulo e Minas; é empresário rural em São Paulo, Paraná e no Maranhão*. Foi diretor da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo; da Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo; da SNA, da SRB, além de Presidente da OCB (1985-91). É professor do

A fundação da Abag pode ser explicada como uma reação de empresários agroindustriais ao que consideravam uma “incompetência” das agências estatais no enfrentamento da crise econômica brasileira em geral e agrícola, em particular. A “miopia” por eles atribuída ao Estado respondera pela estagnação das atividades agroindustriais, impondo-se, agora, a “transferência”, para as corporações de classe, da responsabilidade pela busca de soluções para o problema. Afinal, nas palavras de Araújo, “o Agribusiness brasileiro existe e já está consolidado desde a década de 1970. Ele é o maior negócio do país, representa quase 40% do PIB, metade dos empregos, 46% do dispêndio das famílias, 40% das exportações e 60% da balança comercial” (ARAÚJO & PINAZZA, 1993, p. 2).

Dentre as tarefas atribuídas à Abag, considerando sua visão de mundo e sua “missão”, Araújo destaca duas delas. A **primeira** era “(...) conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do país – os políticos, os empresários, os sindicatos, os acadêmicos, os líderes de comunicação – para a importância e a complexidade do sistema do agribusiness” (ARAÚJO, 1993a, p. 8). Já a **segunda**, seria apoiar o planejamento do referido *Sistema* e divulgar seu funcionamento, já que o *desconhecimento* do público era tido como principal fator de entrave. Assim, explicita-se o papel de um verdadeiro Aparelho Privado de Hegemonia/Partido e, como tal, a Abag assumiria função histórica efetiva. Cabe lembrar que se tratava de uma conjuntura em que as distintas frações da classe dominante agroindustrial brasileira atravessavam *severa crise de representação política*, a qual, alimentando as disputas intraburguesas, inviabilizava o *consenso interno* necessário à ação política. A Abag representou a superação dessa crise. Restava construir sua hegemonia junto a todos os segmentos integrados ao Agronegócio.

Para tanto, focalizo neste texto um dos vários instrumentos dessa construção⁶⁵: os **Congressos Brasileiros do Agronegócio** (CBAs), anualmente realizados pela Abag e inaugurados em fins da presidência de Roberto Rodrigues em 2002. Partindo dos Fóruns, realizados a cada dois ou três meses, durante um “café da manhã” oferecido a participantes “seletos”, onde eram discutidas questões

Departamento de Economia Rural da Unesp-Jaboticabal e Coordenador do Centro de Agronegócios da FGV/Eesp. Participa dos conselhos do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee), da Associação Comercial de São Paulo e do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar). É Conselheiro da Fundação de Estudos Agrários "Luiz de Queiroz" (Fealq), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV) e da *Fundação Bunge*. Foi *presidente da ABAG* e participa de vários conselhos ligados ao Agronegócio no Brasil. Presidiu Organização das Cooperativas Americanas (OCA) e a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Exerceu função de assessor em vários órgãos como a EMBRAPA, *International Food and Agribusiness Management Association* (Lama), *World Wide Fund for Nature* (WWF), Pensa e Iedi. Recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico do Governo Federal (2002). Participou ainda dos Conselhos de inúmeras entidades patronais, tendo representado a Agricultura em importantes agências do Estado restrito. *É membro eleito do Fórum de Líderes Nacionais e do Fórum de Líderes Mercosul da Gazeta Mercantil*. Foi Ministro da Agricultura no primeiro governo Lula.

⁶⁵ Dentre os integrantes do “sistema” Abag cito, além dos CBAs, o ARES, o ICONE, o Pensa, a revista *Panorama Rural*, e os Fóruns Abag.

relacionadas à construção do entrosamento necessário ao *Sistema*, os CBAs tinham seus temários aí definidos (LACERDA, 1992).

Os CBAs: EDUCANDO O CONSENSO.

Os Congressos consistem em eventos onde a nata dos dirigentes de agremiações e empresas vinculadas ao Agronegócio debate questões de interesse comum às distintas frações burguesas a ele imbricadas, definindo caminhos a serem seguidos por todos mas, especialmente, pelo Estado restrito. A organização dos encontros primava por evitar manifestações do dissenso e tensões existentes entre as “cadeias produtivas”, decorrentes da variedade dos interesses presentes. A estratégia adotada para consolidar a unidade do discurso/ação coletivos consistiria em abordar temas caros à maioria, construindo, dessa forma, o consenso intraclasse e consolidando a hegemonia abaguiana. Tratava-se, em suma, de atividades dotadas de **forte cunho pedagógico**, destinadas a **educar o consenso** e apaziguar conflitos intersetoriais (BRUNO, 2009, p. 45).

Vale lembrar que, para Gramsci, o papel de centro educativo não se restringia à Escola tão somente, estendendo-se, igualmente, a inúmeras práticas que ultrapassavam seus muros, como, por exemplo, as revistas enciclopédicas. Indo mais além, afirma o filósofo:

“Os **congressos** (...) que foram organizados repetidamente (...) tiveram uma dupla eficácia: 1) **reunir intelectuais do nível mais elevados**, concentrando-os e multiplicando sua influência; 2) **obter uma concentração mais rápida e uma orientação mais decidida nos intelectuais de níveis inferiores** (...)” (GRAMSCI, 2002, v. 5, p. 99, grifos meus).

Ou seja, como o destacam Martins e Neves, os congressos são, simultaneamente, instancias formadoras de intelectuais e de disseminação de concepções de mundo. Ademais, o **caráter educador dos congressos**, pode ser ampliado para a edição de livros e periódicos e para os **congressos de associações profissionais** (MARTINS & NEVES, 2010, p. 33, grifo meu). Ora, este é o caso dos CBAs. O Quadro I, a seguir, fornece dados que subsidiam tal afirmativa.

QUADRO 1 - CONGRESSOS BRASILEIROS DE AGRONEGÓCIO

3º CBA	2004	TEMÁRIO: CRIANDO VANTAGENS COMPETITIVAS
Abertura		- Carlo Lovatelli - Pres. ABAG (*); Pres. Câmara Setor. Oleaginosas e Biodiesel (**) - Leonardo Vilela - Dep. Federal (**) e Pres. Comiss. Agric, Pec, Abast da Câmara Deputados (**) - José Alencar Gomes da Silva - Pres. da República em Exercício (**)

X Simpósio Estado e Poder: Estado Ampliado (ISBN 978-85-63735-28-7)

	- Cláudio Lembo - Vice-Gov. SP (**)		
	PAINEL 1 - COMPETITIVIDADE		
	Presidente	Expositor	Debatedores
	- Ricardo A. da Conceição - Vice-Pres. Agroneg. BB (§)	- Antonio Ermírio de Moraes - Pres. Gpo. Votorantim; Pres. Emérito da FIESP (*); CEAL (*); Fórum Legisl. Desenv. Econ. Sustent (**)	- Yoshiaki Nakano - Dir. Esc. Economia FGV- SP (***) - Omar Silva Jr - Pres. ANUT (*) - Elza Brito Cunha (Assess. Câmara Dep (**); EMBRAPA (**))
	PAINEL 2 - SANIDADE E SEUS IMPACTOS GLOBAIS		
	Presidente	Moderador	Debatedores
	João Sampaio Filho - Pres. SRB (*); Secret. Agr. SP (**)	- Duarte Nogueira – Ex-Secret. Agr SP (**)	- Alysson Paulinelli - Consult. Listen Local System (#) - José Roberto Postali Parra - Dir. ESALQ (***) - André Pessôa - Dir. Agroconsult (#)
	PALESTRA 1– PLAYERS DO FUTURO NO AGRONEGÓCIO		
	Presidente	Palestrante	
	- Cristiano Walter Simon – Pres. Andef (*); Vice-Pres. ABAG (*); Pres. Câmara Tem. Insumos Agropec/MAPA (**); Consel, Agroneg. /MAPA (**)	- José Roberto Mendonça de Barros - Sócio-Dir. MB Associados (#)	
	PAINEL 3 - AGRICULTURA ENERGÉTICA – MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO		
	Presidente	Moderador	Debatedores
	- Márcio Lopes de Freitas - Pres. OCB (*); Membro do Cons. Des. Econ. Soc. – CDES (**)	- Antonio Mendes Thame - Dep. Federal (**)	- Marco Antonio Fujihara - Dir. Pricewaterhouse Coopers (#) - Luiz Carlos Corrêa Carvalho - Dir. ABAG (*); Usina Alto Alegre; Consel. FIESP (*); Pres. Câmara Set. Cadeia Prod. Açúcar e Álcool/MAPA (**) - José Zilio - Dir. Tecnol. & Inovação Bunge Alimentos; Câmara Setor. Soja/SP (**)
	PAINEL 4 – NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS: PRIORIDADES E POSICIONAMENTO		
	Presidente	Expositor	
	- Cesar Borges de Sousa - Vice-pres. Caramuru Alimentos; Dir. ABAG (*)	- Eduardo Pereira de Carvalho - Pres. ÚNICA	

X Simpósio Estado e Poder: Estado Ampliado (ISBN 978-85-63735-28-7)

		PALESTRA 2 – CRIANDO VANTAGENS COMPETITIVAS	
		Presidente	Palestrante
		- Renato Diniz Junqueira - Vice-pres. BM&F Bovespa (\$)	- Roberto Rodrigues - Ex-Min. Agric. (**); Pres. Honra ABAG (*); Dir. GV-Agro (***)
		ENCERRAMENTO – Carlo Lovatelli - Pres. ABAG (*)	
8º CBA	2009	TEMÁRIO – AGRONEGÓCIO É SUSTENTABILIDADE: CRISE E OPORTUNIDADES	
Abertura		Participantes	
		- Carlo Lovatelli - Pres. ABAG (*); Pres. Câmara Setor. Oleaginosas Biodiesel (**) - Xico Graziano - Secret. Meio Ambiente SP (**) - Duarte Nogueira - Dep. Federal (**); Pres.Comis. Agric., Pec., Abast e Desenv. Rural da Câmara Deputados (**) - Gilberto Goellner – Senador (**) - José Gerardo Fontelles - Min. Interino MAPA (**) - João Sampaio Fº - Secret. Agr. SP (**) - Armando Meziat - Secret. MDIC (**) - Luís Carlos Guedes Pinto -Vice-pres. Agron. BB (\$) - Roberto Rodrigues - Coord. GV-Agro (***)	
		PAINEL 1 – LIÇÕES DA CRISE E VISÃO MUNDIAL	
		Apresentação	Palestrante
		- Luís Carlos Guedes Pinto - Vice-pres. Agron. BB (\$)	- Armínio Fraga - Gávea Investimentos (\$)
		MESA REDONDA 1 – LIÇÕES DA CRISE E VISÃO BRASIL	
		Âncora	Debatedores
		- Márcio Lopes de Freitas - Pres. OCB (*); Membro Cons. Des. Econ. Soc. – CDES (**)	- Kátia Abreu - Pres. CNA (*) - Armando Monteiro - Pres. CNI (*) - Alexandre Figliolino - Dir. Itaú BBA (\$)
		PAINEL 2 – QUESTÕES-CHAVE PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	
		Âncora	- Palestrante
		- Ingo Ploger - Pres. Conselho Empresarial da América Latina (*)	- Delfim Neto – Economista (***)
		MESA REDONDA 2 - QUESTÕES-CHAVE PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	
		Âncora	Debatedores
		- Luiz Carlos Corrêa Carvalho - Vice-Pres. ABAG (*); Dir. ABAG	- Ricardo Guimarães - Pres. Thymus Branding (#)

X Simpósio Estado e Poder: Estado Ampliado (ISBN 978-85-63735-28-7)

	(*)	Consel. FIESP (*); Usina Alto Alegre; Pres. Câmara Açúcar e Álcool (**)	- Denis Rosenfeld - Docente UFRGS (***)
			- Roberto Rodrigues - Coord. GVAgro (***)
PAINEL 3 – MERCADO E SOLUÇÕES			
	Mensagem Vice-Pres. Republica		Âncora
	Palestrante		
	- José Alencar G. da Silva - Vice-Pres. Republica (**)	- Cristiano Walter Simon - Vice-pres. ABAG (*); Pres. ANDEF (*); Câmara Setor. Meio Ambiente (**)	- Josué Gomes da Silva - Pres. Coteminas
MESA REDONDA 3 – MERCADO E SOLUÇÕES			
	Âncora		Participantes
	- William Waack – Jornalista (§)		- Marcos Azambuja -Vice-Pres. CEBRI (*)
			- Daniel Vargas - Min. Secretaria de Assuntos Estratégicos (**)
			- Blairo Maggi - Gov. MT (**); Consel. Aprosoja-BR (*); Grupo André Maggi
13º CBA	2014	TEMÁRIO – AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: VALORIZAÇÃO E PROTAGONISMO	
Abertura	- Luiz Carlos Corrêa Carvalho - Vice-Pres. e Dir. ABAG (*); Consel. FIESP (*); Usina Alto Alegre; Pres. Câmara Setor. Açúcar e Álcool (**)		
	- Neri Geller - Min. Agricult. (**); Vice-pres. APROSOJA-MT (*)		
	- Geraldo Alckmin - Gov. SP (**)		
PALESTRA INAUGURAL			
	Coordenador		Palestrante
	- Luiz Carlos Heinze - Pres. Frente Parlamentar Agric. da Câmara (**)		- Samuel Pessoa – Economista (§)
PAINEL 1- AGRONEGÓCIOS E AS NOVAS MÍDIAS			
	Moderador		Debatedores
	- Heródoto Barbeiro – Jornalista (§)		- Rodrigo Mesquita - Jornalista (§)
			- Demi Getschko – Prof. PUC-SP (***)
			- Elizabeth Saad Corrêa - Profª ECA-USP (***)
PAINEL 2 – O AGRONEGÓCIO E A SOCIEDADE			
	Moderador	Expositores	Debatedores
	- William Waack – Jornalista (§)	- José Luiz Tejon Megido –ESPM (§) - Victor Trujillo – IPESO (§)	- Christian Lohbauer - Cientista Político (***) - Bolívar Lamounier - Cientista Político (***)
PAINEL 3 – O AGRONEGÓCIO E OS PRESIDENCIÁVEIS			
	Moderador	Candidatos	Debatedores

	<p>- William Waack – Jornalista (§)</p>	<p>- Aécio Neves - PSDB - Dilma Rousseff - Repr. pelo vice Michel Temer - Eduardo Campos - PSB, representado por Maurício Rands, PT-PE)</p>	<p>- Xico Graziano - Repres. PSDB; Assessor. FHC (**); Ex- <i>Secr. Meio Ambiente SP</i> (**) - Maurício Rands - Repres. PSB; Dep. Federal(**); OEA (*) - Odacir Klein - Rrepres PT; Dir. BB (§); Pres. BRDE (§); Câm. Setor. Milho e Sorgo (**); Pres. <i>FECOAGRO</i> (*) - Roberto Rodrigues - Coord. GV Agro (**); Pres. Honra ABAG (*)</p>
<p>FONTES: Anais 3º, 8º e 13º CBAs</p>			
<p>LEGENDAS – Dirigente Aparelho de Hegemonia (*); Membro Estado Restrito (**); Academia (***); Firmas de Consultoria (#); Capital Financeiro (§); Jornalista (§)</p>			

Três aspectos se destacam do Quadro 1: **1) os temas** destinados a lastrear a hegemonia intraclasse dominante (**Vantagens Competitivas; Agronegócio é Sustentabilidade** e, finalmente, **Agronegócio Brasileiro: Valorização e Protagonismo**);

2) o perfil dos convidados/ participantes, que incluía deste intelectuais orgânicos da própria Abag, até os “intelectuais menores” a que alude Gramsci – como no caso dos dirigentes de entidades ligadas à Abag e outros APHs do setor

3) a participação regular de autoridades destacadas do Estado restrito, denotando o quanto os Congressos tinham como interlocutores privilegiados agentes-chave do “mundo do governo”.

O primeiro aspecto citado, revela os eixos da própria atuação da Abag, preocupada em justificar-se, num primeiro momento, em nome da necessidade de abertura de mercados externos para a produção brasileira, passando, em seguida, a partir do 8º CBA, a defender a temática da Sustentabilidade, ela mesma tornada um grande negócio e, em período mais recente (13º CBA), uma inserção ainda mais incisiva junto ao Estado restrito, a ponto de imiscuir-se no processo político-eleitoral. Em síntese, a ação da ABAG como porta-voz do Agronegócio quer como nomenclatura, projeto identitário ou mesmo leque de práticas político-ideológicas-culturais unificadoras de grupos dominantes, não poderia prescindir da **repetição permanente** de certos argumentos enunciados por seus dirigentes. Não por acaso, Gramsci aponta que a construção da hegemonia de uma classe ou fração dela, tem na repetição de suas ideias-força sua principal estratégia (GRAMSCI, 2001, v. 1, pp. 24-25).

No caso do **perfil de convidados e participantes**, destacam-se questões significativas, dentre elas:

a) a constante presença de Ministros - como os da Agricultura José Fontelles em 2009 e Neri Geller em 214) ou mesmo do vice-presidente da República José Alencar em 2004, além de Governadores

– como Claudio Lembo –SP, Blairo Maggi – MT em 2009 e Geraldo Alckmin, SP em 2014, sem falara nos Secretários estaduais

b) a forte participação de presidentes das demais entidades patronais vinculadas ao Agronegócio e à própria Abag como seus Presidentes Carlo Lovatelli (2004 e 2009) e Luiz Carlos Correa de Carvalho (2014) e seu Vice-presidente Cristiano Walter Simon (2009) e os dirigentes máximos da SRB - João Sampaio Fº em 2004; da OCB - Márcio Lopes de Freitas (2004 e 2009), da CNA - Kária Abreu em 2009; da CNI - Armando Monteiro em 2009; da Andef - Cristiano Walter Simon e Neri Geller – que, além de Ministro da Agricultura, presidia a poderosa APROSOJA (2014).

c) a crescente financeirização do Agronegócio, demonstrada pela presença de porta-vozes do capital financeiro como Renato Diniz Junqueira - Vice-presidente da BM&F em 2004; Ricardo A. da Conceição (2004) e Luís Carlos Guedes Pinto (2009) - Vice-presidentes do Banco do Brasil e Odacir Klein que, além de Presidente do Banco do Brasil, Presidia o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE, em 2014; isso sem deixar de lado o Diretor do Itaú BBA, Alexandre Figliolino (2009) e Armínio Fraga da Gávea Investimentos (2009);

*d) a progressiva **Participação de Jornalistas** de renome nacional, na qualidade de “Âncoras” junto a Painéis, Mesas Redondas e Debates (dentre eles William Waack; Heródoto Barbeiro, Rodrigo Mesquita);*

*e) o convite a ilustres representantes da **Academia** que emprestavam legitimidade “científica” aos Congressos, tais como José Postali Parra - diretor da ESALQ; Yoshiaki Nakano - diretor da Escola de Economia da FGV- SP; Delfim Neto - Economista; Denis Rosenfield - Docente da UFRGS; [Demi Getschko - Professor da PUC-SP](#); [Elizabeth Saad Corrêa - Docente da ECA-USP](#); José Luiz Tejon Megido da ESPM e, por fim, os cientistas políticos Bolívar Lamounier e Christian Lohbauer.*

Finalmente, cabe destacar o convite regular a **Secretários Estaduais de Agricultura**, como Duarte Nogueira (2004 e 2009); João Sampaio Fº (2004 e 2009) e de **Meio Ambiente** como Xico Graziano (2009 e 2014); **Dirigentes da Embrapa** como Elza Brito Cunha (2004), além de Parlamentares como os Deputados Federais Leonardo Vilela (2004), Antonio Mendes Thame (2004), Duarte Nogueira (2009) e o **Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária na Câmara dos Deputados**, Luiz Carlos Heinze (2014).

Vale, ainda, mencionar o extenso **leque de patrocinadores** dos CBAs, englobando desde grandes empresas setoriais multinacionais como a Bayer Cropscience e a Bunge Alimentos & Fertilizantes, além de aparelhos de hegemonia ligados ao “Sistema Abag” como a Abimaq, a Anfavea, a Vale do Rio Doce,

dentre dezenas de outros. Igualmente agências da Sociedade Política deram suporte à realização desses eventos, destacando-se a **Secretaria de Agricultura de São Paulo** e o **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**.

COMENTÁRIOS FINAIS

Diante do até aqui apresentado, não é difícil perceber o forte papel pedagógico desempenhado pelos Congressos Brasileiros do Agronegócio da Abag que, não apenas **educavam o consenso** em torno da “inevitabilidade” do setor como solução para a economia e política brasileiras, como também reuniam intelectuais orgânicos “do nível mais elevado”, como sinaliza Gramsci, concentrando-os e multiplicando sua influência. Ou seja, o Agronegócio, seus agentes e seu órgão de representação máxima, a ABAG, se autoproclamam detentores de importância ímpar para o país, tentando obnubilar qualquer outra possibilidade de alternativa histórica para seu futuro já que, somente por seu intermédio, o Brasil poderá vir a tornar-se um país do “primeiro mundo”, mesmo que todo este processo tenha reconduzido o país a seu antigo *status* de agroexportador.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ABAG. *Anais do 3º Congresso Brasileiro do Agronegócio*. São Paulo: Abag, 2004.
_____. *Anais do 8º Congresso Brasileiro do Agronegócio*. São Paulo: Abag, 2009.
_____. *Anais do 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio*. São Paulo: Abag, 2014.
ARAÚJO, Ney B. & PINAZZA, Luiz Antonio. *Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness*. São Paulo: Globo, 1993.
BRUNO, Regina. *Um Brasil Ambivalente*. Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X/Seropédica: EDUR, 2009.
GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 5, 2002.
_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2001.
NEVES, Lucia W; MARTINS, André. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, Lucia W (org.). *Direita para o Social e Esquerda para o Capital*. São Paulo: Xamã, 2010
PANORAMA RURAL. 2003, 2009, 2013

SITES

- www.agrolink.com.br/noticias/agrishow-2014, acesso em 20.08.2017.
<http://www.agrishow.com.br/pt/a-feira>, acesso em 16.12.2016
<http://www.agrishow.com.br/pt/a-feira>, acesso em 16.12.2016

O ESTADO AMPLIADO E A EXPERIÊNCIA DE PESQUISA: o estudo das organizações de representação de empresários e proprietários rurais durante a redemocratização brasileira (1985-1991).

Afonso Henrique de M. Fernandes⁶⁶

Resumo: O presente trabalho visa discutir e apresentar de que forma o conceito de Estado ampliado de Antonio Gramsci contribuiu como ferramenta teórico-metodológica para o estudo das organizações de representação de empresários e proprietários rurais entre 1985-1991. Colocando em foco a experiência política da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), objeto de estudo da dissertação de mestrado do autor do presente artigo, buscaremos, em primeiro lugar, apresentar os principais debates e conceitos que conformaram a ideia de Estado Ampliado em Gramsci, para, na sequência, apontar de que maneira tais conceitos contribuíram para o entendimento da experiência política representada pela chamada “Frente Ampla”. Poderemos concluir então que o referido instrumental teórico-metodológico contribuiu com dois aspectos fundamentais. Além de nos permitir refletir sobre nosso objeto a partir de uma perspectiva histórica, o conceito de Estado Ampliado, nos permitiu compreender o significado da experiência política da FAAB como um importante aparelho privado de hegemonia de dinâmicas frações agroindustriais das classes dominantes agrárias brasileiras durante a transição política da ditadura militar para o atual regime político democrático-liberal.

Introdução:

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o instrumental teórico-metodológico ofertado pelo conceito de Estado Ampliado de Antonio Gramsci e, a partir daí, apresentar de que maneira foi possível aplicar sua teoria na análise empírica e na redação da síntese final de minha dissertação de mestrado, intitulada “A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira: Transição Política e Classes Dominantes Agrárias na Nova República (1986-1991)”, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRRJ). Neste sentido, antes de mais nada, vale uma breve apresentação da pesquisa e de sua problemática.

Em meio à mobilização patronal rural contra o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República e as lutas pela democratização da propriedade da terra intensificadas a partir de 1985, e face à proximidade com a instalação de um Congresso Constituinte em 1987, a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) foi articulada como uma iniciativa política que reuniu importantes

⁶⁶ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF); afonsomenezes@gmail.com

entidades de representação de interesses dos grandes proprietários de terras e empresários rurais e agroindustriais. Anunciada a partir do lançamento de um manifesto público, no dia 17 de Junho de 1986, a FAAB buscou apresentar e defender as principais reivindicações do setor, que estavam centradas na defesa da propriedade da terra e das políticas de incentivo à grande produção agropecuária (FERNANDES, 2018).

O principal objetivo da também chamada “Frente Ampla” foi se construir enquanto articulação de um conjunto abrangente de forças políticas do patronato rural para intervir no processo Constituinte e disputar as políticas públicas em favor de seus interesses. Com base em um diagnóstico que apontava o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico para a agricultura e de crise das estruturas de representação formal, em especial da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Frente Ampla buscou reunir setores estratégicos da produção agrícola, ligados às cadeias agroindustriais e, principalmente, representados por uma aliança entre o cooperativismo empresarial da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a chapa de oposição sindical da CNA. Outra importante entidade que participou da FAAB, porém com menor peso político e econômico, foi a tradicional e pioneira Sociedade Nacional da Agricultura (SNA).

Em torno deste núcleo central foram se organizando uma diversidade considerável de associações e entidades dos mais diferentes tipos e características, como: sindicatos, interesses setoriais e por produto, representação das cadeias industriais e financeiras associadas à agricultura, além de fóruns acadêmicos e regionais do patronato rural. Dessa maneira, a FAAB foi composta a partir da articulação de quarenta importantes organizações de interesse da “agropecuária brasileira” que representavam diferentes setores da economia envolvidos nas grandes cadeias de produção e comercialização do meio rural brasileiro, buscando centralizar a direção política deste conjunto de interesses (FERNANDES, 2018).

Neste sentido, o objetivo da presente pesquisa foi o de compreender a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira como um dos principais espaços de organização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária brasileira para intervir no processo Constituinte da Nova República, defendendo o monopólio da propriedade da terra e os privilégios sobre as políticas públicas para a agricultura. Após consolidarem sua integração econômica e produtiva com a modernização conservadora, importantes dirigentes patronais apresentaram, através da Frente Ampla, a necessidade de integrar politicamente as suas diversas formas de multi-representação, procurando constituir um novo campo de forças no interior das classes dominantes agrárias onde se propunha estabelecer uma renovação da sua direção política a partir da construção de um programa e um discurso próprio.

Assim, a presente dissertação, buscando analisar o contexto das transformações na representação de interesses das classes dominantes, procurou jogar luz sobre o perfil da composição política que conformou a FAAB, bem como sobre a natureza de seu programa político e econômico em torno do qual as diferentes entidades de representação se reuniram. Com isso, visamos reconstituir as mais relevantes estratégias e frentes de atuação adotadas no sentido de consolidar seus dirigentes como principais porta-vozes do patronato rural naquele período e de defender a sua agenda de reivindicações frente às dificuldades econômicas do país e ao processo de debates sobre a nova Constituição (FERNANDES, 2018)..

A partir desta problemática, portanto, o desenvolvimento de nossa pesquisa encontrou no instrumental teórico-metodológico de Gramsci (2000) as ferramentas necessárias para a compreensão não apenas da formação da FAAB como aparelho privado de hegemonia das frações mais dinâmicas das classes dominantes agrárias brasileiras, mas também como expressão das diferentes relações de forças estabelecidas entre empresários e proprietários rurais, as diferentes instituições estatais e o conjunto da sociedade civil. Para tanto, buscaremos em seguida apresentar os principais debates e conceitos que conformaram a ideia de Estado Ampliado em Gramsci, para, na sequência, apontar de que maneira tais conceitos contribuíram para o entendimento da experiência política representada pela FAAB.

O Estado ampliado como referencial teórico-metodológico:

Sendo as relações entre as classes e os diversos grupos sociais com as instituições de caráter estatal, bem como os resultados práticos destas relações em um dado contexto histórico, as questões centrais que guiaram nossa pesquisa sobre a FAAB, a definição de uma compreensão específica do Estado e do seu lugar na sociedade se mostrou determinante para o trabalho de análise do material empírico e para redação de sua síntese final. Dessa maneira, foi na busca pela compreensão dos significados da iniciativa política da Frente Ampla para a organização de interesses das diferentes frações de proprietários e empresários rurais que o conceito de Estado Ampliado se mostrou adequado para o entendimento das diferentes relações sociais e processos históricos que constituíram a experiência da organização da FAAB na transição política verificada no país durante o seu período de funcionamento, entre 1986 e 1991.

Neste sentido, para definir o conceito de Estado de Gramsci é preciso, em primeiro lugar, ressaltar que o autor constrói seu edifício teórico e conceitual a partir de uma dupla crítica. De um lado, o marxista italiano busca aprofundar os fundamentos filosóficos da crítica da Economia política realizada

por Marx (1986) ao pensamento liberal. Assim, dialogando diretamente com o que chama de filosofia da práxis, Gramsci (2000) busca a todo momento desenvolver a crítica ao liberalismo, questionando os seus principais fundamentos teóricos e, por consequência, expondo os principais limites e contradições da concepção liberal do Estado. De outro lado, o autor realiza uma crítica a alguns marxistas – classificados por ele como economicistas – por apresentarem uma leitura demasiadamente mecanicista dos escritos de Marx, o que, em sua avaliação, aproximava estes setores das próprias teorias liberais que estes diziam tanto criticar.

Com isso, o filósofo italiano defendeu tanto a superação da visão de Estado predominante no liberalismo, que tendia a entendê-lo como um sujeito onisciente, quanto a superação da interpretação economicista de Marx que consagrou o Estado como um objeto a serviço das classes dominantes. Para tanto, buscou desenvolver e aprofundar os principais fundamentos da concepção marxiana sobre o Estado e suas relações com o conjunto dos indivíduos e grupos sociais organizados na sociedade, encontrando nos conceitos de estrutura e superestrutura, as chaves interpretativas que justamente apontaram para a necessidade de, sem abandonar a análise das determinações das transformações estruturais em um dado modo de produção, compreender de que maneira elas refletem, determinam e são determinadas pelo campo da política, da cultura e da ideologia, produzindo transformações também nas suas superestruturas. Ou seja, de que maneira a posição de cada indivíduo ou grupo social na estrutura econômica da sociedade estabelece uma relação de influência mútua com as formas com que estes se organizam no plano das superestruturas.

A partir desta compreensão, Gramsci (2000) se debruçou sobre as superestruturas da sociedade ocidental e moderna nas primeiras décadas do século XX e, além de jogar luz para as necessidades de estudar tais dimensões da sociedade capitalista, identificou o par conceitual e analítico que é fundante da sua própria concepção de Estado. Assim, o autor resgatou as noções de sociedade civil e sociedade política presentes em Marx conferindo um novo destaque para a existência destes dois campos da sociedade, demonstrando como estes se encontram em permanente relação, integrando-se um no outro e constituindo em si uma totalidade: a totalidade do Estado Ampliado como superestrutura fundamental da sociedade.

Reafirmando a sociedade política como lugar do conjunto de instituições estatais formais e legais, ou seja, como representante mais próximo das compreensões mais “estreitas” de Estado-Objeto ou Estado-Sujeito difundidas pelo liberalismo e pelo economicismo marxista, Gramsci (2000) confere ainda mais destaque para a natureza e o papel da sociedade civil, bem como de sua relação com a sociedade

política. O autor busca “ampliar” as concepções de Estado mais correntes, alargando seus horizontes analíticos e compreendendo o Estado como uma relação conformada pela configuração das diversas forças sociais inscritas seja na sociedade política, seja na sociedade civil. Assim, considera que, a partir desta perspectiva, é possível posicionar-se de forma mais coerente com os pressupostos da filosofia da práxis, compreendendo as correlações existentes entre o plano econômico das estruturas e o plano “ético-político” das superestruturas (GRAMSCI, 2000).

Segundo o autor, portanto, “as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna”, ou seja, um sistema defensivo em que os setores dominantes na sociedade reproduzem suas posições de poder, mesmo quando perdem o controle imediato do “comitê executivo” enunciado por Marx. Deste modo, a sociedade civil no mundo contemporâneo teria se tornado “uma estrutura muito complexa e resistente a ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.)” (GRAMSCI, 2000, p. 73).

Da mesma maneira, é especialmente no âmbito da sociedade civil em que as forças de resistência aos interesses dominantes se expressam, conduzindo movimentos contrários aos mesmos e, por consequência, produzindo compromissos e pactos mínimos, que limitam o poder político dos dominantes, ainda que sem atingir o núcleo central de seus interesses. A este respeito, vale recuperar a reflexão realizada pelo autor a respeito da necessidade de se construir um equilíbrio de compromisso que seja base de sustentação da hegemonia a ser exercida pelas classes e frações de classes dominantes na sociedade:

O fato da hegemonia pressupõem indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se conforme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2000, p. 48).

Neste sentido, o exercício da hegemonia, entendida como predomínio de uma determinada concepção de mundo que é projetada, difundida e parcialmente imposta para os setores subalternos pelas frações mais dinâmicas do capital, pressupõem a organização das vontades coletivas em programas políticos que objetivamente, ou seja, através da prática e da ação política, reproduzam em favor dos setores hegemônicos a correlação de forças existentes na sociedade política (Estado restrito) e na sociedade civil. Ao mesmo tempo, as constantes transformações do equilíbrio de forças existente em um dado momento histórico, dependem diretamente da capacidade de formação e organização das próprias vontades coletivas contra-hegemônicas.

Portanto, através das noções de sociedade civil e sociedade política como elementos constitutivos do Estado ampliado, Gramsci (2000) desenvolveu uma dupla perspectiva para caracterizar o conjunto de relações sociais que, a partir daí, podem ser analisadas como elementos que estão, de forma orgânica e dialética, interligados, influenciando uns aos outros, ainda que de maneira desigual e a depender de sua conjuntura histórica. Neste sentido, o autor mobiliza outros conceitos para a compreensão da dupla perspectiva existente no Estado ampliado, se utilizando da metáfora do centauro para definir os diferentes graus em que ela se apresenta:

Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquela universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc (GRAMSCI, 2000, p. 33).

Portanto, é na interface entre o consenso e a coerção que as relações sociais de poder se desenvolvem simultaneamente, na sociedade civil e na sociedade política. Enquanto que na primeira predomina a produção de consenso em torno do projeto ou programa hegemônico – concepção de mundo – sem deixar de ser também espaço de coerção e violência, ainda que simbólica, pela manutenção da ordem dominante; No segundo, consenso e coerção são reproduzidos organicamente, definindo suas respectivas intensidades e importâncias conforme as relações de forças estabelecidas em um dado momento em determinada sociedade.

Com isso, a concepção de Estado ampliado, além de conceber uma noção que torna a ideia de Estado mais abrangente, indo além de um simples conjunto monolítico de instituições e indivíduos à parte do conjunto das classes e frações de classe da sociedade, permite explorar um dos núcleos centrais das preocupações de Gramsci (2000), que se tornaram um dos diferenciais de suas análises sobre as relações de poder: as diferentes formas com que, especialmente no esforço de construção do consenso em torno de seus projetos, as classes e frações de classes dominantes se organizam na sociedade civil a fim de estabelecer sua direção moral e intelectual e inscrever seus projetos na materialidade do Estado restrito. Para tanto, o autor define os partidos genericamente como aparelhos privados de hegemonia que, na sua diversidade organizativa, tática e estratégica se constituem como espaços de formulação de seus próprios programas e disputa da correlação de forças com os demais partidos da sociedade civil, sejam eles representantes de frações de classe concorrentes, sejam eles representantes das diferentes forças contra-hegemônicas existentes.

Pondo “em movimento a fantasia artística de quem se quer convencer” e dando “uma forma mais concreta às paixões políticas”, nas palavras de Gramsci, o processo de formação das vontades coletivas, ou seja, a constituição dos diferentes partidos políticos de uma determinada sociedade civil, torna-se de grande valia para a compreensão de sua própria formação social. É por esta razão, que o autor é amplamente considerado um importante interlocutor para se pensar as relações políticas, ideológicas e culturais existentes nas sociedades contemporâneas. Neste sentido, em sua perspectiva, o partido político seria “a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”, consolidando-se como veículo por excelência de condução de seus respectivos projetos de hegemonia (GRAMSCI, 2000, p. 14).

Dessa maneira, valorizando a perspectiva marxiana que confere centralidade às distintas determinações históricas que conformam as sociedades em geral, criticando o naturalismo que predomina na matriz liberal de Estado e reafirmando o caráter essencialmente histórico e social do comportamento humano, Gramsci legou um método de análise histórico que desde as particularidades existentes na história singular de um partido nos permite compreender também a totalidade das estruturas e superestruturas de uma sociedade, visto que o estudo do primeiro, pressupõem a consideração da diversidade de historicidades existentes em cada formação social específica, partindo da composição social específica da vontade coletiva que representa e ampliando para a caracterização do meio social (e histórico) no qual o partido se encontra inserido. A este respeito, o autor apresenta a seguinte argumentação:

Evidentemente será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, frequentemente, também com interferências internacionais) é que se resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido político significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque, um seu aspecto característico (GRAMSCI, 2000, p. 87).

Assim, o autor, consagrou uma importante metodologia teórico-metodológico para compreender de que maneira as diferentes classes e frações de classe da sociedade se organizam e atuam nas superestruturas da sociedade civil e do Estado restrito. Sem desconsiderar as determinações estruturais da economia, Gramsci (2000) se apoia na perspectiva histórica que a filosofia da práxis legou para a análise das sociedades humanas, para, a partir das considerações de todas as dimensões econômicas sociais, políticas ideológicas e culturais, ou seja, a partir da totalidade histórica que conforma determinada sociedade, compreender os seus diferentes grupos sociais tanto no âmbito da prática política como na

vida estatal, bem como seus respectivos papéis históricos. É na integralidade representada pela concepção de Estado ampliado que se expressa a necessária perspectiva da totalidade histórica, conformando assim numa rica ferramenta teórica e metodológica para a pesquisa histórica.

O Estudo da Frente Ampla e o Estado Ampliado:

O diálogo com a teoria de Gramsci (2000) sobre o Estado Ampliado para estudar a formação e atuação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, contribuiu, portanto, em dois eixos fundamentais para a estruturação da pesquisa. Em primeiro lugar, a partir de sua dupla crítica ao liberalismo e ao economicismo marxista, o autor nos apontou para a importância da constante busca pela apreensão da totalidade histórica a partir da consideração das suas diferentes dimensões econômicas, políticas, ideológicas e culturais. Aprofundando o rico método marxiano do materialismo histórico e dialético, Gramsci (2000) coloca a pesquisa histórica abrangente do todo social como elemento fundamental para a compreensão das relações de forças estabelecidas em uma determinada sociedade em um determinado período histórico. Em segundo lugar, ao tomar como núcleo central de sua análise a formação das diferentes vontades coletivas da sociedade moderna, o marxista italiano aponta outros importantes passos para a compreensão de sua formação social e de sua prática política.

Assim, a presente pesquisa sobre a FAAB desenvolveu-se em diálogo com o instrumental teórico-metodológico contido nestes dois eixos fundamentais, permitindo a estruturação da dissertação a partir das seguintes questões e temáticas. No primeiro capítulo, buscando reconstituir o chão histórico em que a Frente Ampla foi formada, buscamos estabelecer as relações existentes entre transformações ocorridas tanto no âmbito das estruturas econômicas nacionais como de suas superestruturas. Desta maneira, a associação entre as profundas transformações do mundo rural durante a ditadura militar brasileira, em grande medida marcadas pelos processos de modernização conservadora⁶⁷ e expansão da fronteira agrícola, e a transição política⁶⁸ rumo a uma abertura política do regime autoritário, bem como o surgimento de novos atores sociais a partir destes dois processos, foi um exercício fundamental para que pudéssemos dar conta, ainda que parcialmente, das múltiplas determinações históricas presentes na

⁶⁷ Sobre o processo de modernização da agricultura ver: DELGADO, 1985; GRAZIANO DA SILVA, 1982; 1991; BRUNO, 1997; PALMEIRA E LEITE, 1998; MARTINS, 2011.

⁶⁸ Sobre transição política ver: FERNANDES, 1985; DREIFUSS, 1989; MARINI, 1991; MARTINS, 2011.

conformação da FAAB como um aparelho privado de hegemonia estratégico para as classes dominantes agrárias durante a Nova República, com destaque para as frações agroindustriais.

Para além de compreender os impactos econômicos e sociais da modernização conservadora da agropecuária sobre as classes rurais e seus respectivos interesses e formas de organização, a compreensão das mudanças nas relações de forças políticas existentes no campo ao longo dos anos 1970 e 1980, foi fundamental para situar a Frente Ampla tanto em relação às representações das diferentes classes e frações de classes da sociedade civil brasileira, como em relação à sociedade política da época. Neste sentido, o reconhecido alargamento da sociedade civil, que se desenvolveu no processo de desmonte do aparato coercitivo da ditadura militar com a proliferação de uma miríade de novas formas de organização, atingiu diretamente as principais entidades que haviam protagonizado a representação política do conjunto das classes dominantes agrárias brasileiras nas últimas duas décadas.

Deste modo, ao produzir uma crise de representação que atingiu os mais diversos âmbitos da sociedade civil brasileira, este alargamento, atingiu em cheio as organizações de representação do patronato rural. Considerando este processo, o diálogo com Gramsci também nos permitiu compreender e dimensionar as crises de representação em momentos em que as formas de dominação se encontram mais ou menos ameaçadas. A este respeito, o autor faz a seguinte afirmação:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. (GRAMSCI, 2000, p. 60).

Nesta perspectiva, analisando o contexto histórico do final da ditadura militar e as consequências da modernização conservadora do campo para a organização de interesses de suas diferentes classes e frações de classe, foi possível perceber, especialmente no diálogo com Dreifuss (1990), que identifica isso de forma genérica no campo da direita nacional, e com Graziano da Silva (1991), que destaca o descolamento das bases sociais das classes dominantes agrárias brasileiras e suas formas de representação, especialmente no que se refere ao protagonismo sindical da Confederação Nacional da Agricultura. A partir do não reconhecimento da direção política que estava estabelecida na CNA há duas décadas e em face da incapacidade das demais associações organizadas em nível nacional de assumirem a liderança política do conjunto das classes dominantes agrárias brasileiras, em meados dos anos 1980, uma

serie de iniciativas foram adotadas no sentido de construir novas representações e novas formas de agir, com o reposicionamento de velhas lideranças e a emergência de novas gerações políticas⁶⁹.

Feito este esforço de compreender as grandes transformações políticas e econômicas da ditadura militar brasileira, bem como de seu impacto sobre o conjunto das classes sociais rurais do país, a análise propriamente dita do processo de organização da Frente Ampla buscou, a partir do conceito gramsciano de aparelhos privados de hegemonia, caracterizar esta iniciativa política impulsionada por uma aliança de dirigentes e entidades de grandes empresários e proprietários rurais. Segundo o filósofo italiano, a história de um partido expressa, simultaneamente, a história de um país e a história do grupo social a que representa. Desta maneira, após um primeiro esforço de análise das grandes transformações pelo qual passou o Brasil durante toda a década de 1980, no capítulo dois, buscamos compreender o seu processo de formação, as sua composição política e social e o seu programa fundamental.

Neste sentido, pudemos apresentar a forma com que dirigentes como Roberto Rodrigues da OCB, Flavio Teles de Menezes da SRB e Allysson Paulinelli, atuando na CNA, buscaram agregar as diferentes forças políticas que expressavam a nova realidade econômica e representativa do conjunto das classes dominantes agrárias brasileiras. Além de contarem com importantes apoios no interior da sociedade política, incluindo o então presidente da república José Sarney, os setores que se organizaram na FAAB buscaram se apresentar, em meio ao processo de transição política da Constituinte, como interlocutores privilegiados das frações mais dinâmicas e modernas da “agropecuária brasileira”. Mais que caracterizar sua direção política, através da leitura das trajetórias históricas de suas principais lideranças e organizações, buscamos conferir destaque ao ineditismo de sua composição política, reunindo uma miríade de novas organizações que não só refletiam a pluralidade de interesses existentes ao longo de toda a cadeia produtiva agroindustrial, como foram importantes atores na construção da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) que foi fundada, alguns anos a frente, em 1993.

Finalmente, ainda no capítulo dois, também buscamos caracterizar o programa político apresentado pela FAAB na sua carta de princípios. Reivindicando os principais pressupostos do liberalismo, a Frente Ampla, embora defenda a busca por um equilíbrio ideal entre liberdade individual e igualdade social, ao tratar da propriedade privada da terra, coloca em oposição estes dois ideais, reafirmando o caráter absoluto da propriedade privada da terra como fruto direto da livre iniciativa. Ou

⁶⁹ Sobre a crise de representação e transformações nas organizações do patronato rural na Nova República ver: DREIFUSS, 1989; GRAZIANO DA SILVA, 1991; BRUNO, 1997; 2009; MENDONÇA, 2010.

seja, através de sua carta de princípios, a FAAB defendia a inviolabilidade da propriedade da terra como resultado legítimo e inquestionável do exercício da liberdade individual. Assim, mesmo que seus dirigentes em repetidas ocasiões não tenham se mostrado abertamente contrários à Reforma Agrária, esquivando-se de um tema tão espinhoso junto à opinião pública, a posição sobre a questão agrária apresentada no programa da Frente Ampla se colocava frontalmente em choque com a ideia de uma política de redistribuição fundiária como medida estrutural de combate à desigualdade social no Brasil. No que toca às políticas agrícolas, para além da proposição de uma lei agrícola, que visava ampliar os espaços de interferência na formulação e execução das políticas agrícolas, as contradições entre a defesa do livre mercado associado de intensas mobilizações em torno de crédito subsidiado e preços mínimos é o traço mais marcante do programa da FAAB, constituindo-se numa das suas principais pautas de reivindicação contra o Plano Cruzado do governo Sarney.

Nos dois últimos capítulos, três e quatro, buscamos desenvolver a forma com que as representações da FAAB conduziram sua ação política, tanto na disputa por espaço e influência na sociedade civil, quanto na interlocução com atores e instituições da sociedade política, procurando inscrever seu programa e seus representantes na materialidade do Estado restrito. A construção e participação em amplas mobilizações de produtores rurais, a ocupação de espaços na grande mídia nacional, a articulação de uma bancada parlamentar, as negociações junto ao executivo e ao legislativo, bem como a proposição de legislações e emendas que garantissem seu espaço na cena política nacional e a defesa de seus principais interesses econômicos, marcaram a atuação política das lideranças políticas organizadas na Frente Ampla. Nestes processos, além de compreender o relacionamento de seus dirigentes com a sociedade política, destacou-se também os conflitos relacionados às demais forças da sociedade civil – fossem elas frações das classes dominantes, fossem elas representações das forças contra-hegemônicas da sociedade.

Assim, no capítulo três, nos dedicamos a reconstituir o processo de fundação da FAAB em meio à oposição generalizada dos setores patronais ao congelamento de preços do Plano Cruzado. Em longa queda de braço pública com o governo ao longo de praticamente todo ano de 1986, os setores organizados na Frente Ampla, no princípio de 1987, em fevereiro, concomitante à instalação dos trabalhos da Constituinte, se lançou na construção de uma manifestação massiva em Brasília que, além de clamar pela defesa da propriedade da terra, buscava subir o grau de pressão política por mudanças na política econômica e nos mecanismos de financiamento da agricultura.

Finalmente, no capítulo quatro, procuramos apresentar e refletir sobre a atuação da Frente Ampla no processo da Constituinte, indicando as principais iniciativas, pautas e estratégias políticas levadas a cabo durante os debates de interesse do patronato rural brasileiro. Portanto, além de procurar eleger e articular a Frente Parlamentar da Agricultura, as principais lideranças da FAAB participaram como expositores nas audiências públicas promovidas pela Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, apresentando sua unanimidade em relação à defesa absoluta da propriedade da terra e propondo a aprovação de uma lei agrícola que buscava favorecer a participação e autonomia de seus representantes para influir sobre os processos de formulação, definição e execução das políticas agrícolas.

Dessa maneira, partindo sempre da perspectiva histórica – e suas múltiplas determinações econômicas, sociais, políticas, ideológicas e culturais – reivindicada pelo pensamento marxiano e profundamente valorizada pelo pensamento de Gramsci, bem como a partir do instrumental teórico-metodológico que a concepção gramsciana de Estado ampliado particularmente nos oferece, nossa pesquisa sobre a FAAB buscou apresentar os múltiplos aspectos que constituíram a sua organização, bem como os resultados objetivos de sua prática concreta ao longo do período delimitado pela pesquisa, entre os anos de 1986 e 1991.

Por esta razão, através deste referencial teórico, estruturamos nossa dissertação buscando abordar múltiplas dimensões da experiência histórica representada pela Frente Ampla, tais como: a compreensão do seu contexto histórico, o estudo de sua composição social a partir do histórico de suas organizações, de seus dirigentes e das articulações políticas que lhe precederam; o caráter de seu programa político; suas táticas políticas e relações de força nos diferentes espaços da sociedade civil e sociedade política e em relação aos seus diferentes atores e as políticas públicas e representantes que foram inscritas no aparelho de Estado restrito. Com isso, esperamos ter abrangido o máximo possível que as possibilidades concretas da atividade de pesquisa nos permitiu no sentido de apreender a totalidade histórica que representou a conformação e atuação política deste particular aparelho privado de hegemonia de dinâmicas frações da classe dominante agrária brasileira, apreendendo inclusive seu significado para os desdobramentos políticos futuros que levaram à consolidação de uma hegemonia do Agronegócio sobre o mundo rural no Brasil.

Bibliografia:

BRUNO, Regina. Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BRUNO, Regina. O ovo da serpente. Monopólio da Terra e Violência na Nova República. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

BRUNO, Regina. Um Brasil Ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

DELGADO, Guilherme. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone e UNICAMP, 1985.

DREIFUSS, R. O Jogo da direita na Nova República. Petrópolis, Vozes, 1989.

FERNANDES, Afonso Henrique de Menezes. A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira: Transição Política e Classes Dominantes Agrárias (1986-1991). 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GRAMSCI, A. “Breves notas sobre a política de Maquiavel”. In Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luis Sérgio Henriques (orgs) Cadernos do Cárcere, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. “Introdução ao estudo da filosofia”. In Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luis Sérgio Henriques (orgs) Cadernos do Cárcere, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. A Modernização dolorosa: a estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia. Campinas, XXIX Congresso Brasileiro de Economia Rural Anais da Saber, 1991. MACIEL, David. De Sarney a Collor: Reformas Políticas, Democratização e Crise. São Paulo: Alameda/Goiania: Funape, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Brasil: Da Ditadura à Democracia (1964-1990). In: <http://www.marini-escritos.unam.mx/>, 1991.

MARTINS, José de Souza. A Política do Brasil – Lumpém e Místico. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, Karl. O Manifesto Comunista. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2010.

MENDONÇA, Sonia. A Classe Dominante Agrária: natureza e comportamento (1964-1990). São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010.

MENDONÇA, Sonia. O Patronato Rural Brasileiro na Atualidade: dois estudos de caso, 2008.

MENDONÇA, Sonia. A Construção de uma Nova Hegemonia Patronal Rural: O caso das Organizações das Cooperativas Brasileiras, 2006.

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio Pereira. Debates econômicos. Processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. In: Costa, L. F. e Santos, R. (orgs.), Política e reforma agrária, Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

A SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ: O PARTIDO DA FRAÇÃO AGROPECUARISTA DA CLASSE DOMINANTE NO OESTE DO PARANÁ.

Irene Spies Adamy⁷⁰

Resumo: O presente trabalho é a apresentação do estudo realizado sobre a formação e organização política da fração agropecuarista da classe dominante no Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Cascavel e seu entorno, em sua entidade de classe: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná, criada em 1980. Para a realização deste estudo foram fundamentais as contribuições teóricas de Antonio Gramsci e sua compreensão acerca do Estado Ampliado, dos Aparelhos Privados de Hegemonia e do Partido, abrindo uma nova possibilidade de estudo na história regional do Oeste do Paraná. Para compreender o processo de formação e de organização e atuação política da SRO, foi fundamental investigar como os agropecuaristas se organizaram na sociedade civil, disputaram e conseguiram garantir nela sua presença hegemônica e como inscreveram seus projetos de classe junto à sociedade política e aos demais segmentos, classes sociais e organizações da sociedade civil. Além disso, foi importante analisar a sua atuação de liderança contra a reforma agrária e sua vinculação à UDR durante as votações na Assembleia Nacional Constituinte, bem como no enfrentamento às ações de ocupação de terra realizadas pelo MST na região, no início deste século, através da criação do Movimento dos Produtores Rurais. A defesa da propriedade privada, de políticas agrícolas favoráveis e a renegociação de dívidas do setor agrário fizeram parte da pauta das reivindicações dos produtores rurais a partir da década de 1980, e foi assumida pela SRO, assim como a defesa do agronegócio e sua importância para a economia regional e nacional, constituindo-se no que Gramsci apresentou como Partido.

O objetivo deste texto é apresentar uma síntese do estudo realizado e apresentado na dissertação de mestrado onde foi analisado, a partir do referencial teórico gramsciano, o processo de formação de uma fração agrária da classe dominante na região Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Cascavel e seu entorno, bem como a sua organização política em uma de suas entidades de classe, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), a qual representa o setor agropecuarista.

Neste sentido, direcionou-se o estudo acerca do processo de constituição e organização da SRO, para o qual foram consultados documentos oficiais da entidade (Estatuto Social, Atas de Assembleias), matérias publicadas na imprensa, discursos de suas lideranças e de seus representantes (bancada ruralista) em atos públicos, a construção de monumentos, a sua relação com outras entidades de classe, além de entrevistas realizadas com ex-diretores e pessoas a ela vinculadas em diferentes momentos históricos.

O estudo sobre a formação e organização política das classes dominantes, em especial a fração agrária, tem recebido atenção por parte de alguns pesquisadores da história recente do Brasil. Podemos destacar, dentre outros, os amplos estudos realizados por Regina Bruno e Sonia Regina de Mendonça que

⁷⁰ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Área de concentração: Estado, Poder e Práticas Sociais. Linha de pesquisa: Estado e Poder. ireneadamy@hotmail.com

têm se dedicado a desvendar as relações e disputas entre as frações agrárias da classe dominante e o Estado no Brasil.

O caminho da pesquisa iniciou a partir da análise do processo de ocupação da terra no Oeste do Paraná e as especificidades que marcaram a definição da propriedade privada da terra no município de Cascavel e entorno, visto que ali, grandes propriedades rurais foram estabelecidas, enquanto nos demais municípios predominaram as pequenas e médias propriedades. Houve também a preocupação em identificar as entidades de classe que representam o setor agropecuarista, analisar seus instrumentos e ações de luta, os discursos proferidos por seus representantes em eventos ou na imprensa local e regional, voltados à promover o consenso em torno do seu projeto social, econômico, político e cultural (visão de mundo).

O objeto da pesquisa, portanto, foi a organização política da fração agrária da classe dominante no Oeste do Paraná, que fundou, em agosto de 1980, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná. Isto foi possível através da reconstituição da trajetória de formação da entidade, dos objetivos estabelecidos para a Sociedade, de seus quadros dirigentes, de suas formas de organização, de sua retórica e de suas ações junto à sociedade civil e à sociedade política.

Foi analisada também a importância e o significado da Expovel⁷¹ para esta fração de classe, tanto na perspectiva dos negócios e da organização e mobilização política, quanto de seu papel como difusora de um conjunto de valores para os seus e para a sociedade como um todo.

O município de Cascavel está localizado na região Oeste do Estado do Paraná. Conforme dados do IBGE, a sua população estimada para 2018 é de 324.476 habitantes. Deste total, apenas 16.156 ainda vivem no espaço rural.

A sua história recente foi marcada por disputas relacionadas à ocupação, à posse, à grilagem e à legalização da propriedade, bem como ao uso da terra, sendo este tema, o agrário, o principal núcleo da formação histórico-social da sociedade local.

O povoamento efetivo de Cascavel e que marcou sua formação atual, teve início através da “ocupação espontânea”, ocorrida durante a década de 1930, quando chegaram à região alguns colonos descendentes de poloneses oriundos do Estado de Santa Catarina, bem como de “caboclos” oriundos de Guarapuava, localizado na região Centro-Sul do Paraná. Instalando-se em pequenas áreas, derrubaram a mata, abriram posse, fizeram suas roças e fundaram vilarejos como as Colônias Esperança e São João. À

⁷¹ Atualmente a EXPOVEL recebe a denominação de “Exposição Feira Agropecuária, industrial e Comercial de Cascavel”. O evento é organizado pela Sociedade Rural do Oeste do Paraná com apoio e participação de outras entidades locais ligadas à pecuária, ao agronegócio, à indústria e ao comércio.

época, este processo de ocupação facilitava o acesso às terras devolutas ou terras públicas ainda disponíveis na região.

A partir da década de 1940, a ocupação passou a ser realizada por empresas colonizadoras, principalmente aquelas que atuavam no setor madeireiro. Também o Estado (governo federal e estadual) estimulou a vinda de colonos pois havia o interesse de efetivar o povoamento e integrar formalmente a região Oeste ao território nacional. Por isso permitiu a venda ou doação de terras, por vezes sem a devida titulação ou legalidade.

Para criar as condições básicas necessárias à colonização foi criado pelo governo do Estado, o Departamento Administrativo do Oeste (DAO) e, em 1946, a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) e o Departamento de Geografia Terras e Colonização (DGTC).

Ainda a partir da década de 1950, a ocupação de grandes áreas do território do então município de Cascavel foi facilitada pelo fato de as terras serem devolutas. O Estado reconhecia o direito de propriedade, mediante a comprovação de posse feita pelo interessado junto aos órgãos públicos responsáveis. Esta situação por vezes gerava disputas e conflitos entre posseiros e aqueles que apresentavam a titulação de propriedade da terra e os impasses nem sempre se resolviam no âmbito da Justiça e da legalidade.

Portanto, a formação de grandes proprietários rurais em Cascavel teve início com o processo de colonização e com a instalação de empresas de colonização e de exploração de madeira, atraídas principalmente pela abundância de araucárias. Seus proprietários vinham para o Oeste a fim de expandir os negócios desenvolvidos pela família em Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul ou mesmo em Curitiba. Na década de 1950 foram colocadas em atividade diversas serrarias. Estas extraíam a madeira de propriedades adquiridas do governo do Estado, pelas colonizadoras. A extração da madeira era realizada também em áreas ocupadas por particulares, na forma de posse, e que desejavam vê-las “limpas” a fim de poder prepará-las para a produção agropecuária.

A partir do final dos anos 1960 e, principalmente, a partir da década de 1970, o processo de mecanização da agricultura e de introdução de agroindústrias marcou as relações de produção na região Oeste do Paraná. Os fartos créditos públicos financiaram, a juros baixos, essa modernização no país e no Estado do Paraná, pautada, inicialmente, no binômio soja-trigo e depois com a predominância das culturas de soja e milho e as agroindústrias de frangos e suínos.

Sobre a especificidade da estrutura fundiária de Cascavel, não se pode deixar de considerar que um número significativo dos grandes proprietários rurais estende suas propriedades também para

municípios vizinhos⁷², destinadas à pecuária bovina de corte, seja para o desenvolvimento do processo de produção de modo integral ou parcial. Algumas destas propriedades foram estabelecidas no início da colonização dirigida e alguns destes proprietários estenderam sua atuação para outros Estados do país, condição indicativa de seu poder econômico.

Assim, podemos considerar que a formação de uma fração agrário-pecuarista da classe dominante na região Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Cascavel, encontra suas origens e sua consolidação em dois momentos históricos: no processo de privatização legal e ilegal das terras devolutas e na grilagem de terras de posseiros, desencadeado com a colonização ocorrida a partir da segunda metade do século XX, cujo modelo contribuiu para a formação de uma estrutura fundiária marcada por grandes propriedades rurais, e no modelo de modernização da agropecuária, iniciado a partir do final da década de 1960, que dispensou meeiros, arrendatários e assalariados e que acelerou o processo de expropriação de pequenos agricultores, contribuindo para o aumento da concentração da terra na região.

Nas décadas de 1970 e 1980, a região Oeste do Paraná foi inserida no contexto da mecanização da agricultura brasileira, da expansão da pecuária, da formação dos complexos agroindustriais cada vez mais especializados, que marcaram a inserção do campo brasileiro nas relações capitalistas de produção.

Ainda durante a década de 1980, a crise na agricultura e a expansão da pecuária bovina, contribuíram para o aumento da concentração de propriedades. É neste contexto que a classe dos grandes proprietários rurais de Cascavel fundou a Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO).

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná foi constituída, tendo por base, os mesmos princípios que norteavam a Sociedade Rural do Paraná, com sede em Londrina. Entre os seus fundadores estavam Roberto Wipychy e Francisco Sciarra que havia presidido a entidade daquele município, ambos grandes agropecuaristas na região Oeste.

Ao criarem a SRO, os pecuaristas tinham por objetivo dinamizar e viabilizar a expansão da pecuária de corte como alternativa de diversificação da economia regional, marcada pela produção agrícola, principalmente da soja, do trigo e do milho. Vale lembrar que a preocupação em diversificar a atividade econômica no campo, foi apresentada em plena crise da agricultura nacional.

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), desde a sua criação em agosto de 1980, teve efetiva participação em momentos decisivos da história regional, apresentando-se como sujeito

⁷² Alguns foram desmembrados de Cascavel, mas outros são oriundos e/ou se localizam no antigo território Oeste de Laranjeiras do Sul. Tratando-se da localização geográfica, o território da oligarquia cascavelense está no triângulo que forma a grande região Oeste entre os Rios Piquiri e Iguçu.

organizador e articulador dos agropecuaristas em defesa da propriedade privada da terra, do desenvolvimento e expansão da pecuária, da mecanização da agricultura e de políticas agrícolas favoráveis ao desenvolvimento tecnológico. Suas lideranças têm assumido firme posição contrária à reforma agrária, nos moldes reivindicados pelos movimentos sociais de luta pela terra.

A SRO foi fundada em 1980, período de reorganização das relações de poder, que evidenciavam no país e na região, as contradições produzidas por políticas agrícolas que haviam se preocupado apenas, em ampliar o crédito e a produção para o mercado, negligenciando a realização de mudanças que democratizassem a posse e o uso terra, com condições de fazê-la produzir.

A intensificação dos conflitos agrários e o fortalecimento dos movimentos organizados pelos trabalhadores rurais na luta pela democratização do acesso à terra, também marcou a história nacional e regional neste período, inclusive tendo Cascavel como local sede da reunião de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, enquanto movimento de amplitude e articulação nacional, no ano de 1984.

Em nível nacional estava em curso, uma forte disputa entre as diferentes frações de classe ligadas à agricultura, pela hegemonia na condução do que seria a constituição de um empresariado rural, visto que o suposto atraso já teria sido superado com a modernização tecnológica e em 1974, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) iniciava seu caminho de ascensão como entidade que passaria gradativamente, a agregar e representar os diversos segmentos do campo brasileiro.

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná transformou-se a nível regional, a partir de 1980, num importante espaço de organização e ação política desta fração, mais especificamente do setor pecuarista, historicamente marcado pelo seu conservadorismo político.

Ao fundarem a SRO, agropecuaristas da região tinham clareza sobre a necessidade de sua organização em torno de objetivos comuns como a diversificação das atividades produtivas, a melhoria genética, a adequação aos padrões de sanidade e manejo exigidos, além de viabilizar espaços para a comercialização do rebanho. Mas estavam conscientes, também, do papel fundamentalmente político que a entidade passaria a desenvolver, tornando-se o espaço de reunião, organização e mobilização dos mesmos em torno dos seus interesses e necessidades.

Tinham entre seus objetivos, conforme consta em seu Estatuto Social de fundação, a realização de manifestos e reivindicações, através de visitas e por escrito, junto ao poder público e às autoridades do Estado ou do País, a fim de defender os direitos, interesses e aspirações dos agropecuaristas da região.

Neste sentido sua atuação sempre foi intensa e efetiva, não apenas perante os poderes constituídos, como também em ações junto à sociedade local e regional.

Como entidade representativa dos grandes proprietários rurais, articulou-se com outras entidades congêneres, para somar forças na luta por objetivos comuns, a exemplo da sua aliança com o Sindicato Rural Patronal de Cascavel e a União Democrática Ruralista (UDR), no período da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, quando esteve em discussão e votação o I Plano Nacional de Reforma Agrária (IPNRA). Divulgado pelo governo Sarney em 1985, o Plano previa a regulamentação da propriedade da terra e o perfil do que viria a ser reforma agrária⁷³.

O vínculo da SRO com a UDR ficou evidente quando no início do mês de julho de 1987, Ronaldo Caiado, presidente nacional da entidade, esteve em Cascavel para liderar, organizar e unificar as ações das diferentes entidades patronais, convocando-as para a “Marcha à Brasília”. Reunido com agropecuaristas, Caiado discursou defendendo a livre iniciativa e principalmente, o direito à propriedade privada, que deveria ser garantido na Assembleia Nacional Constituinte pela chamada “Bancada Ruralista”, que em 1986 já somava 46 deputados⁷⁴. Caiado colocou-se a disposição para “acolher” e defender, através da UDR, os proprietários que tivessem suas propriedades “invadidas”.

Para ampliar o seu espaço de representação e garantir políticas de incentivo ao setor pecuarista, era imprescindível a sua organização de classe e a criação de uma entidade que representasse seus interesses específicos. Dentre eles a construção de um espaço para a realização de negócios, principalmente para leilões e manejo do gado de corte. Assim surgiu a Exposição Feira de Cascavel e atual Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Cascavel, a EXPOVEL. Sua primeira edição ocorreu em 1983.

A Expovel é mais do que um balcão de negócios e uma vitrine da pecuária e do agronegócio regional. Sua realização tem por objetivo reunir e organizar a fração pecuarista em torno das suas necessidades e aspirações, na defesa e modernização da sua matriz econômica (base concreta da condição de classe dominante, a grande propriedade rural) e sua reprodução.

⁷³Após os embates no âmbito social e na Constituinte, o texto final sobre a questão da terra foi estabelecido no Capítulo III, Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

⁷⁴ Um destes deputados foi Jacy Miguel Scanagatta, ex-prefeito e um dos sócios fundadores da SRO. Conforme publicou o DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – em “Quem foi quem na Constituinte” página 370, o deputado teve uma atuação conservadora, o que demonstrava sua ascendência política, pois pertenceu a ARENA. No primeiro turno, votou contra as principais propostas que garantiriam direitos aos trabalhadores. Marcante também foram suas ausências em votações importantes, principalmente no segundo turno. Esteve ausente na votação da reforma agrária no primeiro turno, votando contra no segundo turno, conforme orientação da UDR. (grifo meu) Sua atuação recebeu nota 1,5 no primeiro turno e zero no segundo (<http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes?task=view.download&cid=174>, acessado em 23/07/2010).

É também o espaço de articulação dos agropecuaristas com outras frações de classe organizadas na sociedade civil regional e estadual. A festa é o espaço e o momento de difusão do seu conjunto de valores e de sua visão de mundo⁷⁵ para aqueles que visitam o parque durante as exposições ou acompanham por outros meios, constituindo-se em um importante e poderoso *aparelho privado de hegemonia* da fração agrária da classe dominante no Oeste do Paraná.

Ou ainda, segundo afirmou Hylo Bresolin, grande proprietário rural, em entrevista à autora, a Expovel tem o caráter pedagógico de ensinar às novas gerações, conhecimentos técnicos relativos à pecuária e na medida em que possibilita a sua reunião, promove a sua organização e a difusão de seus valores. Serve também como espaço de continuidade da pecuária, pois os mais jovens são incentivados para isso. Os campeonatos de hipismo, os rodeios e as apresentações artísticas, além de criarem e fortalecerem a identidade dos associados e de promoverem os vínculos de convivência, são instrumentos de difusão de cultura. A consciência de e da organização da fração de classe não poderia ser expressa de forma mais clara do que no relato que Bresolin fez ao se referir à “escola” da Expovel:

O que me chama a atenção na Expovel são *os pais acompanhados pelos filhos*, pelas crianças. *Isto é pedagógico. É Pedagógico você pegar teu filho e levar ele lá na Exposição e mostrar pra ele. Ele vê com os olhos, ouve do pai ou numa palestra a importância da atividade*, as qualidades e o potencial daquela raça... para que *a família que trabalha na atividade encontre no filho o sucessor vocacionado*. E ele participando das atividades, *naturalmente*, vai ficar *seduzido*, porque a sedução é muito grande (BRESOLIN, 2009, grifos meus).

Ao mesmo tempo a Expovel tem sido, enquanto corporação da sociedade civil, um espaço de protesto, reivindicação e articulação junto à sociedade política e ao conjunto da sociedade. É a *tribuna* pela qual apoiam ou criticam planos econômicos e projetos agrícolas, além de promoverem, segundo eles, a agropecuária bovina de corte como atividade econômica fundamental para a região e para o país.

Entre os anos finais do século XX e o início do século XXI, a região Oeste viveu um período de tensão gerada pelas contradições presentes na questão fundiária e que se intensificou ainda mais a partir dos últimos meses de 2007.

⁷⁵ No texto *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, Marx já situava que a condição e a posição de classe dizia respeito a base material das classes e seus modos de viver, valores e projetos sociais e da nação que envolviam as lutas sociais e o interesse de estabelecer uma forma ao Estado Nacional. O caso do partido da ordem e das suas duas principais frações político-sociais (orleanistas e legitimistas) no governo de Louis Bonaparte é o exemplo mais concreto da abordagem (cf. MARX, 1987; MARX/ENGELS, 1984).

Neste período, entre as ações coordenadas pela SRO, pode-se destacar as estratégias adotadas a fim de pressionar o Estado a agir em seu favor em ações de reintegração de posse e de desocupação de áreas rurais; enfrentar a organização e as ações dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra na região; criticar severamente o modelo de reforma agrária e uso da terra por eles proposto, defendendo a propriedade privada e o agronegócio, e para tanto, não se limitando apenas a ações políticas e ou jurídicas; buscar sistematicamente o apoio da opinião pública através da imprensa e de atos públicos.

A organização de atos públicos a exemplo dos *Tratorações* vai além da pura manifestação de indignação e reivindicação da classe agropecuarista, uma vez que o discurso realizado é unificador, em torno de questões que atingem a sociedade como um todo. Produção de alimentos, segurança alimentar, paz no campo e na cidade e defesa da propriedade privada são apresentados para todos como problemas de todos. Portanto a SRO, apresenta-se como a defensora dos direitos de todos e, por isso, merece o apoio de todos, inclusive dos parlamentares que em tese representariam aos anseios e às necessidades de toda população da região. Este discurso unificador e massificador impede que as contradições de classe sejam facilmente perceptíveis.

Naquele momento quando se acirravam os confrontos com os movimentos sociais de luta pela terra no Oeste paranaense, a Sociedade Rural manteve o papel de organizadora e interlocutora dos grandes proprietários rurais, passando a enfrentar abertamente os movimentos dos trabalhadores sem terra, sobretudo do MST, através da criação do Movimento dos Produtores Rurais (MPR), em 25 de abril de 2007, sob a coordenação do então presidente da SRO, Alessandro Meneghel.

A criação do MPR e suas ações simbolizaram a efetivação da violência, através de empresas privadas de segurança, como o principal mecanismo de enfrentamento para a solução dos conflitos em favor dos fazendeiros, e colocou em questão um dos pilares da sociedade moderna: a legitimidade e legalidade do uso exclusivo da força pelo Estado, além de reintroduzir velhos padrões de uso da violência já recorrentes na história rural no Brasil e na região.

Várias ações coordenadas pelo MPR no sentido de desocupar áreas ocorreram na região e em 2007 ocorreu o confronto que resultou na morte de um líder do MST e de um funcionário de uma empresa privada de segurança, na área da empresa Syngenta Seeds, no município de Santa Teresa do Oeste. Esta área estava ocupada pelo MST e pela Via Campesina. Outra ação organizada pela SRO, na defesa da propriedade privada da terra foi a edificação do “*Monumento da Resistência dos Produtores*”.

Estrategicamente instalado às margens da rodovia BR 277, o monumento traz ao fundo uma enorme mão direita aberta, em posição de PARE. Os três homens posicionados a sua frente repetem o

mesmo gesto com as duas mãos, evidenciando sua postura e posição ativa, em marcha, em ação consciente, uma vez que um dos pés de cada homem/produtor (na visão da SRO) se posiciona a frente do outro. Para além de uma indicação de “trânsito”, de movimento, a quem, em tese, vem em sentido contrário, para que pare, a posição do corpo dos três homens (não há mulheres) representa um contramovimento, pois mãos (primeira barreira) e pés de alavanca (2 homens têm o pé esquerdo a frente e 1 o direito, mas este está na lateral direita do monumento e a estética artística pode ter orientado este detalhe na cena) estão em posição que concentra força para *um ato de contenção*, que para a SRO representa sua forma e conteúdo de resistência, apropriando-se do sentido popular e crítico acerca do que se entende por resistir e/ou fazer resistência.

Ao mesmo tempo em que os latifundiários têm assumido uma nova retórica vinculada à modernização e ao desenvolvimento da agroindústria e integrado práticas cada vez mais ligadas aos avanços da tecnologia no processo produtivo, politicamente, continuam defendendo e respaldando práticas que “supostamente” estariam superadas.

A SRO tem assumido posição em favor do agronegócio e defende que apenas os altos investimentos em biotecnologia e a produção em larga escala tornam viável a produção no campo.

A defesa do agronegócio⁷⁶ e dos novos ramos da biotecnologia transgênica aplicada à produção agropecuária foi assumida pela Sociedade Rural do Oeste a partir do final do século XX. Sua relação com o agronegócio pode ser analisada a partir das posições tomadas em defesa da Empresa Syngenta Seeds, bem como pelo discurso ideológico por ela assumido, em defesa do avanço tecnológico, como caminho para a “segurança alimentar”.

A reorganização dos processos produtivos que se acentuaram a partir da década de 1990, na agricultura brasileira, demonstra uma crescente aliança e/ou subordinação dos produtores rurais aos padrões estabelecidos pelas empresas transnacionais ligadas ao agribusiness. Por sua vez, de modo intenso e acelerado, estas mega empresas multinacionais vêm realizando fusões e aquisições entre os grupos concorrentes, passando a controlar toda a cadeia produtiva e também a comercialização, não apenas nacional, mas mundial, colocando em risco a soberania alimentar e a condição de as sementes serem patrimônio da humanidade.

⁷⁶O agronegócio é aqui compreendido como o conjunto das atividades de financiamento, pesquisa, produção e comercialização do setor pecuarista, agroindustrial e agrícola, desenvolvido fundamentalmente em grandes propriedades destinadas à monocultura de exportação. Altos investimentos em biotecnologia, escassa mão-de-obra mal remunerada e uso de uma nova geração de agrotóxicos (venenos), são características deste modelo de produção que está cada vez mais influenciado e controlado por grandes empresas multinacionais que patenteiam a sua C&TI e produtos (propriedade das sementes e monopólio da ciência), produzindo e comercializando insumos agroquímicos e sementes transgênicas e determinando direta ou indiretamente os processos produtivos da agricultura e da pecuária.

Os estudos realizados sobre a ocupação, posse, uso e propriedade da terra, nesta região, até o momento, haviam se preocupado em descrever o que se convencionou chamar de “frentes de colonização”, organizadas e implantadas pela iniciativa privada, ou seja, por empresas de colonização. Por vezes destacavam também os conflitos empreendidos neste processo, apresentando-os como resultado da ação de jagunços e da inoperância do Estado enquanto agente fiscalizador e regulador.

Os resultados desta pesquisa demonstraram, porém, que o Estado não esteve ausente neste processo. Muito pelo contrário. Os sujeitos sociais que ocupavam espaços no Estado restrito ou, os que a estes se vinculavam, coordenaram o processo de ocupação da terra de modo a favorecerem-se economicamente, a ponto de originar-se a partir daí uma fração agrária rica e poderosa politicamente.

A grande propriedade rural, o domínio da terra e sobre o processo produtivo a nível regional e a organização de ações políticas foram e continuam sendo as condições fundamentais para que a classe dominante agropecuarista consolidasse e mantivesse sua condição hegemônica na região Oeste e mais especificamente no município de Cascavel e seu entorno.

É possível afirmar que os grandes proprietários rurais, apesar de disputas internas e questões pessoais mal resolvidas, possuem consciência de sua condição e posição de classe, na medida em que se unem em torno de um projeto social claro. A base material sob a qual se assenta este projeto de classe é a propriedade e o domínio privado da terra e por extensão, das atividades econômicas e políticas desencadeadas a partir da sua condição de proprietários.

O estudo desta entidade possibilitou um conjunto de análises e interpretações sobre a história do Oeste do Paraná, mais especificamente sobre o município de Cascavel, sob uma perspectiva nova e desafiadora, pelo fato de abordar a história em curso, com sujeitos presentes e atuantes, por vezes envolvidos em situações de violência “espontânea” ou organizada e possibilitou perceber que as relações de poder não se expressam apenas na sociedade política ou no Estado restrito, mas também na sociedade civil, tanto pela força quanto pelo consenso.

A hegemonia de uma classe ou fração de classe, neste caso, era e é constantemente afrontada e desafiada por projetos contra-hegemônicos que se traduzem e se manifestam no embate social. As ocupações de terra denunciam o latifúndio e a exclusão e representam um grave problema para os grandes proprietários, principalmente por serem ações coletivas e organizadas e não atos de protesto localizados e individuais.

As relações de poder estabelecidas entre os homens e os grupos sociais são amplas e se reconfiguram a partir das relações sociais de produção que estes efetivam entre si. A disputa pelo poder

tem como palco fundamental o cotidiano da produção da existência humana e a classe ou fração de classe que, a partir de sua condição e organização, conseguir impor sua pauta ou dar direcionamento ao seu projeto social, encontra-se num espaço ampliado do poder.

Portanto, ocupar o aparato estatal ou ser governo pode ser fundamental para a efetivação de um projeto social, mas não representa o fim em si mesmo, pois os projetos políticos, econômicos e sociais que se materializam no Estado são também resultado dos embates ocorridos na sociedade.

Assim, o poder não se localiza apenas nas ações do Estado, ou nas ações de quem ocupa cargos políticos. O poder está nas relações que homens e grupos sociais estabelecem entre si. Estas relações tencionam-se no embate de projetos sociais antagônicos que promovem as transformações na história. Transformações que podem voltar-se, inclusive, para conservar privilégios e ampliar a exclusão.

O discurso e as ações que buscam posicionar, nas mesmas condições, todos os proprietários rurais, estão entre as estratégias usadas pelos grandes proprietários rurais do Oeste do Paraná, através de suas entidades representativas e pelos meios de imprensa, no sentido de garantir apoio e respaldo à manutenção da sua condição hegemônica, diante do efetivo questionamento imposto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, cuja reorganização e fortalecimento, a partir da década de 1990, engendraram na realidade regional, uma nova configuração das relações de poder. Este forte embate travado entre estes grupos com projetos sociais antagônicos tem provocado o questionamento da hegemonia dos grandes proprietários rurais e o modelo de uso do solo e de agricultura por eles defendidos, ou seja, o agronegócio, ao mesmo tempo em que tem exigido novas posturas de enfrentamento e acomodação.

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná, constituída a partir dos estreitos vínculos existentes entre os seus membros com a sociedade política local, regional e estadual, tem sido a partir de sua criação, a entidade que organiza e dá direção às ações da fração agropecuarista da classe dominante na região Oeste do Paraná, constituindo-se no que Gramsci definiu como *Partido*, ou seja, aquele que organiza a vontade da classe ou fração de classe através de seus intelectuais orgânicos. Organiza ações para construir um projeto de classe para si e para as demais classes.

REFERÊNCIAS:

BRUNO, Regina. Senhores da Terra, Senhores da Guerra – a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. Cadernos do cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. V.2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. Cadernos do Cárcere. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Patronato rural no Brasil recente (1964-1993). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

Estatuto Social da Sociedade Rural do Oeste. 1980, folha 01.

BRESOLIN, Hylo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo próprio.

<http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes?task=view.download&cid=174>, acessado em 23/08/2017.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?c=4104808&t=destaques>, acessado em 03 de setembro de 2018.

**MESA 02: A NOVA SUPERESTRUTURA DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO E SUAS
POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Coordenadora: Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira

O processo de produção capitalista em curso, pautado pela hegemonia econômica e política do capitalismo financeirizado, ao mesmo tempo em que mantém as clássicas estruturas da acumulação presentes na produção da existência, se singulariza, entre tantos outros aspectos, ao impor a construção de um ideário superestrutural diferenciado, que exige um novo papel do Estado, seja no âmbito da sociedade política, seja no âmbito da sociedade civil. Para além do compartilhamento desse pano de fundo fundamentalmente inspirado nas contribuições fornecidas pelo referencial teórico-metodológico gramsciano, os quatro textos vinculados à presente mesa coordenada compartilham o objetivo comum de apresentar estudos relacionados com os atuais encaminhamentos das políticas públicas de educação em seus distintos níveis na realidade brasileira. Levando em conta o mapeamento dessa superestrutura em construção, os estudos elaborados analisam as novas estratégias presentes nas políticas educacionais em curso, com destaque para suas principais referências: a defesa de um Estado mínimo e gerencialista, cuja ação se materializa em parcerias público-privadas, organizadas e implementadas por aparelhos privados de hegemonia (APH) de novo tipo, que colocam em evidência o novo papel do empresariado no âmbito da educação no Brasil. Nesse sentido, são analisadas as novas estratégias que se colocam a serviço da implementação de uma educação política e escolar de cunho neoliberal, distanciada da formação humana integral e centrada na defesa de uma formação voltada para o trabalho simples, que defende a individualização do ato pedagógico, o uso competitivo das avaliações externas, assim como a centralidade de uma educação básica meramente compensatória para a população mais pobre, pautada em um modelo de competências de natureza utilitarista. Da urgência de se aprofundar estudos sobre tal conjuntura depende a sobrevivência da educação pública estatal cuja qualidade socialmente referenciada é uma demanda axial do campo crítico no Brasil.

A POLÍTICA DE EXPANSÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

LUCIANE DA SILVA NASCIMENTO⁷⁷

Resumo: As políticas de ensino superior no Brasil estão inseridas em um projeto de formação de capital humano que tem acontecido com o fortalecimento de um ensino terciário, incluindo, a pós-graduação. As formulações dos organismos internacionais associadas às demandas das frações burguesas que ocupam maior proeminência no bloco de poder do Estado brasileiro configuram as matrizes conceituais e operacionais dos projetos educacionais em curso. O atual Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2022) busca redimensionar as problemáticas no campo da educação, afirmando a necessidade da produção de estudos com resultados mais visíveis, atrelando-os à dinâmica de ajuste da educação aos macros planejamentos, definindo um perfil de formação para os mercados não acadêmicos. Esta pesquisa tem buscado compreender a ressignificação do conhecimento científico na pós-graduação, com ênfase nos cursos de mestrados profissionais em educação. Tornou-se focal analisar a dinâmica que envolve essa modalidade formativa e a política que direciona a sua expansão, numa perspectiva de compreensão histórica do tempo presente. A defesa dos organismos internacionais e das instituições nacionais ligadas a regulamentação da pós-graduação pela modalidade profissional como indutora de desenvolvimento, devido ao caráter de otimização de processos produtivos e econômicos, revelou a complexidade do objeto desta pesquisa. Afinal, não basta desmascarar o discurso como forma de simplificação do conhecimento humano e social no campo acadêmico. É preciso apreender a discussão conceitualmente por meio de suas contradições dialéticas. Entender a categoria mestrados profissionais requer aprofundar seus aspectos filosóficos, sociais, econômicos e estatísticos para caracterizá-los e compreendê-los, mas, também, desvelar as contradições que envolvem essa modalidade, adentrando as interconexões desta categoria, enquanto modelo relativamente novo de formação, em expansão. Considerando, que a pós-graduação não tem escapado às reformas educacionais de corte neoliberal dos últimos anos, ao contrário, revela-se uma financeirização com viés privatista, apontando para um projeto utilitarista de formação.

A Pós-Graduação no Brasil tem sua normatização desenhada no Parecer nº 977/65, C.E.Su, aprov. em 3-12-65, conhecido como Parecer Sucupira, sobrenome de seu relator, o então Ministro da Educação e Cultura, Newton Lins Buarque Sucupira. Segundo Leher (2011) foi através deste Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE), em 1965, que se implantou formalmente no Brasil a pós-graduação stricto sensu no país. Em 1969, pelo Parecer n. 77, também do conselheiro Newton Sucupira, a exemplo do anterior, regulamentou-se a implantação da pós-graduação no Brasil (ZAKIA SOUZA e BIANCHETTI, 2007 apud LEHER, 2011).

⁷⁷ Universidade Federal do Rio de Janeiro (Doutoranda em Educação pelo PPGE)
Bolsista Nota 10 FAPERJ
E-mail: luciane.estrela@gmail.com

O Parecer 977/65 justifica a necessidade de definir a pós-graduação, e de propor uma regulamentação, através da elucidação da natureza e dos objetivos destes cursos. O documento resgata alguns elementos sobre a história da pós-graduação, destacando como modelo a modalidade norte americana de organização da pós-graduação, que na visão do autor pode ser considerada como produto da influência germânica. Seria a pós-graduação a instância de formação dos profissionais que se dedicariam à pesquisa científica e tecnológica. A pós-graduação então surge como locus de promoção da alta cultura, onde se treinariam os docentes universitários. Em sua análise, o autor destaca, também, os elementos da pós-graduação francesa e analisa que a tendência nos países onde essa modalidade se instituiu revelam a necessidade da formação elevada do cientista e técnico de alto padrão por dentro dessa modalidade formativa. Para o autor, a graduação não deve ter o padrão de formação científica o que acarretaria em mudanças na sua durabilidade, acarretando um padrão de formação antieconômico e antipedagógico, visto que nem todos fossem igualmente aptos ou estivessem interessados na especialização intensiva e na formação científica avançada.

Sucupira sinaliza uma vertente formativa de perfil mais instrumental e pragmático para a pós-graduação, porém a consolidação do campo acadêmico educacional no Brasil seguiu uma tendência de formação de natureza acadêmica:

A despeito da heterogeneidade, a área de educação foi sendo constituída como um campo que enfrenta dilemas da educação brasileira, o que pode ser expresso na constituição de revistas especializadas (cerca de 200), entidades acadêmicas como a ANPEd, criada a partir do incentivo da CAPES, mas que forjou considerável autonomia, comitês de área nas agências de fomento e, é claro, por controvérsias e conflitos no campo que somente são possíveis em virtude de um certo grau de institucionalização da área. [...] Todo esse êxito não teria sido possível sem a feição acadêmica dos mestrados em educação que, posteriormente, possibilitaram a criação dos cursos de doutorado na área a partir de 1976 (PUC-RJ e UFRGS). Dificilmente a educação teria se afirmado como área acadêmica sem a consolidação do mestrado que, em seus primeiros anos, possibilitou rápido avanço na produção rigorosa de conhecimento na área. Não casualmente, as primeiras turmas de doutorado formaram as lideranças acadêmicas que lograram consolidar a área da educação como área acadêmica e não técnico-instrumental. A grande maioria desses professores teve no mestrado um momento marcante de sua formação como docentes propriamente universitários. Cabe lembrar, também, que a consolidação como área acadêmica (e não profissional, como o Parecer Sucupira possibilitaria) exigiu ousadia e transgressões: uma das primeiras comissões de avaliação negou-se a atribuir conceitos aos cursos, por considerar que acabariam prejudicando a área de educação (LEHER, 2011, p.3).

Ao longo dos últimos 20 anos, as políticas públicas destinadas ao ensino superior se enquadraram no contexto das reformas do aparelho de Estado e, particularmente, da educação. As políticas neoliberais lograram terreno na educação através de amplas reformas. Internacionalmente, a “Declaração de Bolonha” trouxe ajustes estruturais nas formas de organização do ensino superior europeu com o objetivo de estruturar um mercado europeu de educação superior⁷⁸. Para tanto, uma nova forma de organização da educação superior foi sendo difundida, objetivando a necessária padronização para que a mobilidade estudantil pudesse ser efetiva, assim como a equivalência de títulos. O formato, ciclo básico de 2 a 4 anos, mestrado de um ano e doutorado passou a ser adotado por diversos países adeptos do processo de Bolonha.

No caso brasileiro, a introdução dos mestrados profissionais no campo da educação precisa ser compreendida como uma política nova, redimensionando o lugar do conhecimento científico do campo educacional. As mudanças estruturais em curso no ensino superior, com ênfase nos mestrados profissionais em educação, revelam a necessidade de análise do projeto educacional proposto para essa modalidade como uma produção histórica das relações sociais, cuja centralidade seja a compreensão da dinâmica subjacente a esse modelo formativo em significativa expansão.

A política sinalizada para a pós-graduação brasileira no atual Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) revela a necessidade de ajustamento dos cursos *stricto sensu* a formação de recursos humanos para as empresas, da internacionalização desses cursos com vistas à cooperação internacional e define um perfil para os cursos voltado à formação para mercados não acadêmicos. A CAPES sinaliza em seu site que a função primordial dos mestrados profissionais é: “contribuir com o setor produtivo nacional no sentido de agregar um nível maior de competitividade e produtividade a empresas e organizações, sejam elas públicas ou privadas”.

Esse estreitamento entre a esfera pública e a privada traduz uma etapa singular que vivemos no campo educacional brasileiro. E a redefinição das políticas de ensino superior notadamente está inserida nesse projeto societário em que a educação para formação de capital humano acontecerá com o fortalecimento de um ensino terciário, incluindo, a pós-graduação. Não se pode ignorar o fato de que as formulações dos organismos internacionais associadas às demandas das frações burguesas que ocupam

⁷⁸ Segundo Sobrinho (2007, p. 112): No fundo, a “Declaração de Bolonha” é o registro formal de um importante processo que visa criar uma sólida convergência na educação superior europeia, a fim de que esta responda adequada e eficientemente aos problemas, oportunidades e desafios gestados pela globalização da economia.

maior proeminência no bloco de poder do Estado brasileiro configuram as matrizes conceituais e operacionais dos projetos educacionais em curso.

Os rumos do ensino superior têm revelado, no setor privado, amplamente majoritário em termos de matrículas e número de organizações, uma ampla mercantilização/ financeirização dessa área, processo resultante de uma reforma estrutural mais ampla do aparelho de Estado Brasileiro, iniciada no Plano Diretor de Reforma do Estado (governo FHC), a partir de 1995, e aprofundada nos anos subsequentes. Segundo Sader; Leher (2004), no período do governo Lula passou-se a defender as “reformas” que aprofundam a referida reforma do Estado. Segundo os autores, os valores de competências e competitividade, próprios da lógica privada, chegaram à educação superior. O ministério da Fazenda sustenta, em documento, que setor público não teria como custear e ampliar a oferta no ensino superior público e gratuito e que, por isso, melhor seria apoiar as instituições privadas, supostamente mais eficientes (SADER; LEHER, 2004).

Nesse contexto, as parcerias com a esfera privada aparecem como necessárias para a expansão do sistema. O Programa Universidade para Todos vem contabilizar vagas privadas como vagas de natureza pública, pois, de acordo com o MEC, atendem ao interesse público. Para Sader; Leher (2004), o “Pacto da Educação para o Desenvolvimento Inclusivo”, ao prever um edital para encomenda de vagas “públicas” nas instituições privadas, foi um passo imensurável para o apagamento da fronteira entre o público e o privado. A justificativa do modelo de qualidade do setor privado será estendida nas parcerias público-privadas (PPP’s). Será nesse bojo, que a ênfase nos mestrados profissionais coincidirá com uma perspectiva de alinhamento da formação superior às necessidades do mercado nacional e internacional.

Segundo Leher (2011), a Portaria Normativa/MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da CAPES, não parece ter sido originalmente pensada como modalidade prioritária para a pós-graduação em educação, visto que sua conceituação seguia os parâmetros gerais da Lei de Inovação Tecnológica. Contudo, seguindo o prisma de uma pós-graduação utilitarista, as orientações rapidamente se aproximam do campo da educação, inicialmente na área de ensino das ciências duras e biológicas:

Entretanto, seu foco foi alterado, como pode ser evidenciado no PL 80/35 e, também, por editais do MEC que viabilizaram o “Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmat) e o Curso de Mestrado Profissional para professores de Biologia desenvolvido pelo INMETRO, cursos fortemente operacionalizados por EAD (através do consórcio da UAB). (LEHER, 2011, p.1).

Na concepção do autor, o rumo posterior de fato sinalizou o interesse pelos mestrados profissionais no âmbito da educação. A concessão de bolsas de formação para os professores da rede pública matriculados em mestrados profissionais foram indutores para enfatizar os cursos na área de educação, principalmente para as áreas de “ensino de” nas chamadas ciências duras, tais como: matemática, física, biologia, entre outros cursos que: “quase sempre ofertados *fora da área de educação*, por institutos específicos” (LEHER, 2011, p.2).

Segundo o autor, o alcance dos mestrados profissionais na área de educação somente será apresentado no PL 8035/2010, que dispõe sobre o recém-aprovado Plano Nacional de Educação (Lei 13.005, de 25 de junho de 2014). As metas 14, 15 e 16 do Plano sinalizavam o interesse na expansão da pós-graduação por meio de parcerias público-privadas (em consonância com as perspectivas do PNPG (2011-2020), incluindo o FIES como fonte de financiamento, inclusive para o mestrado profissional; fortalecimento do ensino à distância; ampliação da formação para todos os docentes da educação básica em nível superior; e garantia de que 50% dos professores da educação básica concluam a pós-graduação lato ou stricto sensu. Para Leher (2011, p.2): “Entre as estratégias para alcançar esse objetivo, o PL defende “consolidar sistema nacional de formação de professores”, mas aqui não há diretrizes e ações que estabeleçam as bases para cumprir tal meta”.

A flexibilização da pós-graduação na área de educação confluirá na defesa por uma formação profissional voltada às demandas das secretarias de educação e intencionalmente de suas escolas (LEHER, 2011). Essa concepção foi reafirmada no atual PNPG quando se faz apontamentos atrelando a qualidade na educação básica como dependente da melhoria nos cursos de pós-graduação. Apesar, de situar que essa discussão ultrapasse as fronteiras da pós em educação, o Plano busca redimensionar as problemáticas no campo da educação, afirmando a necessidade da produção de estudos com resultados mais visíveis, atrelando-os sempre a dinâmica de ajuste da educação aos macros planejamentos. Sem, todavia, questionar a natureza das desigualdades sociais que estão na base das desigualdades educacionais, sendo analisadas como um “erro de rota”.

Fontes (2012) relata que estamos diante de uma profunda transformação no capitalismo sob o domínio do capital-monetário ou da forma mais concentrada do capital. A autora expõe que massas incontáveis de capital fictício, estreitamente coligadas com as outras formas de capitais, corroboram para intensa destruição social, ambiental e humana ao buscarem e inventarem formas de converter a atividade humana em trabalho, em forma de extração de mais-valor. Para Fontes (2012, p.303): “Não é

possível nem desejável reduzir o conjunto da existência social contemporânea a essa dupla perversa e dinâmica da concentração/expropriação”. Porém, em seu entender, se essa dupla não permite a compreensão de todos os aspectos da nossa vida atual. Todavia, sem entendê-la será impossível analisar as forças axiais que regem a nossa existência. Ficaremos, então, à mercê das sucessivas ondas de crises e escasso alívio sem que consigamos alcançar seu sentido e significado.

A discussão acerca da materialidade do sistema educacional brasileiro e de suas recentes transformações não pode estar descolada desse entendimento mais amplo do processo de transformação do padrão de acumulação capitalista. O Brasil viveu nos últimos 50 anos transformações que caracterizaram a sua entrada no circuito do capital-imperialista. Segundo a autora, os setores onde há maior concentração de capital, atualmente, encontram-se estruturados a partir dos grupos financeiros, que se expandem por meio do discurso da importância do conhecimento para melhor qualificação dos processos industriais e empresariais como forma de equalização das desigualdades sociais.

Tal processo parece se estender no atual PNPG, visto que este busca vincular os programas de pós-graduação à formação para recursos humanos, cuja flexibilização de tais cursos será focal para atender as novas demandas da *sociedade do conhecimento*, sem, entretanto, clarificar que tais “necessidades”, estão atreladas ao processo ampliado de reprodução do capital. O discurso oficial relaciona a formação *stricto sensu* às exigências da “sociedade do conhecimento” vinculadas a uma educação que assume centralidade no estímulo ao aprendizado permanente e ao desenvolvimento de uma cultura científico-tecnológica para todos, que assegura aos cidadãos a prosperidade, segurança, qualidade de vida e participação social (Neves e Pronko, 2008), entretanto, não se questionam as bases das desigualdades sociais.

A reforma do ensino superior aparece como uma das diretrizes estratégicas da política de CT&I: “A reforma da educação superior proposta responde a três demandas da nova política de CT&I: diversificação do sistema, redefinição da relação entre ensino e pesquisa e adoção de diversas modalidades de formação de “recursos humanos”, incluindo as de curta duração” (NEVES E PRONKO, 2008, p. 182).

Segundo as autoras, a consolidação e o aprofundamento dessa política ocorreu durante os governos FHC e foi sendo efetivada ao longo do governo Lula. As autoras destacam que, nesse cenário, o Estado terá papel decisivo na delimitação da educação terciária, definindo os papéis que os diferentes tipos de instituições desempenharão dentro do sistema e determinando em que condições essas instituições poderão aproveitar melhor as novas tecnologias, corroborando para a criação do sistema de

avaliação do ensino superior sob a supervisão do Estado gerencial que legitimou como públicas as empresas educacionais.

Na análise das autoras, será dada centralidade a um sistema que materializa: “a subsunção do aparato científico e tecnológico aos imperativos de aumento exponencial da produtividade capitalista sob a finança mundializada.” (NEVES E PRONKO, 2008, p. 167). Daí a transformação de um Estado financiador e executor para planejador e coordenador de um sistema público não-estatal no ensino superior. As autoras destacam que esse cenário não se modificará substancialmente no governo Lula e analisam as políticas destinadas as ciências sociais e humanas na política nacional de CT&I. Mediante aos grandes problemas da sociedade contemporânea, a solução apontada constituiria o objeto de estudo e de atuação das ciências sociais e humanas redefinidas nesse novo contexto: “a construção de uma nova forma de sociabilidade e de governo (no sentido de governança), especialmente nas cidades. Trata-se da formulação de projetos estratégicos que articulem *empreendedorismo e projetos sociais*”. (IDEM, 2008, p.178). Desta forma, será tarefa das ciências sociais e humanas desenvolver e avaliar estratégias de inclusão social que permitirá aos mais pobres usufruir dos benefícios econômicos, políticos, sociais e culturais produzidos (NEVES E PRONKO, 2008).

A política para a pós-graduação *stricto sensu* no campo da educação, em especial para o mestrado, deve ser analisada considerando esse cenário, onde segundo Leher (2011) os cursos de mestrados acadêmicos têm sofrido um processo de desmoralização, cujas críticas o situam como elitista e conservador. Segundo o autor, a justificativa para um caráter democrático do novo mestrado está pautada em pressupostos como:

“os docentes da rede pública não estão nos programas de pós-graduação”, que, além de elitistas e hostis às escolas públicas, “são muito teóricos”, “avessos à prática”, “não abordam temas relevantes para a solução dos problemas da educação básica pública” e, ainda pior, são dirigidos àqueles que, após o término do mestrado e, principalmente, do doutorado, fugirão da escola pública (LEHER, 2011, p.4).

O incentivo à ampliação dos MP no campo da educação é preocupante, na medida em que a crítica aos mestrados acadêmicos revela uma possibilidade de instituição de um dualismo educacional, definindo perfis formativos diferenciados em termos de escopo epistemológico e valoração social. Nos mestrados acadêmicos, o conhecimento científico é um fator estruturante e a perspectiva dos mestrados profissionais aponta para um modelo cujo molde baseia-se numa instrumentalidade que, também, incide

nos perigos das políticas particularistas, bem expostas por Leher: “Desse modo, a proposição de que o mestrado profissional deve atender a demandas das escolas – de modo temerário – por meio de parcerias com as secretarias de educação, tem de ser vigorosamente problematizada” (LEHER, 2011, p.6).

Outra questão axial no entender do autor é: “caberia explorar a possibilidade de que uma **formação teórica** poderia propiciar melhor interação entre a pós-graduação e a formação na educação básica e superior.” (IDEM, 2011, p.6), negando assim uma formação restrita. Segundo o autor, o deslocamento crescente de bolsas da CAPES tem apontado para o crescimento desses cursos onde as parcerias público-privadas são aceitas como um fato necessário, inclusive nas modalidades de EAD, fatos que merecem análises. A preocupação com a natureza utilitarista que essa formação poderá assumir em um contexto de mercantilização da educação é algo que direciona a busca pela empiria e análise desses dados.

Segundo reportagem do Portal Brasil (2014), no período, a CAPES recomendava 574 opções de cursos de MP em todas as áreas no Brasil. Os dados de crescimento são surpreendentes: “Ainda em 1999, haviam apenas quatro cursos, já em 2003 o País oferecia 62 opções de cursos de mestrados profissionais. Em 2007, o número chegou a 184, e em 2011 foram criados 338 novos cursos”. Segundo dados da Plataforma Sucupira (2018), atualmente, temos 707 cursos de mestrados profissionais no país, destes 252 são cursos de pós-graduação em educação (mestrados e doutorados), onde 46 se enquadram na categoria de mestrados profissionais na área de educação. Segundo dados de 20 dezembro de 2017 (CAPES) dos, até então, 42 programas de mestrados profissionais em educação existentes no período, 18 se enquadravam na avaliação com nota 3, enquanto 24 apresentaram nota 4 e nenhum constava com nota 5 na avaliação da Instituição. Ao compararmos com os dados GEOCAPES de 2014, observamos que no período tínhamos 225 cursos de pós-graduação em educação (mestrados e doutorados) no país, dos quais 33 se enquadravam na categoria de mestrados profissionais em educação. Desta forma, podemos depreender uma curvatura crescente nos cursos de MP no Brasil que, também, aponta para o progressivo aumento dessa modalidade na área educacional, ênfase acentuada no atual PNPG.

Para a realização da pesquisa empírica estão sendo mapeados e analisados os dados desses cursos dispostos através do Portal CAPES, assim como dos dados extraídos do PNPG e nos documentos dos fóruns destinados ao setor.

A utilização dos metadados da pós-graduação, disponibilizados no portal CAPES (extraídos da base Sucupira), referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017, tem contribuído para a caracterização de dados específicos desses cursos. Tais metadados fazem parte do Sistema de Disseminação de informações da

CAPEX (SDI). A utilização de um programa específico para a leitura e análise desses metadados, a saber: o Software de Análise Preditiva (SPSS) da IBM, tem contribuído no cruzamento de informações e leitura analítica das variáveis dos cursos de pós-graduação.

As categorias dispostas de forma bruta nos metadados trazem uma gama de informações que ajudam a: mapear a dependência administrativa dos cursos, as áreas de conhecimento ao qual estão ligados, os municípios de localização, os conceitos de avaliação, entre outros pontos que subsidiam um amplo mapeamento da área.

Para pensarmos metodologicamente como produzir uma análise de dados que compõem uma política pública de educação do tempo presente, torna-se necessário um compromisso epistemológico e ético, tendo claramente definida a vertente materialista histórica dialética. Para fugirmos de um materialismo mecanicista, o pensamento será orientado para a captação do todo, obviamente através da compreensão dos processos reais, particularmente, por meio do uso das categorias. O cuidado com a generalização abstrata deste tema, também, com os perigos de aceitação da empiria sem elevá-la a análises mais aprofundadas tem sido um desafio constante ao longo desta pesquisa. Segundo Kofler (2010) é incompatível com a dialética radicalizar o conceito de todo, assim como a redução do fluxo qualitativamente pleno da realidade a um conceito abstrato e vazio de todo. Para o autor, na dialética, o conceito de todo não pode representar algo rígido nem unívoco no sentido da lógica formal. Assim sendo, busca-se decompor em totalidades subordinadas o recorte do todo que inicialmente constituiu o objeto desta pesquisa sem, contudo, perder de vista a conexão universal das manifestações tal como estiveram dadas no primeiro recorte epistemológico.

A preocupação em compreender os mestrados profissionais como uma categoria dialética, contraditória, que possui relações com os processos de mercantilização da educação, dentro de um contexto de financeirização do ensino superior é uma tarefa que requer determinados cuidados epistemológicos: “A referencialidade dialética concreta entre ser e consciência não reside meramente no fato de que o ser se reflete numa consciência passiva. Prender-se a este fato, com uma solução unilateral do problema, é característico da interpretação mecanicista do materialismo histórico” (KOFLER, 2010, p.67).

Entender a categoria mestrados profissionais requer aprofundar seus aspectos filosóficos, sociais, econômicos e estatísticos para caracterizá-los e compreendê-los, mas, também, desvelar as contradições que envolvem essa modalidade de formação, adentrando as suas interconexões a partir da análise sistemática desta categoria, enquanto modalidade relativamente nova de formação, em um contexto de

financeirização do ensino superior. Entender a relação entre subjetivação e reificação ajuda a trabalhar a temática em questão:

Sujetivação e reificação são, ao mesmo tempo, tanto imagens reflexas que invertem e transfiguram ideologicamente a realidade quanto fatores que se incluem nas condições de existência do ser. Sem as formas ideológicas da subjetivação e da reificação, a práxis capitalista não poderia manter-se por só um dia. Mais adiante veremos que Marx subsumiu esta assombrosa função contraditória de certas ideologias – não de todas – sob o conceito de “categoria”. (KOFLER, 2010, p. 67).

Compreender como na realidade brasileira a defesa dos mestrados profissionais pelas instituições de regulação da pós-graduação, que os concebem como área focal ao desenvolvimento econômico do país, um fato que se constitui com a justificativa dos mestrados acadêmicos serem endogênicos e pouco funcionais, requer uma análise complexa e ampla, não somente da modalidade em expansão, mas, também, dos imbricamentos entre mercado e pós-graduação no país. Também, nos coloca como desafio a compreensão da ressignificação do conhecimento científico no campo educacional. Esses processos passam diretamente por discursos de defesa, incentivo e fomento à modalidade e, ao mesmo tempo, vemos a leitura do campo crítico que entende a formação humana como processo mais amplo, sem vinculação estritamente conjugada aos processos produtivos. Esses embates ideológicos tornam o processo de convencimento dessa modalidade formativa mais tenso dentro do campo acadêmico. Desta forma, os processos de subjetivação e reificação mostram-se metodologicamente axiais para a compreensão das categorias: mestrados profissionais x mestrados acadêmicos.

A defesa dos organismos internacionais e das instituições nacionais ligadas à regulamentação da pós-graduação pela modalidade profissional como indutora de desenvolvimento, devido ao caráter de otimização de processos produtivos e econômicos, não é um movimento tão simples. Não basta desmascarar o discurso como forma de simplificação do conhecimento humano e social no campo acadêmico. É preciso apreender a discussão conceitualmente por meio de suas contradições dialéticas. Por isso, olhar metodologicamente os mestrados profissionais como categoria analítica tem ajudado a desvelar o caráter ideológico subjacente ao discurso defensor da modalidade.

A especificidade da categoria contribui, portanto, por meio do entendimento da contradição entre a abstração e o real para alcançar uma identidade dialética dentro desta pesquisa, entendendo obviamente que as categorias são expressões de relações sociais.

Entender as influências e sobreposições que o campo acadêmico educacional brasileiro sofre de outros campos, principalmente do campo político e do econômico é focal na compreensão do processo de financeirização da educação superior e da materialização das políticas privatistas destinadas a esta etapa da educação, tais como o FIES e PROUNI. Obviamente, pensar em pós-graduação no Brasil requer um debate acerca da educação como um campo em disputa, onde, também, estão em xeque projetos de formação humana, distintos e antagônicos.

A discussão do sentido ontológico e histórico da formação humana, dentro de um olhar associado à politecnia (marxista) como forma alternativa à formação neoconservadora, de natureza economicista revela-se axial nesta pesquisa. Gramsci (Coutinho, 2011; Gramsci, 2016), também, tornou-se focal dentro do escopo metodológico desta pesquisa, na medida em que ao analisar as legislações reguladoras da pós-graduação, percebe-se que há uma representação de demandas das frações burguesas ligadas ao capital industrial e financeiro diretamente no direcionamento das políticas educacionais dos últimos anos. Essas frações que ocupam maior proeminência no bloco de poder do Estado brasileiro configuram as matrizes conceituais e operacionais dos projetos educacionais em curso. Temos um Ministério da Educação, assim como o da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações com representação clara de grupos com interesses particularistas, com propostas que favorecem diretamente as parcerias público-privadas. Desta forma, também, depreende-se a centralidade da discussão acerca do Estado Ampliado e sua aplicabilidade metodológica à análise sobre o processo de financeirização do ensino superior.

Ao analisar os projetos de formação envolvidos na regulação da pós-graduação brasileira surge intrinsecamente a discussão acerca da categoria dos intelectuais. Os mestrados profissionais ganham espaço justamente pela disseminação do discurso de maior atrelamento entre desenvolvimento produtivo, produção de C&T para o impulso econômico e, no caso dos mestrados profissionais em educação, o eixo de foco nos mercados educacionais. Desta forma, percebemos um movimento de estandarização claro da modalidade formativa. O cuidado epistemológico revela a complexidade do imbricamento entre intelectuais e o próprio conceito de Estado na obra de Gramsci. Entendendo que nas relações atuais, temos grupos no ordenamento legal da financeirização da educação superior na sociedade política, na sociedade civil, articulados, atuando de forma conjunta e difusa em movimentos que tem a função de partidos políticos (ex: O PNE absorveu as demandas do ‘partido’ Todos pela Educação).

Análises em andamento sinalizam um crescimento vertiginoso dos mestrados profissionais, tanto na área de Educação, assim como os cursos ligados às temáticas da educação, mas enquadrados na área

de Ensino e na área Interdisciplinar. Os dados ainda apontam para uma concentração regional desses cursos, revelando uma distribuição focada nos centros urbanos. O salto quantitativo revela dados surpreendentes de crescimento da modalidade em questão. Em pouco mais de um ano (entre 2016 e 2017), observa-se uma evolução de 255% no aumento da modalidade formativa, atendendo as expectativas de crescimento incentivadas no atual PNPG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JUNIOR, A. et al . Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 30, p. 162-173, Dec. 2005 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: set. 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Quadrienal 2017 apresenta mudanças na avaliação da pós-graduação. **Portal CAPES**. Disponível em: <

<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8456-quadrienal-2017-apresenta-mudancas-na-avaliacao-da-pos-graduacao> >. Acesso em: jul. 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). **Portal CAPES**. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2016.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Distribuição de Programas de Pós-Graduação no Brasil. **Portal CAPES**. Disponível em: <

<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#app=c501&da7a-selectedIndex=0&5317-selectedIndex=0&dbcb-selectedIndex=0>>. Acesso em: set. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Casa Civil**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: set. 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 375 p.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 4 ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2012, 431 p.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

KOFLER, L. **História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p.55-79.

LEHER, Roberto; SADER, Emir. **Público, estatal e privado na reforma universitária**. Texto elaborado para o INEP, 2004. Universidad Santiago de Compostella: Fírgoa. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/node/30051>>. Acesso em: mai. 2014.

LEHER, Roberto. **Mestrado profissional na educação: notas preliminares**, 2011, mimeo.

NEVES, Lucia M. W.; PRONKO, Marcela A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, 204 p.

NEVES, Lucia M. W.; PRONKO, Marcela A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, 204 p.

SOUSA, Sandra Zákia; BIANCHETTI, Lucídio. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 36 set./dez. 2007. apud LEHER, Roberto. **Mestrado profissional na educação: notas preliminares**, 2011, mimeo.

SOBRINHO, José Dias Sobrinho. **Processo de Bolonha**. Campinas: Educação Temática Digital, v.9, n. esp., p. 107-132, dez. 2007. Disponível em: <
<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/1704>>. Acesso em: set. 2014.

Empresariamento da gestão pública educacional: a estratégia de regionalização no norte paranaense

Adriana Medeiros Farias⁷⁹

Resumo: O empresariamento da educação pública no Brasil e, especificamente, da gestão de políticas públicas educacionais por meio dos aparelhos privados de hegemonia burguesa é tema contemplado na pesquisa em andamento, realizada no âmbito do pós-doutorado. As reflexões partem do conceito marxista gramsciano de Estado Ampliado, concebido como conceito e ferramenta metodológica, para compreender a relação entre formas de dominação burguesa (burguesia empresarial) e o Estado (restrito). Objetiva-se explicar a ofensiva dos interesses da burguesia empresarial na gestão pública educacional por meio aparelhos privados de hegemonias - fundações, institutos e organizações empresariais - compreendendo a relação entre o Estado e as formas contemporâneas da dominação burguesa. Para tanto, interessa analisar a recente experiência de gestão educacional regionalizada no norte do Paraná, no âmbito dos municípios consorciados - Consórcio de Desenvolvimento e Inovação do Norte do Paraná (Codinorp), com destaque para a experiência da “seleção pública”, para o cargo de secretário regional da educação e para o cargo de secretário de educação do município de Londrina, realizada nos anos de 2017 e 2018. A pesquisa utilizou fontes documentais para explicar, compreender e analisar os aparelhos empresariais burgueses e seus intelectuais orgânicos destacados para a estruturação estratégica de um suposto modelo de regionalização do currículo empresarial. O período escolhido se justifica em virtude do aumento significativo das práticas empresarias (produtos e serviços) implementadas pelas organizações Lemann (Fundação Lemann e Vetor Brasil) e instituições parceiras na formação de gestores, professores e técnicos das secretarias municipais de educação no fornecimento de projetos e serviços estratégicos (plataformas de ensino, de registro de informações e de avaliação) para a disseminação do modelo educacional gerencialista.

As formas de dominação burguesa empresarial: aspectos teórico-metodológicos da pesquisa

A pesquisa, em fase inicial de análise, tem sua origem nos estudos resultantes do estágio pós-doutoral⁸⁰, sob o título: “Institutos, Fundações e Organizações empresariais burguesas na gestão da educação pública” que culminou no desvelamento do que denominou-se: Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia (APHs) Lemann. A história da trama empresarial é desvelada no contexto do capital imperialismo (FONTES, 2010) e do papel dos bancos e fundos privados na construção de uma sociabilidade burguesa meritocrática e empreendedora, com vistas à conformação da classe trabalhadora ao que ficou conhecido no meio empresarial por “Cultura Garantia”. Na trama, dos APHs Lemann e sócios, encontra-se um conjunto articulado de outras organizações, intelectuais orgânicos e práticas de hegemonia burguesas empresariais que contribuem para a compreensão das estratégias educativas de

⁷⁹ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: adrianafarias@uel.br.

⁸⁰ Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, sob a supervisão da professora Dra. Virgínia Fontes.

empresariamento do Estado restrito, sobretudo no âmbito das políticas educacionais em todos os seus desdobramentos.

As formas de dominação burguesa empresarial, no contexto histórico, social, político e econômico das relações sociais do modo de produção capitalista, sob o comando do capital financeiro, é fenômeno que toma vulto expressivo na educação pública. No final do século XX e início do século XXI, a reprodução dos, e a articulação entre, os aparelhos privados de hegemonia empresariais burgueses (APHs), na concepção gramsciana de Estado integral, expressam a ampliação e a especialização das estratégias de direção e dominação dos interesses burgueses empresariais no interior do “capital-imperialismo” (FONTES, 2010) com a imposição de um novo tipo de sociabilidade para a classe trabalhadora (GRAMSCI, 2011).

A educação como prática social que reproduz e se contrapõe as relações sociais capitalistas (MARX; ENGELS, 1987) ao mesmo tempo em que é espaço de resistência cotidiana dos(as) trabalhadores (as) da educação, é instituída pelos empresários como campo pedagógico prioritário para a atuação da dominação burguesa (NEVES, 2005).

A relação entre Estado e sociedade civil, marcada pela atuação da burguesia e das frações de classe empresariais impondo ao Estado seus interesses e universalizando-os, na historiografia brasileira, é datada anterior ao período da ditadura civil-militar, e, posterior a ela, conforme apontam as obras de (DREIFUSS, 1987; MENDONÇA, 1997; FONTES, 2010).

Mendonça (2014) ao sugerir o uso do conceito de Estado Ampliado como conceito e ferramenta metodológica, têm constituído um campo teórico-metodológico para a compreensão da trama de relações sociais, políticas e econômicas produzidas no bojo dos APHs empresariais para o Estado restrito, em diversos setores. Na educação, os estudos de Adrião et al. (2009) e Adrião e Peroni (2009) a respeito da relação público-privado, com ênfase para as determinações dos empresários da educação, são relevantes para demonstrar a extensão e a profundidade da inserção destes nos sistemas de ensino (FREITAS, 2014).

Consideradas as bases teóricas e históricas da pesquisa, esta objetiva explicar, analisar e compreender a totalidade do fenômeno problematizado por meio das seguintes perguntas: Quais são as tramas constituídas entre os aparelhos privados de hegemonia burgueses e a gestão pública da educação na região norte do Paraná? Qual o conteúdo e a estratégia de conformação dos filhos e filhas da classe trabalhadora? A metodologia de base materialista histórica dialética, utilizou-se do instrumental da análise documental e do estudo de caso, considerando a singularidade da experiência na literatura, ambos pertencentes à pesquisa qualitativa.

As práticas de hegemonia empresariais na gestão educacional da região norte paranaense: a experiência de “concurso público” para o cargo de secretário de educação

A história de ocupação da região norte paranaense remonta da primeira metade do século XX e tem sua formação a partir do empreendimento capitalista, do projeto inglês de colonização denominado de, Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTP), resultado do monopólio político, econômico e ideológico (ARIAS NETO, 2008).

Do empreendimento capitalista culminou no surgimento de várias cidades cujo a forma de exploração da terra é centrada no modelo agrário exportador. O norte do Paraná, nas décadas de 1940 e 1950, integra a história de resistência campesina conhecida pela Guerra, Guerrilha ou Revolta de Porecatu originária da formação das ligas camponesas (OIKAWA, 2011). No século XXI, em todo o estado do Paraná, a resistência dos trabalhadores do campo na defesa da Reforma Agrária Popular, sob a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se soma aos movimentos sociais e populares que apontam para as contradições da sociedade capitalista que mantém a população sob a égide do latifúndio e da exploração do trabalho em todas as suas formas de expropriação.

O agronegócio, nome político-ideológico para invisibilizar o latifúndio no Brasil, sob a aparência da agricultura em escala e tecnicamente moderna é cadeia de produção que se afirma como referência única para o campo e para a cidade. No âmbito do Estado restrito representantes do “agronegócio” são eleitos para as administrações públicas das cidades marcadas pela desigualdade social e educacional, permanência do analfabetismo e baixa escolaridade média e superior, em território que concentra um número importante de instituições de ensino superior públicas.

Na segunda década do século, XXI, o crescimento do capital financeiro, na modalidade *privaty equitay* movimentou o mercado educacional do ensino superior e recentemente da educação básica. No âmbito local, as cidades de Londrina e da região norte paranaense participaram das grandes fusões e incorporações (PARODI, 2018) protagonizadas pelas *holdings* educacionais, a maior delas, a Kroton Educacional⁸¹ responsável pela aquisição acionária de instituições de ensino superior e educação básica

⁸¹ A Kroton Educacional S/A, principal empresa educacional do país, comprou na cidade de Londrina e região, em 2011 a Universidade Norte do Paraná e a Faculdade Pitágoras. Recentemente, em setembro de 2018, de acordo com o comunicado da empresa SOMOS ao mercado, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação de compra acionária da SOMOS S/A, principal empresa de educação básica, com escolas e editoras, do país, pela KROTON Educacional S/A. Comunicado SOMOS. Disponível em:

locais, assim como o Grupo Positivo⁸². Associados aos eventos no campo econômico, a entrada de empresários, representantes do agronegócio, na gestão pública das cidades, assim como a participação constante de organizações, institutos e fundações na oferta de formação continuada na educação pública são fatos que se somam ao processo de mercantil/filantropização da educação (FONTES, 2010).

No contexto dos acontecimentos que deram origem aos estudos está o anúncio na mídia, em 2017, de que o cargo para secretário de educação do município de Londrina seria ocupado após a realização de “concurso público” (MARTINS, 2016), aparentemente *marketing*. Contudo, o estudo aprofundado a respeito do assunto demonstrou que a participação de organizações empresariais na educação já estava em curso. De acordo com o informe do Núcleo de Comunicação da prefeitura Municipal de Londrina no ano de 2013, sob a administração do prefeito Alexandre Kireeff (Partido Social Democrático) (2012-2016)⁸³, a Secretaria Municipal de Educação foi premiada pelo Programa Talentos da Educação, da Fundação Lemann, com o projeto de formação continuada “presencial e semi-presencial”, que se desenvolvia na Escola de Servidores da Prefeitura de Londrina, “destinado aos servidores públicos municipais utilizando plataformas virtuais, Ambiente virtual de Aprendizagem (AVA)” (LONDRINA, 2017, on-line).

A Fundação Lemann é citada novamente nos informativos da prefeitura, em 2014, quando “Claudia Zuppini Dalcorso e Priscila de Giovani, da Fundação Lemann” e consultora Elos Educacional, realizaram palestra na Escola de Gestores em um de seus cursos oferecidos para “400 profissionais da educação entre diretores, auxiliares de direção, supervisores, auxiliares de supervisão e professores ou representantes das unidades escolares, dos Centros Municipais de Educação infantil (CMEIs) e dos Centros de Educação Infantil Filantrópicos (CEIs)” (ESCOLA..., 2014, on-line). No mesmo ano, a secretaria municipal de educação, anuncia parceria com a Fundação Lemann para a implementação, em quatro escolas do ensino fundamental, de um projeto piloto de plataforma virtual “(...) de exercícios de matemática da Khan Academy, que objetiva contribuir para a melhoria do desempenho dos alunos em matemática”. (...). (PROJETO..., 2014, on-line).

<<http://ri.somoseducacao.com.br/listgroup.aspx?idCanal=2gd2dn+gNP+vvTBma0sjyQ==&ano=2018>>. Acesso em: 28 set. 2018.

⁸² O grupo Positivo adquiriu a Faculdade Arthur Thomas e a Escola de Educação Básica Berlaar Santa Maria.

⁸³ Alexandre Kireeff nunca exerceu cargos políticos. Em 2010, chegou a se candidatar como deputado federal, mas não foi eleito. O novo prefeito da cidade tem 46 anos e é formado em medicina veterinária. Ele é dono de empresas nas áreas de bioenergia, empreendimentos imobiliários e agronegócios. O prefeito eleito também já foi presidente da Sociedade Rural do Paraná. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2012/noticia/2012/10/kireeff-diz-que-vai-inovar-na-administracao-de-londrina-no-parana.html>>. Acesso em: Líder da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS).

No conjunto dos acordos firmados, em 2014, com a Fundação, é instalado, em Londrina, Polo de “Gestão para a Aprendizagem”, do Programa de Formação de Gestores da Fundação Lemann, voltado à formação continuada dos “diretores, coordenadores e pedagogos de escolas municipais”. Ao “deputado federal do estado do Paraná, Alex Canziani (PTB-PR), presidente da Frente Parlamentar de Educação do Congresso Nacional” é imputada a iniciativa. A implementação de projetos tem sequência, com a “imersão na Secretaria Municipal de Educação” realizada por técnicos da Fundação Lemann com a finalidade de coleta de informações junto à secretaria e às escolas, a respeito dos “procedimentos administrativos, financeiros e pedagógicos” para que estes pudessem organizar e aplicar projetos pilotos, dentre eles “cursos, atividades e ações mais próximas da realidade municipal”, por fim: “Foram aplicados junto aos diretores e supervisores cursos de empreendedorismo, inovação, políticas educacionais e de estratégias para melhorar o aprendizado dos alunos” ([HEDLER, 2016, on-line](#)).

A atuação da Fundação não é interrompida com a eleição no primeiro turno do prefeito Marcelo Belinatti (Partido Progressista) (2017-2020)⁸⁴. Antes mesmo de assumir a gestão pública da cidade, em janeiro de 2017, o prefeito eleito, o parlamentar Alex Canziani⁸⁵ e a representante do Vetor Brasil, assinam em outubro de 2016, em Brasília, o Memorando de Entendimentos, no qual afirmam a intenção de selecionar profissional com habilidades para atuar em cargo de alta gestão na administração pública.

A intenção da associação signatária do presente Memorando é de colaborar com o prefeito eleito, de modo não remunerado, com o aumento da tecnicidade e meritocracia das nomeações para cargos de alta gestão na Administração pública, mediante recrutamento e a seleção de profissionais experientes, com perfil de liderança e alta qualificação técnica na respectiva área de atuação, a serem indicados para livre nomeação em função de Confiança na Administração Pública Municipal, sem que isso represente qualquer compromisso de contratação dos candidatos indicados (MEMORANDO... , 2016, on-line).

O Vetor Brasil, criado em 2015, é uma organização sem fins lucrativos, “suprapartidária, que conta com apoio da Fundação Lemann”. Atuação principal é a parceria com governos estaduais e municipais “para atrair e desenvolver profissionais públicos (...)” (VETOR, 2016, on-line).

⁸⁴ Marcelo Belinatti, ex-deputado federal, médico, eleito em 2012 para a prefeitura de Londrina. UOL, Eleições 2012 <<https://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/2012/prefeito/pr/22071971-marcelo-belinati.htm>>

⁸⁵ “O Vetor Brasil foi o responsável por operacionalizar todas as etapas do processo seletivo. O processo foi idealizado pelo Deputado Federal e prefeito eleito de Londrina, Marcelo Belinatti (PP-PR) e pela Frente Parlamentar da Educação, liderada pelo Deputado Federal Alex Canziani (PTB-PR).” Disponível em: <<http://www.vetorbrasil.org/o-case-de-londrina/>>. Acesso em: 07 set. 2017.

O processo de seleção⁸⁶, conforme relata o documento disponível na página virtual do Vetor Brasil, “*Case Londrina*”⁸⁷, foi “executado dentro do âmbito do Programa Líderes de Gestão Pública recém-lançado pela organização. Conforme os dados disponibilizados pela organização, das 129 inscrições, 54% dos candidatos eram da cidade de Londrina, 22% de outras cidades do Paraná e 24% demais cidades. Na banca de avaliação, além do deputado e idealizador, estavam presentes:

professor da FGV-Rio, ex-ministro da Educação, Henrique Paim; pelo secretário nacional de Educação Básica do MEC, Rossieli Soares; pela diretora da PUC-PR, campus Londrina e ex-reitora da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Nádina Moreno; pelo vice-presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná, Paulo Schmidt; pela professora e ex-Secretária de Educação de Foz do Iguaçu, Joane Vilela; e pela representante da entidade Todos pela Educação, Priscila Cruz (TOYOTA, 2016, on-line).

Os critérios de avaliação anunciados no edital de chamamento destacaram os “conhecimentos de educação, de gestão, capacidade de comunicação e estabilidade emocional”.

1.4 Este processo seletivo consistirá em seis etapas avaliativas: 1) Análise de Experiências, Progressão Profissional e Motivações; 2) Entrevista assíncrona por Mapeamento de Competências e avaliação de capacidade analítica 3) Avaliação integrada de competências, 4) Recomendações Profissionais; 5) Sabatina com a sociedade civil de Londrina; e 6) Entrevista com Banca Avaliadora Multidisciplinar, conforme disposto no item ‘3’ deste Chamamento (CHAMAMENTO..., 2016, on-line).

A escolhida dentre os três finalistas, conforme divulgação na página do Vetor Brasil, “professora do ensino básico, tendo atuado de 2000 a 2012 em sala de aula, e advogada. Foi Secretária Municipal de Educação de Ourinhos de janeiro de 2013 até março de 2016. Durante sua gestão o IDEB municipal passou de 5,3 para 6,4, e a fila de espera por vagas em creche, que era de 1.054 crianças, foi reduzida em cerca de 85%. Possui master em Liderança e Gestão Pública pelo CLP/Harvard/EUA e é líder RAPS (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade)” (VETOR, 2016, on-line).

Com a posse da secretária, a prefeitura segue com os acordos firmados com a Fundação Lemann para a formação continuada, desta vez, com a doação, em parceria com a Google, de 540 Chromebook's distribuídos para as 121 unidades, entre escolas municipais e os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). O programa de formação tem pauta central, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). “Construindo o currículo escolar: um diálogo permeado pelo estudo da BNCC” (SAWCZUK, 2018, on-

⁸⁶ O cargo de Diretor Administrativo da secretaria municipal de educação de Londrina foi preenchido por este processo de seleção. Em 2017, outros selecionados: cidade de São Paulo, na Secretaria de Gestão, com a seleção do Coordenador de Compras e Suprimentos; em Jundiaí/SP, na Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, da Diretora de Projetos Urbanos, todos em 2017.

Disponível em: <⁸⁷ <http://produtos.vetorbrasil.org/o-case-de-londrina/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

line). Representando a Fundação, Henrique Pimentel Filho, falou sobre o projeto já existente em Londrina: “A gente trouxe os produtos, mas o projeto já estava pronto (...) E vai representar uma mudança para melhor, vai fazer com que a Base Nacional Comum Curricular, efetivamente, chegue no chão da escola. Camila Pereira, Fundação Lemann, destacou: “A construção de bons currículos é um dos primeiros desafios para a implementação da Base Nacional Comum Curricular e queremos estar lado a lado com redes, escolas e professores de todo o Brasil neste processo” (SAWCZUK, 2018, on-line).

O pacote de programas e serviços tem se expandido na gestão educacional e escolar da cidade de Londrina. Nele estão o controle e organização de dados, as plataformas digitais e as ferramentas, o conteúdo da BNCC e do empreendedorismo, em consonância com o Movimento Todos pela Educação e Todos pela Base, apoiados pela Fundação Lemann.

A experiência de gestão educacional regionalizada no norte do Paraná

O projeto educacional empresarial burguês segue seu curso no território paranaense, com uma estratégia análoga àquela implementada na gestão educacional da cidade de Londrina. Com um elemento novo, a criação da secretaria regional de educação inserida na estrutura do consorciamento dos municípios da região norte.

Para tanto, foi realizada a 16º Reunião Extraordinária da Assembleia, do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos (Cires) em setembro de 2017, e nela os membros/prefeitos propuseram a alteração estatutária e a nova redação ao protocolo de intenções do Consórcio fundado em 2014, e, com este ato, alteraram a denominação originária para Consórcio de Desenvolvimento e Inovação do Norte do Paraná (Codinorp), criaram a secretaria regional de educação como um dos órgãos do Consórcio (Art. 22 do Estatuto) e, por fim, aprovaram a incorporação de novos membros, totalizando dez municípios da região norte do Paraná, quais sejam: Cafeara, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci (Vice-Presidência), Jaguapitã, Lupionópolis, Miraselva, Porecatu e Prado Ferreira (Presidência) e Primeiro de Maio.⁸⁸

O consórcio, contrato entre entes federados, é previsto na Constituição de 1988, Art. 241 (Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998). A regulamentação dos serviços prestados conjuntamente, e, do atendimento das demandas, estão previstos na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005,

⁸⁸ O município de Primeiro de Maio é incorporado ao Consórcio no ato da criação e, por falta de aprovação na câmara municipal, exigência para pertencimento ao Consórcio, é retirado em fevereiro de 2018. Na mesma data da inclusão do município de Bela Vista do Paraíso, totalizando, assim dez municípios consorciados.

no Decreto n.º 6017, de 17 de janeiro de 2007 que regulamenta a Lei que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos⁸⁹ (BRASIL, 2007, on-line).

A secretaria regional de educação, por sua vez, conforme Art 33 § 3 do Estatuto: “é o órgão máximo de direção superior do sistema educacional dos municípios consorciados, e será gerida pelo Secretário Regional de Educação, cargo de livre nomeação e exoneração, a ser escolhido mediante aprovação em processo seletivo e nomeado pelo presidente” (CAFEARA, 2017, p.7). Com o intuito de publicizar o processo de seleção foi criada uma página virtual⁹⁰, denominada Aliança Regional para a Educação. Nela encontram-se documentos (editais, acordos, estatutos) relativos ao processo de seleção bem como um texto intitulado: Contexto de arranjos cooperativos locais para a gestão da educação no Brasil, de autoria de Marina Lafer e Rafael Leite, no qual defendem o consorciamento para a educação inspirado nas referências estadunidenses e alemãs de associativismo territorial da administração pública. Justificam a adoção da administração horizontal, intermunicípios, acionada com mais frequência na saúde, mas que também oferece vantagens à educação. Os autores citam dois modelos: Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE) e os Consórcios Públicos, dentre estes o do Oeste Paulista e do Grande ABC em São Paulo. Dentre as vantagens elencadas ressaltam o aspecto econômico com compras consorciadas, considerando o processo simplificado de compras públicas, definido pela Lei de Licitações e Contratos (8.666/93), bem como a vantagem em administrar conjuntamente os problemas e a gestão compartilhada: “gestão de carreira e formação continuada de professores e gestores escolares; a avaliação do ensino; a compra e distribuição de materiais, uniformes, livros didáticos e merenda escolar; e a provisão de transporte escolar, entre outros” (LAFER; LEITE, 2017, on-line).

Os estudos no campo do federalismo⁹¹, municipalismo, democracia e educação, ganham relevância no amplo debate acerca da descentralização, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando o município, na condição de ente federado tem competências destacadas, entre outras, no atendimento das demandas educacionais básicas. Disso decorre a necessidade de um aprofundamento histórico e conceitual, para compreender a complexidade e as contradições dos contornos federalistas e

⁸⁹ A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. Art. 241: Disponível em:

<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_241_.asp>. Acesso em: 20 de set de 2018.

⁹⁰ Aliança Regional da Educação. Disponível em: <<https://www.aliancapelaeducacao.org/a-alianca-regional-pela-educacao>>. Acesso em: 20 dez de 2017.

⁹¹Entre outros estudos (BOVO, 2000; ARETCHE, 2002).

municipalistas, bem como os desdobramentos para a organização dos sistemas de ensino (ARAÚJO, 2013).

A Constituição de 1988, quando da transferência de competências desvinculada da transferência de recursos, possibilitou estratégias contratuais para a oferta da educação que embora estejam assentadas no regime de colaboração, se tornaram formas descentralizadas de prestação de serviços públicos, que não expressam formas necessariamente democráticas, tampouco implicaram na redução/eliminação do clientelismo oriundo das forças econômicas e políticas regionais para o atendimento dos interesses imediatos e privados, sob o risco de seletividade e competitividade de demandas e, principalmente o deslocamento do público para o privado quando se elegem as parcerias, as terceirizações e os convênios, como a principal forma de atendimento das políticas sociais (CURY, 2002; BOVO, 2000).

Conforme os dados do IBGE/Censo 2010, os municípios consorciados têm população média em torno de 8000 habitantes, salário médio em torno de menos dois salários mínimos, e atendimento educacional dentro da média nacional, conforme os indicadores de larga escala. “De acordo com a Secretaria Regional de Educação, são 7.500 alunos (até 11 anos) para 700 professores e 200 servidores, já incluindo os números de Bela Vista do Paraíso que ingressou no grupo recentemente. O secretário regional informa que “55% dos alunos são do Fundamental I, outros 24% estão na pré-escola e 21% são dos centros de educação infantil (creches)” (CODINORP, 2018, on-line).

O Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre Vetor Brasil e os representantes do Codinorp definiu que a organização se responsabilizaria pelo:

o mapeamento das demandas e expectativas para o cargo de Secretário(a) Regional de Educação do Codinorp posterior processo de busca de seleção e avaliação de candidatos adequados às demandas do Codinorp, e, caso o profissional seja selecionado para o cargo, e cumpra com os requisitos para fazer parte do programa Líderes de Gestão Pública do Vetor Brasil, fornecimento de programa de acompanhamento do profissional selecionado (ACORDO..., 2017, p.02).

No Acordo, consta ainda o registro de interesse da frente parlamentar de educação do Congresso Nacional “em apoiar iniciativas que contribuam para o cumprimento as metas do Plano Nacional de Educação”.

As cinco etapas previstas no Edital de pré-seleção consistiram na análise documental (eliminatória); pesquisa de crença: “Vetor Brasil analisará os resultados para identificar se há compatibilidade entre os valores dos(as) candidatos(as) e a missão da gestão para a qual eles(elas) buscam ser contratados(as) e os valores do Vetor Brasil”, e, análise das referências profissionais. A etapa de Entrevista de Mapeamento de Competências, Estudo de Caso e Teste de Potencial de Integridade

Resiliente (PIR) “Análise do nível de resiliência que o profissional possui quando exposto a dilemas éticos das organizações no exercício de suas atividades etapa será eliminatória”, por fim, a etapa da sabatina (com a sociedade civil membros da Codinorp) e entrevista *on line* com a banca avaliadora. Após a pré-seleção os candidatos selecionados serão entrevistados pelos prefeitos dos municípios do Codinorp e, ao final o secretário será selecionado pelo presidente do Consórcio (VETOR, 2016, p.03-06).

O processo de pré-seleção tem por objetivo: “ocupar cargos ou funções de livre nomeação na Administração Pública, em conformidade com os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade e eficiência administrativa” (EDITAL...,2017, p.07). Ao final, o processo contou com 367 inscrições de 21 estados e 190 municípios brasileiros. “Dos seis finalistas, cinco tinham formação em Pedagogia ou licenciatura. Quatro eram mulheres. E apenas dois eram do Paraná - mas não dos municípios que integram o Consórcio (SEMIS, 2018, on-line). O secretário escolhido é graduado em direito, mestre em administração, gestão e políticas públicas, foi em São Paulo (SP), gerente de merenda escolar e do Programa Escola da Família e, mais tarde, da equipe que implementou o primeiro Fab Lab (laboratórios de inovação) na região da Grande São Paulo. Secretário municipal de Inovação e Juventude e, posteriormente, diretor de políticas públicas da mesma pasta na prefeitura de Santana de Parnaíba (SP). Entre as experiências práticas na área pública, Amauri foi secretário municipal de Inovação e Juventude e, posteriormente, diretor de políticas públicas da mesma pasta na prefeitura de Santana de Parnaíba (SP) (SEMIS, 2018, on-line).

No Plano Regional de Educação, elaborado pelo secretário regional consta:

Oferta de formação continuada aos professores, com um curso de 160 horas por ano. Estruturação do currículo regional levando em conta a nova Base Nacional Comum Curricular. Estudo para a introdução do moderno sistema estruturado (apostilas) de ensino em todas as escolas, através do formato conhecido como “Contrato de Impacto Social”, o “CIS”⁹², através do qual o fornecedor será corresponsável pelos resultados auferidos no desempenho dos alunos. Estudo para a implantação de tecnologia educacional nas unidades de ensino dos nove municípios (CODINORP, 2018, on-line).

O objetivo principal, conforme o secretário regional de educação (...) é obtermos ganhos em escala, tanto quantitativos quanto qualitativos”. Segue a análise: “Estamos implementando e propondo uma gestão inovadora das finanças educacionais de maneira padronizada, de forma que tenhamos reflexos positivos na gestão das escolas e principalmente na oferta de uma educação de maior qualidade para os nossos alunos” (CODINORP, 2018, on-line). O plano tem início com a realização da primeira

⁹² FERNANDES, Amauri Monge. **Consulta pública número 01/2018** - CODINORP - Edital para a contratação, através do Contrato de Impacto Social (CIS). 2018. Disponível em: <<http://pradoferreira.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368vfb0&id=1379582>>. Acesso em: 17 de set. 2018.

Semana Pedagógica, em Florestópolis, para cerca de 800 pessoas: “Vamos fazer o melhor programa de educação continuada e vamos unificar o currículo regional para implantar, já partir desse ano, a BNCC, que é a Base Nacional Comum Curricular. Nós seremos a primeira região do País a ter o currículo com a BNCC implantada” explicou Fernandes (BLOG CODINORP EDUCAÇÃO, 2018) ⁹³. No evento, a fala de abertura foi do ex-ministro da Educação, José Henrique Paim Fernandes, com o tema: “Educação, um Olhar no Horizonte”: também palestraram:

o professor Willmann Costa, diretor-geral do CE Chico Anysio, do Rio de Janeiro, que falou sobre sua experiência como gestor; a psicóloga Elaine Martins, diretora-presidente da empresa Academia de Negócios, de São Paulo, que fez atividades dinâmicas com os professores; o vice-presidente do Grupo Positivo, Álvaro Cruz, que falou sobre seu projeto de educação 4.0, que é a formação de alunos inventores, visando inovações futuras; a professora Zilda Rossi Araújo, do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Educação que falou sobre a gestão e o planejamento escolar; além da diretora de formação de profissionais do Ministério da Educação (MEC), Sílvia Donnini (BLOG CODINORP EDUCAÇÃO, 2018, on-line).

Na página virtual da Revista Associação Nova Escola, cuja a mantenedora é a Fundação Lemann, seção Gestão Escolar, encontra-se a matéria de autoria de Semis (2018), sob o Título: “Para que serve um secretário regional de educação?” A resposta a esta pergunta requer a abordagem de múltiplos determinantes: econômicos, sociais, políticos e culturais. Um deles diz respeito aos resultados escaláveis proporcionados pelo poder público com a aquisição de produtos e serviços disponibilizados pelos APHs empresariais, dentro dos marcos regulatórios e de toda a institucionalidade requerida/proporcionada pela legislação. A implementação regionalizada da BNCC, aspecto central e estratégico dos APHs quando da inserção de intelectuais orgânicos na gestão pública educacional, está associada ao Este último, disponibilizado pela revista Nova Escola/Gestão Escolar. Considerando a necessidade de adaptação às novas tecnologias e ao conteúdo da Base, evidentemente submetendo os docentes, equipe técnica das secretarias, gestores à formação continuada à distância, ou semi-presencial, às palestras, conferências, oficinas sob a batuta de um técnico, especialista de várias área, com perfil de *coach*. As premiações (concursos, sorteios, ranqueamentos) encerram o programa com a afirmação de que naturalização das desigualdades sociais e educacionais não são estruturais, são da ordem individual, suprimidas pela magia do esforço e da competência. Ao final, a conformação ao novo tipo de sociabilidade burguesa da qual a educação pública pode reproduzir, em escala.

⁹³ BLOG CODINORP EDUCAÇÃO. MEC anuncia meio bilhão em recursos para escolas na abertura da semana pedagógica da secretaria regional. 2018. Disponível em: <<http://codinorpeducacao.blogspot.com/2018/02/mec-anuncia-meio-bilhao-em-recursos.html>>. Acesso em: 17 de set. 2018.

Considerações finais

A Lemann Foundation é uma organização familiar, denominada sem fins lucrativos, de propriedade de Paulo Lemann, a organização apoia miríades organizações que articuladas às organizações: Fundação Estudar, Ismart e Instituto Lemann integram o que pode ser denominado Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia (APHs) Lemann.

O estudo de caso relatado neste texto, apresenta, em processo inicial de análise, um tipo, dentre outros, de práticas de hegemonia, forjadas nas organizações sociais, fundações e institutos, pertencentes aos aparelhos privados de hegemonia burgueses empresariais, para gerir, na acepção deles com “competência, eficácia e eficiência”, o sistema de ensino público da Educação Básica, propagador de um modelo de educação empreendedora e meritocrática, com a qualidade proferida pelos intelectuais orgânicos coletivos: Todos pela Educação e Todos pela Base Nacional Comum Curricular.

A seleção para o cargo de gestor público da educação, municipal e regional, parte da afirmação reformista neoliberal do Estado ineficiente, ao mesmo tempo em que apresenta a solução na suposta neutralidade política, isenta da indicação política-partidária, uma seleção sob critérios meritocráticos, o gestor com altas habilidades, em conformidade com os valores empresariais das organizações, isto é, o representante dos interesses da burguesia empresarial, no cumprimento de metas na implementação de programas, projetos, e sistemas de ensino cujo conteúdo: empreendedorismo e meritocracia são centrais para a formação dos filhos e filhas da classe trabalhadora.

Referências

A ESCOLHA para secretária de educação de Londrina. **Vetor Brasil**, 2016. Disponível em:

<<http://produtos.vetorbrasil.org/o-case-de-londrina/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

ACORDO de Cooperação Técnica. **Vetor Brasil**, 10 out. 2017: Disponível em:

<https://docs.wixstatic.com/ugd/ef416a_d3dc56f3081844988c143829a3247cff.pdf>. Acesso em: 4 jul.

2018.

ADRIÃO, Theresa et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. A educação pública e sua relação com o setor privado. Implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009. Disponível em:

< <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/105>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

ARAÚJO, Gilda Cardos de. **Políticas Educacionais e Estado Federativo**: Conceitos e debates sobre a relação entre município, federação e educação no Brasil. Curitiba: Ed. Aprius, 2013.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina (1930-1975). 2. ed. Londrina: Eduel, 2008.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Relações federativas nas políticas sociais. *Educação e Sociedade* [online]. 2002, vol.23, n.80, pp. 25-48. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 Mar. 2009.

BOVO, José Murari. **Federalismo fiscal e descentralização de políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

BLOG CODINORP EDUCAÇÃO. **MEC anuncia meio bilhão em recursos para escolas na abertura da semana pedagógica da secretaria regional**. 2018. Disponível em:

<<http://codinorpeducacao.blogspot.com/2018/02/mec-anuncia-meio-bilhao-em-recursos.html>>. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL. Decreto n.º 6017, de 17 de janeiro de 2007. Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CAFEARA. Lei n.º 490/2017, de 29 de setembro de 2017. Protocolo de intenções Consórcio de Desenvolvimento e Inovação do Norte do Paraná – CODINORP. **Diário Oficial dos Municípios do Paraná**, Prefeitura Municipal de Cafeara, PR, 3 de outubro de 2017.

CHAMAMENTO público da pré-seleção para sugestão de candidatos ao cargo de Secretário de Educação de Londrina. **Vetor Brasil**, 15 out. 2016. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/0B85EkwD5YvqWNVB2emJ1TDEyUFU/view>>. Acesso em: 07 set. 2017.

CODINORP Educação completa 100 dias e lança plano regional no Norte do Paraná. **Folha do Litoral**. Paranaguá, 11 de abr. 2018. Disponível em: <<https://folhadolitoral.com.br/politica/codinorp-educacao-completa-100-dias-e-lanca-plano-regional-no-norte-do-parana/#.W7VJevlKjZ5>>. Acesso em: 02 set. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, pp. 168-200.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. 5. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

EDITAL de Pré-seleção para sugestão de candidatos(as) ao cargo de Secretário(a) Regional de Educação do CODINORP. **Aliança Regional pela Educação**, 10 out. 2017. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/ef416a_01e5ca4e252f49ee82ff21d814d8a82b.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2018.

ESCOLA de Gestores capacita 400 educadores. **Portal da Prefeitura de Londrina**, 20 mar. 2014. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19404:escola-de-gestores-capacita-400-educadores&catid=79:-administracao&Itemid=967>. Acesso em: 02 set. 2018.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/ UFRJ, 2010.

_____. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx**, [S.l.], v. 5, n. 8, p. 45-67, jul. 2017. Disponível em:

<<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>>. Acesso em: 02 set. 2018.

FREITAS, Luiz Carlos. Os empresários e a política e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12594/8857>>. Acesso em: 12 Out. 2017.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HEDLER, Ana Paula. Fundação Lemann Realiza imersão na secretaria de educação de Londrina. **Portal Prefeitura de londrina**, 21 jun. 2016. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24409:fundacao-lemann-realiza-imersao-na-secretaria-de-educacao&catid=108:destaques>. Acesso em: 07 set. 2017.

LAFER, Marina; LEITE, Rafael. Contexto de arranjos cooperativos locais para a gestão da educação no Brasil. **Aliança Regional pela educação**, 2017. Disponível em:

<<https://www.aliancapelaeducacao.org/contexto-de-arranjos-cooperativos-1>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

LAMOSAS, Rodrigo de Azevedo. **Estado, classe social e educação no Brasil**: uma análise crítica da Associação Brasileira do Agronegócio. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LONDRINA. Decreto n.º 1620, de 20 de janeiro 2017. Cria a Escola de Servidores da Prefeitura de Londrina. **Jornal Oficial do Município de Londrina**, Londrina, Pr, 20 de janeiro de 2017. Disponível em:

<http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_recursos_humanos/decretos/jornal_3177_assinado.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MARTINS, Rafael Moro. Londrina faz "concurso" para secretário de Educação; 129 se inscreveram. **UOL Educação**, 18 nov. 2016. Disponível em:

<<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/11/18/londrina-faz-concurso-para-secretario-de-educacao-129-se-inscreveram.htm>>. Acesso em: 28 set. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 6.ed. São Paulo: Editora, 1987, p.78. (Coleção Universidade Popular; 1)

MEMORANDO de Entendimento assinado entre o Vetor Brasil e o prefeito eleito, Marcelo Belinati. **Vetor Brasil**, 26 out. 2016. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/0B85EkwD5YvqWeTF6VGhwT19fV3JyRGx2MDEtazBVdXJJR1VZ/view>>. Acesso em: 07 set. 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 27-43, jan./ jul. 2014.

_____. **O ruralismo brasileiro**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Editora Xamã, 2005.

OIKAWA, Marcelo. **Porecatu**: a guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PARODI, Aline Machado. Londrina, no radar das fusões e aquisições. **Folha de Londrina**, Londrina, 21 mar. 2018. Caderno Economia [on-line]. Disponível em:

<<https://www.folhadelondrina.com.br/economia/londrina-no-radar-das-fusoes-e-aquisicoes-1002834.html>>. Acesso em: 28 set. 2018.

PROJETO possibilita aprimoramento de servidores municipais. Aproximadamente, 3.600 servidores municipais já estão cadastrados no Ambiente Virtual de Aprendizagem. **Portal Prefeitura de Londrina**, 14 de maio 2015. Disponível em:

http://www1.londrina.pr.gov.br/?option=com_content&view=article&id=21843:projeto-possibilita-aprimoramento-de%20servidoresmunicipais&catid=85:cidades&Itemid=972&fontstyle=f-larger%3E.

Acesso em: 07 set. 2018.

PROJETO pedagógico inovador é colocado em escolas. **Portal da Prefeitura de Londrina**, 12 de maio de 2014. Disponível em:

<http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19651:projeto-pedagogico-inovador-e-colocado-em-escolas&catid=92:educacao&Itemid=979>. Acesso em: 07 set.

2017.

SAWCZUK, Juliana Gonçalves e Ulisses. Parceria com Fundação Lemann garantirá salto tecnológico na Educação. **Portal da Prefeitura de Londrina**, 5 mar. 2018. Disponível em:

<http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=28805:prefeitura-recebe-doacao-de-mais-de-500-notebooks-para-a-educacao&catid=108:destaques>. Acesso em: 27 set.

2018.

SEMIS, Laís. Pra que serve um secretário regional de educação? **Gestao Escolar/Nova e-Escola**, 7 de maio de 2018. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1987/para-que-serve-um-secretario-regional-de-educacao>>. Acesso em 4 jun. 2018.

94TOYOTA, Joice. Relato do processo de seleção dos candidatos ao cargo de Secretário de Educação do município de Londrina: desafios e aprendizados. **Vetor Brasil**, dez. 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B85EkwD5YvqWTVRobnNWaWFUYzg/view>>. Acesso em: 27 set. 2018.

VETOR Brasil inova seleção de secretaria no Paraná. **Fundação Lemann**. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/noticias/vetor-brasil-inova-selecao-de-secretaria-no-parana>>. Acesso em: 27 set. 2018.

⁹⁴ Professora Adjunta de História da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPG/ECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ – Duque de Caxias). Coordenadora do Grupo EHELO – Estudos de História da Educação Local.

MESA 03: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, ESTADO AMPLIADO E HEGEMONIA

Coordenadora: Amália Dias

Apresentamos pesquisas em história social da educação desenvolvidas por membros do EHELO – Grupo de Estudos de História da Educação Local –, a partir da contribuição do referencial teórico e metodológico gramsciano, com ênfase nas relações entre os conceitos de Estado Ampliado e de Hegemonia. Segundo Antonio Gramsci, a educação equivale às operações fundamentais da hegemonia. Sua teoria do Estado Ampliado tem como fundamento a percepção de que o poder não é exercido apenas pela coerção, mas pela competência da classe dominante de manter seu poder pela sua capacidade de produzir e organizar o consenso para a direção econômica, política, intelectual e moral da sociedade. A partir do conceito de Estado Ampliado, discutimos a educação como uma arena de disputa entre várias propostas de sociedade, entre diferentes concepções do mundo, como um terreno onde os grupos sociais lutam pela hegemonia, pela conquista do consenso para seus diferentes projetos societários. Desse modo, “Gramsci para pensar a História da Educação” analisa como os instrumentos analíticos formulados e desenvolvidos por Gramsci podem ser operacionalizados em pesquisas sobre história da educação. “Patronato São Bento (1955-1961): Folha de Caxias e a construção da hegemonia”, e “Os Jornais como fontes para a história da educação na Baixada Fluminense (1947-1963)” apresentam a utilização da imprensa local enquanto aparelho privado de hegemonia e as potencialidades do uso deste tipo documental para os estudos em história da educação. Em “Jayme Abreu e a pesquisa educacional como ferramenta de posicionamento político” examina-se como as pesquisas em educação produzidas por agências da sociedade política, na década de 1950, constituíram recursos de construção de consensos nos debates educacionais sobre o ensino médio no período.

JAYME ABREU E A PESQUISA EDUCACIONAL COMO FERRAMENTA DE POSICIONAMENTO POLÍTICO.

Amália Dias⁹⁵

Ana Paula da Silva Esteves⁹⁶

Resumo: A historiografia da educação atesta como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) atuaram na promoção de pesquisas sobre a educação no Brasil nos anos 1950. O conhecimento obtido pela pesquisa institucionalizada por essas agências estatais deveria subsidiar o planejamento das políticas educacionais. Nesse contexto, Jayme Abreu foi diretor da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME) e supervisionou a pesquisa sobre a educação no estado do Rio de Janeiro. A partir dos resultados do relatório “O Sistema Educacional Fluminense” pretendemos examinar como as críticas de Jayme Abreu à escola secundária refletem as disputas acerca das expectativas sobre a função social do ensino médio em relação aos projetos de organização social. As pesquisas em educação focalizaram as diferenças entre as oportunidades educativas e as demandas de formação para o desenvolvimento econômico e social do país. Por isso, entendemos a produção da pesquisa educacional, naquele contexto de redemocratização e de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como uma ferramenta de posicionamento político e de operação de hegemonia. Numa perspectiva gramsciana em que o Estado é uma correlação de forças, entendemos que os intelectuais organizados no INEP procuravam intervir nos rumos das políticas públicas em educação, defendendo a democratização do acesso a escola. Assim, os debates sobre a função social do ensino médio e as críticas a escola secundária assumiram centralidade nas denúncias sobre a dualidade do sistema escolar brasileiro e sobre as diferenças regionais do país. As críticas ao ensino médio descortinam o debate entre privatistas e defensores da escola pública, oferecem importantes subsídios sobre os embates políticos que permearam o processo de institucionalização desse nível de ensino no estado.

Palavras-chave: Ensino Médio, Redemocratização, Políticas Educacionais.

Introdução

Jayme Abreu⁹⁷ dirigiu a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), que foi uma iniciativa do Ministério de educação e Cultura (MEC), através do Instituto de Nacional de Estudos e Pedagógicos (INEP), que era dirigido no período por Anísio Teixeira.

⁹⁵ Licenciada em Pedagogia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPG/ECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ – Duque de Caxias). Bolsista CAPES.

⁹⁶ Jayme Abreu (1909-1973) atuou como inspetor do ensino secundário na Bahia na década de 1930 e nos anos de 1940 atuou na gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação da Bahia. Foi diretor executivo da CILEME e acumulou, a partir de 1955, o posto de Diretor Executivo do INEP com a chefia da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CBPE.

⁹⁷ Publicações da série Inquéritos e Levantamentos do CBPE: Acreditação de escolas secundárias nos Estados da América do Norte, de Thales Mello Carvalho (1953); A educação em Santa Catarina, de J. Roberto Moreira (1954); A educação no Paraná, de Erasmo Pilotto (1954); O ensino por unidades didáticas: seu ensaio no Colégio Nova Friburgo, de Irene Mello Carvalho (1957); A escola elementar e a formação do professor primário no Rio Grande do Sul, de J. Roberto Moreira (1955); O sistema educacional fluminense, de Jayme Abreu (1955); Introdução ao estudo do currículo da escola primária, de J. Roberto Moreira (1955); Estudos sobre o Ceará, de Joaquim Moreira de Souza (1955); A educação secundária no Brasil, de Jayme Abreu (1955); Município e ensino no Estado de São Paulo, de Carlos Correa Mascaro (1959). Cf. XAVIER, 2008, p. 136.

O objetivo da Campanha era “retratar, medir e avaliar a realidade educacional brasileira” buscando “descrever aspectos gerais do sistema educacional” (ABREU, 1955, p.11). No Rio de Janeiro, a campanha ficou a cargo de Jayme Abreu e teve início no primeiro semestre de 1953 e terminou em 1954, com duração de oito meses, sendo os resultados da pesquisa publicada no livro – “O Sistema Educacional Fluminense (uma tentativa de interpretação e crítica)” – no ano de 1955.

No referido livro Abreu, além de apresentar a situação educacional no Estado do Rio de Janeiro nos seus diferentes níveis, o autor traz uma densa crítica a rede escolar fluminense. Nesse trabalho, nos ataremos nas críticas dirigidas à escola média fluminense. Tendo como norteador o conceito gramsciano de Estado, que para ele “é o resultado das relações orgânicas entre sociedade política e sociedade civil” (COUTINHO, 2011, p.273) onde a sociedade civil busca, através do consenso, se projetar na sociedade política. Buscamos, assim, demonstrar como essas críticas estavam ligadas aos embates políticos vivenciados no período.

Nessa perspectiva dos investimentos do INEP em pesquisa educacional, Anísio Teixeira prefaciava a obra como uma “monografia” realizada pelo professor Jayme Abreu, caracterizando o estudo de “grande riqueza informativa”, tendo realizado um “exame de conjunto do sistema estadual de educação e do meio econômico e social” (ABREU, 1955, p.05). Jayme Abreu foi um intelectual muito atuante nos debates do ensino médio do período e, pela mesma Série de Publicações do INEP⁹⁸, também foi responsável pelo “A escola secundária no Brasil” (1955) e por artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (SANTA ANA, 2016).

É preciso ter em vista que Abreu, assim como Anísio Teixeira, faziam parte do grupo dos signatários da Escola Nova, intelectuais que ficaram conhecidos como “renovadores” e que vinham disputando espaço no cenário educacional desde as primeiras décadas do século XX, tendo sua atuação minimizada com a implementação do Estado Novo (1937-1945). Após o término do período ditatorial e com redemocratização do país, as forças políticas e sociais voltaram a se organizar, e com a promulgação da nova Constituição 1946, o debate a cerca das Diretrizes e Bases da Educação trouxe de volta a cena os atores na disputa pela hegemonia no cenário educacional nacional (SAVIANI, 2013, p.).

Campo educacional em disputa

⁹⁸ Doutor em História Comparada, Professor Adjunto de História da Educação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mcezarufjr@uol.com.br.

A historiografia da educação nos apresenta que o início do século XX foi um período de disputas pelo campo educacional brasileiro. A educação formal ganhou um papel central na reconfiguração que se buscou imprimir no país, buscava-se romper com modelos do período anterior e imprimir novas configurações à sociedade nacional, em uma tentativa de se construir uma cultura nacional.

Dentro desse contexto, a forma escolar se tornou o lugar privilegiado de modelagem do novo cidadão, e o centro disseminador da configuração que se quer imprimir na sociedade. Desse modo, o projeto educacional se torna alvo de disputas no cenário nacional trazendo para a cena, atores em disputas pela sua hegemonia.

A Revolução de 1930 possui uma significação abrangente a toda obra educacional que se instalou no pós-1930, pois a redefinição do papel da União na ordem política produz efeitos nos diversos aspectos da política pública de educação. Em outra dimensão, o Estado, em sua expressão nacional, torna-se o fulcro da política educacional como um todo, exigindo dos atores políticos de educação que se tornem também eles, atores nacionais (ROCHA, 2000, p.33)

O ensino secundário passou por grandes transformações no Pós-1930. Nos períodos anteriores, este nível de ensino, “era estruturado pelo regime de cursos preparatórios”, e passou por diversas reformas “porém, [as reformas] não lograram êxito”. (DALLABRIDA; SOUZA, 2014, p.12). Foi no período Vargas, mais especificamente, com a Reforma Francisco Campos que esse nível de ensino deixou de funcionar como exames parcelados que preparavam para os exames de acesso ao ensino superior, e passou a ter “organicidade” (DALLABRIDA; SOUZA, 2014, p.13) e sua finalidade seria formar “a personalidade do aluno, além de sua habilitação geral para a escolha profissional” (ROCHA, 2000, p. 36).

Os debates educacionais no período logo após o Revolução de 1930, tinham como principais atores os Pioneiros da Educação Nova, que defendiam uma “escola pública, leiga, gratuita e sob responsabilidade do Estado”(XAVIER, 2003, p.14) e os católicos que se opunham aos escolanovistas na questão da laicidade, da coeducação e do “monopólio da educação pelo Estado” (ROCHA, 2000, p. 63), essa disputa se deu no cenário da construção da Constituição de 1934, e os escolanovistas apresentaram nesse momento histórico o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, reunindo vários profissionais ligados a educação e que defendiam o modelo de escola apresentado. Segundo Xavier (2003):

O Manifesto articula a educação escolar à formação do indivíduo e sua integração ao meio social, acreditando que por meio da educação escolar seria possível formar cidadãos conscientes de suas potencialidades criadoras e aspirações que emanam de seu tempo em uma ação constitutiva cujo caráter universal e democrático seria garantido pela aplicação do conhecimento científico à obra educacional (Xavier, 2003, p.15).

Com o advento do Estado Novo, as discussões sobre a questão educacional cessam e o regime autoritário acabou por suprimir o agente democratizador e se alinhou aos agentes conservadores. Esse alinhamento no setor educacional foi realizado pelo novo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, e

Alceu Amoroso, liderança católica (DALLABRIDA; SOUZA, 2014, p.16). As Leis Orgânicas do Ensino demonstraram a aliança entre esses setores, que de acordo com Rocha (2000):

Tratou-se de um ensino de cunho ideológico, valorativamente autoritário, centralista na sua formulação e controle, regulamentador estrito dos conteúdos e das regras de ensino, fiscalizador burocrático-formalista desses conteúdos e regras, homogeneizador do ensino em âmbito nacional nos níveis e tipos de ensino, segmentador dos cursos, dificultando equivalências e passagens de um curso ao outro (ROCHA, 2000, p. 117).

Contudo, foi no período do Estado Novo que se organizaram as escolas técnicas profissionalizantes, que segundo Xavier (2003):

De acordo com modelo legislativo educacional do Estado Novo, a ênfase na formação profissional destinada às classes menos favorecidas promoveu uma estreita correspondência entre ensino profissional e mercado de trabalho, reforçada pela divisão do ensino de nível médio nos ramos comercial, agrícola e industrial. Por seu turno, a educação geral ficou a cargo da escola secundária, caracterizando-se pela ênfase atribuída ao ensino humanista em detrimento da formação científica e técnica, reservando-se para a escola secundária a prerrogativa de preparar as elites para o ensino superior, enquanto as massas seriam atendidas pelo ensino primário ou por escolas profissionais menos valorizadas (XAVIER, 2003, p.17).

Após o fim do Estado Novo o debate referente à educação foi retomado, nesse momento os principais atores envolvidos nessa disputa eram os renovadores, os católicos e, um novo ator que, de acordo com Rocha (2000) e Maia (2017), foi se organizando no período do Estado Novo, os privatistas laicos. Esse ator cresce no cenário nacional através da equiparação entre escolas públicas e privadas, concedidas pelo governo através da inspeção federal, condição imposta pela Reforma Francisco Campos e, também por conta da omissão do Estado na oferta do ensino secundário.

Sistema Educacional Fluminense: crítica ao ensino médio

Para o período proposto o que Abreu chama de ensino médio, compreende o período escolar que hoje se inicia após o ensino primário (5º ano) e se estende até o ensino médio. Esse ensino era dividido em dois ciclos: um de formação geral, de cinco anos, e após um ciclo complementar de mais dois anos, que pela reforma Francisco Campos (Decreto nº 18.890, de 18/04/1931), era dividido em três seções, sendo estas, a de direito, a de medicina, odontologia ou farmácia e a de engenharia ou arquitetura. Posteriormente com a Reforma Capanema (Decreto-Lei nº 4.244, de 09/04/1942) essa configuração é alterada, o primeiro ciclo passou a ter quatro anos e a denominar-se ginásio e o segundo ciclo – colegial – passou a ter três anos, subdividido entre clássico e científico (DALLABRIDA; SOUZA, 2014, p.16).

Uma das críticas colocadas pelos renovadores e, enfatizada por Anísio Teixeira, era acerca do caráter dualista da educação brasileira “proveniente de tempos coloniais e de escravidão” que separava em instâncias diferenciadas o ensino intelectual do ensino para o trabalho” (ROCHA, 2014, p.368). Nesse

sentido Abreu destaca que a articulação entre o ensino secundário e os outros ramos de ensino técnico-profissional, propiciada por decreto no início da década de 1950, e posteriormente efetivado no texto da LDB-1961, fez “muito mais importante sua virtual capacidade de desenvolver e orientar aptidões do que a de preparação para estudos superiores” (ABREU, 1955, p.280).

Os ramos do ensino médio civil existentes no Estado do Rio de Janeiro e suas estruturas, segundo Jayme Abreu, estavam assim definidos:

Ramos de ensino	1º ciclo	2º ciclo
Secundário	Ginasial (4 anos)	Colegial (3 anos)
Industrial	Industrial básico (4 anos)	
Comercial	Comercial básico (4 anos)	Técnico comercial (3 anos)
Agrícola	Iniciação agrícola (2 anos) Maestria agrícola (2 anos)	Técnico agrícola (3 anos)
Normal	Regente de ensino primário (2 anos)	Formação de professor primários (3 anos)
Enfermagem		Curso de enfermagem (3 anos)
Serviço social		Curso de serviço social (3 anos)

Fonte: Elaborado a partir de Abreu (1955, p. 58).

De acordo com o Decreto-Lei 1.821 de 12 de março de 1953, foi estabelecida a equivalência entre os diversos cursos de ensino médio. Desse modo em seu artigo primeiro coloca-se que qualquer estudante proveniente dos ensinos básicos de comércio, industrial, agrícola ou normal poderiam se matricular nos cursos de segundo ciclo “satisfazendo as condições legais” (BRASIL, 1953). No artigo segundo, que versa sobre o ingresso nos cursos superiores, versa para ingresso nesse nível de ensino “além de atender à exigência comum do exame vestibular e as peculiaridades a cada caso” os aspirantes devem ter concluído algum dos ramos do ensino médio (BRASIL, 1953).

A crítica de Abreu (1955) a escola média fluminense inicia-se pela finalidade e objetivos deste nível de ensino, que estava, ainda, pautado de forma centralizada nas Leis Orgânicas do Ensino formuladas

por Gustavo Capanema no período estadonovista, que tinham como objetivo “formar a personalidade integral do adolescente, desenvolvendo-lhe a consciência patriótica e humanista, propiciando-lhe a cultura geral, como base para estudos superiores” (ABREU, 1955, p.279). Porém, para Abreu a forma como se apresentava a escola média estava longe de “alcançar” plenamente os “objetivos de formação do discente, previsto em Lei”. Tendo em vista que, para o autor não havia “integração do aluno com a escola”, pois só permaneciam no ambiente escolar no “período de um turno enquanto duravam suas aulas” (ABREU, 1955, p.280).

Em sua análise sobre a escola secundária Abreu conclui que havia um desajuste entre a superestrutura educacional e a estrutura educacional a que servia, posto que a escola se manteve em moldes que não convinha à situação vigente de incorporadora de camadas populares em seu quadro (ABREU, 1955, p.282), de forma que as escolas não correspondiam às exigências do público que a buscava. Para Abreu:

Algemada nossa escola secundária a formas e estilos acadêmicos superados, que se racionalizam com o rótulo de “humanismo”, como se este apenas se contivesse nos estudos de belas-letas, é evidente que essas formas tradicionais já são improprias e incapazes de corresponderem às multiformes exigências de uma considerável e heterogênea massa de interesses, que nada têm a ver com o sentido aristocrático de estudos que se propõem a cultivar estilos de vida do passado (ABREU, 1955, p.282-283).

Desse modo, para ele, a escola média não estava em consonância com as “mudanças e deslocamentos sociais, políticos, econômicos, tecnológicos” que vinham ocorrendo na sociedade (ABREU, 1955, p. 283), tendo em vista que o grande público que buscava a escola média fluminense eram os filhos dos trabalhadores fruto da industrialização e urbanização que vivia o Estado (ABREU, 1955, p.298) que buscava via escolas uma forma de ascender socialmente.

Segundo Saviani (2013), os intelectuais renovadores defendiam a opinião de que era preciso “romper com a formação excessivamente literária” da cultura educacional e imprimir a ela “um caráter eminentemente científico e técnico” a fim de vincular a escola “ao meio social produtivo” (SAVIANI, 2013, p. 248) Para Abreu a escola, e de forma mais específica a escola média, devia estar articulada com as “bases sociais e políticas” e acrescentaríamos econômicas, pois se não houvesse a integração desses fatores “não haver[ia] penetração profunda de qualquer deles na vida social” (ABREU, 1955, p.282).

A demanda pela escola secundária em detrimento dos outros níveis profissionalizantes do ensino médio era condenada por Abreu. Por seu conteúdo livreiro, a escola secundária não seria adequada para a formação profissional pertinente ao desenvolvimento econômico almejado, daí a “desintegração funcional dessa escola em relação à realidade social” (ABREU, 1955, p.299).

A demanda pela escola secundária para alcance de prestígio social e ocupação de profissões liberais ou de cargos no serviço público era considerada um equívoco da classe média urbana:

A nossa escola secundária, na uniformidade rígida dos seus currículos, com espírito exclusivamente propedêutico de academia, faz ‘tabula rasa’, de toda a soma de evidências de mudanças e deslocamentos sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e decorrentes valores grupais, e continua raciocinando ou racionalizando em torno do imenso aumento de sua escolaridade como se todo ele se processasse com sentido de classe privilegiada, preparação de futura elite intelectual e política do País (ABREU, 1955, p.283).

Além de estar em descompasso com as necessidades do desenvolvimento industrial, as condições de funcionamento da escola, a precariedade das instituições, a falta de formação do magistério, etc. dificultavam que os objetivos da escola secundária, ainda que atrasados, fossem eficazmente cumpridos.

Algemada nossa escola secundária a formas e estilos acadêmicos superados, que se racionalizam com o rótulo de “humanismo”, como se este apenas se contivesse nos estudos de belas-letas, é evidente que essas formas tradicionais já são impróprias e incapazes de corresponderem às multiformes exigências de uma considerável e heterogênea massa de interesses, que nada têm a ver com o sentido aristocrático de estudos que se propõem a cultivar estilos de vida do passado (ABREU, 1955, p.283).

Ao lado das críticas sobre a predominância dos estudos humanistas, como o ensino obrigatório do latim por sete anos, justificado por uma “falaz pretensão de conseguir um falso enciclopedismo generalizado” (ABREU, 1955, p.284), reclamava-se maior presença no currículo das ciências naturais e da superação da “falsa distinção aristocrática entre trabalho manual e trabalho intelectual.” (ABREU, 1955, p.283). As disputas em privilegiar no ensino secundário os conteúdos humanistas ou os conteúdos das ciências naturais remetiam aos debates da década de 1930 sobre a organização do ensino, “no bojo das intensas disputas travadas em torno da educação concebida, por diferentes grupos sociais, como campo estratégico para os projetos de reconstrução nacional” (SOUZA, 2008, p.164). As diferentes posições “denotam as clivagens sociais que demarcaram o acesso e a democratização da escola na sociedade brasileira” (SOUZA, 2008, p.164).

Interessante observar que, em função do modo como os objetivos e princípios filosóficos, currículos, programas de ensino, exames e promoções eram organizados, o caráter pretensamente “humanista” e conteudista da escola secundária não era democrático, havendo um “desacordo entre os princípios aristocráticos que ainda a inspiram e sua situação de incorporadora de camadas populares sempre maiores, a seus quadros” (ABREU, 1955, p.282).

Urbana e de classe média que é, prevalecentemente, funciona como se atendesse apenas aos representantes de um patriciado rural que era sua clientela do passado, ao tempo dos grandes internatos particulares que se espalharam pelo Estado do Rio de Janeiro, como pelo Brasil. Destinada progressivamente às massas, continua aristocrática, acadêmica e pretensamente intelectualista no seu espírito, nos seus processos, nos seus métodos, em completo desajuste com as finalidades a que deve atender predominantemente. Daí, ao nosso ver, sua crise atual: mantenedora de uma super-estrutura ideológica desajustada, inatualizada, em relação à estrutura social a que serve. Legalmente, essa escola visa uma formação “humanística” que não tem condição de realizar e, em verdade, funciona exclusivamente em termos de escola propedêutica para cursos superiores, o que não chega a conseguir e nem é a finalidade para o qual a buscam, noventa por cento dos que a ela se dirigem (ABREU, 1955, p.284).

Nos debates do período, Jayme Abreu foi importante na defesa de que “a democratização das oportunidades educacionais em nível secundário era um dos maiores desafios da educação brasileira” (SOUZA, 2008, p.206), tanto pela falta de incorporação de amplas parcelas da população quanto pelo tipo de escola ofertada: “De fato, um número cada vez maior de profissionais da educação posicionava-se a favor da democratização do ensino secundário reformulado em consonância com as necessidades e características dos novos efetivos escolares” (SOUZA, 2008, p.206).

Considerações Finais

No auge dos debates a cerca da construção do projeto da Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional, os profissionais da educação apresentaram o Manifesto mais uma vez Convocados, como uma reedição do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, tendo como princípio a retomada da luta pela democratização da escola, a garantia de seu caráter público, e a extensão do acesso a escola para toda população e garantindo meios para a permanência dentro desta, com o intuito de transformar as escolas em “maquinas de democracia, como a definiu Anísio Teixeira” (XAVIER, 2003, p.19).

Para garantir essa bandeira, o Manifesto previa “a liberdade de culto na escola e a mobilização dos recursos públicos em prol da melhoria da educação dirigida às camadas populares” (XAVIER, 2003, p.19) enfatizando a necessidade de se preservar a escola pública, pois para seus signatários a escola era “um dos mais poderosos fatores de assimilação e de desenvolvimento das instituições democráticas” (XAVIER, 2003, p.21).

Este manifesto agregou segundo Xavier (2003), grupos que até este momento histórico tinham certas divergências em relação à educação escolar, era o caso dos professores de história e filosofia da USP, que defendiam a escola pública como uma possibilitadora da afirmação individual e da autonomia dos sujeitos, os intelectuais ligados a Florestan Fernandes defendiam que escola pública era o instrumento para se superar o subdesenvolvimento em todos os níveis no país e os renovadores que defendiam que a escola pública teria o papel primordial para a consolidação da democracia e para que o país se desenvolvesse economicamente (XAVIER, 2003, p. 20). O que todos tinham em comum era a defesa da escola pública como instrumento fundamental para uma real mudança na sociedade.

Dentro desta exposição Jayme Abreu estava alinhado ao grupo dos renovadores, juntamente com Anísio Teixeira na organização das pesquisas, levantamentos e inquéritos sobre a educação no país.

Sua análise sobre o ensino médio fluminense demonstra seu posicionamento político a cerca do modelo escolar que vinha sendo desenvolvido no Estado. A crítica a centralização que para o autor desestimulava as potencialidades regionais de se desenvolver e de criar formas diversas causava um

desajuste entre o modelo escolar e a economia dessas regiões. Para o autor a escola média deveria estar em perfeita concordância com o modelo produtivo da região em que estava inserida de forma que pudesse desenvolver em seus educandos a intelectualidade, porém, articulada com o modelo de produção que fosse útil a sociedade local.

Referências bibliográficas:

- ABREU, Jaime. *O sistema educacional fluminense. Uma tentativa de interpretação e crítica*. MEC/INEP/CILEME, 1955.
- BRASIL. Decreto-Lei 1.821 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Legislação Federal. Rio de Janeiro, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em 30/09/2018.
- COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- DALLABRIDA, Norberto. SOUZA, Rosa Fátima de. O todo-poderoso império do meio”: transformações no ensino secundário entre a Reforma Francisco Campos e a Primeira LDBEN (à guisa de apresentação). In: DALLABRIDA, Norberto. SOUZA, Rosa Fátima de. (Orgs.). *Entre o Ginásio de Elite e o Colégio Popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil. (1931- 1961)*. Uberlândia: EDUFU, 2014.
- MAIA, MANNA NUNES. *The Making Of Empresariado Do Ensino Secundário Em Niterói – RJ (1889-1944)* Niterói-RJ, 2017. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Educação Conformada, a política de educação no Brasil 1930-1945*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. A compreensão anisiana do “padrão escolar” brasileiro. In: DALLABRIDA, Norberto. SOUZA, Rosa Fátima de. (Orgs.). *Entre o Ginásio de Elite e o Colégio Popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil. (1931- 1961)*. Uberlândia: EDUFU, 2014.
- SANTA ANA, Andréa Márcia. *Educação, Estado e poder: o ensino médio em debate na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1962-1972)* Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2016.
- SAVIANI, Demerval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 4. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção memória da educação).
- SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.
- XAVIER, Libânia Nacif. Manifestos, cartas, educação e democracia. GONDRA, José G. MAGALDI, Ana Maria. (Org). *A Reorganização do Campo Educacional no Brasil*. Manifestações, manifestos e manifestantes. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- XAVIER, Libânia Nacif. Qualificação de professores em três campanhas do Ministério da Educação no decênio 1950-1960. In: MENDONÇA Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif. (Orgs.). *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

GRAMSCI PARA PENSAR A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro⁹⁹

Resumo: Busca-se discutir a importância do aparato teórico e metodológico gramsciano para pensar a sua contribuição nos estudos da área de História da Educação. A partir do conceito de Estado Ampliado, discutir o papel da educação como um campo de disputa entre várias propostas de sociedade, entre diferentes concepções do mundo, como um terreno onde os grupos sociais lutam pela hegemonia, pela conquista do consenso para seus diferentes projetos societários. Nesse sentido, apresentar o conjunto de instrumentos analíticos formulados ou desenvolvidos por Gramsci, cujo conceito de hegemonia pode estabelecer o nexos articulador com as demais categorias gramscianas, como um consistente caminho para a compreensão dos fenômenos históricos no Brasil, com destaque para o campo educacional. Partindo da proposição básica de que as classes sociais, o conflito de classes e a consciência de classe existem e desempenham um papel na história, ressalta-se o papel dos historiadores da educação em apontar questionamentos onde muitos só enxergam certezas e pensar as continuidades e mudanças da realidade educativa e pedagógica pesquisada, articulando conceitos fundamentais do pensamento gramsciano para entender os processos de dominação: hegemonia, subalternidade, jacobinismo, revolução passiva, reforma intelectual e moral, espírito de cisão, educação e autoeducação das massas. De modo que aos intelectuais – e, em particular, aos historiadores e professores de História da Educação – comprometidos com os interesses populares cabe a missão de contribuir para a formação de pessoas orientadas para uma perspectiva de elaboração de uma alternativa de emancipação social para nosso povo. No sentido de formar pessoas questionadoras, cidadãos que não aceitem o consenso dominante, que estejam dispostos a se contrapor à hegemonia dos setores dominantes.

Não se pode pensar a História da Educação sem a mobilização rigorosa dos instrumentos teóricos e metodológicos da investigação histórica. Trata-se de uma área que se ocupa de abordar temáticas relacionadas a aspectos dos processos educativos criados nas diferentes sociedades existentes ao longo do tempo. Busca-se realizar análises que consideram o contexto histórico e suas contingências para a problematização e compreensão dos processos educativos pesquisados. Contudo, são análises que apresentam uma variedade de abordagens historiográficas ao longo do desenvolvimento da História da Educação como disciplina e campo de pesquisa. Isto é, essas análises são norteadas por diferentes perspectivas e concepções históricas, que reflete um posicionamento diante do mundo e daquela realidade que está sendo por descrita nos estudos históricos. Não existe História neutra ou História que seja uma mera reprodução dos fatos ocorridos em determinado momento histórico. Enquanto uma construção, a

⁹⁹ Trata-se, entretanto, de uma totalidade hierarquizada, que não deve ser confundida – como querem alguns – com um simples inventário dos acontecimentos do passado, algo impossível e absurdo de ser realizado. Uma totalidade que englobe os aspectos substantivos e essenciais da realidade social pesquisada, contribuindo para que esta possa ser racionalmente explicada.

História pode ter maior ou menor compromisso com a evidência, mas na qual existe sempre uma carga indiscutível de subjetividade. De acordo com a historiadora Anita Prestes, isso significa afirmar que:

Numa sociedade atravessada, e movida, por conflitos sociais, ou seja, numa sociedade onde há explorados e exploradores, onde há classes antagônicas, a História Oficial é sempre uma construção que reflete os interesses dos grupos sociais dominantes. Em outras palavras, é uma construção das classes sociais que detém o poder e os meios de comunicação. E isso é verdade, mesmo quando tal situação está mascarada, não explicitada, quando não é evidente (PRESTES, 2010, p. 92).

A autora prossegue fazendo as seguintes considerações:

Por isso mesmo, o historiador, aquele que se propõe a compreender e explicar os fenômenos que têm lugar nas sociedades humanas, precisa ser um questionador, uma vez que ele, sendo um personagem do seu tempo, inserido em determinada sociedade de uma determinada época, não é nem pode ser neutro. No máximo, conseguirá manter uma neutralidade aparente.

Qual deve ser, pois, a postura do historiador diante da História Oficial - aquela elaboração histórica que convém aos grupos dominantes na sociedade e que se encontra consagrada e difundida principalmente nos livros escolares e na mídia? Tanto o historiador quanto o professor de História, no mundo de hoje, e, em particular no Brasil, diante de cada versão ou construção concreta apresentada pela História Oficial, tem que se posicionar, tem que se definir ideológica e politicamente. E se não o fizer conscientemente, estará na prática aceitando de maneira acrítica os postulados dessa História Oficial, que nos é imposta pelos donos do poder.

A partir de quais postulados teóricos será possível alcançar tal posicionamento ideológico e político? A diversidade de opções é enorme, desde o liberalismo clássico até as concepções de cunho autoritário ou fascista [...]. (*Idem*).

Nesse sentido, “posto que não há leituras inocentes, comecemos por confessar de que leituras somos culpados”, conforme ressalta Louis Althusser (*apud* GRÜNER, 2007, p. 101).

A produção do conhecimento científico-social, “desde a formulação das hipóteses à condução teórica, passando pela observação, seleção e estudo dos fatos”, conforme salienta Michel Löwy, “é atravessado, impregnado, ‘colorido’ por valores, opções ideológicas (ou utópicas) e visões sociais de mundo” (LÖWY, 2003, p. 203). As contradições do mundo social impregnam não só as práticas intelectuais, mas também as concepções e as palavras com que as nomeamos. Como salienta Nildo Viana, “a emergência, o desenvolvimento e a abordagem de determinados termos (científicos, filosóficos, teóricos, etc.) são produtos sociais e envolvidos nas lutas sociais, bem como as opções que os indivíduos assumem no uso ou determinado tipo de uso destes termos” (VIANA, 2008, p. 7).

A História é uma construção fundada em concepções teóricas e critérios metodológicos que devem ser, de alguma forma, explicitados pelo historiador. Apesar da produção de conhecimento nas ciências sociais e humanas estar ligada à visão social de mundo de uma classe social e de uma carga indiscutível de subjetividade, é possível um conhecimento objetivo da realidade (LÖWY, 1989, p. 9-34; PRESTES, 2010). O compromisso dos historiadores com a evidência dos fatos está relacionado com a

preocupação metodológica de distinguir entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são, enfatizando o real como seu objeto de investigação (HOBSBAWM, 1998, p. 8-9). Nós, historiadores, afirma Nathan Wachtel, “tratamos de uma realidade que existiu; não é ficção, de maneira nenhuma” (WACHTEL, 2012, p. 51).

Sem negar as novas possibilidades abertas pelo estudo das representações, proposto pela Nova História Cultural, o presente texto parte do entendimento de que o marxismo – materialismo histórico ou filosofia da práxis – é o que melhor consegue responder aos grandes problemas enfrentados pela humanidade, que melhor consegue explicar racionalmente o funcionamento das sociedades humanas, principalmente na época atual. Nos seus contornos atuais, muitas das pesquisas na área de História da Educação, fortemente influenciadas pela História Cultural, correm caem na “tirania do cultural”. Ao tentar-se escapar do “primado quase tirânico do social”, segundo R. Chartier (VAINFAS, 1997, p. 153), incorrer-se numa absolutização de sinal contrário. O historiador Ciro Flamarion Cardoso ressalta que: “O problema surge é quando se pretende *suplantar*, com o emprego de alguma noção de cultura (hoje em dia, quase sempre aquela de Clifford Geertz, ou alguma outra própria do perspectivismo hermenêutico), a de sociedade, formação social ou estrutura social” (CARDOSO, 2005, p. 278; grifo do autor).

É preocupante sobremaneira a produção historiográfica em que são absolutizados sejam as representações sejam outros aspectos culturais dos fenômenos estudados, deixando-se de lado os demais aspectos tão ou mais importantes. Chega-se, ou pode-se chegar, a uma caricatura das comunidades humanas pesquisadas, cujo funcionamento seria explicado exclusivamente a partir de um viés culturalista, perdendo-se, assim, a visão de conjunto da sociedade e de suas diferentes instâncias. Desta maneira, corre-se o risco de desconsiderar que “a história é um conjunto dentro do qual existem interconexões contínuas”, conforme nos reitera o historiador Pierre Vilar (VILAR, 1998, p. 285), ou seja, desconsiderar a busca de uma visão globalizante das sociedades humanas.¹⁰⁰

Quanto à micro-história, tendência que tem exercido significativa influência sobre os historiadores da educação, da maneira como foi enfocada, por exemplo, por Giovanni Levi, em artigo incluído na coletânea *A Escrita da História*, organizada por Peter Burke (LEVI, 1992), é perfeitamente aceitável para quem mantém a preocupação com as articulações entre a escala micro e o conjunto social. Afirma Giovanni Levi: “A questão é (...) como definir as margens – por mais estreitas que possam ser –

¹⁰⁰ Mestre em Educação pela UERJ/FEBF, Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense – CEPEMHed, mardetti.tuao@gmail.com.

da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam” (*idem*, p. 135).

Semelhante postura metodológica choca-se, contudo, com aquela adotada em alguns trabalhos, que acabam incorrendo na absolutização do particular, desligado de suas interconexões com o geral, dando origem a uma “história em migalhas”, expressão já consagrada na historiografia.

Se Marx e Engels, os pais fundadores da teoria marxista, abriram caminho para que a História se tornasse uma “ciência em construção”, nas palavras de Pierre Vilar (VILAR, 1976), para que conceitos como *classe*, *luta de classes* e *Estado* adquirissem “caráter científico”, coube ao filósofo e dirigente revolucionário italiano Antônio Gramsci um papel extraordinário no que diz respeito à teorização do Estado, do poder e da política, numa situação diferente, existente no Ocidente europeu no primeiro pós-guerra.

Nesse sentido, o conjunto de instrumentos analíticos formulados ou desenvolvidos por Gramsci, cujo conceito de hegemonia pode estabelecer o nexos articulador com as demais categorias gramscianas, constitui um caminho para a compreensão dos fenômenos históricos, em particular aqueles relacionados à educação.

Não há como analisar as experiências no campo educacional sem considerar que “se o fato educativo é um *politikum* e um *social*”, por conseguinte, conforme é ressaltado por Mario Manacorda, “toda situação política e social determina sensivelmente a educação” e, portanto, “nenhuma batalha pedagógica pode ser separada da batalha política e social” (MANACORDA, 2010, p. 432). Faz-se necessário levar em conta “como as ideias, as normas, as leis, os valores, as medidas de lei e as ações que constituem o universo dos fatos econômicos, políticos e sociais concretizam-se no mundo dos fenômenos da educação” (CIAVATTA, 2009, p. 405).

A educação está irremediavelmente associada ao projeto político-social de uma classe, ou seja, à maneira pela qual se organizam, formulam e expressam as vontades socialmente organizadas. Trata-se de um espaço de luta hegemônica e contra-hegemônica nas sociedades de classes.

Numa sociedade socialmente tão lacerada [...], na qual velho e novo, tradição e revolução convivem tão íntima e dramaticamente, um papel essencial é reconhecido [...] ao compromisso educativo: para as burguesias, trata-se de perpetuar o próprio domínio técnico e sociopolítico mediante a formação de figuras profissionais capazes e impregnadas de “espírito burguês”, de desejo de ordem e de espírito produtivo; para o povo, de operar uma emancipação das classes inferiores mediante a difusão da educação, isto é, mediante a libertação da mente e da consciência para chegar à libertação política. [...] Assim, também no terreno das pedagogias populares vai-se desde as reformistas até as revolucionárias..., desde as que visam a uma emancipação como integração (na sociedade burguesa) das classes populares [...] até as que reclamam, pelo contrário,

uma revolução da ordem burguesa, uma tomada do poder por parte dos proletários (CAMBI, 1999, p. 408-409).

Torna-se, pois, indispensável abordar a teoria gramsciana do “Estado ampliado”. Segundo Christine Buci-Glucksmann, “a ampliação do conceito de Estado” constitui a maior contribuição teórico-política de Gramsci (BUCI-GLUCKSMANN, 1990). A “ampliação” do conceito de Estado, de acordo com Guido Liguori, se processa em duas direções principais: 1) Sem invalidar a tese marxista da determinação “em última instância” do Estado e da política pelos fatores econômicos, Gramsci percebe a presença de uma nova relação entre política e economia como um dos traços peculiares do século XX, destacando a importância dos fenômenos relacionados com a autonomia relativa do Estado e da política, dentre os quais o fascismo adquire grande destaque; 2) A compreensão da nova relação entre “sociedade política” e “sociedade civil” (entendida esta como “lugar de consenso”), a que Gramsci chega formulando sua teoria da hegemonia (LIGUORI, 2007, p. 13-14).

Na perspectiva ampliada do conceito de Estado em Gramsci, a relação entre sociedade política e sociedade civil é dialética. Os termos não se apresentam como mutuamente excludentes, mas um propõe o outro. A sociedade civil é uma arena privilegiada da luta de classes, em que se dá uma intensa luta pela hegemonia e, precisamente por isso, não é o “outro” em relação à sociedade política (o “Estado-coerção”), mas junto dela um de seus inelimináveis momentos constitutivos. Para Gramsci, os aparelhos hegemônicos da sociedade civil, aparentemente “privados” e voltados para a formação do consenso, estão articulados dialeticamente ao Estado, constituindo um poder hegemônico no qual nenhum dos dois aspectos (força e consenso, direção e domínio) pode ser cancelado. O Estado é instrumento de uma classe, mas também lugar de luta pela hegemonia e processo de unificação das classes dirigentes. Tal perspectiva admite, no entanto, momentos de “contra-hegemonia”. Uma determinada classe social pode tornar-se hegemônica conquistando o consenso e impondo-se como dirigente, antes mesmo de chegar ao poder. Contudo, o desenvolvimento pleno da função hegemônica (combinação da força e do consenso) só ocorre quando essa classe “se tornar Estado” (LIGUORI, 2007: pp. 13, 21, 24, 29 e 47). Para Gramsci, o processo pelo qual uma classe “se faz Estado” é um momento iniludível na luta pela hegemonia (*idem*: p. 36).

Ao analisar os Cadernos gramscianos, Guido Liguori assinala:

Para Gramsci, nem tudo que parte da sociedade civil é bom (nela não prevalece a “lei da selva”?) e nem tudo que vem do Estado é mau (ele pode expressar instâncias universais que se originam na luta das classes subalternas, pode servir de barreira contra a força abusiva dos “poderes fortes”, pode ser instrumento capaz de redistribuir recursos segundo critérios de justiça). Só uma análise

histórico-concreta das relações de força presentes em cada momento pode definir, da perspectiva das classes subalternas, [...] a função e as potencialidades positivas ou negativas tanto da sociedade civil quanto do Estado (*idem*, p. 54).

A sociedade civil é um momento integrante do Estado entendido em sua acepção ampla e intimamente relacionada com a questão da hegemonia. Portanto, a sociedade civil não é politicamente neutra, mas, ao contrário, é um campo de disputa entre várias propostas de sociedade, entre diferentes concepções de mundo, expressando a mutável correlação de forças entre as classes. Nesse terreno, no qual tanto os dominados quanto os dominadores levam a cabo suas lutas ideológicas, é impossível pensar a educação desvinculada das relações de poder, de hegemonia. Segundo Gramsci, não existe uma separação orgânica entre sociedade civil e sociedade política. Tal separação é apenas metodológica. Como salienta a historiadora Anita Prestes:

O importante é compreender que toda classe dominante exerce a dominação através da coerção (cujos aparelhos fazem parte da sociedade política) e também do consenso e da hegemonia (produzidos na sociedade civil). É na sociedade civil que tem lugar a luta ideológica entre diversas concepções do mundo, ou melhor, entre as ideologias dos grupos dominantes e as dos setores dominados e explorados. Para Gramsci, a sociedade civil é atravessada e movida pelas lutas de classes, tese oposta à de ideólogos burgueses, como é o caso de Norberto Bobbio, para quem a sociedade civil seria o lugar do consenso, compreendido por este autor como entendimento, numa concepção de caráter liberal, segundo a qual não existiriam interesses antagônicos em choque [...]. É na sociedade civil que, de acordo com Gramsci, atuam os intelectuais orgânicos, aqueles intelectuais que expressam consciente ou inconscientemente os interesses dos diferentes grupos sociais existentes em cada sociedade. Segundo Gramsci, cada classe gera seus intelectuais orgânicos, ou produtores culturais, que atuam na sociedade civil, representando os interesses dos grupos dominantes nessa sociedade, e contribuem para que seja assegurada, através do consenso, a hegemonia desses setores. Para haver hegemonia, é necessário que haja aceitação e adesão dos setores subalternos ou dominados (PRESTES, 2010, p. 93-94)

A construção da hegemonia é um ato pedagógico. “Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”, que “não pode ser limitada às relações especificamente ‘escolares’” (GRAMSCI, 2004: p. 399). As relações educacionais constituem o próprio núcleo da hegemonia, enquanto relações sociais produtoras de sentido e de difusão de uma concepção de mundo convertida em norma de vida (ACANDA, 2006: p. 208-211).

A posição de Gramsci sobre a problemática da autonomia relativa das instâncias superestruturais, pode ser identificada no trecho que se segue do livro de Giovanni Semeraro:

O homem, para Gramsci, é impensável fora da história das relações sociais e das transformações operadas na natureza em virtude do trabalho organizado socialmente. (...) Ainda que livre e criativo, portanto, o indivíduo vive dentro dum conjunto de relações sociais cuja totalidade forma o campo do “historicismo absoluto”. Se é na historicidade que se realiza a atividade humana, então, tanto as “condições materiais” como a atividade do “espírito” e da cultura não são outra coisa senão o resultado cristalizado de sujeitos concretos que operam no tempo e buscam superar

as contradições com uma práxis consciente e transformadora. (...) A passagem da estrutura à superestrutura, da necessidade à liberdade, para Gramsci é o momento no qual o indivíduo se transforma em ser social, no qual se produz o sentido unitário da sociedade e se forma o “bloco histórico” que permite integrar dialeticamente as forças da esfera econômica com as expressões culturais e a participação política das massas excluídas. (SEMERARO, 2001, p. 154-156)

Se por um lado, o reconhecimento da autonomia relativa das instâncias superestruturais é um avanço considerável na atual historiografia que esteja voltada para esta problemática. Por outro lado, mais uma vez, há o perigo na absolutização dessa autonomia, que pode deixar de ser, na prática, relativa para tornar-se absoluta. Na realidade, tanto Karl Marx quanto Friedrich Engels e, em especial, Antonio Gramsci são os grandes formuladores desse caráter relativo da autonomia das instâncias superestruturais. Basta citar obras como *O 18 de brumário de Luis Bonaparte*, de Marx (2011) e a correspondência de Engels (1976) nos últimos anos de sua vida para comprovar tal afirmação. Trata-se de conseguir articular com competência as diversas instâncias da sociedade, hierarquizando-as e explicando os seus condicionamentos mútuos.

Teoricamente, existem duas formas de pensar em hegemonia: no sentido tradicional, como superioridade material sobre os outros, primazia, primado, proeminência ou domínio e, no sentido de Gramsci, como direção não somente político-econômica, mas também cultural, moral-intelectual. A primeira e mais comum das duas foi empregada pela maioria dos comunistas do século XX, pelo menos até os anos de 1950, para referir-se à inversão do tipo de dominação existente sob o capitalismo. Isso queria dizer que a aspiração do proletariado era ocupar o lugar social, econômico e político que a burguesia ocupava anteriormente. Desse ponto de vista, hegemonia seguia com uma conotação de coerção estatal na nova ordem, somente com o signo social invertido. A mudança de signo social só se efetuaria quando uma nova classe, o proletariado, tomasse o poder e pudesse exercer sua dominação sobre as outras classes sociais. Em contraste com essa acepção, o conceito gramsciano de hegemonia se opôs parcialmente a ideia de domínio, ampliando o conceito para além do âmbito militar, econômico e político.

Ao fazer a distinção entre dirigir e dominar, Gramsci não reduz o conceito de hegemonia à ordem, ao mando e à força (econômica e militar), mas pressupõe o consenso social e, em consequência, a capacidade de uma classe ou grupo para dirigir intelectualmente o conjunto da sociedade. A batalha das ideias – o diálogo e o confronto cultural – e a conformação coletiva da própria concepção do mundo, das crenças e das ideologias assumem relevância decisiva na luta pela hegemonia. Assim sendo, a construção de um novo bloco histórico não se esgota na convergência de interesses econômicos ou mesmo políticos, mas também por afinidades de natureza cultural.

Para uma compreensão dialética dos processos educacionais, há a necessidade de estudá-los segundo uma concepção dialética da realidade histórico-social pesquisada, em cujo contexto Estado e sociedade civil sejam entendidos em um nexos de unidade-distinção. Nesse sentido, a teoria gramsciana do “Estado ampliado” é uma ferramenta importante para perceber a dialética da relação entre Estado e sociedade civil. Dentro desse quadro, os objetivos, os métodos, os conteúdos, os contextos e os sujeitos que compõem uma experiência educacional adquirem um significado completamente distinto do que é apresentado, por exemplo, por estudos de viés culturalista. Normalmente, eles são apreendidos somente como processos isolados, de um campo de realidade limitado. Porém, analisados dentro do “Estado ampliado” gramsciano, abre-se a possibilidade de concebê-los em seu caráter dialético – e, conseqüentemente, relacional – no processo histórico em que aquela experiência de educação está inserida.

Nas palavras de Buci-Glucksmann, “Gramsci pratica uma espécie de dialetização dos diferentes campos do saber, que faz explodir definitivamente as distinções em atividades fechadas, em instâncias chamadas aqui e ali ‘econômica’, ‘política’, ‘literária’, ‘cultural’...” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 23).

Em relação ao instrumental teórico gramsciano, cabem duas notas de teor metodológico. Gramsci recusa a fossilização dos conceitos ou sua imposição à realidade histórica. Ele adverte que suas observações teóricas não devem “ser concebidas como esquemas rígidos, mas apenas como critérios práticos de interpretação histórica e política” (GRAMSCI, 2002, p. 67). Não se deve “forçar os textos” para dobrá-los a teses preconcebidas. Isto é, preocupa-me não seguir uma linha simplista e absolutizadora em que há distorção da informação empírica para forçá-la a encaixar-se nas categorias de análise conceitual. Porém, o historiador não pode abdicar do seu papel de interpretar os documentos – sejam eles de que tipo forem – e construir sua explicação dos fenômenos pesquisados.

Outra questão importante diz respeito ao fato de que os pares conceituais empregados por Gramsci – como sociedade civil e sociedade política, consenso e coerção, direção e domínio, entre outros – não se apresentam jamais como mutuamente excludentes. Cada termo pressupõe o outro, de tal modo que o emprego de um depende do emprego do outro. “Desse modo, o problema reside na determinação empírica da proporção, peso e valor de cada elemento da díade no contexto de uma situação histórica concreta” (FONTANA, 2003, p. 119-120).

A história é vista como história da luta de classes, da luta pela hegemonia, que atinge de diferentes formas diversos aspectos da vida social, inclusive e especialmente, os processos educativos. Uma análise da história concebida como luta social.

Em relação à educação, os escritos gramscianos desenvolveram-se em torno de três temas:

- 1) o papel da educação como parte do processo da formação da hegemonia cultural nas sociedades capitalistas burguesas;
- 2) as possibilidades de educação formal e não-formal como lugares de formação de consciência revolucionária, contra-hegemônica anterior a qualquer transição revolucionária;
- 3) os princípios que devem fundamentar a pedagogia socialista de uma sociedade pós-revolucionária.

Gramsci possui chaves interessantes para se pensar os processos educativos tanto no plano metodológico quanto dos conceitos fundamentais por ele apresentados e/ou desenvolvidos (como os de hegemonia, Estado integral, revolução passiva, classes e luta de classes / correlação de forças, cultura / nacional popular / senso comum, partido, intelectuais orgânicos). Portanto, o conjunto de categorias desenvolvidas por Antonio Gramsci constitui um campo aberto de criação histórica, apesar dos limites inerentes a qualquer conceito. Mas o que explica essa “adoção” de Gramsci é a análise da validade operatória de muitas de suas categorias para formular interpretações mais aprofundadas da realidade social concreta.

Ademais, os caminhos apontados pela contribuição do aparato teórico e metodológico de Gramsci nos revelam possibilidades para a elaboração de uma História comprometida com a evidência e, por isso mesmo, também com as aspirações de emancipação econômica, social e política de milhões de homens e mulheres explorados e oprimidos, com os objetivos dos movimentos sociais e das lutas populares por um mundo melhor, com justiça social e liberdade, que, como colocado por Gramsci, só poderá ser conquistado com uma transformação radical, de caráter socialista.

Referências bibliográficas

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Sociedade e cultura: conceitos complementares ou rivais?”. In: _____. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios. Bauru: Edusc, 2005.

CIAVATTA, Maria. *Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores* (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

ENGELS, F. “Carta a Jose Bloch”, 21-22/9/1890; “Carta a Conrado Schmidt”, 27/10/1890; “Carta a W. Borgius”, 25/1/1894. In: Marx, K. e Engels, F. *Obras Escogidas*. Vol. II e III. Moscou: Ed. Progreso, 1976.

FONTANA, Josef. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere, volume 3*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 1*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRÜNER, Eduardo. “Leituras culpadas: Marx (ismos) e a práxis do conhecimento”. In: BORON, Atilio, AMADEO, Javier e GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HOBBSAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

LIGUORI, G. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LÖWY, Michael. *Método Dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011

PRESTES, Anita Leocadia. “O historiador perante a História Oficial”. In: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Lodrina, v. 1, n. 2, p. 91-96, jan. 2010.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VIANA, Nildo. *Senso comum, representações sociais e representações cotidianas*. Bauru: Edusc, 2008.

VILAR, Pierre. “História marxista, história em construção”. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Ed.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. “A memória viva dos historiadores”. In: Boutier, Jean e Julia, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Ed. FGV, 1998.

WACHTEL, Nathan. “A versão dos vencidos”. Entrevista. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 76, p. 46-51, janeiro 2012.

PATRONATO SÃO BENTO (1955-1961): FOLHA DE CAXIAS E A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA

Márcia Spadetti Tuão da Costa¹⁰¹

Resumo: Apresentamos resultados da pesquisa em história da educação acerca do Patronato São Bento, fundado na década de 1950, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro para atender a uma determinada demanda social no território recém-emancipado. Relacionamos as marcas da referida instituição com as políticas implementadas em nível nacional que tem parte de seus documentos sob a guarda do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHED). A partir de Gramsci (2011), compreendemos como o jornal *Folha de Caxias* atuou na construção da hegemonia da classe dominante embasada no projeto de uma nova sociabilidade para a infância minorizada em Duque de Caxias e em seu entorno. Dessa forma, entrecruzamos os jornais com os documentos da referida instituição para entendermos o processo de criação e estabelecimento que estavam atrelados ao controle do território, a questão urbana-industrial que se delineava na cidade e a difusão da hegemonia da classe dominante atuante na cidade no período estudado. Utilizamos o Estado Ampliado como ferramenta metodológica (MENDONÇA, 2014) para compreender a ação dos agentes e das agências da sociedade civil e política na institucionalização do espaço de internamento e na construção de hegemonia. Souza (2014) nos ajudou a compreender a realidade local na década de 1950. Esse estudo identificou as peculiaridades perpassadas por diferentes disputas entre o governo, a igreja e a fração comercial da classe dominante, além do comprometimento com o projeto urbano-social de “limpeza” do distrito-sede de Duque de Caxias para atender a demanda do comércio e da sociedade política.

A campanha instituída pela imprensa e a construção da hegemonia

O Patronato São Bento (1959) foi uma instituição de internamento, administrada pela Associação Beneficente de Menores (ABM) que se constituiu em 1955. Essas instituições foram estabelecidas em Duque de Caxias a partir da campanha promovida pelo jornal *Folha de Caxias*.¹⁰² Nosso objetivo com esse artigo foi apresentar parte dessa campanha encetada pelo jornal e a ação contundente de seus agentes na construção de uma hegemonia, a criação do Patronato como solução.

O jornal *Folha de Caxias* foi uma das agências que contribuiu para a campanha de institucionalização do Patronato São Bento, conseqüentemente dois de seus diretores ocuparam cargos na

¹⁰¹ Cabe esclarecermos que esse jornal local teve seu primeiro número publicado em 22 de agosto de 1953. Nesse momento inicial, o mesmo tinha o nome de *A Folha de Caxias*. Segundo o acervo que consta no Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, a partir da edição de 1º de maio de 1955, o jornal passou a ser conhecido como *Folha de Caxias*. De 1º e 2 de julho de 1956 em diante, o jornal passou a ser denominado *Folha da Cidade*.

¹⁰² Nasceu no Espírito Santo, filho de pequenos agricultores; mudou-se para Jesus de Itabapoana, Rio de Janeiro; com o falecimento do pai, aos 14 anos, mudou com a família para Duque de Caxias; estudou no Colégio Duque de Caxias (1º grau), no Colégio Cardeal Leme (2º grau), Direito na UFF (3º grau), fez direito administrativo no IBAM e administração pública na FGV; intitulava-se um liberal; fundador do jornal *Folha da Cidade*, entre outras ações.

diretoria da ABM, Ruyter Poubel¹⁰³ e Mariano Sendra.¹⁰⁴ O último além de atuar na imprensa local, trabalhava na Associação Comercial de Duque de Caxias também.

Assim, essa análise foi centralizada nos artigos publicados nesse jornal que falavam diretamente das ações empreendidas pela ABM. Cabe destacar que as informações e os pontos de vista dos quais o leitor tem acesso por uma compreensão de que o mesmo tem direito “à informação e à discussão pública de concepções e ideias”, não isenta o referido veículo de comunicação da “ideologização política e econômica, mesmo que a atividade jornalística seja pública. Certamente, sendo pública está afeita a dividendos políticos; em sendo particular, estará necessariamente afeita a dividendos econômicos, mas também políticos” (ARAÚJO, 2002, p. 96).

Isso percebemos no tal aparelho, ao pensarmos a questão do “menor abandonado e infrator” na cidade, alguns aspectos demandavam diferentes ações naquele momento com intervenção direta de seus agentes e de suas agências. O próprio jornal local foi uma dessas agências e interveio como um interessante mecanismo de construção de consenso na institucionalização das diferentes ações junto aos meninos até a concretização do espaço de internamento. Faria Filho (2004) noutro contexto e noutro local demonstrou semelhanças ao registrar que na sua pesquisa:

[...] o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo os jornais foram vistos como importante estratégia educativa. (FARIA FILHO, 2004, p. 134)

Detectamos essas “novas sensibilidades, maneiras e costumes”, principalmente, ao analisarmos a ideia que estavam tentando imprimir à cidade. Havia uma tentativa de desassociar a conotação violenta a qual era atribuída à mesma. Essa característica era salientada como construção da imprensa carioca, tanto que o jornal publicava que a definição do município nos diferentes jornais do Distrito Federal era um “aposto incorreto e inoportuno que uma cidade laboriosa e proba recebe - o de ‘terra sem lei’.”¹⁰⁵ Apresentava tal título como injusto com a cidade pelo fato da mesma ser “limítrofe da Capital Federal” e acrescentava outros motivos. Destacamos algumas queixas sobre essa imprensa da “Capital Federal” e sua relação com o município de Duque de Caxias. O jornal salientava ainda que o município com característica rural marcante, mas com os empreendimentos que estavam sendo estabelecidos,

¹⁰³ Foi contador, um dos diretores do Jornal *A Folha de Caxias* no seu início e presidente da Associação Comercial.

¹⁰⁴ CAXIAS, ESSA INCOMPREENDIDA. Jornal *A Folha de Caxias*, 2-3 out. 1953

¹⁰⁵ DESPREZANDO DIFICULDADES E DESLISES: POLÍTICOS, DUQUE DE CAXIAS MARCHA VERTIGINOSAMENTE PARA A SUA SUPREMACIA NA TERRA FLUMINENSE. Jornal *A Folha de Caxias*. 12 set. 1953.

urbanizava-se e tinha um crescimento populacional naquele período, principalmente no primeiro distrito, “Duque de Caxias tem dado motivo à mais justa admiração pelo seu crescimento rápido e constante”.¹⁰⁶

Desde 1953, identificamos inúmeras reportagens relacionadas à atuação dos “menores infratores” que praticavam diferentes roubos e sempre era evidenciada a idade dos mesmos. Da mesma forma, no referido jornal sempre era apontada a indicação de uma instituição que abrigasse “o menor infrator” Assim como, uma possibilidade de solução esperada em relação a política nacional relacionada a Justiça.

Salientamos a reportagem, “Posto em liberdade o assaltante: Terá servido mais esta lição?”¹⁰⁷ que evidenciava que o “assaltante” (referindo-se ao “menor”) havia sido posto em liberdade. E foram feitas algumas perguntas, uma delas foi: “Por que não foi enviado para uma casa especializada, onde recebendo trabalho e tratamento psicológico, pudesse regenerar-se e ser mesmo útil à coletividade?”¹⁰⁸ Outra pergunta foi “Como se pode conceber que um jovem, em pleno verdor da idade, sendo um personagem perturbador da paz social, seja assim colocado novamente no caminho da degradação?”¹⁰⁹ E a última cobrava uma atuação do Estado, “Será que o Estado do Rio com tantas terras a perder por essas baixadas, não possuía um pequeno núcleo agrícola para os desajustados e delinquentes?”¹¹⁰ e ao mesmo tempo apontava uma possível solução, o trabalho no núcleo agrícola.

No ano de 1954, inúmeras reportagens abordaram a questão da violência. O jornal apresentava uma coluna com os assuntos policiais na última página do jornal, mas algumas matérias sobre violência ocupavam a primeira página ou dentro do próprio jornal. O tema do lenocínio continuava como manchete no ano de 1954. Na reportagem que apresentou os vícios da rua,¹¹¹ um deles dizia respeito à “prostituição explorada nos hotéis” e afirmava que os tais vícios eram consentidos.

Ao expor o “consentimento”, indicava que a imagem do município era manchada e na matéria intitulada “Carnaval em Caxias”,¹¹² havia um apelo: “Precisamos fazer parar a torrente de infâmias e de injustiças que se faz a tôda hora à custa da nossa Cidade [...]”.¹¹³

Assim, paralelamente, havia a tentativa da construção de uma nova imagem, como podemos perceber em algumas matérias em 1954. Na matéria “Recrudescer imundície no centro da cidade”,¹¹⁴ era

¹⁰⁶ POSTO EM LIBERDADE O ASSALTANTE: TERÁ SERVIDO MAIS ESTA LIÇÃO?. *Jornal A Folha de Caxias*. 25 out. 1953.

¹⁰⁷ POSTO EM LIBERDADE O ASSALTANTE: TERÁ SERVIDO MAIS ESTA LIÇÃO?. *Jornal A Folha de Caxias*. 25 out. 1953.

¹⁰⁸ POSTO EM LIBERDADE O ASSALTANTE: TERÁ SERVIDO MAIS ESTA LIÇÃO?. *Jornal A Folha de Caxias*. 25 out. 1953.

¹⁰⁹ POSTO EM LIBERDADE O ASSALTANTE: TERÁ SERVIDO MAIS ESTA LIÇÃO?. *Jornal A Folha de Caxias*. 25 out. 1953.

¹¹⁰ O VÍCIO ASSALTA AS RUAS. *Jornal A Folha de Caxias*. 18 JUL 1954.

¹¹¹ CARNAVAL EM CAXIAS”. *Jornal A Folha de Caxias*. 21 FEV 1954.

¹¹² CARNAVAL EM CAXIAS”. *Jornal A Folha de Caxias*. 21 FEV 1954.

¹¹³ RECRUDESCER A IMUNDÍCIE NO CENTRO DA CIDADE. *Jornal A Folha de Caxias*. 21 FEV 1954.

afirmado “Quando tudo se faz para erguer Caxias ao nível das cidades civilizadas, eis que aparecem dessas coisas para recalá-la à vala comum. Não é possível”.¹¹⁵ “Dessas coisas” era uma referência a venda de peixes na cidade e o estado em que a mesma ficava, havia uma atribuição à falta de higiene e apesar do esforço do veículo em melhorar a imagem da cidade, cobrava uma contrapartida daqueles que nela habitavam. Ao mesmo tempo em que indicava a Fábrica Nacional de Motores como sinal de futuro na matéria intitulada “Caxias, Cidade de Futuro”.¹¹⁶

A atuação da Polícia e as suas condições de trabalho, ocuparam diversas páginas do jornal em 1954. Quanto à demanda do “menor”, evidenciamos “Em Caxias: Crianças na senda do crime”,¹¹⁷ “Como falou o Juiz – A infância abandonada”,¹¹⁸ “Persiste a jogatina de menores nos parques de diversões”,¹¹⁹ “Olhe as crianças meritíssimo Juiz”¹²⁰ e “Infância Abandonada”.¹²¹

A matéria em que trata da “Obra inadiável: amparar a infância desvalida”¹²² abordou a questão do “menor” considerando que a mesma tenha sido ignorada pelas autoridades do município. Afirmava, ainda, que essa situação dos menores exigia um juiz de menores para que exercesse uma “fiscalização” sobre os mesmos, assim como um “albergue subvencionado” e em “terreno fora do centro urbano”. Tratava, também, sobre o novo magistrado que a cidade recebia e de que o mesmo não deveria exercer apenas as funções burocráticas que lhe cabiam, mas deveria atuar junto ao prefeito e ao delegado, e dizia: “No caso da infância não cremos que haja interesses subalternos, portanto é uma causa que merece o apoio e a solidariedade dêsses três poderes municipais”.¹²³

Salientava, ainda, os meninos que vagavam pela cidade até “altas horas” e que pediam comida e trabalho durante o dia, identificava o Juiz Dr. Ari Fontenelle e insistia na necessidade da indicação de um juiz de menores no município.¹²⁴ Reivindicavam a indicação de um Juiz de Menores¹²⁵ para o município e declaravam que “É dever da Justiça principalmente e de qualquer cidade em particular, orientar os menores que não têm pais, evitando-os da perdição e da fome”.¹²⁶

¹¹⁴ RECRUDESCE A IMUNDÍCIE NO CENTRO DA CIDADE. *Jornal A Folha de Caxias*. 21 FEV 1954.

¹¹⁵ CAXIAS, CIDADE DE FUTURO. *Jornal A Folha de Caxias*. 28 MAR 1954.

¹¹⁶ EM CAXIAS: CRIANÇAS NA SENDA O CRIME. *Jornal A Folha de Caxias*. 21 FEV 1954.

¹¹⁷ -COMO FALOU O JUIZ - A infância abandonada. *Jornal A Folha de Caxias*. 25 ABR 1954.

¹¹⁸ PERSISTE A JOGATINA DE MENORES NOS PARQUES DE DIVERSÕES. *Jornal A Folha de Caxias*. 16 MAI 1954.

¹¹⁹ OLHE AS CRIANÇAS MERITÍSSIMO JUIZ. *Jornal A Folha de Caxias*. 16 MAI 1954.

¹²⁰ INFÂNCIA ABANDONADA. *Jornal A Folha de Caxias*. 29 AGO 1954.

¹²¹ OBRA INADIÁVEL: AMPARAR A INFANCIA DESVALIDA. *Jornal A Folha de Caxias*. 21 NOV 1954.

¹²² OBRA INADIÁVEL: AMPARAR A INFANCIA DESVALIDA. *Jornal A Folha de Caxias*. 21 NOV 1954.

¹²³ OBRA INADIÁVEL: AMPARAR A INFANCIA DESVALIDA. *Jornal A Folha de Caxias*. 21 NOV 1954.

¹²⁴ JUIZ DE MENORES. *Jornal A Folha de Caxias*. 12 DEZ 1954.

¹²⁵ JUIZ DE MENORES. *Jornal A Folha de Caxias*. 12 DEZ 1954.

¹²⁶ MOVIMENTO PELA PERMANÊNCIA DO DR ARI FONTENELLE. *Jornal Folha de Caxias*. 8-12 JUN 1955.

Percebemos o quanto o jornal em questão, divulgava “determinados conceitos, visões de mundo etc.”. O autor reiterava que “é porque normalmente ou comungam com essas ideias ou necessitam de apoio daqueles que as professam” (GONÇALVES NETO, p. 223). Conseguimos identificar esses dois movimentos nas reportagens que foram apresentadas e nas que apresentaremos a seguir.

Diante dessa observação, apresentamos uma intensificação de matérias que vão contribuir para a construção de uma ideia de que a organização da sociedade civil, unida à sociedade política para a construção de um patronato seria a solução para os problemas de ordenamento que a cidade enfrentava naquele momento, principalmente em relação a essa determinada infância que perambulava pelas ruas.

Assim, em 1955, identificamos uma acentuação de matérias acerca da temática do “menor”. Cabe lembrar que 1955 foi ano em que a ABM foi instituída. Cada reportagem relacionada a esse tema apresentava um espaço de internamento local como solução para o “problema”. Diferentes reportagens desenharam a organização da ABM, a busca por um espaço para o internamento por apresentarem as reuniões com seus respectivos resumos e desdobramentos, além dos agentes que compuseram esse momento inicial de organização.

A questão do lenocínio continuava a ser uma temática abordada no jornal. O Juiz continuava a ser uma personalidade que sempre era mencionada em diferentes abordagens. No ano de 1955, a função foi ocupada pelo Dr. Ary Fontenelle.¹²⁷

Ao evidenciarmos as matérias referentes ao ano de 1956, destacamos a mortalidade infantil, a visita do vice-presidente João Goulart à Caxias, a reunião de 130 “menores para serem amparados pela ABM”, o primeiro almoço da Família Forense de Duque de Caxias, a visita do governador Miguel Couto, o lançamento da pedra fundamental do Patronato de Menores da ABM, a inauguração da sede da ABM,¹²⁸ diferentes balancetes da ABM,¹²⁹ a posse do novo Juiz de Direito da Comarca, Dr. Helio Albernaz Alves que efetuou a prisão de um vereador do município, criou o Comissariado de Menores da cidade e foi homenageado na Associação Comercial.¹³⁰

Inúmeras foram as reportagens sobre a ABM, suas ações e atuações que contribuíram para a consolidação da mesma no município. Muitas delas faziam referência à campanha em favor do “menor”

¹²⁷ INAUGURA-SE HOJE A SEDE DA A.B.M. *Jornal Folha da Cidade*. 25-26 NOV 1956; INAUGURADA A SEDE PROVISÓRIA DA A.B.M. *Jornal Folha da Cidade*. 2-3 DEZ 1956.

¹²⁸ BALANCETE DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES. *Jornal Folha da Cidade*. 26-27 AGO 1956; ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES - BALANCETE. *Jornal Folha da Cidade*. 11-12 NOV 1956; BALANCETE DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES. *Jornal Folha da Cidade*. 25-26 NOV 1956; BALANCETE DA ABM. *Jornal Folha da Cidade*. 29-30 JUL 1956.

¹²⁹ FATOS PRINCIPAIS OCORRIDOS EM CAXIAS NO ANO DE 1956. *Jornal Folha da Cidade*. 30-31 DEZ 1956.

¹³⁰ CAXIAS SOFRE POR CAUSA DE MEIA DÚZIA – “TIO ALBINO” ELOGIA CAMPANHA DA “FOLHA DE CAXIAS”. *Jornal Folha da Cidade*. 16-17 set. 1956.

e incentivada pelo jornal.¹³¹ Notamos uma ação da sociedade política através da Câmara com o reajuste da cobrança do imposto sobre os cinemas para reverter o “sêlo de diversões” para a ABM, “Em virtude da Deliberação da Câmara, aumentando de Cr\$ 0,20 para Cr\$ 1,00 o selo de diversões a ser cobrado pela Prefeitura, [...] os cinemas de Caxias já se movimentam para elevar os preços das suas entradas”.¹³²

A ABM teve contato com diferentes agentes políticos, além daqueles que atuavam na municipalidade. Em janeiro de 1956, a diretoria da ABM foi ao governador para solicitar a sua intervenção para que conseguissem “uma gleba da ‘Cidade dos Meninos’ para construção do instituto” por não terem conseguido com o Sr. Levi Miranda.¹³³ Em março do mesmo ano, a diretoria esteve reunida com Amaral Peixoto para fazer a mesma solicitação e relatavam que ele telefonaria para o Sr. Levi Miranda. Após esse encontro, pediram ajuda financeira a Miguel Couto que aconselhou que um deputado fizesse a indicação de recurso. Foi informado que o Sr. Levi Miranda autorizou a cessão de uma área na Cidade dos Meninos.¹³⁴

Foi exposto que a comissão da diretoria da ABM foi à Cidade dos Meninos para a escolha do terreno em que seria construído o instituto para posteriormente, comunicar ao Sr. Levi Miranda.¹³⁵ Em abril, foi lançada a campanha financeira da ABM para arrecadar fundos para a instituição.¹³⁶ Dentro do jornal, havia detalhes sobre como seria organizada tal campanha. Havia a informação de que o Sr. Gilson Ferro seria substituído pelo Sr. Mariano Sendra, além dos representantes que estiveram presentes nessa reunião. No mesmo mês, foi publicada uma matéria com a informação de que a campanha iniciaria no dia 28 de abril e o início solene seria no dia 29, na Associação Comercial com alunos da Professora Marina e uma cantora do Teatro Municipal. A cada matéria, vinha a confirmação de que o Patronato seria construído na Cidade dos Meninos.¹³⁷

Na última edição do mês de abril, foram apresentados os detalhes da programação e o registro de que a campanha havia sido iniciada pela *Folha de Caxias*, mas “em colaboração com a Sé Episcopal de Petrópolis e com autoridades municipais”. Apresentavam os detalhes da colaboração da igreja e o fato de

¹³¹ NOVOS PREÇOS NOS CINEMAS. *Jornal Folha de Caxias*. 22 jan. 1956.

¹³² COM O GOVERNADOR A DIRETORIA DA ABM. *Jornal Folha de Caxias*. 14-15 JAN 1956

¹³³ A ABM COM AMARAL E O GOVERNADOR. *Jornal Folha de Caxias*. 2-3 MAR 1956.

¹³⁴ ESCOLHIDO O TERRENO PARA A SEDE DO PATRONATO DE MENORES. *Jornal Folha de Caxias*. 18-19 MAR 1956.

¹³⁵ GRANDE CAMPANHA FINANCEIRA EM BENEFÍCIO DO MENOR. *Jornal Folha de Caxias*. 8-9 ABR 1956.

¹³⁶ DIA 28 O INÍCIO DA GRANDE CAMPANHA EM BENEFÍCIO DO MENOR ABANDONADO. *Jornal Folha de Caxias*. 15-16 ABR 1956 .

¹³⁷ HOJE, O INÍCIO OFICIAL DA CAMPANHA EM FAVOR DO MENOR DESAMPARADO. *Jornal Folha de Caxias*. 29-30 ABR 1956.

que a jurisdição ficaria ao encargo da Diocese de Petrópolis, junto à matéria foi transcrita uma breve entrevista feita ao bispo Dom Manoel Pedro com três perguntas.¹³⁸

Praticamente, a cada edição do jornal era publicado um artigo ou havia uma manchete que chamasse atenção para a campanha que estava sendo estabelecida no município.¹³⁹ Fazemos um destaque para a adesão das professoras municipais, assim como aos comerciantes que aos poucos foram aderindo também, além de outras instituições como a Fundação Álvaro Alberto que era a mantenedora da Escola Regional de Merity. A adesão foi crescendo a ponto do próprio veículo alegar que estavam “Todas as classes apoiando a Campanha em benefício do Menor Desvalido”.¹⁴⁰

Era noticiado ainda que, diferentes espaços organizariam diferentes festividades com o objetivo de conseguir dinheiro para a construção do prédio do Patronato, tais como: o Cinema Caxias promoveria uma apresentação radiofônica com artistas conhecidos, o Cinema Santo Antônio faria uma sessão com a renda revertida para a ABM, a Fábrica Nacional de Motores organizaria diversas festividades, o Sr. Nelson Cintra promoveria festividades no Clube e no Ginásio Primavera, a Congregação Mariana faria uma rifa¹⁴¹ e três casas comerciais dariam o brinde, a Casa Leque ofereceu um Livro de Ouro,¹⁴² o jornal confeccionou os cartões para as escolas, um desfile de modas infantis e a Serraria Duque de Caxias ofereceu 15 urnas-cofres para os locais de movimento.¹⁴³

Outro movimento foi o que seria feito pelos deputados, inclusive Tenório Cavalcanti, após feito o estatuto para requisição de verbas estaduais e federais. Era evidenciado que o Estatuto já havia sido publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.¹⁴⁴ Percebemos como a ABM movimentava o município e as diferentes notícias sobre a arrecadação de dinheiro e destacava a quantidade arrecadada como considerável para o empreendimento do Patronato.¹⁴⁵

¹³⁸ GRANDE ENTUSIASMO NO INÍCIO DA CAMPANHA DO MENOR DESAMPARADO. *Jornal Folha de Caxias*. 6-7 MAI 1956.

¹³⁹ TODAS AS CLASSES APOIANDO A CAMPANHA EM BENEFÍCIO DO MENOR DESVALIDO. *Jornal Folha de Caxias*. 13-14 MAI 1956.

¹⁴⁰ RIFA DA A. B. M. . *Jornal Folha da Cidade*. 9-10 SET 1956.

¹⁴¹ VAI CORRER O LIVRO DE OURO DA A. B. M. . *Jornal Folha da Cidade*. 2-3 SET 1956.

¹⁴² MOVIMENTA-SE DUQUE DE CAXIAS EM FAVOR DO MENOR ABANDONADO. *Jornal Folha de Caxias*. 3-4 JUN 1956.

¹⁴³ MOVIMENTA-SE DUQUE DE CAXIAS EM FAVOR DO MENOR ABANDONADO. *Jornal Folha de Caxias*. 3-4 JUN 1956.

¹⁴⁴ ATIVIDADES DA ABM: ARRECADADOS MILHARES DE CRUZEIROS PARA OS MENORES DESAMPARADOS. *Jornal Folha da Cidade*. 1-2 JUL 1956.

¹⁴⁵ Filho de militar; nome civil: Telmo Bello Borba Moura; nasceu em Lorena, São Paulo, em 2 de maio de 1918; estudou dois anos da Faculdade de Direito no Distrito Federal, Rio de Janeiro (1935-1937); estudou Filosofia e Teologia da congregação dos Beneditinos do Brasil (1939-1945); traduziu obras de Tomás de Aquino; membro fundador da Academia de Filosofia; escreveu livros; ordenado padre em 1944; capelão do hospital da Marinha (1945-1946), da Cidade dos Meninos da Fundação Abrigo Cristo Redentor (1948-1962) e da Vila São José; vigário cooperador da Paróquia Nossa Senhora do Pilar (1952-1962); secretário da Catequese e da Pastoral Familiar de Petrópolis; membro do Conselho Presbiteral, do Conselho Pastoral e da

Em julho de 1956, a cada edição do jornal foram publicadas questões referentes aos “menores” por Dom Odilão¹⁴⁶ na seção Menores Abandonados . Nesse mesmo mês e ano, assumiu o Juiz Dr. Hélio Albernaz que expôs o seu plano de ação.¹⁴⁷

O jornal já salientava que era uma rigorosa fiscalização que estava sendo empreendida sobre os “menores engraxates e vendedores ambulantes”, assim como a atuação dos comissários de menores. Além dessa ação junto aos menores foram apresentadas outras atuações do juiz.

Foi disseminado ainda o regulamento sobre a entrada de “menores” nos bares noturnos, boates, cafés concertos, “music-halls”, entre outros e de acordo com o Código de Menores de 1927. No mês seguinte, o Juiz convocava os vendedores ambulantes que fossem menores ou os seus responsáveis para que se reunissem com ele na Associação Comercial para que explicasse como funcionaria o registro.¹⁴⁸ Tal reunião era descrita com riquezas de detalhes.¹⁴⁹

A divulgação de atuações como essa contribuiu para a conformação de uma determinada imagem do juiz e, conseqüentemente, da justiça. Na matéria sobre jogos nos Parques de Diversões foi cobrada a intervenção do Juiz em que o jornal afirmava “A população espera uma enérgica providência do Dr. Hélio Albernaz, Juiz de Direito, que tem abandonado até aqui a majestade do seu cargo para cobrir a ineficiência funcional de autoridades relapias [sic]”.¹⁵⁰ Além do apelo do jornal para que fossem tomadas providências em relação aos “menores” com um indicativo de construção de um patronato agrícola, percebemos o apelo pelo tratamento dessas questões através do viés da judicialização.

Elencamos alguns dos indícios dessa campanha instituída pelo jornal que reuniu agentes da sociedade civil e política para que em 1959 fosse instituído o Patronato São Bento na antiga Fazenda São Bento, nas terras do Núcleo Colonial São Bento. Todos esses aspectos contribuíram para que a Igreja Católica Apostólica Romana local assumisse a condução do projeto pela atuação de Dom Odilão Moura que foi o diretor do Patronato São Bento.

A campanha em favor do “menor”

Comissão de Liturgia da diocese de Petrópolis; membro do Conselho da Fundação Abrigo Cristo Redentor; tesoureiro da CAVEC; presidente da LBA em Duque de Caxias (1961-1964), entre outras.

¹⁴⁶ MENORES ENGRAXATES E VENDEDORES AMBULANTES SOB RIGOROSA FISCALIZAÇÃO - PLANO DO JUIZ PARA EVITAR A PERDIÇÃO DOS MENORES. *Jornal Folha da Cidade*. 8-9 JUL 1956.

¹⁴⁷ O JUIZ COM OS MENORES. *Jornal Folha da Cidade*. 12-13 AGO 1956.

¹⁴⁸ PRIMEIRO PASSO NA ASSISTÊNCIA AOS MENORES. *Jornal Folha da Cidade*. 12-13 AGO 1956.

¹⁴⁹ JOGO FRANCO NOS PARQUES DE DIVERSÕES. *Jornal Folha da Cidade*. 30-31 DEZ 1956.

¹⁵⁰ POSTO EM LIBERDADE O ASSALTANTE: TERÁ SERVIDO MAIS ESTA LIÇÃO?. *Jornal A Folha de Caxias*, 25 out. 1953; MENORES NO CINEMA. *Jornal Folha de Caxias*, 1 maio 1955.

O jornal *Folha da Cidade*, através da atuação de Ruyter Poubel, foi um instrumento potencializador e aglutinador de diferentes agências que cooperaram na criação da ABM e, posteriormente, na institucionalização do Patronato São Bento. Dessa forma, identificamos uma intensificação das questões que contribuíram para a construção de uma ideia de que a organização da sociedade civil, unida à sociedade política para a construção de um patronato, seria a solução para os problemas de ordenamento que a cidade enfrentava naquele momento, principalmente em relação a essa determinada infância que perambulava pelas ruas. Esse indicativo era apresentado desde o início da circulação do jornal no município, a necessidade de criação de um espaço de internamento dos menores.¹⁵¹

Sob essa perspectiva, entendemos que “a educação equivale às operações fundamentais da hegemonia” (BUTTIGIEG, 2003, p. 47). Consequentemente, “as relações educacionais constituem o próprio núcleo da hegemonia”, que implicaram na investigação das ações desse aparelho privado de hegemonia que foi o Jornal “A Folha da Cidade”. Esse equipamento construiu um consenso em torno da necessidade do estabelecimento de um Patronato no município de Duque de Caxias. Percebemos assim, a função crucial desempenhada pela imprensa local, no intuito de se firmar como espaço educativo e formador de opinião pública do território, como podemos observar na campanha empreendida pelo jornal no município. Assim, nem a hegemonia, nem a educação puderam ser pensadas apenas como relação escolar (BUTTIGIEG, 2003). Nesse aspecto, inseriu-se o nosso objeto, para entendermos suas atividades como instituição educacional de uma dada hegemonia que identificamos a partir do estado ampliado como ferramenta metodológica (MENDONÇA, 2014).

Foi assim iniciada a Campanha com as notícias referentes ao movimento que cresceria na cidade. É importante percebermos os agentes que estavam envolvidos nesse processo, integrantes da sociedade política e civil local. Outras matérias na mesma edição continuaram a ser apresentadas no jornal com destaque, como o levantamento feito pela Delegacia de Polícia da cidade, que trazia o quantitativo dessas crianças que viviam nas ruas.¹⁵² Esse balanço foi apresentado pelo Delegado de Polícia, Dr. Amil Reichard, na segunda reunião convocada pela *Folha de Caxias*, para tratar da temática do “menor desamparado”. Embora, o delegado alegasse que esse era um “problema” que todo o país sofria, o Dr. Nei afirmava que havia especificidades no município.¹⁵³ O jornal fazia o relato sobre a primeira reunião com a data, o horário, o local em que havia acontecido e o nome das autoridades presentes.

¹⁵¹ BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. Jornal *Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

¹⁵² BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. Jornal *Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

¹⁵³ BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. Jornal *Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

Notamos que nesse primeiro momento, não houve menção à Igreja Católica Apostólica Romana, pois não havia representante da mesma nessas primeiras reuniões. Havia detalhes do que foi debatido nesse primeiro encontro, como a maneira pela qual o delegado chegou aos números apresentados. Cabe salientar que essas não eram reuniões da ABM ainda e que o objetivo das reuniões era sempre exposto, a criação “[...] de um Patronato Agrícola e Profissional [...]”.¹⁵⁴

O jornal anunciava sempre a presença e ações importantes do diretor do Jornal, Ruyter Poubel, que a cada matéria sobre o assunto do “menor”, confirmava que era um movimento incentivado pelo jornal, “[...] tudo faremos em busca de uma solução, com o Govêrno ou sem o Govêrno, [...]”.¹⁵⁵ Essas foram a primeira de muitas outras reuniões descritas no jornal. A cada reunião, uma nota era publicada com um breve resumo em que eram apresentadas as discussões, as dificuldades, as ações seguintes e, ao mesmo tempo, convocava aqueles que não haviam se incorporado no processo ainda.

Além das possibilidades de lugar para a construção do Patronato, o delegado Dr. Amil Nei Reichard, ainda, havia conseguido um auxílio federal para a instituição, “esse nobre empreendimento”. Uma das reuniões que foi fundamental para os rumos da história do Patronato São Bento foi a visita das autoridades à Cidade dos Meninos para conversarem com o capelão da mesma, Dom Odilão Moura, a respeito da possibilidade do Mosteiro da antiga Fazenda São Bento, abrigar “os menores abandonados”.

Nesse relato, era dito que por iniciativa do jornal local, “havia sido lançada a ideia da fundação de um patronato em Caxias e que se chegou à conclusão de que a Fazenda de São Bento era muito apropriada para isso;”.¹⁵⁶ O delegado já havia conversado com o presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) que indicou “o Frei Odilão”.¹⁵⁷

Diante do relato do delegado, o jornal apontava o posicionamento do sacerdote sobre sua posição favorável, mas que o bispo diocesano de Petrópolis, Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra,¹⁵⁸ daria a palavra final.

Inúmeras reportagens como “A Campanha do Menor”¹⁵⁹ descreviam as decisões e os encaminhamentos para a consolidação do Patronato. As reuniões, os resultados das mesmas, os encaminhamentos, as negações, as mudanças de planos diante dos indeferimentos e as autoridades envolvidas, todas essas questões eram divulgadas.

¹⁵⁴ BALANÇO TRÁGICO DE CAXIAS: 800 CRIANÇAS DESAMPARADAS. *Jornal Folha de Caxias*, 12 jun. 1955.

¹⁵⁵ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

¹⁵⁶ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

¹⁵⁷ CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR. *Jornal Folha de Caxias*, 19 jun. 1955.

¹⁵⁸ A CAMPANHA DO MENOR. *Jornal Folha de Caxias*, 24 jul. 1955.

¹⁵⁹ EM MARCHA A CAMPANHA DO MENOR. *Jornal Folha de Caxias*, 25 set. 1955.

Apresentavam, também, o estudo feito por Dom Odilão, que resultou na criação dos Estatutos da Associação Beneficente de Menores.¹⁶⁰ Diante disso, em 1955 ainda, tivemos o lançamento da pedra angular do Patronato e a continuidade das reportagens que tratavam, de forma efusiva, sobre as ações da ABM, até porque a Associação continuava empreendendo esforço para a construção de um espaço de internamento que não havia sido consolidado ainda no ano de sua instituição. Dessa maneira, a campanha pelo Patronato continuava constante no jornal e seguiu pelos anos posteriores.

As manchetes caracterizavam a atuação da ABM como um dos maiores movimentos já realizados no município.¹⁶¹ Inúmeras reportagens sobre a ABM e as suas ações deram visibilidade ao movimento encetado no município. Essa divulgação das ações da ABM, atrelada ao movimento dos diferentes agentes contribuiu para a consolidação da instituição no município. Muitas dessas reportagens faziam referência à campanha em favor do “menor”, incentivada em diferentes momentos pelo jornal.¹⁶²

Através das matérias que foram destacadas, percebemos a preocupação em imprimir uma imagem de civilidade no município que, embora tenha sido gestada nos grandes centros, ganhou as cidades do interior também. A proximidade do Centro de Duque de Caxias com a então, capital federal, o Rio de Janeiro, favoreceu as atuações para a manutenção da “ordem”, atrelada a ideia de “modernidade e civilidade”, uma vez que a população de Duque de Caxias aumentava em grandes proporções, assim como afirmou Gonçalves (2002) em suas pesquisas sobre o interior de Minas Gerais.

Considerações Finais

Diante do que foi exposto, evidenciamos a importância da campanha instituída pelo jornal *Folha de Caxias* para que o Patronato fosse estabelecido no território. Uma campanha que estava atrelada à demanda urbano-social de “limpeza” e controle da cidade de crescimento.

O agentes do jornal em questão, conformaram uma determinada prática consentida que estava em consonância com as demandas do sistema vigente, o Capitalismo. Essas práticas visavam transformar àqueles “menores” que imprimiam uma imagem de não civilidade à cidade em meninos “úteis à coletividade” através do trabalho.

¹⁶⁰ -“A A.B.M. É O MAIOR MOVIMENTO DE APÓIO AO MENOR JÁ ENCETADO EM DUQUE DE CAXIAS. Jornal *Folha da Cidade* 16-17 set. 1956.

¹⁶¹ CAXIAS SOFRE POR CAUSA DE MEIA DÚZIA – “TIO ALBINO” ELOGIA CAMPANHA DA “FOLHA DE CAXIAS” Jornal *Folha da Cidade*. 16-17 set. 1956.

¹⁶² Licenciada em Pedagogia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ – Duque de Caxias). Bolsista FAPERJ. E-mail: angelicabauer89@gmail.com.

Referências Bibliográficas

A ABM com Amaral e o governador. *Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano III, nº 100, 2-3 mar. 1956, p. 01.

A CAMPANHA do menor. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 68, p. 01, 24 jul. 1955.

ARAÚJO, José Carlos. As instituições escolares na Primeira República: ou os projetos educativos e busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al] (orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. 95-124.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE de Menores. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano IV, n. 20, 11-12 nov. 1956, p. 05;

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE de Menores: balancete do “caixa” relativo ao mês de outubro de 1956. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano IV, n. 22, 25 e 26 nov. 1956, p. 06.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE de Menores: balancete do “caixa” relativo ao mês de junho de 1956. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano IV, n. 5, 29 e 30 jul. 1956, p. 04.

ATIVIDADES DA ABM: arrecadados milhares de cruzeiros para os menores desamparados. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano IV, n. 11,1-2 jul 1956, p. 01.

BALANCETE DA Associação Beneficente de Menores. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano IV, n. 11, 26-27 ago. 1956, p. 10.

BALANÇO TRÁGICO de Caxias: 800 crianças desamparadas. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, nº 62, p.5, 12 jun. 1955.

BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-50.

CADA MENOR abandonado terá o seu próprio lar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 63, p.1, 19 jun. 1955.

“CARNAVAL EM Caxias” . *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 25, 21 fev 1954, p. 01.

CAXIAS, CIDADE de futuro. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 29, 28 mar 1954, p. 03.

CAXIAS, ESSA incompreendida. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 7, 2-3 out. 1953, p. 03.

CAXIAS SOFRE por causa de meia dúzia – “Tio Albino” elogia campanha da “Folha de Caxias”. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano IV, n. 13, 16-17 set. 1956, p. 01.

COMO FALOU o juiz - a infância abandonada. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 32, 25 abr. 1954, p. 04.

COM O governador a diretoria da ABM. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, nº 93, p.1, 15 jan. 1956.

DESPREZANDO DIFICULDADES e deslises: políticos, duque de caxias marcha vertiginosamente para a sua supremacia na terra fluminense. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 4,12 set. 1953, p. 01.

DIA 28 O INÍCIO da grande campanha em benefício do menor abandonado. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, ano 3, n. 106, p.1, 15-16 abr. 1956.

EM MARCHA a campanha do menor. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 3, n. 77, p.1, 25 set. 1955.

É UMA grande vitória da sociedade caxiense. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano 2, n. 64, p.5, 26 jun. 1955.

EM CAXIAS: crianças na senda o crime. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 25, 21 fev. 1954, p. 03.

ESCOLHIDO O terreno para a sede do patronato de menores. *Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano III, nº 102, 18-19 mar. 1956, p. 01.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, , jan./abr. 2004, nº 1, p. 139-159.

FATOS PRINCIPAIS ocorridos em caxias no ano de 1956. *Folha da Cidade*. ano IV, nº 27, 30-31 dez. 1956, p. 05.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, Civilização e Educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p. 197-225.

GRANDE ENTUSIASMO no início da campanha do menor desamparado. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano III, n. 109, 6-7 mai. 1956, p. 01.

HOJE, O início da campanha em favor do menor desamparado. *Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano III, n. 108, 29 e 30 abr. 1956, p. 02.

INAUGURA-SE HOJE a sede da abm. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano IV, n. 22, 25 e 26 nov. 1956, p. 05.

INFÂNCIA ABANDONADA. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 46, 29 ago. 1954, p. 03.

INÍCIO DA grande campanha financeira em benefício do menor. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano III, n. 103, 8 e 9 abr. 1956, p. 05.

JOGO FRANCO nos parques de diversões. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano IV, n. 27, 30-31 dez 1956, p. 01.

JUIZ DE Menores. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano II, n. 55, 12 dez. 1954, p. 01.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2, jan/jul 2014 Disponível em: http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON_A__S_601963219.pdf. Acesso em: 09 set 2018.

MENORES ENGRAXATES e vendedores ambulantes sob rigorosa fiscalização-plano do juiz para evitar a perda dos menores. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano IV, n. 02,8-9 jul 1956, p. 01.

MOVIMENTO PELA permanência do Dr Ari Fontenelle. *Jornal Folha de Caxias*, Duque de Caxias, ano II, n. 56, 12 jun. 1955, p. 01.

MOVIMENTA-SE DUQUE de Caxias em favor do menor abandonado. *Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano III, n. 112, 3-4 jun. 1956, p. 01.

NOVOS PREÇOS nos cinemas. *Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano IV, n. 94, 22 jan. 1956, p. 01.

COM O governador a diretoria da abm. *Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano III, nº 93, 15 jan. 1956, p. 01.

OBRA INADIÁVEL: amparar a infância desvalida. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano II, n. 53, 21 nov. 1954, p. 01.

O JUIZ com os menores. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano IV, n. 07,12-13 ago 1956, p. 01.

OLHE AS crianças meritíssimo juiz. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 35,16 mai. 1954, p. 01.

O VÍCIO assalta as ruas. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 42, 18 jul. 1954, p. 03.

PATRIOTISMO E abnegação: o patronato de menores abandonados, *A Folha de Caxias*, ano I, nº 15, 29 nov. 1953, p. 01.

PERSISTE A jogatina de menores nos parques de diversões. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias. ano I, n. 35,16 mai. 1954, p. 01.

POSTO EM liberdade o assaltante: terá servido mais esta lição? . *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 10, 25 out. 1953, p. 04.

PRIMEIRO PASSO na assistência aos menores. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano IV, n. 8, 12-13 ago 1956, p. 01.

RECRUDESCE A imundície no centro da cidade. *A Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano I, n. 25, 21 fev 1954, p. 03.

RIFA DA A. B. M. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano III, n. 12, 9-10 set 1956, p. 01.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade*. História política da cidade de Duque de Caxias. 2002. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

TODAS AS classes apoiando a campanha em benefício do menor desvalido. *Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano III, n. 110, 13-14 mai 1956. p. 01.

UNIDOS EM torno do menor desamparado *Folha de Caxias*. Duque de Caxias, ano III, n. 110, 13-14 mai 1956, p. 02.

VAI CORRER o livro de ouro da abm. *Folha da Cidade*. Duque de Caxias, ano IV, n. 11, 2-3 set. 1956, p. 01.

OS JORNAIS COMO FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA BAIXADA FLUMINENSE (1947-963)

Angélica de Sá de Oliveira Bauer Rodrigues¹⁶³

Hugo Moreira Lima¹⁶⁴

Resumo: O presente trabalho apresenta resultados iniciais de pesquisas nos jornais “A Folha da Cidade” e “Jornal do Povo” sobre o tema da educação nos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis. A escolha por esta fonte ocorre, porque o uso da imprensa local permite o mapeamento das iniciativas das novas prefeituras em matéria educacional, tendo em vista a ausência de arquivo público na região. Para tal análise utilizamo-nos do conceito de Estado Ampliado, como ferramenta metodológica para entender como se manifestam na sociedade política as organizações formadas no seio da sociedade civil e a quais frações de classes elas advogam e/ou se originam (MENDONÇA, 2014). Assim, além de fontes de informação sobre a educação, os jornais são analisados como APHs e interrogados nos seus interesses em pautar determinados temas sobre a educação na cidade. Sendo imprescindível para tal análise a categoria de intelectuais para perceber a importância da organização dos indivíduos que produzem os Jornais e suas relações com a sociedade local. Realizamos o mapeamento de alguns intelectuais dos jornais, a fim de compreendermos suas atividades e participação nas agências da sociedade política e civil. Nos debruçamos sobre as publicações do jornal “Do Povo” e “Folha da Cidade”, a fim de compreendermos as bandeiras que defenderam, a atuação de alguns de seus intelectuais e de que modo o debate sobre a educação comparava nos jornais.

Introdução:

Na década de 1940 a população dos distritos de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti começaram a se organizar a fim de obter as suas respectivas emancipações de Nova Iguaçu, dentre os motivos de busca pela emancipação estava a disparidade entre os que eles arrecadavam e o que Nova Iguaçu lhes repassava.¹⁶⁵ Duque de Caxias emancipou-se de Nova Iguaçu em 1943, São João de Meriti emancipou-se de Duque de Caxias em 1947 e Nilópolis emancipou-se de Nova Iguaçu em 1947.

Adotamos aqui a concepção de Estado Ampliado de Gramsci, ou seja, entendemos que o Estado não é representante de uma classe, ou fração de classe específica, o Estado é “a expressão” da correlação

¹⁶³ Licenciado em Pedagogia. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ – Duque de Caxias). E-mail: moreiralima.uerj@bol.com.br

¹⁶⁴ Ver: Manifesto de Pró-emancipação de Duque de Caxias. In: Revistas Pilares da História dez-2003, p.55.

¹⁶⁵ A sociedade política, isto é o sentido restrito do Estado, diz respeito aos “aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção...” (MENDONÇA, 2014, p.35). Mas, também do consenso, porque a coerção não pode existir sem o consenso (MENDONÇA, 2014).

de forças existentes entre a sociedade política¹⁶⁶ e a sociedade civil¹⁶⁷ (MENDONÇA, 2014, p.34). Cabe destacar, nesta direção que o Estado não é composto somente pela coerção, mais também pelo consenso, isto é, pela hegemonia, que é a combinação entre consenso e força (MENDONÇA, 2014).

A visões de mundo disseminada e criada pelas instituições culturais, tais como: “a escola, a igreja, os jornais e os meios de comunicação em geral”, são o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”, instrumentos pelos quais a classe dominante consegue também fazer com que sua visão de mundo seja absorvida por muitos trabalhadores, mesmo esses projetos não correspondendo a interesses que lhes são inerentes enquanto classe expropriada (SIMIONATTO, 2011). Assim, a categoria de hegemonia nos permite compreender as formas pelas quais “os interesses particulares” da classe dominante tornam-se “interesses universais” (SIMIONATTO, 2011, p.52).

É nesta direção que pensamos a função que a imprensa desenvolve na sociedade, como sendo a de aparelho privado de hegemonia, isto é, como construtora de consenso. Pois, a imprensa organiza explícita ou implícita a hegemonia política na sociedade civil” (BUCI-GLUCKSMANN,1980, p.142). São os intelectuais que organizam a cultura, que constroem o consenso para exercer a hegemonia do grupo a que pertencem. Embora todos sejamos intelectuais, nem todos “têm na sociedade a função de intelectual” (GRAMSCI,2001, p.18).

Levando-se em conta o recorte temporal e as manchetes analisadas, bem como o perfil de seus diretores, traduzidos no teor das notícias veiculadas pelos semanários, a “Folha da Cidade” e o jornal “O Povo” passam a ser entendidos, a partir da concepção gramsciana, como Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) devido “a principal função desses aparelhos de hegemonia seria construir o consenso das grandes massas pouco organizadas, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes” (MENDONÇA, 2014). Por APH entende-se então ser algo, no caso o jornal, de adesão voluntária na qual as pessoas no conjunto da sociedade deliberam por aceitar – ou comprar – ou não tal semanário onde encontram-se ali as matérias, ideias e concepções de mundo que representam uma determinada classe ou fração de classe.

Tecendo os fios:

¹⁶⁶ A Sociedade civil é “arena da luta de classes”, pois, é no seu interior que se pode perceber os conflitos que ocorrem entre as classes e até mesmo nas frações dessas classes por defenderem projetos distintos (MENDONÇA, 2014, p.36).

¹⁶⁷ O QUE VAI POR NILÓPOLIS.25.jan.1948.

O jornal “Do Povo” é um semanário que surge no pós emancipação dos distritos de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, em 1947. Criado e fomentado por intelectuais que participaram ativamente do processo de emancipações da década de 1940, tratando especificamente da “vida” dos municípios de Duque de Caxias e São João de Meriti, como indica seu “cabeçalho”. Mas, no decorrer de suas publicações o município de Nilópolis acaba por ter um espaço de uma página através da coluna “O que vai por Nilópolis”¹⁶⁸. É um jornal “popular”, ou seja, “um jornal para as massas”, um jornal “sem partido explícito” (GRAMSCI, 2001, p.199).

O jornal “Do Povo” era propriedade de Sylvio Goulart. Antes de dirigir este jornal Sylvio Goulart dirigia o “Tribuna de Caxias”, um jornal que “circulou muito tempo no então 2º distrito de Duque de Caxias (MEDEIROS, 1958, p.21). Sylvio também teve sob sua direção o jornal “Correio de Iguazu” que “circulava na sede do município, situada em Iguazu” (MEDEIROS, 1958, p.22). O intelectual integrou a elaboração do manifesto pró-divisão do Município de Nova Iguazu, proposto para a emancipação do distrito de Duque de Caxias. E segundo Silva (2003) teve seu jornal fechado por conta dessa participação e acabou sendo processado. Em 1947, trabalhou em prol da emancipação de São João de Meriti (TORRES, 2004, p.173). Em 1958 Sylvio afastou-se “das lides profissionais” pois, tinha “compromissos políticos” no “município de São João de Meriti” (LUSTOSA, 1958, p.107). Assim, sendo o seu filho” Newton Sylvio Goulart” assumiu o seu lugar “no serviço de imprensa” (LUSTOSA, 1958, p.107).

Abílio Teixeira Aguiar, outro colaborador do jornal “Do Povo” era jornalista¹⁶⁹ (TORRES, 2004, p.174). Também integrou a elaboração do manifesto pró-divisão do Município de Nova Iguazu, proposto para a emancipação do distrito de Duque de Caxias (SILVA, 2003, p.31). Trabalhou em 1947 em prol da emancipação de São João de Meriti (TORRES, 2004, p.173). Os dois jornalistas Sylvio Goulart e Abílio Teixeira Aguiar são tidos por Medeiros (1958, p.25) como destaques “no campo das letras”.

Do corpo editorial do jornal “Do Povo” destacamos Rufino Gomes Junior, que era advogado e jornalista e realizava a função de colaborador e redator-secretário (TORRES, 2004, p.174). Encontramos também compondo este quadro o escritor e jornalista Ernesto Cardoso que escreveu o primeiro livro editado na nova cidade de Nilópolis em 1938¹⁷⁰, era responsável pela coluna “O que vai por Nilópolis”, em que retratava a vida desta Câmara de vereadores, neste semanário.

¹⁶⁸ Salientamos que nem todos os colaboradores do semanário eram jornalistas de profissão.

¹⁶⁹ Disponível em :<http://nilopolis.rj.gov.br/site/municipio/historia/a-cidade-de-nilo/Acesso> em : 10.maio-2018.

¹⁷⁰ O nome do Dr. Moacyr do Carmo figurou no quadro devido Ruther Poubel ter sido seu vice-prefeito no pleito de 1967.

Para melhor nitidez do quadro, cabe aqui fazer também um rápido esboço do jornal “Folha da Cidade” e sua circulação. O jornal foi um semanário criado em 1953 pelos irmãos Ruyter Poubel e Zoelzer Poubel, sendo esses seus diretores. A “oficina” do jornal como era chamada a gráfica, ficava situada na av. Duque de Caxias, 270, e sua redação na rua Nunes Alves, 1, 2º andar, ambos na cidade de Duque de Caxias. O semanário circulava ainda por mais dois municípios da Baixada Fluminense: São João de Meriti e Nilópolis, como se observa num de seus slogans da edição de 14 de fevereiro de 1960.

Esse breve panorama acerca do semanário torna-se de suma importância para podermos, a partir da identificação de seus diretores/proprietários, mapear estes sujeitos e buscar compreender o exacerbado quantitativo de manchetes e artigos relacionados ao governador Roberto Silveira tão presentes no jornal. Para melhor visualização da organicidade:

Nome	Formação	Fração de Classe	Sociedade Civil	Sociedade Política
Ruyter Poubel	Jornalismo /Direito (UFF)	Comercial	Diretor do Jornal Jornalista Filiado ao MDB	Vice-prefeito (MDB) (1967-1971)
Zoelzer Poubel	Jornalismo (UFF)	Comercial	Diretor do Jornal Locutor de rádio Filiado ao MDB	Deputado Estadual (MDB) (1962-1975)
Moacyr do Carmo ¹⁷¹	Medicina	Comercial (Clínica)	Médico (Pediatra)	Prefeito (MDB) (1962-1971)

¹⁷¹ No mapeamento foi possível constatar que os irmãos Poubel, Moacyr do Carmo e Roberto Silveira eram nascidos e amigos de longa data da cidade de Bom Jesus do Itabapuaana.

Roberto Silveira	Direito - UFF	Servidor público	Secretário do jornal fluminense Diário da Manhã (1943)	-Jornalista Departamento Estadual de Propaganda (1943) -Filia-se ao PTB (1945) -Oficial de gabinete de Lucio Meira (1946) -Deputado Estadual (1947-1950) -Secretário de Interior e Justiça de Amaral Peixoto (1951-1954) -Vice-Governador (1955) -Presidente do PTB fluminense (1955) -Secretário geral da direção nacional PTB (1955) -Governador (PTB) (1959)
------------------	---------------	------------------	--	---

Partindo das noções de Mendonça (2014), procuramos realizar o mapeamento dos diretores do jornal na esperança de evidenciar suas ligações com o nome em foco, visto que sem muito esforço logo num primeiro momento chama atenção os nomes *sui generis* de seus diretores, os irmãos Poubel¹⁷². Figuras conhecidas da sociedade caxiense na segunda metade do século XX, com presença marcada na política e na vida cotidiana de Duque de Caxias, mais precisamente no âmbito do lazer. Os irmãos Poubel eram além de donos do semanário Folha da Cidade, proprietários e diretores da Radio Clube Fluminense, do Esporte Club da cidade e mais recentemente da discoteca Via Show, em Nova Iguaçu. Na década de 1960, Ruyter Poubel será vice-prefeito de Duque de Caxias (1967) e seu irmão Zoelzer Poubel será eleito Deputado Estadual (1962) pelo Estado do Rio de Janeiro seguindo-se três mandatos. Registra-se ainda um terceiro irmão, Zenol Poubel, mas que não possui nenhuma função pública, aparecendo somente no semanário como anunciante de seu consultório odontológico que mantinha na mesma cidade.

Por seu conteúdo o semanário, no período analisado, trazia em suas constantes 8 páginas conteúdos de política, vida social da cidade, segurança pública (crimes, prisões e policiamento) e uma página dedicada ao esporte. Vale ressaltar que embora o jornal fosse de circulação nos três municípios já aludidos anteriormente, ele trazia um volume considerável de notícias mais sobre Duque de Caxias do

¹⁷² Constituição de 1946.

que São João e Nilópolis. Esses dois últimos aparecem com poucas informações, destacando-se quando no âmbito da política e dos crimes, acentuando-se o primeiro.

Desta forma utilizar o arcabouço teórico- metodológico gramsciano, implica considerar que “no estudo dos jornais, como capazes de desempenhar a função de partido político, é preciso levar em conta os indivíduos singulares e sua atividade” (GRAMSCI, 2001, p .221).

A educação na imprensa

Na perspectiva gramsciana, ao entender que o jornal é uma ferramenta de posicionamento político dos intelectuais e movimentos sociais que o produzem, buscamos conhecer como o tema da educação escolar comparecia na sociedade local.

Nacionalmente no final da década de 1940 houve a volta das discussões dos princípios defendidos pela Escola Nova, propiciados pela constituição em vigor.¹⁷³ Ocorriam também as disputas entre os que defendiam uma escola “pública, universal e gratuita” e a escola particular que tinha como aliada a Igreja Católica. Essas disputas ficaram mais acirradas. Haja vista, que se pretendia a implantação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (SAVIANI,2013).

Nesta conjuntura em matéria publicada em 28 de março de 1948, é possível identificar o papel atribuído a educação pelo Rufino Gomes, intelectual do semanário hora analisado, assim como também é possível apreender qual seria o papel do Estado frente a esta temática:

Saúde, alimentação e educação é a trilogia sem a qual nada poderemos fazer, e ela que será o cidadão de amanhã, reserva farta da nacionalidade, perecerá, estiolando-se a mingua de recursos, ou na carência da instrução. Função precípua do Estado, é dar-lhe constante e permanente assistência, é cuidar-lhe da saúde, zelar pela alimentação e propiciar-lhe a educação. Só administra bem, só com acerto anda, quem à chefia dos negócios públicos, dela cuida de molde a permitir, que ao atingir a juventude, a caminho da idade adulta, não lhe faleça nem saúde, nem resistência orgânica, nem capacidade intelectual. Somente tendo atendido a esses postulados, higienizando a terra, possibilitando o barateamento dos gêneros de primeira necessidade, e favorecendo -lhe a instrução primária, a técnico-profissional e a secundária, cumpre o Estado através os seus homens públicos os seus deveres e obrigações, para com o elemento celular constitutiva da nacionalidade.¹⁷⁴

O articulista acrescenta ainda que:

Nenhuma nação, nenhum país, é efetivamente forte, nem se fará respeitar pelos outros povos, se não possuir uma raça fisicamente sadia, intelectualmente aprestada para as coisas do espirito e no preparo dos seus sentimentos cívico-patrióticos, que a façam consciente dos seus deveres para com a mãe-pátria.¹⁷⁵

¹⁷³ JORNAL DO POVO, 28. mar. 1948,p.1.

¹⁷⁴ JORNAL DO POVO, 28. mar. 1948,p.1.

¹⁷⁵ JORNAL DO POVO, 28. mar. 1948,p.1.

Ainda nesta matéria consta a existência de um Convênio entre o Estado e os Municípios sobre a expansão de escolas, que fora considerado “malfadado”. O jornalista propunha ainda que “anulemos os seus efeitos desabrigando as duas partes e permitindo, assim que uma delas caminhe, marche e agigante-se livre das peias de uma convenção impraticável e ridícula”¹⁷⁶. Pode – se inferir a partir da pesquisa realizada até o momento que este seja o Convênio ocorrido em 1943, composto por onze cláusulas, em que fica colocada centralização do Estado para a criação de escolas e orientação do ensino primário em todo o Estado do Rio de Janeiro, que vetou também iniciativas das prefeituras na matéria educacional (ABREU,1955).

A respeito do ensino em Nilópolis, a matéria “Educar e fortalecer” de 1948, denuncia que “ensino público cujo número de escolas é o mesmo existente há mais de uma década”, É realizado na cidade através de “mestres particulares”. Anuncia também que “só em 17 de março do último ano é que foi criada a primeira escola pública estadual, instalada num dos prédios da praça Paulo de Frontin”, ou seja, somente em 1947. De acordo com esta publicação a primeira escola particular foi criada em “13 de junho de 1914”, o Externato Nilo Peçanha. Sendo inaugurada mais uma escola na região, “Escola Batista”, tal fato era tido como solenidade, com direito a colocação de pedra fundamental e com a presença de “de altas autoridades federais, estaduais e municipais” e outras personalidades de escolas particulares de Nilópolis¹⁷⁷.

A partir deste momento, percebe-se nesta publicação que a educação e, portanto, os professores assumem um papel primordial para o desenvolvimento da localidade:

Muitos cidadãos respeitáveis da cidade, hoje no adiantado grisalhar dos cabelos, entre eles o atual prefeito do nosso município, devem ao velho professor, senão em todo, pelo menos em parte, o grau de cultura em que usufruem. Para com ele e outros educadores, que o seguiram na patriótica empreitada de esmerilhar cérebros de crianças, que se tornaram grandes cidadãos Nilopolis tem uma inesquecível dívida de gratidão.¹⁷⁸

Comparece ainda no semanário a temática nacional da alfabetização de adultos, pois, de acordo com a publicação de 1948¹⁷⁹, estava em vigor a Campanha de Educação de Adultos, proposta pelo Ministério da Educação e Saúde, que previa “a cooperação dos Estados e Territórios”. O professor Ismael de Lima Coutinho¹⁸⁰ era o Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro e forneceu uma entrevista à imprensa Fluminense em que afirmava o seguinte:

¹⁷⁶ JORNAL DO POVO, 28. mar. 1948,p.5.

¹⁷⁷ JORNAL DO POVO, 28. mar. 1948,p.5.

¹⁷⁸ JORNAL DO POVO, 15.fev. 1948, p.2.

¹⁷⁹ JORNAL DO POVO, 15.fev. 1948, p.2.

¹⁸⁰ JORNAL DO POVO, 15.fev. 1948, p.2.

Em primeiro lugar, acho que o adulto, até como fator econômico, deve ser educado, porque já está uma fase que os ensinamentos que lhe são ministrados com maior rapidez, sendo, portanto, mais imediatos os resultados obtidos: em segundo lugar, o adulto, conhecendo os benefícios da educação, melhor poderá inculcar nos filhos êsses benefícios. Dêsse modo, procurará encaminhá-lo o mais cedo possível, para a escola.¹⁸¹

Cabe destacar que de acordo com esta matéria, em 1945 foi criada a Inspetoria Especializada de Educação de Adultos, formulada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, sendo assim “possível conceder –se maior atenção ao problema”¹⁸². Neste período a alfabetização de adultos era tida pelo governo como um problema nacional, que implicaria diretamente no desenvolvimento do país, haja vista que o número de pessoas analfabetas era altíssimo, ultrapassando os 50% da população. Por outro lado, o alto índice de analfabetismo também implicava diretamente na “vida” política do país, uma vez que o voto do analfabeto era vetado e que esse imenso grupo até então não considerado importante, passava a ser alvo de disputas de poder no Estado, tanto pela sociedade política quanto pela sociedade civil. Acessar e fornecer a alfabetização a este grupo tornava-se um instrumento na correlação de forças existentes.

A matéria publicada em 15 de fevereiro de 1948, discorre sobre alguns aspectos da situação do ensino primário do Estado do Rio de Janeiro em que:

Com uma população em idade escolar de mais de 250 000 crianças, o seu sistema escolar só consegue absorver pouco mais da metade das crianças entre 7 e 11 anos, resultando que cerca de 100 000 dessas crianças, mesmo que queiram, não podem receber os benefícios da instrução primária.¹⁸³

A situação educacional do Estado é considerada sendo “bastante precária”, havendo como consequência a existência de um convênio estabelecido entre o “Ministro da Educação e o Govêrno estadual”, que “resolveu destinar inicialmente 28 prédios escolares para o Estado do Rio” e previa a “construção de mais esses 80 prédios escolares, para ambos os prédios o critério de distribuição adotado era para “as zonas rurais consideradas mais necessitadas”¹⁸⁴.

Na sociedade civil em Nilópolis especificamente vale destacar a presença do “Centro Espirita Caminhemos com humanidade, sob a direção de Julio Chambarélli”, na empreitada por mais escolas na Baixada Fluminense. Este Centro Espírita teve “lançada a pedra fundamental do prédio” da futura escola

¹⁸¹ JORNAL DO POVO, 15.fev. 1948, p.2.

¹⁸² JORNAL DO POVO, 15.fev. 1948,p.3.

¹⁸³ JORNAL DO POVO, 15.fev. 1948,p.3.

¹⁸⁴ JORNAL DO POVO, 04.abr. 1948,p.4.

“ Escola Amor a Obediência” em março de 1948¹⁸⁵, nesta cerimônia estiveram presentes vários donos de escolas particulares.

Na coluna “O que vai por Nilópolis” que como citado acima trata das sessões ocorridas na câmara de vereadores, “o vereador Wenceslau dos Santos” solicita “ a Mesa Oficiasse ao Executivo para nomear as professoras adjuntas necessárias no sentido de atender a 160 alunos matriculados na “Escola Jose Luiz”. Denunciando “que enquanto faltavam professoras na “Escola José Luiz” e ocorrera o cancelamento de um “curso noturno de adultos”, havia por parte da prefeitura despesas com “ o estágio de 3 ou 4 professoras em escolas estaduais” sendo que “tal responsabilidade cabia exclusivamente ao Estado”¹⁸⁶.

Para além das cobranças às autoridades locais pelo desempenho de suas responsabilidades, a matéria com o título: “A sonata abolicionista em São João de Meriti”, dá a conhecer a intervenção desses intelectuais de forma prática nas cenas da cidade, através das comemorações cívicas:

“JORNAL DO POVO”, que através a palavra do seu diretor, Sylvio Goulart e redator –Secretario, RUFINO GOMES JUNIOR, situaram de maneira clara e diáfana, os alevantados propósitos, que o norteou ao lançar e patrocinar a idéia do culto às grandes datas agiólogio histórico e cívico da nacionalidade(...)¹⁸⁷

Essa comemoração do dia 13 de maio, organizada pelo semanário em São João de Meriti obteve visibilidade em outros periódicos, como mostra a publicação de 30 de maio, nomeada: “A data da Abolição- Como a imprensa da Metrópole e do Estado do Rio viu a iniciativa patriótica deste jornal”, a saber: “Do Brasil Portugal”, em 26-05-48 e A Opinião”, de 23-05-48.

Na observância do papel da imprensa local no processo de construção de hegemonia com vista a assegurar o consenso e dar direcionamentos às classes dominadas vale ressaltar a fala¹⁸⁸ de um dos diretores da “Folha da Cidade”, Ruyther Poubel, quando perguntado sobre a criação do semanário e responde que

E a idéia do jornal veio à minha cabeça, não foi idéia do Zoelzer, ele acabou entrando junto, mas depois. Eu já estava com 18 anos. Estava me preparando para o vestibular e ao mesmo tempo, terminando o Científico. A FOLHA começou em 53. E aí, o que me ocorreu? Eu queria fazer um jornal para influenciar na vida da cidade, para direcionar e eu achava que era pelo jornal que eu conseguiria direcionar, vamos dizer, as decisões do governo, entendeu?... Vamos dizer, as metas da administração. Eu achava que era possível, como realmente aconteceu durante muito tempo (...)Eu achava mesmo é que com um jornal podia influenciar a cidade, melhorar a cidade... (BRAZ E SILVA, 2003, p. 65-6).

¹⁸⁵JORNAL DO POVO, 30.maio. 1948,p.6-7.

¹⁸⁶JORNAL DO POVO, 04.abr.1948, p. 7.

¹⁸⁷ Entrevista realizada no ano de 2003 por Antônio Augusto Braz e Odemir Capistrano com Ruyther Poubel no Instituto Histórico da Câmara de Duque de Caxias.

¹⁸⁸FOLHA DA CIDADE, 14 fev.1960, p.6.

Em sua fala fica nítido quais eram as intenções com a criação de um jornal que como o próprio diretor afirmava “tinha uma forte presença na cidade. Era um jornal muito grande e importante para o tamanho da cidade, embora semanário, mas era um jornal muito respeitado (..) Era maior que a cidade, então tinha um prestígio muito grande” (BRAZ E SILVA, 2003, p.67-8). O jornal possui um baixo custo de produção, pois como já dito anteriormente os irmãos Poubel tinha sua oficina própria, o que de certa forma se traduzia no baixo preço que o jornal era repassado aos leitores nas bancas.

Atendo-se ao aspecto da política e mais especificamente ao recorte a que se propõem este ensaio, a “Folha da Cidade” traz ao longo do ano de 1960 em seus 28 semanários – excetuando-se o “suplemento especial” edição natalina – uma média de 3 a 4 notícias sobre o governo ou a pessoa do Roberto Silveira. Alguns semanários chegam a mencionar o nome do governador em até 5 matérias diferentes. Para se ter uma noção do teor dessas reportagens destacamos duas no intuito de se observar como se apresentava a redação do jornal aos leitores. Quando tratando de uma possível inconformidade entre o PTB, núcleo Duque de Caxias, e a maneira de governar de Roberto Silveira, o jornal se manifesta da seguinte maneira, em coluna de autoria de seu próprio diretor:

(...)O que todos devemos fazer nessa hora é aproveitar a indiscutível boa vontade do Sr. Roberto Silveira para com Duque de Caxias e pedir-lhes obras em vez de favores pessoais. (...) O que o senhor governador está precisando é de liberdade e não de coação. Só assim poderá fazer por nós aquilo que queremos e precisamos (POUBEL, 1960, p. 3).

Ou quando se tratando de inaugurações de escolas, a exemplo, o jornal manifesta-se sempre em favor dos atos do governador trazendo no decorrer de suas matérias palavras ou até mesmo frases inteiras de enaltecimento seja à obra lançada ou inaugurada ou ao “ato bondoso” do governador, como se observa também na matéria a seguir:

Acompanhado de vários secretários de estado, o Sr. Roberto Silveira voltou a localidade de Nilópolis, dia 6 passado, **quando foi muito bem recebido** pelos moradores locais. Na oportunidade a excelência inaugurou cerca de 15 escolinhas pertencentes ao Movimento Popular de Alfabetização. Foi sem dúvida alguma, o encontro do chefe do executivo fluminense com as várias classes de Nilópolis, desde a estudantil à religiosa, dos clubes sociais recreativos e do povo em geral que dava **visíveis mostras de alegria pelo acontecimento**¹⁸⁹ (grifo nosso).

Em tantas outras matérias a linguagem utilizada na comunicação segue o mesmo caminho destas supracitadas. De certa maneira percebe-se uma tentativa – e pode se deduzir que logrou êxito – de aproximar o governador da população duque-caxiense mostrando sempre uma figura muito próxima ao povo e atento às suas demandas. Por outro lado é inegável a presença constante de Roberto Silveira em Duque de Caxias ao longo de seu curto mandato. Como bem como observou o próprio Ruyther Poubel

¹⁸⁹FOLHA DA CIDADE, 13 mar.1960, p. 3.

“nesses dois anos, ele esteve em Caxias 22 vezes. Uma média de uma vez por mês. Vinha, almoçava aqui pelos restaurantes do Centro” (BRAZ E SILVA, 2003, p. 68).

Mais uma vez vemos aqui a articulação entre sociedade civil e política na trama das relações de luta de classes na cidade. De um lado a presença forte do chefe do executivo estadual e de outro uma fração de classe da sociedade civil, representada pelo seu APH legitimando a hegemonia do Estado por meio do consenso praticado semanalmente gota a gota em seu jornal ao longo de dois anos de governo. Essa hegemonia/consenso evidencia-se não somente pela presença do governador em terras caxienses como também pela presença de sua esposa, Dona Ismélia da Silveira, a qual ainda em vida empresta seu nome ao conhecido Hospital Infantil de Duque de Caxias. Numa de suas matérias, relatando a visita da Primeira Dama do Estado, em favor da construção do referido Hospital, o jornal veicula que

As crianças de Duque de Caxias muito esperam pela simples e bondosa esposa do governador, cujos sentimentos nós conhecemos desde quando, ainda estudante, se dispôs à candidatar-se a Rainha da festa de Agosto de Bom Jesus do Itabapoana, em benefício do Hospital daquela terra, que também é nossa. Ontem rainha para que o Hospital se reerguesse, hoje presidente de uma campanha, amanhã um título de gratidão: Rainha das Crianças de Duque de Caxias¹⁹⁰.

Como se observa nos fragmentos supracitados do semanário, não faltam elogios à família Roberto Silveira e tampouco o caráter de direcionamento às ações do Estado na cidade. Vale lembrar que o jornal ao longo de sua existência empreendeu ainda campanhas pela construção do Batalhão de Polícia, da Associação Beneficente de Menores, do Patronato São Bento, pelo abastecimento de água, construção de escolas e entre outras obras e ações do Estado nesta cidade.

É oportuno salientar que Dona Ismélia vem a Duque de Caxias comemorar seu aniversário de vida, o que se pode evidenciar a forte ligação entre as frações de classe hora envolvidas no projeto de sociedade idealizado. O jornal, como concebido “tinha uma tendência sempre muito crítica ao Poder Público de uma maneira geral. Não apenas ao Prefeito. Não havia nada de pessoal contra ninguém. Nunca fiz jornalismo com crítica pessoal. Sempre fiz crítica aos problemas onde eles estivessem” (BRAZ E SILVA, 2003, p. 67). Contudo, de certa forma a tonalidade das matérias – as quais não se restringem as citadas aqui – apresenta distorções ao ideário propagado por seu diretor.

Considerações finais:

Através do mapeamento inicial das funções dos intelectuais do jornal “Do Povo”, percebe-se como esses intelectuais vão se organizando e organizando a população, transformando vontades que são inicialmente individuais em vontades coletivas. Assim como na construção de novas visões de mundo.

Os discursos realizados no jornal alinham-se as discussões e ideias em voga no período, como por exemplo, a discussão da educação de jovens e adultos e a própria finalidade da educação defendida pelo intelectual Rufino Gomes, que quando elucida os graus de ensino que o Estado deve proporcionar a população não inclui o ensino superior. Havia nesse período uma ideia de educação repartida (NUNES, 2001), uma educação para as massas e outra dirigida a formar os quadros dominantes. Sendo a educação das massas colocada a atender o interesse da nação, o interesse do mercado. Em Nilópolis foi perceptível através das publicações que as iniciativas de ordem particular para criação de escolas ultrapassavam as iniciativas do poder público, o que dialogava com a situação geral de precariedade do ensino primário público no Estado do rio de Janeiro.

A força do jornal A Folha da Cidade somado a forte presença da sociedade política na cidade por meio de visitas constantes e obras públicas, muitas delas emergências a cidade, mas veiculadas como se fosse monumentais e “bondosos feitos” ratificaram a imagem de ambos os lados na legitimação e perpetuação do consenso inaugurado.

As matérias até aqui destacadas servem para trazer a baila da discussão o caráter diretivo da Folha da Cidade, aqui entendido como aparelho privado de hegemonia e estando mais a serviço da sociedade política do que a grande massa na qual ele circulava. Essas matérias reforçam a ideia defendida inicialmente de que o jornal por meio de suas matérias procurou aproximar a população não somente do governador e de sua esposa como também dos diretores da “Folha.”

Referências:

ABREU, Jaime. *O sistema Educacional Fluminense*. Uma tentativa de interpretação e crítica. MEC. INEP. CILEME, 1955.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.69-148.

BRAZ, A. A.; SILVA O. C.; RUYTER POUBEL, O INVENTOR DA FOLHA. In: *Revista Pilares da História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, v. 3, n. 3, p. 62-88, dezembro de 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *História da Educação e História Regional: experiências, dúvidas e perspectivas*. IN: MENDONÇA, Ana Waleska Campos, Pollo et. al. (Orgs.). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.v.2* Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira,2001.

LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município-dados gerais*. 1958.

MEDEIROS, Arlindo de. *Memória histórica de São João de Meriti*. São João de Meriti,

Rio de Janeiro. 1958.

MENDONÇA, Sônia Regina. *O ruralismo Brasileiro (1988-1931)*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

_____, Sonia, Regina de. O Estado ampliado ferramenta metodológica. *Marx e o Marxismo*. v.2, n.2, jan.-jul.2014.

POUBEL, Ruither. *Liberdade ao Governador! Folha da cidade. Duque de Caxias*. 17 jan. 1960.

SANTOS, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

SIMIONATTO, Ivonete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência e serviço social*. Rio de Janeiro: Ed.Cortez,2011.

SILVA, Helenita Maria Beserra da. *A emancipação política do município de Duque de Caxias*. *Revista Pilares da História*. p.28-36 Ano II. n.º 3- Dez-2003. Disponível em:<http://www.cmdc.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2013/06/03_revista_pilares_da_historia.pdf> Acesso em: 13. Jun.2018

SILVEIRA, Roberto Teixeira da. *Biografia. Verbete*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ disponível em: <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em 30 de junho de 2018.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipação municipais na Baixada Fluminense*. Niterói, 2006. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

TORRES, Gênesis *Duque de Caxias*. IN: TORRES, Gênesis (org.) *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia e política*. São João De Meriti: IPAHB. Editora, 2004, p.171-175.

GRAMSCI PARA PENSAR A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro¹⁹¹

Resumo: Busca-se discutir a importância do aparato teórico e metodológico gramsciano para pensar a sua contribuição nos estudos da área de História da Educação. A partir do conceito de Estado Ampliado, discutir o papel da educação como um campo de disputa entre várias propostas de sociedade, entre diferentes concepções do mundo, como um terreno onde os grupos sociais lutam pela hegemonia, pela conquista do consenso para seus diferentes projetos societários. Nesse sentido, apresentar o conjunto de instrumentos analíticos formulados ou desenvolvidos por Gramsci, cujo conceito de hegemonia pode estabelecer o nexos articulador com as demais categorias gramscianas, como um consistente caminho para a compreensão dos fenômenos históricos no Brasil, com destaque para o campo educacional. Partindo da proposição básica de que as classes sociais, o conflito de classes e a consciência de classe existem e desempenham um papel na história, ressalta-se o papel dos historiadores da educação em apontar questionamentos onde muitos só enxergam certezas e pensar as continuidades e mudanças da realidade educativa e pedagógica pesquisada, articulando conceitos fundamentais do pensamento gramsciano para entender os processos de dominação: hegemonia, subalternidade, jacobinismo, revolução passiva, reforma intelectual e moral, espírito de cisão, educação e autoeducação das massas. De modo que aos intelectuais – e, em particular, aos historiadores e professores de História da Educação – comprometidos com os interesses populares cabe a missão de contribuir para a formação de pessoas orientadas para uma perspectiva de elaboração de uma alternativa de emancipação social para nosso povo. No sentido de formar pessoas questionadoras, cidadãos que não aceitem o consenso dominante, que estejam dispostos a se contrapor à hegemonia dos setores dominantes.

Não se pode pensar a História da Educação sem a mobilização rigorosa dos instrumentos teóricos e metodológicos da investigação histórica. Trata-se de uma área que se ocupa de abordar temáticas relacionadas a aspectos dos processos educativos criados nas diferentes sociedades existentes ao longo do tempo. Busca-se realizar análises que consideram o contexto histórico e suas contingências para a problematização e compreensão dos processos educativos pesquisados. Contudo, são análises que apresentam uma variedade de abordagens historiográficas ao longo do desenvolvimento da História da Educação como disciplina e campo de pesquisa. Isto é, essas análises são norteadas por diferentes perspectivas e concepções históricas, que reflete um posicionamento diante do mundo e daquela realidade que está sendo por descrita nos estudos históricos. Não existe História neutra ou História que seja uma mera reprodução dos fatos ocorridos em determinado momento histórico. Enquanto uma construção, a

¹⁹¹ Doutor em História Comparada, Professor Adjunto de História da Educação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mcezarufjrj@uol.com.br.

História pode ter maior ou menor compromisso com a evidência, mas na qual existe sempre uma carga indiscutível de subjetividade. De acordo com a historiadora Anita Prestes, isso significa afirmar que:

Numa sociedade atravessada, e movida, por conflitos sociais, ou seja, numa sociedade onde há explorados e exploradores, onde há classes antagônicas, a História Oficial é sempre uma construção que reflete os interesses dos grupos sociais dominantes. Em outras palavras, é uma construção das classes sociais que detém o poder e os meios de comunicação. E isso é verdade, mesmo quando tal situação está mascarada, não explicitada, quando não é evidente (PRESTES, 2010, p. 92).

A autora prossegue fazendo as seguintes considerações:

Por isso mesmo, o historiador, aquele que se propõe a compreender e explicar os fenômenos que têm lugar nas sociedades humanas, precisa ser um questionador, uma vez que ele, sendo um personagem do seu tempo, inserido em determinada sociedade de uma determinada época, não é nem pode ser neutro. No máximo, conseguirá manter uma neutralidade aparente.

Qual deve ser, pois, a postura do historiador diante da História Oficial - aquela elaboração histórica que convém aos grupos dominantes na sociedade e que se encontra consagrada e difundida principalmente nos livros escolares e na mídia? Tanto o historiador quanto o professor de História, no mundo de hoje, e, em particular no Brasil, diante de cada versão ou construção concreta apresentada pela História Oficial, tem que se posicionar, tem que se definir ideológica e politicamente. E se não o fizer conscientemente, estará na prática aceitando de maneira acrítica os postulados dessa História Oficial, que nos é imposta pelos donos do poder.

A partir de quais postulados teóricos será possível alcançar tal posicionamento ideológico e político? A diversidade de opções é enorme, desde o liberalismo clássico até as concepções de cunho autoritário ou fascista [...]. (*Idem*).

Nesse sentido, “posto que não há leituras inocentes, comecemos por confessar de que leituras somos culpados”, conforme ressalta Louis Althusser (*apud* GRÜNER, 2007, p. 101).

A produção do conhecimento científico-social, “desde a formulação das hipóteses à condução teórica, passando pela observação, seleção e estudo dos fatos”, conforme salienta Michel Löwy, “é atravessado, impregnado, ‘colorido’ por valores, opções ideológicas (ou utópicas) e visões sociais de mundo” (LÖWY, 2003, p. 203). As contradições do mundo social impregnam não só as práticas intelectuais, mas também as concepções e as palavras com que as nomeamos. Como salienta Nildo Viana, “a emergência, o desenvolvimento e a abordagem de determinados termos (científicos, filosóficos, teóricos, etc.) são produtos sociais e envolvidos nas lutas sociais, bem como as opções que os indivíduos assumem no uso ou determinado tipo de uso destes termos” (VIANA, 2008, p. 7).

A História é uma construção fundada em concepções teóricas e critérios metodológicos que devem ser, de alguma forma, explicitados pelo historiador. Apesar da produção de conhecimento nas ciências sociais e humanas estar ligada à visão social de mundo de uma classe social e de uma carga indiscutível de subjetividade, é possível um conhecimento objetivo da realidade (LÖWY, 1989, p. 9-34;

PRESTES, 2010). O compromisso dos historiadores com a evidência dos fatos está relacionado com a preocupação metodológica de distinguir entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são, enfatizando o real como seu objeto de investigação (HOBSBAWM, 1998, p. 8-9). Nós, historiadores, afirma Nathan Wachtel, “tratamos de uma realidade que existiu; não é ficção, de maneira nenhuma” (WACHTEL, 2012, p. 51).

Sem negar as novas possibilidades abertas pelo estudo das representações, proposto pela Nova História Cultural, o presente texto parte do entendimento de que o marxismo – materialismo histórico ou filosofia da práxis – é o que melhor consegue responder aos grandes problemas enfrentados pela humanidade, que melhor consegue explicar racionalmente o funcionamento das sociedades humanas, principalmente na época atual. Nos seus contornos atuais, muitas das pesquisas na área de História da Educação, fortemente influenciadas pela História Cultural, correm e caem na “tirania do cultural”. Ao tentar-se escapar do “primado quase tirânico do social”, segundo R. Chartier (VAINFAS, 1997, p. 153), incorrer-se numa absolutização de sinal contrário. O historiador Ciro Flamarion Cardoso ressalta que: “O problema surge é quando se pretende *suplantar*, com o emprego de alguma noção de cultura (hoje em dia, quase sempre aquela de Clifford Geertz, ou alguma outra própria do perspectivismo hermenêutico), a de sociedade, formação social ou estrutura social” (CARDOSO, 2005, p. 278; grifo do autor).

É preocupante sobremaneira a produção historiográfica em que são absolutizados sejam as representações sejam outros aspectos culturais dos fenômenos estudados, deixando-se de lado os demais aspectos tão ou mais importantes. Chega-se, ou pode-se chegar, a uma caricatura das comunidades humanas pesquisadas, cujo funcionamento seria explicado exclusivamente a partir de um viés culturalista, perdendo-se, assim, a visão de conjunto da sociedade e de suas diferentes instâncias. Desta maneira, corre-se o risco de desconsiderar que “a história é um conjunto dentro do qual existem interconexões contínuas”, conforme nos reitera o historiador Pierre Vilar (VILAR, 1998, p. 285), ou seja, desconsiderar a busca de uma visão globalizante das sociedades humanas.¹⁹²

Quanto à micro-história, tendência que tem exercido significativa influência sobre os historiadores da educação, da maneira como foi enfocada, por exemplo, por Giovanni Levi, em artigo incluído na coletânea *A Escrita da História*, organizada por Peter Burke (LEVI, 1992), é perfeitamente aceitável para quem mantém a preocupação com as articulações entre a escala micro e o conjunto social.

¹⁹² Trata-se, entretanto, de uma totalidade hierarquizada, que não deve ser confundida – como querem alguns – com um simples inventário dos acontecimentos do passado, algo impossível e absurdo de ser realizado. Uma totalidade que englobe os aspectos substantivos e essenciais da realidade social pesquisada, contribuindo para que esta possa ser racionalmente explicada.

Afirma Giovanni Levi: “A questão é (...) como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam” (*idem*, p. 135).

Semelhante postura metodológica choca-se, contudo, com aquela adotada em alguns trabalhos, que acabam incorrendo na absolutização do particular, desligado de suas interconexões com o geral, dando origem a uma “história em migalhas”, expressão já consagrada na historiografia.

Se Marx e Engels, os pais fundadores da teoria marxista, abriram caminho para que a História se tornasse uma “ciência em construção”, nas palavras de Pierre Vilar (VILAR, 1976), para que conceitos como *classe*, *luta de classes* e *Estado* adquirissem “caráter científico”, coube ao filósofo e dirigente revolucionário italiano Antônio Gramsci um papel extraordinário no que diz respeito à teorização do Estado, do poder e da política, numa situação diferente, existente no Ocidente europeu no primeiro pós-guerra.

Nesse sentido, o conjunto de instrumentos analíticos formulados ou desenvolvidos por Gramsci, cujo conceito de hegemonia pode estabelecer o nexos articulador com as demais categorias gramscianas, constitui um caminho para a compreensão dos fenômenos históricos, em particular aqueles relacionados à educação.

Não há como analisar as experiências no campo educacional sem considerar que “se o fato educativo é um *politikum* e um *social*”, por conseguinte, conforme é ressaltado por Mario Manacorda, “toda situação política e social determina sensivelmente a educação” e, portanto, “nenhuma batalha pedagógica pode ser separada da batalha política e social” (MANACORDA, 2010, p. 432). Faz-se necessário levar em conta “como as ideias, as normas, as leis, os valores, as medidas de lei e as ações que constituem o universo dos fatos econômicos, políticos e sociais concretizam-se no mundo dos fenômenos da educação” (CIAVATTA, 2009, p. 405).

A educação está irremediavelmente associada ao projeto político-social de uma classe, ou seja, à maneira pela qual se organizam, formulam e expressam as vontades socialmente organizadas. Trata-se de um espaço de luta hegemônica e contra-hegemônica nas sociedades de classes.

Numa sociedade socialmente tão lacerada [...], na qual velho e novo, tradição e revolução convivem tão íntima e dramaticamente, um papel essencial é reconhecido [...] ao compromisso educativo: para as burguesias, trata-se de perpetuar o próprio domínio técnico e sociopolítico mediante a formação de figuras profissionais capazes e impregnadas de “espírito burguês”, de desejo de ordem e de espírito produtivo; para o povo, de operar uma emancipação das classes inferiores mediante a difusão da educação, isto é, mediante a libertação da mente e da consciência para chegar à libertação política. [...] Assim, também no terreno das pedagogias populares vai-se desde as reformistas até as revolucionárias..., desde as que visam a uma emancipação como

integração (na sociedade burguesa) das classes populares [...] até as que reclamam, pelo contrário, uma revolução da ordem burguesa, uma tomada do poder por parte dos proletários (CAMBI, 1999, p. 408-409).

Torna-se, pois, indispensável abordar a teoria gramsciana do “Estado ampliado”. Segundo Christine Buci-Glucksmann, “a ampliação do conceito de Estado” constitui a maior contribuição teórico-política de Gramsci (BUCI-GLUCKSMANN, 1990). A “ampliação” do conceito de Estado, de acordo com Guido Liguori, se processa em duas direções principais: 1) Sem invalidar a tese marxista da determinação “em última instância” do Estado e da política pelos fatores econômicos, Gramsci percebe a presença de uma nova relação entre política e economia como um dos traços peculiares do século XX, destacando a importância dos fenômenos relacionados com a autonomia relativa do Estado e da política, dentre os quais o fascismo adquire grande destaque; 2) A compreensão da nova relação entre “sociedade política” e “sociedade civil” (entendida esta como “lugar de consenso”), a que Gramsci chega formulando sua teoria da hegemonia (LIGUORI, 2007, p. 13-14).

Na perspectiva ampliada do conceito de Estado em Gramsci, a relação entre sociedade política e sociedade civil é dialética. Os termos não se apresentam como mutuamente excludentes, mas um propõe o outro. A sociedade civil é uma arena privilegiada da luta de classes, em que se dá uma intensa luta pela hegemonia e, precisamente por isso, não é o “outro” em relação à sociedade política (o “Estado-coerção”), mas junto dela um de seus inelimináveis momentos constitutivos. Para Gramsci, os aparelhos hegemônicos da sociedade civil, aparentemente “privados” e voltados para a formação do consenso, estão articulados dialeticamente ao Estado, constituindo um poder hegemônico no qual nenhum dos dois aspectos (força e consenso, direção e domínio) pode ser cancelado. O Estado é instrumento de uma classe, mas também lugar de luta pela hegemonia e processo de unificação das classes dirigentes. Tal perspectiva admite, no entanto, momentos de “contra-hegemonia”. Uma determinada classe social pode tornar-se hegemônica conquistando o consenso e impondo-se como dirigente, antes mesmo de chegar ao poder. Contudo, o desenvolvimento pleno da função hegemônica (combinação da força e do consenso) só ocorre quando essa classe “se tornar Estado” (LIGUORI, 2007: pp. 13, 21, 24, 29 e 47). Para Gramsci, o processo pelo qual uma classe “se faz Estado” é um momento iniludível na luta pela hegemonia (*idem*: p. 36).

Ao analisar os Cadernos gramscianos, Guido Liguori assinala:

Para Gramsci, nem tudo que parte da sociedade civil é bom (nela não prevalece a “lei da selva”?) e nem tudo que vem do Estado é mau (ele pode expressar

instâncias universais que se originam na luta das classes subalternas, pode servir de barreira contra a força abusiva dos “poderes fortes”, pode ser instrumento capaz de redistribuir recursos segundo critérios de justiça). Só uma análise histórico-concreta das relações de força presentes em cada momento pode definir, da perspectiva das classes subalternas, [...] a função e as potencialidades positivas ou negativas tanto da sociedade civil quanto do Estado (*idem*, p. 54).

A sociedade civil é um momento integrante do Estado entendido em sua acepção ampla e intimamente relacionada com a questão da hegemonia. Portanto, a sociedade civil não é politicamente neutra, mas, ao contrário, é um campo de disputa entre várias propostas de sociedade, entre diferentes concepções de mundo, expressando a mutável correlação de forças entre as classes. Nesse terreno, no qual tanto os dominados quanto os dominadores levam a cabo suas lutas ideológicas, é impossível pensar a educação desvinculada das relações de poder, de hegemonia. Segundo Gramsci, não existe uma separação orgânica entre sociedade civil e sociedade política. Tal separação é apenas metodológica. Como salienta a historiadora Anita Prestes:

O importante é compreender que toda classe dominante exerce a dominação através da coerção (cujos aparelhos fazem parte da sociedade política) e também do consenso e da hegemonia (produzidos na sociedade civil). É na sociedade civil que tem lugar a luta ideológica entre diversas concepções do mundo, ou melhor, entre as ideologias dos grupos dominantes e as dos setores dominados e explorados. Para Gramsci, a sociedade civil é atravessada e movida pelas lutas de classes, tese oposta à de ideólogos burgueses, como é o caso de Norberto Bobbio, para quem a sociedade civil seria o lugar do consenso, compreendido por este autor como entendimento, numa concepção de caráter liberal, segundo a qual não existiriam interesses antagônicos em choque [...]. É na sociedade civil que, de acordo com Gramsci, atuam os intelectuais orgânicos, aqueles intelectuais que expressam consciente ou inconscientemente os interesses dos diferentes grupos sociais existentes em cada sociedade. Segundo Gramsci, cada classe gera seus intelectuais orgânicos, ou produtores culturais, que atuam na sociedade civil, representando os interesses dos grupos dominantes nessa sociedade, e contribuem para que seja assegurada, através do consenso, a hegemonia desses setores. Para haver hegemonia, é necessário que haja aceitação e adesão dos setores subalternos ou dominados (PRESTES, 2010, p. 93-94)

A construção da hegemonia é um ato pedagógico. “Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”, que “não pode ser limitada às relações especificamente ‘escolares’” (GRAMSCI, 2004: p. 399). As relações educacionais constituem o próprio núcleo da hegemonia, enquanto relações sociais produtoras de sentido e de difusão de uma concepção de mundo convertida em norma de vida (ACANDA, 2006: p. 208-211).

A posição de Gramsci sobre a problemática da autonomia relativa das instâncias superestruturais, pode ser identificada no trecho que se segue do livro de Giovanni Semeraro:

O homem, para Gramsci, é impensável fora da história das relações sociais e das transformações operadas na natureza em virtude do trabalho organizado socialmente. (...) Ainda que livre e criativo, portanto, o indivíduo vive dentro dum conjunto de relações sociais cuja totalidade forma o campo do “historicismo absoluto”. Se é na historicidade que se realiza a atividade humana, então, tanto as “condições materiais” como a atividade do “espírito” e da cultura não são outra coisa senão o resultado cristalizado de sujeitos concretos que operam no tempo e buscam superar as contradições com uma práxis consciente e transformadora. (...) A passagem da estrutura à superestrutura, da necessidade à liberdade, para Gramsci é o momento no qual o indivíduo se transforma em ser social, no qual se produz o sentido unitário da sociedade e se forma o “bloco histórico” que permite integrar dialeticamente as forças da esfera econômica com as expressões culturais e a participação política das massas excluídas. (SEMERARO, 2001, p. 154-156)

Se por um lado, o reconhecimento da autonomia relativa das instâncias superestruturais é um avanço considerável na atual historiografia que esteja voltada para esta problemática. Por outro lado, mais uma vez, há o perigo na absolutização dessa autonomia, que pode deixar de ser, na prática, relativa para tornar-se absoluta. Na realidade, tanto Karl Marx quanto Friedrich Engels e, em especial, Antonio Gramsci são os grandes formuladores desse caráter relativo da autonomia das instâncias superestruturais. Basta citar obras como *O 18 de brumário de Luis Bonaparte*, de Marx (2011) e a correspondência de Engels (1976) nos últimos anos de sua vida para comprovar tal afirmação. Trata-se de conseguir articular com competência as diversas instâncias da sociedade, hierarquizando-as e explicando os seus condicionamentos mútuos.

Teoricamente, existem duas formas de pensar em hegemonia: no sentido tradicional, como superioridade material sobre os outros, primazia, primado, proeminência ou domínio e, no sentido de Gramsci, como direção não somente político-econômica, mas também cultural, moral-intelectual. A primeira e mais comum das duas foi empregada pela maioria dos comunistas do século XX, pelo menos até os anos de 1950, para referir-se à inversão do tipo de dominação existente sob o capitalismo. Isso queria dizer que a aspiração do proletariado era ocupar o lugar social, econômico e político que a burguesia ocupava anteriormente. Desse ponto de vista, hegemonia seguia com uma conotação de coerção estatal na nova ordem, somente com o signo social invertido. A mudança de signo social só se efetuará quando uma nova classe, o proletariado, tomasse o poder e pudesse exercer sua dominação sobre as outras classes sociais. Em contraste com essa acepção, o conceito gramsciano de hegemonia se opôs parcialmente a ideia de domínio, ampliando o conceito para além do âmbito militar, econômico e político.

Ao fazer a distinção entre dirigir e dominar, Gramsci não reduz o conceito de hegemonia à ordem, ao mando e à força (econômica e militar), mas pressupõe o consenso social e, em consequência, a capacidade de uma classe ou grupo para dirigir intelectualmente o conjunto da sociedade. A batalha das

ideias – o diálogo e o confronto cultural – e a conformação coletiva da própria concepção do mundo, das crenças e das ideologias assumem relevância decisiva na luta pela hegemonia. Assim sendo, a construção de um novo bloco histórico não se esgota na convergência de interesses econômicos ou mesmo políticos, mas também por afinidades de natureza cultural.

Para uma compreensão dialética dos processos educacionais, há a necessidade de estudá-los segundo uma concepção dialética da realidade histórico-social pesquisada, em cujo contexto Estado e sociedade civil sejam entendidos em um nexos de unidade-distinção. Nesse sentido, a teoria gramsciana do “Estado ampliado” é uma ferramenta importante para perceber a dialética da relação entre Estado e sociedade civil. Dentro desse quadro, os objetivos, os métodos, os conteúdos, os contextos e os sujeitos que compõem uma experiência educacional adquirem um significado completamente distinto do que é apresentado, por exemplo, por estudos de viés culturalista. Normalmente, eles são apreendidos somente como processos isolados, de um campo de realidade limitado. Porém, analisados dentro do “Estado ampliado” gramsciano, abre-se a possibilidade de concebê-los em seu caráter dialético – e, conseqüentemente, relacional – no processo histórico em que aquela experiência de educação está inserida.

Nas palavras de Buci-Glucksmann, “Gramsci pratica uma espécie de dialetização dos diferentes campos do saber, que faz explodir definitivamente as distinções em atividades fechadas, em instâncias chamadas aqui e ali ‘econômica’, ‘política’, ‘literária’, ‘cultural’...” (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 23).

Em relação ao instrumental teórico gramsciano, cabem duas notas de teor metodológico. Gramsci recusa a fossilização dos conceitos ou sua imposição à realidade histórica. Ele adverte que suas observações teóricas não devem “ser concebidas como esquemas rígidos, mas apenas como critérios práticos de interpretação histórica e política” (GRAMSCI, 2002, p. 67). Não se deve “forçar os textos” para dobrá-los a teses preconcebidas. Isto é, preocupa-me não seguir uma linha simplista e absolutizadora em que há distorção da informação empírica para forçá-la a encaixar-se nas categorias de análise conceitual. Porém, o historiador não pode abdicar do seu papel de interpretar os documentos – sejam eles de que tipo forem – e construir sua explicação dos fenômenos pesquisados.

Outra questão importante diz respeito ao fato de que os pares conceituais empregados por Gramsci – como sociedade civil e sociedade política, consenso e coerção, direção e domínio, entre outros – não se apresentam jamais como mutuamente excludentes. Cada termo pressupõe o outro, de tal modo que o emprego de um depende do emprego do outro. “Desse modo, o problema reside na determinação

empírica da proporção, peso e valor de cada elemento da díade no contexto de uma situação histórica concreta” (FONTANA, 2003, p. 119-120).

A história é vista como história da luta de classes, da luta pela hegemonia, que atinge de diferentes formas diversos aspectos da vida social, inclusive e especialmente, os processos educativos. Uma análise da história concebida como luta social.

Em relação à educação, os escritos gramscianos desenvolveram-se em torno de três temas:

- 1) o papel da educação como parte do processo da formação da hegemonia cultural nas sociedades capitalistas burguesas;
- 2) as possibilidades de educação formal e não-formal como lugares de formação de consciência revolucionária, contra-hegemônica anterior a qualquer transição revolucionária;
- 3) os princípios que devem fundamentar a pedagogia socialista de uma sociedade pós-revolucionária.

Gramsci possui chaves interessantes para se pensar os processos educativos tanto no plano metodológico quanto dos conceitos fundamentais por ele apresentados e/ou desenvolvidos (como os de hegemonia, Estado integral, revolução passiva, classes e luta de classes / correlação de forças, cultura / nacional popular / senso comum, partido, intelectuais orgânicos). Portanto, o conjunto de categorias desenvolvidas por Antonio Gramsci constitui um campo aberto de criação histórica, apesar dos limites inerentes a qualquer conceito. Mas o que explica essa “adoção” de Gramsci é a análise da validade operatória de muitas de suas categorias para formular interpretações mais aprofundadas da realidade social concreta.

Ademais, os caminhos apontados pela contribuição do aparato teórico e metodológico de Gramsci nos revelam possibilidades para a elaboração de uma História comprometida com a evidência e, por isso mesmo, também com as aspirações de emancipação econômica, social e política de milhões de homens e mulheres explorados e oprimidos, com os objetivos dos movimentos sociais e das lutas populares por um mundo melhor, com justiça social e liberdade, que, como colocado por Gramsci, só poderá ser conquistado com uma transformação radical, de caráter socialista.

Referências bibliográficas

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Sociedade e cultura: conceitos complementares ou rivais?”. In: _____. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios. Bauru: Edusc, 2005.

CIAVATTA, Maria. *Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60)*. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

ENGELS, F. “Carta a Jose Bloch”, 21-22/9/1890; “Carta a Conrado Schmidt”, 27/10/1890; “Carta a W. Borgius”, 25/1/1894. In: Marx, K. e Engels, F. *Obras Escogidas*. Vol. II e III. Moscou: Ed. Progreso, 1976.

FONTANA, Josef. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere, volume 3*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 1*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRÜNER, Eduardo. “Leituras culpadas: Marx (ismos) e a práxis do conhecimento”. In: BORON, Atilio, AMADEO, Javier e GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HOBBSAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

LIGUORI, G. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LÖWY, Michael. *Método Dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011

PRESTES, Anita Leocadia. “O historiador perante a História Oficial”. In: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Lodrina, v. 1, n. 2, p. 91-96, jan. 2010.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VIANA, Nildo. *Senso comum, representações sociais e representações cotidianas*. Bauru: Edusc, 2008.

VILAR, Pierre. “História marxista, história em construção”. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Ed.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. “A memória viva dos historiadores”. In: Boutier, Jean e Julia, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Ed. FGV, 1998.

WACHTEL, Nathan. “A versão dos vencidos”. Entrevista. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 76, p. 46-51, janeiro 2012.

MESA 04: A OFENSIVA CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Coordenadora: Amanda Mendonça (UNESA)

A mesa coordenada debate sobre a crescente ofensiva conservadora e reacionária observada no Brasil na última década, especialmente no âmbito das políticas públicas educacionais. O trabalho de Paula Guimarães analisa a emergência dos novos modelos de gestão militarizada das escolas e a conjugação de consenso e coerção nesta iniciativa, tendo em vista a necessidade de assegurar, por um lado, a hegemonia do conjunto da sociedade e, por outro, conformar corpos e mentes dos discentes às estratégias de disciplina e hierarquia. O trabalho de Luiza Colombo identifica e analisa as redes de apoio, as articulações e o protagonismo de uma frente de direita ultraconservadora-liberal composta por organizações transnacionais e nacionais, caracterizando o movimento “Escola sem Partido” como uma das expressões deste fenômeno no âmbito educacional. O trabalho de Fernanda Moura analisa o Movimento Escola sem Partido e os projetos de lei a ele relacionados, assim como o perfil dos propositores destes projetos tanto na câmara quanto no senado, uma vez que estes pertencem à bancada BBB (do Boi, da Bala e da Bíblia), buscando com isso explicitar qual o projeto hegemônico por trás do MESP, quais os interesses de classe estão em jogo e quem são seus principais intelectuais. Já o trabalho de Amanda Mendonça, reflete sobre a formação de uma agenda moralista e moralizante do país e as relações entre Estado, religião e democracia, investigando o papel da chamada “ideologia de gênero” na composição deste quadro conservador que se desenhou no Brasil, identificar os principais argumentos e de que forma contribuíram para o que se considerou como um pânico moral em torno deste termo.

“IDEOLOGIA DE GÊNERO”: ALINHANDO A RETÓRICA CONSERVADORA AO PÂNICO MORAL

Amanda André de Mendonça¹⁹³

Resumo: Com o propósito de pensar a formação de uma agenda moralista e moralizante do país e as relações entre Estado, religião e democracia, este trabalho se propõe a investigar o papel da chamada “ideologia de gênero” na composição deste quadro conservador que se desenhou no Brasil de forma mais explícita na última década, através da polêmica envolvendo a tramitação e aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE em 2014. A partir deste caso almeja-se apresentar a ingerência de segmentos religiosos e conservadores na produção das políticas educacionais do país. A identificação dos agentes envolvidos nesta disputa, suas movimentações e discursos constituem parte deste trabalho, que procura explicitar a relação entre a laicidade do Estado e o grau de democracia experimentado no país. O objetivo é compreender parte das estratégias utilizadas, verificar as transformações no campo religioso, político e educacional, e com isso constituir um cenário que possa auxiliar na compreensão dos entraves e polêmicas que permearam a tramitação e a aprovação do PNE. Através de uma pesquisa qualitativa, envolvendo análise documental e levantamento de discursos que se destacaram neste percurso, buscou-se identificar os principais argumentos e de que forma contribuíram para o que se considerou como um pânico moral em torno da “ideologia de gênero” na sociedade brasileira. Por fim, pretendeu- contribuir com os estudos referentes à laicidade e à importância desta para o estágio de democracia do país.

*Os pânicos vêm e vão, e embora possam ser assustadores,
é seguro presumir que terão o mesmo destino de todos os outros.*

Zygmunt Bauman

Está em curso no Brasil uma agenda moralista e moralizante, baseada na convergência de diferentes setores, destacando-se a ação dos agentes religiosos. Nesta agenda, é de extrema relevância, o debate e as ações em torno do que se convencionou chamar no Brasil de “ideologia de gênero”. A expressão, assim como a notoriedade do tema, adquiriu grande visibilidade social e política após a tramitação do Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado em 2014. A temática figurou entre as grandes polêmicas envoltas na aprovação do Plano e constituiu os discursos de grande parte dos agentes envolvidos diretamente com o PNE, bem como diversos grupos sociais.

Sob este prisma, busco neste trabalho promover a análise dos principais argumentos manifestos na querela envolvendo o PNE, como forma de investigar o papel da “ideologia de gênero” no que estou

193

¹⁹³ Doutor em engenharia mecânica pela UNESP e Mestre na área pela UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá). Possui um programa na Rádio Canção Nova, “No Coração da Igreja”, e dois programas na TV Canção Nova, “Escola da Fé” e “Pergunte e Responderemos”. É professor de História da Igreja do Instituto de Teologia Bento XVI na Diocese de Lorena. Escreve artigos e publica notícias no Portal Canção Nova e no site da Editora Cléofas.

chamando de agenda moralista e moralizante, de contribuição com uma maior compreensão dos agentes envolvidos em tal agenda, a quem vimos, em geral, denominando de conservadores e assim corroborar com reflexões acerca da relação entre Estado, religião e democracia.

Para isso, realizo um levantamento dos principais argumentos utilizados nos discursos pró “*gênero*” no PNE e os que compuseram a retórica contrária a tal presença. A identificação de tais argumentos alicerça a construção de um quadro analítico acerca da natureza das alegações, a forma como foram trabalhadas nos discursos, atendendo a quais objetivos e como impactaram o imaginário social da população.

É importante dizer que para esta análise sobre o discurso dos diferentes segmentos implicados na disputa do PNE e os argumentos neles contidos, busquei categoriza-los em dois campos: progressistas e conservadores. É de suma relevância destacar que há inúmeros limites nesta categorização proposta. Categorizar argumentos é uma tarefa árdua e complexa, que inclui considerar inúmeros elementos e fatores. Contudo, nos limites estabelecidos por este trabalho, compreendo que a proposta estruturada entre progressistas e conservadores atende ao objetivo de auxiliar a interpretação da movimentação dos agentes ora estudados, a partir da importância e da força instituída em uma retórica que adquiriu grande repercussão social.

A categorização construída também me permitiu realizar um levantamento de como tais argumentos foram explorados e de que forma contribuíram para o estabelecimento de um pânico moral na sociedade. Para isso, me referencio na teoria de Albert Hirschman (1992) sobre a retórica da intransigência e busco identificar como a retórica dos segmentos reacionários, com participação de agentes religiosos, contribuiu de sobremaneira para consolidar a vitória destes setores, ou seja, a retirada de qualquer referência a “*gênero*” do Plano e a disseminação de um pânico em torno da chamada “ideologia de gênero”.

Por fim, exponho sobre o que considero serem as repercussões ou os impactos das ações da coalizão conservadora formada, de sua retórica e dos medos sociais desenvolvidos. Nesse sentido, trago uma breve análise de projetos recentes que são permeados pela retórica conservadora e fortalecidos no contexto de pânico moral estabelecido como o Movimento Escola Sem Partido, a retirada de gênero dos planos municipais e estaduais de educação e da Base Nacional Comum Curricular.

Discursos e argumentos em campo

A ofensiva de lideranças religiosas e setores conservadores na educação brasileira através da temática de gênero e orientação sexual, como exposto neste trabalho, mobilizou inúmeros segmentos sociais e afetou o imaginário social através das “ameaças” que a presença destes temas na escola representaria para as famílias, para as crianças e para nossa sociedade. Em grande medida, as bases para o impacto frente a estes segmentos e para o desenrolar no campo político e no de produção das políticas educacionais, estiveram diretamente vinculadas a retórica e aos discursos produzidos por agentes e lideranças de diferentes campos na última década.

De acordo com os defensores da “ideologia de gênero” a identidade do sujeito é definida a partir do nascimento no sexo masculino ou feminino. Ou seja, não existe para este grupo a ideia de construção social dos papéis de gênero. O sexo biológico determinaria necessariamente a identidade de gênero. Para sustentar esta noção os agentes religiosos utilizaram prioritariamente como referência “especialistas” e

profissionais da área da saúde, como o Dr. Christian Schnake, médico chileno e especialista em Bioética que diz:

A ideologia de gênero é uma tentativa de afirmar para todas as pessoas que não existe uma identidade biológica em relação à sexualidade. Quer dizer que o sujeito, quando nasce, não é homem nem mulher, não possui um sexo masculino ou feminino definido, pois, segundo os ideólogos do gênero, isto é uma construção social (SCHNAKE, 2015).

Apoiando-se na legitimidade dos estudos científicos, a utilização destes discursos médicos por parte dos segmentos religiosos e conservadores tem como objetivo fortalecer um caráter “*natural*” do argumento apresentado.

Destaca-se nesta noção apresentada a identidade sendo definida a partir do nascimento no sexo masculino ou feminino e com o uso de referências médicas e bioéticas para sustentar este primeiro argumento. Neste sentido, alegam que as “imposições culturais” é que estariam levando a este novo “comportamento” de escolha entre ser homem, mulher, bissexual ou homossexual, e que coloca a identidade biofísico-sexual como algo ultrapassado:

Quando a criança nasce, não deve ser considerada do sexo masculino ou sexo feminino; depois ela fará essa escolha. Essa é a chamada ‘Identidade de gênero’ ou ‘Ideologia de gênero’. A identidade sexual resulta do modo que a criança foi educada, por isso, às vezes, é diferente da sexualidade biológica. Um dos objetivos dessa ideologia é eliminar as diferenças sexuais entre o masculino e feminino, que são determinadas por diferenças biológicas entre homem e mulher. Inclusive, já existem escolas para crianças na Suécia e na Holanda, onde não se pode chamar o aluno de menino ou menina, chama-os apenas de crianças, porque eles devem decidir quando crescerem se serão homens ou mulheres, o que é antinatural (COELHO, 2015).

Aliada a questão da identidade de gênero como algo inato, os conservadores também tratam da sexualidade como fruto da natureza humana, ou seja, não existiria orientação sexual, mas determinação a partir do gênero masculino ou feminino. Portanto, a ordem natural para este grupo é a heterossexualidade. De acordo com os preceitos defendidos por estes agentes homens e mulheres são complementares:

Percebe-se que nada disso está presente na conjunção carnal entre dois homens ou entre duas mulheres. Falta a dualidade, a complementaridade e a fecundidade próprias do verdadeiro ato sexual. Os atos de homossexualismo são uma grosseiríssima caricatura da união conjugal, tal como foi querida por Deus e inscrita na natureza. A ideologia de gênero pretende, porém, obrigar as crianças a aceitar com naturalidade aquilo que é antinatural. (CRUZ, 2014).

Nota-se também, no que se refere à sexualidade, que para estes segmentos conservadores é fundamental o vínculo com a ideia desta como sendo fruto da natureza humana e de instinto. Portanto, as “tentativas” de desconstrução do que seria o “sexo natural” são entendidas por este grupo como ataques à ordem instituída e natural da vida humana. Assim, os partidários da chamada “ideologia de gênero” reafirmam noções baseadas em determinismo biológico, tanto para gênero quanto para sexualidade, e utilizam para isto discursos médicos e religiosos e suas fundamentações, como o do professor Hermes

Rodrigues Nery, especialista em Bioética (pela PUC-RJ), coordenador da Comissão Diocesana em Defesa da Vida e Movimento Legislação e Vida, da Diocese de Taubaté, e Diretor da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família que afirma que há uma utilização da ideologia de gênero como ferramenta política para minar a família e para a desconstrução da heteronormatividade.

Outro elemento fulcral apresentado por este grupo é o da centralidade da preservação da família. Para os agentes religiosos, em especial, a defesa de o modelo nuclear de família é matriz e organizador de suas posições:

Gênero, orientação sexual e identidade de gênero são palavras que você, certamente, já escutou onde esperaria encontrar o termo masculino e feminino. Mas cuidado, porque novos termos no linguajar social podem tentar esconder uma ideologia que visa desconstruir o modelo de família e sociedade como a conhecemos hoje. (CANÇÃO NOVA, 2014)

Cumprir mencionar que estes argumentos estão relacionados ao que grande parte dos setores religiosos cristãos entendem por marxismo cultural, ou seja, um conjunto de ideias que buscam trazer abaixo a cultura ocidental. O objetivo, na realidade, segundo estes agentes, seria a destruição da família, já que para o pensamento marxista a família representaria uma instituição burguesa que vai de encontro aos ideais revolucionários:

Nem todos compreendem a importância e a extensão do problema. A vitória da ideologia de gênero significaria a permissão de toda perversão sexual (incluindo o incesto e a pedofilia), a incriminação de qualquer oposição ao homossexualismo (crime de “homofobia”), a perda do controle dos pais sobre a educação dos filhos, a extinção da família e a transformação da sociedade em uma massa informe, apta a ser dominada por regimes totalitários. É a própria família brasileira que está em jogo (CRUZ, L.C.L. Presidente do Pró-Vida de Anápolis, 2014).

A referência veemente à defesa da família por estes agentes reforça também a ideia de que a equiparação das uniões homoafetivas à condição de família seria um desvirtuamento do que a Igreja católica, por exemplo, considera como a base da sociedade. A fala do Bispo Dom Henrique Soares, *Titular de Acúfca e Auxiliar de Aracaju*, de que a Igreja não tem “nada contra os homossexuais, mas tudo contra ao fato de que isso seja considerado família e que venha, a partir daí adoção de filhos e, assim, o conceito familiar seja tão dilatado”, ajuda a entender como tais argumentos são apresentados.

Verifica-se, portanto, nos pronunciamentos e no arcabouço teórico defendido por segmentos católicos a heteronormatividade e a noção de família nuclear como pilares de sustentação da fé cristã. Propostas e segmentos que visem à desconstrução destas noções são entendidas como tentativas de desarticulação do cristianismo. Esta abarcaria desde a defesa de políticas de inseminação artificial, venda de embriões, a liberação da pílula do dia seguinte abortiva, “camisinhas” nas escolas, barriga de aluguel, células embrionárias, transitando pela liberdade da expressão artística, o mal que fazem as novelas, o perigo de alguns movimentos sociais, chegando até a ideia de cristofobia, ou seja, a perseguição aos cristãos, o laicismo e a expulsão de Deus da sociedade.

Cumprir destacar o papel precursor da Igreja Católica na batalha encampada contra o “gênero” e sua articulação com as políticas públicas. Neste sentido, diversas instituições, governos, partidos,

movimentos e lideranças tornaram-se alvo de ataques de parcela da instituição católica como sendo responsáveis pelo risco que a existência das famílias estaria correndo. Alguns agentes, como Felipe Aquino¹⁹⁴, chegaram a acusar organizações como a ONU de quererem destruir a família natural, constituída por um pai, uma mãe e seus filhos (AQUINO, 2012).

Também é importante destacar a atuação dos agentes evangélicos na constituição dessa retórica conservadora e contrária a “ideologia de gênero”. Marisa Lobo¹⁹⁵, uma das agentes mais atuantes desta coalizão conservadora afirmou, por exemplo, que: "A vitória da ideologia de gênero significaria a permissão de toda perversão sexual (incluindo o incesto e a pedofilia), a incriminação de qualquer oposição ao homossexualismo (crime de 'homofobia'), a perda do controle dos pais sobre a educação dos filhos, a extinção da família e a transformação da sociedade em uma massa informe, apta a ser dominada por regimes totalitários". E acrescentou:

Muitos brasileiros ainda não entenderam o perigo da ideologia de gênero. Políticos querendo ser politicamente corretos em época de eleição estão condenando o Brasil a uma farsa que vai promover a maior guerra de gerações jamais vista. E aqui chamo a atenção também das lideranças religiosas, que tem um papel fundamental de alerta e esclarecimentos de seus membros e se fecham em suas igrejas de forma egoísta. Líderes que se alienam, colocam em risco a própria igreja, pois não preparam os membros para conviver sem se contaminar com essas ideologias farsantes (LOBO *Apud* MARTINS, 2014)

Se os católicos iniciam os ataques a categoria gênero, ainda na década de 1990, e cunham a expressão “ideologia de gênero”, os evangélicos – através de algumas denominações e uma parcela significativa de agentes – não ficaram para trás. O crescimento demográfico e político exponencial experimentado por algumas denominações nas últimas décadas, vem sem sendo acompanhado de enfrentamentos públicos aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e a perseguição a população LGBT. Nessas pautas tem se estabelecido uma unidade de ação com os católicos - a despeito da disputa por fiéis no campo religioso – o que vem garantindo, por meio da junção de capitais destes segmentos, o fortalecimento da coalizão conservadora no Congresso Nacional. O quadro citado reflete como se constituiu a relação desses agentes no episódio do PNE.

O quadro exposto acima identifica os principais argumentos que compuseram os discursos e a retórica da coalizão conservadora contra a articulação entre gênero e o PNE. Entretanto, cumpre assinalar que houve resistências e muitos embates entre os movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada e por estes representantes no Congresso Nacional.

A despeito de toda esta resistência apresentada, é sabido que a supressão da referência a gênero e orientação sexual foi efetivada e que a coalizão conservadora que protagonizou esse embate com a sociedade civil foi vitoriosa. São inúmeros os fatores a serem considerados numa análise sobre esta

194

¹⁹⁴ Psicóloga clínica brasileira, cristã, especialista em sexualidade humana com pós-graduação em saúde mental. Marisa Lobo é também colunista do Gospel+, um site de notícias evangélico. Em 2013, Marisa filiou-se ao Partido Social Cristão do Paraná (PSC).

195 Mestranda do PPGEDUC/UFRJ, professora do Colégio Pedro II, e-mail: luiza.colombo@yahoo.com.br

disputa e a vitória conservadora. Pelos limites estabelecidos por este trabalho não irei abordar todos eles, mas considero relevante elencar alguns deles, como a atuação em rede e na rede de segmentos cristãos, para divulgar seus argumentos, convocar o apoio dos fiéis, difamar e acompanhar as ações dos opositores (VITAL DA CUNHA, 2014) e o desempenho tímido da parcela da sociedade civil favorável à presença dos dispositivos no plano e dos grupos pró-laicidade frente aos embates com estes segmentos.

A fragilidade de algumas destas organizações sociais para realizar tais enfrentamentos, a pouca capilaridade em suas bases sociais e o poder de mobilização frente às mesmas também contribuíram, a meu ver, com este quadro de fortalecimento dos conservadores. Além disso, é possível verificar ao longo da trajetória do campo de produção de políticas educacionais, que as pautas relacionadas à laicidade muitas vezes acabam virando “moeda de troca” de parte dessas organizações com os setores religiosos em vistas a garantir a aprovação de outros projetos considerados mais relevantes, o que desgasta e enfraquece os grupos que permanecem na disputa. Além da dificuldade enfrentada pela sociedade civil, outro fator importante para a compreensão do desfecho político do episódio do PNE está associado à permeabilidade do Estado e à dependência do governo petista do apoio da “bancada cristã” para sua “governabilidade”.

Soma-se a eles um fator primordial, ao qual busco tratar neste trabalho, que foram os argumentos utilizados para sustentar e embasar a atuação da coalizão conservadora. Tal metodologia, que promove a identificação e interpretação da retórica utilizada na polarização em torno do PNE, propicia elementos para um diagnóstico mais detalhado acerca do pânico moral envolvendo a expressão gênero constituído ao longo dos últimos anos em nosso país, abrangendo diversos episódios do campo de produção das políticas educacionais, culminando no veto a terminologia no texto final do Plano.

Identificados os principais argumentos e a forma como estruturaram os discursos e a retórica dos agentes e lideranças que protagonizam o embate em análise, o papel que cumprem na lógica dos campos e assim a dinâmica da disputa estabelecida, cabe explorar de que maneira tais argumentações foram capazes de produzir o referido pânico moral, decisório para o conflito. Para isso, opto por relacionar estes argumentos com as teses de ameaça/risco e de perversidade, desenvolvidas por Hirschman ainda na década de 1990 e que permitem compreender como a exclusão de diversos segmentos é um efeito típico das sociedades democráticas modernas (HIRSCHMAN, 1992) e o papel que a retórica exerce no curso das transformações sociais.

O medo como estratégia fatal

Ao longo deste texto explorei a expressão pânico moral, em referência aos temores sociais que emergem com as tentativas de mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, identificadas como mais ameaçadoras. A fim de aprofundar as reflexões sobre esta temática é importante resgatar o pensamento de Stanley Cohen, desenvolvido ainda na década de 1960, sobre como a sociedade reagiria a determinadas situações e identidades sociais que presume representarem alguma forma de perigo. O autor buscou explicar o processo de sensibilização social no qual um tipo de comportamento e uma categoria de “desviantes” são identificados de forma que pequenos desvios da norma são julgados e recebem uma forte reação coletiva (COHEN, 1972).

Assim, Cohen (1972) utilizou o conceito de pânicos morais para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagiriam a determinados rompimentos de padrões normativos. Vale ressaltar que algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras

vezes é algo que existia há muito tempo, mas que repentinamente ganhou notoriedade. Segundo o autor, o pânico pode passar e ser esquecido da memória coletiva, como também pode ter repercussões mais sérias e duradouras. Neste caso, ele pode produzir mudanças e interferências nas políticas públicas.

No caso analisado por este trabalho, vimos este recurso do pânico moral constituir-se em torno do gênero e vem sendo sustentado nos discursos de uma frente conservadora, o que resulta na interdição de políticas que visam transformações para o campo educacional. Para identificarmos como este temor social a expressão gênero ganhou corpo precisamos delimitar o que neste trabalho vem sendo definido como conservador.

A ameaça configura umas das teses defendidas por Hirschman (1992) de resposta reacionária às transformações sociais em curso. As três sucessivas investidas contra os avanços "progressistas" no que tange a cidadania, abordados por Marshall, levaram Hirschman a outro trio: isto é, a três teses reativas/reacionárias que o autor denominou de "tese da perversidade", "tese da futilidade" e "tese do risco".

A "tese da perversidade" ou "tese do efeito perverso" sustenta que o pretenso progresso levaria na verdade a um retrocesso. Nela, os conservadores buscam através da opinião pública demonstrar que a ação ou a política em nome da evolução e da mudança é equivocada. O argumento mais típico neste caso seria o de que essa ação produziria, através de uma série de consequências impremeditadas, o contrário exato do objetivo que se persegue. Ou seja, ao invés de promover avanços, se colocada em prática, tal medida poderia gerar regressões e atrasos para a sociedade.

Na segunda tese, a da "futilidade", Hirschman afirma que a tentativa de mudança seria abortiva, que, de um jeito ou de outro, as propostas e políticas para promover alguma alteração seriam na verdade aparência, fachada, adorno, e logo ilusórias, uma vez que as estruturas "profundas" da sociedade se manteriam totalmente intocadas. Importante destacar que nas duas teses os argumentos são extraordinariamente simples e, para o autor, nisso, naturalmente, reside grande parte do seu atrativo.

Na última tese apresentada por Hirschman, "tese do risco" ou da "ameaça", uma pergunta explica a proposição: faz sentido sacrificar o antigo progresso pelo novo? A partir dela ele explica como esse argumento reacionário se veste de progressista ao discutir como se tanto o novo quanto o velho progresso fossem desejáveis, para em seguida mostrar que a caso reforma em questão fosse levada avante, ameaçaria mortalmente uma reforma mais antiga e tida em alto apreço.

O quadro teórico elaborado por Hirschman acerca das retóricas conservadoras serve como referência para a análise que empreendo neste trabalho sobre os argumentos utilizados nos discursos contrários a presença de gênero no PNE, na medida em que nos permite identificar de que forma esta retórica contribuiu para consolidar tal posição na sociedade e para fortalecer estes segmentos sob a perspectiva, portanto, da teoria de Hirschman, apresento o seguinte quadro:

Quadro comparativo - argumento reacionário x tese da ameaça ou Risco

ARGUMENTO REACIONÁRIO	TESE DA AMEAÇA OU RISCO
FIM DA IDENTIDADE BIOLÓGICA: definição a partir do	Ausência de papéis essenciais para a existência da sociedade, o de homem e

nascimento no sexo masculino ou feminino.	mulher.
INCENTIVO A HOMOSSEXUALIDADE: contrariando a ideia de Homem e mulher como complementares e o sexo relacionado à reprodução.	Gênero na escola leve a homossexualidade e o fim da reprodução.

Fonte: Produzido pela autora

Nota-se que a coalizão conservadora, através do que o autor denominou como tese da ameaça, explorou centralmente dois argumentos: de que gênero na escola levaria ao fim da identidade biológica, ou seja, não haveria mais homem e mulher a partir do sexo biológico e também a ideia de que estas discussões na educação seriam um incentivo a prática homossexual:

[...] há animais assexuados, como a ameba, que não têm sexo. Os animais sexuados, porém, têm necessariamente dois sexos. Não há uma espécie em que esteja presente apenas o sexo masculino ou apenas o feminino. Complementaridade: os dois sexos são complementares entre si. E isso não se refere apenas aos órgãos de acasalamento e às células germinativas (gametas) de cada sexo. A fisiologia e a psicologia masculinas encontram na fisiologia e psicologia femininas seu complemento natural e vice-versa. Fecundidade: a união de dois indivíduos de sexo oposto é apta a produzir um novo indivíduo da mesma espécie (PADRE LUIZ CARLOS LODI DA CRUS, Periódico de defesa da vida e da família, 2014).

Com estes argumentos estes grupos difundem a percepção de que a sociedade está em risco, tanto de perder a existência de homem e mulher e da concepção de complementaridade dos dois, como o fim da própria espécie, já que com as relações homossexuais sendo “*aceitas*” a reprodução e as gerações futuras estariam ameaçadas.

A ameaça a partir da ideia de que a sociedade e especialmente a família estariam correndo o risco de acabar foi útil ao desenvolvimento do pânico moral e conseqüentemente ao fortalecimento da retórica conservadora contra uma medida de transformação social. Outros argumentos também foram utilizados com este mesmo intuito, como os que exponho a seguir:

Quadro comparativo – Argumento reacionário x tese da Perversidade

ARGUMENTO REACIONÁRIO	TESE DA PERVERSIDADE
DESCONSTRUÇÃO DO MODELO DE FAMÍLIA: a base da	O retrocesso de não termos mais a família.

sociedade.	
TENTATIVA DE MINAR A FÉ CRISTÃ e de desarticulação do cristianismo.	Ataque aos valores básicos cristãos como efeito perverso do debate de gênero.

Fonte: Produzido pela autora.

De acordo com o que Hirschman definiu como tese da perversidade traço um paralelo com os argumentos que os conservadores utilizaram no PNE para defender que por trás de uma pretensa ideia de mudança e de progresso haveria na verdade um grande retrocesso. A possibilidade do reconhecimento de vários modelos de família que poderia configurar-se como um avanço na sociedade, para estes grupos representaria na prática um enorme atraso com relação à configuração social.

Importante sublinhar que comportamentos conservadores tem diferentes motivações e se manifestam em grupos sociais diversos. Ou seja, em períodos de transformação social medos são experimentados por diferentes grupos, pois “quando as pessoas estimam certos valores e não sentem que sobre eles pesa qualquer ameaça, experimentam o bem-estar” (VITAL DA CUNHA *et al*, 2017).

Considerações finais:

Ao tratar sobre o percurso do PNE no Congresso Nacional acredito ser pertinente falar que através dos discursos dos agentes e da constituição de uma retórica conservadora - baseada na ameaça, na perversidade e no risco – explorou-se o medo de grande parte da população sobre a possibilidade de novas identidades e as mudanças com elas trazidas. Mas o processo seguiu em curso, abrangendo não apenas a questão da identidade, mas uma ameaça total aos valores cristãos, formando um quadro social de pânico.

Tal quadro vem sendo aprofundado pela coalizão conservadora desde a aprovação do PNE, com seus agentes - com interesses diversos - atuam através de mecanismos de resistência e controle da transformação social explorando ambiguidades e distorção de fatos e informações, exacerbando medos, produzindo pânicos (VITAL DA CUNHA *et al*, 2017).

Por fim, cumpre dizer que este quadro desenhado a partir dos argumentos, dos discursos e da retórica de setores religioso extremistas nos ajuda a perceber uma tendência contemporânea de pensar a sociedade como se esta estivesse sob ameaça constante. Vivemos no que Hirschman (1992) chamou de em uma sociedade de risco, ou seja, marcada pela percepção de que a modernidade aumenta a exposição da coletividade a perigos.

A gestão ou controle dos riscos torna-se o objetivo último da coletividade e leva à criação de novas formas de controle social. Disso resultaria a percepção hegemônica de gênero na educação vai de encontro e tal controle, sendo uma ameaça à existência e ao funcionamento da nossa sociedade. Desta forma, vimos assistindo desde a aprovação do PNE inúmeras repercussões desse processo de pânico moral e de consolidação de uma retórica e atuação de uma coalizão conservadora se espraiando pelo país.

Outra constatação importante é a de que os agentes do campo político que protagonizaram as disputas do PNE são os mesmos em sua maioria que propuseram as leis do Escola Sem Partido e que vem combatendo qualquer projeto que, segundo eles, contrariam a tradicional moral cristã. Os discursos destes

agentes baseiam-se principalmente na defesa da família (tradicional) e contra tudo que identifiquem como uma tentativa de destruição desta, como, por exemplo, a discussão de gênero.

Cumprindo ainda destacar que a preservação da família e de seu papel predominante em nosso modelo social foi fundamental para que a aliança de setores liberais, conservadores e religiosos fosse bem-sucedida. Nesse sentido, o slogan “Meus filhos, minhas regras”, expresso em diversos materiais e atividades do Movimento Escola Sem Partido, ganhou centralidade como estratégia e recurso utilizado pela coalizão conservadora para ampliar seu apoio social.

Em suma, configura-se hoje uma aliança de diversos grupos conservadores, que buscam atuar de forma unificada para interferirem nas agendas pró-direitos da população LGBT e que visam à igualdade de gênero. A performance de tais segmentos está diretamente associada a influência na política pública ou em leis. Também é significativo, ao tratar da ação desta coalizão conservadora, mencionar o uso das redes sociais. O espaço virtual tem se consolidado cada vez como um cenário fundamental para o desempenho desses grupos conservadores.

O enfrentamento deste discurso em defesa da família tradicional e da retórica conservadora que propaga medos e leva ao pânico moral, não deve ser, portanto, secundário para as forças políticas progressistas. Não obstante, os movimentos feministas e em defesa dos direitos de gays, lésbicas e travestis tem cada vez mais colocado em questão as diferentes formas de opressão e de violência que vem afetando milhões de pessoas, o que tem feito urgir a necessidade de o campo progressista reavaliar as táticas políticas adotadas nestes confrontos.

Referências bibliográficas:

AQUINO, F. O avanço da Ideologia de Gêneros. Disponível em: <<http://cleofas.com.br/o-avanco-da-ideologia-de-generos/>>.

ARAGÃO, J. Entenda melhor a participação dos políticos evangélicos no Brasil. *Sítio Gospelprime*. Seção política. São Paulo: 11 ago. 2014. Disponível em: <<http://noticias.gospelprime.com.br/entenda-participacao-politicos-evangelicos-brasil/>>.

COELHO, M.M. Padre explica o que é a ideologia de gênero. Coluna Notícias – Canção Nova. Aparecida/SP, 23 jun. 2015. Disponível em: <<http://noticias.cancaonova.com/brasil/padre-explica-o-que-e-a-ideologia-de-genero/>>.

COHEN, S. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers*. London, MacGibbon & Kee, 1972.

CRUZ, L.C.L. O perigo do “gênero” em educação. *Sítio do Movimento Pró-Vida Anápolis*. Anápolis: 2014. Disponível em: <<http://www.providaanapolis.org.br/index.php/todos-os-artigos/item/428-o-perigo-do-genero-em-educacao>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

FERNANDES, M.G. Ideologia de gênero: conheça seus perigos e alcances. *Sítio Destrave. Canção Nova*. [S.l.], nov. 2014. Disponível em: <<https://noticias.gospelprime.com.br/dilma-rousseff-ideologia-genero-escolas/>>.

HIRSCHMAN, A.O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo/SP, Companhia das Letras, 1992.

MARTINS, D. Marisa Lobo faz alerta sobre “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação. *Gospelmais*. São Paulo/SP, 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/marisa-lobo-alerta-ideologia-genero-plano-nacional-educacao-67075.html>>.

VITAL DA CUNHA, C. Religiões x democracia?: reflexões a partir da análise de duas frentes religiosas no Congresso Nacional. In VITAL DA CUNHA, C.; MENEZES, R.C. (Org.). *Religiões em conexão: números, direitos, pessoas*. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro/RJ, nº69, ISER. 2014.

_____, LUI, J. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014*. Rio de Janeiro/RJ, Fundação Heinrich Böll/ISER, 2017. 196f.

DAS ORGANIZAÇÕES TRANSNACIONAIS AO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO – A ofensiva ultraconservadora na educação

Luiza Rabelo Colombo¹⁹⁶

Resumo: Na última década é possível identificar uma ofensiva política caracteriza pela difusão de um amplo conjunto de organizações que vem se constituindo em uma frente ultraconservadora-liberal. No Brasil, uma das expressões deste fenômeno no âmbito educacional é o movimento Escola Sem Partido (ESP), que vem emergindo desde 2014 como protagonista e aglutinador de frações de classe dominantes refratárias a pautas historicamente defendidas por movimentos sociais de trabalhadoras e trabalhadores da educação, como o direito a educação laica, plural e democrática, o direito a participação e organização política dos estudantes e profissionais da educação. O presente trabalho apresenta o andamento da pesquisa cujo o objetivo geral vem sendo desvendar e analisar os interesses representados pelas organizações que formam a frente ultraconservadora, destacando-se o papel recente do movimento ESP, assim como seus intelectuais orgânicos, sua forma de organização e atuação. As fontes de pesquisa incluíram levantamento bibliográfico em livros, páginas na internet, artigos em jornais e revistas. A pesquisa concluiu que o movimento ESP atua como um típico aparelho privado de hegemonia (APH) , integrando uma frente ultraconservadora-liberal possui dimensões internacionais e nacionais, constituída por outros APH's que cumprem a função de intelectual coletivo que reúne, mobiliza, formula e difunde internacionalmente, suas concepções de mundo. Neste sentido, o arcabouço teórico-metodológico gramsciano tem apontado importantes possibilidades de interpretação sobre a representação do movimento ESP, portanto, a partir dos conceitos de “Estado ampliado”, considerando as noções interdependentes de “sociedade civil” e “sociedade política”, para a compreensão da dimensão da organização das classes sociais, relacionando-as no âmbito das superestruturas do Estado.

Introdução

No Brasil, observamos na atualidade o crescente de um avanço de frações de classe dominantes, reunidas especialmente sob o arcabouço teórico ultraliberal e de caráter ultraconservador e reacionário. Bebem nas fontes de conhecidos intelectuais da Escola Austríaca de Economia, tais como Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek, e da Escola de Chicago, cujo maior representante da economia de mercado é Milton Friedman. O surgimento de organizações que difundem tal ideologia surgiram nos anos 1980, com a criação dos Institutos Liberais, em uma forma organizativa denominada *think tank* – compreendida na presente pesquisa como típicos aparelhos privados de hegemonia (APHs), de acordo com o arcabouço teórico gramsciano. Como veremos ao longo do artigo, é a partir de 2013, contudo, que vemos uma nova

196 Referimo-nos a “opinião pública” na perspectiva de Gramsci, segundo o qual “O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. (...) A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade pública nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2011, p. 283)

proliferação de organizações deste tipo em todo o território brasileiro, assim como a multiplicação de associações e grupos de estudantes universitários. Deste período para cá, diversas destas organizações tem assumido um viés, além de liberal e reacionário, ultraconservador, assumindo características da tradição ultraliberal e também aspectos do fundamentalismo religioso cristão.

Em perspectiva global, estas diversas organizações já vem se proliferando desde os anos 1970, com o intuito de disputar a construção de novo consenso em relação ao neoliberalismo, buscando novas maneiras de ocultar antagonismos de classe como parte do processo de recomposição burguesa oriunda do contexto do aprofundamento da crise estrutural do capital decorrente do início dessa década. Na virada do milênio, e especialmente após o aprofundamento da crise em 2008, nota-se uma nova expansão de tais organizações e a ampliação da atuação através de grandes redes, expressando uma nova e mais profunda capilaridade a nível mundial. Esta intensificação da atuação dos aparelhos privados de hegemonia de frações de classe dominantes chega também ao Brasil, e cresce mais ainda, como veremos, nos últimos quatro anos.

Neste artigo, que é parte do material levantado da pesquisa de mestrado da autora (que encontra-se em andamento), analisamos especialmente a rede Atlas Network, e a Rede Liberdade, de projeção transnacional e nacional, respectivamente. Ambas tem buscado articular os grupos já existentes em torno desta ideologia e promover a criação de novas organizações associadas. Identificamos seus objetivos e os principais intelectuais orgânicos. Além disso, analisamos e refletimos sobre o papel destas organizações no âmbito educacional na promoção, ampliação e difusão do projeto liberal-ultraconservador do Movimento Escola Sem Partido.

O presente artigo está ancorado em autores que tem analisado o movimento de recomposição burguesa, decorrente da chamada crise estrutural – ou crise orgânica – do capital (MÉSZÁROS, 2011; ANTUNES, 2011; CASTELO, 2013) e o chamado avanço conservador (DEMIER e HOELEVER, 2016; PATSCHIKI, SMANIOTTO e BARBOSA, 2016; BAGGIO, 2016) na tentativa de compreender tal ofensiva no Brasil de maneira contextualizada com as transformações e interesses de cunho econômico, social e político de certas frações de classe dominantes.

Tais autores nos tem apontado que a atuação das organizações de direita mundialmente, especialmente na contemporaneidade, está associada à tal conjuntura da crise estrutural, que se agrava na recente crise financeira de 2008 e, no Brasil, pode ser analisada de maneira mais aguda a partir das chamadas *jornadas de junho de 2013*, quando emerge uma densa rede de organizações da extrema direita no território do país. Não obstante, também compreendemos que existe uma relação direta entre esta

ofensiva ultraconservadora e reacionária e o esgarçamento do social-liberalismo, uma variante do neoliberalismo que vem apresentando, a nível mundial, na atualidade, seus limites dentro das disputas no interior do processo de recomposição burguesa.

As fontes de pesquisa incluem o estudo de documentação primária e secundária, levantamento bibliográfico em livros, páginas na internet, artigos em jornais e revistas – tanto documentos produzidos pelo próprio movimento amplamente divulgados em seus portais e redes sociais quanto por pesquisadores que tem debatido de maneira crítica sobre o tema.

Um dos pressupostos fundamentais deste estudo é a indissociabilidade entre teoria e prática, considerando a teoria como uma lente que está intrinsecamente relacionada à análise. Consideramos que o arcabouço teórico gramsciano tem nos apontado importantes possibilidades de análise sobre os APHs associados ao avanço ultraconservador. Partiremos, portanto dos conceitos de *Estado Ampliado*, considerando as noções interdependentes de sociedade civil e sociedade política, assim como os conceitos de *bloco histórico*, *crise orgânica*, *intelectuais*, *ideologia*, e *aparelho privado de hegemonia*. Assim, compreendemos a teoria como método, através da escolha do conceito de Estado Ampliado como ferramenta teórico-metodológica (MENDONÇA, 2014). Como os intelectuais operam no nível superestrutural, no âmbito do Estado Ampliado, reforçamos aqui o nosso foco justamente na dimensão superestrutural na presente análise sobre as organizações da frente liberal-ultraconservadora, considerando, a dimensão estrutural de maneira dialética.

A ofensiva liberal-ultraconservadora

Em 1989, o Consenso de Washington apontou para a necessidade da reorganização da agenda neoliberal, estabelecendo como prioridades: intensificação do processo de privatizações, abertura econômica, flexibilização dos direitos trabalhistas, redução do custo da força de trabalho, focalização das políticas sociais e maior presença da sociedade civil nas políticas públicas – neste contexto, como sociedade civil entende-se a participação do empresariado nas políticas públicas através de parcerias público privadas. Alguns autores vão apontar que, portanto, no interior do processo de recomposição burguesa, nos anos 1990, surgem um conjunto de teorias para propor uma saída para o visível fracasso (ou limitação) do “neoliberalismo clássico”, buscando redefini-lo, em um processo de atualização da recomposição. Ou seja, às políticas econômicas já consolidadas que ocupavam papel central no projeto de retomada da supremacia burguesa, se juntaria “um novo conjunto de políticas sociais: as políticas-público privadas, fragmentadas e paliativas, de combate à pobreza e à desigualdade, que ganhariam importância

tanto no papel de reprodução da força de trabalho, quanto no de controle social.” (CASTELO, 2013, p. 245)

Sobre os efeitos desta variante do neoliberalismo, o *social-liberalismo*, esta articulou um bloco social capaz de aglutinar grupos até então adversários, mas que possui o mesmo programa reformista-restaurador, operado por forças políticas diferentes do ponto de vista de sua história e de suas bases sociais, comportando um duplo movimento: a decadência política e ideológica da social-democracia e a incorporação de uma agenda social ao neoliberalismo (CASTELO, 2013, p. 274).

A resultante destes dois movimentos, aparentemente paradoxais entre si, converge em um sentido único: a formação de um novo senso comum, um consenso que ocupa o centro da política mundial e neutraliza as lutas mais radicais de combate às expressões da “questão social”, ou mesmo de eliminação do capitalismo. (Idem)

Além da crise de 1990 ter evidenciado a crise do neoliberalismo de uma maneira geral enquanto hegemonia consolidada no novo bloco histórico, a crise de 2008, mais ainda, vem deflagrar os limites e o esgarçamento das teorias do social-liberalismo também a nível mundial – dentro de limites de sua abrangência geopolítica –, retirando os véus que escondiam as dificuldades da burguesia em conformar um novo bloco histórico. Assim, alargam-se fendas e rachaduras neste bloco histórico também na dimensão intraclasses, que por sua vez evidenciam a abertura de caminhos que historicamente tem levado ao acirramento de disputas no interior do processo de recomposição burguesa.

Assim, também como (re)surgiram movimentos anticapitalistas pautando tais contradições do capital no contexto neoliberal, também avançou a ofensiva ultraconservadora e acirraram-se as disputas por hegemonia intraburguesas. Trata-se de investigar esta disputa no interior da recomposição burguesa, em um terreno em que se encontram diversas correntes do social-liberalismo. De acordo com o que é possível dentro dos limites do presente trabalho, nos interessa compreender especialmente como, neste contexto, através dos aparelhos privados de hegemonia associados ao pensamento liberal clássico – em rede com outros setores, especialmente grupos religiosos ultraconservadores fundamentalistas – atua a chamada *frente liberal-ultraconservadora* – cujos maiores representantes no campo educacional são o ESP e o Movimento Brasil Livre (MBL) – simultaneamente à *frente social-liberal* – onde identificamos o movimento Todos Pela Educação (TPE) como o maior representante desta frente na Educação.

O termo “onda conservadora” foi cunhado a partir da obra “A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil” (DEMIER e HOEVELER, 2016). Nela, dentre os diversos artigos sobre o tema, considera-se que fração da direita considerada anteriormente como histórica e alarmista, foi ganhando apelo de massa, “uma mistura de neoliberalismo hardcore com fundamentalismo cristão” (MELO, 2016:71), o que seria a caracterização de uma direita radical que tem atuado também como partido do grande capital. No presente trabalho, adotamos o termo “ofensiva liberal-ultraconservadora”, considerando que se trata do mesmo fenômeno, mas também que a burguesia é fundamentalmente conservadora e, atualmente, tal processo tem ganhado novas dimensões dentro do processo de recomposição burguesa do grande capital, o que nos sugestionou esta nova caracterização.

Os “novos” Aparelhos Privados de Hegemonia organizados em sistemas de rede

Os chamados “think tanks” – traduzidos literalmente como “tanques de pensamento” ou “centros de pensamento” – surgem nos anos 1950, nos Estados Unidos. Os intelectuais da extrema direita mundial e no Brasil, como veremos, são encontrados nestas organizações, que reúnem especialistas em determinadas áreas, elaborando projetos e ideias de políticas públicas – visando transformar interesses privados em interesses públicos, universais. Ou seja, produzindo, sistematizando e difundindo teorias sobre estratégias de saída da crise do capital de acordo com os interesses do próprio capital.

Assim, notamos que os *aparelhos privados de hegemonia* da ofensiva ultraconservadora ganham um novo nome por parte das organizações do próprio capital (*think tank*) pretensamente inovador e palatável, mas que possuem a mesma função de produção e conformação de consenso no âmbito da sociedade civil, já enunciados pela teoria gramsciana, uma vez que seus intelectuais orgânicos cumprem o papel de vínculo orgânico entre a estrutura e a superestrutura, operando no nível superestrutural, visto que, âmbito do Estado ampliado, “é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais” (GRAMSCI, 2011, p. 267). Consideramos, pois, que o surgimento e crescimento destes *think tanks*, ou APH's, especialmente a partir dos anos 1970, quando crescem as organizações que buscam a construção do consentimento em relação ao neoliberalismo, defendendo os princípios da economia de mercado, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos e depois em escala global, denotam parte das estratégias de recomposição da burguesia neste contexto em que desponta a crise estrutural do capital.

Estas organizações apresentam, nos dias atuais, grande capilaridade na sociedade civil e política, buscando promover por dentro e por fora do Estado estrito seus projetos e programas político-econômicos. Para tal, as organizações tem seus intelectuais orgânicos, uma gama de especialistas que

realizam palestras, cursos de formação, escrevem colunas em jornais e revistas da grande imprensa, artigos nas páginas da internet das próprias organizações, buscando influenciar a opinião pública¹⁹⁷ de acordo com os interesses da economia de mercado. No contexto de “crise de autoridade”, oriunda da crise estrutural do capital frações de classe dominantes intensificam a atuação de seus APHs na tentativa de garantir a hegemonia enquanto estratégia de unidade dentro de sua classe. No mesmo sentido, na sociedade política, também operam a intensificação dos aparelhos de coerção para a manutenção da supremacia da burguesa dentro do contexto da luta de classes.

A chamada “nova direita”, segundo Casimiro (2016) tem atualizado seus mecanismos de dominação através dos seus APHs, buscando universalizar e naturalizar seus interesses de classe como consenso. Atuam, pois, em dois sentidos: tanto no doutrinário, recrutando e formando intelectuais orgânicos, difundindo o pensamento liberal, quanto na ação pragmática por dentro do Estado estrito, estabelecendo diretrizes, intervenções e proposições de políticas públicas (CASIMIRO, 2016, p. 25). Em todas as organizações identificadas nas grandes redes analisadas a seguir, o que há em comum no tocante ao que definem como princípios mínimos, segundo os preceitos da liberdade liberal, é: a) a predominância do indivíduo sobre o Estado; b) a liberdade absoluta do mercado; e c) a defesa irrestrita da propriedade privada.

Desde o início dos anos 1980 aos dias atuais, é possível observar no Brasil o avanço da criação e capilaridade destes *think tanks*, atuando de maneira extremamente articulada e integrada. A maior parte deles está associada na grande rede transnacional que promove e articula outras 486 think tanks em 93 países de todo o mundo, a Atlas Network¹⁹⁸, que foi criada em 1981 nos Estados Unidos, depois difundiu-se para a Europa e em seguida por todo o globo. É uma espécie de *metathinktank*, atuando como fomentador, financeiro e intelectual, difundindo como princípio a defesa de “políticas públicas orientadas para o mercado” (p.87)¹⁹⁹. Segundo Baggio (2016)

197 Legalmente registrado como Atlas Economica Research Foundation, sediado em Washington, D.C.. Desde 2013 utiliza o nome fantasia “Atlas Network”. Dados atualizados retirados de <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>, acessado em 19/11/2017.

198 Segundo Baggio (2016), “Nas organizações parceiras da Atlas Network, os “princípios”, “valores” ou “missão” incluem, praticamente sem variações, a defesa da livre iniciativa, do livre mercado, do empreendedorismo, da responsabilidade individual, da propriedade privada, das liberdades individuais, da meritocracia e da limitação de ação dos governos. Algumas dessas organizações visam à capacitação de indivíduos para serem multiplicadores dos seus princípios e, em alguns casos, a formação de lideranças empresariais. Nem sempre perspectivas ultraliberais são explicitadas, ainda que com muita frequência, na maioria das organizações.” (BAGGIO, 2016, p. 4)

199 Diversos membros do Movimento Brasil Livre (MBL), por exemplo, passaram por programas de formação do Atlas Network, como mostra a reportagem da Agência Pública (AMARAL, 2017).

Nas organizações parceiras da Atlas Network, os “princípios”, “valores” ou “missão” incluem, praticamente sem variações, a defesa da livre iniciativa, do livre mercado, do empreendedorismo, da responsabilidade individual, da propriedade privada, das liberdades individuais, da meritocracia e da limitação de ação dos governos. Algumas dessas organizações visam à capacitação de indivíduos para serem multiplicadores dos seus princípios e, em alguns casos, a formação de lideranças empresariais. Nem sempre perspectivas ultraliberais são explicitadas, ainda que com muita frequência, na maioria das organizações. (BAGGIO, 2016, p. 4)

A Atlas Network não recebe recursos governamentais e é gerida a partir de doações de corporações, fundações ou individuais; segundo Gaggio (2016), por ser registrada como uma organização sem fins lucrativos, todas as doações feitas nos Estados Unidos são dedutíveis de impostos. Além disso, como destaca Hoelever (2016, p.88), é difícil identificar o quanto a organização repassa para as entidades associadas, pois um dos seus papéis é justamente articulá-las a outras fontes de financiamento. Sua principal função, portanto, não é financiar outras entidades – embora também indiretamente contribua com o financiamento ao estabelecer conexões das entidades com outros doadores diretos –, mas justamente atuar como organização central que conecta as demais entidades, centralizando suas ações, ainda, na formação intelectual lideranças empresariais ou de militantes²⁰⁰ que atuem difundindo tais princípios político-econômicos.

Para um maior entendimento sobre os reais objetivos e o potencial de capilaridade do Atlas Network, consideramos ser importante um levantamento sobre seus intelectuais orgânicos e seus espaços de influência e de atuação. Como ponto de partida, identificaremos estas dimensões na figura de seus presidentes, compreendidos aqui como intelectuais orgânicos formuladores e sistematizadores, nos termos gramscianos, dado o nível de influência e suas formas de atuação, como veremos adiante.

Seu fundador e principal idealizador foi Antony Fisher (1915-1988). Ele foi um empresário britânico, que fundou em 1955, em Londres, o Institute of Economic Affairs (IEA) – do qual foi conselheiro por 20 anos. O IEA, segundo a própria descrição da Atlas Network em sua página oficial, é o

200 Informações obtidas em diversos documentos sobre Antony Fisher disponíveis na página virtual do think tank, em homenagem aos 100 anos que o economista faria em 2015. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/antony-fisher> . Acessado em 19/11/2017.

“grande pai” da organização. Na década de 1970, Fisher mudou-se para os Estados Unidos, após também ter sido diretor, por dois anos, no Canadá, do think tank ultraliberal Fraser Institute.²⁰¹ Segundo a Atlas Network, Fisher participava das reuniões da Sociedade Mont Pélerin, era defensor do liberalismo clássico, era amigo íntimo e morador do prédio onde também viviam os intelectuais da Escola de Chicago, Milton e Rose Friedman (em São Francisco), e teve dúvidas sobre como atuar politicamente em defesa do livre mercado, até que “o economista laureado com o Prêmio Nobel Friedrich A. Hayek o convenceu a abandonar as aspirações eleitorais e, em vez disso, começar a trabalhar construindo instituições que lutariam na linha de frente em uma batalha de idéias global” (ATLAS NETWORK, 2015, tradução livre).

De 1970 ao início dos anos 1980, segundo matéria publicada pelo Instituto Liberal, Fisher atuou fomentando diversos think tanks em Vancouver BC (o Instituto Fraser), San Francisco (The Pacific Research Institute), Nova York (The Manhattan Institute) e também outro em Londres (o Instituto Adam Smith, um braço e complemento do IEA). Segundo o Instituto Liberal, “logo, o mundo todo chegava às portas de Antony e, em 1981, ele incorporou a Atlas. Foi aí que, de fato, começou a construir a rede liberal, da Europa para a América do Norte, para a América do Sul e até mesmo para a Ásia e a África”²⁰².

O segundo Presidente/CEO (diretor executivo) da Atlas foi *John Blundell (1952-2014)*, entre 1987 e 1991. Ao mudar-se de Londres para os Estados Unidos em 1982, tornou-se membro do *Institute for Humane Studies (IHS)* e do *Heritage Foundation*, além de já ser membro da *Sociedade Mont Pelérin* – no qual ajudou a organizar a maior reunião da associação, em 2002. Suas relações estreitas com Fisher também se estreitaram na atuação pela IEA, onde Blundell foi diretor geral de 1993 a 2009. Além de notarmos seu potencial de influência entre ultraliberais a partir dos seus cargos e entidades onde atuou, destacamos um trecho de matéria publicada pela IEA, sobre a entrada de Blundell na Atlas, referindo-se ao seu potencial de articulação da rede de think tanks: “Este era o ponto em que a combinação particular de habilidades e qualidades de John [Blundell] se tornaram evidentes e ficou claro que ele havia encontrado seu métier. Em 1987, ele se tornou presidente do Atlas e, no ano seguinte, tornou-se

201 Trecho da matéria “25 anos depois de um nome a recordar: Antony Fisher”, do Instituto Liberal, disponível em <https://www.institutoliberal.org.br/blog/25-anos-depois-um-nome-a-recordar-antony-fisher/>, acessado em 15/11/2017.

202 Trecho de matéria da página da IEA, escrita por Steve Davis, em 23/07/2014. Disponível em: <https://iea.org.uk/blog/john-blundell-rip>, acessado em 15/11/2017.

*presidente da IHS. Em ambas as instituições, presidiu um período de crescimento dinâmico e inovação”*²⁰³.

*Já o terceiro e atual Presidente/CEO da Atlas, desde 1991, é o argentino Alejandro Antonio Chafuen – época em que o programa neoliberal avança de forma robusta na América Latina. Segundo a Atlas, Chafuen, radicado nos Estados Unidos, ingressou no think tank em 1985 e trabalhou com Antony Fisher, na época seu mentor. Graduado em economia na Universidade Católica Argentina, foi professor na Universidade Católica Argentina, Universidade de Buenos Aires e The Hispanic Universidade Americana. É também fundador e presidente do Conselho do Hispanic American Center For Economic Research (HACER)*²⁰⁴, *vice-presidente do Cedice Libertad (think tank liberal da Venezuela) e*

*atua em vários conselhos, incluindo a Fundação Chase da Commonwealth da Virgínia, o Instituto Acton para o Estudo de Religião e Liberdade, o Instituto Fraser (Canadá) e Membro Honorário e Membro do Comitê de John Templeton Fundação, a World Charity Foundation, e The Templeton Religion Trust. Ele é membro do conselho de conselheiros da The Philanthropic Enterprise e foi membro do comitê fundador da Donors Trust. (...) O Dr. Chafuen é um colaborador regular da Forbes.com, escrevendo uma coluna chamada "Empreendedores Intelectuais", que se concentra em grupos de reflexão e especialistas em políticas. (ATLAS NETWORK, 2017)*²⁰⁵

Ao todo, identificamos 13 organizações brasileiras associadas a Atlas: o “Estudantes Pela Liberdade” (versão brasileira do Students For Liberty, SFL); o Instituto Atlantos, sediado em Porto Alegre; o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), sediado em Porto Alegre; o Instituto de Formação de Líderes (IFL), sediado em Belo Horizonte; o Instituto de Formação de Líderes – SP (IFP-SP), sediado em São Paulo; o Instituto Liberal (IL), sediado no Rio de Janeiro; o Instituto Liberal de São Paulo (IL-SP); o Instituto Liberdade (o antigo Instituto Liberal do Rio Grande do Sul); o Instituto Ludwig Von Mises Brasil, sediado em São Paulo; o Instituto Millenium, sediado no Rio de Janeiro; o Líderes do Amanhã, sediado em Vitória (ES); o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, sediado em São Paulo; e o LIVRES (organização que surgiu a partir de uma tendência do Partido Social Liberal), sediado no Rio

203 *“Fundação criada em 1996, com sede em Washington, D.C., que se dedica a promover as ideias ultraliberais na América Hispânica e entre hispano-americanos que vivem nos Estados Unidos.” (BAGGIO, 2016, p. 5)*

204 Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/about/people/alejandro-antonio-alex-chafuen-ph.d2>, acessado em 19/11/2017.

205 Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/3>. Acessado em: 19/11/2017. Nota: O Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, segundo o levantamento aqui realizado, não constava como associado da Atlas até o final de 2016.

de Janeiro²⁰⁶. Desta maneira, o avanço ultraconservador a nível mundial ganha capilaridade na sociedade brasileira a partir de contornos específicos de seu contexto.

A associação entre a Atlas e estes 13 APHs brasileiros se dá através de eventos em comum – como é o caso do Fórum da Liberdade, que ocorre anualmente desde 1988 no Rio Grande do Sul, promovido pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE) com o apoio institucional da Atlas –, cursos de formação realizados no Brasil e no exterior, compartilhamento de produções teóricas e consultorias a partir da rede de “especialistas” (intelectuais orgânicos) que são colocados em contato a partir da organização e, ainda, com apoio financeiro às organizações associadas, como é o caso do repasse de verbas através de doação direta da Atlas Network para o Students For Liberty²⁰⁷, por exemplo.

Além das redes transnacionais, também encontramos os elos de ligação dos APHs sediados e atuantes no cenário nacional em uma outra grande organização no Brasil, a Rede Liberdade – que, por sua vez, também é associada à rede Atlas Network. Ao contrário da Atlas, que foi criada para fomentar o surgimento de novas organizações partidárias da economia de mercado e articula-las em todo o globo, a Rede Liberdade surge para aglutinar as organizações em um contexto em que elas já estavam se difundindo, em 2016, propondo-se a organiza-las em rede e promover parcerias, ou seja, para fortalece-las. Em sua páginas oficial e nas redes sociais, não foi possível encontrar seus fundadores e um texto oficial de seu lançamento. Para compreendermos a representação destas organizações no que estamos chamando de ofensiva da frente liberal-ultraconservadora que ganha grandes proporções no Brasil especialmente depois das *jornadas de junho* de 2013, foi realizado o levantamento²⁰⁸ das que estão associadas através da Rede Liberdade.

Quadro 1 - Think tanks brasileiros associados à Rede Liberdade

	Nome	Abrangência	Ano de
--	------	-------------	--------

206 Organização criada por Alejandro Antonio Chafuen em meados de 2008, nos Estados Unidos em meados de 2008, em uma reunião na Columbia University. O SFL se auto-descreve como uma rede em rápido crescimento de estudantes “pró-liberdade” de todo o mundo, com a missão de “educar, desenvolver e capacitar a próxima geração de líderes da liberdade”, realizando isso “através de uma estratégia de capacitação, identificando os principais líderes estudantis e treinando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades” (SFL, 2017). Sua extensão no Brasil através do Estudantes Pela Liberdade, como aponta Amaral (2015), vem criar em 2013 o reconhecido liberal-ultraconservador MBL.

207 Fonte: <https://redeliberdade.org/#/>. Acesso em: 02/02/2018. As informações relativas às datas de fundação dos institutos foram encontradas, através de levantamento, nas páginas oficiais ou nas redes sociais de cada uma das 34 organizações citadas.

208 As organizações que estão com um (*) só foram identificadas na página em 02/02/2018 e não constam mais na lista de institutos associados. Optamos por deixá-las para a caracterização do período.

			Fundaçã o
1	Instituto Liberal (IL)	Brasil	1983
2	Instituto de Estudos Empresariais (IEE)	Brasil	1984
3	Instituto Atlântico	Brasil	1993
4	Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista*	Brasil	2002
5	Instituto Liberdade (antigo Instituto Liberal do Rio Grande do Sul)	Brasil	2004
6	Movimento Viva Brasil	Brasil	2004
7	Instituto Millenium (IMil)	Brasil	2005
8	Movimento Endireita Brasil	Brasil	2006
9	Instituto Ludwing von Mises Brasil (Mises Brasil)	Brasil	2007
10	Instituto de Formação de Líderes – SP	São Paulo	2007
11	Instituto Ordem Livre*	Brasil	2009
12	Instituto de Formação de Líderes – Belo Horizonte	Belo Horizonte-MG	2011
13	Instituto Líderes do Amanhã	Vitória-ES	2011
14	Estudantes Pela Liberdade (EPL)	Brasil	2012
15	Expresso Liberdade	São Luís-MA	2012
16	Instituto de Formação de Líderes – RJ	Rio de Janeiro	2013
17	Instituto Liberal do Nordeste	Região Nordeste	2013
18	Clube Farroupilha	Santa Maria-RS	2013
19	Instituto Liberal de São Paulo	São Paulo	2014
20	Clube Ajuricaba	Amazonas	2014

21	Instituto Carl Menger	Brasil	2014
22	Instituto Liberal do Centro-Oeste*	Região Centro-Oeste	2014
23	Movimento Liberal Acorda Brasil	Brasil	2014
24	Instituto Liberal do Triângulo Mineiro	Minas Gerais	2015
25	Instituto Liberal de Alagoas	Alagoas	2015
26	Instituto Atlantos	Porto Alegre-RS	2015
27	Instituto Democracia e Liberdade	Curitiba-PR	2015
28	Instituto Liberdade e Justiça	Goiânia-GO	2016
29	Vox Brasilis	Brasil	2016
30	Instituto Liberal de Minas Gerais	Minas Gerais	2016
31	Centro Mackenzie de Liberdade Econômica	Brasil (concentra as atividades em SP)	2016
32	LIVRES	Brasil	2016
33	Lideranças nas Escolas	Brasil	2016
34	Instituto de Formação de Líderes – Florianópolis	Florianópolis-SC	S/D

Fonte: <https://redeliberdade.org/#/> . Acesso em: 02/02/2018 e 14/09/2018. Informações relativas às datas de fundação dos institutos encontradas nas páginas oficiais ou nas redes sociais das próprias organizações.209

Organizadas cronologicamente (com exceção da organização cuja data de fundação não foi identificada), nota-se que, dentre as 33 organizações associadas, desde a fundação da primeira (1983) à

209 Além destes institutos (APH's), na página oficial da Rede Liberdade também são identificados 23 grupos de estudos associados. São estes: USP Liberal e Guilherme de Jesus Moretzsohn (São Paulo, SP); Clube Caiapós (Ribeirão Preto, SP); Grupo de Estudos Anita Garibaldi (Florianópolis, SC); FIC Libertário, Dragão do Mar e Clube Atlas (Fortaleza, CE); Grupo de Estudos Liberalismo e Democracia (Curitiba, PR); Instituto Tropeiros (Campina Grande, PB); Grupo Domingos Martins (Vitória, ES); Grupo de Estudos Lobos da Capital (Brasília, DF); Juventude Libertária de Sergipe e Núcleo Libertário Sergipano (Aracaju, SE); Grupo de Estudos Liberdade e Resistência – Libres (Mossoró, RN); Grupo de Estudos Heróis do Jenipapo (Teresina, PI); Clube Monte dos Guararapes e Grupo de Estudos Libertários Leão do Norte (Recife, PE); Núcleo de Estudos Joaquim Nabuco e Grupo de Estudos Murray Rothbard (João Pessoa, PB); Não Quebre a Janela e Frente Pela Liberdade – FLP (Maceió, AL); O Quinto (Montes Claros, MG); e Clube Libercracia (Petrolina, PE).

quarta (2002), surgiram apenas quatro ao longo de 21 anos, ou seja, antes do início do governo do Partido dos Trabalhadores (2003). Em seguida, identificamos 11 organizações ao longo de 10 anos, entre 2003 e 2012. Depois das jornadas de junho de 2013, com o crescimento da ofensiva ultraconservadora-liberal no Brasil, surgiram 18 organizações do mesmo tipo apenas em quatro anos, entre 2013 e 2016. Ou seja, ao longo do período total de 35 anos, ao longo de 60% do período (21 anos), surgiram apenas quatro organizações, o que corresponde a 11,7% do total de institutos. Em seguida, em 28,6% do período (10 anos) surgiram 11 organizações, o que corresponde a 32,4% do total de institutos. O que nos leva a perceber, portanto, que em apenas 11,4% do período (4 anos), nota-se o crescimento de mais da metade da totalidade dos institutos associados, o que representa 52,9%. 210

Conclusão

No presente estudo, concluímos que o marco político-temporal das *jornadas de junho* de 2013 pode ser apontado como o momento da “grande virada” do movimento ESP. Considerando que o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo em 2008 abre novas fissuras no interior do processo de recomposição burguesa no capitalismo mundial, o avanço da ofensiva liberal-ultraconservadora é observada em todo o mundo. Em 2013, o cenário de contestação nas ruas que se iniciou em gigantescas manifestações populares pelos transportes, educação e saúde, generalizou-se como palco de contestação às políticas governamentais e à corrupção, onde a burguesia local no Brasil, ancorada nas organizações locais e transnacionais, encontra terreno fértil para o avanço da disputa liberal-ultraconservadora na esfera intra-classe e no contexto da disputa da opinião pública.

No âmbito da educação no Brasil, é justamente neste período, como apontamos em trabalhos anteriores já citados, que cresce a ofensiva da agenda liberal-ultraconservadora expressa no movimento Escola Sem Partido, também destacadas nas resoluções e no foco da militância do Movimento Brasil Livre. Surgem neste período os Projetos de Lei do Programa Escola Sem Partido, cresce o número de escolas militarizadas e própria defesa da militarização, surge o projeto de lei que visa garantir a chamada “educação domiciliar” (ou homeschooling) que vai para tramitação no STF, amplia-se as parcerias público-privadas nas escolas da rede básica, dentre outras tantas pautas inclusas nesta agenda.

210

²¹⁰ Graduada em Pedagogia pela UFRRJ e atualmente matriculada no (PPGEDuc) Programa de Pós-Graduação em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email: rural.paula@gmail.com

Diante deste amplo panorama, é possível afirmar que o movimento ESP representa a agenda educacional desta frente liberal-ultraconservadora, sendo o elo na educação de uma complexa rede – ou frente – de intelectuais dos mais diversos APHs – cuja análise aprofundada é fundamental para compreendermos melhor estes processos, mas vai para além dos limites do presente trabalho. Ao contrário da forjada aparência de movimento “neutro” que teria surgido de interesses de familiares preocupados com a educação e a segurança de seus filhos, o ESP apresenta-se, como representante e articulador de uma extensa trama de interesses político-ideológicos liberais, ultraconservadores e reacionários, expressos nas agendas da rede transnacional Atlas Network e, no Brasil, na Rede Liberdade, aqui analisadas.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Marina. **A nova roupa da direita**. A Pública, 23.06.2015. Disponível em: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acessado em: 17/05/2017.
- ANTUNES, Ricardo. **A substância da crise**. In MÉSZÁROS, I. A Crise Estrutural do Capital. SP: Ed. Boitempo, 2011.
- BAGGIO, Kátia. **Conexões ultraliberais nas Américas**: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC, MS, Campo Grande, 2016.
- CASIMIRO, Flavio. **A Nova Direita no Brasil**: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 – 2014). Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.
- CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Pauli: Expressão Popular, 2013.
- DEMIER, Felipe, HOEVELER, Rejane (orgs.) **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GROSS, Denise. **Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, nº. 54, p 143-160. 2004.

HOEVER, Rejane. **A direita transnacional em perspectiva histórica**: o sentido da “nova direita” brasileira. In. DEMIER, Felipe, HOEVER, Rejane (orgs.) *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MELO, Demian. **A direita ganha as ruas**: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In. BIANCHI, Álvaro; et al. DEMIER, Felipe, HOEVER, Rejane (orgs.) *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina. **O Estado ampliado como ferramenta metodológica**. *Revista Marx e o Marxismo* v.2, n.2, jan./jul. 2014.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

PASTCHIKI, Lucas; SMANIOTTO, Marcos Alexandre e BARBOSA, Jefferson. **Tempos conservadores**: estudos críticos sobre as direitas. Goiânia: Edições Gárgula, 2016.

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE GOIÁS: A EXPRESSÃO CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Paula Cristina Pereira Guimarães²¹¹

Resumo: O movimento de entradas das polícias militares nas redes públicas de ensino vem ocorrendo no país em diferentes estados (Goiás, Minas Gerais, Bahia, Amazonas, Rio Grande do Sul, Maranhão, Tocantins, Rondônia, Santa Catarina, Ceará, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso, Distrito Federal, Roraima e Alagoas). Este processo tem assumido formas distintas dependendo do estado da federação, tendo a polícia militar protagonizado papéis diversos no interior das escolas públicas. Este trabalho apresenta o andamento da pesquisa sobre o recente e aligeirado processo de militarização de parte das escolas da rede estadual de ensino do Estado de Goiás. O artigo é uma pesquisa acerca deste processo, que transfere para a Polícia Militar de Goiás uma parte das escolas do ensino básico, através de uma parceria entre as Secretarias Estaduais de Educação e de Segurança Pública. Este processo ocorre em um contexto caracterizado por uma onda conservadora no país em que organizações da sociedade civil vêm defendendo junto às agências da Sociedade Política a militarização das escolas públicas. O objetivo da pesquisa é analisar a emergência de novos modelos de gestão das escolas de educação básica, a partir da inserção das polícias militares nas escolas públicas e seus desdobramentos. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisa de tipo levantamento. Para coleta de dados, foi utilizada revisão de literatura de análise de fontes bibliográficas primárias e secundárias, leis e decretos e os documentos que regem o funcionamento das escolas militarizadas.

Introdução

O movimento de entradas das polícias militares nas redes públicas de ensino vem ocorrendo no país em diferentes estados (Goiás, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Amazonas, Maranhão, Tocantins, Rondônia, Santa Catarina, Ceará, Piauí, Pernambuco, Paraná, Mato Grosso, Distrito Federal, Roraima e Alagoas). Este processo tem assumido formas distintas dependendo do estado da federação, tendo a polícia militar protagonizado papéis diversos no interior das escolas públicas. Em Goiás o processo de militarização esta consolidado e o número de escolas da rede estadual que passam a ser geridas pela polícia militar cresce a cada ano e por esse motivo o estado de Goiás foi escolhido como parâmetro para descortinar esse movimento de entrada das polícias militares na educação pública.

Este trabalho é o recorte da pesquisa que vem sendo desenvolvida e se debruça sobre a temática da militarização entendendo esta como o que alguns autores analisam e chamam de onda conservadora (BIANCHI, 2016; MELO, 2016; HOELEVER, 2016) e partir deles o escopo da pesquisa é identificar as

211

²¹¹ Traduzido literalmente como “tanques de pensamento” ou “centros de pensamento” tem como objetivo criar e difundir ideias de cunho liberal na construção dentro da sociedade do senso comum.

determinações da inserção da Polícia Militar do Estado de Goiás na gestão das escolas públicas da rede estadual de educação que tem adentrado no chão da escola e modificando sua estrutura, como os Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG'S) que diante da cobrança de mensalidades apresentada como taxa voluntária e a diferenciação no ingresso dos alunos, como provas e sorteios, fere garantias constitucionais asseguradas desde 1988. E o que mais chama atenção nessas escolas é a sua *flexibilidade* legal diante da legislação federal, a Lei de Diretrizes e Bases, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Base Nacional Comum Curricular.

As questões que norteiam este trabalho estão relacionadas com a temática da violência escolar que a princípio é utilizada como pressuposto para a implantação do processo de militarização e que é defendida por instituições da Sociedade Civil como Movimento Brasil Livre (MBL) – identificado neste trabalho como um Aparelho Privado de Hegemonia (APH) – um importante think Tank ²¹²que atua no Brasil e que obteve notoriedade durante as manifestações pelo impeachment da presidente Dilma. No site do MBL consta em sua pauta a defesa pela militarização das escolas públicas do país, mas somente aquelas que possuem problemas com violência.

Nesse sentido entende-se por APH'S, instituições de formação de opinião que são voltadas a persuasão e formação de novos consensos, intervindo nos campos da cultura, religião, economia, direitos civis, entre diversos temas, que através de seus intelectuais orgânicos produzem o consenso. Em Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia podem ser assim sintetizados:

[...] são organismos sociais “privados”, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração *ampliada*, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidental” — FF]; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que — apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ — eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade. (COUTINHO, 1994, p. 54-5).

Utilizamos os conceitos de Antônio Gramsci de Estado Ampliado, sociedade civil, sociedade política e aparelho privado de hegemonia. Nesse sentido os conceitos gramscianos são a lente que irá nos

permitir enxergar dialogicamente às relações entre a polícia militar e a rede estadual de ensino do estado de Goiás dentro do Estado Ampliado. O percurso metodológico adotado parte do pressuposto da indissociabilidade entre teoria e prática a partir do conceito de Estado Ampliado como ferramenta teórico metodológica. Ancoramo-nos sobre os estudos de Mendonça (2014), que caracteriza que:

[...] Este, superando a dicotomia das matrizes anteriores, resgatou os conceitos de sociedade civil e sociedade política recriando o conceito de Estado Ampliado que, além de inovar teoricamente, institui-se em ferramenta metodológica contendo em si mesmo um “roteiro” de pesquisa [...] (MENDONÇA, 2014, p.28)

Portanto o novo modelo de gestão militarizada das escolas públicas no estado é materialidade da correlação de interesses dentro do estado ampliado onde os organismos pertencentes à esfera da sociedade civil como, por exemplo, o Movimento Brasil Livre aqui identificado como um APH vem defendendo junto às agências da Sociedade Política a militarização das escolas públicas.

A Onda conservadora no cenário brasileiro

Diante do aprofundamento da crise financeira de 2008 até hoje, observamos o surgimento de uma “onda conservadora”, fenômeno que vem acontecendo em escala mundial onde assistimos a ascensão de partidos de extrema direita. No Brasil observamos que depois das jornadas de junho em 2013 a direita saiu às ruas, composta por uma classe média empobrecida pela crise, materializada pelas manifestações ocorridas em diversos estados da federação, na pauta das manifestações de 2015 estavam interesses polarizados, mas de viés marcadamente conservador como pena de morte e redução da maioria penal. Assim a sociedade brasileira atingiu o ápice do conservadorismo dos últimos anos em dezembro de 2016, com processo de impeachment no Brasil.

Mistura de política com religião se materializa a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) conhecida também como a bancada evangélica – possui 92 deputados no Congresso - o fenomênico projeto da Escola Sem Partido e o processo de passagem da gestão das escolas do ensino básico para as polícias militares estaduais, cabe ressaltar que os dois últimos se inserem no campo das políticas públicas educacionais. Estes são alguns exemplos da materialidade da emergência de forças conservadoras que compreende as esferas política, moral, social econômica.

No intuito de explicitar os acontecimentos do atual cenário político brasileiro, reverberado por um intenso número de manifestações e embates nas ruas das principais capitais da federação, pelos quais

identificamos o surgimento da onda conservadora, circunscrita como fenômeno do crescimento do pensamento conservador de característica reacionária, se torna substancial os estudos do contexto histórico delineado pela derrocada bloco histórico baseado economicamente nos modos dos meios de produção fordista-keynesianista definido por Istévan Mészáros (2009), como a crise estrutural do capital, que vem ocorrendo desde o final da década de 1960 e meados da década de 1970, e que no momento atual encontra-se num processo de aprofundamento circunscrito a partir do ano da crise financeira de 2008.

Felipe Demier na introdução do livro *A Onda Conservadora* fala sobre a ascensão de uma mentalidade conservadora no Brasil nos últimos anos, aponta para os momentos de acirramento das tensões políticas e sociais, no campo das políticas públicas, além de apontar diversos problemas no momento atual como:

O direitismo político e o conservadorismo comportamental, tal como o reacionarismo cultural, parecem medrar sem óbices. Parece não haver uma semana sequer em que não assistamos estupefatos a algum vultuosos corte de verbas nas áreas sociais; a alguma esdrúxula proposta antiminorias apresentada na Câmara dos Deputados; a alguma incitação ao ódio por parte de histriônicos líderes político-religiosas; a algum crime motivado por machismo, racismo, homofobia, transfobia e mesmo xenofobia contra os haitianos; a algum linchamento de assaltantes realizado por turbas animadas pelos vespertinos programas policiais; a alguma declaração de cunho preconceituoso e antipopular da parte de alguma celebridade novelesca, a algum bisonho artigo de colonistas da mídia empresarial que considere o atual governo dos banqueiros uma “quadrilha bolchevique com planos subversivos e bolivarianos”, a alguma besteira dita por algum humorista hipster ou roqueiro decadente que considera seu anticomunismo primitivo a última da *intelligentsia cool*. (DEMIER, 2016, pág.11)

Quanto da ascensão da bancada evangélica Demian Melo (2016) pontua que hoje representam cerca de trinta por cento dos religiosos, com posições bem tradicionais em relação a questões como legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, pena de morte e redução da maioridade penal e etc. Com um discurso de prosperidade alinhado com os preceitos neoliberais, vêm se colocando em oposição às questões dos grupos sociais vulneráveis, como movimento LGBT, movimento feminista e principalmente nas políticas públicas educacionais no que tange as discussões sobre ideologia e identidade de gênero, este último foi retirado do texto final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Infantil e Fundamental trouxe um grave retrocesso, em maio deste ano. Em nota, o Ministério da Educação (MEC) diz que o documento "preserva e garante como pressupostos o respeito, a abertura à pluralidade, a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, identidades, contra

preconceito de origem, etnia, gênero, convicção religiosa ou de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos". A mudança no documento provocou reações em diversos setores da sociedade, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) também se expressaram sobre o tema. Em nota, a associação diz que para “uma Educação que, para além da inclusão, reconheça a expressão de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, como sendo questões fundamentais para nossa constituição como pessoas de direitos” e que a exclusão dos termos “além de ferir a constituição federal, vai contra todos os debates realizados durante os últimos anos nos espaços constituídos de forma democrática”.(https://docs.wixstatic.com/ugd/dcb2da_4b6ca0788400484aa65ce780ba351d45.pdf).

No Brasil, as eleições de 2014, com a vitória apertada de Dilma Roussef em relação a seu oponente Aécio Neves, iniciou o quarto mandato do partido dos trabalhadores, que teve o Congresso Nacional o cerne do conservadorismo desde o período da redemocratização, composto pela aliança do Partido dos trabalhadores com parlamentares ligados aos setores mais conservadores da política nacional, como a bancada ruralista, evangélica dentre outros com nomes como Sarney, Renam Calheiros, Paulo Maluf, Fernando Collor de Mello e etc. Nesse sentido discorre sobre a formação da casa do povo:

O Congresso aparece hoje como uma lídima expressão da reacionária burguesia brasileira, e apenas dela. Todas as suas frações e setores estão lá representado, e praticamente só eles o terão. Empreiteiros, banqueiros, fabricantes, exportadores, importadores, e ruralistas elegem, o uma facilidade extrema – e muito dinheiro, claro -, seus prepostos, que na “casa do povo” (como gostam de dizer alguns deputados montanhenses da atualidade), recebem a companhia, em altíssimo número, de membros das bancadas da bala e evangélica, além de representante dos estratos mais lumpenizados e obscuros da classe dominante. (DEMIER, 2016, pág.12)

Em 2015, com a crise econômica, e em meio aos escândalos de corrupção, as políticas governamentais de cunho contrarreformista, pensada para atender aos interesses do capital, inicia seu projeto com medidas de expropriação dos direitos dos trabalhadores, e com uma política econômica caracterizada pelo aumento de impostos, entrega nas mãos da iniciativa privada as principais áreas de prestação de serviços públicos. Felipe Demier discorre a respeito do quadro brasileiro:

Responsável precípua por uma política econômica assentada no superávit primário, o governo federal petista, encabeçado por Dilma Rousseff, deteriora áreas como Saúde, Educação, Habitação e Transporte, transferindo imprudentemente o fundo público para as mãos dos grandes credores nacionais e internacionais. (DEMIER, 2016, pág.11) .

É nessa conjuntura de crise orgânica que diversas organizações de cunho conservador trabalham na difusão da ideologia hegemônica onde a historiadora Rejane Hoeveler, em artigo publicado na mesma compilação dos textos que compõe o livro sobre a onda conservadora, alerta sobre um novo tipo de “organização transnacional” que desde o final dos anos de 1970 vem com seus intelectuais orgânicos encontram-se aglutinados numa nova configuração os chamados Think tanks (tanque de conhecimento) são organizações ou instituições que atuam no campo dos grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos, com vistas a influenciar transformações sociais, políticas, econômicas ou científicas, sobretudo em assuntos sobre os quais pessoas comuns (leigos) não encontram facilmente base para análises de forma objetiva.

Os Think tanks podem ser independentes ou filiados a partidos políticos, governos ou corporações privadas. Esses think tanks atuam como aparelhos privados de hegemonia produzindo e difundindo a ideologia neoliberal voltado aos interesses do capital com discurso fundamentado na “democracia do livre mercado” com objetivo de produzir o consenso na esfera da sociedade civil dentro do estado ampliado.

No Brasil essa nova estratégia de configuração da recomposição burguesa, no contexto da crise estrutural do capital onde a burguesia necessita impor através do viés ideológico a formação do consentimento através dos think tanks, com a criação em 1983 do Instituto Liberal o mais antigo em atuação no país. De acordo Rejane Hoeveler, chama a atenção para a atuação de outros think tanks e ressalta o caráter transnacional dessas organizações que são financiadas por outras grandes organizações espalhadas pelo mundo, consubstanciados numa espécie de teia, com objetivo de financiar e difundir “construção consentimento” em relação ao neoliberalismo.

A exemplo, o Instituto Liberal foi criado pelo carioca Donald Stewart Jr., que era membro do instituto Mont Pelèrin Society e o fundador e membro do conselho consultivo do Instituto Millenium e fundador-presidente do Instituto Mises Brasil Hélio Beltrão. Acerca da atuação do Atlas Network Rejane Hoeveler no Brasil destaca:

No Brasil, há nove entidades ligadas ao Atlas Network. É fato, portanto, que esse instituto é um elemento comum de conexão transnacional dessas entidades que, na prática, conformam um mesmo “partido”. “Muitos membros do Movimento Brasil Livre passaram pelo programa de treinamento do Atlas Network, a Atlas Leadership Academy, e estão agora aplicando o que aprenderam no solo em que vivem trabalham” dizia o artigo publicado no site da entidade. (HOEVLER, 2016, pág. 87)

Essas organizações financiadas visam à capacitação de indivíduos para serem multiplicadores dos seus princípios e, em alguns casos, a formação de lideranças empresariais. Nem sempre perspectivas liberais são explicitadas, ainda que com muita frequência, na maioria das organizações. Nesse sentido a formação, capacitação e treinamento dos intelectuais orgânicos com ideais liberais é um dos principais objetivos da Atlas Network, tornando-se emblemática a atuação de jovens no cenário político nacional, que se autodenominam com os libertários ou libertarianos e que defendem os “princípios” e “valores” como a defesa da livre iniciativa, do livre mercado, do empreendedorismo, da responsabilidade individual, da propriedade privada, das liberdades individuais, da meritocracia e da limitação de ação dos governos.

No Brasil, as onze organizações que aparecem no site da Atlas Network como parceiras, são as seguintes: três no Rio de Janeiro: Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP), Instituto Liberal (IL) e Instituto Millenium (Imil); três em São Paulo: Instituto de Formação de Líderes - São Paulo (IFL-SP), Instituto Liberal de São Paulo (ILISP) e Instituto Ludwig von Mises Brasil (Mises Brasil); duas em Belo Horizonte: Estudantes Pela Liberdade (EPL) e Instituto de Formação de Líderes (IFL); duas em Porto Alegre: Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e Instituto Liberdade (IL-RS); e uma em Vitória (ES): Instituto Líderes do Amanhã.

O EPL Estudantes pela Liberdade com sede em Belo Horizonte, é versão brasileira do Students for Liberty, fundado nos Estados Unidos em meados de 2007 por conservadores norte americanos. O Students For Liberty dos Estados Unidos tem vínculos não só com os Estudantes Pela Liberdade - Brasil (EPL) e o Movimento Brasil Livre (MBL), mas, também, com uma outra organização brasileira, denominada Instituto Ordem Livre. No site do (EPL) no Brasil:

[...] Muitos membros do Movimento Brasil Livre passaram pelo principal programa de treinamento da Atlas Network, a Atlas Leadership Academy, e agora estão aplicando o que aprenderam no local onde vivem e trabalham. “A Atlas Leadership Academy oferece diversos treinamentos com foco no desenvolvimento de missões, saber como alcançar seu público e a importância de alcançar impacto”, afirma Cindy Cerquitella, diretora da Atlas Leadership Academy. “Foi emocionante trabalhar com defensores da liberdade no Brasil e em 90 países do mundo, e ainda mais emocionante foi vê-los colocar essas lições em prática”. (SITE EPL, 2017)

Percebemos como a rede formada pelo Think Tank Atlas, aumenta sua capilaridade supranacionalmente e como eles se articulam com as políticas públicas locais onde o investimento em

treinamento e formação movimentam de acordo com site do EPL, um valor total de despesas em 2014 foi de R\$122.305,48. Em 2015, os gastos subiram expressivamente, para um total de R\$261.596,55. As informações acima demonstram claramente que os Estudantes Pela Liberdade - EPL receberam recursos do exterior, principalmente dos Estados Unidos (Atlas Network e Students For Liberty). Os recursos são utilizados com campanhas maciças pela internet, por exemplo, na organização dos atos a favor do impeachment da presidente Dilma, realizados em 2015 e 2016. Ainda em relação aos atos De acordo Rejane Hoeveler a Atlas Network “é uma espécie é meta think tank especializada em fomentar a criação de outras organizações libertaristas no mundo”.

O EPL – Brasil, segundo seu site, apresenta-se como uma organização sem fins lucrativos, apartidária e privada, voltada para o que denomina de; “empoderar jovens estudantes libertaristas”, oferecendo, treinamento presencial e on-line, técnicas de oratória, técnicas de gestão e convívio sociais, formação de grupos de estudo, encontros entre os coordenadores. Segundo o site do EPL-Brasil, no link “Quem somos: Organização apartidária que propõe, a partir da academia, formar e promover uma ordem social harmônica, livre, ancorada nas liberdades individuais e na propriedade privada”. Seus objetivos de atuação são apresentados também no site:

Temos por objetivo possibilitar o acesso dos jovens brasileiros às ideias que fundamentam a sociedade livre na qual pretendemos viver. Para tanto, temos por foco as seguintes atividades: Consultoria e assistência a estudantes que desejam formar grupos em suas respectivas regiões; Palestras e workshops em escolas, entidades estudantis e associações profissionais; Rede de contatos entre estudantes, palestrantes, acadêmicos, intelectuais e entidades de âmbito nacional; Realização e participação em eventos e campanhas; Fornecimento de recursos educacionais, como livros e apostilas; Premiações para grupos que realizarem bons trabalhos.

Diante do exposto não se pode superestimar a atuação dessas organizações e think tanks não somente em âmbito nacional como também internacional defensores dos pressupostos liberais fica evidente os vínculos, com algumas das corporações de mídia mais poderosas do Brasil (Grupos Globo, Abril, Folha,RBS e Estado), assim como com organizações criadas com o objetivo de mobilizar a população em manifestações de oposição aos governos de esquerda e assim difundir e produzir o consenso e têm atuado, cada vez com mais intensidade, com o objetivo de desgastar, desestabilizar e, finalmente, derrubar esses governos.

A militarização da gestão das escolas públicas em Goiás

Com o pressuposto de diminuir a violência dentro e fora da escola e elevar o desempenho nos exames nacionais e criar um ambiente mais seguro tanto para os alunos quanto para professores e funcionários, o governo de Goiás a partir de uma parceria entre as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e de Educação firmam convênio para que a gestão das escolas públicas da rede estadual seja repassada à Polícia Militar.

O processo de militarização é passagem da gestão escolar que antes era de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (SEDUCE) para a Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). Essa passagem é realizada através do Termo de Cooperação Técnico Pedagógico ²¹³, assim a prestação dos serviços educacionais passam a ser de responsabilidade da polícia militar e os colégios selecionados, que fazem parte do patrimônio da SEDUCE, fica cedido, por meio do presente Termo, para a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Justiça para que esta possa efetivar a execução do presente termo de cooperação técnico pedagógico.

Para Portelli (1977) Gramsci entende a sociedade civil como: “o conjunto dos organismos, vulgamente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (Portelli, 1977, pag.22). Esses organismos estão dentro do estado personificados através de igrejas, escolas, rotary club, meios de comunicação, associações de moradores, comerciantes, revistas, ou seja, um misto de organizações que num emaranhado de interesses comuns ou não materializam a complexidade de uma sociedade capitalista – é na sociedade civil onde se produz as vontades coletivamente organizadas, na organização e difusão do consenso, isso se dá através da atuação de seus aparelhos privados de hegemonia (APH's) na luta em prol da afirmação de seus projetos. Assim torna-se imprescindível a importância dos intelectuais orgânicos na formulação e difusão do consenso para a consolidação da hegemonia no qual as diversas frações de classes estão em constante disputa pela hegemonia. A dimensão da sociedade política, esta é concebida pelos entes do Estado, como por exemplo, a polícia, o exército, o poder judiciário, os ministérios, ou seja, segundo Portelli “conforme aparece nas definições de Gramsci sobre sociedade política, esta tem por função o exercício da coerção, da manutenção, pela força, da ordem estabelecida” (PORTELLI, 1977, Pag. 31).

²¹³ Mestre e doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS) da PUC-Rio e ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Membro da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil). E-mail: herculisp@hotmail.com

O novo modelo de gestão militarizada se mostra como solução imediata, contudo, ele também é excludente na medida em que há a reserva de vagas para filhos e dependentes de policiais militares, ou seja, eles têm a prerrogativa de terem nascido de pais militares. Isso ao mesmo tempo exclui, torna o acesso um traço hereditário. Assim sendo como imaginar uma escola pública como aquela disposta no Artigo 206 da Constituição Federal? Que indica alguns princípios que são a base sobre a qual o ensino será ministrado: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

Conclusão

Este artigo identificou que a militarização da gestão das escolas na rede pública de ensino do estado de Goiás tem sido vanguarda de um movimento mais amplo de militarização das instituições públicas de educação básica que vem ocorrendo em outros estados do país. Este processo ocorre em um contexto caracterizado por uma onda conservadora no país e no mundo em que organizações da Sociedade Civil, como o Aparelho privado de Hegemonia "Movimento Brasil Livre", associado a frente de organizações mobilizadas em torno da Atlas Network, vem defendendo junto às agências da Sociedade Política a militarização das escolas públicas. Apesar da principal justificativa divulgada como respaldo à militarização da gestão das escolas públicas ser a violência que caracteriza as metrópoles urbanas não foi possível identificar que exista uma concentração de escolas militarizadas nos bairros e regiões com maiores concentrações de taxas criminais. Este processo de militarização da gestão das escolas é disperso e tem ocorrido em instituições de distintos bairros. A reserva de vaga aos filhos de policiais militares e a cobrança de taxas, apesar de ser enunciada como “voluntária” é outro componente de distinção entre os discentes destas escolas. Este artigo conclui que a militarização da gestão das escolas públicas do estado de Goiás é uma expressão da onda conservadora na educação, inserindo no interior das escolas um ensino “interessado” e valores que objetivam conformar por meio de instrumentos de disciplinamento militar.

Referências

CASTELO, Rodrigo. O social liberalismo: auge e crise d supremacia burguesa na era neoliberal. 1ªed.- São Paulo. Expressão Popular, 2013 - 400p.

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

DEMIER, Felipe; REJANE, Hoeverler (orgs). A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil.1.ed. – Rio de Janeiro:Mauad,2016.

DEMIER, Felipe; REJANE, Hoeverler (orgs). A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil.1.ed. – Rio de Janeiro:Mauad,2016.

GRAMSCI, Antonio. O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Leitores). 375p.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a Organização da cultura. Coleção: PERSPECTIVAS DO HOMEM; Volume 48. Série Filosofia. Ed. Civilização .Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1982.

HAYEK, Friendch. Os princípios de uma ordem social liberal. In Cap.Liberalismo.CRESPIGNY, Anthony de; CRONIN, Jeremy (orgs). Ideologias políticas. 2. Ed. Brasília: Unb, 1999. 47-63.

HOEVELER, Rejane (orgs.) A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MESZÁROS, Istévan. A Crise estrutural do Capital. 1. Ed..São Paulo:Boitempo,2009.

SITE ATLAS NETWORK - <<https://www.atlasnetwork.org/>>- Acesso em 03 Março 2018.

SITE DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE < <http://mbl.org.br/>> - Acesso em 03 Março 2018.

SITE DO ESTUDANTES PELA LIBERDADE < <http://www.epl.org.br/>> - Acesso em 03 Março 2018.

MESA 05: UM PANORAMA DOS ESTUDOS GRAMSCIANOS NO BRASIL

Coordenadora: Ana Lole (PUC-Rio)

A presente mesa Um panorama dos estudos gramscianos no Brasil visa apresentar resultados da pesquisa intitulada Mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil, produzida no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FEUFF) em articulação com a International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil), cujo objetivo é fazer um levantamento sobre a produção acadêmica sobre o pensamento de Antonio Gramsci no Brasil. A tarefa que nos colocamos – e que convidamos outros pesquisadores a seguir – é a da mais esmiuçada possível apropriação da bibliografia de matriz gramsciana produzida em nosso país, com a intenção de criticá-la, celebrá-la e, sobretudo, contribuir com sua melhoria qualitativa e crescimento quantitativo, para que nós e as próximas gerações, diante dos tempos sombrios que se avizinham, tenhamos em mãos um instrumento teórico indispensável para alimentar o pessimismo de nossa razão e o otimismo de nossa vontade, para melhor interpretar o mundo e transformá-lo. A partir do material coletado nesta pesquisa, pretendemos – nesta mesa coordenada – apresentar um balanço sobre a produção acadêmica – aqui daremos destaque para as teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação no país e para os artigos publicados em periódicos disponíveis on-line – delineando, de forma panorâmica, como os estudiosos incorporam as categorias gramscianas em suas bases interpretativas. Evidenciando, desta forma, o impacto quantitativo da influência do pensamento do filósofo sardo na produção brasileira, bem como os elementos qualitativos dessa recepção. Nesta direção, cada trabalho que comporá a mesa analisará um aspecto das diversas interpretações das categorias de Gramsci no contexto da produção acadêmica.

USOS E APROPRIAÇÕES DO PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI PELO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Herculis Pereira Tolêdo²¹⁴

Ana Lole²¹⁵

Resumo: Este trabalho tem como objetivo aventar os usos e apropriações do pensamento de Antonio Gramsci pelo Serviço Social brasileiro nas últimas décadas. Em especial, nos estudos relativos ao Estado numa interpretação ampliada, relacionados aos temas de sociedade civil, hegemonia e subalternidade. Entende-se que essas e muitas outras categorias foram apropriadas pelo Serviço Social num contexto específico de renovação da profissão. Salientamos que, a obra de Gramsci passa a se constituir num marco teórico significativo nas elaborações da profissão no Brasil no final da década de 1970, cujo eixo de reflexão nem sempre se inspiram numa leitura correta da obra gramsciana. Para nossa análise utilizaremos como base o levantamento realizado pela pesquisa intitulada *Mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil*, produzida no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FEUFF) em articulação com a *International Gramsci Society Brasil* (IGS-Brasil). Daremos destaque para as teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e que tenham como referência o pensamento de Gramsci. O objetivo deste trabalho é, mediante análise referenciada no método crítico-dialético: a) apresentar um panorama da produção acadêmica no campo do Serviço Social brasileiro; b) identificar a recorrência dos usos das categorias gramscianas pelo Serviço Social pela lente interpretativa dos estudiosos; c) traçar o perfil de autores – intérpretes de Gramsci – mais utilizados para elaboração das teses e dissertações. Conclui-se que a circulação do pensamento de Gramsci no Serviço Social é compreendida enquanto processo dinâmico de construção de conhecimento que embora distinta das ferramentas metodológicas, filológicas e conceituais, desenvolvidas pelos estudos italianos, cria uma forma própria do uso de Gramsci.

Palavras-chave: Antonio Gramsci; Serviço Social; Produção do conhecimento.

Introdução

Este artigo tem por objetivo aventar os usos e apropriações do pensamento de Antonio Gramsci pelo Serviço Social brasileiro. Para isto iremos apresentar, de forma panorâmica, a produção acadêmica na área de Serviço Social que revelam em sua construção a teoria gramsciana. Nossa base será o levantamento realizado pela pesquisa intitulada *Mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil*, com destaque

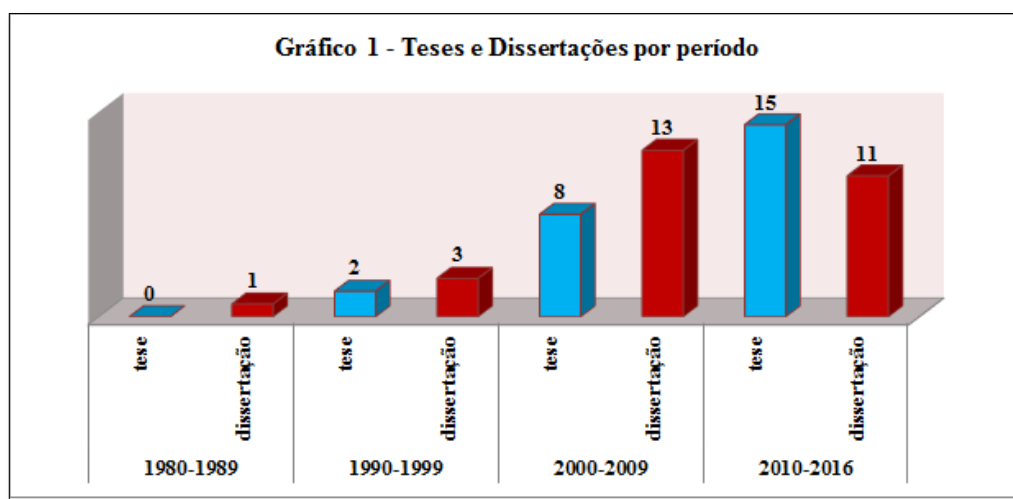
²¹⁴ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Membro da Coordenação Nacional da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF) e Grupo de Estudos e Pesquisas de Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS) da PUC-Rio. E-mail: analole@gmail.com

²¹⁵ Aparelhos privados de hegemonia são “os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, são ‘privados’) e que não se caracterizam pelo uso da repressão” (COUTINHO, 2007, p. 125).

para as teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas pelos Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Serviço Social.

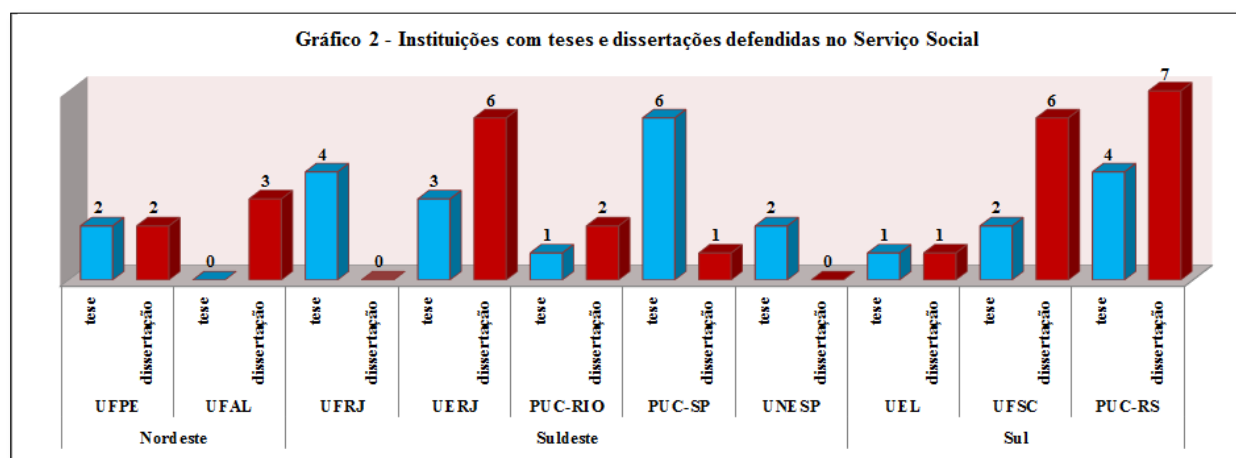
A pesquisa apresenta um total de 1.535 (mil quinhentas e trinta e cinco) publicações, compreendendo 887 (oitocentos e oitenta e sete) livros, capítulos de livros e artigos científicos publicados, e 645 (seiscentos e quarenta e cinco) teses e dissertações defendidas (MAPA, 2018). Neste universo mapeamos através 53 (cinquenta e três) teses e dissertações produzidas no âmbito dos PPGs em Serviço Social.

Nossa análise se concentrará nas 53 (cinquenta e três) produções, compreendendo 25 (vinte e cinco) teses e 28 (vinte e oito) dissertações, defendidas no período de 1987 a 2016. Cabe destacar que das 53 produções, 5 teses e 5 dissertações, produzidas entre 1987 à 2004, embora identificadas e contabilizadas, não tiveram seu conteúdo analisado, pois não foram disponibilizadas em formato digital.



Fonte: elaboração própria

As instituições com teses e dissertações podem ser visualizadas no gráfico 2, abaixo. Nele é possível identificar que as concentrações dessa produção estão nas regiões Sul e Sudeste. E num menor número no Nordeste.



Fonte: elaboração própria

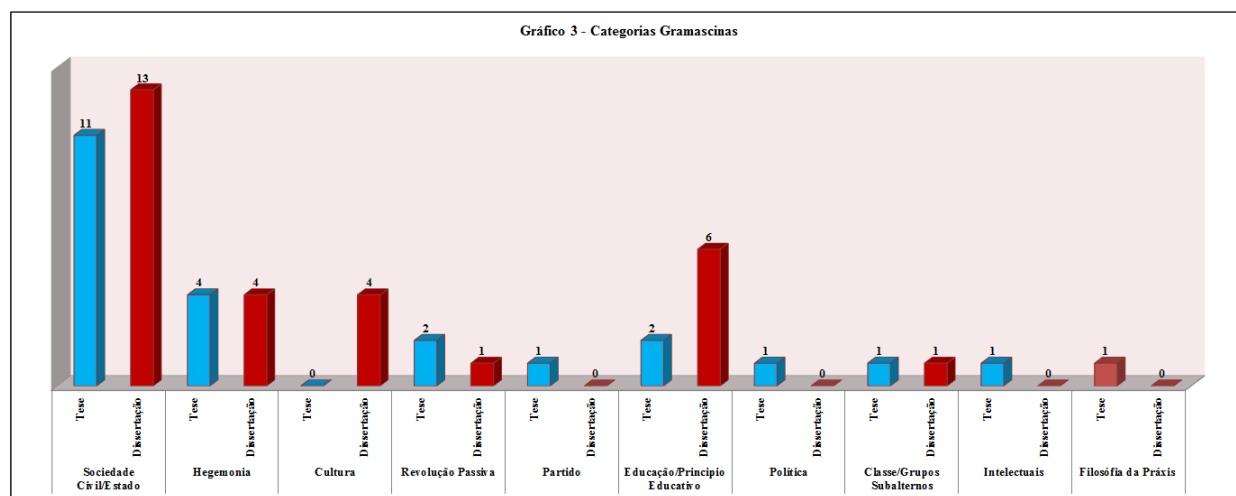
A partir das teses e dissertações defendidas nos PPGs em Serviço Social no País disponíveis *online* analisamos os resumos e as referências bibliográficas, identificando as principais categorias gramscianas de maior evidência nos trabalhos, num primeiro momento, e o perfil de autores – intérpretes de Gramsci – mais utilizados, num segundo momento.

Levantamento da produção: um retrato sintético das categorias e do perfil de mais utilizados para elaboração das teses e dissertações

Categorias

Destacamos que privilegiamos as categorias de maior recorrência encontradas nos trabalhos produzidos. Não é demais destacar que tais categorias dialogam entre si e, portanto, são compreendidas pelo seu viés orgânico.

As categorias encontradas nas teses e dissertações, conforme gráfico 3, foram: sociedade civil/Estado (24), hegemonia (8), educação/princípio educativo (8), cultura (4), revolução passiva (3), classes/grupos subalternos (2), partido (1), política (1), intelectuais (1), filosofia da práxis (1).



Fonte: elaboração própria

Com base na pesquisa bibliográfica realizada, podemos verificar que indicativos das considerações do pensamento de Gramsci mostram uma presença significativa na profissão (LOLE, 2016). Muitos indícios apontam para o incremento dos debates em torno da teoria gramsciana no Serviço Social, que, a nosso ver, formula possibilidades de interlocução com o plano dos movimentos culturais e políticos imprescindíveis para a análise e intervenção na realidade social contemporânea (LOLE, 2014).

A arquitetura das categorias gramscianas tem a possibilidade de interpretar os fenômenos sociais a partir de uma relação entre o poder estruturante das estruturas sociais e as dimensões criativas e subversivas dos indivíduos e dos grupos sociais nos seus contextos históricos e sociais singulares (LOLE, 2014).

Das produções analisadas, 24 (vinte e quatro) trabalhos versaram sobre as categorias “sociedade civil” e “Estado Integral”. Os trabalhos problematizaram o processo de ressignificação da sociedade civil no pensamento político contemporâneo, bem como a forma pela qual o Estado tem convocado a sociedade civil para, numa parceria, enfrentar as expressões da “questão social”.

Os trabalhos analisados trazem estudos sobre: o controle social na política de Assistência Social e de Saúde; a imbricação entre as esferas pública e privada no processo de construção das relações sociais e composição de uma cultura política na realidade brasileira; a importância da participação social; a prática de responsabilidade social das empresas, no intuito de manter a hegemonia da classe dominante; as práticas do assistente social na esfera estatal e nas instâncias de controle democrático.

Aqui cabe uma definição de sociedade civil para Gramsci. Para o filósofo italiano, a sociedade civil é “um extenso e complexo espaço da moderna sociedade onde se travam os enfrentamentos ideológicos, políticos e culturais que definem a hegemonia dum grupo dirigente sobre toda a sociedade” (SEMERARO, 1999, p. 131).

O conceito de sociedade civil em Gramsci nos remete a concepção de Estado numa concepção ampliada. A ampliação da intervenção estatal na esfera da produção é obra da organização e da racionalização, cujo político relaciona-se com a sociedade e também a produz.

A teoria ampliada do Estado em Gramsci apoia-se na descoberta dos “aparelhos privados de hegemonia”²¹⁶. Então, o Estado, em seu sentido amplo, comporta a combinação: sociedade política e sociedade civil. Nesta direção, ambas servem para conservar ou promover uma base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social. Porém, o que as diferencia é o modo como opera a sociedade civil e a sociedade política:

[...] no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção. (COUTINHO, 2007, p. 128).

No cenário contemporâneo, a esfera da sociedade civil muitas vezes se resume em sinônimo de “terceiro setor”²¹⁷, presunçosamente situado para além do Estado e do mercado. Para Gramsci “não só a sociedade civil é um momento do Estado, mas o que nela tem lugar não pode ser compreendido fora das relações sociais que se expressam no mercado” (COUTINHO, 2006, p. 41).

Em segundo lugar, ocupam respectivamente as categorias “hegemonia” e “educação/princípio educativo”. Os 8 (oito) trabalhos que trazem a categoria hegemonia na análise refletem sobre: o papel da

²¹⁶ Com base na pesquisa de Carlos Montaña (2010, p. 181-182), os autores do “terceiro setor” referem-se a ele como: a. organizações não lucrativas e não governamentais (ONGs), movimentos sociais, organizações e associações comunitárias; b. instituições de caridade, religiosas; c. atividades filantrópicas – fundações empresariais, filantropia empresarial, empresa cidadã; d. ações solidárias – consciência solidária, de ajuda mútua e de ajuda ao próximo; e. ações voluntárias; f. atividades pontuais e informais. Assim, temos o “terceiro setor” como uma esfera não-estatal (“primeiro setor” – Estado) e não-mercantil (“segundo setor” – mercado), ou seja, o “terceiro setor” seria o conjunto de organizações mais ou menos formais da “sociedade civil”. Porém, para Montaña, numa perspectiva crítica e de totalidade, este conceito resulta inteiramente ideológico e inadequado ao real. Nesta direção: “a realidade social não se divide em „primeiro”, „segundo” e „terceiro” setor – divisão que [...] consiste num artifício positivista, institucionalista ou estruturalista. Isto, numa primeira hipótese, estaria mostrando o debate sobre o „terceiro setor” para além da sua funcionalidade com a ofensiva neoliberal, como fundado num conceito abstrato, sem existência real. Numa segunda hipótese, esse debate setorialista oferece uma discussão sobre o social que entende de forma desarticulada o Estado, o mercado e a sociedade civil. Para ambas as hipóteses o debate ocorre de forma mistificadora do real” (MONTAÑO, 2010, p. 182-183).

²¹⁷ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF). E-mail: barbarawhite3@yahoo.com.br

mídia na construção de ideologia, na perspectiva de criminalização da pobreza; as relações de poder e as formas de resistências na sociedade; as contradições existentes no processo de cooperação na produção; as perspectivas de emancipação.

Hegemonia é um conceito chave que explica a teoria da luta de classes construída por Gramsci, de modo que consenso e força são elementos constitutivos da hegemonia.

Para Gramsci, a hegemonia é estabelecida através:

[...] do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; [...] do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2011b, p. 21).

Nesta direção, os trabalhos apontam reflexões que colaboram para a construção de novos espaços coletivos, em especial, demonstrando-se como um potencial na disputa contra-hegemônica.

Já no que se refere à categoria “educação/princípio educativo”, os 8 (oito) trabalhos trazem o debate no campo da intervenção profissional dos assistentes sociais, em particular das ações socioeducativas; contribuição da teoria gramsciana no que se refere o debate sobre educação na perspectiva de superação do conservadorismo; análise sobre o processo esse educativo como inerente à natureza do Serviço Social.

Os trabalhos evidenciam o caráter educativo na prática profissional junto a indivíduos em diversos espaços socio-ocupacionais e apresentam as ações socioeducativas enquanto lócus de ações privilegiadas no processo de consolidação da hegemonia do atual projeto profissional do Serviço Social. Segundo Lima (2006), as “ações socioeducativas como objeto de estudo está referenciada ao seu reconhecimento histórico como base constitutiva da profissão e como ações privilegiadas na difusão de ideologias e na produção de consensos”.

A construção da hegemonia, para Gramsci, é um ato pedagógico, que “não pode ser limitada às relações especificamente ‘escolares’”. Nas palavras do filósofo italiano, toda relação de hegemonia é fundamentalmente “uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre

as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (GRAMSCI, 2011a, p. 399). Desta forma, a classe subalterna precisa modificar a realidade social do Estado para conquistar a sua hegemonia, já que a mesma para ser construída possui necessariamente uma relação pedagógica.

A recorrência dessas categorias parece ser fruto do ativismo político que marcou a profissão no final da década de 1970. Simionatto coloca que:

[...] O referencial gramsciano é buscado, inicialmente, como possibilidade para pensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico, marcando o seu compromisso com as classes subalternas. Este eixo de reflexão, nem sempre inspirado numa leitura correta da obra gramsciana, foi muitas vezes utilizado para reeditar certas tendências da visão missionária do assistente social em face dos segmentos pauperizados da população. No entanto, as ideias de Gramsci passaram progressivamente a ser incorporadas pelo Serviço Social, abrindo novas possibilidades para pensar seus referenciais teóricos e suas ações interventivas. (SIMIONATTO, 2011a, p. 171).

Vale ressaltar que o pensamento de Gramsci permeou o debate dos assistentes sociais além das fronteiras universitárias, mesmo que de forma incipiente. A relevância do pensamento gramsciano para o Serviço Social manifesta-se “tanto em relação ao fortalecimento do estatuto teórico da profissão quanto na qualificação das ações prático-interventivas que é desafiado a construir em resposta às manifestações da ‘questão social’” (SIMIONATTO, 2011b, p. 18).

Contudo, chama atenção o pouco uso da categoria “classes/grupos subalternos” enquanto categoria central de análise. Em especial, quando é possível reconhecer que o conceito foi amplamente usado nas produções dos anos 1980 por teóricos do Serviço Social em uma perspectiva estratégica da superação da pobreza.

Foram identificados 2 (dois) trabalhos que discutiram classes e grupos subalternos como categoria central de análise. Ambas abordagens trazem contribuições para elaboração de metodologias no âmbito do Serviço Social no intuito de materialização do Projeto Ético-Político profissional. Articulam o debate de classes e grupos subalternos com o de intelectuais, cultura, partido entre outras categorias gramscianas. Tem o objetivo de contribuir para a elaboração de estratégias políticas no que tange a superação da subalternidade.

O debate sobre “filosofia da práxis” foi debatido em 1 (um) trabalho de forma mais específica. Porém, várias teses e dissertações expuseram esse debate. O trabalho apresenta o marxismo gramsciano

como uma possibilidade de leitura da realidade e ressalta o nexos realizado pelo filósofo italiano entre política e economia, cultura e necessidades sociais – os quais contribuem, portanto, para uma nova visão de mundo.

Nas reflexões de Semeraro (2006), a filosofia da práxis é apresentada como atividade teórica-política e histórico-social dos grupos “subalternos”, os quais buscam elaborar uma visão de mundo integral e um programa conciso de ação dentro da realidade em que vivem, com os meios que têm à disposição, almejando estabelecer um projeto hegemônico alternativo de sociedade.

Foram 4 (quatro) trabalhos que trouxeram o debate sobre cultura. A categoria é apresentada como: um elemento importante na luta de classes; expressão dos antagonismos entre as classes sociais; um campo de disputa hegemônica, bem como de possibilidades contra-hegemônicas. Os trabalhos tem a preocupação de demarcar que Gramsci realiza um debate a partir de cultura política, o que define que o filósofo italiano não é um culturalista. As reflexões procuram subsidiar a análise sobre política social, política de assistência social, mudanças no mundo do trabalho e projetos societários em disputa.

Tivemos 1 (um) trabalho que realizou o debate sobre partido em Gramsci. Esse trabalho trouxe como perspectiva de análise o processo de alienação e desalienação dos trabalhadores no contexto contemporâneo. Evidenciou a importância da formação teórico-política para o processo de tomada de consciência dos grupos subalternos. Apresenta o partido político como uma das formas de luta que tem mais “condições de universalizar as lutas particulares de setores da classe, para que alcancem a perspectiva de lutas de toda a classe” (CRUZ, 2010).

Um outro conceito, também, pouco usado é do “revolução passiva”. Um dos conceitos mais complexos elaborados pelo pensador sardo. Os 2 (dois) trabalhos identificados buscaram articular reflexão acerca de temáticas pertinentes ao Serviço Social com a discussão das particularidades da formação social brasileira, uma vez que a trajetória histórica do país passou por diversos momentos de “transição pelo alto”. A revolução passiva, para Gramsci, é uma transformação “pelo alto”, que compreende dois momentos: “o da ‘restauração’ (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical ‘de cima para baixo’) e o da ‘renovação’ (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes)” (COUTINHO, 2007, p. 198). O que demonstra atualidade da categoria gramsciana na atual conjuntura de conservadorismo no Brasil.

Cabe ainda destacar que sobre o debate de política foram identificados 1 (um) trabalho. O trabalho traz uma análise da política educacional brasileira num contexto de transformismo e revolução passiva no

campo da política. Como a política configura o núcleo central das análises gramscianas, sua obra converge consideravelmente numa reflexão sobre a ação e as instituições políticas. Por isso, o ponto central das reflexões de Gramsci “não é somente a destruição das estruturas existentes, mas a transformação dos próprios agentes sociais durante o processo de construção do novo projeto de sociedade” (SEMERARO, 1999, p. 153).

Perfil de autores – intérpretes de Gramsci – mais utilizados para elaboração das teses e dissertações

O material coletado indica que os *Cadernos do cárcere* estão nas referências de todos os trabalhos que compõem as 25 (vinte) teses e 28 (dissertações) analisadas. De forma quase equânime são utilizados tanto os *Cadernos do cárcere* da edição de 6 (seis) volumes da Editora Civilização Brasileira, publicada entre 1999 e 2000, organizada por Carlos Nelson Coutinho com colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, quanto a edição temática iniciada nos anos 1960 pela mesma Editora, dirigida então por Ênio Silveira.

Cabe esclarecer que a nova edição brasileira baseia-se na edição crítica italiana dos *Cadernos do cárcere* publicada em quatro volumes, em 1975, sob os cuidados de Valentino Gerratana, pela Editora Einaudi. Essa edição seguiu a ordem dos manuscritos integrais assim como foram deixados por Gramsci e com um amplo aparato de notas e índices e com o cotejo das fontes utilizadas.

Essa edição, conhecida com a edição *gerratana*, é festejada pelos estudiosos por ter restituído os cadernos carcerários em sua singularidade e integridade filológica quanto por ter fornecido aos comentaristas um sólido fundamento para a análise teórica da obra de Gramsci. Tal edição, é identificada em 1 (uma) tese.

Pensar a interlocução do pensamento de Gramsci com o Serviço Social não parece algo distinto do viés que marcou a aproximação inicial entre a área e a tradição marxista. Como observa Netto (2018), essa proximidade do marxismo não se viabiliza apenas por atos de vontade de alguns profissionais do Serviço Social. Mas, em especial, pelas condições de trabalho da categoria profissional; da dinâmica cultural da sociedade burguesa e, da atualidade do processo revolucionário que opera e repõe a tradição marxista na contemporaneidade. Fornecendo, desse modo, elementos cruciais não só para compreender o significado da profissão e a fundamentação dos aportes teóricos que, nomeadamente a partir da sistematização e da crítica das suas práticas, os assistentes sociais adensam o conhecimento sobre os processos sociais.

Algo que parece corroborar com Neves (2017), quando observa que a influência de Gramsci para o Serviço Social deve ser aprofundada a partir de alguns elementos históricos presentes na profissão direcionado para construção de uma lógica profissional pautada numa cultura política voltada à lógica dos direitos. Diz a autora:

[...] sob a influência de Gramsci avançamos nas lutas profissionais, nas disputas entre projetos e culturas políticas profissionais ao fortalecer práticas democráticas, pautadas na direção de um projeto político profissional ético-político, portanto universal, baseado nas coletividades, nos interesses públicos e não mais em ações individuais, particulares e conservadoras. (NEVES, 2017, p. 35).

Gramsci apresenta-se, portanto, como um dos referenciais que permitiram ao Serviço Social interrogar-se sobre questões relativas às classes sociais, ao Estado, à sociedade civil, ao papel das ideologias e dos intelectuais na análise e compreensão da realidade social possibilitando, o desenvolvimento de uma atitude mais crítica e investigativa (SIMIONATO, 2011a).

Outro elemento significativo e não mesmo importante desta aproximação se dá pela incorporação das decisivas contribuições e reflexões de Carlos Nelson Coutinho a luz do legado gramsciano no Serviço Social.

De acordo com Simionato (2012) é no Serviço Social que Coutinho estabeleceu profícua e continua interlocução ao longo da sua trajetória intelectual e política. Isso ocorre, a partir de 1986, quando Coutinho ingressa como professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As disciplinas por ele ministradas tanto no curso do Serviço Social como em outras áreas terão Gramsci como eixo central. Suas obras, aulas, conferências e debates ganham densidade e tornam-se imprescindíveis para à reelaboração teórica da profissão.

Possibilitando, desse modo, que eixos analíticos trazidos do pensamento de Gramsci passassem, progressivamente, a serem incorporados pelo Serviço Social, abrindo possibilidades de alterações significativas em seu estatuto teórico-político e prático-operativo. Criando, nesse sentido, processo dinâmico de construção de conhecimento que embora distinta das ferramentas metodológicas, filológicas e conceituais, desenvolvidas pelos estudos italianos, cria uma forma própria do uso de Gramsci.

Certamente, isso explica a presença unanime de Carlos Nelson Coutinho no material analisado. Seguido dos seguintes interpretes mais citados: Ivete Simionato, Edmundo Fernandes Dias, Jorge Luis Acanda, Giovanni Semeraro, Guido Liguori, Álvaro Bianchi, Hugues Portelli, Lincon Secco, Anita Helena Schlesener e Luciano Gruppi.

Considerações finais

Nesta análise, ainda que preliminar, é possível identificar o potencial do pensamento gramsciano para produção acadêmica do Serviço Social. Permitindo aferir que as categorias utilizadas vêm adensando o debate e fornecendo subsídios educativos na prática profissional do Serviço Social.

Em especial, quando observamos que a relevância do pensamento de Gramsci está em que suas categorias permanecem projetando conhecimento para interpretar as intensas mudanças destes tempos de hegemonia neoliberal, onde os seus princípios e pressupostos continuam reproduzindo sua direção ético-política.

Podemos afirmar, desta forma, que a leitura de Gramsci é impreterível na atualidade, sendo necessário dar continuidade ao seu discurso criador a partir da realidade concreta de nosso tempo histórico, pois o seu legado “não nos ajuda apenas a pensar o passado, mas põe no presente a perspectiva da revolução, que envolve a luta pela democracia e pelo socialismo” (SIMIONATTO, 2011a, p. 231).

Referências bibliográficas

BRAZ, Marcelo (Org.). *José Paulo Netto. Ensaio de um marxista em repouso*. São Paulo: Cortez, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

CRUZ, Cesar Albenes de Mendonça. *O processo de alienação e desalienação dos trabalhadores no capitalismo: um estudo sobre o papel da formação teórica política na construção da consciência de classe*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere - Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedetto Croce*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere - Volume 2: os intelectuais, o princípio educativo e jornalismo*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. *As ações socioeducativas e o Projeto Ético-Político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

LOLE, Ana. *Emancipação para quem? uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

LOLE, Ana. Incidência do pensamento de Gramsci na produção acadêmica do serviço social. *Anais... IX Simpósio Nacional Estado e Poder: Gramsci na Pesquisa Histórica*. Niterói: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil, 2016. p. 235-245.

MAPA bibliográfico de Gramsci no Brasil. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Filosofia, Política e Educação (NuFiPE). Niterói, 2016.

MAPA bibliográfico de Gramsci no Brasil. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Filosofia, Política e Educação (NuFiPE). 2 ed. rev. e amp. Niterói, 2018.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NEVES, Angela Vieira. Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21. *Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 31-36, 2017.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. Carlos Nelson Coutinho e a incidência de Gramsci no Serviço Social. In: BRAZ, Marcelo (Org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 365-384.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci, sua teoria. Influência no Brasil, incidência no Serviço Social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

SIMIONATTO, Ivete. Marxismo Gramsciano e Serviço Social: interlocuções mais que necessárias. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 17-33, jul. 2011b.

PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS A PARTIR DO PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI

Barbara White²¹⁸
Ana Valéria Dias Pereira²¹⁹

Resumo: O trabalho tem como objetivo contribuir com reflexões acerca da relação entre a educação, a política e a filosofia contidas no pensamento de Antonio Gramsci. A especificidade da filosofia da práxis delineada pelo filósofo italiano traz para o debate novas perspectivas acerca da educação brasileira a partir de uma construção teórico-prática, revolucionária, que visa à transformação do mundo a partir da criação de um novo projeto de sociedade. A motivação para o trabalho tem origem nas análises sobre educação realizadas na pesquisa intitulada “Mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil”. A originalidade da filosofia da práxis está na relação indissolúvel de “uma filosofia que é também uma política e uma política que é também uma filosofia”. O aprofundamento dessa perspectiva ocorre, principalmente, pelo momento histórico vivido pelo filósofo italiano, que tem a possibilidade de analisar o papel determinante do Estado na constituição, assim como o ordenamento das relações sociais no capitalismo. “Só depois da criação do Estado, o problema cultural se impõe em toda sua complexidade e tende a uma solução coerente”. No período histórico em que Gramsci está inserido, o Estado, por exemplo, já adquiriu maior complexidade, é repensado no plano das superestruturas, como espaço de aglutinação e democratização da sociedade que se desenvolve. Desse modo, o trabalho propõe apresentar a articulação entre educação e política desenvolvida na filosofia da práxis delineada por Gramsci, visando contribuir com práticas político-pedagógicas que promovam de fato, as condições necessárias para que os educandos elaborem, de forma crítica e autônoma, as suas concepções do mundo.

Palavras-chave: Educação; Política; Práticas Pedagógicas.

O objetivo geral deste trabalho foi dar continuidade às reflexões acerca da presença de Gramsci no campo da produção educacional contemporânea, buscando identificar a relação entre educação, política e filosofia.

Essas reflexões foram iniciadas quando participamos da construção do mapeamento bibliográfico sobre o pensamento de Antonio Gramsci no Brasil, durante o primeiro semestre de 2016, e obtivemos os primeiros resultados.

O referido mapa foi produzido por um coletivo de pesquisadores que integram o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE), da Faculdade de Educação da

²¹⁸ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação e Currículo (GEPAC/UNIRIO). E-mail: anadiaspereira01@gmail.com

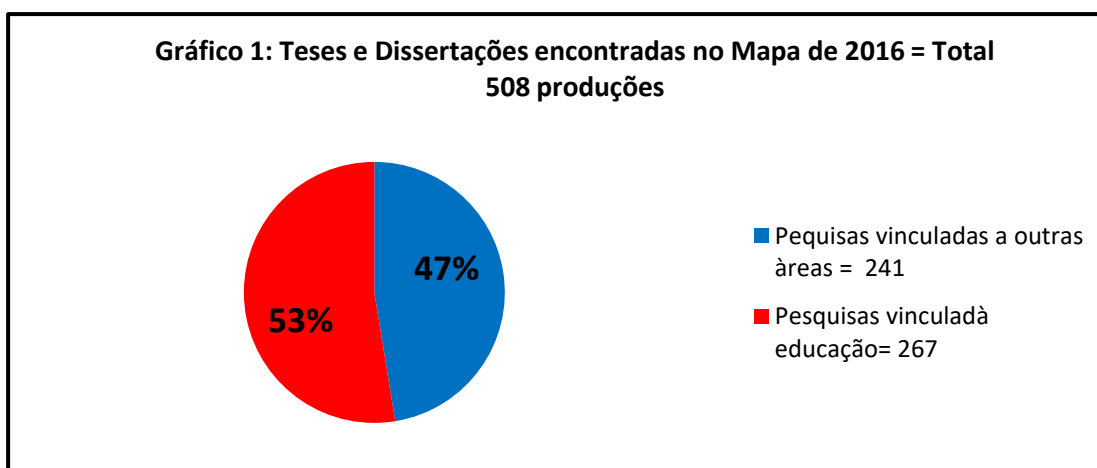
²¹⁹ Em particular queremos agradecer ao Professor Dr. Giovanni Semeraro, aos queridos Rodrigo Lima e Júlia França, ao GGramsci/UFC, a Sônia que nos acolheu e nos forneceu suporte material para realização do trabalho e, especialmente, a tão dedicada e companheira, Ana Lole.

Universidade Federal Fluminense (FEUFF), que muito temos que agradecer por toda dedicação e competência que vêm dispendo nessa tarefa²²⁰, e pelo acolhimento fraterno de nossas contribuições.

Nas análises provenientes do primeiro mapa publicado - que foram apresentadas em alguns eventos e publicadas em anais e periódicos²²¹ - foram identificadas 267 (duzentos e sessenta e sete) pesquisas, entre teses e dissertações vinculadas à educação. Quantitativo esse pertencente a um total de 508 (quinhentos e oito) de produções acadêmicas dessa natureza que, somadas a livros e artigos, perfizeram a soma de 1.214 (mil duzentas e catorze) produções.

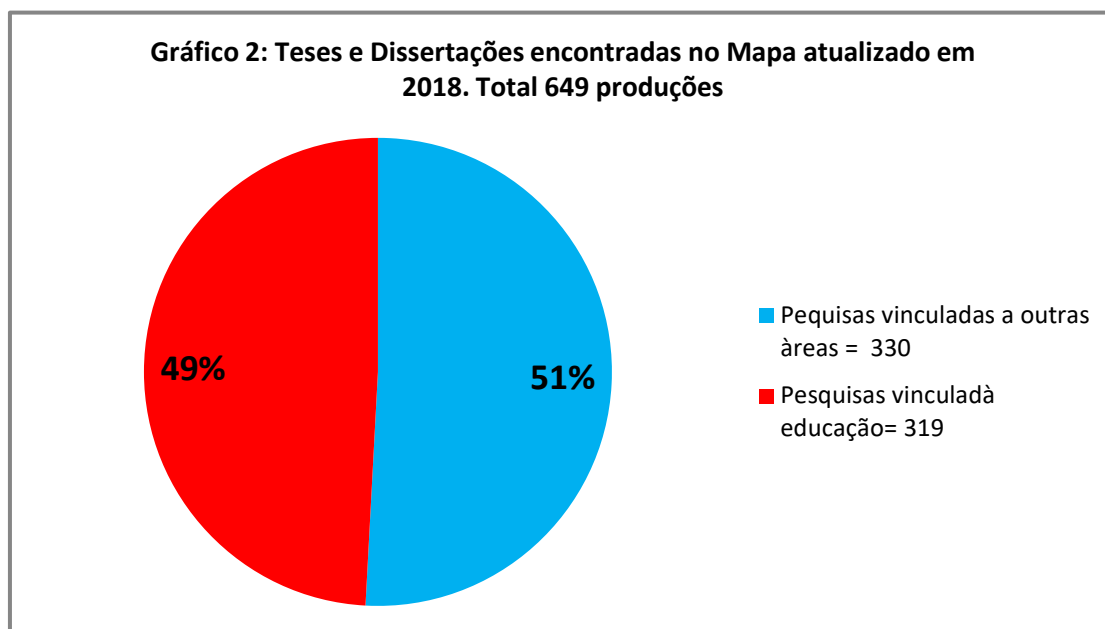
Com a atualização do mapa, realizada em 2018, foram agregadas mais 141 (cento e quarenta e uma) produções entre tese e dissertações. Totalizando o quantitativo de 649 (seiscentos e quarenta e nove) produções acadêmicas dessa modalidade.

Dessas novas 141 (cento e quarenta e uma) produções, 53 (cinquenta e três) são produções vinculadas à Educação. Ou seja, 38% (trinta e oito por cento) das produções. Percentual esse que, quando cotejamos com o quantitativo do primeiro mapa, vimos o quanto o espaço educacional continua sendo o que mais produz obras vinculadas ao nosso pensador sardo, apesar da queda desse protagonismo em 4% (quatro por cento) do quantitativo, como podemos observar nos gráficos 1 e 2, que se encontram abaixo.



²²⁰ Como a apresentação que realizamos no Seminário comemorativo do primeiro ano de fundação da IGS/Brasil - Crise Orgânica e Lutas de Classes, dentre outros.

²²¹ Durante o processo de redemocratização, que comportou a chamada década perdida para os economistas e produtiva para os movimentos sociais, e por isso denominada por Almeida (2012) de “década quase perdida” - a de 1980 - os movimentos organizados de professores de oposição - destacando-se os que se organizaram pela e com a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), dentre outros - apesar das investidas que não cessaram, mesmo após o período da ditadura civil-militar, obtiveram conquistas relevantes, como a inserção de grande parte da Carta de Goiânia de 1986 no Capítulo III da Constituição Federal de 1988, que trata da Educação (PEREIRA, 2016, p. 266).



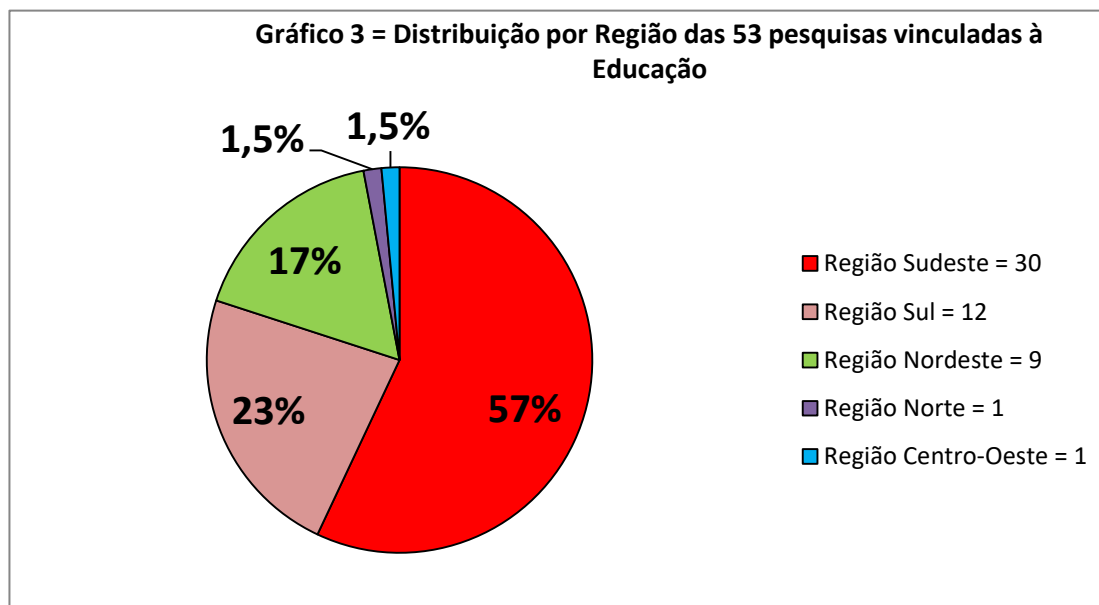
Como mencionado em trabalhos anteriores a expressividade do campo educacional, encontrada desde nosso primeiro mapeamento (e agora nessa atualização), nos orientou sobre a necessidade de investigar as razões que motivaram essas teses e dissertações a destacarem, de alguma forma, o pensamento de Antônio Gramsci. Assim sendo, iniciamos a leitura dos resumos dessas produções com o intuito de realizarmos uma reflexão mais qualitativa sobre a presença do pensamento de Gramsci na área da educação brasileira, por meio da filosofia da práxis. Filosofia, cuja especificidade traz para o debate novas perspectivas acerca da educação por meio de uma construção teórico-prática, revolucionária, que visa à transformação do mundo a partir da criação de um novo projeto de sociedade.

Um dado importante que obtivemos com o mapeamento, e que pretendemos desenvolver uma análise qualitativa, foi a distribuição das produções acadêmicas (teses e dissertações) por Região, no território nacional.

No primeiro momento de nossa pesquisa encontramos a Região Sudeste totalizando 50% (cinquenta por cento) da produção de teses e dissertações, a Região Sul 36% (trinta e seis por cento), a Nordeste 10% (dez por cento), Centro-Oeste 3% (três por cento) e Norte 1% (um por cento).

No segundo momento, quando analisamos os dados contidos na atualização do mapa, percebemos que houve um acréscimo de produções, em percentuais, em relação à Região Sudeste, que contou com 70% (setenta por cento) das pesquisas. Ou seja, na Região Sudeste foram produzidas 98 (noventa e oito) das 141 (cento e quarenta e uma) pesquisas que foram agregadas ao mapa. A Região Sul contabilizou 18% (dezoito por cento, perfazendo o total de 26 (vinte e seis) produções; a Região Nordeste permaneceu na terceira posição, mas com uma fatia menor da produção: 8,5 % (oito e meio por cento) em detrimento dos 10% (dez por cento) anteriores; a Região Centro-Oeste permaneceu com 3% (três por cento) e na Região Norte foi detectada uma queda consolidada no quantitativo de 0,5 % (meio por cento) encontrado.

Ao analisarmos apenas as produções vinculadas à Educação constatamos que a Região Sudeste permanece na posição de região com maior número de produções, contabilizando 57% (cinquenta e sete por cento) das pesquisas encontradas. Ou seja, 30 (trinta) pesquisas das 53 (cinquenta e três) vinculadas à área. A Região Sul também permanece em segundo lugar, contabilizando 23% (vinte e três por cento) das produções (doze pesquisas); seguida da Região Nordeste com 17% (dezessete por cento) – nove pesquisas - e as Regiões Norte e Centro-Oeste aparecem empatadas com 1,5 % (um e meio por cento) cada uma.



As peculiaridades de cada região também estão fazendo parte de nossas reflexões qualitativas sobre os dados coletados. Peculiaridades como, por exemplo, a de que na Região Sudeste possui maior

número de universidades públicas, que é onde há maior concentração das pesquisas, do que as demais Regiões do Brasil.

Nessas reflexões, estamos buscando compreender, por meio da filosofia da práxis de Gramsci, a organização da educação brasileira. Busca essa justificada pelo objetivo de colaborar com a transformação social, por meio de contribuições ao desenvolvimento da escola crítica.

A originalidade da filosofia da práxis está na relação indissolúvel de *“uma filosofia que é também uma política e uma política que é também uma filosofia”*. O aprofundamento dessa perspectiva ocorre, principalmente, pelo momento histórico vivido pelo filósofo italiano, que tem a possibilidade de analisar o papel determinante do Estado na constituição, assim como no ordenamento das relações sociais no capitalismo. *“Só depois da criação do Estado, o problema cultural se impõe em toda sua complexidade e tende a uma solução coerente”*.

Para realização da tarefa de apresentar a articulação entre educação e política, estamos, inicialmente, organizando um agrupamento das pesquisas, tomando por base as leituras de todos os resumos e sumários das teses e dissertações que foram identificadas com vínculo na área educacional. Dessa organização já identificamos algumas categorias, tais como: 1) Análise da conjuntura contemporânea; 2) Formação de professores; 3) Políticas públicas educacionais; 4) Movimentos sociais; 5) Prática escolar.

Em nossas primeiras leituras estamos detectando a centralidade do pensamento sobre a necessidade de contribuir com o desenvolvimento da escola crítica e que essa seria uma tarefa a ser realizada por todo educador gramsciano. Pensamento esse que corroboramos, principalmente, nesses tempos sombrios que estamos vivenciando na atualidade. Tempos onde projetos mais que conservadores, ou seja, reacionários, estão sendo organizados com o intuito de conduzir as classes subalternas para uma escola que contribua com a manutenção do senso comum, tal como apregoa a Teoria do Capital Humano (FRIGOTTO, 2005). Semeraro (2006) quando aborda que nesses “tempos de pós-modernidade” o pensamento de Gramsci “guarda sua atualidade”, nos envia a mensagem de que esse pensamento é necessário e premente no mundo e na educação contemporânea, que pretende contribuir com o desenvolvimento da escola crítica.

Escola essa que precisa compreender a magnitude da proporção da “guerra de posição” que se transformou o nosso mundo atual. Onde intelectuais orgânicos do capital transnacional se dedicam à tarefa de “mudar as mentes e expandir mercados”. Indo além, vimos que mais do que “orgânicos” são intelectuais funcionais das classes dominantes. Conforme Semeraro (2006, p. 145), eles prestam serviço

às classes dominantes em detrimento das classes subalternas. Ou seja, são “cães de guarda” de padrões e “agentes imediatos” ao poder de plantão. São incapazes de criarem uma autocrítica do grupo que representam e de apresentarem projetos de alcance ético-político.

Seguindo nessa esteira de pensamento, na “guerra de posição” que temos travado no campo educacional, o pensamento pós-moderno não possui condições concretas para contribuir com a formação de intelectuais orgânicos da classe popular, acabando por contribuir com o pensamento conservador (HARVEY, 2008) e, neste momento, com o pensamento reacionário que está em fase de recrudescimento nas sociedades e, em particular, na sociedade brasileira. Assim, a construção de uma educação omnilateral na qual o fazer pedagógico é orientado por uma visão de mundo, que concebe a escola como instrumento da classe popular na construção de um mundo sem a divisão entre governantes e governados. Tal como destacamos a afirmação que se encontra em uma das pesquisas mapeadas que lemos: “[...] é fundamental preparar e armar teoricamente os trabalhadores para o combate ao capital” (CRUZ, 2010).

Analisando as cartas de Gramsci que tratam da educação das crianças de sua família, Nosella (2010) identifica orientações didático-pedagógicas no que tange a necessidade de uma educação científica e cultural até os níveis mais complexos, sofisticados e modernos. Mas adverte que essa educação deve acontecer de forma dialética com o conhecimento do senso comum produzido pela classe popular, para que não se tornem técnicos abstratos e desenraizados (NOSELLA, 2010, p. 117).

Essas orientações de Gramsci são essenciais quanto à criação de condições objetivas para construção de uma educação crítica, que seja instrumento na luta contra projetos educacionais desenhados, prioritariamente, a partir da reforma educacional “iniciada” na década de 1990.

Essa reforma educacional, fruto das forças neoliberais que se organizaram a partir da publicidade do Consenso de Washington em janeiro de 1990, colocou em prática as orientações desenhadas em encontros internacionais, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990, em Jomtien/Tailândia e os encontros da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, durante os anos de 1993 a 1996. Eventos esses que, por exemplo, produziram documentos a serem “seguidos” como a Carta de Jomtien e o Relatório Delors (SHIROMA *et al*, 2002).

A reforma educacional no Brasil, “iniciada” com a prática das orientações que constam nesses documentos, produziu e produz um desmonte dos objetivos e práticas educacionais conquistadas no período de redemocratização política no Brasil, durante a década de 1980.²²² Ou seja, desde a década de

²²² ANPED. Documento expõe ações e posicionamentos da ANPEd sobre a BNCC. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/documento-expoe-aco-es-e-posicionamentos-da-anped-sobre-bncc>>. Acesso em: 15 set. 2018.

1990 até o momento atual, vimos o recrudescimento de políticas neoliberais, materializadas em políticas educacionais que vêm desde a LDB 9394/96, “passam” pelo Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), e chegam aos nossos dias na forma da BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

De acordo com diferentes análises acadêmicas, tais como a análise realizada pela ANPED²²³, a BNCC parece se configurar como uma espécie de “coroamento” da reforma educacional brasileira na direção do conservadorismo e do retrocesso, desmontando diferentes conquistas da classe popular. O cenário atual da educação brasileira aponta para a necessidade de formação de novos intelectuais, que orgânicos às massas populares, produzam novas frentes de combate ao projeto de escola contemporânea, que está em consonância com os objetivos dos tempos sombrios que estamos vivenciando.

Nessa esteira de pensamento, lembramos que Coutinho (2007) já nos advertia sobre a importância da compreensão e desenvolvimento do conceito gramsciano de “revolução passiva” como forma de interpretação de fatos sociais complexos, que envolvem a dinâmica organizativa dos Estados Nacionais. Revolução essa que, em suas próprias palavras, pode ser compreendida como um conjunto de ações realizadas de cima para baixo, constituída dos movimentos de “restauração” e “renovação”. Movimentos que, tal como a BNCC, indicam a intenção de produzir e manter a “ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história”, conservando o status quo da classe economicamente favorecida (GRAMSCI, 2011).

Nesse sentido, as análises qualitativas que pretendemos realizar nas pesquisas vinculadas à educação, encontradas em nosso mapa, se orientam pelo objetivo de contribuir com o lado progressista, na correlação de forças entre conservadores e revolucionários que disputam o controle pedagógico na escola (FREITAS, 2014). Ou seja, nessa disputa, optamos pelo lado dos movimentos educacionais de resistência às políticas públicas conservadoras. A justificativa que acompanha essa opção é a de que pretendemos contribuir, por meio do nosso trabalho, para a construção de condições objetivas, visando a elaboração de um novo projeto educacional, em que o espaço escolar seja de participação ativa das massas populares na elaboração de estratégias de transformação da sociedade vigente.

Parafraseando Gramsci (2011) sobre a filosofia crociana, é preciso um “acerto de contas” com essas políticas educacionais que não compreendem a educação escolar como direito do povo. Isto é,

223 Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Ciências da área de Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-RJ). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF) e Grupo de Estudos e Pesquisas de Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS) da PUC-Rio. E-mail: julia-paiva@hotmail.com

precisamos “compreender, tomar e superar” a realidade material que divide a humanidade entre dirigentes e dirigidos.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida. PT, CUT, Crise e Democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- ALVARENGA, Marcia Soares de. *Sentidos da cidadania políticas de educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: Faperj, 2010.
- CRUZ, César Albanes de Mendonça Cruz. *O processo de alienação e desalienação dos trabalhadores no capitalismo: um estudo sobre o papel da formação teórico-política na construção da consciência de classe*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.
- FREITAS, Luiz Carlos de Freitas. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educação Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014.
- FROSINI, Fábio. *Maquiavel - o revolucionário*. São Paulo: Ideias & Letras, 2016.
- GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. *Educação Popular e Cultura Popular no Brasil - desenvolvimento capitalista, lutas sociais e “ampliação” do Estado (1945-1964)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedito Croce*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – Volume 2: os intelectuais, o princípio educativo e jornalismo*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – Volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança*. São Paulo: Loyola, 2008.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- KRUG, Andréa Rosana Fetzner (Org.). *Ciclos em Revista: A Construção de uma outra escola possível*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.
- LOLE, Ana; PEREIRA, Ana Valéria Dias; PAIVA, Maria Julia de; GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. Produção bibliográfica de Gramsci no Brasil: uma análise preliminar. *Práxis e Hegemonia Popular - Revista Eletrônica da IGS/Brasil*, Rio de Janeiro, n. 1, edição inaugural, set./2016.
- MADONESI, Massimo. *O fim da hegemonia progressista e a virada regressiva na América Latina*. Blogjunho, 2016. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/o-fim-dahegemonia-progressista-e-a-virada-regressiva-na-america-latina/>>. Acesso em: 24 abr. 2016.
- MAPA bibliográfico de Gramsci no Brasil. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Filosofia, Política e Educação (NuFiPE). Niterói, 2016.
- PEREIRA, Ana Valéria Dias. Gramsci e a Educação no Brasil Contemporâneo. *Anais... IX Simpósio Nacional Estado e Poder: Gramsci na Pesquisa Histórica*. Niterói: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil, 2016.
- SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XX, n. 69, 1999.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da Filosofia e da Práxis*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.
- SHIROMA, Eneida Oto et. al. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TODOROV, Tzvetan. Compreender, Tomar e Destruir. In: *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA NO CAMPO DAS RELAÇÕES TRABALHO-SAÚDE-EDUCAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA GRAMSCIANA

Maria Julia de Paiva²²⁴

Resumo: Este trabalho visa apresentar uma análise do resultado do levantamento bibliográfico de teses e dissertações em Programas de Pós-Graduação (PPG) brasileiros que tem como referência o pensamento gramsciano, tendo por base a pesquisa intitulada “Mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil”, produzida no âmbito do *Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação* (NuFiPE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FEUFF) em articulação com a *International Gramsci Society Brasil* (IGS-Brasil). A pesquisa proposta pretende o aprofundando dos estudos da obra do filósofo italiano e do conceito de Estado no contexto brasileiro, além de ampliar a dimensão analítica para os conceitos de Trabalho e Princípio Educativo. Com este estudo, busca-se investigar de que maneira e com qual intensidade o pensamento de Gramsci aparece nas pesquisas dos PPGs do Brasil e como este interfere na produção acadêmica no que diz respeito às questões do mundo do trabalho, especialmente, neste momento em que vivenciamos uma disputa onde as perdas dos direitos trabalhistas e sociais se avolumam caracterizando um imenso retrocesso que coloca em risco o papel de proteção da Constituição Federal brasileira de 1988. Este trabalho também busca avaliar quais os autores – intérpretes do pensamento do filósofo italiano – mais utilizados em uma conjuntura de crise e de desmonte das políticas públicas no Brasil. Destacamos como aspectos relevantes a possibilidade de evidenciarmos a presença do pensamento de Gramsci no Brasil encontrada nas teses e dissertações em diferentes áreas do conhecimento voltadas para o debate no campo das relações trabalho-saúde-educação, bem como o caráter permanente e atual de seu pensamento na luta política pela transformação da realidade considerando que, segundo o autor, é no conhecimento que se encontra a força propulsora da transformação.

Palavras-chave: Antonio Gramsci; Estado; Trabalho; Educação.

Introdução

Esta comunicação tem como objetivo a avaliação do resultado do levantamento bibliográfico de teses e dissertações em Programas de Pós-Graduação (PPGs) brasileiros que trazem como referência o pensamento gramsciano. Tomamos como base a pesquisa intitulada *Mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil*. Temos como proposta o aprofundando dos estudos da obra do filósofo italiano; do conceito de Estado no contexto brasileiro; a análise das postulações teórico-conceituais no que diz respeito ao tema trabalho-saúde- educação nas pesquisas e como estas foram correlacionadas, pelos autores, com a filosofia de Gramsci; e por último, avaliar quais os autores, intérpretes do pensamento do filósofo sardo, mais utilizados em uma conjuntura de crise do capital.

²²⁴ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Para esta tarefa foram analisadas teses e dissertações, independente da área do PPG em que estavam vinculadas. Nesta análise, evidenciamos algumas correlações com o pensamento de Gramsci desenvolvida em parte dos trabalhos no que diz respeito à prioridade da abordagem: das práticas educativas construídas, no processo de trabalho desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos assentamentos, entendidas enquanto práticas que se desenvolvem na produção e nas relações por ela engendradas; dos vários aspectos da relação de trabalho e a análise de riscos nos quais estão envolvidos os trabalhadores do ponto de vista da saúde; das contradições dos Projetos Político-Pedagógicos nos programas de formação em Serviço, contrapondo-se ao valor dado por Gramsci ao protagonismo do trabalhador nas decisões; da importância da unidade entre teoria e prática, tão valorizada no pensamento gramsciano, como um processo que se constrói evidenciada (ou não), por exemplo, no papel do trabalho do Agente Comunitário em saúde e do Enfermeiro; da importância da participação de vários saberes técnicos como facilitadora da organização, da autonomia e da potenciação da capacidade de luta pelas conquistas de direitos; da evidente relação entre as características das políticas públicas e as características da organização da sociedade, da organização capitalista do trabalho e o modelo de desenvolvimento do país – o que, em alguns casos significa uma séria resistência conservadora e a priorização de interesses privados –, entre outras importantes discussões, especialmente, neste momento em que vivenciamos uma disputa onde as perdas dos direitos trabalhistas e sociais se avolumam caracterizando um imenso retrocesso colocando em risco o papel de proteção da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Com este estudo, busca-se investigar de que maneira e com qual intensidade o pensamento de Gramsci aparece nas pesquisas dos PPGs do Brasil e como este interfere na produção acadêmica no que diz respeito às questões do mundo do trabalho, em uma conjuntura de crise e de desmonte das políticas públicas no Brasil. Destacamos como aspectos relevantes a possibilidade de evidenciar a presença do pensamento de Gramsci no Brasil encontrada nas teses e dissertações em diferentes áreas do conhecimento voltadas para o debate no campo das relações trabalho-saúde-educação, bem como o caráter permanente e atual de seu pensamento na luta política pela transformação da realidade considerando que, segundo o autor, é no conhecimento que se encontra a força propulsora da transformação.

Inicialmente, na pesquisa, utilizamos como categorias de busca as palavras do tema ou afins nos títulos dos trabalhos. Foram encontradas 48 teses e 83 dissertações em diversas áreas de conhecimento. No entanto, praticamente 50%, se encontram na área da Educação.

As áreas encontradas nas teses foram: Administração (1), Ciências da Saúde (2), Ciências Sociais (1), Comunicação (1), Educação (28), Enfermagem (3), História (3), Informática em Educação (1), Letras (1), Políticas Públicas (1), Serviço Social (2), Sociologia (4).

Nas dissertações encontramos as seguintes áreas: Administração pública (1), Artes Visuais (1), Ciências da Saúde (1), Ciência Política (1), Ciências Sociais (4), Comunicação (1), Direito (6), Educação (44), Educação Profissional em Saúde (3), Enfermagem (2), Geografia (1), História (3), Letras (1), Língua Inglesa (1), Magister Scientiae (1), Museologia e Patrimônio (1), Políticas Públicas e Formação Humana (2), Saúde Comunitária (1), Serviço Social (6), Sociologia (1), Tecnologia e Ciência (1).

Para viabilizar a análise das teses e dissertações neste atual trabalho, fizemos um recorte, a partir da leitura dos resumos e palavras chave, privilegiando as pesquisas que deram mais ênfase às questões sobre trabalho, saúde e educação. Elegemos, para isto, 17 teses nas seguintes áreas: Ciências da Saúde (2), Ciências Sociais (1), Educação (7), Enfermagem (2), História (1), Serviço Social (2), Sociologia (2).

As dissertações foram reduzidas para 20 e se encontram nas seguintes áreas: Ciências da Saúde (1), Ciências Sociais (2), Educação (7), Educação Profissional em Saúde (3), Enfermagem (1), História (1), Políticas Públicas e Formação Humana (2), Serviço Social (2), Tecnologia e Ciência (1).

Como podemos observar, a diversidade de áreas encontradas nas pesquisas reforça o argumento da multiplicidade deste pensador assim como o caráter permanente e atual de seu pensamento na luta política pela transformação da realidade.

Além da leitura do resumo e das palavras chave, avaliamos os tópicos dos índices, com o objetivo de levantarmos as questões mais relevantes apontadas nas pesquisas. Os temas mais encontrados foram os seguintes: Políticas de Estado, Práticas Educativas no Contexto Produtivo, Formação Teórico Político dos Trabalhadores, Função Ética do Estado, Educação e Mundo do Trabalho, Saúde do Trabalhador, Formação em Saúde, Política Neoliberal, Formação dos Trabalhadores, Capital e Trabalho (contradições), Auto-Gestão.

Quanto ao pensamento de Gramsci, as categorias mais discutidas foram: Trabalho como Princípio Educativo, Intelectual Orgânico, Estado-Sociedade Civil, Hegemonia-Contra Hegemonia, e Moderno Príncipe. O Trabalho como Princípio Educativo e o Intelectual Orgânico aparecem praticamente em mais de 50% de todas as teses e dissertações. Outras categorias importantes também aparecem como coadjuvante para o entendimento das principais: Educação, Luta de Classes, Transformismo, Filosofia da Práxis, Ideologia, Cultura.

Em relação à citação de Gramsci e a de seus interpretes nas referências bibliográficas, nosso levantamento se limitou ao quantitativo de citações dos autores, não levando em consideração o número de obras citadas. Em um total de 37 trabalhos, o próprio Gramsci foi citado em 33 deles. Quanto aos autores interpretes de seu pensamento optamos por elencar os nomes em ordem alfabética, considerando os que foram citados em pelo menos 4 pesquisas, aproximadamente 10%: Anita Helena Schlesener, Carlos Nelson Coutinho, Demerval Saviani, Edmundo Fernandes Dias, Gaudêncio Frigotto, Giovanni Semeraro, Giuseppe Fiori, Ivete Simionatto, Leandro Konder, Luciano Gruppi, Marcos Del Royo, Mario Alighiero Manacorda, Norberto Bobbio, Paolo Nosella.

As pesquisas foram concluídas entre o ano de 1989 e 2016, sendo que mais de 90% dos trabalhos foram escritos após o ano 2000. Este dado pode ser indício de uma maior inclusão do pensamento de Antonio Gramsci nos Programas de Pós Graduação, o que pode evidenciar um real interesse no questionamento sobre o processo de construção de uma sociedade onde os direitos conquistados com muita luta são perdidos e a necessidade de uma reflexão sobre os possíveis caminhos para serem trilhados.

Cabe esclarecer que para facilitar o desenvolvimento das reflexões disposta neste artigo, foram priorizados alguns trabalhos como referência que se tornaram representantes dos demais com questões semelhantes.

Gramsci presente no “mundo do trabalho”

Para uma melhor compreensão, achamos interessante uma consideração sobre o chamado “mundo do trabalho”, expressão que se reporta aos processos sociais e as mudanças que deles resultam. A partir das transformações societárias, surgem novos arranjos, novas formas sociais e técnicas que alteram a organização do trabalho desde o final do século XX até o momento atual, em todo mundo (STAMPA, 2012, p. 36).

Segundo Stampa (2012), a partir da crise estrutural do capitalismo contemporâneo, se observa uma reestruturação do modo de produção capitalista. Como resultado observamos importantes mudanças no mundo do trabalho, o que provoca, a partir de 1990 até o início dos anos 2000, uma nova configuração no que diz respeito à organização dos trabalhadores.

As transformações no mundo do trabalho mais recentes no Brasil tornaram-se mais visíveis e evidenciaram as desigualdades sociais, em função do aumento do desemprego e da precarização do trabalho, nas suas mais diversas e perversas formas. Com isso presenciamos uma série de distorções e o

agravamento de contradições, o que talvez justifique os temas desenvolvidos nas pesquisas dos PPGs mais recentemente no Brasil.

Princípio Educativo

Para analisarmos os trabalhos selecionados estabelecemos algumas conexões com as principais categorias do pensamento de Gramsci presentes nas pesquisas e as questões formuladas mais urgentes no mundo do trabalho. Como vimos anteriormente, uma significativa parcela das pesquisas abordam a categoria Trabalho como Princípio Educativo e consideram a possibilidade do trabalhador e/ou uma organização ocupar o lugar de um Intelectual Orgânico Coletivo.

Como jornalista, Gramsci, escreve artigos nos jornais e desde início manifesta um especial interesse e preocupação com a cultura dos trabalhadores no sentido de que, através dela, eles poderiam se tornar independentes da intelectualidade burguesa (MANACORDA, 2008).

Ele apoia uma concepção de cultura diferente do intelectualismo que denomina “ofegante e incolor”, e acha que a cultura verdadeira é capaz de transformar a realidade, pela compreensão do próprio valor na história, na vida e pela compreensão de seus direitos e deveres (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 18). Defende uma “cultura educativa” que não se limite à informação (GRAMSCI, 2004, p. 76) e que a classe operária adquira uma formação que seja cultural e filosófica e que através de uma “associação cultural” possa estabelecer objetivos de classe somados à ação política e econômica.

Segundo Semeraro (2006), a construção do conhecimento na visão de Gramsci, deve ter como referencial não só a realidade, mas também as relações de forças que são produzidas e atuam entre os grupos sociais ao longo da história incluindo as organizações políticas que lutam por uma hegemonia.

Para Gramsci, a conquista de um grupo subalterno na sociedade depende da sua capacidade de luta, da sua organização e da sua autonomia. A busca pela realização dessas conquistas não deve se limitar apenas a reivindicações materiais, mas deve almejar uma nova forma de pensar, com valores diferenciados procurando estabelecer novas relações sociais e a construção mais democrática do conhecimento, onde todos possam atingir um progresso intelectual (SEMERARO, 2006).

No que se refere ao Trabalho como Princípio Educativo, avaliamos as pesquisas com objetos de análise diferenciados, mas com a mesma questão ou hipótese: de ser possível desenvolver práticas educativas no contexto produtivo rumo à emancipação do trabalhador.

O sujeito coletivo mais citado nos trabalhos foi o MST, que aparece em cinco (5) pesquisas. Em três (3) delas o MST é visto como o Moderno Príncipe Brasileiro cumprindo o papel de partido político

conforme a definição do conceito em Gramsci, que via o partido, como uma organização, um intelectual orgânico coletivo que tem a função de educar os trabalhadores (SOUZA, 2008). A pesquisa de um dos trabalhos partiu do estudo da história da formação do Movimento, de como ele se organizou e de como mobilizou os trabalhadores do campo. Outro ponto fundamental foi a avaliação do papel da Educação na consolidação do Movimento. Na referida pesquisa, o autor atribui à articulação entre estes fatores como decisivos para expansão do MST. Ficou patente para este pesquisador que a ligação entre a vida do Movimento na luta pela terra e a luta que este imprime por uma educação de qualidade e universalizada, o torna o Moderno Príncipe Educativo Brasileiro (PRINCESWAL, 2007).

Outra pesquisa analisa as contradições no processo de cooperação na produção no Assentamento Lagoa do Mineiro, no Ceará onde recentemente o movimento tem se deparado com grandes dificuldades. A proposta da pesquisa foi refletir sobre os determinantes que perpassam a cooperação e a oposição entre capital e trabalho. A intenção foi apreender a realidade na sua totalidade e todo o processo da pesquisa foi pautado pela percepção de que, as experiências de cooperação na produção desses trabalhadores caminham avançando e retrocedendo em conformidade com o antagonismo entre capital e trabalho (PEREIRA, 2011).

Já no assentamento em Minas Gerais, os processos de socialização e de educação vividos pelos trabalhadores através, do trabalho coletivo e da cooperativa viabilizaram relações sociais baseadas na solidariedade e na coletividade, porém alguns limites foram impostos em função das relações capitalistas presentes e o autor questiona em que medida é possível desempenhar a função que emanciparia os trabalhadores sem desfazer as relações sociais capitalistas dominantes? E como construir uma nova sociedade sem uma profunda transformação desta mesma sociedade? (BRANDÃO, 2001).

No período de 1920, Gramsci caracterizou a revolução proletária e comunista como aquela que é elaborada dentro da própria sociedade, favorecendo a liberação de forças proletárias produtivas capazes de organização e expansão para, em seguida, desenvolver um trabalho disciplinado de construção de uma nova ordem, onde seja possível a modificação das relações de produção e distribuição de bens na sociedade com o fim da divisão de classes e de poder de Estado (GRAMSCI, 2004).

Para Gramsci a criação de “*projetos coletivos*” deve ter o objetivo de agregar e de emancipar as massas. A desconstrução, por si só, não representa mudança e deve ser acompanhada de uma proposta de (re)construção que envolva a coletividade e que busque mais liberdade, mais justiça, caracterizando uma conquista política e econômica para as classes subalternas (SEMERARO, 2006, p. 48).

No *Caderno 11*, Gramsci relacionou a concepção de mundo com as fases históricas pelas quais a sociedade passa e acredita que desenvolver um senso crítico é fundamental. Precisamos conhecer a história da filosofia e a história da cultura na qual estamos envolvidos. Sem ter consciência da historicidade, das diversas etapas que ela representou e das possíveis contradições contidas nestas representações, não podemos cumprir o papel de filósofos críticos e coerentes. Cada época gera uma concepção de mundo e a reprodução de uma cultura, que diz respeito àquela realidade e aos problemas que a ela corresponde (GRAMSCI, 2011).

Por isso, Gramsci considerou tão importante que o homem sistematizasse criticamente sua percepção do mundo e que, partindo da história da filosofia, percebesse a forma como foi elaborado determinado pensamento e que forças atuaram para fixar o pensamento presente. Só assim é possível uma reflexão consciente.

A construção compartilhada do conhecimento pelos trabalhadores e a valorização de vários saberes técnicos são apontadas como fatores estruturantes da organização, da conquista de autonomia e da capacidade de luta para a mudança das relações saúde-trabalho em uma das pesquisas analisadas. O Movimento Operário Italiano da década de 1960 influenciou e redirecionou o debate sobre o campo das relações saúde-trabalho, na segunda metade do século XX, em vários países, inclusive no Brasil. Seu objetivo era se contrapor à nocividade dos ambientes de trabalho, criando novas metodologias de atuação, que tinham como principal característica a participação do trabalhador como protagonista (sujeito ativo das ações) e redundou no modelo de luta pela saúde que inspirou a Reforma Sanitária no Brasil. A configuração gradual de um método que se consolidou gradativamente como um modelo de transformação do trabalho, com foco na eliminação da nocividade, culminou com um novo conceito de saúde do trabalhador cumprindo o papel do Trabalho como Princípio Educativo (PAIVA, 2012).

Com questão semelhante, em outra pesquisa é discutido o Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas, onde os trabalhadores e sindicalistas envolvidos construíram um perfil dos problemas de saúde através de depoimentos e denúncias de profissionais de diferentes escolas. Nesta perspectiva se valoriza a experiência do trabalho como saber e também a capacidade deste saber em potencializar a habilidade individual e coletiva dos trabalhadores. Assim sendo, a intervenção das professoras se tornou mais orgânica em seus trabalhos, e foi possível alterar as situações que consideravam nociva à saúde (SOUZA, 2009). Novamente se constata o protagonismo do trabalhador e a capacidade de transformar as condições de saúde no ambiente de trabalho privilegiando seus interesses.

Para Souza (2009), Gramsci deixa claro a sua concepção do trabalho como princípio educativo e como proposta de formação de trabalhadores. Em suas próprias palavras: “Todo grupo

social [...] cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2010).

Considerando o princípio educativo, Gramsci no *Caderno 12* deixa claro que através do trabalho é possível uma proposta de formação de trabalhadores, que possa gerar seus próprios intelectuais, capazes de avaliar e intervir no processo de produção visando uma transformação (GRAMSCI, 2010).

Intelectual Orgânico

Em Gramsci não encontramos um intelectual desprovido de interesse, dono de uma filosofia descontaminada, mas alguém com um saber oriundo de uma prática social e, portanto, carregado de ideologia (BUCI-GLUCKSMANN, 1990).

Gramsci desenvolve no *Caderno 12* o estudo sobre a função dos intelectuais na política, e classifica como intelectuais orgânicos os que organizam uma nova ordem social, o que difere do intelectual tradicional que fala em nome de uma tradição de um período histórico. A formação de intelectuais na sociedade se dá segundo Gramsci, de uma maneira bem concreta. Os diferentes tipos de escolas que ocupam o espaço econômico, e as respectivas aspirações, caracterizam e determinam a especialização intelectual desejada (GRAMSCI, 2010).

Como proposta de análise elegemos um trabalho que estuda a formação dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e a possibilidade de contribuição efetiva que dispensam à educação na perspectiva da emancipação humana. A autora contextualiza o momento e aponta a proposta como antagônica à atual formação do educador e sustenta que diante da crise estrutural do capital, temos como resultado “a formação das consciências entorpecidas se configurando cada vez mais como um mecanismo de controle da classe trabalhadora, num momento histórico em que esse sistema joga sobre a humanidade a possibilidade de sua própria destruição” (OLIVEIRA, 2013, p. 4).

Outras duas pesquisas discutem o papel do agente comunitário e do enfermeiro como intelectuais orgânicos e a relação entre a teoria e a prática no desempenho de suas funções. No caso da função do agente comunitário é esperado que sua ação contribua para que os sujeitos se apropriem do conhecimento de suas condições materiais de vida e de saúde em busca do desenvolvimento de uma autonomia que coopere na luta por reivindicações de mais espaços de poderes. No entanto, o que mais se estabelece na prática são ações centradas na prevenção e na prescrição (FLORES, 2007), daí a importância da unidade entre teoria e prática, tão valorizada no pensamento gramsciano, como um processo que se constrói. No caso do enfermeiro foi possível perceber o comprometimento dos profissionais com suas

responsabilidades na dimensão gerencial e na da assistência, no entanto, em relação ao papel de intelectual orgânico ficou constatado que faltam estratégias de ação claras e definidas para a referida atuação (BUENO, 2013).

A contradição entre teoria e prática, muitas vezes emerge a dificuldade de conduzir a luta com uma forma de pensar unitária e coerente com a ação. Para Gramsci este contraste se dá pela existência de duas concepções de mundo e nem sempre uma vivência prática, traduz uma consciência teórica. Em muitos momentos, inclusive, é possível que a consciência do agir esteja se contrapondo à consciência teórica, já que a verbalização de uma concepção pode ser mera herança do passado que foi absorvida sem crítica, o que possibilita um distanciamento ou antagonismo entre o que expressamos e a nossa ação.

Estado e Sociedade Civil

Estado e Sociedade Civil são categorias que aparecem em uma parcela considerável dos trabalhos mesmo que secundariamente à questão principal. E não poderia ser diferente já que Gramsci não desvincula um do outro em seus *Cadernos*. Para Gramsci não é possível separar Estado de Sociedade Civil e considera que é no espaço da sociedade civil que se dá a luta de classes, onde o sujeito social se expressa e combate em busca de uma hegemonia, o que faz com que esse sujeito não esteja na posição antagônica em relação ao Estado, mas junto à sociedade política desempenhando um papel insubstituível nesta construção (LIGUORI, 2007).

Neste sentido, algumas pesquisas discutem a tentativa de protagonismo dos grupos capitalistas que exigem a gestão da economia e de todos os serviços rentáveis economicamente. Desta forma, retiram do Estado atividades de interesse público, ficando nas mãos das organizações de empresários a gestão direta de seus interesses e arbitrando o que ainda cabe ao Estado gerir, o que no caso de uma sociedade capitalista, é necessariamente, a gestão dos interesses privados (SALES, 2003).

Dois (2) trabalhos discutem o projeto de Lei Complementar (PLC) 92/2007 que trata das Fundações Estatais de Direito Privado no setor saúde e entendem que este projeto se fundamenta na ideologia neoliberal que considera que a gestão da saúde não é uma atividade exclusiva do Estado. Este debate se fundamenta na luta de classes expressada, neste caso, na disputa pela destinação do fundo público (TEIXEIRA, 2010). Não se pode negar a evidente relação entre as características das Políticas Públicas de Saúde e as características da organização da sociedade, da organização capitalista do trabalho e o modelo de desenvolvimento de um país. No caso do Brasil, esta relação se manifesta através de uma severa resistência conservadora e a priorização de interesses privados.

Outra pesquisa aborda a criação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em 1972 durante o período da ditadura, no governo de Garrastazu Médici que passa por um processo de transformação até a sua privatização em 1990, durante o governo Collor de Mello. Segundo a autora, os agentes do Serviço incorporaram à ideia de disseminarem a nova ideologia capitalista de produzirem consenso quanto a importância econômica e social das micros e pequenas empresas. Desta maneira, assumem o papel de Estado (DIAS, 2012).

Gramsci percebeu que surgia uma nova sociedade capitalista mais complexa que chamou, inicialmente, de “trama ‘privada’ do Estado”, e que será mais tarde chamada por ele de “sociedade civil”, onde as relações de poder se amplificam ocupando uma dimensão importante. Seu espaço é ocupado pelas organizações, onde a participação é voluntária e está amparada pelo consenso. Assim, o Estado, concebido por Marx como sendo determinado pelos aparelhos da “sociedade política”, não perde seu espaço, mas recebe de Gramsci mais uma determinação que inclui os aparelhos da “sociedade civil” (COUTINHO, 2006, p.34).

Para Gramsci, a conquista de um grupo subalterno na sociedade depende da sua capacidade de luta, da sua organização e da sua autonomia. A busca pela realização dessas conquistas não deve se limitar apenas a reivindicações materiais, mas deve almejar uma nova forma de pensar, com valores diferenciados procurando estabelecer novas relações sociais e a construção mais democrática do conhecimento, onde todos possam atingir um progresso intelectual (SEMERARO, 2006).

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Nagela Aparecida. *O trabalho como princípio educativo nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001. Disponível em:

http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9QJJ26/tese_nagela.pdf?sequence=1. Acesso em: 05 abr. 2018.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BUENO, F. M. G. *O profissional enfermeiro e a gestão hospitalar: possibilidades e desafios*. Tese (Doutorado em Enfermagem). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Faculdade de Enfermagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000918544&opt=4>. Acesso em: 05 abr. 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Intervenções: O marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

DIAS, [Vanessa Tavares de Jesus](#). *Criação e trajetória de uma Agência no âmbito do Estado integral: o caso do SEBRAE*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4781>. Acesso em: 05 abr. 2018.

FLORES, Oviomar. *O agente comunitário de saúde: caracterização da sua formação sócio-histórica como educador em saúde*. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde. Faculdade de Ciências da Saúde, Departamento de Saúde Coletiva, Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5301/1/Oviomar%20Flores.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedito Croce*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – Volume 2: os intelectuais, o princípio educativo e jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos – Volume 1: 1910-1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MANACORDA, Mário Alighiero. *O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

OLIVEIRA, Daniele Kelly Lima de. *Gramsci e os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora: contribuição à educação na perspectiva da emancipação humana*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6030/1/2013-DIS-DKLOLIVEIRA.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

PAIVA, Maria Julia. *A influência do Pensamento de Antonio Gramsci no movimento operário italiano de saúde do trabalhador*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde Pública). Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca-ENSP, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://bvssp.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=2762>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. *Cooperação e hegemonia na dinâmica do capitalismo contemporâneo: a cooperação agrícola e organização política dos trabalhadores rurais na Lagoa do Mineiro/Ceará*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9227>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

PRINCESWAL, [Marcelo](#). *O MST e a proposta de formação humana da Escola Nacional Florestan Fernandes para a classe trabalhadora: uma síntese histórica*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Faculdade de Educação, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:
<http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=644>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SALES, Ivandro da Costa. *Os desafios da Gestão Democrática da Sociedade (em diálogo com Gramsci)*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em:
<<http://repositorio.ufpe.br> <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9777>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da Filosofia da Práxis*. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

SOUZA, José Carlos Lima de. *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)-O Moderno Príncipe educativo brasileiro na história do tempo presente*. Tese (Doutorado em História Política). Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008. Disponível em:
<http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese2008_SOUZA_Jose_Carlos_Lima_de-S.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SOUZA, Katia Reis de. *A aventura da mudança sobre a diversidade de formas de intervir no trabalho para se promover saúde*. Tese (Doutorado em Ciências em Saúde Pública). Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2565/1/ENSP_Tese_Souza_Katia_Reis.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018.

STAMPA, Inez. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 30, v. 10, p. 35-60, 2012.

TEIXEIRA, [Mary Jane de Oliveira](#). *A Política Nacional de Saúde na contemporaneidade: as fundações estatais de Direito Privado como estratégia de direcionamento do fundo público*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2010.

**MESA 06: ESTADO AMPLIADO E EXPANSÃO CAPITAL-IMPERIALISTA NO BRASIL
RECENTE: APONTAMENTOS DE PESQUISAS**

Coordenador: André Guiot (SME/DC)

A mesa propõe apresentar pesquisas acerca das formas pelas quais os aparelhos privados de hegemonia (APH's) de cunho empresarial logram, nas últimas décadas, formular e disseminar projetos de hegemonia no seio das agências, órgãos e aparelhos do Estado restrito, transmutando-os em políticas estatais com vistas à reprodução ampliada do capital e o espraiamento de sua sociabilidade para o conjunto das relações sociais. Para tanto, as pesquisas se direcionam em desvendar a presença, os vínculos e as atuações de intelectuais orgânicos do capital, e de seus APH's, no Estado restrito nas variadas e distintas direções pelas quais se movem a dominação burguesa no Brasil recente. Neste prisma, as pesquisas interrogam alguns modus operandi capital-imperialistas das burguesias brasileiras para dentro e para fora, ou seja, das formas ampliadas e robustas de expropriação do mais-valor (através da força e do consenso) não apenas frente à classe trabalhadora nacional, mas também na América Latina, como no Paraguai, por exemplo, ao arrepio das legislações de amparo aos trabalhadores e ao meio ambiente. Expandir capitais e sedimentar sociabilidades burguesas, mercantilizando a vida social, requer, antes, que o Estado burguês assuma e interiorize a gestão empresarial como paradigma de funcionamento de suas agências, por meio de contrarreformas gerencialistas. Pesquisas que avancem nas análises do Estado Ampliado e nas configurações capital imperialistas no Brasil Recente implicam não apenas romper com as apreensões liberais de Estado e de Sociedade Civil, mas também municiar a classe trabalhadora de ferramentas teóricas e políticas relevantes e à altura dos desafios que a luta de classes se apresenta atualmente.

ESTADO AMPLIADO NO BRASIL RECENTE: o Movimento Todos Pela Educação no CDES (2007-2010)

ANDRÉ PEREIRA GUIOT²²⁵

Resumo: O trabalho tratará das interseções entre a entidade empresarial “Movimento Todos Pela Educação” e o “Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)”, agência do Estado restrito, entre 2007 e 2010. Ancorado na matriz teórica de Antonio Gramsci, segundo a qual “(...) sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos”, o trabalho perscruta e revela aspectos significativos do Estado Ampliado no Brasil recente no que tange à atuação de intelectuais orgânicos do capital voltados à mercantilização da educação no interior da aparelhagem estatal. Como organizadores da classe social a qual pertencem, os intelectuais orgânicos do capital vinculam-se a vastos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH’s), de distintas funções e alcances, edificando e costurando uma teia ou rede associativa burguesa voltada a formular, propor e introjetar nas agências estatais seus projetos de hegemonia, consagrando-os como políticas públicas, ou seja, universalizando o particular. O CDES, como agência condensadora da proposta de “conciliação de classes” praticada pelos governos petistas, incorpora demandas de diversos setores do empresariado ali representados. Dentre muitas, a questão educacional colocava-se como uma pauta fundamental a ser dirigida pelos setores empresariais no interior do CDES, muitos dos quais também participantes do então “Movimento Todos Pela Educação”. Seus intelectuais orgânicos contavam com grandes e diferenciados volume de recursos, sejam corporativos, financeiros, organizativos e políticos, com forte inserção na grande mídia corporativa e, inclusive, largo trânsito com autoridades presentes em pastas ministeriais e secretarias, inclusive no Ministério da Educação. Trata-se de apresentar o mapeamento de seus vínculos corporativos e redes e associativas, bem como seus tentáculos no interior do Estado restrito, como uma contribuição para o debate das formas de empresariamento das políticas públicas educacionais no Brasil recente.

1.0 – Sumária apresentação do CDES: auto-definição e composição plenária

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi um órgão do aparelho estatal criado em 1º janeiro de 2003 pela medida provisória nº 103, na ocasião da posse de Lula da Silva na Presidência da República. Regulamentado pela lei 10.683/03, o CDES foi estruturado pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico (SEDES) que, em 2005, desvinculou-se do gabinete da Presidência e passou a ser um órgão do Ministério das Relações Institucionais, conforme a lei 11.204.

De acordo com o marco legal, compunha a plenária do CDES, além do Presidente, 17 ministros de Estado e 90 representantes da sociedade civil (conselheiros), “de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, facultada a

²²⁵ Artigo 8º, §1º, inciso IV da lei 10683/03.

recondução”.²²⁶ Como órgão *consultivo* da Presidência, as plenárias realizavam-se quatro vezes ao ano e combinavam temas apresentados pelo governo e pelos conselheiros. Os conselheiros apareciam como “parceiros estratégicos”, aptos a efetuar consensos com vistas a realização das reformas e de um projeto de desenvolvimento com inclusão (BRASIL, 2003).

Na composição da plenária do CDES, entre 2003 e 2010, apareciam lideranças proeminentes de distintos segmentos sociais: a) do mundo sindical-laboral das principais centrais então atuantes, com destaques da CUT, mas também compareciam a Força Sindical, UGT, NCST, CGTB; b) representantes de intelectuais acadêmicos de diversas áreas e de “personalidades” no mundo artístico/esportivo; c) uma miríade de associações que busca representar interesses, aspirações e reivindicações dos mais diversos segmentos sociais²²⁷ e algumas formas de organização coletiva em que prevalece a defesa e a pregação de interesses difusos ou cosmopolitas de cunho filantrópico (associação de ONGs, fóruns em busca da ética na política, institutos de estudos e pesquisas, dentre outros); d) por fim, a *sobrerrepresentação das lideranças empresariais* no interior do Conselho foi marcante durante os dois governos Lula da Silva (2003-2010).²²⁸

2.0 – Interseções CDES e MTE: mapeamento dos intelectuais orgânicos do capital²²⁹

A representação empresarial no CDES estava organizada em aparelhos privados de hegemonia (APHs) das diversas frações de classe do capital. Dentre a multiplicidade de entidades de representação do interesse empresarial presentes no CDES, as lideranças empresariais constitutivas do Movimento Todos pela Educação (MTE) assumiam marcante presença. Tratavam-se, portanto, de intelectuais orgânicos do grande capital com propostas e programas para o campo educacional com vistas a serem implantadas como *políticas públicas*. Tais conselheiros-empresários circulavam em diferenciadas entidades empresariais de cunho e matizes diversos como construtores, organizadores e divulgadores da hegemonia empresarial, estando inextricavelmente embaraçados em uma *teia associativa empresarial* produtora e consolidadora do consenso e da dominação burguesa no Brasil recente.

²²⁶ Como, por exemplo, estudantes, mulheres, eclesiásticos, aposentados e pensionistas, cegos, indígenas, seringueiros, populações extrativistas, magistrados, advogados, membros do ministério público, movimento negro e dos sem-terra, pastoral da terra e da criança, comunidade eclesial de base, etc.

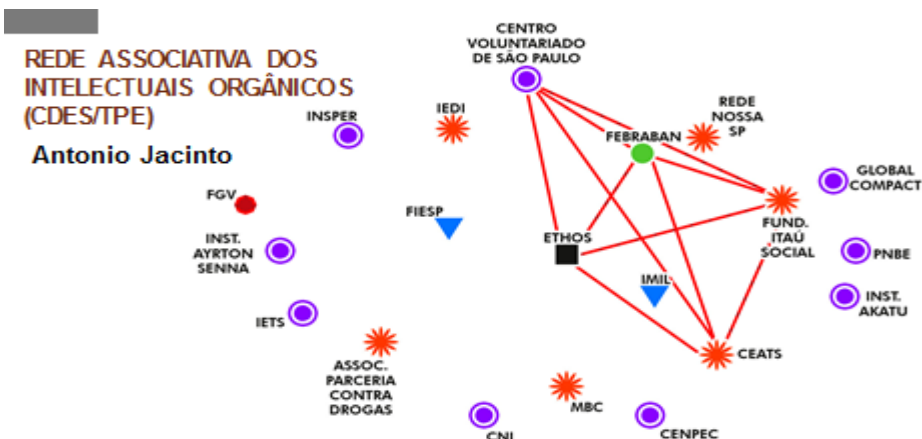
²²⁷ De acordo com nosso levantamento, coleta e organização dos dados, cerca de 50% a 60% dos conselheiros presentes no CDES durante os anos de 2003 e 2010 estavam umbilicalmente ligados a atividades empresariais de todo tipo e origem, seja ocupando posição de prepostos (diretores, gerentes ou CEO's) de grandes grupos econômicos, empresas ou firmas, seja eles próprios seus proprietários ou acionistas majoritários. Ver GUIOT, 2015, especialmente o capítulo 2.

²²⁸ Os dados sobre os empresários foram retirados do site <http://cdes.gov.br> e em vários sítios da internet.

²²⁹ Os dados dos vínculos de Viviane Senna e do Instituto Ayrtton Senna foram coletados em excelente pesquisa feita por PERONI e ADRIÃO (2011, p. 126 e ss.)

A seguir, nos dedicaremos à exposição sucinta dos principais intelectuais orgânicos do capital presentes, *simultaneamente*, no Conselho e no Movimento Todos pela Educação (MTE) entre 2003 e 2010. Trata-se de apresentar seus vínculos no mundo corporativo, nas distintas entidades da sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia) e nos órgãos, agências e aparelhos estatais (sociedade política), configurando aquilo que Gramsci categorizou como “Estado Integral” (sociedade civil + sociedade política). Após a exposição dos vínculos de cada conselheiro-empresário do CDES, apresentaremos uma *rede associativa empresarial* ao qual ele ou ela participava. Cabe observar que, para fins didáticos e analíticos, as entidades empresariais contidas nesta rede associativa foram as mesmas para todos os conselheiros-empresários.

Antônio Jacinto: como suplente da conselheira Milú Villela no CDES, Jacinto estava presente, no *universo empresarial*, como vice-presidente sênior do Banco Itaú S. A., ex-vice-presidente da Junta Regional da MasterCard, e como membro do Conselho da Escola Superior de Propaganda e Marketing. Tratava-se, portanto, de destacada liderança do capital portador de juros (capital bancário) pertencente a um dos mais importantes conglomerados financeiros do país. Na *sociedade civil*, Jacinto estava à frente de iniciativas mercantis-filatópicas organizadas pela corporação da qual era preposto: era vice-presidente de Programas Sociais da Fundação Itaú Social e diretor-executivo do Instituto Itaú Cultural. Vinculava-se a outras entidades de mesmo perfil, como membro do Conselho Curador da Fundação Roberto Marinho. É também membro do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos e do Conselho de Orientação Estratégica do Centro Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS). No âmbito das frentes empresariais aos serviços de assistência social, de impulsionamento ao voluntariado, de responsabilização social empresarial, é membro do Conselho Consultivo do Centro de Voluntariado de São Paulo. Por sua destacada organização da fração bancário-financeira, o conselheiro Jacinto também era vice-presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Pertence ao Comitê de Governança do Todos pela Educação.



Milú Villela: era outra intelectual orgânica do capital bancário-financeiro no Conselho e com posição de destaque no Movimento Todos pela Educação. A banqueira é vice-presidente do Conselho de Administração do Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. Na *sociedade civil*, possui largo trânsito em entidades empresariais de distintas modalidades, as quais se destacam como presidente do Instituto Itaú Cultural, Presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP), fundadora e presidente da Associação Comunitária Despertar, presidente do Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário e do Centro de Voluntariado de São Paulo, diretora da Associação Parceria Contra as Drogas, membro do Conselho de Administração da Sociedade de Cultura Artística e do Conselho de Governança e fundadora do Movimento Todos pela Educação. Deve-se observar que a *rede empresarial* que Villela se inscreve apenas *parece* não ser extensa. Na verdade, isto se deve ao fato de que algumas entidades da qual a empresária participa não figura na *rede em comum* da qual outros conselheiros-empresários se envolvem.



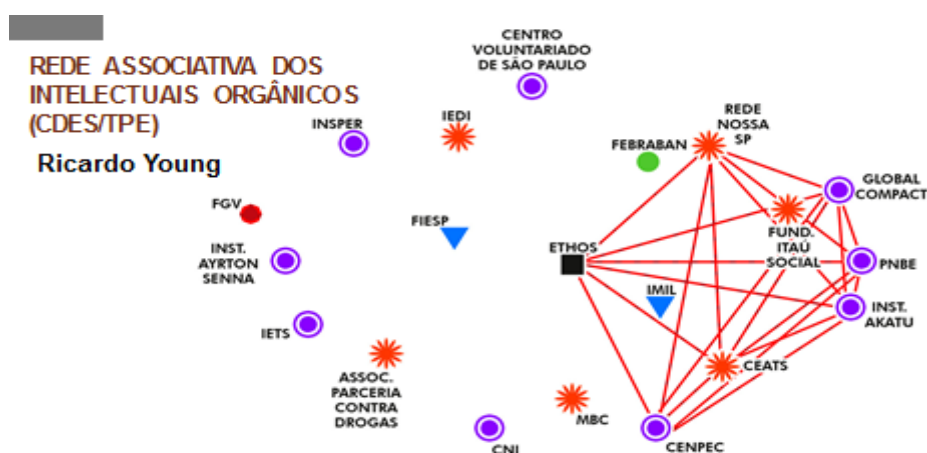
Oded Grajew: o empresário foi fundador da Grow Jogos e Brinquedos. Credencia-se também por apresentar ampla militância organizativa do empresariado na sociedade civil, especialmente no que tange

à “responsabilização social empresarial”, sendo um dos responsáveis pela introdução e fomento desta ideologia no Brasil, ainda nos anos 90, através do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, do qual foi fundador e presidente. Como eminente intelectual orgânico, o empresário atuou na *sociedade civil* como fundador e coordenador geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), presidente da Federação Latino-Americana de Fabricantes de Brinquedos. Grajew criou a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente e fundou a Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES). Registra ainda passagem como membro do Conselho Consultivo do Global Compact, do Instituto Akatu, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), este com fortes ligações com a fração bancário-financeira (Itaú). O empresário ainda foi um dos fundadores da ONG Movimento Nossa São Paulo e presidente do Conselho Deliberativo da Oxfam Brasil. Cabe lembrar que foi o idealizador do Fórum Social Mundial e sociofundador do Movimento Todos Pela Educação. Desde o final dos anos 80, Grajew fazia parte de um grupo de empresários alinhado ao Partido dos Trabalhadores. No *Estado restrito*, entre 2003 e 2004, assumiu o empresário o cargo de assessor especial do Presidente da República.



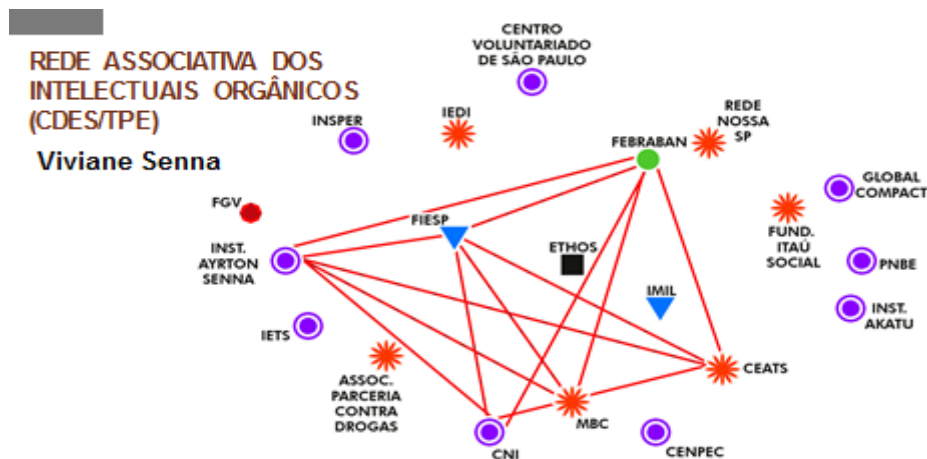
Ricardo Young: no ambiente corporativo, o empresário foi proprietário da Escola de Idiomas Yazigi Internexus, membro do Conselho de Administração da Kimberly-Clark, da Fibria, da Amata, da Editora Abril e do Banco Santander. Como organizador da classe empresarial, Ricardo Young traz trajetória muito próxima a Oded Grajew (ou vice-versa) na medida em que coincidem, em algumas situações, os vínculos nas entidades da sociedade civil, assim como as problemáticas das quais se ocupam, prioritariamente voltadas à “responsabilidade social empresarial” e à “sustentabilidade”. Desta forma, encontramos a presença de Young como Coordenador Nacional do Pensamento Nacional das

Bases Empresariais (PNBE), presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, presidência do Global Compact (2006/2008), fundador Movimento Nossa São Paulo, membro do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). Participou da AccountAbility, organização líder mundial em Responsabilidade Social, fundador e conselheiro da Transparência Brasil e do Instituto Akatu pelo consumo consciente. Membro da Ação Educativa e do Conselho de Orientação Estratégica do Centro Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS). Foi fundador e presidente da Associação Brasileira de Franchising (ABF) e sociofundador do Movimento Todos Pela Educação.



Viviane Senna: a empresária e filantropa é fundadora e presidente do Instituto Ayrton Senna, um dos mais destacados aparelhos privados de hegemonia atuante na formulação e disseminação de políticas educacionais empresariais, emplacando-as, inclusive, no âmbito do estado restrito por meio da adoção de seus projetos e programas em várias *redes públicas de ensino* de municípios e capitais do país, inclusive por meio dos entes estaduais e do MEC, valendo-lhe não apenas robustos recursos econômicos e políticos, mas também sedimentação da sociabilidade de uma educação do e para o capital frente a classe trabalhadora. Ainda que não seja detentora de um cabedal puramente “técnico”, Viviane Senna possuía grande imersão no meio empresarial, credenciando-se como “funcionária” das frações empresariais monopolistas. Assim, por exemplo, a empresária atuava, no *meio corporativo*, como membro dos Conselhos Consultivos da FEBRABAN e Citibank Brasil, dos Comitês de orientação e investimentos sociais dos bancos Itaú, Unibanco e Santander Brasil, Energias do Brasil (EDP), dentre outras empresas e grupos. Na *sociedade civil* empresarial, Viviane Senna foi membro do Conselho de Educação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), da Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB), dos Conselhos dos

Institutos Coca-Cola, Pão de Açúcar, Ronald McDonald, WCF Brasil, do Grupo Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), do Conselho de Governança e Fundadora do Movimento Todos pela Educação. Por sua vez, o IAS, a qual preside, possuía como “parceiros” ou “aliados” uma gama de empresas e corporações: Banco Santander, Banco Votorantim, Rede Globo, Iochpe Maxion, Grupo Facility, Grupo Sadia, Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A, Splice do Brasil, Vale do Rio Doce, Siemens, Ale, Suzano Papel e Celulose, Intel, Microsoft, Nívea, Credicard, Lenovo, Grandene, Coelba, Celpe, Cosern, HP Brasil, Nestlé, Neoenergia, dentre outros. O IAS apresentava, igualmente, ampla rede de associação com outros aparelhos privados de hegemonia: Movimento Brasil Competitivo, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), Lucro com Responsabilidade (LUCCRA), Instituto Votorantim, Lide-Educação, Brasil Telecom, Instituto Vivo, Instituto Unibanco, Microsoft Educação, Instituto Coca-Cola Brasil, Lilly em Ação, dentre outros.²³⁰



José Vicente: o conselheiro credencia-se como preposto intelectual da classe empresarial ao participar de sua organização em muitas frentes de atuação. Como reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, corporação empresarial de ensino superior, Vicente atua na direção da formação técnico-formativa da mão de obra especializada de setores médios e populares ascendentes, azeitada pelo ideário da “cidadania inclusiva”. Nas *entidades empresariais da sociedade civil*, o empresário é fundador e presidente da Afrobras - Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural, fundador e presidente do Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior. Além instituir e fomentar entidades que eliminem a perspectiva da libertação do negro na sociedade de classes, o empresário envolve-se em aparelhos privados de hegemonia do grande capital monopolista, tais como membro do Conselho de Auto-regulação Bancária da FEBRABAN e do Conselho Superior de Responsabilidade Social da FIESP.

²³⁰ Retirado de <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/recife-o-vale-do-silicio-brasileiro/>> Acesso 20/09/2018.

Ademais, José Vicente integra o Conselho do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), o Movimento Nossa São Paulo, o Conselheiro Diretor da Fundação Care Brasil (SP), do Líderes Empresariais (LIDE) e é sociofundador do Movimento Todos Pela Educação. Além do CDES, na *sociedade política* Vicente integrou o Conselho da Cidade da Prefeitura de São Paulo.

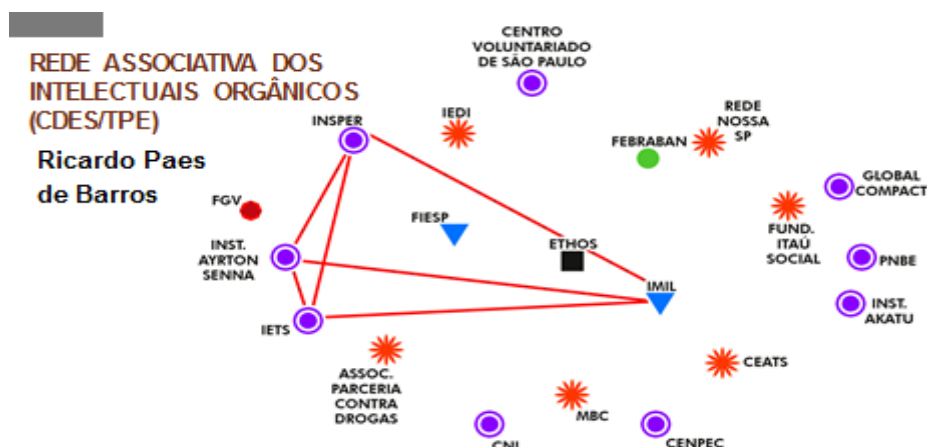


Silvio Meira: empresário e cientista do ramo de tecnologia, é fundador do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R). No mundo dos negócios Meira é socioproprietário de investimento IKEWAI e Saints Investments. Também é acionista da Faculdade CESAR e da CESAR.lab (incubadora e aceleradora de empresas) e membro Conselho de Administração da BM&FBovespa, da Magazine Luiza e da Philips Latin America. O empresário é fundador e presidente do Conselho Administrativo do “Porto Digital” que, muito embora se apresente como “entidade sem fins lucrativos”, trata-se na verdade do maior parque tecnológico do país e pólo de corporações multinacionais de tecnologia de ponta, em Recife, como IBM, Accenture, Microsoft, HP e Samsung.²³¹ Na *sociedade civil* empresarial, Silvio Meira é parceiro da Fundação AVINA e sociofundador do Movimento Todos Pela Educação. Na *sociedade política*, o empresário ocupou o cargo de assessor da secretaria de política de informática do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Por não transitar em aparelhos privados de hegemonia *compartilhados* com os demais empresários que aqui estudados (ou seja, que estão na

²³¹ O historiador Flávio Casimiro (2015, p. 309) afirma que “com as bandeiras da propriedade privada, da economia de mercado e da redefinição do papel da estrutura institucional do Estado, o IMIL articula uma relação expressiva de intelectuais orgânicos representantes do pensamento liberal e grupos conservadores, vinculados e atuantes nos mais diversos meios”. O IMIL é composto pelo patronato da grande mídia corporativa, por analistas, colunistas, comentaristas e jornalistas com grande espaço nos monopólios de meios de comunicação da direita neoliberal, por intelectuais e acadêmicos de distintas áreas do conhecimento e um *pool* de entidades coligadas, igualmente fartas de recursos de todo tipo, compondo uma “frente ampla de instituições representantes dos interesses de frações das classes dominantes no Brasil, que atuam para a construção do consenso e a difusão ideológica dos valores neoliberais” (idem, p. 318).

intersecção do CDES com o MTE entre 2007 e 2010), não foi produzido a *rede associativa* do empresário.

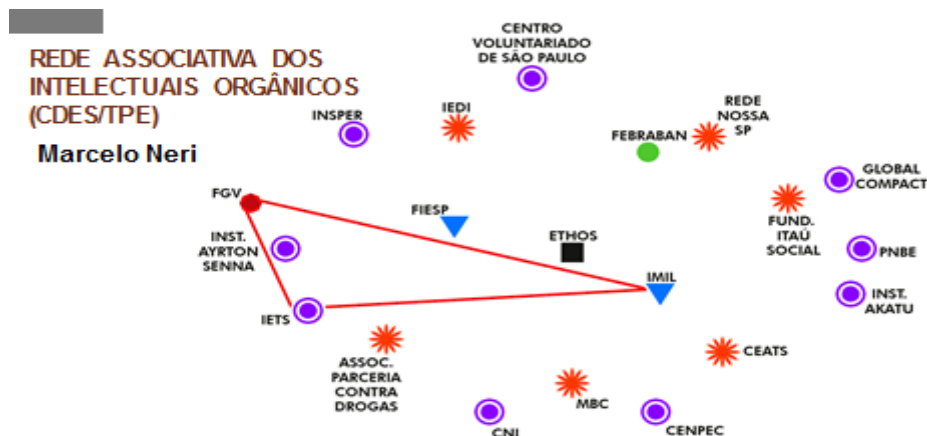
Ricardo Paes de Barros: destaca-se como um dos mais proeminentes intelectuais orgânicos do capital atuantes no país, principalmente no que tange às políticas empresariais liberais de gerenciamento das desigualdades sociais, de educação e mercado de trabalho. Atualmente é professor titular da Cátedra do Instituto Ayrton Senna no Insper. Na *sociedade civil*, atua como economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e sociofundador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). Também possui vínculos com o Instituto Millenium na qualidade de palestrante. É sociofundador do Movimento Todos Pela Educação. Na *sociedade política*, Paes de Barros foi pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), onde também foi diretor do Conselho de Estudos Sociais (1999-2002). No governo de Dilma Rousseff, o Barros foi subsecretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da presidência entre 2011 e 2015.



Marcelo Neri: destacado intelectual orgânico das frações do capital atuante no país, o conselheiro trabalha como economista chefe e fundador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV). É especialista e colunista convidado de um robusto aparelho privado de hegemonia da burguesia da direita neoliberal: o Instituto Millenium (IMIL).²³² Foi sociofundador do Instituto de

²³² “A Casa das Garças, como está sendo chamado o Instituto de Estudos de Política Econômica, é um filhote do Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro. Todos os seus 16 integrantes são professores ou alunos ilustres que já passaram pela universidade”. Dionísio Carneiro, Professor da PUC e idealizador do projeto; Armínio Fraga, Ex-presidente do Banco Central; Ilan Goldfajn, Professor de Economia da PUC-Rio; Pérsio Arida, Ex-presidente do BNDES e do Banco Central, foi um dos formuladores do Plano Real; André Lara Resende, Economista, comandou o BNDES e foi um dos autores do Plano Real; Pedro Moreira Salles, Presidente do Conselho de Administração do Unibanco; Edmar Bacha, Ex-presidente do BNDES e um dos pais do Real e fundador da Casa das Garças. Retirado de <https://mudancaedivergencia.blogspot.com/2014/09/casa-das-garcas-o-novo-partido.html>. Acesso 22/09/2018.

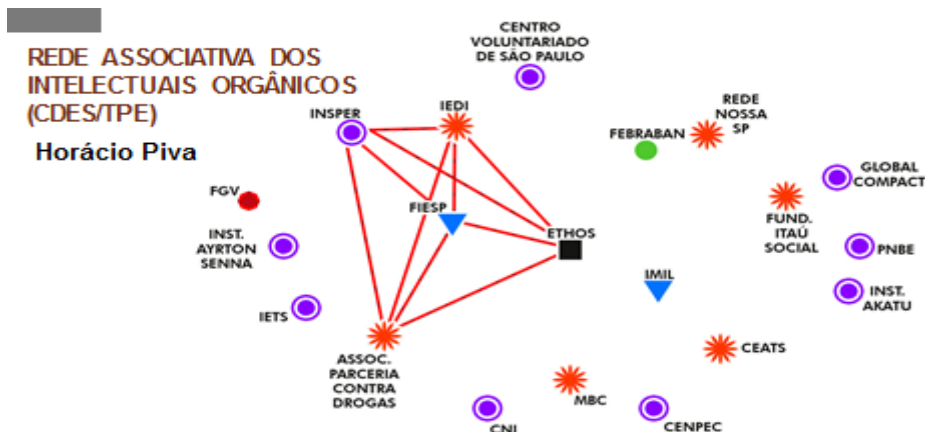
Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). Muito próximo a intelectuais neoliberais do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG).²³³ Sociofundador do Movimento Todos Pela Educação. Na *sociedade política*, Marcelo Neri foi ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) entre 2013-2015. Além disso, foi secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES/CDES/PR) e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).



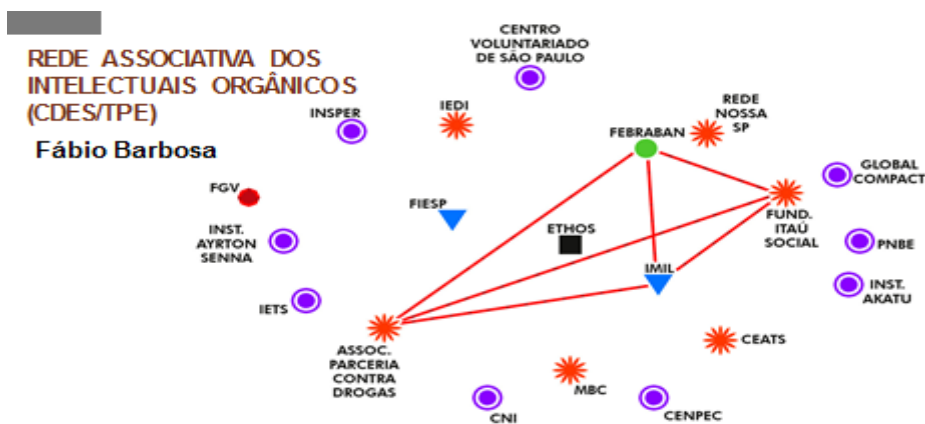
Horácio Piva: o empresário é acionista da Klabin S/A, maior produtora de papel e celulose do país, constando sempre no topo do *ranking* das grandes empresas brasileiras. O mega-empresário também é membro do conselho de Administração da Martins Atacadista S/A, da BHG S/A, da Tarpon Investimentos S/A, Cataratas S/A, da TCP S/A, do Grupo Baumgart e do conselho deliberativo da Indústria Brasileira de Árvores (IBA). Ainda no campo corporativo, Piva ocupa posição na Comissão de Avaliação Externa do Insper. As *entidades da sociedade civil empresariais* Horácio Piva é presidente dos Conselhos da Associação Brasileira de Papel e Celulose (BRACELPA), ex-presidente do Sistema Fiesp/Ciesp/Sesi/Senai e Sebrae, membro do Conselho de Economia da CNI, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), do Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), da fundação Ema Klabin, do Foro Ibero-americano, da Fundação Ralston-Semler - Instituto DNA Brasil, do Movimento Empresarial pela Inovação, da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, do Movimento Empresarial pela Inovação, da Fundação OSESP, da Fundação Bienal de São Paulo, do Instituto Ethos, da Associação Parceria contra as Drogas, Presidente Associação de Assistência à Criança Deficiente e

²³³ Subsecretário do CDES. Trabalhou durante onze anos (2004 a 2014) no Ministério da Educação, onde ocupou as funções de Ministro de Estado, Secretário Executivo e Presidente do FNDE. Diretor da Área Social do BNDES (2015 a 2016). Atualmente é professor da FGV/EBAPE e Consultor em Educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

sociofundador do Movimento Todos pela Educação. No *Estado restrito*, Piva foi membro do Conselho da FAPESP e do Programa Comunidade Solidária, vinculado diretamente à Casa Civil dos governos FHC.

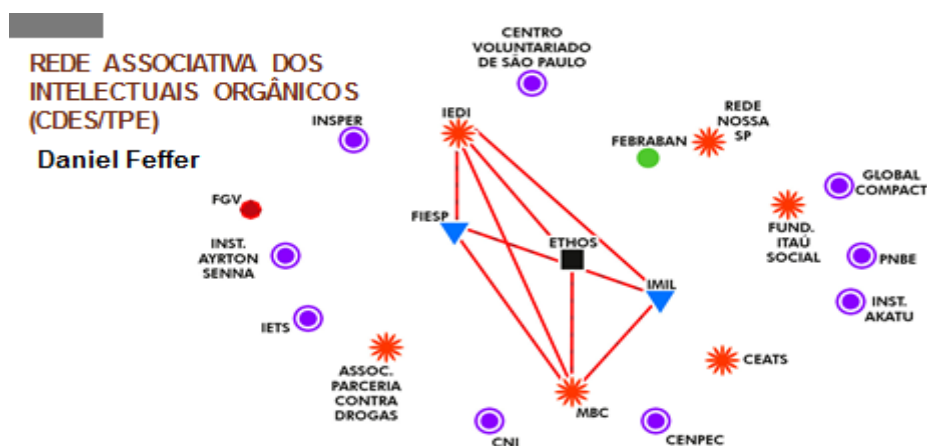


Fábio Colletti Barbosa: com extensa circulação no setor bancário-financeiro, o executivo foi presidente do Banco ABN AMRO no Brasil (1996), presidente do Banco Real (1998) e presidente do Grupo Santander Brasil (2008). É atual membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco, Natura e OSESP. Assumiu a presidência executiva do Grupo Abril S.A (2011-2015). Na *sociedade civil*, Fábio foi presidente da FEBRABAN e do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI). Membro do Instituto Empreender Endeavor (ONG que estimula o empreendedorismo), da Associação Parceria contra as Drogas, Fundador do Instituto Millenium e do Conselho de Governança e Fundador do Movimento Todos pela Educação. No *Estado restrito*, participou do Conselho de Administração da Petrobrás entre 2003 e 2011.

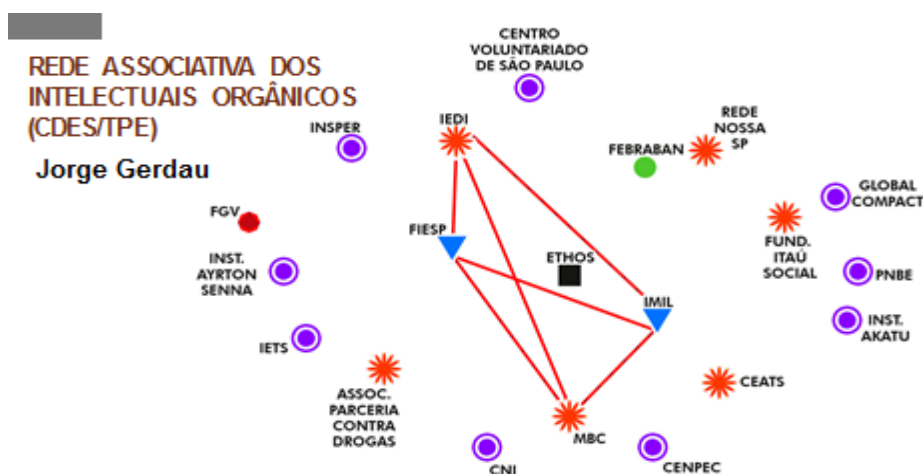


Daniel Feffer: o influente empresário é vice-presidente Corporativo da Suzano Holding S/A e membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose. Além disso, é Conselheiro Quotista da MDS Corretora e Administradora de Seguros. Na *sociedade civil*, Feffer se envolve em distintos

APHs: presidente da Fundação Filantrópica Arymax, presidente do Instituto Ecofuturo, membro do Conselho do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, do Conselho do Movimento Brasil Competitivo (MBC), do Conselho do IEDI, do Conselho da FIESP, da Câmara de Mantenedor do Instituto Millenium e fundador do Movimento Todos Pela Educação. Na *sociedade política* o empresário foi membro do Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (MDIC).



Jorge Gerdau Johannpeter: certamente um dos maiores expoentes na organização das classes dominantes no Brasil recente. É presidente do Grupo Gerdau. Sua longa e intensa trajetória como intelectual orgânico dos setores dominantes revela-se por meio da presença de sua liderança empresarial em extensa rede de entidades, como por exemplo: membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP e do IEDI, membro do Conselho-Diretor do International Iron and Steel Institute (IISI), ex-presidente do Conselho do Instituto Aço Brasil (IABr), presidente do Conselho Superior do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP) e membro Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Presidente fundador do Movimento Brasil Competitivo (MBC), dirigente da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES) e do Instituto Liberal (IL). Mantenedor do Instituto Millenium e diretor do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), organizador do Fórum da Liberdade. Membro do Conselho Consultivo do escritório do David Rockefeller Center for Latin American Studies no Brasil, do Fórum de *CEO's* Brasil-EUA. Membro do Fórum de Líderes e da ONG Parceiros Voluntários, fundador do Instituto de Relações Universidade-Empresa (Uniemp) e presidente e fundador do Movimento Todos Pela Educação. Nos órgãos do Estado restrito, Jorge Gerdau obteve colocação de prestígio nos governos petistas, sendo membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), do Conselho de Administração da Petrobrás e Coordenador da Câmara de Gestão e Planejamento do Governo Federal no governo de Dilma Rousseff. Foi ainda presidente do Conselho do Prêmio Qualidade do Governo Federal.



A extensão da influência do MTE no CDES extrapolava o meio empresarial. Conselheiros ou autoridades do CDES não diretamente ligados ao mundo corporativo-empresarial também dele faziam parte, como, por exemplo, Zilda Arns (fundadora da Pastoral da Criança), José Henrique Paim Fernandes²³⁴ e o próprio ministro da Educação (Fernando Haddad) entre 2005 e 2012. Além disso, a interface entre o CDES e o MTE, obviamente, não se restringia à afluência dos agentes do capital. Sociedade civil e sociedade política se imiscuíam também por meio das demandas empresariais (programas) aceitas e implantadas como políticas públicas, consolidando a hegemonia (GUIOT, 2016).

3.0 – Conclusão:

O mapeamento dos vínculos corporativos, associativos e ao Estado restrito de que esta amostra de 12 empresários (ou prepostos) participavam – tendo como filtro serem conselheiros do CDES e do MTE simultaneamente – tem como propósito inicial desvendar a teia associativa empresarial de que são financiadores e organizadores, bem como a intromissão no aparato estatal (através do CDES ou de outras agências) de seus projetos empresariais para a conformação das políticas públicas educacionais para o país.

4.0 – Bibliografia e fontes:

²³⁴Mestre e doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: tavares.sg@gmail.com

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-1914)*. Tese (Doutorado) – PPGH, UFF, Niterói, 2016. Disponível em < <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1905.pdf>>. Acesso em 26/09/2018.

GUIOT, André Pereira. *Dominação burguesa no Brasil: estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010*. Tese (Doutorado) – PPGH, UFF, Niterói, 2015. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1737.pdf>> . Acesso em 26/09/2018.

_____. *Empresariado e Educação: o caso do CDES (2003-2010)*. Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio. Nova Iguaçu, 2016. Disponível em < http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1466995876_ARQUIVO_EmpresariadoeEducaao.pdf> . Acesso em 26/09/2018.

PERONI, Vera Maria e ADRIÃO, Theresa. *Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional*. Relatório de Pesquisa Científica. Área – Administração Educacional, 2011. Disponível em < <http://www.redefinanciamento.ufpr.br/ArquivoTextos/AdriaoPeroni.pdf>>. Acesso em 26/09/2018.

IMPERIALISMO, CAPITAL-IMPERIALISMO E AS NOVAS DETERMINAÇÕES DO ESTADO “GERENCIAL”.

Anderson Tavares²³⁵

Resumo: Nesta comunicação, iremos abordar algumas transformações no fenômeno do *imperialismo*. Interpretação consagrada nas obras do teórico russo Vladimir Lênin, em especial na sua obra “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, o tema era alvo de amplo debate entre teóricos e lideranças políticas no início do século XX. Nosso objetivo é trazer as principais determinações da categoria leniniana estabelecendo diálogos e mediações com a categoria *capital-imperialismo*, formulada por Virgínia Fontes, para a compreensão do capitalismo contemporâneo. É sabido que a autora parte da contribuição do marxista russo, e outras, buscando aprofundá-la. As transformações nas relações entre os países imperialistas e as intensas disputas pelo controle das colônias e demais países subordinados que caracterizaram a dinâmica do imperialismo no início do século XX sofreram forte alteração com as lutas pela descolonização da África e Ásia nas quatro décadas após a segunda guerra mundial e a industrialização de países da “periferia”. Esses e outros elementos modificaram profundamente a dinâmica do imperialismo, tornando urgente a busca de novas sínteses interpretativas. Por sua vez, no *capital-imperialismo* observa-se o papel dos aparelhos privados de hegemonia na dinâmica de dominação burguesa. Dentre outros condicionantes, políticos e econômicos, que marcam o capitalismo contemporâneo, destacamos o papel do Estado Nacional que se configurou como parte do processo de liberalização dos fluxos de capitais e de mercadorias impulsionados pelos países capitalistas centrais, nesse período. Dessa forma, o Estado Nacional, em diversos países, passou a ser o garantidor de uma ordem internacional do capital replicando formas e expedientes políticos, jurídicos e militares em comum. Essas e outras medidas foram impulsionadas por organismos internacionais como a dupla FMI/BM. Nesse aspecto abordaremos brevemente as medidas que ficaram conhecidas como *gerencialismo*, propagado internacionalmente como paradigma dominante para o funcionamento das agências estatais implicando a introdução de conceitos e mecanismos de gestão privados no setor público.

Introdução.

Neste artigo faremos uma breve análise em torno da atualidade da teoria do *imperialismo*, sistematizada por Vladimir Lênin a partir de amplo debate com outros autores no início do século XX. Cerca de cem anos depois é urgente o esforço de atualização das análises sobre o capitalismo e o imperialismo, o que vem sendo realizado por um conjunto de intérpretes.

Em um primeiro momento, apresentaremos alguns traços centrais na formulação do marxista russo. Em seguida, a partir da abordagem de Virgínia Fontes, que buscou incorporar determinações da sociabilidade contemporânea à problemática do desenvolvimento capitalista sob o domínio do imperialismo, iremos tangenciar alguns elementos da realidade contemporânea. Ao final, abordaremos a questão da reforma de Estado, fundamentalmente a origem teórica e as principais experiências de

²³⁵ KRAUSZ, 2017, p. 12.

reformas que elevaram o *gerencialismo* (ou a “nova gestão pública”) à condição de paradigma organizacional para os Estados Nacionais a partir dos anos 1980.

Imperialismo no início do século XX e a formulação de leniniana.

Um dos aspectos para o estudo da obra de Vladimir Lênin, também uma de suas riquezas, é a profunda articulação com a prática e os objetivos da luta política revolucionária. O caráter teórico-prático se evidencia na articulação das suas análises às estratégias e táticas necessárias ao momento específico da luta política. Por isso, a maioria de seus textos são recheados de polêmicas com os adversários políticos do contexto em questão. Na riquíssima biografia escrita por Tamás Krausz (2017), o autor descreve com riqueza de detalhes os contextos que permeiam o universo de formulação do marxista russo, mas adverte as diferentes percepções possíveis da obra do marxista russo.²³⁶

Nesse sentido, a análise dos textos de Lênin deve considerar o contexto de luta política e as necessidades colocadas por esses momentos. Feita tal ressalva, podemos passar ao problema do *imperialismo*. Este permeou o debate da época a partir de diversas outras interpretações. É sabido que a formulação de Rudolf Hilferding sobre o capital financeiro foi central para Lênin na sua compreensão do imperialismo. Porém, a disseminação do termo se deu por diferentes usos, como nos aponta o teórico italiano Luciano Gruppi.

A noção de imperialismo se havia amplamente difundido, a partir do início do século [XX], na literatura política de variada coloração, mas era relacionada predominantemente às características da ação política. Foi preciso esperar a obra do social-democrata Hilferding (...) para que fosse indicada na formação do capital financeiro a razão estrutural do fenômeno político do imperialismo. (...) Assim, se é verdade que toda uma literatura predominantemente burguesa, sublinhando essencialmente o aspecto político do imperialismo, não vê seu vínculo com a economia, o mesmo defeito se representa – em certa medida, mas de modo invertido – também em Hilferding, o qual, analisando os fenômenos estruturais, não extrai todas as consequências políticas de sua investigação. (GRUPPI, 1979, p. 125)

A partir dessa dupla dimensão, econômica e política, observada pela análise de Lênin, a reflexão em torno do *imperialismo* se relaciona intrinsecamente a dois conjuntos de problemas/táticas sobre a situação revolucionária mundial e russa naquela época. O primeiro é o problema do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, singularidade do sistema capitalista, e sua relação com o Estado czarista. Estes temas foram debatidos entre o final do século XIX e o balanço da Revolução de 1905. O segundo conjunto de questões se desenvolve a partir dos acontecimentos que dão início à Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Aqui nos referimos à “Questão Nacional” que aparece na defesa do princípio da

²³⁶ Op. Cit. p. 139-149.

autodeterminação dos povos na luta contra a guerra imperialista e no combate à adesão ao nacionalismo burguês, que atingiu o movimento social-democrata europeu a partir do início da guerra.

Lênin realizou uma profunda reflexão sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo na Rússia em seu livro “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, de 1899. Este estudo tinha como pressuposto a compreensão de que a particularidade do capitalismo russo não estava descolada do desenvolvimento do capitalismo mundial. Este trabalho levou a uma conclusão sobre o papel do campesinato e ao tipo de aliança deveria ser realizada junto aos trabalhadores fabris. A articulação com a luta política e os desdobramentos da Revolução de 1905 aparecem a partir da caracterização do Estado russo e dos caminhos para a derrubada do czarismo. Depois da forte repressão por parte do governo czarista, ficou evidente que o poder autocrático não se enfraqueceu com o avanço do capitalismo, nem a burguesia russa apresentava contradições com o czarismo.²³⁷ Intensos debates sobre o caráter do Estado na Rússia entre os dirigentes do POSDR (Partido Operário Social-democrata Russo) seguiram nos anos posteriores.

Dessa forma, toma contornos mais nítidos no pensamento de Lênin, a preocupação com a articulação entre os elementos modernos burgueses, que perpetravam transformações nas relações sociais agrárias no sentido do desenvolvimento de uma agricultura capitalista, e os setores mais reacionários da nobreza czarista, que ocupava e controlava os principais postos no aparelho de Estado. Portanto, havia uma tendência de avanço das relações sociais capitalistas na Rússia que não apontava para a substituição do regime czarista. O desenvolvimento da indústria altamente avançada nas cidades mais urbanizadas, por um lado, se combinava com o avanço do mercado interno que integrava e submetia amplas regiões agrárias na Rússia.

“A análise de Lênin do capitalismo russo se liga a seu esboço do sistema capitalista mundial. Essa análise ganha profundidade e torna-se mais diferenciada no decurso de sua teorização do conceito e do fenômeno do imperialismo”.(KRAUSZ, 2017, p. 149) Essa análise observa, portanto, a dimensão *desigual* no desenvolvimento do capitalismo internacional, que incluía a sua evolução particular na Rússia, aspecto também desenvolvido em *O Imperialismo*. No contexto pós-1905, a preocupação se localizava nas formas de Estado e dominação autocráticas russas que atuavam como mediação para o desenvolvimento do capitalismo a partir das condições históricas daquele país.

O segundo aspecto que apresentaremos é o da “Questão Nacional”. Este debate foi amplamente realizado no interior da Segunda Internacional por lideranças como Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo,

²³⁷ LUKACS, 2012, p. 65.

Vladimir Lênin, entre outros. Em “Sobre o direito das nações a autodeterminação”, Lênin trava um debate com Rosa Luxemburgo, pois considera que é quem melhor representa a posição, no interior da internacional, de crítica ao item do programa de defesa da autodeterminação dos povos. As críticas são dirigidas ao texto de Rosa, “A Questão Nacional e a Autonomia”.

Lênin argumenta que o Estado Nacional é a forma política articulada ao desenvolvimento de movimentos democrático-burgueses. Esses movimentos estão associados diretamente ao avanço do capitalismo como sociabilidade específica em cada nação. Se nas nações de capitalismo mais adiantado (França, Alemanha e Japão) a luta pelo Estado nacional compreendeu a uma luta contra elementos absolutistas e feudais, os diferentes povos que lutam pelo seu direito à autodeterminação nacional o fazem já diante de nações em plena disputa imperialista e em alguns casos contra essas nações dominantes (China, Índia, etc).²³⁸

O cerne dessa questão é a necessidade de balizar a questão nacional a partir da luta de classes em cada país, e internacionalmente, a partir das relações de poder entre as diferentes nações conformando uma hierarquia específica. A mediação entre os diversos aspectos do fenômeno, no contexto do imperialismo sob o capital monopolista, permitiu a formulação do princípio básico da defesa à autodeterminação de todas as nações.

Esse princípio foi aprovado pela primeira vez nas resoluções da II Internacional do Congresso de 1896. Lênin argumenta que era necessário articular as lutas nacionais ao internacionalismo da classe operária. Portanto, não cabia à internacional defender a independência de tal ou qual nacionalidade, em abstrato, mas sim o direito universal a autodeterminação. Enquanto, aos socialistas de determinada nação cabia, naturalmente, a defesa da liberdade nacional daquela nação.

"Para a Europa Oriental e para a Ásia, na época das revoluções democrático-burguesas já iniciadas, na época do despertar e da agudização dos movimentos nacionais, na época do surgimento de partidos proletários independentes, a tarefa destes partidos na política nacional deve ser bilateral: o reconhecimento do direito de todas as nações à autodeterminação, pois a transformação democrático-burguesa ainda não terminou, pois a democracia operária defende (...) a igualdade de direitos das nações — e a aliança mais estreita e indissolúvel da luta de classe dos proletários de todas as nações de um dado Estado em todas e quaisquer peripécias da sua história, com todas e quaisquer modificações das fronteiras dos diferentes Estados pela burguesia."(LÊNIN, 1914)

No caso russo, estava em questão o conjunto de nacionalidades oprimidas pelo Estado czarista e a necessária defesa da unidade internacional dos trabalhadores. Podemos ainda desdobrar da passagem

²³⁸Caberia aqui uma passagem sobre a ruptura com a II Internacional, após a votação dos créditos de guerra, por alguns partidos social-democratas, dentre eles o russo, e as resoluções construídas na Conferência Socialista de Zimmerwald, em 1915, que foi o embrião da III Internacional. Porém, o tamanho e escopo deste trabalho impedem essa incursão.

citada a situação revolucionária em curso nas nações dominadas pelo imperialismo, portanto a defesa da igualdade de direitos entre as nações era o contraponto ao domínio exercido pelos países imperialistas.

O contexto da Primeira Grande Guerra²³⁹ e os problemas colados pelo conflito atravessam o debate do imperialismo. “A rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites” (HOBSBAWM, 1995, p. 37) Portanto, os cerca de 45 anos de relativa paz entre as grandes potências, que antecedeu a guerra, omitiam a ascensão do capitalismo monopolista e da política de divisão econômica e partilha do mundo. Na “Era dos Impérios” a política e a economia haviam se fundido. Justamente, em *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, escrito em 1916, Lênin observa a articulação da dimensão econômica da expansão capitalista sob o protagonismo dos monopólios à dimensão política da partilha do mundo pelos países capitalistas mais avançados.

No capítulo de síntese da obra, o autor aponta cinco aspectos centrais que definem o capitalismo na etapa do imperialismo: 1) a concentração e centralização do capital levando ao processo de monopolização nas atividades industriais; 2) a formação do capital financeiro pela fusão entre o capital industrial e o capital bancário; 3) um papel de destaque para a exportação de capitais; 4) formação de uniões de capitalistas monopolistas internacionais que promovem a partilha do mundo entre si; 5) a partilha territorial do globo entre as principais potências capitalistas.²⁴⁰

A origem na concentração e centralização como características intrínsecas do processo de acumulação do capital, demonstrados teoricamente por Karl Marx em “O Capital”, embasava a análise de Lênin. O que distingue a época imperialista, por sua vez, é a formação dos monopólios nos setores econômicos que passam a ser controlados por um número reduzido de gigantescas indústrias, a concentração e centralização de capitais gera um salto de qualidade na forma de organização do capital e suas formas de dominação.

A *exportação de capitais* foi apontada por Lênin como característica que distinguia o capitalismo da sua época. A busca de novos espaços de valorização com taxas mais elevadas de lucro conduz ao processo de exportação de capitais oriundos dos países capitalistas que haviam chegado ao estágio de monopolização e formação do capital financeiro (fusão do capital industrial com o capital bancário) em direção a outras nações. Essa compreensão teórica do imperialismo permitiu a parte do movimento

²³⁹LÊNIN, 1917, p. 88

²⁴⁰Vale destacar a título de exemplo AMIN (2005), HARVEY (2004), CHESNAIS (2001), entre outros.

internacional dos trabalhadores manter uma avaliação crítica sobre as causas da guerra, desde o seu início.

Breves notas sobre as transformações do imperialismo.

O debate acerca do imperialismo no mundo contemporâneo é bastante vasto. Um consenso é a modificação de algumas de suas características. No que se refere às permanências/MODIFICAÇÕES do fenômeno do imperialismo, o debate se amplia levando alguns a procurarem outras nomenclaturas e chaves explicativas para as novas dimensões do fenômeno (novo imperialismo, imperialismo coletivo, neoliberalismo, mundialização, etc.)²⁴¹. Nesta brevíssima análise optamos por apresentar alguns elementos do fenômeno contemporâneo e a categoria de *capital-imperialismo* como um esforço de compreensão da situação atual.

No capitalismo contemporâneo, os fluxos de exportação de capitais se intensificaram e possuem formas distintas. Na literatura econômica, o investimento propriamente em indústrias produtivas é definido como Investimento Direto Externo²⁴² (IDE) que pode ser medido pela sua origem e destino nacionais. Uma fonte de dados do comportamento do IDE são os relatórios anuais da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). O *Informe sobre las inversiones em el mundo*, de 2018, apresenta os principais países em que se originam e se destinam os fluxos de investimento. Em 2016 e 2017, as oito principais economias de saída de IED, isto é, que exportaram capitais foram: EUA, Japão, China, Reino Unido, Hong Kong, Alemanha, Canadá e França. Por sua vez, as oito economias que mais receberam IED no mesmo período foram: EUA, China, Hong Kong, Brasil, Singapura, Países Baixos, França e Austrália²⁴³.

Enquanto na reflexão leniniana observava-se os fluxos dos países avançados em direção aos países atrasados, atualmente também há fluxos significativos em direção a algumas economias avançadas (EUA, China, Holanda e França). Dentre as principais receptoras aparecem países que não figuram entre as principais originárias: Brasil, Índia, México, Singapura, Irlanda, Indonésia, Israel, Itália, entre outros. É possível observar uma hierarquia na exportação mundial de capitais que se concentra nos países de economia mais avançada, com o inclusão da China em segundo lugar e disputando a primeira posição

²⁴¹Além do IED, a exportação de capitais pode ocorrer através de empréstimos junto a instituições financeiras, os investimentos em bolsas de ações, etc. Aqui apresentamos a IED como um elemento desse processo contemporâneo que está associado ao investimento em atividades produtivas e se configurou como o principal fluxo de capitais para os países menos desenvolvidos, cerca de 25%. (UNCTAD, 2018, p. 7)

²⁴²UNCTAD, 2018, p. 4-5.

²⁴³Existe um extenso debate a cerca das categorias de “capital financeiro”, “financeirização”, “dominância financeira”, etc. Podemos encontrar uma síntese em LAPAVITSAS (2011).

com os EUA se considerarmos as exportações oriundas de Hong Kong. A presença de novos países entre os principais exportadores de capital indica a manutenção da tendência de expansão da monopolização do capital a nível mundial que ao atingir certo nível de acumulação passa a exigir novos espaços de valorização. A sazonalidade dos dados também sugere que sejam comparados em séries, possibilitando a comparação pela média em determinado período.

Outro aspecto importante para a compreensão do capitalismo contemporâneo é a chamada “financeirização”, como predominância da esfera financeira sobre a produtiva, o que pode ser interpretado de diferentes formas a partir do debate da autonomização de momentos do ciclo do capital²⁴⁴. O capital financeiro, na perspectiva leniniana, diz respeito à fusão, e conseqüente submissão, do capitalista funcionante (capital industrial) ao capitalista que controla o capital-dinheiro (capital bancário). No início do século XX a concentração de capital-dinheiro ocorria principalmente através dos bancos, a partir das funções de intermediação de pagamentos, crédito, etc.²⁴⁵ Lênin observou a tendência a concentração e monopolização também no setor bancário que passava a ter maior controle sobre o crédito e as possibilidades de investimento. Atualmente não apenas os bancos aparecem como manipuladores e/ou proprietários de uma grande massa de capital-dinheiro, mas um conjunto de outras entidades “financeiras” controlam massas de capital, tais como: fundos de investimento, holdings controladoras de outras indústrias pela propriedade acionária, fundos de pensão, caixas financiadoras da indústria da construção, fundos de proteção ao trabalhador convertidos em capital de investimento (FGTS), etc.

Virgínia Fontes destaca o papel preponderante dos detentores da “pura propriedade capitalista” que caracteriza o *capital-imperialismo*. O controle sobre essa propriedade torna-se o eixo do controle sobre os investimentos e, na prática, a mesma submissão do capitalista funcionante às redes de proprietários de capital-dinheiro.

Na segunda metade do século XX ocorreria uma efetiva “união íntima” entre capitais de quaisquer origem, embora de outro tipo, que, progressivamente, perderia o formato de uma união evidente entre “espécies” diversas de capitalistas, aproximando-se mais da formulação marxiana da concentração do capital sob pura forma monetária, do capital portador de juros ou, ainda, do predomínio da *pura propriedade de recursos sociais de produção*. Com isso, a concentração da propriedade superaria de fato a propriedade imediata dos meios diretos de produção, indo muito além de uma junção entre capitalistas industriais e bancários. (FONTES, 2010, p. 155)

Além disso, a autora destaca o aspecto político-cultural a partir da incorporação da contribuição de Antônio Gramsci e sua teoria da hegemonia. Assim, a dimensão expansiva do capital se articula ao

²⁴⁴GRUPPI, 1979 p. 130.

²⁴⁵ANDERSON (1995).

processo de dominação burguesa que ocorre a partir da díade coerção/consenso, agregando à estrutura que dá sustentação à dominação estatal uma ampla rede de aparelhos hegemônicos associado ao Estado, na imagem de um *Estado ampliado* ou *integral*. Dessa forma, a partir dos anos 1980 ocorre uma explosão associativa apoiada na proliferação de organizações não-governamentais. Apesar do fenômeno ter proporções internacionais, a autora analisa o caso do Brasil.

Essas e outras dimensões são fundamentais para compreender a dinâmica contemporânea da expansão capitalista. Diante da manutenção da partilha econômica do globo, Estados Nacionais, formalmente independentes e soberanos, são forçados, pela restrição econômica de acesso ao mercado mundial, a seguir padrões em escala internacional para o controle de capitais, orçamento, dívida pública e etc. Dentre esses aspectos, fundamentais para a compreensão do capital-imperialismo, apresentaremos nas próximas páginas o paradigma de Estado que emerge desse contexto, o Estado “gerencial”.

Public Choice e New Public Management: consolidação do modelo de reforma estatal e sua difusão internacional.

Nesta seção vamos apresentar a reforma de Estado nos EUA e Reino Unido que tiveram papel de plataforma, com aspectos que foram replicados para outros países. Esses mecanismos constituem os aspectos-chave do chamado modelo *gerencial* que assumiu traços de paradigma dominante no que tange ao funcionamento do aparelho de Estado, em diversos países, a partir da década de 1980. Neste processo foi importante o papel de algumas entidades na difusão internacional das reformas de Estado.

Esse período corresponde ao avanço das medidas conhecidas como “neoliberais”. Como parte delas ocorreu uma ofensiva perpetrada em direção às instituições estatais, desqualificando o serviço público e a ineficiência da administração estatal.²⁴⁶ Diversos autores, com posições diferentes sobre a reforma gerencial, identificam neste momento o início das ações reformadoras em escala internacional e com variados graus de profundidade e perfil de acordo com os processos políticos em curso em cada país.²⁴⁷

O movimento de reformas na organização do Estado tem sua origem no governo de Margaret Thatcher no Reino Unido (1979-1990). Nos EUA, o movimento tem características específicas durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989), ainda que os EUA tenha passado por contínuos processos de revisão estatal ao longo do século XX. É nos anos 1980 que as medidas de “controle de gastos e os

²⁴⁶Ver: POLLITT; BOUCKAERT. (2002); MATIAS-PEREIRA (2008); SOARES (2004); PIMENTA (1998)

²⁴⁷Christopher Hood é um estudioso do tema da gestão pública tendo sido professor na Universidade de Oxford.

imperativos de eficiência e qualidade na gestão pública se tornam os princípios balizadores dessas reformas”. (REZENDE, 1998, p. 94-95)

Sobre o significado desse conjunto de reformas, Dardot e Laval apontam que mais importante que uma suposta saída do Estado, foi a sua reorientação no sentido de "modernização" e "racionalização" da administração pública. Além disso, destaca o papel dos setores dominantes atuando por fora do Estado: "As elites convertidas à racionalização das políticas públicas desempenharam o papel principal, com a ajuda, evidentemente, do conjunto dos aparelhos de fabricação do consentimento que retransmitiram seus argumentos a favor da “modernidade”."(DARTOT; LAVAL, 2016, p.232)

No aspecto teórico, houve a influência decisiva dos economistas do Public Choice, em particular James Buchanan e Gordon Tullock, ambos da Universidade de Virgínia. O eixo da teoria do Public Choice é a aplicação da teoria econômica liberal, em especial a noção de indivíduo maximizador, às instituições coletivas e ao pessoal de Estado. Defendem, portanto, os mesmos pressupostos de funcionamento e regulação para os organismos de Estado e o mercado capitalista.

Dessa forma, Buchanan e Tullock, que chegaram a trabalhar juntos, promovem uma ampla crítica da burocracia e do excesso de serviços públicos, apontando-os como responsáveis pela crise fiscal do Estado. Derivam, portanto, dessas críticas, a ideia de que serviços públicos devem estar sob os princípios de concorrência de mercado.

"o Public Choice, recuperando as críticas de Hayek, é um movimento hostil à democracia representativa, que é vista como o principal fator de crescimento da burocracia. Num regime democrático, os cidadãos não podem exercer um controle real sobre os burocratas e tentam aliar-se a eles quando conseguem se organizar."(Op. Cit., p. 299)

Nesse sentido, a *Public Choice* serve como a base conceitual, identificada com o liberalismo de Friederich Hayek, que fundamentou as práticas de reforma da administração públicas que ficaram conhecidas, posteriormente, como *gerencialismo* ou *New Public Management* (Nova Gestão Pública). A nomenclatura foi designada por Christopher Hood, em 1991, após o fim do governo de Margart Thatcher.²⁴⁸

O maior destaque das medidas durante esse governo foi o chamado “Next Steps” (próximo passo), a partir de 1988, no segundo movimento reformador do governo conservador na Inglaterra. O *Improving Management in Government* indicava a criação de agências executivas como caminho para execução da reforma de Estado. Essas agências assumiam serviços estatais e estavam reguladas por contratos de

²⁴⁸Segundo Soares (2004, p. 481), os contratos tiveram origem na experiência de reforma francesa na qual o objetivo principal foi melhorar a execução dos serviços públicos e evitar a privatização dada a forte oposição ao modelo de privatização nesse país.

gestão²⁴⁹, possuíam administradores remunerados em função dos resultados e com liberdade de gestão de recursos e pessoal. A possibilidade de avaliação dos resultados era primordial para a definição se o serviço deveria continuar sendo oferecido naquele formato ou deveria ser privatizado, introduzindo um grande volume de auditorias. Assim, a ênfase no modelo de agências executivas fez com que, em cerca de 10 anos, elas passassem a concentrar a maior parte da força de trabalho empregada pelo Estado.

“tratava-se de fragmentar um serviço público unificado e normatizado em entidades descentralizadas e responsáveis perante o ministro em questão. Desse modo, a função pública britânica é progressivamente dividida em cerca de 110 agências autônomas, reunindo quase 80% dos agentes públicos. Cada agência é dirigida por um responsável selecionado por sua competência administrativa e remunerado de acordo com seu desempenho. Livre para gerir, ele pode subcontratar serviços no setor privado, caso julgue essa solução mais eficiente.”(Op. Cit., p. 309)

Outra experiência de reforma de Estado dos anos 1980 foi o caso dos Estados Unidos. Foi nesse período em que se estabeleceu uma relação direta entre a reorganização do Estado e o controle fiscal. Durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989), observa-se uma inflexão nos gastos federais, a partir de 1985, dando fim a uma curva ascendente que estava em curso. O programa de reformas durante o governo Reagan pode ser definido a partir do: “ataque à burocracia e o controle austero das finanças públicas, descentralização, devolução de autoridade para os governos locais, desregulamentação e privatização assumem o comando da agenda”.(REZENDE, 1998, p. 96)

Essa agenda influencia os governos posteriores, inclusive o de Bill Clinton (1993-2001) com seu programa de enxugamento da máquina pública com uma ampla transformação de processos e estrutura da administração pública com o *National Performance Review*, elaborado em 1993. Os relatórios do *National Performance Review* (NPR) apontam para uma redução de 291 mil cargos públicos nesse período e uma correspondente redução de US\$118 bilhões nos gastos com a administração federal.²⁵⁰ Além disso, houve medidas de reorganização dos procedimentos adotados por diversas agências no que ficou conhecido como um processo de “simplificação” de procedimentos e acesso aos serviços. Também foi elaborado um sistema de controle sobre as compras públicas.

Dessa forma, as reformas implementadas nos EUA e Reino Unido tiveram o papel de dar início a onda reformadora e, simultaneamente, serviram como locus de difusão de um programa reformador a ser replicado em outros países. Nesse processo tivemos também a atuação de organizações internacionais de

²⁴⁹ REZENDE, 1998, p. 103. Segundo informe do governo americano o corte de pessoal e a economia de recursos teriam sido maiores: US\$137 bilhões para 351 mil demissões. Disponível em:

<<https://govinfo.library.unt.edu/npr/library/news/122198.html>> Acesso em 11/11/2017.

²⁵⁰ CLAD, 2010.

caráter supranacional. Vale destacar o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), entre outros. Portanto, a passagem de iniciativas localizadas em alguns países para a elaboração de uma agenda de alcance mundial marca um momento importante na consolidação do paradigma da reforma de Estado a ser propagado em escala internacional.

“Observa-se que os teóricos da administração pública, no passado, se preocupavam em focar os seus estudos nos fenômenos administrativos dentro do seu próprio país, no quadro do seu sistema político-administrativo específico. Esse contexto foi profundamente alterado com a globalização, que trouxe no seu bojo uma maior discussão dos problemas administrativos e das soluções encontradas, bem como uma *ampla difusão dos estudos sobre o tema*, em especial, os relatórios e trabalhos elaborados pela OCDE, FMI, BIRD, American Society for Public Administration e European Group for Public Administration.” (MATIAS-PEREIRA, 2008, p. 64-65, grifos nossos)

Dentre as entidades apontadas, o BIRD, parte do Banco Mundial, teve papel de destaque na propagação e financiamento de uma agenda reformista para as agências estatais dos países periféricos. Pereira (2010) aponta para uma inflexão nas políticas emanadas do Banco Mundial para a América Latina sobre esse tema. Se nos ano 1980 o eixo era a redução do tamanho do Estado, a partir de 1991 os relatórios do BM passam a fazer referência a algumas funções do Estado que deveriam, em última instância, promover o bom andamento das ações de mercado. Assim, a agenda passa a focar no funcionamento do Estado ou da “institucionalidade”.

Em âmbito regional destacamos o CLAD na difusão do modelo de reforma gerencial implementado no Brasil, a partir de meados da década de 1990, para o conjunto da América Latina e a comunidade de países de língua portuguesa. Fundado em 30 de junho de 1972 por uma iniciativa do México, Peru e Venezuela, a entidade passou a ter destaque, nos anos 1990, com a propagação das propostas reformadoras para a América Latina.²⁵¹

Os congressos anuais do CLAD começaram a ser realizados a partir de 1996, com a primeira edição ocorrendo no Brasil que se posicionava como experiência principal de reforma de Estado na região. O CLAD foi presidido por Bresser-Pererira entre 1995 e 1998, mesmo período de implementação da reforma durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Conclusão.

²⁵¹ Historiador, mestre em ciências sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Assessor parlamentar na assembleia legislativa do estado do Rio de Janeiro (ALERJ). georgedanilo@gmail.com

Nesta breve comunicação apresentamos um conjunto de problemas que constata, seguindo outros autores, a existência de modificações no fenômeno do imperialismo relacionadas com um amplo processo de reformulação do Estado Nacional, em especial nos referimos à reforma gerencial. Porém, outros estudos são necessários para aprofundar cada tópico exposto. Essas e outras investigações podem ajudar na compreensão dos nexos explicativos entre o conjunto de fenômenos que constituem o capitalismo contemporâneo.

Referências Bibliográficas

- Amin, Samir. O Imperialismo, passado e presente. In.: **Tempo**. Rio de Janeiro: nº 18, 2005p. 77-123.
- Anderson, Perry. Balanço do neoliberalismo. In.: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD). Estatuto del CLAD. In.: **XL Reunión Ordinaria del Consejo Directivo del CLAD**. Santo Domingo: 8-9 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://old.clad.org/documentos/otros-documentos/Estatutos%202010%20CLAD-1.pdf>> Acesso em: 11/08/2018.
- Fontes, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: EdUFRJ/EPSJV, 2010, 3ª ed.
- Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Gruppi, Luciano. **O Pensamento de Lênin**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 125
- Harvey, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- Krausz, Tamás. **Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Hobsbawm, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Lapavistas, Costas. Theorizing Financialization. In.: **Work, Employment and Society**. Nº: 25(4), 2011, p. 611-626. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.669.4781&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em: 01/10/2018.
- Lênin, Vladimir. **Sobre o direito das nações a autodeterminação**. Lisboa: Edições Avante, 1977 [1914] Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/index.htm>> Acesso em: 11/08/2018.
- _____. **Imperialismo. Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Global editora, 1979[1917].
- Lukács. György. **Lênin. Um estudo sobre a unidade de seu pensamento**. São Paulo: Boitempo, 2012
- Luxemburgo, Rosa. **A Questão Nacional e a Autonomia**. 1909. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1909/mes/autonomia.htm>> Acesso em: 11/09/2018

Matias-Pereira, José. A administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Europeia. In.: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, nº42 (1), jan/fev de 2008, p. 61-82.

Pereira, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro. 1944-2008**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Pimenta, Carlos César. A reforma gerencial do Estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. In.: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, nº32 (5), Set-Out de 1998, p. 173-199.

Pollitt, Christopher; Bouckaert, Geert. Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional. In.: **RSP - Revista do Serviço Público**. Ano 53, Nº 3, Jul-Set 2002.

Rezende, Flávio da Cunha. Clinton e a reinvenção do governo federal: o National performance Review. In.: **Revista do Serviço Público**. Ano 49, Nº1, 1998, p. 96.

Soares, Elias Farinha. Contexto internacional e experiências da reforma da administração pública. In.: **Administração**. Portugal. Nº 64, vol. XVII, 2004, p. 473-506.

UNCTAD. **Informe sobre las Inversiones en el Mundo. 2018. La inversión y las nuevas políticas industriales**. Disponível em: <http://unctad.org/es/PublicationsLibrary/wir2018_overview_es.pdf> Acesso em: 10/09/2018.

Site

<<https://govinfo.library.unt.edu/npr/library/news/122198.html>> Acesso em 11/11/2017.

A EXPANSÃO DO CAPITAL-IMPERIALISMO BRASILEIRO NO PARAGUAI A PARTIR DO REGIME DAS MAQUILAS NO PERÍODO DE 1997-2016.

Danilo George Ribeiro²⁵²

Resumo: A presente comunicação visa abordar novas formas de expansão de capitais brasileiros no Paraguai, ancorados no regime de Maquilas. Buscamos mapear esse processo a partir da atuação e formulação dos Aparelhos privados de hegemonia da Indústria Brasileira; A Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Instituto de estudos para o desenvolvimento industrial (IEDI). Tal análise busca mapear a composição orgânica desses APH'S membros, intelectuais e financiadores associados respectivamente com o estado restrito e sua produção de fóruns e espaços de encontros entre o empresariado e autoridades governamentais do Brasil e Paraguai. Partimos do pressuposto de que o salto de qualidade da expansão de capitais brasileiros no Paraguai ocorre pelo regime de Maquilas. Processo institucionalizado a partir da lei Nº 1064/97 “*De la Industria Maquiladora de Exportación*”, habilitando a produção de bens não duráveis, serviços e produtos para exportação, com isenções tributárias que vão desde o pagamento de Imposto ao Valor Agregado á suspensão de direitos de importação até á supressão do pagamento de qualquer imposto sobre remessas de renda e dividendos no exterior.

Em síntese, funciona sobre um regime especial de tributação única de maquila com 1% sobre o faturamento. Quando partimos da categoria capital imperialismo, o fazemos por entender como descreve Virginia Fontes de que toda expansão capitalista após a segunda guerra mundial é banhada de imperialismo, a dominação interna do capitalismo se complementa pela expansão externa, não apenas na forma mercantil ou através de exportação de bens ou capitais, mas impulsionando também expropriações de populações inteiras, das condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. Esse processo de instalação de maquilas engendra essa dupla combinação expansão/concentração apoiada em diversas formas de expropriações.

INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto que o primeiro esboço de internacionalização de capitais brasileiros no Paraguai ocorreu na década de 1960, através do Tratado Binacional de Itaipu, capitaneado pela ditadura empresarial-militar brasileira, juntamente com o governo ditatorial do Paraguai que resultou na construção da Hidrelétrica de Itaipu²⁵³.

²⁵² Devemos reiterar que em 1970 o consórcio formado para a elaboração do projeto da construção de Itaipu foi também integrado pelas empresas IECO (dos Estados Unidos da América) e ELC (da Itália), que promoveram a realização dos estudos de viabilidade para início do trabalho, que ocorreu em fevereiro de 1971, o que evidencia desde os primórdios uma associação da usina com o capital internacional.

²⁵³ Para (Fontes, 2010, p. 304) “O Brasil, desde há muito integrado subalternamente no circuito internacional da divisão do trabalho capitalista, também experimenta na sua dinâmica interna o predomínio do capital monetário, convertendo-se em país capital imperialista. Sob a ditadura de 1964, ocorreu impactante impulso á monopolização da economia, ao lado da

Esse processo selou a aliança entre as classes dominantes latino-americanas e aprofundou a exportação de capitais brasileiros ao Paraguai, principalmente via empréstimos para a construção da hidrelétrica e o controle de monopólios brasileiros sobre matérias primas centrais como energia e terras no país vizinho. O tratado de Itaipu estabeleceu que o Paraguai não pudesse utilizar livremente 50% da energia produzida em seu território a que tinha direito e deveria ceder essa porcentagem ao Brasil.

Por meio do golpe empresarial-militar de 1964, ocorreu a vitória do projeto de desenvolvimento baseado no predomínio interno do capital monetário, gerando a monopolização da sua economia, demarcando o início da expansão capital imperialista²⁵⁴ Brasileira no Paraguai, um dos primeiros exercícios de dominação de monopólios brasileiros no continente latino americano.

No final do século XX, a expansão de capitais brasileiros no Paraguai é ampliada e atua sob novas formas como o regime de maquila. Processo que pode ser visualizado a partir da lei nº 1064/97 “*De la Industria Maquiladora de Exportación*” no Paraguai, habilitando a produção de bens não duráveis, serviços e produtos para exportação, com isenções tributárias que vão desde o pagamento de Imposto ao Valor Agregado à suspensão de direitos de importação até à supressão do pagamento de qualquer imposto sobre remessas de renda e dividendos no exterior. Em síntese, funciona sobre um regime especial de tributação única de maquila com 1% sobre o faturamento²⁵⁵.

O regime da maquila consiste na instalação de fabricas no território Paraguaio, cuja tarefa é finalizar ou montar peças de componentes recebidos de indústrias estrangeiras, ou seja, é o deslocamento de plantas industriais para baratear o custo de produção de mercadorias. Segundo dados do Conselho Nacional das Indústrias Maquiladoras de Exportação (CNIME)²⁵⁶, entre o período de 2001 a 2012 se instalaram um total de 51 empresas no Paraguai sob este regime: seis empresas em 2001, uma em 2002, cinco em 2005, dois em 2007, seis em 2008, quatro em 2009, dois em 2010 e oito em 2011. Em 2012 o crescimento foi ainda maior, aprovando-se 17 novos programas de maquila.

implantação de um sistema financeira. Não houve ruptura ou quebra de continuidade nesse processo de concentração monopolística e dependente, desde então.

²⁵⁴Informações retirada do site: <http://www.mic.gov.py/maquila/ES/quienes-somos-cnime.php> acessado dia 18/06/2018.

²⁵⁵Informações retirada do site: <http://www.mic.gov.py/maquila/EN/leyes-y-decretos.php>. Acessada dia 20/06/2018.

²⁵⁶ Idem

Segundo boletim da secretária executiva do CNIME (2013)²⁵⁷ do total das 51 empresas maquiladoras instaladas no Paraguai até dezembro de 2012, 18 são de capital brasileiro e três de capital paraguaio-brasileiro, e um total de 23 maquilas possuem suas matrizes no Brasil. Desta forma, um total de 26 maquilas se encontram vinculadas ao capital brasileiro, seja como capital de origem ou a matriz de origem e um total de 21 maquilas estão vinculadas ao capital de origem brasileiro.

A maior expansão ocorreu durante o governo de Horácio Cartes no Paraguai (2013-2016) com a instalação de 80 novas indústrias. Processo impulsionado pela política econômica desse governo denominada de “Inserción del Paraguay en el Mundo”. Este Plano Nacional, consiste no apoio a política industrial a partir do fomento de ingresso de “la inversión extranjera directa” (IED), gerando as condições para que as indústrias aproveitem as vantagens que são: “la abundancia de recursos naturales, la energía limpia y de bajo costo, y la mano de obra juvenil (PND, 2014, p.3).

A atração de indústrias maquiladoras ao Paraguai é apresentada como a ponta de lança do modelo de desenvolvimento industrial impulsionado por Cartes. Esta estratégia tem encontrado no setor industrial do Brasil como o principal aliado: “das 131 fábricas instaladas até dezembro de 2016, cerca de 80% das maquilas tem suas matrizes no Brasil, sendo que na tríplice fronteira se concentra 37% do total dessas indústrias” (ABC COLOR, 2017, p.13 grifos nossos).

Diante da crescente exportação de empresas brasileiras e o deslocamento de parques produtivos para o Paraguai por meio do regime de maquilas, buscamos compreender a posição, formulação e direção política a partir dos Aparelhos privados de hegemonia da Indústria Brasileira; A Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Instituto de estudos para o desenvolvimento industrial (IEDI).

REFERENCIAIS TEORICOS

Esse texto está ancorado no arcabouço teórico de Antonio Gramsci²⁵⁸, no qual o estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes em uma formação social determinada,

²⁵⁷ Gramsci, Cadernos do Carcere. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2v. (Os intelectuais e o princípio educativo. Jornalismo). 1 ed. 2000.

_____. 3v. (Maquiavel notas sobre o estado e a política) 2ed, 2001.

²⁵⁸ Intelectual compreendido não na esfera do senso comum, como detentor do saber erudito. Mas a partir da formulação de Gramsci (2000) o intelectual orgânico, o persuasor permanente, o construtor da vontade coletiva, organizador das ideias e

incorporando em si mesmo os conflitos e contradições vigentes dessa formação social. Nesse sentido, o autor redefine os conceitos de *sociedade civil e sociedade política*, inaugurando o conceito de *Estado Ampliado* - que só pode ser compreendido sob uma visão triádica: a) *infra estrutura*- espaço de relações de produção e trabalho, correlacionado ao aspecto mais econômico. B) *sociedade civil* – grupos sociais organizados nos aparelhos privados de hegemonia local de formulação e ação da política consciente, dirigida a certos objetivos. E c) *A sociedade política ou estado restrito*, conjunto de aparelhos e agências do poder público o que o senso comum entende como estado. Essa tríade está em relação permanente.

O estado ampliado dessa forma possui uma dimensão que extrapola o uso da força, guardando um espaço de consenso ou consentimento, obtido por meio dos aparelhos privados de hegemonia, que busca generalizar a visão de tal fração de classe dominante. Nas *sociedades ocidentais* vemos a multiplicação dos APH'S na sociedade civil que produzem diferentes visões de mundo que disputam entre si o tempo todo, visando impor um projeto hegemônico. Nesse sentido é indispensável à atuação dos *intelectuais*²⁵⁹ que visa inserir e promover seus projetos ou representantes junto à sociedade política e ao estado restrito. Como demonstra Gramsci (2000):

“A relação entre intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é mediatizada, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários”. (GRAMSCI, 2000, p.20).

Não há hegemonia sem a atuação de intelectuais, eles são parte constitutiva do conjunto das organizações materiais que compõem a sociedade civil. E atuam dentro dos aparelhos privados de hegemonia, que são a vertebração da sociedade civil e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntárias sob inúmeros formatos. Jornais, igrejas, partidos e etc.

visões de mundo de uma fração de classe que tende a ser potencialmente hegemônica. Uma fração de classe não constrói sua identidade sem se organizar e organização pressupõem ação dos intelectuais.

²⁵⁹Garcia (2012 p.111) “O BNDES, criado em 1952, passou por transformações nas diferentes gestões governamentais e dinâmicas da economia brasileira e mundial. Ele atuou desde a consolidação do modelo de substituição de importações, até os processos de privatizações no Brasil, financiando parcial ou integralmente capitais estrangeiros e nacionais na aquisição das empresas estatais. A importância do Banco em termos de recursos é crescente, não somente para economia brasileira: desde 2005 o volume de créditos do BNDES aumentou 391% e é hoje maior do que o Banco Mundial. Em 2010, ele concedeu US\$ 96,32 bilhões em empréstimos, significando 3,3 vezes mais que os US\$ 18,6 bilhões concedidos pelo Banco Mundial naquele ano”. Segundo Vuck (2014 p.5) “Em 2002 foi aprovada uma modificação no artigo 9, inciso II de Estatuto Social do BNDES, possibilitando impulsionar a internacionalização das empresas nacionais.

Diversas entidades que se reconfiguram a partir da própria complexificação da sociedade capitalista e dos múltiplos interesses, embates e possibilidades que dela derivam. Em síntese – Os APH-S são formas associativas não tradicionais, que visam dar a direção intelectual e moral e possuem autonomia para manifestação e base material própria, na perspectiva de legitimação dos interesses de setores da classe dominante.

PERSPECTIVA HISTORICA

Houve uma mudança substancial na forma de gerenciamento do Estado brasileiro a partir do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), uma espécie de bloqueio, ou diminuição no processo de privatizações massivas que marcaram os anos 90. Uma alteração para uma política com base na expansão de capitais e monopólios brasileiros – tanto no mercado interno como no exterior. Segundo Ana Garcia (2012)

“Houve uma mudança paradigmática na relação do estado com a economia nos chamados governos progressistas da América do Sul, incluindo a eleição de Lula no Brasil. Distanciando-se da representação discursiva e construção ideológica dos anos 1990, quando o Estado foi colocado em oposição ao mercado, significando ineficiência e um "peso" burocrático frente à eficiência resultante do comportamento competitivo do setor privado, agora Estado e mercado passavam, aparentemente, a ter interesses e ações convergentes e complementares para levar a cabo uma estratégia de desenvolvimento baseada em projetos de infraestrutura, energia e exportação de commodities, etc.” (GARCIA, 2012, p.110).

Segundo a autora citada, a expansão de capitais Brasileiros na América do Sul, esteve ancorada na modificação dos estatutos do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES)²⁶⁰, permitindo ao Banco financiar a expansão dos monopólios brasileiros ao estrangeiro, essa ação do estado brasileiro esteve na ponta de lança dessa expansão.

Nesse período houve uma onda de megaprojetos financiados pelo BNDES e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) I e II que produziram um impacto na região da Triplíce Fronteira. Entre as grandes obras e investimentos na região está a construção da segunda ponte internacional sentido Brasil- Paraguai, que conectará por via terrestre a Cidade de Foz do Iguaçu-PR com o município de Presidente Franco no Paraguai.

Essa grande obra que é justificada pelas autoridades locais, ancoradas no poder público, sob a perspectiva de descongestionamento da Ponte da Amizade. No entanto, qualquer pesquisa mais aprofundada sobre o assunto revela, no plano material, processo muito mais complexo de grande

²⁶⁰Retirado de: <http://www.valor.com.br/brasil/3442388/industria-quer-usar-paraguai-contra-china#> matéria publicada no dia 25/02/14. Acessado dia 11/05/2014.

expansão de capital que afetará toda a produção e circulação de capitais nessa região. Como demonstra a matéria vinculada na revista Valor Econômico, principal noticiário das burguesias brasileira e importante APH do setor produtivo e financeiro do país:

Um grupo crescente de empresários brasileiros começa a olhar para o vizinho Paraguai, pensado se ele pode virar o México da indústria Brasileira. A possibilidade de **levar uma parte da produção local para o país vizinho e reduzir os custos**, especialmente usando a importação de insumos a custos zero quando a produção for destinada à exportação, entrou no radar das empresas e passou a ser incentivada pela maior representação da indústria brasileira. Durante semana passada, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) levou 180 empresários para o Paraguai. Durante três dias os brasileiros ouviram um mantra: venham, tragam seu mercado e usem o baixo custo paraguaio para enfrentar a China. (...) os números funcionam como um verdadeiro canto da sereia. Encargos trabalhistas de 16,5% do custo da mão de obra, carga tributária de apenas 10% de imposto sobre o valor agregado e 10% do imposto de renda e uma energia 60% mais barata. Além dos custos menores um movimento sindical urbano ainda pouco atuante, uma mão de obra jovem e fácil de ser treinadas, pouquíssimas reclamações trabalhistas e um governo empresarial. Um risco cambial zero e possibilidade de acessar mercados externos usando preferências tarifárias que o Paraguai possui por ser uma nação pobre. (...) A principal lei que atrai empresários brasileiros é a da Maquila criada em 2000. Desde então, 60 empresas se instalaram no país para usufruir do benefício, 70% delas são brasileira. (...) outro fator que anima os empresários é que é possível acessar o país vizinho por rio em boa parte do ano, em alguns períodos a navegação fica complicada. Os empresários frisam que é preciso pensar em meios no transporte por rodovias.²⁶¹ (Grifos nosso).

É cada vez mais evidente que a segunda ponte ligando o Brasil e Paraguai, obra financiada pelo governo federal, congrega interesses de grandes capitalistas do setor produtivo nacional. A construção da segunda ponte tende a atravessar o caminho de dezenas de comunidades nas margens do Rio Paraná e Iguazu a obra aponta para uma tendência de remoções e expropriações dessas comunidades, localizadas no entorno dos rios. Processo que está correlacionado ao deslocamento das linhas de produção do país e da exploração da força de trabalho no país vizinho.

Essa grande obra intitulada de “Ponte da Solidariedade” está sendo efetivada como rota das maquilarias no Paraguai, como revela a matéria do jornal de circulação estadual Gazeta do Povo (principal veículo impresso do estado do Paraná), cujo título é “Progresso em Foz passa pela segunda Ponte”:

A proposta inicial é fazer da nova ponte uma via exclusiva para caminhões pesados, para isso um acesso de 14,7 km entre o Bairro Port o Meira e a Br 277 será construído. Essa é a maior obra rodoviária do governo federal no Paraná, com custo de R\$ 233,4 milhões, a segunda ponte entre

²⁶¹ [Matéria extraída de http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/progresso-em-foz-passa-por-nova-ponte-ebd2icybvllcc5mgyyq0486tla](http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/progresso-em-foz-passa-por-nova-ponte-ebd2icybvllcc5mgyyq0486tla) publicada no dia -17/05/2014 acessada dia 24/11/2014.

Brasil e Paraguai deve tirar da Ponte Internacional da Amizade, o peso de ser um freio ao desenvolvimento²⁶².

Contudo, a construção da nova ponte não enfrenta questionamentos somente de moradores das comunidades que possivelmente serão atingidas. A mega obra revela uma nova faceta da luta interclasses entre setores das elites locais com capitalistas de outras regiões, como se prevê na lógica da concorrência capitalista, demonstrada pela matéria já citada do jornal Gazeta do Povo.

A construção da nova ponte já recebe questionamentos. A Fundação Iguassu e a Tecton-Arquitetura Planejamento Ambiental e Incorporações, questionam por meio da interpelação pública, o local escolhido para a estrutura. A área, segundo o Arquiteto Nilson Rafain, é considerada zona turística de acordo com o plano diretor de Foz do Iguaçu. Rafain propõem a construção da ponte a 720 metros após o início do Rio Paraná, apenas para veículos leves, para se distanciar das áreas turísticas do marco das três fronteiras, e não acerca de 300 metros, conforme o projeto. A Fundação Iguassu está solicitando ao Parlamento do Mercosul que atue como mediador nas discussões. O Parlamento aprovou, em março de 2010, um parque turístico que envolva o Marco das Três Fronteiras do Brasil, Paraguai e da Argentina, afirma Rafain²⁶³.

De forma sintética, percebe-se que essa disputa pela produção e apropriação do espaço nessa região revelam aspectos da concorrência e do conflito intercapitalista. Há indícios da disputa entre um capital industrial – rota para as maquilarias no Paraguai – e o capital comercial interno – exploração do turismo²⁶⁴.

Tanto a expansão do capital imperialismo brasileiro no Paraguai por meio das maquilas e simultaneamente a atuação dos APH'S da indústria tiveram ação mais acentuada depois do golpe de estado no Paraguai no ano de 2012, como demonstra matéria publicada na folha de São Paulo, cujo título é “Brasileiros abrem sete de cada 10 indústrias do Paraguai”.

“Sete em cada dez indústrias que se instalaram no Paraguai nos últimos cinco anos são de brasileiros, segundo dados do governo local. Em comum o que buscam no país vizinho como alternativa são empresários de setores que morrem no Brasil, vítimas de uma perda crônica na capacidade de competir. Eles foram atraídos por uma vertiginosa diferença para menos dos custos trabalhistas, na conta de energia elétrica e nos impostos, capaz de tirar do vermelho sua margens de lucro e recoloca-los, com preços competitivos na disputa global por consumidores. (...) Na embaixada brasileira em Assunção o número de empresas que pediram informações sobre como

²⁶² Idem

²⁶³ Sobre o conflito entre Frações da região que atuam na área de serviços e turismo com frações industriais vê Ribeiro (2015).

²⁶⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1947163-brasileiros-abrem-7-de-cada-10-industrias-do-paraguai.shtml>.

Publicado no dia 31 de dezembro de 2017.

operar no país vizinho cresceu quase 64% em 2017. Só no último mês três empresas brasileiras se habilitaram a entrar no regime de maquila – em que a produção é 100% exportada e com isso paga-se menos imposto. Duas são do setor de confecções e uma do metalúrgico. A indústria é nômade e ela se move. Assim como um dia saiu dos Estados Unidos rumo à China, as que estão no Brasil, vendo facilidades dentro do Mercosul buscam essas alternativas, afirma: Júlio Gomes de Almeida, diretor executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Isso deve nos fazer refletir sobre a competitividade no Brasil. Desde que assumiu, em 2013 o presidente paraguaio Horácio Cartes vem fazendo intensa campanha para atrair investidores do Brasil. Ele e o ministro da Indústria, Gustavo Leite costumam defender, em bom português as vantagens da maquila a indústrias brasileiras”.²⁶⁵

O governo golpista encabeçado por Horácio Cartes, fruto do golpe de estado no Paraguai, impulsionou e aprofundou o projeto dependente Paraguaio em relação ao Brasil. Sobre esse tema Vuyk (2014) cita três pontos que sinalizam que o governo Cartes esteve apoiado sobre um tripé na relação com os capitais brasileiros :

“O Primeiro ponto é a política de flexibilização de impostos, energia e direitos trabalhistas para atrair investimentos de capitais brasileiros. O segundo é a manutenção do controle brasileiro sobre Itaipu, desde a produção e usufruto da energia como a possibilidade de intervenção militar brasileira em território paraguaio para garantir a segurança da usina. Por último, é a relação na legalização de terras ocupadas por brasileiros e brasiguaios no país. Cartes iniciou em 2013 um cadastro de terras financiado pelo Brasil que prevê a legalização de terras ocupadas por brasileiros e brasiguaios que carecem de títulos ou que se encontra com a propriedade em outras situações irregulares. (VUYK, 2014, P.35)

Essa agenda “Brasil” defendida por Horácio Cartes elucidam alguns desfechos da política no continente pós-golpes. Tal agenda político-econômica do governo golpista paraguaio consiste no incremento das taxas de lucro sobre a base de expansão do agronegócio controlado pelo Brasil e da intensificação e aprofundamento da exploração da força de trabalho Paraguaia pelas maquilas. Com essa combinação se garante a entrada de um importante fluxo de capitais e monopólios estrangeiros principalmente brasileiros para constituição de novas formas de anexação econômica através das maquilas.

²⁶⁵Protocolo jurídico-político de intenções para cooperação técnica, tributária, logística e de apoio institucional entre o estado do Mato Grosso do Sul e o Paraguai. O presidente da Federação empresarial e industrial do Mato Grosso do Sul reforça os objetivos do programa Fomentar Fronteiras: “foi criado para facilitar e fomentar a atividade econômica nessas cidades. Na prática, as empresas podem migrar parte da produção para o país vizinho usando a Lei de Maquila, ou seja, as empresas continuam instaladas em Mato Grosso do Sul, mas produzem com uma pauta fiscal diferenciada no Paraguai”. FIEMS. Longen intensifica busca por alternativas para alavancar Programa Fomentar Fronteiras, 29/11/2016. Disponível em: <http://www.fiems.com.br/noticias/longen-intensifica-busca-por-alternativas-para-alavancar-programa-fomentar-fronteiras>. Acessado dia 18 de julho de 2018.

A partir de 2013, com o agravamento das crises política e econômica no Brasil, combinado a política de Cartes, os investimentos no Regime de Maquila se intensificaram. De forma simultânea houve movimentações de grupos sociais que atuaram dentro do *estado restrito* no Brasil, buscando surfar na onda de expansão de capitais e monopólios para o país vizinho, entre as iniciativas houve a instauração do Programa Fomentar Fronteiras²⁶⁶ que foi regulamentado e de forma concomitante observa-se a atuação dos aparelhos privados de hegemonia da Indústria que começaram a divulgar com mais intensidade as possibilidades de investimentos no Paraguai.

É nesse período que amplificam os pronunciamentos sobre as vantagens “competitivas” acompanhadas de consultorias da (CNI) de como investir nas maquiladoras Paraguaias e que também promoveu encontros entre o empresariado e autoridades governamentais do Brasil e Paraguai. Na visão de Robson Andrade, presidente da CNI, exposta em abril de 2014, Horácio Cartes, presidente do Paraguai, desempenha um papel importante na transformação do Paraguai em país propício para as empresas brasileiras investirem:

Isso teve início após Horácio Cartes assumir a Presidência do Paraguai, em agosto do ano passado. Ele tem uma visão empresarial e está mostrando que quer transformar o Paraguai num bom local de investimentos. O Paraguai mantém acordo de preferência comercial com a União Europeia e está firmando um com os Estados Unidos. Cartes transformará o Paraguai numa plataforma de exportações aqui no Mercosul. De outubro para cá, Cartes já esteve em Brasília acompanhado de dez ministros, mandou emissários ao Brasil para conversar com empresários locais e recebeu uma missão com mais de 170 empresários brasileiros em Assunção. Cumprimentou um por um. Ele está buscando cliente o tempo inteiro, não só no Brasil. A nós, os paraguaios perguntam onde a gente quer investir e como queremos investir. Eles estão nos ouvindo e estão aguerridos como bons vendedores.²⁶⁷

Em abril de 2013 a FIESP organizou um seminário internacional sobre investimentos no Paraguai, no qual estiveram presentes representantes de duas multinacionais: Fukujira e Tecnomyl que apresentaram os benefícios dos investimentos para os capitais brasileiros no país vizinho. As discussões foram mediadas pelo embaixador Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscex) da FIESP. Do lado paraguaio estiveram presentes nesse seminário - Eduardo Felippo, Presidente da União Industrial Paraguaia – UIP e Alberto Acosta Garbarino, presidente da *Fundação*

²⁶⁶FIESP. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/em-seminario-na-fiesp-fundacao-apresenta-vantagens-de-investir-no-paraguai/>. Acessado dia 04 de julho.

²⁶⁷ FIESP. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/paraguai-oferece-vantagens-competitivas-para-setor-textil-destaca-diretor-do-departamento-de-relacoes-internacionais-e-comercio-exterior-da-fiesp/>. Publicado no dia 03/04/2013. Acessado dia 04 de julho.

Desarrollo en Democracia (Dende) do Paraguai argumentou que o investimento no Paraguai pode solucionar problemas dos dois países:

“(…) ampliar a competitividade da indústria brasileira e contribuir para o desenvolvimento do Paraguai. Para além do regime de maquilas, outras vantagens foram citadas no evento: simplificação das leis trabalhistas (com encargos sociais baixos, em torno de 16%), o baixo custo de energia, o sistema tributário extremamente simplificado e regimes de incentivos exclusivos como o de Promoção de Inversão e Regime de Maquila, além do regime da Zona Franca²⁶⁸.”

Pelo que averiguamos até o momento, a FIESP, tanto no seminário realizado assim como em pesquisas realizadas pelo seu Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior, fomenta a expansão dos capitais brasileiros no Paraguai, a partir da queda na taxa de lucro ocorrida pelo aumento de custos de produção no Brasil – que é conhecido como “Custo Brasil” -, a concorrência chinesa e a perda de preferências tarifárias²⁶⁹. Segundo (VUYK, 2014 p.27) “ En uno de sus estudios, la FIESP resalta que la expansión de capitales al Paraguay permitirá recuperar la competitividad internacional, resaltando los bajos costos de Paraguay en materia de salarios, energía, impuestos y suelo”.

CONCLUSÃO

O importante crescimento da indústria de Maquila no Paraguai nos últimos anos é em grande medida resultado da estratégia de desenvolvimento impulsionada pelo governo do presidente Cartes e sua relação com os APH’S da indústria Brasileira, tal política consiste na promoção de um combo composto por um regime laboral sem direitos trabalhistas e sindicatos organizados, energia elétrica disponível sem taxas para as maquilas e a um regime fiscal voltado a exportação.

A política industrial atual do Paraguai está fortemente orientada a atração da investimento estrangeiro, a entrada de 80 plantas industriais somente sobre o regime de maquila reflete que esta estratégia tem funcionado. A expansão de capitais brasileiros no Paraguai está essencialmente ancorada na economia Brasileira, segundo o Ministro de Industria e Comercio do Paraguai Gustavo Leite:

²⁶⁸ Idem

²⁶⁹ Segundo (VUYK, 2014, p.28) “La burguesía industrial brasilera es una de las más interesadas en la expansión de sus capitales al Paraguay, principalmente en el marco del régimen de maquila, sobre todo por las pérdidas que está sufriendo frente a la competencia china, así como las pérdidas que sufrirá –principalmente en el rubro de cueros y textiles- con el cese del sistema general de preferencias de la Unión Europea, Asimismo, la burguesía industrial paraguaya se encuentra interesada tanto en la expansión de capitales extranjeros hacia sectores de la producción como hacia el régimen de maquila, y es junto con el Estado paraguayo- una de las principales impulsoras de la entrada de capitales extranjero al país y del régimen de maquila, dado que su proyecto de desarrollo se basa en el desarrollo asociado a los capitales extranjeros.

“la meta del presente gobierno es que en un corto plazo la industria de maquila paraguaya pueda substituir alrededor del 10% las importaciones que el Brasil realiza desde China. Para nuestro país (...) el modelo es simple: queremos substituir importaciones del Brasil producidas en economías distantes, como China, por productos hechos en Paraguay por empresas brasileñas” (Valor Economico, 2016, p.15).

Nesse sentido, só é possível entender o crescimento da indústria de maquila nos últimos anos no Paraguai, se analisamos os pilares que sustentam este processo e sua relação com as condições de produção da economia brasileira. No qual destacamos os seguintes aspectos: 1). A expansão dos últimos anos está correlacionada aos custos de produção do Paraguai que são menores que os do Brasil, isto explica porque das 104 de 131 empresas maquiladoras instaladas desde o ano 2000 tem suas matrizes no Brasil. 2). A dinâmica desse setor está estreitamente vinculada as oscilações da economia brasileira²⁷⁰ e 3) uma localização geográfica estratégica na triplice fronteira, que está no meio de dois mercados consumidores gigantescos argentino e brasileiro.

Longe de apresentar algo conclusivo ou um conjunto de hipóteses já testadas, esse artigo é fruto de uma pesquisa inicial, elaborada a partir de um projeto de doutorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDIN, Eric Gustavo. A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira. Tese de doutorado, Araraquara, São Paulo 2010.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. 2ª edição, EPSV-editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

GARCIA, Ana E. Saggiaro. A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, 2012.

GRAMSCI, Antonio Cadernos do cárcere (v.2). Os intelectuais o princípio educativo do jornalismo. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2000.

_____. Cadernos do cárcere (v.3) Maquiavel notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2000.

²⁷⁰ Doutorando em História Social no Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).

RIBEIRO, Danilo. *Metamorfoses na cidade: Tensões e Contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2015.

VUYK, Cecilia. *Subimperialismo brasileño y dependencia del Paraguay: los intereses económicos detrás del golpe de Estado de 2012*. Assuncion: Cultura y Participación para el Cambio Social, 2014.

**A FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EXPANSÃO DO CAPITAL-IMPERIALISMO
BRASILEIRO: O entrelaçamento entre Aparelhos Privados de Hegemonia e os órgãos estatais,
2003-2014**

João Paulo de Oliveira Moreira²⁷¹

Resumo: Este trabalho é resultante de uma pesquisa acerca do capital-imperialismo brasileiro, entre os anos de 2003-2014. Embasado no arcabouço teórico de Antonio Gramsci, assim como no repertório categorial do marxista grego Nicos Poulantzas, buscamos analisar as relações e entrelaçamentos entre Aparelhos Privados de Hegemonia voltados para a formulação de políticas para a expansão do capital-imperialismo brasileiro e as relações internacionais, junto dos órgãos da sociedade política, durante os governos do PT (Luis Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rousseff). Mais detidamente buscamos estruturar um mapeamento dos Aparelhos Privados de Hegemonia (**Fórum Nacional/INAE, SOBEET, Fundação Dom Cabral, CEBRI, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, INSPER, IEEI, IEPE, Fundação Konrad Adenauer e Instituto Fernand Braudel**), a partir da sua **dinâmica interna, membros (intelectuais orgânicos e financiadores), publicações e formulações**, juntamente com as suas relações e trânsitos dentro da sociedade política (**APEX-Brasil, ESG, MIDIC, Ministério das Relações Exteriores, Centro de Estudos Estratégicos do Exército Brasileiro (CEEEEXI) e Ministério da Defesa**). Longe de apresentar algo conclusivo ou um conjunto de hipóteses já testadas, a nossa proposta busca radiografar quais foram os Aparelhos Privados de Hegemonia e suas formulações para uma sociabilidade **do** e **para** o capital, onde as técnicas gerenciais de extração de mais-valor e a diplomacia cumpriram um importante papel para a internacionalização das burguesias do Brasil e a consequente exportação de um “modos operandi” truculento e expropriador para o conjunto da classe trabalhadora foranea e nativa, uma vez que parcela significativa do fomento do capital-imperialismo brasileiro se deu via BNDES e a drenagem de recursos através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

1- Os Aparelhos Privados de Hegemonia no capital-imperialismo contemporâneo:

O mapeamento, atuação, formulação intelectual e organização das inúmeras entidades associativas vinculadas as classes dominantes ou em uma menor proporção aos subalternos, tem sido cada vez mais objeto de investigação por pesquisas que nem sempre articulam sociedade civil-sociedade política ou a sua concatenação com as formas de extração de valor na contemporaneidade. Dos anos 1970, passando pelo fim da U.R.S.S, até os dias atuais, presenciamos transformações que aprofundaram a configuração

²⁷¹ Para se consolidar enquanto um sistema dominante, o capital teve que romper entraves dos modos de produção precedentes e eliminar as restrições sociais, políticas e materiais ao seu impulso constitutivo da autorreprodução contínua. Nesse sentido, segundo István Mészáros, o capital constitui um sistema sócio-reprodutivo orientado pela expansão e concentração com vias a valorizar o “valor” permanentemente, sendo qualquer impedimento a seu impulso de acumulação expansiva passível de ser removido, independente dos recursos a serem empregados, tais como a devastação ambiental, o genocídio, a retirada de direitos etc. (MÉSZÁROS, István, Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora Boitempo, 2002, p.609-610;711).

do capital imperialismo contemporâneo, tais como: o aumento frenético das expropriações primárias e secundárias, a articulação da incontornabilidade do capital²⁷² com a proliferação -igualmente “incontrolável”- de um emaranhado de redes associativas das classes dominantes²⁷³ (APH’s), entrelaçamento dos capitais, introjeção de políticas macroeconômicas em políticas de Estado²⁷⁴ (não apenas de governo) etc..

Como bem lembrou Christine Buci-Glucksman (1975) a noção de Aparelhos Privados de Hegemonia aparece nos Cadernos do Cárcere, enquanto aparelho de hegemonia, utilizado basicamente para se referir à “constituição da classe”. É num segundo momento que “aparelho de hegemonia” ultrapassa a designação de constituição de classe para a problemática do Estado, já entendido de forma ampliada. Nesse sentido, o conjunto dos aparelhos privados através dos quais uma classe ou um bloco de classes luta pela hegemonia e pela direção político-moral, não pode ser entendido de forma apartada da sociedade política.

Nos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci, a noção de Aparelhos Hegemônicos, aparece em distintos momentos temporais²⁷⁵, mas quase sempre articulado a categoria de ‘hegemonia’ e ao Estado em seu sentido integral ou ampliado, uma vez que eram entendidos enquanto lócus de organização, formulação e projeção dos interesses de classes. O retorno aos textos de Gramsci antes do cárcere permite-nos concluir que a noção de hegemonia vinha sendo construída desde 1916 e foi aprofundada no Biennio Rosso. O sardo conformou a sua apreensão do Estado capitalista através da militância com o movimento operário e suas iniciativas nos conselhos de fábricas em Turim, o que permitiu-lhe vivenciar os desgastes sofridos pelas classes dominantes e a busca destas por novas estratégias de dominação, como a proposta do então Presidente da FIAT, Giovanni Agnelli, que no decorrer das ocupações de fábricas em 1920, durante o Biennio Rosso, propôs que a sua empresa se tornasse uma cooperativa coordenada pelos

²⁷² Existe uma miríade de APH’s com finalidades diversas, mas estamos amadurecendo uma hipótese, que deve ser aprofundada e debatida teoricamente, em que compreendemos a proliferação dos APH’s enquanto um desdobramento, na forma política e ideológica, da lógica autoexpansiva e incontrolável da extração de valor e mais-valor, com vias a garantir/legitimar consensualmente a expansão de uma sociabilidade que busca formar e educar um comportamento voltado para o trabalho. De maneira deveras simplista, podemos citar as políticas de *empreendedorismo* e *sustentabilidade*, desenvolvidas e preconizadas por alguns APH’s e transformadas em políticas de governo ou até mesmo de Estado em alguns casos.

²⁷³ DARDOT, P. & LAVAL, C. (2009), *La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale*. Paris, La Découverte; HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

²⁷⁴ Guido Liguori identifica a categoria Aparelhos Hegemônicos nos cadernos (Q 1, 6, 7, 10 e 13), além dos de segunda redação (Q 10 II, 12 [CC, 1, 320] e Q 13, 37 [CC, 3, 92]). O Estado educa o consenso através de organismos privados – sindicais e políticos..

²⁷⁵ META, Chiara. Un convegno sul concetto di egemonia, 2005. Disponível em: <http://www.gramscitalia.it/egemeta.htm>.

proletários. A proposta de Agnelli foi abandonada um mês depois, contudo, gerou expectativas entre os membros da Confederação Geral do Trabalho e contribuiu para quebrar a resistência do movimento de ocupação das fábricas pelos operários turinenses:

Os comunistas turinenses haviam formulado de modo concreto a questão da ‘hegemonia do proletariado’, ou seja, da base social da ditadura proletária e do Estado operário. O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar, contra o capitalismo e o Estado burguês, a maioria da população trabalhadora, o que significa, na Itália, nas reais relações de classe existentes na Itália, na medida em que conseguir obter o consenso das amplas massas camponesas (...) (Tradução do autor) (GRAMSCI, Scritti politici III. A cura di Paolo Spriano. Roma: Editori Riuniti, 1973. Edizione elettronica: progetto Manuzio, 2009. Disponível em: <http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm>).

Para a filósofa Chiara Meta, o termo hegemonia teve muitas aplicações em diferentes contextos de pesquisa, sendo usado para designar uma conotação militar ou de dominação de um Estado sobre outro (como em Antonio Labriola), tendo havido, portanto, uma ruptura epistemológica do conceito a partir de Gramsci, amadurecido após a sua estadia em Moscou e a observação por parte deste da disputa pelo PCUS, da repercussão negativa da NEP e da crise de consenso entre o proletariado urbano acerca da liderança dos Bolcheviques²⁷⁶.

Nos Cadernos, a hegemonia se consolida como “hegemonia política”, em que é preciso encontrar o respaldo de dois grupos distintos, os aliados e os opositores. Em 1930, ao analisar as forças políticas do Risorgimento, o marxista sardo referiu-se ao conceito enquanto direção e dominação de classe:

El criterio histórico-político en que debe basarse la investigación es este: que una clase es dominante de dos maneras, esto es, es “dirigente” y “dominante”. Es dirigente de las clases aliadas, es dominante de las clases adversárias. Por ello una clase ya antes de subir al poder puede ser “dirigente” (y debe serlo); cuando está en el poder se vuelve dominante pero sigue siendo también “dirigente”. (...) La dirección política se convierte en un aspecto del dominio, en la medida en que la absorción de las elites de las clases enemigas conduce a la decapitación de éstas y a su impotência. Puede y debe existir una “hegemonia política” incluso antes de llegar al gobierno y no hay que contar sólo con el poder y la fuerza material que éste da para ejercer la dirección o hegemonía política.²⁷⁷ (GRAMSCI, 1999, p.105)

Nesse caso, para a consolidação e o exercício da hegemonia, é necessário um equilíbrio entre coerção e consenso, que é feito de forma gradual, molecular, aonde um grupo de intelectuais orgânicos mediante a ação de um partido ou um aparelho privado de hegemonia elabora e introjeta a sua visão de mundo na sociedade política. Essa dupla articulação implica a busca, por um lado, de consenso no interior

²⁷⁶ Optei nesta citação por utilizar a edição em espanhol dos Cadernos devido à diferença de tradução e das notas para a edição brasileira. Na edição da civilização brasileira, a nota referente à citação é §24, p.62, enquanto que na edição supracitada é a §44, mantendo-se fiel a edição crítica de Valentino Gerratana (Turim, Einaudi: 1977). Além disso, na edição organizada por Carlos Nelson Coutinho, a tradução utiliza o termo “critério metodológico” ao invés de critério histórico-político como na edição Gerratana, que foi fidedignamente traduzido pela Editora Era da Universidade de Puebla.

²⁷⁷ GRAMSCI, 2011, p.287.

de um bloco de alianças e, por outro, de domínio sobre os adversários, que deve ser obtido por meio da força. Encontramo-nos diante de uma combinação de nexos que são indissociáveis.

No caderno 8, §191, intitulado “Hegemonia e democracia”, Gramsci articulou a democracia com a hegemonia na medida em que num regime democrático a legislação favorece a “passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente²⁷⁸”, ou seja, a classe ou fração da classe dominante unificaria em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe, mas com o consenso ativo dos subalternos. Este processo abrangeria a passagem do primeiro momento das relações de força (econômico-corporativa), em que os grupos se organizam conforme seus interesses econômicos imediatos, forjando laços de solidariedade de acordo com a posição e a atividade profissional ocupadas na sociedade, para a consciência política propriamente dita, que num segundo momento supera os marcos corporativos:

(...) a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. (...) Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (GRAMSCI, 2011, p.41).

A hegemonia se efetiva enquanto um projeto de universalidade, elaborado a partir de uma visão de mundo própria, **de e para** a própria classe, mas também *absorvendo* o conjunto da sociedade numa nova forma civilizatória, ou nas palavras de Edmundo Fernandes Dias, “hegemonia é quando a ideologia se torna partido²⁷⁹”. E assim, a hegemonia expressa um programa, que pode assumir distintas formas-

²⁷⁸ DIAS, 1996, p. 14.

²⁷⁹ A ideia de *condensação* é de matriz freudiana, onde o psicanalista na obra “A Interpretação dos Sonhos” (1899), ao analisar o curso de formação dos sonhos aponta para o fato de que um certo número de temas, idéias e imagens se condensam em uma só no decorrer do sonho: “Deve-se admitir que a grande maioria das idéias que são reveladas na análise já estava em ação durante o processo de formação do sonho, uma vez que, depois de se elaborar uma sucessão de idéias que parecem não ter qualquer ligação com a formação de um sonho, de repente se esbarra numa idéia que está representada em seu conteúdo e que é indispensável para sua interpretação, mas que não poderia ter sido alcançada senão por essa linha específica de abordagem. Posso aqui recordar o sonho da monografia de botânica em que dá a impressão de ser produto de um surpreendente volume de condensação, muito embora eu não tenha relatado sua análise integralmente.(...) Ao refletimos que somente uma pequena minoria de todos os pensamentos oníricos revelados é reproduzida no sonho por um de seus elementos de representação, poderíamos concluir que a condensação se apresenta por omissão: quer dizer, que o sonho não é uma tradução fiel ou uma projeção ponto por ponto dos pensamentos do sonho, mas uma versão altamente incompleta e fragmentária deles” (FREUD, 1900, p.237-238).Importante frisar que Freud e outros autores da Psicanálise eram amplamente discutidos nos círculos

conteúdo ao longo da história, mas a sua essência é interditar e amputar o conjunto das lutas da classe trabalhadora e sofisticar as técnicas de gestão do capital, elaboradas pelos intelectuais através dos aparelhos privados de hegemonia ou dos órgãos do Estado restrito.

O Estado cumpre um papel central na irradiação da hegemonia do grupo dirigente e dominante. Para Gramsci,

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados, Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil” (GRAMSCI, 2006, p.139).

Ressalto que em Gramsci a sociedade civil não é separada do Estado, mas sim coligada umbilicalmente aos órgãos e aparatos que conformam o Estado burguês em seu sentido restrito, resultando em novas formas de organização da dominação burguesa ao incorporar rebaixadamente, docilizar/amputar e converter lutas populares em pautas por dentro da ordem. Gramsci percebeu que o capitalismo havia se complexificado, a tal ponto que a mera busca pela manutenção do poder econômico através da força política não garantiria a adesão das camadas subalternas, assim como a tomada de assalto do poder não significaria a destruição do Estado burguês, pois a presença de “casamatas” do Estado:

(...) criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo torna mais lenta e mais prudente a ação das massas e requer por conseqüência do partido revolucionário uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de maior fôlego do que aquelas que foram necessárias para os bolcheviques entre março e novembro de 1917 (“Carta de Antonio Gramsci em 9 de fevereiro de 1924”, PALMI A. URBANI e C., In: TOGLIATTI, Palmiro. La formazione del gruppo dirigente del Partito comunista italiano. Roma: Editori Riuniti, 1962).

A sua ampliação do conceito de Estado incorpora os aparelhos privados de hegemonia que emergem da sociedade civil, mas articulam-se e se inscrevem no interior dos órgãos estatais, tanto na formulação quanto na aplicação de políticas. Ao trabalharmos com esta noção, é válido percebermos que, em Gramsci, o Estado tem uma função educativa, no sentido de soldar/unificar os interesses das classes e frações da classe dominante, daí ser preponderante conhecer a realidade, a partir do Estado, para promover a sua transformação:

“A sociedade civil é entendida como conjunto de 'organizações ditas privadas'. Aqui retorna uma expressão semelhante àquela já vista e, Q 12, §1, ('organismos designados vulgarmente como 'privados') e que é possível encontrar em várias passagens dos Cadernos. O uso de aspas [...] ou do advérbio 'vulgarmente' [...] assim como a expressão 'ditas', que precede 'privadas', são sinais e índices da maior importância: dizem-nos que, para Gramsci, tais aparelhos hegemônicos, aparentemente 'privados', na realidade fazem plenamente parte do Estado e, portanto, nos permitem falar de 'Estado ampliado'.” (LIGUORI, 2007:21)

“Althusserianos” de debate no qual Nicos Poulantzas participou. Sobre o diálogo de Poulantzas nos círculos “Althusserianos”, ver: Cf.SAES, 1998.

Na apreciação do Estado Ampliado, este não é nem um sujeito que paira acima dos interesses das classes sociais, e nem um objeto monopolizado por uma dada classe ou fração de classe, mas sim uma condensação²⁸⁰ de relações sociais, atravessado pelos conflitos vigentes na sociedade em geral e inscritos na ossatura material do Estado²⁸¹.

Esse entendimento acerca do Estado, enquanto classe burguesa na sua concretude, só foi possível com a anterior elaboração e articulação da categoria hegemonia:

O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; (...) A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados, Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil” (GRAMSCI, 2006, p.139).

Em sua análise, Gramsci entende que o Estado é formado indissociavelmente pela *díade*²⁸² sociedade civil/sociedade política, consenso/coerção, não havendo divisão nessas esferas, o que nos leva a averiguação de como na sociedade civil emergem os interesses organizativos para sua introjeção na sociedade política, “transbordando” assim, a esfera institucional da formulação e aplicação das políticas.

Torna-se válido evidenciar que para operacionalizar pesquisas seguindo tal matriz, partiremos da proposta metodológica elaborada por Sonia Regina de Mendonça:

²⁸⁰ Para Poulantzas, o Estado possui uma ossatura material, onde se estabelece as relações sociais de produção, políticas e de dominação, configurando-se como a base do Estado. **É nesse sentido que a luta de classes está inscrita no seio do Estado e tem o primado sobre os seus aparelhos** (POULANTZAS, 1985, p.70-77; 144-145).

²⁸¹ “(...) Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social (...); 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo”. (GRAMSCI, 2006, p. 20-21).

²⁸² Em “Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaio”, um dos principais comentadores do marxista sardo, Carlos Nelson Coutinho, deu a seguinte definição para “Aparelhos Privados de Hegemonia”: (...) são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito (no contexto, portanto, de sua configuração *ampliada*, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidental” — FF); mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que — apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ — eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade (COUTINHO, 1994, p.54-55). Carlos Nelson Coutinho ainda diferenciou os “Aparelhos Privados de Hegemonia” de Gramsci, para os “Aparelhos Ideológicos do Estado”, de Luis Althusser, apontando que o francês tentou descaracterizar a originalidade de Gramsci ao defender que a distinção da noção de sociedade civil e sociedade política são burguesas, assim como a ampliação do Estado não era um fenômeno recente para Althusser, devendo se travar uma intensa luta “fora” do Estado (COUTINHO, 1999, p. 132-134). Sobre os “Aparelhos Ideológicos do Estado”, Althusser atribuíra uma série de realidades que se apresentam ao observador enquanto imediatas sob a forma de instituições distintas e especializadas: escolas, igrejas, informação, cultura, política, sindicatos etc. (ALTHUSSER, 1985, p.68-69).

Sabendo-se de antemão que tais interesses ou projetos somente terão força uma vez organizados na Sociedade Civil e que tal organização conta, como espaço privilegiado, com os aparelhos privados de hegemonia nela contidos, o passo inicial para o estudo de uma política/iniciativa estatal deve consistir no mapeamento dos aparelhos afetos à política em análise num dado momento histórico, verificando-se a organização de suas demandas, bem como os mecanismos e estratégias de inserção de seus quadros junto a este ou aquele organismo de Estado, ainda que isso se traduza, muitas vezes, na criação de novos órgãos.(...) para chegar-se ao Estado em seu sentido estrito, deve-se partir da Sociedade Civil e não o contrário(...) Qualquer modificação na correlação de forças vigente na Sociedade Civil, intra ou entre aparelhos privados de hegemonia terá, necessariamente, repercussões junto à Sociedade Política em geral e aos organismos estatais, em particular. Afinal, os atores sociais engajados nas agências da Sociedade Civil e da Sociedade Política recortadas para pesquisa, não representam classes em abstrato, inscritas num Estado etéreo.(...) Em síntese, tomar o Estado como uma relação social nos permite não apenas evitar armadilhas do conhecimento reificado e simplificador, como também desnaturalizar os mecanismos mais profundos de seu funcionamento(...) (MENDONÇA, 2005, p.12-13).

Mendonça possui uma vasta obra acerca do Estado brasileiro, destacadamente a relação entre as classes dominantes agrárias nas suas entidades e a introjeção de projetos na sociedade política. É de grande valia que Mendonça traga para os seus estudos a noção gramsciana de Estado ampliado, ora porque os pesquisadores trabalham com a noção de sociedade civil sem sociedade política, ora porque fazem justamente o oposto. Tal constatação supera a matriz liberal de Estado (organismo burocrático, administração pública, contrato social, jusnaturalismo, somatório de direitos individuais, Estado-sujeito etc) e também a fossilização dogmática de uma vertente do marxismo, que entendeu o Estado como “objeto”:

Pensar o Estado gramscianamente é sempre pensá-lo a partir de um duplo registro: o das formas dominantes na produção (classes e frações) que se constituem e se consolidam por intermédio de organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que, junto a cada aparelho ou órgão do Estado restrito, estão sempre presentes projetos e intelectuais vinculados às agência(s) da sociedade civil. Uma delas, por certo, deterá a hegemonia junto a certo organismo estatal, conquanto outras igualmente lá se farão presentes, em permanente disputa. (MENDONÇA, Sonia Regina. “O Estado ampliado como ferramenta metodológica”, 2013, p. 11)

A malha de entidades empresariais e não-empresariais que conforma a estrutura estatal e formula técnicas gerenciais de extração de mais-valor constitui características decisivas para a dinâmica do modo de produção capitalista na contemporaneidade. É nesse sentido que Mendonça nos estimula a verificar os processos reais mediante os seguintes postulados metodológicos e teóricos: a) quais as bases da sociedade civil organizadas acham-se inscritas em sua materialidade; b) qual a correlação de forças vigente dentro da própria instituição, órgãos do Estado etc; c) que políticas efetivamente foram postas em prática, de modo a atender a quais demandas oriundas de aparelhos privados de hegemonia junto a sua representação na sociedade política presente através de seus intelectuais.

É nesse sentido que torna-se possível trabalhar de forma orgânica a atuação das frações dominantes (e dominadas) do capital, assim como a introjeção de suas demandas no conjunto das agências estatais do Estado restrito. Tal questão nos coloca ao menos dois grandes desafios: 1)

Operacionalizar o conceito gramsciano de Estado Ampliado, entendido enquanto a indissolúvel junção entre sociedade civil e sociedade política (díades); 2) Identificar os intelectuais orgânicos e/ou o pessoal do Estado que levam a cabo (não sem conflitos) as demandas elaboradas nos Aparelhos Privados de Hegemonia²⁸³.

2- APH's com atuação no plano internacional e o fomento ao capital-imperialismo brasileiro:

Pensar no papel de um APH no capital-imperialismo contemporâneo é levar em consideração qual a base social organizadora e organizada por ele, objetivos, formulações e, em nosso caso, se o APH busca atuar no plano internacional ou apenas formular políticas para a inserção internacional do Estado ou de determinados capitais.

O **Fórum Nacional** foi criado em 1988, no contexto de transição tutelada do Regime Empresarial-Militar para a democracia burguesa no Brasil, com a participação de economistas, sociólogos, cientistas políticos, cujo objetivo era formular políticas para o “desenvolvimento”. Segundo consta no site da própria instituição:

O Fórum Nacional não é uma simples instituição de pesquisa, ou órgão de debates. Funciona como agente da sociedade civil, em caráter independente e apartidário e com sentido pluralista. Sua preocupação é contribuir para o diálogo das lideranças nacionais, públicas e privadas (Poder Executivo, Congresso, Poder Judiciário, organizações empresariais, sindicais, acadêmicas, confessionais, comunitárias, personalidades de prestígio e influência). Diálogo orientado pela busca de caminhos para o desenvolvimento do país, em suas múltiplas dimensões: econômica, social, política, ambiental, cultural. E voltado para o processo de tomada de decisões relevantes para o futuro nacional. (Disponível em: <http://www.inae.org.br/sobre/>, acessado em <23/09/2016>)

Tenta-se, aqui, reforçar um caráter “independente a partidário”, desprovido de interesses de classes e impermeável as contradições em prol do interesse da nação. Todavia, numa análise acurada da formação do quadro diretivo do Fórum Nacional, dos seus congressos, financiadores e da institucionalização do mesmo via Instituto de Altos Estudos (INAE), criado em 1991, constatamos uma forte participação do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) na organização dos congressos e de diversos patrocinadores²⁸⁴ diretores e sócios instituidores com ligações empresariais, que pautam os debates dos congressos e fomentam a elaboração de políticas econômicas com vias a internalização no Estado restrito.

Conselho Diretor e Sócios Instituidores do INAE

²⁸³Podemos citar entre os patrocinadores: BRADESCO, CNI, OI, FEBRABAN, Itaú, IBP, Andrade Gutierrez, Banco do Nordeste, Grupo ULTRA, Klabin, BOVESPA, CEMIG, Governo de MG, Banco SAFRA, NATURA, ABINEE, FGV, EMBRAER, FecomércioPI, FIESP, BMG, Caixa, Correios, ELETROBÁS, Banco do Brasil, FINEP, IBMEC, FIRJAN, IPIRANGA, Governo do RJ, ODEBRECHT, CCR, PETROBRÁS e BNDES. (Retirado de: <http://www.inae.org.br/patrocinadores/>, acessado em: 23/09/2016>)

²⁸⁴ Esta foi uma tendência observada nas publicações disponíveis.

X Simpósio Estado e Poder: Estado Ampliado (ISBN 978-85-63735-28-7)

Conselho Diretor	Sócios Instituidores
Márcio João de Andrade Fortes (Presidente)	<i>Cláudio Roberto Frischtak</i>
Marcílio Marques Moreira (Vice-Presidente)	<i>Ernane Galvêas</i>
<i>Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo</i>	<i>Fernando Adolpho Ribeiro Sandroni</i>
<i>Ana Cláudia Duarte de Além</i>	<i>João Paulo dos Reis Velloso</i>
<i>Carlos Antônio Rocca</i>	<i>José Tavares de Araújo</i>
<i>Cláudio Roberto Frischtak</i>	<i>Marcílio Marques Moreira</i>
<i>Ernane Galvêas</i>	<i>Márcio João de Andrade Fortes</i>
<i>Maria Durvalina Fernandes Bastos (FINEP)</i>	<i>Regis Bonelli</i>
<i>José Augusto Coelho Fernandes</i>	<i>Roberto Cavalcanti de Albuquerque</i>
<i>Luiz Guilherme Schymura de Oliveira (IBRE – FGV)</i>	<i>Roberto Procópio de Lima Netto</i>
<i>Milton Costa Filho (IBP)</i>	<i>Roberto Teixeira da Costa</i>
<i>Bernardo Abreu de Medeiros (IPEA)</i>	<i>Sergio Franklin Quintella</i>
<i>Sergio Franklin Quintella</i>	
<i>Thomás Tosta de Sá (IBMEC – Mercado de Capitais)</i>	
João Paulo dos Reis Velloso (Superintendência-Geral)	

Elaboração do autor

O Fórum Nacional publica livros, estudos & pesquisas, cadernos, revistas, fóruns e congressos anuais para debater, formular e pautar políticas que, segundo os intelectuais presentes, devem compor o leque de ações do Estado restrito. Entre 2002-2004, foram organizados sete encontros com o objetivo de

formatar a política econômica do novo governo: *XIV Fórum Nacional (2002) – O Brasil e a Economia do Conhecimento, Seminário Especial: O novo governo e os desafios do desenvolvimento (2002), Seminário Especial: 50 Anos de Desenvolvimento: o papel do BNDES e do Banco do Nordeste – 1952/2002 (2002), XV Fórum Nacional (2003) – O Novo Governo, Novas Prioridades e Crescimento Sustentado, Seminário Especial: Fome e Pobreza (2003), XVI Fórum Nacional (2004) – Economia do Conhecimento, Crescimento Sustentado e Inclusão Social e Mini-Fórum em homenagem aos 40 anos do Ipea (2004).*

Muitos dos membros do conselho diretor do Fórum Nacional são notórios intelectuais orgânicos das burguesias no Brasil, tendo suas trajetórias vinculadas a ministérios e agências do Estado como o BNDES e os Ministérios do Planejamento e Fazenda. O Fórum Nacional realizou diversos eventos no período estudado, na sede do BNDES no Rio de Janeiro, tomando como objeto de discussões e proposições a inserção competitiva das empresas brasileiras no mercado internacional globalizado. As produções²⁸⁵ do Fórum Nacional não denotam um apoio a capitais específicos, mas sim uma formulação de política geral para a internacionalização dos capitais via suporte estatal, como bem salientou o então presidente da ABDI, Alessandro Teixeira:

Se para a empresa os benefícios da internacionalização são claros, as vantagens desse processo para o país de origem das firmas às vezes não são reconhecidas pela sociedade. Mesmo assim, vale registrar que a internacionalização de empresas brasileiras traz vantagens bastante importantes para o país: ademais dos benefícios para a empresa em si, o que implica naturalmente vantagens importantes para o conjunto da economia, atuação no mercado externo gera ao Brasil ingresso de divisas estrangeiras e a incorporação de novas tecnologias a processos produtivos que se operam no parque industrial brasileiro. Talvez numa leitura apressada alguns poderiam questionar se o investimento de empresas brasileiras no exterior não estaria impedindo o surgimento de novos postos de trabalho num país que tanto precisa deles. Com efeito, apesar de ser persuasivo o argumento, uma análise mais atenta do fenômeno indica que as vantagens de internacionalização das firmas são de outra natureza e, de maneira geral, o processo produz efeitos benéficos à economia do país, razão pela qual deve ser estimulado pelo Estado. De fato, ao Estado compete a função abrangente e importante de construir um ambiente favorável ao empreendimento privado, de definir as condições que favoreçam o investimento, seja o estrangeiro no Brasil, seja também o brasileiro no exterior (ademais, evidentemente, do investimento brasileiro no país). Apesar de não haver consenso a respeito de quais seriam as políticas públicas que melhor atenderiam à demanda pela internacionalização, deve-se reconhecer que várias medidas têm sido adotadas em prol desse objetivo. Talvez as políticas ainda reflitam de forma mais imediata as necessidades da via simplificada da internacionalização, a importação e a exportação. Nesse âmbito, pode ser listada uma série de ações importantes, como o programa de formação de agentes de comércio exterior, os encontros de comércio exterior, as linhas de financiamento para as exportações, a simplificação de procedimentos de operações de comércio exterior, o programa Alerta Exportador do INMETRO etc. Destaque deve ser conferido aos programas de inteligência comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Apex-Brasil, que identificam janelas de oportunidade no exterior para empresas brasileiras. O reconhecimento da importância do investimento brasileiro no exterior, contudo, tem influenciado a formulação de políticas voltadas especificamente para essa necessidade. (A internacionalização de empresas brasileiras e o papel do Estado. XVIII Fórum Nacional, 2006, p. 4)

²⁸⁵ Este segundo em parceria com a AMCHAM.

Outro importante APH preocupado em formular políticas para internacionalização dos capitais foi a **SOBEET**. Em sua descrição institucional, também se coloca como apartidária, sem fins lucrativos e de caráter técnico-científico. Fundada em 1994, o estatuto expõe os seguintes objetivos desta associação:

Artigo 4 - O objeto associativo compreende:

(a) a realização e publicação de pesquisas e estudos atinentes às questões em foco pela Associação. (b) a promoção de reuniões científicas, com a finalidade de (i) promover a difusão dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos por associados e terceiros; (ii) ampliar os contatos entre instituições e pesquisadores brasileiros e estrangeiros; e (iii) estimular a discussão de questões científicas relevantes; (c) a ampliação do debate acadêmico interdisciplinar dentro das Ciências Humanas, notadamente, Economia, Administração, Sociologia, Geografia, História, Urbanismo, Direito, Sociologia e Política Internacional; (d) a busca de integração de universidades, empresas, órgãos de governo nacionais e estrangeiros, câmaras de comércio e sindicato de trabalhadores, através de uma rede de dados, visando a aceleração da troca de informações entre os participantes; (e) a interligação não apenas entre acadêmicos, mas também de diplomatas, empresários, jornalistas e outros profissionais interessados na troca de informações sobre empresas estrangeiras, capital estrangeiro e sobre o tema da globalização econômica; (f) a organização, divulgação e promoção de eventos, notadamente de um encontro anual de estudos sobre globalização econômica, empresas transnacionais e capital estrangeiro. (g) a participação isolada ou consorciada em organização de cursos, palestras, videoconferências, treinamentos e outras atividades educativas. (h) o investimento na multiplicação dos contatos institucionais diretos com institutos, empresas, universidades, organismos oficiais, bilaterais e diplomáticos sediados em quaisquer países. (i) promoção do intercâmbio cultural entre o Brasil e outros países no que concerne ao tema objeto da Associação. (j) a realização individual ou coletiva de estudos, pesquisas e trabalhos técnicos atinentes às questões em foco pela Associação. (http://www.sobeet.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=14)

A SOBEET publica boletins e livros, tendo como principais mantenedores o jornal Valor Econômico e a EMBRAER. No recorte temporal destinado a esta pesquisa, a associação publicou quatro livros destinados a questão da internacionalização das empresas brasileiras, oito boletins e dois eventos destinados a discutir este tema: “Conjuntura externa e Desafios da Internacionalização” (2009) e “Internacionalização de Empresas Brasileiras²⁸⁶” (2013).

A diretoria da SOBEET é formada por Diretor presidente: Luís Afonso Fernandes Lima; Diretor vice-presidente: Reynaldo Passanezi; Diretor - tesoureiro: Frederico Araujo Turolla; Diretores: Ana Lucia; Castagnari Marra Ernesto Lozardo; Jose Augusto Guilhon Albuquerque; José Roberto de Araújo Cunha Júnior; Nicola Basile Tingas; Marcelo Petersen Cypriano.

Através de pesquisa feita em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), foi identificada as principais formas de atuação internacional do capital-imperialismo brasileiro: licenciamentos, escritórios para comercialização, instalação de unidades próprias no exterior e aquisição de empresas no exterior:

²⁸⁶ Doutoranda em História Social do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). E-mail: araujombarbara@gmail.com

Quais as principais formas de atuação da sua empresa nos mercados internacionais?				
FORMAS DE ATUAÇÃO	Bens de consumo	Bens intermediários	Bens de Capital	Serviços
Licenciamento	13,6%	11,5%	20,0%	12,5%
Escritórios voltados à comercialização	40,7%	34,6%	20,0%	25,0%
Unidades de produção / serviços próprios no exterior	25,4%	26,9%	40,0%	40,6%
Aquisição de empresas estrangeiras	20,3%	26,9%	20,0%	18,8%

Retirado: SOBEET, Valor Econômico. Elaboração: CNI (2012)

Na mesma pesquisa, o BNDES é apontado como principal fonte de financiamento para os investimentos no exterior, juntamente com as dívidas no exterior, financiamento próprio ou bancos no exterior.

Considerações Finais:

Este trabalho teve por objetivo apresentar a operacionalidade da categoria Aparelhos Privados de Hegemonia em pesquisas que envolvam o capital-imperialismo contemporâneo, mais detidamente aqueles que buscam formular políticas de ação e expansão dos capitais em âmbito internacional. Focamos nos casos do Fórum Nacional e da SOBEET, deixando de radiografar inúmeros outros APH's por conta da limitação de páginas.

Longe de ser algo conclusivo, este pequeno esboço reflexivo trás a tona o importante papel dos APH's na formulação e análise das políticas internacionais, mas também aponta para a capacidade de trânsito e influência dos membros das comissões diretoras destes aparelhos na sociedade política. Nesse sentido, o pensamento gramsciano é fundamental para entender a soldagem entre sociedade civil-sociedade política, através da atuação dos intelectuais formuladores de políticas para a expansão do capital.

Referências Bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti & REIS VELLOSO, João Paulo. Rio de Janeiro (Coordenadores). A promoção do desenvolvimento: Os 50 anos do BNDES e do Banco do Nordeste, Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre: Editora L&PM, 1981.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere (6Vls). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina. O Estado brasileiro: Agências e Agentes. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/EdUFF, 2005.

Sites:

<http://www.sobeet.org.br/>

<http://www.inae.org.br/>

**MESA 07: RELAÇÕES ENTRE CAPITALISMO, RACISMO E SEXISMO: REFLEXÕES
TEÓRICAS E HISTÓRICAS**

Coordenadora: Bárbara Araújo Machado

Esta mesa pretende propor uma discussão sobre as relações entre capitalismo, racismo e sexismo a partir de um entendimento do capitalismo como uma totalidade contraditória, na qual as relações raciais e de gênero se apresentam como determinantes. Em consonância com intelectuais marxistas ligadas/os à teoria da reprodução social, entendemos a determinação de maneira dialética, procurando analisar os modos com que raça, gênero e classe se relacionam em contextos historicamente específicos, tendo em vista compreender a lógica subjacente que estrutura essas relações. As formulações de Antonio Gramsci sobre as relações entre grupos dominantes e subalternos, em especial os conceitos de Estado Ampliado, aparelhos privados de hegemonia e fração de classe, são aqui tomados como importantes contribuições na complexificação da noção de classe social, na busca de compreendê-la em toda sua heterogeneidade. Os trabalhos aqui apresentados tratam de contextos e recortes bastante diversos. Bárbara Araújo revisita a obra de Florestan Fernandes e Heleieth Saffiotti para refletir sobre as relações entre racismo, sexismo e capitalismo na sociedade brasileira, estabelecendo um diálogo entre alguns aspectos da obra desses autores com intelectuais ligadas à noção de interseccionalidade e à teoria marxista da reprodução social. Já trabalho de Livia Berdu tem como objetivo refletir acerca do processo de formação da classe trabalhadora carioca, situando os trabalhadores negros escravizados e libertos nesse contexto, durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. Por fim, o trabalho de Danielle Jardim buscará abordar a trajetória político-intelectual de Alexandra Kollontai, articulando os conceitos de intelectual orgânico e Estado ampliado, resgatando para isso suas movimentações partidárias e estatais para a implementação de políticas para as mulheres na URSS dos anos 1920.

REPENSANDO O CAPITALISMO BRASILEIRO COMO TOTALIDADE CONTRADITÓRIA A PARTIR DE FLORESTAN FERNANDES E HELEIETH SAFFIOTI

Bárbara Araújo Machado²⁸⁷

Resumo: Este trabalho tem como objetivo geral refletir sobre as relações de produção e reprodução social na formação do capitalismo brasileiro através de um entendimento do capitalismo como uma totalidade contraditória. Tal termo, proposto por autoras ligadas à teoria marxista da reprodução social, visa ressaltar as relações de gênero, raça e classe como determinantes históricas. Nessa perspectiva, o capitalismo, em sentido radicalmente histórico, é necessariamente um modo de produção racializado e permeado por relações de gênero. As formulações de E.P. Thompson e de Antonio Gramsci sobre classe social aparecem aqui como importantes lentes de compreensão do capitalismo na sociedade brasileira, ao ressaltarem o caráter heterogêneo e complexo da classe. À luz das ideias de Thompson e Gramsci e da teoria da reprodução social, o presente trabalho se propõe a revisitar alguns aspectos da obra de Florestan Fernandes e de Heleieth Saffioti para refletir sobre a totalidade histórica do capitalismo no Brasil, destacando-se as dinâmicas do racismo e do sexismo na estruturação da sociedade brasileira. Esse esforço integra um processo de pesquisa mais amplo ligado à minha tese de doutorado, em fase de redação, intitulada "Entre raça, gênero e classe: a formação do movimento de mulheres negras no Brasil (1978-2000)". A pesquisa tem como objetivo analisar o processo histórico que levou intelectuais orgânicas negras que participaram de organizações feministas, do movimento negro e de partidos políticos a se diferenciarem, de modos diversos, dos sujeitos componentes de tais movimentos, e a se reconhecerem enquanto grupo político, tendo concluído pela necessidade de criação de organizações específicas de mulheres negras.

Introdução

O presente trabalho consiste em uma proposição bastante inicial, dados os limites deste artigo, sobre a necessidade de compreender o capitalismo brasileiro como uma *totalidade contraditória*. Essa expressão tem sido usada por autoras marxistas feministas, muitas das quais ligadas à Teoria da Reprodução Social (TRS). Tais autoras compreendem a realidade social como uma totalidade unificada, mas diferenciada e contraditória; “aberta e historicamente mutável, cuja lógica reprodutiva reside em todas as suas partes, mesmo se essas partes não são necessariamente ou puramente funcionais ou

²⁸⁷ Dominação-exploração é um conceito utilizado por Saffioti para superar, por um lado, a noção de que a base econômica do patriarcado se expressa apenas no âmbito produtivo (discriminação salarial, segregação ocupacional, etc.) mas também no controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres (SAFFIOTTI, 2015, p. 113). Por outro lado, procura superar uma concepção tripartite de sociedade, que separe político, econômico e social. Assim, “a dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces” (SAFFIOTTI, 2015, p. 113).

reduzíveis ao todo" (FERGUSON, 2017, p. 22). Essa concepção se baseia em um entendimento dialético da determinação, que analisa a maneira pela qual os diferentes aspectos do social se relacionam em dado contexto histórico. No modo de produção capitalista, as relações de classe, gênero e raça determinam umas às outras e não são reduzíveis ao todo social, mas o integram. Nessa perspectiva, o racismo e o sexismo não são localizados à margem da análise de um processo econômico mais profundo, mas como estruturalmente relacionadas ao capitalismo (BHATTACHARYA, 2017, p. 16). É nesse sentido que Susan Ferguson afirma que "'Capitalismo' como uma simples abstração não existe 'realmente'. Há apenas o capitalismo racializado, patriarcal, no qual a classe é concebida como uma unidade de relações diversas que produzem não apenas lucro ou capital, mas o capitalismo" (FERGUSON, 2017, p. 23).

Um entendimento da classe social dialético e histórico é, portanto, chave nesse cenário. Para superar o reducionismo economicista e compreender classe “uma unidade de relações diversas” atravessada por múltiplas determinações, as formulações Antonio Gramsci e E.P. Thompson me parecem fundamentais. A noção de frações de classe proposta por Gramsci indica uma heterogeneidade interna às duas grandes classes do capitalismo, burguesia e proletariado, evidenciando a existência de disputas intraclasses por hegemonia. A abordagem gramsciana da questão de classe pode ser enriquecida pelas formulações de Thompson, que rejeita uma percepção estática do conceito para compreendê-lo como um processo histórico -- e não como uma abstração teórica -- atravessado por múltiplas determinações. Seu conceito de experiência como mediação entre o modo de produção e a consciência de classe possibilita uma apreensão da classe não como uma “estrutura”, no sentido da metáfora base-superestrutura criticada pelo autor, “nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente [...] nas relações humanas” (THOMPSON, 2015, p. 9-10).

Pensar o capitalismo brasileiro como uma totalidade contraditória significa trazer as relações raciais e de gênero para o centro da análise, buscando compreender seu papel determinante nessa totalidade. Proponho, neste artigo, esboçar um diálogo entre tal abordagem e dois autores fundamentais do chamado Pensamento Social Brasileiro: Florestan Fernandes e Heleieth Saffiotti. Ambos dedicaram suas vidas à formulação de análises da sociedade brasileira que relacionassem estruturalmente as relações raciais e de sexo/gênero e o desenvolvimento do capitalismo no país. Revisitarei aqui alguns aspectos das obras desses intelectuais comentando algumas potencialidades e limites para o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda sobre a totalidade contraditória do capitalismo no Brasil.

A função social do preconceito e da discriminação raciais no capitalismo brasileiro

No âmbito dos estudos sobre relações raciais no Brasil, Florestan Fernandes teve papel fundamental. Uma de suas mais importantes obras, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, contestou frontalmente a noção hegemônica do Brasil como uma democracia racial, tomada pelo autor como um mito. *A Integração do Negro* foi resultado de um esforço de pesquisa sobre relações raciais no Brasil sob sua coordenação e de Roger Bastide, a pedido da UNESCO, no início dos anos 1950. O projeto UNESCO tinha como objetivo "apresentar ao mundo os detalhes de uma experiência no campo das interações raciais julgada, na época, singular e bem-sucedida" (MAIO, 1999, p. 141).

A pesquisa de Fernandes e Bastide derrubou a hipótese da UNESCO, embora a ideia do Brasil como um paraíso racial miscigenado onde inexisteriam tensões raciais fosse vir a ser defendido pelo Estado brasileiro ditadura empresarial-militar adentro. Decorrente desse projeto de pesquisa, a obra de Florestan foi lançada no ano do golpe, 1964. Segundo o autor, ela se trata de um "estudo da formação, consolidação e expansão do regime de classes sociais no Brasil do ângulo das relações raciais" (FLORESTAN, 2008, p. 14). Seu objetivo, ao estudar particularmente a cidade de São Paulo, era analisar "as conexões existentes entre a revolução burguesa, a desagregação do regime servil e a expulsão do 'negro' do sistema de relações de produção" (FLORESTAN, 2008, p. 15).

Segundo Antônio Sérgio Guimarães, o livro é resultante de um método de investigação histórico-estrutural, apresentando conceitos de autores como Durkheim e, "principalmente, a dialética de Marx, a que Antonio Candido se refere como o 'rio subterrâneo' que sempre correu nos escritos de Florestan" (GUIMARÃES, 2008, p. 9). Ainda assim a concepção de classe social de Fernandes aqui é predominantemente weberiana. Apesar de sua importância, a obra traz teses controversas, refutadas por estudos posteriores, tais como "a tese da auto-exclusão do negro e do mulato do mercado de trabalho paulista, nos anos que se seguiram à Abolição; e a tese complementar de que os imigrantes europeus não discriminaram racialmente os negros" (GUIMARÃES, 2008, p. 11).

Diante da verificação da não integração do negro na sociedade de classes no Brasil, Florestan questionou-se quanto ao porquê da desigualdade racial, quando o modelo europeu de transição capitalista indica um caráter democrático para o que ele chama de "ordem social competitiva". Numa democracia burguesa, as desigualdades sociais deveriam, de acordo com essa lógica, ser de ordem estritamente econômica. A resposta estaria em uma sobrevivência tradicionalista e patrimonialista da sociedade brasileira, que atravancava o pleno desenvolvimento da ordem competitiva. O sociólogo Carlos Hasenbalg critica essa perspectiva de Florestan em *A Integração do Negro*, de que "o desenvolvimento ulterior da

sociedade de classes levará ao desaparecimento do preconceito e da discriminação", posição que qualifica como demasiadamente "otimista" (HASENBALG, 1979, p. 76) O autor afirma que a explicação baseada em "sobrevivências" e "atrasos" não explica a verdadeiramente a persistência da desigualdade racial na nova estrutura. Segundo o autor, "as 'sobrevivências' são elaboradas e transformadas dentro da estrutura social modificada" (HASENBALG, 1979, p. 77). Ele explica:

"A sociedade capitalista transforma o significado da raça como dimensão adscritiva dentro de um sistema de estratificação e mobilidade social em que a competição e atributos adquiridos são enfatizados. A sociedade de classes confere uma nova função ao preconceito e discriminação raciais: as práticas racistas [...] tendem a desqualificar os não-brancos da competição pelas posições mais almejadas que resultam do desenvolvimento capitalista e da diferenciação da estrutura de classes" (HASENBALG, 1979, p. 77)

A problematização de Hasenbalg é chave para nossa análise. Florestan identificou um aspecto fundamental do desenvolvimento do capitalismo no Brasil: a função social do preconceito e da discriminação raciais. Mas sua perspectiva weberiana naquele momento desdobrou-se em um entendimento de que essa função social está ligada à manutenção das "castas" de senhor e escravo: preconceito e discriminação serviriam para "legitimar comportamentos e instituições moralmente proscritos" e "regular o convívio inter-racial, submetendo todas as suas manifestações [...] a um código de ética inflexível na preservação da distância econômica, social e cultural existente entre senhor e escravo" (FERNANDES, 2018, p. 182). Nessa análise, preconceito e discriminação possuiriam uma faceta social, vinculando-se à "estrutura e o funcionamento de uma sociedade de castas, na qual a estratificação racial correspondia aos princípios de integração social" e também uma faceta racial, "menos aparente e dissimulada", na medida em que os senhores eram "extraídos de um estoque racial branco" e exerciam uma "dominação social que era, ao mesmo tempo, uma dominação racial" (FERNANDES, 2018, p. 183). Desse modo, "a estratificação social pressupunha [...] uma estratificação racial e a ocultava" (FERNANDES, 2018, p. 183), havendo aí "um paralelismo fundamental entre 'cor' e 'posição social'" (FERNANDES, 2018, p. 183).

Uma perspectiva marxista permite ir além dessa análise, evidenciando a função social do preconceito e da discriminação raciais não como estranha ao desenvolvimento do capitalismo, mas pertencente à dinâmica das relações sociais conflituosas presente no capitalismo. Abigail Bakan (2016) explica que essas relações não apenas pertencem ao capitalismo, mas que ele *depende* dessas relações e as *reproduz*. Segundo a autora, embora o impulso econômico do capitalismo pareça tender a anular as diferenças entre os seres humanos como trabalhadores mercantilizados, eles interagem em uma relação

competitiva por meios de reprodução e sobrevivência escassos. Nessa competição, as diferenças são instrumentalmente enfatizadas pelo capitalismo. Pensando nos entraves para a integração do negro na sociedade de classes, a reprodução de relações de alienação entre membros da classe trabalhadores negros e brancos (inclusive imigrantes) atua como uma forma opor sujeitos explorados e enevoa distinções de classe, ao mesmo tempo em que cultiva diferenças que isolam indivíduos de aliados potenciais dentro da mesma classe. Além disso, causa impacto em baixas de salários, molda exércitos de reserva e divide mercados de trabalho (BAKAN, 2016). Nesse sentido, cabe retomar a colocação de Florestan:

"A 'revolução burguesa' praticamente banuiu o 'negro' da cena da história. [...] o negro não ficou apenas à margem dessa revolução. Foi selecionado negativamente, precisando contentar-se com aquilo que, daí por diante, seria conhecido como 'serviços de negro': trabalhos incertos ou brutos, tão penosos quanto mal remunerados" (FERNANDES, 2018, p. 171).

Nessa leitura, as funções do preconceito e da discriminação racial dizem menos respeito à manutenção das castas senhor e escravo, sobrevivência de uma ordem social patrimonialista pré-capitalista, e mais à reprodução de relações de exploração, alienação e opressão no capitalismo. As formulações de Bakan (2016) sobre tais relações indicam que a alienação contribui para uma “boa” recepção das relações historicamente específicas de opressão – o preconceito e a discriminação racial, neste caso – ao se alimentar de um sentimento de estranhamento entre os sujeitos humanos. Nesse sentido, a exclusão da população negra não é nem uma sobrevivência nem o resultado de uma auto-exclusão, como chega a sugerir Florestan em dado momento. Ela é resultado das dinâmicas contraditórias, mas concretas, do capitalismo. Essas relações estão diretamente ligadas ao âmbito da produção, mas também se expressam nas relações de reprodução social no sentido que propõe a TRS, ponto que retomaremos adiante. Assim, embora Florestan identifique corretamente a não integração do negro, o “dilema racial brasileiro”, que imiscuiu “traços do passado” à gênese da sociedade de classes no Brasil (ARRUDA, 1996, p. 200), não é verdadeiramente um paradoxo, mas faz parte do jogo do capitalismo no Brasil e de seu lugar na dinâmica capitalista global.

A particularidade do desenvolvimento de um capitalismo periférico no Brasil e sua relação com as nações capitalistas centrais e hegemônicas são analisadas por ele de forma muito interessante em *A Revolução Burguesa no Brasil*. Nessa obra, publicada em 1975 mas redigida desde meados dos anos 60, Florestan reflete sobre "como e por que a Revolução Burguesa constitui uma realidade histórica peculiar nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas" (FERNANDES, 2005, p. 340), focando-se particularmente no caso brasileiro. Ele dialoga com a ideia da necessidade de uma revolução nacional

democrática, presente no debate socialista brasileiro, como requisito para uma revolução socialista, dados os resquícios pré-capitalistas em nossa sociedade. O acontecimento do golpe militar de 1964, como marco de um viés autoritário no capitalismo brasileiro, aparece também como questão a ser compreendida.

Em *A Revolução Burguesa*, Florestan traz uma importante mudança de perspectiva para a peculiaridade da transição capitalista no Brasil: ela não aparece mais como atrasada por conter “sobrevivências” de sistemas anteriores, que poderiam ser superadas pela continuidade do desenvolvimento capitalista; seu “atraso” tem relação direta com os interesses tanto das burguesias dos países centrais como da burguesia nacional. Aqui, a burguesia nacional é retirada do lugar de vítima do imperialismo para uma compreensão mais profunda de seu papel na dinâmica do capitalismo global. Segundo Florestan,

“tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas [...] querem: *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore.*” (FERNANDES, 2005, p. 343).

Assim, ele sublinha a presença de interesses comuns entre as frações burguesas, que desdobram-se em uma configuração particular do desenvolvimento do capitalismo em países periféricos como o Brasil. Essa configuração demanda, aqui, uma “dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia” (FERNANDES, 2005, p. 340). A dinâmica do capitalismo dependente, portanto, direcionou o país ao autoritarismo, o que ficou explícito no acontecimento do golpe de 1964. A análise de Florestan sobre a formação de um capitalismo dependente se distingue de análises atualmente ultrapassadas, como a teoria do desenvolvimento, na medida em que não se centra na noção de *dependência*, mas na de *capitalismo*, para compreender a dinâmica social global (LEHER, 2015). Assim, o autor foi capaz de enredar analiticamente, ao longo de sua vasta obra, capitalismo, colonialismo/imperialismo e relações raciais de maneira brilhante.

Patriarcado-racismo-capitalismo: o nó de Heleieth Saffioti

Heleieth Saffioti produziu uma extensa obra com o objetivo de examinar como as desigualdades entre homens e mulheres operam no capitalismo. Seu livro *A Mulher na sociedade de classes*, publicado em 1969 como tese de livre docência sob a orientação de Florestan Fernandes, é considerado como o

primeiro grande avanço teórico do novo feminismo pós-Beauvoir (CONNEL; PEARSE, 2015). A obra, influenciada profundamente pelo marxismo, apesar do limitado acesso a essa bibliografia no Brasil quando da realização de sua pesquisa, realiza uma abordagem histórica que revela o sexo (nessa obra, Saffioti ainda não usava o conceito de gênero) como um elemento de estratificação social na sociedade brasileira. Nessa obra pioneira sobre o lugar das mulheres na história do Brasil, Saffioti trabalhou com a ideia de patriarcado no sentido que vinha sendo utilizado por outros autores do pensamento social brasileiro. A função da família patriarcal na sociedade brasileira escravocrata foi amplamente discutida por autores como Gilberto Freyre (2006), apontando-se para a subordinação das mulheres e dos demais dependentes em relação ao chefe de família. Às mulheres que não se adequavam à ordem patriarcal – para as brancas, ligado aos domínios do casamento, maternidade e Igreja e, para as negras, à exploração do trabalho e a prestação de serviços sexuais para o senhor – cabiam punições (SAFFIOTI, 2013). Como fizera Florestan em relação à integração da população negra, Saffioti trouxe para o centro de sua análise a questão feminina e a divisão sexual do trabalho ao longo da história brasileira, buscando observar esse fenômeno inclusive no desenvolvimento do capitalismo dependente que aqui se deu. Ela observou perspicazmente que a contradição aparente entre o desenvolvimento do capitalismo e formas “irracionais” de estratificação social baseadas em características “naturais”, como raça e sexo, na verdade constitui uma simbiose positiva para o capitalismo:

“Ilusoriamente, tem-se acreditado que o desenvolvimento das forças produtivas elimina a utilização dos fatores naturais como justificativa da marginalização de enormes contingentes humanos quer do sistema de produção, quer da estrutura de poder da sociedade. [...] Em vez, pois, de se constatar uma associação negativa entre o desenvolvimento das forças produtivas e a utilização de critérios irracionais para a legitimação da ordem social vigente, verifica-se que a associação entre os dois fenômenos mencionados é altamente positiva, embora sutil. [...] Assim, na defesa de valores real ou supostamente mais altos, como o equilíbrio das relações familiares, o bom andamento dos serviços domésticos, a preservação dos métodos tradicionais de socialização dos imaturos, o respeito ao princípio moral da distância entre os sexos, faz-se a mais completa e racional utilização de critérios irracionais, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a pequena inteligência femininas, a fim de imprimir ao trabalho da mulher o caráter subsidiário e torná-la elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das forças produtivas” (SAFFIOTI, 2013, p. 329-330).

Podemos relacionar essa passagem com a discussão anteriormente abordada neste artigo sobre a função social do preconceito e da discriminação no capitalismo, que ganha contornos específicos quando pensamos o capitalismo brasileiro como periférico. Além disso, Saffioti aponta aqui para algo além das relações de produção: ao mencionar o trabalho doméstico, o cuidado das crianças e o controle “moral” dos corpos femininos (a “distância entre os sexos”), ela aponta para o domínio que a TRS chama de reprodução social.

A ideia de reprodução social pode referir-se a dois sentidos distintos: à “reprodução de um sistema inteiro de relações sociais” (p.e. o capitalismo) e ao “domínio mais específico da renovação e da manutenção da vida e das instituições e o trabalho necessário aí envolvido” (BRENNER; LASLETT apud ARRUZZA, 2017, p. 40). Esse segundo sentido é o que nos interessa aqui, por desdobrar-se em uma perspectiva inovadora para o marxismo. Para uma análise realmente completa do capitalismo, é necessário compreender que tanto o trabalho dispensado para produzir mercadorias quanto o trabalho dispensado para produzir pessoas são parte dessa totalidade sistêmica (BHATTACHARYA, 2017, p. 15). Cabe, então, voltar o olhar para “o trabalho reprodutivo diário e geracional que ocorre em lares, escolas, hospitais, prisões, etc.” (FERGUSON apud BHATTACHARYA, 2017, p. 15). O trabalho reprodutivo não deve ser confundido com trabalho doméstico ou com trabalho reprodutivo, mas é relevante que grande parte desse trabalho social recaia sobre as mulheres, sendo frequentemente subsumido no âmbito do privado pela instituição social da família nuclear no capitalismo.

No Brasil, o trabalho reprodutivo tem gênero, raça e classe social. Coincidindo com o trabalho doméstico ou constituindo-se em trabalho remunerado, como no caso das empregadas domésticas, a profunda relação entre racismo, sexismo e capitalismo se expressa nessas relações de maneiras diversas ao longo da história. As relações entre gênero, raça e classe foram objeto de estudos de Saffioti, que desenvolveu um aparato conceitual próprio para abordá-las. Ela explicita suas formulações em *Gênero patriarcado violência*, publicado no ano de 2004. Desde a publicação de *A Mulher na sociedade de classes*, Saffioti desenvolveu sua análise, aproximando-se cada vez mais dos debates feministas. A autora passa a utilizar o conceito de patriarcado em diálogo com a forma como foi utilizado pelas feministas da década de 1970, mas dá a ele seu próprio contorno, buscando combinar seu uso com o do conceito de gênero. Saffioti tece críticas a este último, argumentando que “não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes a hierarquia é apenas presumida” (SAFFIOTI, 2015, p. 15). É nesse sentido que ela é contra o abandono do patriarcado, por ser “o único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher” e “singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem por serem homens” (PATEMAN apud SAFFIOTI, 2015, p. 58). Vemos, portanto, que Saffioti não se refere mais à relação privada, ligada à esfera familiar que o adjetivo “patriarcal” carregava tradicionalmente no pensamento social brasileiro. Ele passa a ser tratado como “uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”, referindo-se a relações sociais amplas, institucionais,

inclusive no âmbito do público de dominação-exploração entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2015, p. 60).²⁸⁸

Para designar o entrelaçamento entre gênero, raça e classe, Saffioti elaborou o conceito de nó. Segundo ela,

“o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade. Essas contradições, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquela que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história” (SAFFIOTI, 2015, p. 83).

Esse nó, portanto, representa mais que a soma desses eixos estruturante, pois “contém uma condensação, uma exacerbação, uma potenciação de contradições” e é nele em que “atuam, de forma imbricada, cada uma das contradições mencionadas” (SAFFIOTI, 2015, p. 83). Podemos relacionar a metáfora do nó com os conceitos de interseccionalidade, proposto pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw (2002), e de consubstancialidade, proposto por feministas materialistas francófonas como Danielle Kergoat (2010), com quem Saffioti chega a dialogar em *Gênero Patriarcado Violência*. Embora todas essas formulações tenham em comum a defesa da necessidade de uma análise articulada de elementos como gênero, raça e classe, a ideia de nó tem suas particularidades. A imagem do nó, para a autora, indica não uma relação rígida, mas frouxa, entre os “eixos estruturantes da sociedade”, deixando espaço para certo grau de mobilidade entre eles. Em síntese:

“as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência da classe. Para amarrar melhor essa questão, precisa-se juntar o racismo. O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade composta e nova que resulta desta fusão” (SAFFIOTI, 2015, p. 122).

Ao tratar de abordagens que buscaram compreender a articulação entre gênero, raça e classe, o autor marxista David McNally, ligado à TRS, observou a existência de análises que propõem o entrelaçamento de sistemas de opressão, buscando “superar a imagem conceitual que tem assombrado a teoria da interseccionalidade: a de identidades ou lugares reificados e pré-constituídos que entram em algum tipo de contato externo umas com as outras (MCNALLY, 2017, p. 110). Para McNally, essas abordagens ainda assim recaem em um “atomismo ontológico”: “a ideia de que há relações de opressão independentemente constituídas que, em algumas circunstâncias se cruzam” (MCNALLY, 2017, p. 110). É possível considerar que a ideia de nó possa recair, em alguma medida, nesse atomismo ontológico,

²⁸⁸ Mestre em História pela UFF. Email: jardim_danielle@yahoo.com.br.

afinal, a ideia de “realidade compósita”, ainda que distinta da soma das partes, ainda está expressa em uma imagem de entrelaçamento. Essa imagem não chega a expressar a noção de uma totalidade contraditória fruto de múltiplas determinações que se determinam umas às outras.

Na perspectiva da TRS, na totalidade social concreta “cada aspecto pode ser mostrado para refletir outros”, “cada aspecto contem o macrocosmo no microcosmo. As distintas partes da totalidade social são, portanto, internamente relacionadas; elas mediam umas as outras e, fazendo isso, constituem umas às outras” (BANNERJI apud MCNALLY, 2017, p. 118). Autoras ligadas à TRS têm buscado superar a noção de patriarcado e capitalismo como sistemas duais (eventualmente sendo acrescentado o racismo como um terceiro sistema), procurando incluir as dimensões da produção e da reprodução em uma teoria unitária (ARRUZZA, 2015).

Saffioti, em sua obra mais recente, trabalha com a noção de sistemas triplos. Para a autora, sendo o patriarcado um sistema de dominação anterior ao capitalismo, ele se molda para coexistir e potencializar o processo de dominação-exploração presente neste. Essa relação é alterada conforme o contexto social e os processos de desenvolvimento e crise por qual passa o capitalismo desde sua gênese. Portanto, “não há de um lado dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração” (SAFFIOTI, 2015, p. 138). Saffioti trabalha com a expressão “patriarcado-capitalismo”, somando-se eventualmente o racismo, para sublinhar esses três elementos como estruturantes da sociedade:

“É impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação-exploração fundidos no patriarcado-racismo-capitalismo pelas discriminações diariamente praticadas contra as mulheres. De outra parte, convém notar que a referida simbiose não é harmônica, não é pacífica. Ao contrário, trata-se de uma unidade contraditória” (SAFFIOTTI apud MOTTA, 2017, p. 85).

É bastante significativo aqui o uso da expressão “unidade contraditória”, no contexto de nossas considerações. É possível (e justo) considerar a obra de Saffioti em seu refinamento teórico e analítico, que por vezes recai em uma perspectiva que admite a ideia de sistemas triplos, mas que vai além dela. Isso porque o marxismo de Saffioti não permite o abandono da perspectiva dialética que olha para as contradições sem perder de vista sua síntese:

“Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de *gênero*, de *raça/etnia* e de *classe social* –, embora as análises tendam a separá-las. Aliás, o prejuízo científico e político não advém da separação para fins analíticos, mas sim da ausência do caminho reverso: a síntese. [...] o patriarcado [...] penetrou em todas as esferas da vida social [...]. De outra parte, o capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais, nelas incluídas as chamadas específicas de *gênero*

[...]. Da mesma forma, a *raça/etnia* [...] imprimiu sua marca no corpo social por inteiro. A análise das *relações de gênero* não pode, assim, prescindir, de um lado, das análises das demais, e, de outro, da recomposição da realidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições sociais básicas.” (SAFFIOTI, 2015, p. 134).

Sem dúvida, o nó de Heleieth Saffioti representa uma contribuição fundamental para a análise das relações de classe, raça e gênero na sociedade brasileira. É possível, contudo, dar novos passos adiante nessa análise.

Conclusão: repensar o capitalismo no Brasil como totalidade contraditória

A construção de conhecimento via dialética não significa o abandono das formulações antigas, mas o confronto de suas teses com perspectivas críticas para a formulação de formas novas de saber. Este trabalho procurou fazer esse exercício ao retomar aspectos da obra de grandes intelectuais do pensamento social brasileiro – Florestan Fernandes e Heleieth Saffioti – sob um olhar baseado na teoria marxista da reprodução social, bem como de outros autores marxistas fundamentais para a complexificação da compreensão sobre capitalismo e classes sociais no Brasil. As obras de Fernandes e Saffioti procuraram constituir uma análise global do desenvolvimento da sociedade de classes no Brasil, considerando os aspectos de raça e gênero como estruturantes da totalidade social. Nossa proposta consistiu em dar prosseguimento a esse esforço a partir da compreensão do capitalismo como uma totalidade contraditória, uma unidade que inclui raça e gênero como determinações, como elementos constitutivos e constituídos pelo todo social.

A tendência ao autoritarismo do Estado capitalista brasileiro identificada por Florestan Fernandes pode ter sua compreensão aprofundada a partir das formulações gramscianas sobre a presença de consenso e coerção no Estado capitalista. A análise da dinâmica complementar, no bojo do capitalismo dependente, das dominações burguesas no centro e na periferia do capitalismo pode ser ainda mais refinada a partir da análise das disputas entre frações da classe dominante, tomando-se sempre como referência que o capitalismo é de escala global. Para Gramsci, os aparelhos de hegemonia da sociedade civil e a ação do Estado restrito promovem e generalizam “o projeto da fração de classe hegemônica em certo contexto histórico” (MENDONÇA, 2014, 37). Articular essa concepção com as relações de

produção e reprodução envolvidas no sistema capitalista racista e sexista é uma chave de entendimento promissora.

O entendimento da classe social em perspectiva radicalmente histórica impede o reducionismo economicista e revela a classe não como um elemento em interação com gênero e raça, mas como um fenômeno racializado e gendrado. Nos países da periferia do capitalismo, como é o caso dos latino-americanos, essa compreensão pode nos dar

"ferramentas para entender por exemplo como a mestiçagem como ideologia nacionalista e homogeneizante teve como base fundamental a violação das mulheres indígenas e negras por parte dos colonizadores, a partir de uma lógica heterossexual que faz com que os homens se apropriem do corpo das mulheres, sobretudo aquelas cujos corpos são valorizados ou como mercadoria, ou como meros objetos referidos à natureza" (CURIEL, 2008: 20, tradução minha).

No caso do Brasil, a experiência do colonialismo, da escravidão e o sexismo que atravessa essas relações conformou uma totalidade capitalista marcada pelo cruel racismo à brasileira, que tem no silenciamento uma de suas armas mais poderosas. É nesse sentido que Sueli Carneiro afirma que "o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira" (CARNEIRO, 1995: 546). A compreensão da natureza unificada e contraditória do capitalismo no Brasil, portanto, não constitui apenas importante ferramenta teórica, mas também ferramenta política na luta contra as desigualdades sociais da forma em que se apresentam em nossa sociedade.

Bibliografia

ARRUDA, Maria Arinda N. Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes. In: MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (orgs). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 33-58, 2015.

_____. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 39-60, 2017.

BAKAN, Abigail. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. **Revista Outubro**, n. 27, pp. 45-76 nov. 2016.

BATTHACHARYA, Titthi (org.). **Social Reproduction Theory: remapping class, recentering oppression**. London: Pluto Press, 2017.

CARNEIRO, Sueli. "Gênero, raça e ascensão social". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, pp. 544-552, 1995.

CONNEL, Raywin; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002.

CURIEL, Ochy. **Género, Raza, Sexualidad: debates contemporaneos**. 2008. Disponível em: <http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, n. 10, 2017, pp. 13-38.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"**. vol. 1. São Paulo: Globo, 2008.

_____. O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista. In: _____. **A Revolução Burguesa no Brasil - Ensaio de Interpretação Sociológica**. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. Relações de raça no Brasil: realidade e mito. In: _____ / DAVID, Antonio (org.). **O Brasil de Florestan Fernandes**. Belo Horizonte: Autêntica / São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Prefácio. In: _____. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"**. vol. 1. São Paulo: Globo, 2008.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

LEHER, Roberto. **Florestan Fernandes e a revolução brasileira**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QjkXa53VTXA&t=2604s>>. Acesso em: 20 set. 2018.

MAIO, Marcos C. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 41, pp. 141-158, out. 1999.

MCNALLY, David. Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction Theory. In: BATTHACHARYA, Titthi (org.). **Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression**. London: Pluto Press, 2017.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, pp. 27-43, jan./jul. 2014.

MOTTA, Daniele C. **Desvendando o nó: a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

DISPUTAS NO ESTADO AMPLIADO E ESTADO RESTRITO NA PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS SOVIÉTICAS PARA MULHERES: Reflexões sobre a trajetória de Alexandra Kollontai.

Danielle Jardim da Silva²⁸⁹

Resumo: A experiência soviéticas nos anos após a Revolução Russa, sobretudo na primeira metade da década de 1920, deu passos fundamentais na garantia de direitos para as mulheres que garantiu conquista até então nunca vistas nos países capitalistas. A presença da primeira mulher em um cargo compatível ao de ministra, a legalização do aborto e a construção de creches, lavanderias e restaurantes comunitários e a entrada massiva das mulheres no trabalho assalariado como forma de independência financeira frente à família são somente alguns exemplos das dezenas de políticas implementadas no período. Tais políticas foram formuladas e aplicadas a partir da articulação entre o movimento das mulheres e o partido, onde as mulheres estavam auto-organizadas, e o Estado, esfera que elas buscavam não somente pressionar, mas também se inserir de forma a garantir a implementação das políticas públicas voltadas à parcela feminina da população.

O presente trabalho se propõe o exercício da aplicação dos conceitos gramscianos de Estado restrito de Estado ampliado à análise das movimentações necessárias à implementação das políticas públicas para mulheres na Rússia soviética do período da década de 1920, analisando como essas duas esferas se relacionaram para obter as políticas resultantes desta interação. Também buscaremos refletir sobre o papel dos intelectuais orgânicos como, por exemplo, Alexandra Kollontai, uma das principais formuladoras e organizadoras sobre a questão feminina na Rússia soviética. Buscamos com isso construir uma aproximação entre estudos soviéticos sobre a mulher a teoria de Antônio Gramsci, contribuindo para a ampliação das possibilidades de pesquisa e instrumental teórico utilizado nas mesmas.

Introdução

Desde os primeiros períodos do curso de graduação, nos quais tive contato com a leitura de Gramsci, minha relação com o mesmo foi quase sempre de “amor e ódio”, variando entre achá-lo brilhante, organizando e indo mais a fundo, de novas formas, sobre reflexões já presentes nas reflexões de Marx e Lênin, e me debater em meio à sua escrita truncada, difícil e, em alguns momentos, impossível para mim.

De lá pra cá muitos anos se passaram, e o encontro com Gramsci continuou conflituoso, porém cada vez menos. Fui compreendendo o caráter fragmentário, circular e reflexivo de seus escritos, fui aprendendo a “traduzir” algumas referências da cultura, da história e da política italianas, repletas nos

²⁸⁹ Kollontai era filha de uma camponesa finlandesa e um general ucraniano pertencente à nobreza latifundiária.

escritos de Gramsci, e, principalmente, fui apreendendo muitas de suas categorias graças ao debate e estudo coletivo em espaços frutíferos, dentre os quais o Simpósio Nacional Estado e Poder (SNEP) e o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-Marx) são alguns dos exemplos mais marcantes. Recentemente, uma nova jornada de estudos sobre o Gramsci vem sendo feita, a partir de uma oportunidade de estudo à qual devo agradecer à Tatiana Poggi e Demian Melo. A cada jornada dessas, me sinto mais próxima de Gramsci, seu pensamento e suas categorias fundamentais para se pensar a sociedade capitalista.

Dito isso, gostaria de explicar que meu intuito com esse artigo, não será o de, como uma especialista em Gramsci, “dar uma aula” sobre o filósofo italiano, mas, antes, como quem estuda o mesmo, realizar o exercício de aplicação de suas categorias a uma pesquisa histórica. Meu objetivo com isso é testar as possibilidades de utilizar algumas categorias gramscianas como chave interpretativa para uma dada realidade.

Para esse exercício teórico e histórico, não utilizarei uma pesquisa em andamento, mas uma pesquisa já realizada: minha dissertação de mestrado *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai* (PPGH-UFF, 2018), onde analisei a trajetória intelectual de Alexandra Kollontai e, secundariamente, Lenin e Trotsky, no que tange à questão feminina. Durante a realização dessa pesquisa, houve o entendimento das lideranças soviéticas trabalhadas como intelectuais orgânicos, entretanto, o referencial gramsciano foi um amigo, mas não um eixo de sustentação da pesquisa. Assim, agora, “olhando para traz”, a ideia é explorar possibilidades que poderiam ter sido desenvolvidas a partir de Gramsci. Para fazer isso, analisaremos especificamente as movimentações de Alexandra Kollontai na articulação entre sociedade civil e Estado para a aplicação das políticas destinadas às mulheres pelo governo soviético na primeira metade dos anos 1920.

Alexandra Kollontai como intelectual orgânica

Ao abordar a identificação dos intelectuais, Gramsci busca descaracterizá-los como um grupo a parte, independente das classes sociais, chamando atenção para o fato de que o caráter da atividade intelectual deve ser buscado nas relações específicas nas quais essa atividade intelectual se encontra no complexo geral das relações sociais (GRAMSCI, C. 4, §49; IN: LIGUORI e VOZA, 2017). Cada classe produziria, junto consigo, uma ou mais camadas de intelectuais estreitamente vinculadas a elas.

A análise da trajetória de Alexandra Kollontai é um dos “locais” onde podemos ver com mais nitidez as “costuras” feitas entre sociedade civil e Estado nas políticas soviéticas para as mulheres. Nesse sentido, buscaremos analisar as funções “organizativas” e “conectivas” de Kollontai como intelectual orgânica, funções levantadas por Gramsci como desenvolvidas pelos intelectuais no processo de produção de hegemonia (GRAMSCI, C. 4, §49; IN: LIGUORI e VOZA, 2017).

Kollontai era uma intelectual com perfil teórico e de organização e foi certamente a maior liderança feminina soviética, bem como uma das principais responsáveis pela organização das mulheres russas. Socialdemocrata desde 1896, quando decidiu deixar seu marido e seu filho para estudar economia em Zurique, Kollontai oscilou entre mencheviques, bolcheviques e uma posição de cooperação com as duas correntes, até a chegada da Guerra, quando se decidiu definitivamente pelos bolcheviques. Em sua formação, ela absorveu muito do acúmulo da socialdemocracia alemã e da II Internacional, com a qual teve uma relação estreita desde o início de sua militância, o que se refletiu sobre as posições políticas defendidas pela mesma.

Kollontai tinha como origem social a nobreza²⁹⁰, mas optou pela identificação com a socialdemocracia, passando a se colocar, a partir daí, como uma formuladora e organizadora ligada à ação de uma classe e a um partido. Ainda em 1907, ela fundou junto a mulheres trabalhadoras a Sociedade de Ajuda Mutua de São Petersburgo (CLIFF, 1981), em 1908, organizou uma delegação de mulheres trabalhadoras ao I Congresso de Mulheres de Toda a Rússia, convocado pelo movimento de mulheres “burguesas”²⁹¹ (STITES, 1978, p. 252) e, em 1909, ela publicou o livro *As Bases Sociais da Questão Feminina*. Na obra de mais de 400 páginas, Kollontai realizou uma análise marxista da família, da união livre e defendeu a coletivização das funções da família pelo Estado, explicitando uma diferenciação profunda com o feminismo burguês (KOLLONTAI, 1982). O livro se tornou parte da base programática do POSDR²⁹². No exílio entre 1908 e 1917, Kollontai continuou contribuindo à distância com a organização das mulheres russas, sobretudo a partir da publicação de artigos em jornais socialdemocratas que tratavam sobre a questão feminina, primeiramente a partir de suplementos especiais e posteriormente a partir da fundação do jornal *Rabotnitsa* (A mulher trabalhadora), artigos onde ela defendia o Dia

²⁹⁰ Do qual participavam mulheres da nobreza, de classes medias, burguesas, profissionais liberais/de colarinho branco, etc, mas poucas trabalhadoras, e do qual o movimento feminino operário socialdemocrata russo e alemão vão se diferenciar bastante.

²⁹¹ Partido Operário Socialdemocrata Russo. Até essa contribuição de Kollontai, a obra de referência programática do partido era a *A Mulher Trabalhadora*, de Nadezhda Krupskaja, publicado em 1901, um pequeno livro escrito com base nas obras de Bebel e Zetkin, mas também com elementos da realidade russa, como as mulheres camponesas (STITES, 1978, p. 241-242).

²⁹² Lavadeiras, no Brasil, usualmente é um termo associado a mulheres que lavam roupa geralmente em suas casas, mas de forma remunerada para outros que não sua família. Na Rússia desse período, nos referimos às trabalhadoras de lavanderias de porte industrial, bastante comuns na Europa (países frios) na época.

Internacional das Mulheres (comemorado na Rússia a partir de 1913), a organização das mulheres e políticas voltadas para as mesmas (CLIFF, 1981; CLEMENTS, 1997, p. 103-104; WOOD, 1997, p.34; STITES, 1978, p. 254-256).

Após a Revolução de Fevereiro de 1917, Kollontai voltou à Rússia passando a assumir rapidamente um papel ativo na organização de mulheres operárias – notadamente tendo um papel de destaque nas greves das lavadeiras, bem como na organização das *soldatki* (esposas de soldados), que continuaram a se manifestar durante o ano, já que o Governo Provisório continuava a guerra em condições sociais precárias.

No dia 15 de abril, em Petrogrado, 15 mil *soldatki* realizaram uma manifestação com reivindicações ao GP e pediram o apoio do Soviete para a demanda de pensão de 20 rublos. Kollontai passou a acompanhar ativamente as *soldatki*, conversando sobre a guerra, os preços, as pensões e a necessidade da luta revolucionária para acabar com a guerra e de formarem delegações para participarem do Soviete. Como resultado, em abril foi formado um comitê conjunto entre *soldatki* e representação do soviete (incluindo Kollontai) que decide tomar as rédeas da organização dos serviços de bem-estar para as famílias dos soldados. As *soldatki* passaram, de mulheres que inicialmente reivindicavam junto ao GP, a organizadoras de órgãos de contra- poder. Como resultado de sua organização crescente, em junho, o Comitê de *soldatki* formava a União das Esposas de Soldados voltada para o trabalho de agitação, que contava com a participação das bolcheviques Kollontai, Federova e Devyatkina (DONALD, 1982, p. 141-142).

A primeira greve realizada após fevereiro partiria das operárias de Petrogrado. No dia 1 de maio, 3 mil lavadeiras²⁹³ pertencentes à União das Lavadeiras (recém fundada) iniciaram uma greve após o não-atendimento, pelos empregadores, de suas reivindicações. Entre elas estavam a jornada de 8h/dia e o salário mínimo de 4 rublos/dia. À frente do sindicato estava Sofia Goncharskaia, bolchevique, tendo Novik-Kodrateva e Sakharova, também bolcheviques, participado do Comitê de Greve. Kollontai atuou na intermediação entre a greve e o partido²⁹⁴/Soviete, sobretudo buscando fundos para as lavadeiras e espaço no *Pravda* para a divulgação da greve e de suas demandas. Além disso, o contato com outros sindicatos foi ativado para a produção de declarações de apoio e solidariedade. No fim de maio, a greve,

²⁹³ Tanto Donald quanto Mc Dermid e Hillyar ressaltam o papel de Kollontai em organizar as lavadeiras (e as trabalhadoras de serviços) e persuadir os bolcheviques para o seu apoio. Donald, também nos relata uma relação estreita entre as *bolchevitki* e as empregadas domésticas. Em julho, uma reunião com cerca de mil empregadas domésticas protestaram contra a prisão de líderes bolcheviques e demandavam a liberdade imediata de Kollontai (então presa pelo governo provisório), que as havia ajudado a montar o Sindicato das Empregadas. (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 150)

²⁹⁴ Apesar de inicialmente as demandas terem sido atendidas e a greve se encerrado, o momento posterior foi marcado por forte repressão, demissão de participantes da greve não atendimento de algumas demandas. (DONALD, 1982, p. 144)

que contou com a participação de $\frac{3}{4}$ das trabalhadoras, terminava de forma vitoriosa²⁹⁵. Para Donald, a greve das lavadeiras teria sido importante para mostrar que mesmo os setores mais atrasados do proletariado conseguiam organizar e conduzir uma greve, inclusive com apoio de outros setores (DONALD, 1982, p. 144).

Utilizando os referenciais gramscianos, é possível falar, a partir da análise dos dois eventos, que Kollontai trabalhou ativamente para a “elevação” da consciência coletiva das mulheres do nível “econômico-corporativo” ao “ético-político” a partir da ação estratégica do partido (GRAMSCI, C. 13, § 17). Frente à ausência de um acolhimento das demandas das mulheres trabalhadoras pelo governo provisório, suas demandas transformavam-se em demandas anti-sistêmicas, o que se veria em Outubro. Podemos dizer que Kollontai procurava se aproximar da concepção de “novo intelectual” forjada por Gramsci, marcado pela “inserção na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente”, nesse caso junto às mulheres (GRAMSCI, C. 12, § 3; IN: LIGUORI e VOZA, 2017). A sua ação como agitadora durante a Guerra Civil, e o protagonismo na construção do Zhenotdel são também exemplos de espaços onde Kollontai interviu a partir dessa concepção de intelectual.

Seu papel de destaque junto à organização das mulheres e o lugar de confiança ocupado por Kollontai no partido²⁹⁶ foram os principais responsáveis por sua indicação, após a Revolução de Outubro, para ocupar o governo soviético no cargo de Comissária do Povo para o Bem-Estar Social, o que a tornou a primeira mulher do mundo a ocupar um cargo equivalente ao de ministra. Nesse cargo é que Kollontai vai se esforçar para articular partido, movimento e governo, na consolidação de políticas para as mulheres.

Ações no Estado restrito

Quando os bolcheviques chegaram ao poder, carregavam uma visão de entrelaçamento profundo entre a luta socialista e o compromisso com a emancipação das mulheres, forjada sobre um grande acúmulo teórico, político e organizativo do movimento operário, que vinha desde o socialismo utópico de Flora Tristan e Fourier, passando pela elaboração teórica de Marx, Engels e Bebel, pela experiência do SPD alemão e da II Internacional, pela tradição revolucionária russa e pela interação com os debates burgueses e feministas sobre a mulher e pela influência do nihilismo e populismo russos. Após a revolução, isso acabou por se traduzir em um programa que se baseava em principalmente 3 pontos: 1) Acabar com toda e qualquer barreira legal que impedia a construção da igualdade entre homens e

²⁹⁵ Kollontai era responsável pela triangulação das cartas entre o partido na Rússia e Lenin, também exilado no exterior até 1917.

²⁹⁶ A Rússia passou a ser o primeiro e único país a facilitar o divórcio a este ponto.

mulheres garantindo às mesmas plenos direitos e implementando legislações avançadas sobre a família; 2) Socializar o trabalho doméstico, retirando-o do lar e da responsabilidade das mulheres a partir de diferentes serviços, transformá-lo em atividade assalariada e, dessa forma, liberar o tempo das mulheres para a participação na vida política, cultural e produtiva; 3) Incluir as mulheres no trabalho produtivo, acabando com sua dependência econômica, bem como estimulando-as a atividades políticas e culturais.

Foi a partir daí que os bolcheviques, ao assumirem o Estado, passaram a basear a implementação de suas políticas às mulheres. Ainda em 1917, iniciou-se também a publicação das primeiras leis voltadas a garantir a igualdade e os direitos das mulheres: Foi decretada a igualdade de todos os cidadãos, as camponesas ganharam o direito sobre a terra, em dezembro foi implementado o casamento civil (extinguindo o casamento religioso) e o divórcio foi legalizado, bastando para obtê-lo ser solicitado por qualquer um dos cônjuges.²⁹⁷ Além disso, foi ratificada a participação política das mulheres como eleitoras e elegíveis. (NAVAIL, F., p. 280-281)

Em outubro de 1918, depois de alguns meses de elaboração e debate, foi aprovado o primeiro Código Completo do Casamento, da Família e da Tutela. Dessa forma, a lei aboliu o poder marital, impedindo o marido de impor o nome, domicílio ou nacionalidade à esposa, instituiu a pensão alimentícia em caso de separação²⁹⁸ e acabou com a diferença entre filhos legítimos e ilegítimos. Além disso, o trabalho feminino também foi protegido e foi criada a licença-maternidade. (NAVAIL, F., p. 280-281) Além do Decreto de Socialização da Terra e do Código de Família, as mulheres também foram contempladas a partir do Comissariado do Trabalho, que aboliu as discriminações nas contratações e garantiu a licença maternidade paga e o direito das mulheres grávidas de realizarem trabalhos mais leves. O Comissariado de Educação reafirmou o decreto do GP, publicado em abril, sobre a instituição de coeducação entre homens e mulheres (CLEMENTS, 2012, p. 159; ARRUZZA, 2010, p. 44-45). Em novembro de 1920, os Comissariados de Saúde e Justiça legalizaram o aborto tornando a União Soviética o primeiro país no mundo a garantir o aborto legal, seguro e gratuito às mulheres. (GOLDMAN, 2012, p. 304).

Kollontai, a partir do Comissariado do Povo para o Bem-Estar Social, contribuiu fortemente com o desenvolvimento e a aplicação das primeiras políticas destinadas às mulheres e à família. O Comissariado era responsável por uma grande quantidade de tarefas:

²⁹⁷ A pensão era cedida por prazo delimitado, abarcando somente os pobres (homens ou mulheres). O código pressupunha a ideia de que cada cônjuge deveria sustentar a si próprio. Em caso de crianças, a avaliação podia mudar. (GOLDMAN, 2014, p. 73)

²⁹⁸ Inclusive enfrentando uma greve e diversas sabotagens dos funcionários leais ao governo provisório.

Prestar todo tipo de assistência aos inválidos de guerra, o que significava ter que atender centenas de milhares de soldados e oficiais mutilados. Também se ocupava do fundo de pensão, dos asilos de velhos, dos orfanatos, dos hospitais para pobres, [...] do ensino, das clínicas ginecológicas e de um grande número de centros de educação de meninas (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980, p. 32).

Embora Kollontai tenha enfrentado uma grande oposição dos funcionários do Ministério à sua chefia²⁹⁹, ela formou uma comissão de trabalhadores e funcionários com juristas, médicos e pedagogos para realizar as tarefas do governo: a separação entre igreja e escola (o que lhe valeu manifestações da Igreja e ameaças de morte), implantação do direito das alunas administrarem seus colégios (escolas femininas), transformação dos orfanatos em residências estatais para crianças (sem distinção de crianças com pais e sem pais), criação dos primeiros alojamentos para pobres e menores abandonados e elaboração de um sistema de hospitais gratuitos. Em 1918, Kollontai transformou as maternidades em residências gratuitas para o atendimento de mães e recém-nascidos (base para uma proteção à maternidade completamente estatal) e criou o Palácio de Proteção à Maternidade, uma residência modelo para mães e cuidado de recém-nascido, mas que pegou fogo em um incêndio não explicado (KOLLONTAI, 1926. IN: KOLLONTAI, 1980, p. 33-35).

A ocupação do Estado pelos bolcheviques significou a utilização deste para a aplicação de seu programa político, buscando a construção da hegemonia necessária à consolidação do poder soviético. É interessante ressaltar que muitas dessas políticas tiveram oposições e que, numericamente, os bolcheviques eram minoria na sociedade russa, formada majoritariamente de camponeses³⁰⁰. Ressalta-se ainda que o período pós-revolução de 1917 caracterizou-se por um aumento brutal do número de filiados do partido bolchevique, bem como das ações de propaganda, formação e agitação, cada vez mais planejadas e muitas pensadas em conjunto com as ações governamentais, no sentido da conquista ideológica das massas, necessária ao apoio do governo bolchevique, que buscavam legitimar as ações do governo e convencer a população da falta de direitos presente no czarismo e nos países capitalistas frente às conquistas soviéticas, o que se pode ver na fala de Lenin abaixo:

²⁹⁹ Inclusive o Decreto da Terra, que implementou uma reforma agrária, é uma clara concessão ao programa bolchevique mais radical, de abolição da propriedade privada. Na verdade os bolcheviques, buscando atingir a camada camponesa, aderiram ao programa dos SRs (partido dos camponeses). É interessante comparar essa inflexão a análise de Gramsci quando ele escreve que o exercício da hegemonia requer também levar em conta interesses dos grupos sobre os quais essa hegemonia será exercida, compreendendo compromissos e sacrifícios, ainda que esses não envolvam o essencial. (GRAMSCI, C. 13, §18)

³⁰⁰ Em novembro 1918, foi realizado o I Congresso Nacional de Mulheres Trabalhadoras e Camponesas de Toda a Rússia, que sugeriu ao Comitê Central do Partido Bolchevique a organização de “comissões especiais de agitação e propaganda” entre as mulheres. (WOOD, 1997, p. 72-73)

Nenhum partido democrático do mundo, em nenhuma das repúblicas burguesas mais avançadas, faz, neste aspecto, em dezenas de anos, nem a centésima parte daquilo que nós fizemos no primeiro ano do nosso poder. Não deixamos, no sentido literal da palavra, pedra sobre pedra das infames leis da desigualdade de direitos da mulher, das restrições ao divórcio, das ignóbeis formalidades que o rodeiam, sobre o não reconhecimento dos filhos naturais, a investigação da paternidade, etc. - leis de que subsistem em todos os países civilizados numerosos vestígios, para vergonha da burguesia e do capitalismo. Temos mil vezes razão para nos sentirmos orgulhosos do que fizemos neste domínio. (LÊNIN, 1919)

Ações na sociedade civil

Além das ações estatais, os bolcheviques buscaram a aplicação de seu programa a partir da multiplicação de espaços de propaganda e de organização das mulheres. Além das já existentes comissões de mulheres nos sindicatos, comitês de fábricas e outros espaços, foi intensificada a discussão, dentro do partido bolchevique, sobre a consolidação de uma organização própria para as mulheres do partido, na qual Kollontai foi uma das suas defensoras mais ardentes, e que acabou por culminar, após uma longa discussão, na formação do *Zhenotdel*, a sessão de mulheres do partido bolchevique (depois PC), em 1919³⁰¹.

Thaiz Senna observa que o *Zhenotdel* transbordou os limites do partido comunista, possuindo um “caráter-partido”, voltado para as questões internas ao partido, e um “caráter-movimento”, voltado para a mobilização das mulheres de forma mais ampla na sociedade, não necessariamente mulheres comunistas, mas também muitas mulheres sem partido (SENNA, 2016). Entretanto atuar sob as asas do partido não significava uma filiação compulsória ao mesmo.

O *Zhenotdel* também se consolidou como um grupo de pressão interna ao próprio partido. Através dele as mulheres se organizaram para aprovar uma série de resoluções no intuito de promover e garantir a ocupação, pelas mulheres, dos espaços de poder, bem como reafirmar a importância e a centralidade do trabalho de mobilização das mulheres. No 9º Congresso do Partido, em abril de 1920, foi deliberado o trabalho entre as mulheres como uma “tarefa urgente”. Como proposta de Kollontai, o 8º Congresso dos Soviéticos, em dezembro, deliberou a necessidade de introduzir as mulheres nos corpos da administração, dos comitês de fábricas até o Conselho Nacional de Economia. Na mesma época uma circular do Comitê Central aos Comitês locais reforçava a urgência na criação das sessões de mulheres.³⁰² Nas palavras de

³⁰¹ Essa circular especificamente, enviada pelo CC aos Comitês locais, parece, por outro lado, diferentemente da interpretação de Wood, talvez como uma resistência dos Comitês locais à deliberação sobre a criação das sessões, realizada já mais de um ano antes. Isso faz algum sentido, sobretudo se considerarmos o fato de que havia algum nível de resistência na aplicação das políticas do partido e do governo sobre as mulheres a nível local.

³⁰² O partido aprovou somente 10%, entretanto mesmo esses 10% foram vistos como uma vitória (WOOD, 1997, p.120).

Elizabeth Wood, o “trabalho entre mulheres era, agora, incluído no mais alto nível da agenda nacional do partido” (WOOD, 1997, p. 75).

O *Zhenotdel* foi uma experiência fantástica de organização das mulheres, sobretudo se considerarmos que essas ações estavam sendo realizadas na década de 1920, em um país com 85% ou mais de população camponesa. As atividades do *Zhenotdel* envolviam tarefas como alfabetização, formação política, mobilização para trabalhar nas creches, orfanatos e na assistência ao exército, inspeção de escolas, distribuição de alimentação, campanhas de saúde preventiva/pública, etc., além da eleição de delegadas para trabalhar como aprendizes em diversos ramos do governo. O departamento também era a direção do secretariado de mulheres da Internacional Comunista, publicava jornais próprios e realizava conferências periódicas (SENNÁ, 2012; CLEMENTS, 1992; CRUZ, 2012, p. 46; STITES, 1978, p. 341).

A iniciativa mais importante que o *Zhenotdel* organizou foi o que foi chamado de “Reuniões de Delegadas”, vista por Armand como uma “escola contínua de política e libertação” (STITES, 1978, p. 337). O sistema funcionava da seguinte forma: em cada local de trabalho, fábrica, bairro, vila, ocorriam reuniões de mulheres que elegiam delegadas (*delegatki*). Stites aponta que o próprio ato do encontro, discussão e eleição dessas mulheres já era, em si, um salto qualitativo no sentido da conscientização das mesmas. As delegadas geralmente eram eleitas para um mandato de duração de 3 a 6 meses (podendo se estender). Durante esse período elas passavam por cursos de formação política e as mulheres que se destacavam durante essa primeira etapa eram enviadas para estagiar/trabalhar em espaços de direção do governo, das fábricas, dos soviets. Elas também eram mandadas para aprender, organizar e fiscalizar os serviços de saúde, educação, bem-estar, etc., que se relacionavam direta ou indiretamente com a socialização do trabalho doméstico, como hospitais, maternidades, lavanderias, restaurantes e cafeterias públicas, creches, escolas, etc. Em diversos casos as *delegatki* também eram enviadas para fábricas, para ouvir reclamações e sugestões das operárias e ajudar a organizar suas demandas. Periodicamente elas faziam relatórios de suas ações, que eram remetidos à sua “base eleitora” nos quais elas relatavam o que tinham aprendido, quais trabalhos estavam realizando, o que elas estavam vendo, aprendendo, etc. Os relatórios também eram usados como base para avaliação de qualidade dos serviços (WOOD, 1997, p. 85-86; STITES, 1978, p. 337-338).

O *Zhenotdel* também realizou ações de pressão e elaboração de políticas junto ao governo. Na 2ª Conferência do *Zhenotdel*, em abril de 1920, houve um grande debate no sentido de pressionar o governo sobre a criação de mais serviços de socialização do trabalho doméstico. Também nesse período (abril-junho/1920), o departamento realizou reuniões com o Comissariado de Saúde para discutir sobre as

políticas de proteção a maternidade e sobre a proposta de legalização do aborto (WOOD, 1997, p. 104-105). Em nível interno ao partido o *Zhenotdel* agiu como *lobbista* da ocupação da política pelas mulheres. Em janeiro de 1921, o *Zhenotdel* requereu que 1/3 das vagas nas escolas do partido passassem a ser reservadas às mulheres³⁰³ (WOOD, 1997, p. 120).

O *Zhenotdel* foi um instrumento responsável por “içar” as mulheres dos mais diferentes lugares do país à esfera estatal. Ao fazer isso, o partido queria conquistar essas mulheres para seu programa e para a defesa do governo soviético, mas também é preciso perceber que o contrário também ocorria, ou seja, as mulheres, organizadas como mulheres, ao alcançarem essas posições, levavam consigo suas demandas e acúmulos construídos coletivamente por elas. Ao longo de sua história de funcionamento, o *Zhenotdel* elegeu milhares de mulheres³⁰⁴, que passavam por formação teórica e prática específicas. Tal função do mesmo se relaciona diretamente ao pensamento de Gramsci quando este coloca que:

Os partidos tem a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido [...] se articule e se transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado. (GRAMSCI, C. 13, § 31; IN: LIGUORI e VOZA, 2017)

Quando Gramsci fala do partido como uma “escola da vida estatal” (GRAMSCI, C. 7, § 90; IN: LIGUORI e VOZA, 2017), é interessante perceber que, mais que outras esferas de atuação do partido bolchevique/comunista, o *Zhenotdel* se propunha exatamente a isso, mantendo uma relação, entretanto, dialética entre as demandas da “sociedade civil” e as demandas da “sociedade política” no sentido de construção da hegemonia necessária à manutenção do Estado soviético.

Leituras gramscianas: a ampliação do Estado sob o governo dos soviets

Como podemos perceber ao longo das últimas páginas, o processo de ampliação do Estado, ensaiado pelo processo de “ocidentalização” de algumas monarquias russas, ampliado a partir de Fevereiro, com o fim da perseguição aos partidos políticos e sindicatos e do ressurgimento dos soviets,

³⁰³ Thaiz Senna recupera em sua dissertação de mestrado os seguintes dados:

Período	Quantidade de delegadas
1922	95.000
1923-1924	20.870
1925-1926	500.000
1926-1927	620.000

(SENNA, 2016a. p. 326)

³⁰⁴ Vale observar o destaque dado por Gramsci às associações e partidos como momentos por meios dos quais se constrói o consenso (GRAMSCI, C. 1, § 47; IN: LIGUORI e VOZA, 2017)

ganhou um novo patamar com a Revolução de Outubro. O novo Estado que necessitava ser consolidado precisaria criar métodos de formação e manutenção da hegemonia, o que seria buscado a partir do incentivo ao desenvolvimento da sociedade civil pró-governo soviético, composta por redes de associatividade voluntárias, responsáveis por contribuir para a produção de consenso³⁰⁵. O Estado que se forma a partir daí se aproxima cada vez mais da definição de Gramsci do Estado como “todo conjunto de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente não somente justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, C. 15, §10; IN: LIGUORI e VOZA, 2017).

Em sua obra, Gramsci faz uma distinção entre sociedades ocidentais e orientais que não é dada pela sua posição geográfica. Para ele, as sociedades orientais se caracterizariam por um maior peso do Estado restrito e um uso maior da coerção para a manutenção da ordem, e, as sociedades ocidentais se caracterizariam por um maior nível de desenvolvimento da sociedade civil. Embora aqui também houvesse coerção, o Estado teria se ampliado, forjando tentáculos em diversas esferas dessa sociedade para a manutenção da ordem. Nessa divisão, Gramsci caracteriza a Rússia, antes da Revolução de 1917, como um país de tipo oriental, refletindo sobre o peso do czarismo, de sua polícia política e da igreja.

Entretanto, a partir da revolução ocorre um salto impressionante, no qual o Estado vai buscar se infiltrar em diferentes áreas no sentido da produção de consenso pró revolução bolchevique, sobretudo nos primeiros anos. Seria em meio a essa dinâmica que as mulheres (populares e partidárias) disputariam a aplicação de políticas voltadas às mesmas, passando a se articular tanto a partir do Estado restrito quanto da sociedade civil para alcançar conquistas. A própria trajetória de Kollontai, Comissária do Povo em um momento e presidente do *Zhenotdel* em outro, nos é prova da forma dialética e de pressão mútua que esses espaços tomaram.

BIBLIOGRAFIA:

ARRUZZA, C. *Feminismo e Socialismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.

CLEMENTS, B. *Bolshevik Women*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997

CLIFF, T. *Alexandra Kollontai: Russian Marxist and Women Workers*. 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/cliff/works/1981/xx/kollontai.html> Acesso em: 27/02/2018.

CRUZ, P. L. *Alexandra Kollontai: Feminismo e socialismo - uma abordagem crítica do Direito*. São Paulo: Editora Alfa-omega, 2012

³⁰⁵ Doutoranda em História Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense- UFF. Contato: livia_berdu@hotmail.com.

- DONALD, M. Bolshevick activity amongst the working women of Petrograd in 1917. *International Review of Social History*, vol 27, 1982, pp 129-160.
- GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GRAMSCI, *Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel*.
- KOLLONTAI, A. As bases sociais da questão feminina (trechos). 1909a IN: KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e Revolução Sexual*. São Paulo: Global Editora, 1982.
- _____. Autobiografia de uma mulher emancipada. 1926. IN: KOLLONTAI, A. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LENIN, V. A grande iniciativa. 1919. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.
- LIGUORI, G e VOZA, P. *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MCDERMID, J. & HILLYAR, A. *Midwives of Revolution: Female Bolsheviks and Women Workers in 1917*. London: UCL Press, 1999.
- NAVAILH, F. O modelo soviético. IN: PERROT, M & DUBY, G. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- SENNA, T. C. A seção de mulheres do partido bolchevique soviético. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*, 2012.
- _____. *O Jhenotdel e a questão feminina na Rússia Soviética (1917-1930): o Departamento de Mulheres do Partido Comunista em meio à Revolução Russa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016.
- STITES, R. *The Women's Libetarian Movement in Russia: Feminism, Nihilism and Bolchevism: 1860-1930*. New Jersey: Princeton University Press, 1978.
- WOOD, E. A. *The Baba and the comrade: gender and politics in revolutionary Russia*. Bloomington, Indiana University Press, 1997.

TRABALHO E SUBALTERNIDADE NA VIRADA DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX:

Repensando o processo de formação da classe trabalhadora carioca

Lívia Cintra Berdu³⁰⁶

Resumo: A classe trabalhadora carioca se constituiu através de distintos personagens, como trabalhadores escravizados, libertos, "livres", africanos, brasileiros e imigrantes europeus que compartilhavam não só os mesmos espaços de trabalho, mas também inúmeras formas de luta e resistência política. A luta pela abolição foi inclusive, a questão central da luta de classes daquele período histórico, onde todos esses personagens estavam presentes e atuantes por essa reivindicação.

Para refletir acerca dessa origem é necessário interpretá-la enquanto um processo que se estendeu ao longo do século XIX e início do século XX, não sendo possível, portanto, estabelecer um marco inaugural ou encará-lo de modo linear e mecânico como foi feito em boa parte da historiografia brasileira. É nesse sentido de propor um maior diálogo entre as áreas de estudo da História da Escravidão e o Pós-Abolição e a História Social do Trabalho que muitas pesquisas recentes têm colaborado nos últimos anos.

Assim, nossa perspectiva neste trabalho consiste em abrir um diálogo com alguns historiadores e demais autores que se debruçaram direta ou indiretamente sobre o tema da formação da classe trabalhadora brasileira e carioca, bem como a inserção dos trabalhadores negros no mercado de trabalho assalariado, abordando pontos de contradição e por outro lado, fornecer elementos para superá-los.

Partindo da concepção de E.P. Thompson a respeito da classe enquanto *processo e relação*, alguns conceitos criados pelo intelectual italiano Antonio Gramsci também serão de grande valia para essa reflexão, como de classes/grupos subalternos que vão no sentido de preencher possíveis lacunas presentes na interpretação marxiana a respeito do conceito de classe trabalhadora.

* * * *

I. Introdução.

Nas últimas décadas, parte dos historiadores e sociólogos no Brasil tem se debruçado sobre estudos e pesquisas relacionados à formação do capitalismo e o processo de formação da classe trabalhadora no país, de modo a repensar as produções anteriores nesse campo de estudos efetuadas ao longo do século XX. Na Historiografia do Trabalho em especial, a partir da década de 1970 os esforços têm sido o de reexaminar as obras clássicas desde Marx, E. P. Thompson, e autores brasileiros como Bóris Fausto, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, e outros, refletindo e incorporando abordagens propostas por autores como Silvia Hunold Lara, Cláudio Batalha, Marcelo Badaró Mattos, Paulo Terra, Flávio dos Santos Gomes, Álvaro Nascimento e diversos outros historiadores que se propuseram a efetuar

³⁰⁶MATTOS, Marcelo Badaró, *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, Rio de Janeiro: Bom texto, 2008, p. 47.

um diálogo entre as áreas da historiografia da Escravidão e do Pós-abolição e o Mundo do Trabalho, buscando pontos de contato entre as mesmas.

Esse movimento, entretanto, não é somente local, já que se insere num movimento mais amplo e de dimensões internacionais na historiografia, onde são questionadas noções antes cristalizadas como a forma de pensar o processo de formação da classe trabalhadora em diversos países a partir de uma visão bastante centrada no trabalho livre assalariado, forma esta dominante durante os séculos XVIII e XIX em países como Inglaterra, França e, portanto, uma visão ainda eurocentrista. E é com o propósito de romper com essa suposta lógica eurocêntrica juntamente a outros elementos, que surgem por exemplo os chamados *Estudos Subalternos* liderados por intelectuais indianos como Ranajit Guha e Gayatri Spivak e também a chamada corrente História Global do Trabalho, liderada pelo historiador holandês Marcel Van der Linden, ambas criadas na década de 1980.

As recentes contribuições em relação ao caso brasileiro, partem de um elemento bastante concreto que é o fato da formação do capitalismo em nosso país ter sido fortemente estruturado no sistema escravista, e por isso, analisar o processo de formação da classe trabalhadora desconsiderando quase quatro séculos de escravidão (primeiramente indígena e posteriormente negra) seria no mínimo equivocados. Sabemos que na cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XIX, trabalhadores negros escravizados, libertos e assalariados “livres” compartilhavam não só espaços de trabalho, mas também os mesmos ambientes de moradia, lazer, assim como distintas formas de organização e resistência política, além de que o valor da força de trabalho dos assalariados livres era diretamente influenciado pelo contingente de escravizados urbanos, configurando um processo de proletarização incompleto enquanto perdurou a escravidão.³⁰⁷

Assim, considerar a origem da classe trabalhadora brasileira e carioca somente a partir da abolição da escravidão em 1888, ou apenas a partir da chegada dos trabalhadores imigrantes europeus – que na verdade ocorreu desde a década de 1840 – é, portanto, ponto já superado na historiografia brasileira nos dias de hoje.

II. Diálogos com a bibliografia

³⁰⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 51. Ed. Rev. São Paulo: Global, 2006, p.417 – 418.

O tema das relações raciais no país tem sido bastante pautado desde a década de 1950, especialmente após os estudos patrocinados pela UNESCO, os quais foram seguidos por algumas obras que marcaram as ciências humanas no Brasil. Nesse movimento, foram várias as críticas colocadas por historiadores e sociólogos a respeito dos estudos pioneiros de Gilberto Freyre sobre a escravidão negra no país, tanto no clássico escrito em 1933, *Casa Grande e Senzala* quanto em *Sobrados e Mucambos*, de 1936.

Apesar de trazer sólidas contribuições em relação ao universo escravista, a lógica geral de Freyre que propaga a falsa idéia dos escravos enquanto sujeitos passivos e brutalizados, e principalmente a difundida idéia de que no país a escravidão negra foi marcada por um caráter brando, benevolente e mais humano no tratamento dos senhores com seus escravos através de uma miscigenação harmônica e “confraternizante” foi capaz de fincar fortes raízes no campo das ciências humanas.³⁰⁸

Nesse sentido, apresentamos alguns apontamentos acerca de alguns autores e obras que marcaram esse campo de estudos, e um exemplo consiste nos estudos provindos da chamada “Escola Paulista de Sociologia” da Universidade de São Paulo - USP na década de 1960, encabeçada por Florestan Fernandes e seguida por Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. A obra *A integração do negro na sociedade de classes* de Florestan, considerada pioneira nos estudos sobre as relações raciais no país e grande referência desde sua publicação em 1964, traz reflexões fundamentais acerca da conjuntura política e social brasileira na transição do sistema escravista para o capitalismo, e em especial as particularidades da região paulista, além de situar os trabalhadores negros recém libertos em 1888 nesse contexto. Mais que isso, além de ser um dos primeiros intelectuais a pautar o tema da questão racial na academia, o autor transforma a visão acerca dos conflitos raciais e o desenvolvimento do racismo no Brasil a partir de uma minuciosa análise de dados empíricos, colocando os negros recém libertos numa posição central na formação do capitalismo no país, bem como na formação da classe trabalhadora brasileira e paulista. Contudo, a obra possui contradições – que talvez possam ser atribuídas às limitações da época – as quais devem ser consideradas.

Embora Florestan colocasse duras críticas ao mito da democracia racial – o qual possui influência direta do pensamento de Gilberto Freyre – e sua amplitude no pensamento social brasileiro, o autor por outro lado reproduz tal lógica em certa medida ao argumentar que o isolamento econômico, social e cultural dos negros e mulatos recém libertos, assim como o preconceito e a discriminação racial a que estavam sujeitos provinha de um atraso cultural herdado do passado escravista, supostamente

³⁰⁸ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5ª ed. Vol. 1. São Paulo: Globo, 2008, p. 33 e 34.

incompatíveis com a sociedade competitiva e democrática inaugurada com a abolição e o mercado de trabalho assalariado. Ademais, apresenta limitações na forma de encarar o trabalhador negro nas suas condições objetivas e subjetivas no processo anterior e após a abolição, conferindo a esses sujeitos características como “incapacidade”, “despreparo”, “atraso”, “anomia” e “acefalização” para enfrentar dentre outras situações, a competição no mercado de trabalho de então.³⁰⁹

Em que pese às particularidades de São Paulo em relação à composição étnica e racial da classe trabalhadora no período de sua formação – como o maior contingente de imigrantes comparado ao Rio de Janeiro, e esta cidade por sua vez, que possuía um número muito maior de trabalhadores negros – Florestan propõe uma substituição praticamente absoluta dos trabalhadores escravizados pelos europeus no mercado de trabalho, desconsiderando em certa medida a dinamicidade desse espaço, e atribuindo de forma automática aos libertos a posição marginal nesse universo. O autor ainda relaciona esse elemento a uma espécie de falta de ambição por parte dos negros, como que culpabilizando-os por essa sua condição.³¹⁰

Em relação à sua organização política e suposta alienação, quando o sociólogo se atém sobre o processo que culminou na abolição, o mesmo coloca de forma ainda mais enfática seu pensamento de ausência total de organização e consciência por parte dos trabalhadores escravizados, e mesmo que houvesse qualquer nuance de consciência, para Florestan era automaticamente cooptada pela ideologia dominante e/ou dissolvido no amplo movimento abolicionista.³¹¹ Evidentemente, grande parte da luta dos trabalhadores escravizados não possuía caráter “revolucionário” como diz Florestan, ou seja, muitas vezes reivindicavam melhores condições de trabalho ou no máximo a mudança de sua condição jurídica para trabalhadores assalariados. Contudo, as devidas mediações acerca dessa questão são necessárias para que não seja feita uma análise unilateral desconsiderando suas diversas nuances.

Pesquisas recentes nos estudos da escravidão no país mostram que os escravizados possuíam um parcial poder de barganha sobre seus senhores, além de diferentes formas de organização política e resistência como, por exemplo, experiências como a conhecida *greve negra* dos carregadores na Bahia em 1857 pesquisada pelo historiador João José Reis³¹²; a greve da fábrica da Ponta d’Areia no mesmo ano, a qual consistia num dos maiores estabelecimentos fabris na cidade do Rio de Janeiro e que possuía

³⁰⁹ Idem, p.34.

³¹⁰ Idem, pág. 63 e 64.

³¹¹ REIS, João José. *Rebelião escrava do Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. 3.ed. São Paulo, Companhia das letras, 2003.

³¹² GOMES, Flávio Santos e NEGRO, Antônio Luigi: “As greves escravas, entre silêncios e esquecimentos”, disponível em: http://www.geledes.org.br/as-greves-escravas-entre-silencios-e-esquecimentos/#gs.a_hzg1g, acesso no dia 16/05/2017.

600 operários sendo 150 escravos; a paralisação na Fábrica de Pólvora Ipanema no final da década de 1820, a conhecida greve dos tipógrafos em 1858 também no Rio, o levante na Fábrica de Velas e Sabão ocorrido em 1854 na Gamboa, (bairro pertencente a zona portuária carioca) e muitas outras.

Outro exemplo consiste nas chamadas “paredes” já pesquisadas pelo historiador Flávio dos Santos Gomes, que consistiam em uma forma de protesto e paralisação do trabalho por parte dos escravizados e livres como via de pressão por melhores condições de trabalho, e são a constatação de que mesmo antes da existência das greves “tradicionais” no início do século XX, esses sujeitos espontaneamente forjavam seus mecanismos de pressão e reivindicação sobre seus senhores.³¹³

Desde a segunda metade do século XIX, os trabalhadores escravizados se articulavam pela criação de várias associações, irmandades, sociedades mutualistas, que tinham como objetivo atender doentes, familiares, garantir enterros (assim como as irmandades negras como a Irmandade de N. Sra. do Rosário e S. Benedito), e posteriormente avançaram em aceitar trabalhadores livres e escravizados aos seus associados, tendo inclusive como propósito o apoio financeiro a compra da liberdade dos sócios escravizados. São exemplos de associações a Sociedade Beneficente da Nação Conga, criada antes de 1861, a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor fundada em 1874, e aquelas com o objetivo exclusivo de libertar os escravizados como a Sociedade Emancipadora 28 de Setembro e o Clube dos Libertos Contra a Escravidão criado em Niterói, respectivamente nos anos de 1870 e 1882. Tais organizações traziam vários traços de ações coletivas anteriores como os próprios quilombos, que se faziam presentes tanto no espaço urbano quanto no rural e tinham práticas abertamente contestatórias ao sistema escravista.³¹⁴

Não podemos deixar de citar ainda, o incrível exemplo dos padeiros livres e escravizados liderados por João de Mattos na fuga dos escravizados, desde Santos em 1876 passando por São Paulo e Rio de Janeiro nos anos subsequentes. Na antiga capital, fundou o Bloco de Combate dos Empregados de Padaria, cujo lema era “Pelo pão e pela liberdade”, e que lutava clandestinamente pela liberdade dos trabalhadores escravizados. Após o fim da escravidão, João e seus companheiros de luta passaram a batalhar em defesa dos “escravizados livres” nas padarias, criando a Sociedade Cooperativa dos Empregados em Padarias do Brasil com o propósito de acumular fundos e comprar padarias e geri-las cooperativamente.³¹⁵

³¹³ MATTOS, Marcelo Badaró, *Escravidados e livres...Op. Cit.*, p.108-112.

³¹⁴ Idem, p.132 e 133.

³¹⁵ Apesar dos apontamentos feitos em relação à obra *A integração do negro na sociedade de classes*, é evidente o avanço político e intelectual do autor ao longo de sua trajetória. Nos livros *O negro no mundo dos brancos*, de 1972 e especialmente

Voltando à obra de Florestan, é necessário colocar, contudo, um ponto bastante positivo de que o autor não defende a integração dos negros na sociedade de classes apenas através da ocupação dos espaços equivalentes àqueles ocupados pelos homens brancos, ou seja, apesar de reproduzir a idéia de que com o avanço do capitalismo a opressão racial tenderia a se diluir, defende que essa integração dos negros deve ser no sentido de fortalecer a classe trabalhadora para a superação desse modo de produção. Porém, nessa obra, a limitação consiste no fato de que o sociólogo desconsidera os contornos particulares e as novas funções conferidas ao racismo pelo sistema capitalista, isto é, as formas pelas quais tal exploração utiliza, legítima e reforça a opressão racial em seu benefício, ou seja, na busca incessante pelo lucro.³¹⁶

É importante colocar, entretanto, que décadas depois, já na publicação da obra *O significado do protesto negro* em 1989, o autor demonstra um nítido avanço em termos de análise sobre a profunda e necessária relação entre os conceitos de raça e classe e o próprio racismo, além de traçar elementos históricos e políticos fundamentais acerca do movimento negro no Brasil.³¹⁷

Na mesma linha de raciocínio de Florestan durante as décadas de 1950 e 1960, Octavio Ianni fortalece a idéia de substituição dos negros libertos no mercado de trabalho pelos imigrantes europeus – que ocorreu em parte – mas também atribui aos mesmos um “despreparo” para trabalharem em troca de um salário, ou seja, para o autor tais sujeitos estavam “domesticados” na lógica escravista a ponto de serem incapazes de se verem enquanto trabalhadores assalariados e, portanto, também de reivindicarem seus direitos.³¹⁸

No contexto da produção historiográfica e principalmente as sínteses sociológicas adotadas pelo campo da História Social do Trabalho na década de 1960, a visão propagada por parte dos intelectuais desse período, e reproduzida neste momento por esses dois autores, parece basear-se em algumas noções introduzidas e cristalizadas como a origem exclusivamente estrangeira da classe trabalhadora brasileira devido à vinda massiva dos imigrantes europeus, a relação dessa origem com o pensamento anarquista e sua suposta predominância no movimento operário e sindical na Primeira República, e ainda, a tendência

na obra *O Significado do Protesto Negro* de 1989, o autor trata de forma bastante relacionada à questão racial a questão de classe, o que enriquece e aprofunda o debate.

³¹⁶ FERNANDES, Florestan. *O Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

³¹⁷ IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 2004, p.306.

³¹⁸ BATALHA, Cláudio. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências, in FREITAS, Marcos Cezar (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo, Contexto, 2001.

geral de generalizar para todo o país as experiências que hipoteticamente teriam ocorrido em São Paulo, como já apontou Cláudio Batalha.³¹⁹

Na década de 70, com um movimento de inflexão na produção histórica e sociológica acerca da História Social do Trabalho, e uma reflexão maior sobre a classe trabalhadora e o movimento operário na Primeira República, surgem várias contribuições que se tornarão novas referências na historiografia brasileira. Porém, a separação mecânica entre o período escravista e o mundo do trabalho persiste, de modo que os trabalhadores escravizados não são encarados enquanto trabalhadores – ainda que seu status jurídico não o configure enquanto tal. Além disso, tal tradição retoma idéias estáticas e, portanto, simplistas em relação ao processo de transformação do sistema escravista, reafirmando os termos de *transição* e *substituição* em relação ao mercado de trabalho assalariado em formação.

Flávio Gomes e Antonio Luigi Negro contrapõem de forma profunda os teóricos que enfatizaram a *transição* do sistema escravista para o sistema capitalista, desconsiderando seu processo histórico, costumes e experiências por conta de um determinismo econômico em suas análises. Segundo os autores, além dessa tradição na historiografia brasileira excluir os escravizados do processo de formação da classe trabalhadora, também as complexas formas de relações de trabalho no período da escravidão e pós-abolição ficaram ausentes nos estudos sobre relações raciais no país.³²⁰

Silvia Hunold Lara, historiadora e uma das pioneiras no debate acerca da ausência dos negros na história social do trabalho no Brasil, defende que essa abstenção por parte dos historiadores na década de 1970 era em parte uma posição adaptada à ideologia dominante, que se expressava na escassez ou ausência dos dados relativos a esses sujeitos nos espaços de trabalho. Além disso, Silvia faz uma crítica taxativa aos historiadores que seguem a lógica da exclusão dos trabalhadores escravizados e libertos das análises sobre a formação da classe trabalhadora brasileira.³²¹

O historiador Boris Fausto em sua obra “*Trabalho urbano e conflito social*” publicada em 1976, da qual é ainda hoje grande referência nos estudos sobre a história do trabalho e do movimento operário no país, reproduz em parte a lógica refutada por Lara. Além de associar exclusivamente a origem da classe trabalhadora no Brasil à vinda dos trabalhadores imigrantes em detrimento dos trabalhadores nacionais e afro-brasileiros, escravizados e libertos, o autor faz uso de estudos empíricos baseados nas

³¹⁹ GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. *Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. In *Tempo Social*, São Paulo, v.18, n.1, jun.2006, p. 227 e 228.

³²⁰ LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Projeto História, n.16. São Paulo, fev. 1998, p.36-38.

³²¹ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social- (1890-1920)*. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1986, p.33.

experiências de São Paulo e em menor medida o Rio de Janeiro, de forma que tende a generalizar para o país essas realidades particulares. Além disso, ignora o histórico de lutas ocorridas durante o século XIX, inclusive lutas conjuntas entre trabalhadores escravizados e livres que reivindicavam a abolição antes de 1888.³²²

Assim, de acordo com as idéias de Thompson, nosso argumento aqui se baseia na idéia de que as experiências de trabalho, organização política e resistência assim como tradições, valores, costumes e identidade dos trabalhadores escravizados, inclusive junto aos nacionais e imigrantes ao longo do século XIX, apesar de não se tratarem de uma classe trabalhadora já madura, muito contribuíram para direcionar as lutas posteriores dos trabalhadores no início do século XX. Como na história nada começa do zero, acreditamos que vários elementos foram se desenvolvendo ao longo desse período no processo de “fazer-se” da classe de modo a forjá-la num estado mais maduro, o que engloba sua consciência de classe.

III. Sobre os conceitos de “classe”, “classe trabalhadora” e “classes/grupos subalternos”

Como já citado anteriormente, partimos da leitura e concepção marxista de E. P. Thompson em relação ao conceito de classe, que ao investigar sua formação busca relacionar elementos sociais e culturais às mesmas – como morais, valores e crenças – entendendo todos esses como componentes associados no processo de forjar sua identidade enquanto classe, para além do espaço estritamente produtivo. Além disso, encarando esse conceito enquanto uma categoria histórica e desde sua perspectiva relacional, o historiador coloca que o desenvolvimento da classe está diretamente ligado ao “comportamento classista” dos sujeitos, ou seja, o conjunto de ações e reações que orientam no sentido de um estágio de formação “madura” das classes:

“Classe”, na minha prática, é uma categoria *histórica*, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional. Somos, então, levados a teorizar este fenômeno como uma teoria global das classes e de sua formação, esperando encontrar algumas regularidades, certos “estágios” de desenvolvimento etc.³²³

A partir do caráter desse conceito enquanto processo e relação, o que implica que esta não pode ser explicada através de um raciocínio linear, estático e mecânico no tempo, quanto mais tendo um

³²² THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012, pág. 270.

³²³ Idem, p.274.

momento exato como seu marco incipiente, no trecho seguinte Thompson desenvolve sobre a profunda relação entre o conceito de classe e as outras categorias marxistas “luta de classes” e “consciência de classe” que são, inclusive, inseparáveis entre si:

(...) A meu juízo, foi dada excessiva atenção, freqüentemente de maneira anti-histórica, à “classe”, e muito pouca, ao contrário, à “luta de classes”. Na verdade, na medida em que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo, e, portanto, seja o filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldade em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, daí derivando a luta de classes.³²⁴

Nessa clássica passagem, o autor inglês deixa claro que para ele, é justamente a partir do conflito entre os distintos interesses, e durante esse processo de embate dos mesmos que se forja a consciência de classe, e só então, é possível falar em termos de classe social. Thompson se contrapõe ainda aos setores do marxismo que insistem em denominar como classe, grupos destituídos de consciência de classe ou de cultura de classe, e sendo assim, não podem ser definidos enquanto tal. O historiador defende então que *“Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é “algo” ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica.”*³²⁵

Embora Thompson não tenha incluído os trabalhadores escravizados em suas pesquisas, tais observações contribuem bastante para as análises de sociedades pré-capitalistas, e embora a história do Brasil seja bastante distinta da inglesa, o historiador fornece ferramentas das quais permite traçar vários pontos em comum nessa investigação. Trazendo para a realidade do Rio de Janeiro entre a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, torna-se indissociável os conflitos existentes no universo escravista entre os próprios escravos e seus senhores, dos conflitos subsequentes (e muitas vezes simultâneos) no mercado de trabalho assalariado. Embora esses sujeitos não tivessem uma consciência já

³²⁴ Idem, p.279.

³²⁵ MONAL, Isabel. *Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos* disponível em: <https://www.odiarario.info/Gramsci-a-sociedade-e-os-grupos-subalternos/> acesso em 07/09/2018.

formada ou “madura”, possuíam vários elementos que os permitiam reconhecer-se enquanto um grupo que possuía interesses antagônicos ao grupo a qual eram subordinados.

Como já apontado no início deste artigo, alguns historiadores do trabalho tem tido grandes esforços em refletir sobre a classe trabalhadora em distintos países, seja no processo de sua formação ou acerca de seu perfil atual, como, por exemplo, a filósofa cubana Isabel Monal. Em um artigo publicado em 2006, ao analisar os movimentos antiglobalização (no contexto de fortalecimento neoliberal) a partir do conceito de “classes sociais” em Marx, a autora propõe sua ampliação utilizando o conceito de classes/grupos subalternos de Gramsci, na busca de abarcar setores definidos pela ausência de consciência política madura, sua heterogeneidade e outras características nesse cenário mais recente.³²⁶

A autora coloca como perspectiva um ajuste do conceito gramsciano de classes e grupos subalternos, de modo a ser conectado com outras categorias criadas pelo intelectual sardo como as de hegemonia, sociedade civil e guerra de posições, assim como os principais conceitos marxistas criados por Marx e Engels. Monal explica:

(...) Indubitavelmente, ambos³²⁷ se ocuparam do papel, função social e ação de diversos grupos e estratos sociais que não eram, em rigor, classes sociais, particularmente nas análises históricas de momentos ou épocas específicas. Mas não encontramos neles um conceito ou uma categoria que trate de os englobar e de os apreender, nem enquanto tal, nem na sua interação com as classes sociais. Falta nos fundadores essa categoria que dê conta de movimentos e grupos sociais, que não são classes sociais nem funcionam como elas. A categoria de subalterno em Gramsci poderia realizar essa função que a realidade social do mundo atual, gritantemente parece pedir. Gramsci manteve sobre a tese a importância e a centralidade das classes sociais, tratou igualmente estabelecer um conceito que abarcasse todos esses movimentos que não cabem, como tal, nas classes ou que não se esgotam nelas.³²⁸

É importante destacar contudo, que o presente trabalho não pretende neste breve espaço, desenvolver de forma aprofundada a respeito do conceito de classes/grupos subalternos na concepção de Antonio Gramsci, uma vez que consiste num conjunto de idéias e apontamentos no intuito de apresentar uma reflexão ainda em estágio inicial. Sabemos ainda, que atualmente existem diversos debates a respeito

³²⁶ A autora se refere a Marx e Engels.

³²⁷ Idem, p. 3-4.

³²⁸ São exemplos de bibliografia que abordam o tema os artigos: GREEN, Marcus E. *Gramsci e as lutas subalternas hoje: espontaneidade e organização política* in Revista Outubro, n.25, março de 2016; GÓES, Camila. *Repensando a subalternidade: De Antonio Gramsci à teoria pós-colonial* in Revista Outubro, n.26, julho de 2016; GALASTRI, Leandro. *Classes sociais e grupos subalternos: uma crítica aos “Subaltern Studies”*. Apresentação no 38º Encontro Anual da Anpocs; DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e a emancipação do subalterno* in ver. Sociol. Polit., Curitiba, 29, p. 63-78, Nov. 2007. Dentro da perspectiva pós-colonial podemos citar o texto HALL, Stuart. *A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade in Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

desse tema, os quais abarcam divergências teóricas e políticas em algumas produções recentes, uma vez que parte dessa discussão perpassa pela corrente dos Estudos Subalternos (*Subaltern Studies*) como um dos principais referenciais, aos quais distintos intelectuais marxistas têm mostrado grande discordância.³²⁹ Reafirmamos, entretanto, que essas questões não serão abordadas neste espaço.

Em uma perspectiva próxima à de Monal, o historiador Marcel Van Der Linden também propõe uma ampliação do conceito de classe trabalhadora marxista, visto por ambos como limitado por não incorporar setores subordinados a outras formas de exploração do trabalho que não o trabalho livre-assalariado típico, passando a incluir assim, proletários tipicamente “livres”, escravizados e também trabalhadores sujeitados a distintos tipos de contratos de prestação de serviços. O historiador escreve:

Todo(a) portador(a) de força de trabalho cuja força de trabalho é vendida (ou alugada) a outra pessoa sob compulsão econômica (ou não econômica) pertence à classe dos trabalhadores subalternos, não importando se o (a) portador de força de trabalho vende ou aluga pessoalmente essa força, não importando se o(a) portador(a) possui meios de produção.³³⁰

O autor enfatiza ainda, a importância de refletir sobre a classe trabalhadora numa perspectiva transnacional e transcontinental, de forma a colocar os processos históricos particulares num contexto mais amplo, relacionando-os a processos ocorridos em outros países e considerando tais interações internacionais.³³¹

É com o intuito de se ater às situações históricas em que os limites entre trabalho escravo e “livre” se expressam de formas muitas vezes diluídas como as reflexões de Van der Linden procuram apontar, que o historiador Marcelo Badaró Mattos se propõe a utilizar também o conceito gramsciano de classes e grupos subalternos para analisar o processo de formação da classe trabalhadora carioca entre o período de 1850 a 1910. Apesar de não concordar com a noção mais restrita a respeito da classe trabalhadora no capitalismo atribuída à Marx e Engels por Isabel Monal, o autor utiliza a noção gramsciana no sentido de ampliar seu escopo, sem desconsiderar as diferentes chaves de leitura possíveis da concepção de classes subalternas em Gramsci. Mattos desenvolve:

Retomando o problema central da discussão que me propus a desenvolver, recorri a Gramsci para destacar que tanto na dimensão da análise do presente – intimamente relacionada ao projeto social revolucionário que propunha – quanto especialmente nas suas notas metodológicas para o estudo do passado, sua concepção de classes subalternas pode ser bastante pertinente para os estudos históricos hoje desenvolvidos. (...) Através do

³²⁹ VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do mundo*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

³³⁰ Idem, p.14.

³³¹ MATTOS, Marcelo Badaró. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea... *Op. Cit.*, p. 113.

conceito de classes subalternas, talvez seja possível dar conta da dimensão de classe do processo de subsunção formal do trabalho – assalariado, mas também “não-livre”, ou por conta própria – ao capital, em situações periféricas ou centrais em que predominem diversas formas de exploração do trabalho.³³²

No entanto, neste mesmo artigo o historiador complementa que esta perspectiva deve levar em conta os “complexos caminhos de definição da subjetividade coletiva das classes sociais”, ou seja:

(...) em determinadas situações históricas como a vivida por trabalhadores escravizados e livres em determinadas áreas da América Latina na segunda metade do século XIX, podemos estar diante não de uma única classe de trabalhadores subalternos, mas de classes subalternas, que possuem em comum a subordinação ao capital, mas distinguem-se por formas distintas de consciência social, cuja tendência a unificação pode manifestar-se em determinados momentos específicos das lutas sociais – como a dos movimentos pela abolição, fundamentais aos momentos posteriores do processo subsequente de formação da classe trabalhadora.³³³

Assim, acreditamos que a partir dos apontamentos feitos por esses autores, temos em mãos diversos elementos que nos permitem cruzar o conceito de classe trabalhadora desde Marx, passando pelas reflexões de E.P. Thompson que vão ao sentido de complementar as possíveis lacunas na concepção marxiana, assim como a própria noção de classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci, que também possibilitam uma maior abrangência de realidades distintas da europeia no processo de formação da classe trabalhadora. Apesar de algumas leituras recentes a respeito da teoria marxista atribuírem uma noção mais restrita à mesma (no que tange a classificação e composição da classe trabalhadora) do que ela de fato possui, consideramos que os aportes realizados podem sugerir possíveis caminhos a seguir em futuras reflexões nesse tema, inclusive como forma de suplementá-la.

Bibliografia

BATALHA, Cláudio. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências, in FREITAS, Marcos Cezar (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo, Contexto, 2001.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social- (1890-1920)*. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1986.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5ª ed. Vol, 1. São Paulo: Globo, 2008.

³³² Idem, p. 113.

³³³ Doutoranda em Mídia e Mediações Socioculturais na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: tavora.bruna@gmail.com

FERNANDES, Florestan. *O Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 51. Ed. Rev. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. *Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. In *Tempo Social*, São Paulo, v.18, n.1, jun.2006.

GOMES, Flávio Santos e NEGRO, Antônio Luigi: “As greves escravas, entre silêncios e esquecimentos”, disponível em: http://www.geledes.org.br/as-greves-escravas-entre-silencios-e-esquecimentos/#gs.a_hzg1g, acesso no dia 16/05/2017.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 2004.

LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Projeto História, n.16. São Paulo, fev. 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró, *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, Rio de Janeiro: Bom texto, 2008.

MONAL, Isabel. *Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos* disponível em: <https://www.odiarario.info/Gramsci-a-sociedade-e-os-grupos-subalternos/> acesso em 07/09/2018.

REIS, João José. *Rebelião escrava do Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*.3.ed. São Paulo, Companhia das letras, 2003.

THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do mundo*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

MESA 08: GRAMSCI E A COMUNICAÇÃO: INTELECTUAIS ORGÂNICOS, HEGEMONIA E VISÕES DE MUNDO NA IMPRENSA, NO RÁDIO E NA TV

Coordenadora: Bruna Távora (UFRJ)

A relação entre o pensamento de Antônio Gramsci e os meios de comunicação é caminho profícuo para compreender o papel que cumpre a mídia na formação dos consensos necessários à manutenção do sistema capitalista. Os meios de comunicação, entendidos como aparelhos privados de hegemonia que operam por mediação da sociedade civil, fortalecem a construção de um bloco histórico, responsável pela unidade orgânica entre estrutura e superestrutura. Unidade fundamental às diversas crises e tensionamentos que emergem das contradições sociais de um sistema caracterizado pela propriedade privada, pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida e por ideologias baseadas em individualismo e meritocracia. Esse esforço de consenso da classe dirigente é tão mais necessário, quanto mais as classes subalternas se organizam e resistem a esses ataques - momento em que a coerção é sempre lançada mão. Dentro desse quadro teórico, nessa mesa coordenada, apresentamos a televisão brasileira como um dos espaços privilegiados da formação do consenso nacional, demonstrando sua função de pedagogia da hegemonia, particularizando as estratégias comunicacionais voltadas ao atenuamento das contradições do mundo do trabalho, através da difusão de "aprendizagens" funcionais à adaptação das classes populares às formas capitalistas de emprego. Por outro lado, apresenta também estratégias de hegemonia desenvolvidas pelas classes populares. O papel das rádios comunitárias na construção de uma contra-hegemonia no sentido de se colocarem como uma possibilidade dos grupos subalternos construir uma visão de mundo capaz de resistir e se contrapor às ideias dominantes. Também demonstramos o importante papel do jornalista Lima Barreto na difusão de visões de mundo que não faziam coro aos ditames das elites dominantes de sua época. Nesse sentido, a mesa busca demonstrar os tensionamentos realizados no campo da comunicação, enfocando o aspecto dialético e dinâmico da luta pela cultura através do estudo da imprensa, da TV e das rádios comunitárias.

**CONSENSOS SOBRE A FORÇA DE TRABALHO NA TELEVISÃO:
O *Esquenta!* e a pedagogia da hegemonia para a precarização e o empreendedorismo entre as
classes subalternas**

Bruna Távora³³⁴

Resumo: Este trabalho explicita a função dos intelectuais orgânicos da classe dirigente brasileira que atuam na mídia televisiva nacional, especificamente, na TV Globo. No aspecto teórico, apresenta o mercado brasileiro de televisão como um aparelho privado de hegemonia que, mais do que uma empresa de entretenimento, opera, desde a ditadura militar, uma subsunção da cultura à economia colaborando com a formação permanente do “bloco histórico” nacional que provoca a unidade orgânica entre estrutura e superestrutura. Para particularizar a análise, serão apresentados alguns dos resultados de pesquisa de mestrado dessa autora que concentrou-se no estudo do programa de TV *Esquenta!*, e sua funcionalidade para a implementação do capitalismo de corte democrático-popular desenvolvido no Brasil. São enfatizados o empreendedorismo e o crédito para o consumo das populações de baixa renda. Os resultados explicitam as estratégias de construção de visões de mundo, que almejavam formar uma “pedagogia da hegemonia” voltada para o mundo do trabalho das classes subalternas. Este, que ancora-se em precarização, flexibilização e auto-emprego. A partir da pesquisa, constatou-se que uma das funções do *Esquenta!* foi facilitar o consenso acerca das exigências do sistema econômico, bem como incentivar o desenvolvimento de habilidades necessárias ao seu funcionamento, como criatividade, flexibilidade, dentre outros. O artigo também destaca brevemente os intelectuais orgânicos articulados ao programa analisado, demonstrando que trata-se de uma expressão cultural e comunicacional que sintetiza e dá continuidade ao pensamento intelectual de Gilberto Freyre, referenciado e recuperado por Hermano Viana, que formulou e construiu o *Esquenta!*.

1 INTRODUÇÃO

O predomínio da coerção em relação ao consenso como técnica política de Estado seria modificado com a complexificação das lutas sociais, já no final do século XIX, quando se intensifica a socialização da política demandando uma “divisão social do trabalho de dominação” mais robusto e mais complexo, e que terá a sociedade civil burguesa como sua expressão correspondente (BEIRED, 1998, p. 129). Assim, os mecanismos repressivos do estado *stricto sensu* são combinados a outras formas de controle expressas na organização da cultura – termo fundamental na ciência política gramsciana)- ancorada na “necessidade de conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação” (COUTINHO, 1992, p. 77).

O que significa “cultura” neste caso? Significa indubitavelmente uma coerente, unitária, e nacionalmente difundida “concepção de vida e do homem”; uma religião leiga”, uma filosofia que se

³³⁴ Antônio Gramsci nos Cadernos do Cárcere, 23, 1, p. 2185-6. Citação recolhida em BARATA, Giorgio. **Antônio Gramsci em Contraponto**. Editora Unesp, 2011, p. 80

tenha tornado exatamente ‘cultura’, ou seja, tenha gerado uma ética, um modo de viver, uma conduta civil e individual.³³⁵

Trata-se da relação entre estrutura e superestrutura que se apresentam organicamente, constituindo o que Gramsci (2011) chamou de bloco histórico, categoria que expressa a subsunção da cultura à economia, que tem “validade ‘psicológica’: [pois] elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição e lutam, etc” (GRAMSCI, 2011, p. 148).

As expressões culturais do capitalismo são bastante diversificadas e incluem diversos aparelhos privados de hegemonia que constituem mediações políticas da classe dirigente com as classes subalternas, com maior ou menor tensionamento a depende do momento particular da história. São alguns exemplos a escola, os movimentos sociais, os partidos políticos, a universidade, a mídia, dentre muitos outros.

Nesse artigo, trataremos especificamente do papel do *Esquenta* especificando sua contribuição à coesão do bloco histórico da fase democrático-popular³³⁶, uma vez que construiu consensos, projetando formas culturais que buscavam a integração do trabalho flexibilizado ao capital . O artigo articula as estratégias culturais e comunicacionais às exigências da formação e instrução de um tipo de orientação ética para o trabalho que ancora-se no autoemprego (FRIGOTTO, 2010), e que foi funcional para a preparação de um tipo de trabalhador(a) cada vez mais precarizado e sem direitos, e que teve sua culminância com a reforma trabalhista do governo Temer.

Os intelectuais e a organização da cultura no capitalismo monopolista

O agente político que opera esse processo organizativo da cultura são os intelectuais orgânicos. Com a ampliação do Estado, Gramsci observa o surgimento de uma categoria de profissionais intelectuais, que passarão a realizar a elaboração do consenso e do convencimento através dos diversos aparelhos privados de hegemonia. Deste modo, o autor italiano demonstra a função do intelectual nos mecanismos de reprodução cultural necessários às classes dirigentes.

Uma das determinantes mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido de domínio é sua luta pela assimilação e conquista “ideológica” que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos [...] No mundo moderno, a categoria de intelectuais se ampliou de modo inaudito dando lugar a uma certa

³³⁵ A concepção do termo democrático-popular acompanha o balanço da estratégia orientado por Mauro Iasi, e não será desenvolvida ao longo desse texto. Para aprofundamento do tema, ver a obra coletivo de MARTINS, C., PRADO F, FIGUEIREDO, I, MOTTA, S., NEVES, V. **A “estratégia democrática e popular” e um inventário da esquerda revolucionária.** In: Marx e o Marxismo v.2, n.3, ago/dez 2014

³³⁶ Identificado na observação do programa no período entre Julho e Dezembro de 2014.

divisão do trabalho e, portanto, a toda uma gradação de qualificações [...]. Foram elaboradas, pelo sistema social democrático-burguês, imponentes massas de intelectuais, nem todas justificadas pelas necessidades sociais de produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante (GRAMSCI, 1985, p.10-11)

O intelectual será assim responsável pelas funções não militares, ligadas mais precisamente à organização das ideias e da cultura (jurídica, política, espiritual), cumprindo um papel importante na difusão de visões de mundo que articulam os interesses dos dirigentes a uma demanda limitada das classes subalternas. O objetivo é que estas façam a adesão ao sistema social do capitalismo na condição de dirigidos, mantendo assim as relações sociais que garantem a apropriação da riqueza pela classe dirigente. Os intelectuais serão tão mais imbricados na luta política pelo consenso, quanto mais complexa for a contradição do sistema e sua necessidade cíclica de autolegitimação e transformação (idem).

Essa ampliação do trabalho intelectual é funcional e necessária à organização da cultura hegemônica, pois possibilita que se generalize a lógica do capitalismo que, desde então, pode “articular o centro do aparelho estatal de poder com o restante do corpo social” (BEIRD, 1998, p.127). Essa mediação dos intelectuais na tensão política entre as classes será determinada pelo seu papel orgânico na estrutura social, podendo este ter uma ação conservadora ou transformadora. O exame sobre suas práticas, portanto do bloco histórico, não deve ser buscado simplesmente nas ideias em si, mas no “conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que a personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais” (GRAMSCI, 1985, p.10).

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1985, p.3).

Neste sentido, a função dos intelectuais orgânicos da burguesia no capitalismo é projetar, através das instâncias de mediação da sociedade civil, uma organização cultural capaz de reproduzir as condições sociais que permitam à burguesia manter-se enquanto classe dirigente.

Esta complexificação das relações de domínio no Estado capitalista determina historicamente o surgimento da sociedade civil e explicita que “a base histórica do capitalismo se deslocou” (GRAMSCI, 2011, p. 272). A partir dessa apreensão, Gramsci observa uma ampliação das funções do Estado capitalista, especificando-o por uma articulação entre “sociedade, ‘produção’ e ‘cultura’ [que] não podem

mais ser isoladas, mas existem e reaparecem em sua relação recíproca” (BARATA, 2011, p. 104). É assim que se

Funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção [...] dependem não apenas do grau de socialização da política alcançado pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam entre si (COUTINHO, 1992, p.78)

A sociedade civil é constituída por diversos aparelhos privados de hegemonia e, no caso brasileiro, o mercado de televisão possui alta vinculação orgânica com as populações (BOLAÑO, 2014). Costituído na fase do fordismo, a Indústria Cultural expressa a mercantilização de processos que ainda não haviam sido exaustivamente exploradas pela economia, como o setor cultural.

Deste modo, observa-se dois conjuntos de funções que a Indústria Cultural passa a cumprir no capitalismo brasileiro: a função publicidade - responsável pela aceleração da etapa de circulação e, portanto, da realização da mercadoria e a função propaganda – responsável pela projeção de visões de mundo funcionais à lógica reprodutiva do sistema (BOLAÑO, 2000), ou seja a função de hegemonia. Trata-se, portanto, de um aparelho privado de hegemonia que, constitui e cimenta o bloco histórico, articulando as necessidades estruturais à formas superestruturais de organizar a cultura e o consenso.

Para explicar como a Indústria Cultural assume tão objetivamente a função de hegemonia no capitalismo monopolista, é preciso levar em conta ainda as transformações da própria sociedade que provocam uma “radical desestabilização das estruturas tradicionais de socialização e controle” (CESAREO, 1979, p. 39). Deste modo, os aparelhos privados de hegemonia que eram historicamente utilizados para difundir visões de mundo (igrejas, escola, sindicatos) sofrem uma desestabilização e, “são menos capazes de produzir e transmitir” (idem) modelos de conduta necessários à reprodução das condições do processo de dominação. Ao mesmo tempo, a partir dos anos 60, as global players da comunicação se consolidam e se institucionalizam, como é o caso da Rede Globo de Televisão no Brasil (BOLAÑO, 2004).

Estas outras mediações, contudo, não deixam de existir e continuam a cumprir as funções de consenso que lhe são próprias. No entanto, o contexto provoca uma combinação destes mecanismos com o aparato da Indústria Cultural, que, pelo seu caráter global, consolida-se rapidamente como espaço de reprodução da hegemonia do sistema, com o “objetivo de garantir uma disciplina que já não pode ser adequadamente garantida” (BOLAÑO, 2000, p. 126) somente pelos aparelhos privados anteriores.

No caso do Brasil, o mercado brasileiro de televisão construirá diversas estratégias comunicacionais e culturais que buscarão “explicar” os fatos políticos e as transformações do aparato estatal, elaborando racionalidades e convicções que sejam organicamente necessárias à reprodução do capital (BOLAÑO, 2000). Trata-se de elaborar formas de compreensão da realidade que buscam o consenso e a adesão espontânea da classe subalterna.

Dentre as visões de mundo que podem ser aleatoriamente identificadas, destacam-se àquelas mais evidentes, relacionadas à ideologia dominante como meritocracia, reforço ao individualismo, além de disseminação de informações explicitamente articuladas com os interesses econômicos dos grupos políticos que detém os meios de comunicação. As estratégias que o conjunto dos agentes econômicos articulados aos meios de comunicação massivos no Brasil implementam, tem assumido a forma de um “conhecimento selecionado, organizado e distribuído segundo os interesses de retroalimentação do capitalismo: [que] investem e educam o seu futuro consumidor (e trabalhador)” (BRAGA, 2002, p.13)

Esquentá

Para este artigo, no entanto, importa explicitar especificamente as visões de mundo e consensos em torno da integração capital-trabalho, observando a ascensão e o estímulo do autoemprego e do empreendedorismo como política social e sua expressão na mídia hegemônica através do *Esquentá*.

A crise estrutural do capitalismo iniciada nos anos 1970 representa um momento de transição, em que se destaca o agravamento do desemprego e a precarização das relações de trabalho. Altera-se, por um lado, a relação capital/trabalho impondo-se a lógica da acumulação flexível (ANTUNES, 2010), ao passo que novas exigências são feitas ao trabalhador, centradas nesta fase na cultura e na criatividade e na capacidade de “superar” a crise através de esforços individuais, vistos como meios para a obtenção de competitividade provocando uma “culturalização da economia” (BRAGA, 2013, p.2). Assim, fazendo

emergir uma nova racionalização, imanente às novas tecnologias, cujas exigências são o conhecimento, a qualidade e a diferenciação dos produtos na concorrência do mercado, ao mesmo tempo que se impõe a formação de trabalhadores com uma melhor Educação básica, conhecimentos mais abrangentes do processo produtivo e domínio da organização (BRAGA, 2013, p.2).

As mudanças no padrão de acumulação do capital exigirão integrar, o mais rápido possível, o conjunto dos trabalhadores que haviam sido formados no padrão fordista de produção aos quais se impunha exigências bem distintas das que se impõe no mercado flexibilizado (ANTUNES, 2010).

Para preparar essa outra força de trabalho, o Estado e as empresas implementam estratégias que vão desde a expansão do ensino superior e técnico, até o financiamento da formação dos trabalhadores a

partir das corporações (BRAGA, 2009), passando pelo investimento nas políticas sociais de economia criativa (LOPES e SANTOS, 2011) e do empreendedorismo e a instauração de discursos midiáticos de “valorização do trabalho” e do trabalhador. Iniciativas que, em essência, objetivam o consentimento dos trabalhadores para que se articulem rapidamente a essa dinâmica (BRAGA, 2009; FRIGOTTO, 2010).

Como destaca FONTES (2009)

a grande mídia conserva a função social de consolidar a coesão do conjunto da classe dominante, assim como assegurar a adesão dos subalternos [...] e organizar e convencer amplos setores populares, forjando uma sociabilidade peculiar. Tal sociabilidade se apresenta como organizativa, ativa (participante) e democrática (de cunho eleitoral). No entanto, reduz a participação popular aos âmbitos estreitos, assim como bloqueia o horizonte democrático, blindando a política de forma a que não envolva transformações substantivas na vida social (FONTES, 2009, p. 21-22)

Estes mecanismos atuam na perspectiva de uma pedagogia da hegemonia que objetiva educar a sociabilidade do conjunto da população, integrando-a desde um padrão de subordinação. É nesse contexto que se acentua a produção de um conteúdo voltado, crescentemente, para estratos populacionais das classes subalternizadas, cujo programa aqui estudado é expressão síntese produzida pela TV Globo no estabelecimento das relações de hegemonia necessárias à esta fase.

Na perspectiva concorrencial, o Esquenta torna-se uma “aposta” para a emissora que, historicamente, sempre dialogara com os setores de renda das classes AB (ROCHA, 2014). O que confirma-se ao observar os anunciantes verificados no programa: Caixa Econômica Federal (cartão Minha Casa Melhor; Melhor Crédito; Financiamento Estudantil; Poupança Caixa) e o lançamento do Cartão Correios Fácil, voltado ao fornecimento de crédito de pequena e média empresa³³⁷, publicidade da telefônica VIVO, anunciantes de produtos de limpeza do varejo doméstico, como as marcas Assolan e Ypê³³⁸,

A investigação acerca do programa possibilitou concluir que há uma articulação entre a estratégia cultural de “visibilidade afirmativa” popular com o projeto da classe capitalista, aqui expresso no aspecto relativo a uma pedagogia da hegemonia que instrua e ensine as formas de conduta para uma nova fase do capitalismo, constituída por alto nível de emprego informal, precarização e trabalho intermitente, auto-emprego.

³³⁷ Idem.

³³⁸ Coleta de dados, foi realizada uma observação aleatória dos programas veiculados entre julho e agosto de 2015 publicada em TÁVORA (2015).

O que permite caracterizar e especificar elementos do bloco histórico da fase democrático-popular, demonstrando a subsunção da superestrutura à estrutura, ou seja da cultura à economia. O *Esquentá* expressa a objetivção estética de uma visão de mundo que constituiu alguns dos elementos necessários à preparação de uma coesão social, que fosse funcional às modificações no mundo do trabalho, e que culminaram com a reforma trabalhista do governo Temer.

Por outro lado, na perspectiva própria da questão cultural, são aprofundadas as estratégias de segmentação e diferenciação que passam a demandar produtos culturais cada vez mais heterogêneos, impactados pelo fluxo mundial de cultura, acirrando as disputas intersetoriais, dando ênfase à diversidade e às identidades na produção cultural. Trata-se de um pacto cultural que gera uma identificação baseada no conceito da diversidade e na ênfase nas diferenças individuais (MONTERO, 2013, p.15)

O fato articula-se às exigências do mundo do trabalho contemporâneo que, por um lado incentiva a “valorização do trabalhador” (FRIGOTTO, 2010) a partir do estímulo às habilidades cognitivas, de criatividade, cooperação, empreendedorismo e cultura (BRAGA, 2015) e por outro, instrui a outra parte que terá suas condições de emprego e renda precarizadas, elevando os níveis de flexibilização, trabalho intermitente e informalidade.

Parece-nos importante mostrar primeiramente que os novos conceitos abundantemente utilizados pelos *homens de negócio* e seus assessores – globalização, integração, flexibilidade, competitividade, qualidade total, participação, pedagogia da qualidade e defesa da educação geral, formação polivalente e “valorização do trabalhador” – são uma imposição das novas formas de sociabilidade capitalista tanto para estabelecer um novo padrão de acumulação, quanto para definir as formas concretas de integração dentro da nova reorganização da economia mundial (FRIGOTTO, 2010, p. 154)

A valorização do trabalhador se converte no caso em exame em uma “visibilidade afirmativa” da periferia, que é expressa já a partir do mote do programa: “*tudo junto e misturado*”. Reunidos em “harmonia na *família* do *Esquentá!*” o programa cimenta uma visão de mundo subalterna, já identificadas na história da cultura no Brasil: a afirmação positiva da mistura (o mestiço) presentes no conjunto da obra de Gilberto Freyre

O pensamento de Freyre procurava destacar a questão da pluralidade e da diversidade sob uma ideologia da harmonia, com o deliberado objetivo de promover uma integração de parte dos trabalhadores ao padrão de acumulação do capital ancorado na indústria (MOTA, 1992). A fase democrático-popular, em face aos processos de mudança tecnológica e a imposição de novos padrões de acumulação do sistema capitalista, observa-se um esforço das classes dirigentes em redefinir os “processos de formação humana”

(FRIGOTTO, 2010, p. 155) necessários nesta fase de reorganização das forças produtivas, disseminando, para isso, uma estratégia cultural baseada na “visibilidade afirmativa” da periferia que, deverá integrar-se ao mundo do trabalho, que apresenta novas condições e exigências.

Para demonstrarmos a expressão concreta dessa articulação, demonstramos dois exemplos³³⁹ observados no programa, identificando a tônica geral e a visão de mundo expressa em suas edições, bem como as possíveis correlações com as exigências econômicas.

A primeira que podemos citar ocorreu na edição do dia 13 de julho de 2014 Mumuzinho e Douglas Silva, intelectuais negros e da periferia que atuam no programa, fazem uma esquete parodiando duas personagens dançarinas de um bairro periférico que vão ao programa para conseguir um emprego. O texto inicia com uma pergunta da Regina Casé dirigindo-se à plateia: “Você acha que elas têm alguma chance?”. Em seguida, a personagem de Mumuzinho responde:

Regina deixa eu falar uma coisa pra você: a gente vem aqui porque seu programa *ta* bombando demais. A gente tem um grupo e a gente tá lançando uma carreira de dançarina. A gente é muito famosa, eu não sei porque demorou pra gente vir aqui no programa. A gente sabe que você é a mulher da oportunidade. Fiquei sabendo que você bombou a vida do Mumuzinho e deu até cartão cidadão pra ele. Regina, vamos aproveitar logo que eu quero uma oportunidade.

A esquete de teor ficcional expressa a relação que o cantor Mumuzinho tem com Regina Casé. Segundo o cantor, “ela sempre deu oportunidade para quem corria atrás. A Regina é generosa, mas também puxa a orelha se tem que puxar. Devo muito a ela”³⁴⁰. A esquete protagonizada por Mumuzinho, e sua própria história profissional, favorecem o reforço das habilidades exigidas para o empreendedorismo e o autoemprego, expressas ainda por uma relação de submissão entre o artista e a apresentadora. Essa tônica, que expressa a aptidão natural “brasileira” para a criatividade é mobilizada diversas vezes pelo programa para afirmar que, a saída para a crise é derivada de uma ação criativa do indivíduo, ofuscando o fato evidente de que trata-se de uma forma particular de exploração do homem sobre o homem.

Dentre os temas observados, destaca-se o foco na economia criativa, que é sempre ressaltada numa espécie de pedagogia de empreendedorismo, “A gastronomia é um pilar da economia criativa e

³³⁹ Depoimento disponível em entrevista publicada em 02 de agosto de 2013 no Portal do Diário de Pernambuco, http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2013/08/02/internas_viver,453950/mumuzinho-do-programa-esquenta-lanca-cd-e-dvd.shtml. Acesso em 08/12/2014

³⁴⁰ OLIVEIRA, Laila. **Ei Globo, não sou tuas nêgas!** In: Portal Geledés em 03 de setembro de 2014. <http://www.geledes.org.br/ei-globo-nao-sou-tuas-negas/#axzz3OeMp5NtW>

pode ser muito importante para o Brasil”, destacou, por exemplo, Ale Yousef no programa de 16 de novembro de 2014.

Essas formas culturais funcionam como espaço de mediação na construção de consenso servindo para atenuar as contradições emergentes.³⁴¹ Desta forma, busca-se renovar seu acordo com a “nova” audiência que se consolida, buscando se manter na liderança do mercado e ainda constituindo e elaborando consensos como uma poderosa forma de organização do senso comum, gerando pensamento e constituindo formas de consciência.

Observa-se, a partir do programa, executa-se uma estratégia da classe dirigente diante das classes subalternas que se caracteriza pela apropriação do trabalho e das culturas dessas para a construção de um referencial simbólico que visa integrar, o mais rápido possível, esta parcela da população - historicamente excluída de acesso à educação, formação intelectual e profissional – ao capital que, nesta fase, demanda, por um lado, a adesão desse setor para o desenvolvimento de novas habilidades necessárias a esse mundo do trabalho.

Os meios de comunicação não têm poupado esforços para produzir uma mudança de paradigma – através do binômio “criatividade e cultura”, tendo a inovação como resultante – e apresentar as ICC (e as indústrias de conteúdos digitais) como atividades com potencial relevante para o crescimento e o emprego. Nesse contexto, o discurso sobre a inovação se converte em uma ferramenta de conscientização social que serve para fomentar uma série de valores (o otimismo, a tenacidade, a criatividade, a imaginação, o empreendedorismo) e conseguir promover a mudança de percepção e de atitude (BRAGA, 2015, p.8).

Trata-se aqui da construção de um tipo de hegemonia no caso específico do objeto estudado, uma vez que a estratégia do *Esquenta!* corresponde à constituição de uma visão de mundo sobre/por/para as classes subalternas que, tornando-se visão hegemônica, possa manter as condições de reprodução social da classe dirigente, estratégia da qual o programa é apenas uma simples ilustração.

Deste modo, a principal semelhança entre o trabalho de Freyre e o trabalho intelectual do *Esquenta!*, é ilustrado na figura de Hermano Vianna, e está no *caráter afirmativo* que orienta a análise das classes subalternas tematizadas pelos seus trabalhadores intelectuais. No primeiro caso, o mestiço, no segundo caso, no que interessa aqui, a mistura.

³⁴¹ Mestrando da Escola de Comunicação da UFRJ, na linha Mídia e mediações socioculturais. Email: silvalopes.rafael@gmail.com

A mistura, recorrentemente afirmada ao longo de todo o programa, é expressa como uma característica positiva *a priori*, e que apresenta combinações entre o trabalho intelectual de Hermano Vianna e Gilberto Freyre, como é indicativo o trecho em que o produtor cultural do *Esquenta!* analisa a obra do autor de Casa Grande e Senzala.

A aptidão brasileira a se relacionar com o indefinido e o diverso é considerada por Freyre nossa grande originalidade como experiência civilizatória, aquilo que nos marca como diferentes, justamente por estarmos mais abertos à diferença e podermos incluir o indefinido na definição de identidade. [...] A dissolução no arco-íris de todas as raças não significa o apagar das diferenças, mas sim o convívio sem separação entre diferenças, com infinitas possibilidades de combinação entre elas (VIANNA, 2009, p. 93).

“A aptidão ao indefinido, a abertura brasileira ao diferente, e o convívio sem separação entre diferenças” é a reprodução, no pensamento, da aparência do sistema social capitalista, visto que a realidade dos fatos demonstra uma desigualdade das condições concretas colaborando com a constituição da hegemônica do projeto da classe dirigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face aos processos nos padrões de acumulação do sistema capitalista, observa-se um esforço das classes dirigentes em redefinir os “processos de formação humana” (FRIGOTTO, 2010, p. 155) necessários a fase democrático-popular das forças produtivas, disseminando, para isso, uma estratégia cultural baseada na “visibilidade afirmativa” da periferia que, deve rapidamente integrar-se ao mundo do trabalho, marcado por novas condições e exigências.

Trata-se da produção da constituição de um bloco histórico, em que organização da cultura e organização da economia encontram-se articuladas. Observa-se a constituição de um consenso elaborado pelo capital sobre o trabalho, e que busca, por um lado, acelerar uma parcela da mão-de-obra intelectual, que se integrará em processos de trabalho automatizados e digitais, e por outro, instruir a outra parcela da população – aquela mais subalternizada, que terá de buscar sua reprodução social em empregos informais, precarizados e intermitentes.

A funcionalidade do *Esquenta* e sua importância na elaboração do consenso na fase democrático-popular expressam-se com toda nitidez no momento contemporâneo, marcado por uma reforma trabalhista que tem no seu pilar a precarização e a intermitência como formas hegemônicas de reprodução

social da vida, que, ao mesmo tempo são embalsamadas por discursos de empreendedorismo e meritocracia.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho)**. São Paulo: Cortez, 1995.

BARATA, Giorgio. **Antônio Gramsci em Contraponto**. Editora Unesp, 2011.

BEIRED, José. **A função social dos intelectuais**. In: AGGIO, Alberto. Gramsci: A vitalidade de um pensamento. São Paulo: Ed Unesp, 1998

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec; Pólis. 2000.

_____. **Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva"**. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política-SEP*, n. 11, segundo semestre, São Paulo, 2002

_____. **MATTOS, Fernando. Conhecimento e Informação na atual Reestruturação Produtiva: para uma crítica das teorias da Gestão do Conhecimento**. In: *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação - v.5 n.3 jun, 2004*

BRAGA, William Dias. **Novas identidades para o novo mundo do trabalho através da Cultura: o velho mantra do capitalismo revisitado**. Eptic Online – Revista Electrónica Internacional de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. ISSN 1518-2487. Vol. XVII, n.1. Janeiro–Abril 2015. Aracaju, SE: Obscom, Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2015

_____. **Mediação do trabalho e estratégias de comunicação: flexibilidade e reestruturação produtiva no Brasil**. In: *Comunicação, informação e cultura : dinâmicas globais e estruturas de poder / Othon Jambeiro, César Bolaño e Valério Brittos (organizadores)*. Salvador : Edufba, 2002

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político**. Editora Campus, 1992

_____. **Marxismo e Política. A dualidade de Poderes**. Ed. Campus, 1994

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São. Paulo: Ed. Cortez, 2010

FONTES, Virginia. **Intelectuais e mídia — quem dita a pauta?**. In: Apostila do Curso “A Crise do Capitalismo”. Realizado pela Escola Nacional Florestan Fernandes, CEPIS/ENFF/Depto. De Jornalismo da PUC, São Paulo, 2009

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 5ª ed., 1985

_____. **O leitor de Gramsci. Escritos Escolhidos, 1916-1935**. Org.: Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, 2011.

SECCO, Lincoln. **Hegemonia na Atualidade**. Artigo publicado no Boletim “Informe” (FFLCH-USP, 2010).

ROCHA, Maria Eduarda. **O Núcleo Guel Arraes e a reconstrução da Imagem da TV Globo; Guel Arraes: leitura social de uma biografia**. In: FECHINE, Yvana. FIGUEROA, Alexandre (Orgs). Guel Arraes. Um inventor no audiovisual brasileiro. Recife: Ed. CEPE, 2008

_____. **O Núcleo Guel Arraes da Rede Globo e a consagração cultural da “periferia”**. In: 36º Encontro Anual da Anpocs, São Paulo, 2013

LIMA BARRETO E A IMPRENSA NO SÉCULO XX

Rafael da Silva Lopes³⁴²

Resumo: A partir do final do século XIX, a imprensa carioca, absorve a pluralidade discursiva apresentada pela modernização do centro urbano, no período conhecido como belle époque. O jornalismo começa a se institucionalizar, ou seja, apresentar características próprias, se afastando em parte do puro jogo discursivo das elites. É nessa época que Lima Barreto entra em cena. Entendido como intelectual orgânico de sua classe, aquele que promove a unidade e a coerência de uma visão de mundo hegemonizada pelas classes subalternas, sua obra apresenta vestígios de uma análise contra hegemônica do Brasil, contendo o universo popular, o qual o autor estava organicamente ligado. A produção intelectual do escritor/jornalista se apresenta como alternativa à “via prussiana” dos literatos de sua época. Lima Barreto conduz seus leitores a percorrer um Rio de Janeiro diferente de seus contemporâneos. O subúrbio, ao invés da Zona sul; o negro no lugar do branco; o violão em detrimento ao piano; traços orais na escrita em contraposição à arte pela arte. Apontado como voz dissonante, Lima Barreto viu em seus escritos a possibilidade de extravasar o armazenamento de suas observações e emoções. Este trabalho apresenta a trajetória de Lima Barreto no Correio da Manhã e na Revista Fon Fon, além de apresentar as estratégias desenvolvidas pelo autor quando junto com outros companheiros lançou a revista Floreal. O trabalho apresenta ainda sua concepção da imprensa, entendida por ele, como um habitat dos grandes escritores, dos homens que mandavam tanto na política como nas letras.

As reflexões de Lima Barreto revelam através dos vestígios de sua produção jornalístico/literária a imagem alternativa de Brasil, uma visão popular, do início do século XX. Através de seus textos temos a possibilidade de analisar o passado nacional, num sentido diferente ao que foi imposto pela classe dominante. O intelectual orgânico nos oferece a trilha para a compreensão de determinações que perduram até os dias de hoje. Nesse sentido, a obra do autor adquire a dimensão política formulada por Gramsci de superação da “mera recepção passiva” à “conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas”. É pensar sua visão de mundo como ferramenta de uma práxis transformadora.

O fenômeno artístico-ideológico da obra de Lima deve ser contextualizada pela carência de uma rede de produção intelectual identificada com o universo popular no período em que viveu o escritor. Dentro de uma época, marcada pelo domínio de uma literatura elitista, incapaz de construir uma consciência crítica no Brasil e de Brasil; é aí que se evidencia a importância da produção de Lima Barreto

³⁴² Conceito de Antonio Gramsci que o formula como via alternativa à cultura elitista italiana, por conta da característica de implementação do capitalismo em seu país, numa revolução que aconteceu “pelo alto”, sem que os intelectuais criassem um vínculo com o povo. Ou seja, na visão do pensador, esse distanciamento entre literatos e artistas, se deve a não participação da população nesse período transitório. Carlos Nelson Coutinho se apropria dessa categoria ao analisar as linhas de evolução da literatura nacional.

para a cultura brasileira. Ou seja, a importância do caráter *nacional-popular*³⁴³, a articulação orgânica entre intelectual e massa, da obra barretiana para a cultura brasileira.

Trabalho intelectual que surge como representação da tentativa de renovação de nossa literatura, buscando na imersão em meio à realidade social brasileira do início do século XX, para ressignificá-la; e extrair daí um novo caminho para o povo brasileiro, para a política do país. Como nos aponta Carlos Nelson Coutinho, uma literatura que criasse os vínculos comunicacionais necessários para que a população tivesse a compreensão de seus problemas concretos, criando assim uma consciência de mundo capaz de produzir as condições para superação de questões históricas nacionais. Esse é o ponto de análise do intelectual Lima Barreto como representante dos marginalizados, que buscou elaborar uma concepção de mundo, de vida, portanto de comunicação e cultura, onde houvesse efetivamente a participação do povo.

A produção intelectual do escritor/jornalista se apresenta como alternativa à “via prussiana”³⁴⁴ dos literatos de sua época.

A intenção de criar uma democracia popular, defendida pelo autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, merece a análise dentro de uma perspectiva totalizante do significado de sua obra, dentro da cultura brasileira. A crítica dirigida aos literatos de sua época e a busca por apresentar personagens à margem fazem parte de um projeto social que seguia na contracorrente, onde a participação efetiva da população e a construção de uma literatura que refletisse reais valores humanistas fossem possíveis.

A imprensa e a sociedade civil

Na análise marxista sobre a ação do Estado temos uma importante reflexão para que se possa compreender a tomada de posição elite brasileira durante a passagem da monarquia à república, que manteve os privilégios de uma minoria. Ademais, naquele momento, a sociedade civil não havia amadurecido ao ponto de ter condições de realizar pressões substanciais ao poder hegemônico. Sindicatos, partidos políticos, sufrágio universal ainda não faziam parte do repertório de socialização, da participação política do povo.

³⁴³ Carlos Nelson Coutinho se utiliza deste termo de Lenin para designar o caminho lento e irregular do progresso social brasileiro

³⁴⁴ Momento conhecido pela política adotada pelo então prefeito da cidade do Rio Pereira Passos (1902 a 1906) juntamente com Oswaldo Cruz, diretor da saúde pública, que culminou na execução de um plano de reforma urbana e sanitária. A demolição dos velhos cortiços e favelas que ficavam no Centro da cidade, com o argumento de eliminar focos de doenças, além, é claro, de promover modificações no traçado urbanístico nos moldes de Paris.

Para Gramsci a formação de sujeitos políticos coletivos só pode ocorrer no capitalismo desenvolvido. O capitalismo tardio brasileiro parece ser a principal origem para explicar a falta de articulação entre os intelectuais e os sujeitos políticos coletivos. Não é afirmar que não houvesse organizações de massa no Rio de Janeiro. É sabido que os estivadores, por exemplo, possuíam além de sindicato, jornais. Porque numa perspectiva gramsciana são essas instituições e organizações que vão criar o elo orgânico entre a produção intelectual e o apoderamento das massas.

A falta de socialização da política no Rio de Janeiro do século XX, fazia as incipientes organizações estarem mais próximas do conceito althusseriano de “aparelhos ideológicos de Estado”. Pois não havia na relação entre a esfera política e as instituições uma distinção de limites de atuação, de maneira geral. Ou seja, escola, igreja etc ainda estavam amarrados aos interesses de Estado, enquanto “sociedade política”.

Para que Lima Barreto tivesse em vida, muito mais do que o reconhecimento de grande escritor, mas a aproximação de sua proposta política à população, seria necessário que os “aparelhos privados de hegemonia” tivessem mais força.

Essa distinção entre os conceitos de Althusser e Gramsci se faz necessário pela seguinte questão: em primeiro lugar, pela própria característica peculiar do capitalismo brasileiro, que sem a efetiva quebra da classe dominante, não permitiu uma (re) organização da sociedade civil. Como crítica Machado de Assis no romance Esaú e Jacó, apenas a placa da padaria foi trocada, mas a lógica interna permaneceu a mesma.

E o outro destaque é o próprio Lima Barreto quem nos traz. Não é à toa que o escritor percebia ao ponto de afirmar “O quarto poder fora da constituição”, a imprensa como a via possível para a disputa de concepções de mundo. A política para ele já havia falhado quando a República brasileira não foi sequer capaz de abrir espaço, democraticamente, às diversas vozes reivindicatórias que se levantavam naquele momento. Ele percebia que as instituições nacionais eram meros títeres do interesse da classe dominante.

Apesar dos limites da atuação da imprensa no século XX, como destaca Eduardo Granja Coutinho (COUTINHO 2008, p. 68), a aproximação do jornalismo a temas populares, ao cotidiano da cidade realiza um giro não apenas no plano discurso. Essa nova forma de comunicar cria o *medium* social por ter certa autonomia em relação ao Estado. E essa característica da imprensa como mediador social o destaca como um campo de disputa pela hegemonia.

Jornalismo e literatura andavam juntos. Todos os grandes homens de imprensa também eram, simultaneamente, escritores consagrados. Eram agentes coletivos capazes de aglutinar prestígio em torno

de suas ideias junto a parcelas significativa da sociedade. Lima Barreto demonstra ter consciência de que era preciso modificar as práticas de saberes das instituições para que se chegasse a transformação concreta da realidade. A falta de uma sociedade civil organizada e forte, asfixiava a necessária articulação entre a produção barretiana e o povo. Vale destacar que após a publicação de seu primeiro romance “Memórias do escrivão Isaías Caminha”, em 1909, Lima Barreto sofreu forte boicote por parte dos círculos intelectuais. O que o afastou da colaboração na grande imprensa e, conseqüentemente, de seu horizonte militante.

Mas Lima Barreto estava correto em direcionar sua crítica a esse alicerce, ao elitismo vazio de uma parcela dos escritores. E esse posicionamento do homem-de-imprensa apontava para a certeza da capilaridade social que a tomada de posição que um jornal, por exemplo, O Correio da Manhã, possuía dentre a população carioca. Os temas dos jornais facilmente se transformavam em tema de discussões e conversas nos famosos cafés, nos círculos universitários etc. E é por identificar a imprensa como a primeira organização da sociedade civil brasileira de seu tempo é que Lima Barreto vai insistir na literatura enquanto caminho possível de transformações sociais. “Ah! A Literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela”. Para ele, a literatura não deveria ser o “sorriso da cidade”. Parafraseando Marx, Lima acreditava que ao literato não cabia apenas a interpretação do mundo, o que importava era a sua transformação.

Vida material: a base da consciência de Lima Barreto

Para Marx, em a Ideologia Alemã, “São as relações materiais, concretas, que os homens estabelecem entre si que explicam as ideias e as instituições que criam. Por isso mesmo, para se ter uma compreensão adequada da realidade, não se pode nem partir nem permanecer no mundo das ideias. É preciso buscar a conexão do que elas têm com a realidade objetiva.” (MARX, 2009, p. 12)

Para que os indivíduos criem suas concepções de mundo, as ideologias, é necessário um tipo de saber, proveniente da realidade social. Eles são o conjunto das relações sociais. Lima Barreto foi atravessado pelos valores de seu tempo. A sua escrita é o tempo inteiro um convite a sua visão de mundo. “A realidade social não é feita de partes autônomas, que possam ser compreendidas isoladamente. A realidade social é uma totalidade, ou seja, um conjunto de partes que, tendo o trabalho como sua matriz vai se configurando ao longo do processo histórico-social”.

Em 1902, com 21 anos, Lima Barreto iniciou sua carreira no jornal estudantil *A Lanterna*, e depois disso só parou em novembro de 1922, por ocasião de sua morte, aos 41 anos. O autor localiza-se

historicamente num período marcado por profundas e conturbadas transformações sociais, econômicas e políticas na então capital do país, o Rio de Janeiro.

O futuro escritor nasceu em 1881 e sete anos mais tarde, presenciou no Largo do Paço a assinatura da abolição da escravatura, pela princesa Isabel. Em 1889, viu surgir a República e toda uma reforma política, um reformismo que ocorreu “pelo alto”.

Em 1905, ele entra na redação de um dos maiores jornais do Rio, o *Correio da Manhã*. Nesse período também ocorre um dos principais eventos cariocas do século XX, a política do “bota abaixo”³⁴⁵, com as modificações urbanísticas pelas quais passou a Capital Federal, momento conhecido como *belle époque*.

Mais tarde, por uma série de fatores, de agosto de 1914 a fevereiro de 1920, Lima Barreto tirou uma série de licenças das atividades como amanuense do Ministério da Guerra, lugar que ocupava desde 1903, para tratamento. A passagem pelo Hospital Nacional de Alienados, na Praia Vermelha, na Urca, em 18 de agosto de 1914 e em 1918, deu origem ao romance incompleto *O Cemitério dos Vivos*, que Lima Barreto retirou dos apontamentos do *Diário do hospício*.

A aposentadoria em 1918 de Lima Barreto representou a quebra do vínculo que o autor acreditava ser um empecilho à posição crítica acerca da política nacional e foi responsável pelo momento mais produtivo da carreira como jornalista. “Aposentado como estou, com relações muito tênues com o Estado, sinto-me livre e feliz, podendo falar sem reboços sobre tudo o que julgar contrário aos interesses do país.” (BARRETO, 2004, P.7)

A imbricação desses fatos, por sua vez, cria em Lima Barreto uma concepção de “mundo radicalmente diferente daquela que orientava a construção da sociedade burguesa”. Essa tomada de perspectiva crítica foi a base necessária para que ele pudesse direcionar a sua luta pela criação de uma nova ordem social. “Essa exigência de mudar a consciência conduz à exigência de interpretar de outro modo o que existe, ou seja, de reconhecê-lo por meio de outra interpretação”.

São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação

Apesar de se situar no período conhecido como jornalismo literário, caracterizado pela linguagem mesclada da observação direta de *fatos* (do cotidiano), com a utilização de recursos da literatura para contar as histórias, mesmo com traços considerados fictícios, o gênero informativo não se perdeu e hoje é

³⁴⁵ Termo de Thomas Mann que Carlos Nelson se utiliza para apontar o tipo de condução literária que predominou no Brasil, distanciado da vida social, aristocrático.

considerado fonte de pesquisas científicas. A crítica dirigida por Lima Barreto aos intelectuais brasileiros, fez tinha na formação histórico-social sua principal fonte.

De acordo com Carlos Nelson Coutinho, o termo que Lenin cunhou “via prussiana” se refere ao modelo de evolução no qual a alteração social ocorre com a conciliação entre o “velho” e o “novo”, ou seja, ao invés de ocorrer a fissura entre formas políticas distintas, há um tácito acordo entre frações, que a princípio representam concepções de mundo antagônicas. Ocorrendo assim um reformismo “pelo alto”, sem a participação popular. No cenário desse tipo de evolução está a passagem da Monarquia à República brasileira. “No quadro desse profundo divórcio entre povo e nação, torna-se assim particularmente difícil o surgimento de uma autêntica consciência democrática-popular” (COUTINHO, 2011, P. 93).

Parece que exatamente essa característica de evolução à brasileira recaiu significativamente na produção dos escritores. Somado a esse fator, os intelectuais tinham no Estado uma das principais formas de sustento e rede pessoal para o prestígio necessário, com o intuito de alcançar o tão sonhado lugar de escritor consagrado.

Então, não seria difícil de verificar que a produção literária desses escritores, conseqüentemente a concepção de cultura, estivesse totalmente amarrada aos interesses dos aparelhos ideológicos dominantes. O “intimismo à sombra do poder”³⁴⁶ foi o caminho de nossa literatura, da nossa cultura e da nossa comunicação. Como consequência dessas linhas gerais de desenvolvimento, os intelectuais brasileiros foram conduzidos a um determinado isolamento em relação a este processo. Determinado, porque, como enxerga Lima Barreto, essa direção não foi tomada sem o consentimento e consciência dos homens das letras. Esse intimismo fez com que os literatos, que também eram homens da imprensa, dirigissem suas penas à criação de um ambiente fetichizado, idealizado e distante da realidade nacional popular, representado por duas principais correntes: o romantismo e o naturalismo.

O que Lima Barreto busca criticar na intelectualidade brasileira insistentemente é justamente esse distanciamento, essa relação de poder dos escritores em relação à vida concreta da população. Em seu plano estético, da concepção comunicacional, ele defende a função social do escritor como a figura responsável pela condução da construção de uma alternativa democrática, que levasse em conta, de fato, o povo brasileiro. “Tanto em sua obra estética, quanto em sua produção jornalística, o romancista carioca rompe decisivamente com qualquer versão do “intimismo à sombra do poder”, afirmando com clareza a dimensão humanista do ofício literário” (COUTINHO, 2011, p.139)

³⁴⁶ Visão da corrente de escritores brasileiros do início do século XX que acreditava que a literatura e arte serviam como forma de requinte, representada principalmente por Afrânio Peixoto

Por esse motivo, ainda de acordo com Carlos Nelson, a obra de Lima Barreto se liga ao conceito de “nacional-popular”. Porém, é preciso deixar claro que essa característica geral de sua obra não está ligada a uma tomada consciente de uma ideologia ou concepção progressista de sociedade predeterminada do autor ou como imposição de uma determinada vertente estilística. O DNA dessa prática reside na angulação, no posicionamento pessoal do escritor ou artista perante o seu tempo histórico.

Enquanto o realismo como método (e não como estilo) pode ser considerado o fator que unifica *a posteriori* o nacional-popular no terreno estético, no caso do pensamento social esse fator me parece residir numa concepção *humanista* e *historicista* do mundo, ou seja, numa concepção que afirma o papel da práxis na transformação das estruturas sociais e que concebe a ciência como um dos instrumentos para iluminar e guiar essa práxis transformadora (...) (COUTINHO, 2011, p. 140)

De forma empírica, Lima Barreto parece distinguir, através de seu forte caráter humanista, a diferença entre o intelectual tradicional e o intelectual orgânico de Gramsci. Lima se apresenta imediatamente como esse intelectual que percebe nas novas configurações das relações sociais, a necessidade de “organizar uma nova cultura”. Vemos essa linha do intimismo ser criticada pelo escritor, no seu romance inaugural *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, publicado em 1909, “O pensamento comum dos empregados em jornais é que eles constituem, formam o pensamento do nosso país, e não só formam, mas são a mais alta representação dele” (BARRETO, 1956, p. 235). Esse trecho do livro está em sintonia com a concepção gramsciana sobre a importância da criação de uma nova camada de intelectuais, ligada à vida prática, como construtores e organizadores sociais. “O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas – que creem ser literatos, filósofos, artistas – creem também ser os ‘verdadeiros’ intelectuais” (GRAMSCI, 1968, p. 8).

Outro destaque que merece ser apontado do período em que viveu, Lima Barreto foi a introdução das teorias eugênicas no país. Esse fator não explica apenas a situação precária em que viviam os negros nos primeiros anos da República, esclarece também o descrédito intelectual da “sub-raça”.

Segundo Marilena Chauí, inspirados pelo naturalismo evolucionista e pelo positivismo, os defensores da ideia, representados principalmente por Silvio Romero e Nina Rodrigues, sistematizaram e estrutura da configuração social brasileira, afirmando que o caráter nacional era a combinação de condições climáticas, raciais e morais. O clima, afirmava Romero, é insalubre, provocando todo tipo de doença, excesso de chuva em algumas regiões, e calor abundante em outras. A natureza é profusa, possui bons frutos, não sofre de nenhum desastre natural como terremotos, furacões e erupções vulcânicas. Em

relação à raça, o autor de *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*, de 1871, deixa claro que: “(...) o brasileiro é uma sub-raça mestiça e crioula, nascida da fusão de duas raças inferiores, o índio e o negro, e uma superior, a branca ou ariana. Para evitar a degeneração (...) será preciso estimular seu embranquecimento.” (CHAUÍ, 2000, p. 49).

Lima Barreto, negro, tinha à sua frente a escolha de “apagar a cor” e entrar na correnteza, no fluxo dos escritores consagrados, mas escolheu o oposto. Em seu diário, que o escritor/jornalista começou a escrever em 1903, ele deixa uma pista sobre o que pretendia realizar: “No futuro, escreverei a *História da escravidão negra no Brasil* e sua influência na nossa nacionalidade.” (BARRETO, 1956, p 48). Ao ver incorporado em seu cotidiano o preconceito científico, Lima Barreto buscou como poucos autores de seu tempo apresentar as condições de vida que os negros e os marginalizados do subúrbio estavam submetidos, uma sociedade que estava apartada dos processos republicanos.

Essa temática também está presente em *Isaías Caminha*, de 1909, o personagem-narrador. A história é a reminiscência do menino mulato pobre que saiu de Caxambi, interior do estado do Espírito Santo com uma carta de recomendação do Coronel Belmiro. A missão era entregá-la ao deputado Castro, homem de boas relações na capital. Ao entregar a carta, o deputado rejeita a ajuda. Lima Barreto nos mostra através de Isaías o inevitável: o negro que não consegue vencer por causa do preconceito.

A tônica do racismo científico é apresentada em três momentos: o primeiro quando Isaías está no trem que segue para o Rio de Janeiro, quando um homem branco, apesar de estar posicionado atrás dele na fila é servido antes. Já na capital acontece um roubo no Hotel, o único hóspede que segue para delegacia é o personagem. E o terceiro episódio, quando ele é rejeitado para uma vaga de entregador de pães.

A imprensa sob o olhar de Lima Barreto

No ano da publicação deste romance, os jornalistas ainda não eram regidos por uma ética normativa, não era um grupo de identidade própria. Porém, pelas páginas do livro, Lima Barreto apresenta seu olhar, o que ele via e entendia dos jornalistas, grupo ao qual fez parte até sua morte em 1922. Isaías Caminha, o narrador da história, são os olhos do leitor dentro da redação do fictício *O Globo*. O personagem nos expõe os jornais como polos de poderes relativamente autônomos às instituições de sua época: “Era a Imprensa, a Omnipotente Imprensa, o quarto poder fora da Constituição!” (BARRETO, 1956, p 174). A sala do diretor do jornal é descrita como um lugar de negociações políticas e financeiras. Os jornalistas como seres vaidosos, donos de prestígio junto ao público, eram vistos como semideuses, protetores. Mas, no entanto, Isaías desconstrói essa imagem, ao colocá-los como homens vazios de ideias

e copiadores uns dos outros. As intrigas do mundo jornalístico carioca do início do século XX estão ali, expostas.

Eu não sou literato, detesto com tóda a paixão essa espécie de animal. O que observei nêles, no tempo em que estive na redação do *O Globo*, foi bastante para não os amar, nem os imitar. São em geral de uma lastimável limitação de idéias, cheios de fórmulas, de receitas, só capazes de colhêr fatos detalhados e impotentes para generalizar, curvados aos fortes e às idéias vencedoras, e antigas, adstritos a um infantil fetichismo do estilo e guiados por conceitos obsoletos e um pueril e errôneo critério de beleza. (BARRETO, 1976, p.41)

Lima Barreto não poupou críticas à literatura “Sorriso da Cidade”³⁴⁷, onde Coelho Neto, Afrânio Peixoto, Machado de Assis e João do Rio eram alguns dos alvos prediletos, por considerá-los vazios e afastados da realidade do povo brasileiro. O jornalista H. Pereira da Silva, ao analisar a trajetória barreteana, nos apresenta um trecho de uma carta trocada entre Lima Barreto e o amigo Austregésilo de Athayde, onde ele deixa claro seu ponto de vista sobre a sua fonte inspiradora:

Sempre achei no Machado muita secura de alma, muita falta de simpatia, falta de entusiasmos generosos, um porção de sestros pueris. Jamais o imitei e jamais me inspirou. Que me falem de Maupassant, de Dickens, de Swift, de Balzac, de Daudet – vá lá, mas Machado nunca! Machado escreve com medo de Castilho e escondendo o que sentia para não se rebaixar: eu não tenho medo da palmatória do Feliciano e escrevo com muito temor de não dizer tudo o que quero e sinto, sem calcular se me rebaixo ou me exalto. (BARRETO, 1976, p 41).

Para Lima Barreto, a influência estrangeira nas letras brasileiras não trouxe em si nenhuma inovação ou algo que contribuísse para refletir os problemas do país. O estrangeirismo era uma invasão ao ponto de confessar que “(...) tenho notado nas rodas que hei freqüentado, (...) uma nefasta influência dos portugueses (...). Ajeita-se o modo de escrever deles, copiam-se-lhes os cacoetes, a estrutura da frase (...)” (IDEM). Lima Barreto acreditava que a literatura era conteúdo e forma; buscava comunicar-se com a humanidade, devia estar a serviço do bem e não do ego e da fama.

Ele via exatamente isso em seus contemporâneos, uma literatura que não olhava para o seu tempo: “muitos escritores brasileiros são notáveis por sua frivolidade.” (BARRETO, 2011, p.32). Outro aspecto destacado pelo jornalista, para que um escritor consiga cumprir seu papel social, é a necessidade de uma intelectualidade, de uma visão de mundo pautada na realidade, nos problemas sociais, políticos e culturais. O escritor devia contribuir para derrubar preconceitos e formas de dominações.

³⁴⁷ Mestrando do Curso Comunicação e Cultura da ECO-Ufrj; e-mail: pedromartinscoelho@gmail.com

A imprensa e a literatura eram importantes instrumentos na disseminação e proteção das mudanças do traçado urbano e dos costumes do tempo da Primeira República, que ficou conhecida como a *belle époque* carioca, numa relação visceral entre poder econômico e manutenção da sociedade de castas. Nos portos chegavam produtos importados, revistas de moda e roupas, a Rua do Ouvidor era a vitrine *chic* da cidade. As mudanças não ficavam apenas no âmbito da arquitetura ou da política, precisavam se expandir e tornar o seu discurso hegemônico, ou seja, burguês.

Fator importante para se explicar esse frisson da novidade que a imprensa anunciava, era a introdução do capital industrial estrangeiro na vida econômica do país. Essa nova forma de dominação chegou ao jornalismo, que se vê atrelado aos interesses do capital vindo de fora do país. Diferentemente de processos revolucionários, como o caso da França, o Brasil não passou por um processo de consolidação de experiências jornalísticas contra-hegemônicas, que disputassem efetivamente a condução da sociedade e que fossem constantemente atualizadas com o desenrolar dos fatos.

Isso fica mais evidente no livro *Moda e Modernidade na Belle Époque Carioca*, 2011, de Rosane Feijão. A autora nos mostra que sem o apoio da imprensa, dificilmente a política conquistaria a opinião pública. O teor disciplinar do discurso, tratado como banalidade, acabou sendo absorvido sem resistências. O processo de europeização visava derrubar os velhos hábitos e ditar novas relações sociais.

“Além de operar modificações no urbanismo e na arquitetura, o projeto ambicionava modificar também os hábitos da população que habitava a Capital Federal, moldando-os a partir da estética e do estilo de vida adotados pela burguesia europeia. A aceitação desses novos padrões foi determinante para a construção de novas aparências para ambos – cidade e habitantes.” (FEIJÃO, 2011, p.17).

Mais uma vez, a França aparecia como país modelo para justificar a necessidade de mudanças. A exemplo da República, influenciada pelo positivismo francês, a remodelação do Rio de Janeiro foi inspirada na cidade luz. Os bulevares, os quarteirões e os passeios públicos cariocas, do início do século XX, dariam à Paris Tropical o mesmo projeto aplicado na França, pelo barão Gerges-Eugène Hausmann, na metade do século XIX.

No texto, *A imprensa carioca no contexto do capitalismo internacional*, Eduardo Granja Coutinho evidencia essa estreita relação. Ele esclarece que o Brasil estava sob o forte domínio do imperialismo estrangeiro e essa subordinação explica o posicionamento da imprensa burguesa perante a rápida transformação do país em um grande mercado consumidor de produtos industrializados, importados principalmente da Europa. O jornalismo passa a funcionar como instrumento para disputas de frações da classe dominante.

Nesse contexto, a imprensa ganha importância como instrumento de hegemonia, mediação entre as classes e indução de correntes de opinião, sem detrimento, é claro, de sua antiga função como espaço de luta entre as classes proprietárias. Dentre tantas formas de adulação e pressão utilizadas pelos capitalistas junto aos governos e autoridades, a imprensa era mais uma arma publicitária fundamental para a realização de negócios ou negociatas. (COUTINHO, 2011, p. 221)

Em Isaías Caminha, Lima Barreto esquematiza dois aspectos principais: as relações de poder, tendo o jornalismo como centro, e o racismo. Num paralelo com *Ilusões Perdidas* de Honoré de Balzac, o personagem central vai conhecendo o funcionamento hipócrita e classista da sociedade. O jovem negro que entra como contínuo na redação do jornal e se transforma em repórter descobre como a imprensa funciona, as relações de interesses e os artigos bajuladores de personalidades políticas e literárias. Os jornalistas escrevem com a intenção de obter dinheiro e posições de privilégios, a qualquer custo, e se acham os grandes pensadores da sociedade. No final, todo o sonho de igualdade e ascensão social é descartado. É a impossibilidade imposta pela sociedade que só permite aos brancos e ricos lugares de destaque.

De acordo com Beatriz Resende, professora Titular de Poética do Departamento de Ciência da Literatura da Faculdade de Letras da UFRJ, a literatura de barretiana nos permite percorrer o Rio de Janeiro marginal época dele, pois além de escrever, ele viveu à margem.

A possibilidade de leitura da contribuição de Lima Barreto para a imprensa carioca (...) nos permite acompanhar melhor as preocupações que o tomavam, as *campanhas* jornalísticas que levava adiante, a persistência de seus pontos de vista e, em alguns casos, as modificações que sofriam (...) os textos se transformam, para além de produção literária, em documentos. Nas crônicas de Lima Barreto temos registros da 'história dos vencidos' (...) história construída por vozes não oficiais. São a voz de alguém à margem, de um membro da *marginália*, fora do eixo do poder, do centro hegemônico das decisões políticas (...) (REZENDE, 2004, p. 11)

A obra de Lima Barreto se apresenta como uma das experiências mais significativas experiências marginais de comunicação na primeira República.

A intenção do romancista em criar uma comunicação de valores efetivamente humanistas, a insistência em tocar em pontos da vida dos políticos, dos escritores, da dominação imperialista, aparece como a base constituinte, que pudesse retirar do homem o peso das mazelas sociais. Tentativa que ainda se faz necessária.

Bibliografia

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

_____. *Lima Barreto: Romance*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

- BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima *Contos Completos; organização e introdução Lilia Moritz Schwarcs*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. *Diário íntimo: memórias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1956 vol. XIV
- _____. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1956 vol.I
- _____. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1956
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1982
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Ed Expressão Popular, 2011
- _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Civilização Brasileira, 1999
- COUTINHO, Eduardo Granja. In RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (org) *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.
- _____. *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- FEIJÃO, Rosane. *Moda e Modernidade na belle époque carioca*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Expressão Popular. São Paulo, 2012
- PRADO, Antônio Arnoni. *Lima Barreto: Literatura Comentada*. São Paulo: 1981: Abril Educação, 1980.
- RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (org). *Lima Barreto: Toda a crônica, vol II*. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- RESENDE, Beatriz. Intr. *O Subterrâneo do Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Tese de Doutorado, em História da Imprensa. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, H. Pereira da. *Lima Barreto Escritor Maldito*. Rio de Janeiro: 1976
- SILVA, Luis. *Retratos do Brasil Negro: Lima Barreto*. São Paulo: Selo Negro, 2011

O PAPEL DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA CONTRA-HEGEMONIA

Pedro Martins Coelho³⁴⁸

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo: O papel das rádios comunitárias na construção de uma contra-hegemonia no sentido de se colocarem como uma possibilidade dos grupos subalternos construírem uma visão de mundo capaz de resistir e se contrapor às ideias dominantes. Por meio da construção coletiva e de um movimento articulado, as rádios comunitárias expõem a não naturalidade das relações sociais. Nesse sentido, é possível ver a atuação das mesmas enquanto movimento cumprindo o papel de intelectuais orgânicos, estando diretamente ligadas a sua classe de origem e consolidando uma vontade coletiva.

Se é por meio das grandes corporações midiáticas que se dissemina e naturaliza uma determinada visão de mundo pautada pelo mercado e pela livre concorrência, então faz-se necessário ecoar exatamente a voz daqueles que, em todo o mundo, não acatam tal ideia, ou seja, os subalternos. Através de uma visão comprometida com a coletividade e tomando a produção de conhecimento com um bem comum, elas realizam uma comunicação orientada pelos ideais de cooperação, solidariedade e justiça social. Por colocarem também a disputa pela infraestrutura de comunicação, se apropriando do espectro eletromagnético, as rádios comunitárias ocupam um papel estratégico nas disputas colocadas em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Democratização da comunicação; rádios comunitárias; espectro eletromagnético.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, especialmente após o fim da ditadura civil-militar em 1985, a luta pela democratização dos meios de comunicação ganhou uma relevância especial na construção da democracia brasileira. Com um histórico de concentração da propriedade desses meios nas mãos de poucos setores da sociedade, principalmente após a política concentracionista e clientelista dos governos militares, a demanda pelo direito de se comunicar emergiu, se amalgamou à luta pela redemocratização e se organizou em diversos cantos do país. Comunidades religiosas, sindicatos de trabalhadores, estudantes, associações de bairro, movimentos identitários... Todos esses atores sociais sentiram cada vez mais a necessidade de expressar e contrapor na sociedade suas visões de mundo. Com isso diversos veículos de comunicação são criados nas mais diversas plataformas, trazendo as demandas daqueles que sempre foram politicamente e socialmente excluídos. Popular, alternativa, livre e comunitária foram as principais

³⁴⁸“Bases do programa de governo: Lula presidente, uma revolução democrática no Brasil”, Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/basesdoprogramadegov.pdf>

denominações que esses veículos ganharam para se distinguir da mídia empresarial hegemônica.

O crescimento desses atores tem sido considerado como resultado de um processo de mobilização social e articulação política de determinadas parcelas da população, visando a conscientização de sua situação histórica, a promoção de justiça social e o reequilíbrio das forças hegemônicas na região (PERUZZO, 2003). Como diria Walter Benjamin, a classe oprimida assume a tarefa de libertação em nome de gerações de derrotados e busca escrever sua própria história (BENJAMIN, 1994). Com a multiplicidade de vozes que se colocaram, foi perceptível uma visão de comunicação como um direito humano e da cidadania ir se estabelecendo. E nessa onda da reorganização de diversos movimentos sociais, como os de trabalhadores e estudantes, diante da redemocratização do país, também se articula o que podemos chamar de movimento pela democratização da comunicação.

Com origem totalmente diversificada, este movimento atua de forma fragmentada, mas consegue colocar uma nova visão sobre a comunicação em pauta. Mais do que um meio para propagar reivindicações sociais e populares, a comunicação ganha o status de um direito que deve ser garantido a fim de efetivamente consolidar a democracia e garantir a liberdade de expressão em seus mais diversos níveis. E esses dois elementos (democracia e liberdade de expressão) possuem história curta, fragmentada e interrompida em muitos momentos da história do Brasil. Regimes ditatoriais constantes e uma baixa cultura de participação popular nos rumos políticos país enraizaram elementos difíceis de serem superados, mantendo estruturas de poder oligárquicas que compõem o cenário do capitalismo no país até os dias de hoje.

Vale ressaltar que mídias alternativas às empresariais existiram e tiveram papel fundamental também durante regimes ditatoriais. Seja o modelo impresso, com jornais e revistas, seja por meio de ondas hertzianas, as vozes dissonantes sempre encontravam suas brechas. Entretanto, é possível perceber a criação de um forte cerco por parte dos grandes empresários de comunicação para manter o controle comercial e privado do espectro eletromagnético, algo que vai muito além do cerceamento da liberdade de expressão, pois impõe barreiras de acesso a um bem público à maioria da população. Sob argumentos técnicos, como o de que as rádios comunitárias derrubam aviões ou podem interferir em outros serviços, cria-se um ambiente de criminalização e perseguição àqueles que se utilizam do espectro sem autorização estatal. Historicamente, não se tem notícias de rádios livres ou comunitárias causando acidentes aéreos ou distúrbios em outros serviços. Parece que “o medo que eles tinham era que se pudesse instaurar uma bagunça no plano social, e que esse tipo de rádio (...) [fosse] caixa de ressonância a movimentos políticos muito fortes” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 109).

2. UMA ORIGEM COMUM A MUITOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para entender melhor essa luta vale buscar suas origens. Assim como em grande parte dos países da América Latina, o movimento de rádios populares no Brasil dá seus primeiros passos nos anos 70, tendo como suporte os movimentos eclesiais de base da Igreja Católica. Um marco da intervenção social com o auxílio de instrumento de comunicação popular se deu com a implantação pela igreja do Movimento de Educação de Base (MEB), que teve início em 1961, instalando de escolas de rádio em diversos estados da região Nordeste, Norte e Centro-oeste, por meio de uma rede de recepção organizada em escolas, igrejas e associações populares.

Apesar de num primeiro momento, essas rádios terem atendido a fins de evangelização, houve um realinhamento a favor de linhas mais progressistas dentro da igreja. Após os encontros de Medellín (1968) e Puebla (1979) as escolas radiofônicas do MEB adotam a educação e a comunicação com fins de emancipação política, inspiradas pela teoria e métodos de Paulo Freire. Muitas destas emissoras e sedes do movimento foram perseguidas e fechadas pela ditadura.

Essa origem nas comunidades eclesiais das rádios, por meio de um movimento ligado à educação pautada pelo método freiriano dialoga diretamente com a origem de outros movimentos sociais no país, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que também tem na sua origem em movimentos de base ligados à Igreja Católica, em especial a Comissão Pastoral da Terra.

Tais formações de movimentos sociais do período pós-ditadura civil-militar dialogam também com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT). Contando com sindicalistas, intelectuais, artistas e o campo progressista do catolicismo (em especial o ligado à Teologia da Libertação), o PT surge no cenário nacional com grande articulação com os movimentos sociais. Essa relação pode ser vista desde sua fundação até os dias atuais.

É importante atentarmos para tal relação orgânica que os movimentos ligados à democratização da comunicação sempre tiveram com o Partido do Trabalhadores. Essa articulação pode ser vista também nos períodos seguintes na década de 1980 e 1990. A Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação (FNLPCD) que surge oficialmente em 1984 e ganha destaque a partir de sua atuação junto a Assembleia Nacional Constituinte (1987). Já o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) surge em 1993 e propõe fazer da democratização da comunicação um tema não apenas corporativo, de interesse apenas de setores vinculados a ele, mas sim um assunto reconhecido e

legitimado pela sociedade brasileira como de interesse público. Ambos, de certa forma continuam pautando os debates petistas sobre o modelo de comunicação para o país.

Mais adiante, os movimentos foram ganhando corpo em suas especificidades e, assim nasceu o Coletivo Nacional de Rádios Livres, que em 1993 se integra à coordenação do FNDC. Também neste ano, é formada a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) durante o I Encontro Nacional de Rádios e Televisão Comunitárias, realizado em São Paulo. A principal reivindicação da entidade era a de uma lei específica para regulamentar as rádios comunitárias no país. A disputa pelo espectro eletromagnético estava colocada na pauta para que fosse garantido o acesso de todos os atores sociais a este bem público. E isso mexia diretamente nos interesses dos meios de comunicação empresariais.

Mais do que um embate no campo simbólico da comunicação, a disputa pelo espectro expõe a luta por aquilo que pode ser considerado a infraestrutura material de produção da comunicação. E comunicação, assim como os transportes, sempre foi essencial para o controle da circulação do capital, o que se aprofunda no ambiente globalizado. Nesse sentido, é perceptível a atuação das entidades empresariais, em especial da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT), para impedir a ampliação do acesso dos veículos comunitários e livres ao espectro eletromagnético. Por meio de pressões políticas e lobbys junto às esferas de poder estatal, impõe-se um ambiente de criminalização dos radiodifusores livres e comunitários e uma anomalia jurídica pela alegabilidade da questão, que fica longo período sem legislação específica a mercê do que as esferas jurídicas decidirem. A prática de criminalização não é adotada exclusivamente contra radiodifusores livres e comunitários, ela é amplamente utilizada contra diversos movimentos sociais no Brasil como forma de conter suas reivindicações, que muitas vezes exigem mudanças legislativas.

Se num primeiro momento um ambiente sem regulação ou qualquer legislação específica deixava as rádios de certa forma “desprotegidas” para entrarem no ar, com a aprovação da lei nº. 9.612 em 1998, a tensão não diminuiu muito. Apesar de passarem a ser reconhecidas legalmente pelo Estado, a lei possui um caráter extremamente restritivo, mantendo um ambiente de criminalização e vulnerabilidade para o setor. Dentre as principais limitações podemos citar algumas que dificultam o cotidiano das rádios e a sua atuação cidadã na comunidade: a) limitação de potência em 25 watts; b) reserva para operação em apenas um canal da banda FM; c) proibição de formação de rede com outras rádios (isso é permitido e amplamente utilizado pelas comerciais); d) proibição de publicidade comercial na programação. Mesmo com tais entraves, a regulação tem vitórias importantes e é fruto de muito esforço e mobilização da

sociedade civil, que, apesar do ambiente de alegidade antes de 1998, já conferia legitimidade a atuação das rádios comunitárias como veículo de comunicação de um setor amplo da sociedade.

Como aponta Raquel Paiva, “a proposta de comunicação comunitária surge como possibilidade de sociabilização com propósito de fazer frente ao modelo econômico em que o número de excluídos parece cada vez mais ampliado” . (PAIVA, 1998). É nesse sentido que se percebe que a comunicação comunitária carrega em sua essência um potencial mobilizador em torno de reivindicações cidadãs, favorecendo o desenvolvimento da cidadania e contribuindo na democratização das sociedades contemporâneas. A comunidade passa a perceber e estruturar coletivamente suas demandas utilizando a mídia comunitária como canal de articulação. E para o bloco histórico hegemônico, especialmente para a classe dominante, tal percepção é extremamente perigosa. A sociedade civil organizada passa a entrar na disputa do aparelho estatal, desestabilizando estruturas consolidadas durante muito tempo.

3. A TRANSIÇÃO PARA A LEI DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Para se ter noção do problema colocado, o Estado brasileiro, antes da Lei nº 9.612, jamais reconhecera entidades ligadas às pautas da cidadania como possíveis ocupantes de algum espaço no espectro eletromagnético. O Código Brasileiro de Telecomunicação (1962) determinava que tal ocupação dava-se somente por veículos estatais ou comerciais, alijando a sociedade civil organizada e os demais atores sociais do processo de comunicação pelas ondas hertzianas.

Entender o contexto em que a lei de Rádios Comunitárias está inserida também é importante para uma análise das disputas sociais que se davam naquele momento. Se por um lado a pressão e legitimidade que a sociedade civil conferiu às rádios comunitárias foi fundamental para que passasse a existir a regulação, por outro lado é possível entender seu caráter restritivo através da análise da conjuntura em que fora aprovada. Em 1997, um ano antes da aprovação da Lei nº 9.612, é aprovada a Lei geral de Telecomunicações (LGT), Lei nº 9.472, que vai dispor sobre a regulamentação dos serviços de Telecomunicação preparando a privatização do sistema Telebras, que viria acontecer em 1998. Esta lei passa a regular os serviços de telecomunicação, enquanto os serviços de radiodifusão continuam atrelados ao Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), Lei nº4.117 de 1962.

Alguns pontos da LGT devem ser destacados, dentre eles é citado na lei o princípio da “livre e ampla competição entre as prestadoras” do serviço, que passam a poder contar com a permissão para entrada de capital estrangeiro em suas ações. Além disso é criada a Agência Nacional de

Telecomunicações (Anatel), que cumpre o papel regulador, mas também tem “poder de polícia”, podendo realizar a apreensão de equipamentos, dentre outras ações contra aqueles que estiverem se utilizando da radiodifusão em desacordo com a lei. O caráter punitivo se aprofunda na nova lei também. Se o CBT determinava penas de 1 a 2 anos de detenção para quem instalasse ou utilizasse de telecomunicações em desacordo com a lei, a LGT aumentou essa pena para 2 a 4 anos de detenção.

É perceptível que, naquele momento de aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil, a comunicação se adequa ao modelo de globalização, atendendo aos ditames do mercado. Como diz a própria LGT, o papel do Estado passa a ser o de propiciar um ambiente “justo” para a livre e ampla concorrência do setor privado. Não parece ser coincidência que, antes de regular as rádios comunitárias, o governo brasileiro precisava sinalizar qual era sua real intenção para o mercado e criar um ambiente que mantivesse a concentração midiática, mas que se atualizasse para as demandas do estágio de desenvolvimento do capitalismo internacional àquele momento abrindo campo para exploração especialmente dos serviços de telefonia celular e internet. A não visão da comunicação como um direito humano e da cidadania é muito bem explicada por Murilo César Ramos:

difícil é e será sempre o reconhecimento da comunicação como política pública no capitalismo, justamente por ser ela entendida, na ideologia liberal das sociedades de mercado, como a principal garantidora e, mesmo, alavancadora da liberdade de mercado, por meio da teoria do livre fluxo da informação. Segundo esta teoria toda ação do Estado sobre os meios de comunicação torna-se automaticamente ação censória e, por isso, uma ameaça a todos os direitos e a toda liberdade (RAMOS, 2005, p. 250)

Tal visão mercantilista do uso do espectro eletromagnético nos permite lançar um questionamento acerca da sua eventual propriedade. Em participação no seminário “Rádios Comunitárias em tempos digitais”, realizado em março de 2016 em Campinas pela Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC Brasil), Francesco Diasio, coordenador internacional da entidade, afirma que vê “o espectro como um bem comum e não apenas um bem público. Por isso é importante que a gente o articule como um direito fundamental. O espectro é o Direito à Comunicação” (DIASIO, 2017). As palavras do militante italiano dão um tom da importância de se disputar esse bem. Ao falar que se trata de um bem comum, Diasio fortalece que mais do que um bem público, o espectro deve ser visto como algo que pertence a todos, uma produção intelectual compartilhada. Desta forma, ao privatizar e deixar entregue este bem comum à lógica do mercado, nega-se a maioria da população um direito fundamental. Diasio expõe ainda o exemplo de Túnis em 2010 para exemplificar as formas de luta política que devem ser empenhadas para a garantia desse direito de acesso e uso do espectro:

...para a AMARC, a vocação não é ocupar frequências [sem outorga ou licença para tal]. Mas já vi em Túnis, depois da revolução [de Jasmim], nasceram rádios livres e foi porque primeiro ocuparam frequências. Nós apoiamos, de manhã estivemos com gravata falando com as autoridades, e de noite no porto para transmitir de forma ilegal. Mas funcionou, em Túnis, tem rádios comunitárias licenciadas. Então, nossa vocação não é piratear o ar. Porém, é um bem público e estamos prontos para fazer o que for necessário. (DIASIO, 2017, p. 160)

O exemplo dado por Diásio, colocado num debate direto com o movimento de rádios livres, remonta em certa parte à própria experiência do movimento pela democratização da comunicação no Brasil. Se não fossem as primeiras transmissões realizadas por rádios livres, entrando no ar sem qualquer autorização e levando novas vozes para este espaço através de uma clara desobediência civil, seria muito difícil que novos movimentos e a disputa pelo espectro fossem pautadas posteriormente. Mais importante do que as divergências entre as concepções dos que reivindicam rádios livres e rádios comunitárias, são as construções que ambos conseguiram fazer para a concepção de democratização dos meios de comunicação e, principalmente do Direito à Comunicação como um Direito Humano fundamental.

Uma das premissas dos Direitos Humanos e sociais é a necessidade de garantia de universalização do exercício dos mesmos. Para tanto, são necessárias políticas públicas. Em entrevista à revista Socialismo e Liberdade em 2010, ao criticar os recuos da social-democracia no não aprofundamento de reformas que colidiam com interesses do capital, Carlos Nelson Coutinho fala sobre um direito social que o capitalismo não pode garantir:

...há um direito social que nenhuma social-democracia até hoje pôs em prática: é o direito social à propriedade, que é a socialização dos meios de produção. Só há direitos humanos, civis e sociais quando eles são universais. E no capitalismo reina evidentemente uma completa desigualdade no direito à propriedade. A única forma de haver no mundo moderno o direito social à propriedade é com a socialização dos grandes meios de produção. (COUTINHO, 2009, p. 6)

Quando Diasio coloca o espectro eletromagnético como o direito à comunicação, é possível fazer, de alguma forma, uma relação com a fala de Coutinho. Como bem comum, portanto compartilhado por todos, a única forma de universalizar o acesso a este direito, que não deixa de ser também um meio de produção da comunicação, seria garantir licenças coletivas (ou comunitárias).

4. OS MOVIMENTOS CHEGAM AO PODER?

Uma das esperanças recentes para reversão do cenário de penúria por que passam as rádios comunitárias foi a eleição em 2002 de um presidente de um partido de esquerda no país. Após sua quarta candidatura, Lula chegava à presidência pelo voto e com a esperança de diversos movimentos de que a lógica de concentração dos meios de comunicação teria enfrentamento por parte do poder executivo. Como aponta João Paulo Malerba em sua tese de doutorado “Rádios Comunitárias no limite: crise na política e disputa pelo comum na era da convergência midiática”, apesar de muitos diálogos e acenos para movimento pelo direito humano à comunicação, faltaram ações efetivas. Mesmo as propostas elaboradas pela Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) em 2009, com a participação de mais de 30 mil pessoas em todo país, não saíram do papel. (MALERBA, 2017). Já com a eleição de Dilma, algumas ações pontuais trouxeram avanços, como é o caso da norma nº 4334/2015, que, embora não elimine o limite de raio de um quilômetro de alcance, imposto às comunitárias, permite sua flexibilização “a depender do ambiente de propagação”. Outra mudança celebrada nesta norma foi a desburocratização: de 33, reduziu-se para 7 o número de documentos a serem apresentados.

Tal tratamento não seria surpresa se olharmos com atenção o programa de governo do PT para as eleições de 1994³⁴⁹ e em seguida olharmos o das eleições de 2002³⁵⁰. Se em 1994, a elaboração sobre a democratização se aprofunda sobre os principais problemas do setor, prevendo acesso de diversas formas de organização social à comunicação pública, com direito a um fundo de financiamento para o setor, um Conselho de comunicação e independência do governo, em 2002, o programa de governo destaca pouquíssimas linhas para políticas de comunicação e tem como proposta única a criação do Conselho de Comunicação Social, o qual nunca foi efetivado.

Diante da grande expectativa gerada em 2002 com a primeira vitória do PT, os 13 anos de governo do Partidos (2003 a 2016) merecem ser analisados para compreensão dos rumos do movimento de rádios comunitárias. A política de conciliação de classes implementada pelos governos petistas deve ser estudada também no campo do direito à comunicação, onde, ao contrário de países vizinhos, como Uruguai e Argentina, que aprovaram Leis de Meios bastante progressistas e que avançam nas garantias de

³⁴⁹“Concepções e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil: Lula 2002”, Disponível em:

<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/concepcaoediretrizsdoprog.pdf>

³⁵⁰Professora na rede particular do Ensino Básico e mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: dsl.ingrid@gmail.com.

direitos, especialmente dos setores comunitários, o Brasil pouco avançou neste campo.

5. REFERÊNCIAS

BASES DO PROGRAMA DE GOVERNO: Lula presidente, uma revolução democrática no Brasil, Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/basesdoprogramadegov.pdf>

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito da história*. In: Magia e técnica, arte e política. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BENKLER, Yochai; BRANT, João; GINDRE, Gustavo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; WERBACH, Kevin. *Comunicação digital e a construção dos commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

CONCEPÇÕES E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL: Lula 2002, Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/concepcaoediretrizesdoprog.pdf>

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. Reformas geram revolução? In: *Revista Socialismo e Liberdade, nº1 (p. 3 a 10)*. Rio de Janeiro: Fundação Laurro Campos, 2009.

COUTINHO, E. G. Apresentação. In: _____. *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

DIASIO, Francesco. Seminário Espectro e Redes Livres. In: *Rádios Comunitárias em Tempos Digitais*. BROCK, Nils; MALERBA, João Paulo (orgs.). Rio de Janeiro: AMARC Brasil, 2017.

ENGELS, Friederich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. V. 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. SOVIK, Liv (Org.). *Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil*, 2003.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MALERBA, João Paulo. *Rádios Comunitárias no Limite: crise na política e disputa do comum na era da convergência midiática*. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017

_____. *Rádios comunitárias: panorama da situação legal na América Sul*. *Observatório da Imprensa*, edição 712 de 17/09/2012. Disponível em:

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed712_panorama_da_situacao_legal_na_america_sul. Acesso em 26 de outubro de 2017.

MORAES, Dênis. *O capital da mídia na lógica da globalização*. In: _____. *Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum – Comunidade, Mídia e Globalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998. _____. *Comunicação e Cultura das Minorias*. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

PERUZZO, Cíclia M.K. *Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*. Anais do 26. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. Disponível em: <https://leccufrj.wordpress.com/2010/06/23/midia-local-e-suas-interfaces-com-a-midia-comunitaria-no-brasil/> Acesso em 20 de outubro de 2017.

_____. *Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. Intercom Trabalho apresentado ao XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado na UnB entre 6 e 9 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/rosana/Cicilia%2BPeruzzo%2B.pdf> Último acesso em 23 de outubro de 2017.

RAMOS, M. C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

SODRÉ, Muniz. *A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

MESA 09: EDUCAÇÃO RURAL E INTERESSES PATRONAIS NO BRASIL

Coordenadora: Camila Fernandes Pinheiros (SME/Guapimirim)

Ao longo do século XX, a educação rural no Brasil foi marcada por uma pluralidade de modalidades, como Missões Rurais, Clubes Ruralistas e Escolas Técnicas Agrícolas. Parte significativa destas iniciativas veiculava interesses patronais, através de seus aparelhos privados de hegemonia e sua estreita relação com o Estado Restrito. Os trabalhos propostos pelos membros desta mesa coordenada pretendem discutir a relação entre determinadas frações agrárias da classe dominante e o Estado Restrito no contexto brasileiro. Partiremos da noção de Estado do marxista italiano Antonio Gramsci, “em seu sentido orgânico e mais amplo”, que incorpora as tensões de classe existentes na sociedade civil ao Estado Ampliado. Desta maneira, a influência do patronato rural sobre a educação no campo será discutida a partir de três estudos específicos. Assim, a mesa coordenada “Educação Rural e interesses patronais no Brasil” está composta por três trabalhos. O trabalho “Economia Doméstica em Extensão Rural (1948-1974)” se dedica a estudar a educação de mulheres veiculada pela Extensão Rural brasileira, nos primeiros vinte e cinco anos de funcionamento desta política pública. O trabalho “Educação como meio, Estado como fim: o SENAR e a disputa pela hegemonia de uma educação empresarial para o campo brasileiro (1991-2016)” estuda a inserção do empresariado na educação rural, especificamente através do projeto pedagógico do SENAR. E o trabalho “Reforma Agrária no Brasil: o difícil consenso na transição democrática”, se debruça sobre a ação educativa em torno da reforma agrária no Brasil, no período de transição da ditadura empresarial-militar para a democracia. As pesquisas a serem apresentadas têm como elemento articulador, além a perspectiva gramsciana de Estado, a investigação das disputas em torno de projetos educacionais para o campo brasileiro.

EDUCAÇÃO COMO MEIO, ESTADO COMO FIM:

o SENAR e a disputa pela hegemonia de uma educação empresarial para o campo brasileiro (1991-2016)

Ingrid Linhares³⁵¹

Resumo: A presente pesquisa trata-se de uma investigação inserida em um conjunto mais amplo de trabalhos voltados a desvendar a lógica e a organização de entidades burguesas que se envolvem em uma íntima relação com o Estado a fim de perpetuar, expandir e difundir socialmente ideias que reforçam o domínio do Capital. Neste sentido, início pensando como nos últimos anos do século XX experimentamos o avanço de uma agenda neoliberal na educação brasileira, o que se deu por meio da inserção do empresariado nacional nos espaços de ensino. Algo realizado principalmente dentro das escolas com o intuito de torna-las locais de divulgação positiva da imagem do setor empresarial, bem como formar aqueles que vão servir ao capital a partir de cursos específicos e difusão de uma ideologia de dominação. Aqui se pretende apresentar alguns resultados parciais do trabalho que vem sendo desenvolvido em nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminenses, sobre o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que é um dos aparelhos privados de hegemonia organizados dentro do Estado brasileiro. O SENAR busca, assim, promover a formação dos seus intelectuais orgânicos e difundir uma autoimagem associada à responsabilidade socioambiental, através da missão edificada pela entidade, inserindo-se, assim, na disputa do sentido da função social da escola. Nesse sentido, ainda participa da sociedade política com a inserção dos seus interesses particulares nas disputas pelos espaços públicos dentro do Estado restrito para interferir de maneira legal em projetos, leis, processos, entre outros que reforcem suas defesas como demandas de toda a sociedade.

Hoje vivemos uma conjuntura bastante adversa na formação política brasileira, isso porque talvez estejamos experimentando algo próximo daquilo que Gramsci chamou de “crise de hegemonia”. Quando diversos setores burgueses que compõem o Estado disputam para garantir a fração da classe burguesa que será beneficiada nessa relação social de dominação que é o Estado. Algo não muito diferente do que podemos ver na Europa que convive com frequentes ataques ao já tão destruído “bem-estar”, ou mesmo, talvez, nos EUA de Donald Trump em que políticas públicas mínimas são suprimidas em prol da valorização do setor privado.

Nesse contexto, urge entre os investigadores refletir sobre a natureza da dominação burguesa, em especial, aquela que se efetiva através do Estado. Algo já explorado por diversos autores de tradição crítica que fazem frente a pensadores liberais que tendem a colocar o Estado como um indivíduo ou um ente separado da sociedade, e portanto, acima da política e das divisões partidárias (termo usado aqui em seu sentido gramsciano).

³⁵¹Refiro-me aqui aos textos que Marx escreveu para a Gazeta Renana em 1842 sobre a Lei da Madeira, bem como nas reflexões desenvolvida n’A *Ideologia Alemã* e, evidentemente, no próprio *Manifesto do Partido Comunista* de 1848.

Dessa forma, pensar uma chave interpretativa em torno dos conceitos de Estado, Direito e Socialismo tem sido uma questão espinhosa desde os primeiros escritos desenvolvidos pelo jovem Karl Marx³⁵² e que seguiram sendo parte de suas preocupações até sua fase mais madura.³⁵³ Em um mergulho inicial por autores clássicos envolvidos com a temática, algo fica claro: suas proposições param ou se chocam com o momento da revolução e/ou tomada do Estado capitalista.

A dificuldade que envolve gestar um novo paradigma aos moldes socialista sugere dúvidas como: a luta por direitos ou a constituição do direito estaria presente nesse Estado? Caso sim, esse mesmo direito não deve ser totalmente modificado por ter uma estrutura demasiada burguesa? Haveria a necessidade de formatação de um Estado no vislumbre de um horizonte socialista? E como a estrutura estatal seria tomada pela classe trabalhadora? Por uma via democrática ou de assalto? Como mencionado inicialmente, todas essas reflexões pairam nas tradições do marxismo. Elas serão essenciais na formação da obra teórica tanto de pensadores como Lênin, notadamente na sua obra *O Estado e a Revolução* (LENIN, 2005) e também de Lukács, marcadamente em seu texto *História e consciência de classes* (LUKÁCS, 2012)

Entretanto, em virtude do nosso momento histórico, por hora alheio a uma conjuntura revolucionária, pouco avanço foi obtido desde então nos trabalhos que pensam como seria organizada a sociedade civil no pós-tomada do Estado capitalista burguês. O que resta, no presente, aos estudiosos, em geral, e historiadores, em particular, é entender a conformação atual do Estado burguês e contribuir para rasgar o véu que encobre a dominação de classe, ainda mais quando qualquer possibilidade de conciliação se esvai com a impossibilidade de candidatura do ex-presidente Lula.

Dentre alguns elementos para pensar a questão levantada aqui, coloco o estudo de caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que pretendo avançar, ainda que minimamente, neste texto. Trata-se, genericamente, de uma organização da sociedade civil que engloba parcelas do Agronegócio, um setor com grande agência no Estado restrito, vide a imensidão da bancada ruralista no Congresso Nacional, composta por mais de duzentos deputados.

Desejo justamente avaliar a inserção do SENAR no Estado brasileiro contemporâneo, bem como compreender seu papel na construção de um consenso em torno das práticas agrárias ditas “tech” e “pop”. Bem como desvelar os intelectuais que conformam essa entidade e seu papel para a consolidação de um

³⁵²Como nas ideias desenvolvidas, por exemplo, na sua *Crítica ao Programa de Gotha* de 1875.

³⁵³Entendo por frações de classe grupos que fazem parte de uma classe, mas se apropriam de modos diferentes da extração de mais valia, como por exemplo, os bancários e o capital financeiro e fazendeiros latifundiários, explorando a mais valia de forma diferenciada. Para uma melhor apreensão do conceito, ver MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte/ Karl Marx; [tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. São Paulo: Boitempo, 2011.

projeto educacional que visa qualificar o latifúndio e o uso de agrotóxicos, ambas práticas favoráveis ao capital.

Assim sendo, se impõe como um primeiro passo necessário e indispensável um debate teórico que me permita enquadrar a temática que levarei a frente nesse segundo ano de meu mestrado no PPGH-UFF. Em virtude das leituras realizadas até aqui, aqueles autores que melhor poderiam embasar a presente pesquisa seriam Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas no que tange uma primeira investida para dar conta do estudo de caso aqui proposto.

O SENAR VISTO ATRAVÉS DO DEBATE SOBRE ESTADO EM GRAMSCI E POULANTZAS

Gramsci nos apresenta uma interpretação sobre o Estado com um sentido ampliado, partindo de uma noção de que Estado não é um bloco monolítico, e, como tal, cercado de disputas por hegemonia dentro e fora dele. Dessa maneira o autor vai propor uma nova concepção de Estado baseado em dois conceitos-chaves: sociedade política e sociedade civil. Sendo o primeiro explicitado pelos

aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem, sendo por ele também denominado de ‘Estado político’ ou ‘Estado-governo. (MENDONÇA, 2014, p. 35)

O segundo seria para Gramsci um

conjunto de organismos chamados de ‘privados’ ou ‘aparelhos privados de hegemonia’ [APH’s], no sentido da adesão voluntária de seus membros. Dentre esses aparelhos Gramsci destaca igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos e imprensa. (MENDONÇA, 2014, p. 35)

A sociedade política, então, dentro desse Estado não exerceria o poder sozinha através de seu bloco (apesar de se utilizar de estratégias como o monopólio da própria violência como algo institucionalizado). A sociedade civil entra como binômio fundamental também pelo intermédio de sua organização em prol de um projeto da classe dominante. Assim a gerência do aparelho estatal é realizada por meio de um nível de consenso, convencendo parcelas significativas da sociedade civil enquanto conjunto da nação. Os espaços que promoveriam essa sistematização dos interesses da sociedade civil são entendidos por Gramsci como Partidos, que teriam seu estágio inicial vindo da vontade coletiva. Dentro desses partidos definidos de maneira mais ampla, estariam os APH’s, conforme já definido anteriormente.

Segundo essa definição podemos entender o próprio SENAR como um desses tipos de aparelhos privados de hegemonia e seria em torno deles, os APH's, que estaria organizada toda a vontade coletiva, seja ela dos dominados ou dos dominadores.

Sobre o conceito de hegemonia aqui resgatado também se faz necessário mencionar que parto da dimensão que o autor propõe ao afirmar que

caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (MENDONÇA, 2014, p. 37)

Já Nicos Poulantzas, que herdou parte de sua formação e interpretação de mundo de Louis Althusser, vai empreender o estudo do funcionamento do Estado capitalista, tanto de suas instituições – burocracia, poder executivo e etc. – quanto da base ideológica que o sustenta, alargando muito do mergulho que Althusser e Gramsci já haviam dado. No primeiro, pelo fato do autor grego argumentar que podemos distinguir certos aparelhos de Estado – e que podem ser designados de “ideológicos”, tais como as escolas e outros – que mantêm um caráter jurídico “privado” (apesar de diretamente ligados ao Estado), como a Igreja e os meios de comunicação. De acordo com as fases de reprodução capitalista, as formas do Estado se modificam e certos aparelhos poderiam, para Poulantzas, descolar-se de uma esfera para outra, passando de aparelhos repressivos a ideológicos, e vice-versa.

Em segundo plano, Poulantzas afirma que a conceituação dos papéis ideológico e repressivo do Estado – tal como desenvolvidos por Althusser – estaria baseado na ideia de que o Estado atua só por meio da repressão e da captação ideológica, ou seja, o Estado somente agiria negativamente para impedir, excluir e controlar. O autor grego discorda dessa última assertiva, uma vez que o Estado estaria comprometido no âmago do processo de reprodução capitalista e, por isso, atuaria criando, transformando e refazendo a realidade. Neste sentido, Poulantzas teria ampliado ainda mais o conceito de Estado em Gramsci, já que na fase monopolista do capitalismo, ele (Estado) entra diretamente na própria produção, sendo parte de seu papel reprodutor. Gramsci também afirma que a arena da luta de classes está na sociedade civil, enquanto Poulantzas reitera que essa disputa se apresenta de mesmo modo no Estado restrito ou sociedade política de acordo com a definição gramsciana. Assim, ninguém controlaria efetivamente o Estado, pois existem vários aparelhos que formam este mesmo aparato estatal e que o disputam por dentro de sua institucionalidade. Ou seja, aquilo que o autor grego vai caracterizar como um Estado condensado e definido a partir de uma correlação de forças que acaba por nos levar a entender parte da crise contemporânea pelo qual diversas democracias estão inseridas hoje.

Essa crise da política contemporânea e das democracias responde na atualidade justamente ao predomínio avassalador das condições que reinventam o capitalismo e amesquinham os espaços de conflito, como afirmou Virgínia Fontes em seu artigo *Hegemonismos e Política* (FONTES, 2017). Assim, mais uma vez, nos vemos em meio a um momento em que as disputas dentro do Estado capitalista brasileiro se tornam cada vez mais claras a partir da crise que desembocou na retirada da presidente Dilma Rousseff em 2016. Paralelo a esse movimento, vemos as seguintes reformas institucionais que remontam a uma guerra de posição na qual blocos da classe trabalhadora se reúnem contra a possibilidade de dominação total da máquina estatal por parte da burguesia. E, reiterando o caráter de luta de classes, manobras parlamentares levam trabalhadores a cada vez mais se verem frente a frente a um inimigo que não tem cessado de vencer como já afirmara Walter Benjamin (BENJAMIN, 2011, p. 224).

O Estado, então, é posto como palco das discussões e lutas na disputa pelo e dentro dele, marcando a exploração da classe dominante na periferia capitalista sobre a classe trabalhadora. Dessa maneira os “hegemonismos”, que defende Fontes, criados por frações de classe³⁵⁴ (MARX, 2011) vão se perpetuando e alargando através do surgimento de aparelhos de dominação burguesa ou, como definido por Gramsci, APH’s. Aparelhos esses capazes de prover uma ligação entre sociedade civil empresarial e Estado e, revelando a chegada dessa articulação como política pública inserida dentro de um projeto educacional para o país, sendo o primeiro deles o *Movimento Todos pela Educação*.

A abertura dessa nova frente de ataque do capital dentro do Estado faz multiplicar diversos modelos voltados para a gestão do processo educativo tanto no meio urbano quanto no rural, o que nos leva ao objeto de estudo aqui exposto: o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR – que em 23 de dezembro de 2017 completou 26 anos.

O SENAR

Como disposto anteriormente, minha análise inicial incide sobre a o sítio eletrônico disponibilizado pelo próprio SENAR e por isso se faz necessário elencar sua formatação. Disposto em sete abas principais que vão desde o que é o SENAR, até seus programas, biblioteca, comunicação, intranet, extranet e transparência, no qual cada uma fica responsável por descortinar um pouco de como foi criada a instituição. Aqui também é possível ter acesso ao que é considerado sua missão, parcerias, como se dão seus gastos, cursos de formação e links que redirecionam para outros sites específicos para se inserir em cursos de formação, educação à distância, graduação e pós-graduação. Entretanto, apesar da

³⁵⁴Ver em: <http://www.senar.org.br/quem-somos>. Acesso em 02 de janeiro de 2018.

quantidade de informações e notícias atualizados com trabalhos e projetos realizados ao longo dos últimos vinte e cinco anos, pude verificar que alguns dados são restritos ou simplesmente ignorados pela entidade como, por exemplo, a aba sinalizada como Intranet. A mesma encontra-se fechada para funcionários e prestadores de serviço com cadastro na rede construída pela entidade, bem como o diretório denominado Extranet. Contudo nesse somente tem acesso a base de dados técnicos das regionais da instituição ou das Federações da Agricultura, impossibilitando o avanço na busca de outras referências que possibilitem o avanço da pesquisa.

Outra questão importante para os primeiros passos dessa investigação é, entendermos em que contexto ela foi criada e sua proposta. Como afirma em seu *site* a referida organização foi pensada a partir da Lei nº 8.315, com a data de 23 de dezembro de 1991 para ser:

uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e administrada por um Conselho Deliberativo tripartite.³⁵⁵

Esse conselho tripartite, conforme sinalizado na mesma lei, seria desigualmente dividido entre membros representantes do governo federal (3 integrantes) e das classes trabalhadora (5 representantes) e patronal (7 representantes) rural com o intuito de promover entre as trabalhadoras e os trabalhadores da agricultura brasileira uma educação para o campo e introdução de tecnologias que os tornasse capazes de acompanhar o que seria um dos maiores desafios da humanidade atualmente: as mudanças climáticas. Outra questão importante é o fato de ser uma entidade pensada para integrar “os Serviços Sociais Autônomos, também chamados de Sistema “S”, criados por lei, de regime jurídico predominantemente de direito privado, sem fins lucrativos”, e instituídos “para ministrar assistência ou ensino a determinadas categorias sociais e possuem autonomia administrativa e financeira”.³⁵⁶

Outra discussão valiosa sobre o marco inicial do SENAR foi a já mencionada por Carolina Ramos em sua tese de doutoramento (RAMOS, 2011). A autora, ao discorrer sobre a atuação da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – e da CNA – Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – em torno da disputa de uma política educacional visando o controle da capacitação dos trabalhadores rurais, trouxe à baila o embrião do atual SENAR. Ramos afirma que os dirigentes da classe dominante agrária perceberam que pra além da atuação na CNA, a criação do SENAR em 1976 era

³⁵⁵Em: <http://www.senar.org.br/sites/default/files/senar/CartilhaEntedimentosCISistemaS.pdf> (Acesso em 20 de fevereiro de 2018)

³⁵⁶Conferir em: <http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil>. Acesso em 03 de setembro de 2018. Sendo o próprio MEC responsável por assistir financeiramente a constituição de todos os cursos e cabendo aos municípios o papel de garantir a estrutura, recursos humanos, equipamentos, manutenção e todos os outros elementos necessários para a execução das formações.

efetivar mais uma frente de formação dos trabalhadores do campo (além da prestação de assistência social aos mesmos). Contudo, a entidade inicia sua jornada vinculada ao Ministério do Trabalho, diferente de outras organizações como o SENAC e o SENAI, por exemplo, que seguiam sob a supervisão da CNC e CNI. Aqui a autora traz outra informação fundamental para vermos como a atuação junto ao Congresso Nacional brasileiro pode ser um fator determinante para o alcance e/ou manutenção de hegemonia. Na figura de José Carlos Fonseca, então deputado federal e 2º secretário da agremiação, a CNA entoava o discurso de subordinação do SENAR a Confederação, como a que ocorria com as entidades semelhantes a ela, ao mesmo tempo em que lançava mão de uma estratégia de suposta preocupação social com o esforço empreendido pelos trabalhadores rurais. Assim, em uma de suas revistas intitulada “Campo Verde”, a CNA propõe que subordinar o SENAR a ela seria

“a oportunidade dos empresários demonstrarem que possuem capacidade para, além de produzir, melhorar a qualidade de sua mão de obra e vida no campo, aumentando a produtividade e diminuindo inúmeros problemas como o êxodo rural.” (Revista GLEBA, 1984, p.5)

Somente em 1991 o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural ganharia a forma como a que vem sendo instituída até os dias atuais, e congregando um dos braços de atuação da CNA.

Espalhado pelo país através de 27 administrações regionais, o SENAR desenvolve cursos e formações técnicas específicas visando à profissionalização do meio rural. É neste sentido que a partir do ano de 2013 adere à Rede e-Tec Brasil, que de acordo com o site do Ministério da Educação, é criada no ano de 2007 e tem por objetivo a “oferta de educação profissional e tecnológica à distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios.”³⁵⁷. Posteriormente, ao entrar em contato com um novo projeto de educação fundamentado no reforço do empreendedorismo individual, a entidade sente a necessidade de prover a criação de uma metodologia de ensino própria: a Assistência Técnica Gerencial (ATeG) com Meritocracia, como afirma em sua plataforma *on line*.

Fundamentada em quatro pilares específicos – a adequação tecnológica, a capacitação, a gestão e a meritocracia – a ATeG se organiza na produção de outros cinco projetos: o Assistência Técnica e Gerencial Projeto Rural Sustentável, o Assistência Técnica e Gerencial do Rural à Mesa, o Programa Especial SENAR em Campo, o SENAR em Campo – Histórias de Sucesso e o Assistência Técnica e Gerencial Mapa Leite. Toda essa assistência desenvolvida pela entidade teria como objetivo “auxiliar, principalmente, os produtores rurais das classes C, D e E que não têm acesso à extensão rural e às novas

³⁵⁷Ver: <http://www.senar.org.br/assistencia-tecnica-e-gerencial-senar>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

tecnologias”³⁵⁸. Assim, seria possível interferir nas extensões rurais a ponto de reger não somente o aumento da produtividade como também da renda das propriedades conforme as etapas do programa. Sendo elas:

1. Diagnóstico produtivo individualizado;
2. Planejamento estratégico;
3. Adequação tecnológica;
4. Capacitação profissional complementar;
5. Avaliação sistemática de resultados.

Ou seja, toda uma adequação da lógica empresarial voltada na perspectiva de se pensar uma nova política pedagógica para o campo brasileiro forjada desde 1991, momento da criação do SENAR, e que só reforça a visão de autores como Pierre Bourdieu, que vai trabalhar essa questão em seu “A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura” (BOURDIEU, 1966), explicitando ainda que mecanismos objetivos que determinam a função social do ensino em geral estão sistematizados sob a ótica da conservação das desigualdades e da reprodução das classes sociais. Isto é, a escola, e no caso, o próprio SENAR, viria para ser um espaço de reprodução de uma ordem estabelecida por uma classe específica para conquista e manutenção de hegemonia ao promover, inclusive, parcerias com Institutos Federais de Educação reforçando sua entrada na formação de estudantes por todo o país.

É neste sentido que a própria “missão” instituída pelo SENAR se apresenta em forma de mensagens motivacionais e justificativas através do discurso em prol da sustentabilidade e avanços sociais no campo, ao mesmo tempo em que avança na ideia de competitividade aos moldes empreendedores. Essas três diretrizes estariam intimamente ligadas a partir da realização de ações diretas visando a “formação profissional, assistência técnica e promoção social”³⁵⁹, como podemos ver cristalizado nas maneiras de atuação da entidade.

Além de se fazer presente em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o SENAR ainda introduz associações com

sindicatos rurais; associações de produtores; entidades de classe organizadas, órgãos de assistência técnica e outros que as auxiliem a alcançar a clientela de modo abrangente e efetivo no maior número possível de municípios do país. Essas entidades, por seu poder de atuação como lideranças locais e junto a seus associados, em geral atingem a

³⁵⁸Conferir em: <http://www.senar.org.br/missao-do-senar>.

³⁵⁹Em: <http://www.senar.org.br/formas-de-atuacao>

capilaridade almejada pela instituição, contribuindo para o levantamento das necessidades locais de capacitação profissional, promoção social, mobilização e composição das turmas.³⁶⁰

Aqui é possível conceber um primeiro passo para o aprofundamento na análise de como se constitui e, posteriormente, as intenções por trás da missão do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Ao se organizar como uma entidade tripartite – dividida entre membros representantes do governo federal e das classes trabalhadora e patronal rural – vemos inicialmente uma camada de intelectuais orgânicos responsáveis pela gerência do SENAR. Como tal, entendo por intelectual orgânico o mesmo que Gramsci ao dizer que todos são intelectuais e o que os diferenciam é a função que exercem, ampliando o conceito de intelectual e dando-lhe um caráter de formador. Ainda de acordo com Gramsci o autor Lino Geraldo Resende reitera que orgânico é aquele que se engaja na manutenção ou na reformulação da hegemonia existente e que o seu comprometimento vem do quão organizado na ação política esse intelectual orgânico vem a ser (RESENDE, 2006, p. 6).

Assim sendo, para conseguir prover atuações mais estáveis com as diversas associações citadas nos projetos, a entidade se vale de cooptar estudantes cada vez mais cedo em suas formações a partir de olimpíadas nacionais de agropecuária – incentivando jovens a um comportamento empreendedor e competitivo entre os estados. Além da introdução de cursos de formação técnica através da Rede e-Tec oferecendo o curso carro-chefe de “Técnico em Agronegócio”, bem como na formação superior através da faculdade CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – com graduação, pós-graduação e cursos de extensão de educação à distância. Importante ressaltar que, em um primeiro contato, parece que todas as habilitações oferecidas giram em torno do Agronegócio, justificando como hoje o país está totalmente dependente dessa lógica ao mostrar números do PIB brasileiro, saldo da balança comercial, de exportação e do mercado interno.

A título também de interesse surge no contexto dessa avalanche de possibilidades apresentadas pelo SENAR o projeto Agrinho. O mesmo se encontra disponível em vários estados do Brasil, contudo ainda não há clareza da extensão de sua inserção no âmbito das administrações regionais pelo mesmo problema já sinalizado no começo desse texto: a falta ou desorganização de dados importantes de forma centralizada para se reconstruir a trajetória do projeto. Alguns estados como Paraná e Rio Grande do Sul são os que, a princípio, despontam na organização de links sobre como o Agrinho é articulado em suas regionais. Desse modo sistematizam tanto os objetivos, quanto seu público-alvo e a metodologia empregada para o bom andamento do mesmo, reiterando que o tempo todo há uma preocupação social

³⁶⁰ Conferir em: http://www.senar-rs.com.br/programas/4067/programa_agrinho. Acesso em 03 de setembro de 2018.

visando desenvolver ações que propiciem o despertar da consciência de cidadania, além do acesso a informações relativas à saúde e à preservação do meio ambiente, com vistas à melhoria da qualidade de vida através da educação.³⁶¹

A partir desse discurso, a projeção da sociedade é por um futuro caótico que é gestado pelo próprio capitalismo – e em nenhum momento esse sistema é entendido como algo que deve ser superado – jogando a responsabilidade de um desenvolvimento sustentável em cima do indivíduo e nunca no coletivo, e assim provendo ações em que esse mundo ideal de sustentabilidade vira a mercadoria a ser adquirida pelo ente inserido em um contexto social específico. A partir dessa perspectiva, a mensagem utilizada pelo SENAR penetra em diversas escolas da rede pública no ensino infantil e fundamental, cooptando também de maneira indireta às famílias e à comunidade em que está inserida a escola que adota o programa. Assim difundem entre professoras e professores todo o material necessário para se ajustar ao projeto, através de cartilhas e livros e, para os estudantes, a “coleção Agrinho”, um conjunto de revistinhas contendo inúmeras atividades que estimulam à arte, a leitura, a lógica, entre outros saberes.

Entretanto, não somente essa manifestação é necessária para a expansão do Agrinho, mas, de mesmo modo são organizados concursos anuais de redação, desenho e experiências pedagógicas entre docentes e discentes nos estabelecimentos de ensino, premiando tanto com material básico para as escolas como com grandes prêmios individuais através de: bicicletas, aparelhos de som, televisores e tablets, além de poupanças em dinheiro para os maiores prêmios, visto a última edição ocorrida no estado gaúcho em 2016.

CONCLUSÃO

Tendo em vista o exposto, a análise do SENAR permite uma excelente oportunidade para pensar sobre a correlação de forças inseridas no Estado brasileiro. Nesse sentido, é necessário discutir como a inserção de setores do agronegócio na Educação é essencial para a ampliação da sua hegemonia no quadro nacional.

Sendo, então, o Estado indutor dessas políticas, e caracterizado como tal, a própria particularidade da discussão educacional e o reformismo conservador propagado na área da Educação nos anos 1990 e 2000 vai reforçar uma forma específica de projeto educacional. Incluindo aqui, de mesmo modo, a atual

³⁶¹ Doutora em Educação e atualmente realizando pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Participou da Coordenação Político Pedagógico (CPP) do curso de especialização “Trabalho, Educação e Movimentos Sociais”.

crise da promessa integradora que vem se arrastando desde o final do século XX pondo em xeque uma velha concepção de escola. Por isso ainda essa disputa de sentido da função social da escola, do papel de professoras e professores e, de maneira preocupante, a “competição” de empresas e de iniciativas privadas sobre o espaço escolar público.

Um sintoma também sinalizado por outro autor, Nicos Poulantzas, que afirma, como já mencionado na introdução desse artigo, que o Estado estaria comprometido no âmago do processo de reprodução capitalista e, como tal, atuaria criando, transformando e refazendo a realidade (POULANTZAS, 2000). Para o autor grego, o problema não estaria somente na distribuição, como Marx afirma n’O Capital (MARX, 1978), mas, também, no modo de produção – pois se ainda permanecer o controle nesse modo de produção, ainda permanece o próprio capital, como tensiona István Mészáros em seu *A montanha que devemos conquistar* (MÉSZÁROS, 2005).

Esses conflitos dentro do Estado restrito dão o tom das intenções que regem os governos atuais tanto nas esferas municipais, quanto estaduais e em nível federal no Brasil. Como exemplo além dos projetos sobre a “escola sem partido” que tramitam em vários estados do país, também podemos citar a própria extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) assim que o presidente em exercício Michel Temer assumiu após o golpe institucional aplicado em Dilma Rousseff. Secretaria essa responsável por pensar políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais.

Fica claro, como mais uma vez, o Estado é posto como palco das discussões e lutas entre diversas frações de classe sobre a gerência do pensar a educação e na maneira como ela supostamente deve se organizar. Portanto, problematizar a Educação, seguindo esse referido modelo de Estado, se tornou uma maneira de entender em que bojo é pensado a constituição de projetos como o SENAR e sua pedagogia política ligado a uma lógica empresarial.

O levantamento inicial materializado neste texto propõe como uma das possibilidades de interpretação que o SENAR assumiu uma tarefa histórica no Brasil, articulando, tanto na sociedade civil a formação dos intelectuais orgânicos e a difusão da autoimagem associada à responsabilidade socioambiental, através da missão edificada pela entidade, quanto na sociedade política com a inserção dos seus interesses particulares, apresentados como demandas de toda a sociedade e a partir já da primeira infância com projetos como o Agrinho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: Obras escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 2011. (Tese 6).
- FONTES, Virgínia. *Hegemonismos e Política – Que democracia?* In MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Vol. 2. Os intelectuais, O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2000.
- LAMOSA, R. Educação e Agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas. Curitiba: Ed. Appris, 2016.
- LENIN, W. *O estado e a revolução*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classes*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte/ Karl Marx; [tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O capital: livro 1*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MENDONÇA, Sonia. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. Marx e o Marxismo . Vol. 2, jan-jun., 2014.
- MÉSZÁROS, István. A Educação para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder e o Socialismo .RJ, Graal, 2000.
- RAMOS, Carolina. Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985). Niterói: Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2011.
- RESENDE, L. G. Intelectuais orgânicos e contra-hegemonia. *Revista Ágora*, n.4:1-17, 2006.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. / Dermeval Saviani. – 42. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção polêmicas do nosso tempo;5).

**MESA 10: HEGEMONIA BURGUESA E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DO CURSO
TEMS (EPSJV/Pronera)**

Coordenadora: Caroline Bahniuk (UFSC)

A mesa tem por objetivo socializar algumas reflexões efetivadas a partir dos estudos e pesquisas realizadas nas duas edições do curso de especialização “Trabalho, Educação e Movimentos Sociais” (TEMS), realizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Constituído por meio de uma cooperação entre os representantes das instituições públicas envolvidas dos movimentos sociais, desde sua elaboração, o curso voltou-se prioritariamente aos educadores das escolas públicas e/ou militantes formadores das áreas de Reforma Agrária, das diversas regiões do país, e teve como centralidade a análise crítica dos processos educativos, por meio do marxismo em suas diversas abordagens. Ele mobilizou diversos professores das instituições públicas de formação superior, de forma mais expressiva do Rio de Janeiro, cidade onde se realizou as etapas do curso. Colocamos em destaque desse processo formativo a exigência de rigor teórico e acesso aos textos clássicos do marxismo e sua relação com a educação, como também a interlocução profícua entre os debates realizados entre os professores das instituições públicas de ensino e os estudantes do curso. A síntese analítica sobre a temática hegemonia burguesa e a educação no curso e no conjunto das pesquisas analisadas, bem como os trabalhos referentes a atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), por meio do Programa Despertar nas escolas públicas baianas; e da Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA) no incentivo a medicalização da infância como resposta ao fracasso escolar compõem a exposição e o debate proposto para essa mesa.

AS PESQUISAS SOBRE DOMINAÇÃO BURGUESA E ESCOLA PÚBLICA DO CURSO TEMS (EPSJV/Pronera)

Caroline Bahniuk³⁶²

Resumo: O texto se propõe analisar as reflexões pertinentes a dominação burguesa e a escola pública no curso de especialização: “Trabalho, Educação e Movimentos Sociais” (TEMS), realizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A relação entre dominação burguesa e educação esteve presente desde a formulação inicial do curso, porém ganhou maior consistência em seu percurso, tornando-se objeto central e/ou secundário das diversas pesquisas realizadas pelos discentes. Para tanto, analisamos as aulas do curso, destacando as referências teóricas principais na discussão da dominação burguesa e educação e também as pesquisas elaboradas pelos discentes. Do total de setenta e seis trabalhos de conclusão de curso (TCC’s), elegemos cinco deles por estabelecerem essa relação de forma direta e contribuírem para tornar mais visível os objetivos implícitos dos empresários e suas instituições para com a educação pública na atualidade. Os referidos trabalhos acadêmicos abordaram a atuação no campo educacional: da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), em São Paulo; da Fundação Vale, no Maranhão; do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), na Bahia; e da Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA). Convém assinalar que a dominação burguesa na escola pública não era tema muito conhecido dos discentes, antes da participação do curso. Ao analisar as pesquisas identificamos que elas se referenciaram principalmente no arcabouço teórico de Marx, Gramsci e Poulantzas, conjuntamente as pesquisas realizadas pelos professores do curso e com tradição nesse objeto de estudo. A partir da análise organizamos uma síntese dos objetivos principais, as formas de atuação, a relação com o Estado e as políticas públicas, das referidas instituições da classe dominante, como também indicamos algumas repercussões das pesquisas nos processos de luta social.

Palavras-chave: Dominação Burguesa, Escola pública, Pesquisa.

INTRODUÇÃO

O texto se propõe analisar as reflexões pertinentes a dominação burguesa e a escola pública no curso de especialização: “Trabalho, Educação e Movimentos Sociais” (TEMS), realizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Destinado aos educadores das escolas públicas do campo, mas também e/ou militantes formadores atuantes em diferentes ações no âmbito da educação, formação, saúde, cultura, produção, nos

³⁶² As referidas monografias se tornaram artigos que compõem o livro “Hegemonia Burguesa na educação pública”, e apesar de termos utilizados tanto as monografias como os artigos na análise vamos citar somente o livro, datado de 2018, por conta dele estar acessível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/hegemonia-burguesa-na-educacao-publica-problematizacoes-no-curso-tems>.

acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, o curso teve como mote central a análise crítica dos processos e práticas educativas tomando por base o marxismo em suas diversas abordagens. Até o presente momento foram realizadas duas edições da especialização, entre os anos de 2011 a 2015. A primeira com o apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a segunda envolvendo o Programa de Residência Agrária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O curso produziu um total de setenta e seis trabalhos de conclusão de curso (TCC's), dentre esses elegemos cinco ³⁶³deles por estabelecerem a relação entre dominação burguesa e escola pública de forma direta e contribuírem para tornar mais visível os objetivos implícitos dos empresários e suas instituições para com a educação pública na atualidade. Os referidos trabalhos acadêmicos abordaram a atuação no campo educacional: da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), em São Paulo; da Fundação Vale, no Maranhão; do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), na Bahia; e da Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA).

O artigo está organizado em três momentos. Na primeira destacamos aspectos centrais do TEMS, em especial da pesquisa no interior do curso. Em seguida apresentamos em linhas gerais os cinco trabalhos analisados e por fim, sintetizamos e analisamos os objetivos e as formas de atuação do ativismo empresarial na construção da hegemonia.

1. O CURSO “TRABALHO, EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS”

A proposta inicial do curso de especialização Trabalho, Educação e Movimentos Sociais (TEMS) nasceu de uma necessidade de aprofundamento teórico dos educadores das escolas em áreas da Reforma Agrária e/ou envolvidos em outras ações no âmbito da educação, formação, saúde, cultura, produção dos acampamentos e assentamentos e de outros espaços organizativos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tal intenção foi amadurecida pelos debates internos realizados pelo Setor de Educação do MST frente aos desafios atuais presentes nas escolas e na formação de educadores do campo. Essas reivindicações foram compartilhadas a um grupo de professores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (ESPJV), devido a escola possuir experiências anteriores de ações junto aos movimentos sociais e posicionar-se permanentemente em defesa da escola pública, como também possuir uma proposta pedagógica crítica referenciada pela Educação Politécnica e professores especialistas em educação numa perspectiva marxista.

363 Doutoranda em Psicologia Social na Universidade de São Paulo – USP, janarire@yahoo.com.br.

Escolhido criteriosamente pela coordenação do curso o corpo docente, responsável pelas aulas era composto por professores de diferentes áreas do conhecimento, principalmente das universidades do Rio de Janeiro, mas também de outras universidades públicas. Esses professores consistiam em especialistas e pesquisadores com larga experiência da temática abordada em aula e reconhecidos pelo seu compromisso com o marxismo, somaram-se a esses outros jovens professores e pesquisadores, atuantes principalmente junto a orientação dos trabalhos de conclusão de curso. De maneira que o curso cumpriu uma dupla estratégia formativa: a dos discentes da especialização e dos jovens docentes. Essa constituição proporcionou acesso ao que tem de mais qualificado nos estudos marxistas no Brasil e uma profícua troca de conhecimentos entre os professores com larga experiência, os jovens pesquisadores e os discentes do curso.

As turmas tinham caráter nacional, os educandos procedentes de diversos estados brasileiros, eram em sua maioria professores das escolas do campo, e/ou militantes de outras áreas e espaços de atuação no interior do MST, em especial do setor de educação e cultura. Com formação inicial variada, em grande medida provenientes dos cursos de Pedagogia, Licenciatura em Educação do Campo e História, mas também de Agronomia, Psicologia, entre outros cursos, muitos dos quais realizamos através de parcerias entre universidades públicas e movimentos sociais do campo, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Os tempos escolas foram organizados em cinco etapas. A primeira denominada “*Trabalho, historicidade, conceitos e métodos*” consistiu numa introdução ao pensamento marxista e ao método materialismo histórico dialético, a partir de uma contextualização história da elaboração marxiana, com vistas a compreender o processo de desenvolvimento de algumas categorias centrais nas obras de Marx e Engels, como: Capital, Trabalho, Estado, Classes sociais e Luta de classes.

A segunda etapa: “*Marxismos, método e novos problemas*” versou sobre as diferentes abordagens do marxismo, demonstrando sua amplitude, vitalidade e principais polêmicas. Por conta da vasta abrangência, alguns autores e escolas estiveram mais presentes (Lênin, Rosa Luxemburgo; Gramsci, Lukács, e Thompson). As reflexões seguiram lastreadas pelos eixos centrais do curso: método, trabalho, educação, estado e lutas de classes, inserindo-se a partir dessa etapa as questões relacionadas à cultura e a consciência. A contextualização e a emergência do pensamento marxista na América Latina e no Brasil também compuseram as temáticas abordadas nesse momento.

Na etapa seguinte: “*Trabalho, educação e lutas sociais*” os estudos verticalizaram-se de forma mais contundente para a área educacional, dessa maneira a questão central desse momento esteve em

compreender a concepção de Trabalho e Educação em Marx, e suas diferentes leituras, tais como presente em Gramsci e Althusser, entre outros. Derivando dessa questão a relação entre cultura, ideologia e educação principalmente em: Gramsci, Thompson e Vigotski. Integraram ainda os estudos sobre a educação desenvolvida nos processos revolucionários, prioritariamente, na Comuna de Paris e na Revolução Russa, colocando em destaque as formulações de Lênin, Pistrak, Shulgin, entre outros. Esteve presente ainda nessa etapa a um breve panorama da educação marxista no pensamento latino americano, destacando-se as contribuições de Florestan Fernandes para a educação.

Na quarta etapa: “*Educação no mundo contemporâneo: formas de dominação e lutas sociais no Brasil e na América Latina*” empreendeu-se a análise crítica da educação brasileira na atualidade. Para tanto os seguintes temas foram abordados: História das reformas educacionais no Brasil; a trajetória da educação popular, a atuação do capital na educação: políticas internacionais de educação; pedagogia da nova hegemonia, as organizações patronais e sua atuação na educação, destacando a proposição do Todos pela educação e das entidades patronais do Agronegócio para a educação pública brasileira, ainda as experiências educacionais de alguns movimentos sociais na América Latina. Enfim, analisou-se os desafios teóricos e políticos da educação na luta de classes atual.

Na última etapa ocorreram a socialização dos trabalhos de conclusão de curso (TCC), construídos pelos educandos ao longo da especialização no diálogo com referências teóricas estudadas no decorrer das etapas. As temáticas escolhidas para pesquisa, em geral partiram da problematização de práticas vinculadas a atuação militante dos educandos. Os educandos foram divididos em quatro linhas de pesquisa: a) *Trabalho e Educação*; b) *Estado, políticas públicas de educação e luta de classes*; c) *Ciência, cultura e hegemonia: a produção do conhecimento e a questão da consciência*; d) *Movimentos sociais, questão agrária e as experiências da luta pela educação*.

As linhas tinham por finalidade potencializar o estudo e a problematização coletiva dos temas estudados por cada educando, além de realizar debates sobre referenciais teóricos e metodológicos comuns as pesquisas. Destacamos nesse processo, a orientação coletiva, uma vez que o espaço das linhas de pesquisa questionou a falsa ideiação que temos da produção individual do conhecimento no meio acadêmico, além de colocar vários sujeitos (professores e alunos) pensando sobre uma determinada problematização e os possíveis caminhos de pesquisa. A produção do TCC colocou os educandos em contato com processos mais sistemáticos de produção do conhecimento, para alguns um primeiro contato com práticas de pesquisa. O que resultou em algumas pesquisas instigantes e originais e outras interessantes monografias de base, de sistematização de trabalhos de maior fôlego existentes na área,

dando possibilidade de continuidade da pesquisa no percurso acadêmico e para além dele. As pesquisas referidas nesse artigo inseriram-se prioritariamente na linha: *Estado, políticas públicas de educação e luta de classes*, que se propôs a investigar:

Temas como a relação entre o público e o privado (gênese do debate, trajetória dessa dicotomia e suas novas formas) integram essa linha. Análise das formas de organização pedagógica da dominação, através da disseminação de aparelhos privados de hegemonia e sua atuação no âmbito estatal precisam ser empreendidas e contrapostas às propostas de acesso (exercício de direitos) e de socialização do conhecimento (emancipação). Análise dos processos concretos, de experiências organizativas, curriculares, políticas e pedagógicas hegemônicas (burguesas) e contra-hegemônicas (populares) e das contradições que emergem no próprio decorrer dos processos educativos, tanto hegemônicos quanto nas formas de luta emancipatória. A questão da universidade: a dimensão pública e privada no Brasil; a gestão privada do público; movimentos sociais em luta pela socialização da educação (experiências, práticas, possibilidades e limites) e as condições reais da luta pela socialização da vida. (LINHAS DE PESQUISA, 2011, s/p).

2. A DOMINAÇÃO BURGUESA NAS PESQUISA DO TEMS

Nas duas turmas da especialização foram produzidas um total de setenta e seis trabalhos de conclusão de curso, dos quais selecionamos cinco para análise. Por conta dos mesmos tratarem de forma explícita da atuação de novo tipo do empresariamento na educação, em particular na escola pública.

Dois deles foram concluídos em 2013 na primeira edição da especialização e analisam as ações de convencimento da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) na educação da classe trabalhadora. Dipieri (2018) analisa as diversas ações da ABAG e sua atuação como partido da classe dominante. A Abag fundada em 1993 tornou-se o polo organizador de diversas frações da burguesia agrária e para além dela, aglutinando uma variedade de entidades. Ela atua em diversas frentes, organizando a classe dominante na manutenção das relações sociais capitalistas, como por exemplo: a) na influência direta no Estado restrito e na definição de políticas públicas, por meio de representação em fóruns, comitês institucionais, mas também através da inserção de membros da entidade em cargos estratégicos do poder executivo, como por exemplos os ministros da agricultura dos últimos governos federais, bem como através de seus representantes diretos no parlamento, conhecidos pela “bancada ruralista”, formulando e aprovando legislações que beneficiam o agronegócio; b) Divulgação e propaganda da importância do agronegócio para a população brasileira como por exemplo com a produção de sites, textos, cartilhas, realização periódicas de congressos do agronegócio, destaca-se nesse campo de divulgação a parceria

com a Rede Globo de Televisão e a veiculação de propagandas em horário nobre; c) Relação com as universidades e centros de pesquisas: por meio de encomenda de pesquisas para divulgação do agronegócio para a população e também de tecnologias para investimento no setor, incluindo entre essas instituições públicas, como a exemplo do PENSA/USP; e) Projeto Agronegócio na Escola, realizado junto as escolas públicas de São Paulo.

O último foi objeto de análise do trabalho de Aquino (2018), produzido no curso TEMS. O projeto “Agronegócio na escola” realiza-se nas escolas públicas da região de Ribeirão Preto, a qual envolve aproximadamente vinte e cinco municípios. Essa região é considerada um dos berços do agronegócio. O projeto teve início em 2001 e até 2010 envolveu um total de cem mil estudantes tanto do Ensino Médio como dos dois últimos anos do Ensino Fundamental e quatro mil professores. No decorrer de sua pesquisa a autora mostra a ampliação gradativa do projeto e a pouca rejeição por parte das secretarias de educação ao mesmo, em apenas um município não houve a consolidação da parceria com a ABAG. Por meio do projeto a ABAG busca construir o consenso em torno do projeto do agronegócio, mostrando-o como fundamental para o desenvolvimento do país.

Os outros três trabalhos foram produzidos na segunda turma do curso em 2015. O de Ribeiro (2018) reflete sobre a atuação do Serviço de Aprendizagem Rural (Senar) na implementação da Educação do Campo no município de Itamaraju localizado no extremo sul estado da Bahia. A autora revela as tensões permanentes provocadas pelo Senar na referida política e a reconfiguração de reivindicações populares, transfigurada de acordo com os interesses patronais e do agronegócio. Em particular, analisa o desenvolvimento do Programa Despertar, estabelecido por meio de uma parceria entre prefeitura municipal e Senar, apoiada pelos sindicatos locais alinhados ao agronegócio. O programa tem como temática organizadora a Educação Ambiental e realiza-se em diversas escolas do públicas do campo, incluindo uma escola localizadas em assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apesar de nesse local encontrar alguns questionamentos do programa, em geral os professores do Movimento também aderem e reproduzem a ideologia do agronegócio.

O trabalho de Araújo (2018) debruça-se sobre o papel da Fundação Vale na construção da hegemonia, em particular a partir das ações realizadas nos municípios maranhenses cortados pela Estrada de Ferro Carajás, que liga a estação de extração de minérios em Carajás (PA) ao Porto de Ponta Madeira, em São Luiz (MA). A Vale S/A é produz em média de 130 milhões de toneladas de minério, o que a coloca como uma das maiores empresas mundiais no setor. Sua fundação atua em três áreas prioritárias: saúde; geração de emprego e renda; e educação. Tem como foco os municípios onde a Vale opera. Na

área educativa promove ações nas áreas da cultura, esporte e educação, destacando-se nessa última os processos de formação de professores (com a divulgação dos materiais pedagógicos produzidos pela fundação), coordenadores pedagógicos e gestores das secretarias de educação. Para a autora a Fundação Vale, por meio de parcerias público privadas contribui para silenciar o papel destrutivo da empresa “ na precarização dos processos de trabalho, no bloqueio às lutas populares por educação, saúde, habitação, saneamento e transporte público, sem falar da própria questão ambiental que invariavelmente sofre a devastação provocada por toda empresa mineradora de grande escala” (ARAÚJO, 2018, p.227)

Por fim, Ribeiro (2015) descortina os interesses presentes nos processos crescentes de medicalização de crianças e adolescentes diagnosticadas com o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDHA), apresentado como antídoto central para o fracasso escolar contemporâneo. E nesse processo o papel que cumpre a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), associação sem fins lucrativos, composta por profissionais de saúde, pessoas com TDHA e seus familiares. A referida entidade tem por objetivos centrais divulgar as informações sobre o TDHA, dar apoio aos familiares de pessoas com TDHA, e produzir materiais de formação para toda a sociedade a respeito da temática. A autora em sua pesquisa realizou uma análise minuciosa da cartilha produzida por essa associação, intitulada: “Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade: uma conversa com educadores”, e como próprio nome já revela o público alvo são os professores na intenção de ajudar os mesmos a identificarem sintomas e características do TDHA nas crianças, e tomarem providências, a respeito. Também revela os vínculos da ABDA ao contar com o apoio de financiamento para a cartilha do maior fabricante da droga prescrita para o TDHA. E a ABDA atuando na direção de convencer sobre a existência desse transtorno e a necessidade de tratar um problema social, o fracasso escolar, sob a lógica medicalizante e de caráter individual. O que ocorre é uma culpabilização das crianças que não aprendem eximindo a responsabilização do contexto social e político dessa questão. Num contexto de precarização das condições de trabalho existentes nas escolas públicas na atualidade a ideologia de soluções rápidas e de adequação social, tais como a medicalização de crianças com impactando no “silenciamento”, ganham força.

Convém registrar que os trabalhos dão maior relevo a dominação burguesa, no entanto todos buscam pontuar a relação dialética entre dominação e resistência, logo, as lutas sociais contra a mercantilização da vida e da educação. Demonstam a dominação não como um bloco monolítico, mas sim que ela se realiza e se reproduz com mediações, contradições e resistências a depender da correlação de forças entre as classes antagônicas fundamentais do capitalismo, presente em cada contexto estudado.

Convém assinalar que a dominação burguesa na escola pública não era tema muito conhecido dos discentes, antes da participação do curso. Ao analisar as pesquisas identificamos que elas se referenciaram principalmente no arcabouço teórico de Marx, Gramsci e Poulantzas, conjuntamente as pesquisas realizadas pelos professores do curso e com tradição nesse objeto de estudo.

3. OBJETIVOS E FORMAS DE ATUAÇÃO DO ATIVISMO EMPRESARIAL NA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA

A partir da leitura mais detida dos cinco trabalhos monográficos apresentados anteriormente, sintetizamos algumas questões em comum, que nos permitem conhecer os interesses implícitos nesse ativismo empresarial e nas suas formas de atuação. Essas proximidades demonstram que elas compõem parte de uma estratégia global, articuladas com os organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Unesco, a nível mundial e outras entidades mais localizadas, como por exemplo o movimento “Todos pela Educação”, conglomerado de organizações empresariais que atua desde 2006 de forma organizada na educação pública brasileira.

Destacamos, nessa direção, três pontos chaves para análise desse ativismo: os objetivos centrais; a relação com o poder público; e a centralidade dos programas na formação dos estudantes e na produção de material didático.

No que diz respeito aos objetivos centrais, as pesquisas revelam o processo de convencimento da população em geral, especialmente dos trabalhadores ao projeto da classe dominante. Pela chamada da “responsabilidade social”, os empresários convocam todos para a melhoria do bem comum, em especial no que diz respeito à educação pública, foco central dessas pesquisas. A educação sem dúvida consiste em um dos focos prioritários da atuação dessas organizações empresariais. Essa dimensão é requisitada principalmente por dois motivos: para a divulgação e a internalização dos valores da sociedade capitalista e dos interesses específicos de cada organização, contribuindo com a naturalização e individualização das desigualdades sociais. Como também, para a formação de força trabalho sintonizada com as alterações dos processos de produção, pautada na acumulação flexível.

O primeiro motivo se evidencia pela promoção do consenso, a partir de ações aparentemente benéficas de responsabilidade social. Os trabalhos de Dipieri (2018) e Aquino (2018) mostram como a ABAG busca criar um consenso de que o agronegócio é a única forma de se produzir na agricultura e é imprescindível para a sociedade brasileira, um desenvolvimento necessário para a “modernização” do campo no Brasil, desconsiderando seu caráter destrutivo. Ao tomarem a Educação Ambiental como

estruturantes dos projetos nas escolas essas instituições desconsideram o real impacto do agronegócio e da mineração na precarização da vida em geral, com consequências perversas e irreversíveis para os trabalhadores como para a natureza, em outras palavras camuflam o caráter expropriador e destrutivo do capital. De forma que as empresas aparecem como “ (...) sobretudo, uma ‘prestadora de serviços sociais’ e não uma empresa (...) cuja atuação provoca danos ambientais, sociais e humanos” (ARAÚJO, 2018, p. 230).

Nesse contexto, a responsabilização individual ganha destaque como principal saída para a superação das questões ambientais, logo, as proposições dos materiais pedagógicos produzidos por essas instituições que versam sobre a Educação Ambiental localizam-se em não desperdiçar no âmbito do consumo individual. Os exemplos dados são: fechar a torneira na hora de escovar os dentes, separar o lixo, preferir produtos com embalagens econômicas e refil, etc, ou seja, essa saída desconsidera a alteração no processo de produção, o que implicaria numa superação desse modo de produção, o que não seria defendido pela classe dominante, pois provocaria seu próprio aniquilamento.

O discurso do Senar sugere que a solução para os danos causados ao meio ambiente está na mão dos indivíduos, subentendendo que estes são os geradores dos impactos ambientais, a eles caberia, portanto, a mudança de atitudes e uma atuação em prol da conservação ambiental. Como se isso fosse possível sem alteração nas relações de produção capitalista em curso, que aumentam a concentração fundiária, o uso de agrotóxicos, impondo um consumo desenfreado. (RIBEIRO, 2018, p. 186).

A medicalização da infância, analisada por Rezende (2018) também corrobora com a essa dimensão da responsabilização. De maneira que a produção do fracasso escolar se desloca do contexto sociopolítico o que inclui as condições da própria escola e da vida das crianças na atualidade, para a dimensão individual e biologizante.

O discurso medicalizante prioriza a dimensão biológica em detrimento de todo o resto, descontextualizando a educação. Para além do debate acerca da existência ou não do TDAH, as oportunidades de aprendizagem de crianças, que estudam em sala de aula com mais de 40 alunos, com professores despreparados, que trabalham em condições insalubres, serão mais baixas. Nesse contexto, a chance para a desatenção, desinteresse, indisciplina, hiperatividade e, até mesmo, impulsividade são maiores, uma vez que a criança tende a expressar – ainda que de forma inapropriada – sua reação contra a violência a que é submetida diariamente, ao não ter seu direito a uma educação pública e de qualidade respeitado. (REZENDE, 2018, p. 300).

A responsabilização individual do trabalhador pela própria condição de tornar-se empregado, a empregabilidade, foi tratada de forma mais tímida nos trabalhos analisados, isso pode ser devido essa questão não aparecer de forma direta nos materiais analisados, ou ainda, não terem sido foco da análise

dos trabalhos monográficos. O que aparece de forma expressiva na análise do conjunto de proposições educativas dos empresários, como as da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Instituto Ayrton Senna, entre outros.

A relação com o poder público diz respeito a outro ponto fundamental desse ativismo empresarial, que existe desde o início do capitalismo. Porém suas formas de atuação se alteram ao longo do tempo. Para Fontes (2010) no Brasil, a partir da década de 1990 há uma ampliação em massa das fundações sem fins lucrativos de base empresarial, as quais seguem se ampliando na atualidade. Para a autora um dos principais objetivos dessas organizações é conter as lutas e reivindicações populares, e reconfigurar essas lutas aos interesses dominantes, subscrevendo-as no interior do Estado (restrito), com vistas a construção da hegemonia.

Pelos trabalhos monográficos analisados podemos dizer que as estratégias de direcionar hegemonicamente o Estado aos seus interesses, vão desde ter no Estado restrito, no executivo e legislativo membros e representantes diretos da classe dominante e suas frações. Porém, o que tem sido realizado é a execução o programa da classe dominante, de caráter mundial, independente da filiação partidária (mais a direita e/ou a esquerda) dos governos dos municípios e estados. Aquino (2018) ao dizer que apenas um município dos vinte e cinco da Região de Ribeirão Preto recusou a entrada do projeto “Agronegócio na Escola”, revela essa dimensão.

A relação das entidades empresariais com o poder público realiza-se por meio de parcerias públicos privadas, permitidas legalmente desde a reforma do Estado, na década de 1990 no Brasil, com preceitos neoliberais. No âmbito da educação essas parcerias efetivam-se na gestão pública das secretarias de educação e das escolas, como na implementação de programas educacionais. Nessa relação, o que ainda encontra-se obscuro é o montante de recurso do fundo público. Somados ainda, as isenções e desonerações fiscais, as quais beneficiam o interesse privado.

Chama a atenção nesse quesito a relação que algumas entidades estabelecem com as universidades a partir de encomendas de pesquisa pelas organizações empresariais aos pesquisadores e grupos de pesquisa das universidades, incluindo as públicas. Essas questões foram reveladas com mais força no trabalho de Dipieri (2018) ao analisar a ABAG e no de Rezende (2018) ao analisar a ABDA. Tal situação mostrar-se como uma das facetas da privatização das universidades públicas e a subordinação das pesquisas ao interesse mercadológico em detrimento do interesse socialmente referenciado.

Uma outra dimensão importante presente na relação entre organizações empresariais e as secretarias de educação diz respeito a definição do conteúdo e a forma de desenvolvimento dos

programas realizados, os quais são previamente e exclusivamente definidos pelas instituições e cabe aos parceiros, o poder público, oferecer a infraestrutura necessária, disponibilizar as escolas, professores, técnicos pedagógico para o acompanhamento, em outras palavras operacionalizar o que já vem instituído, pouco interferindo no conteúdo programático de realização dos mesmos.

Outro aspecto chave identificado refere-se à centralidade na formação dos professores das redes públicas de ensino, buscando por meio deles atingir a formação dos estudantes e das comunidades em que estes atuam. Majoritariamente as ações desenvolvidas pela ABAG, Fundação Vale, Senar e ABDA, no âmbito educacional direcionam-se prioritariamente a esses sujeitos, reconhecidos como disseminadores e formadores de opinião. A formação e /ou capacitação dos professores (juntamente com diretores e membros da secretaria de educação) realiza-se prioritariamente na intenção de explicar e estimular o desenvolvimento dos programas na escola, com a apresentação sobre o uso do material didático correspondente, visitas (aos locais do agronegócio, como no caso do Projeto Agronegócio na escola). O estímulo motivacional para o envolvimento de professores e alunos, além de ter objetivos ideológicos voltados para a melhoria da escola e para a formação dos estudantes, encontra-se também por meio do desenvolvimento de concursos dos projetos desenvolvidos (para os professores e escolas), concurso de redação e desenhos (para os alunos), entre outros, de caráter meritocrático.

Por fim, destacamos a importância estratégica de discutir a dominação burguesa e suas formas no curso TEMS, munindo teoricamente os militantes sociais na sua tarefa específica diária, muitos nas escolas públicas e/ou coordenando de processos de formação de educadores, contribuindo numa leitura mais apurada da realidade social, em particular no que tange as relações dialéticas entre Estado (restrito) e a sociedade civil e os processos de lutas de classes. Destacamos também que a temática dominação burguesa tem sido inserida com maior presença nos processos formativos dos educadores do MST, e inclusive foi o mote central do II Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária no ano de 2015.

Referências

AQUINO, Manuela. **O projeto agronegócio na escola: dominação e pedagogia**. In: Stauffer, Anakeila (et al). *Hegemonia Burguesa na educação pública*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

ARAÚJO, Lenilde. **A participação da fundação Vale na educação do Maranhão**. In: Stauffer, Anakeila (et al). *Hegemonia Burguesa na educação pública*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

DIPIERI, Adriana. **A ABAG como partido da classe dominante e a formação para o consenso**. Stauffer, Anakeila (et al). *Hegemonia Burguesa na educação pública*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história** – 3 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

REZENDE, Janaína. **A medicalização da infância: construção da hegemonia do capital na educação.** Stauffer, Anakeila (et al). Hegemonia Burguesa na educação pública. Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

RIBEIRO, Dionara. **A educação do Campo e a Pedagogia do Agronegócio**
In: Stauffer, Anakeila (et al). Hegemonia Burguesa na educação pública. Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria.** Campinas: Autores Associados, 1998.

A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO PROJETO DO CAPITAL: quando o fracasso escolar se torna um problema de saúde

Janaína Ribeiro de Rezende³⁶⁴

Resumo: Compreendemos que, no Brasil, o fracasso escolar é socialmente produzido através da individualização dos processos de aprendizagem, desconsiderando os aspectos econômicos, sociais e políticos envolvidos na educação. Esse tema se atualiza com o crescimento da medicalização de crianças e adolescentes, a partir de diagnósticos de transtornos mentais, dentre eles, o Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade – TDAH. A queixa escolar é a justificativa mais recorrente de encaminhamento infantil aos serviços de saúde mental e o TDAH, o principal diagnóstico para esses casos. Nos meios científicos, não há consenso acerca da existência da doença e o seu diagnóstico é realizado a partir de análise clínica controversa. O tratamento do transtorno prevê o consumo de medicação controlada, que traz sérios efeitos colaterais à vida da criança. Nesse sentido, buscamos problematizar o processo de medicalização infantil, resultante de diagnósticos de TDAH, como tentativa de solução do fracasso escolar. O discurso medicalizante tem como porta-vozes associações da sociedade civil, como, por exemplo, a Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA, que pode ser entendida como intelectual orgânico do projeto de medicalização da educação. Tal discurso tem disputado o Estado através de projeto de leis que visam à institucionalização do diagnóstico e tratamento do TDAH e outros transtornos. Identificamos que o padrão medicalizante de tratamento do comportamento infantil é convergente com o projeto hegemônico de educação, limitando o acesso a uma formação integral às crianças e adolescentes da classe trabalhadora e possibilitando a obediência e o silenciamento dos mesmos. O padrão medicalizante, alçado à condição de discurso autorizado na educação, contribui para escamotear as contradições do processo educativo, culpabilizando as crianças pela não aprendizagem, a despeito do desmonte intencionalizado da educação pública brasileira. Em síntese, avaliamos a medicalização da vida como uma das formas de consolidar a hegemonia burguesa sobre a educação pública.

Palavras-chaves: Associação Brasileira do Déficit de Atenção, Medicalização e Hegemonia.

Introdução

O presente estudo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido durante a segunda turma do curso de especialização “Trabalho, Educação e Movimentos Sociais” – TEMS, realizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A pesquisa investigou a consolidação do discurso medicalizante na educação, como forma de justificar o fracasso escolar. Para tanto, o estudo analisou algumas publicações da Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA, a fim de entender seu papel na construção de hegemonia da medicalização na educação (REZENDE, 2015).

A ABDA é uma associação de pessoas diagnosticadas com Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade – TDAH, por seus familiares e por profissionais de saúde interessados no tema, com o

364 Disponível em: <https://tdah.org.br/perguntas-mais-frequentes-e-suas-respostas/>. Acesso em 05 out. 2018.

objetivo proclamado de divulgar informações científicas sobre o transtorno e lutar pelo “direitos” dos seus portadores. A ABDA tem se constituído como uma importante referência na divulgação e mesmo na defesa de um “diagnóstico” precoce do TDAH no Brasil.

Segundo Peixoto e Rodrigues (2008), o TDAH é o diagnóstico neurocomportamental mais comum na infância. Portanto, consideramos fundamental conhecermos a ABDA, para compreender sua atuação no processo de medicalização da sociedade e da educação. Atualmente, é possível observar uma crescente tendência de patologizar e medicalizar alterações que antes eram tidas como questões corriqueiras da vida, problemas cotidianos. Esse processo é conhecido para alguns autores como medicalização da vida e é definido da seguinte maneira (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR, 2011, p. 9):

o processo de conferir uma aparência de problema de Saúde a questões de outra natureza, geralmente, de natureza social. Não se restringe ao âmbito da Medicina e dos tratamentos medicamentosos, mas diz respeito também a outros profissionais de Saúde, como psicólogos e fonoaudiólogos, por exemplo. O termo Patologização tem sido utilizado com significado semelhante.

Na educação, a medicalização tem se expressado na tendência de diagnosticar problemas de aprendizagem como resultantes de causas orgânicas, ou seja, reduzindo a complexidade do processo de ensino-aprendizagem a questões biológicas e ao funcionamento neurológico. Em geral, os transtornos são aceitos como explicação para a não aprendizagem de crianças e adolescentes na escola.

Grande parte dos encaminhamentos de crianças a serviços de saúde mental tende a ser decorrência de queixas escolares (BELTRAME; BOARINE, 20013; DELVAN; et. al., 2010; GOMES, et. al., 2015). Cada vez mais, crianças têm sido diagnosticadas com problemas de aprendizagem e de comportamento. Desde a infância, nos espaços de educação e serviços de saúde, os estudantes estão expostos ao padrão medicalizante, que diagnostica os problemas de aprendizagem como transtornos mentais, descritos por critérios genéricos, revestidos de um discurso biomédico, que tem legitimado as desigualdades, atribuindo a questões orgânicas as causas de problemas sociais.

Dessa maneira, consideramos imprescindível analisar o papel que a educação desempenha em uma sociedade como a nossa. Compreendemos que a educação capitalista tem um forte caráter de classe, uma vez que é marcada por uma oferta dual, em que forma distintamente os membros da classe dominante e os trabalhadores (GRAMSCI, 1979; 1987; 2001; MÉSZÁROS, 2008). Nesse sentido, corroboramos com a tese de Patto (2015) sobre a produção social do fracasso escolar, que assola, principalmente, os filhos das classes populares. De acordo com a autora, a não aprendizagem na escola é

produzida por fatores sociais que discriminam os mais pobres e perpetuam o fosso que separa as classes sociais. Em geral, os professores das escolas públicas – com condições de trabalho precárias, formação insuficiente, políticas públicas equivocadas e controle burocrático excessivo (FREITAS, 2005) – tem poucos recursos para enfrentar a produção do fracasso escolar. O encaminhamento a serviços de saúde, em alguns casos, mostra-se como uma das poucas opções conhecidas.

Feita a contextualização ao tema de estudo, apresentamos a forma como o presente trabalho foi construído. O texto está organizado nas seguintes seções: 1. O Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade – TDAH, que dá continuidade à apresentação do transtorno e das suas controvérsias; 2. A Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA, que caracteriza a associação e a sua atuação no fortalecimento do discurso medicalizante; 3. A disputa do Estado: projetos de leis que visam à institucionalização da educação medicalizada, que discute a medicalização como uma das formas de construção de hegemonia do capital sobre a educação pública e, por fim, apontamos as Considerações Finais, certas de que esse posicionamento não é conclusivo e que ainda há muito a ser desvelado sobre o tema de estudo.

1. O Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade – TDAH

Mattos *et. al.* (2006) apontam que a classificação do TDAH mais semelhante com a que conhecemos hoje, foi descrita pela primeira vez no DSM III da Associação Americana de Psiquiatria, na década de 1980. Período que coincide com o fortalecimento do discurso biomédico da psiquiatria e do modelo medicalizante na educação (GUARIDO, 2006). Desde então, o manual define os sintomas de desatenção, hiperatividade e impulsividade como característicos do TDAH.

De acordo com o DSM 5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 61), o TDAH é um transtorno do neurodesenvolvimento, descrito com as seguintes características diagnósticas:

A característica essencial do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade é um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento ou no desenvolvimento. A *desatenção* manifesta-se comportamentalmente no TDAH como divagação em tarefas, falta de persistência, dificuldade de manter o foco e desorganização – e não constitui consequência de desafio ou falta de compreensão. A *hiperatividade* refere-se a atividade motora excessiva (como uma criança que corre por tudo) quando não apropriado ou remexer, bater ou conversar em excesso. (...) A *impulsividade* refere-se a ações precipitadas que ocorrem no momento sem premeditação e com elevado potencial para dano à pessoa (p. ex., atravessar uma rua sem olhar). A impulsividade pode ser reflexo de um desejo de recompensas imediatas ou de

incapacidade de postergar a gratificação. Comportamentos impulsivos podem se manifestar com intromissão social (p. ex., interromper os outros em excesso) e/ou tomada de decisões importantes sem considerações acerca das consequências no longo prazo

As características para o diagnóstico do TDAH indicam comportamentos genéricos, como “dificuldade de manter o foco”, “conversar em excesso”, “intromissão social”, cuja avaliação é subjetiva, pois falta parâmetro para julgar o que é excessivo ou inadequado para determinar o transtorno. Ainda segundo o DSM 5 (ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA, 2014, p. 61), “O TDAH começa na infância. A exigência de que vários sintomas estejam presentes antes dos 12 anos de idade exprime a importância de uma apresentação clínica substancial durante a infância.”. Na literatura, aponta-se que os “sintomas” do transtorno tendem a coincidir com o início da vida escolar, ou seja, os comportamentos manifestam-se quando a criança começa a estudar.

O Manual afirma que a prevalência mundial do TDAH é de 5% nas crianças. No Brasil, algumas pesquisas têm indicado índices maiores de diagnóstico do que a média mundial, chegando a incidência de 17% da população, segundo alguns estudos. Segundo Fontana *et. al.* (2007, p. 136), essa “taxa elevada [refere-se] à alta frequência de fatores psicossociais associados numa população socio-economicamente desfavorecida”. Outra característica do TDAH é que a sua incidência é o dobro nos meninos do que nas meninas. Além disso, identifica-se uma prevalência maior de diagnóstico de crianças negras e crianças pobres, próximas a linha da pobreza (FONTANA, *et. al.*, 2007).

A dificuldade em estimar uma prevalência média na população mundial é um dos argumentos dos pesquisadores que questionam a existência de tal transtorno, pois reforça a influência de fatores sociais na manifestação do transtorno. Nesse sentido, fica explícito que a prevalência do diagnóstico de TDAH tem relação com aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, que interferem na vida da criança. A descrição do DSM 5 indica que há uma diferença marcante da manifestação do transtorno em cada fase da vida: na infância, o transtorno é marcado pela inadequação escolar; na adolescência, o que é destacado é a delinquência juvenil, apresentando-se de forma muito diferente no adulto (CALIMAN, 2010).

O diagnóstico do TDAH tem como base o exame clínico, a partir de critérios definidos pelo DSM, ou seja, não é possível o diagnóstico a partir de exames ou testes de neuroimagem. Para contribuir na identificação do transtorno, foi desenvolvido um teste baseado em proposição da Associação Americana de Psiquiatria, que foi traduzido e validado no Brasil **por dois grupos de pesquisa de universidades**

(MATTOS, *et. al.*, 2006). O instrumento foi desenvolvido a partir dos sintomas descritos no DSM IV, a fim de oferecer parâmetros e tornar-se importante recurso para o diagnóstico do transtorno.

A despeito da defesa de que o DSM apresenta critérios diagnósticos precisos, o diagnóstico de TDAH é muito difícil e, mesmo os médicos têm dificuldade de diferenciar o transtorno de outras doenças ou de fatores ambientais envolvidos no desenvolvimento infantil. Todavia, no Brasil, houve um aumento muito grande desse tipo de diagnóstico (FARIAS; CORDEIRO, s/d). De acordo com Caliman (2010), alguns autores ousam afirmar que passamos por uma epidemia do transtorno nacional e internacionalmente, tendência essa duramente questionada por outros pesquisadores (CALIMAN, 2010; COLLARES, MOYSÉS, 1994; GARRIDO, 2009; GUARIDO, 2006; MEIRA, 2009; SOUZA, 2008).

A questão se torna mais grave, para além da polêmica gerada no meio acadêmico, pois a terapia recomendada para a maioria dos casos diagnosticados com TDAH é a medicamentosa. Assim, desde o momento de identificação da doença, que pode se dar muito precocemente, a tendência é de prescrição de uma droga controlada e que traz uma série de efeitos colaterais à vida da criança. A droga mais frequentemente prescrita em casos de TDAH é um estimulante, da família das anfetaminas, que tem como princípio ativo o metilfenidato, conhecida pelos nomes comerciais Ritalina, fabricado pela Novartis, e Concerta, do laboratório Janssen.

Garrido (2009) revela que o consumo de metilfenidato aumentou 930% entre 2000 e 2004 no Brasil, período que coincide com a disseminação dos diagnósticos de TDAH para toda a população e de maior influência da indústria farmacêutica na psiquiatria. O Brasil é o segundo maior consumidor do fármaco, sendo precedido apenas pelos Estados Unidos, local em que há mais diagnóstico da doença e produções acadêmicas a partir do referencial medicalizante.

Com relação à terapia medicamentosa, na página da ABDA consta que, após a administração da droga, “Cerca de 70% dos pacientes com TDAH, respondem adequadamente aos estimulantes, com redução de pelo menos 50% dos sintomas básicos do transtorno e os toleram bem”³⁶⁵. Peixoto e Rodrigues (2008) afirmam que apesar da prescrição corrente do metilfenidato para casos de TDAH, não há comprovação de que o uso da medicação contribua com a melhora do rendimento acadêmico das crianças.

Os laboratórios que produzem o metilfenidato são grandes corporações multinacionais. Frente aos custos do tratamento, que não são baixos, existem algumas iniciativas de associações médicas ou de representação de portadores da doença que exigem que o Estado financie a compra para a medicação para

365 Disponível em: <https://tdah.org.br/>. Acesso em 05 out. 2018.

famílias de baixa renda, garantindo, assim, que crianças pobres possam ser consumidoras desses remédios.

A esse respeito, certas pesquisas (MEIRA; 2009; GUARIDO, 2006; GARRIDO, 2009) identificam uma forte correlação entre o aumento de diagnóstico de TDAH e os interesses da indústria farmacêutica, uma das mais poderosas do mundo. Meira (2009) afirma que a adesão ao padrão biomédico pela psiquiatria, iniciado nos EUA e acompanhado por grande parte dos países, teve grande incentivo da indústria farmacêutica, o que contribui para a consolidação desse modelo de abordagem da saúde mental.

Além disso, alguns estudiosos consideram que o diagnóstico do transtorno é utilizado para promover a institucionalização da criança indisciplinada, como forma de silenciar e enquadrá-la, evitando o enfrentamento das contradições sociais que promovem o descontentamento ou a indisciplinada. Para entender como o discurso medicalizante se fortalece, é importante conhecer a ABDA, importante referência na defesa do TDAH.

2. A Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA

A ABDA é uma entidade que reúne pessoas diagnosticadas com TDAH, sem fins lucrativos, fundada em 1999, que declara como objetivos principais a divulgação de informações científicas sobre transtorno e a oferta de apoio a portadores e familiares de pessoas diagnosticadas com a doença, bem como a organização de congressos e seminários sobre o tema. A associação realiza o Congresso Internacional bianual, Simpósio para médicos, Curso de Capacitação para Professores e Educadores, bem como, Curso de Capacitação para Psicólogos.

A ABDA não realiza diagnósticos e recomenda que para a identificação do transtorno e a proposição de tratamento é imprescindível a consulta médica. Na página da ABDA³⁶⁶, estão disponíveis artigos científicos, dicas, cartilhas, depoimentos sobre o tema, dúvidas mais comuns respondidas, lista com profissionais para tratamento, eventos, publicações, espaço para contato.

A ABDA é uma das principais referências em defesa do TDAH no Brasil. Seu documento mais importante é a Carta de princípios da ABDA³⁶⁷. O documento foi baseado na Carta de

366 A Carta de Princípios da ABDA está disponível integralmente na página da associação na internet. No documento não há data de publicação e suas páginas não são numeradas, por isso, todas as referências à carta prescindirão dessas informações. Disponível em: <https://tdah.org.br/carta-de-principios/>. Acesso em: 05 out. 2018.

367 A Liga de Defesa do Consumidor foi fundada em 1891, nos Estados Unidos, instituição privada e sem fins lucrativos, oferecendo o posicionamento do consumidor a respeito de uma série de assuntos, incluindo informações sobre medicamentos.

Princípios sobre TDAH da *National Consumer's League*³⁶⁸ (Liga de Defesa do Consumidor) dos Estados Unidos, assinadas pela Associação Médica Americana, Academia Americana de Pediatria e Associação Psiquiátrica Americana.

O documento parte do princípio de que TDAH é um transtorno mental, cuja existência é comprovada cientificamente e subdiagnosticada no Brasil e no mundo. Aponta para a gravidade do problema, pois alega que os portadores da doença tendem a desenvolver transtornos psiquiátricos, abuso de álcool e outras drogas, bem como outros sintomas de inadequação social como maiores índices de desemprego, divórcio e baixa escolaridade, caso não sejam devidamente tratados. A Carta defende então a necessidade de ampliar o diagnóstico e qualificar os profissionais da saúde e da educação para que identifiquem a doença o mais precocemente possível.

A carta apresenta como tratamento o uso de medicação – utilizado na maioria dos casos –, psicoterapia cognitivo-comportamental e psicoeducação, caracterizada como “educação continuada sobre o transtorno para os portadores”. Observamos que a carta, inspirada em outra publicada nos Estados Unidos, apresenta conotação comercial. No documento, partem da suposição implícita de que o direito das pessoas com TDAH são de consumidores. Além disso, a ABDA não pretende proteger seus aderentes do consumo do medicamento (ou de qualquer tratamento), mas estimular uma definição medicalizada e um tipo de tratamento. A Carta converte, sem maiores explicitações, o direito de consumidores em direito “natural” dos portadores de uma suposta doença.

Esses indícios reforçam a interpretação de que o fortalecimento do padrão medicalizante recebe influência dos interesses da indústria farmacêutica, já que promove o consumo de remédios (MEIRA; 2009; GUARIDO, 2006; GARRIDO, 2009). Tendência que legitima a concepção de que a saúde tem deixado de ser um direito inalienável do ser humano e passou a ser tratada como mercadoria. Nesse caso, o mais importante é a movimentação da economia e a geração de lucros, a despeito do cuidado e da promoção da saúde da população.

Ao abordar o transtorno enquanto um direito do doente, identificamos a lógica criticada por Souza (2008), uma vez que a entidade considera o diagnóstico e tratamento medicamentoso do transtorno como a única maneira de lidar com a situação e que, caso isso não seja feito, a pessoa será desrespeitada nos seus direitos. No entanto, tal visão inverte o raciocínio, ao desconsiderar os argumentos de que o diagnóstico – e, conseqüentemente, a rotulação –, bem como o tratamento – e, portanto, a medicação – da

368 Ao final da página da ABDA, tem as indicações de apoios e parcerias, com os nomes e logotipos de empresas e entidades colaboradoras. Disponível em: <https://tdah.org.br/>. Acesso em 05 out. 2018.

criança, adolescente ou adulto podem representar uma violação da integridade do sujeito e das suas formas de expressão. Assim, o modelo medicalizante nega a possibilidade de manifestação da subjetividade e das diferenças, visto que adota um padrão fixo e rígido de normalidade, classificando tudo o que destoia como patológico, ou seja, o que representa uma perda de direitos, não sua defesa.

De acordo com Meira (2009), a história “oficial” do TDAH tende a descartar as contradições presentes na “descoberta”, proposição de tratamento e mesmo as críticas feitas a essa concepção. Isso é também verificado na carta, que supõe a inquestionável existência do transtorno, comprovada “cientificamente”. Todavia, essa abordagem rejeita uma linha de produção acadêmica que critica o modelo medicalizante e questiona essa forma de tratamento da questão. Se a missão da ABDA é divulgar as informações científicas, a exclusão das críticas ao TDAH não contribui para o cumprimento dessa tarefa, apresentando uma visão parcial sobre o assunto, não oferecendo a oportunidade dos interessados entrarem em contato com os diferentes pontos de vista e se posicionarem a respeito do tema.

Podemos avaliar que a carta sintetiza a posição medicalizante assumida pela ABDA, restringindo a compreensão do TDAH ao reducionismo biológico e promovendo o uso de medicamentos como principal forma de tratamento, adotando a medicina norte-americana como principal referência da entidade e de seu modelo de cuidado à saúde. Em suma, notamos o uso de argumentos de autoridade médica e uma concepção que privilegia a dimensão orgânica, obscurecendo os aspectos socioeconômicos e político-culturais.

Essa tendência pode ser confirmada ao identificar os apoios e parcerias da ABDA, apresentados na página da internet da associação³⁶⁹. Classificamos essas instituições em três categorias: associações de familiares e pessoas diagnosticadas com transtornos psiquiátricos; associações médicas e de profissionais de saúde; iniciativa privada. Identificamos que a Cartilha “TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade: uma conversa com educadores”, material produzido para a formação de professores da educação básica sobre o tema, contou com o apoio da Novartis Biociências, fabricante da Ritalina.

Na pesquisa (REZENDE, 2015), pudemos analisar que as orientações da cartilha coincidem com os interesses da indústria farmacêutica, ao defender o padrão medicalizante como a principal solução possível para as crianças com sintomas de desatenção e hiperatividade. Observa-se, pois que

369 Utilizaremos aqui a categoria de hegemonia como a capacidade de convencimento e, portanto, da produção de consentimento ativo e/ou passivo em torno de algum tema, ligado a grupos de interesses capitalistas. No caso específico sob análise, trata-se de promover uma amplíssima aceitação social, médica e escolar sobre a medicalização em geral e, em especial, sobre diagnóstico e medicação para TDAH.

o lugar do discurso medicalizante e do diagnóstico do TDAH na constituição desse projeto classista de educação é essencial, para compreendermos o contexto em que esse fenômeno se dá (SOUZA, 2008). Somente a partir dos referenciais históricos, econômicos e sociais, poderemos de fato analisar o transtorno (CALIMAN, 2010) e encontrar a melhor forma de lidar com o problema, que tem forte relação com o fracasso escolar (PATTO, 1990).

Nesse sentido, a ABDA identifica os professores e educadores como importantes aliados na identificação e encaminhamento dos casos de TDAH. Por isso, a associação organiza, bianualmente, cursos de formação sobre o transtorno, voltados a esse público. E é com esse intuito que a ABDA publicou uma cartilha especialmente para educadores. Identificamos, também, que a associação tem assumido a referência em defesa do TDAH em projetos de leis que buscam que o Estado assuma a responsabilidade por diagnosticar e medicar casos de TDAH.

3. A disputa do Estado: projetos de leis que visam à institucionalização da educação medicalizada

É necessária a construção de uma hegemonia³⁷⁰ em torno do padrão medicalizante, a fim que se assumam esse modelo como lógico ou natural. Assim, é importante institucionalizá-la no cotidiano escolar. Podemos observar que a escola pública, que atende a maior parte da população brasileira, está em disputa. Observamos isso ao verificar a quantidade de projetos de leis municipais, estaduais e federais que visam a criação de programas de diagnóstico de transtornos nas escolas, formação de professores e distribuição da medicação prescrita.

Há uma tentativa de que se adote a pauta do TDAH na agenda política. Souza (2008) lista pelo menos oito projetos apresentados à Assembleia Legislativa de São Paulo com esse objetivo. Desde 2010, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 7.081/2010 (BRASIL, 2010), de autoria do senador Gerson Camata e relatoria do deputado Rubens Bueno. Esse PL, que é a junção de diversos projetos da mesma natureza, prevê o atendimento integral de educandos com dislexia e TDAH em escola, com a garantia de equipe interdisciplinar e outras formas de tratamento. Ressaltamos que esses projetos partem da admissão inequívoca da existência dos transtornos de aprendizagem, como o TDAH, mesmo ele sendo alvo de inúmeras controvérsias acadêmicas e clínicas.

No que se refere a construção hegemônica, um importante interlocutor da defesa do TDAH no Brasil é a ABDA, que se **apresenta enquanto organização da sociedade civil, para defender os interesses das pessoas diagnosticadas com o transtorno, divulgar informações sobre a doença, seus**

370 Especialista em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais pela EPSJV/FIOCRUZ, Coordenadora Pedagógica da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, Prado, BA. Endereço eletrônico: dieduc2006@yahoo.com.br.

sintomas, formas de tratamento, a fim de sensibilizar a sociedade para a necessidade de realização de diagnósticos e intervenção do TDAH. Além disso, atua na disputa para a construção de políticas públicas e aprovação de leis na área.

Apesar da realização indiscriminada dos diagnósticos, não há consenso em torno da existência desses transtornos, quanto mais com relação à forma indicada de tratamento. Guarrido (2008) atrela a consolidação do discurso biomédico com o aumento crescente da influência da indústria farmacêutica, inclusive no financiamento e divulgação de pesquisas, que orientam o cuidado à saúde com vistas aos rendimentos econômicos.

O reducionismo biológico presente nas práticas patologizantes desconsidera aspectos sociais, políticos, econômicos e históricos da vida. Assim, tende-se a centralizar no indivíduo as consequências de problemas sociais. O processo de individualização e culpabilização da vítima promove uma desresponsabilização do Estado e do sistema sociopolítico, baseada na consolidação da ideologia dominante e na disseminação de preconceitos (COLLARES; MOYSÉS, 1994).

Consideramos o avanço do capital sobre a escola pública brasileira, a fim de adestrar trabalhadores para que cumpram adequadamente suas funções na cadeia produtiva e, para os “desnecessários”, que permaneçam dóceis à margem do sistema (LEHER, 2014; 2015). A didática e metodologias de ensino tendem a privilegiar a disciplina e o silenciamento dos estudantes. Em casos mais graves de questionamento, o discurso medicalizante e o diagnóstico de TDAH podem vir a calhar. Dessa maneira, entendemos que a medicalização pode ser uma forma do capital disputar a hegemonia da educação, em especial, da pública. Ao justificar o fracasso escolar através de transtornos orgânicos e individuais, o discurso medicalizante é adotado por profissionais de educação e de saúde, capitalizando sentidos da educação brasileira.

Considerações finais

A medicalização da educação é um tema polêmico, que não apresenta consensos. Principalmente porque implica em um posicionamento político com relação à concepção de saúde, de educação e de um projeto de sociedade, ou seja, não há neutralidade no debate sobre o tema. A redução de processos sociais a aspectos orgânicos, que tem se tornado hegemônica na prática médica, deslegitima outras formas de compreender a questão.

A despeito das controvérsias, notamos um aumento significativo no número de diagnóstico do TDAH entre crianças brasileiras, acompanhado pelo acréscimo expressivo de consumo de metilfenidato

no país. O padrão medicalizante envolve interesses da indústria farmacêutica e diagnóstica, que são o pano de fundo dos projetos de leis que visam a institucionalização da medicalização. Há indícios de que a medicalização e a terapia medicamentosa têm sido usadas no sentido de disciplinamento da população e silenciamento das contradições sociais.

Tal discurso tem disputado o Estado através de projeto de leis que visam à institucionalização do diagnóstico e tratamento do TDAH e outros transtornos. Identificamos que o padrão medicalizante de tratamento do comportamento infantil é convergente com o projeto hegemônico de educação, limitando o acesso a uma formação integral às crianças e adolescentes da classe trabalhadora e possibilitando a obediência e o silenciamento dos mesmos. O padrão medicalizante, alçado à condição de discurso autorizado na educação, contribui para escamotear as contradições do processo educativo, culpabilizando as crianças pela não aprendizagem, a despeito do desmonte intencionalizado da educação pública brasileira.

Em síntese, avaliamos a medicalização da vida como uma das formas de consolidar a hegemonia burguesa sobre a educação pública. Nesse sentido, avaliamos que é necessário conhecer melhor as formas de manifestação do padrão medicalizante, para fortalecer estratégias de enfrentamento à medicalização e construir outras formas de cuidado à saúde e projetos educativos que reconheçam a diversidade e criatividade no processo de ensino.

Referências Bibliográficas

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento, et al.; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli, et. al. 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BELTRAME, Marina Maria; BOARINE, Maria Lúcia. Saúde Mental e Infância: reflexões sobre a demanda escolar de um CAPSi. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 33(2),p. 336-349, 2013.
- BRASIL. Senado Federal. Comissão de Educação e Cultura. Projeto de Lei 7.081/2010 (Projeto de Lei nº 3.040, de 2008; Projeto de Lei nº 4.933, de 2009; e Projeto de Lei nº 5.700, de 2009, apensados). Dispõe sobre o diagnóstico e tratamento da dislexia e do Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica. 2010. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=472404>. Acesso em: 26 fev. 2017.
- CALIMAN, Luciana Viera. Notas sobre a história oficial do Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade TDAH. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 45-61, 2010.
- COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **Transformação do espaço pedagógico em espaço clínico** (A Patologização da Educação). Série Idéias n. 23. São Paulo: FDE, 1994, 25-31.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR – GIQE (Org.). **Medicalização de crianças e adolescentes:** conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. DELVAN, Josiane da Silva; PORTES, João Rodrigo Mariel; CUNHA, Maiara Pereira; LEGAL, Eduardo José. Crianças que utilizam os serviços de saúde mental: caracterização da população em uma cidade do Sul do Brasil. **Rev Bras Cresc e Desenv Hum**, 2010; 20 (2): 228-237.

FARIAS, Antônio Carlos de; CORDEIRO, Maria Lúcia. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH): Diagnóstico, Etiologia, Tratamento, Prognóstico e Mitos.** S/d. Disponível em:

http://www.neuropediatria.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124:tdah-diagnostico-etilogia-tratamento-prognostico-e-mitos&catid=60:tdah&Itemid=147. Consultado em 13 ago. 2014.

FONTANA, Rosiane da Silva; VASCONCELOS, Márcio Moacyr de; WERNER JUNIOR, Jairo; GOES, Fernanda Veiga de; LIBERAL, Edson Ferreira. Prevalência de TDAH em quatro escolas públicas brasileiras. **Arq Neuropsiquiatr**, 2007; 65 (1): 134-137.

FREITAS, Luiz Carlos de. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 911-933, Especial - Out. 2005.

GOMES, Fernanda Márcia de Azevedo; CINTRA, Ana Maria de Oliveira; RICAS, Janete; DALLA VECCHIA, Marcelo. Saúde mental infantil na atenção primária à saúde: discursos de profissionais médicos. **Saúde Soc.**, v. 24, n. 1, p. 244-258, 2015.

GARRIDO, Juliana. Questionando a medicalização de crianças com dificuldade de escolarização – o estado da arte da produção acadêmica sobre o tema nas áreas de educação, medicina e psicologia. In: REUNIÃO ANUAL ANPED, 32, 2009, Caxambu. **Anais 32ª Reunião Anual da ANPED**, Caxambu, 2009. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/posteres/GT20-5518—Int.pdf>. Acesso em 25 abr. 2014.

GUARIDO, Renata. **“O que não tem remédio, remediado está”:** Medicalização da vida e algumas implicações da presença do saber médico na educação. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **A questão meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Cadernos do cárcere.** Caderno 13. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEHER, Roberto. Atualidade da política pública educacional e desafios da educação dos trabalhadores. In.: PALUDO, C. (Org.). **Campo e cidade:** caminhos comuns. Pelotas: UFPel, 2014.

_____. **Educação Popular e luta de classes:** um tema do século XXI. 2015 (no prelo).

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MATTOS, Paulo; SERRA-PINHEIRO, Maria Antônia; ROHDE, Luis Augusto; PINTO, Diana. Apresentação de uma versão em português para uso no Brasil do instrumento MTA SNAP-IV de avaliação de sintomas de transtorno do déficit de atenção/hiperatividade e sintomas de transtorno desafiador e de oposição. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, RS, v. 28, n. 3, p. 290-297, set./dez. 2006.

MEIRA, Marisa Eugênia Melilo. **A medicalização e a produção da exclusão na educação brasileira à luz da Psicologia Histórico-Cultural.** In: Encontro Nacional da ABRAPSO, XV, 2009, Maceió. Anais

de Trabalhos completos – XV Encontro Nacional da ABRAPSO, Maceió, 2009. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/3.%20a%20medicaliza%C7%C3o%20e%20a%20produ%C7%C3o%20da%20exclus%C3o%20na%20educa%C7%C3o%20brasileira%20%C0%20luz%20da%20psicologia%20hist%D3rico-cultural.pdf . Acesso em 15 mar. 2015.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2015.

PEIXOTO, Ana Lucia Balbino; RODRIGUES, Maria Margarida Pereira. Diagnóstico e tratamento de TDAH em crianças escolares, segundo profissionais da saúde mental. **Aletheia**, 2008, (jul. – dez.). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115012542008> ISSN 1413-0394. Acesso em 30 set. 2018.

REZENDE, Janaína Ribeiro de. **Hiperatividade ou desatenção?** Diagnósticos de uma educação que medicaliza os processos de aprendizagem. Monografia, Rio de Janeiro: FioCruz e Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio, 2015.

SOUZA, Marilene Proença Rebelo de. **Medicalização na educação infantil e no ensino fundamental e as políticas de formação docente** - Retornando à patologia para justificar a não aprendizagem escolar: a medicalização e o diagnóstico de transtornos de aprendizagem em tempos de neoliberalismo. 2008. Disponível em: http://31reuniao.anped.org.br/4sessao_especial/se%20-%2012%20-%20marilene%20proena%20rebello%20de%20souza%20-%20participante.pdf . Acesso em: 23 mai. 2015.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PEDAGOGIA DO AGRONEGÓCIO

Dionara Soares Ribeiro³⁷¹

Resumo: A Educação do Campo nasce como uma reivindicação de organizações sociais do campo em especial da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em meados da década de 1990. Essa política em sua base originária traz consigo arraigada a luta social de trabalhadores que afirmam o campo enquanto um lugar de resistências e lutas diante da ofensiva do capitalismo na agricultura – o agronegócio. A construção da política social não está imune às contradições emergentes na sociedade, ela se dá no terreno da luta de classes, partindo dessa compreensão a investigação realizada analisou a implementação da política de Educação do Campo no município baiano de Itamaraju, a partir da luta de classes e as disputas entre o MST e Patronato Rural. Analisamos desta maneira a organização que o Estado estabelece entre as classes antagônicas e principais do modo de produção capitalista: trabalhadores e a burguesia. No percurso histórico da construção da política a investigação analisa a inscrição do patronato rural na disputa pela Educação do Campo no município através do Senar que atua enquanto um aparelho privado de hegemonia nas Escolas do Campo, incluindo as escolas dentro dos assentamentos conquistados pelo MST na luta pela terra, a partir de um programa de Educação Ambiental denominado “Despertar”. É por meio desse programa que o Senar constrói seu discurso sobre meio ambiente, e atua com escolas públicas, para as quais desenvolve formação continuada de professores, preparando-os como disseminadores da sua concepção de Campo e de Meio Ambiente. Ao inserir-se na educação pública através de projetos educacionais o Senar cumpre o papel de disseminar a ideologia do agronegócio nestes espaços, e pretende produzir um consenso sobre a hegemonia dominante para a agricultura.

Palavras-chaves: Estado, Política Social, Educação do Campo, Aparelho Privado de Hegemonia.

A construção da política da Educação do Campo

Esse artigo é resultante do Trabalho de Conclusão do Curso da Especialização Trabalho, Educação e Movimentos Sociais (TEMS), efetivado numa parceria entre Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ FIOCRUZ e Escola Nacional Florestan Fernandes, concluído em 2015.

A construção da política de Educação do Campo nasceu das lutas de organizações sociais do campo em meados da década de 1990, protagonizada por trabalhadores em luta pela Reforma Agrária. Esta reivindicação se explica pela urgência da melhoria da educação no meio rural, haja visto que, historicamente, essas populações estiveram à margem de tal direito.

371 Entidade privada gestada por produtores rurais integrantes da Confederação Nacional da Agricultura (SENAR- 2009b) – aprovado nos moldes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Através de pressões sociais, desencadeou-se um movimento de luta que foi capaz de aglutinar forças e impor às classes dominantes o atendimento de algumas das reivindicações da classe trabalhadora. Assim, a emergência da luta por uma Educação do Campo se dá no terreno da luta de classes. A conquista deste direito por parte da classe trabalhadora no campo toma corpo em meio a um cenário de negação do campo como um lugar de vida para os trabalhadores devido a ofensiva do capitalismo na consolidação do agronegócio enquanto o modelo hegemônico na agricultura.

Neste contexto o debate da construção da política de educação do campo passa sobretudo pela compreensão do atual momento da luta de classes e como essas reivindicações se configuram na aparelhagem do Estado.

O Estado compreendido nesse trabalho pelas lentes marxistas, como um centro estratégico da dominação de classe, em benefício da burguesia, ainda que também parcialmente disputável pelas classes dominadas. Como esclarece Edmundo Dias (1996, p. 38), a partir de Gramsci:

As classes trabalhadoras são organizadas por uma lógica e por aparelhos (partidos, escolas, etc.) que se podem expressar seus interesses imediatos, não podem, contudo, fazê-lo com seus projetos. E não podem porque esses aparelhos e essa lógica foram construídos para realizar outra racionalidade. Assim, as classes trabalhadoras aparecem objetivamente desorganizadas em relação a si mesmas, porque organizadas em relação à racionalidade capitalista. O caráter democrático ou não de uma dada sociedade é clarificado pela eticidade de um Estado.

A partir desta compreensão verificamos que a implementação da política, mesmo que através de uma reivindicação da classe trabalhadora, não é isenta da lógica de classe dominante sob o capitalismo. Isto é importante ressaltar para que não se alimente pretensões quanto a uma possível apropriação do Estado pela classe trabalhadora, como nos alerta Nicos Poulantzas (2000, p. 92):

(...) Não se pode considerar que as classes dominadas podem apropriar-se do Estado (...). O que se vê é que as classes dominadas se exprimem no interior do aparelho de Estado como centros de resistência face ao poder da burguesia ou então como movimentos que dividem o pessoal ou os aparelhos de Estado. Portanto as classes-apoio e, mais geralmente, as classes dominadas existem no aparelho de Estado, as suas lutas atravessam o aparelho de Estado mas, devido precisamente à materialidade institucional do aparelho de Estado e à unidade do poder de Estado, elas não existem da mesma maneira que as frações do bloco no poder: geralmente, não constituem células de poder próprias e autônomas, verdadeiros poderes de decisão, mas centros de limitação, de resistência em relação ao exercício do poder das classes dominantes.

O Movimento de luta pela Educação do Campo nasce, portanto, originariamente como um processo protagonizado pelos trabalhadores organizados em movimentos sociais em luta pela Reforma Agrária e pelo acesso à escola, em particular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sua gênese é demarcada por uma luta que vai além da educação, defende um projeto de campo contrário à lógica do capital, contrapondo-se ao agronegócio.

Neste percurso de mais de 15 anos, a aparelhagem do Estado respondeu às reivindicações com a criação de espaços institucionais da Educação do Campo, tanto no plano federal, como nas secretarias estaduais e municipais de educação. No momento inicial dessa constituição, com a realização de fóruns de debates, que contou intensamente com a participação dos movimentos sociais do campo. Criaram-se uma infinidade de atividades e proposições com a finalidade de respaldar e configurar uma proposta para a Educação do Campo enquanto um direito dos camponeses e um dever do Estado.

Essa nova configuração gerou avanços e, ao mesmo tempo, desafios do ponto de vista da luta pela política por parte dos trabalhadores, uma vez que a institucionalização de um espaço específico para tratar da Educação do Campo no Estado, ao mesmo tempo que representava uma importante conquista, gradativamente tentava tornar invisível a luta de classes que residia na sua base, bem como deslegitimar a atuação dos trabalhadores do campo como sujeitos protagonistas dessa bandeira.

Para compreendermos essa relação no que tange às conquistas da classe trabalhadora em espaços instituídos pela aparelhagem do Estado nos reportamos a Poulantzas (1980, p. 169), que afirma a necessidade de a classe dominante manter a dominação através do consenso dos dominados:

A relação das massas com o poder e o estado, no que se chama especialmente consenso possui sempre um substrato material. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para hegemonia de classe age no campo do equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares mesmo quando essas medidas refletem concessões impostas pelas lutas das classes dominadas.

Neste sentido nossa análise consiste em compreender a relação estabelecida entre Movimentos Sociais em luta pela política pública e a incorporação e reconfiguração do Estado as reivindicações dos trabalhadores, o que faremos a partir da Educação do Campo no município baiano de Itamaraju.

Educação do Campo no Município de Itamaraju (BA)

O contexto de implementação inicial do Departamento de Educação do Campo no município de Itamaraju, localizado no sul da Bahia, se dera, sobretudo na primeira gestão municipal administrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em fins dos anos 1990. Nesta ocasião, o debate se apoiou no documento base da 1ª Conferência por uma Educação Básica do Campo, ocorrida em 1997 em Luziânia-GO, resultante do Seminário Nacional por uma Educação Básica, empenhado, sobretudo a partir da forte participação dos movimentos sociais do campo, num esforço de construir uma proposta pautada na luta dos trabalhadores que ali viviam.

Verificamos nesse momento um esforço de instituir uma política capaz de ofertar e ao mesmo tempo questionar a educação rural até então vigente. A influência e direcionamento por parte do MST foi imprescindível para a instauração de um debate político em torno de uma proposta político-pedagógica alinhada com as reivindicações originárias da Educação do Campo.

A partir do ano 2000, quando o PT assume pela segunda vez a gestão municipal, este desenho organizacional começa a se modificar através da proposição da construção de um espaço específico para cuidar da educação do campo. As discussões, partiram do MST, os educadores do próprio Movimento contribuíram neste processo de construção de uma proposta de educação para o município.

Porém, em 2010, quando o PT retorna à gestão municipal, sua marca central é a conciliação de classe, o que resulta, entre outras coisas, da/não participação do MST na gestão, uma vez que entravam em cena, não mais como adversários, mas como “parceiros”, setores da sociedade que representavam a burguesia agrária.

No que tange à Educação do Campo, contraditoriamente, observamos que em desacordo às primeiras gestões, a Secretaria Municipal de Educação do referido município priorizou a construção do Departamento de Educação do Campo, em um momento em que o MST não era mais o interlocutor prioritário dessa política.

Com a não participação de movimentos sociais, tal como o MST, mesmo com o departamento de Educação do Campo instituído, se rompe a tentativa de construção das diretrizes com a participação das escolas para orientar a proposta pedagógica para Escolas do Campo, e se efetiva a organização do departamento e suas funções dentro da secretaria de educação sem levar em conta os debates dos anos anteriores.

Assim os movimentos sociais que até o momento estavam participando das assembleias, contribuindo através dos seus educadores para o desenho da política, não mais participaram do processo. Ocorreu em nossa análise uma desmobilização da classe trabalhadora na implementação da política da Educação do Campo no que se refere à criação de um espaço próprio desta na secretaria municipal, o que representou uma ação vitoriosa dos interesses do patronato rural, desarticulando a classe trabalhadora que aglutinava forças até então, passando a conduzir o debate e a política sobre a educação do campo.

Neste sentido, ao observarmos o processo de desmobilização da classe trabalhadora em relação à pressão no Estado, nos reportamos, mais uma vez, à análise de Poulantzas (1980, p. 213), que enfatiza que as funções sociais do Estado dependem “da intensidade da mobilização popular: Ora como efeito das lutas, ora como tentativa de desativamento antecipado dessas lutas por parte do Estado”.

O que nos remete a intuir a estratégia antecipada do Estado na criação de um espaço para a educação do campo na secretaria Municipal de Educação no intuito de conter o processo mobilizador pela construção da política pública protagonizada pelos trabalhadores. Sob tal contexto de recuo da luta dos trabalhadores, no ano de 2012 a Secretaria Municipal de Educação instituiu o Departamento de Educação do Campo do município de Itamaraju.

Verificamos que o movimento de luta entre as classes na configuração de um espaço de educação do campo, resultou no afastamento dos trabalhadores do espaço da construção da política social. De forma que até hoje o departamento em questão não construiu as diretrizes operacionais de funcionamento da educação do campo municipal, e vem configurando um cenário de inserção do patronato rural na condução de práticas pedagógicas nas escolas do campo, de maneira mais efetiva a partir de 2013.

Em suas reflexões sobre as lutas populares, Poulantzas (1980) afirma que essas lutas não se dão em relação exterior ao Estado, pelo contrário elas fazem parte da materialidade institucional deste, mesmo que sua natureza não se esgote aí. Porém a aparelhagem do Estado que organiza o bloco no poder firma compromissos também com as classes dominadas, de cunho provisório a depender da correlação de forças. No entanto, nesse processo de trazer para si essas lutas populares o Estado *curto-circuita* essas organizações.

Desta forma a configuração pedagógica que passou a reger a Educação do Campo do município, através de projetos organizados via patronato rural, está intimamente vinculado ao bloco no poder representado pela burguesia agrária.

Neste sentido, analisamos a implementação do programa “Despertar” como o principal programa do Departamento de Educação do campo do município, explicitando sua metodologia e construção pedagógica acerca do ideário de campo a ser construído nas escolas, a partir da ótica de classe do agronegócio uma vez que este através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)³⁷², vem disputando a Educação do Campo com os Movimentos Sociais, a exemplo o MST.

O Programa Despertar nas escolas públicas do campo

372Tal estudo enfatiza que nos últimos dez anos o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, enquanto o mercado brasileiro cresceu 190%. No ano de 2008 o Brasil assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos. Estima-se que cada brasileiro consome 5,2 litros de veneno ao ano. A maioria dos agrotóxicos consumidos no Brasil são considerados prejudiciais para o meio ambiente.

Neste percurso buscaremos estudar o Senar como um *aparelho privado de hegemonia*, apresentando os mecanismos pelos quais o patronato rural insere-se na rede pública através de um programa de Educação Ambiental denominado “Despertar”.

Para iniciar nossa análise, partimos da reflexão de Mendonça (2007), referenciada em Gramsci, a qual enfatiza a necessidade de ao estudarmos o Estado levarmos em conta quais sujeitos integrantes da sociedade civil se apresentam no cenário da disputa pela hegemonia dentro do aparelho do Estado:

Estudar o Estado é investir na pesquisa sobre quais sujeitos coletivos, organizados na Sociedade Civil contam com representantes – intelectuais – junto a que organismos estatais. Estudar o Estado é verificar a que interesses – quase sempre conflitantes – suas várias agências privilegiam, ao definir e perpetrar suas mais distintas políticas. É também investigar que outros aparelhos, privados de hegemonia, contam com porta-vozes – ainda que em posição não hegemônica – junto a cada um dos “aparelhos” estatais. Estudar o Estado, enfim, é estudar o conflito e não a homogeneidade. (Mendonça, 2007, p. 7).

O Senar foi criado no ano de 1992, com o objetivo de realizar formação profissional de trabalhadores que vivem no campo, desenvolve prioritariamente cursos profissionalizantes, dando resposta às necessidades da formação do trabalhador de forma a atender às demandas do agronegócio.

Nos diversos municípios em que atua, o Senar organiza-se a partir dos sindicatos rurais, espaço de organização dos latifundiários locais. É a partir deste grupo que se destinam as verbas do serviço para promoção de cursos nas comunidades. As ações do Senar não somente se destinam ao público adulto inserido ou apto ao mercado de trabalho, como também atuam no campo da educação escolar por meio de projetos de Educação Ambiental destinados especificamente às Escolas do Campo. Eis, claramente, o papel da disputa pelas consciências, em todos os âmbitos.

Por meio da Educação Ambiental, o Senar constrói seu discurso em defesa do Meio Ambiente, atuando com as escolas públicas, em especial as escolas do campo. Desenvolve esse projeto através da inclusão de professores em suas formações continuadas, preparando-os como disseminadores da sua concepção de Campo e de Meio Ambiente.

Ao inserir-se no campo da educação pública através de projetos educacionais, o Senar cumpre o papel de disseminar a ideologia do agronegócio nestes espaços, produzindo um consenso sobre o mesmo. Desta maneira opera como um aparelho privado de hegemonia entrincheirado na ossatura do Estado: “O Estado tem e pede o consenso, mas também *educa* este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados”. (GRAMSCI, 2007, p. 119).

O discurso em defesa da natureza e de uma sociedade sustentável insere-se como a principal chamada do programa. No entanto, dados nos apontam a incidência desenfreada do modelo de agricultura

do agronegócio justamente na ação de destruição do meio ambiente e riscos à população. Uma das grandes causas é o uso excessivo de agrotóxico, como afirmam os autores abaixo:

São numerosos os casos de contaminação ambiental resultantes da irresponsabilidade de empresas fabricantes e formuladoras de agrotóxicos, bem como do agronegócio que é grande usuário de venenos. Não raramente populações inteiras são expostas aos riscos da contaminação. Na maioria das vezes as pessoas que adoecem por conta da exposição aos venenos não conseguem comprovar a causa das doenças desenvolvidas e os responsáveis pela contaminação escapam de arcar com os custos de tratamentos de saúde ou de medidas para mitigar os efeitos da contaminação ambiental.(CARNEIRO, et al, s/ data, p. 23).

O Brasil ocupa o primeiro lugar em consumo de agrotóxicos no mundo, como nos explica Carneiro (2015), em estudos³⁷³ referentes os impactos dos agrotóxicos na saúde organizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). A realização de ações do agronegócio no campo da Educação Ambiental vem de encontro à necessidade de construir uma imagem deste enquanto defensor do meio ambiente, maquiando sua real ação no meio, e ainda atribuindo ao seu público alvo a missão de conscientização acerca do problema que está causando.

Desta maneira verificaremos a seguir a estruturação do programa de educação ambiental “Despertar” desenvolvido pelo SENAR no Estado da Bahia. O Programa Despertar, é um programa de Educação Ambiental que tem como finalidade ser aplicado na educação do campo, a partir do estabelecimento de parcerias com prefeituras municipais e sindicatos rurais dos municípios. Após acordo de cooperação entre ambos o programa desenvolve-se através de coordenação do Senar, com a contribuição de profissionais dos municípios destacados para o trabalho.

Analisando a concepção pedagógica da proposta, constatamos uma contradição com a compreensão em torno da Educação do campo defendida pelo Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC³⁷⁴), composto por movimentos sociais, universidades e entre outros, expressas em uma nota técnica contrária a implementação da Escola Ativa em escolas multisseriadas do campo:

Fundamentação Teórica: Liberalismo, Escola Nova (John Dewey), Construtivismo (Piaget) expressas nas formulações da UNESCO com as teses pós-modernas, dos quatro pilares da Educação, entre os quais o “aprender a aprender”. Estas teses vêm influenciando a educação no Brasil desde a década de 20 e têm merecido severas críticas (...). Atualmente, também baseadas nas “teorias do aprender a aprender” e no neoconstrutivismo (Piaget). Fundamenta-se na metodologia em si e no ambiente pedagógico favorável à aprendizagem, centrado no aluno e na não-diretividade pedagógica. O professor é um facilitador da aprendizagem. O conteúdo é flexível e deve ser priorizado o estudo da realidade em que os alunos estão inseridos. Uma das

373 Integram o FONEC- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura, RESAB - Rede Semi-Árido, Observatório da Educação do Campo da UNB, Fórum Catarinense de Educação do Campo da UFSC, Fórum Paraense de Educação do Campo da UFPA.

374 Fonte: Termo de Cooperação Técnica nº022/2015 entre Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR-AR/BA, Prefeitura Municipal de Itamaraju e Sindicato dos Produtores Rurais, firmado em 05 de Fevereiro de 2015 e Salvador BA.

consequências de tal metodologia é o esvaziamento do conteúdo clássico na escola e a não-elevação do pensamento científico dos alunos.(FONEC, 2011).

A adoção da pedagogia da escola ativa é contrária à concepção de educação pensada desde as organizações sociais que reivindicam a educação do campo. Salienta-se que essa vertente pedagógica coloca o programa Despertar como um eixo transversal na prática pedagógica das escolas, assumindo um papel importante na formação docente e discente, chegando a atingir as comunidades circunvizinhas. Para tal:

O programa Despertar emprega vários procedimentos para realizar a Educação Ambiental nas Escolas. Promovendo integração entre professores, alunos, pais e comunidade rural; auxiliando na formação profissional e do produtor rural do futuro; contribuindo para não evasão dos alunos da escola do meio rural; oportunizando o trabalho interdisciplinar com os temas transversais, explorando as situações locais, habilitando professores para desenvolver ações estratégicas sobre temas transversais, com atividades pedagógicas significativas a partir de projetos interdisciplinares.(BORGES, 2014, p. 55).

Como verificamos, este programa tem a pretensão de atingir várias esferas da escola, ultrapassando-a inclusive, visando chegar a atuar junto às comunidades. Como pudemos verificar tem um modo específico de operar o programa com vistas a atingir seus objetivos

Inicialmente o Programa realiza um acordo de cooperação com o município objetivando realizar o trabalho nas escolas e acordar as funções de cada instituição no processo. Geralmente o acordo é realizado com coparticipação do sindicato rural do município. Ao estudar o termo de cooperação 2015³⁷⁵ entre Senar, Prefeitura Municipal de Itamaraju e Sindicato Rural, visualizamos as funções do Senar na condução pedagógica, tendo esse possui total autonomia na realização do processo.

Ao analisar as atribuições das três instituições referidas verificamos como se desenham os compromissos da Prefeitura Municipal para com o Senar, cabendo a esta o papel de disponibilizar as Escolas do Campo, seus docentes e alunos ao programa e arcar com toda a infraestrutura necessária para a efetivação do mesmo, e ainda destacar também um dos seus profissionais da educação para garantir a operacionalidade do programa. No entanto, percebemos que não há uma incidência significativa do Município na elaboração do conteúdo da “Educação Ambiental”, eixo do programa.

No que se refere ao Sindicato Rural, observou-se que a sua participação se dá na articulação das comunidades rurais, com a missão de partícipe de todas as ações do programa, efetivando também parcerias com as secretarias municipais e atuando conjuntamente com as comunidades rurais.

375 Compilado de materiais organizados que representam a totalidade de ações desenvolvidas em práticas educativas e estágios.

Em síntese, compreendemos que cabe ao Senar (órgão patronal) promover todo o processo de formação pedagógica dos educadores através de um processo de formação continuada, além de orientar as escolas na elaboração dos projetos de forma que estes o assumam como eixo transversal dos currículos. Fica ainda a cargo do Senar, formar os coordenadores municipais, os professores destacados para operacionalizar o funcionamento do programa e realizar a certificação dos professores participantes.

Desta maneira nos cabe analisar como se materializam na prática as ações do Estado no que tange à garantia dos interesses privados.

O Programa Despertar no Município de Itamaraju

O programa Despertar chegou ao município de Itamaraju no início do ano de 2013 mediante a expansão do programa de educação ambiental na região extremo sul da Bahia. Nesse percurso inicial mobilizaram-se os coordenadores das Escolas-pólos e de um assentamento do MST para apresentar o programa e solicitar a adesão destas ao mesmo. A opção pelas escolas-pólos se deu devido à existência, nestas unidades de um número maior de alunos, conferindo maior abrangência ao programa.

O ponto principal do programa diz respeito à formação de professores. Assim, o primeiro passo para a execução centra-se na realização da formação de professores no início do ano letivo, onde se realiza uma apresentação visando preparar os docentes para o trabalho nas escolas.

Neste encontro são apresentadas aos educadores as diretrizes do programa, bem como os materiais que subsidiarão a atividade docente, contendo tanto a fundamentação teórica da educação ambiental a partir de textos-bases de acordo com os temas, como a indicação metodológica de aplicação do programa junto aos educandos e comunidades.

A partir deste processo de aceitação do programa pelo Departamento de Educação do Campo, ano a ano cresce a participação das escolas no mesmo. Em 2015 eram 11 escolas envolvidas, 173 professores e mais de 1.300 alunos. As Escolas são oriundas de povoados que aglutinam alunos de diversas fazendas, incluindo uma Escola de assentamento do MST.

O principal motivo das escolas aderirem ao programa se deve a necessidade do tema Meio Ambiente nas escolas, inclusive os educadores sugeriram do programa se tornar disciplina nas escolas e há uma proposta da formação se tornar em uma pós-graduação para os professores.

As escolas são livres para organizarem seu próprio projeto desde que não se fuja do foco principal, ou seja, uma autonomia limitada, já que são regidas por uma temática geral e monitorado pelo departamento e pelo Senar, prática essa que explicita o caráter de classe do Estado.

Como estratégia metodológica de um maior envolvimento dos professores e alunos, o departamento promove concursos em três categorias: Desenho e Redação destinados aos alunos, Projeto de educação ambiental destinado a professores e escolas.

O programa Despertar na Escola Municipal Oziel Alves Pereira

O programa Despertar inseriu-se na Escola do Campo Oziel Alves Pereira no ano de 2013, por intermédio do Departamento de Educação do Campo. Inicialmente questionou-se, por parte da coordenação pedagógica da escola, a presença do Senar em um ambiente do MST. No entanto segundo os educadores da escola, ao conhecerem melhor a proposta, estes visualizaram o projeto como uma boa possibilidade de desenvolver a educação ambiental, o que demonstra a eficiência da formação ideológica do Senar mesmo com professores integrantes do MST. Assim, desde o ano de 2013 a totalidade do corpo docente da Escola, que representam 34 professores, cadastrou-se no programa e participou desse processo de formação continuada.

Tal envolvimento da Escola resultou no ano de 2014 na premiação de melhor portfólio³⁷⁶ do município, pelo reconhecimento dos projetos desenvolvidos. Para a coordenadora pedagógica, esse fator motivou bastante os educadores, que também revelam a opinião sobre a pertinência do programa na Escola.

A culminância da participação do Senar promove uma construção simbólica com professores, alunos e pais, fato evidenciado tanto na passeata, na recuperação de nascentes e na pintura do muro da escola com o símbolo do programa. A marca deste também se concretiza em concursos de redação, desenho e melhor projeto, todas essas categorias premiadas pela Secretaria de Educação e emuladas por toda a comunidade escolar.

No ano corrente, o núcleo de Educação do Campo, a partir da orientação do Senar, está exigindo que as escolas elaborem um projeto único e realizem parcerias com as secretarias de meio ambiente e agricultura do município, e ainda com o Sindicato Rural. Fato que demonstra a ofensiva do agronegócio no que tange à construção de sua hegemonia nas escolas do campo.

³⁷⁶ Doutora em História Social. Professora do Curso de História da UESPI - Campus Clóvis Moura. E-mail: rosangelaassuncao30@hotmail.com.

A Escola desde o ano de 2016 não mais integrou o Programa Despertar, dado as denúncias que o MST realizou a Secretaria de Educação do Município. A secretaria por sua vez exigiu da Escola um termo legal que apresentasse justificativa pela não mais participação do corpo docente as ações do programa e assim foi feito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho se propôs a realizar um estudo referente à implementação da Educação do Campo no Município de Itamaraju, a partir de uma leitura da luta de classes neste município. No percurso desta investigação visualizamos um cenário de conquista da política social e ao mesmo tempo uma disputa realizada pelo patronato rural. Por isso nosso embasamento teórico nos ajudou a refletir sobre o papel do Estado enquanto um organizador da classe dominante.

Neste sentido, a criação do Departamento de Educação do Campo, originariamente aos olhos das forças sociais que o reivindicavam, cumpriria um papel importante na implementação de uma política de educação de qualidade. No entanto, como verificamos, a classe dominante do município representada pela oligarquia latifundiária é atua no departamento de educação para disputar a concepção política pedagógica da educação do campo.

Essa disputa, se materializou no chão das escolas, via programa de educação ambiental, instrumento esse utilizado para construir um consenso da pertinência do agronegócio para a sociedade, em especial para as classes que potencialmente poderiam se levantar contra tal modelo de agricultura, ou seja, os trabalhadores do campo.

Neste contexto, a formação dos professores é um ponto chave para o êxito do programa, pois são esses que disseminam a ideologia do agronegócio. Verificamos em nosso estudo que construção discursiva sobre o meio ambiente e sua devastação é expressa com um conteúdo de classe que culpa a classe trabalhadora rural pela atual situação de desequilíbrio ambiental, por isso isenta a ofensiva do agronegócio e seus impactos produzidos por seus extensos monocultivos e uso desenfreado de agrotóxicos.

Ao analisarmos a inserção do Programa na Escola do Campo Oziel Alves Pereira ficou nítido o papel deste programa para com os professores, onde constatamos uma tentativa de construção de um consenso sobre sua pertinência, enquanto organizador de outras práticas pedagógicas da Escola e nas próprias comunidades rurais.

Neste sentido, ao pensar-se na construção histórica da educação do campo deste município, apontamos para a necessidade das organizações sociais populares atentarem para os mecanismos pelos quais a classe dominante atua na construção do consenso e da dominação política dos trabalhadores, disputando a concepção de campo e de educação.

Tais desafios traduzem a síntese do papel das organizações de trabalhadores do campo que estão na luta por uma educação do campo que acumule força para a luta dos trabalhadores, tendo em vista a organização da classe dominante e sua disputa pela educação do campo a serviço da reprodução do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, J. A. *Os Significados Pedagógicos da Educação Ambiental no contexto do Programa Despertar Itapetinga*. Vitória da Conquista, UESB, 2014.

CARNEIRO, F. (Org.). *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DIAS, E. F. et al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

FONEC. Nota Técnica Sobre o Programa Escola Ativa- Uma análise Crítica. acesso em: <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/legislacao1> Consulta em: 27 de Março de 2015.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

MENDONÇA, S. *Estado e Políticas Públicas- considerações político-conceituais*. –Disponível em <<http://www.outrostempos.uema.br>>. Acesso em: 12/fev/2015.

NEVES, L.; PRONKO, M. A atualidade do pensamento de Nicos Poulantzas no entendimento das Políticas Sociais no século XXI. *Germinal: Marxismo e Educação*. Londrina, v. 1.n.2, p.97-111, jan.2010.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

MESA 11: ESTADO, PODER E HISTÓRIA: ALGUNS EXEMPLOS DE TEMAS E PESQUISAS

Coordenador: Cezar Honorato (UFF)

Apresentar algumas das possibilidades de reflexão acerca do Estado e do Poder na pesquisa histórica que vem sendo desenvolvida no Polis - Laboratório de História Econômica e Social do Instituto de História e no PPGH/UFF. Neste sentido, as comunicações apresentam temas variados onde é possível utilizar uma reflexão teórica divergente de parte da historiografia dominante, nos quais podemos perceber as possibilidades de utilização de uma reflexão crítica, tanto em termos cronológicos (século XIX) e tempo presente, quanto em termos de fontes. Neste sentido, as reflexões de Mauricio Bertola, Thiago Mantuano, Pedro Silva e Rosângela Assunção, são um retrato de alguns dos trabalhos que vem sendo desenvolvidos no POLIS e no PPGH/UFF sob a minha orientação, onde a contribuição teórica de Antonio Gramsci, Sonia Regina de Mendonça principalmente, tem balizado as pesquisas.

O MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE NA RELAÇÃO COM O ESTADO NO PIAUÍ

Rosângela Assunção³⁷⁷

Resumo: A proposta de trabalho é resultado da pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense-UFF, na qual estudamos o sindicalismo docente superior do Piauí na sua relação com o Estado através da estratégia de greve. A proposta trata do movimento sindical docente da Universidade Estadual do Piauí-UESPI nos anos 2000 e da reconfiguração do movimento na relação com o Estado na gestão do Partido dos Trabalhadores. Nosso objetivo é analisar como se deu a relação do sindicato docente com o Estado em períodos de conflitos, marcados pelo enfrentamento através de movimento paredista. Para construir a análise das fontes, utilizamos como aportes teórico a teoria marxista, principalmente as categorias desenvolvidas pelo marxista sardo Antonio Gramsci, especialmente os conceitos de Estado Ampliado, sindicato, partido político e intelectuais, por entender que a produção teórica desse autor amplia os horizontes em torno da atuação dos sujeitos no processo histórico. Além de Gramsci, também utilizamos autores que se dedicaram ao tema do sindicalismo brasileiro. As fontes analisadas foram jornais locais de circulação estadual, Atas das Assembleias da ADCESP durante o período das greves e depoimentos de sindicalistas da Associação dos Docentes da UESPI/ADCESP-SSIND/ANDES-SN. Pela análise das fontes, depreende-se que a relação com o Estado foi dificultada pela ação do Partido dos Trabalhadores através do governador Wellington Dias que utilizou como estratégia não receber os sindicalistas para negociação. Mantendo uma relação mediada através da reitoria da Instituição ou quando provocado pela pressão do sindicato ou dos órgãos públicos, como Ministério Público e Assembleia Legislativa do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicato; Estado; Greve.

Para fundamentarmos a análise da relação do sindicato com o Estado, faremos uma discussão que explica as mudanças de postura do Partido dos Trabalhadores a frente do executivo nacional e estadual. Partimos do pressuposto de que o PT passou por um processo de transformação/adaptação para se tornar governante, assim apresentamos os argumentos dos autores que defendem esse transformismo no PT.

377 José Wellington Barroso de Araújo Dias – Bancário, funcionário da Caixa Econômica Federal. Iniciou suas atividades sindicais já fazendo carreira política dentro do sindicato. Foi presidente da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal (APCEF) entre 1986 e 1989, depois presidiu o Sindicato dos Bancários no período de 1989 a 1992. Filiado ao PT desde 1985 e pertencente à corrente interna Articulação, foi construindo seu nome no partido a partir da sua história na luta sindical. Em 1992, foi eleito vereador de Teresina, em 1994, deputado estadual e presidente do Diretório Regional do PT de 1995 a 1997, em 1998, eleito como o primeiro deputado federal do PT do Piauí. Em 2002, conquistou o governo do estado do Piauí, sendo reeleito em 2006 no primeiro turno. Em 2010, depois de uma campanha frustrada para lançar um sucessor petista e ao mesmo tempo realizar um sonho pessoal, frustrou as esperanças de alguns militantes quando decidiu renunciar ao cargo para candidatar-se ao Senado federal para o qual foi eleito. Atualmente, exerce o cargo de senador e é candidato a prefeito de Teresina - Capital do Piauí com uma candidatura “pura”, segundo definição dos petistas, por ser uma candidatura sem coligações.

Nesse texto fizemos uma análise bibliográfica de alguns autores que destacaram as transformações que o PT passou ao longo de sua história da fundação a partido governista. Priorizamos os trabalhos de Mattos (2009), Arcary (2012), Coelho (2012), Garcia (2011), Vasconcelos (2010). Cada um abordando uma questão e conjuntura específica fez uma leitura crítica sobre as posturas adotadas pelo PT nos ajudando a visualizar as mudanças pelas quais o partido passou ao longo de sua história política. Entretanto, utilizamos outros autores que secundariamente tocaram na questão. A nossa intenção é apresentar ao leitor as principais mudanças que se deram no PT definindo seu novo projeto político.

O PT desde o seu surgimento foi formado pelo duplo militante, aquele que participava tanto do partido como do sindicato ou do movimento social. Essa característica do partido acabou influenciando outros, muitos partidos de esquerda investiam nos movimentos sociais, buscando exercer alguma influência política sobre eles. Essa característica também pode ser observada no Piauí, uma vez que a maioria da militância do PT também participava dos movimentos sociais e sindicais. Para entendermos essa aproximação e distanciamento e as transformações pelas quais o partido passou apresentamos a visão de alguns autores que o estudaram.

Para Mattos (2009), o ponto de partida é o seu parentesco direto com a CUT, que também no seu nascedouro foi marcada pelo domínio dos sindicalistas “autênticos” e pelo controle da tendência “articulação”, controle esse relativamente consensual até início da década de 1990. De acordo com o autor, o ano de 1989, com a derrota de Lula na eleição presidencial, teria marcado a mudança de postura do PT. A partir daquela derrota, o PT tornou-se mais programático e a priorização da conquista de espaços institucionais, pela via eleitoral, marcou o abandono de preocupação com a mobilização social aproximou-o dos dogmas neoliberais e da implementação de propostas claramente socialdemocratas nos anos 1990. Então, para Mattos a derrota de 1989 teria marcado o início da mudança de postura, Fontes (2005), acredita também, que quando ganhar eleição tornou-se a prioridade do PT, este abandonou a classe trabalhadora e conseqüentemente a militância nos movimentos sociais. Essa mudança de postura vai aparecer nos outros autores apresentando um PT preocupado mais com a questão política do que com a social.

Mattos (2009) destaca que o governo federal conquistado em 2002 não foi o primeiro espaço adquirido pelo partido na sociedade política. Toda a década de 1990 foi marcada pela ocupação de espaços institucionais no legislativo federal, estadual e municipal e para os executivos estaduais e municipais. Esses cargos passaram a serem utilizados como poder político interno no partido pelas diversas tendências que passaram a ditar “[...] uma linha de intervenção cada vez mais voltada para a

institucionalidade e distante dos movimentos sociais que tinham impulsionado o partido nos seus primeiros dez anos de existência [...]”. (MATTOS, 2009).

O que os trabalhos apontam é para um PT pragmático, que ao ver a possibilidade de crescimento via eleitoral passou a investir mais nessa questão, não podemos esquecer a organização interna do partido marcada pela disputa de várias tendências e por um domínio da “articulação”, que se apresentava como forte pela quantidade de cargos eletivos conquistados, nesse caso interferia em congressos e principais decisões do partido. Coelho (2012) apresenta uma análise das mudanças ideológicas dessa tendência que é bastante esclarecedor sobre o que vinha acontecendo com o PT.

Concordarmos com o autor, que o partido que assumiu o executivo federal em 2003 era bem diferente daquele de 1980, o do momento tinha outra postura política e ideológica, essa já vinha sendo ensaiada á medida em que o partido foi associando os seus interesses aos da classe dominante, caso confirmado nos trabalhos de Coelho (2012) e no Estado do Piauí pelo trabalho de Vasconcelos (2010) que constatou a mudança de postura ideológica do Partido a fim de se tornar competitivo eleitoralmente e apto a governar o Estado. No Piauí, nas eleições para prefeito em 2004, o PT fez coligações com partidos de direita como PMDB, PSDB e PFL. Portanto, essas alianças, também explicam a mudança de postura do Partido na relação com a classe trabalhadora durante os anos em que esteve à frente do executivo federal, estadual e municipal.

Para Valério Arcary (2011), essa alteração aconteceu no momento em que o PT adaptou-se ao modelo de regime democrático-liberal para se credenciar como partido eleitoral: “[...], o PT precisou deixar de ser petista. Renegar a sua origem foi um processo de readequação política, mas também, de transformismo social, uma ruptura com as bases de sua constituição apoiado na CUT e no MST. [...]” (2011, p. 91). Mas para Arcary, o PT já nasceu reformista desde o princípio já figurava “com um projeto político dominante na sua direção de reformas para a regulação do capitalismo brasileiro” (2011, p. 62). Para o autor, a mobilização por objetivos políticos animava mais o PT do que defender projetos anticapitalistas. Arcary apresenta um partido que passou por várias transformações deixando de ser um partido de oposição ao regime militar e da classe trabalhadora para se tornar “[...] a máquina eleitoral mais profissional do Brasil [...]”. (2011, p. 60). A partir do exposto constatamos que, o PT nunca pensou em romper com a lógica do capitalismo, isso explica a priorização da política em detrimento do ataque aos problemas socioeconômicos.

O processo de transformação ideológica do PT pode ser entendido a partir do trabalho de Eurelino Coelho (2012), onde o mesmo faz um estudo rigoroso e crítico dos documentos produzidos e da

influência política na tomada de decisões do partido pelas principais organizações que se transformaram no campo majoritário do mesmo: a “Articulação” e a “Democracia Radical-DR”. Apresenta dados que confirmam que a história dessas duas organizações/tendências passou por mudanças profundas no campo da teoria e da prática, concluindo que o que aconteceu de fato foi o abandono do marxismo pelos intelectuais do PT.

Então, o argumento do autor é que essas duas organizações abandonaram as referências marxistas do passado e incorporaram elementos do pós-modernismo e do liberalismo em seu projeto político. A análise de Coelho é marcada pelos conceitos marxistas e por uma visão global da mudança priorizando os aspectos político-econômicos na relação dos militantes do PT com a realidade interna e exterior ao partido. Com a dominação hegemônica dessas duas organizações no interior do partido o mesmo acabou se tornando no braço esquerdo do partido da classe dominante.

O autor aponta a experiência de governar como o momento do rompimento da dissolução dos vínculos com as lutas sociais e com a classe trabalhadora e da transformação da concepção dos dirigentes a respeito da relação entre partido, classe trabalhadora e Estado. Na sua concepção as prefeituras ajudaram mais nessa experiência do que os parlamentos, servindo como verdadeiros laboratórios de gestão para o novo projeto político da esquerda. Nessas experiências a tônica da administração petista se pautou em contornar o antagonismo de classes. Prevalencia a ideia de governar para todos.

Portanto, as mudanças não ocorreram somente em 2003 quando o PT assume a presidência do Brasil; elas já vinham sendo gestadas e divulgadas na medida em que o Partido ampliava seu quadro de alianças e coligações, buscando conquistar o eleitorado brasileiro e a confiança das outras classes sociais, deixando de priorizar a classe trabalhadora.

Uma vez no poder o PT continuou operando a máquina estatal nos moldes neoliberais aceitando e se adequando as regras desse modelo de governar. Nessa mesma linha de raciocínio de mudança do PT para se adaptar à ordem, temos o trabalho de Cyro Garcia (2011), onde o mesmo faz uma análise da relação do Partido com o movimento sindical desde a década de 1980 quando foi fundado o PT e depois a CUT.

Naquele período, segundo o autor, a relação entre ambos era sempre discutida nas instâncias do Partido e havia uma clareza na necessidade da independência dos sindicatos em relação ao Estado e ao Partido Político. Sabiam que os dois, embora caminhassem juntos, tinham tarefas distintas, porém ambos eram responsáveis pela organização dos trabalhadores contra a exploração, fortalecendo a luta destes pela emancipação. Quando será que o PT esqueceu a lição? Garcia também aponta algumas pistas: a

campanha de 1989 foi o início das polêmicas. Veja que Mattos (2009) também aponta essa campanha como o início da mudança.

Então vejamos como tudo começou, com o crescimento da campanha de Lula, alguns setores do Partido passaram a defender a tese de que o PT deveria diminuir sua participação nas greves com vistas a ampliar a aceitação de Lula nos setores das classes média e pequena burguesia; as mudanças no mundo do trabalho com impacto no sistema produtivo acarretando a diminuição de postos de trabalhos e a derrota nas eleições de 1989 fortaleceram os grupos internos do PT que desejavam a mudança do Partido em relação ao Movimento sindical, surgindo o sindicato negociador dos anos 1990; a eleição de Lula em 2002 favoreceu a mudança em relação aos movimentos sociais “[...]. Mas o salto de qualidade está na cooptação das organizações do movimento das massas por parte do Governo Lula, através da concessão de verbas públicas.” (GARCIA, 2011, p. 157). Depois a CUT passa a fazer parte do governo, sendo a maior defensora das propostas do governo para a categoria de trabalhadores. Ao trazer setores da classe trabalhadora para dentro do governo o PT pretendia fazer um governo pautado na harmonia dos interesses de classes expressado através do seu slogan “governar para todos”. Nesse caso, ambos esqueceram a lição de casa.

Após essa breve exposição da situação do PT no cenário nacional veja como se deu esse processo no PT do Piauí. Vasconcelos (2010), para entender a mudança de postura política do PT/PI frente às eleições, entrevistou militantes representantes influentes das seis tendências que compõem o PT no estado tais como: *Unidade na Luta; Articulação pela Base; Movimento PT; Articulação de Esquerda; Fórum Socialista; Democracia Socialista*. O objetivo era compreender como os militantes viam o partido e o que achavam das mudanças que vinham sendo operadas no PT a cada eleição. O autor constatou que todos os entrevistados filiaram-se ao PT por causa da sua forte ligação com os movimentos sociais, sindicais, estudantil e eclesiástico e que, mesmo admitindo que o PT mudou para se tornar competitivo eleitoralmente, continuaram reforçando que o Partido, durante a administração de Wellington Dias à frente do governo do estado do Piauí, conseguiu fazer um bom diálogo com os movimentos sociais e negociação com os sindicatos das categorias trabalhistas. Acreditamos que esse resultado da pesquisa se deu, sobretudo porque Vasconcelos entrevistou sujeitos participantes das direções e dos cargos eletivos do Partido, enfim, sujeitos confiáveis à manutenção da memória do grupo. Pois em nossos estudos, os sindicalistas reafirmam exatamente o contrário, a dificuldade de dialogar com o governo do PT.

Vasconcelos (2010) reforça no trabalho que o PT alargou seu leque de alianças e de filiados e perdeu a ideologia que motivou o surgimento do partido na década de 1980. Essas mudanças foram vistas

como natural e necessária pelos entrevistados uma vez que os mesmos destacaram a importância de ganhar eleição. O autor destaca três indicadores da mudança:

[...]. O primeiro deles é que não existe mais critério ideológico para compor alianças e, sim, o contexto de cada eleição. O segundo é o tom do discurso de partido de esquerda ou de orientação socialista ficou no passado. E o terceiro indicador se fundamenta no fato de que o programa original petista foi descaracterizado. Nele, ainda se mantém o viés socialista, mas as práticas sócio-política-econômicas das gestões petistas, no Estado do Piauí e na presidência da República contradizem isso. (VASCONCELOS, 2010, p. 109).

Ao final da sua pesquisa, confirmou sua hipótese de trabalho: “[...] a de que o PT- á medida que foi crescendo, a ponto de obter densidade eleitoral-também foi realizando mudanças em relação a programas, a critérios de alianças e ao discurso, o que o distanciou de partido de massas [...]” constatou após análise dos depoimentos dos militantes petistas, que realmente o PT havia mudado sua postura política e discurso para se tornar competitivo eleitoralmente, embora essa mudança não tenha se traduzido em reformulação dos documentos do Partido. O estudo de Vasconcelos apresenta as contradições entre o que permanece escrito e a prática de suas lideranças reforçando os rachos e contradições que existem no interior do Partido no Estado do Piauí.

No Piauí, o PT chegou ao poder fortalecido pelos movimentos sociais e sindicais e por velhas figuras políticas tradicionais do Estado. Portanto, uma vez no governo, teria a difícil tarefa de organizar a “casa” e atender às solicitações dos grupos que o apoiaram, pois a Wellington Dias³⁷⁸ (PT) caberia atender à nova/velha elite que fazia malabarismo para manter ou conquistar cargos dentro da estrutura administrativa do Estado e aos movimentos sociais que, embebidos pelos slogans “A vitória que o povo quer” e “A esperança venceu o medo”, almejavam a concretização de suas históricas reivindicações, embora muitos já desconfiassem do que vinha pela frente.

Ressaltamos que o Partido dos Trabalhadores do Piauí foi um Partido que desde o seu surgimento esteve associado aos movimentos sociais, e ao movimento sindical de forma particular. O governador Wellington Dias, por exemplo, se projetou na diretoria do Sindicato dos Bancários.

Atualmente, os embates entre movimento sindical e governo têm aumentado, pressionados pelos novos desafios impostos pelas transformações ocorridas na economia, marcadas pela mudança nos modelos de produção e de trabalho e da flexibilização das relações trabalhistas.

Nessa conjuntura, observa-se que essa política de flexibilização das relações de trabalho tem imprimido uma clara intenção de subordinar o sistema educacional aos imperativos do modelo econômico. Essa realidade já faz parte do cotidiano da universidade, na qual o professor substituto ou

³⁷⁸ Thiago Mantuano, doutorando no PPGH-UFF.

provisório é contratado para preencher as lacunas do sistema, mas não é abarcado pelos direitos trabalhistas destinados ao professor efetivo.

Percebe-se que o movimento sindical vê o Estado como o ente responsável para resolver os problemas educacionais, e para ele é direcionado suas demandas. Entretanto, não podemos esquecer o caráter classista do Estado, pois a relação com o movimento sindical se dá com base nesse caráter, por isso, na maioria das vezes, a ação dos movimentos sociais é tratada de forma criminosa. No caso do Piauí, essa assertiva ficou bem visível quando o governador W. Dias afirmou que chegou ao governo, mas não chegou ao poder, visto que a maioria da sua militância era originária da classe popular e classe média e quanto à força política pode ser constatada com a quantidade de cadeiras na Assembleia Legislativa do Estado, em que o PT só conquistou quatro cadeiras. Nesse caso, o PT tinha que encontrar estratégias para se manter no poder, pois não tinha o controle sobre o principal setor que é a economia. Isso fica bem esclarecido quando avaliamos a sua composição de Governo, marcada pela presença da velha elite política que há anos vinha se revezando no poder, pois chamou para compor o governo integrantes do PFL, PSDB e PDT, tendo o PMDB também grande participação no governo petista. Comprova-se assim que realmente o governo não era dos trabalhadores, pois a sociedade piauiense conhece bem seus velhos caciques. Essa composição também serve para explicar a relação do PT com o movimento sindical no período.

No Piauí, a reação do governo estadual para todos que o enfrentaram através da estratégia de greve seguiu o modelo utilizado pelo partido, na esfera federal: repressão e tentativa de desarticulação do movimento através da cooptação de lideranças. Primeiro, porque o governo petista, no Piauí, abusou do direito de pedir a ilegalidade das greves durante a administração de Wellington Dias, penalizando os sindicatos com altíssimas multas. E segundo, a desarticulação dos sindicatos ficou evidente quando não conseguiram mobilizar os seus filiados nem para a luta de direitos fundamentais, como o aumento salarial e melhores condições de trabalho. Embora as greves sejam vistas como políticas no sentido de que contêm intencionalidades que extrapolam o conflito trabalhista e são também econômicas na medida em que a luta se justifica para repor as perdas salariais, nem sempre o sindicato consegue ser entendido e seguido pela categoria, muitas greves são sustentadas pela diretoria dos sindicatos e por militantes de movimentos sociais e políticos.

Consideramos que a forma como o PT tratou os movimentos sociais quando esteve à frente do executivo na esfera municipal, estadual e federal e na composição dos seus governos serviu para apresentar um partido antenado com a lógica do capital e bastante comprometido com o programa de

políticas neoliberais e com os órgãos político-econômicos internacionais. Essas posturas do PT são frutos das transformações que o mesmo foi passando para se tornar partido governante. Os autores analisados apresentam um Partido dos Trabalhadores extremamente interessado na questão política, por isso o abandono do projeto Marxista e consequentemente da tarefa de organizar a classe trabalhadora. E se a população brasileira não conseguiu perceber as mudanças que ocorreram no interior do Partido dos Trabalhadores com a sua mudança de projetos e prioridades o mesmo não pode ser dito da classe trabalhadora, essa sentiu na pele a mudança. É importante registrar que existem autores como Boito JR (2018) que viram como positiva a relação do PT com o movimento sindical, apontando redução do desemprego, melhoria do salário mínimo, estímulo a moderação política na cúpula do movimento sindical e estímulo a luta reivindicativa, participação dos sindicatos nos órgãos governamentais. Posturas essas, duramente criticadas pelos autores utilizados nesse trabalho. Já Galvão (2012), constatou nos seus estudos que o movimento sindical passou por um processo de reconfiguração nos governos Lula, muito embora, isso tenha ocorrido pela postura adotada pelo PT de envolver o movimento sindical com sua plataforma política. Nesse sentido, “(...) o governo Lula aprofundou a divisão organizativa do movimento sindical (...)” (GALVÃO, 2012, p. 189), ao tempo que acomodou os grupos que se deixaram conquistar por essa participação organizativa.

No caso do sindicato dos docentes da UESPI, a relação com o Estado foi marcada por conflitos, uma vez que o governador W. Dias (PT), não costumava receber a categoria para negociação. A situação agravava devido a realidade estrutural da instituição, totalmente carente de estrutura física para o funcionamento dos cursos e falta de professores efetivos e com qualificação acadêmica para impulsionar a universidade dentro do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Esses últimos, só vieram a funcionar após os concursos feitos para ampliação do quadro docente, pois desde o seu nascedouro a UESPI foi pensada para atender somente o ensino. Com as exigências das instituições como o Ministério da Educação e o Conselho Estadual da Educação, que passaram a fiscalizar o funcionamento dos cursos, a administração da UESPI e o governo do Estado, pressionados pelo sindicato dos docentes, passaram a realizar concursos para professores.

É importante reforçar que as mudanças estruturais e de corpo docente só melhoraram na UESPI através do movimento paredista. Foram cinco greves estudadas por nós, abarcando o período de 2003 a 2012, praticamente com as mesmas pautas: melhoria salarial, aprovação de Plano de Carreira, concurso para professor efetivo e condições de trabalho, nesse caso, melhorias estruturais. Como os discentes abraçaram as greves dos docentes, as pautas deles também apareciam nas greves,

principalmente após 2010, com o movimento liderado por professores, alunos e técnicos administrativos: “Movimento SOS UESPI”.

Esse movimento impulsionou a luta em defesa da universidade pública, junto com o slogan “SOS UESPI”, ficou famoso o outro: “Luto pela UESPI”. Com a participação dos estudantes nas greves docentes, o movimento ganhou as redes sociais e as ruas da capital do Piauí-Teresina, apresentando para toda a sociedade a situação de precariedade da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, uma das maiores universidades do Nordeste. Com a pressão do grupo, ficou visível a postura do governador W. Dias – PT, que não recebe sindicalista para negociar. Durante as greves, ele sempre utilizou da figura do reitor para fazer a mediação do conflito. E o reitor, por ser escolhido pelo governador, se apresentou como governo, dificultando a relação com o sindicato. Na greve de 2011, teve até corte de salários dos grevistas, situação nunca visto antes ao longo da história das greves na UESPI, ficava só na ameaça, mas em 2011 se concretizou os cortes e os grevistas que ainda eram encantados com o PT viram cair a máscara.

Para conseguirem audiência com o governador, ou fazer com que ele recebesse as pautas dos grevistas foram usadas várias estratégias: audiência no Ministério Público, na Assembleia Legislativa do Estado, Manifestações em frente ao Palácio de Karnak (sede do governo), ocupação da reitoria da universidade e manifestações nas cidades do interior onde existiam Campi da UESPI. Os docentes, foram ao longo da luta aprendendo estratégias para lidar com o governo do PT, e contaram com a própria estrutura do Estado ao seu favor, ao usar os órgãos que podiam ajudar na pressão ao governo. Essa discussão, nos apresenta a forma como a classe trabalhadora se organiza para fazer pressão e buscar construir hegemonia em torno de suas propostas, pois na relação com o Estado, existe uma disputa hegemônica. Nos reportamos a Gramsci para entender essa disputa.

Como Gramsci (2012) asseverou, os interesses dos dominantes prevalecem até certo ponto. Trata-se de um espaço para os subalternos buscarem inserir junto ao Estado restrito suas propostas de reforma, uma vez que a classe dominante, para se manter no poder, é obrigada a fazer concessões às classes dominadas. Nesse caso, só através da luta de classes, tendo em vista que a relação entre ambas não é nada pacífica, especialmente, quando se quer alterar a estrutura do poder. O partido político é esse órgão que pode organizar as vontades coletivas e fazer com que os interesses dos trabalhadores se transformem em políticas de Estado, uma vez que, ao fazer parte do Estado, pode construir hegemonia em torno dos interesses de sua classe. Além de se organizarem em partidos políticos eleitorais, outra forma bastante utilizada pelos trabalhadores brasileiros para conquistarem seus objetivos tem sido a organização

em sindicatos da categoria e, nos momentos de grande conflito, utilizarem-se da estratégia da greve como forma de pressão política.

Não podemos perder de vista que a sociedade civil tem seus espaços marcados por relações de força, mas também por espaços de negociação. A classe que pretende se tornar hegemônica precisa fazer concessões às outras classes para que possa ter o controle sobre o poder. Não significa dizer que elas serão dadas de forma pacífica, pois essas relações se dão em uma sociedade bastante complexa, dominada pelas novas regras do capital que exigem reformulação das relações trabalhistas e da própria sociedade como um todo. Assim, podemos entender que, por mais que a classe dominante faça concessões, elas são restritas e conquistadas a partir da luta da classe trabalhadora organizada, provando o caráter classista do Estado. É a partir desses embates e da conscientização da sua situação de classe que os trabalhadores sentem a necessidade de ter um órgão para representar o seu projeto de sociedade: o partido político.

Gramsci (2010) pregava a necessidade de intelectuais da classe trabalhadora para analisar a sociedade e a conjuntura nas quais os trabalhadores estavam imersos. O grupo articulador ajudaria na formação e conscientização dos trabalhadores, bem como, junto com eles, construiriam um projeto de sociedade que atendesse aos anseios da classe dos trabalhadores. O partido político seria o órgão responsável para criar as condições da implantação do projeto de sociedade. Assim, o Partido tinha que surgir no seio da classe trabalhadora e estar permanentemente imerso em suas lutas. Portanto, o partido também seria aparelho de hegemonia, à medida que se organizava em torno de objetivos comuns, produzindo projetos de intervenção político-social e mobilizando a ação coletiva do grupo que representa.

Gramsci, o teórico da práxis, concebe a formação do intelectual como sujeito responsável pela construção da hegemonia e da contra-hegemonia, sujeito crítico capaz de, com sua ação, provocar transformação social. Para o autor, “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre nos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’” (GRAMSCI, 2010, p. 20).

O teórico está se referindo aos dois planos superestruturais que formam a hegemonia social: o da sociedade civil, formado pelos órgãos de hegemonia privados, e o da sociedade política, formado pelo Estado. Ambos se referem à função hegemônica que os grupos dominantes exercem na sociedade e ao domínio direto exercido pelo Estado através das leis e da formação cultural. Nesse caso, já é possível perceber a visão de Estado Ampliado do autor, formado pelos dois planos superestruturais, sociedade

civil e sociedade política, portanto, como unidade articulada de consenso e coerção. Além disso, é preciso entender a relação entre partido e sindicato como aliados na luta contra-hegemônica.

A luta sindical nos questiona sobre nosso papel social e de compromisso profissional. Um não pode estar desvinculado do outro e a luta docente redireciona o sujeito para assumir compromissos políticos, já que se luta por melhorias para a classe e esta depende do mundo da política. As greves docentes apresentaram as mazelas da universidade e da situação salarial e de trabalho dos docentes, mas apresentaram também a capacidade de luta dos mesmos e articulação dos discentes que, a partir de 2010, tiveram participação importante nas lutas encabeçadas pela ADCESP. Outro ponto importante a destacar é o número de greves na UESPI no período de 2003 a 2012: cinco greves, o que prova a intransigência dos governos, quebra de acordos, arrocho salarial e piora das condições de trabalho. Tudo isso como resultado da política neoliberal que é contra as universidades públicas e de qualidade. Os estudos mostram a cada ano o sucateamento das universidades e a diminuição dos recursos destinados à educação superior no País. A UESPI, por ser uma universidade estadual, sofre mais ainda essa política, depende do tesouro do estado para se manter e, ao longo do estudo, percebemos que o orçamento que era aprovado para ela nem sempre era liberado na sua totalidade, provando a dependência do estado e falta de autonomia financeira e administrativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas** – Uma crítica marxista do governo Lula em defesa da Revolução Brasileira. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sunderman, 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ. **Ata da Assembleia geral** dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí ADCESP/UESPI em 14 de junho de 2006. (Arquivo /ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ. **Ata da Assembleia geral** dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí ADCESP/UESPI em 05 de julho de 2012. (Arquivo /ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ. **Ata da Assembleia geral** dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí ADCESP/UESPI em 13 de agosto de 2012. (Arquivo /ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ. **Ofício** circular n.8 de 23 de outubro de 2003, da presidente da associação dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí, Fátima Lima ao governador do Estado, Wellington Dias e reitora da UESPI Oneide Rocha. (ARQUIVO da ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ/ADCESP/UESPI. **Ata da assembleia geral** da associação dos docentes do centro de ensino superior do Piauí/ADCESP/UESPI em 09 de junho de 2011. (Arquivo da ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ/ADCESP/UESPI. **Ata da assembleia geral** da associação dos docentes do centro de ensino superior do Piauí/ADCESP/UESPI em 01 de abril de 2011. (Arquivo da ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ-ADCESP. **Ofício** n.32 de 05 de abril de 2011, da presidente da associação dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí, Maria das Graças Silva Ciríaco ao governador do Estado, Wilson Nunes Martins. (ARQUIVO da ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ-ADCESP. **Ofício** nº 42, de 23 de maio de 2012, da presidente da associação dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí, Lina Santana ao governador do Estado, Wilson Nunes Martins. (ARQUIVO da ADCESP).

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ-ADCESP. **Ofício** nº 088, de 27 de agosto de 2012, da presidente da associação dos docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí, Lina Santana ao reitor da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Carlos Alberto Pereira da Silva. (ARQUIVO da ADCESP).

BATISTA, Nougá Cardoso. **Nougá Cardoso Batista**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp: São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

CIRÍACO, Maria das Graças Silva. **Maria das Graças Silva Ciríaco**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

FERNANDES, Lina Maria Santana. **Lina Maria Santana Fernandes**: depoimento [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

FONTES, Virgínia. **Reflexões Im-pertinentes**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: GALVÃO, Andréia; BOITO JR., Armando. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 187-221.

GARCIA, Cyro. **PT**: de oposição á sustentação da ordem. Rio de Janeiro; Achiamé, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 3.

LIMA, Solimar Oliveira. O governo Wellington Dias, políticas públicas e o desenvolvimento do Piauí (2003-2010). IN: LIMA, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela. (Orgs.). **Governos e políticas públicas: a experiência do Piauí**. Rio de Janeiro; Booklink, 2009. p.161-187.

MATOS, Marcelo Badaró. **Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009 a.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOLON, Daniel Vasconcelos. **Daniel Vasconcelos Solon: depoimento** [2016]. Entrevistadora: Rosângela Assunção. Teresina, 2016. 1 gravador digital. Entrevista concedida a Rosângela Assunção.

VASCONCELOS, José Cláudio da Silva. **A trajetória do PT do Piauí: da fundação (1980) à reeleição do governador Wellington Dias (2006)**. Dissertação (Programa de Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

DA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS AOS EMPRÉSTIMOS VIA TESOURO: O FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO PORTUÁRIA NACIONAL (1869-1904)

Thiago Mantuano³⁷⁹

Resumo: O presente trabalho busca refletir acerca da relação entre o Estado, o empresariado e as relações de poder na busca da construção de um projeto portuário capitalista no Brasil entre 1869 e 1904.

Palavras-chave: Porto; Brasil; Financiamento.

Introdução

Seguindo a senda de Honorato (1996), resolvemos começar por analisar a evolução do arcabouço jurídico-político que envolve diretamente os portos do Brasil. Sua montagem e remontagem importam, pois através deste, como uma espécie de linha mestra, conseguimos perceber como as relações sociais se teciam nos interstícios da operação portuária em todo Brasil. Uma série de costumes, leis e decretos se entrelaçavam num processo que intentava regular o cotidiano e garantir os agentes realizadores das operações portuárias em curso no Brasil; mas, ao mesmo tempo, buscava expandir e/ou melhorar, além de incrementar a fiscalização e controle das operações portuárias brasileiras.

Foge ao objetivo desse artigo destrincha-las, mas podemos citar o Código Comercial (1850), as Leis de Terras de Marinha (1808-1868), os Regulamentos das Alfândegas (1832, 1836, 1860, 1885 e 1894), os Regulamentos das Capitâneas dos Portos (1846 e 1899), os diversos Códigos de Posturas Municipais e os próprios Regulamentos das Inspeções de Saúde dos Portos (CAETANO, 1901) como alvos de tensão entre o direito consuetudinário e o direito positivo no âmbito dos portos brasileiros. Desde a construção cotidiana, vivida socialmente, até a parlamentar e executiva, disputada na esfera política, os portos brasileiros estavam no centro de dissensões as mais variadas sobre o que se podia ou não fazer das suas terras, infraestruturas, funcionamento e controle.

Em resumo, estudando os portos no Brasil do século XIX, podemos identificar a marca indelével da *Modernização Conservadora* quando encontramos os embates típicos entre o “velho” e o “novo” que coabitam e se confundem nas formações sociais em transição. Como veremos mais adiante, fora da letra fria da lei, esses dois polos interagem de forma funcional e contraditória durante todo século XIX. Também, através desse arcabouço jurídico-político, entendemos um pouco melhor as relações sociais de produção nos portos brasileiros. Através dessa longa construção, percebemos certos condicionantes do

³⁷⁹ BRASIL. CLIB. (1746, 13/10/1869).

funcionamento e propriedade dessas unidades produtivas por parte da classe dominante – nomeadamente a *burguesia em construção* brasileira -, assim como dos trabalhadores que por aqueles eram explorados.

O principal condicionante para a expansão e desenvolvimento dos portos nacionais foi mudança no padrão da inserção brasileira na Divisão Internacional do Trabalho. No geral, as formações sociais no Brasil oitocentista se inseriram na DIT via mercado mundial de forma subordinada ao imperialismo capitalista, quando de sua primeira mundialização. O nosso padrão de trocas com o mundo, longe trazer mais justiça e equidade, fez-se sem abrir mão da escravidão e da estrutura escravista de nossa sociedade, através da agroexportação. A política fiscal do Império se alinhou a esse processo privilegiando o financiamento da construção do Estado Nacional através da pesada tributação dos importados, especialmente manufaturados de consumo. Durante todo período imperial, a Alfândega Nacional compôs mais de 60% da Receita Geral do Império. Também ressaltou a importância das Alfândegas o então secretário dos Negócios da Fazenda, Manoel da Cunha Galvão: “[...] a nossa principal receita se arrecada em portos de mar, proveniente dos direitos de importação e exportação.” (GALVÃO, 1869, 7).

O crescente volume de carga trafegado pelos portos nacionais, somado à importância das Alfândegas para a construção do próprio Estado e manutenção do status quo da economia agroexportadora; dentre outros fatores, tais como: o princípio da urbanização e industrialização brasileira, a crescente demanda por trabalhadores (escravizados ou imigrantes) e o desenvolvimento das trocas interprovinciais; em suma, um conjunto complexo de fatores pressionaram os poucos e grandes portos nacionais a se adequarem numa movimentação crescente, variada e de vital importância para a vida nacional.

Operação Portuária Capitalista e Operação Portuária Pré-Capitalista

A diferença fundamental entre a operação portuária pré-capitalista e a capitalista está dada na medida da predominância da racionalidade capitalista no complexo. Acreditamos que, até as grandes construções portuárias associadas às reformas urbanas no século XX, essa racionalidade tipicamente capitalista pouco existia nos portos nacionais, à exceção de Santos na última década do século XIX.

O principal objetivo da construção de um porto moderno era exatamente dotar as cidades portuárias brasileiras de infraestruturas, instituições e regras claras que possibilitassem a produção do deslocamento no espaço portuário em consonância com o navio a vapor e à ferrovia. Essa hipótese não é totalmente original, Honorato em sua tese sobre Santos resume:

O complexo portuário capitalista assume tais características por articular, com base na lógica do capital, um conjunto variado de atividades que têm por objetivo principal a racionalização do

escoamento das mercadorias a serem realizadas nos mercados nacional e internacional. (HONORATO, 1996, 156)

O intuito da montagem de uma operação portuária capitalista era integrar o subsetor de portos à lógica do capital, racionalizando o embarque e desembarque de mercadorias de tal modo que a produtividade portuária fosse crescente. As características da formação social brasileira, ao longo do século XIX, impuseram importantes obstáculos a esse objetivo.

No complexo pré-capitalista, a articulação entre as atividades é lenta e as perdas consideráveis, inclusive pela falta de uma melhor definição entre o espaço do porto e o da cidade. Além disso, o processo de produção exhibe baixas taxas de mecanização e a integração dos seus diversos processos de trabalho não tem a fluidez compatível aos modernos meios de transportes, nem a capacidade de alienar por completo a sua força de trabalho.

A operação portuária pré-capitalista brasileira reúne um agrupamento de portos que realizavam seus fins com certas propriedades, características e preceitos essenciais, comuns: a implantação do negócio a partir de um privilégio; o acúmulo material desses agentes privilegiados por conta do controle exercido em certa(s) atividade(s); o caráter transitório das permissões das unidades que servem ao porto; as infraestruturas construídas rápida e precariamente, sem vultosos investimentos em capital fixo; a impossibilidade de expressivos ganhos de produtividade com base no incremento tecnológico, poupando trabalho; a utilização intensa e imperiosa da força de trabalho em todo o processo produtivo; a não alienação tipicamente capitalista dos trabalhadores que transitam nas diversas atividades do porto, com uma especialização peculiar, que resguardava os seus saberes e possibilitava o saber global a respeito dos demais processos produtivos; a ausência de uma autoridade portuária que concentre prerrogativas organizacionais, de planejamento e que regule o complexo; finalmente, e mais importante, a ausência de uma racionalidade de tipo capitalista às unidades de produção que servem ao porto, com sua consequente independência, autonomia, má articulação e má integração entre si, sendo mal controladas na falta de um centro coordenador suficientemente abrangente. Os portos brasileiros, até os estertores do século XIX, operavam dessa forma.

Nesse sentido, cabe crítica a uma importante autora sobre o tema. Maria Cecília Vellasco Cruz vê a operação portuária brasileira, no século XIX, como compatível ao estágio do desenvolvimento das forças produtivas de então. Utilizando os critérios polarizados entre: atraso e avanço, desordem e ordem, ineficiência e eficiência, Vellasco e Cruz (1998, 76) conclui que o conjunto de trapiches era suficientemente “plástico” para dar conta da produção trafegada nos portos nacionais. Ora, essa proposição não passa de uma tautologia, se o Brasil produziu milhões de sacas de café e produzia rendas

com capacidade de importar uma pauta cada vez mais variada, é claro que esses portos seriam funcionais ao ponto de se adaptar à nova movimentação portuária.

Entretanto, essa funcionalidade não mascara aquilo que todas as fontes (de diversos interesses, classes e suas frações) apontam: as operações nos portos brasileiros, durante o século XIX, ofereciam uma má articulação generalizada entre estes e os transportes urbanos, os transportes terrestres de longa distância e, especialmente, as grandes embarcações transatlânticas a vapor. O complexo era mal integrado e foi montado exatamente para isso, cada agente individual procurava monopolizar uma "linha de serviços" e atuava em diversas atividades. Os conflitos eram inevitáveis entre os interesses privados, mas também com as instituições públicas. A falta de segurança está densamente comprovada em vários estudos, tanto na navegabilidade dos ancoradouros quanto no traslado e guarda das mercadorias. A regularidade dos serviços era pouco previsível, o que fazia com que seus preços variassem de acordo com a ocasião, mesmo com a regulação de algumas unidades pela alfândega. Não havia qualquer padronização entre as unidades produtivas, públicas ou privadas, destinadas ao comércio de importação e exportação ou de abastecimento; qualquer uniformidade de procedimentos e constituição material era ilusória, as que haviam, diziam respeito aos processos de trabalho dominados pelos trabalhadores. A coordenação das atividades no complexo portuário e o próprio controle produtivo das unidades componentes, assim como a fiscalização das atividades envoltas na movimentação aduaneira, eram alvo de críticas generalizadas durante todo o oitocentos!

O que depreendemos, na leitura da tese de Vellasco e Cruz, é uma grande simplificação a respeito das unidades produtivas em operação nos portos nacionais, como se parte delas pudessem resumir o complexo e seu funcionamento. A autora promove uma perigosa generalização de todas essas unidades - públicas ou privadas, de diferentes dimensões e com diferentes finalidades - por uma fração delas: as que estavam sob controle aduaneiro.

A melhor comprovação de que isso acontecia está, no entanto, nos relatórios que encaminhavam os balanços feitos nos trapiches alfandegados pelos funcionários aduaneiros. Publicados com certa sistemática, eles atestam que estas unidades portuárias funcionavam geralmente muito bem, deixando entrever que as avaliações feitas pelos paladinos da modernização continham, na verdade, uma boa dose de má fé e objetivos inconfessos. (VELLASCO E CRUZ, 1998, 103-104)

Como podemos comprovar, em outros trabalhos, os trapiches alfandegados eram minoria dentre essas unidades produtivas no porto do Rio de Janeiro (MANTUANO, 2015, 172).

Como, então, essa operação portuária era de fato funcional? O que podemos constatar, nos nossos e em outros estudos, é a capacidade reprodutora dos principais portos nacionais. Longe de montar uma nova lógica própria, que fosse condizente com a mudança nos outros subsetores de transportes, os portos

nacionais reproduziram, com força inédita, a sua própria operação. Segundo Lamarão: “Na realidade, verificou-se na segunda metade do século XIX a reprodução daquela estrutura portuária tão condenada, através da proliferação de trapiches.” (LAMARÃO, 1991, 160).

O número de unidades, especialmente os trapiches, aumentou expressivamente durante o século XIX. Nelas foram executados os seus próprios melhoramentos, se tornando maiores e sendo construídas com outros materiais. Eram de propriedade, seja direta ou indireta, de grandes empresas e importantes negociantes; assim, atendiam a interesses privados frente às limitações das unidades públicas. Em suma, reproduziam a lógica pré-capitalista e se adequavam, como podiam, nas contradições de uma formação social em transição. (MANTUANO, 2017).

Todos esses fatos não se contradizem com as características dos complexos portuários no Brasil do oitocentos, mesmo que essas apareçam agravadas no discurso dos que intentavam os melhoramentos, assim como aparecem suavizadas em Vellasco e Cruz. Em realidade, os melhoramentos intentados são prova de que a operação portuária pré-capitalista era complementarmente conflitiva com o avanço nas forças produtivas dos transportes ao longo do século XIX. Os trapiches, por exemplo, eram funcionalizados pelas ferrovias que, comumente, construíam seus pontões através deles. Os portos, na segunda metade do século XIX, não eram tão similares aos portos coloniais como crê Honorato, mas distavam muito de serem azeitados como crê Vellasco e Cruz.

Nesse sentido, estabelecemos a diferença fundamental entre os melhoramentos portuários e a construção dos portos. Os melhoramentos terminaram por expandir e fortalecer as infraestruturas estabelecidas e reproduzir a lógica portuária pré-capitalista, embora sua manifesta intenção fosse transformar as infraestruturas portuárias do Império – sem mexer no jogo de poder ali estabelecido –, a próprias formações econômico-sociais brasileiras e seu status quo político impediram esse intento radical; já a construção dos portos modernos, ocorrida nas primeiras décadas do século XX, intentava a transformação da lógica produtiva portuária e a sua conseqüente rearrumação espacial, implementando assim um porto de operação hegemonicamente capitalista.

Apesar das diferenças que guardamos quanto ao ponto da organização, Vellasco e Cruz resume bem o quadro:

O porto do Rio de Janeiro era um enorme complexo de fronteiras fluídas, espacialmente disperso, institucionalmente desintegrado e formado por um grande número de unidades privadas e estatais independentes e relativamente diversas entre si, mas nem por isso constituía um sistema caótico ou desorganizado. (VELLASCO E CRUZ, 1998, 109)

Reavaliemos nossa posição quanto ao caráter supostamente caótico do porto do Rio de Janeiro, mesmo que este caos se manifestasse em alguns termos, o complexo portuário era de fato funcional. Embora fosse em certa medida um entrave ao desenvolvimento dos transportes, do comércio, da indústria e da lavoura, terminou funcionalizado em prol destes. Mas ainda consideramos válido o essencial de nossa análise:

As suas unidades eram mal articuladas, não só as que desempenhavam papéis diferentes, como as análogas. Não era raro o conflito entre proprietários de trapiches vizinhos que concorriam não só pela movimentação, como pela extensão de suas pontes ou acesso à rua. Em suma, não havia qualquer coordenação entre as diversas unidades da operação portuária; era oferecida uma péssima integração com os modernos meios de transportes, comunicação e maquinário entre as suas unidades e as demais atividades da comunidade econômica portuária, além da frágil relação com a própria cidade como mercado consumidor e redistribuidor. O controle era absolutamente ineficiente, alfandegavam-se armazéns e, sobretudo, trapiches, mas a alfandega tinha precárias condições de fiscalização. (MANTUANO, 2015, 173-174)

Esse quadro será agravado pela inexistência de uma autoridade portuária com prerrogativas abrangentes durante oitocentos. Assim como no resto do mundo, no Brasil, apenas durante o século XX uma instituição ou empresa conseguiu controlar algum porto com possibilidades tais que, sobre a sua jurisdição, estivessem o controle das forças produtivas e do próprio processo produtivo, a coordenação do complexo sobre todas as unidades produtivas e a fiscalização dos tributos devidos ao Estado. Demorou mais de um século para que um único aparato tivesse obrigações organizacionais do porto, desde o planejamento e execução da expansão destas mesmas infraestruturas, até o controle dos processos de trabalho desempenhados nos portos nacionais. As tensões entre as autoridades que influíam no estabelecimento e funcionamento dos portos – Alfândegas, Diretoria de Rendas do Tesouro Nacional, Arsenais de Marinha, Capitânicas dos Portos, Câmaras Municipais, Inspetorias de Saúde, etc. –, se davam exatamente por conta da difusão dessas prerrogativas e era um dos balizadores da operação portuária pré-capitalista brasileira. Apenas em 1910, os portos brasileiros tiveram uma Autoridade Portuária com prerrogativas suficientes para distingui-la de suas antecessoras, tratava-se da Inspetoria Federal de Portos Rios e Canais.

Leis de Docas

Outro debate onde nos amparamos em Honorato é sobre as Leis de Docas, que marcavam um ponto de virada fundamental na política portuária imperial. A partir de 1869, há um reconhecimento legal da necessidade de melhorar os portos no Brasil e da baixa capacidade do Estado Nacional em transformar a realidade dos nossos portos. O gargalo portuário trazia consigo graves problemas ao desenvolvimento

das forças produtivas, intimamente ligada à dependência do Brasil as forças capitalistas centrais; a questão portuária era tida e havida como um poço sem fundo de recursos públicos, além de ser considerada o maior desafio à nascente engenharia nacional.

A tendência modernizante do Império logo enxergou, nos portos, uma das áreas em que melhorar os serviços seria vital para a redução dos custos na lavoura e para o fomento do desenvolvimento industrial e urbano. Tomando como exemplo a expansão das ferrovias, que já se dava há quase duas décadas, e após inúmeros relatórios, projetos e estudos condenando a infraestrutura portuária das maiores cidades do Império, o debate acirrou ânimos nos âmbitos locais. Os interesses dos agentes já estabelecidos poderiam estar em jogo, os donos de trapiches eram terminantemente contra as desapropriações e as câmaras municipais protestavam contra o projeto, pela brecha ao monopólio que ele guardava.

Estudando os portos nacionais, como poderemos comprovar mais à frente, percebemos que há uma dupla ação por parte dos poderosos donos de trapiches: ao passo que executavam seus próprios projetos de melhoramento, expandindo sua infraestrutura, utilizando outros materiais, assentando máquinas e equipamentos a vapor, fazendo obras hidráulicas, etc.; lutavam politicamente de forma tenaz contra a tomada dos seus privilégios.

As docas, idealmente, seriam aquelas construções portuárias que permitiriam a acostagem dos maiores navios a vapor com maior calado, extensão e capacidade de carga, desencadeando assim uma série de mudanças no processo produtivo portuário e em sua operação no geral. O principal objetivo de alguns dos propositores era adequar os portos brasileiros à intermodalidade com as ferrovias e os navios a vapor. Segundo Honorato:

[...] perante as exigências tecnológicas suscitadas pelas grandes embarcações a vapor, não bastava apenas melhorar um porto de tipo colonial. Tornava-se necessário criar um complexo portuário capitalista, envolvendo armazéns, grandes guindastes, ferrovias, etc., além das obras de engenharia no cais, implicando uma grande inversão de capital a ser recuperado a longuíssimo prazo [...] (HONORATO, 1996, p. 105)

Em realidade, a construção da primeira Lei de Docas no Brasil já nasceu limitada pela sua própria formação econômico-social. Embora tenha gerado um arcabouço jurídico-político, que se enquadrava nos moldes dos países capitalistas centrais, os melhoramentos portuários brasileiros foram concebidos como ampliação e fortalecimento da lógica pré-capitalista.

Os melhoramentos, na prática, não acabavam com os trapiches e seu processo produtivo, mas levavam esse tipo de operação portuária a outro patamar material e organizativo. Entretanto, a sua operação ainda guardava as características fundamentais do período precedente: alta suscetibilidade com

relação a natureza, baixa mecanização, pouca capacidade de alienação da força de trabalho, lucros lastreados no ganho em mais valia absoluta e poucos investimentos em capital constante.

Por isso, guardamos importante diferença com Gomes. Consideramos que o autor confunde o significado (diverso, em mutação e disputa) dos melhoramentos no Brasil, com o efetivo curso da história. O amplo significado dos melhoramentos de fato existia, mas estava confinado às limitações da formação social brasileira. Para o autor, eles não eram uma simples melhoria, mas sim uma mudança estrutural. Nós também não os reconhecemos como simples melhorias, mas a mudança estrutural está muito mais nos termos de uma adaptação do que uma transformação da lógica produtiva. A sociedade escravocrata previa o avanço das forças produtivas internas à sua lógica, escravismo não limitava os melhoramentos, pelo contrário, revitalizá-lo e conformar a sua produção às novas exigências do mercado mundial eram os objetivos dos melhoramentos.

Os melhoramentos podem ser entendidos na tensão entre aspectos do modo de produção capitalista e o modo escravista estabelecido. Melhorar os portos, no Império, significava adaptá-los à ferrovia e aos navios vapor, dentro da posição subordinada do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, servindo ao complexo agro-exportador da lavoura escravista. Por isso que, para nós, os melhoramentos portuários não se confinam aos projetos propostos após a lei de 1869 e com base nela.

Os melhoramentos não desbaratavam a escravidão e nem significavam o enfraquecimento da classe senhorial, pelo contrário, eles foram viabilizados, no curso da história, para prorrogá-los e efetivá-los. Disso, não se depreende a transformação em uma lógica produtiva, nem mesmo uma nova relação entre portos e cidades, ou de um novo processo produtivo que redundassem numa nova operação portuária. Pelo contrário, era a proposta de uma nova infraestrutura presidida pela mesma lógica e as mesmas relações sociais.

Nesse sentido, que a tese de Honorato nos é, mais uma vez, valiosa. Na construção jurídico-política da tão falada lei 1746 de 1869, é fundamental perceber a transição entre o *Instituto da Enfiteuse* - entendimento dos bens públicos como comum a todos, de responsabilidade do estado e passível de utilização produtiva (sem prejuízo ao direito de acesso dos cidadãos) - e o *Direito Concessional*, que considera os bens públicos numa ambivalência entre franqueado e restrito a todos, de propriedade do Estado e passível de controle por privados para utilização produtiva (impondo algumas restrições ao direito de acesso dos cidadãos) (HONORATO, 1996, p. 80).

Segundo o que depreendemos de Honorato, a Concessão de Serviços Públicos para exploração privada do patrimônio público com intuito de, em nome deste mesmo Poder Público, operar serviços de

interesse nacional, tendo a contrapartida financeira através da remuneração pelo próprio Estado e/ou cobrança de tarifas. Dessa forma, o Estado estende seus braços através da iniciativa privada e (pelo menos deveria) tem maiores receitas através da tributação, desencadeada ou facilitada pelo melhor andamento dessas atividades concessionadas.

A partir dessa percepção, podemos melhor conceber o Decreto 1.746, de 13 de outubro de 1869³⁸⁰, que abria definitivamente a reprodução mediante obras e a operação dos portos nacionais à iniciativa privada. Antes de destrinchar o seu escopo, faz-se necessário nuançar que, neste instrumento legislativo, nada se diz sobre as obras hidráulicas, apenas a respeito das obras portuárias. O que isso quer dizer? Que as obras mais dispendiosas e tecnicamente complicadas, tais como: assoreamentos, desobstruções, aterramentos, fundação de estruturas nos leitos submarinos, etc. não estavam previstas a priori. Isso foi um dos determinantes para o caráter de reprodução da lógica nesses melhoramentos.

Voltando a Lei de Docas, como já dissemos, este instrumento legislativo garantia a penetração de interesses privados não apenas ocupando a orla e complementando a Alfândega, sendo subordinado a ela, mas agora como construtor de infraestruturas públicas e operador de serviços públicos. Em contrapartida, a companhia auferiria taxas e teria maior autonomia do que os “velhos trapiches”. Diferente das ferrovias, a Lei de Docas não garantia diretamente os lucros da companhia construtora, em contrapartida o financiamento através das tarifas referenciadas na Lei 3986 de 1867³⁸¹, além da expedição própria de títulos; com um prazo máximo de 90 anos para a concessão e um limite de 12% ao ano em seus lucros. Essa lei é identificada como verdadeira inovação, pois enfocou na atração de investimentos estrangeiros e abriu a possibilidade de monopólio dos serviços portuários.

Os projetos propostos, através desse instrumento, quase que excluía o poder local das decisões sobre os portos. Muito por conta disso, se deu um verdadeiro imbróglio jurídico que conflitava a Lei de Docas com a Lei de Terras de Marinha; através dessa legislação foi permitido aos empresários desapropriar os terrenos e benfeitorias de particulares que se achassem em regiões necessárias à construção das suas obras!

Segundo Honorato,

A existência de uma legislação de Terras de Marinha, a experiência na privatização de serviços públicos e a expansão das atividades agroexportadoras, particularmente no Sudeste, criavam condições para uma legislação de fomento à melhoria dos portos do Império e deveriam funcionar como atrativo a investimentos privados. (HONORATO, 1996, p. 87)

³⁸⁰ BRASIL. CLIB. (3986, 23/11/1867).

³⁸¹ BRASIL. CLIB. (3314, 16/10/1886).

Entretanto, como demonstrado pelo autor, a questão do financiamento foi muito mais problemática do que se supunha. Ao fim e ao cabo, era este o grande limitante dos projetos de melhoramentos no Império, transformar os portos demandava uma reunião brutal de capitais que, sem as devidas garantias, não se viram atraídos para tal desafio.

Nesse sentido, temos mais uma importante discordância de Gomes. Para o autor, maiores garantias de juros que viabilizariam a atração dos capitais para tamanha empreitada não tiveram tanta importância no fracasso da maioria dos projetos de melhoramentos portuários ao longo do oitocentos.

Segundo ele:

Organizado para funcionar de maneira autossustentável, o programa de docas não precisava de outros incentivos governamentais como ocorria com as concessões de engenhos centrais e ferrovias. Ademais, os próprios interessados em empreendê-lo fizeram sua divulgação no país e participaram ativamente da elaboração do decreto imperial. (GOMES, 2016, p. 87)

Não conseguimos compreender a superestimação dos efeitos que poderiam ter causado a Lei de Docas. Imaginar que a garantia de juros não era decisiva para o estabelecimento de empresas, com obras portuárias no Brasil, equivale dizer que a sua remuneração, via tarifário, era o suficiente para atrair vultosos capitais. O que não se mostrou na realidade dos fatos.

Em realidade, os projetos eram propostos por engenheiros ou agentes privados sem capitais previamente acumulados para tal. O longo tempo de maturação do investimento em obras portuárias não permitia a remuneração desejada aos capitais necessários, sendo esta lastreada apenas no tarifário. As limitações técnicas e tecnológicas impunham, especialmente com relação à intervenção na natureza, importantes limitações que demandavam maiores investimentos em pesquisa sobre a geomorfologia costeira dos diferentes portos, além de testes do sistema de execução de obras e dos materiais que poderiam ser utilizados.

No Rio de Janeiro, a situação se agravava porque possíveis agentes que teriam algum interesse em desenvolver esses melhoramentos já estavam estabelecidos com suas unidades portuárias e, em alguns casos, eram elas mesmas melhoramentos construídos ainda sob o regime de aforamento das Terras de Marinha. O caso do Dique do Comércio de Wilson Sons é paradigmático e será por nós analisado.

Finalmente, o titubeante poder central frente à força dos interesses locais e frente à grande discussão técnica entre os engenheiros nacionais, sobre as melhores soluções para os melhoramentos dos portos, engrossou um complexo de razões que entravavam o maior afluxo de capitais aos melhoramentos dos portos no Brasil. Entretanto, com garantias confiáveis para a remuneração dos capitais, os problemas políticos, técnicos, o conflito de interesses, etc. seriam superados!

Segundo Honorato, essa dificuldade se deve ao “[...] princípio presente na Lei de 1869 de que as tarifas portuárias é que deveriam funcionar como garantia de juros e amortização do capital.” (HONORATO, 1996, p. 107). Ainda, como se questiona Lamarão: “Cabe Indagar também se o financiamento de obras tão dispendiosas não teria constituído um empecilho à sua execução.” (LAMARÃO, 1991, p. 80).

Numa apologia a essa possibilidade, André Rebouças pregava que a entrega desses melhoramentos, à iniciativa privada, era o melhor caminho para a sua execução:

Façamos também sobressair, nesta oportunidade, o ridículo e o odioso, que recaem sobre os governos por se encarregarem de certos serviços como notoriamente os de abastecimento de água, de esgotos, os serviços de embarque, desembarque e armazenagem de mercadorias, ou resumidamente de docas, e muitos outros, que nos países mais avançados, são exclusivamente feitos por empresas particulares ou por companhias. (REBOUÇAS, 1874, p. 77)

Nesses escritos, o próprio Rebouças idealizava a garantia de juros como o único método que viabilizava a atração dos recursos para os melhoramentos que o Brasil demandava. Em certo sentido, Rebouças está certo, para os melhoramentos através das companhias privadas, as garantias de juros eram necessárias, mas essa não era a única via...

Também discordamos de Gomes sobre a concepção coetânea de “Docas”. Em todo o oitocentos, as “Docas” tiveram uma definição muito diversa e idealizada, de forma que não podemos encarar sua concepção linearmente, a concepção deste melhoramento era algo em disputa. O autor contrapõe as docas inglesas, nova iorquinas ou de cais contínuo como parte do senso comum da época de forma naturalmente sucessiva, o que não se dava, pois foram propostas ao mesmo tempo, defendidas diferentemente nos mesmos portos e por diversos interesses.

A grande questão do financiamento das obras hidráulicas e portuárias no Brasil começou a se resolver a partir do debate que associava a premência das melhorias nos portos nacionais ao reconhecimento de que, sem o pesado recurso ao Tesouro Público, esses necessários investimentos não se efetivariam. Apenas nos estertores do Império, com a lei orçamentária 3314 de 1886, que as mais efetivas formas de garantias de juros serão implementadas no intuito de garantir a transformação da lógica produtiva nos portos do Brasil. Como se lê no texto legislativo:

O Governo poderá estabelecer em favor das empresas que se organizarem para melhoramento dos portos do Imperio, além das vantagens a que se refere a Lei n. 1746 de 13 de Outubro de 1869, uma taxa nunca maior de 2% em referencia ao valor da importação, e de 1% ao da exportação de cada um dos ditos portos. As taxas destinadas áquelle serviço serão arrecadadas directamente pelo Estado, e calculadas de maneira que não excedam o necessario para o juro correspondente ao capital das empresas, á razão de 6% ao anno, e para a respectiva amortização no maximo prazo de 40 annos.

Si o Governo julgar mais conveniente effectuar os referidos melhoramentos por conta do Estado, poderá aplicar o producto das mencionadas taxas ás obrigações que neste sentido contrahir.³⁸²

Mesmo sendo autorizativo e não impositivo, esse precedente fora observado nas principais empreitadas para construção dos maiores portos brasileiros. Pelo seu caráter autorizativo, essa disposição foi revista durante os projetos que se efetivaram no início do século XX. Excluiu-se o 1% sobre exportações, mas garantiu-se os 2% sobre importações nas construções dos portos do Rio de Janeiro, Belém, Fortaleza, Salvador e Rio Grande. Conforme observa Alfredo Lisboa:

Nos primeiros 20 anos de vigência dessa lei [1746 de 1869], isto é, até o advento da República, tais concessões, conquanto referentes aos nossos principais portos, não deram em resultado a realização dos seus objetivos; e só mais tarde é que, após estudos mais acurados sobre a natureza e extensão das obras necessárias e sobre os recursos, que da exploração comercial dos mesmos adviriam, foram renovadas as concessões mediante maiores favores, entre outros o recurso ao imposto de 2% ouro, sobre importação do exterior, ao qual se refere o art. 7 da lei n. 3314 de 16 de outubro de 1886. (LISBOA, 1922, p. 6)

Segundo o mesmo autor demonstra, esse dispositivo foi utilizado tanto para a construção quanto para o financiamento da operação, ou exploração industrial, desses portos. Ainda sim, outra forma de financiamento para as construções dos portos foi criada pela República: a Caixa Especial dos Portos.³⁸³ Ou seja, a Lei de 1886 objetivou a construção dos portos nacionais, mas, em realidade, custeou a montagem do “parque industrial portuário brasileiro”.

Financiamento Via Tesouro

Para tanto, foi mister o recurso aos empréstimos externos para transformar definitivamente os portos nacionais. No caso do Rio de Janeiro, o Ministro da Fazenda foi autorizado, através do Decreto nº 4.839, de 18 de Maio de 1903:

contractar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, um emprestimo de oito e meio milhões sterlingos (£. 8.500.000) capital nominal, ao preço de noventa libras esterlinas (£ 90) por cem e juros de cinco por cento (5 %) ao anno, destinado ás obras de melhoramento do porto desta Capital e outras complementares.³⁸⁴

A maior parte dos aportes feitos pelos Rothschild foi dispendida com a contratação do experiente empreiteiro C.H. Walker, um dos responsáveis pela construção do canal do Porto de Manchester e por toda seção sul do Porto de Buenos Aires, os serviços do empreiteiro inglês foram orçados em 4.500.000

³⁸² Elaborada já no século XX, tinha como objetivo custear as obras hidráulicas e portuárias feitas pelo Estado amortizando os empréstimos tomados para tal.

³⁸³ Coleção das Leis da República do Brasil. Decreto Federal nº 4.839, de 18 de Maio de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

³⁸⁴ Coleção das Leis da República do Brasil. Decreto Federal nº 4859, de 8 de julho de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

libras esterlinas. A engenharia nacional projetava, supervisionava, fiscalizava, autorizava serviços e gastos, mas a execução das obras fora confiada à competência técnica de uma empresa nascida no centro da “revolução industrial Portuária inglesa”.

Através do Decreto nº 4.859, de 8 de Junho de 1903 foi estabelecido um regime especial para a execução das obras de melhoramento de portos:

Art. 3º Para as despesas necessarias á execução dos melhoramentos desses portos o Governo fará as precisas operações de credito, podendo emitir titulos, em papel ou em ouro, que correspondam, por seus juros e amortização, ás responsabilidades que, para cada um, possam ser providas pelas taxas que ahi serão cobradas, estabelecidas nas leis e concessões em vigor.

Paragrapho unico. O producto desses titulos, que, até sua applicação, ficará em deposito e por conta especial, não poderá ser empregado em outros serviços.

Art. 4º Os titulos, que se tiver de emitir para melhoramento de «Portos do Brazil», terão taxas de juros e amortização uniformes, mas a emissão será feita por secções independentes e relativas a cada porto, em conformidade com o artigo antecedente.

Art. 5º Para o serviço de juros e amortização dos titulos emitidos haverá em cada porto uma Caixa especial, constituída com os recursos seguintes:

I. Renda das propriedades adquiridas e desapropriadas e o producto da alienação das que se tornarem dispensaveis para o serviço do porto.

II. Producto da taxa até 2 %, ouro, sobre o valor da importação pelo porto.

III. Renda dos cáes, armazens e demais serviços do porto, mediante pagamento das taxas que forem estabelecidas.

IV. Qualquer outra renda eventual relativa ao porto ou estabelecida em lei.

Art. 6º A direcção e fiscalização das obras e serviços, bem como a da **Caixa especial**, ficarão a cargo de uma, comissão que o Governo organizará para cada porto, segundo o regimen que mais convenha.³⁸⁵

Funcionando como um grande fundo público a Caixa Especial dos Portos deveria não só controlar as despesas da obra, como administrar os recursos provenientes do empréstimo contraído em Londres, as receitas dos novos tributos e vender os terrenos que passaram a compor o seu patrimônio visando o desenvolvimento industrial da região. O Governo Federal acreditava que com as novas receitas oriundas dos tributos e das vendas de imóveis, conseguiria, não só pagar o empréstimo, como ter recursos para a consecução das obras da chamada 2ª seção que iria do Canal do Mangue até a Ponta do Caju.

Referências Bibliográficas

GOMES, Alessandro Felipe de Meneses. Das Docas de Comércio ao Cais Contínuo: as Tentativas Frustradas de Melhoramento do Porto do Recife no Oitocentos. 2016. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

HONORATO, Cezar. O Polvo e o Porto. São Paulo: HUCITEC, 1996.

³⁸⁵ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: pedrosousadasilva13@gmail.com

LAMARÃO, Sérgio Tadeu. Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1991.

LISBOA, Alfredo. Portos do Brasil (grifos nossos). Rio de Janeiro: O Norte, 1922.

MANTUANO, Thiago Vinícius. O TRAPICHE E SUAS FRONTEIRAS: A operação portuária pré-capitalista no Rio de Janeiro do século XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

MANTUANO, Thiago Vinícius. Porto do Rio de Janeiro: um Panorama da sua Operação no século XIX. REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO , v. 2, p. 589-618, 2017.

REBOUÇAS, André. Garantia de Juros. Estudos para sua Aplicação às Empresas de Utilidade Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874.

VELLASCO E CRUZ, Maria Cecília. Virando o Jogo: Estivadores e Carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1998.

A CONSTRUÇÃO CIVIL CARIOCA E O GOVERNO LACERDA: o caso SBU e Quattroni

Pedro Sousa da Silva³⁸⁶

Resumo: As grandes obras realizadas na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1930 e 1940 tiveram como umas das suas consequências a formação de um pequeno grupo de grandes empreiteiras locais. Nos anos 1950, durante o governo de Juscelino Kubistchek, as empreiteiras cariocas, mineiras e paulistas, foram as principais responsáveis pela execução dos grandes projetos de infraestrutura do Plano de Metas e pela construção de Brasília. Além de participar de tradicionais entidades da sociedade civil da então capital federal – como o Clube de Engenharia e o Sindicato da Indústria da Construção Civil – as empreiteiras cariocas foram protagonistas do processo de criação da ABEOP – Associação Brasileira dos Empreiteiros de Obras Públicas – primeira entidade nacional do setor e que contava com bom trânsito entre os membros do Executivo e Legislativo da cidade do Rio de Janeiro. Esta situação sofreu uma mudança drástica com a chegada ao poder em 1960 de Carlos Lacerda, eleito o primeiro governador do recém-criado estado da Guanabara. Para combater os empresários ligados ao varguismo, Lacerda suspendeu diversos contratos em vigor com as empreiteiras cariocas e abriu o mercado de obras locais para construtoras de outros estados. A política do governo da Guanabara foi um dos principais fatores para o início do processo de decadência das empreiteiras cariocas. Neste trabalho examinaremos o impacto da política lacerdista na trajetória da Sociedade Brasileira de Urbanismo e da Quattroni, as empresas que detinham os contratos mais vultosos com a Prefeitura do Rio de Janeiro na segunda metade da década de 1950. Com base na concepção de Estado elaborada por Antonio Gramsci, nosso trabalho pretende demonstrar como as mudanças dos grupos políticos no interior do Estado restrito tem influência fundamental na trajetória dos grupos econômicos.

Palavras-Chave: Empreiteiras; Rio de Janeiro; Carlos Lacerda

Introdução

Como segundo maior centro industrial do Brasil após a década de 1920, a cidade do Rio de Janeiro continuou a ser a mais populosa do país até o início dos anos 1960, período no qual – após deixar de ser capital federal – a cidade foi transformada no estado da Guanabara (FICHER, 1994, p. 61). A importância política e econômica do Rio de Janeiro levou a recorrentes intervenções no espaço urbano desde o início do século XX (ABREU, 2013, p.59). De maneira geral, os oito anos da ditadura do Estado Novo (1937-1945) têm papel decisivo na formação e ampliação do mercado para as empreiteiras cariocas. O grande volume de obras executadas pela administração municipal – que incluíam a remodelação da circulação viária do centro da cidade, abertura de novas estradas e a duplicação do túnel do Leme – além de fomentar as atividades da construção civil também deram origem ao predomínio de um pequeno grupo

³⁸⁶ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Email: lice82uf@gmail.com.

de empresas, a maioria surgida na época, que concentrariam a maior parte dos ganhos nas licitações da Secretaria Obras do município nas duas décadas seguintes (KLEIMAN, 1994a, p. 112).

Fundada em 1931, pelos engenheiros Paulo de Frontin e Zózimo Barroso do Amaral, a Sociedade Brasileira de Urbanismo (SBU) foi a empreiteira que adquiriu os maiores contratos com a Prefeitura do Rio de Janeiro durante o Estado Novo (SILVA, 2017, p. 215-240). Além de fortes ligações com o grupo político de Getúlio Vargas, e posteriormente com o PSD, a diretoria da empresa tinha participação ativa nas principais organizações que reuniam os empreiteiros cariocas. Dono de uma rica trajetória na sociedade política e na sociedade civil, o engenheiro e ex-prefeito André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933) era a principal liderança política da cidade do Rio de Janeiro na década de 1920 e exerceu o cargo de presidente perpétuo do Clube de Engenharia (PINTO, 2008, p. 160). Sócio e colaborador de Paulo de Frontin, o engenheiro Zózimo Barroso do Amaral foi presidente da SBU até seu falecimento em 1959 (SBU, 1959, p.6). Sua proximidade com a ala mais conservadora do varguismo lhe valeu a indicação por parte de seu genro, o empresário Assis Chateaubriand, para a direção do jornal Diário da Noite em 1932 (FOI SEPULTADO, 1959). Outra liderança da Sociedade Brasileira de Urbanismo foi Antônio Manuel de Siqueira Cavalcanti fundador e presidente durante os dez primeiros anos da Associação Brasileira de Empreiteiros de Obras Públicas (ABEOP). Os laços de Siqueira Cavalcanti com o PSD carioca atingiram seu ponto alto nas eleições de 1960, para a Assembleia Constituinte da Guanabara, quando o empreiteiro saiu candidato pela legenda pessedista (AO ELEITOR, 1960, p.9).

Durante a gestão do interventor Henrique Dodsworth (1937-1945), sobrinho e apadrinhado político de Paulo de Frontin, a Sociedade Brasileira de Urbanismo executou as obras da Estrada Nova da Tijuca (posteriormente Av. Edison Passos), Avenida Brasil, Estrada do Corcovado, Gávea e das Canoas, trechos da urbanização da Esplanada do Castelo entre outras obras que totalizavam US\$ 4.799.587,06 (BOLETINS, 1938-1945).

Outra empresa de destaque na primeira metade da década de 1940 era a L. Quattroni S.A., construtora criada pelo empresário Luigi Quattroni em 1940. Durante os anos 1960, além de dirigir a empreiteira que levava o nome da família, Luigi Quattroni era presidente da Industrial Construtora do Brasil S.A., conhecida pela sigla Inconbrasa, e diretor da Companhia Agrícola do Açude (COMPANHIA, 1960, p.3; INCONBRASA, 1964, p.18). Apenas três anos após a fundação, a construtora L. Quattroni já detinha um significativo número de contratos com a ditadura estado-novista que incluíam a construção de pontes, saneamento e calçamento de diversas vias nos subúrbios. Tal volume de obras, no valor de US\$

853.428,65, levou a Quattroni a figurar na lista das construtoras com maior faturamento apesar da empreiteira não participar dos empreendimentos mais vultosos da Gestão Dodsworth (BOLETINS, 1944).

Além dos membros da família Quattroni, a empreiteira contava com a colaboração do engenheiro Iberê de Abreu Martins, como segundo maior acionista e membro da diretoria da empresa. Antigo diretor da Secretaria Geral de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro, Iberê de Abreu Martins atuou no planejamento de grandes obras do final dos anos 1930 como a Estrada Nova da Tijuca. Além de participar da direção da construtora, Iberê de Abreu Martins representou a L. Quattroni na direção provisória da ABEOP em 1953 (HOMENAGEM, 1959, p.4).

O governo de Juscelino Kubistchek (1956-1960), com as obras do Plano de Metas e a construção de Brasília, significou um ponto de virada para as construtoras cariocas ao criar um mercado nacional para empreiteiras mineiras, paulistas e do Rio de Janeiro (CAMARGOS, 1993, p.92). Durante todo o Governo JK o PSD carioca ocupou o Ministério de Viação e Obras Públicas, fato que alavancou o número de projetos executados por construtoras como a L. Quattroni, SBU e Genésio Gouvêa que desfrutaram de grande prestígio durante as gestões ministeriais de Lúcio Meira e Ernani do Amaral Peixoto (Idem, p.94).

No âmbito municipal a força das construtoras se expressou nas políticas do Prefeito Francisco Negrão de Lima, que concedeu isenção do pagamento do Imposto Sobre Vendas e Consignações para os materiais empregados por empreiteiros e construtores e criou a Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN) um órgão destinado a realizar um grande conjunto de obras públicas na cidade (COLEÇÃO DE LEIS DO DISTRITO FEDERAL, 1958). A criação da SURSAN atendia uma antiga reivindicação dos empreiteiros contra os procedimentos do Tribunal de Contas que atrasavam a liberação das verbas para os empreendimentos da Secretaria de Obras (FREIRE; OLIVEIRA, 2008, p.20-30). Com o surgimento da nova entidade, o projeto da Avenida Perimetral foi totalmente alterado com a decisão de construir uma via elevada, entretanto, a prefeitura não realizou uma nova licitação e concedeu os novos trabalhos para a Sociedade Brasileira de Urbanismo, responsável pelas obras anteriores na avenida (REIS, 1977, p.133).

Os últimos seis anos da cidade do Rio de Janeiro como capital federal mantiveram a histórica concentração do mercado de obras públicas com 10 empresas realizando 44% das empreitadas enquanto 87 empresas repartiam os 56% restantes. O exame do faturamento revelava uma concentração ainda maior com a L. Quattroni – responsável por 5,6% das obras – concentrando 40% do faturamento

enquanto a Sociedade Brasileira de Urbanismo – responsável por 6,2% das obras no período – detinha 12,1% e a CAVO englobava outros 6% do faturamento total (KLEIMAN, 1994a, p.284).

Além das obras da Avenida Perimetral, a SBU construiu no período de Juscelino Kubistchek os viadutos Lobo Junior e sobre o Rio Acari, trechos da Avenida das Bandeiras, as redes de saneamento básico de Copacabana e da Avenida Atlântica e a Elevatória do Leblon. No mesmo período, a L. Quattroni foi responsável pelas obras do Túnel Catumbi-Laranjeiras e pela duplicação de trechos da Avenida Brasil. A força da construtora de Luigi Quattroni também foi demonstrada pelas obras dos túneis no bairro de Copacabana adquiridas sem licitação. Com aval dos técnicos da SURSAN, em 1959, as obras do túnel Sá Freire Alvim foram transferidas da firma Brasil Construtora para a empreiteira dos Quattroni. O mesmo procedimento se repeliu meses depois quando a empreiteira paulista Azevedo Travassos S.A. cedeu para a construtora carioca o seu contrato para as obras do túnel Major Vaz (DIRETOR Da SURSAN, 1960, p.2).

O crescente volume de empreendimentos sobre controle da empreiteira levou a diretoria a aumentar o capital social da empresa em Cr\$ 100.000.000,00 no início de 1960 (QUATTRONI, 1960, p.2). A Quattroni também tinha laços com outras empreiteiras cariocas com Luigi Quattroni integrando o quadro de acionistas da Genésio Gouveia enquanto Jorge Luiz de La Rocque, presidente daquela empresa, participou do Conselho Fiscal da construtora Quattroni durante a primeira metade dos anos 1960 (GENÉSIO GOUVEIA, 1961, p.8).

O governo Lacerda

A década de 1960 iniciou um período de grandes rupturas políticas e administrativas com a transferência da capital para Brasília e a transformação do Rio de Janeiro em cidade-estado através da criação da Guanabara como nova unidade federativa. Em outubro de 1960, depois de uma acirrada campanha e uma vitória apertada sobre o candidato do PTB, Carlos Lacerda se tornou o primeiro político da UDN a governar, com plenos poderes, o Rio de Janeiro (MOTTA, 2015, p.92).

Filho de uma família tradicional na política carioca, Carlos Lacerda se consolidou com principal líder civil nacional da UDN, atuando como jornalista e proprietário do jornal Tribuna da Imprensa, criado em 1949 (KELLER, 2018). Mobilizando um discurso moralizador e anticomunista, Lacerda teve atuação destacada no episódio que levou ao suicídio de Vargas em 1954. Com grande entrada no eleitorado dos setores médios e dos bairros mais ricos do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda foi o deputado carioca mais

votado nas eleições de 1954 e 1958, transformando-se em grande opositor dos governos Kubitschek e Goulart (MOTTA, 2000, p.48).

Na Guanabara, Carlos Lacerda obteve a vantagem de receber uma unidade federativa recém-criada, dona da segunda maior arrecadação de impostos do país e livre das interferências políticas da esfera federal que tanto marcaram as administrações do antigo Distrito Federal (OSÓRIO, 2005, p.156). Destinando 70% dos investimentos governamentais, entre 1961 e 1964, para obras do setor viário, água e esgoto, Carlos Lacerda pretendia que a Guanabara fosse seu grande trunfo para as eleições presidenciais de 1965. O primeiro governo da Guanabara ficou marcado pelas obras da segunda adutora do Rio Guandu – que atenuaram o histórico problema de abastecimento de água no Rio de Janeiro – e pela conclusão das grandes obras que se arrastaram ao longo da década de 1950 como o Túnel Santa Bárbara, o projeto paisagístico e a urbanização do Aterro do Flamengo e a Avenida Radial Oeste no bairro do Maracanã (ABREU, 2013, p.133). O anticomunismo e a oposição de Lacerda ao governo de João Goulart atraíram a simpatia do governo norte-americano que disponibilizou fartas linhas de créditos ao governo da Guanabara. A ajuda estrangeira representou 42% do total desembolsado nas obras para o fornecimento de água e 20% do total gasto com a rede de esgoto (PEREZ, 2007, p.122).

O plano de obras do governo Lacerda reafirmou a tendência rodoviarista presente no planejamento e nas intervenções urbanas das administrações anteriores ao privilegiar soluções que facilitassem o transporte em veículos particulares com prioridade para as zonas com terrenos de maior valor. A gestão Lacerda tirou do papel antigos planos como o túnel Rio Comprido-Lagoa – batizado de Túnel Rebouças –, o Trevo dos Marinheiros e outras obras que totalizavam 19 viadutos (19 VIADUTOS,1965). Outra política lacerdista que contribuiu para a estratificação social da cidade e atendia aos anseios das incorporadoras e da especulação imobiliária foi a remoção de favelas. Ao longo do governo Lacerda foram removidos mais 8 mil barracos em 27 favelas (VALLADARES, 1978).

No campo dos planos-diretores, o governo Lacerda construiu uma nova proposta de ordenamento urbano ao contratar o urbanista grego Constantinos Doxiadis. De maneira geral, o Plano Doxiadis, como foi posteriormente conhecido, tinha como objetivo preparar a cidade para uma frota de um milhão e meio de veículos. O plano alertava para a necessidade de planejar a construção de 402 quilômetros, de vias expressas de alta velocidade e sem cruzamentos, as *freeways*, integradas a uma rede complementar de avenidas para distribuição de fluxo (OAKIM, 2012, p. 33-59).

A política urbanística de Lacerda, em sintonia com a “febre viária”, foi mantida pelas gestões de Negrão de Lima e Chagas Freitas. Segundo Angela Penalva Santos, estas medidas proporcionaram a

incorporação à malha urbana das terras da baixada de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca para onde se deslocaram a maioria dos lançamentos imobiliários e várias atividades comerciais e serviços nas décadas seguintes (SANTOS, 2003, p.142).

O impacto do governo Lacerda nas empreiteiras cariocas

A gestão de Carlos Lacerda provocou grandes mudanças no mercado da construção civil ao adotar novas políticas de financiamento e licitações através de carta-convite. Com o propósito de enfraquecer o grupo empresarial ligado ao varguismo, o governo da Guanabara abriu o mercado de obras local para empresas de outros estados debilitando o grupo das tradicionais empreiteiras cariocas (CAMPOS, 2014, p.75).

Esta política do governo Lacerda tem seu maior exemplo na trajetória da Sociedade Brasileira de Urbanismo, empresa com laços profundos com o antigo grupo dirigente da cidade e que sempre figurou entre as maiores empreiteiras do Rio de Janeiro nos decênios anteriores. No início do de 1961, além do Elevado da Perimetral, a empresa detinha obras na Avenida Brasil, Estrada do Timbó, esgotos e viaduto da Rua Lobo Junior, obras na Estrada das Paineiras e na Avenida dos Democráticos entre outras empreitadas com a SURSAN e o DER que totalizavam 30 contratos (CPI SURSAN, 1964A, p.12). Nesta época a SBU passou a enfrentar constantes atrasos nos repasses do governo e grandes dificuldades em obter empréstimos com o Banco do Estado da Guanabara.

Segundo Siqueira Cavalcanti, o BEG caucionava apenas 14% do total de empreendimentos da SURSAN e DER sob responsabilidade da sua empresa. Ao mesmo tempo, o banco estatal estabeleceu um teto 30 milhões de cruzeiros para financiamento da SBU, enquanto concedia Cr\$ 800 milhões para a empreiteira paulista Servix (CPI DESVENDA, 1964, p.1). As barreiras para conseguir financiamento e a demora no pagamento de suas faturas levaram a SBU a desistir de seus contratos ao longo de 1962. A maioria das obras da Sociedade Brasileira de Urbanismo foram transferidas para a construtora carioca Engefusa e duas para a Cimbra – empresas que não detinham contratos de vulto com o governo carioca antes da gestão de Lacerda (CPI SURSAN, 1964A, p.12).

O enfraquecimento da empresa também é notado pelas notícias na grande imprensa sobre atrasos no pagamento de salários e outros direitos trabalhistas que se multiplicam no primeiro semestre de 1963 (SBU ACUSADA, 1964, p.3). Entre maio e julho a SBU foi condenada duas vezes pela Justiça do Trabalho; no mesmo período os operários da empresa entraram greve após 8 semanas sem receber seus salários (OPERÁRIOS, 1963, p.4). Durante a paralização, os trabalhadores denunciavam que a direção da

empresa praticava assédio moral sobre seus operários, demitia sumariamente sem o pagamento dos direitos trabalhistas e se desfazia do maquinário afim de transferir suas operações para o estado do Mato Grosso (TRABALHADORES, 1964, p.3).

A transferência da Sociedade Brasileira de Urbanismo para a região centro-oeste tem ligação com as atividades desenvolvidas pela empresa durante o período JK quando se associou a Valter Pfiel – engenheiro com ligações na Comissão de Estradas de Rodagem do Mato Grosso – para construir uma ponte sobre o Rio Cuiabá (PONTE, 1961, p.5). De maneira geral, a decadência da SBU afetou a ABEOP que não divulgou datas de assembleias ou fez declarações à imprensa ao longo de 1962. A entidade só voltaria a aparecer nos jornais no final de 1963, já sem a direção de Siqueira Cavalcanti (EMPREITEIROS, 1963, p.10).

A L. Quattoni gozou, inicialmente, de boas relações com a gestão Lacerda ao arrematar as duas maiores obras de infraestrutura do governo: a concorrência para a construção do Túnel Rio Comprido-Lagoa, posteriormente batizado de Túnel Rebouças, e a maior parte dos lotes das obras da 2ª Adução do Guandu em associação com a empreiteira paulista Servix no Consórcio Construtor Guandu S.A. (KLEIMAN, 1994b, p.130). O destaque da empresa de Luigi Quattoni atraiu ataques da imprensa varguista que acusava o empreiteiro de monopolizar as concorrências de túneis na cidade e participar da “caixinha para financiar Lacerda, junto com bicheiros e empresas de serviços públicos” (TEIXEIRA, 1962, p.3).

A relação entre a L. Quattoni e o governo da Guanabara sofreu uma mudança brusca em meados de 1962 quando a empresa passou a sofrer multas diárias por atraso no ritmo das obras do Túnel Rebouças e no túnel da Rua Toneleiros em Copacabana (FERNANDES, 1963, p.13). Em pouco tempo, a pressão governamental obteve efeito e as obras Túnel Rebouças foram cedidas, sem nova licitação, para a Servix, empresa que já tinha recebido através de cartas-convite, dois contratos que totalizavam 256 milhões de cruzeiros para obras do Rebouças no trecho entre o Cosme Velho e a Lagoa. A empreiteira paulista possuía fortes laços com figuras próximas aos governantes da Guanabara sendo seu primeiro vice-presidente, Eduardo Borgeth, primo de Otávio Borgeth, presidente da Fundação Otávio Mangabeira, e pessoa intimamente ligada a Carlos Lacerda e ao influente secretário Raphael de Almeida Magalhães (CPI DESVENDA, 1964, p.1).

Apesar de obter todas as obrigações contratuais da Quattoni, a Servix ficou isenta das multas que incidiam sobre a outra firma por atraso no andamento das obras. Em setembro de 1963, o DER da Guanabara assinou um termo aditivo com a nova detentora das obras do Rebouças; com isso o valor do

projeto passou de Cr\$ 1.372.823.387,00, para Cr\$ 2.893.977.248,20. As cláusulas do contrato de cessão assinado entre a Servix e o governo da Guanabara também estabeleciam a necessidade de equipamento suplementar para a execução das obras. Este equipamento só foi comprado após a operação de transferência de contrato, graças ao empréstimo de 400 milhões de cruzeiros que o BEG concedeu à Servix. Parte do equipamento foi adquirido à própria Quattroni que também transferiu mão de obra à Servix (CPI DESVENDA, 1964, p.1).

Neste mesmo período, a Servix adquiriu as ações da Quattroni no Consórcio Guandu, ficando detentora da quase totalidade das ações. Segundo denúncias do jornal Correio da Manhã, a empreiteira paulista admitiu outros sócios apenas para cumprimento da Lei das Sociedades Anônimas (Idem). Novamente, foram firmados termos aditivos acrescentando mais Cr\$ 2.468.562.500, 00 ao valor inicial de Cr\$ 2.035.900.538, 80 (INQUÉRITO, 1966, p.7).

De forma similar ao que aconteceu nos canteiros da SBU, os trabalhadores da L. Quattroni sofreram com atrasos de pagamentos e demissões sumárias. Segundo denúncias do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil quando os operários solicitam explicações sobre os atrasos aos dirigentes da empresa eram assediados com propostas de rescisão contratual com valores irrisórios (TRABALHADORES, 1964b).

As obras do governo Lacerda voltaram ao centro da ALEG no segundo semestre de 1964, quando os deputados oposicionistas, capitaneados por Gonzaga da Gama Filho e Jamil Haddad, iniciaram os trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as relações do Estado da Guanabara com empreiteiros (100%, 1964, p.1; INSTALA-SE, 1964, p.1). Carlos Lacerda classificou a iniciativas de seus opositores da ALEG como “uma tentativa de volta à era das propinas” e os deputados governistas tentaram desde o início impedir o andamento da CPI (CL, 1964, p.4; CPI da SURSAN, 1964b, p.4). Apesar de sua curta duração, a CPI recolheu uma série de depoimentos dos construtores do Rio de Janeiro que corroboram as práticas do governo Lacerda de abrir o mercado de públicas e retaliar o grupo das tradicionais empreiteiras da cidade.

Carlos Silva, presidente da Engefusa, declarou que dos Cr\$ 6 bilhões em contratos de sua empresa com o estado, Cr\$ 4 bilhões foram assinados sem concorrência pública mediante cessão dos contratos da SBU (CPI DESCOBRE, 1964). Aderbal de Miranda Pougy, presidente da Servix, também confirmou em depoimento que sua empresa recebeu do governo da Guanabara Cr\$ 6 bilhões em empreitadas sem concorrência administrativa, através de cessão de contratos, cartas-convite e termos aditivos (CPI DESVENDA, 1964, p.1). Aderbal Pougy também declarou que a crescente inflação dos

anos 1963 e 1964 justificava os vultosos termos aditivos que sua empresa recebeu do governo da Guanabara (Idem, p.1).

Antônio Manoel de Siqueira Cavalcanti, presidente da SBU, desferiu os ataques mais contundentes contra Lacerda ao afirmar que sua empresa foi coagida a assentir com as transferências de contratos devido ao atraso nos pagamentos de suas faturas e as dificuldades em obter qualquer empréstimo com o BEG (CPI da SURSAN, 1964, p.8). Por outro lado, Luigi Quattroni defendeu o governo Lacerda afirmando que a transferências de suas obras para a Servix foram realizadas sem coação governamental e por livre e espontânea vontade (SUSPENSÃO, 1964).

A defesa mais categórica do governo Lacerda foi realizada pelo engenheiro Marcos Tito Tamoio, diretor da SURSAN, ao afirmar que as cessões de contratos se deviam a incapacidade técnica das “tradicionais empreiteiras do antigo Distrito Federal”. O engenheiro também afirmou que os reajustamentos eram comuns e atendiam todas as empresas que atuavam nas grandes obras no governo, como a paulista Tenco S.A responsável por partes do trecho Cosme Velho-Lagoa do Túnel Rebouças (DIRETOR da SURSAN, 1964, p.13). Contradizendo o depoimento de Aderbal de Miranda Pougy, Marcos Tamoio declarou que a Servix recebeu as obras que pertenceram à L. Quattroni devido ao seu maior parque de máquinas antes da cessão dos contratos (DIRETOR da SURSAN, 1964, p.3).

Apesar das denúncias, e do ardoroso apoio de jornais como o Correio da Manhã, os deputados governistas conseguiram esvaziar a CPI no final de outubro. Em novembro de 1964 o deputado Mac Dowell de Castro (UDN) conseguiu uma liminar judicial que suspendeu os trabalhos da Comissão encerrando as investigações sobre as obras da SURSAN (LIMINAR, 1964, p.6).

Conclusão

Ao fim do primeiro governo da Guanabara, o exame da distribuição do faturamento nas obras de abastecimento de água e do setor viário mostra um cenário bem diferente dos anos anteriores com predomínio da Servix, Cavo e Cecob (KLEIMAN, 1994b, 135-139). Ainda que a Cavo continuasse a ser uma das mais importantes empreiteiras do Rio de Janeiro, a empresa pertencia à paulista Camargo Corrêa desde 1956 (CAMPOS, 2014, p.76). Nos governos de Negrão de Lima e Chagas Freitas o Rio de Janeiro continuou a receber grandes obras de infraestrutura como o alargamento da Praia de Copacabana, o emissário submarino de Ipanema e a Autoestrada Lagoa-Barra (REIS, 1978), contudo as grandes construtoras do antigo Distrito Federal não ocuparam um papel de destaque nesses empreendimentos.

Em 1967 parte do patrimônio da construtora L. Quattroni foi penhorado para o pagamento de direitos trabalhistas aos seus funcionários e pouco tempo depois a empresa deixou de existir (PENHORA, 1967, p.3). Um ano após transferir a sede da Sociedade Brasileira de Urbanismo para o estado do Mato Grosso (SBU, 1965, p.9), Siqueira Cavalcanti passou o controle da empreiteira para Antônio Alfredo Mayrink Veiga, empresário membro da tradicional família Mayrink Veiga proprietária da Casa Mayrink Veiga; companhia essa que negociava armamentos com o Exército brasileiro desde a Guerra do Paraguai (TONY, 2016, p.13). O novo mandatário da empreiteira também pertencia ao grupo de empresários próximos aos herdeiros políticos de Getúlio Vargas – a rádio Mayrink Veiga foi um dos pilares da “Rede da Legalidade” fundada por Leonel Brizola com objetivo de defender a posse de Jango, o que posteriormente serviu como justificativa para a ditadura civil-militar fechá-la em 1965 (MAYRINK, 1965, p.11). Antes de adquirir a SBU, Antônio Alfredo Mayrink Veiga exercia a presidência da Terraplanagem Desmonte S.A., construtora na qual Siqueira Cavalcanti era diretor-técnico (TERRAPLANAGEM, 1966, p.6).

A direção de Mayrink Veiga proporcionou uma certa sobrevida a SBU que voltou a trabalhar com o DNER, realizando trechos da Rio-Petrópolis (OBRAS,1966, p.9; OBRAS,1967, p.16), e adquiriu a curitibana Maguiar S.A. e Empresa Nacional de Engenharia (ENESA) sediada em Porto Alegre (SBU, 1969, p.12). Em 1969, a Sociedade Brasileira de Urbanismo se qualificou para as obras do metrô do Rio de Janeiro em consórcio com a empreiteira francesa S.P.I.E. Batignolles (ESTADO, 1969, p.5). Contudo, no início da década de 1970 Antônio Alfredo Mayrink Veiga se afastou da direção da SBU para assumir os negócios da família e pouco tempo depois a empreiteira foi extinta (MARINHA, 1973, p.5; TONY,2016, p.13). Antônio Siqueira Cavalcanti participou do Conselho Fiscal da Ford do Brasil S.A. representado os acionistas com ações preferenciais no final dos anos 1960 e foi eleito para a diretoria do Clube de Engenharia em 1973(FORD, 1969). No Clube de Engenharia, Siqueira Cavalcanti participou da Comissão que declarou o empreiteiro Sérgio Marques de Souza, isento de culpa pela queda de um dos vãos do Elevado Paulo de Frontin, ocorrida em 1971 e que causou a morte de 26 pessoas (CLUBE de ENGENHARIA, 1975, p.22).

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. 4ª edição. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

AO ELEITOR 375 candidatos fazem milhares de promessas. Jornal do Brasil. 18/09/1960. P. 9

BOLETINS da Prefeitura do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística 1938-1945.

CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. Estado e Empreiteiros no Brasil: uma análise setorial. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas: UNICAMP, 1993

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CL: CPI quer voltar à era das propinas. Tribuna da Imprensa. 07/10/1964. P.4

CLUBE DE ENGENHARIA isenta autor do projeto de culpa pela tragédia do Elevado. Jornal do Brasil, 25/10/1975. P.22

CPI DESCOBRE que Estado faz obra sem concorrência. Diário Carioca, 30/09/1964.

CPI DESVENDA negociatas em obras. Correio da Manhã. 2/10/1964. P. 1; Mais 100% no imposto territorial. Correio da Manhã 8/10/1964. P. 1.

CPI da SURSAN ouviu de empreiteiro razões por que transferiu obras a outro. Jornal do Brasil 08/10/1964a. P. 12

CPI da SURSAN serve ao caos político. Tribuna da Imprensa, 10/10/1964. P. 4

COLEÇÃO DE LEIS DO DISTRITO FEDERAL DE 1957 – volume III Leis e Decretos de setembro a dezembro. Superintendência de Urbanização e Saneamento. Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

COMPANHIA AGRÍCOLA DO AÇUDE. Relatório da Diretoria. Jornal do Comércio. 24/04/1960. P. 3

CONSTRUTORA GENÉSIO GOUVEIA S.A. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 1960. Jornal do Comércio. 11/05/1960. P. 8; Construtora L. Quattroni S.A. Relatório da diretoria 1960. Jornal do Comércio, 28/04/1961 p.8.

CONSTRUTORA L. QUATTRONI S.A. Ata da Assembleia Ordinária 21/05/1960. Jornal do Comércio 28/10/1960, p. 2

DIRETOR da SURSAN revela à CPI por que L. Quattroni transferiu obras à Servix. Jornal do Brasil. 13/10/1964. P. 13.

DIRETOR da SURSAN embarca para os EUA e responde as críticas dos membros da CPI. Jornal do Brasil. 15/10/64 p. 3

EMPREITEIROS querem aumento de 60% para não paralisar obras. Jornal do Brasil, 3/01/1963 p.10.

ESTADO qualifica empresas para concorrência das obras do trecho inicial do metrô. Jornal do Brasil, 19/03/1969, p.5

- FERNANDES, Hélio. Fatos e Rumores. Tribuna da Imprensa. 25/03/1963. P.13
- FICHER, Sylvia. Edifícios altos no Brasil. Espaço & Debates: São Paulo: Neru, ano 14, n. 37, p. 61-76, 1994
- FOI SEPULTADO ontem: eng. Zózimo Barroso do Amaral. Diário da Noite. 7/03/1959.
- FORD Willys elege nova diretoria e conselhos para o seu ano fiscal de 1969-71. Jornal do Brasil, 28/10/69.
- FREIRE, Américo, OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) Novas memórias do Urbanismo carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- HOMENAGEM ao Eng.º João Gualberto Marques Porto. Revista Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Viação e Obras. Jan-Jun. 1959. P. 4
- INCONBRASA. Ata da Assembleia Ordinária. Jornal do Comércio. 5/04/1964. P.18
- INQUÉRITO na CEDAG aponta malversação de 8 bilhões. Jornal do Brasil, 6/09/1966, p. 7
- INSTALA-SE terça CPI da SURSAN. Jornal do Brasil. 19/09/1964, p.1
- KELLER, Vilma. Carlos Lacerda. In: ABREU, Alzira Alves de et al. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB). Disponível em < <https://goo.gl/2pSHfC> > acesso em 10/09/2018.
- KLEIMAN, Mauro. De Getúlio a Lacerda: um “rio de obras” transforma a cidade do Rio de Janeiro. As obras públicas de infraestrutura urbana e a construção do novo Rio no período 1938-1965. Tese. FAU/USP: São Paulo, 1994.
- KLEIMAN, Mauro. Construtores do moderno Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPUR/UFRJ, 1994b.
- LIMINAR concedida ontem sustou funcionamento da CPI da SURSAN. O Jornal. 26/11/1964. P.6
- OBRAS da Rio-Petrópolis, que retardam percurso em uma hora, durarão dois anos. Jornal do Brasil, 07/12/1966; p.9;
- OBRAS da nova pavimentação da Estrada Rio-Petrópolis terminam no início de 1968. Jornal do Brasil, 25/07/1967, p. 16
- OPERÁRIOS reclamam pagamentos. Diário Carioca. 8/12/1963, p. 4
- OS 19 VIADUTOS do Plano Viário do Governo Lacerda. Rio de Janeiro: Estado da Guanabara, 1965.
- OSÓRIO, Mauro. Rio nacional Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.
- MAIS 100% no imposto territorial. Correio da Manhã 8/10/1964. P. 1.
- MARINHA acusa Estado por não concluir a perimetral. Jornal do Brasil, 13/04/1973, p.5
- MAYRINK, do samba à política. Jornal do Brasil. 28/07/1965. P. 11

- MOTTA, Marly da Silva. Guanabara, o Estado-Capital. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). Rio de Janeiro: uma cidade na história. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2015
- MOTTA, Marly Silva da. Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- OAKIM, Juliana. A cidade, o urbanista e o plano. Um estudo para a Guanabara por Doxiadis. Monografia de especialização em Sociologia Urbana. UERJ, IFCH, 2012.
- PEREZ, Maurício Domiguez. Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960. Rio de Janeiro: Odisseia Editorial, 2007.
- PINTO, Surama Conde Sá. O prefeito da varinha de condão: A engenharia política de Paulo de Frontin na Prefeitura do Distrito Federal-1919. Vassouras: Revista do Mestrado em História da Universidade Severino Sombra, Vol. 10, 2008.
- PENHORA de bens da L. Quattroni. A Luta Democrática. 09/06/1967. P. 3
- PONTE sobre o Rio Cuiabá atrasou a Brasília-Acre. Diário de Notícias. Primeira seção. 31/01/1961 p.5
- REIS, José de Oliveira. O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.
- REIS, José de Oliveira. A Guanabara e seus governadores. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1978.
- SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SANTOS, Ângela Moulin Simões Penalva; MOTTA, Marly Silva da. O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo Municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). In REVISTA Rio de Janeiro. Dossiê: Reforma Pereira Passos. Nº 10. Rio de Janeiro: UERJ/Fórum Rio de Janeiro/ Laboratório de Políticas Públicas, maio-agosto, 2003
- SILVA, Pedro Sousa da. O Governo Dodsworth: administração e intervenção urbana no Estado Novo (1937-1945). Niterói, 2017. 305 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- SBU acusada de fazer chicana. A Luta Democrática. 21/01/1964 p. 3
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE URBANISMO S.A. Ata da Assembleia Geral Ordinária. Jornal do Comércio 15/09/1959. 2º caderno. P. 6
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE URBANISMO S.A. Assembleia Geral Ordinária, 26/08/1965. Correio da Manhã, 04/09/1965, p.9

SOCIEDADE BRASILEIRA DE URBANISMO S.A. Relatório da Diretoria 1968. Jornal do Brasil, 20/05/1969, p.12

SUSPENSÃO dos trabalhos da CPI da SURSAN é ilegal, afirma MacDowell. Jornal do Brasil. 09/10/1964.

TEIXEIRA, I.B. Coluna “Esse Rio Aflito”. ÚLTIMA HORA. P.3, 23/01/1962.

TERRAPLANAGEM Desmonte S/A. Relatório da Diretoria 1965. Correio da Manhã. 17/04/1966. P. 6.

TONY Mayrink Veiga. Ícone do high Society. O Globo. 29/06/2016. P. 13

TRABALHADORES entregues à própria sorte. A Luta Democrática. 17/06/1964. P. 3

TRABALHADORES assumem compromisso de honra. A Luta Democrática. 10/03/1964B.

VALLADARES, Lícia Prado. Passa-se uma casa: uma análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MESA 12: SABER E PODER: A ENGENHARIA CIVIL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL (1836 - 1900)

Coordenadora: Clarice de Paula Ferreira Pinto (UFRJ)

A mesa reúne pesquisas que se debruçam sobre a formação do campo da Engenharia Civil no Brasil de meados para o final do século XIX, processo que enseja uma série de questões por vezes ofuscadas na historiografia tradicional do período, que não tem por referência o arcabouço teórico-metodológico do materialismo histórico. Partindo da concepção do Estado enquanto relação social, forjada entre a sociedade civil e sociedade política – “momentos” econômico-cultural e administrativo-institucional do todo social, respectivamente –, compreendemos o período de estruturação e crise do Estado Imperial à luz dos conceitos de Estado Ampliado e intelectual orgânico, de modo a analisar e discutir novos agentes e espaços não-institucionais de organização e produção de consenso e formulação de políticas e projetos de poder, que universalizam os interesses das frações dominantes e, mais diretamente, de uma determinada fração de classe hegemônica – a saber, as frações senhoriais, ligadas à produção e comércio escravista e agroexportador, ossatura material do Estado Imperial. Entendemos que o processo de formação do campo da Engenharia Civil, que se dá a partir de meados do século XIX no país, e o caráter político que assumirão as nascentes instituições de engenharia no período, desnuda uma série de importantes discussões a respeito da compreensão materialista de formação do Estado brasileiro. Dentro desse contexto, nossa exposição traz estudos a respeito da construção da política de obras públicas na Província do Rio de Janeiro entre os anos de 1836 e 1860; formação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1874, e de seus principais quadros; e a fundação, composição e atividade do Clube de Engenharia (1880), de caráter político e de classe, atravessado por debates e disputas características da crise de hegemonia e reorganização política e econômica dos anos finais do século XIX e virada para o XX no país.

A POLÍTICA DE OBRAS PÚBLICAS NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL

Clarice de Paula Ferreira Pinto³⁸⁷

Resumo: A comunicação tem como objetivo apresentar os resultados parciais da análise sobre a política de obras públicas na Província do Rio de Janeiro, entre 1836, ano de criação da Diretoria de Obras Públicas, e a década de 1860, quando os investimentos em infraestrutura de transporte na província fluminense, antes direcionados prioritariamente para a construção e melhoramento de estradas, pontes e canais, passaram a ser dirigidos para a expansão das ferrovias.

A partir do rápido crescimento da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba fluminense, já na década de 1830, torna-se necessário a estruturação das vias de circulação para facilitar o escoamento da produção para o porto do Rio de Janeiro. Entre 1835 e 1840, assumindo uma posição hegemônica na construção do Estado Imperial, os conservadores fundaram as bases da administração provincial fluminense. Entre as diversas agências criadas, a Diretoria de Obras Públicas, foi organizada não só para promover a "modernização" da província, mas também como forma de implantar um governo subordinado ao interesses da classe senhorial. Logo, os engenheiros passam a difundir uma determinada visão de mundo, a partir das ideais de "civilização" e "progresso", baseadas na construção de um "Estado moderno" nos moldes dos saberes científicos.

Entre as décadas de 1840 e 1860, podemos observar um grande investimento e planejamento do governo provincial na abertura e melhoramentos das vias de transporte, buscando dar respostas a uma economia agroexportadora ainda em crescimento. Assim, procuraremos entender a política de obras públicas na Província do Rio de Janeiro também como parte do processo de construção de hegemonia de uma classe dominante e da própria montagem do Estado Imperial brasileiro ao longo do século XIX.

INTRODUÇÃO

O presente texto procurará apresentar uma análise da política de obras públicas na Província do Rio de Janeiro, entre 1836, ano de criação da Diretoria de Obras Públicas, e a década de 1860, quando os investimentos em infraestrutura de transporte na província fluminense, antes direcionados prioritariamente para a construção e melhoramento de estradas, pontes e canais, passaram a ser dirigidos para a expansão das ferrovias. Ao mesmo tempo em que se propõe discutir o processo de construção do Estado Imperial.

A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, demandou uma série de melhoramentos e ampliação dos caminhos então existentes para atender ao crescimento do mercado fluminense. Assim, durante o período joanino, foi estimulado o investimento na construção de algumas

³⁸⁷ Para entender melhor tal questão e fazer uma análise mais apurada dos fatos utilizo os conceitos gramscianos de *hegemonia* e de *Estado Ampliado*.

estradas, entre elas as estradas do Comércio (1817) e da Polícia (1820), que durante longo tempo figurariam como importantes vias da província.

Em 29 de agosto de 1828, no reinado de D. Pedro I, foi aprovada uma lei acerca das chamadas obras públicas, que autorizava os "empresários nacionais e estrangeiros associados em companhias ou sobre si" a empreender obras que tivessem "por objeto promover a navegação dos rios, abrir canaes, ou construir estradas, pontes, calçadas e aquedutos" (SZMRECSÁNYI e LAPA, 1996: 164-165). Apesar dessas iniciativas, a comunicação entre o interior e o litoral continuou a se mostrar insuficiente, apresentando inúmeras dificuldades para quem se arriscava a seguir por esses caminhos.

Assim, é somente a partir da década de 1830, quando a expansão cafeeira já alcançara o Vale do Paraíba fluminense, que podemos perceber com maior clareza uma política de obras públicas direcionada para a construção e reformas de estradas, pontes e canais.

Durante o período regencial, o Ato Adicional de 1834, instituído com a intenção de descentralizar as decisões políticas, deu aos governos provinciais maior autonomia sobre seu território. Com isso, a Província do Rio de Janeiro ganhou jurisdição própria, o que permitiu aos políticos conservadores, ligados através de laços de parentesco aos cafeicultores e senhores de engenho fluminense, investir em uma melhor infraestrutura de transporte.

Entre 1835 e o início da década de 1840, a partir do movimento do Regresso Conservador e da ação de homens de governo como Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, e Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde do Uruguai, as bases políticas e administrativas da Província do Rio de Janeiro foram constituídas. Em 1835, foram instituídas a Secretaria da Presidência, a Guarda Policial da Província e a Escola Normal. Em 1836, foram fundadas a Escola de Arquitetos Medidores e o Colégio de Artes Mecânicas para Órfãos, além da criação da Diretoria de Obras Públicas.

Tendo em vista a impossibilidade de recuperar todas as estradas, foi determinado pelo governo provincial que a prioridade seria dada para aquelas que serviriam à expansão cafeeira (TORRES, 1836: 16). Assim, entre 1836 e 1840, os recursos da província foram aplicados nos melhoramentos das estradas da Serra da Estrela, da Polícia, do Comércio, de Itaguaí, além da Estrada de Angra a Rezende e da construção da ponte sobre o rio Paraíba do Sul.

As décadas de 1850 e 1860 assistiram a um investimento maciço em obras públicas. Tais investimentos estavam não só relacionados à estratégia de manter os altos índices da produção cafeeira, mas também visavam garantir o apoio político dos cafeicultores em relação ao Estado Imperial. Esse fato se deve, em grande medida, à aprovação da Lei Euzébio de Queiróz que, em 1850, extinguiu o tráfico

negreiro, contrapondo-se aos interesses dos proprietários escravistas, que não demorariam a sentir os efeitos prejudiciais desta medida. Logo, o governo provincial iniciou uma política que visava medidas compensatórias como, por exemplo, o barateamento dos custos do transporte de seus produtos, subsídios para as lavouras, dentre outros.

Despontava, assim, a necessidade de se estabelecer um sistema de comunicação que ligasse toda a província de forma a conectar as estradas e vias fluviais às ferrovias, de maneira eficiente. A ligação entre a Estrada de Ferro Mauá, inaugurada em 1854, e a Estrada Normal de Estrela é um bom exemplo desse projeto, assim como a sua ligação com a Estrada União e Indústria.

A POLÍTICA DE OBRAS PÚBLICAS

O desenvolvimento de uma política de obras públicas na Província do Rio de Janeiro está relacionado às estratégias de manutenção tanto dos lucros da produção cafeeira quanto do apoio político dos cafeicultores fluminenses ao Estado Imperial.

A expansão da lavoura cafeeira pelo Vale do Paraíba fluminense expôs a necessidade de criação de uma política eficiente de obras públicas, que atendesse às demandas da economia agroexportadora e do mercado interno, interligando o interior da província ao porto do Rio de Janeiro. No *Relatório de Presidente de Província* do ano de 1835, Joaquim José Rodrigues Torres destacava a importância do investimento público em estradas para "promover o melhoramento e conservação destes indispensáveis vehiculos de nossos productos e comunicações". Ressaltava, ainda, que os "esforços empregados em promover nossa nascente industria, (...) so accrescentarão a riqueza e prosperidade material desta Província" (TORRES, 1835: 34).

A criação da Diretoria de Obras Públicas, em dezembro de 1836, marcou o início de uma política mais organizada em relação à infraestrutura de transporte tendo, como função, mapear o território e "fiscalizar todos os fatores relacionados aos projetos de estradas e suas obras" (SOUSA, 1836: 37). Dessa maneira, os engenheiros passam a ganhar importância, pois passam a cumprir importante papel dentro da administração provincial, cabendo a eles a responsabilidade pelos projetos e execuções das obras públicas.

Em 1838, a Província do Rio de Janeiro sofreu uma "espantosa diminuição de renda", tendo que "diminuir imediatamente as despesas" (SOUSA, 1838: 18-19). Assim, obras nas Estradas da Polícia, de Angra dos Reis a Rezende e da Serra da Estrela foram suspensas, até que os cofres provinciais pudessem arcar com suas despesas. No *Relatório de Presidente de Província* de 1840, Paulino José Soares de Sousa

volta a chamar atenção para o fato dado que "as mesmas causas", fizeram "várias obras em andamento suspensas (...)"(SOUSA, 1840: 62).

A partir da década de 1840, a expansão da lavoura cafeeira se deu em direção a áreas do centro e do norte da província, como foi exposto de forma detalhada no *Dicionário histórico e geográfico do Brasil*, de autoria de Millet de Saint Adolphe.

A questão dos gastos públicos foi retomada nos relatórios dos anos de 1846 e 1847, quando o presidente Aureliano Coutinho criticava a forma de arrematação das obras, alegando que "o systema de investir em várias estradas e canaes, pontes - seja construção, melhoramentos ou reparos" onerava os cofres públicos (COUTINHO, 1846: 20). No entanto, explicita que era muito útil e necessário para a economia a aplicação de recursos em estradas, como a do Rodeio, da Polícia e do Comércio (COUTINHO, 1847: 22).

Após a Lei Eusébio de Queiróz, em 1850, os cafeicultores fluminenses passaram a defender mais diretamente os melhoramentos em infraestrutura de transportes. Contudo, através da análise do *Relatório do Ministério dos Negócios do Império* de 1851, apesar da produção do café visivelmente prosperar, "ainda continua a lutar com as dificuldades dos meios de transporte" (COSTA, 1852: 13).

Durante a década de 1860, encontramos nos *Relatórios de Presidente de Província* tanto incentivos para a abertura de estradas de rodagem, quanto para a construção de estradas de ferro. No relatório do ano de 1860, podemos observar o desenvolvimento das ferrovias na província, com a divisão de investimentos entre o governo geral e o provincial. O documento destaca a estrada de Porto das Caixas à Cantagalo, que teve "terminada sua primeira secção (...), compreendida, entre o Porto das Caixas a raiz da serra de Friburgo, e tendo sido inaugurada no dia 22 de abril (...), foi a 28 do mesmo mez aberta ao transito publico" (MOTTA, 1860: 43).

Chama atenção a importância dada à Estrada União e Indústria nos *Relatórios de Presidente de Província* da década de 1860. A estrada facilitaria o escoamento dos produtos oriundos de Minas Gerais e dos municípios fluminenses do Vale do Paraíba, mostrando-se "de grande vantagem aos interesses agricolas e commerciais" (MOTTA, 1860: 42-44). Em 1861, a Estrada União e Indústria se associou à Cia. Estrada de Ferro Mauá, tornando-se, nesse período, a principal via de transporte para as áreas centrais da província.

A partir da análise dos *Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, entre 1865 e 1868, podemos avaliar melhor algumas transformações ocorridas na província com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II e da Estrada de Ferro Cantagalo. Dessa forma, embora

ainda possamos observar alguns investimentos em conservação, melhoramentos e até mesmo na construção de novos trechos da Estrada da Polícia, do Presidente Pedreira, de Niterói a Itaboraí e do Canal Campos - Macaé, a década de 1860 - a partir da expansão das ferrovias - ficaria marcada por uma mudança na política de obras públicas na província fluminense (SOARES, 1864: 44-49).

É necessário ressaltar a ação dos engenheiros, se em um primeiro momento era somente de organização e mapeamento do território, já em meados da década de 1840, esses aparecem como figuras essenciais para o governo provincial - pois, auxiliavam o presidente de província na escolha dos projetos mais vantajosos e também buscavam espalhar uma determinada visão de mundo, proveniente do grupo dominante.

Ao que tudo nos indica, este grupo de engenheiros, interessado num projeto de nação que os favoreceu profissionalmente, articulou-se em busca da produção de consensos *intra* e entre classes, vinculados a interesses mais imediatamente ligados à produção cafeeira.

APLICAÇÃO DOS CONCEITOS

A política de obras públicas na Província do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1830 e 1860, pode ser entendida dentro do processo mais amplo de construção do Estado Imperial e da hegemonia de uma classe dominante³⁸⁸.

A direção moral e intelectual exercida pelo grupo conservador, no governo da Província do Rio de Janeiro, chamou atenção pelo planejamento de suas ações intervencionistas, traduzido em políticas públicas que defendessem os seus interesses enquanto classe dominante. Com o desenvolvimento e expansão da cultura cafeeira na província fluminense, esses interesses estavam voltados, principalmente, para a construção e melhoramentos de vias de comunicação.

A partir do rápido crescimento da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba fluminense, já na década de 1830, torna-se necessário o investimento em uma infraestrutura de transporte que facilitasse o escoamento da produção para o porto do Rio de Janeiro.

Entre 1835 e 1840, assumindo uma posição hegemônica na construção do Estado Imperial, os saquaremas fundaram as bases da administração provincial fluminense. Entre as diversas agências criadas, estava a Diretoria de Obras Públicas, organizada não só para dotar a província de estradas, pontes e canais, mas também como forma de implantar um governo subordinado aos interesses da classe

³⁸⁸ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História na UNIRIO. laurinharoberta@hotmail.com

senhorial. Utilizando dessa forma, os engenheiros como agentes do governo, que buscavam difundir determinados interesses e visões de mundo, a partir das ideais de "civilização" e "progresso", baseadas na construção de um "Estado moderno" nos moldes dos saberes científicos.

No *Relatório de Presidente de Província* de 1838, Paulino José Soares de Sousa afirmava que "a marcha da nossa indústria, até o presente abandonada a si mesma e rodeada de obstáculos", conseguiria ainda assim, "tão importante e maravilhoso resultado" (SOUSA, 1838: 43). Na visão do presidente de província, a apoio do governo, através de subsídios públicos para a construção de estradas, pontes e canais, era essencial para a prosperidade da economia cafeeira fluminense. Para Paulino, a província deveria "aproveitar a tempo huma fonte de riqueza (...), que no decurso de poucos annos, apesar de todos os obstáculos com que tem que lutar o productor (...), tanto tem a enriquecido" (SOUSA, 1838: 48).

Entre as décadas de 1840 e 1860, com a expansão da lavoura cafeeira e o aumento da demandas por novos projetos de abertura e melhoramentos das vias de transporte, podemos observar um grande investimento e planejamento do governo provincial na abertura e modernização das vias de circulação, buscando dar respostas a uma economia agroexportadora ainda em crescimento. Além disso, procurou-se criar e integrar mercados regionais, objetivando aumentar o fluxo de mercadorias, produzidas em áreas do norte da província, que apresentavam dificuldades de comunicação com o resto do território.

O constante incentivo em uma política eficiente de obras públicas demonstra o poder de inserção da classe dominante - proprietários de terras e escravos do Vale do Paraíba - no governo provincial fluminense e no Estado Imperial, ressaltando a sua posição hegemônica. No *Relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* de 1861, Manoel Felizardo de Souza Mello discorre sobre a importância de melhoramento das estradas no Brasil. Para o ministro, investir em estradas era essencial, pois:

“a necessidade de estabelecer uma rede de estradas menos imperfeitas, do que infelizmente possuímos, e que ligue, pelo menos numa zona lateral de dez léguas, todos os centyros productores com as artérias, que estão em construcção; medida que, além de outras vantagens, traria a de fazer convergir para a cultura da terra muitos braços, e importantes capitaes actualmente empregados no transporte dos productos commerciaes da lavoura” (MELLO, 1862: 8).

Assim, a partir da matriz teórica gramsciana, procuraremos entender a política de obras públicas na Província do Rio de Janeiro também como parte do processo de construção de hegemonia de uma classe dominante e do própria montagem do Estado Imperial brasileiro ao longo do século XIX.

OUTROS REFERENCIAIS

Importante ressaltar quatro pesquisas realizadas, que buscam entender e analisar a construção do Estado Imperial brasileiro, a partir do projeto político conservador.

Maria de Fátima, ao analisar o processo de construção da Província do Rio de Janeiro, entende que a implementação das políticas provinciais passou por um intenso processo de disputa de poder. Desde a sua criação, em 1834, um dos principais objetivos de seus presidentes e deputados era dotar seu território com vias de circulação eficientes, para que os proprietários de terras e escravos pudessem escoar sua produção (GOUVÊIA, 2008: 49). A autora ainda ressalta que, a partir de 1850, com a expansão da cultura cafeeira para o centro-norte do território provincial e a proibição do tráfico de escravos, ocorreu um grande investimento na abertura de novas estradas e de ferrovias. Logo surgiram vários projetos, como a Estrada Nova de Estrela, a construção do canal Campos - Macaé, além da construção de uma estrada que ligaria Cantagalo à Macaé. Tais empreendimentos continuariam durante a década de 1860, com a construção de uma ferrovia que ligava Porto das Caixas à Cantagalo, a continuidade das obras da estrada de ferro D. Pedro II, do canal do Nogueira e a inauguração da Estrada União e Indústria (GOUVÊIA, 2008: 177).

Pedro Marinho, em suas pesquisas sobre o Instituto Politécnico e o Clube de Engenharia, analisa a atuação dos engenheiros no aparelho de Estado (MARINHO, 2008). Para o autor, a "modernização" do Estado estava intimamente relacionada aos interesses da classe dominante ligada ao setor agrário-exportador que, por sua vez, servia de sustentáculo para o poder central do Império. Assim, ao atuarem como intelectuais orgânicos, os engenheiros difundiam uma determinada visão de mundo, a partir dos ideais de "civilização" e "progresso", baseadas na construção de um "Estado moderno" nos moldes dos saberes científicos do século XIX (MARINHO, 2008: 108). No entanto, segundo Pedro Marinho, após a Lei Euzébio de Queirós, que aboliu o tráfico negreiro em 1850, e a crise da economia fluminense a partir da década de 1860, a classe dominante alimentou o temor quanto à desestruturação do modelo econômico agroexportador e escravista. Para sustentar sua posição hegemônica dentro da sociedade imperial, passou a investir em grandes projetos de obras públicas, que se espalharam pelo país e beneficiaram o comércio de produtos para exportação.

Ana Lúcia Nunes, por sua vez, ao estudar as relações econômicas e políticas relacionadas à construção do Canal Campos - Macaé, procurou discutir as correlações entre as esferas do Estado, da política e dos negócios durante o Brasil Império (PENHA, 2012). Para tanto, utiliza-se da perspectiva

gramsciana de Estado ampliado, no qual as frações de classe, atuando no seu interior e através dele, disputam seus interesses. Segundo a autora, os investimentos da administração da Província Rio de Janeiro em estradas e caminhos, incluindo entre eles o Canal Campos - Macaé, demonstrariam a importância econômica e política dos fazendeiros e negociantes do norte da província (PENHA, 2012: 132). Para protegerem seus interesses frente a grupos econômicos mais fortes, apoiaram-se em redes de relações e estratégias familiares articuladas pelas lideranças políticas daquelas cidades.

Outra importante referência para este trabalho relaciona-se ao conceito de *classe senhorial* desenvolvido por Ilmar Matos. O autor baseia-se na concepção de classe de E. P. Thompson (THOMPSON, 1987), na qual não se considera apenas a posição ocupada no mundo da produção, mas, também, a ligação resultante de uma identidade construída a partir de experiências, vivências de lutas e trajetórias comuns. Assim, a classe senhorial seria formada não apenas pelos proprietários de terras, mas também por negociantes e pela burocracia estatal, que possuíam como elemento de coesão o fato de defenderem a centralização política e a manutenção da unidade monárquica e da ordem escravista. Dessa forma, segundo Ilmar:

“A vivência de experiências comuns, experiências essas que lhes possibilitam sentir e identificar seus interesses como algo que lhes era comum, e desta forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses eram diferentes e mesmo antagônicos aos seus constituía-se, sem dúvida, na condição para a transformação. Intimamente ligados ao aparelho de Estado, expandiam seus interesses, procuravam exercer uma direção e impunham uma dominação. (...) Não se constituindo unicamente dos plantadores escravistas, mas também dos comerciantes que lhes viabilizam, e, por vezes, com eles se confundiam de maneira indiscernível, além dos setores burocráticos que tornavam possíveis as necessárias articulações entre política e negócios, a classe senhorial se distinguiria nesta trajetória por apresentar o processo no qual se forjava por meio do processo de construção do Estado Imperial” (MATTOS, 2004: 54).

Assim, o conceito de *classe senhorial* representa, na historiografia brasileira sobre o século XIX, um importante avanço na medida em que permite pensar o processo de construção do Estado Imperial como produto das relações de poder e da dominação que senhores de terras e escravos estabeleceram na defesa de seus interesses de classe. Desse modo, o chamado "poder pessoal" representado pela Coroa, se tinha importância era porque representava o modo de ação desses setores proprietários (PIÑEIRO, 2006).

BIBLIOGRAFIA:

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Atlas histórico do estado do Rio de Janeiro: da colônia à meados do século XX*. Rio de Janeiro, 1984 (mimeo).

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

- _____. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil 1823-1866*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- COSTA, José da Costa. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1851*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1852.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.
- COUTINHO, Aureliano de Sousa e Oliveira. *Relatório de Presidente de Província dos anos de 1846 e 1847*. Nictheroy: Typografia Amaral & Irmão, 1853.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 1997.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 2000.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2000.
- MACHADO, Humberto Fernandes e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: Os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874 - 1888*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: formação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.
- MELLO, Manoel Felizardo de Souza. *Relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, do ano de 1861*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1862.
- MOTTA, Ignacio Francisco Silveira da. *Relatório de Presidente de Província do ano de 1860*. Rio de Janeiro: Typografia de Francisco Rodrigues de Miranda & Cia., 1860.

PENHA, Ana Lúcia Nunes. *Nas águas do canal: política e poder na construção do canal Campos - Macaé (1835-1875)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Os “Simples Comissários”*: negociantes e política no Brasil Império. Niterói: EDUFF, 2014.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro. Topbooks, 1996.

SOARES, João Crispiano. *Relatório de Presidente de Província, do ano de 1864*. Rio de Janeiro: Typografia Correio Mercantil, 1864.

SOUSA, Paulino José Soares de. *Relatórios de Presidente de Província, dos anos 1836 a 1840*. Rio de Janeiro: Typografia Amaral & Irmão, 1850.

SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, 1996.

THOMPSON, Edward. Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Volume I, 1987.

TORRES, Joaquim José Rodrigues. *Relatórios de Presidente de Província, do ano de 1835 e 1836*. Rio de Janeiro: Typografia Amaral & Irmão, 1850.

ESPECIALISTAS E POLÍTICOS: OS ENGENHEIROS CIVIS NO SÉCULO

XIX.

Laura Roberta Fontana³⁸⁹

Resumo: O presente trabalho objetiva apresentar os primeiros resultados de nossa tese de doutoramento em andamento na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro a respeito do processo de formação do campo da Engenharia Civil no Brasil, tendo por objeto de análise a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, fundada em 1874. Ao que tudo nos indica, este grupo de engenheiros, interessado num projeto de nação que os favoreceu profissionalmente, articulou-se em busca da produção de consensos intra e entre classes, vinculados a interesses mais imediatamente ligados à produção cafeeira. Agem como intelectuais, na qualidade de especialistas e políticos, que se vinculam a revistas e jornais especializados inclusive.

A expressão “especialista e político”, que aparece apenas em um texto de A. Gramsci, nos parece fundamental para compreender a atuação dessa categoria profissional – os engenheiros civis –, nascida no país em meados do século XIX, uma vez que carrega o sentido tanto de um intelectual que consegue ir além da divisão intelectual e manual do trabalho, já que realiza atividades práticas e teóricas a partir de seus conhecimentos, como também o político dirigente que integra o conhecimento especializado com a prática sem a qual permanece especialista, porém não torna-se dirigente.

Deste modo, pretendemos, a partir do desenvolvimento da pesquisa e análise das fontes, entender como os engenheiros começam a atuar enquanto especialistas e políticos na segunda metade do século XIX de forma cada vez mais evidente, difundindo valores a partir de instituições especializadas, como no caso da Escola Politécnica, em meio a um processo de ampliação do Estado e crise do Império.

O fim do tráfico internacional de escravos em 1850 trouxe a necessidade de novas estratégias a serem organizadas pelos dirigentes imperiais, a fim de manter a economia cafeeira em plena expansão. O investimento em obras públicas atendia os grupos preocupados com a viabilização do escoamento da produção, além da problemática da mão-de-obra.

Diante desse contexto, os engenheiros civis nascem como um grupo fundamental para o atendimento das demandas sociais do período. Até então, a engenharia era estritamente militar e apenas a partir de 1858, quando pela primeira vez empregou-se o termo *Engenharia Civil* em programas de curso, após o Decreto de 1º de março de 1858, distinguiu-se a Escola Militar da Corte – a partir de então Escola Central; e a Escola de Aplicação do Exército – agora Escola Militar e Aplicação do Exército.

Em relatório publicado em 1858, Jerônimo Francisco Coelho, então Ministro da Guerra, relata:

“A distinção da engenharia civil da engenharia militar, em cursos diversos, desfaz o grave inconveniente que resultou da acumulação destas duas espécies em um só indivíduo, que de ordinário era militar e que por este modo ficava sendo engenheiro enciclopédico, mal podendo

³⁸⁹In BRITO, José do Nascimento. “História da Escola Nacional de Engenharia”. *Revista do Clube de Engenharia*, Rio de Janeiro, jun. 1958, n° 262, p.67-68.

habilitar-se com perfeição nas doutrinas aliás vastas, difíceis e variadas destes ramos da ciência do engenheiro, tão distintos e de tão diversas aplicações.”³⁹⁰ (BRITO, 1958, P.67-68)

Mesmo com tal distinção, a Escola Central continuou vinculada ao Ministério da Guerra até 1874, quando a instituição se torna responsabilidade do Ministério do Império, sob iniciativa do Gabinete Rio Branco (1871-1875). No mesmo relatório citado acima, podemos perceber que, mesmo após a Escola Central, o espectro militar seguiu os engenheiros civis ainda pelos próximos anos:

“A Escola Central, bem como as outras, ficou sujeita ao regime e disciplina militar, e em todas as disposições peculiares a esta escola nota-se, que prepondera o militarismo. Embora não sejam militares as ciências nela ensinadas, o destino desta escola é pura e essencialmente militar, tendo por fim principal preparar indivíduos para a carreira militar, e que nela tem de permanecer 3 a 4 anos. Se preponderasse o caráter puramente civil ou o paisanismo, não poderiam os alunos na tenra idade adquirir hábitos militares, e no fim daqueles anos, quando fossem já adultos, para a escola especial de aplicação, se mostrariam (como tem acontecido) refratários à disciplina”³⁹¹. (COELHO, 1858, P.20)

Só em 25 de abril de 1874, pelo Decreto 5.600, a Escola Politécnica foi formalmente criada³⁹², ficando subordinada ao Ministério do Império, passando a ser, de fato, um estabelecimento de ensino inteiramente civil.

Logo em sua primeira organização curricular, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro incluiu a cadeira de “estradas ordinárias, estradas de ferro, pontes e viadutos”, procurando sanar as deficiências desses conhecimentos técnicos particulares e demonstrando o comprometimento da Escola com o atendimento às demandas que desde a década de 50 vinham se fortalecendo, tais como as obras para construção de portos, de infra-estrutura urbana e, principalmente, nas estradas de ferro.

Durante a década de 70, a formação da Politécnica parece forjar um espaço importante para um grupo, que logo em 1880 se agremiará no Clube de Engenharia. Tal clube possuía o objetivo de articular engenheiros e empresários, marcando, naquele contexto, um momento de inflexão particular.

A importância em estudar a formação da Escola Politécnica e sua organização durante a década de 70 está também em refletir acerca do momento transitório e de elaboração de um grupo profissional que se consolida de fato no Clube de Engenharia, mas que desde 1862, já contava com uma primeira

³⁹⁰ COELHO, Francisco Jerônimo. *Relatório do Ministério da Guerra, publicado em 1858, apresentado à assembleia geral legislativa na 2ª sessão da 10ª legislatura*. Página 20. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>

³⁹¹ A Lei 2.261 de 24 de maio de 1873 já autorizava o governo a reformar o regulamento orgânico das Escolas Militar e Central, mas só em 1874 o decreto 5.600 formalmente organiza a Escola Politécnica no Rio de Janeiro.

³⁹² MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Engenharia Imperial: o Instituto Politécnico Brasileiro – 1862-1880*. Dissertação de Mestrado em História pelo PPGH da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2002.

agremiação – o Instituto Politécnico Brasileiro³⁹³. Embora este perdesse para depois da criação do Clube, é notável que há na realidade uma mudança de foco dos interesses desses agentes, já que o IPB tinha um caráter muito mais monárquico e quase mesmo um *clube de notáveis*³⁹⁴.

Pretendemos entender como a Escola Politécnica contribuiu para a institucionalização da Engenharia Civil Brasileira e para a formação de quadros técnico científicos em fins dos Oitocentos, através da análise dos decretos, estatutos, programas de cursos, teses defendidas, revistas técnico científicas da área onde os alunos e docentes publicavam, debates em jornais/revistas, atas das reuniões da Congregação, ofícios enviados e recebidos pela Escola, cartas pessoais recebidas e enviadas por alguns dos nomes entre alunos e docentes da instituição, “dossiês” organizados pela Escola sobre seus alunos e professores, relatórios ministeriais, discursos e os debates parlamentares relacionados ao tema.

Trata-se de um projeto com fontes diversificadas, onde a análise da rede de relações sociais deste grupo profissional – os engenheiros civis - nos leva à imbricação entre a Politécnica e outros espaços de associação destes agentes durante o século XIX: o Instituto Politécnico Brasileiro (que inclusive funcionava em uma das salas da então Escola Central), o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e as obras férreas do período e o próprio Clube formado em 1880, e que vem sendo estudados especificamente por outras pesquisas, concluídas e em andamento.³⁹⁵

Dessa forma, buscamos prosseguir com uma análise capaz de explicar uma espécie particular de ação e produção de saberes, no caso a engenharia civil, num determinado recorte cronológico em que, de um lado estava em jogo sua consolidação institucional com suas práticas e regras específicas e, de outro, o processo através do qual diferentes campos do saber foram constituindo-se e diferenciando-se, possibilitando o acesso dos agentes à postos de direção significativos junto à política brasileira.

Como Gramsci pode auxiliar a reflexão sobre nosso objeto:

³⁹³ Ao seu tempo, o IPB era considerado o “Areópago Brasileiro”, espécie de “clube de notáveis”. Segundo o Dicionário Houaiss, o termo teve como origem etimológica a designação de um “tribunal de justiça ou conselho, célebre pela honestidade e retidão no juízo, que funcionava a céu aberto no outeiro de Marte, antiga Atenas, desempenhando papel importante em política e assuntos religiosos”, e adquiriu como extensão derivada, o sentido de uma “assembleia de sábios, literatos, cientistas”. In MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Niterói. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

³⁹⁴ Em especial as pesquisas vinculadas ao projeto A EXPANSÃO PARA DENTRO: A Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II e as Associações Técnico-Científicas no Brasil Oitocentista, de coordenação de Pedro Marinho no Museu de Astronomia e Ciências Afins.

³⁹⁵ SALLES, Ricardo. Gramsci para historiadores. In: História da historiografia. Número 10, Ouro Preto, p.210-218, dez 2012.

É fato que diversos autores negam a possibilidade do uso das concepções de Gramsci para o Estado brasileiro antes de 1930, pelo caráter “oriental” da formação social brasileira, onde a sociedade civil seria fraca e amorfa. Pretendemos, porém, demonstrar que durante todo o Segundo Reinado, principalmente na segunda metade do Século XIX, diversas instituições se formaram e apresentavam objetivos claros de direcionamento e tentativa de formação de consenso, mesmo que dentro da própria classe dominante – A Escola Politécnica seria um exemplo. Além disso, devemos fugir das simplificações que não percebem a ideia de processo que consegue conjugar as noções de “Ocidente” e “Oriente” na mesma sociedade: obviamente o fim do século XIX no Brasil não apresenta uma formação altamente capitalista, em moldes europeus (e mesmo no Velho Mundo não temos “moldes” tão rígidos como muitos gostariam), e sim uma sociedade em construção que já começa a demonstrar uma classe, ou frações de classe, percebendo que a sua supremacia se manifesta também como direção intelectual e moral, além do poder coercitivo. Ou seja, seria possível falar em um processo de complexificação do Estado durante a Segunda Metade do século XIX? Qual o papel da engenharia, enquanto grupo médio urbano nesse processo? O Estado Imperial, e posteriormente Republicano, vai de fato “ampliando-se” a partir do surgimento de novos grupos que embora nascituros da estrutura cafeeira, vão descolando-se e incorporando uma lógica muito mais “empresarial”?

Gramsci revela-se neste trabalho como importante principalmente para a lembrança fundamental de como devemos, sempre, no trabalho do historiador, unir teoria e fontes. Historicizar nossos trabalhos pode parecer algo óbvio, mas de fato não é. Muitas vezes tentamos adequar nossos objetos em teorias e vice-versa, e então caímos na questão: posso usar tal autor para o período? Como dito acima: cabe usar Gramsci no século XIX? Além das “respostas” dadas já neste texto, ressaltamos o quanto tal pergunta carrega também em si uma visão problemática da história. Essa é uma falsa questão. De fato, é muito mais válido pensar o que as fontes mostram e assim repensar a teoria, e também o inverso, numa dialética real. Nesse sentido Gramsci nos auxilia muito.

Como Salles aponta:

*“Para historiadores de ofício, a implicação prática de tudo é que o quadro geral de interpretação histórica, e não apenas os conceitos e termos gerais descarnados e desprovidos de historicidade, é, ao mesmo tempo, condição da prática historiográfica e seu resultado.
(...)Considerar esses conceitos e noções como cânones de interpretação, seguindo Gramsci, significa, antes de tudo, desnaturalizá-los, historicizá-los, testando-os contra as evidências primárias e em relação aos próprios parâmetros de interpretação. Assim, é possível, ou ao menos se tenta, evitar dois erros que Gramsci identifica na historiografia do Risorgimento de sua época: uma história fetichista, diríamos teleológica, que vê no passado, em germe, o que resultou no presente; ou uma história complementar, que ignora a necessidade de sempre problematizar o*

todo, o quadro geral, que, no fundo, confere inteligibilidade ao que se narra e, dessa, maneira, nunca seria contestado (GRAMSCI 2002b, p. 34-35).³⁹⁶

Sendo assim, não pretendemos aqui neste trabalho adequar a todo custo nossos engenheiros – os fundadores da Escola Politécnica de forma específica – como intelectuais orgânicos, por exemplo. Não é essa a real questão. A questão é como estes se apresentam nas fontes e de que maneira Gramsci pode – ou não – nos auxiliar a pensar o papel destes personagens na constituição brasileira.

Em “ Os intelectuais e a organização da cultura”, a grande problemática de Gramsci reside em saber se os intelectuais são de fato um grupo autônomo e independente ou se cada grupo social possui sua própria categoria de intelectuais especializados. Para nós, há questões importantes quando pensamos os intelectuais a partir de Gramsci.

Com a formação da Escola Politécnica em 1874, diversos pequenos jornais começaram a circular dentre os alunos da escola, além do aumento da participação de professores e alunos em colunas nos jornais de grande circulação do Império³⁹⁷. Para nós, parece uma preocupação desses homens em formar consenso acerca das necessidades de investimento tanto no que se refere a infraestrutura do país como também na própria instituição de ensino. Ou seja, não basta apenas o convencimento dos possíveis opositores a esse projeto de nação técnica científica, é necessário também o estabelecimento de uma direção moral e intelectual entre seus aliados.

“O significado da direção política é especificado no Q 1, 44, onde G. explicita aquilo que será a articulação central de sua ciência política: “O critério histórico-político sobre o qual se deve basear a própria pesquisa é este: que uma classe é dominante de duas formas, isto é, dirigente e dominante. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias.”³⁹⁸ (LIGUORI, 2017, P.202)

A expressão especialista + político aparece apenas em um texto de Gramsci (, embora em outros momentos ele identifique diferenças entre esse “novo intelectual” e o tradicional, anterior ao mundo moderno. “A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada” (*Caderno sobre a Questão meridional – 150/ EP, II, 424*). Há o sentido tanto de um

³⁹⁶ Neste trabalho, no atual momento da pesquisa, estamos levantando, verificando e principalmente organizando os dados sobre tais jornais. Um dos mais importantes, o periódico disponível na Biblioteca Nacional (BN), “*O Monitor Acadêmico*”, de circulação entre os alunos da Escola, se encontra em processo de recuperação a pedido, pois até então os exemplares disponíveis não estavam nem microfilmados, nem digitalizados. Trata-se de um material importante para o entendimento da Escola a partir de seus discentes, e ainda não trabalhado pela historiografia.

³⁹⁷ LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. 831p. ISBN: 978-85-7559-535-6. Verbetes “direção” – página 202.

³⁹⁸ CORREA, Maria Letícia. *Engenharia, economia política e progresso: a trajetória do engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto como estudo de caso (1849-1922)*. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 157-169, jul | dez 2010, p. 166.

intelectual que consegue ir além da divisão intelectual e manual do trabalho, já que realiza atividades práticas e teóricas a partir de seus conhecimentos, como também o político dirigente que integra o conhecimento especializado com a prática sem a qual permanece especialista, porém não torna-se dirigente.

Considerações finais ou outras referências fundamentais:

Acerca de nosso objeto, é importante também apontar referências e conceituações importantes à análise: Maria Leticia Correa já percebe a Escola Politécnica como um espaço que ultrapassava a simples formação de profissionais, e a necessidade de pensar esse espaço – que também é político - de forma complexa e em interação com outros lugares:

“[...] a cadeira de economia política da escola, ao preocupar-se em estabelecer as distintas formas de inscrição dos engenheiros na modernização econômica, superava a perspectiva profissional, buscando garantir a esses profissionais seu papel como responsáveis pela elaboração de uma concepção integral do país, essencial tanto à expansão capitalista como à afirmação do Estado nacional, o que está na base na interseção entre a engenharia e a formação do campo da ciência econômica no Brasil. Não por acaso, a Escola Politécnica foi considerada como um dos primeiros centros de produção e difusão do pensamento econômico brasileiro”³⁹⁹ (CORREA, 2010, P.166)

Já para Ilmar Rohloff de Mattos, os princípios que visavam a orientação da formação do Estado imperial brasileiro seriam a “manutenção da Ordem” e, cada vez mais, a “difusão da Civilização”, onde as obras públicas – conduzidas por esse grupo que é formado e forma na Escola Politécnica, e antes, na Escola Central – são fundamentais:

“...a construção de prédios públicos, realização de melhoramentos, materiais, levantamento de dados e confecção de mapas, exercícios de vigilância e controle punham em contato, a cada passo, o elemento particular e o governo, até mesmo porque não raras vezes este último era obrigado a recorrer ao primeiro, como decorrência da escassez de recursos, da extensão do território e da dispersão da população.”⁴⁰⁰ (MATTOS, 1990, P212)

Qual seria, porém, a importância da inserção deste grupo em instituições, no nosso caso, escolar, mas também científicas e profissionais, já que nossa análise é relacional? Enfim, o que entendemos como instituições?

Podemos apontar para “O Processo dos exploradores espeleólogos”⁴⁰¹ abordado por Mary Douglas, onde cinco indivíduos, após ficarem presos em uma caverna, decidem a solução de comer a carne de um dos companheiros para a sobrevivência dos demais, a partir de uma escolha feita através de

³⁹⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 212.

⁴⁰⁰ DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998.

⁴⁰¹ DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998.

dados. O “sortudo”, que a princípio sugeriu a solução, mas posteriormente recuou, foi morto e utilizado como alimento. Após saírem da caverna, eles foram levados a julgamento e condenados por homicídio em tribunal de instância inferior.

Porém, o caso subiu ao Supremo em apelação. Cada juiz comportou-se diante do fato de maneira distinta; dois dos juízes demonstraram simpatia pelos acusados, sendo que o primeiro não se importou com os estatutos, apenas pela noção de contrato entre os indivíduos. O terceiro juiz se colocou como um constitucionalista, focando na importância da lei, enquanto o último juiz recomendou a absolvição, deixando de lado as legalidades e privilegiando as emoções, além de agir de acordo com os seus próprios laços familiares (que possuía com o Chefe do Executivo), pois

“não apoiou a recomendação do presidente do tribunal por saber que o chefe do executivo, entregue a si mesmo, recusaria o perdão e estaria menos inclinado a conceder a clemência caso a recomendação neste sentido partisse do supremo tribunal. Assim, ele não fez recomendação alguma para o perdão, mas favoreceu uma absolvição.”⁴⁰² (DOUGLAS, 1998)

Essa breve história revela as ações dos juízes e os seus discursos a partir dos seus compromissos institucionais, o que demonstra a complexidade das ações humanas, que se dão não apenas a partir de um único viés, mas sim a partir de uma teia de pressões e pertencimentos institucionais. Não eram apenas juízes, eram indivíduos de múltiplos pertencimentos e que no campo decisório, deixam os transparecer.

Refletir acerca da formação dos engenheiros civis enquanto grupo profissional social reside no papel fundamental exercido pelo ensino na Escola Politécnica. O que dialoga no plano teórico-metodológico, ao apontado por Pierre Bourdieu:

“Os homens formados em uma dada disciplina ou em uma determinada escola partilham um certo “espírito”, literário ou científico. [...] a Escola, incumbida de transmitir esta cultura, constitui o fator fundamental do consenso cultural nos termos de uma participação de um senso comum entendido como condição da comunicação. O que os indivíduos devem à escola é, sobretudo, um repertório de lugares-comuns, não apenas um discurso e uma linguagem comuns, mas também terrenos de encontro e acordo, problemas comuns de abordar tais problemas comuns.”⁴⁰³ (BOURDIEU, 1974, P206-207)

O conceito de *habitus* de Bourdieu nos permite o entendimento de como os indivíduos, que ao nascerem encontram uma complexa rede de funções estruturadas e bem definidas, internalizam as maneiras de ser comuns ao seu grupo. Ou seja, trata-se de...

“...um sistema das disposições socialmente constituídas que constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por

⁴⁰² BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p.206-207.

⁴⁰³ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. P.191.

sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante”.⁴⁰⁴ (BOURDIEU, 1974, P191)

É importante, enfim, afirmarmos que a reflexão fundamental à análise de um grupo profissional como o dos engenheiros, inseridos em um campo científico específico, é a identificação de seu relacionamento com diferentes práticas, suas posições internas, bem como as formas de distinção e consagração criadas pelo próprio campo. Tais aspectos dependem, inclusive, da posição do campo em relação a outras áreas, bem como da valorização dos diferentes saberes.

É justamente a partir da posição que os diferentes conhecimentos adquirem na vida social que se manifestam e desenvolvem seus próprios poderes de convencimento e explicação, podendo, assim, orientar as práticas e trajetórias institucionais e institucionalizadas dos agentes.

Bibliografia:

AGULHON, Maurice. 1977. "*Le cerele dans la France bourgeoise 1810 - 1848*", Cahier des Annales, Paris, Armand Colin, n. 36. Paris, Seuil. IN MOREL, Marco. Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 28, 2001.

ALONSO, Angela. Flores, *votos e balas : o movimento abolicionista brasileiro. (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

_____. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ALVES, Isidoro. Maria da S. "Modelo politécnico, produção de saberes e a formação do campo científico no Brasil". In HAMBURGER, Amélia Império et al. (org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1996, pp. 65-75.

BARATA, Mario. *Escola Politécnica do Largo de São Francisco: berço da engenharia brasileira*. Rio de Janeiro, Associação dos Antigos Alunos da Politécnica e Clube de Engenharia, 1973.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2003.

_____. "O Campo Científico". In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

⁴⁰⁴ Mestre pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista PCI no Museu de Astronomia e Ciências Afins. fernandabarbosa.reis@gmail.com

- _____. *La Noblesse D'Etat: Grandes Écoles et Esprit de Corps*. Paris: Minuit, 1989.
- BRANCO, Barão do. *O Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: A Noite Editora, s/d.
- BRITO, José do Nascimento. “História da Escola Nacional de Engenharia”. *Revista do Clube de Engenharia*, Rio de Janeiro, jun. 1958, n° 262, p.67-68.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CORREA, Maria Letícia. *Engenharia, economia política e progresso: a trajetória do engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto como estudo de caso (1849-1922)*. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 157-169, jul | dez 2010.
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- FERREIRA, Luiz Otávio. *Os politécnicos: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)*. Mestrado em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, UFRJ, 1989.
- FIGUERÔA, Silvia. *Engenheiros brasileiros nas “Grandes Ecoles” francesas no século XIX: um mapeamento em grande escala*. s/i.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”, In *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 281 p.; pp. 143-179.
- GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo*. pp. 7-24. IN: *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.
- GRELÓN, André, ed. *Les Ingénieurs de la Crise: Titre et Profession Entre les Deux Guerres*. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1986.
- GUILLERME, André. *Bâtir la Ville: Révolutions Industrielles dans les Matériaux de Construction, France-Grande-Bretagne (1760–1840)*. Seyssel: Champ-Vallon, 1995.
- KROPF, Simone Petraglia. *Sonho da Razão, Alegoria da Ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX*. Dissertação de mestrado – Departamento de História da PUC-RJ. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e Mercado de Trabalho no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 2012.

- LATOURE, Bruno. *Aramis ou l'amour des techniques*. Paris, La Découverte, 1992.
- LATOURE, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução de Ivone C. Benedetti. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- LEMOINE, Bertrand and Sylvie Deswarte. *L'Architecture et les Ingénieurs: Deux Siècles de Construction*. Paris: Le Moniteur, 1979.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. 831p. ISBN: 978-85-7559-535-6.
- MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Niterói. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Engenharia Imperial: o Instituto Politécnico Brasileiro – 1862-1880*. Dissertação de Mestrado em História pelo PPGH da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2002.
- MARREY, B. *Les Ponts Modernes*. Paris: Picard, 1990–1995.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MOREIRA, Heloi José Fernandes. *Escola Central: a escola do Largo de São Francisco de Paula que consolidou a engenharia civil no Brasil*. Tese para obtenção do grau de doutor na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.
- MOREL, Marco. Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28. 2001.
- MUAZE, Mariana. *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Zahar/ Faperj, 2008.
- NEDER, Gizlene. *As Reformas Políticas dos homens novos (Brasil Império: 1830-1889)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2016.
- PAPAGNO, Giuseppe. Instituições. In: *ENCICLOPÉDIA EINAUDI*. Direito-classes. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- PICON, Antoine. *Engineers and Engineering History: Problems and Perspectives*. *History and Technology*, Vol. 20, No. 4, December 2004, pp. 421–436.

SALLES, Ricardo. *As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema* in Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.), *O Brasil Imperial*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SALLES, Ricardo. Gramsci para historiadores. In: *História da historiografia*. Número 10, Ouro Preto, p.210-218, dez 2012.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil*. Volume 1: séculos XVI a XIX; Volume 2: Século XX. 2ª ed., Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

THÉPOT, André, ed. *L'Ingénieur dans la Société Française*. Paris, Les Editions Ouvrières, 1985.

_____. *Les Ingénieurs du Corps des Mines au XIX e Siècle: Recherches sur la Naissance et le Développement d'une Technocratie Industrielle*. Doctoral dissertation. Nanterre: Université de Paris X-Nanterre, 1991.

TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem; a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. São Paulo e Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ, 1989.

TURAZZI, Maria Inez. *A Exposição de obras públicas de 1875 e os "produtos da ciência do engenheiro, do geólogo e do naturalista"* In HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Ed. Access, 2001.

WINNER, Langdon. *The Whale and the Reactor*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

OS ENGENHEIROS TOMAM PARTIDO: engenheiros tomam partido: os debates ferroviários e sanitários no Clube de Engenharia e a (re)organização econômica e política do Rio de Janeiro (1880 – 1900)

Fernanda Barbosa dos Reis Rodrigues⁴⁰⁵

Resumo: A fundação do Clube de Engenharia na cidade do Rio em 1880 assinala um processo de construção de uma instância de deliberação política fora do estado restrito, isto é, um lócus decisório e administrativo perpetrado por contradições e disputas intestinas, que se expressarão nos debates e projetos conduzidos pela entidade, bem como na composição de suas diretorias. A presente comunicação visa apresentar os debates ferroviários que ocorreram entre os anos de 1882 e 1897 na entidade, os quais apontam para os elementos de reorganização da correlação de forças políticas e econômicas no país e capital à época em finais do século XIX.

Isso porque, dentre as responsabilidades da agremiação naquele período, a principal consistiu em organizar e dirigir demandas relativas às ferrovias, ramo estrutural das atividades econômicas mais importantes para a economia nacional, com estudos para um plano de viação de todo o território nacional, além da concessão de ramais, direção do traçado das vias, prolongamento e encampação das estradas de ferro, tarifação, dentre outras, interferindo diretamente nos serviços prestados pelas vias férreas e conduzindo os rumos das empresas ligadas às atividades de transporte.

Os debates acerca das tarifações da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), no Rio, principal ferrovia regional – e nacional, expõem, no contexto de alteração das relações de trabalho e estrutura produtiva advinda com a abolição da escravatura, em 1888, e crise do setor agroexportador, uma reorganização das forças econômicas - e políticas, que se voltarão para o ramo da circulação de mercadorias, fortalecimento do mercado interno com a diversificação da produção rural e, principalmente, obras de “melhoramentos” urbanos. Um processo, portanto, de franca modificação econômica e cultural, de ampliação e adensamento da relação que conforma o Estado segundo o referencial gramsciano.

Introdução

Apresentamos nesse ensaio parte dos resultados de nossa pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), cujo tema de estudo foi a trajetória, atuação e conjunto de intervenções e articulações definidas por engenheiros civis brasileiros que, através do Clube de Engenharia, fundado 1880, assumem forte papel na formulação e condução de políticas públicas no país e, especialmente, na província do Rio de Janeiro, então capital do Império. Para esta comunicação, concentramos nossa discussão nos debates a respeito das ferrovias e obras de saneamento e esgotamento, dois dos principais eixos de intervenções do Clube.

⁴⁰⁵ Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A partir de 1830 no Brasil, a montagem das primeiras grandes ferrovias nacionais será uma das principais políticas públicas do governo imperial, haja visto a intensificação das atividades comerciais e crescimento populacional na região sudeste proveniente da exploração aurífera que se mantém até final do século XVIII e expansão da cafeicultura e da classe senhorial no Vale do Paraíba Fluminense, coração político, econômico e administrativo do Império brasileiro.

A linha política conservadora, impressa pela trindade saquarema (nota, Ilmar), como exemplifica o Decreto nº 641, de 26 de julho de 1852, reorganiza a concessão de linhas férreas para integrar a Corte, a região do Vale do Paraíba e as províncias de São Paulo e Minas Gerais através da Serra do Mar (nota, Ilmar). Em meio a esse contexto, observa-se o início de um processo de formação de um novo campo de saber técnico-científico, o da engenharia civil, desatrelado do Ministério da Guerra e das competências militares, e voltado para a formação de engenheiros não-militares, agremiados nas grandes obras de infraestrutura para o beneficiamento da produção agroexportadora e intensificação do fluxo de mercadorias e pessoas no território.

Referenciados em um paradigma historiográfico que atesta íntima relação entre a escravidão e a formação do Estado brasileiro através dos grandes fazendeiros escravistas fluminenses e do núcleo saquarema do partido conservador da província do Rio de Janeiro (nota - Ilmar, Salles, Marinho), lançamos mão de uma apreensão marxista-gramsciana de nosso objeto, cujo ponto de partida é a negação de uma concepção *liberal* de Estado - como "coisa", ou como "agente" autônomo, descolado do todo social - e afirmação da relação social que o substancia, qual seja: a da sociedade civil e sociedade política (nota, Gramsci).

Ao entendermos a sociedade civil na perspectiva do materialismo histórico de Antonio Gramsci, enquanto um *momento* ideológico de organização de formas de pensamento e percepção do mundo aparente que expressam o projeto de uma dada classe ou fração de classe hegemônica sobre as demais – dominantes e dominadas – estamos compreendendo o período de meados do século XIX em diante no Brasil como um processo de ampliação – em caráter seletivo e molecular – do Estado; isto é, a formação de instâncias privadas - espontâneas - de formulação e deliberação política

O conceito de Estado Ampliado permite identificar a íntima correlação de forças entre as formas de organização das vontades (singulares e coletivas), a ação (imediate ou mediata) e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instâncias específicas do Estado em seu sentido restrito (sociedade política). Gramsci supera a dualidade das análises que contrapunham base à superestrutura, integrando a sociedade civil e a sociedade política em uma só totalidade, em permanente interação, no âmbito do que ele considera as superestruturas. (FONTES&MENDONÇA, 2011, p. 62).

Para Gramsci, “na filosofia da práxis, o ser não pode ser separado do pensamento, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se essa separação for feita, cai-se numa das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido” (GRAMSCI, Antonio, 2011, p. 175). O mesmo define o homem como uma “série de relações ativas” e, portanto, sua natureza se forja em um caráter processual, de modo que ele – o homem – “não entra em relação com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica”; É o terreno material, portanto, que conforma a base da práxis humana. O autor reforça, dessa forma, o potencial de ação e organização dos indivíduos a partir de sua experiência coletiva, processo que confere a possibilidade de manutenção de uma dada ordem e, da mesma forma, dialeticamente, da superação radical desta mesma ordem.

Sobre este aspecto, é verdade que, na sociedade capitalista, a economia assume uma dimensão em certa medida apartada e independente do restante da vida social, o que não resulta no “primado ontológico do econômico”, mas sim na característica do capitalismo enquanto sistema em que a lógica econômica se impõe sobre o conjunto das relações sociais (MARINHO, 2008, p. 66).

O fio condutor do nosso estudo dá-se, assim, pela percepção de uma dilatação no interior das frações de classe dominantes e reorganização das mesmas a partir de sua posição na esfera produtiva, que conforma um movimento denso e complexo de penetração no núcleo duro das instâncias burocráticas do Estado – secretarias, ministérios, guarda nacional, exército. É diante desse processo que reconhecemos em parte da categoria profissional formada pelos engenheiros civis os intelectuais, que movem-se no sentido da organização da vontade coletiva e universalização dos interesses das frações de classe dominante com as quais se vinculam – processo materialmente tornado possível a partir da “dupla inscrição” daqueles agentes, a saber: no estado restrito – assumindo cargos administrativos em ministérios, secretarias e funções e cargos políticos – e nas agências da sociedade civil – como o Clube de Engenharia, a Sociedade Nacional da Agricultura, (SNA), Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), Centro Industrial do Brasil (CIB), etc.

Nesse sentido, a constituição do Clube de Engenharia expõe um processo de construção de uma instância política fora do estado restrito, estabelecendo-se, a entidade, enquanto um espaço decisório e administrativo de assuntos do governo. Assim, nosso esforço é o de afirmar o caráter mutável do Clube, refutando uma compreensão do mesmo sob a forma de uma entidade acabada e homogênea e analisando as continuidades e as rupturas em seus projetos, fundamentados na percepção de um processo de

ampliação seletiva do Estado, verificado, principalmente, no acirramento das disputas *inter* frações de classes dominantes e seus projetos.

Os debates acerca do saneamento das tarifações da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), no Rio, principal ferrovia regional – e nacional, expõem, no contexto de alteração das relações de trabalho e estrutura produtiva advinda com a abolição da escravatura, em 1888, e crise do setor agroexportador, uma reorganização das forças econômicas - e políticas, que se voltarão para o ramo da circulação de mercadorias, fortalecimento do mercado interno como diversificação da produção rural e, principalmente, obras de “melhoramentos” urbanos. Um processo, portanto, de franca modificação econômica e cultural, de ampliação e adensamento da relação que conforma o Estado segundo o referencial gramsciano.

A formação “das engenharias”

Ao longo do século XIX, com diversas alterações de conteúdo no currículo e na denominação da Real Academia Militar, vindo a ser nomeada de Escola Militar da Corte, e diante da necessidade de criação de “uma classe de engenheiros “privativa” para as “obras hidráulicas e de pontes e calçadas, ficando os engenheiros militares desonerados de semelhantes trabalhos, que além de serem mais civis do que militares, exigiam uma aplicação e prática particular, ocorreria a separação definitiva entre ambas as áreas do ensino de Engenharia, reclamada pela contradição entre os requisitos de formação dos oficiais militares e engenheiros civis.

O esforço de diferenciação no currículo das categorias militar e civil expressa, assim, às especificidades das competências exigidas por cada uma. As grandes obras necessárias à criação de uma infraestrutura urbana, energética e de transportes que desse conta do incremento das atividades comerciais ao longo daquele século, e da montagem do complexo cafeeiro confundem-se, portanto, com o estabelecimento do campo profissional da engenharia não-militar.

A partir da década de 1850, a cidade do Rio vivenciará um significativo crescimento populacional, em muito devido à importação de escravos vindos do nordeste – em vista da proibição do tráfico internacional dos cativos –, e às primeiras levas de imigrantes estrangeiros. De acordo com Pechmann (1886), o município do Rio contava com uma população estimada em 137 mil habitantes em finais da década de 1830, e este número saltaria para mais de meio milhão, em 1890.

Dentro desse processo, o discurso civilizador perpassava e, muitas vezes, se confundia com o discurso do progresso técnico, em meio ao desenvolvimento das forças produtivas e de centros

industriais, abertura de estradas de ferro e expressividade da nova profissão de engenheiro civil – a despeito de uma realidade material assentada sobre o trabalho escravo. A ideia de “progresso”, nesse sentido, articulava-se à necessidade de se adquirir novos conhecimentos através das novas técnicas e ciências.

As estradas de ferro e as locomotivas movidas a vapor ocupam um espaço de pesquisa, investimentos científicos e disputas políticas em torno do estudo dos terrenos, desenvolvimento técnico de materiais necessários, além de debates e produções de leis e decretos que legitimassem, financiassem e incentivassem aqueles esforços. Este movimento é observado na Europa e América, onde as ferrovias começam a abrir e interligar espaços no território, viabilizando a articulação dos portos com zonas interioranas e o escoamento e otimização da produção agrícola.

Desta feita, o controle do território e a promoção de obras públicas em muito representará a alavanca para o progresso material da nação, com a intensificação das obras de “benfeitorias” a partir de 1870 possibilitadas pelo crescimento do comércio em escala mundial. A esse respeito, Vania Maria Cury (2012) elucida a percepção, por parte dos engenheiros brasileiros, de que sua ciência teria como principal qualidade a “ação regeneradora”, fundamentalmente concretizada nos centros urbanos, e que estava vinculada aos serviços e obras públicas.

O Clube de Engenharia e os debates ferroviários e sanitários

O Clube de Engenharia transcenderá os limites de uma associação tão somente profissional, congregando engenheiros, empresários e industriais, em sua grande parcela. Fundado em 1880 na cidade do Rio de Janeiro, enquanto instituição que congrega parte relevante desses profissionais, além de industriais, comerciais, proprietários de terras e capitalistas, a mesma assume, para nós, papel basilar na formulação de políticas e consolidação de projetos que se erguem sobre uma determinada estrutura econômica de dominação e, do mesmo modo, garantem a sua reprodução.

Uma das responsabilidades centrais da agremiação foi a de organizar e dirigir demandas concernentes às ferrovias, que englobavam o estudo para um plano de viação de todo o território nacional, bem como a concessão de ramais, direção do traçado das vias, prolongamento e encampação das estradas de ferro, tarifação, dentre outras, interferindo diretamente nos serviços prestados pelas vias férreas e conduzindo os rumos das empresas ligadas às atividades de transporte.

Nos dez anos finais do século XIX, após a realização do 1º Congresso de Estradas de Ferro do Brasil (1882) e da Exposição das Estradas de Ferro (1887), no contexto de estabelecimento da Inspetoria Geral das Estradas de Ferro (1883) podemos perceber, no interior da entidade, uma série de discussões que giravam em torno das tarifas das ferrovias nas publicações e atas das reuniões do Clube, que constam em suas revistas.

Em ata da sessão de 11 de Outubro de 1897, é possível localizar notícias publicadas no Jornal do Comércio nos dias 8 e 9 daquele mês respeito da proposta de Francisco Pereira Passos, então diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (antiga Estrada de Ferro Dom Pedro II, primeira grande ferrovia nacional), que apontava para um aumento das tarifas e preços de passagens sobre a ferrovia.

Passos previa a necessidade de um aumento de 100% sobre as taxas de transporte dos passageiros e de 50% no de mercadorias, bagagens, encomendas, veículos e animais, anulando o abatimento de 50% que até então gozava o transporte de carne verde (carne bovina recém-abatida) e das passagens de ida e volta. Apenas o serviço das bagagens e encomendas deixava margem para lucro da ferrovia – a despeito de a EFCB ser de propriedade do Estado, encampada em 1865.

Em ata da sessão de 16 de Outubro de 1897 é lida a mensagem do engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro, duas vezes presidente do Clube – tendo deixado o cargo no ano anterior – disposta na Gazetilha do Jornal do Comércio, de 13 de Outubro, em que o engenheiro sustenta a necessidade de se fazer valer a proposta de Passos, acusando intransigência dos diretores do CE e lamentando o “socialismo de Estado” presente na retórica dos que se colocavam contra o aumento das tarifas.

Pinheiro endossa o fato de que a manutenção das tarifas baixa representaria “onerar o país inteiro em proveito de uma limitada zona, cujos interesses, muito respeitáveis, é certo, não podem ser atendidos com prejuízo da comunhão brasileira” (Revista do Clube de Engenharia, vol. 3, nº1, 1897, p. 8). O então presidente do Clube, engenheiro Antonio Maria de Oliveira Bulhões replica o parecer de Pinheiro em tom acusatório a Passos, em sua qualidade de “delegado de confiança” do Governo – dando a entender que os interesses do Governo estariam em desacordo com os princípios defendidos pelo Clube de Engenharia. Sua fala se encerra em defesa dos “interesses da lavoura e da indústria” (diretamente ligadas à EFCB), que não poderiam ser sacrificadas em nome da renda da estrada:

O que nos causou surpresa não foi a revisão das tarifas, mas a elevação brusca sobre os gêneros de importação que torna absolutamente impossível a lavoura do café (nosso principal produto) além de 200 km de transporte. Sabemos que a tarifa de transporte dos cereais e gêneros alimentícios é absolutamente baixa, e tem produzido efeito contrário ao que se esperava, anulando e destruindo indústrias locais. A revisão é necessária, mas não deve ter como objeto principal só a renda da estrada. As despesas devem ser cobertas, mas a lavoura e as indústrias não podem ser massacradas.

O transporte seguro, regular e o mais barato possível é a melhor proteção que se deve conceder. (p.15)

Segue à fala acima, o parecer do então primeiro-vice presidente, Aarão Reis, que acusa Passos de uma precipitação ao lado do Governo, supostamente oriunda da não reeleição para presidente do Clube e consequente afastamento da entidade – esperando que não tenham arrefecidos o “patriotismo e o pundonor”, e criticando a proposta de elevação de tarifas de transportes por porcentagens gerais, que poderia “ser tudo quanto quiserem, menos uma medida administrativa apresentável por um profissional da estatura técnica do atual diretor da Central” (p. 16).

Finalmente, com exceção dos votos do engenheiro José Américo e Carvalho de Sousa, a diretoria do Clube delibera, com discurso de Aarão Reis, que o aumento não deveria ser realizado em base em cálculos de porcentagens gerais, mas por uma revisão racional das tarifas da mesma estrada, reconhecendo a possível necessidade de um acréscimo sobre os fretes da EFCB. Desse modo, ficava aberto o debate, realizado em sessões públicas, com nomeação ulterior de uma comissão encarregada de formular em conclusões o resumo das medidas a tomar, vencidas na referida discussão.

Segue-se daí outras falas e, em seguida, Paulo de Frontin toma a palavra, expondo que não tomaria parte na discussão em razão de ser antecessor de Passos na presidência da EFCB, mas reafirma a possibilidade de atender aos interesses do Estado, sem deixar de ter-se consideração pelos da lavoura, indústria e comércio servidos pela EFCB (pp. 27 – 28). Frontin resgata o histórico de alterações das tarifas e seus valores para cada categoria, citando o aviso de 6 de Setembro de 1892, atendendo ao que o Clube de Engenharia propôs a respeito de uma revisão das tarifas – e segue-se daí uma relatoria sobre as taxas.

O engenheiro encerra o discurso favorável à proposta de Passos e à do Clube, de elevação dos valores e estabelecimento de uma lei geral das tarifas, respectivamente, justificando que, dessa forma, seriam atendidos aos interesses do Estado, da lavoura e da indústria, sem que a EFCB fosse transformada, de serviço industrial, à “fonte de impostos de transportes onerosíssimo à zona que ela percorre” (p. 31).

Uma vez aberto o debate, em ata da sessão de 21 de Outubro de 1897, Aarão Reis faz fala expondo os prejuízos possíveis que recairiam sobre uma das regiões mais produtoras da União (sic). O mesmo chega a mencionar que isso seria um movimento “do capitalismo e seu interesse egoístico e incontestável de procurar generalizar todo o país, de norte a sul” (p.33). O engenheiro conduz uma longa apreciação sobre o debate, exigindo a aplicação da razão e do estudo, característicos do espírito republicano (sic), para a determinação de questão tão central como o era o debate acerca das tarifas.

Demais, questiona se, na qualidade de uma via-férrea pertencente ao Estado, seria de competência integral e ilimitada do Poder Executivo a confecção das tarifas, livre de um teto máximo de competência do Legislativo, justificando que uma via férrea constitui verdadeira indústria destinada à realização do serviço de transporte de pessoas e coisas. Sua essência, porém, contém dois elementos: 1º, a necessidade de seu acesso só poder ter lugar para veículos e motor a ela apropriados; 2º, a existência desses veículos e motor e a natureza destes faz da via-férrea uma indústria *sui generis*, à qual não são aplicáveis os princípios gerais que regulam todas as outras indústrias. E prossegue, afirmando que a ferrovia exige e constitui de fato verdadeiro monopólio, “que traz como consequência a ausência absoluta da livre concorrência e, por conseguinte, a impossibilidade da realização da lei da oferta e da procura”.

Sob tais condições, seria natural admitir a interposição da autoridade estatal entre o expedidor e o empresário, em vias de regulamentação das tarifas, tal como havia se dado mesmo nos países em que se procurou estabelecer tal indústria sobre os princípios liberais – Estados Unidos e Inglaterra. Nesse sentido, o Estado, na posição de explorador das estradas de ferro, se constituiria como verdadeiro industrial, estando, assim, sujeito às mesmas regras que deveriam imperar na organização das suas tarifas. Entretanto:

[...] se entre o empresário e a sociedade, as duas partes interessadas – uma no maximum e outra no minimum – se interpõem os poderes públicos, no caso o Poder Executivo, que procuram conciliar o interesse dessas duas partes; levando em consideração a necessidade do pagamento dos juros e amortização do capital empregado na estrada e também as condições do comércio, da indústria e da lavoura; no caso em que é o próprio Estado o industrial, qual o poder competente para estabelecer a conciliação necessária entre essas duas classes de interesses tão antagônicos?”. (p.61)

Finalmente, nas considerações finais do Clube de Engenharia a esse respeito, ficava deliberado que, para a formulação de uma tarifação nacional da viafêrrea Central do Brasil, deviam ser considerados, em primeiro lugar, o custo médio dos transportes – calculado anualmente; em segundo, o valor dos produtos transportados nos mercados consumidores para as mercadorias; em terceiro, a importância do serviço prestado, quanto ao transporte de passageiros; e, por fim, o equilíbrio entre a receita e a despesa e, mais ainda, os juros do capital nela empregado. As conclusões foram adotadas pelo voto sem restrições dos diretores da instituição: Oliveira Bulhões (presidente), Aarão Reis (1º vice-presidente), Gabriel Osório de Almeida, Daniel Henninger, Horácio Antunes, Eugenio de Barros Raja Gabaglia, Francisco Liberalli, Frederico Smith de Vasconcellos (segundo secretário), Eduardo Limoeiro (primeiro secretário); e de José de Carvalho Souza e Joaquim Silvério Castro Barbosa com restrições.

Não consta no anuário das Revistas do Clube de Engenharia edições nos anos subsequentes a esse debate (1898 e 1899), assim como falta no índice dos sumários das publicações mais informações a respeito do desfecho daquela discussão. Entretanto, nas edições dos anos de 1900 e 1901 (volume 4, nº 1 e 2), em vista da realização do Congresso de Engenharia e Indústria de (1900/1901), é possível perceber o prosseguimento das discussões a respeito das tarifas ferroviárias. Ao nos depararmos com a relevância e centralidade que assumiu tal discussão nas publicações e sessões de reunião do Clube, cabe-nos identificar os possíveis interesses em disputa, e o contexto em que o debate é desenvolvido.

Antes de mais nada, para compreendermos algumas das polêmicas acerca da administração das vias-férreas, é necessário atentar à legislação referente às tarifas e à garantia de juros sobre as ferrovias no país, para tanto, é necessário perceber que não há um consenso claro no seio das frações de classe agrárias dominantes em relação aos prazos e vigências das franquias aduaneiras.

A esse respeito, Marinho (2008) demonstra que a lei de nº 2237, de 3 de Maio de 1873, estendia às concessões de vias férreas do Brasil, gerais, provinciais e municipais uma ampliação de facilidades alfandegárias, eliminando prazo tanto para o material como para o combustível, o que beneficiava as linhas menos onerosas, de bitolas de um metro, que tivessem surgido por iniciativas locais na bacia do Paraíba do Sul e São Paulo. Entretanto, no Primeiro Congresso das Estradas de Ferro, em 1882, por proposta de Paulo de Frontin, fica determinada a não concessão de franquias aduaneiras para qualquer importação ferroviária, num exemplo de uma linha tributária vinculada à política geral de protecionismo.

Nesse sentido, a política alfandegária mantinha duas vertentes em relação às ferrovias, favorecendo prioritariamente as linhas de concessão do governo imperial e, secundariamente, as estradas estaduais e municipais.

Enquanto que para alguns produtos agrícolas o limite recaía sobre uma quantidade de produto, para outros era necessário ter em consideração o valor do produto e também a respectiva quantidade. Diante desse debate, interessa-nos as disputas forjadas no seio do Clube de Engenharia, reunindo membros com uma trajetória e vínculos de trabalho e de poder – que circulavam entre postos administrativos do Estado e inscrevendo-se em outras agremiações que não exclusivamente o Clube de Engenharia – que em muito regulava suas posições internas e, do mesmo modo, inflexões nas decisões, pareceres e projetos da entidade.

Os debates em torno das tarifas sobre uma das atividades econômicas mais importantes para os assuntos do Império e primeiros anos da República no Rio expõem, no contexto de alteração das relações de trabalho e estrutura produtiva advinda com a abolição da escravatura, em 1888, e crise do setor

agroexportador, uma reorganização das forças econômicas, que se voltam para o ramo da circulação de mercadorias, fortalecimento de um mercado interno com a diversificação da produção rural, e, principalmente, obras de *melhoramentos* urbanos. Naquele mesmo contexto, com o fim do sistema escravista, há um crescimento de necessidades que atendessem àquela população agora livre, que se expressou no aumento dos transportes realizados pela EFCB.

As estações ferroviárias da Gamboa, Central e S. Diogo trabalhavam em um movimento de importação superior ao de exportação, isto é, um movimento de cargas expedidas superior às recebidas, com exclusão do café, o que move uma discussão a respeito da necessidade de otimização da circulação de mercadorias e pessoas, bem como das levas de imigrantes, concentradas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em sessão de abril de 1892, o presidente Mello Barreto expõe os dados coletados durante o tempo em que o mesmo esteve dirigindo os trabalhos da seção de contabilidade da E. F. Central do Brasil, realizando estudos comparativos entre as receitas de cada estação ferroviária. O presidente chama ainda atenção para o que chama de “golpes de Estado de 1889”, responsáveis por alterar quase toda a corporação de engenheiros-chefes dos diversos serviços, o que, diante de um aumento imprevisto nos transportes, tornou-se um grave problema.

Há a eliminação dos lugares de chefes de contabilidade, tráfego e locomoção, que passaram a ser ocupados por um só engenheiro. Tais alterações são aprofundadas ao longo do período posterior ao golpe republicano, quando, através do decreto de nº 2424 de 2 de Janeiro de 1897 é declarada extinta a Inspetoria Geral de Estradas de Ferro e, conjuntamente, no decreto de nº 2425, é suprimida a fiscalização dos engenhos centrais, cujo serviço passaria a ser desempenhado pelos fiscais das estradas de ferro sem aumento de vencimentos e conforme as instruções expedidas pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Em função dos atos, estavam dispensados dos cargos que ocupavam junto aos negócios ferroviários os engenheiros João Chrockatt de Sá, então Inspetor Geral das Estradas de Ferro no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas; diversos engenheiros fiscais de 1ª, 2ª e 3ª classes, além de ajudantes e secretários; o engenheiro Manuel Maria de Carvalho do cargo de Inspetor Geral de Emigração, Terras e Colonização, e demais engenheiros nos cargos de 1º, 2º e 3º ajudantes. Dos prolongamentos das Estradas de Ferro arrendadas – Central da Paraíba; de São Francisco; Porto Alegre a Uruguaiana e EFCB – são também dispensados diversos engenheiros de primeira classe.

Ocorre que o Clube de Engenharia passa por um ponto de inflexão decisivo com o golpe republicano e, naquele momento, há um aumento significativo de sócios incluídos no Conselho Diretor,

inclusive com a criação da categoria de “Suplentes do Conselho Diretor”, o que indica a busca de legitimação junto à correlação de forças que passava a vigorar.

No bojo de tais modificações, excedendo os desentendimentos acerca da forma de governo, o que há de mais relevante é perceber que as frações dominantes representadas pelos empresários, empreiteiros e industriais, que sobrevivem com maior grau de coesão à crise no bloco imperial-escravista, buscarão disputar espaço no interior do Clube em meio a um processo de reorganização dos cargos, postos de poder e vinculações daqueles engenheiros que passam a compor o Conselho Diretor e a pautar os debates e deliberações da agremiação.

Ao lado das discussões sobre as vias-férreas, outro elemento que aparecerá com bastante relevância, também identificado por nós como objeto de disputa e certa polarização interna será, no tocante aos serviços de infraestrutura urbana, o de saneamento e fornecimento de água na cidade do Rio e demais localidades.

Ainda na década de 1880, o Clube exercerá papel central nas deliberações da Inspetoria Geral de Higiene, criada pelo decreto n. 9.554, de 3 de fevereiro de 1886, órgão atribuído à fiscalização do exercício da medicina e da farmácia; o estudo das epidemias, moléstias reinantes; direção do serviço de vacinação e seu estudo; a direção de socorros sanitários; a polícia sanitária; a organização das estatísticas demógrafo-sanitárias; e a organização e o aperfeiçoamento do Código Farmacêutico brasileiro (CABRAL, 2015).

A Inspetoria sucedeu a Junta Central de Higiene Pública, criada em 1850 após a epidemia de febre amarela no país, com o objetivo de centralizar os serviços sanitários do Império. No entanto, as amplas atribuições e jurisdição da Junta Central competiam com problemas variados como a falta de pessoal e de recursos financeiros, o que limitou sua ação ao Rio de Janeiro.

Ao lado daquele órgão, a Inspetoria Geral de Saúde dos Portos e o Conselho Superior de Saúde Pública voltavam-se às questões de higiene e salubridade, sob encargo do secretário e ministro dos Negócios do Império. Tal reestruturação da organização sanitária foi fruto de maiores exigências da capital do Império, em meio ao crescimento econômico, o incremento da imigração e do processo de urbanização, bem como da redefinição da relação entre a administração imperial e as províncias.

Em sessão de fevereiro de 1887, é dado parecer da Comissão de Melhoramentos do Clube para o saneamento da Corte, coordenado com a Inspetoria Geral de Higiene, a respeito de um relatório de 23 de Julho de 1886, assinado pelos engenheiros Jorge Rademaker, Jerônimo de M. Jardim, Francisco Liberalli,

Oliveira Bulhões e Batista de Leão, e apresentado pela Inspetoria ao ministro do Império, em que consta uma listagem dos melhoramentos necessitados para a capital.

Diante do escasso dinheiro para a realização da totalidade das obras compreendidas no relatório, propõe-se a determinação de prioridades, quais seja, o abastecimento de água da cidade, dessecamento de pântanos e saneamento de praias e da lagoa Rodrigo de Freitas, arrasamento dos morros do Castelo, Santo Antônio e Senado, abertura de ruas e estabelecimentos de empresas que se organizassem para aquele fim em troca de favores prestados pelo governo na intenção de obtenção de um resultado imediato e direto para os cofres públicos.

A partir daí se seguirá uma longa discussão interna a respeito do aditivo apresentado à Câmara dos Deputados sobre as cobranças no serviço de abastecimento de água na cidade do Rio, discutido em Comissão composta por Paulo de Frontin, Jeronimo Rodrigue de M. Jardim, Anísio de Carvalho Palhano e Pedro Betim. A questão do saneamento assumirá boa parte das discussões e publicações do Clube, sendo retomada no Congresso de Engenharia e Indústria, com pareceres extensos que expressam a centralidade assumida pela categoria dos engenheiros sobre a administração pública daquele serviço, o que assinala uma miríade de assuntos e âmbitos nos quais circularão aqueles agentes organizados no Clube, que congregará, por sua vez, forças econômicas dominantes ao longo do período republicano.

De modo que os congressos e exposições organizados e dirigidos pelo Clube até a virada do século XX expressarão contradições, interesses em disputa e necessidades em relação aos negócios de estradas de ferro no território nacional e prestação de serviços urbanos e obras de “melhoramentos” para a sanção de problemas centrais que, em muito, representavam empecilhos à plena organização da economia, dos transportes, indústria e comércio na capital federal.

Referências Bibliográficas

CURY, Vania Maria. *Engenheiros e empresários: O Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-19033)*. Doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a formação da cultura*. São Paulo: Circulo do livro, s/d.

_____. *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce*. 5. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HANSEN, Claudia. *Eletricidade no Brasil da Primeira República – A CBEE e os Ginle no Distrito Federal (1904 – 1923)*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2012.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978;

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: Os engenheiros e a organização da cultura do Brasil Oitocentista (1874-1888)*. Niterói. Dissertação (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (2004). *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986;

MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virginia, *História e Teoria Política*, In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (coord.), *Novos caminhos da História*, RJ: Editora Campus/Elsevier, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986;

TURAZZI, Maria Inez, *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: a Engenharia, a Indústria e a Imposição do trabalho na vira do século XIX ao XX*, Rio de Janeiro: COPPE, São Paulo: Maro Zero, 1989.

**MESA 13: APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA DO EMPRESARIADO: QUESTÕES
TEÓRICAS E ESTUDOS DE CASOS**

Coordenadora: Elaine Bortone (UFRJ)

Entendidos enquanto lócus de organização de interesses de classe, de formulação de ação política e difusão social de ideologia, os aparelhos de hegemonia seriam, na obra de Antonio Gramsci, intimamente conectados com o Estado integral ou ampliado. É uma instituição da sociedade civil voltada à sedimentação de um dado consenso, a hegemonia. Possui organicamente intelectuais que são prepostos do grupo dominante, com funções de educadores e organizadores do mundo da produção econômica e da fração que a ele pertence. Elaine de Almeida Bortone discutirá a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (ABIF), entidade de classe do setor farmacêutico que foi um instrumento de articulação, pressão e lobby para a defesa de suas posições políticas dentro do Estado em direção ao fortalecimento e à consolidação dos seus propósitos. Ao longo da ditadura os espaços de organização das frações de classe não deixaram de existir, como é o caso patente do IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração), criado em 1976, que representou uma nova etapa da consciência de classe dos mineradores brasileiros, buscando atuar como um verdadeiro partido do empresariado do setor, pesquisada por Ana Carolina Reginatto. Martina Spohr Gonçalves faz uma reflexão sobre a frente móvel de poder que possibilitou a migração em massa de empresários, provenientes de diferentes aparelhos privados de hegemonia, da sociedade civil estadunidense para a sociedade política durante o governo de John F. Kennedy. O desenvolvimento teórico do conceito de Estado ampliado, o papel de aparelhos privados de hegemonia internacionais e a existência de uma sociedade civil internacional, adjudicada ou não a uma sociedade política internacional, serão questões discutidas por Rejane Hoeveler a partir de seu estudo sobre o Conselho das Américas. Pretende-se, assim, articular o instrumental teórico e metodológico gramsciano ao estudo empírico rigoroso de diferentes formas de articulação entre aparelhos privados de hegemonia e Estado integral.

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA (ABIF): O APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA DO EMPRESARIADO FARMACÊUTICO

Elaine de Almeida Bortone⁴⁰⁶

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo refletir sobre a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (ABIF). Criada em 1947, época do pós-guerra, quando a expansão das indústrias farmacêuticas multinacionais tomava impulso, a ABIF foi um aparelho privado de hegemonia, que conforme o arcabouço teórico de Antonio Gramsci, **tratava-se de uma instituição da sociedade civil voltada à sedimentação de um dado consenso, a hegemonia, no sentido da vitória de uma visão de mundo sobre outros, a ser conseguida por meio da ocupação de espaços ideológicos.** Tinha como alvo formar e reproduzir seus próprios intelectuais orgânicos para organizar e educar a sua classe social no sentido de conservar ou promover seus interesses particulares, transformando-os em interesse geral. Foi um instrumento de articulação, pressão e *lobby* para a defesa de suas posições políticas dentro do Estado em direção ao fortalecimento e à consolidação dos seus propósitos. A comunicação revela um balanço de atividades que ilustram a atuação da ABIF, no período de 1964 a 1967, governo ditatorial de Humberto Castello Branco, quando engendrou no Estado uma luta junto às instâncias de formulação de políticas públicas, mostrando sua capacidade de articulação e intervenção na política nacional para favorecer o setor, bem como as disputas e contradições que atravessaram a associação e o empresariado que compunha os cargos de decisão, com objetivo de compreender que interesses políticos e econômico representava e identificar suas conexões com outras entidades, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IPES foi uma organização empresarial criada, em 1961, para integrar os diversos grupos civis e militares em uma oposição que pudesse deter o governo de João Goulart (1961-1964) e as forças sociais que o apoiavam para construir um Estado a sua maneira.

Os aparelhos privados de hegemonia, conforme Gramsci (2000), têm como função elaborar e moldar consciências para conservar ou promover os interesses particulares de uma classe ou fração de classe, transformando-os em interesse geral. Da mesma forma, educam e preparam seus integrantes para a defesa de determinadas posições sociais dentro do Estado. Segundo Fontes (2009), as entidades associativas facilitam a ocupação de postos no Estado, seja por eleição ou indicação, como também atuam no Estado, na sociedade política, na legislação em direção ao fortalecimento e à consolidação dos seus propósitos.

⁴⁰⁶ A FIRJAN foi fundada em 1975, mas sua história começou em dezembro de 1941 quando era Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ). Em 1958, mudou seu nome para Federação das Industriais do Distrito Federal (FSIDF). Em 1960, quando a capital federal foi transferida para Brasília e uma nova unidade federativa foi criada, ela se tornou Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA). E finalmente, em 1975 – quando da fusão do estado do Rio de Janeiro com o da Guanabara, tornou-se Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ) –, a nova entidade passa a se chamar Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) (LEOPOLDI, 2000).

A história das organizações de classe remonta ao final do século XIX, a partir do processo de formação da classe trabalhadora. Este processo iniciou ainda durante a vigência da escravidão, quando trabalhadores escravizados e livres partilhavam formas de organização e de luta gerando valores e expectativas comuns que seriam determinantes, posteriormente, no processo de formação de classe.

Com a criação dos sindicatos dos trabalhadores, em 1931, os empresários começaram a organizar e a coordenar suas ações como resposta as tentativas dos trabalhadores de defenderem seus interesses por meio da ação coletiva (BIANCHI, 2007). Por volta desta época, surgiu o empresariado como ator político “capaz de fazer escolhas e de intervir na ação governamental, seja por intermédio da influência sobre decisões de seu interesse, seja exercendo seu poder de resistência ou de veto” (DINIZ, 1994, p. 202).

Desde então, verificam-se empresários brasileiros atuando, individualmente ou por meio de suas entidades de classe, no apoio ou não a diferentes governos e regimes políticos, mostrando sua capacidade de mobilização, articulação, manipulação e de participação política na defesa das ideias liberais, do lucro, da propriedade privada, do êxito capitalista e contra o comunismo e o socialismo. Conforme Diniz (1994), sua ação se dá pela “tradição centralista do Estado, pelas formas dominantes de articulação Estado-sociedade, pelo padrão de incorporação de atores estratégicos ao sistema político e pelo modelo de presidencialismo implantado” (DINIZ, 1994, p. 198).

As primeiras organizações dos empresários eram de caráter efêmero, não se restringiam aos industriais e contavam com o apoio de militares, engenheiros, intelectuais e parlamentares simpatizantes da causa da indústria, tais como Centro Industrial do Brasil (CIB), criado no Rio de Janeiro, em 1904, que lutou por medidas protecionistas à indústria, e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), fundado em 1928, que reuniu a elite da indústria paulista. Construíram uma identidade empresarial e consolidaram uma consciência de representação de interesses que deram origem a organizações duradouras a partir de 1930, período que se deu a transição da hegemonia agroexportadora para um sistema produtivo baseado na indústria (LEOPOLDI, 2000).

Foi formada uma pluralidade de organizações privadas de interesses coletivos no cenário político-social para defender seus interesses junto ao Estado e dentro dele, como as grandes entidades: Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), em 1931; Confederação Industrial do Brasil (1933), constituída por empresários dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)⁴⁰⁷, em 1941.

⁴⁰⁷ *DOU*, 19.07.47, seção 1, p. 40.

O Estado tornou-se, portanto, uma arena privilegiada de atuação e mediação dos múltiplos interesses das frações de classe burguesas por meio das associações que “penetraram no aparelho de Estado, consolidando-se, e ampliando para fora dos seus limites estreitos de classe sua capacidade de intervenção na política nacional” (FONTES, 2005, p. 223-224).

Mas ainda foram criadas as organizações associativas setoriais, como as do setor farmacêutico. Empresários das indústrias farmacêuticas se organizaram por meio de entidades próprias para articular a defesa de seus interesses específicos e exercer pressão no Estado para consecução de políticas públicas favoráveis ao crescimento do setor e aprovação do reconhecimento de patentes, de produtos farmacêuticos, etc. Em 1947, foi fundada a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (ABIF).

As articulações dos interesses das representações de classe se fazem por meio de pressões e de ligações pessoais com agentes da burocracia pública ou membros do Legislativo. Vaistman (1991) destaca três canais de articulação: 1) os anéis burocráticos, que são os laços formais e informais entre os representantes de interesses privados e os detentores de cargos na burocracia pública, influenciando a formulação e execução de políticas de interesses privados; 2) o *lobby*, atuando por relações de tráfico de influência e pressão sobre o poder legislativo para a elaboração de leis e agindo no poder executivo; 3) o corporativismo, articulação entre o Estado e a sociedade civil acarretando a atribuição de *status* público pelo Estado a certas organizações de representação de interesses privados na negociação de políticas públicas.

Nas atividades de *lobby*, acrescenta Figueira (1987), que não houve empresa, dispondo de recurso financeiro, que não incluísse em sua folha de pagamento um militar, da ativa ou da reserva, que “pudesse transitar com comandantes de escrivinhas em cujas gavetas se guardavam índices futuros de correção monetária” (FIGUEIRA, 1987, p. 27). Além desse mecanismo para influir sobre as decisões do governo, é comum a presença de políticos e da ação de órgãos do governo, cuja direção era movida por profissionais ligados ao capital, para interferirem junto ao Congresso e ao Executivo, a fim de conseguirem o favorecimento de políticas cujos objetivos eles mesmos fixavam, como o setor farmacêutico.

Frequentemente, as associações e/ou seus diretores formam alianças com outras entidades de classe, como, por exemplo, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), para fortalecerem seus objetivos comuns, terem uma atuação política mais firme e para pressionarem governos para implantar políticas públicas que os favoreçam. O IPES foi criado, em 1961, para integrar os diversos grupos civis e militares em uma oposição que pudesse desestabilizar e depor João Goulart (1961-1964) e as forças

sociais que o apoiavam para implantar um Estado a sua maneira. Goulart criou uma série de medidas que não interessavam ao capital, sobretudo o estrangeiro.

Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (ABIF)

Em 2 de julho de 1947, época do pós-guerra, quando a expansão das indústrias farmacêuticas multinacional tomava impulso, foi criada a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (ABIF).

Conforme seu estatuto, a ABIF foi criada para amparar os interesses da indústria farmacêutica e promover o seu desenvolvimento técnico e científico visando: 1) organizar departamentos especializados e de propaganda para estudo e divulgação dos problemas do setor; 2) representar nos poderes federal, estaduais e municipais, assim como nas entidades de direito público ou privado, sobre questões que afetem a indústria farmacêutica; 3) promover congressos, conferências, estudos, relatórios e inquéritos; e 4) organizar e publicar folhetos, prospectos, pareceres, pesquisas, estatísticas e outros elementos os quais podem constituir objeto de um órgão periódico da associação.⁴⁰⁸ Foi, portanto, um aparelho privado de hegemonia, que tinha na sua especificidade formar e reproduzir seus próprios intelectuais orgânicos, que eram organizadores e produtores da hegemonia do setor.

A formação da ABIF contou, inicialmente, com apoio das seguintes empresas: Cia Química Rhodia Brasileira, Costa Velho & Cia Ltda, B. R. Squibb & Sons do Brasil, Indústria Farmacêutica Rodoquímica S/A, Instituto Louremina S/A, Instituto Medicamenta Fontoura S/A, Instituto Pinheiro S/A, Laboratório Andromaco S/A, Laboratório Biosintética S/A, Laboratório Climax Ltda, Laboratório Novoterápica S/A, Laboratório Paulista de Biologia S/A, Laboratório Sanitas do Brasil Ltda, Laboratório Torres S/A, Laboratório Xavier, Laboratório Pravax S/A, S/A Instituto Terapêutico Reunidos Labofarma, A Nova Química Ltda, Laboratório Excelsus Ltda, Química Baruel Ltda, Instituto Química Campinas, Laboratório Yatropan Ltda, T. Okocht, Laboratório de Produtos Oficiais Lapol Ltda, Instituto Homoquímico e Biológico S/A, Laboratório Pharma, Laboratório Baldossorri, Cia Farmacêutica Brasileira Vicente Amato Sobrinho S/A, Jonhson & Jonhson do Brasil.⁴⁰⁹

Como se observa, a ABIF inicialmente agrupava as empresas farmacêuticas nacionais e internacionais, mas gradualmente transformou-se, vindo a representar principalmente as grandes empresas estrangeiras. Os executivos da associação tinham interesse e apostavam nas empresas de grande

⁴⁰⁸ *A Gazeta da Pharmacia*, abril de 1947, capa. As empresas Squibb & Sons do Brasil e Jonhson & Jonhson do Brasil vieram, posteriormente, a financiar do IPES.

⁴⁰⁹ Revista *ABIF*, 1970, p. 15.

porte e tecnologicamente avançadas para o futuro do setor, e as empresas pequenas, de propriedade de empresários locais, segundo seus pontos de vista, estavam marginalizadas no cenário da indústria farmacêutica brasileira (BERTERO, 1972).

Empenhada em defender as empresas estrangeiras, a ABIF resguardava sua imagem das manifestações contra o capital estrangeiro, afirmando que a aversão se dava por sentimento nacionalista, por “questões de fundo psicológico” e por uma “antipatia injusta”, afinal elas tinham “finalidades sociais” e “buscavam estimular o progresso dos laboratórios nacionais num programa para suprir e integrar”.⁴¹⁰ Em uma economia capitalista, as grandes companhias farmacêuticas não estão preocupadas em salvar seus concorrentes, sobretudo as alienígenas, e querem defender seus interesses econômicos acima de todos e de tudo.

A preferência da ABIF pelas empresas estrangeiras ficaria notória quando, em 1965, a associação repudiou o aumento dos remédios em 500% em Belo Horizonte, porque “os laboratórios de Belo Horizonte pequenos não influíram nem em 1% na venda nacional, e assim seus produtos não poderiam ter aumento tão elevado”.⁴¹¹

Em 8 de dezembro de 1948, pelo Decreto nº 25.986, a ABIF foi declarada como Utilidade Pública, e pelo Decreto nº 38.324, de 19 de dezembro de 1955, passou a ser um Órgão Técnico Consultivo Governamental, o que lhe garantiu a “prerrogativa da alínea “d”⁴¹² do art. 513 da mesma Consolidação para o fim de colaborar com o Poder Público, como órgão técnico-consultivo no estudo e solução dos problemas econômicos e profissionais por ela coordenados” (BRASIL, 1955). Assim, conseguiu o direito de apresentar sugestões e alterações à legislação de medicamentos no país, época em que as relações entre interesses privados e administração pública se intensificaram por meio dos Grupos Executivos. Estes grupos eram ligados ao Conselho de Desenvolvimento, que tinham como função realizar pesquisas e determinar as medidas necessárias para a implantação de indústrias em seus respectivos setores.

Portanto, enquanto órgão consultivo governamental, a ABIF foi um instrumento de articulação de seus interesses junto às instâncias de formulação de políticas. Atuou junto ao Poder Legislativo, oferecendo informações, análises, sugestões e outros subsídios sobre projetos de lei, com envolvimento

⁴¹⁰ *Correio da Manhã* de 30.01.65, 1º Caderno, p. 9.

⁴¹¹ “Colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal”. Disponível em https://brasil.mylex.net/legislacao/consolidacao-leis-trabalho-clt-art513_82486.html. Acessado em 04.08.17

⁴¹² A Associação Brasileira de Farmácia (ABF) foi criada, em 20.01.1916 no Rio de Janeiro, como instituição sem fins lucrativos, de caráter científica-profissional, que objetiva reunir os profissionais farmacêuticos das mais variadas especializações em ciência farmacêutica. A ABF existe até hoje. Disponível em <http://www.abf.org.br/sobre-a-abf.html>. Acessado em: 13.03.2016.

direto ou indireto da indústria farmacêutica (VAISTMAN, 1991). Tinha também como estratégia fazer *lobbying* com políticos para promover os interesses das empresas farmacêuticas no Congresso, e em várias entidades, como a Academia Brasileira de Medicina Militar e instâncias do Estado, tais como o Conselho Interministerial de Preços (CIP), setores e seções especializadas das Forças Armadas, a Escola Superior de Guerra (ESG) (BERTERO, 1972). Costumava também empregar oficiais reformados das Forças Armadas nas empresas associadas, visando “fazer com que os militares sentissem em seu próprio meio os problemas e a presença da indústria” (BERTERO, 1972, p. 72).

Como representante de indústrias capitalistas, a ABIF lutava pela menor intervenção do Estado na economia para que pudesse valer o poder econômico, tecnológico e mercadológico das indústrias, ou seja, manter os monopólios (VAISTMAN, 1991).

Para ser mais abrangente na sua atuação, a ABIF se articulava com entidades congêneres da sociedade civil, tais como os órgãos que dirigiam o comércio farmacêutico, Associação Brasileira de Farmácia (ABF)⁴¹³, o Clube dos Girafas⁴¹⁴, as associações médicas estaduais e federais, tais como os Conselhos Regionais e Federal de Farmácia (CRF e CFF) e os Conselhos Regionais e Federal de Farmacêuticos, os sindicatos patronais e dos empregados, a imprensa especializada, as universidades, mantendo extenso intercâmbio visando uma complementação integral de suas atividades. A sua integração com as entidades era facilitada também pelo fato de alguns dos seus dirigentes perpassarem por outras, criando uma rede de interesses do setor farmacêutico.

Já que congregava, em sua maioria, grandes indústrias multinacionais, portadoras de vastos recursos financeiro, a ABIF tinha uma posição de grande força política e sempre foi muito atuante na defesa dos grupos farmacêuticos. Em 1961, participou ativamente da CPI instaurada para investigar as irregularidades das multinacionais do setor. Na época, para se defender e melhorar sua imagem, disseminou na grande imprensa matérias de esclarecimento ao público contra as denúncias.

Em 1963, quando Goulart baixou uma série de medidas e decretos, por meio do Grupo Executivo da Indústria Químico-Farmacêutica (GEIFAR), para regular os abusos dos preços das indústrias estrangeiras, a ABIF saiu em defesa de seus representados e combateu firmemente as iniciativas.

Além de atacar as determinações dos governos, a ABIF produziu diversas notas/propagandas na imprensa para defender os preços dos remédios. Conforme Garcia (1985), a difusão de propaganda tem

⁴¹³ Associação dos Executivos e Profissionais de Propaganda Médica da Indústria Farmacêutica – Clube dos Girafas, criada em 1960, no Rio de Janeiro, congrega diretores de vendas, propaganda, relações públicas e dos departamentos científicos dos laboratórios. Ainda está em atuação.

⁴¹⁴ *Correio da Manhã* de 19.07.66, 1º Caderno, p. 3.

por objetivo interferir na opinião das pessoas, levando-as a conhecer a realidade somente naqueles aspectos que acabam tão envolvidas que não têm outra alternativa senão a pensar da forma que lhes foi imposto.

Uma nota/propaganda questiona *Onde vai parar o seu ordenado?* Por meio de uma estatística mostra que 90,3% do orçamento mensal das pessoas é consumido com despesas gerais; 5,3% com recreação, bebidas, fumo; 4,4% com saúde e apenas 1,6% gasto com medicação. A fim de ludibriar a compreensão do leitor, afirma que as pessoas confundem “entre o preço dos medicamentos com as outras despesas de saúde”, por isto, segundo a ABIF, ela parece alta.⁴¹⁵ Em outra, expõe que, *Este remédio custou um bilhão de cruzeiros. Você não acha que vale a pena continuar pagando por isto?* Explica as dificuldades dos custos para chegar a um resultado, “dentre 5.000 substâncias testadas, este foi o único resultado positivo. É um dos que foram experimentados em 9 milhões de cobaias”, o que “ficou perto de um bilhão de cruzeiros.”⁴¹⁶ Em uma nota mais apelativa, interroga: *Quanto você daria para descobrirem um remédio que cure uma doença incurável?*, e sugere que o dinheiro da compra de remédios é aplicado para que se encontrem novas drogas, como foi para sífilis e tuberculose e “pode ser para câncer e doenças do coração” e, por fim, dramatiza: “O Brasil contribuiu com uma pequena parte: bem menos de 1%. Acha muito?”⁴¹⁷.

A ABIF criou revistas, encartes e boletins informativos que foram cruciais na produção e divulgação dos seus ideários. Segundo Gramsci (2014), a classe dominante organiza uma estrutura ideológica para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica. A parte mais considerável e dinâmica dessa frente é o setor editorial, que consiste em editoras, jornais, revistas, etc. para influir sobre a opinião pública, moldar os interesses e impor sua visão de mundo.

Em agosto de 1964, a associação lançou a sua revista intitulada *ABIF*. No seu editorial, se apresentou com “órgão de divulgação que leve a todos a nossa mensagem de fé em nosso ramo industrial e de confiança no desenvolvimento econômico de nosso país”⁴¹⁸. Os seus objetivos consistiam em: a) promover o desenvolvimento ético e científico da indústria farmacêutica; b) amparar e defender seus legítimos interesses, tanto como categoria econômica como pela assistência às empresas em particular; c) promover o estudo e conhecimento das realizações na indústria farmacêutica e para fins farmacêuticos; d) cooperar com as empresas, realizando pesquisas no domínio das ciências sociais, organizando e

⁴¹⁵ *Correio da Manhã* de 16.08.66, 1º Caderno, p. 5.

⁴¹⁶ *Correio da Manhã* de 30.08.66, 1º Caderno, p. 3.

⁴¹⁷ Revista *ABIF*, nº 1, agosto de 1964, p. 3.

⁴¹⁸ *Idem*.

patrocinando congressos e conferências técnico-profissionais; e) editar publicações especializadas, inclusive periódicas; e f) manter relações com entidades congêneres, inclusive no âmbito internacional.⁴¹⁹

Além da revista criou encartes, como o intitulado *Você e os remédios* e o boletim *ABIF Informativo Quinzenal*. O primeiro divulgava preços de medicamentos, contestava matérias da mídia sobre os altos preços dos medicamentos, “os remédios aumentaram menos até que os serviços públicos, que quase sempre são deficitários, financiados pelo governo”. Em matéria intitulada *Farmácia: o remédio chega a você*, “o homem que está atrás do balcão da farmácia é algo mais que um comerciante. Possui treinamento especial e conhecimento profissional que lhe permite aconselhar e assistir seus clientes em problema de saúde”. Sabe-se que o balconista não é apto para medicar, muito menos dar conselhos sobre quaisquer problemas de saúde. O encarte estimulava crimosamente, assim, o uso indevido de medicamentos. Em outra matéria, *Você acha que saúde é importante?*, o encarte afirma, “Pois é interessante saber que nós gastamos muito menos com a nossa saúde do que com a maioria de nossos hábitos, esportes ou diversão. Das despesas médicas de nosso orçamento, menos de 2% destina-se a medicamento”.⁴²⁰ Nas publicações disponibilizavam também leis, índices, alterações da legislação e artigos.

Na sua revista de 2 de outubro de 1964, em matéria intitulada *O custo não visível do medicamentos*, a ABIF aponta que a população tem por hábito reclamar do custo dos remédios, e justifica que “na estrutura de preços de venda por atacado a da indústria farmacêutica, estão incluídos os gastos com pesquisas, com propaganda, promoção e amostras grátis, até chegar ao consumidor, há que acrescentar os custos de distribuição”⁴²¹. E é assim explicado: Pesquisa – é o dispêndio indispensável para evitar obsolescência e garantir novas descobertas. Propaganda e promoção: é o único meio de levar rapidamente o produto ao conhecimento do médico, aumentando-lhe o consumo e baixando-lhe o preço. Amostra grátis – é o meio de possibilitar ao médico o conhecimento direto do produto por experimentação em seus clientes ou doentes hospitalares, servindo ao mesmo tempo de assistência social farmacêutica. Segundo a matéria, todos os itens pesam em conjunto menos que 25% no preço de venda do medicamento e fazem parte do seu custo não visível. “É, afinal, o sacrifício imposto a todos para sobrevivência de um sistema técnico, científico e produtivo, sem o qual não teria havido a revolução terapêutica da atualidade”⁴²².

⁴¹⁹ *Você e os Remédios*, s/d

⁴²⁰ *Revista ABIF*, nº 2, outubro de 1964, p. 4

⁴²¹ *Idem*.

⁴²² *Idem*, p. 7.

Além de divulgarem estatísticas e dados, construídos pela FIESP, acerca da produção brasileira de medicamentos, as publicações apresentavam história de algumas doenças; reproduziam matérias sobre a indústria farmacêutica publicadas pelo jornal *Estado de S. Paulo*; enalteciam empresários do setor e associações de classe, como o Clube dos Girafas; publicavam artigos dos seus intelectuais orgânicos exaltando a iniciativa privada.

Na edição nº 2 da revista *ABIF*, o ipesiano Tarquínio José Barbosa de Oliveira (Medicinalis S/A Participações e Administração) escreveu um artigo sobre seguro saúde, incentivando a compra de seguros individuais privados, com o seguinte discurso: “combater e oprimir a iniciativa privada é apenas agravar ainda mais o problema, impedindo o exercício assistencial até mesmo àqueles que possuem recursos para tratar-se”⁴²³.

Após-1964, além de ser aliada ao novo governo e ciente de que hostilizar e atacar os preços e as práticas, como fazia anteriormente, não eram atitudes frutíferas, a ABIF estabeleceu uma nova ordem, ressaltar o valor da contribuição das empresas internacionais farmacêuticas no desenvolvimento tecnológico do país. O presidente da Associação na época, Flávio Miguez de Melo, pontuou que o pensamento da diretoria era o de dar ampla e completa cooperação ao governo do presidente Castello Branco. Para tal, atendeu à Portaria nº 71, de 1965, que exigia a obrigatoriedade de etiquetar os valores dos medicamentos nas embalagens⁴²⁴ e apresentar a Relação de Medicamentos Essenciais⁴²⁵, solicitada pelo Ministro da Saúde e pela SUNAB. As empresas eram pressionadas a adesão, caso contrário o Estado não assinava contratos com aquelas que não aceitavam a nova regra.

Como estratégica para melhorar a opinião pública sobre as indústrias, que eram hostilizadas, sobretudo na questão dos preços e a inexistência de pesquisa no país, a ABIF criou a Fundação ABIF de Pesquisas em Biociências, em 1970, com apoio financeiro de doze subsidiárias de companhias farmacêuticas americanas e dezenove européias (BERTERO, 1972), por meio de percentual das suas vendas. Seu objetivo era proporcionar apoio a estudantes e pesquisadores de Química Orgânica, Farmacologia e outras áreas relacionadas com produtos farmacêuticos e visava “melhorar a imagem da indústria farmacêutica nos meios acadêmicos e científicos e talvez junto ao governo” (BERTERO, 1972,

⁴²³ *A Gazeta da Farmácia*, maio de 1965, p. 3.

⁴²⁴ A Organização Mundial da Saúde (OMS) define medicamentos essenciais como aqueles que satisfazem às necessidades de saúde prioritárias da população, os quais devem estar acessíveis em todos os momentos, na dose apropriada, a todos os segmentos da sociedade. Disponível em <<http://www.who.int/campaigns/immunization-week/2016/en/>>. Acessado em: 20.04.16.

⁴²⁵ *Correio da Manhã* de 15.11.69, 1º Caderno, p. 17.

p. 74). A fundação concedia bolsas de estudos e financiava organização de congressos médicos em parceria com laboratórios e universidades.

Analisando fundações de empresas farmacêuticas norte-americanas que se dedicavam ao fomento à pesquisa, Angell acrescenta outra faceta. Trata-se de organizações sociopolíticas com missões e valores que penetram nas diversas camadas da sociedade orientando valores, pensamentos e ações, além de exercerem pressões sobre o Congresso Nacional para maiores investimentos em inovação tecnológica (ANGELL, 2007).

Em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Medicina Militar, em São Paulo, o farmacêutico José Salomão e o economista Luis Góes Raposo sugeriram a concepção da fundação.⁴²⁶ Sua presidência foi entregue ao médico, professor e ipesiano Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão.

Com o modelo econômico de crescimento instaurado pela ditadura que privilegiou os interesses das empresas estrangeiras, ainda em 1969, período de muitas desnacionalizações, empresários da indústria farmacêutica nacional que não se sentiam representados pela ABIF e eram contra seus regulamentos que delegavam às empresas internacionais o poder de tomar decisões e dirigir a associação, criaram, para buscar canal de expressão próprio, a Associação Nacional da Indústria Farmacêutica (ANIFAR). A ANIFAR tinha como finalidade o “estudo, coordenação e a eficaz defesa dos interesses da indústria farmacêutica de *capital autenticamente brasileiro* colaborando com os poderes públicos e outras associações na expansão da indústria químico-farmacêutico de base”,⁴²⁷ o que indica um conflito entre os capitais privados nacional e o internacional.

O empresário (Instituto Pinheiro Produtos Terapêuticos e Laboratório Paulista de Biologia), químico e líder do IPES-SP Paulo Ayres Filho, por exemplo, teria sido contra a criação da ABIF. Segundo Paulo, ela fazia uma distinção oficial entre empresas estrangeiras, empresas mistas e empresas nacionais, além do seu controle que coube ao grupo estrangeiro.⁴²⁸ Como alerta Sebastião Cruz

Por mais informado que seja um empresário, por exemplo, por convencido que esteja da conveniência de uma determinada política do ponto de vista do capital em geral, ele não deixará de oferecer-lhe resistência se, com ela, seu setor ou sua empresa forem negativamente afetados. Isto porque o seu destino, como empresário, não vincula-se diretamente ao comportamento da economia como um todo, mas confunde-se com a trajetória descrita pela unidade particular de capital que ele encarna (CRUZ, 1992, p. 21).

⁴²⁶ DOSP de 30.09.69, p. 33. Grifo meu.

⁴²⁷ Carta de Paulo Ayres a João Baptista Leopoldo Figueiredo, de 28 de abril de 1975. Acervo de Paulo Ayres Filho – CPDOC/FGV.

⁴²⁸ O Globo, 09.10.73, matutina, p. 3.

Ressentida com a criação da ANIFAR, a ABIF ressaltou, por meio de documento público, o seu direito legítimo de representar a indústria farmacêutica no país, sem concorrentes. O presidente da ABIF, o francês Philippe Guédon, ressaltou que uma única associação no âmbito nacional era uma necessidade de 80% da indústria farmacêutica. Sobre o conflito de interesses dentro da indústria, Guédon afirmou que era legítimo o respeito dos “interesses de grupos limitados e privados”, mas que deveriam se expressar por meio de uma única associação, agindo de comum acordo, e nunca “exercendo pressão para substituir o desejo da maioria pela defesa de seus interesses particulares” (BERTERO, 1972, p. 74).

As duas associações acabaram por acentuar pontos de consensos e dissensos de interesses no próprio âmbito da classe dominante farmacêutica. O consenso se dava, sobretudo, em acordos em relação a táticas de pressão sobre o governo por aumento dos preços dos medicamentos. Os desacordos se apresentavam em várias questões: na prevalência de patentes estrangeiras que funcionavam apenas como fator de legalização dos monopólios e foi um dos fatores responsáveis pelo desaparecimento dos laboratórios brasileiros; pelo fato das indústrias estrangeiras não desenvolverem pesquisas e não trazerem progresso tecnológico para o país; e as exportações de matéria-prima somente atendiam às subsidiárias estrangeiras, que impediam a concorrência nacional.⁴²⁹

Outro ponto de atrito era a oposição das indústrias nacionais a certas práticas de comercialização adotadas pelas companhias internacionais. Como sentiam que as empresas nacionais não podiam competir devido à sua carência de recursos financeiros, as estrangeiras ofereciam descontos maiores aos atacadistas e varejistas, vendendo mais unidades de um determinado produto. Como os executivos das nacionais se sentiram prejudicados com essa prática, a ANIFAR fez uma comunicação às autoridades (BERTERO, 1972).

Em 1971, o presidente da ANIFAR, Jaime Macedo Cardoso, rebateu a proposta do presidente da multinacional norte-americana Cyanamid (associada da ABIF), para que fossem criados incentivos governamentais às fusões ou associações de laboratórios farmacêuticos. Segundo Cardoso, as uniões só seriam possíveis em igualdade de condições ou no caso de uma empresa dispor de tecnologia e outra de capital, mas os laboratórios brasileiros não tinham uma coisa ou outra. O cientista e professor da Faculdade Paulista de Medicina Osvaldo Luis Ramos endossou as palavras do presidente da ANIFAR e acrescentou que a união não era perfeita porque não se podia trocar segredos, já que os laboratórios brasileiros não tinham uma base de pesquisa científica. Waldemar Bier (Laboratório Torres S/A, Produtos

⁴²⁹ *Correio da Manhã*, 01.07.71, caderno Química e Petroquímica, p. 8.

Químicos Ciba S/A), presidente da ABIF-SP. Favorável à agregação das associações, procurou, por sua vez, convencer os proprietários de laboratórios a se unirem para encontrarem melhores condições de economia. Argumentou que as pequenas empresas eram familiares, viviam de tradição e acabavam atrapalhando qualquer trabalho neste sentido.⁴³⁰

Mas a resistência da ANIFAR foi vencida. Em 1973, se uniu à ABIF, constituindo a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (ABIFARMA), que segundo comunicado “Criação da ABIFARMA”, “resultou da conscientização da indústria farmacêutica de fortalecer-se no plano nacional e internacional, através de uma entidade de classe empresarial amplamente representativa”⁴³¹ para consecução de objetivos comuns. Foi substituída, nos anos 2000, pela Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (FEBRAFARMA), que assumiu o papel de porta-voz das decisões coletivas da indústria farmacêutica. Na sua estrutura organizacional, as empresas nacionais desempenhavam o poder político e as multinacionais eram responsáveis pela parte financeira da entidade.⁴³²

A FEBRAFARMA encerrou suas atividades em agosto de 2009. Segundo site da federação, o motivo do encerramento de suas atividades foi o desacordo entre as empresas nacionais e as multinacionais, o que sugere a permanência da luta entre os dois capitais. Conforme nota na imprensa, o encerramento se deu por decisão das entidades representativas da indústria farmacêutica que a compunha, as quais deveriam continuar representando o setor de acordo com seus interesses e áreas de atuação e encaminhar questões nas diferentes esferas governamentais empresariais e da sociedade civil⁴³³.

Com o final das atividades da FEBRAFARMA, as entidades e os grupos ligados à indústria farmacêutica passaram a ter apoio junto à Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (ALANAC)⁴³⁴, a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA)⁴³⁵ e ao Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo (SINDUSFARMA), que responderam pelos interesses dos grupos farmacêuticos.⁴³⁶

⁴³⁰ Anúncio assinado por Gastoni Sartori (ANIFAR) e Philippe Guédon (ABIF). *Folha de S. Paulo*, 21.01.73, 1º caderno.

⁴³¹ Informações obtidas no site da FEBRAFARMA. Disponível em <<http://febrafarma.org.br/historia-fim-da-febrafarma>>. Acessado em: 10.02.2016.

⁴³² Disponível em <<http://pfarma.com.br/notC3ADcias-farmaceuticas/918-industria-farmaceutica/198-febrafarma-encerra-suas-atividades.html>>. Acessado em 07.07.16.

⁴³³ Surgiu em 1983, a Associação congrega exclusivamente as indústrias farmacêuticas nacionais. Disponível em <<http://www.alanac.org.br/institucional.php?pag=historia>>. Acessado em: 10.05.2017.

⁴³⁴ Fundada em 1990, a INTERFARMA é uma entidade setorial, sem fins lucrativos que representa empresas e pesquisadores nacionais e estrangeiros. Site oficial: <https://www.interfarma.org.br/>. Visitado em 10.05.2017.

⁴³⁵ Informações retiradas do site da FEBRAFARMA. Disponível em <<http://febrafarma.org.br/sucessao>>. Acessado em: 17.02.2016.

⁴³⁶ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/UFRJ). E-mail: analina.reginato@gmail.com

Com relação à composição da diretoria da ABIF, a primeira foi formada por Antônio Rangel Filho (presidente), José Scheikmann (vice-presidente e futuro membro do IPES), Renato Gross (secretário, sua empresa, posteriormente, financiou o IPES) e Roger Guédon (tesoureiro). No período de 1963 a 1964, o empresário e líder do IPES-RJ, Maurício Libânio Villela assumiu a presidência da ABIF. Na gestão de Carlos da Veiga Soares (1964-1965), Villela foi do Conselho Deliberativo, acompanhado por outro ipesiano, Paul Norton Albright. No biênio 1966-1967, o presidente foi o ipesiano, José Scheikmann.

Concluindo, a indústria farmacêutica, com grande importância na economia capitalista, exerce forte pressão política no Estado por meio de suas associações, que disputam hegemonia e lutam para defender seus interesses particulares e definir prioridades da própria agenda do Estado. As associações do setor apresentavam e apresentam conflitos internos, mas têm em comum as tentativas de dominação de seus projetos de poder, de preservação do próprio capitalismo, da garantia da propriedade privada e de destruir obstáculos governamentais que prejudiquem as estratégias de rentabilidade e impor reivindicações que beneficiem suas associadas.

Referências

ANGELL, Márcia. *A verdade sobre os laboratórios farmacêuticos*. Como somos enganados e o que podemos fazer a respeito. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BERTERO, Carlos Osmar. *Drogas e dependência no Brasil – estudo empírico da teoria da independência*. O caso da indústria farmacêutica. Tese doutorado Cornell University, 1972.

BIANCHI, Álvaro. *Empresários e ação coletiva: notas para um enfoque relacional do associativismo*. Revista Sociologia Política, Curitiba, 28, p. 117-129, jun. 2007.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Estado e economia em tempo de crise política industrial e transição política no Brasil nos anos 80*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

DINIZ, Eli. *Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-1985*. In: SOARES, Glaucio Ary Dillon e D'ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar*. Balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

FIGUEIRA, Archibaldo. *Lobby do Fico à UDR*. Porto Alegre: Sagra Ed. e Distribuidora, 1987.

FONTES, Virginia. *Reflexões im-pertinente*. História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

_____. Sociedade Civil. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César Ferreira (org). *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 2.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira*. As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VAISTMAN, Jeni. *Representação de interesses privados e formulação de políticas: o caso da indústria farmacêutica*. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, fevereiro, 1991.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM): A CONSTRUÇÃO DE UM PARTIDO PARA OS MINERADORES (1976-1988)

Ana Carolina Reginatto⁴³⁷

Resumo: Partindo da noção de Estado Ampliado, isto é, da relação dialética entre a sociedade civil – arena da luta de classes e espaço da organização das vontades e das disputas pela afirmação hegemônica de projetos classistas – e a sociedade política – o conjunto dos aparelhos e agências do poder público ou as instâncias específicas do Estado em seu sentido restrito; a reflexão gramsciana pensa o partido político para além de qualquer atribuição meramente parlamentar. Nesse sentido, para o filósofo italiano o partido é precisamente a entidade capaz de, a partir da sociedade civil, formar os próprios quadros, agentes políticos qualificados, dirigentes e organizadores da atuação propriamente política de determinada fração de classe frente à sociedade civil e às agências do Estado (restrito).

Através de tal perspectiva teórica, entendemos que o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) representou uma nova etapa da consciência de classe dos mineradores brasileiros, buscando atuar como um verdadeiro partido do empresariado do setor. Criado em dezembro de 1976, o IBRAM possuía a clara intenção de se tornar um elemento unificador de toda a classe dos mineradores, superando a dispersão histórica das entidades do setor – até então divididas pela sociedade civil por minerais ou grupos de minerais –; para potencializar a capacidade de organização política desse empresariado, não só, junto ao aparelho de Estado, como também à sociedade em geral. Além disso, como buscaremos demonstrar, tinha como objetivo, ainda que incipiente no período aqui tratado, forjar seus próprios quadros, atuando na “soldagem” entre os principais intelectuais orgânicos do setor – dirigentes do Instituto – e os intelectuais tradicionais.

O IBRAM foi criado em dezembro de 1976, em um contexto muito particular para o regime instaurado no pós-1964. Nesse cenário, inaugurado o processo de abertura política, o acirramento da crise econômica mundial e o esgotamento do ciclo de expansão do período conhecido como “milagre econômico” (1968-1973), levariam o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) a adotar um amplo programa de intervenção estatal na economia para tentar contornar a crise, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (ABREU, 2010). As mudanças administrativas implementadas pelo governo em geral e para a execução do Plano em particular, provocaram, no entanto, a primeira dissidência significativa das frações mais importantes da burguesia brasileira com o regime (CODATO, 1995, p. 55-87). No que diz respeito à mineração, as modificações incidiram sobre importantes instrumentos de financiamento do setor. Além disso, partir de 1976, os investimentos governamentais em pesquisa e o orçamento do DNPM foram drasticamente reduzidos – quadro que não seria revertido até

⁴³⁷ Discurso proferido por ocasião dos dez anos do IBRAM.

1985, sendo denominado pelo empresariado como a “curva da morte” da mineração (*Brasil Mineral*, nº 14, 1984).

Diante desse quadro, a formação do IBRAM partiu da consciência, daqueles que viriam a ser suas principais lideranças, de que era preciso organizar de maneira unificada a atuação dos empresários do setor, tornando mais eficaz sua intervenção junto aos órgãos do aparelho estatal e à sociedade em geral para fazer frente aos desafios políticos e econômicos colocados à época.

Os fundadores do Instituto pretendiam, portanto, criar uma nova entidade que possuísse “um caráter (...) organizador, sintetizador das reivindicações da classe e a congregasse” (*Minérios, Extração e Processamento*, nº 120, 1987). Isto é, que fosse capaz de superar a dispersão histórica das associações do setor – até então divididas pela sociedade civil por minerais ou grupos de minerais – para conferir homogeneidade e discernimento dos interesses dos mineradores enquanto classe unificada, potencializando a organização política desse empresariado. Nas palavras de José Mendo Mizael de Souza, um dos principais articuladores da criação do Instituto e seu secretário-executivo ao longo do período tratado por esta tese:

(...) havia, na época, entre as lideranças do setor e entre os sindicatos dos diversos segmentos da mineração, uma visão precisa da necessidade de criação de uma entidade que, não estando amarrada às limitações de natureza legal de um sindicato, tivesse então uma condição de flexibilidade, velocidade e síntese que o setor mineral estava a carecer, especialmente em competição com outros setores organizados. (...) Os diversos sindicatos tratavam de bens minerais específicos – como o minério de ferro, o estanho, o carvão, por exemplo – mas não havia uma visão ampla e global da mineração (*Brasil Mineral*, nº 37, 1986).⁴³⁸

A menção de Mizael de Souza a organização de outros setores é significativa. De fato, os ramos mais próximos da mineração, como a metalurgia e a siderurgia, possuíam uma entidade representativa unificada há muitos anos. No primeiro caso, a Associação Brasileira de Metais (ABM) foi criada em outubro de 1944, no segundo, o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) em 1963.

⁴³⁸ Os Pentagna Guimarães dividiam a propriedade do grupo Magnesita com os Mariani Bittencourt. Os últimos tinham atuação, quase que exclusivamente, no estado da Bahia, destacando-se pelo controle acionário do Banco da Bahia Investimentos, da Companhia de Seguros da Bahia e com participação minoritária em importantes empreendimentos do polo petroquímico baiano. O patriarca da família, Clemente Mariani Bittencourt, advogado de formação, foi deputado pelo estado da Bahia (1924-1930), ajudou a formar o Partido Social Democrático (PSD) baiano, foi deputado constituinte (1933-1934), diretor da Associação Comercial da Bahia, diretor e presidente do Banco Comercial da Bahia e do Banco da Bahia a partir de 1942, Ministro da Educação e Saúde (1946-1950), presidente do Banco do Brasil (1954-1955) e Ministro da Fazenda do governo Jânio Quadros (1961). Já a família Pentagna Guimarães era proprietária do Banco BMG. O Grupo Magnesita controlava diversas empresas de mineração e do setor de refratários, tendo como principal consumidor o setor siderúrgico nacional (ABREU, 2010). Sobre o grupo Magnesita e a trajetória das famílias ver FERNANDES, 1982, p. 727-762.

Ao mesmo tempo, para os fundadores da entidade, a proposta de um Instituto que dirigisse a articulação política dos mineradores como um todo, também deveria estar a serviço do desenvolvimento de uma visão “da importância da mineração para qualquer economia, a nível nacional” – demonstrando a consciência de suas lideranças da necessidade de apresentar os interesses dos mineradores como objetivos gerais de toda a Nação (*Brasil Mineral*, nº 37, 1986). Nesse sentido, em discurso durante a sessão solene de criação do Instituto, Francisco José Pinto de Souza, diretor da empresa Magnesita S.A. e membro da Comissão Organizadora do IBRAM, afirmou:

Outra missão do Instituto, da maior importância, consistirá em estabelecer um contínuo esclarecimento da opinião pública do que consiste a Indústria Mineradora, cuja missão tem sido, de longa data, continuamente deturpada, ora por elementos que, embora competentes em suas áreas de atividade, desconhecem as peculiaridades muito especiais da atividade mineradora, ora por aqueles que, por evidente má fé, visavam a objetivos essencialmente demagógicos. (...) A atividade mineradora tem, em consequência, sido acusada de predatória, poluidora e contrária aos interesses nacionais e regionais, quando o que realmente ocorre é, rigorosamente, o oposto. Deve ser considerada atividade de mais alta prioridade nacional, como abastecedora de matéria-prima para a transformação interna e como fonte criadora de divisas para a nação (*Mineração Metalurgia*, nº 381, 1976).

Cinco anos após sua criação, o entendimento da necessidade de “nacionalizar” os interesses dos mineradores, através de uma intervenção política organizada pelo Instituto, parecia ainda mais nítido, conforme declaração de Mizael de Souza:

(...) uma entidade como o IBRAM deve ser, fundamentalmente, dinâmica e proativa (isto é, influenciando o ambiente) e não simplesmente reativa (ou seja, reagindo ao ambiente), têm as sucessivas administrações do Instituto procurado fazer com que o seu desempenho reflita, essencialmente, eficácia, em termos de apoio gerencial e operacional, e convencimento à sociedade brasileira, como um todo, e às autoridades governamentais e membros do Poder Legislativo, em especial, da importância da Mineração como base de desenvolvimento (*Minérios, Extração & Processamento*, nº 59, 1982).

A ação objetiva para a fundação do Instituto, arregimentando os interessados e agilizando sua criação, partiu de dois dos principais agentes do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) – o banco estadual com maior expressão no financiamento do setor mineral no país: Abílio dos Santos, seu diretor, e o já mencionado José Mendo Mizael de Souza, até então, superintendente das áreas mineral, metalúrgica e industrial do Banco (*Mineração Metalurgia*, nº 381, 1976). Até o final do regime ditatorial, os seguintes nomes ocuparam a presidência da entidade:

Quadro 2.9. Presidentes do IBRAM (1976-1988)

Presidente	Empresa	Ano
Hélio Pentagna Guimarães	Magnesita S.A.	1976-1978
Henrique Anawate	Companhia Brasileira do Cobre	1978-1979
Henrique Guatimosim	SAMITRI/Grupo Arbed	1979-1980
Neuclayr Martins Pereira	Mineração Oriente Novo S.A./Grupo Brumadinho	1980
João Sérgio Marinho Nunes	CAEMI	1981-1982
	SAMA S.A./Grupo Saint-Gobain-Pont-à-Mousson e Eteroutremer S.A.	
	CESBRA	1987-1990
Luís de Oliveira Castro	Convap Mineração S.A.	1983-1984
Sérgio Jacques de Moraes	Companhia Minas da Passagem	1985-1986

Fonte: *Mineração Metalurgia*, nº 381, 411, 418, 428, 436, 454, 481, 495; FERNANDES, F.R.C. et al. *Os maiores mineradores do Brasil: perfil empresarial do setor mineral brasileiro*. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1982; <<http://www.ibram.org.br>>, acesso em 29 de março de 2016.

Hélio Pentagna Guimarães e Neuclayr Pereira, por exemplo, eram os sócios proprietários de seus respectivos grupos empresariais.⁴³⁹ Quando foi eleito para a presidência do IBRAM, Henrique Anawate era diretor da Companhia Brasileira de Cobre (CBC),⁴⁴⁰ estatizada em 1974, e possuía uma longa carreira profissional em empresas como Gerdau e Aços Finos Piratini, além da atuação em entidades empresariais como a ABM e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS).⁴⁴¹ Já Henrique

⁴³⁹ Fundada em 1942 pelo governo do Rio Grande do Sul em associação com a Laminação Nacional de Metais, do Grupo Pignatari. Em 1974 a CBC passou a ser controlada pelo governo federal, através da empresa Financiamentos de Insumos Básicos S.A. (Fibase), subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atuando na área de pesquisa junto com a Rio Doce Geologia e Mineração (DOCEGEO), ligada à Companhia Vale do Rio Doce, e com a Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM). Ver CETEM. “Exploração de cobre em minas do Camaquã (RS) provocou alterações na paisagem”. CETEM, 2012. Disponível em <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=19> Acesso em 29 de março de 2016.

⁴⁴⁰ A FIERGS foi criada em 1937. Sobre Anawate ver *Jornal de Santa Catarina*. Edição de 24 de junho de 2010. “Obituário”. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/obituario/henrique-anawate-11981.html>> Acesso em: 29 de março de 2016.

⁴⁴¹ Um dos maiores grupos empresariais do capitalismo brasileiro, a família Moreira Salles chegou à atividade bancária tendo por base o capital acumulado na atividade cafeeira. Walther Moreira Salles, filho mais velho de João Moreira Salles – fundador da primeira casa bancária da família –; foi o grande responsável pela expansão do grupo no setor bancário, a partir do final da década de 1930, e por sua posterior diversificação. Além disso, ocupou cargos importantes dentro do Estado restrito como a direção da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil (1948-1951); a direção executiva da Superintendência da Moeda e do Crédito (1951-1952); o Ministério da Fazenda (1961-1962) e o cargo de embaixador nos Estados Unidos em dois momentos, entre 1952-1953 e 1959-1960. Na sociedade civil, no começo dos anos 1960, fez parte do IPES. Ao longo da ditadura, o grupo foi bastante beneficiado pelas reformas do sistema bancário e financeiro, iniciando um intenso período de fusões e aquisições que culminaria na denominação do conglomerado bancário da família como Unibanco, em 1975. No setor da mineração, o grupo Moreira Salles formou a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), em 1965, ao adquirir a participação que grupo Melo Viana detinha na DEMA – Distribuidora e Exportadora de Aduos Minerais, para explorar nióbio em Araxá. A DEMA havia sido fundada em 1955 pelas famílias Melo Viana e Horácio Carvalho em associação com o grupo norte-americano Wah Chang Corp. Posteriormente, a Wah Chang vendeu sua participação à Molycorp Inc. – adquirida, por sua vez, pela Union Oil no final dos anos 1970. Em 1971, o grupo Moreira Salles comprou o controle acionário da mina de ouro de Morro Velho, antiga St. John Del Rey Mining, vendendo-a integralmente para a Anglo American

Guatimosim, João Sérgio Marinho Nunes e Luís de Oliveira Castro possuíam extensa trajetória em outras associações do setor mineral – os dois primeiros, chegaram à presidência do SINFERBASE e o último do Instituto Brasileiro do Chumbo e do Zinco (ICZ). Sérgio Jacques de Moraes, por sua vez, era advogado, com vasta experiência como consultor jurídico em diversas mineradoras (Mineração Ipanema, Mineração Santarém e Grupo Brumadinho. Quando assumiu a presidência do Instituto era diretor da Cia. Minas da Passagem, que explorava ferro e ouro na região de Mariana-MG(*Mineração Metalurgia*, nº 454, 1984).

Outra esfera fundamental da estrutura administrativa do Instituto era o Conselho Diretor. Sua função era auxiliar de forma permanente a direção, formulando uma política para o IBRAM nos campos técnico e de recursos humanos, analisando, ainda, as políticas governamentais para a mineração (*Brasil Mineral*, nº 40, 1987). No quadro abaixo, listamos os integrantes do Conselho até 1988.

Quadro 2.10. Membros do Conselho Diretor do IBRAM (1976-1988)

Conselheiro	Empresa
Abílio dos Santos	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
Alexandre Misk	Pesquisa e Lavra Consultoria e Emp. Ltda.
Antônio Ermírio de Moraes	Grupo Votorantim
Augusto Trajano de Azevedo Antunes	CAEMI
Fernando Antônio Roquette Reis	Companhia Vale do Rio Doce
Gabriel Donato de Andrade	Andrade Gutierrez MineraçãoLtda
HélioPentagnaGuimarães	Magnesita S.A.
Henrique Guatimosim	S.A. Mineração Trindade – SAMITRI/Grupo Arbed
Ivo Barone	ALCAN
Jacques Sidney Porto	ManganoférreaMineração S.A.
José Ferreira Leal	Tricontinental Comércio e Participações S.A./ Grupo Brumadinho
José Mário Tavares de Oliva	CimentoTupi S.A.
Neuclayr Martins Pereira	Mineração Oriente Novo S.A./Grupo Brumadinho
Paulo José de Lima Vieira	ConvapMineração S.A.
Sílvio Guedes	Prospec S.A.
Eliezer Batista	Companhia Vale do Rio Doce
Luíz Aníbal de Lima Fernandes	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
Marcelo Ribeiro Tunes	Mineração do Cerrado S.A.
Gerson Dias	CimentoCauê

Corporation, em associação com o grupo Bozano Simonsen, em 1980. Os Moreira Salles também se tornariam sócios do grupo CAEMI em dois momentos: em 1966, com a criação do Banco de Investimentos do Brasil, do qual o grupo controlado por Azevedo Antunes fazia parte e, em 1982, quando os Moreira Salles participaram do consórcio de 22 empresários, liderados por Antunes, na compra da Companhia do Jari. Sobre a trajetória de Wather Moreira Salles e do grupo capitaneado por sua família ver BRANDÃO, 2015. Sobre a história da CBMM ver FERNANDES, 1982, vol. 2, p. 429.Sobre as ligações entre os Moreira Salles e Azevedo Antunes ver CHRISTIANO, 20006, p. 231-232.

José de Andrade Ramos	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Realdo Santos Gugliemi	Carbonífera Metropolitana S.A.
Walther Moreira Salles	Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração
Alain Juan Pablo Belda	ALCOA
Álvaro Luís Bocaiúva Catão	Cia. Brasileira Carbonífera de Araranguá
José Corgosinho de Carvalho Filho	Companhia de Ferro Ligas da Bahia (FERBASA)
Lucas Lopes	Dragagem Fluvial S.A./Grupo Hanna Mining e BRASCAN
Paulo Fernando Bahia Guimarães	Mineração Marex Ltda./Grupo General Eletric
Sérgio Jacques de Moraes	Companhia Minas da Passagem
Brigitte Barreto	Mineração Areiense S.A.
Daniel Sydenstricker	CAEMI
J. Murilo Valle Mendes	Grupo Mendes Jr
Mário Faria Ferreira	Mineração Morro Velho S.A./ Grupo Anglo American e Bozano Simonsen
Octávio Cavalcanti Lacombe	Paranapanema S.A.
Raimundo Pereira Mascarenhas	Companhia Vale do Rio Doce
Roberto Paulo Cesar de Andrade	CESBRA
Agripino Abranches Viana	Companhia Vale do Rio Doce
Alfredo Américo de Souza Rangel	Minerações Brasileiras Reunidas/CAEMI e Hanna Mining
Olavo Egidio Monteiro de Carvalho	Companhia de Mineração e Participações
Ruy M. Altenfelder Silva	Serra S.A. de Mineração

Fonte: Revista *Mineração Metalurgia*, nº 381, 411, 418, 428, 436, 454, 481, 495; *Minérios, Extração e Processamento*, nº 138; FERNANDES, F.R.C. et al. *Os maiores mineradores do Brasil... op.cit.*

Diante da composição geral dos conselheiros da entidade, podemos destacar a presença dos principais empresários do setor ao longo da ditadura, tais como: Antônio Ermírio de Moraes, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Neuclayr Martins Pereira, Octávio Cavalcanti Lacombe, Hélio Pentagna Guimarães, Walther Moreira Salles,⁴⁴² José Corgosinho de Carvalho Filho⁴⁴³ e Realdo Santos Gugliemi.⁴⁴⁴ Outro grupo importante dentro do Conselho era o dos fundadores/presidentes de grandes

⁴⁴² José Corgosinho de Carvalho Filho era fundador e presidente do grupo José Carvalho, que mantinha atuação básica no setor minero-metalúrgico do cromo. Durante a ditadura, a *holding* do grupo, Cia. de Ferro Ligas da Bahia S.A. (Ferbasa), constituiu-se como a única produtora nacional de ligas de ferro-cromo. A Ferbasa controlava seis empresas voltadas à pesquisa e à exploração mineral, uma para a comercialização do cromo e outra destinada a atuar no setor da celulose. (FERNANDES, 1982, vol. 2, p. 901-928).

⁴⁴³ Realdo Santos Gugliemi era diretor presidente do grupo Metropolitana, controlado por sua família. O grupo atuava no setor carbonífero (Carbonífera Metropolitana S.A. e Carbonífera União S.A.) e de água mineral (Termas Santo Anjo da Guarda Ltda.). A partir de 1979, um dos principais clientes da Metropolitana passou a ser a Indústria Carboquímica Catarinense, controlada pela Petrobrás. (FERNANDES, 1982, vol. 3, p. 889-900).

⁴⁴⁴ O IBRAM participou dos seguintes: Grupo de Trabalho para formulação de uma política objetivando promover maior participação da empresa privada no setor mineral; Grupo de Trabalho visando a implementação do II Plano Mestre Decenal de Aproveitamento dos Recursos Minerais Brasileiros; Grupo de Trabalho para exploração e exploração de minérios marinhos e Grupo de Trabalho para dar nova redação ao Código de Mineração. Estão listados em *Minérios, Extração & Processamento*, nº 59, janeiro de 1982.

construtoras: a Alcindo Vieira – Convap, a Andrade Gutierrez e a Mendes Júnior. Além dos dirigentes de empresas estatais como o BDMG, a CVRD e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

O Instituto contava ainda com a Secretaria-Executiva, cuja função era “organizar e dirigir os serviços administrativos, prestar assessoria aos órgãos de direção nos assuntos de interesse da entidade e representá-la em suas ações externas” (*Brasil Mineral*, nº 37, 1986). Como já mencionamos, até 1988, Mizael de Souza ocupou essa importante esfera da administração do IBRAM. A Secretaria centralizava os cinco Departamentos que organizavam as atividades internas do Instituto: o de Desenvolvimento de Recursos Humanos, de Informação em Mineração, de Assuntos Jurídicos, o Administrativo e Financeiro e o da Representação de Brasília.

O Departamento de Recursos Humanos abrigava as Comissões Técnicas (CT) e os Grupos de Trabalho (GT) do IBRAM. Até o final do regime foram criadas as seguintes CTs: Equipamentos e Suprimentos; Legislação Mineral; Mercado; Metais Preciosos e Gemas; Minérios de Ferro e Manganês; Não-Ferrosos; Meio Ambiente; Recursos Humanos e Segurança em Mineração. Além dos GTs sobre “O Computador e sua Aplicação no Setor Mineral” e “Desenvolvimento e Tecnologia Mineral” (*Brasil Mineral*, nº 37, 1986).

Cabe destacar a atuação de algumas dessas Comissões. A CT sobre Legislação Mineral, por exemplo, criada em 1981, dividia-se em dois GTs, um para analisar a legislação propriamente dita e outro para monitorar os projetos de lei, de interesse do setor, em tramitação no Congresso Nacional (*Idem*). Esse movimento de acompanhamento do Poder Legislativo se intensificou ao longo dos anos 1980, com o aprofundamento do processo de abertura política. O IBRAM que, desde sua criação, sediava-se em Belo Horizonte (MG), inaugurou em 1984, um escritório em Brasília sob a chefia de Mizael de Souza, para fortalecer a presença junto aos órgãos governamentais e ao Congresso (*Brasil Mineral*, nº 11, 1984). O ápice dessa estratégia, ocorreria durante a vigência da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), quando os principais agentes do Instituto mobilizaram-se amplamente, instruindo as empresas associadas à entidade a exercerem *lobby* junto aos constituintes (*Minérios, Extração & Processamento*, nº 132, 1988). Nesse período, também foi criada a Assessoria de Assuntos Parlamentares (*Minérios, Extração & Processamento*, nº 143, 1988).

Já as Comissões de Recursos Humanos e Segurança em Mineração, possuíam um claro viés de enfrentamento aos conflitos oriundos das relações de trabalho no setor. Para além do intercâmbio e da promoção de experiências bem-sucedidas na capacitação de profissionais na área, a CT de Recursos Humanos mantinha um fórum permanente de discussão das relações trabalhistas e sindicais. A de

Segurança em Mineração, debatia a legislação de acidentes de trabalho e programas de higiene industrial e saúde ocupacional (*Brasil Mineral*, nº 37, 1986).

A CT de Meio Ambiente, por seu turno, tinha como principal tarefa compilar e divulgar o que as empresas associadas ao IBRAM estavam realizando sobre a matéria, assim como, elaborar documentos com procedimentos e orientações sobre os diversos assuntos que envolviam a atividade mineradora e o meio ambiente. A Comissão também acompanhava as ações e decisões federais e estaduais sobre a questão e se dividia em três Grupos de Trabalho: sobre poluição atmosférica, poluição do solo e poluição das águas. Em 1984, a CT foi responsável pela publicação do livro “Mineração e Meio Ambiente – Impactos Previsíveis e Formas de Controle” e, dois anos depois, passou a oferecer o curso “Metodologia Básica para o Encaminhamento dos Problemas Ambientais nas Indústrias”, enfocando a prevenção e o controle dos danos ao meio ambiente causados pela mineração (*Brasil Mineral*, nº 30, 1986).

É importante destacar que a criação de uma Comissão desse tipo dentro do IBRAM estava inserida em um contexto de ascensão internacional, nos âmbitos científico e político, das questões ambientais. Como nos alerta João Márcio Pereira, ao longo dos anos 1980, as críticas de Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientalistas aos programas e projetos de desenvolvimento de agências internacionais importantes, como o Banco Mundial, tornaram-se um fator de pressão política efetivo sobre tais entidades. A apropriação do paradigma da “proteção ambiental” por essas agências, contudo, aos poucos deu lugar a noção de “administração ambiental”, isto é, a ideia de que empresas e organismos internacionais poderiam reduzir ou eliminar os danos ao meio ambiente em seus projetos e empreendimentos, maquiando o caráter predatório do capital ao supostamente aliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental (MENDES, 2009, p. 185-189).

Ademais, para além das atividades da Comissão, o Instituto também buscava dirigir o posicionamento dos mineradores, enquanto classe organizada, sobre o assunto. Nesse sentido, é significativo o artigo escrito por Mizael de Souza publicado pela revista *Minérios, Extração & Processamento*. Nele, o secretário-executivo do IBRAM enaltece a atuação do *Flórida Fosfate Council* – entidade que congregava os produtores de fosfato do estado norte-americano da Flórida – diante da crescente oposição dos moradores das respectivas cidades contra os danos ambientais causados pelas mineradoras. De acordo com Mizael de Souza, o programa de relações públicas criado pela entidade, que tinha por base a propagação da ideia, via ações de marketing junto à imprensa, de que o impacto ambiental da mineração era temporário e passível de controle, deveria ser seguido pelo Instituto e demais organizações empresariais do setor (*Minérios, Extração & Processamento*, nº 84, 1984).

A defesa da intervenção junto aos órgãos da imprensa, aliás, era uma estratégia bem definida pelas lideranças do IBRAM. A partir de 1983, no âmbito do recém-criado programa “A importância da Mineração para o Desenvolvimento do Brasil”, o Instituto passou a conceder o Prêmio IBRAM Jornalismo, premiando autores de reportagens sobre o setor publicadas em “veículos de circulação ampla”(Minérios, *Extração & Processamento*, nº 105, 1985). Nas palavras de Mizael de Souza, “bem informar” os profissionais da imprensa era tarefa imprescindível para o convencimento dos benefícios da atividade mineradora:

Em diversas oportunidades – e, em especial, nos eventos promovidos pelo IBRAM, tais como, encontros, seminários, comissões técnicas, grupos de trabalho, etc. – temos enfatizado a importância de termos, como preocupação permanente, bem informar os profissionais de comunicação social (...). Esta permanente solicitação deve-se, em primeiro lugar, a nossa firme convicção da importância do trabalho dos profissionais de comunicação social, bem como da nossa certeza de que, provendo os nossos amigos da imprensa de informações cada vez mais atualizadas e concretas, melhor estaremos contribuindo para o conhecimento da realidade da mineração e conseqüente reconhecimento da sua importância para o desenvolvimento socioeconômico do país(Minérios, *Extração & Processamento*, nº 84, 1984).

Outra iniciativa do referido programa era conceder dez bolsas de estudos para professores e estudantes de pós-graduação de universidades brasileiras por um período de 12 meses, além do Prêmio IBRAM Monografia(Minérios, *Extração & Processamento*, nº 105, 1985). A preocupação do Instituto em atuar junto à formação profissional, também se estendia à ação perante aos profissionais em exercício no setor. Um dos GTs da entidade, por exemplo, o de “Desenvolvimento de Tecnologia Mineral”, formado em 1984, tinha como objetivo principal tornar-se um foro de debates permanente entre mineradoras, empresas de engenharia mineral e pesquisa geológica e os centros de tecnologia existentes no país, realizando encontros para discutir temas de interesse específico dos profissionais da área (*Brasil Mineral*, nº 37, 1986).

De maneira geral, cada uma das Comissões e dos GTs do Instituto organizava seminários e outros tipos de eventos para divulgar o resultado de seus trabalhos, junto aos empresários, diretores, demais profissionais e agentes governamentais. Ademais, a partir 1985, a cada dois anos, o IBRAM passou a realizar o Congresso Brasileiro de Mineração e a Exposição Brasileira de Mineração, voltada aos fabricantes de equipamentos para o setor – eventos organizados até hoje.

O Instituto também se articulou para ocupar espaços importantes dentro da sociedade política, transformando-se no principal aparelho privado dos mineradores dentro do aparelho estatal. Dessa forma,

esteve presente em diversos Grupos de Trabalho criados pelo MME,⁴⁴⁵ no Conselho de Não-Ferrosos e Siderurgia(CONSIDER)⁴⁴⁶, no Conselho Superior de Minas⁴⁴⁷ e no Grupo Executivo da Indústria de Mineração⁴⁴⁸ – organismo fundamental, responsável pela definição dos incentivos fiscais e financeiros a serem concedidos às mineradoras.

Por unificar todo o empresariado do setor, organizando sua atuação política de maneira ampliada, isto é, desde a sociedade civil até as agências e órgãos estatais, entendemos que o IBRAM se constituiu como um verdadeiro partido dos mineradores. Partido, no sentido conferido por Gramsci, ou seja, muito além de qualquer atribuição meramente parlamentar, como organismo de direção da atuação política de uma fração de classe perante o conjunto social e o Estado restrito. Nesse sentido, o Instituto reunia nacionalmente os maiores empresários da mineração para discutir as políticas públicas voltadas ao setor e atuar junto às agências do aparelho de Estado e ao Legislativo, sem descuidar da necessidade de “nacionalizar” seus interesses frente à sociedade em geral, agindo, inclusive, nas instituições de formação profissional e com os profissionais do setor para disciplinar a formação de quadros coerentes com os objetivos de sua direção.

Bibliografia

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. “Os Moreira Salles, os Setúbal e os Villela: finanças e poder no Brasil”. Texto de discussão apresentado ao Coletivo Mais Verdade. Rio de Janeiro, 2015.

CHRISTIANO, Léo. *Mineração no Brasil: História e seus grandes vultos. Augusto Antunes, o homem que realizava*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2006.

⁴⁴⁵ Criado em 14 de março de 1968, pelo Decreto nº 62.403, com o nome de Conselho Consultivo da Indústria Siderúrgica (CONSIDER). A partir de 19 de junho de 1970, através do Decreto nº 66.759, recebeu a denominação de Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica. Em 02 de agosto de 1974, pelo Decreto nº 74.361, passou a chamar-se Conselho de Não-Ferrosos e Siderurgia, mantendo a sigla original. Em 19 de maio de 1988 foi extinto pelo Decreto nº 96.056, passando suas atribuições ao Conselho de Desenvolvimento Industrial. Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em 12/08/2016.

⁴⁴⁶ Conselho foi criado para ser um fórum de debates sobre as políticas públicas dirigidas ao setor, contando com a participação de associações profissionais de geólogos e engenheiros de minas; do DNPM, CPRM, IBRAM e por um representante dos diversos Sindicatos empresariais da mineração. *Diário Oficial da União*. Edição de 27 de junho de 1986, Seção 1, p. 63-64.

⁴⁴⁷ O Grupo foi criado em 1968 e o IBRAM começou a participar em 1984. *Diário Oficial da União*. Edição de 01 de agosto de 1984, Seção I, p. 2.

⁴⁴⁸ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação Tem Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEduc/UFRRJ e membro do grupo de Pesquisa Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação – LIEPE/UFRRJ. E-mail: fabricio_historia@hotmail.com.

CODATO, Adriano Nervo. “A Burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e os rumos da transição”. In: Revista de Sociologia e Política. Universidade Federal do Paraná. nº 04-05, p. 55-87, 1995.

FERNANDES, F.R.C. et al. *Os maiores mineradores do Brasil: perfil empresarial do setor mineral brasileiro*. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

Periódicos

Brasil Mineral

Mineração, Extração & Processamento

Mineração Metalurgia

MESA 14: HEGEMONIA BURGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: A AÇÃO DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NO CONTEXTO DA CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Coordenador: Fabrício Fonseca da Silva (UFRRJ)

Partindo do entendimento de que as políticas educacionais são forjadas na sociedade civil através das disputas entre projetos de distintos aparelhos privados de hegemonia (APHs), responsáveis pela formulação e difusão de interesses de classes em todo tecido social, esta mesa coordenada pretende debater a relação entre Estado e sociedade civil, tendo como referencial empírico a ação de APHs, representantes de frações da classe dominante, na construção da hegemonia burguesa, na educação básica. Os três trabalhos reunidos partem do referencial teórico-metodológico formulado por Antonio Gramsci, em especial, o conceito de Estado Ampliado. O primeiro trabalho desta mesa coordenada estuda a atuação do Movimento Brasil Competitivo (MBC) na mobilização e na articulação de frações da burguesia empresarial para a construção da hegemonia na conjuntura da crise orgânica do capital, buscando explicar as ações promovidas pelo MBC na ossatura do Estado brasileiro, em especial, a definição de critérios da empresa privada, na gestão das secretarias educacionais e na gestão das escolas públicas. O segundo dedica-se à investigação do papel do Instituto Ayrton Senna (IAS) nos arranjos da contrarreforma da educação básica, iniciada nos anos de 1990, na difusão de novas metodologias educacionais, adequadas à formação para o trabalho simples. O terceiro trabalho analisa as estratégias de ação política implementadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) com vistas a difundir os fundamentos de uma nova sociabilidade do capital para o século XXI. Assim, a mesa pretende contribuir com uma reflexão, a partir dos referenciais gramscianos, sobre os processos instituídos ao longo da história de inserção dos interesses burgueses nas políticas públicas educacionais

A DOMINAÇÃO BURGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma análise do Movimento Brasil Competitivo na ossatura do Estado

Fabício Fonseca da Silva⁴⁴⁹

Resumo: Este trabalho investiga as formas e os conteúdos da organização empresarial na educação brasileira, no contexto contrarreforma do Estado. Ele tem como objetivo refletir sobre a atuação do Movimento Brasil Competitivo (MBC) e seus intelectuais orgânicos na mobilização e na articulação de frações da burguesia empresarial para a construção da hegemonia na conjuntura da crise orgânica do capital, buscando explicar as ações promovidas pelo MBC na ossatura do Estado brasileiro, sobretudo, nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação através do Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP). Dessa forma, o trabalho analisa as políticas públicas educacionais a partir do quadro teórico-metodológico formulado por Antonio Gramsci, principalmente o conceito de Estado Ampliado ou integrado. Além disso, analisa também a relação dialética entre estrutura e superestrutura, e a formação de um novo bloco histórico como decorrência do movimento de recomposição burguesa, iniciada a partir dos anos 1970. Assim, a questão central da pesquisa é entender a relação entre a sociedade civil e o Estado estrito no contexto da contrarreforma da educação brasileira, objetivando compreender como os interesses particulares têm sido apresentados e difundidos como interesses públicos. Conclui-se, portanto, que o MBC é um aparelho privado de hegemonia da burguesia empresarial, responsável por difundir critérios utilizados na empresa privada para a gestão das secretarias educacionais e para as escolas públicas.

Palavras-Chave: Estado Ampliado; Educação Básica; Movimento Brasil Competitivo

Introdução

Na década 1990, a questão do Estado passou ocupar os debates políticos e a opinião pública no Brasil. Para as entidades empresariais, a crise do capitalismo era de responsabilidade exclusiva do Estado, principalmente, por causa da sua estrutura burocrática e dos elevados “gastos” como políticas sociais universalizantes. Nesse sentido, iniciou-se o processo da “reforma” do Estado, ocorrida durante o governo Fernando Henrique Cardoso, materializada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, dirigida pelo ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira. A proposta da reforma consistia em “modernizar” o Estado, tornando a sua gestão mais eficiente, ou seja, a partir de critérios utilizados na iniciativa privada, focalizando os “gastos” sociais. Além disso, propunha a terceirização, a privatização e a publicização.

A contrarreforma do Estado teve desdobramentos na educação básica. Assim, no início do século XXI, como resultado desse processo foi criado o programa empresarial Movimento Brasil Competitivo (MBC), organizado por Jorge Gerdau Johannpeter. Em 2004, o MBC realizou seu primeiro Seminário

⁴⁴⁹ O bloco histórico fordista/keynesiano predominou, em grande parte da Europa, o Estado do bem-estar social, balizado, segundo seus idealizadores, pelo pleno emprego, pela redistribuição da renda e por justiça social (saúde, educação e previdência social), que tinha como o modelo de administração a gestão burocrática com ênfases nos processos.

Nacional de Educação e ano seguinte, lançou o Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP), objetivando inserir no aparelho do estado “modernos processos de gestão”. Dessa forma, o objetivo desse artigo é analisar a atuação do MBC na construção da dominação burguesa na educação básica.

Como referencial teórico-metodológico partimos do estudo do Estado Ampliado (GRAMSCI, 2005) para análise das políticas públicas. De acordo com Gramsci o Estado deveria ser compreendido como conjunto formado pela sociedade política e a sociedade civil. A sociedade civil é formada por um conjunto das organizações, responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, a igreja, os partidos políticos, sindicatos, as organizações profissionais e a imprensa (COUTINHO, 1992). A sociedade política refere-se ao Estado em seu sentido restrito e suas agências públicas estatais, os aparelhos governamentais incumbidos da administração, da repressão e da violência sob o controle das burocracias executiva e policial militar.

Em relação à materialidade (social-institucional) própria de cada esfera. A sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos e governamentais de Estado. Por sua vez, os portadores materiais da sociedade civil são os aparelhos privados de hegemonia, isto é, organismos de participação política ao quais se aderem voluntariamente.

Nesse processo, a figura do intelectual é central, pois ele é quem elabora, organiza e divulga a hegemonia das classes no capitalismo, bem como os encadeamentos que possibilitam por parte dos intelectuais da classe trabalhadora a construção de um projeto contra hegemônico. O marxista italiano entendia como intelectual “todo estrato social que exerce funções organizativas [...] seja no campo da produção, seja no campo da cultura e na política-administrativa” (GRAMSCI, 2002, p.93).

A metodologia adotada nesse artigo foi desenvolvida por Mendonça (2014) que propõe, como ponto de partida para investigar o Estado ampliado, a análise prévia da sociedade civil.

Crise do nacional-desenvolvimentismo e a construção do bloco histórico neoliberal na periferia do capitalismo

No contexto do bloco histórico fordista-keynesiano⁴⁵⁰, ocorreu uma complexa, desigual e contraditória expansão do conjunto das relações sociais capitalistas no Brasil. Dado o desenvolvimento dependente da burguesia brasileira⁴⁵¹, o modelo de produção fordista não foi acompanhado das garantias

⁴⁵⁰ O desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorreu sem a intervenção de uma revolução burguesa de cunho nacionalista ou democrática. Três características na formação histórica da burguesia brasileira ajudam a entender essa dependência: as formas arcaicas e modernas de produção; a dependência frente aos principais centros hegemônicos do capitalismo; e a sua sociedade de classes (FERNANDES, 1976).

⁴⁵¹Luís Carlos Bresser Gonçalves Pereira nasceu em São Paulo no dia 30 de junho de 1934. Em 1945 ingressou no Colégio São Luís, dos padres jesuítas, onde permaneceu até 1952. Em 1953 entrou para a Universidade de São Paulo (USP), pela qual se

sociais que, nos países de capitalismo avançado, permitiram ganhos de produtividade a uma parcela da população.

No plano político-ideológico, a eclosão de movimentos sociais e classistas com tom reivindicatório fez com que o Estado estrito e o empresariado, por meio das suas organizações de classe, buscassem constituir novos mecanismos de mediação do conflito entre o capital e trabalho, isto é, a construção do consenso para substituir a política repressora e coercitiva usada anteriormente. Nesse sentido, modelo japonês, cumpria essa função, pois segundo seus idealizadores os trabalhadores não deveriam ser tratados de modo autoritário com era feito no período da ditadura empresarial-militar. Para eles, a cooperação entre funcionários e gerência é o elemento chave para o aumento da competitividade na empresa e foi através da construção do consenso que o empresariado buscou diminuir os conflitos entre o capital e o trabalho (SHIROMA, 1993).

O empresário, nesse contexto, desempenhou o papel central de educador das classes, passando a definir uma nova política pedagógica para além do trabalho nas fábricas, tendo em vista aumentar o seu lucro e ao mesmo tempo redefinir os mecanismos de obtenção de hegemonia (ROUX 1983 apud SHIROMA, 1991). O novo modelo de gestão do trabalho foi incorporado pelos dirigentes e formuladores das políticas sociais, e inserido na sociedade política.

O projeto neoliberal não nasceu pronto no interior do empresariado brasileiro, ele foi resultado de conflitos que se desenvolveram por vários anos. Nesse cenário de crise do modelo nacional-desenvolvimentista, surgiram vários projetos alternativos. Os postulantes desses projetos se organizaram, em associações como os Institutos Liberais (1983), Pensamento Nacional de Bases Empresariais (1987) e o Instituto para o Desenvolvimento Industrial (1989). A Constituinte de 1988 e as eleições de 1989 foram dois momentos importantes de debates e espaço de disputas dos projetos societais (BIACHI, 2004).

Mesmo numa conjuntura marcada pela crise de hegemonia burguesa, a classe política dominante conseguiu aprovar as suas principais propostas na Constituição Federal. No entanto, as entidades da

bacharelou em direito em 1957. Em 1959 iniciou sua carreira de professor universitário como auxiliar de ensino na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Nos anos de 1960 e 1961 pós graduou-se em administração de empresas na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. De 1977 a 1984, presidiu a Sociedade de Estudos Econômicos, Sociais e Urbanísticos (SESU), instituição civil que funcionou como órgão auxiliar do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) nos últimos anos do regime militar. A partir de 1980 presidiu o Centro de Economia Política, responsável pela edição da *Revista de Economia Política*, ali permanecendo por 14 anos. Em abril de 1987, foi nomeado pelo presidente José Sarney ministro da Fazenda, em substituição a Dílson Funaro. Passou a integrar o conselho superior de economia da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Em 25 de junho de 1988 esteve entre os fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de cuja primeira executiva nacional participou como suplente. Em 1994, foi nomeado para a recém-criada pasta da Administração Federal e Reforma do Estado. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-carlos-bresser-goncalves-pereira>. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

classe trabalhadora, aproveitando-se dessa fissura no bloco no poder, inseriram na Constituição, parte de suas ideias, sobretudo, na área de política social. Esse pequeno avanço da classe trabalhadora, porém, logo foi dissipado por grupos de interesses ligados a diferentes frações da classe dominante.

As eleições de 1989, deu-se sobre esse clima, no qual a dilapidação do Estado iniciado na Ditadura empresarial-militar, preparou o terreno para um desespero popular (OLIVEIRA, 1995). O candidato Fernando Collor de Melo do Partido da Renovação Nacional (PRN) disputou o segundo turno com Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse contexto, Lula da Silva defendia o projeto democrático-popular, oposto do projeto que as frações da burguesia pretendiam e por isso elas apoiaram o inexpressivo político de Alagoas que contou com amplo suporte ideológico da mídia, principalmente das Organizações Globo, para vencer o pleito.

Os resultados econômicos desastrosos do neoliberalismo nos anos 1990 atingiram em cheio a economia da América Latina, especialmente, México, Argentina e Brasil. O bloco histórico neoliberal aumentou consideravelmente as desigualdades sociais. Com as mudanças tecnológicas nos países desenvolvidos que visavam, a cima de tudo, produzir mercadoria em larga escala e não necessariamente as reais necessidades humanas e sociais, os parques produtivos nacionais foram desmontados, pois não conseguiram competir nem concorrer com essa lógica. O resultado disso foi a desindustrialização dos países latino-americanos e o aumento do desemprego estrutural.

Nesse contexto, foi eleito à presidência da república o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Fernando H. Cardoso havia ocupado, anteriormente, a pasta da Fazenda no governo Itamar Franco, onde foi responsável pela elaboração, junto a um conjunto de economistas, do Plano Real. Segundo Antunes (2005), o programa de Collor foi reimplementado por Cardoso, como uma devida racionalidade burguesa, o resultado disso foi um processo brutal de privatizações, desindustrialização e integração do país à ordem mundializada. Além da destruição do que foi criado desde varguismo e sem falar da acentuada desregulamentação e precarização do trabalho, o desemprego atingiu níveis alarmantes nesse período.

O governo Cardoso agiu com truculência contra os movimentos sociais. No início do primeiro mandato, em 1995, o caso mais emblemático dessa ação foi a resposta do governo dada ao movimento grevista dos petroleiros. À violência do Estado, no governo Cardoso, somava-se uma nova “pedagogia da hegemonia”, difundida por agentes organizados em organismos da sociedade civil e em agência da sociedade política com o propósito de difundir a dinâmica do capital em todos os espaços organizativos (escolas, sindicatos, associações etc.) (NEVES, 2005).

Nessa conjuntura, os aparelhos privados de hegemonia, ligados a setores da burguesia brasileira intensificaram a campanha contra o Estado, atribuindo a ele a incompetência e a ineficácia na gestão de políticas públicas de cunho social. Isso permitiu ressaltar o novo foco: gerenciar da maneira como eram feitas nas empresas as políticas públicas voltadas para maioria da população. Os funcionários públicos também foram acusados das mesmas deformações por estarem distantes da concorrência no mercado de trabalho (FONTES, 2010).

A construção do consenso, amplamente difundido na opinião pública por meio de jornais impressos e telejornais, de que era necessário diminuir o tamanho do Estado e que os servidores públicos deveriam ter o seu trabalho regulado pelas leis do mercado, já vinha sendo feita desde do início dos anos 1990. Dessa forma, a criação, preventivamente, de uma opinião pública adequada à reforma do Estado brasileiro foi fundamental para a materialização do Plano Diretor da Reforma do Estado do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (PDRE-Mare), no contexto do governo Fernando H Cardoso.

Contrarreforma do Estado: agentes e agências

Um dos principais intelectuais orgânicos da reforma do Estado no Brasil foi Luiz Carlos Bresser Pereira⁴⁵², responsável por planejar e coordenar o grupo de trabalho que participou da formulação do Plano Diretor. Esse documento parte do pressuposto de que a crise dos anos de 1980 estaria fundada no Estado. Desse modo, caberia ao PDRE- Mare elaborar as propostas para aumentar a governança do Estado, no entanto é preciso distinguir a reforma do Estado, como um projeto político, econômico e social mais amplo, da reforma do aparelho do Estado orientada para tornar a administração pública mais eficiente.

A administração pública do tipo gerencial foi apresentada pelos intelectuais da contrarreforma do Estado como um novo paradigma para superar tanto a administração patrimonialista, do Estado Absolutista quanto da administração burocrática, do Estado Liberal. O argumento central era de que o Estado havia perdido sua capacidade de servir à sociedade para volta-se para os seus próprios objetivos. A consequência disso foi a perda da ineficiência do Estado na prestação dos serviços aos cidadãos, que passaram a serem vistos como clientes. Com isso, o modelo gerencial introduziria a eficiência e a qualidade na prestação de serviços públicos e o desenvolvimento de uma cultura gerencial, inspirada em elementos da gestão empresarial, na administração pública.

⁴⁵²Para Gramsci (2011), o processo de Revolução Passiva implica sempre a presença de dois momentos: o da restauração e da renovação. O primeiro momento trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação radical vinda dos de baixo. Já o segundo, verifica-se que algumas demandas populares são atendidas pelo alto, por meio de concessões das camadas dominantes.

Seguindo os pressupostos teóricos do neoliberalismo de Terceira Via, a reforma do Estado propôs uma redefinição do seu papel, que deveria transferir para o setor privado atividades que poderiam ser controladas pelo mercado e, além disso, propõe a criação do setor público não-estatal. Esse setor deveria se responsabilizar pelos serviços que não envolvessem o exercício do poder do Estado, mas devem ser subsidiados por ele, por exemplo, educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Os intelectuais da reforma caracterizaram esse processo de publicização: “Trata-se da produção de serviços competitivos ou não exclusivos do Estado, estabelecendo-se parcerias com a sociedade para o financiamento e controle social de sua execução” (BEHRING, 2008, p.178). Assim, o Estado deixa de ser executor das políticas sociais, como a educacional, para ser um regulador.

De acordo com Bresser Pereira (1996), a modernização da administração pública está relacionada ao projeto de reforma do Estado, que pretendia fortalecer a administração pública direta ou o “núcleo estratégico do Estado”, e descentralizar a administração pública através da implantação de “agências autônomas” e de “organizações sociais” controladas por contratos de gestão. Neste sentido, a reforma do aparelho do Estado, segundo Bresser Pereira, parte da existência de quatro setores dentro do Estado: o núcleo estratégico do Estado; as atividades exclusivas do Estado; os serviços não exclusivos ou competitivos e a produção de bens e serviço para o mercado.

A ideia de público, segundo esse projeto, não se confunde com o estatal, pois o espaço público é mais amplo do que estatal. O público é de todos para todos, e, no estatal, a instituição detém o poder de legislar e tributar, “é estatal a propriedade que faz parte integrante do aparelho do Estado, sendo regida pelo Direito Administrativo”. Dessa forma, todas as organizações sem fins lucrativos devem ser organizações públicas não-estatais, afirma o autor.

Por fim, o Plano propôs três direções para transição da reforma do Estado e do aparelho do Estado: no aspecto legal, uma profunda mudança na legislação; no aspecto organizacional, introdução de uma cultura gerencial na administração pública e por último, no procedimental, adoção de práticas gerenciais. De acordo com Behring (2008), na primeira direção, foram implantadas as emendas (nº 19), da reforma administrativa e a (nº 20) da Previdência Social. Na direção da mudança cultural, destacou-se a gestão por resultados, introdução de critério de avaliação do servidor público e indicadores de desempenho. Assim como criou-se suportes para as práticas gerenciais que pretendeu-se resgatar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico e social e garantia dos direitos de cidadania.

Behring (2008) analisou o projeto hegemônico da reforma do Estado no Brasil, a partir de uma reflexão crítica. Em primeiro lugar, é errônea a explicação da crise dos anos 1970 como uma crise

localizada no Estado, como defende os intelectuais orgânicos desse projeto. Dessa forma, a autora caracteriza esse processo sócio-histórico como contrarreforma, pois mantém a condução conservadora e moderniza apenas a ponta, nesse aspecto isso difere da modernização conservadora e da Revolução Passiva⁴⁵³. O caráter restaurador que está por trás do discurso da “reforma” é o do ajuste fiscal, o da privatização e o da desresponsabilização do Estado com as políticas sociais.

Depois de uma década de extrema “desertificação econômica e social” da Era Fernando Henrique Cardoso, criou-se uma conjuntura favorável para a eleição do líder operário Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república. De acordo com Antunes (2005), para vencer o pleito Lula teve de fazer muitas concessões “aliando-se, além de vários partidos de esquerda, ao Partido Liberal (PL)” (ANTUNES, 2005, p.134). A política adotada pelo governo de Lula foi em parte a continuidade de seu transformismo e adequação à ordem e à institucionalidade.

A chegada de Lula da Silva à presidência da república foi um movimento de recomposição de frações burguesas no interior do bloco no poder⁴⁵⁴ do Estado brasileiro. A partir da década de 2000, emergiu, no Brasil, uma política de uma nova burguesia nacional, denominada de grande burguesia interna que ganhou ascensão política nesse contexto (BOITO JUNIOR, 2012). O projeto econômico que expressou essa relação política entre os governos de Lula (2002-2010) e a grande burguesia interna foi projeto denominado de neodesenvolvimentista. Foi nesse modelo de desenvolvimento econômico que grandes grupos empresariais de diferentes frações do capital cresceram e se internacionalizaram como, por exemplo, Grupo Gerdau, Ambev, JBS, BRF e entre outros. Apesar de bastante heterogêneas, as disputas com o capital internacional financeiro unificaram as diferentes frações de classe em torno do mesmo projeto (BOITO, 2012).

Essa relação entre o governo do PT com o setor produtivo ficou notória a partir da própria configuração da vice-presidência e dos ministérios. Para o ministério da agricultura, Roberto Rodrigues, ligado ao agronegócio e Luiz Fernando Furlan, sócio da Sadia, empresa de alimentos. Assim, nasceram o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em 2003 e o Conselho Nacional Desenvolvimento Industrial (CNDI), em 2005.

⁴⁵³ Para Poulantzas (1972), o Estado, por meio de suas políticas, desempenha o papel de articular os interesses das várias classes e frações de classes dominantes. A existência do bloco no poder independe de acordo político explícito, já que se trata de uma comunidade de interesses cuja unidade é garantida pelo aparelho de Estado.

⁴⁵⁴ Lançado em 1990, o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP) buscou, através da eficácia na gestão dos recursos públicos e privados, a melhoria da qualidade de vida da população brasileira e a competitividade de bens e serviços produzidos no país.

No primeiro mandato, o governo Lula (2003-2007) adotou uma tática defensiva, cujo principal objetivo não era hostilizar o capital financeiro internacional (ANTUNES, 2005). Por sua vez, no segundo mandato, o governo passou para uma tática ofensiva na implantação da política neodesenvolvimentista da grande burguesia interna (BOITO JUNIOR, 2012). Dessa forma, no segundo mandato do governo Lula (2007-2010), investiu-se na criação e no fortalecimento dos grandes grupos econômicos nacionais (do setor industrial, financeiro, do agronegócio e da construção civil), tal política econômica redefiniu o papel do BNDES: que passou de financiador das privatizações no governo Fernando H Cardoso a banco estatal de fomento ao grande capital nacional.

A contrarreforma do Estado, sistematizada por Bresser Pereira e implantada no governo Fernando Henrique, teve continuidade nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, com a devida mediação dos intelectuais orgânicos da fração da classe burguesa. Nessa conjuntura, diversos aparelhos privados de hegemonia da burguesia, se fortaleceram, especialmente, depois da criação do Movimento Brasil Competitivo (MBC), em 2001, pelo empresário Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Grupo Gerdau. Gerdau se inseriu no CDES e CNDI desde do seu início, munindo-se para compor, no governo Dilma, em 2011, a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), onde ele poderia difundir programas de qualidade visando a eficiência do setor público (LANNES, 2017).

O MBC originou-se a partir da reestruturação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP)⁴⁵⁵. Esse APH empresarial foi estruturado a partir de representantes da sociedade política e empresários da burguesia brasileira. Atualmente denomina-se como *Think Thank* (tanques de pensamento), com objetivo de manter interlocução maior com outros centros de produção de conhecimento – universidades e iniciativas da sociedade civil e assim, através de fóruns e debates, criar agenda propositiva de médio e longo prazo.

O empresário Jorge Gerdau é o principal fundador e presidente do Conselho Superior do MBC, Além de Gerdau, o Conselho superior, em 2001, era composto por outros empresários: Sergio Foguel (Odebrecht S.A.), como vice-presidente; e Antonio Maciel Neto (Ford Motor Company Brasil), Edson Vaz Musa (Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade - FPNQ) e Elcio Aníbal de Lucca (Serasa S/A). A direção do Movimento também conta com ministro do Estado, lideranças empresariais e da sociedade civil, conselho fiscal e diretoria voluntária.

⁴⁵⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro alineliaia02@gmail.com

O principal intelectual orgânico do movimento é o empresário Gerdau, a sua função é mobilizar tanto a sociedade civil quanto a sociedade política para seu projeto de classe. Além disso, o empresário tem atuação ativa em diversas entidades empresariais, APHs e em agências da sociedade política.

Em 2005, para difundir a contrarreforma do Estado, o MBC criou o Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP), passando a agir diretamente na formulação, implantação e execução de políticas públicas, em diversas áreas, inclusive de educação, nos estados e nos municípios brasileiros. O objetivo do PMGP é inserir “modernos processos de gestão” na aparelhagem estatal, para auxiliar os gestores públicos a aumentarem a eficiência das instituições na arrecadação de receita, redução das despesas e otimização do gerenciamento de projetos. Por meio do conhecimento técnico e da metodologia científica, o Programa empresarial, visa promover melhorias na gestão pública (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO, 2007).

Desse modo, a ação do MBC está relacionada com a reconfiguração do próprio Estado, através do desenvolvimento de estratégias de privatização nos mecanismos de gestão, visando a construção de um projeto de poder. Assim, a educação tem sido estratégica para o Movimento no sentido de educar e formar o consenso (CASIMIRO, 2016).

Neoliberalismo e educação no Brasil

As determinações internacionais para as políticas públicas educacionais para América Latina, tendo como marco histórico a Conferência Mundial de Educação para Todos, teve início, no Brasil, com o governo Itamar Franco, materializado no Plano Decenal de Educação para Todos (1993). Essas determinações se consolidaram no governo de Fernando Henrique Cardoso e prosseguiram, a passos largos, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e no governo de Dilma Rousseff. No entanto, para além de investigar a ação de governos na implantação de políticas públicas, é necessário captar o estágio de correlação de forças na sociedade civil, especificamente no campo educacional, em uma determinada formação social concreta e em determinado contexto histórico.

“O Plano Decenal de Educação para Todos” (1993), aprovado no Governo do presidente Itamar Franco, contou com a ampla participação de organismo da sociedade civil e de entidades ligadas ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), no melhor estilo da socialdemocracia. O Plano seguiu os principais compromissos assumidos pelo Brasil em Jomtien (1990) e na Declaração de Nova Delhi (1993): “[...] eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no período de dez anos” (BRASIL, 1993).

O Plano Decenal fundamentou as diretrizes e as práticas político-educacionais dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Os agentes da sociedade política, que conduziram a política educacional do governo Cardoso, estavam em sintonia com o projeto neoliberal de Terceira Via. Muitos deles vieram do Banco Mundial, explicitando as determinações dos organismos internacionais na implementação da política educacional na América Latina. A política educacional brasileira, nessa conjuntura, se deu no sentido de adequá-la à nova estrutura produtiva, marcada pela flexibilização e desregulamentação do trabalho.

A contrarreforma gerencial da educação empreendida no governo FHC, articulada às orientações dos organismos internacionais, não ocorreu sem reação por parte das organizações da sociedade civil que representam os interesses dos trabalhadores em educação. Essa reação sindical deu-se em imediato no I Congresso Nacional de Educação – I CONSED, realizado em Belo Horizonte, em agosto de 1996, onde foi aprovado a Carta de Belo Horizonte que repudiou as leis promulgadas em 1995 e os vários dispositivos legais que estavam tramitando no Congresso Nacional, sobretudo, o parecer nº 72/96, o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Darcy Ribeiro. Além disso, a Carta repudiou o processo de elaboração do PCNs, SAEB.

A eleição de Lula da Silva pelo PT, em 2002, não trouxe profundas transformações sociais, pois, apesar do PT se apresentar como um projeto à esquerda desde 1991, ele já defendia um projeto conciliador entre o capital e o trabalho. A recomposição da base produtiva, orientada pela burguesia brasileira, repercutiu diretamente no campo educacional.

No governo Lula da Silva, houve uma forte presença empresarial na direção das políticas educacionais (LEHER, 2010). No entanto, a participação organizada do empresariado e de seus aparelhos de hegemonia no debate, na formulação e na difusão de políticas educacionais no Brasil não é recente, remonta, pelo menos à década de 1930. Ao longo de décadas, o conteúdo dessa política vem mudando, porém, o objetivo da participação do empresariado nunca foi alterado: operar a formação humana de forma a cumprir as necessidades do capital (RODRIGUES, 2010).

Nessa conjuntura da recomposição do bloco no poder empresarial, a educação básica assumiu um papel de extrema importância no projeto político hegemônico da burguesia. A qualidade da aprendizagem passou ser um quesito estratégico para a qualificação técnica da força de trabalho, na forma de aumentar o padrão de competitividade internacional do país. Dessa maneira, ocorreu uma redefinição da política educacional, no lugar de uma educação para a coesão social, deu-se ênfase à relação entre educação e produtividade, ou melhor, de “Educação para Todos” para “Todos pela educação”.

A cultura dos resultados e a política de parcerias foram aprofundadas nessa conjuntura, por intermédio da assimilação e difusão dos princípios da eficácia escolar. Essas propostas estão ancoradas nos princípios do gerencialismo na educação e sistematizadas pelos organismos internacionais (Banco Mundial e Unesco). A criação do movimento Todos pela Educação (2006), sob a presidência do empresário Jorge Gerdau, é a concretização da hegemonia burguesa na construção de uma nova sociabilidade capitalista no espaço nacional, com ampla participação do empresariado por meio da responsabilidade social, sobretudo, na construção de uma privatização de novo tipo (OLIVEIRA; BARROS, 2015). As metas do TPE também foram incorporadas ao novo Plano Nacional de Educação (2014), aprovado pelo congresso nacional e sancionado pela presidente Dilma Rousseff do PT.

Conclusão

No contexto mais amplo da contrarreforma do Estado brasileiro, o MBC por meio do PMGP vem formulando e definindo na gestão pública critérios da empresa privada. A função desse APH empresarial não se restringe a pensar e organizar as formas de gestão ou na criação de ambientes propícios para os negócios, mas em desenvolver propostas concretas de políticas públicas para a conformação de seu modelo de sociabilidade. Desse modo, a educação tem sido estratégica para o Movimento no processo de dominação burguesa. Sendo assim, o MBC realizou diversos seminários na área educacional, objetivando difundir os princípios da concepção de mundo burguesa na educação básica.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas, Autores Associados, 2005.
- BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BIACHI, A. **O Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980-1990**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- BRESSER PEREIRA, L.C. **A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos MARE da reforma do Estado; v. 1). 58p.
- BOITO Jr., Armando. A nova burguesia nacional no poder. In: BOITO Jr., Armando. e GALVÃO, Andréia (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, pp. 69-106.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 - 2014)**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo do seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia – A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere. Vol. 2. Os intelectuais, O princípio educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere. Vol.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LANES, José de Melo. Os Gerdau-Johannpeter: A via industrial pesada gaúcha. In: CAMPOS, Pedro Henrique e BRANDÃO, Rafael. **Os donos do capital: A trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. RJ: Autografia, 2017.

MENDONÇA, Sonia R. de. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica**. Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014.

LEHER, Roberto. 25 anos de Educação Pública: notas para um balanço do período. In: **Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. p.p 29-72

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso**. São Paulo, Ed. Xamã, 2005

OLIVEIRA, F; NETTO, JP; SADER. Emir. In: GENTILLI, P. y SADER, E. (orgs.) **Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA, Maria T. C e BARROS, Vanja da RM. Mudanças nas estratégias política de implantação da reforma da escolarização básica. In: MARTINS, André Silva e NEVES, Lúcia (org). **Educação Básica: Tragédia Anunciada**: São Paulo: Xâma, 2015.

SHIROMA, Eneida O. **Mudança tecnológica, qualificação e políticas de gestão: A educação da força de trabalho pelo modelo japonês**. Tese de doutorado, FE/Unicamp, 1993.

_____. **O Modelo Japonês e a educação do trabalhador**. Pró-Posições (UNICAMP), v. 2, n.2, p. 61-67, 1991.

RODRIGUES, José. A educação e os empresários in: FRIGOTTO e CIAVATTA (orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

INSTITUTO AYRTON SENNA: análise de sua atuação, através da Reforma e Contrarreforma da Educação brasileira

Aline Carla Batista de Laia⁴⁵⁶

Resumo: Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa que está em andamento onde se analisa as determinações históricas da emergência e difusão de entidades empresariais na sociedade civil com grande influência sobre as políticas educacionais nas últimas três décadas. O objetivo geral é analisar o papel do Instituto Ayrton Senna (IAS) nos arranjos da Reforma da Educação Básica iniciada nos anos de 1990, no interior do Estado Ampliado no Brasil. O conceito de Estado Ampliado se apresenta neste trabalho como uma metodologia a ser seguida, onde através da análise da sociedade civil podemos iniciar a compreensão das relações de poder e o projeto de reconstrução da hegemonia da classe dominante. Analisamos a atuação do IAS na Sociedade Civil, incluindo a articulação com outros Aparelhos Privados de Hegemonia, tal como o Movimento Todos Pela Educação, como sua infiltração na Sociedade Política, por meio da inserção de seus interesses no interior de agências do Estado estrito, como o Ministério da Educação, Secretarias municipais e o Conselho Nacional de Educação. Neste sentido, a sociedade civil, esfera superestrutural por meio do qual as classes sociais se organizam para disputar a hegemonia, foi o pano de fundo para analisar a atuação do IAS e suas relações com seus parceiros. A sociedade política e, conseqüentemente, as políticas que emergem das agências estatais foram compreendidas como a expressão da correlação de forças entre as classes sociais e suas organizações. O artigo conclui que o IAS e seus intelectuais orgânicos são responsáveis por difundir metodologias educacionais adequadas à formação para o trabalho simples, atendendo às emergências da recomposição da classe dominante.

Palavras Chaves: Reforma educacional- Aparelho Privado de hegemonia- Estado Ampliado

1 INTRODUÇÃO

O presente Artigo tem como objetivo analisar o Instituto Ayrton Senna (IAS), através de suas ações vinculadas diretamente às políticas públicas no Estado brasileiro, em principal, sua atuação na Educação, onde seu projeto hegemônico vem avançando ofensivamente em todas as esferas educacionais, sendo identificado a precarização do trabalho docente e a formação do discente para o trabalho simples.

A reforma do Estado no Brasil, apesar das experiências iniciadas em 1990, teve grande impulso a partir da elaboração do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, em 1995. De acordo com o ministro Bresser-Pereira (2000), a reforma gerencial reorganizou o Estado com o objetivo

⁴⁵⁶ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Professora da Rede Municipal de Duque de Caxias e diretora do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense.

de racionalizar os recursos humanos e financeiros disponíveis à administração pública. Neste contexto, a expansão da escolarização e, conseqüentemente, da Educação Básica no Brasil realizada no mesmo período esteve permanentemente mediada por esta Reforma do Estado brasileiro.

Em seus vinte e três anos de existência, o IAS tornou-se responsável por difundir na Educação Básica novos modelos pedagógicos com o objetivo de adequar a formação para o trabalho simples às novas demandas surgidas com a partir da recomposição burguesa. Neste movimento destacam-se alguns intelectuais orgânicos vinculados ao IAS que produziram no decorrer dos anos uma enorme capilaridade da organização: Cláudia Costin, consultora do Banco Mundial e ex-secretária de educação do município do Rio de Janeiro, e Ricardo Paes de Barros, economista chefe do IAS e um dos formuladores do Programa do governo Federal “Bolsa Família” e Viviane Senna, presidente e fundadora do IAS que integra o Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social, que atua diretamente com o Presidente da República.

O conceito de Estado Ampliado se apresenta neste trabalho como uma metodologia a ser seguida, onde através da análise da sociedade civil podemos iniciar a compreensão das relações de poder e o projeto de reconstrução da hegemonia da classe dominante. O Estado para Gramsci (2011) não compreende somente o aparelho jurídico de comando e repressão, mas também a sociedade política e sociedade civil, onde a sociedade civil é representada por seu aparelho de hegemonia, onde um grupo social pode conquistar a direção de toda a sociedade. Sendo assim, o Estado Ampliado compreende como: “um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda sociedade nacional, exercidas através das organizações privadas...), sendo na sociedade civil que operam os intelectuais.”

A pesquisa analisa o IAS e sua atuação no interior do Estado Ampliado. Neste sentido, a proposta deste artigo vem colaborar com a investigação onde o Grupo de Pesquisa Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE) que vem mapeando os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante na educação brasileira na tentativa de compreender as estratégias, táticas, ideias-força, discursos e redes de articulação. Como arcabolo teórico gramsciano a pesquisa trabalha com conceitos importantes para compreender o interesse dos empresários da sociedade civil em relação a educação, com uma ampliação de interesses e ções a partir dos anos de 1990, através da Reforma Gerencial da Educação.

Faz-se necessário compreender o que conceito de hegemonia, no contexto da crise orgânica do capital. De acordo com Antônio Gramsci (2011) trata-se das formas pelas quais um grupo social unifica em torno de seu projeto político e ideológico, um bloco social mais amplo e não homogêneo, marcado por

contradições de classe. O grupo social que direciona o bloco social é hegemônico porque consegue ultrapassar seus interesses econômicos corporativos, construindo uma vontade coletiva e assim, mantendo articuladas forças heterogêneas, numa ação predominantemente política. Tal conceito articula-se dialeticamente com o de Estado ampliado, pois, nas formas de dominação do capitalismo contemporâneo, uma classe mantém domínio se for capaz de exercer uma liderança moral e intelectual, fazendo certas concessões a seus aliados, construindo o consenso. Gramsci (2001) compreende a Hegemonia como uma das dimensões da dominação de um grupo social e de suas frações sobre outros grupos e classes, através de duas formas de manifestações de supremacia:

“(...) como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, alias, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser “dirigente” (Gramsci, 2001, p.62-63)

Nesse sentido outro conceito formulado por Gramsci no que tange à construção do consenso é o dos *intelectuais orgânicos*. Os “intelectuais orgânicos”, segundo (GRAMSCI, 2011), são aqueles que dão forma à consciência política (a consciência de classe) de sua classe social, ou seja, pertencem à classe se caracterizam pela produção ideológica da mesma, produzindo um pensamento que pretende atingir o consenso do conjunto da sociedade, ou seja, se tornar hegemônico. De acordo com conceito gramsciano, esse intelectual não possui necessariamente uma formação acadêmica, mas é encarnado por indivíduo que ocupa um determinado “lugar” nas relações sociais/produativas de determinado estrato social, sendo capaz de articular a ligação entre Estado, burguesia e proletariado.

Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo... (GRAMSCI, 1982, p.43)

A Reforma e contrarreforma da Educação

O Estado brasileiro é articulado para as demandas do capital. A educação é voltada para o capital, sendo “negociável” como uma mercadoria. Os empresários através de seus Institutos ligados a bancos e/ou grupos de mídia, Associações disputam no seio do Estado brasileiro a hegemonia, além dos recursos

públicos para atender seus empreendimentos. Traduzindo, através de suas ações, a educação que deseja para a classe trabalhadora. Não se trata de uma educação integral e que forneça as bases da ciência, da cultura e do trabalho. A educação almejada pelos empresários não permite o desenvolvimento de indivíduos autônomos e militantes na superação da exploração e construção de um projeto contra hegemônico.

No início dos anos de 1990, Sergio Costa Ribeiro, Ruben Klein, Philip Fletcher, Cláudio Moura Castro e outros pesquisadores, através de pesquisa concluídas, passaram a perceber que havia uma certa cultura nas escolas brasileiras, independentemente de serem públicas ou privadas, onde os dados oficiais de 1982-1989 diagnosticaram que os alunos brasileiros permaneciam 8,4 anos na escola e não chegavam ao último ano do ensino fundamental, que no período era de 8 anos para conclusão.

Existe há 50 anos, pelo menos, uma ‘pedagogia da repetência’ que impede o avanço das gerações através do sistema educacional. Este dado ‘novo’, que nos é mostrado pelo modelo PROFLUXO e que já aparecia nas análises corretas de Freitas, abre um novo leque de questionamentos sobre nosso sistema educacional que nunca foi realmente discutido pelos nossos educadores e muito menos pela sociedade brasileira. (RIBEIRO, 1990)

Segundo Ribeiro (1990) no período pesquisado os que concluíam o ensino fundamental o faziam em média em 11,4 anos, o que identifica que passaram por pelo menos três repetências. Os pesquisadores sinalizaram que, no Brasil, não havia evasão de aluno novo em nenhuma série; a evasão só acontecia diante de defasagem muito grande da idade e série em que ele se encontrava. Ribeiro (1991) explica que a “pedagogia da repetência” estaria inserida na pedagogia do sistema com um todo.

Os pesquisadores concluíram que com a reprovação dos alunos, a educação brasileira estava tendo altos gastos financeiros, sem retorno aparente, devido ao acompanhamento dos altos índices de evasão escolar. Lamosa e Macedo (2015) compreende como a Reforma Gerencialista da Educação se dá ao longo dos anos de 1990, com o suposto interesse de resolver uma das maiores mazelas do sistema educacional brasileiro, passando para sociedade civil a “árdua” tarefa de eliminar ou diminuir a reprovação dos alunos e conseqüentemente a evasão escolar, atendendo como sempre as emergências do capital.

Na educação, os desdobramentos da Reforma Gerencial do Estado, segundo Lamosa e Macedo (2015), materializaram-se a partir da Lei n. 9.394/1996 que instituiu as Diretrizes e Base da Educação (LDB), que daria possibilidade para a implantação do novo modelo de gestão do trabalho na educação, espelhado na gestão gerencialista das empresas privadas. No contexto da reforma do Estado, a LDB/1996,

em seu artigo 1º, amplia a educação para além de seu processo de escolarização, destacando o papel das organizações da sociedade civil:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996, p.9)

A gestão gerencial se baseia na responsabilização social, dando valor maior a participação da sociedade, dando ao Estado uma democracia participativa, e não apenas representativa. Os empresários, como representantes da iniciativa privada, se autoproclamam salvadores da “escola falida”, com intenção de formar os trabalhadores inseridos na lógica da “empregabilidade”.

A reforma na educação Básica foi realizada, entre os anos 1990 e 2000, sob o argumento de que faltava eficiência nas escolas brasileiras. O cenário educacional no país era caracterizado, segundo os intelectuais da reforma educacional, pelos elevados índices de evasão, reprovação, falta de recursos materiais e despreparo do professor. Com o mesmo modelo adotado pelas empresas no mercado, a administração escolar passa a ter a responsabilidade de controlar resultados, reorganizar as estratégias educacionais e otimizar recursos humanos e materiais. Os governadores e prefeitos vêm, cada vez mais, legitimando esse modelo de gestão do trabalho escolar, a partir de formas de racionalização do trabalho, terceirização de serviços, parcerias público-privadas e introdução do trabalho voluntário, entre outros.

Atualmente, espera-se do docente a “execução de tarefas”, esvaziando o caráter pedagógico do seu trabalho – o ato de ensinar. A ele são atribuídas tarefas voltadas às questões político-sociais, como a violência, questão das drogas, dos conflitos familiares, da maternidade na adolescência e/ou infância etc. Colocam-se sob a responsabilidade desse trabalhador situações que ultrapassam as possibilidades de sua atuação. (LAMOSA, MACEDO, 2015)

O Ministério da Educação (MEC) desconsidera a necessidade de expandir a rede pública de ensino, prefere articular com os estados e municípios promovendo que se houver a eficiência do Ensino Fundamental, não haveria tantas crianças com distorção idade-série, assim liberariam as vagas, nesse argumento se expandi programas de aceleração de aprendizagem, ou seja, a “vacina” contra doença da educação brasileira.

Um exemplo atual da visão empresarial é o impacto na produção de material didático padronizado, logo após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois 60% do

conteúdo estará sendo ensinado em todo país. Várias iniciativas privadas já estão dispostas a reproduzir tal material didático, inclusive empresas internacionais, sendo um mercado volumoso e lucrativo. São políticas a curto, médio e longo prazo que levam cada vez mais o sistema público de ensino ao abismo da privatização.

Leher (2010) enfatiza que ao longo da trajetória da Educação, seus problemas estão atrelados ao fato do Brasil ser um país capitalista dependente, em destaque sendo as reformas enfatizadas nos anos de 1990, pois tais políticas públicas objetivam “favorecer o crescimento do setor Empresarial, o seu governo removeu o controle público sobre as instituições privadas que deste modo passaram a ser reguladas pelo mercado.” (LEHER, 2010, p. 37).

A fundação do Instituto Ayrton Senna (IAS) ocorreu no decorrer da Reforma Gerencialista da Educação, foi fundado na cidade de São Paulo, em 1994, tendo como presidente, até os dias atuais, Viviane Senna. Em seus pronunciamentos, em diferentes agências políticas e privadas, Viviane Senna apresenta o IAS comparado a um laboratório que desenvolve vacinas para “curar” milhares de pessoas, neste caso sendo que seus programas e projetos e suas pesquisas seriam as “vacinas” necessárias para “curar” as mazelas da educação brasileira, onde a correção de fluxo, por exemplo, será “milagrosamente” corrigida pelo Programa “Acelera Brasil” que está há vinte anos inseridos nas escolas públicas brasileiras.

Contraditoriamente, um estudo recente do ano de 2017, realizado pela Cátedra do Instituto Ayrton Senna no Insper, coordenado pelo diretor de economia do IAS Ricardo Paes de Barros declara que “1 a cada 4 jovens deixam a escola antes do final do ano letivo. R\$100 bilhões perdidos anualmente. Os números da evasão e abandono escolar no Brasil impressionam, mas o engajamento de toda sociedade é capaz de mudar essa triste realidade.”

Esta cátedra integra as atividades que vem sendo desenvolvidas há 20 anos pelo Instituto Ayrton Senna, no qual o professor é economista-chefe, para a condução de melhorias em educação básica. Desde o início, o objetivo da instituição tem sido o estímulo ao diálogo entre a academia e gestores de políticas públicas em busca da qualificação de iniciativas educacionais. (SITE do Instituto Ayrton Senna, 2017)

O Relatório sugere os principais fatores que os jovens entre 14-17 anos não concluem o ensino médio, isto é evade a escola, causando uma perda de capital financeiro significativa, além de não atender o mercado com sua mão de obra, que neste caso a formação do trabalhador simples não foi concluída. Para atender as demandas do capitalismo a educação brasileira tem que garantir a eficiência da educação Básica, porém faltam mais do que programas de correção de fluxo ou metodologias de ensino, faltam a ressignificação do papel da escola voltada para a formação humana e não somente de formação de mão de obra para o trabalho simples.

Destacando um dos fatores apontados pelo Relatório. Sendo a falta de qualidade educacional no sistema educacional brasileiro é atribuída aos professores, afirmando que não possuem formação adequada, assim não conseguem obter sucesso no processo ensino-aprendizado. O IAS coloca o trabalho docente como ineficaz e garante ter soluções para tal mazela, através de programas de formação, além de sugerir a desregularização do trabalho destes profissionais. Sucessivamente o trabalho do professor é “vilão” da história da educação básica brasileira.

Qualidade da educação: para garantir o devido engajamento do jovem com as atividades escolares, é necessário que os serviços oferecidos pelas escolas tenham a qualidade necessária para que o aprendizado seja efetivo. Afinal, porque um jovem iria se engajar numa atividade que não é capaz de efetivamente promover a transformação para a qual foi desenhada? Assim, toda política de promoção do engajamento juvenil em atividades escolares requer um amplo leque de ações voltadas para uma melhoria contínua e significativa da qualidade e efetividade dos serviços oferecidos nas escolas. Acima de tudo, são necessárias ações que busquem promover e facilitar o aprendizado, incluindo aquelas voltadas a **dotar as escolas de professores melhores e mais eficazes, além de melhores condições para o aprendizado e de práticas e metodologias de ensino aprendizagem mais eficazes.** (Relatório da Cátedra do IAS no Insper, 2017)

Segundo Lamosa e Macedo (2015) os intelectuais do capital defendem a desprofissionalização do professor, deixando de se preocupar com a formação humana do aluno e passando a prepara- o para o mercado de trabalho. Sendo mais importante o rendimento quantitativo do seu trabalho ao qualitativo. A formação está sendo criticada pelo IAS, mas a falta de recursos de materiais, valorização salarial, tempo de planejamento, entre outros fatores que estão extintos no cotidiano do trabalho docente não estão sendo considerados para sua formação.

A solução para superar a falta de reconhecimento social docente tem sido incentivada por meio de iniciativas exitosas, como diferentes prêmios que são oferecidos segundo processos avaliativos do trabalho e também do rendimento do aluno. Ligado a essa questão, encontra-se o tema do desempenho docente, que traz em seu arcabouço outros fatores que estão a ele relacionados, como a questão da formação, dos recursos, da carreira, dos formadores e dos incentivos. (LAMOSA, MACEDO, 2015)

Logo no início de sua atuação obteve uma parceria com a Universidade de São Paulo (USP) em 1995 com a implementação de um programa voltado para despertar o interesse das crianças pela leitura e escrita através da prática de esportes: “Educação pelo Esporte”. O programa atuou por mais de 12 anos em várias Universidades Públicas do Brasil, inclusive o Ministério de Esportes do Brasil em 2007 firmou parceria com o IAS para que a metodologia do Programa “Educação Pelo Esporte” fosse atrelada a um projeto do governo federal voltado para as escolas públicas.

No seu Estatuto de fundação o IAS declara poder atuar na formação de crianças, jovens e adultos no âmbito social, cultural e educacional, porém a partir de 1996 o Instituto passa a se definir como um

formulador de programas educacionais, assim passa a dedicar-se somente à área educacional, e a justificativa dada pelo IAS era que somente na área educacional poderia mudar o futuro das crianças.

O Instituto tem como diagnóstico que a educação pública vai mal e assim, a sua missão é contribuir para superar os problemas do sistema público, partindo do pressuposto que tem a fórmula para a qualidade e que, se adotada à risca pelos sistemas, a educação superará os seus problemas. Verificamos que, como se fosse um poder público, o Instituto faz um diagnóstico e encaminha soluções para a educação pública. (PERONE e ADRIÃO, 2011, p.73)

Sendo assim, inicia em 1997 com uma atuação direta nas escolas, lança o Programa “Acelera Brasil” onde pretende corrigir a correção de fluxo do Ensino Fundamental, pensando na reprovação do educando que gera a distorção entre a idade e a série, promovendo a evasão escolar, o programa chega nas escolas públicas de várias cidades brasileiras, onde os professores executam uma proposta que não colaboraram na construção. O programa Acelera Brasil ainda está sendo utilizado até os dias atuais (2017) por todo território nacional.

Ao inserir seus projetos e programas na escola, em forma de uma suposta “parceria” o IAS “segue o movimento de racionalização financeira de Gestão Pública típico da década de 1990 onde surge um grande número de organizações não governamentais de tons filantrópicos” ((PERONE e ADRIÃO, 2011, p.140) possibilitando uma parceria com os setores públicos da educação, motivando uma atuação direta do setor privado, em torno dos interesses de reconciliação de classes.

Podemos consolidar tal “parceria” do IAS com o setor público, durante os anos de 2009 e 2014, com a Secretaria de Educação da cidade do Rio de Janeiro, quando Claudia Costin era secretária. Durante tal período fora inseridos na Rede de Ensino inúmeros projetos elaborados pelo IAS. As “parcerias” do IAS na educação materializam tanto a proposta do público não estatal, quanto à do quase-mercado, pois os recursos financeiros são públicos, atendendo as emergências dos interesses privados, assumindo as demandas do capital em relação a educação brasileira.

Em alguns casos, o setor público compra os sistemas de ensino com recursos próprios, em outros recebe recursos de outras esferas governamentais para viabilizar a tal aquisição. De qualquer maneira, submete e envolve toda a rede de ensino ou escolas em particular a uma proposta elaborada por segmentos não vinculados à educação local os quais, em nome de uma maior competência técnica substituem o compromisso político da gestão pública com a elaboração e o acompanhamento das políticas educacionais. (PIERONE e ADRIÃO, 2011, P.111)

A secretaria de educação do município do Rio de Janeiro é um exemplo de tal transferência de recursos financeiros públicos para o IAS. Através da Lei Municipal do Rio de Janeiro nº 5.026, de 19 de maio de 2009, as parcerias públicos-privadas garantiam a atuação de entidades filantrópicas na gestão e

aplicação de programas educacionais em toda a rede de ensino da cidade do Rio de Janeiro dispensando a licitação para a liberação de recursos financeiros para este fim.

Sendo assim, quando a Secretaria de Educação do município do Rio de Janeiro é assumida por Claudia Costin, a mesma formaliza “parceria” com o IAS para inserir o programa educacional “Acelera Brasil” e “Se Liga” nas escolas da rede pública, entretanto com as classes de aceleração eram absorvidos os alunos defasados série-idade, formando as turmas nomeadas de Acelera 1, Acelera 2, Realfa 1 e Realfa 2, cadastradas como turmas de correção de fluxo (multietapas), sendo que essas turmas não participavam das avaliações externas propostas pelo Ministério da Educação, como a Prova Brasil, garantindo uma chance maior de melhorar os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas da rede.

Devemos também compreender o IAS como uma ofensiva do capital a educação brasileira, que, como tal, objetiva o lucro, através dos interesses dos seus associados que se colocam como financiadores dos projetos educacionais da entidade e se apresentam como empresários que se mobilizam em resolver as mazelas da Educação Básica pública do Estado brasileiro.

O IAS com seu projeto hegemônico, procura universalizar interesses particularistas, em nome de conceitos supostamente universais, tais como a “nação”, o “povo”, entre tantos outros. O IAS conta com as articulações dos seus intelectuais orgânicos como Viviane Senna e Ricardo Paes de Barros objetivando orientar e guiar as ações de atores concretos, sobretudo em momentos de embates político-ideológicos sobre os rumos da Educação brasileira.

O IAS foi fundado em 1994, na década de 1990, onde ocorreram muitas Reformas educacionais no Brasil, o que favoreceu sua formação e atuação como um grande Aparelho Privado de Hegemonia. O que passa para Gramsci (2011) é uma relação totalmente intrínseca não há separação a não ser para melhor compreensão de suas articulações no interior do Estado Ampliado. Historicamente a burguesia na fase social-liberal da recomposição burguesa buscou uma democracia baseada no consenso passivo dos trabalhadores, uma conciliação por meio de um projeto de concertação nacional que objetiva apagar as lutas sociais, a rebeldia da juventude e o acirramento da luta de classes. No Brasil, segundo FHC, já se anunciava esta complexa rede de articulações com origem na sociedade civil:

... a tensão é permanente e rica. Uma das consequências é a de que os governos erram menos, tão forte e tão variados é o escrutínio da sociedade. Também se compreende que é impossível realizar a democracia sem que se estabeleçam parcerias criativas para governar, entre o estado e a sociedade; para produzir, entre o estado e o empresariado; para levar adiante as demandas sociais, entre o estado e as organizações não governamentais; para aperfeiçoar as condições de trabalho, entre o estado e o sindicato. (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO/Folha de São Paulo, 28 de maio de 1995).

Neste caminho as Contrarreformas no Estado brasileiro, dos anos 1990, vem regulamentando as relações entre o público e o privado, adequando as relações entre o estado e a sociedade, com a participação da sociedade civil na formulação e não controle das políticas sociais, “o plano jurídico-político tornou-se um aporte governamental de reorganização em cada nação no âmbito da política da economia da educação, etc., em torno da construção de um novo estado de direito.” (LUZ, 2009, p.75).

As Reformas na educação geraram uma política nacional de educação, além da legislação, havendo um planejamento, financiamento de programas do governo, ações evidentemente organizadas pela sociedade civil, por meio de propagação oficial e oficiosa, envolvendo, também, conselhos, comissões de especialistas e empresários na elaboração dos documentos de análises, a orientação e programas educativos. Na redefinição do papel do Estado, segundo Luz (2009), foram incorporadas formas de governo que se apresentam como uma rede quase autônoma como organizações sociais, institutos filantrópicos, voluntários, comunitários e empresas assumindo os serviços públicos, antes vinculados somente ao Estado assim há uma complementação entre estado e mercado com toda a regulamentação dos governos reafirmando a relação entre sociedade política e sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações do IAS incluem diagnóstico, planejamento, formação de gestores e educadores, além de se apresentarem como soluções pedagógicas e tecnológicas, atuando diretamente na formação dos educandos. Em outros termos, se algo precisa ser feito para que os educandos (crianças, adolescentes e jovens) se apropriem dos conhecimentos já sistematizados pelo homem/mulher, esse processo pode e deve ser feito pelos IAS e seus associados, geralmente donos de uma significativa parte do capital financeiro brasileiro. E assim o IAS se coloca como o que constrói todas as “fórmulas da vitória” para a Educação brasileira, ainda podemos reconhecer sua trajetória como uma estratégia dos empresários para atuação direta nas políticas públicas educacionais no Brasil, através das ações “filantrópicas” dos seus institutos e fundações, articulando a ofensiva do capital na educação pública brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel. Os professores diante das reformas educacionais. In: BICUDO, M. A.; SILVA JR., C. (Orgs.) A. Formação do educador e avaliação educacional: Organização da escola e do trabalho pedagógico. São Paulo: UNESP, 1999. v.3, p. 249-261.

_____. Ações organizacionais e pedagógicas dos sistemas de ensino: políticas de inclusão? In: ROSA, Dalva E. Gonçalves et e SOUSA, Vanilton Camilo de (Orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

ALMEIDA. As reformas educacionais do Estado de S. Paulo: com a palavra os professores. Revista de Educação, n.13, p.15-29, 2001.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. “Introdução: a substância da crise”. In MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009, pp.9-16

APPLE, Michael W. Construindo a audiência cativa: neoliberalismo e reforma educacional. In: WARDE, M. J.(Org) Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas. São Paulo: PUC, p. 5-26, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Plano Nacional da Educação (2014-2024)*. Brasília: MEC, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle – Caderno 01. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp.151-277

COUTINHO, Carlos Nélon– Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

GARCIA, Regina Leite; VALLA, Victor V. A fala dos excluídos. Caderno CEDE, Campinas, n.38, p.9-17, 1996.

GIL, A.C.. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Altas, 1996.

GRAMSCI, Antonio. O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp.267-349

_____. (2002). Cadernos do Cárcere, v.3. Maquiavel: sobre o Estado e a política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KLEIN, Ruben; RIBEIRO, Sergio Costa. O censo educacional e o modelo de fluxo: o problema da repetência. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, n. 197, 1991.

_____. A pedagogia da repetência ao longo das décadas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, CESGRANRIO, v. 3, n. 6, p. 55-62, jan./mar. 1995.

LAMOSA, R. *Educação e Agronegócio: A nova ofensiva do capital nas escolas públicas*. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2016.

MARTINS, André S.; Neves, Lúcia M.V. *Educação básica: tragédia anunciada?* 2015. Xamã, São Paulo: 208p.

MENDONÇA, Sonia Regina de. “O Estado Ampliado como ferramenta metodológica”. In: *Revista Marx e o Marxismo*. v.2 ,nº 2, jan/jul. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

MÉSZÁROS, István .*Para além do capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. *Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda*. In: ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, pp. 27-44.

MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e o estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 2ª ed. 1996

NEVES, Lúcia M. W.. *As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo*. In: *Anais da 27ª Reunião Anual da ANPED*, 2004, Caxambu: ANPED, 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt05/t0510.pdf>.

OLIVEIRA, Francisco. *Neoliberalismo à brasileira*. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). *Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 24-28.

PERONI, Vera; ADRIÃO, Theresa. *Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional*. *Pesquisa científica : Edital- Jovem Pesquisador*; 2011.

RIBEIRO, Sérgio Costa. *A pedagogia da repetência*. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA-USP, v. 5, n. 12, p. 7-22, maio/ago. 1991.

<http://www.institutoayrtonsenna.org.br> (visitado no período de fevereiro a julho de 2017)

<http://www.revistaeducacao.com.br> (consulta em maio de 2018)

MOVIMENTO DE CONFLUÊNCIA DA DIREITA PARA O SOCIAL E DA ESQUERDA PARA O CAPITAL: A ATUAÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Renata Spadetti Tuão⁴⁵⁷

Resumo: O trabalho tem por objetivo analisar as estratégias de ação política implementadas pela burguesia brasileira e difundidas por aparelhos privados de hegemonia como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) com vistas a difundir os fundamentos de uma nova sociabilidade. Procuramos analisar os princípios políticos que oferecem subsídio a este projeto assim como os meios utilizados de intervenção tanto na sociedade civil quanto na aparelhagem estatal. O referencial teórico-metodológico encontra-se pautado na teoria gramsciana e utiliza o Estado ampliado como ferramenta metodológica (MENDONÇA, 2014). Como fonte de pesquisa, utilizamos documentos presentes no arquivo institucional da CNDE, legislação educacional, produções bibliográficas e entrevistas semi-estruturadas com os diretores da CNDE. A pesquisa procura apresentar a inserção deste aparelho privado de hegemonia no programa social-liberal desenvolvido, a partir de 1990, no Brasil. O trabalho revela a CNDE como um sujeito político coletivo que representa o movimento de confluência da direita para o social e da esquerda para o capital. Indica também a atuação desses sujeitos políticos coletivos como expressão de uma nova pedagogia da hegemonia que tem como estratégia a conciliação de classes em torno da defesa de interesses privados na essência, mas que na aparência se assumem como coletivos. Concluímos com a pesquisa que por meio de ações que buscam um consenso ampliado, a burguesia brasileira vem se empenhando na reorganização dos mecanismos de mediação dos conflitos de classe através de organizações como a CNDE com vistas a difundir um novo padrão de sociabilidade para o século XXI.

Nos propomos, nesse artigo, compreender as estratégias utilizadas pela classe dominante para manter e ampliar o seu domínio na contemporaneidade diante do processo de recomposição burguesa em curso. Para isso, nos concentramos em compreender como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) se insere na educação da nova sociabilidade que vem sendo construída desde o final do século XX no mundo e no Brasil. Entendemos a CNDE como a expressão de frações da burguesia brasileira na operacionalização do movimento de reestruturação da dominação de classes em consonância com o projeto imperialista, assim como a manifestação da metamorfose da esquerda brasileira aos determinantes do projeto social-liberal em curso. Com a função político-pedagógica de difundir os fundamentos da

⁴⁵⁷ Doutora em Educação - UFRJ. contato: innyaccioly@hotmail.com. Este trabalho partiu da tese de doutorado “Educação e Capital-Imperialismo: as influências político-pedagógicas do Banco Mundial nas relações entre Brasil e Moçambique”, que foi realizada com financiamento da CAPES e da FAPERJ.

pedagogia burguesa arregimentando intelectuais orgânicos, elaborando políticas públicas e desenvolvendo estratégias por dentro do aparelho do Estado.

Para tanto, nos apoiamos na categoria de Estado Ampliado cunhada por Antonio Gramsci (2011) e desenvolvida como pressuposto teórico-metodológico por Sônia Regina de Mendonça (2014). Entendemos que a teoria se apresenta como o próprio método de pesquisa quando nos debruçamos sobre os documentos com o olhar voltado para uma análise crítica do conhecimento produzido propiciando uma interlocução entre teoria e prática. Partimos da teoria para compreendermos a prática ao mesmo tempo em que retornamos à teoria para sistematizarmos o conhecimento produzido. É a análise à luz da teoria gramsciana das relações existentes entre os múltiplos intelectuais orgânicos no interior do Estado Ampliado que pretendemos interpretar como fenômeno investigativo, rico em significados e, portanto, imprescindível para a produção do conhecimento proposto. Diante disso, analisamos um conjunto de fontes primárias que compreende os informativos produzidos pela CNDE e pelas organizações presentes no comitê diretivo em seus sites, nas obras produzidas pelos diretores da CNDE, nos materiais impressos e audiovisuais acerca da CNDE, nas entrevistas concedidas pelas instituições que dirigem a CNDE, pelo seu atual coordenador geral e pela atual coordenadora da Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE). Com a pesquisa nestas fontes, procuramos compreender o processo de constituição da CNDE, sua forma de atuação, os intelectuais sistematizadores e difusores do projeto social e político defendido pela burguesia procurando apreender os fundamentos, as estratégias e as implicações para as relações de hegemonia.

No Brasil, as políticas de “concertação” foram pensadas com vistas a reduzir os riscos à governabilidade do bloco no poder (DREIFUSS, 1981) causados pelo crescimento dos conflitos sociais imbricados com o aumento da pobreza e da desigualdade social. Para garantir a “governabilidade”, tornou-se preciso conciliar o apoio da classe empresarial e a aceitação da classe trabalhadora em torno das reformas estruturais em curso no país. A sociabilidade do capital inaugurada na década de 1990 continua sendo dirigida pela burguesia internacional tendo como expressão o avanço sobre os recursos públicos dos Estados nacionais. A hegemonia operada no Brasil, definida por Francisco de Oliveira (2010) como hegemonia às avessas típica da era da “globalização” fornece “a direção moral da sociedade brasileira na resistência à ditadura e alça a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política” (OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK, 2010, p.24). Há, em curso, uma despolitização da pobreza e da desigualdade transformando-as em questões que devem ser administradas sem, contudo contestar os mecanismos pelos quais o capitalismo desenvolve a exploração da classe trabalhadora.

Os imperativos da ordem do capital não são ameaçados pelo projeto de concertação nacional, pelo contrário: o “pacto social” em curso que reúne empresariado e entidades representantes da classe trabalhadora trabalha na perspectiva de expansão do capitalismo a partir de uma “vontade geral negociada” vista como a afirmação da hegemonia do bloco no poder. Os projetos de hegemonia dos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante se robustecem e se coadunam com as demandas da classe trabalhadora num processo de construção do consenso em torno de agendas “comuns”. A cultura da cooperação, do diálogo, da negociação e da participação sobre questões importantes para a sociedade se propõe a formar uma confluência entre classe dominante e classe dominada que possibilite a coesão e a construção de consenso em torno de conflitos de classe a fim de se construir novas bases para “governabilidade”. Essa sedimentação tem como importante via de difusão, a realização de campanhas, conferências e fóruns institucionalizados de concertação nacional.

A CNDE atua como um importante aparelho privado de hegemonia alicerçado no projeto de concertação nacional articulado internacionalmente, sobretudo ao assumir a função de organizadores tanto das frações da classe burguesa quanto de organizações que articulam as lutas dos trabalhadores pela educação. A nova sociabilidade exigida para o desenvolvimento da dominação burguesa no século XXI necessita da atuação desses aparelhos privados de hegemonia para legitimar as relações sociais capitalistas. Identificamos a CNDE como a confluência de dois movimentos presentes na conjuntura política contemporânea que permite a construção de novas bases para a “governabilidade” do bloco no poder contribuindo para uma atualização da pedagogia da hegemonia: a direita para social (MARTINS, 2009) e a esquerda para o capital (COELHO, 2012). Embora funcionem de modo complementar e dividam a ideia de que não existe outra possibilidade de projeto de sociedade que não tenha o capitalismo como forma de organização social, a maneira como cada uma vem atuando é diferenciada. Nas próximas seções detalharemos um pouco mais esses dois movimentos.

1.1 A Direita para o Social

Em tempos de exacerbação da superexploração pelo capital com a financeirização da economia, o consenso apenas se consolida se forem criados mecanismos de compensação e de atenuação dos efeitos dessa superexploração. Na década de 1990, a partir do desenvolvimento de estratégias de educação para a nova sociabilidade social-liberal pautadas nas noções de “colaboração” e “parceria” houve um aprofundamento de organizações burguesas destinadas à tarefa de reeducar a sociedade. O compromisso empresarial com a “questão social” ganhou contornos mais sistematizados: o empresariado abandonou

uma atuação fragmentada baseada na noção de “filantropia social” para se dedicar à construção de novas práticas em torno da noção da “responsabilidade social” em sintonia com o cenário internacional. A noção de “responsabilidade social” se tornou um distintivo da classe empresarial modernizada, introduzindo um novo perfil ao empresariado: o empresário social, capaz de agregar a sociedade através do diálogo. Os princípios filosóficos que levaram os empresários a intervirem nas “questões sociais” voltaram-se para questões econômico-financeiras quando ser “socialmente responsável” trouxe uma diferenciação da marca, uma valorização dos produtos o que permitiu que o consumo crescesse e que novos investimentos fossem captados. Ou seja, “as motivações dos empresários em investir nas questões sociais tem a ver com a posição que ocupam nas relações de produção e os valores e concepções que compartilham com seus pares dentro de um universo de interesses comuns” (MARTINS, 2009, p.168).

No mesmo período, o empresariado passou a utilizar a expressão “investimento social privado” com uma intenção próxima da expressão “responsabilidade social”: difundir uma diferenciação das formas tradicionais voltadas à filantropia. Motta (2016) esclarece que enquanto a “responsabilidade social” tinha como ênfase a atitude do empresário com enfoque moral e cultural, o “investimento social privado” tinha como fundamento os modos de investimento, referindo-se “à aplicação de recursos financeiros, mas com exigência de retornos, de resultados [...] relacionado à atitude privada e voluntária do empresário em doar/investir seus recursos em projetos sociais, porém de forma a obter resultados concretos” (MOTTA, 2016, p.326). O “investimento social privado” trabalhava na perspectiva de gerenciamento de investimentos por trás da atitude empreendedora do empresariado com a garantia de resultados.

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e da Fundação ABRINQ foram protagonistas na organização do empresariado em prol das “questões sociais”. Destacamos, nesse trabalho, a atuação da Fundação ABRINQ por seu protagonismo e por fazer parte integrante da direção da CNDE desde a sua constituição. A criação da Fundação ABRINQ pelos direitos da Criança e do Adolescente, na década de 1990, marcou a preocupação da classe empresarial com a concepção de referências para o processo de repolitização da política em curso e de redefinição dos “novos” modelos de sociabilidade. Martins (2009) destaca que em virtude da compreensão político-ideológica desses intelectuais orgânicos do capital “foi possível que uma organização criada para representar interesses específicos dos proprietários da indústria de brinquedos se transformasse num polo de irradiação de uma nova perspectiva de intervenção classista nas questões

sociais” (MARTINS, 2009, p. 136). A atuação da fundação ABRINQ voltou-se para duas direções, de acordo com Neves (2005):

(i) o campo empresarial, na medida em que buscou alertar os empresários para os problemas relativos à exploração da força de trabalho desses menores, convidando-os a introduzir em suas empresas e disseminar em suas cadeias produtivas o combate à exploração dos menores; (ii) o conjunto da sociedade, na medida em que desenvolveu campanhas e mobilizações de respeito e proteção aos futuros cidadãos contra as diversas formas de violência. (NEVES, 2005, p. 158)

Começava-se a pensar a noção de “responsabilidade social” em justaposição a noção de “filantropia social” que fora até então referência de ações empresariais pioneiras no país. A criação da Fundação Abrinq se inseriu no processo de racionalização da aparelhagem do Estado, no contexto da entrada tardia do Brasil no processo de recomposição burguesa. O processo de constituição da Fundação ABRINQ no contexto brasileiro trouxe algumas questões que necessitam de destaque: a influência dos seus principais dirigentes Oded Grajew e Emerson Kapaz no processo de renovação das estratégias burguesas dirigido pelo PNBE, CIVES e, posteriormente, pelo Instituto Ethos; a imbricação junto à aparelhagem estatal; e a mobilização de empresários em torno da noção de “responsabilidade social”.

A ideologia da “responsabilidade social empresarial” possui relação política com a implantação do neoliberalismo, na superestrutura e com a introdução do paradigma de acumulação flexível, na estrutura do bloco histórico contemporâneo. Gramsci (2011), já chamava a atenção para a distinção entre ideologias historicamente orgânicas intimamente ligadas à estrutura e aquelas que não passam de elucubrações arbitrarias já que “não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma)” (GRAMSCI, 2011, p. 238). Identificamos a ideologia da “responsabilidade social empresarial” como uma ideologia orgânica capaz de organizar as massas “forma[ndo] o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição” (GRAMSCI, 2011, p. 237). O empresariado precisava desenvolver uma ideologia capaz de preservar o mundo capitalista da competitividade potencializada e de responder aos problemas sociais que pudessem colocar em xeque a condição de dominante e dirigente da burguesia no poder.

Encontramos na composição da CNDE outras organizações empresariais representantes do movimento da Direita para o Social: o Instituto C&A, a Fundação Santa Maria (FSM) e a Open Society Foundation (OSF). Nesse artigo, não conseguiremos tratar da complexidade de cada instituição.

Sobretudo, porque a pesquisa sobre essas instituições nos revelou a complexa rede de institutos, fundações e “ONGs” que atuam nacionalmente e internacionalmente no Brasil conformando tanto a sua classe fundamental quanto a classe dominada para os fundamentos da ideologia empresarial. Utilizam-se de estratégias semelhantes, na maioria das vezes, financiando prêmios de qualificação do empresariado, revistas físicas e eletrônicas que difundem os fundamentos expressos na ideologia empresarial e organizando congressos e seminários a fim de tornar pautas particulares em interesses comuns. A “rede” formada se articula como uma frente empresarial de difusão da ideologia social-liberal entranhada nos fundamentos empresariais da nova sociabilidade que se unificam com as pautas defendidas pela CNDE.

1.2 Esquerda para o Capital

A derrocada do arranjo político ditatorial trouxe à tona a inexistência de um projeto político hegemônico para a classe dominante, tarefa que necessitou de uma década (1980) para sua consolidação. Nesse mesmo contexto, o movimento operário vinha sendo ampliado e fortalecido desde o fim do regime militar. Para a nova ordem democrática, era preciso articular novos arranjos a fim de garantir a dominação burguesa pelas vias do consenso, mesmo que a coerção continuasse ativa, em segundo plano. As lutas empreendidas pela classe trabalhadora foram um grande obstáculo para a ascensão das políticas neoliberais e as vias repressivas já não eram suficientes para impedir a aceitação de tais reivindicações no conjunto social. A década de 1980 foi o período de maior crescimento das experiências organizativas das classes subalternas tanto no interior do mundo do trabalho quanto nas experiências dos “novos movimentos sociais”. Todas essas experiências culminaram no processo de construção de uma nova hegemonia pela classe trabalhadora a partir da criação do PT.

Já a década seguinte, para os trabalhadores, foi um período de muitas derrotas e de desorganização política. As medidas neoliberalizantes provocaram o aumento do desemprego e a produção do exército industrial de reserva direcionando a luta dos trabalhadores por melhores salários para a manutenção dos direitos já conquistados. A concorrência entre os trabalhadores gerada pela crise econômica e pelo processo de reestruturação produtiva teve expressão significativa no processo de perda de posições das classes dominadas no decorrer da luta de classes. Aliada ao fenômeno da crise do marxismo nos projetos políticos da esquerda, as formas de organização política da classe subalterna sofreram profundas transformações.

Com a expansão da fragmentação econômica, os interesses gerais da classe foram colocados de lado e as frações hegemônicas da classe trabalhadora passaram a representar os interesses de grupos

políticos como se fossem interesses comuns de toda a classe trabalhadora o que dificultou, sobretudo a formação da consciência unitária de classe. A noção liberal de cidadania foi adotada pelas classes subalternas numa apologia a uma universalidade ilusória, explorando as condições oferecidas pela conjuntura, conceitos como “nova esfera pública” e “cidadania” passaram a ser utilizados como fundamentos para os projetos políticos da esquerda evidenciando uma universalidade na aparência, mas que na essência apresentava-se como uma fragmentação real da experiência de classe. Sob a perspectiva neoliberal, a dominação burguesa foi reconfigurada pela ampliação dos aparelhos privados de hegemonia do capital e pela ação transformista sobre a classe trabalhadora organizada. Com a assunção do PT à presidência, a burguesia conseguiu operar a adesão quase completa de uma parte significativa do movimento dos trabalhadores conseguindo esvaziar a capacidade organizativa e combativa dos trabalhadores.

O apassivamento dos grupos subalternos, característica das revoluções passivas (GRAMSCI, 2015), foi a maneira pela qual a burguesia construiu elementos tanto materiais quanto simbólicos no embate com seus adversários e na manutenção do seu domínio material e espiritual sobre o Estado em sua forma ampliada. Uma das ferramentas de apassivamento foi o transformismo, embora não seja a única. Gramsci (2015) define o processo de apassivamento provocado pelo transformismo como a “absorção gradual mas contínua, obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos” (GRAMSCI, 2015, p.63). Para a classe dominante, as práticas transformistas elaboram um processo de ampliação da classe dirigente enquanto que para os grupos dominados leva a sua desorganização política. Os métodos transformistas são característicos do movimento hegemônico da burguesia podendo corresponder a uma atração espontânea “da iniciativa individual, molecular, “privada” (ou seja não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação prática e organizativa” (GRAMSCI, 2015, p.63). Assim como a assimilação de grupos inteiros, o que Gramsci (2001) chama atenção para a “eficácia do movimento operário socialista na criação de importantes setores da classe dominante” (GRAMSCI, 2001, p. 95).

Como um mecanismo constitutivo da hegemonia, o transformismo no Brasil serviu como fundamento para desvanecer os nexos orgânicos com a classe trabalhadora “ao “decaptar” as classes subalternas, interrompeu os fluxos por onde os trabalhadores elaboravam e faziam chegar questões de grande política na sociedade civil e política” (COELHO, 2017, p. 165). A esquerda brasileira deixou de ter como projeto político a organização da classe trabalhadora rendendo-se a concepção burguesa de

mundo e passando a atuar como intelectual da classe dominante tanto pela via burocrática quanto pela via intelectual. A restauração intelectual e moral da esquerda foi direcionada por um retorno ao liberalismo através das teorias pós-modernas que se proclamam como novidade, mas não possuem nenhum elemento novo. Os projetos políticos defendidos pela esquerda brasileira vêm ao encontro da democracia burguesa liberal onde se desloca a centralidade das “desigualdades” sociais para as “diferenças” deixando de enfrentar politicamente o problema da desigualdade para se pensar as diferenças pelo viés da filantropia. A democracia burguesa assimilada pelo novo projeto de esquerda aceitou a desigualdade como uma condição permanente e inevitável. Essa “nova esquerda” não é mais obstáculo para a manutenção da democracia liberal, é sobretudo agente em prol do projeto burguês.

A “nova” esquerda ao deslocar seu projeto político para os fundamentos da visão burguesa de mundo transforma-se na esquerda do capital e seus intelectuais passam a ser intelectuais orgânicos da classe dominante. Identificamos compondo a CNDE organizações como o MST e a CNTE representantes o movimento de esquerda para o capital (COELHO, 2012). Embora possuam diferenças de constituição e atuação encontramos convergências nos princípios defendidos por essas organizações. Características como o abandono ao marxismo e o transformismo tanto pelas vias burocráticas quanto intelectuais são percebidas nesses dois aparelhos privados de hegemonia. A CNTE, desde a sua constituição, já apresentava tais características com ações como a adesão ao programa de reformas projetado pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a participação no Plano Decenal de Educação Para Todos, no ano de 1993, desenvolvido no governo Itamar Franco. Na direção da CNDE, a CNTE compõe a frente social-liberal que pensa a educação nos moldes da economia de mercado e do gerencialismo. Políticas que não diferem do formulado pelas agências internacionais e movimentos empresariais nacionais.

Já o MST, identificamos transformações no decorrer da sua atuação no cenário brasileiro. O que nos impõe o desafio de tentar compreender quais as transformações sofridas na sua agenda política, visto que o MST é um movimento social de tamanha relevância na conjuntura de organização da esquerda brasileira. Uma das transformações percebidas encontra-se na assunção por parte do MST de políticas de conciliação ao congregarem um movimento com a participação do empresariado. Muitas questões surgem: Que ações educativas e políticas poderiam ser desenvolvidas por tais instituições em “parceria” com o MST se os projetos de sociedade que ambas almejam caminham em direção contrária? Poderíamos inferir que houve uma mudança na concepção de sociedade defendida pelo MST? Outra contradição está no fato do MST possuir projetos financiados pelo empresariado. A

crítica do MST é direcionada a entrada do empresariado na educação, no entanto, obter não entra na discussão travada pelo coletivo, o que aponta outra contradição. Se o movimento compreende que a educação é um ato político e que a entrada do empresariado na educação determina um tipo de educação voltada para o capital, não parece coerente que o capital seja o financiador das suas ações. Como fica a autonomia do MST frente às fontes financiadoras?

Ambas instituições compreendem a CNDE como o único espaço possível de organização da esquerda brasileira na conjuntura atual. Caímos em mais uma contradição, como organizar a unidade da esquerda brasileira a partir dos fundamentos sociais-liberais? É a participação da CNTE e do MST na direção da CNDE que confere legitimidade a atuação da CNDE passando a ser vista, por suas pautas, na aparência progressistas, no entanto com uma essência imbicada com a consolidação do projeto de sociedade hegemônico.

Considerações Finais

No Brasil, a realização de campanhas, conferências e fóruns institucionalizados de concertação nacional contribuiu como mais uma via para se chegar ao consenso político e social em torno do projeto político da burguesia. A cultura da cooperação, do diálogo, da negociação e da participação sobre questões importantes para a sociedade se propõe a formar uma confluência entre classe dominante e classe dominada que possibilite a coesão e a construção de consenso em torno de conflitos de classe a fim de se construir novas bases para “governabilidade”. Nessa conjuntura, a organização da equipe que compõe o diretivo da CNDE traz como característica fundante o propósito da conciliação de classes, sob a proposta de uma atuação encorajada de esvaziamento político capaz de conciliar ideologias diferentes que se engajam momentaneamente em campanhas específicas para tratar de problemas particulares que não oferecem nenhum risco a continuidade do sistema capitalista. Numa clara demonstração de como a CNDE foi organizada dentro de um projeto de concertação nacional e como as organizações representantes da classe trabalhadora abandonaram a perspectiva da luta de classes como projeto político da classe fundamental a qual representam.

As principais linhas de ação das organizações que dirigem a CNDE estão voltadas para políticas focalizadas de alívio à pobreza, formulação e monitoramento de políticas públicas, produção de uma democracia "radical", assessoria jurídica na organização de movimentos populares, fiscalização e controle social, mobilização da sociedade civil, incidência política, participação em fóruns, articulação dos órgãos públicos, assistência social, transparência e autonomia da sociedade civil frente ao Estado no sentido

estrito. Tais princípios estão em consonância com as teses sociais-liberais que defendem uma sociedade civil ativa e um novo Estado democrático. O Estado passa a desempenhar a função de administrador dos riscos sociais, financeiros e ambientais com o principal objetivo de induzir o desenvolvimento econômico ao organizar uma sociedade civil ativa produzindo uma nova sociabilidade a partir da ampliação política e social. As parcerias entre a esfera pública e privada são ferramentas utilizadas por esse novo Estado democrático difundido pelas teses sociais-liberais. Empresários com um suposto interesse público atuam dentro do Estado pelas questões sociais.

Nesse contexto, a “sociedade civil ativa” torna-se expressão do movimento de renovação da política. Propõe a superação das categorias classe social e sociedade civil como lugares onde se desenvolvem as lutas e florescem os antagonismos. Fundada no individualismo, as organizações da sociedade civil estariam preocupadas com a produção de uma vida harmoniosa sem a influência das questões do mercado e do poder. Segundo as teses sociais-liberais, é preciso desenvolver na sociedade civil uma cidadania ativa, uma nova forma de militância política a partir do desenvolvimento do “Terceiro Setor” como um braço do público. A criação da CNDE insere-se no processo de “democratização” do Estado e de configuração de uma “sociedade civil ativa” defendido pelas teses sociais-liberais. Como mais uma etapa de renovação da hegemonia burguesa, a CNDE desempenha estratégias de legitimação a partir da concertação social.

Nesse contexto, destacamos o trabalho dos intelectuais orgânicos da burguesia presentes na CNDE como peça central para a difusão da nova pedagogia da hegemonia. A formação dos intelectuais na América Latina seguiu um percurso próprio embora fortemente influenciado pelos organismos internacionais. Em consonância ao processo de privatização do ensino superior respondendo aos preceitos de privatização, focalização e descentralização das políticas sociais propostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM) para a periferia do capitalismo. A CNDE como um aparelho privado de hegemonia legitima as ações pedagógicas em prol da hegemonia de feição social-liberal através dos seus intelectuais que adaptam e disseminam, em diferentes linguagens, a nova concepção de mundo e as práticas políticas e ideológicas da classe dominante mundial (NEVES, 2010). Para Gramsci (2011), os intelectuais atuam como funcionários subalternos das classes dominantes e funcionários especializados da classe dominada. Neves (2010) complementa que a atuação dos intelectuais lhe confere a alcunha de “agentes da consolidação de uma concepção de mundo e de uma vontade coletiva de um “bloco histórico” (NEVES, 2010, p.28).

Compreendemos que a pedagogia da hegemonia configura a dimensão educativa do Estado capitalista e tem como principal característica: “assegurar que o exercício da dominação de classe seja viabilizado por meio de processos educativos positivos” (NEVES, 2010, p.24). Para o fortalecimento da coesão social em torno das teses sociais-liberais, a pedagogia da hegemonia envolve a formulação de novas teorias, de novos intelectuais orgânicos e a difusão pedagógica de novos consensos promovendo uma redefinição ideológica das teorias políticas nas relações de poder. Essa redefinição sugere, que com a “crise do marxismo”, o “fim do socialismo real” e a “ perspectiva neoliberal insuficiente”, a política não comporta mais as formas clássicas de “esquerda” e “direita”. Cria-se novos sujeitos políticos coletivos que possuem a tarefa de reconverter os antigos sujeitos políticos coletivos e suavizar a visão crítica ao capitalismo para a operacionalização do novo consenso. Nesse contexto, a CNDE como um aparelho privado de hegemonia disputa a direção política e cultural da sociedade com a legitimação da sociedade civil enquanto lugar do voluntariado, da neutralidade teórica e da desideologização. Demonstram uma imprecisão na sua própria identidade se identificando como o movimento que pode convocar toda e qualquer organização independente da ideologia e projetos de sociedade que possam defender, em nome de uma “vontade geral”, como o citado nas entrevistas.

O contexto que justifica a criação da CNDE passa pelo atraso na execução das estratégias e metas impostas pelos Organismos Internacionais para a reforma da educação brasileira durante o decênio 1990-2000 que perpassa pela suposta crise na qualidade, na responsabilidade social e no gerenciamento da educação pública pelo Estado. Para a superação, é preciso dividir com outros segmentos sociais a tarefa da educação de qualidade. Lembrando que para esses grupos a qualidade está ligada a um modelo gerencial de educação advindo do setor privado e da capacidade da sociedade em pressionar e fiscalizar a ação dos governos. Sob esse ideário, o direito a uma educação de qualidade se constitui na principal bandeira de luta da CNDE.

A CNDE, desde a sua criação, está imbricada ao movimento de recomposição burguesa que vem se fortalecendo no Brasil, desde a década de 1990. Pautado numa necessidade arranjada de se modificar as definições entre público e privado, promove a expansão de um "terceiro setor" (ONG's, institutos e fundações) cunhado no voluntariado, na parceria entre o público e o privado no enfrentamento às questões sociais e na responsabilidade social. A partir de uma aliança entre diferentes setores da sociedade, da política e da economia, nacionais e internacionais, o grupo que deu início à CNDE vem construindo propostas e trabalhando para sua consensualidade sob o discurso de demandas históricas pleiteadas pela educação ao longo dos anos. Propõe, sobretudo, um projeto que pretende reorganizar os

mecanismos de mediação dos conflitos de classe, a partir da criação de um consenso ampliado em torno da defesa do lema “Educação Para Todos” que se materializa no movimento “Todos Pela Educação” na década seguinte, no processo de consolidação da hegemonia. Assumindo o protagonismo na representação política da sociedade civil e trabalhando na transformação dos seus interesses privados em políticas públicas ao difundir uma atualização da pedagogia da hegemonia, tendo em vista a formação de trabalhadores adaptados aos requisitos do século XXI.

Referências Bibliográficas

BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. Capitalismo patrimonial nos trópicos? Terceira Via e Governo Lula. **Universidade e Sociedade**. Brasília, n. 31, 2003, p. 205-216.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Quem somos?**. Disponível em: <www.campanha.org.br>. Acesso em: 15 fev. 2017.

CASTELO, Rodrigo. **O Social liberalismo: auge da crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COELHO, Eurelino. Estado Ampliado, política apequenada. In: MATTOS, Marcelo Badaró. (org.) **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

_____. **Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. São Paulo: Xamã, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

DREIFUSS, Rene Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classes. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno do Cárcere**. Vol. 5. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2015.

_____. Estado e Sociedade Civil. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Revolução Passiva, Transformismo, Cesarismo. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Caderno do Cárcere**. Vol. 2. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

MARTINS, André Silva. **A Direita para o Social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. Publicação Marx e Marxismo. Niterói, vol. 2, n.2, 2014. Disponível em: <www.niepmarx.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. Sociedade Civil em Gramsci. In: MENDONÇA, Sônia Regina de; PAULA, Dilma Andrade de. (orgs.) **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nico. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nico. (org.) **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

MESA 15: GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Coordenador: Gabriel Melgaço (PPGEduc – UFRRJ)

Esta mesa tem como objetivo discursar sobre a reforma gerencial da educação, como ela se materializa no ambiente escolar e a maneira pela qual ela se apresenta enquanto ideologia do gerencialismo na sociedade civil. A partir de um enfoque ancorado no materialismo histórico dialético, e com forte embasamento nos estudos de Antônio Gramsci, buscamos entender esse fenômeno a partir de conceitos como ideologia, hegemonia, luta de classes e também da perspectiva ampliada do Estado, conforme Gramsci a apresentava. Assim, propomos uma discussão que vá para além do aparente e que mostre, através das contradições inerentes a esses modelos de gestão, a ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora, a intenção de moldar novas subjetividades para satisfazer os interesses do mercado e a resignificação não somente da escola como do trabalho do professor, que passa a sofrer a intensificação da alienação de seu labor, se tornando paulatinamente em mero executor de tarefas. As escolas, por sua vez, são transformadas e geridas como empresas, objetivando muito mais a produtividade e índices estatísticos que a transmissão de conhecimento. O próprio aprendizado sofre mudanças significativas, pois na “sociedade aprendente” a escola deve oferecer apenas o básico, de modo que o indivíduo criaria seu conhecimento ao longo da vida, a medida que fosse sentindo necessidade, ou seja, se tornaria um sujeito polivalente. Na sociedade civil, a ideologia do gerencialismo se apresenta como discurso de que o Estado é ineficiente e de que somente o setor privado pode salvá-lo e torna-lo mais eficaz, o que gera a mimetização do privado pelo setor público que vai introduzindo conceitos empresariais de modo a aumentar a produtividade do Estado.

A GESTÃO INTEGRADA DA ESCOLA COMO NOVO PARADIGMA NA GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

LÉO MANSO RIBEIRO

Resumo: O modelo de gerenciamento da educação apresentado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, denominado Gestão Integrada da Escola (GIDE), foi apresentado como estratégia para “melhorar” a educação no Rio de Janeiro. Esse modelo foi adotado em função da 26ª posição conquistada pelas escolas estaduais do Rio de Janeiro na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2009. A lógica deste paradigma fundamenta-se numa visão produtivista, transferindo aos professores toda a responsabilidade pelos problemas enfrentados na educação e não estabelece uma proposta de educação pública orientada para uma prática emancipadora. A preocupação concentra-se com a melhora das escolas nas avaliações estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Definimos como objeto de estudo, a reação dos docentes à implantação do gerencialismo na gestão do trabalho escolar. E tomamos como referência empírica a realidade dos docentes do CIEP Brizolão 175 José Lins do Rego a esta implantação. O objetivo desta pesquisa é identificar como o novo paradigma de gestão do trabalho escolar implantado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, está interferindo na atuação dos professores em sala de aula. E para isto, utilizamos a análise de material bibliográfico e entrevistas, ancoradas na perspectiva gramsciana de concepção de Estado e sociedade civil para analisar e compreender o contexto político, econômico e social em que ocorreu essa implantação. Acreditamos que a adoção da GIDE seja extremamente polêmica em razão da introdução de pressupostos neoliberais na educação, que buscam diminuir a autonomia dos docentes de pensar e organizar suas ações pedagógicas, tendo como consequência a precarização do trabalho docente.

1. Introdução

No final dos anos 2000 a educação no estado do Rio de Janeiro apresentava um contexto problemático, exibindo altas taxas de repetência escolar, contribuindo de forma significativa para os baixos índices alcançados no IDEB de 2009, a 26ª colocação. “O segundo pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no país: 2,8, ficando atrás apenas do Piauí. A média nacional foi 3,6” (SILVA, 2012, p. 2). Diante desse resultado, o então Secretário Estadual de Educação, Wilson Risolia, definiu a educação como um “negócio falido”, o que motivou o governo a anunciar, em 07/01/2011, um conjunto de medidas de trabalho para os próximos quatro anos, que estabelecia um modelo de gerenciamento para a educação, referendado em estratégias empresariais como solução para o quadro apresentado pela Rede Pública de Ensino do Estado do Rio de Janeiro.

A adoção desse tipo de gestão pelas escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro trouxe várias consequências para o trabalho escolar e pedagógico. Os professores tiveram sua autonomia dilacerada e com isso o trabalho pedagógico ficou atrelado às avaliações de desempenho propostas pela

Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC). Além da falta de autonomia, instalou-se um “clima de competição” entre os Professores, colegas de trabalho, pela conquista dos bônus financeiros por desempenho.

Algumas questões relacionadas aos pressupostos políticos e ideológicos da implantação desse novo modelo de gestão e as consequências desse processo para a precarização do trabalho docente serão apresentadas a seguir. A partir da análise de material bibliográfico, propomos uma reflexão pautada no campo do materialismo histórico dialético.

2. O Gerencialismo como Norteador da Proposta de Gestão Integrada da Escola (GIDE)

O Sistema de Gestão Integrada da Escola (GIDE), paradigma gerencial adotado pelo Governo do Estado, como solução para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro, constitui-se em ações desenvolvidas pelo Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), com o objetivo de implantar uma gestão escolar baseada na ótica empresarial. Foram adotados critérios empresariais dentro de uma perspectiva neoliberal para avaliar a educação, segundo a eficiência e a produtividade empresarial, sem levar em consideração uma série de elementos estruturais, sociais e econômicos que influenciam diretamente no processo ensino-aprendizagem. A escola é transformada em um espaço de “competição e os valores empresariais constituem referências para a organização e a gestão do trabalho numa visão pragmática e utilitarista” (SILVA, 2013, p. 15).

O modelo gerencial adotado busca a elevação do IDEB por meio de “mecanismos de gestão de desempenho, entre elas: a padronização de currículos; avaliação por desempenho com base em metas previamente estipuladas, preparadas por agentes externos à comunidade escolar” (SILVA, 2012, p. 1 – 2). O modelo de valorização da educação apresentado, está vinculado ao estabelecimento de um novo padrão de acumulação do capital, que busca formar trabalhadores subordinados à lógica capitalista. Esta alteração ocorre tendo como base algumas frentes de trabalho que

[...] teriam como objetivo atacar as questões pedagógicas, o remanejamento de gastos, a rede física, o diagnóstico de problemas e os cuidados com os alunos. As medidas mais destacadas, porém, foram à implantação de um regime meritocrático para a seleção de gestores; a realização de avaliações periódicas; o estabelecimento de metas de desempenho para balizar a concessão diferenciada de gratificações aos docentes e a revisão das licenças dos 8 mil professores em tratamento de saúde (FRIGOTTO et alli, 2011, p. 1).

Devemos ressaltar que sua implantação é referendada por importantes organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e organismos regionais e nacionais a eles associados. Esses organismos atuam como aparelhos privados de hegemonia capitalista, que visualizam um modelo de gerenciamento educacional na perspectiva proposta no Relatório Jacques Delors (1996), que propõe uma educação vinculada à formação de trabalhadores subordinados à lógica do capital e “pautada na coesão de classes, responsável por primar pela paz e pela tolerância” (ACCORSI, 2012, p. 1). Esta é a mesma lógica desenvolvida pela GIDE na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.

Accorsi (2012) alerta que o Relatório Jacques Delors propõe a coesão social como mecanismo para a formação de indivíduos capazes de adaptação à sociedade e ao seu sistema de produção de riquezas. Ou seja, que não prepare os indivíduos para avançar, mas para a conformação. Assim, busca transformar a escola em um local onde o desenvolvimento de competências para a vida, em um mundo globalizado, é mais importante que o incremento intelectual do estudante, que necessita estar preparado para moldar-se a sociedade em que vive.

O modelo de gestão da GIDE foi adotado a partir das reformas neoliberais ocorridas no primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998). Esse novo modelo educacional busca reconfigurar os mecanismos de mediação do conflito de classes, através do estabelecimento de uma reflexividade neoliberal, ao invés de uma reflexividade crítica, elemento fundamental para a afirmação da ideologia da classe dominante. Os estudantes são preparados para não adquirirem competências, habilidades e atitudes capazes de ambicionarem uma existência social em patamares mais dignos, preparando-os para o conformismo.

O discurso neoliberal é baseado na dissimulação da perspectiva da construção de relações democráticas, pois esconde seu verdadeiro objetivo: operar um alinhamento entre educação e reestruturação econômica nos moldes do neoliberalismo, tencionando produzir um trabalhador que não se reconheça como produtor de riqueza – alienação econômica – e muito menos, como objeto produzido por seu próprio trabalho, “incapazes de perceber essa inter-relação em sua complexidade” (MÉSZÁROS, 1981, p. 130).

A educação voltada à construção de um cidadão crítico e reflexivo é marginalizada, como as ideias de um projeto de desenvolvimento “nacional popular e autônomo” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 108). Indo ao encontro dos interesses burgueses, a educação tem o propósito de adequar a classe

trabalhadora às novas exigências resultantes da reestruturação produtiva do capital e a consolidação “da nova ordem intelectual e moral” (SANTOS, 2012, p. 64).

Diante da realidade apresentada, nos propomos a investigar como a adoção da GIDE como modelo de gestão do trabalho, está interferindo na atuação dos Professores da rede estadual do Rio e Janeiro. Para alcançar determinado objetivo, buscamos a revisão de material bibliográfico, apoiada por uma análise no campo do materialismo histórico dialético, pois identificamos que, para atender às novas exigências de reestruturação produtiva do capital, as reformas introduzidas na educação, buscam fazer com que o espaço educativo não se transforme em um local de construção de uma democracia que favoreça aos diferentes setores sociais, mas sim, ao estabelecimento da hegemonia burguesa, promovendo uma nova civilidade capitalista. Além disso, busca construir um novo paradigma de acumulação e definir modelos de inclusão dos trabalhadores à nova reestruturação produtiva do capitalismo mundial. São os próprios homens quem criam os limites ao desenvolvimento humano e o modelo de gerenciamento educacional citado, possui a função de limitar a capacidade do homem de desejar “ampliar seus poderes para permitir a realização humana” (MÉSZÁROS, 1981, p. 160). E assim, fortalecer ainda mais a burguesia.

O modelo gerencial estabelece uma visão pragmática de gestão escolar pautada no fomento à competitividade como fator de qualidade, de modo que a lógica mercantil de livre concorrência passa a ser sua linha orientadora, conforme orientações dos organismos internacionais, que objetivam legitimar as reformas neoliberais em nossa sociedade. Fazendo assim, com que o espaço escolar se torne um local favorável à construção e a difusão de um novo senso comum que conceda legitimidade às propostas de reforma conduzidas pela burguesia, garantindo sua hegemonia.

Como analisamos anteriormente, os conteúdos e o processo educativo são elaborados de forma a fazer com que a educação perca sua função social, passando a ser encarada apenas como um bem de serviço, consolidando padrões de desigualdade na formação escolar, e, por conseguinte, concedendo aos trabalhadores uma alfabetização funcional que não permita que desenvolvam uma consciência crítica em relação à ordem social à qual estão submetidos.

A educação como política social do Estado capitalista possui como finalidade principal a formação comportamental, fornecendo ao trabalhador uma alfabetização funcional que o impeça de alçar postos mais elevados na sociedade, ficando submisso à lógica do mercado e da exclusão, um caráter imobilista que gera resignação social, não possibilitando ao trabalhador reivindicar por uma efetiva

participação na sociedade. Mas capacitá-lo para uma nova qualificação dentro do cenário de reestruturação econômica nos moldes do neoliberalismo.

3. As Implicações Políticas e Pedagógicas da Implantação da GIDE

O “embate de classes penetra o campo educacional” (FERRETI, 2009, p. 107), promovendo uma autêntica disputa de paradigmas educacionais. De um lado, a SEEDUC em defesa do seu modelo gerencialista, e do outro lado, o Sindicato dos Profissionais da Educação (SEPE), que conta com o apoio de partidos políticos como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em defesa da educação integral, da gestão democrática, da valorização de professores e funcionários e do investimento público somente na educação pública, ou seja, uma proposta de gestão escolar totalmente antagônica ao que é defendida pela SEEDUC.

Educação de qualidade para a burguesia é aquela capaz de adaptar os trabalhadores as mudanças ocorridas em função da reestruturação da economia mundial e, segundo Oliveira (2004), que busque promover a flexibilização das estruturas curriculares, como também dos processos avaliativos e que prepare os estudantes, “futuros trabalhadores” para as novas formas de empregabilidade. A educação dos trabalhadores é determinada pela reestruturação da produção capitalista, que visa impedir “a produção do conhecimento crítico e reflexivo” (COLEMARX; ADUFRJ – ASSIND, s.d, p. 23). Uma educação onde ensino e aprendizado não estejam coadunados, mas que forneça um conjunto de saberes e competências, que capacite o trabalhador para pleitear um espaço no mercado de trabalho. E que, ao mesmo tempo, crie uma barreira à sua elevação social, através da limitação da capacidade de fazer parte das possibilidades econômicas da sociedade.

É notório que a qualidade apresentada para a educação é resumida à organização de avaliações nacionais normatizadas e fundamentadas no IDEB, voltadas para a conquista de “‘habilidades e competências’, admitindo que o aprendizado esteja desvinculado do ensino” (COLEMARX; ADUFRJ – ASSIND s.d, p. 22). A qualidade defendida busca construir a alienação da classe trabalhadora. Uma alienação imprescindível para a burguesia obter o controle ideológico da sociedade, fazendo com que os setores dominados aceitem espontaneamente suas políticas.

A burguesia vislumbra a acomodação dos trabalhadores, fazendo com que não se reconheçam enquanto produtores da história e, assim, aceitem passivamente tudo o que lhe for imposto/determinado. Um paradigma educacional que não desenvolve estudantes críticos e reflexivos, modelando-os para serem

“disciplinados”, “obedientes”, “dóceis” e “submissos”. A GIDE tem por finalidade produzir uma educação incapaz de construir um trabalhador questionador, propenso a reivindicar por mudanças no conjunto da sociedade e lutar por elas. Pretende-se construir um indivíduo que seja “um consumidor de conhecimentos para o desenvolvimento de competências que vão habilitá-lo a uma inserção eficiente no mercado de trabalho e dar-lhe a possibilidade de uma inserção efetiva no mercado” (MOTTA, 2012, p. 275).

Como apontado anteriormente, a implantação da GIDE na Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro, propiciou a locação de um novo paradigma na gestão escolar. Várias foram às críticas realizadas por setores envolvidos com a educação, principalmente o SEPE, por introduzir novos elementos como Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ), Saerjinho, Conexão Escolar, Plano de Metas e a bonificação, que desencadearam uma “reorganização nas estratégias educacionais, a inserção de novos instrumentos de controle de resultados e racionalização dos recursos humanos e materiais” (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 149). Acentuou o processo de desprofissionalização do trabalho docente em virtude das variadas funções exigidas aos professores que vão além da sua formação.

Assim, objetivando analisar com maior precisão o termo educação de qualidade, numa perspectiva voltada para os trabalhadores, iremos explorar o conceito de omnilateralidade dentro do enfoque desenvolvido por Marx; Engels (1999) que associaram o estudo ao trabalho como elemento central para a educação dos trabalhadores. Para eles, a educação deveria ser um direito a todas as crianças, independente da sua classe social. “Educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material, etc” (MARX; ENGELS, 1999, p. 43). Não definiram precisamente o conceito de omnilateralidade, se referindo a ela como ruptura do homem em sua limitação social imposta pela sociedade capitalista, ou seja, que possibilite ao trabalhador romper as garras da dominação do capital e conquistar a sua emancipação. É nesse contexto que trabalharemos o conceito de qualidade proposto nos materiais da GIDE.

Neste sentido, desenvolvemos nossa análise em acordo com Souza Jr. (2004) ao discutir o princípio da articulação trabalho-escola dentro da perspectiva marxista. Para ele, a análise realizada por Marx ao princípio trabalho-escola permanece atual, devido à escola se manter como uma instituição burguesa. Portanto, uma microestrutura da sociedade capitalista, “incapaz de se transformar numa instituição antagônica à dinâmica social à qual está vinculada” (SOUZA Jr., 2004, p. 2). Porém, fazendo parte da dinâmica social burguesa a escola é importante para a conquista da emancipação dos

trabalhadores, por se tratar de um espaço onde os setores sociais explorados se apropriam do conhecimento. Muito embora, um conhecimento que não o capacite para conquistar sua emancipação social.

A contribuição da escola para a conquista da emancipação dos trabalhadores ocorreria através de uma reformulação no modelo de gerenciamento da educação capaz de garantir o princípio da união trabalho – escola, tornando-a “um espaço importante de socialização do conhecimento” (SOUZA Jr., 2004, p. 2). Essas mudanças possibilitariam aos “explorados” questionar a organização social vigente e pensar possíveis alternativas ao modelo de sociedade capitalista. O trabalho escolar seria conectado a interpretação “da economia política e das relações de classe” (SOUZA Jr., 2004, p. 15).

Souza Jr. (2004) esclarece que na opinião de Marx, a escola deve ser um espaço de disputa política para a conquista da emancipação dos trabalhadores. Por isso, é fundamental que as crianças estejam desde cedo na escola se desenvolvendo física e mentalmente. E mais, que cumprisse o papel de articulação entre as atividades de trabalho e educação, que elevariam os trabalhadores acima da burguesia, pois a união entre trabalho/educação representaria uma grande conquista na formação destes, pois marcaria a unidade entre o trabalho manual e o intelectual.

Uma educação de qualidade deve possuir como paradigma a escola integral, fornecendo conhecimento crítico e reflexivo encaminhando a classe trabalhadora à conquista de sua autonomia. Em oposição ao modelo educacional adotado, que busca perpetuar as diferenças de classes existentes em nossa sociedade. Sobre isto, Gramsci já havia feito o seguinte comentário:

[...] se quer destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária – média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando – o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (GRAMSCI, 2011, p. 226).

Consideramos a escola um espaço fundamental para a preparação e transmissão de ideologia. Sendo assim, percebemos “nela tanto a possibilidade de reiteração da concepção de mundo das classes dominantes, quanto à de atuação no sentido de contribuir para a reforma intelectual-moral da massa trabalhadora” (FERRETI, 2009, p. 120). Portanto, numa perspectiva gramsciana, a escola é uma instituição importante a ser disputada nas sociedades democráticas. Um local destinado ao desenvolvimento cognitivo dos estudantes (trabalhadores), buscando torná-los indivíduos críticos, reflexivos e autônomos, fornecendo as condições objetivas para que consigam transpor as limitações sociais impostas pela burguesia, almejando a construção de um novo modelo de sociedade.

O sentido atribuído às implicações políticas e pedagógicas que estão por de trás da implantação da GIDE na Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro, responsável pela adoção de um modelo gerencial de gestão escolar, acarretou na disputa entre dois modelos de política educacional: um voltado a atender os interesses hegemônicos burgueses de eternizar as diferenças sociais. E o outro, defendido principalmente pelo SEPE, propõe que a educação não busque apenas qualificar o trabalhador para o mercado de trabalho, mas contribuir para que conquistem sua independência de classe, e possam se tornar seres emancipados.

4. A Intensificação da Precariedade do Trabalho Escolar

As reformas educacionais que ocorrem no Brasil têm proporcionado uma reestruturação do trabalho pedagógico. Para Oliveira (2004), essa reestruturação está apresentando um conjunto de novas demandas à educação no que se refere aos seus objetivos, provocando mudanças significativas na gestão e organização do trabalho pedagógico. Essas mudanças provocam a “intensificação do trabalho docente, ampliação do seu raio de ação e, conseqüentemente em maiores desgastes e intensificação por parte desses trabalhadores” (OLIVEIRA, 2004, p. 1127) de sua jornada de trabalho.

A intensificação da precariedade do trabalho docente é vista como uma consequência da reestruturação capitalista, ocorrida a partir dos anos de 1970, que se fortaleceu no final dos anos de 1980 e início de 1990. Souza (2015) argumenta que não devemos entender a precarização como algo determinado por um caráter conjuntural, mas sim, como “um fenômeno imanente ao processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção e reprodução social da vida material” (SOUZA, 2015, p. 81). Ou seja, o capitalismo possui a característica de promover a precarização da vida dos trabalhadores. Neste caso, os da educação.

O desenvolvimento desta política de reforma educacional por parte dos governos brasileiros tem provocado à intensificação da precarização da mão de obra docente, conforme é analisado abaixo:

A intensificação do trabalho, a escassez de recursos materiais e humanos, a dificuldade para a obtenção de formação continuada em serviço, o aumento do controle do trabalho, o fomento à competitividade, o assédio moral, as perdas salariais e a incerteza do futuro profissional, em seu conjunto, caracterizam a precariedade do trabalho dos docentes (SOUZA, 2015, p. 65).

Oliveira (2004), afirma que as reformas ocorridas na educação possuem um papel relevante na reestruturação do trabalho pedagógico. O governo ao implantar o sistema GIDE provocou uma reestruturação no trabalho pedagógico, tendo como consequência a precarização da mão de obra dos

professores. Tais mudanças foram ocasionadas pela adoção do modelo de gestão escolar referendado no gerencialismo empresarial, promovendo um sentimento de precarização, junto aos professores, em decorrência das novas exigências aos quais são submetidos. Diante deste diagnóstico, procuramos mostrar como essas mudanças ocorreram e atingiram os Professores, no que é entendido como processo de flexibilização e precarização do trabalho docente.

A remuneração após a implantação da GIDE é regulada pelo salário/desempenho. Os professores são remunerados em função dos resultados alcançados por seus alunos nas avaliações externas, criando um clima de competição entre os professores e as escolas. A lógica empresarial torna-se referencial para a gestão escolar. O mérito é posto como elemento central nas relações de trabalho, valorizando o engajamento individual, ao invés do coletivo. Os professores são sujeitados à competição por bônus salariais, fazendo que sejam relegadas as noções de equidade do serviço público.

Ao estabelecer uma bonificação aos professores que atingissem as metas propostas pela SEEDUC, a qualidade do trabalho desenvolvido pelos docentes é avaliado pelo desempenho dos estudantes no alcance das metas estipuladas pelo MEC, ou seja, um critério baseado essencialmente em resultados. Sobre isto, Gramsci (2011, p. 222) já havia nos advertido, “prestar exame, hoje, deve ser muito mais um ‘jogo de azar’ do que antigamente” e o professor é relegado a uma posição de treinador, adestrador. Um profissional que prepara seus estudantes para a realização de avaliações, que não leva em consideração o conhecimento, a formação do estudante, sua análise estética e filosófica.

O Índice de Desenvolvimento Escolar do Rio de Janeiro (IDERJ), criado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto nº 42.793 de 6 de janeiro de 2011, é responsável pelo monitoramento do trabalho pedagógico dos Professores dentro da perspectiva estabelecida pelo sistema GIDE. O IDERJ é responsável pela

[...] AFERIÇÃO DA QUALIDADE ESCOLAR Art. 1º - Com vistas ao monitoramento da qualidade da rede pública de ensino da Secretaria Estadual de Educação - SEEDUC, fica criado o Índice de Desenvolvimento Escolar do Estado do Rio de Janeiro - IDERJ. § 1º - O IDERJ é um índice de qualidade escolar que visa a fornecer um diagnóstico da escola, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), baseando-se em dois critérios: Indicador de Fluxo Escolar (IF) e Indicador de Desempenho (ID). § 2º - O Indicador de Fluxo Escolar (IF) é uma medida sintética da promoção dos alunos em cada nível de ensino e varia entre 0 (zero) e 1 (um), que considera a taxa de aprovação nas séries iniciais (1º ao 5º ano) e finais do Ensino Fundamental - EF (6º ao 9º ano) e do Ensino Médio - EM (1º ao 3º ano) para cada escola. § 3º - O Indicador de Desempenho (ID) é medido a partir do agrupamento das notas obtidas pelos alunos em

exames de avaliação externa da educação promovidos pelo Estado do Rio de Janeiro, em quatro níveis de proficiência: Baixo (B), Intermediário (Int), Adequado (Ad) e Avançado (Av). § 4º - Compete à Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC a regulamentação, o monitoramento e a divulgação do IDERJ (SEEDUC – RJ, 2011).

Identificamos uma combinação de configurações e controle sobre a ação pedagógica, que fortalecem a ideia de estarmos frente a “novos padrões de organização do trabalho escolar” (OLIVEIRA, 2004, p. 1139), sobrecarregando demasiadamente os professores, que passam a organizar sua ação pedagógica em função das avaliações externas. Essas mudanças terão como consequência o que podemos denominar como precarização do trabalho docente.

Ao examinarmos o IDERJ e os sistemas que contribuem para seu processo de aferição, chegamos à conclusão que não passam de instrumentos elaborados com o intuito de diminuir ainda mais a autonomia das escolas e dos Professores, visando fortalecer um modelo de gestão pretensamente democrático como referencial das políticas públicas de educação do Estado. Consolidando uma lógica “produtivista e a competitividade do sistema educacional, atribuindo, exclusivamente aos Professores a responsabilidade pela qualidade do ensino” (SILVA, 2012, p. 4). A lógica instituída valoriza o individualismo e coloca o mérito como centro das relações de trabalho docente. Os professores passam a serem submetidos à competição por bônus salariais. Os “docentes são tidos como meros entregadores dos pacotes de conteúdos” (FRIGOTTO et alli, 2011, p. 4), contribuindo para a instauração de uma relação de concorrência entre os professores e escolas – meritocracia.

No contexto envolvido por tantas exigências surge segundo Oliveira (2004), um sentimento de desprofissionalização. Os professores perdem sua identidade profissional, pois chegam à conclusão que ensinar nem sempre é o mais significativo. Ou seja, como aponta Ball (2005), se a ideia de profissionalismo só possui sentido em um ambiente no qual se possa exercer o labor pautado em reflexões éticas, em tomada de decisões corretas e outras estratégias, no caso dos professores, ao paulatinamente perderem essa característica e se transformarem em escutadores de tarefa, os professores vão sentindo na pele a desprofissionalização de sua atividade. É neste quadro, que ocorre a intensificação da desqualificação destes profissionais. Subjugados a uma nova forma de controle que se justifica pelo pragmatismo tecnocrático, os docentes perdem ainda mais o controle sobre seu trabalho, distanciando-se cada vez mais de uma perspectiva crítica.

A meritocracia estabelecida pelo sistema de bônus é responsável pelo aumento da tensão e em consequência do volume de responsabilidade e de trabalho por parte dos Professores. Tendo como reflexo

no adoecimento crescente destes profissionais. Segundo Neto (2015), mais de 1.200 professores entraram de licença por motivo de depressão ou transtornos mentais em 2014. O número corresponde a 12,5% dos 9.680 mil profissionais que tiraram licença médica. O afastamento por fatores psiquiátricos é a segunda maior causa, perdendo apenas para os 33% por problemas ósseos e fraturas.

A concepção de qualidade do sistema GIDE está focada exclusivamente no alcance de resultados, ou seja, na obtenção das metas propostas. Sua única preocupação é com a melhora dos resultados apresentados pelas unidades escolares. Logicamente que não concordamos com esta visão, pois entendemos qualidade na educação como algo que vai além de meros resultados. Mas algo capaz de conduzir o estudante a conquistar a emancipação humana, através da aquisição de sua maturidade intelectual.

5. Considerações Finais

Destacamos que as mudanças ocorridas em função da implantação da GIDE causaram uma autêntica reforma na gestão das escolas, tendo como base o gerencialismo empresarial, provocando uma reestruturação do trabalho pedagógico e reforçando a ideia de que cabe aos professores toda a responsabilidade pelos problemas enfrentados no cotidiano escolar.

É no contexto de mudanças às novas exigências de reestruturação produtiva do capital que as reformas introduzidas na educação pelo governo do Estado do Rio de Janeiro buscam fazer com que o espaço educativo não seja um local de construção de uma democracia que favoreça aos diferentes setores sociais, mas sim, ao estabelecimento da hegemonia burguesa, promovendo uma nova civilidade capitalista buscando construir um novo paradigma de acumulação e definir modelos de inclusão dos trabalhadores à nova reestruturação produtiva do capitalismo mundial.

Ancorados numa perspectiva gramsciana, concluímos que a GIDE possui como função evitar que os estudantes alcancem a consciência sobre a necessidade de formação de uma outra ordem social hegemônica, ou seja, um novo modelo de sociedade que seja uma alternativa a existente.

Gramsci advertiu que as relações de hegemonia são uma relação pedagógica. É nisto que reside o caráter ideológico deste paradigma, estabelecer um modelo de trabalho pedagógico no qual a ideologia da classe dominante alcança e se altera em senso comum. Um modelo de gestão que não tem como meta a emancipação como elemento central, ou seja, uma educação efetiva. Este paradigma da gestão do trabalho escolar não tem a incumbência de construir um estudante crítico, reflexivo e emancipado. Mas sim, modelar o estudante para uma convivência harmoniosa na sociedade com a classe

que o explora. É um modelo de gestão escolar que busca consolidar a hegemonia da classe dominante, através da dominação da consciência dos trabalhadores.

A GIDE possui a função de sequestrar e dispor a educação aos interesses do capital. A precarização e intensificação do trabalho docente e a preocupação exclusiva com os resultados obtidos pelos estudantes nas avaliações externas, sem demonstrar o mínimo cuidado com seu pleno desenvolvimento intelectual. Evidencia que o processo ensino-aprendizagem está orientado unicamente por parâmetros do mercado, ou seja, uma educação voltada para a formação de força de trabalho. A educação é totalmente despolitizada por este paradigma da gestão escolar, reduzindo-a meramente a uma atividade técnica.

Referências Bibliográficas

BALL, Stephen. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005

BARATA – MOURA, José. Materialismo e Subjetividade: estudos em torno de Marx, 1 ed., Lisboa: Edições Avante, 1997, p. 368.

COLEMARX; ADUFRJ-SSIND. Plano Nacional de Educação 2011 – 2020: Notas Críticas. s.n. s.l. s.d.

FRIGOTTO, Gaudêncio, et alli. Planode Metas da Educação do Rio de Janeiro: do economicismo ao cinismo, Rio de Janeiro, p. 1 – 4, 2011.

_____; CIAVATTA, Maria. "Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado". Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93 - 130, 2003.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 244.

_____. Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Vol. 2, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 332.

_____. O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916 – 1935/ Carlos Nelson Coutinho, organizador, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 375.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores: 1999. Disponível em: <www.jahr.org>. Acesso em: 23 fev. 2015.

MÉSZÁROS, István. Marx: a Teoria da Alienação. 2 ed., Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1981, p. 302.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Reestruturação do Trabalho Docente: Precarização e Flexibilidade. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127 – 1144, set./dez., 2004.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Decreto nº 42.793 de 6 de Janeiro de 2011. Secretaria Estadual de Educação.

Disponível:<<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/listaconteudo?searchtype=legislacao&secretaria=/seeduc>>.

Acesso em: 12 mar. 2015.

SILVA, Amanda Moreira da. "Precarização do trabalho docente e meritocracia na educação: o olhar empresarial dos governos e a resistência do professorado da rede pública do Estado do Rio de Janeiro."

VII Simpósio Nacional Estado e Poder, Niterói, p. 1 – 10, 2012.

_____. Organização sindical e resistência do professorado da rede pública estadual do Rio de Janeiro frente aos planos governamentais implementados nas últimas três décadas. IV Seminário da Rede Aste. Niterói, Universidade Federal Fluminense, p. 1 – 14, abr. 2013.

SOUZA Jr., Justino. A crítica marxiana da educação em tempo de mundialização do capital e crise da escola. Trabalho Necessário, s.l, ano 2, n. 2 p. 1 – 24, 2004.

**MESA 16: EMPREENDEDORISMO, SUSTENTABILIDADE E COOPERAÇÃO: EDUCANDO
O CONSENSO NO BRASIL E EM MOCAMBIQUE**

Coordenadora: Inny Accioly (UFRJ)

Os trabalhos reunidos nesta mesa têm como foco as principais formulações ideológicas difundidas pelos organismos internacionais nas primeiras décadas dos anos 2000 voltadas para a readequação dos trabalhadores aos imperativos de um mercado de trabalho cada vez mais instável e precarizado, especialmente nos países periféricos. O avanço na expropriação de direitos, característica marcante do novo bloco histórico consolidado a partir dos anos 1990, exige renovadas formas de produção de consenso que, articuladas à coerção, objetivam a contenção dos conflitos sociais. Os trabalhos ressaltam o protagonismo dos aparelhos privados de hegemonia (APH) e a atuação dos intelectuais da burguesia brasileira junto ao Estado na elaboração de políticas para a educação da classe trabalhadora não só no Brasil, como também a sua inserção internacional na educação e exploração da força de trabalho na África. São analisadas as estratégias do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para difusão da noção de empreendedorismo no Brasil e a atuação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) na definição do conceito de sustentabilidade. Aponta-se, também, a atuação dos seus intelectuais junto ao Estado na disputa pela implementação de uma agenda política que impulse a acumulação de capital – inclusive internacionalmente – pelas frações de classe das quais são representantes. Neste sentido, é argumentado que o mecanismo da cooperação internacional junto a Moçambique é apropriado com os objetivos de favorecer a expansão internacional de empresas brasileiras, mediar os conflitos resultantes das inúmeras expropriações e fazer avançar a agenda dos organismos internacionais para este país africano. A partir das análises expostas, é possível compreender a materialidade do Estado educador na articulação de estratégias de coerção e consenso para a manutenção da hegemonia burguesa.

EXPORTAR A TRUCULÊNCIA E EDUCAR O CONSENSO: O papel pedagógico do Brasil na ampliação do Estado em Moçambique

Inny Accioly⁴⁵⁸

Resumo: Este trabalho analisa o caráter socio-histórico das relações econômico-diplomáticas estabelecidas pelo Brasil em Moçambique no período 2004-2015 com o objetivo de compreender a influência brasileira na ampliação do Estado em Moçambique (que adjetivamos como ampliação *externa e seletiva*), por meio da educação dos funcionários públicos e da força de trabalho. Em menos de vinte anos, Moçambique transitou por três distintos *modus operandi* estatais: colonial (até 1975), socialista (até meados dos 1980) e, após longo período de guerra provocado por políticas externas de desestabilização, adentra selvagemmente na teia capital-imperialista. Como resultado, o país inicia a década de 1990 com graves perdas humanas (1 milhão de mortos, em uma população de 13 milhões de habitantes), perdas materiais (cerca de 18 bilhões de dólares em perdas econômicas, 45% das escolas primárias destruídas, 46% da rede de saúde severamente comprometida) e uma invasão da “indústria da ajuda” (agências multilaterais, “doadores” bilaterais e ONGs). A destruição do aparato estatal representa entraves ao processo de acumulação, que exige instituições capazes de garantir a segurança jurídica, o cumprimento das leis e a manutenção da ordem social. A reestruturação do Estado em novas bases desponta como prioridade na agenda do FMI e BM para o país. Contudo, por encontrar resistências de diversas ordens e engendrar conflitos, este é um processo lento e difícil, que exige permanentes e renovadas estratégias de coerção e convencimento. O mecanismo da cooperação internacional Sul-Sul desponta enquanto renovada estratégia do BM (intelectual coletivo que organiza e conecta interesses de classe) para fazer avançar o processo de reconstrução do Estado. Defendemos que o acúmulo da experiência brasileira no manejo da “questão social” – com o “mix truculência/sedução” (FONTES, 2010) –, ao ser exportado para Moçambique, exerce caráter pedagógico fundamental na constituição de um Estado ampliado que melhor sirva aos interesses da acumulação de capital.

INTRODUÇÃO

Este trabalho partiu da necessidade de trazer à luz alguns elementos que pudessem auxiliar os debates sobre a atuação do Brasil no cenário mundial. A partir do viés gramsciano e tomando como referencial o conceito de “bloco histórico”, analisamos as relações econômico-diplomáticas entre Brasil e Moçambique com o objetivo de compreender a influência brasileira no processo de ampliação do Estado e sua reestruturação em novas bases, processo que segue em andamento em Moçambique. A escolha por estudar o caso de Moçambique se deu devido à complexidade do processo de entrada deste país na ordem capitalista a partir dos 1990 e ao intenso estreitamento das relações entre Brasil e Moçambique a partir da primeira década dos 2000.

⁴⁵⁸ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: felipeduque@id.uff.br

A pesquisa seguiu o método do materialismo histórico-dialético e teve como procedimentos metodológicos: análise de documentos históricos de Moçambique; análise de bibliografia de autores moçambicanos e de outros países africanos; análise de documentos do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do governo de Moçambique; análise dos acordos de cooperação firmados entre Brasil e Moçambique (2004-2015); e análise de documentos produzidos por movimentos sociais moçambicanos e brasileiros.

Partimos da análise histórica da inserção de Moçambique (enquanto país independente) no sistema capitalista mundial (a partir dos anos 1990) e das relações diplomáticas entre Brasil e Moçambique para melhor compreender o vínculo orgânico que realiza a unidade entre estrutura (o conteúdo econômico-social ou o conjunto das forças sociais e do mundo da produção) e superestrutura (a forma ético-política) no atual bloco histórico internacional, que denominamos de capital-imperialista.

Comprendemos o capital-imperialismo enquanto bloco histórico internacional em que a estrutura econômico-social da *integração desigual das forças produtivas* no mercado capitalista mundial (o conteúdo) é organicamente articulada a uma superestrutura ético-política bastante complexa (a forma).

Segundo Portelli (1977), o vínculo entre estrutura e superestrutura é organicamente articulado pela figura do intelectual. Em nossa investigação, defendemos que o Banco Mundial (BM) é o intelectual coletivo central na promoção e manutenção deste vínculo.

A partir da investigação, indagamos o papel das relações internacionais na consolidação deste vínculo, uma vez que por meio das relações econômico-diplomáticas entre países e entre países e organismos internacionais, são conduzidos processos de reestruturação dos Estados nacionais (reformas na economia, na legislação e na organização do Estado) e processos de formação e conformação da força de trabalho. Todos estes processos incidem diretamente na estrutura das relações sociais e do mundo da produção.

Analisando as formulações do BM para os países da África Subsaariana, identificamos algumas das formas ético-políticas que são propulsionadas nestes países para o estabelecimento do vínculo estrutura-superestrutura: o problema da pobreza e o seu alívio; os mecanismos da dívida; a agenda da boa governança; os mecanismos de ajuda/cooperação.

Estas formas ético-políticas propulsionam o movimento de generalização capitalista sobre o planeta, que ocorre de forma desigual e combinada. Conferem também o arcabouço teórico que sustenta e imprime materialidade à integração desigual das forças produtivas. Na prática, reproduz e intensifica a exploração da classe trabalhadora dos países capitalistas dependentes, em escalas diferenciadas.

Os longos períodos de guerra vivenciados em Moçambique – guerra de libertação (até 1975) e guerra civil financiada para desestabilização do governo socialista (de meados dos 1980 até 1992) – levaram não só ao dismantelamento do aparato estatal e suas instituições, mas também à diminuição da força de trabalho livre (com a morte de grande número de trabalhadores) e a sua manutenção em condições desfavoráveis à acumulação de capital (grande número de analfabetos envolvidos em agricultura de subsistência).

A destruição do aparato estatal representa entraves ao processo de acumulação, que exige instituições capazes de garantir a segurança jurídica, o direito de propriedade, o cumprimento das leis, a manutenção da ordem social e a difusão da cultura de trabalhar. A reestruturação do Estado em novas bases desponta como prioridade na agenda de reformas do FMI e BM para o país. Contudo, por encontrar resistências de diversas ordens e engendrar conflitos, este é um processo lento e difícil, que exige permanentes e renovadas estratégias de coerção e convencimento.

O resultado para a classe trabalhadora é o aprofundamento das expropriações não só do acesso à terra e direitos sociais, mas principalmente a expropriação de suas condições de existência ambiental e biológica.

Defendemos que a atuação brasileira em Moçambique corrobora com a agenda do BM neste país, fazendo avançar o processo de reestruturação do Estado em novas bases e promovendo uma avalanche de expropriações.

Reforçamos que a atuação das frações burguesas brasileiras denota sua integração subalterna aos centros do capital-imperialismo. Apesar de subalterna, desempenha uma importante função. A sua experiência de apropriação do aparato estatal brasileiro conjugada ao apassivamento da classe trabalhadora – um “mix truculência/sedução” (FONTES, 2010) que foi aprofundado a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) – aporta importantes ferramentas pedagógicas para a manutenção da hegemonia capitalista e o avanço na implementação da agenda do BM nos países periféricos. Muitas destas ferramentas (alívio à pobreza e eficiência na sua gestão) vêm sendo replicadas em diversos contextos com o apoio do banco.

Neste trabalho, analisamos de forma conjugada as expropriações provocadas pelas empresas brasileiras em Moçambique e os acordos de cooperação firmados entre os governos de Brasil e Moçambique (2004-2015). Buscamos apontar o caráter pedagógico da atuação brasileira na reconstrução e ampliação do Estado. Ao combinar expropriação com iniciativas para o fortalecimento do aparato repressor, ações para o “alívio à pobreza” e iniciativas para a educação dos funcionários do Estado, a

cooperação internacional brasileira contribui para o fortalecimento das funções positiva (ensinar como agir, difundir hábitos e disposições mentais) e negativa (ensinar como não agir) do Estado educador em Moçambique.

De acordo com Gramsci (2011), “a escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido” (ibid., p.285) e que, somadas a uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades, formam o “aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes”.

Apontamos uma particularidade do processo de ampliação do Estado (GRAMSCI, 2011): uma ampliação externa e seletiva, caracterizada pelo “inchaço” da sociedade civil internacional em relação à sociedade política. Esta situação foi resultado do total desmantelamento dos aparatos estatais moçambicanos provocado pelas políticas externas de desestabilização do governo socialista. A ingerência externa nas políticas nacionais, que ocorre de maneira direta e explícita, atua beneficiando grupos e associações afinados aos interesses do grande capital e reprimindo violentamente aqueles que assumem uma postura crítica de defesa da terra e do seu modo de vida.

A seguir, analisamos como o Brasil se inseriu na propagação das *formas* ético-políticas do alívio à pobreza, dos mecanismos da dívida, da agenda da boa governança e dos mecanismos de ajuda/cooperação, formulações do BM que se vinculam ao *conteúdo* da integração desigual das forças produtivas moçambicanas no atual bloco histórico.

O ALÍVIO À POBREZA E OS MECANISMOS DA DÍVIDA

O “combate à pobreza” surge na agenda do Banco Mundial na gestão McNamara (1968-1980) a partir da associação entre “pobreza” e “segurança”. No contexto da guerra fria, acreditava-se que a “pobreza poderia levar ao comunismo” (LEHER, 1998). No caso dos países africanos que se alinharam ao bloco soviético (como ocorreu em Moçambique), o banco apontava que o socialismo e sua forma de gerenciamento dos recursos seria a causa da pobreza. Desconsiderava, desta forma, o recente passado colonial e o contexto de guerra que estes países vivenciaram antes e após a libertação.

Com a derrocada do bloco soviético no final dos 1980, a nova reorganização de forças em âmbito mundial e a crise da dívida que assolou África e a América Latina, o “combate à pobreza” passou a estar inserido na agenda dos ajustes estruturais impostos pelo BM e FMI a partir de medidas pontuais que almejavam apenas o seu “alívio”, visto que o comunismo deixara de ser uma ameaça.

As análises sobre a pobreza comumente desviam o foco para o empírico imediato e a descrição espacial (LEHER, 1998), em detrimento de uma análise histórica. Uma “pobretologia” (FONTES, 2014), ou seja, a pura definição, descrição e estudo sobre os “pobres”, abafa qualquer reflexão em termos de classes sociais e apaga as evidências sobre a produção reiterada e intensificada das desigualdades sociais.

No caso de Moçambique, a “produção da pobreza”, operada pelos organismos internacionais, desconsidera o papel ativo dos Estados Unidos na desestabilização de um regime socialista que, apesar de suas contradições, vinha alcançando avanços nos setores econômico e social, especialmente na saúde e educação públicas.

Como consequência das políticas de desestabilização, as graves perdas humanas e materiais colocaram Moçambique na lista dos países mais pobres do mundo (OECD, 2013) e em uma condição de profunda dependência externa. Um país em condição de extrema dependência se torna incapaz de negociar horizontalmente os termos e condições dos contratos. A extrema necessidade de ajuda externa gera enormes dívidas, que se multiplicam para possibilitar o pagamento dos juros.

Em 1996, o FMI e o BM lançaram a iniciativa “Alívio da dívida dos Países Pobres Altamente Endividados”, com o objetivo de estimular os credores a contribuírem para manter as dívidas dos países pobres em níveis sustentáveis. Moçambique foi incorporado a esta iniciativa em 1998.

Observa-se que as medidas da sustentabilidade da dívida são calculadas a partir da relação entre os seus custos (riscos que apresentam à governabilidade e à segurança dos negócios) e benefícios econômicos e políticos. Desta forma, o endividamento é sempre mantido e reproduzido, uma vez que mantém as políticas internas sob o controle externo.

Para serem beneficiados pela iniciativa do FMI e BM, os países devem atender a critérios como comprometer-se com a redução da pobreza e demonstrar um histórico de boa performance na implementação da agenda de reformas do BM e FMI.

Em 2004, o governo brasileiro assinou um acordo para reestruturar a dívida de Moçambique com o Brasil. Esta dívida decorreu de convênios de crédito firmados durante os governos militares brasileiros para estimular a exportação de bens e serviços. Em 1992, houve uma primeira reestruturação da dívida e a liquidação de US\$ 124 milhões. Até a ocasião, Moçambique se encontrava inadimplente e voltou a ficar inadimplente em 1997.

A reestruturação da dívida de Moçambique em 2004 coincidiu com a concessão obtida pela empresa brasileira Vale para a exploração de carvão no país. As obras de instalação e duplicação da mina de carvão foram realizadas pelas construtoras brasileiras Odebrecht, Camargo Correa e Andrade

Gutierrez. O empreendimento exigiu o reassentamento de centenas de famílias, o que gerou protestos em larga proporção. Após ser denunciada por descumprimento de acordos realizados em audiências públicas, a empresa Vale realizou uma doação de 4,5 milhões de dólares ao governo moçambicano para viabilizar o acordo entre os governos de Brasil e Moçambique na construção de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais para o tratamento de doentes com HIV/AIDS (LESSA DE ALMEIDA, 2016).

O projeto de cooperação entre Brasil e Moçambique para a instalação da fábrica de medicamentos coloca o governo moçambicano no centro da gestão de uma política social de grande importância em um país onde 1 a cada 10 moçambicanos adultos estão contaminados com HIV/AIDS (1,2 milhões de adultos e 200 mil crianças). Contudo, o governo moçambicano carece de estrutura e recursos financeiros para gerenciar esta política de forma autônoma e a cooperação com o Brasil pouco colabora neste sentido.

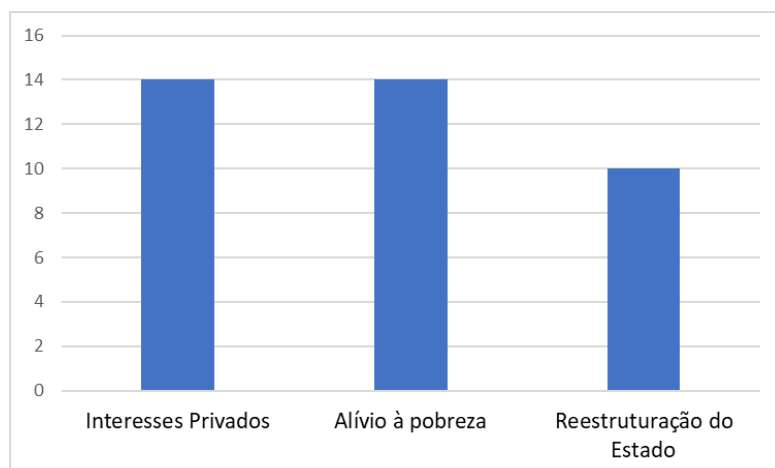
Pesa sobre os trabalhadores o aparato repressivo do Estado em defesa direta dos interesses privados. Conforme relata o representante do Ministério do Trabalho Provincial de Tete, entrevistado por Garcia e Katto (2014):

Tem havido muitas greves por conta da desigualdade dos salários. Odebrecht e Vale tiveram intervenção da polícia nos últimos anos. O Ministério manda a Polícia Nacional para baixar os ânimos [...]. O Ministério tem, como sua área de trabalho, assessorar as empresas, agir com o objetivo de reduzir os conflitos trabalhistas. Ouvem a empresa. [...] depois passamos para os trabalhadores a proposta da empresa” (GARCIA; KATTO, 2014, p.158).

Ademais, a atuação das empresas brasileiras em solo moçambicano é marcada pela presença do governo brasileiro, que diversas vezes utilizou o fundo público não só para a promoção das empresas, como também para firmar acordos de cooperação que favorecessem os seus interesses de acumulação de mais-valor, de apassivamento da classe trabalhadora e de fortalecimento do aparato educativo repressivo.

Entre os acordos firmados entre Brasil e Moçambique no período 2004-2015, é possível identificar três categorias: acordos diretamente relacionados a interesses privados; acordos com claro viés de alívio à pobreza; e acordos voltados à promoção da reestruturação do Estado moçambicano. A rigor, as três categorias expressam a disputa de classe pelo fundo público no interior do Estado ampliado (Gramsci, 2011). A separação em categorias para finalidade de análise visa à compreensão da correlação de forças nesta disputa e as contradições impressas por esta situação.

Gráfico 1. Caráter dos Acordos Brasil-Moçambique (2004-2015)



Elaboração própria. Fonte: banco de dados da ABC (2015).

Quando analisamos os acordos Brasil-Moçambique direcionados às questões sociais, identificamos que grande parte deles não são delineados de forma a contribuir para a constituição de direitos. Apresentam-se como uma série de projetos focalizados em diversas áreas, estabelecidos de forma pulverizada entre diferentes instituições e, em alguns casos, em parceria público-privado.

As ações de alívio à pobreza produzem um caráter pedagógico na medida em que contribuem para a difusão de valores, comportamentos e disposições mentais que dão sustentação à segregação estrutural (LEHER, 1998). A partir da naturalização da desigualdade, difunde-se pequenas soluções para contornar as expressões mais dramáticas resultantes da intensificação das expropriações e precarização das condições de vida.

Ao mesmo tempo, algumas ações de alívio à pobreza contribuem para a reinserção de um número de trabalhadores no mercado na condição de exército de reserva disponível para a venda da força de trabalho a baixíssimo custo, contribuindo para a integração desigual das forças produtivas moçambicanas de forma “competitiva” na teia capital-imperialista.

A AGENDA DA BOA GOVERNANÇA

A agenda da boa governança é apresentada nos documentos do BM na forma de recomendações de reformas a serem implantadas em Moçambique com vistas a melhorar a capacidade estatal. Para a plena inserção do país na teia capital-imperialista, faz-se necessário um padrão mínimo na ação estatal, de forma a torna-lo operante na garantia do cumprimento dos contratos; na garantia da ordem social; no “disciplinamento” (FONTES, 2010) por meio da via “negativa” do judiciário e do aparato repressor (GRAMSCI, 2011); no cumprimento de padrões internacionais de comércio, de forma a facilitar as

exportações; e na extração de mais-valia, de forma a garantir o comprometimento no pagamento das dívidas públicas.

Conforme Gramsci aponta

É verdade que toda forma social e estatal teve um problema dos funcionários, um modo de formulá-lo e resolvê-lo, um sistema particular de seleção, um tipo próprio de funcionário a educar. Reconstruir o desenvolvimento de todos estes elementos é de importância capital. O problema dos funcionários coincide, em parte, com o problema dos intelectuais. Mas, se é verdade que cada nova forma social teve necessidade de um novo tipo de funcionário, também é verdade que os novos grupos dirigentes jamais puderam prescindir, pelo menos durante certo tempo, da tradição e dos interesses constituídos, isto é, das formações de funcionários já existentes e constituídas antes de seu advento (GRAMSCI, 2011, p.89, grifos nossos).

A agenda da boa governança é norteada por valores e atitudes como prestação de contas, eficiência e descentralização, que despontam como formulações capazes de instituir a dinâmica e a lógica do privado na esfera pública.

Um dado relevante em relação à cooperação entre Brasil e Moçambique é o alto número de acordos que, entre os seus objetivos, incluem a capacitação de profissionais de diferentes áreas, especialmente de funcionários do Estado de instituições específicas: defesa, normalização, desenvolvimento gerencial do Estado, previdência social, sistema nacional de arquivos de Estado e sistema prisional.

Estes acordos têm por objetivo declarado fazer avançar aspectos presentes na agenda da boa governança: modernização da administração pública, eficiência do sistema legal e judicial, melhoria da segurança pública e redução da corrupção.

Observamos que eles carregam uma concepção pragmática de educação dos funcionários, cuja finalidade é prover “instrumentos para se lidar com a realidade”, “determinações de como agir em resposta a certas contingências” e determinar “hábitos de ação” (RAMOS, 2003) que sejam condizentes com o que se espera de instituições que são centrais para o desenvolvimento do capital-imperialismo nas condições da integração desigual das forças produtivas.

Apontamos que a cooperação brasileira opera em Moçambique não no sentido de promover a superação da condição de dependência deste país, mas no sentido de reforçar a identificação com a civilização ocidental, promover as bases materiais e morais mais adequadas a este tipo de civilização e orientar caminhos para ajustar – um “ajustamento dependente”, a exemplo da análise realizada por Fernandes (1975) sobre a formação social brasileira – os interesses socioeconômicos, mais ou menos

“toscos e imediatistas” (ibid.), das camadas dominantes operantes no país às estruturas econômicas, sociais e jurídico-políticas requeridas pelo capital-imperialismo.

As instituições brasileiras que operam a educação dos funcionários em Moçambique (formação de carcereiros e do arquivo nacional do Estado, por exemplo) não são instituições reconhecidas pela excelência dos serviços prestados à comunidade. Ao contrário, são instituições que carregam as contradições de uma economia capitalista dependente, onde a coexistência de tempos históricos distintos promove inúmeras combinações entre arcaico e moderno, conforme pontuou Fernandes (1975):

Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista”. (FERNANDES, 1975; p.53)

Elucida-se, desta forma, a dinâmica da reprodução da condição de dependência no seio do bloco histórico capital-imperialista por meio do consenso e da coerção.

CONSIDERAÇÕES

A atuação das empresas brasileiras em Moçambique expõe de diversas formas a imbricação de interesses privados no público, uma “fusão pornográfica” (FONTES, 2010) entre capital de diferentes origens e o Estado. Neste contexto, o fundo público é utilizado tanto para abrir os caminhos e possibilitar a internacionalização das empresas brasileiras, quanto é utilizado como forma de mediação dos inúmeros conflitos gerados devido à atuação truculenta da burguesia brasileira em solo africano.

Na relação com Moçambique, a cooperação brasileira se alinha à agenda de reformas promovida pelo Banco Mundial e sinaliza para a integração subalterna da burguesia brasileira ao capital-imperialismo: uma burguesia imersa nas “imposições cegas da valorização do valor” (FONTES, 2014) e impelida (devido à sua condição de subalternidade), em uma “fuga para frente” (FONTES, 2010), à extração de mais-valor no âmbito interno e externo.

A cooperação brasileira atua na educação da força de trabalho e dos funcionários do Estado moçambicano em sua função “positiva” e “negativa”. Articula repressão, expropriação e produção de consenso (nas ações de alívio à pobreza), promovendo o disciplinamento e a permanente necessidade de sujeição dos trabalhadores ao capital.

Ao analisar as ações de cooperação entre Brasil e Moçambique ressaltamos o processo (ainda em curso) de ampliação do Estado moçambicano: uma ampliação externa e seletiva. A ampliação do Estado em Moçambique é um processo sinuoso e que ainda se encontra em andamento. A sua análise explicita a

forte ingerência externa na agenda de políticas nacionais, operada largamente pelos mecanismos da dívida e da cooperação internacional. O fortalecimento da sociedade civil no interior do Estado ocorre por indução externa e de forma extremamente seletiva.

Contudo, a análise da correlação de forças no processo de ampliação do Estado em Moçambique é bastante complexa. Enquanto beneficia grupos e associações afinados aos interesses do grande capital, a atuação estatal tende a reprimir violentamente os grupos e indivíduos moçambicanos que assumem uma postura crítica na defesa da terra e do seu modo de viver.

Apontamos que articulações de movimentos sociais brasileiros com camponeses e movimentos sociais moçambicanos vêm constituindo uma “resistência Sul-Sul” (AGUIAR; PACHECO, 2016) para denunciar violações de direitos por parte do governo moçambicano em aliança com empresas, como no caso da atuação da mineradora Vale. Esta articulação foi fortalecida com a aproximação de intelectuais japoneses que investigam e combatem a “usurpação de terras” (land grabbing) a nível mundial. Formou-se, assim, uma “Cooperação Triangular dos Povos”.

Por fim, se afirmamos que a expropriação e a repressão educam pela via negativa (ensinam o que não se deve fazer), também afirmamos que as resistências às expropriações possibilitam o acúmulo de conhecimentos técnicos (o conhecimento das legislações, do funcionamento do aparato legal); a sistematização dos saberes tradicionais (os conhecimentos das comunidades sobre o manejo do solo e recursos hídricos); a compreensão crítica sobre a totalidade contraditória do sistema capitalista (a luta de classes no processo de ampliação da atuação das corporações à nível mundial); a elaboração e o fortalecimento das estratégias organizativas; e o avanço no internacionalismo das lutas populares, em oposição ao “encapsulamento das lutas de classes no interior de cada país” (FONTES, 2010, p.161) forjada pela reconfiguração internacional ocorrida no pós guerra fria.

As resistências, desta forma, educam e nutrem as esperanças por um futuro de soberania e autodeterminação dos povos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D.; PACHECO, M.E. (Orgs.). A Cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique: Memórias da resistência ao PROSAVANA e análise crítica de seu plano diretor. Rio de Janeiro: FASE, 2016.

FERNANDES, F. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONTES, V. O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____. BRICS e Capital-Imperialismo: Novas Contradições em Debate. Tensões mundiais: Revista do Observatório das Nacionalidades, v. 10, n. 18 e 19. Fortaleza: EdUECE, 2014.

GARCIA, A.S.; KATTO, K.Y.M. A história da caça ou do caçador? Reflexões sobre a inserção do Brasil na África. Tensões mundiais: Revista do Observatório das Nacionalidades, v. 10, n. 18 e 19. Fortaleza: EdUECE, 2014.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEHER, R. Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: A Educação como Estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

LESSA DE ALMEIDA, E. Entre o discurso solidário e a ação pragmática da cooperação brasileira em Moçambique: Os casos dos projetos de implantação da fábrica de medicamentos antirretrovirais e o ProSavana. Caderno CRH, n.76, v.29. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

OECD. OECD Investment Policy Reviews: Mozambique. Executive Summary and Recommendations, 2013.

PORTELLI, H. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAMOS, M. N. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica? Relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. Trabalho, Educação e Saúde, n.1, v.1, 2003.

A ANÁLISE DO SEBRAE COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO JUNTO A NOÇÃO DE “EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA” NO BRASIL

Felipe da Silva Duque⁴⁵⁹

Resumo: O presente trabalho tem como proposta fundamental explorar a importância do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE no que compete a divulgação da noção de “educação empreendedora” no Brasil, seja no âmbito das instituições escolares públicas e privadas. Ao partir da premissa de que esta entidade se compreende enquanto um Aparelho Privado de Hegemonia, o artigo pretende explorar historicamente sua fundação em 1972 no seio da sociedade política junto a ditadura empresarial-militar e suas conexões com as demandas das frações da classe dominante no período até suas transformações enquanto sociedade civil nos anos 1990 e a relação com o novo bloco histórico que se desenhava caracterizado pelo neoliberalismo. A entidade sintonizada a esse novo movimento histórico traz consigo novas formulações pertinentes a novas relações de trabalho transversalizadas, principalmente, na lógica meritocrática, fomentadora da competição entre os trabalhadores. Nessa nova ordem é incorporada a noção de “empreendedorismo”, definição originada junto ao economista Joseph Schumpeter nos anos 1950 para definir uma inovação que impulse o desenvolvimento econômico, mas que se transforma no neoliberalismo para legitimar qualquer micro-empresário saído do trabalho informal, incluindo pequenos “vendedores” sem lojas físicas. Diante disso, a partir do SEBRAE, tal resolução é dinamizada enquanto ideologia nas diversas esferas da classe trabalhadora, inicialmente nos espaços informais de educação (terceiro setor) para, em seguida, avançar junto aos espaços formais como as escolas. Consignada em diversas redes federais, estaduais e municipais pelo Brasil – a maioria legitimada legalmente através de legislações locais e fortalecidas pela recente reforma do ensino médio – a noção de “educação empreendedora” é difundida através de materiais específicos, aulas e, em alguns casos, como curso profissionalizante. Nesse sentido, o presente trabalho pretende explorar essas mudanças e suas relações com a entidade SEBRAE e as novas formulações encaminhadas a noção de empreendedorismo nas escolas.

Uma introdução gramsciana

Para melhor compreender a importância do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) torna-se fundamental explorá-la enquanto Aparelho Privado de Hegemonia (APH). O uso de tal conceito é o desdobramento de um refinado estudo do filósofo italiano Antonio Gramsci sobre ideologia. Ao partir da premissa já desenvolvida por Marx e Engels⁴⁶⁰ que a ideologia se vincula ao mundo material, Gramsci vai além do tautologismo reproduzido pelo marxismo vulgar – que limita a ideologia como mera reprodução da base – e explora suas condições múltiplas ao formular proposições amplas que reconhecem a heterogeneidade da classe dominante localizada em frações e a condição daquelas que são dirigentes.

⁴⁵⁹ Ideologia Alemã

⁴⁶⁰ Nos início dos anos 1970, conforme relatam os periódicos, a palavra ‘empreendedorismo’ não é usada de forma recorrente para definir essa modalidade empresarial, assim como o contexto não era permeado pelas teorias liberais.

De antemão, para avançar nessa discussão é importante considerar um importante conceito do auto, denominado bloco histórico. Para Portelli (1977):

Se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social – as classes que dependem diretamente das relações com as forças produtivas – e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais. (p. 15)

Como o próprio *pater* do conceito apresenta “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (Gramsci, 2011, p. 188). É através do bloco histórico que Gramsci permite revigorar a concepção marxiana corrente que compreendia a superestrutura como um mero continuísmo linear da estrutura. Condição que o autor vai além, quando avança criticamente à resoluções simplificadas como a de “natureza humana”. O autor alerta que “O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa” (Liguori et al., 2017, p. 66).

A análise a partir do bloco histórico torna-se necessária, pois nos permite compreender como “um sistema de valores culturais (o que Gramsci chama de ideologia) impregna, penetra, socializa e integra um sistema social” (Portelli, idem, p. 16). A integração desse sistema social se dá pela edificação de um sistema hegemônico dirigido, conforme aponta Portelli (idem), por uma classe fundamental que confia a gestão aos intelectuais, registrando o que Gramsci denomina de bloco histórico. O estudo do conceito não pode ser desconectado do de hegemonia do bloco intelectual, para que possa captar com maior riqueza, na realidade social, a relação de estrutura e superestrutura.

Quando Gramsci fala em superestruturas do bloco histórico, é importante destacar que as mesmas contemplam duas esferas essenciais: a da sociedade política, compreende-se o aparelho de Estado, e a sociedade civil, que é a maior parte da superestrutura. Ambos são edificados em sua forma pela ideologia, como afirma Gramsci: “no bloco histórico as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma e conteúdo meramente didática, porque as forças materiais não seriam concebíveis historicamente sem forma e as ideologias seriam caprichos individuais sem as forças materiais” (Liguori et al., 2017, p. 400). O italiano prossegue explicitando que a ideologia “dá o cimento mais íntimo à sociedade civil e portanto ao Estado” (idem).

Nesse sentido, para avançarmos como se dá essa “cimentação” da ideologia, devemos compreender do que se trata, inicialmente, a noção de sociedade civil para, em seguida, destrincharmos a de sociedade política e como ambas se relacionam. A sociedade civil para Gramsci é a “hegemonia

política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (2011, p. 268) que pode ser exercido através “das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.” (p. 267) e é, especialmente, na sociedade civil que “operam os intelectuais” (idem).

Conforme Mendonça (2014, p. 35) reitera “a noção de sociedade civil [como] implicada no conjunto dos organismos chamados de ‘privados’ ou ‘aparelhos privados de hegemonia’, no sentido da adesão voluntária de seus membros”. O intelectual tem um papel primordial nesse aspecto:

O pleno desenvolvimento de uma classe – ou fração – depende de sua capacidade de gerar seu próprio quadro de intelectuais, aptos a lhe conferirem homogeneidade e mesmo consciência de sua função, seja no âmbito econômico, político ou ideológico. A partir dessa capacidade organizativa por excelência, os intelectuais respondem não só pela organicidade de um dado aparelho de hegemonia, mas, também, pela tarefa de atingir a própria organização da sociedade em geral, o que configuraria, de modo efetivo, a plena hegemonia da fração de classe específica por eles representada. (p. 35)

Gramsci compreende que a disputa de hegemonia se realiza na arena da sociedade civil, ou seja, “é capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer base social para o Estado” (Gruppi, 1978, p. 5). Essa conclusão é devido a distinção que o sardo dá aos dois modos de dominação de uma classe: “dirigente” e “dominante”, ou seja, “é dirigente de uma das classes aliadas e dominante das classes adversárias” (Liguori et al., 2017, p. 366).

E, no caso, para conservar sua hegemonia enquanto classe dirigente do bloco histórico, torna-se fundamental a prática da ideologia em “todos os ramos”, desde “da arte à ciência, incluindo a economia, o direito etc.” (Portelli, idem p. 22). Sua concepção de mundo é “difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente”, daí é quando capilariza em “seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore” (idem). Podemos dizer que a direção ideológica da sociedade articula-se niveladamente de três formas: “a ideologia propriamente dita, a ‘estrutura ideológica’ – isto é, as organizações que criam e difundem -, e o ‘material ideológico’, isto é: os instrumentos técnicos de difusão de ideologia (sistema escolar, mass media, biblioteca etc.” (idem).

Para Gramsci, “a imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não é a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura” (p. 342). Portelli (idem, p. 28) reforça o destaque do autor italiano no que compete a difusão dessa ideologia que exige uma articulação extremamente complexa da sociedade civil em seus diversos aspectos.

Nesse sentido, a noção de sociedade civil é indispensável na teoria gramsciana, afinal é a partir dela que se compreende aspectos de formulação, sistematização e difusão da ideologia da classe dominante e dirigente em relação as outras frações. Elementar nesse caso, sua manutenção hegemônica

articulada através de aparelhos conduzidos intelectualmente para a reprodução e difusão de dada “concepção de mundo”.

A sociedade política em Gramsci

Articulado a noção de *sociedade civil*, *sociedade política* é outro elemento fundamental para a compreensão da teoria gramsciana. A priori, uma leitura precipitada do autor as reduziria como questões distintas, porém, como veremos, ambas cumprem papéis de complementariedade e, às vezes, até se envolvem tangencialmente para a conservação de uma classe dominante.

Para não incorreremos em equívocos quanto a definição de sociedade política pelo autor, é importante, de antemão, estabelecermos qual é o seu entendimento de Estado. Gramsci faz um alerta para distinguirmos Estado e Governo, uma identificação que é “precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política” (Gramsci, 2011, p. 269). Nas sociedades ocidentais, ele enxerga, como vimos no tópico anterior, dois grandes planos superestruturais, a sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia, e a sociedade política, ambas unidas dialeticamente sob o conceito de ‘Estado integral’ ou “Estado ampliado” (Liguori et al., 2017, p. 261).

Sinteticamente, quando falamos em Estado ampliado, nos referimos à formula “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (Gramsci, p. 269). Gramsci reitera que por Estado deve-se entender, “além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (idem), ou seja, “ditadura + hegemonia” (Liguori et al., 2017, p. 262).

Portelli, inclusive alerta para as numerosas definições de sociedade política nas obras de Gramsci:

- ‘Sociedade política ou Estado, que correspondem à (função de) ‘dominação direta’ ou de comando que se exprime no Estado ou governo jurídico’.
- ‘Sociedade política ou ditadura, ou aparelho coercitivo para conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de um determinado momento’.
- ‘Governo político..., isto é, aparelho de coerção de Estado, que assegura ‘legalmente’ a disciplina desses grupos que recusam seu acordo, seja ativo ou passivo; no entanto, é constituído para o conjunto da sociedade, em previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando falha-o o consenso espontâneo.’ (p. 30)

Num sistema hegemônico, a sociedade política deve exercer papel secundário, afinal ela (domínio militar e governo jurídico) “é o aspecto repressivo e negativo de qualquer atividade positiva de civilização realizada pelo Estado” (idem, p. 31). Em momentos extremados de coerção, Gramsci distingue duas condições da sociedade política:

- uma habitual, que consiste no controle dos grupos sociais que não ‘consentem’ na direção da classe fundamental: esses grupos – as classes subalternas – entram em contradição com a classe dirigente em certo grau da evolução das relações sociais e econômicas. Esta utiliza, pois, a coerção, mais ou menos “legal” para manter a sua dominação;
- a segunda situação é mais excepcional e temporária, na medida em que trata dos períodos da crise orgânica: a classe dirigente perde o controle da sociedade civil e apoia-se na sociedade política para lograr manter sua dominação.” (idem)

Nessa ordem é preciso alertar da impossibilidade de um sistema social onde “o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação”, sendo nesse contexto a uma dominação “provisória” que traduz “a crise do bloco histórico em que a classe dominante, mantém-se artificialmente por meio da força” (idem, p. 32).

Isso reforça o aspecto colaborativo dos órgãos de ambas as sociedades (civil e política). Os órgãos da “opinião pública” não se voluntariam de bom grado para a reprodução de determinada concepção de mundo, nesse sentido é necessário a luta pelo monopólio “dos jornais, partido, parlamento, de modo a que uma única força modele uma opinião e desse modo a vontade política nacional, dispensando os desacordos numa poeira individual e desorganizada” (idem, p. 33).

Conclusivamente, compreendemos então que o Estado Integral para Gramsci assume três características:

- reúne a superestrutura do bloco histórico, tanto ‘intelectual e moral’, quanto política;
- seu equilíbrio interno entre esses dois elementos da superestrutura;
- enfim e sobretudo, a unidade do Estado decorre de sua gestão por um grupo social que assegura a homogeneidade do bloco histórico [...]” (idem, p. 36)

Diante disso, percebemos o quanto a sociedade civil e política não podem ser noções analisadas isoladamente, afinal quando compreendemos o Estado ampliado para Gramsci, fundamentamos numa análise cara de sua teoria, que compreenda dialeticamente a integralidade de ambos, ou seja, a sociedade política deve ser um pavimentador da aplicação salubre da sociedade civil.

O SEBRAE e sua gênese

Antes de avançarmos no estudo do APH “Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas” (SEBRAE) no contexto presente de principal difusor da noção de “empreendedorismo na educação”, cabe um breve resgate histórico de desenvolvimento deste aparelho que remete ao período compreendido na ditadura empresarial militar brasileira (1964-1984). A criação do CEBRAE nesse

período está organicamente vinculada ao bloco histórico militar-empresarial estabelecido no Brasil a partir de 1964

Nos anos 1960 interesses do capital estrangeiro se consolidam e se tornam a força socioeconômica dominante, a partir daí um novo conjunto de agentes sócio-políticos aparece na economia e na política brasileira. Eles serão responsáveis por formar um aparelho civil e militar modernizante responsável pelos “assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado” (Dreifuss, 1981, p. 71). Nesse período, criaram-se várias escolas de administração e de empresas e agências tecno-burocráticas governamentais. Elas tinham um duplo objetivo, “o de preparar quadros para a administração pública e privada e também sugestões para diretrizes políticas, fornecendo uma análise legítima da situação econômica e política, ou seja, funcionar como think-tanks empresariais e governamentais” (p. 77).

Os interesses das multinacionais estavam ali presentes e esses organismos funcionavam como APHs para implementarem tal concepção e delinear intelectualmente o modelo ideológico dos protagonistas que executaram o golpe empresarial-militar em 1964. O que ocorre naquele ano não é um golpe militar conspirativo, mas sim “o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica” (p. 230). As táticas da elite orgânica compreendiam a ação ideológica social e a ação político militar. Conforme veremos o Cebrae exerce um importante papel nesse processo, contribuindo enormemente enquanto megafone de setores industriais e dos comerciantes.

Seu surgimento em 1972 é ligado diretamente ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), em conjunto com a Associação Nacional dos Bancos de Desenvolvimento e a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. A justificativa para sua criação é de orientar o pequeno e médio empresário. Apesar de localizada na sociedade política, seu funcionamento, desde o início, se confunde com setores da sociedade civil, afinal a atuação da entidade não é direta nesse processo de orientação.

Estabeleceu-se que seria através de parcerias com entidades regionais para a difusão da ideologia do micro e pequeno empresário⁴⁶¹. À entidade habilitada pelo CEBRAE era exigida: a) o Banco de Desenvolvimento local; b) universidade e c) associações da classe empresarial. Segundo João Lourenço (diretor do CEBRAE em 1972) na edição d'O Globo, tais exigências se justificam porque “o primeiro é sempre um órgão que tem experiência com a pequena e média empresa. A universidade é

⁴⁶¹ Noção reconstruída a partir do economista Joseph Schumpeter nos anos 1950 referente a criação e inovação para “driblar” momentos de crise no capitalismo.

importante já que, através de seus alunos de graduação e pós-graduação, fará parte das equipes técnicas. As associações de classe são um importante veículo de contato com os empresários locais, o que facilita a chegada a eles” (O Globo, p. 28, 22 de out. de 1972). Definiu-se que o CEBRAE agiria através da assistência gerencial, de estudos setoriais e de treinamento para empresários.

Para escamotear o oligopólio empresarial no Brasil, a entidade, nesse primeiro momento, transfere a solução da pequena e média empresa apenas como uma deficiência meramente formativa desse tipo de empresário. Afinada com a ideologia do bloco histórico no período, a entidade surge nesse primeiro momento como resposta da sociedade política à questões de uma determinada fração da classe dominante, caracterizada pelos industriais e, posteriormente, comerciantes. Sua proposição em desenvolver a formação é, também, uma forma de ocultar questões mais amplas como o oligopólio das multinacionais, o que tornaria inócua qualquer possibilidade de competitividade de um pequeno e microempresário, facilitar créditos e introjetar, mesmo que de forma embrionária, aspectos do liberalismo no pequeno empresário.

CEBRAE nos anos 1970

Para facilitar nossa análise, dividiremos a atuação da entidade em décadas, afim de compreendermos qual é seu papel em cada período e suas relações com o bloco histórico que está submetida. De antemão, por razões óbvias, iniciaremos com sua década fundacional, nos anos 1970, período do milagre econômico que se estende até crise do capitalismo e a reestruturação produtiva no final daquela década.

Conforme vimos no início deste trabalho, podemos compreender o CEBRAE como setor da sociedade política, conjugado a sociedade civil, responsável por fomentar APHs, que irão formular, sistematizar e difundir a ideologia de uma fração da classe dominante, no caso, dos industriais e dos comerciantes que, a posteriori, reivindicarão com maior rigor o desmonte da estrutura pública. Porém, nos interessa aqui, nesse primeiro momento, reconhecermos cada setor vinculado ao CEBRAE. Lembremos que o seu funcionamento inicial é vinculado regionalmente a uma categoria do empresariado (para reproduzir sua concepção ideológica) em parceria com universidades locais

Introdutoriamente, a entidade realiza convênios com o Instituto de Desenvolvimento da Guanabara, com o Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina, a Confederação Nacional dos Clubes de Diretores Lojistas, a Fundação Centro de Desenvolvimento Estadual, o Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais e o Instituto de

Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo, logicamente, que esses convênios se estenderão no decorrer dos anos (principalmente, pela facilidade de financiamento do Banco de Desenvolvimento Regional). Se fizermos uma radiografia de todas essas entidades, veremos como se assemelham na sua condição, frações da burguesia representadas por industriais e lojistas locais, possuem um órgão de pesquisa próprio dos empresários, tem ligações protocolares diretas com a tecno-burocracia estatal e contam em seu quadro de intelectuais figuras advindas da formação em Engenharia concomitante a algum negócio industrial ou comercial próprio, portanto, cientes e estudiosas do mundo produtivo sob o viés do empresariamento.

A década de 1970 que culmina na criação do CEBRAE e sua ampliação é compreendida como um importante período em que a entidade se desenvolve de forma acentuada com os mais variados ramos do empresariado brasileiro. Isso fica evidente quando da representação constante nos congressos, seminários e demais eventos que congregavam os diferentes setores da patronal no Brasil. Outra questão é sua constante reivindicação nos manifestos, mesmo nas frações críticas à classe dirigente, como potencial aliado de reprodução de um determinado modelo ideológico.

Os novos fundamentos do CEBRAE nos anos 1980

A crise estrutural do capitalismo e a reestruturação produtiva no final dos anos 1970 teriam repercussões diretas no bloco histórico brasileiro. O regime empresarial-militar sucumbe diante do novo período. As discussões pertinentes ao neoliberalismo, antes surgidas de forma tímida, se intensificam como bandeira de frações da burguesia local. O CEBRAE assume um papel de referência dentro do Estado como porta-voz dessas questões, incidindo, inclusive em debater com o setor financeiro para a adoção de recursos.

Nesse período o CEBRAE assume diretrizes totalmente sincronizadas com o desembarque de ideais liberais no Brasil e estabelece a defesa aberta de questões como “desnacionalização”, “livre mercado”, ataque a direitos trabalhistas e naturalização do trabalho informal como “saída empreendedora” para escamoteio de questões de fundo como a precarização das relações junto a crise sistêmica. Um elemento fundamental é a incorporação de novos atores como a agroindústria citada no III Plano Nacional de Desenvolvimento Brasileiro no início de 1980, reconhecidamente como alvo de formação junto ao CEBRAE. Os micro e pequenos empresários são representados nessa nova lógica como “sujeitos injustiçados” diante da alta carga tributária, altos salários e da incapacidade de concorrência. Porém, a

crítica não se direciona aos grandes conglomerados empresariais, mas sim as empresas estatais, considerada nesse novo período um “entulho” ao “crescimento do Brasil”.

O registro de uma pesquisa realizada pela entidade em 1982 demarca as prioridades de conformação às novas resoluções definidas na nova etapa do capitalismo mundial, o afrouxamento das relações de produção. A pesquisa demarca a discussão da patronal do setor de pequenos e médios empresários sobre salários e conclui que 80% deles creditam que a melhor opção nessa ordem é a exclusão dos sindicatos nas negociações e a relação direta patrão-empregado.

Diante da crise de autoridade do Estado militarizado, a burguesia local das iniciativas privadas regionais se desligam daquele bloco histórico e ponteiaram a adesão de um novo modelo de sociedade política que permita pavimentar caminho para a desestatização e flexibilização das legislações trabalhistas. Parcela do empresariado brasileiro enxerga no CEBRAE um espaço institucional para a instalação de um tumor maligno representado por loteamento de cargos na entidade por empresários, em detrimento dos tecno-burocratas, e a reprodução do receituário neoliberal para a América Latina.

O novo SEBRAE: agora sociedade civil

O Decreto nº 99.570/90 (depois nº Lei 8.029 de 12 de abril), no governo Fernando Collor, transforma o CEBRAE em SEBRAE, ou seja, o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, passa a denominar-se Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Essa condição desvincula o órgão do Estado (sociedade política) e o insere como entidade autônoma representativa de uma fração dos empresários brasileiros (sociedade civil). O contexto era a lógica neoliberal da “desburocratização” do Estado culminando na extinção ou transformação de diversas autarquias ou fundações ligadas a administração pública federal.

O Sebrae agora é ligado ao sistema S (junto com SENAI, SENAC e outras entidades envolvidas na capacitação técnica de trabalhadores), porém, diferentemente destas, como o próprio presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e conselheiro da entidade, Arthur João Donato, afirma: “Os centros do SEBRAE são os Cieps dos empresários” (O Globo, p. 51, 28 de maio de 1991).

Conforme o conselho da entidade evidencia, apesar da “transformação” do Sebrae em entidade autônoma ao poder público, seu vínculo ao Estado permanecia através do BNDES, FINEP, da Secretaria Nacional da Economia do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Desdobramentos da ditadura que concluem no que Cunha (2014, p. 361) chama de simbiose Estado-capital, ou seja, não ocorre

qualquer dualidade público-privada, seja na educação ou na economia, mas sim uma relação harmônica e complementar.

Sinteticamente, as grandes empresas privadas prosseguiram na sua linearidade natural do monopólio objetivadas no esmagamento das pequenas e média empresas ou incorporação submissas dessas (Montaño, 1999), enquanto o Estado dispensava créditos para financiar iniciativas do que o Sebrae compreende como “empreendedor”. Palavra tímida que é reproduzida com maior vigor a partir dos anos 1990 no bojo do desmonte das legislações trabalhistas e fomento ao individualismo meritocrático.

Podemos compreender a ampliação do fortalecimento da noção de “empreendedorismo”⁴⁶² a partir do final dos anos 1990. Até então, a entidade se limitava a oferecer cursos básicos a micro e pequeno empresários estabelecidos no mundo produtivo, além do auxílio financeiro junto aos bancos estatais ou semi-estatais na reivindicação de créditos para a abertura de pequenos negócios. Essa condição restrita procura atender a demanda de uma fração do empresariado brasileiro, muito mais preocupada em garantir isenções ou facilidade de crédito para o prosseguimento de sua direção naquela fração burguesa do que, necessariamente, estimular uma das principais diretrizes da teoria liberal: a *concorrência*.

No final da década de 1990 e no início dos anos 2000, a entidade se metamorfoseia no que compete a sua função. A partir de agora, ela cumpre um papel de ideologização⁴⁶³ da noção de “empreendedorismo”. Isso se evidencia no Art. 2º (incluídas em 2001) da Lei n. 8.029/1990 que trata no parágrafo 2 (dois) considerações da Lei nº 10.194/2001 pertinentes ao crédito ao microempreendedor. Tal condição abre um importante precedente terminológico, afinal agora, não compreende-se mais a condição de microempresário (algo estabelecido), em sintonia com o modelo fordista/taylorista produtivo (Antunes, 2011; Sennett, 2010) , mas sim a condição do empreendedor estabelecido na lógica da “aventura”, do *self-made-man*.

Nessa nova lógica permeada pelo modelo neoliberal e os ataques à direitos trabalhistas, imersos numa crise sistêmica conjugada por um novo bloco histórico, trata-se de fundamental condição revitalizar as práticas de dominação ideológicas, nesse sentido, a caracterização do empreendedor enquanto sujeito individual capaz de ascensão via constituição de seu “esforço individual”, pelo mérito, é decifradamente à alternativa ao “sufocante emprego burocrático” da carteira assinada, da pessoa física, ou seja, é

⁴⁶² Principalmente, conforme vimos no início do trabalho, no papel de “material ideológico”, ou seja, nos instrumentos responsáveis por difundir tal ideologia.

⁴⁶³ O presente trabalho se insere nas discussões em torno do projeto de pesquisa “O Estado no pensamento social latino-americano: Perspectivas clássicas e contemporâneas”, sob coordenação do Prof. Leonardo Granato.

revigorada ao indivíduo a necessidade de se transformar na pessoa jurídica para se transformar meritocraticamente (e fantasiosamente) em um “novo Bill Gates”.

A partir do governo FHC percebemos uma busca deliberada de incorporar na presidência da entidade, intelectuais conectados diretamente à *think tank* ligada ao PSDB (Fundação Teotônio Vilela) compreendendo a mesma como um importante Aparelho Privado de Hegemonia para a obtenção de um consenso junto a uma fração de classe, mas não mais restrita a classe dominante em cursos técnicos e busca por motivações de crédito de favorecimento aos pequenos empresários (industriais e comerciantes) estabelecidos, mas sim revigorar ideologicamente a classe dominada dentro da perspectiva neoliberal sob a lógica do *empreendedorismo* em resposta à crise do capital e o demonstrar dos direitos trabalhistas.

A incorporação ideológica do Sebrae nessa nova etapa (no governo FHC) é compreendida pela classe dominante como fulcral para o estabelecimento do consenso numa classe média emergente qualificada. A naturalização do desemprego nessa nova ordem é respondida com a “criatividade” do mundo *business*, agora eufemisticamente denominado “espírito empreendedor”. Divulgação introduzida no governo neoliberal ortodoxo de FHC e reforçada no social-liberalismo de Lula (Castelo, 2013) que amplia a permeabilidade dessa orientação junto às comunidades e a periferia no modelo amistoso com o terceiro setor característico dessa modalidade de governo. Isso fica evidente, inclusive, no âmbito da cultura com o “empreendedorismo cultural” através dos Pontos de Cultura organizados fora dos centros historicamente estabelecidos culturalmente (Duque, 2015) e no empreendedorismo na educação incorporada diversas legislações estaduais Brasil afora para o ensino público.

Os governos petistas optaram pela continuidade da entidade como ferramenta de consenso à naturalização da precarização (Braga, 2012) da classe dominada através de uma compreensão dos trabalhadores como “empreendedores”. A direção da entidade transparece essa condição ao inserir seus intelectuais formuladores na presidência do SEBRAE e no fortalecimento dessa consideração. Seja com Paulo Tarciso Okamoto, ex-metalúrgico e um dos criadores do Instituto Lula ou Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho, acadêmico com capilaridade na administração pública no âmbito das políticas culturais e de turismo.

O recente governo interino de Michel Temer, dado sua condição de fortalecimento da sociedade política, resgata um representante da fração burguesa dos comerciantes de SP através da figura de Afif. Podemos encarar tal medida como um resgate de compreensão dessa entidade somente como um reduto de favorecimento creditício a uma parcela do empresariado brasileiro, ou seja, há o abandono da

compreensão da mesma como um setor fundamental para o estabelecimento do consenso num contexto de crise sistêmica.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1981.

DUQUE, F. S. Economia criativa: empreendimentos culturais. In: CALABRE, L.; SIQUEIRA, M.; LIMA, D. R.; ZIMBRAO, A. (Orgs.). *Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 26-29 maio de 2015, p. 487-497.

GRAMSCI, Antonio. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em Gramsci*; tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDONÇA, Sônia R. *O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica*. Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. RJ: Paz e Terra, 1977.

MESA 17: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA CLASSE TRABALHADORA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: HEGEMONIA DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO SIMPLES E HISTÓRICA NEGAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Coordenadora: Jaqueline Ventura (UFF)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil se configura como modalidade da Educação Básica cujo objetivo é a garantia da escolarização àqueles que não a concluíram ou a ela não tiveram acesso durante a infância e a adolescência. Historicamente, as ofertas educacionais voltadas para a classe trabalhadora estiveram circunscrita a políticas compensatórias, salvo raras exceções, submetidas a desiguais e discriminadores processos de produção e distribuição do conhecimento. Tais políticas incidem diretamente sobre os contornos da EJA, vinculada ou não a educação profissional. Com base nesse panorama, a presente mesa tem como proposta possibilitar discussões acerca das atuais políticas de Educação de Jovens e Adultos no estado do Rio de Janeiro, tendo como foco a sua reestruturação diante do recrudescimento do neoliberalismo no país. Para tanto, aglutina três pesquisas que analisam esse fenômeno em diferentes aspectos. O primeiro trabalho discute o cenário de brutal diminuição do número de matrículas na EJA no estado e no país. O segundo trabalho investiga os processos de implantação do Programa Gestão Integrada da Escola (GIDE) analisando os impactos dessa reforma gerencial do estado nas escolas com EJA. Já o terceiro trabalho analisa a correção dos indicadores de fluxo escolar e desempenho ante às avaliações externas e ranqueamento dos sistemas de ensino, a redução da oferta de EJA, assim como a sua contemplação por meio da certificação e Educação a Distância. Com base nas contribuições teórico-metodológicas de Gramsci, espera-se que a confluência dessas pesquisas propicie a discussão sobre políticas de EJA e suas implicações no interior do Estado ampliado.

MESA 18: ESTADO E PODER NA TEORIA GRAMSCIANA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE A AMÉRICA LATINA

Coordenador: Leonardo Bacher Medeiros (UFRGS)

A discussão sobre o Estado e o Poder na sociedade capitalista é fundamental, tanto para a pesquisa acadêmica quanto para a prática política. Seja para definir o que se entende por Estado em determinada realidade histórica, ou mesmo para identificar o conflito na sociedade dividida e sua conformação através da dominação, esse debate, apoiado nas elaborações teóricas de Gramsci, tem se revelado um diverso campo de pesquisa no âmbito das ciências sociais da América Latina. Neste sentido, conceitos fundamentais na tradição marxista (tais como, hegemonia, classes sociais, e dominação) ganham interpretações singulares na teoria gramsciana. Diante da originalidade da obra de Gramsci, o Estado, como parte fundamental na discussão proposta nessa mesa, se apresenta como mais um elemento importante de dominação e conformação social. Dessa forma, o Estado será abordado a partir dos vínculos orgânicos que estabelece com a sociedade civil e os interesses de classe que lhe conferem forma. Nessa linha de pensamento, a presente mesa coordenada propõe discutir, a partir de uma perspectiva Latino Americana, o próprio conceito de Estado Ampliado e suas articulações por meio da dominação de classe e da construção da hegemonia. Além disso, por intermédio do debate acerca do Estado na América Latina durante a década de setenta, a mesa discutirá também, a influência do pensamento gramsciano incidente na região naquele período. Espera-se, dessa forma, contribuir com o debate acerca do Estado e do Poder, bem como colaborar com a difusão do pensamento de Gramsci como arcabouço teórico viável para interpretar a realidade latina americana

**GRAMSCI E O DEBATE LATINO-AMERICANO SOBRE O ESTADO: UMA
DISCUSSÃO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DO GT DE ESTADO DO CLACSO (1975-1978)**

464

Leonardo Bacher Medeiros⁴⁶⁵

Leonardo Granato⁴⁶⁶

Resumo: Pensarmos o Estado como forma política capitalista na América Latina implica, necessariamente, entendê-lo como resultado de relações sociais presentes nas sociedades que a conformam. Essa perspectiva relacional da luta pelo poder em seu interior é evidente nas elaborações teóricas de Gramsci, e fundamental para as ideias, em torno do conceito de Estado, que tiveram lugar na América Latina. Sobretudo nas décadas de **sessenta e setenta**, a multiplicidade de noções contidas na teoria gramsciana enriqueceu a visão sobre o conceito de Estado **de vários intelectuais marxistas e não marxistas** na região. É, assim, a partir desta premissa, que nos diz **respeito** à influência das principais elaborações teóricas gramscianas sobre o Estado capitalista no debate latino-americano, que este trabalho propõe investigar as conexões entre os conceitos de hegemonia e classes sociais de Gramsci e as produções do Grupo de Trabalho sobre o Estado do CLACSO, no período de 1975 a 1978, **grupo esse que simboliza a tentativa à época de criação de um pensamento genuinamente latino-americano sobre a temática**. Para estabelecer estas conexões, se analisam, primeiramente, os conceitos de hegemonia e classes sociais na obra os “Cadernos do Cárcere”. Em seguida, através de uma análise temática de conteúdo, busca-se a correspondência desses nas obras resultantes do debate acerca do Estado, impulsionado pelo referido Grupo, sendo verificada mais claramente, ainda que através de uma relação não aparente, a influência dos principais conceitos do autor italiano em duas obras do acervo da comunidade acadêmica em questão.

Palavras-chave: Estado; hegemonia, classes sociais; América Latina.

Introdução

A discussão sobre o Estado capitalista na América Latina⁴⁶⁷ traz consigo a possibilidade de problematizar questões fundamentais sobre as instituições, a sociedade e o poder na região, tais como, a

⁴⁶⁴ Mestre em Direito Constitucional, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, membro do Núcleo de Estudos Políticos e Administrativos (UFRGS), e membro do Observatório do Estado Latino-Americano (UFRGS). E-mail: leonardo.bacher@ufrgs.br.

⁴⁶⁵ Doutor em Economia Política Internacional, e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Coordenador, na referida universidade, do Núcleo de Estudos Políticos e Administrativos e do Observatório do Estado Latino-Americano. E-mail: leonardo.granato@ufrgs.br.

⁴⁶⁶ A América Latina é aqui entendida como recorte para situar a discussão, apesar da diversidade das experiências históricas dos vários países abrangidos. Ressalta-se, ainda, que a referência à discussão sobre o Estado capitalista diz respeito, essencialmente, à sua natureza, noção ou significado.

forma que assumem as instituições, a relação entre grupos de poder, e a própria adequação do modelo capitalista aos países periféricos. Como refletido em trabalhos anteriores, em contraste com a vertente liberal de Estado, o referencial teórico do marxismo nos possibilita, nesse contexto, um vasto debate acerca do Estado como categoria analítica ao tratar essencialmente do fundamento desse modo de organização social: o conflito entre capital e trabalho. É a partir desse antagonismo de interesses que se forma o Estado capitalista e a partir da dinâmica estatal é que se dá a luta pelo poder e pela direção da sociedade⁴⁶⁸.

Apesar da sua importância para a formação e conformação social, o Estado é raramente definido como objeto de estudo na sua forma mais abrangente, sendo predominantemente, de maneira intencional ou não, resumido a um conjunto de instituições formais. A definição do termo “Estado”, contudo, enquanto categoria relacional, é estratégica no debate teórico e político e faz parte da disputa pelo seu significado. Ao não explicar o seu significado no contexto acadêmico, passa-se a tratar o Estado como uma categoria residual, que mistura diversas outras categorias igualmente importantes como a de governo, estrutura de poder, dominação de classe, direção ideológica, e outras (LECHNER, 1981). A explicação a respeito de seu significado pode contribuir para a identificação e discussão da origem e do exercício do poder político. Tratá-lo como uma categoria residual, por outro lado, pode comprometer esse estudo e reduzi-lo à análise do poder formal, despido de sua natureza material na sociedade capitalista (MEDEIROS; GRANATO, 2018).

É nesse sentido que se destacam as contribuições de Antônio Gramsci. Ainda que o autor italiano não tenha se dedicado e elaborado a uma verdadeira teoria do Estado, a análise gramsciana da sociedade em movimento e do poder nos oferece noções que potencializam a explicação sobre o Estado. Na medida em que oferece a noção de Estado Ampliado, o autor expande as noções liberais sobre o Estado – resumida à análise das instituições - e avança também no estudo no campo marxista ao ampliar o papel do Estado na estratégia de transição para o socialismo, sem reduzi-lo à noção clássica de instrumento das classes dominantes⁴⁶⁹.

⁴⁶⁷ Veja-se Medeiros, Granato (2018); Medeiros (2018); Granato (2018); Batista (2018).

⁴⁶⁸ Veja-se Mendonça (2014).

⁴⁶⁹ Veja-se Miliband (1972) e Poulantzas (2007). Contribuiu, também, para renovações no marxismo e sua noção de Estado, a obra de Althusser (1970) sobre os aparelhos ideológicos do Estado, estudo esse onde, retomando as análises de Gramsci, o autor francês ampliava os limites do Estado para além dos corpos burocráticos de governo.

Ao calor do debate na Europa travado entre Ralph Miliband e Nicos Poulantzas, desencadeado pela publicação de suas obras a respeito do Estado⁴⁷⁰, a influência das ideias de Gramsci foi reforçada nos anos setenta na América Latina em razão, em grande parte, da realidade social – ditaduras militares - que vivia a maior parte dos países ao sul do continente. Nesse contexto, a difusão e a discussão da teoria gramsciana foi aprofundada por meio de diversos seminários colóquios que uniram a discussão acadêmica com os movimentos políticos de esquerda⁴⁷¹. Na mesma década, em 1975, foi criado em Quito e sediado em Buenos Aires, o Grupo de Trabalho de Estudos sobre Estado⁴⁷² do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO)⁴⁷³, que se revelaria como uma das mais relevantes tentativas de construção de uma discussão autóctone sobre a temática estatal na América Latina. O referido Grupo, sob a coordenação de Guillermo O'Donnell, se dedicou a debater alternativas para a discussão teórica e prática sobre o Estado na região, sendo, justamente, a análise dos textos dele oriundos e sua vinculação ao pensamento de Gramsci o objetivo do qual parte o presente trabalho.

Dessa maneira, através de uma análise bibliográfica, e aplicando técnica de análise temática de conteúdo, o que se propõe aqui é verificar as conexões entre o tratamento teórico que Gramsci dá aos conceitos de hegemonia e classes sociais e sua ocorrência e utilização nas obras oriundas do GT de Estado do CLACSO no período sob estudo. Em relação à estrutura do trabalho, dividimos o texto em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, versaremos sobre os conceitos gramscianos de hegemonia, classes sociais no contexto da noção de Estado para Gramsci. Em um segundo momento, buscamos a correspondência desses nas obras resultantes do debate acerca do Estado, impulsionado pelo GT de Estado, sendo verificada mais claramente, ainda que através de forma implícita, a influência dos principais conceitos do autor italiano em duas obras do acervo do referido Grupo.

Gramsci e a questão do Estado

⁴⁷⁰ Dentre os colóquios podem ser citados os famosos seminários, no México, de Mérida (1971) e Oaxaca (1973), cujas discussões são retratadas em Benítez Zenteno (1977a, 1977b). Ver, também, Burgos (1997).

⁴⁷¹ Doravante, GT de Estado.

⁴⁷² O referido Conselho, criado em 1967, é uma instituição internacional não-governamental associada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que tem dentre seus objetivos, servir de instrumento para o desenvolvimento das ciências sociais na América Latina.

⁴⁷³ O tema é abordado em diversas obras de Marx e Engels, entretanto, vale destacar que nenhum deles tentou sistematizar uma teoria do político (BOBBIO, 2006; GORENDER, 1988; CODATO; PERISSINOTO, 2011).

A abordagem sobre o Estado na teoria marxista é diversa e reserva uma discussão importante sobre categorias que são fundamentais na análise crítica da sociedade capitalista. O Estado em si, entretanto, não é categoria central no pensamento de Karl Marx e de grande parte da produção teórica de seus seguidores diretos mais difundidos⁴⁷⁴. A ideia de Marx e Engels (1998, p. 7) de que o “o executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa” indica que naquele momento da evolução capitalista, para Marx e Engels, aquela forma de organização social deveria ser superada⁴⁷⁵. A partir da teoria de Marx, os estudos marxistas, passaram a aprofundar outras questões em que o Estado é mais uma forma de expressão do capitalismo, portanto, uma categoria de importância subsidiária diante das grandes questões que envolvem o conflito entre o capital e o trabalho. Gramsci, considerando as mudanças mundiais que acompanharam o século XX, nota que a forma estatal já não era mais aquela com que Marx e Engels se deparavam, modificando elementos à visão anterior do Estado como comissão administrativa burguesa. Isso porque o Estado, nesta nova etapa de desenvolvimento, passa a incluir demandas da classe subalterna, passando na prática, a atenuar o conflito e redirecionar demandas por mudanças estruturais para outras fragmentadas (direitos sociais e individuais). O autor entende o Estado, ainda, a partir de sua natureza de classe, todavia, observa que a partir das mudanças ocorridas quanto ao *modus operandi* estatal em relação ao conflito de classes, o monopólio da violência e da coerção não era mais a principal forma de manutenção da ordem da sociedade capitalista.

A partir dessa perspectiva, Gramsci pensa sua noção de Estado Ampliado, explicado a partir da relação entre a sociedade política e sociedade civil. Nessa lógica, o autor visualiza a sociedade composta por uma infraestrutura e uma superestrutura, conforme desenvolve Marx na obra “Contribuição à Crítica

⁴⁷⁴ O papel do Estado na teoria de Marx e Engels é motivo de grande reflexão por seus interpretes. A referência que se faz neste ponto sobre a abolição do Estado e sua natureza instrumental ao domínio de classe é atribuída às interpretações ao *Manifesto Comunista* (1848). Contudo, essa interpretação é rediscutida pela análise da obra *Crítica ao Programa de Gotha* (1841), onde a Marx se refere à necessidade de “converter o Estado, de órgão que subordina a sociedade em órgão totalmente subordinado a ela” (MARX, 2012, p. 41-42), adotando, portanto, uma estratégia de transformação provisória do Estado e não apenas sua abolição imediata.

⁴⁷⁵ Em palavras do coordenador do GT: “*La formación del Grupo reflejó la opinión, ampliamente compartida, que entre los numerosos temas que hay que replantear (y aprender a replantear) se halla, fuera de toda duda, el de la dominación en nuestras sociedades, incluyendo esa especial condensación de poder que -más allá de diferencias definicionales- convenimos en llamar ‘el Estado’. Este es ‘problema’ no sólo por la evidente tendencia actual hacia su expansión sino también por las múltiples maneras en las que contribuye a cristalizar estructuras y relaciones de dominación en el conjunto de la sociedad. El Estado latinoamericano debe ser problematizado y repensado críticamente, no sólo en sus expresiones más desnudamente autoritarias y expansionistas sobre la sociedad civil. Pero el Estado no debe ser ni un punto terminal de la indagación ni un espacio analítico que se pueda considerar con prescindencia de sus vinculaciones con la sociedad civil y con el contexto internacional; tiene que ser, creo, un punto central de atención que no deja sin embargo, de remitir continuamente al conjunto de la sociedad de la que es ‘parte’. No hay teorización válida acerca del Estado afuera o aparte de una teorización de la sociedad*” (O’DONNELL, 1977b, p. 109).

da Economia Política”, escrita em 1859. Diferentemente de Marx, entretanto, Gramsci identifica na superestrutura dois planos: a sociedade civil e a sociedade política. O primeiro representa sociedade civil, conjunto de organismos “privados” responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias, tais como aqueles ligados à cultura, como as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os meios de comunicação, etc. Por meio da sociedade civil é que as classes buscam exercer a hegemonia com objetivos de direção política e de consolidar o consenso. No outro nível da superestrutura está também o Estado em sentido estrito, o Estado-coerção, formado pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante exerce o monopólio da repressão e da violência “*y que corresponden a la función de ‘hegemonia’ que el grupo dominante ejerce en toda la sociedad y al de ‘dominio directo’ o de mando que se expresa en el Estado y en el gobierno ‘jurídico’*” (GRAMSCI, 1999c, p. 357). Por meio da sociedade política, portanto, a classe dominante sempre exerce uma ditadura, já que nesse plano, a dominação se dá sempre pela coerção. Nesse sentido, nas palavras do autor, o Estado é hegemonia couraçada de coerção (GRAMSCI, 1999b).

Em comparação com a teoria de Marx e Engels, partir da articulação entre a hegemonia e a coerção, Gramsci “retira” a sociedade civil da esfera da infraestrutura e a identifica como parte da superestrutura. Vale destacar, ainda, que para o autor, os planos do Estado e da sociedade civil são não são instâncias separadas. Pelo contrário, como afirma Bianchi (2008), a unidade entre eles é sempre orgânica e a divisão apenas analítica, razão pela qual é possível dizer que “na sociedade civil o consenso é ‘hegemônico’, enquanto na sociedade política, é a coerção” (BIANCHI, 2008, p. 197). A sociedade política, desta forma, como acrescenta Gruppi (2000), corresponde a uma extensão da sociedade civil. Mais do que isso, a sociedade civil, entendida assim, atua como mediadora na relação entre o econômico e o político.

A visão ampliada do Estado de Gramsci avança, principalmente, ao identificar a existência de outros mecanismos de dominação presentes no Estado moderno além do exercício do monopólio legal da violência e da coerção, na medida em que percebe a existência de um tipo de dominação baseada no consenso ideológico e cultural. O Estado ampliado passa a ser reconhecido como o produtor e reproduzidor da ideologia dominante. A partir disso, em sua elaboração teórica sobre o Estado, Gramsci retrabalha o conceito de hegemonia, originalmente elaborado por Lênin no contexto da socialdemocracia russa, dando a ao termo um significado mais específico para a realidade das sociedades ocidentais (GRUPPI, 2000).

A noção de hegemonia desenvolvida por Gramsci dá ênfase na análise das superestruturas nas sociedades avançadas. A diferença fundamental entre a noção de hegemonia gramsciana e aquela pensada

por Lênin, em síntese, é que cada um direciona a luta pela hegemonia em um nível distinto da dinâmica estatal. Como aponta Portelli (1977), o problema para Lênin era a derrubada violenta do aparelho do Estado. Já para Gramsci, o terreno de luta contra a classe dirigente é a sociedade civil. A partir da conquista no nível da sociedade civil, a hegemonia se estende à totalidade do Estado (sociedade civil mais sociedade política). A conquista da sociedade política para Gramsci, ao contrário da noção leninista, é o coroamento da hegemonia. Nesse sentido, Portelli (1977, p.65) menciona que “A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política. A análise leninista é exatamente inversa.” A diferença aqui destacada entre as duas noções de hegemonia (Lênin e Gramsci) decorre, portanto, de diferentes estratégias, próprias de cada momento histórico em que foram pensadas. A noção gramsciana surge da reflexão sobre os motivos pelos quais a revolução proletária não havia ocorrido na Itália e sobre a melhor estratégia revolucionária para a realidade social italiana. Observa que na realidade italiana, o fator de dominação predominante não era o uso da coerção – ainda que a burguesia não abrisse mão de seu uso – e o Estado, não era o principal fator de formação social – como no caso da Rússia pré-revolução de 1917.

A partir disso, Gramsci entende que a busca pela hegemonia deveria ser a estratégia da classe operária para a conquista do Estado. A estratégia seria distinta, portanto, do caso observado por Lênin. Na sociedade italiana, pelo contrário, a revolução não ocorreria pela via da tomada violenta do Estado, mas pela guerra de posições, pela conquista da hegemonia, primeiramente, no âmbito da sociedade civil.

O conceito de hegemonia utilizado por Gramsci compõe a própria noção de Estado do autor. Isso porque o Estado, para o autor, é o resultado do conflito insolúvel de classe e se estabelece em articulação com a hegemonia, em resposta às forças sociais presentes em cada momento histórico. O Estado molda-se, portanto, conforme a vontade historicamente concretizada (GRAMSCI, 1999e).

A hegemonia, nessa lógica, origina-se da direção de uma classe sobre outra na forma de consenso. Em outra passagem, o autor também refere que o Estado corresponde à “unidade histórica” das classes dirigentes (GRAMSCI, 1999d), sem abandonar a noção de Estado como espaço de disputas. É nesse ponto que a ideia de hegemonia de Gramsci possibilita a percepção de uma dinâmica de poder em constante mudança no núcleo da forma estatal, representada em sua teoria pelo que ele chama de “bloco histórico”. O bloco histórico é, para o autor, a formação de um grupo dirigente e dominante na sociedade, que dirige política e intelectualmente as classes subalternas por meio da imposição da ideologia dessa classe, tanto pela coerção (Estado-coerção) como pelo consenso (sociedade civil). A hegemonia, portanto,

é a forma necessária do bloco histórico (GRAMSCI, 1999c), e a ideologia, “o grande cimento de todo bloco histórico” (GRUPPI, 2000, p. 99).

Como mencionado, a construção da hegemonia para Gramsci significa a dominação pelo consenso, pela imposição da ideologia dominante, mas, principalmente, pelo poder de direção cultural, moral e intelectual das demais classes. Uma vez consolidada a hegemonia de um grupo social na sociedade civil, ocorre à expansão desse domínio por todo o Estado. Em seu fundamento há, para o autor, como motivo propulsor, o conflito insolúvel de classes sociais; classes estas que, na teoria gramsciana, como em grande parte da tradição marxista, assume um papel importante, já que são elas que protagonizam, representam e dão forma ao antagonismo entre o capital e o trabalho. Principalmente porque, para Gramsci, a atuação do proletariado é o principal ponto de atenção quando trata do conceito de hegemonia. Assim, a noção de classes está ligada a explicação da dinâmica do Estado – sociedade civil e sociedade política – e da construção da hegemonia. Portanto, as noções de classe dominante, classe dirigente, e classe subalterna só podem ser entendidas na teoria gramsciana pela lógica de funcionamento da visão integral do Estado em seus níveis.

Como explica Coutinho (1988), para Gramsci, esses dois níveis servem para promover e consolidar uma base econômica que atenda aos interesses de uma classe fundamental. O autor destaca, entretanto, que em cada nível essa dominação ocorre de forma diferente. Se no âmbito da sociedade civil as classes buscam exercer sua hegemonia pelo consenso, pela conquista de aliados para a direção política; “por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante coerção” (COUTINHO, 1988, p. 77). A partir da relação entre os âmbitos da sociedade, a classe dominante é aquela que controla o aparato jurídico e político na sociedade política. Quando esta mesma classe estabelece o controle sobre a sociedade civil, passa também a ser a classe dirigente. Já a classe subalterna, é entendida pelo autor como uma classe que necessita, geralmente, da formação de uma unidade histórica que só pode ser atingida através da construção da hegemonia, no momento em que se tornam dirigentes. Ou seja, na teoria gramsciana, em síntese, a classe social aparece com especial importância no processo de construção da hegemonia. São grupos que disputam – ou deveriam disputar, no caso das classes subalternas – a posição de dominação por meio dos dois âmbitos do Estado.

Feita a discussão sobre os conceitos de hegemonia e classes sociais em Gramsci, no contexto do Estado ampliado, passamos, na seção que segue, a abordar as possíveis conexões dessas formulações com os trabalhos do GT de Estado do CLACSO.

2 O GT de Estado do CLACSO: possíveis conexões com a teoria gramsciana

Como já expressei na introdução ao presente trabalho, ao calor dos anseios de renovação teórico-conceitual de “o político”, o GT de Estado do CLACSO funcionou entre 1975 e 1978, no *Centro de Estudios de Estado y Sociedad* (CEDES), em Buenos Aires, na Argentina, reunindo destacados pesquisadores em torno da discussão sobre o Estado⁴⁷⁶, dentre os quais podem ser mencionados Norbert Lechner, Marcos Kaplan, Jorge Graciarena, Oscar Oszlak, Fernando Henrique Cardoso e Edelberto Torres Rivas⁴⁷⁷. A produção teórica resultado das publicações oficiais no âmbito do GT de Estado, no período sob estudo, corresponde a doze trabalhos, somando aproximadamente 530 páginas de teoria sobre o assunto⁴⁷⁸. Essa bibliografia foi submetida à análise temática de conteúdo (GOMES, 1994), com objetivo de identificar os “núcleos de sentido” que compõem os textos do GT, a “cuja presença ou a frequência de aparição possa significar algo para objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1979, 105). Através da análise dos textos do GT buscou-se identificar os núcleos de sentido que indicassem a relação com o tema de forma específica. Assim, identificou-se nesses trabalhos a ocorrência de definições acerca do conceito de Estado (sociedade civil; sociedade política; etc.); da utilização dos termos hegemonia e/ou classes sociais (classe subalterna; classe dominante; classe dirigente; etc.). A partir dessa análise foram selecionados dois textos que melhor representam discussão proposta neste artigo neste artigo.

O primeiro, o documento “*Apuntes para una teoría del Estado*” (O’DONNELL, 1977a), nos traz ferramentas conceituais para entendermos o Estado Burocrático Autoritário, além de uma abordagem sobre os processos históricos de lutas que marcam a implantação, seus impactos, e o seu colapso. Nesse texto, o autor já busca uma definição de Estado na primeira seção: “*Entiendo por Estado el componente específicamente político de la dominación en una sociedad territorialmente delimitada*”(O’DONNELL, 1977a, p.3). No desdobramento desta definição fica mais claro a visão do autor sobre o a estrutura estatal

⁴⁷⁶ Ao nível latino-americano, a referida renovação teórico-conceitual, que teve lugar entre inícios da década de sessenta e finais da década de setenta, certamente foi favorecida pela robusta série de estudos sobre a dependência, teorias estas que, pela própria interlocução com o marxismo, ofereceram as bases para uma análise crítica do Estado (GRANATO, 2018). O fato de o GT em questão ter funcionado até o ano 1978 é muito sintomático de como a reflexão sobre o Estado (em pleno decolagem) cedeu rapidamente perante conceitos como o de democracia, que se tornariam hegemônicos na discussão de teoria política dos anos noventa. De toda forma, cabe acrescentar a dissolução do GT deu lugar a dois novos Grupos de Trabalho: o de Burocracia e Políticas Públicas, sob coordenação de Oscar Oszlak, e o de Teoria do Estado, sob coordenação de Norbert Lechner.

⁴⁷⁷ A relação completa de obras oficiais publicadas pelo GT de Estado está disponível no Anexo ao presente trabalho. Disponível em: <http://www.cedes.org.ar:9000/cgi-bin/wxis.cgi/cedes/iah/scripts/?IisScript=iah.xis&lang=es&base=CEDES&exprSearch=DOCUMENTO%20CEDES&indexSearch=Tr&nextAction=lnk>. Acesso em: Ago/2018.

⁴⁷⁸ Os autores mencionam, especialmente, Cardoso (1975). Veja-se, também, Cardoso (1977).

ao associar a dominação política a um modo de dominação mais amplo na sociedade capitalista: *“Lo político en el sentido propio o específico lo entiendo, entonces, como una parte analítica del fenómeno más general de la dominación: aquella que se halla respaldada por la marcada supremacía en el control de los medios de coerción física”* (O’DONNELL, 1977a, p. 4). Já a dominação (ou poder) é entendida pelo autor como *“la capacidad, actual y potencial, de imponer regularmente la voluntad sobre otros, incluso pero no necesariamente, contra su resistencia”* (O’DONNELL, 1977a, p. 4). O componente político da dominação (Estado) está, portanto, vinculado a outro mais amplo que, segundo O’Donnell, corresponde ao acesso e a posse de certos recursos por um grupo social ou classe dominante. Tais recursos podem ser resumidos, segundo o autor, nos recursos econômicos, nos recursos de informação no sentido amplo (conhecimento científico-tecnológico), e a última espécie corresponde ao controle ideológico, *“mediante el cual el dominado asume como justa y natural la relación asimétrica de la que, es parte, y por lo tanto, no la entiende ni cuestiona como dominación”* (O’DONNELL, 1977a, p.3). Ou seja, a dominação no sentido da hegemonia por meio da cultura é, para O’Donnell, também, uma dimensão necessária e desejada pela estrutura estatal, personificada em um grupo que assume o controle da sociedade por ter acesso diferenciado a estes recursos de dominação. O autor destaca no texto, inclusive, que *“el recurso más eficiente en términos del mantenimiento de la dominación es el control ideológico”* e que, diferentemente, a coação é o recurso mais custoso *“porque desnuda explícitamente la dominación y presupone que ha fallado -por lo menos- el control ideológico”* (O’DONNELL, 1977a, p. 4).

O segundo documento, o texto *“Post Scriptum a Dependencia y Desarrollo en América Latina”* (CARDOSO; FALETTTO, 1976) analisa a relação de lutas políticas entre grupos e classes sociais na história das estruturas econômico-políticas de dominação, nos âmbitos internos e externos, na América Latina.

Na análise, os autores destacam o que consideram “reações” ao modelo no período desenvolvimentista. Segundo essa análise, o esgotamento do modelo populista anterior e o aumento da tensão entre classes deu origem a várias tentativas de rompimento com o modelo de desenvolvimento que prevalecia até aquele momento. Dentre estas alternativas, os movimentos guerrilheiros tiveram alguma relevância na região, mas, sobretudo, os autores destacam como exemplos o êxito eleitoral de Salvador Allende no Chile, e da estratégia reformista militar no Peru. A partir desse raciocínio é introduzida a visão de Estado que os autores dão ênfase no texto:

[...] lo que es importante desde el ángulo de este ensayo es que el Estado fue visto no tanto como "institución burguesa" a la que debía destruirse, sino como aval para

una posible transformación global de la sociedad, siendo la condición el que su control permaneciera limitado a las fuerzas populares (CARDOSO; FALETTO, 1976, p. 21).

Nesse ponto, nota-se que os autores entendem o Estado não apenas como mera representação dos interesses da burguesia, mas a exemplo do Gramsci, vislumbram no Estado certa autonomia, ainda que relativa, em relação à classe burguesa. A interpretação é de que estes exemplos citados podem demonstrar essa autonomia do Estado em relação à classe burguesa e tomar forma uma espécie de alternativa àquele modelo de desenvolvimento por meio de rupturas institucionais e populares.

Seguindo à análise do Estado como objeto necessário de debate, o texto destaca, em diversas passagens, o carácter classista e de dominação dessa forma política:

Estado como pacto básico de dominación (y no como si fuese expresión de un “contracto social) que une clases dominantes en el ejercicio de una situación de dominio sobre el resto de la sociedad, de las formas variables que los regímenes políticos asumen. La peculiaridad distintiva del Estado, en cuanto relación política fundamental, es que expresa una situación de dominio y, por tanto, refleja los intereses de las clases dominantes y expresa la capacidad que ellas poseen para imponerse a las clases subalternas (CARDOSO; FALETTO, 1976, p. 30).

Em semelhança à ideia de “coroamento” da hegemonia de uma classe através da conquista da sociedade política mencionada por Gramsci, Cardoso e Faletto (1976) destacam que “*el Estado en un nivel más amplio expresa la imposición de una clase o de una alianza de clases sobre otra u otras*” (CARDOSO; FALETTO; p. 30).

A menção ao conceito de sociedade civil também está presente no texto. Nesse aspecto, os autores parecem utilizar também, bem como o faz Gramsci, como ferramenta analítica a separação entre Estado e sociedade civil. Em uma passagem, os autores, ao se referirem ao caso da Argentina, destacam que “*la ‘sociedad civil’ -las clases sociales y la economía privada- se constituye como fuerza que hasta ahora ha escapado al control político-corporativo del Estado*” (CARDOSO; FALETTO, 1976, p. 27). Aqui, partindo dessa separação analítica, a sociedade civil aparece como uma mescla de grupos econômicos presentes no Estado dependente e como uma espécie de instância mediadora as forças econômicas e a sociedade política.

Destacam, em outra passagem, com relação entre a sociedade civil e política, que o momento descrito do Estado dependente parece corroborar com a hipótese trabalhada em trabalhos anteriores⁴⁷⁹, a

⁴⁷⁹ Mestre em História Social, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, e membro do Grupo de Pesquisa Cultura Política, Estado e Relações Internacionais (UFRGS), e do Grupo “Pesquisa Mundial de Valores” (WVS). E-mail: lauroallan Almeida@gmail.com.

de que *“ciertos periodos de la vida política y la relación entre la sociedad civil y el Estado parecen prescindir de la intermediación de los partidos, y las clases se apropian de segmentos del aparato estatal, para defender, a partir de ellos, sus intereses”* (CARDOSO; FALETTTO, 1976, p. 36). Em conclusão do texto, os autores destacam se há uma dimensão de análise cultural que ajude a compreender as contradições nucleares (entre o Estado, nação, povo e desenvolvimento) do Estado dependente naquele momento é relação (conceito) de hegemonia apresentada por Gramsci: *“la capacidad de dirigir, proponiendo los modelos culturales propios que puede tener una clase con aspiraciones a ejercer la dominación”* (CARDOSO; FALETTTO, 1976, p. 38).

Os dois textos aqui destacados mostram uma visão de Estado que dialogam e guardam consistência com certas contribuições essenciais = da obra de Gramsci à teoria do Estado. Os principais aspectos que vale notar são a semelhança quanto à visão de Estado em sentido amplo, quanto à dinâmica de lutas de classes no processo de busca pela construção da hegemonia. É possível verificar ao longo dos textos que a compreensão acerca do Estado está ligada, bem como na teoria gramsciana, a uma lógica relacional, onde necessariamente há submissão de um grupo subalterno a um grupo social hegemônico. Nos textos trabalhados temos, portanto, além de uma visão marxista quanto à natureza de classe do Estado, também há uma identificação do processo de hegemonia similar ao trabalhado por Gramsci.

Considerações finais

Partindo-se de um contexto mais amplo de renovação teórico-conceitual do político na América Latina, entre as décadas de sessenta e oitenta, nesse trabalho buscou-se investigar as principais conexões entre a teoria gramsciana e a produção teórica resultado das discussões do GT de Estado do CLACSO (1975-1978). Foram analisadas as doze publicações oficiais no âmbito do GT e selecionados dois documentos que melhor representavam o objeto de estudo.

Ainda que toda discussão sobre Estado no GT em questão tenha partido de uma visão que problematiza essa forma política a partir de uma visão relacional, e, nesse sentido, em vários aspectos há identificação com o referencial teórico marxista ocidental, conforme retratado na segunda parte deste trabalho, diversas conexões foram verificadas. Especialmente, quanto às duas obras selecionadas, verifica-se uma identificação teórica mais específica, ainda que nem sempre direta à teoria gramsciana. Há, também, uma ligação entre as noções de Estado em Gramsci e as visões de O'Donnell e de Cardoso e

Faletto, em suas análises sobre o Estado latino-americano. Esta influencia ou identificação teórica, contudo, é mitigada por alguns aspectos que anseiam uma investigação mais detalhada dessas obras. Como exemplo pode-se mencionar que os estudos do GT não são reflexões teóricas para a superação do capitalismo, mas ao contrário, buscou-se discutir alternativas de inclusão autônoma dos países latino-americanos no sistema; já, a teoria de Gramsci, diferentemente, é uma teoria para a prática revolucionária. Estas diferenças, sem dúvida, inspiram uma investigação mais detalhada sobre o tema, que esperamos desenvolver futuramente.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. São Paulo; Lisboa: Presença; Martin Fontes, 1970.

BATISTA, Ian R. Entre o contrato e a dominação: entendimentos sobre o Estado capitalista. **Observatório do Estado Latino-Americano**, 10 de julho de 2018. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/odela/2018/07/10/entre-o-contrato-e-a-dominacao-entendimentos-sobre-o-estado-capitalista/>>, acesso em 11/09/2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 1979.

BENÍTEZ ZENTENO, Raúl (Coord.) **As classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.

_____. **Clases sociales y crisis política en América Latina**. México: Siglo Veintiuno, 1977b.

BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.

BOBBIO, Norberto. Teoria do Estado ou Teoria do Partido? In: BOBBIO, Norberto. **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BURGOS, Raúl. La interferencia gramsciana en la producción teórica y política de la izquierda latinoamericana. In: **Encontro da Latin American Studies Association**, 1997. Guadalajara, LASA, 1997. Disponível em <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA97/burgos.pdf>>, acesso em: 24/09/2018.

CARDOSO, F. Henrique; FALETTO, Enzo. Post Scriptum a Dependencia y Desarrollo en América Latina. Buenos Aires. **Documento CEDES**. 1976. Disponível em: http://www.cedes.org.ar/Publicaciones/Doc_t/Doc_t06.pdf. Acesso em: Agosto de 2018.

CARDOSO, F. Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. O Estado na América Latina. In: PINHEIRO, P. S. (Coord.) **O Estado na América Latina**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra; CEDEC, 1977, p. 78-99.

CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato. **Marxismo como ciência social**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. A. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). Rio de Janeiro: Vozes. 1994.

GORENDER, Jacob. **Coerção e Consenso na Política. Estudos Avançados**. V. 2, n. 3 (1988), p. 52-56. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8497/10048>. Acesso em julho de 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la Cárcel** – Tomo 3. Cidade do México: Ediciones Era, 1999b.

_____. **Cuadernos de la Cárcel** – Tomo 4. Cidade do México: Ediciones Era, 1999c.

_____. **Cuadernos de la Cárcel** – Tomo 5. Cidade do México: Ediciones Era, 1999d.

_____. **Cuadernos de la Cárcel** – Tomo 5. Cidade do México: Ediciones Era, 1999e.

GRANATO, Leonardo. El debate sobre el Estado en América Latina. **Observatório do Estado Latino-Americano**, 13 de setembro de 2018. Disponível em < <https://www.ufrgs.br/odela/2018/09/13/el-debate-sobre-el-estado-en-america-latina-3/>>, acesso em 24/09/2018.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Tradução de Dario Canali. Porto Alegre: L&PM, 2000.

LECHNER, Norbert. Presentación. In: LECHNER, N. (Ed.) **Estado y Política en América Latina**. México: Siglo Veintiuno, 1981, p. 7-24.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha** (1841). São Paulo : Boitempo, 2012.

_____. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

MEDEIROS, L. Bacher. Notas para uma crítica ao conceito de Estado na América Latina. **Observatório do Estado Latino-Americano**, 23 de julho de 2018. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/odela/2018/07/23/notas-para-uma-critica-ao-conceito-de-estado-na-america-latina/>>, acesso em 11/09/2018.

MEDEIROS, Leonardo B.; GRANATO Leonardo. O Estado e seu fundamento na luta de classes: Uma contribuição para os estudos sobre a qualidade da democracia na América Latina. In: XAVIER, L. O.; AVILA, C. F. D.; FONSECA, V. (Org.) **A Qualidade da Democracia no Brasil: Questões teóricas e metodológicas da pesquisa**. Curitiba: CRV, 2018, p. 375-389.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica**. Marx e o Marxismo, vol. 2, n. 2, p. 27-43, 2014.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

O'DONNELL, Guillermo. Apuntes para una teoría del Estado. Buenos Aires. **Documento CEDES**. 1977a. Disponível em: http://www.cedes.org.ar/Publicaciones/Doc_t/Doc_t09.pdf

_____. Acerca del Grupo de Trabajo sobre el Estado. **Latin American Research Review**, vol. 12, n. 2, p. 109-120, 1977b.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político y clases sociales en el Estado capitalista**. México: Siglo Veintiuno, 2007.

PORTELLI, H.. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

ANEXO

QUADRO: Lista completa de obras analisadas

Título	Autoria	Ano	Págs.
Populismos y partidos de clase media: notas comparativas	Marcelo Cavarozzi	1976	57
Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación	Oscar Oszlak Guillermo O'Donnell	1976	44
Elementos para una caracterización del capitalismo oligárquico	Marcelo Cavarozzi	1978	35
Tensiones en el Estado burocrático-autoritario y la cuestión de la democracia	Guillermo O'Donnell	1978	36
La tercera presidencia de Perón: gobierno de emergencia y crisis política	Oscar Landi	1978	70
Apuntes para una teoría del Estado	Guillermo O'Donnell	1977	49
Notas críticas para una teoría de la burocracia estatal	Oscar Oszlak	1977	53
La etapa oligárquica de dominación burguesa en Chile	Marcelo Cavarozzi	1977	46
Post Scriptum a Dependencia y desarrollo en América Latina	Fernando Henrique Cardoso Enzo Faletto	1976	38
Estado y alianzas en la Argentina (1956-1976)	Guillermo O'Donnell	1976	40
Acerca del corporativismo y la cuestión del Estado	Guillermo O'Donnell	1975	71
Reflexiones sobre las tendencias generales de cambio en el Estado burocrático-autoritario	O'Donnell, Guillermo	1975	66

Fonte: *Centro de Información Catálogo en Línea* – CEDES. Disponível em:

<http://www.cedes.org.ar:9000/cgi-bin/wxis.cgi/cedes/iah/scripts/?IsisScript=iah.xis&lang=es&base=CEDES&exprSearch=DOCUMENTO%20CEDES&indexSearch=Tr&nextAction=lnk>. Acesso em: Ago/2018.

A CONTRIBUIÇÃO DE RENÉ ZAVALETA MERCADO PARA O CONCEITO AMPLIADO DE ESTADO

Lauro Allan Almeida Duvoisin⁴⁸⁰
Sonia Maria Ranincheski⁴⁸¹

Resumo: Este artigo foi inspirado no trabalho de conclusão da disciplina *O Estado na América Latina – conceitos e interpretações* ministrada pelo professor Leonardo Granato, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul durante o primeiro semestre de 2018. Nosso objetivo é analisar a contribuição da obra de René Zavaleta Mercado para a compreensão da problemática do Estado na América Latina a partir de um enfoque gramsciano. Zavaleta, sociólogo marxista boliviano, formou-se intelectualmente a partir do balanço e reflexão sobre o processo chamado *Revolução de 1952* que levou Victor Paz Estenssoro ao poder e instaurou um governo modernizador, distributivo e com intensa participação popular, liderado pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Grande parte da obra do autor está marcada pela esta experiência que foi derrotada por um golpe militar em 1964. O texto analisado é um de seus últimos artigos: *El Estado en America Latina*, publicado em 1984. É um texto curto e denso para aquilo que se propõe. Nele o autor busca mostrar as diferentes formas históricas que o Estado assumiu em cada experiência nacional latino-americana. Para isso ele se vale de um estudo comparado das experiências da Venezuela, Brasil, Peru, México, Argentina, Chile, Bolívia, Cuba, Nicarágua, Haiti, Uruguai e Costa Rica. Ao longo da análise, o autor propõe o conceito original de equação social para explicar as formas específicas como a sociedade civil e a sociedade política se articulam em cada caso. A partir da análise do conceito de equação social, buscamos demonstrar neste artigo que Zavaleta não só se aproxima da concepção ampliada de Estado inspirada na concepção gramsciana quanto propõe uma forma original de operacionalização da mesma.

Palavras-chave: América Latina; Estado Ampliado.

Introdução⁴⁸²

Gramsci tem uma recepção importante na América Latina, sendo a Argentina o primeiro país, fora da Itália, a traduzir e estudar a obra do dirigente italiano (CAMPIONE, 2007). As suas ideias circularam entre os latino-americanos e foram incorporadas de maneira singular de acordo com os diferentes contextos históricos nacionais, mas com repercussões notáveis (ARICÓ, 1998; BUCI-GLUCKSMANN; PORTANTIERO; VACCA; MACCIOCCHI, 1980). Recentemente, autores têm retomado conceitos gramscianos como hegemonia e Estado para compreender o avanço das forças

⁴⁸⁰ Doutora em Sociologia pela UNB, professora do programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS; Líder do grupo de pesquisa CESPRI e Pesquisadora do World Values Survey (WVS - Brasil) e Vice-diretora Nacional para o Brasil. E-mail: ranincheski.s@gmail.com.

⁴⁸¹ Agradecemos ao colega Leonardo Granato pelas valiosas sugestões.

⁴⁸² Outros pesquisadores já apontaram a influência de Gramsci nos escritos de Zavaleta sobre o Estado. Ver CABALUZ (2018) e ROJAS (2017).

conservadoras em países da América Latina neste primeiro decênio do século XXI (MUNCK, 2015; PIZZORNO, 2017).

As interpretações latino-americanas do pensamento de Gramsci foram se formando tomando como base, principalmente, a realidade de desigualdade e exploração social reinante no continente. Destas visões gramscianas, o pensamento do sociólogo boliviano Zavaleta se destaca pela influência tanto no meio acadêmico ao exercer a direção da Flacso nos anos 80, quanto fora dele. Pouco conhecido entre os brasileiros, Zavaleta é considerado um dos grandes pensadores latino-americanos. Inspirou gerações de intelectuais, acadêmicos e políticos tanto no seu país de origem, a Bolívia, como em outras nações. Dentre eles, podemos citar o atual vice-presidente boliviano, Álvaro Garcia Linera (RADA, 2014; WILLIAMS, 2015).

Um dos temas abordados por Zavaleta foi a questão do Estado, tendo em Gramsci a inspiração para pensar o continente latino-americano.⁴⁸³ Como foi a recepção por Zavaleta da obra de Gramsci? Como se apropriou do conceito de Estado ampliado de Gramsci e o considerou para a realidade latino-americana? A partir destes questionamentos, o presente artigo analisa a influência do pensamento de Gramsci sobre a produção intelectual de René Zavaleta Mercado. Ainda que a preocupação em entender o Estado seja constante na obra do sociólogo boliviano, nossa análise perpassará três artigos que tratam com centralidade o tema do Estado: *Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial*, publicado pela primeira vez em 1982 (ZAVALETA, 2009); *El Estado en América Latina*, publicado originalmente em 1983 (ZAVALETA, 1990); *Formas de operar del Estado en América Latina (bonapartismo, populismo, autoritarismo)* publicado pela primeira vez em 2006 (ZAVALETA, 2006). Esperamos que o artigo contribua para a divulgação entre os brasileiros do pensamento de Zavaleta e para os estudos sobre a presença de Gramsci em nosso continente.

Quem foi Zavaleta

Infelizmente não contamos com nenhum trabalho biográfico completo sobre a trajetória de René Zavaleta. As informações sobre sua vida pessoal e profissional ainda encontram-se esparsas em diversos artigos publicados por seus antigos colegas de trabalho e estudiosos de sua obra.⁴⁸⁴ Zavaleta nasceu em Oruro em 1937, “la ciudad más proletarizada de Bolivia” (PACHECO, 2006, p.66). Aos 16 anos de idade, deixou a casa de seus pais para ir morar em La Paz e acompanhar de perto a revolução que iniciava com a chegada de Victor Paz Estenssoro ao poder. Encontrou trabalho no jornal *La Nación* que

⁴⁸³ Alguns desses artigos encontram-se na coletânea publicada por IBARGÜEN e MÉNDEZ (2006).

⁴⁸⁴ Para uma discussão sobre o marxismo vulgar ver HOBSBAWM (1998).

aglutinava importantes quadros intelectuais ligados ao movimento nacionalista boliviano. Aos 21 anos de idade tornou-se subdiretor do mesmo jornal e aos 24 elegeram-se deputado. Três anos depois veio a ocupar o cargo de Ministro de Minas e Petróleo do governo revolucionário.

Zavaleta formou-se intelectualmente a partir do balanço e reflexão sobre o processo chamado Revolução de 1952, que instaurou um governo modernizador, distributivo e com intensa participação popular. Grande parte da obra do sociólogo está marcada por esta experiência que foi derrotada por um golpe militar em 1964, em tal profundidade que

escribió con carácter de pertenencia vital, de modo acentuadamente autobiográfico, el proceso revolucionario boliviano de 1952, el papel político del Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) en el que militó y el esfuerzo de pertenecerse intelectualmente a sí mismo, alcanzando la forma de una profunda revisión del marxismo y en general del desarrollo de la teoría política en Bolivia (MORALES, 2006, p.113)

O impacto da derrota da Revolução de 1952 sobre a produção intelectual de Zavaleta tem um interessante paralelo com os efeitos que a derrota comunista e a ascensão do fascismo na Itália tiveram sobre o pensamento de Gramsci (TAPIA, 2009a). Em ambos os casos, a derrota resultou em uma rica produção e amadurecimento intelectual. Já no exílio, estando encerrada a experiência nacionalista boliviana, e tendo-se consolidado como pensador de seu país, Zavaleta iria desenvolver sua carreira na Inglaterra e no México. Ele atuou na Universidade de Oxford de 1969 a 1971 (BÓRQUEZ, 2006), Universidade Nacional Autônoma do México e na Universidade Autônoma Metropolitana. Destacou-se também por ter sido o primeiro diretor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), de 1976 até 1984, ano de seu falecimento. Zavaleta faleceu em 1984, com 47 anos de idade, num momento que alguns consideram de plena maturidade intelectual (FIENGO, 2016).

A produção intelectual de Zavaleta é ampla, abrangendo 13 livros, 29 capítulos de livros e artigos em revistas, 93 artigos jornalísticos e alguns manuscritos ainda não publicados (TAPIA, 2009b). Tanto a biografia quanto a produção acadêmica do autor permitem-nos afirmar que ele foi um pensador engajado no esforço de compreensão da realidade latino-americana, seu *locus* privilegiado de análise. Segundo Tapia, “Su producción se centra en pensar los problemas históricos estructurales de la nación como construcción histórica, y los problemas del poder; si articulamos ambas cosas, los problemas de la construcción del poder como Estado, en particular como Estado-nación” (TAPIA, 2009a, p.9-10). Seu leque de preocupações foi vasto, abrangendo a discussão sobre a formação das nações e os nacionalismos, a inserção da América Latina no sistema econômico capitalista internacional, a questão da participação das massas na vida política nacional, o fascismo, o populismo e a formação dos Estados. Puchet dirá que

“La nación fue su obsesión mayor” (PUCHET, 2006, p.87). Percebe-se, portanto, que seus interesses de pesquisa sempre tiveram ênfase nos fenômenos políticos.

A obra de Zavaleta sofreu uma significativa influência do pensamento de Gramsci, o que pode ser depreendido das recorrentes menções que o autor faz ao filósofo italiano em seus textos e do emprego de certos conceitos, como hegemonia, bloco histórico, nacional-popular, dentre outros (GILLER, 2017; TAPIA, 2013). Tais conceitos foram pensados por Zavaleta considerando a realidade latino-americana, mas nem por isso o autor deixou de destacar o seu uso dialético desses conceitos tendo em vista que, criados em um espaço particular, podem ser universais se considerarmos a realidade capitalista que tende a uniformizar as diferenças das diversas regiões que inserem-se na formação histórica do capitalismo. Para Zavaleta, esse entendimento é um *parti pris* de seu pensamento, inclusive no que se refere ao tema do Estado:

El paradigma de Marx sobre el bonapartismo se funda en la historia francesa **pero contiene algunos datos generalmente válidos para todo Estado moderno (GRIFO NOSSO)**. Por consiguiente, nos servirá en la presente exposición para proponer: a) ciertas líneas principales en el análisis del Estado moderno, y b) algunas proposiciones en torno a la construcción de los paradigmas de la teoría política dentro del análisis marxista del Estado. (ZAVALETA, 2006, p.33-34)

Zavaleta articula elementos da teoria do capitalismo de Marx e outros da teoria da hegemonia de Gramsci. Para Tapia essa articulação, inclusive, poderia ser entendida como uma contribuição de Zavaleta para a história do marxismo em especial para a compreensão do papel do Estado no capitalismo:

En esas condiciones, Zavaleta plantea el fuerte vínculo entre subsunción real, o cambio global de civilización, en torno a relaciones modernas capitalistas, y la construcción de Estado-nación, en particular con un régimen de representación democrático, en la que se puede establecer una fuerte correspondencia entre la ley del valor, o la libertad e igualdad formal producidas por el capitalismo, y la libertad e igualdad jurídica formal reconocida en el Estado moderno. Éste es el horizonte histórico moderno europeo. Lo que tenemos en muchos lugares de América Latina es abigarramiento, es decir, procesos de construcción de Estado-nación parciales, incompletos (TAPIA, 2009a, p.25).

Tendo em vista a contribuição de Zavaleta para a percepção da dinâmica política latino-americana e a apropriação que este fez do pensamento de Gramsci, já indicada por diversos autores, nosso objetivo é analisar mais detidamente a influência que Gramsci exerceu nas formulações de Zavaleta sobre o problema do Estado.

A influência de Gramsci nos escritos de Zavaleta

Em seu artigo *El Estado en América Latina* Zavaleta apresenta uma análise de casos históricos latino-americanos e pretende mostrar as diferentes formas que o Estado assumiu em cada experiência

nacional, questionando sobre a possibilidade de se ter um único conceito de Estado (ZAVALETA, 1990). É o dilema entre o historicismo e o estruturalismo que se manifesta no pensamento de Zavaleta. A solução, para o autor, está justamente no pensamento dialético de Gramsci. Ao perguntar se poderia haver uma teoria geral do Estado na perspectiva de Marx, ou seja um modelo de regularidade para a superestrutura, Zavaleta se aproxima de Gramsci, em contrapartida a outros pensadores marxistas. O autor se nega a oferecer uma interpretação genérica sobre o Estado, daí sua riqueza. Zavaleta reconhece a existência de dois níveis de análise no marxismo, que conformam duas tradições: um nível mais abstrato que trata da lógica do capital e sua dinâmica global e outro nível concreto-histórico que trata das vias particulares pelas quais o capitalismo se desenvolveu historicamente em cada região:

Ahora bien, el ciclo de rotación, o la generalización de la forma valor, o el desdoblamiento de la plusvalía, nos dan la medida en que se obtienen sus resultados, es decir, el grado del Estado o la dimensión de totalización, pero no nos explican el carácter de los mismos. Eso conduce a captar, como lo hace la escuela lógica, la factualidad de estos acontecimientos (como el Estado), pero no su cualidad, que sólo puede ser dada por su historia interior. Eso es lo que señala el límite de este tipo de razonamientos. En otros términos, es por esto que las categorías intermedias, predominantemente históricas, como formación económico-social, bloque histórico, superestructura, hablan de la diversidad o autoctonía de la historia del mundo, y en cambio el modo de producción capitalista, considerado como modelo de regularidad, se refiere a la unidad de esta historia o mundialización de la historia. Esto mismo es sin duda un obstáculo, no meramente argumental, para una "teoría general" (ZAVALETA, 1990, p.168-169).

A construção do Estado não é algo simplificado que se passaria de maneira semelhante em todos as nações. Zavaleta entende essa premissa e se propõe a pensar o Estado na América Latina a partir das especificidades próprias da região atrasada. E nesta formação específica do Estado latino-americano, no entanto, encontramos em Zavaleta, mormente a complexidade da discussão levada por este autor, a similaridade de seu pensamento com o de Gramsci no que se refere a definição última - e não reduzida - de que "no hay duda tampoco de que el Estado es la atmósfera de la producción, ..." (ZAVALETA, 2006, p.35).

Zavaleta estava claramente preocupado em afirmar a autonomia relativa dos fenômenos políticos em relação à estrutura econômica da sociedade. A questão de fundo, já apontada por Raymond Williams, é a concepção do estatuto ontológica da divisão base-superestrutura, seu alcance e sua utilidade para a compreensão da realidade social (WILLIAMS, 2005). Zavaleta não concebia a ideia de que a sociedade pudesse ser concebida como uma totalidade fechada, como se encontrava no marxismo vulgar⁴⁸⁵:

Porque incluso proposiciones legítimas, sin duda, como la idea de la sociedad en cuanto totalidad concreta, o el apotegma de la simultaneidad entre base y superestructura, pueden conducir, si no se los tiene presentes al mismo tiempo que su correlato, que es la especificidad de la superestructura,

⁴⁸⁵ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB) e doutorando em Ciência Política pela Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS) – bolsista Capes. E-mail: busnellofm@gmail.com

a una suerte de supresión conceptual de la autonomía de lo político. Es pues cierto que la gran generalidad de los acontecimientos y procesos de la superestructura obedece a una lógica causal propia que sólo tiene que ver de un modo diferido y remoto con las articulaciones propias del acto productivo, al cual, por otra parte, determina a su turno (ZAVALETA, 1990, p. 169).

Uma vez mais Zavaleta compartilha as mesmas preocupações de Gramsci, para quem os fenômenos da esfera política não poderiam ser imediatamente explicados pela dinâmica econômica. Neste sentido, Gramsci é categórico: “La pretensión (presentada como postulado esencial del materialismo histórico) de presentar y exponer toda fluctuación de la política y la ideología como una expresión inmediata de la estructura, debe ser combatida teóricamente como un infantilismo primitivo” (GRAMSCI, 1968, p.161). Para ambos a política tem o seu lugar na história, mas para eles isso não significa a supressão da estrutura econômica como base de inúmeras contradições que se expressam e se resolvem na esfera da política. Percebe-se um empenho de Zavaleta em encontrar uma combinação adequada entre a perspectiva marxista de determinação da classe sobre o Estado, a partir da generalização do modo de produção capitalista nas zonas periféricas, e captar a originalidade histórica de cada experiência nacional:

La superestructura, se dice, debe ser autóctona, o sea que es originaria en su naturaleza. Se puede prolongar este razonamiento y decir que la superestructura expresa la diversidad de la historia del mundo. No puede hablarse de ella como regularidad o mismidad en cuanto al modelo de reiteración o paradigma del modo de producción capitalista, pues su carácter está dado por el sesgo articulador o formación económico-social (ZAVALETA, 2009, p.302).

A mensagem de Zavaleta é clara: “Después de Gramsci no se puede imaginar dominación alguna que sea estable, ni aun del modo más relativo, al margen de tal razonamiento. En la política, el sueño de las victorias totales es tan absurdo como en la guerra” (ZAVALETA, 1990, p. 171). Estamos aqui no terreno da história como processo aberto realizado pelas ações humanas. Conforme observa Tapia, “En este sentido, hay cierto parecido con el trabajo de Antonio Gramsci, es decir, la renovación en el pensamiento viene del intento de explicar primero por qué fracasaron la estrategia política previa y el modo de pensar el Estado, el poder y la construcción de un nuevo tipo de sociedad” (TAPIA, 2009a, p. 13). Haveria um estado de latência de uma ruptura da ordem e a sua potencial transformação.

Por outro lado, há de se reconhecer certa dificuldade para compreender a aproximação entre a produção intelectual de Zavaleta e a visão gramsciana de Estado, isto é, de intérpretes ou autores que usam Gramsci. Trata-se da ausência de um debate explícito de Zavaleta com os autores da tradição gramsciana. Aqui destaca-se a relevância deste artigo para o conceito ampliado de Estado para elucidar esse desencontro com autores gramscianos. Por sua obra e sua influência na América Latina, Zavaleta não é uma figura menor dentre seus pares gramscianos. Mas, curiosamente, ao tratar do problema estatal

Zavaleta dialoga com Hegel, Gramsci, Hilferding, Lenin, Poulantzas, Habermas, Miliband e Offe, sem fazer qualquer menção a Christinne Buci-Glucksmann (BUCI-GLUCKSMANN, 1980), Hughes Portelli (PORTELLI, 2002), Juan Carlos Portantiero (PORTANTIERO, 1981), ou seja, a autores que utilizaram amplamente Gramsci e que a altura de início dos anos 1980 já tinham trabalhos publicados sobre o tema. Tendo em vista que é provável que o autor conhecesse esta produção e que enfrentou problemas teóricos similares a outros pensadores que se apropriaram das proposições de Gramsci pode-se supor que ele trava uma espécie de debate implícito com eles. O motivo de tal ausência é um instigante elemento a ser desvendado.

Assim como Gramsci fez com frequência, Zavaleta continua utilizando o termo Estado em dois sentidos distintos e complementares. Se por um lado, o Estado é por ele entendido no seu significado estrito, enquanto aparato estatal “que no se debe sino a sí mismo (esa es la razón de Estado)” (ZAVALETA, 1990, p.170), por outro, o Estado aparece também como a síntese interna e externa da sociedade, visto que “La aparición del Estado es con todo a lo Jano, porque es el único que comparte la internidad de la sociedad y es a la vez la externidad de ella” (ZAVALETA, 1990, p.173). Certamente não é fácil lidar com esse duplo significado do termo Estado nos escritos de Zavaleta, e por isso a reconstrução do sentido dado pelo autor em seu texto exige atenção redobrada.

Para Gramsci, não só os contextos históricos nos quais o Estado é construído são diferentes, mas as próprias forças sociais implicadas no processo podem ser diferentes. Essas diferenças, porém, não invalidam a concepção do Estado segundo a função das classes sociais produtivas. Para Gramsci, não haveria uma absolutização do Estado, mas ele - o Estado - seria formado por "dos grandes "planos" superestructurales, el que se puede llamar de la "sociedad civil", o sea del conjunto de organismos vulgarmente llamados "privados", y el de la "sociedad política o Estado"" (GRAMSCI, 1986, p.357). Ao criticar a concepção liberal do Estado, o pensador italiano observa que

Estamos siempre en el terreno de la identificación de Estado y Gobierno, identificación que, precisamente, es una representación de la forma corporativa-económica, o sea de la confusión entre sociedad civil y sociedad política, porque hay que observar que en la noción general de Estado entran elementos que deben reconducirse a la noción de sociedad civil (en el sentido, podría decirse, de que Estado = sociedad política + sociedad civil, o sea hegemonía acorazada de coerción). (GRAMSCI, 1968, p.76)

Ou seja, em Gramsci encontra-se uma segunda acepção de Estado enquanto unidade de sociedade civil e sociedade política, um sentido ampliado que não se restringe ao conjunto de instituições públicas. De acordo com Buci-Gluksmann

É verdade que, no curso de seu trabalho, Gramsci distinguirá progressivamente dois conceitos de Estado, ou mais precisamente *dois momentos da articulação do campo estatal*: o Estado em

sentido estreito (unilateral), e o Estado em sentido amplo, dito integral. Em um sentido estreito, o Estado se identifica com o governo, com o aparelho de ditadura de classe, na medida em que ele possui funções coercitivas e econômicas. A *dominação* de classe se exerce através do aparelho de Estado no sentido clássico (exército, polícia, administração, burocracia). Mas essa função coercitiva é inseparável de um certo papel adaptativo-educativo do Estado, que procura realizar uma adequação entre aparelho produtivo e moralidade das massas populares” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 127–128).

O sentido de Estado para Zavaleta, por outro lado, aparece em dois sentidos: um restrito e outro mais amplo. Assim, é necessário, explorar como Zavaleta se apropriou do conceito de Estado ampliado de Gramsci e o considerou para a realidade latino-americana. Zavaleta concebe o poder em duas esferas distintas, mas às vezes reserva o termo “Estado” ao sentido estrito, ou emprega o termo “Estado político” (ZAVALETA, 2009, p.312; ZAVALETA, 1990, p.182) - o que para Gramsci seria a sociedade política - e não ao conjunto de aparatos públicos e privados. O termo “sociedade política” parece ser ausente dos textos de Zavaleta.

Um dos problemas abertos pela perspectiva de Gramsci sobre o Estado é o de compreender de que forma estão estabelecidas as relações entre essas duas esferas da superestrutura - sociedade política e sociedade civil. Para Gramsci, a distinção entre sociedade política e sociedade civil “(...) es puramente metodológica, no orgânica, y en la vida histórica concreta sociedad política y sociedad civil son una misma cosa” (GRAMSCI, 1999b, p.172). Quer dizer, Gramsci parece afirmar o elemento de continuidade e unidade entre sociedade civil e sociedade política enquanto dois momentos ou níveis de organização do Estado. Por outro lado, em outros momentos Gramsci observa que as relações entre sociedade civil e sociedade política foram conflituosas no período histórico em que a afirmação da burguesia como classe dominante ainda era incipiente:

La división de poderes y toda la discusión producida por su realización y la dogmática jurídica nacida de su advenimiento, son el resultado de la lucha entre la sociedad civil y la sociedad política de un determinado periodo histórico, con un cierto equilibrio inestable de las clases, determinado por el hecho de que ciertas categorías de intelectuales (al servicio directo del Estado, especialmente burocracia civil y militar) están aún demasiado ligadas a las viejas clases dominantes (GRAMSCI, 1968, p.66).

O pensador italiano referia-se aqui à experiência dos Estados ocidentais onde a sociedade civil encontrava-se mais estruturada, diferentemente dos países orientais onde a sociedade civil jamais atingiu tal grau de organização e seguia sendo “gelatinosa”:

En Oriente el Estado lo era todo, la sociedad civil era primitiva y gelatinosa; en Occidente, entre Estado y sociedad civil había una justa relación y en el temblor del Estado se discernía de inmediato una robusta estructura de la sociedad civil. El Estado era sólo una trinchera avanzada, tras la cual se hallaba una robusta cadena de fortalezas y de casamatas (GRAMSCI, 1968, p.157);

Em outras palavras, podemos depreender dessas afirmações de Gramsci que, se nas experiências ocidentais sociedade civil e sociedade política tornaram-se uma mesma coisa, nas sociedades orientais o mesmo não ocorreu, encontrando-se aí uma desproporção e um conflito potencial entre as duas esferas.

O conceito de “equação social” ou “eixo estatal” em Zavaleta

É na discussão com Gramsci, especialmente sobre o conceito de Estado como espaço articulado de dois planos da superestrutura (sociedade política e sociedade civil) que Zavaleta propõe o conceito de “equação social”, que também aparece em outros momentos como “eixo estatal”. O que significa este conceito e o que pretende explicar?

Zavaleta parte da afirmação de Gramsci de que haveria uma diferença fundamental entre as formações estatais no oriente e no ocidente. Zavaleta vê nesta diferença uma chave para pensar as especificidades latino-americanas. Se por um lado, o sociólogo boliviano mostrava-se cético quanto à possibilidade de tomar como referência analítica para a América Latina as experiências dos países avançados da Europa ocidental, também parece-lhe insuficiente uma simples transposição do modelo oriental onde se encontraria, segundo Gramsci, um Estado forte e uma sociedade civil gelatinosa. Por isso, o boliviano pondera:

Además, hay formas de lo gelatinoso. Gelatinosa, por ejemplo, es una sociedad incapaz de producir opinión pública, y lo es sin duda aquella en que no se dan las condiciones para producir formas racional-comprobables del poder. El capitalismo organizado produce sin excepción formas modernas de sociedad gelatinosa. En el caso de ciertos países como Perú y Bolivia, el verdadero problema no está en la gelatinosidad de lo social, sino en su osificación: la sociedad sigue sometida a la profundidad de su momento constitutivo, porque sin duda lo más importante que ha ocurrido en este hábitat es la agricultura, y la agricultura es el origen del Estado. (ZAVALETA, 1990, p.195)

Portanto, o autor mostra-se cuidadoso para não simplificar demasiadamente o problema, evitando cair numa dicotomia ocidental *versus* oriental, pois importa-lhe muito mais compreender os traços particulares da sociedade civil de casos nacionais específicos. O método que o autor utiliza para verificar estas relações empiricamente é a comparação entre as trajetórias históricas dos Estados latino-americanos. No artigo *Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial* o autor afirma: “México, que en esto es un verdadero prototipo, podía configurarse en el momento de la explosión social de 1910 como una sociedad civil gelatinosa, es decir, desarticulada en sus elementos e incapaz de producir determinaciones homogéneas hacia el poder” (ZAVALETA, 2009, p.313-314). Nesta comparação, emerge a perspectiva de embates e disputas que, para Zavaleta, deveriam ser entendidas como integrantes de uma equação social. O conceito de equação social em Zavaleta parece cumprir o

objetivo de explicar a variabilidade de formas como se articulam a sociedade civil e o Estado na realidade latino-americana. No artigo *El Estado en América Latina*, a definição é a seguinte: “Por sistema social o ecuación entendemos entonces el modo de entrecruzamiento entre la sociedad civil, las mediaciones y el momento político-estatal” (ZAVALETA, 1990, p.178). O mesmo conceito aparece também no artigo *Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial*, evidenciando que foi incorporado ao arsenal teórico do autor: “Por eje estatal entendemos el tipo de relación que hay entre la sociedad civil, las estructuras de mediación y el Estado político” (ZAVALETA, 2009, p.310).

Assim, o autor está atento não só às continuidades entre sociedade civil e Estado, mas também às suas tensões, desproporções e sobreposições. Em outras palavras, Zavaleta parece conceber a existência do Estado sempre em sua relação contraditória com a sociedade, relação esta que constitui a própria exterioridade aparente do Estado frente à sociedade. Algumas passagens nos escritos do autor elucidam essa abordagem. Por exemplo, ao referir-se ao fenômeno político do bonapartismo, o autor atenta que “El bonapartismo resulta sin duda una forma particular de ajuste entre el Estado político y la sociedad civil. Está claro que una y otra han entrado en una relación de no conformidad que debe remediarse de modo” (ZAVALETA, 2006, p.34). Ou seja, não há uma regra pré-estabelecida para resolver-se as tensões existentes entre sociedade civil e Estado. São esses processos que o conceito de equação social pretende abarcar. Em outro artigo, o mesmo afirma:

Por razones propias de cada caso, hay ecuaciones en las que la sociedad es más robusta y activa que el Estado, ecuaciones donde el Estado parece preexistir y dominar sobre la sociedad, al menos durante períodos determinados, y sistemas donde hay una relación de conformidad o ajuste (ZAVALETA, 1990, p.177).

Na perspectiva de Zavaleta, o trabalho propriamente analítico do cientista social seria o de verificar as diferentes formas como se deu a articulação entre sociedade civil e Estado e seus determinantes históricos em cada caso. Em clara consonância com esta ideia, o autor argumenta

La propia sociedad civil, con todo, puede tener una constitución con mayor o menor concurrencia estatal. Es un hecho que la sociedad más sana, desde el punto de vista capitalista, es aquella en que la burguesía ha podido implantar su hegemonía sin el recurso al Estado, como ocurrió en la Francia prerrevolucionaria. Por el contrario, el grado de autonomía societaria del acto hegemónico es casi un coeficiente del desarrollo estatal, porque el Estado debe intervenir más donde hay menos desarrollo de la sociedad civil. Por su parte, no hay duda de que el Estado mismo puede ser más instrumental, más burocrático-hegeliano o más popular-estructural. Lo decisivo en todo caso es retener el carácter móvil, cambiante y aleatorio de las instancias (ZAVALETA, 1990, p. 178).

Em outros termos, podemos constatar que na visão de Zavaleta a posição que a sociedade civil e o aparelho estatal ocupam no interior da superestrutura não são fixos ou previamente definidos. Quer dizer, a própria constituição desses espaços como instâncias de exercício do poder de classe e como

instrumentos de manutenção ou transformação da ordem social se constituem historicamente por vias nacionais com certo grau de originalidade. Neste sentido, o que as teorias gerais sobre o Estado fizeram foi generalizar no âmbito teórico alguns modelos encontrados empiricamente, o que não supera a necessidade de se continuar estudando outros casos empíricos. A análise concreta dos casos latino-americanos revela a originalidade da leitura que Zavaleta faz da concepção ampliada de Estado de matriz gramsciana: trata-se de compreender o tipo de relação que se estabelece entre sociedade civil e Estado, relação esta que na concepção do autor é variável e historicamente constituída.

Conclusões

Buscamos neste artigo abordar a recepção por Zavaleta da obra de Gramsci, especificamente a forma como o sociólogo boliviano se apropriou do conceito de Estado ampliado de Gramsci e o considerou para a realidade latino-americana. Ressaltamos a relevância desta reflexão especialmente pela importância de Zavaleta para o pensamento social do nosso continente e esperamos que este artigo contribua para que os brasileiros passem a conhecer a obra deste autor.

Constatamos que o esforço de Zavaleta foi o de buscar compreender as características particulares dos Estados latino-americanos em claro diálogo com a teoria marxista, em especial, com Gramsci. Podemos dizer que o ponto de partida de Zavaleta foi a dificuldades de interpretar os fenômenos políticos nas zonas periféricas do capitalismo com os mesmos instrumentos de análise forjados para interpretar as regiões de capitalismo desenvolvido. Neste caminho, ao invés de negar a contribuição europeia sobre o tema do Estado, Zavaleta parece ter encontrado em Gramsci uma base teórica adequada para enfrentar este problema de pesquisa. O sociólogo boliviano encontra em Gramsci uma perspectiva capaz de combinar as determinações da dinâmica econômica do capitalismo periférico sobre as formações estatais latino-americanas, e a respectiva natureza de classe do Estado, com a autonomia da esfera política e seu alto grau de originalidade histórica nacional. Há que se destacar, contudo, a notável ausência de uma discussão específica de Zavaleta com outros autores que traduziram Gramsci na América Latina.

Destaca-se que Zavaleta não faz uma simples transposição das afirmações de Gramsci para outro contexto histórico e geográfico. Diferente disso, o sociólogo boliviano realiza uma releitura da obra de Gramsci tendo por base os problemas específicos do capitalismo dependente latino-americano e suas diferentes formas político-estatais. Zavaleta maneja o conceito de Estado em dois sentidos distintos e complementares: enquanto forma de dominação determinada pelo desenvolvimento econômico da sociedade - e sua estrutura de classes - e enquanto aparato específico de dominação política. Esta

dualidade também se encontra em Gramsci, ou seja, um significado restrito e outro ampliado de Estado. Além disso, o boliviano também dá centralidade à sociedade civil na análise que faz das configurações estatais latino-americanas.

Zavaleta parte da reflexão de Gramsci sobre a sua sociedade civil gelatinosa das regiões orientais para entender as especificidades do desenvolvimento das formações estatais do nosso subcontinente. Considerando que toda forma de apropriação carrega certo grau de originalidade de quem a realiza, uma das contribuições originais de Zavaleta é a proposição de que a relação entre Estado e sociedade civil é variável, não sendo necessariamente de continuidade, especialmente nas regiões de capitalismo retardatário, como é o caso da América Latina. Encontramos no conceito de “equação social” ou “eixo estatal” formulado por Zavaleta esta possibilidade de análise da relação entre Estado (restrito) e sociedade civil. O conceito de “equação social” ou “eixo estatal” aparece como uma ferramenta analítica para a compreensão da variabilidade histórica do Estado no seu sentido ampliado, capaz de contemplar as diferentes experiências nacionais sem eliminar a capacidade explicativa geral dos conceitos.

Por fim, ressaltamos a necessidade de maiores estudos sobre a influência de Gramsci na obra de Zavaleta. Não está claro, por exemplo, em que momento de sua vida e por que caminhos Zavaleta começou a ler os textos de Gramsci. Um estudo desta envergadura dependeria de uma leitura de conjunto da obra de Zavaleta, desde sua juventude politicamente engajada na Bolívia até sua plena maturidade intelectual e acadêmica no México. Certamente esta reconstrução ajudaria a pensar de que forma e a partir de que temas e problemas se deu a incorporação de Gramsci na obra do sociólogo boliviano.

Referências

- ANDERSON, P. **Las antinomias de Antonio Gramsci**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.
- ARICÓ, J. O itinerário de Gramsci na América Latina. **Estudios de Sociología**, n. 5, p. 1–34, 1998.
- BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- BÓRQUEZ, E. C. René Zavaleta: una mirada comprometida. In: IBARGÜEN, M. A.; MÉNDEZ, N. (Eds.). **René Zavaleta Mercado: Ensayos, testimonios y re-visiones**. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 2006. p.179-188.
- BUCCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.
- BUCCI-GLUCKSMANN, J. C.; PORTANTIERO, G.; VACCA, M. A.; MACCIOCCHI. **Gramsci y la política**. Org. por Carlos Sirvent. México DF: UNAM, 1980.

CABALUZ, J. F. La especificidad del Estado en América Latina. Apuntes a partir de la obra de René Zavaleta Mercado. **Izquierdas**, n.38, p. 240-256, fev. 2018.

CAMPIONE, Daniel. **Para leer a Gramsci**. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2007.

CUEVA, A.; OBERDIEK, H. L.; TOMAZI, N. D. A concepção marxista de classes sociais. **Revista mediações**, v. 2, n. 2, p. 69–79, 1997.

FIENGO, S. V. René Zavaleta Mercado. Agosto de 2016. Disponível em <http://www.psl.ucr.ac.cr/sociologxs/rene-zavaleta-mercado>. Acesso em 08 de setembro de 2018.

GILLER, D. René Zavaleta, historiador de lo político: Seis propuestas para leer Lo nacional-popular en Bolivia. *Memoria Académica*, n.46, 2017. Disponível em http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7970/pr.7970.pdf. Acesso em 08 de setembro de 2018.

GRAMSCI, A. **Cuadernos de la cárcel - Tomo 1**. 2a ed. Pueblo: Era, 1999.

_____. **Cuadernos de la cárcel - Tomo 2**. 2a ed. Puebla: Era; 1999b.

_____. **Cuadernos de la cárcel - Tomo 3**. [s.l.] Era, 1968.

_____. **Cuadernos de la cárcel - Tomo 4**. México: Era, 1986.

_____. **Cuadernos de la cárcel - Tomo 5**. México: Era, 1999c.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBARGÜEN, M. A.; MÉNDEZ, N. (Orgs.). **René Zavaleta Mercado: Ensayos, testimonios y re-visiones**. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 2006.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo veintiuno, 1987.

MENDONÇA, S. R. DE. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o marxismo**, v. 2, n. 2, p. 27–43, 2014.

MORALES, H. R. Zavaleta: narrativa autobiográfica y socialismo local. In: IBARGÜEN, M. A.; MÉNDEZ, N. (Orgs.). **René Zavaleta Mercado: Ensayos, testimonios y re-visiones**. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 2006. p. 111–144.

MUNCK, R. Rethinking Latin America Back to the Future? **Latin American Perspectives**, v. 42, n.4, p.73–91, Jul. 2015.

OLIVER, L. René Zavaleta ante la especificidad latinoamericana del Estado y la política. In: IBARGÜEN, M. A.; MÉNDEZ, N. (Orgs.). **René Zavaleta Mercado: Ensayos, testimonios y re-visiones**. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 2006. p. 225–235.

PUCHET, M. Formas de pensar y hacer de René Zavaleta. Una evocación. In: IBARGÜEN, M. A.; MÉNDEZ, N. (Orgs.). **René Zavaleta Mercado: Ensayos, testimonios y re-visiones**. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 2006. p.83-92.

PACHECO, M. Memoria en los caminos a Bayamo. In: IBARGÜEN, M. A.; MÉNDEZ, N. (Orgs.). **René Zavaleta Mercado: Ensayos, testimonios y re-visiones**. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 2006. p.65-75.

PIZZORNO, P. Populismo y revolución pasiva. Sobre "los usos de Gramsci" en América Latina. **Revista Torres de Lucca**, v.6. n.11, p.97-130, jul-dez. 2017.

PORTANTIERO, J. C. **Los usos de Gramsci**. [s.l.] Folios Ediciones SA, 1981.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. 6a ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

RADA, P. R. Estado y estatalidad en René Zavaleta Mercado y Álvaro García Linera. **Bolivian Research Review/Revista Boliviana de Investigación**, v.11, n.1, pp.90-101, ago. 2014.

ROJAS, O. A. La influencia del pensamiento marxista de Antonio Gramsci en la concepción sobre el Estado de René Zavaleta Mercado. **Revista Kavilando**, v.9, n.2, p.321-574, 2017.

SECCO, L. A pré-história de Gramsci no Brasil (1927-1974). **Novos Rumos**, n. 32, p. 16–28, 2000.

TAPIA, L. Prólogo. In: TAPIA, L. (Org.). **La autodeterminación de las masas**. Bogotá: CLACSO, 2009a. p. 9–29.

_____. Bibliografía y hemerografía de René Zavaleta. In: TAPIA, L. (Org.). **La autodeterminación de las masas**. Bogotá: CLACSO, 2009b. p. 385-392.

_____. Lo nacional-popular y la forma primordial: desarrollos a partir de Gramsci. **Estudios Latinoamericanos**, n.32, p.85-99, jul-dez. 2013.

VARGAS, W. I. René Zavaleta Mercado: un retrato intelectual. **Ciência y Cultura**, n. 24, p. 175–190, maio 2010.

WILLIAMS, G. Social Disjointedness and State-Form in Álvaro García Linera. **Culture, Theory & Critique**, v.56, n.3, p.297-313, 2015.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, n. 65, p. 210–224, 2005.

ZAVALETA, R. El Estado en América Latina. In: **El estado en América Latina**. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1990. p. 161–203.

_____. Formas de operar del Estado en América Latina (bonapartismo, populismo, autoritarismo). In: IBARGÜEN, M. A.; MÉNDEZ, N. (Orgs.). **René Zavaleta Mercado: Ensayos, testimonios y re-visiones**. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 2006. p. 33–54.

_____. Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial. In: TAPIA, L. (Org.). **La autodeterminación de las masas**. Bogotá: CLACSO, 2009. p.291-320.

O DISCURSO DE SEGURANÇA PÚBLICA: BREVES REFLEXÕES SOBRE AS UPPs

Flávio Marcelo Busnello⁴⁸⁶

Resumo: Gramsci desenvolve uma forma original de compreender e explicar a relação entre sociedade civil e sociedade política. A proposta deste texto é explorar as possibilidades presentes nessa contribuição do autor italiano no que tange o debate contemporâneo da segurança pública, e mais especificamente aquele referente ao programa de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Em sintonia com a abordagem gramsciana, a diferença entre esses dois planos da sociedade, civil e política, será tratada aqui como puramente analítica. Ou seja, se por um lado, o fundamento da sociedade política é, prioritariamente, a coerção, e o da sociedade civil o consenso, por outro, o primeiro necessita de um nível de consenso, bem como o segundo evidencia algum grau de coerção. No caso da sociedade brasileira os recursos que incidem sobre o controle, garantindo o domínio de um grupo social sobre os demais, não são predominantemente aqueles ligados à diferentes formas de coerção – tais como forças armadas, prisões, sanções legais etc. – que geralmente se expandem a partir do Estado. A burguesia, em suas diversas expressões (financeira, industrial, agrária etc.), mesmo sem abrir mão do recurso da coerção, consegue se impor de modo “orgânico” para o restante da sociedade se valendo formas mais sutis de controle. Uma delas é hegemonizando um discurso onde a existência de variados níveis de repressão e controle é uma demanda que vem de amplos setores da sociedade, e é entendido como formas de proteção. Aparentemente, trata-se da hegemonia no sentido amplo, que articula coerção e consenso. É nesse sentido que será debatida a lógica da política de segurança pública de construção de UPPs, iniciada em dezembro de 2008 e o modo como a população interpreta tais iniciativas do Estado, que supostamente haveriam de contribuir com o problema de segurança pública.

Palavras-Chave: Segurança Pública. UPPs. Ideologia. Hegemonia.

Introdução

O presente artigo corresponde a fase inicial de uma pesquisa que resultará em uma tese de doutorado em ciência política. Procurou-se aqui aplicar o referencial teórico desenvolvido por Antonio Gramsci para compreender algumas questões pertinentes à segurança pública. Aparentemente o medo a violência ocupa um papel importante na produção do consenso necessário para estigmatizar e subjugar determinados grupos sociais. Nesse sentido, a proposta é debater até que ponto o discurso de segurança pública envolvido na criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) representa uma forma elaborada de dominação no sentido gramsciano. Portanto, esta análise será feita com vistas na atual fase do capitalismo, que evidencia a ampliação da função coercitiva estatal em resposta aos efeitos colaterais

⁴⁸⁶ Política implementada pelo no governo de Marcelo Alencar nos anos 1990, revogada somente em 1998.

decorrentes da tendência de encolhimento do papel de seguridade e assistência social do Estado (NETTO e BRAZ, 2006; MONTAÑO, 2012; WACQUANT, 2001, BAUMAN, 2001).

No caso da análise das UPPs, interessa compreender e explicar as relações de poder e de dominação que estão envolvidos na formalização legal de determinados valores e interesses que beneficiam a hegemonia de certos grupos sociais. Além disso, explicar a consolidação de um discurso que traduz ao senso comum medidas governamentais de controle social.

Ideologia da (in)segurança pública

No processo de passagem da ditadura para a redemocratização ocorre também uma reconfiguração da figura do inimigo do Estado, que deixa de ser o “subversivo” (MALAGUTI, 2003). No período da ditadura militar, este não era identificado por nenhuma característica física ou social. Sua identificação se dava pela manifestação de suas convicções políticas. Já o novo inimigo é caracterizado traços objetivos. Trata-se de um estereótipo definido, geralmente jovem, negro, pobre e morador de favela. Portanto, como argumenta Coimbra, há uma continuidade da influência da Doutrina de Segurança Nacional no processo de criminalização do pobre, ou ainda, na reconfiguração do “inimigo interno”, que passa a ser reconhecido como uma “classe perigosa”. Segundo Coimbra, “é uma espécie de retomada do discurso higienista do final do século XIX e início do XX, que identificava a população pobre como vetor de doenças e degenerados” (COIMBRA, 2001, p. 81). Esse modo de interpretar a questão social vai dando contornos ao Rio de Janeiro, fazendo-o progressivamente se aproximar de uma expressão utilizada por Zuenir Ventura: uma cidade partida.

A capacidade de construção da figura do inimigo se dá por intermédio do que Gramsci denomina de “estrutura ideológica”, ou “bloco ideológico”, e que possui a capacidade de organizar e direcionar as concepções de mundo, garantindo a hegemonia. Contudo, acerca da hegemonia, Buci-Glucksmann adverte que este “no puede ser reducido a la noción marxista de ideología dominante o a la problemática weberiana de los mecanismos de legitimación que recubren a la violencia com fines de integración social” (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, p. 76). A estrutura ideológica, para o autor italiano, é representada por todos os recursos e canais que influem ou podem influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente (GRAMSCI, 1999a). Argumenta Gramsci que é no exercício do controle social a partir da cultura, que grupos sociais reforçam seu domínio político e econômico, e esse controle se dá por intermédio do consenso dos dominados. Trata-se de uma disputa pela capacidade de dar sentido aos

valores, crenças e comportamentos sociais. Por essa perspectiva, um senso comum da noção de violência é construído, da mesma forma que também é delineado o perfil do sujeito que a pratica.

Essa forma de dominação, a partir da cultura, que produz um controle nas dimensões intelectual e moral, é que Gramsci dá o nome de hegemonia. Dessa forma, a hegemonia “possui uma relação dialética com o conceito de dominação, na medida em que a função de liderança econômica, social, intelectual e moral da(s) classe(s) (ou frações de classe) hegemônicas (dominantes) forma ou constitui um consenso (a partir dos valores dessas classes)” (CASTRO, 2011, p. 90). Portanto, não basta o controle econômico, ou militar, para que um determinado grupo se faça hegemônico. Dentre os canais e recursos que compõem a estrutura ideológica se destaca atualmente a mídia em suas expressões digital, televisiva, radiofônica e impressa. Assim, com suas “metáforas de guerra, suas vítimas intermináveis, suas assombrosas estatísticas de mortos e feridos. A mídia não descreve apenas o que chama de violência, ela também participa da sua construção, é também um dos atores desse drama social” (MISSE, 2006, p. 25-26).

Dentro da tradição gramsciana essa luta pela construção dos significados intelectuais e morais é representada por uma luta pela hegemonia, assim esta batalha não é travada exclusivamente no mundo das ideias. Há todo um conjunto de relações materiais, que serve de lastro para os diversos tipos de reproduções ideais da realidade (GRAMSCI, 1999a). Ou ainda, seguindo de perto as elaborações de Marx e Engels Gramsci afirma que “no son las ideologías las que crean la realidad social, sino que es la realidad social, en su estructura productiva, la que crea las ideologías” (GRAMSCI, 1999b, p.149). Portanto, a construção do significado da noção de violência, ou seja, qual é e qual não é ilegítima, torna-se central na elaboração de políticas de segurança pública. Tais políticas expressam e, ao mesmo tempo, reforçam uma determinada forma de compreender quem, ou o que, representa uma ameaça à ordem social. Portanto, está implícito no discurso sobre segurança pública, e em sua efetivação na forma de políticas, um conjunto de representações da realidade.

Em Gramsci é de fundamental importância compreender os fatores que estão envolvidos na construção das ideologias, pois estas estão envolvidas em todos os processos hegemônicos. Como observa Eagleton, ideologia no sentido gramsciano “refere-se especificamente à maneira como as lutas de poder são levadas a cabo no nível da significação” (EAGLETON, 1997, p. 106).

Nesse sentido, vai ao encontro do que foi dito a construção da imagem do marginal. Somente no início do século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo, que a figura do marginal deixa de ser àquele que se encontra em condição de pauperismo, a margem das condições dignas de sobrevivência e

passa a receber uma conotação negativa. A partir de então, a expressão “marginal” começa então a ser usada como expressão análoga a criminalidade. Assim, “o pobre, aqui identificado com a figura do ‘marginal’, passa a ser visto como ameaça à ordem. Aqui se produz a separação entre ‘pobre’ (objeto de ações assistenciais, por mendicância e vadiagem) e ‘trabalhador’ (objeto de serviços de saúde e previdência social)” (MONTAÑO, 2012, p. 273). Nestes termos, opõe-se ao “cidadão de bem” a representação genérica do marginal. Acerca da idealização deste último, que gera uma insegurança geral, Malaguti afirma que,

“são os camelôs, flanelinhas, pivetes e estão por toda parte, até em supostos arrastões na praia. Não merecem respeito ou trégua, são os sinais vivos, os instrumentos do medo e da vulnerabilidade, podem ser espancados, linchados, exterminados ou torturados. Quem ousar incluí-los na categoria cidadã estará formando fileiras com o caos e a desordem, e será também temido e execrado” (MALAGUTI, 2003, p.36).

Desta forma, o discurso que predomina no debate sobre segurança pública, no Brasil, aparentemente, estabelece uma relação estreita entre pobreza e criminalidade. Nesse sentido, que a “exponenciação da questão social, que continua sendo naturalizada, mas acrescida pela criminalização do pauperismo e dos pobres” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 220). A criminalização da pobreza enquanto ideologia, de modo geral, ganha maior visibilidade em contextos de crise do capitalismo, os quais aprofundam a desigualdade social, e potencializam a insegurança social, intensificam a criminalidade, bem como precarizam as condições de subsistência, e dessa forma alimentando múltiplas formas de violência (WACQUANT, 2001). Em razão disso, determinadas ações de repressão e violência efetuadas pelo Estado passam a ser entendidas como legítimas, ações estas que em outras circunstâncias não seriam socialmente toleráveis (NETTO, 2001). Trata-se da capacidade que um grupo social possui de converter sua própria concepção de mundo em verdade universal,

(...) seja porque as condições materiais que a geram e a ação do sujeito coletivo que a sustenta conseguem construir amplos consensos, seja porque todos os mecanismos de correção social e estabelecimento de normatividades afins a esta concepção do mundo impõem-se como essência moral e valores compartilhados mediante o recurso à violência em todas suas formas, justificando assim a sanção à dissidência em quaisquer dos campos da vida social (CECEÑA, 2003, p.29).

Decorre daí, que as políticas públicas construídas com base na simplificação da questão social dificilmente trazem resultados positivos para o problema da segurança. Caracterizam-se por tentativas de, a curto prazo, solucionar uma questão complexa. Com isso por vezes apenas agravam o problema, como por exemplo com a consolidação do “bônus de bravura”⁴⁸⁷, que consistia em um acréscimo salarial que seria efetuado para os policiais que participassem de eventos letais contra criminosos (CANO, 1998).

⁴⁸⁷ Há uma estimativa oficial que, somente em 2007, mais de 1300 pessoas morreram em confronto com a polícia no estado do Rio de Janeiro (RELATÓRIO, 2017).

Dessa forma, “as mortes cometidas por policiais são naturalizadas pelo Estado e pela sociedade em geral, banalizando uma violência letal que atinge especialmente os jovens negros nas favelas” (RELATÓRIO, 2017, p. 7) e sempre justificadas, de modo retórico, em nome da segurança pública. O confronto direto foi historicamente a estratégia de atuação do Estado para conter a ameaça do crime organizado, independentemente dos resultados ao longo do tempo se mostrarem insatisfatórios, principalmente para os moradores das comunidades carentes visadas pela violência. O Relatório da pesquisa sobre Percepção dos Moradores Sobre Segurança Pública apresenta que,

Uma das consequências negativas da abordagem militarizada para o policiamento nas favelas é que esse método termina por gerar violação dos direitos. Isso enfraquece a legitimidade da polícia com os moradores e até reforça a sensação em parte dos moradores que os integrantes das facções de traficantes são mais respeitosos e defendem mais a comunidade. Assumindo a condição de uma força invasora, os policiais, em geral, desconfiam dos moradores e muitas vezes os tratam como se fossem "inimigos do estado" e associados aos traficantes (RELATÓRIO, 2017, p. 6).

Frente a isso, a legitimidade do poder das forças policiais, ao incorporarem (e representarem) esse discurso e essa prática, sofre um desgaste do ponto de vista dos moradores das regiões carentes. O que, por sua vez, força o Estado a disputar o monopólio do uso legítimo da força física com forças paralelas, tais como os líderes do tráfico ou as milícias. Eventualmente esses grupos, em razão do vácuo deixado pelo poder público, cumprem parcialmente o papel do Estado no que toca ao estabelecimento de leis que, em alguma medida, produzem uma certa ordem.

Generaliza-se a ideia de que “favelas e invasões tomaram conta dos morros e seus habitantes estão ‘sitiando’ a cidade legal, que, por décadas, ignorou o potencial explosivo da cidade ilegal” (FREITAG, 2008, p.167). Diante desse contexto, em outubro de 2007, José Beltrame, então secretário de segurança do Rio de Janeiro, diz em entrevista à Revista Veja que: “O Rio chegou a um ponto que infelizmente exige sacrifícios. Sei que isso é difícil de aceitar, mas, para acabarmos com o poder de fogo dos bandidos, vidas vão ser dizimadas. (...). É uma guerra, e numa guerra há feridos e mortos” (BELTRAME, 2007). Sua fala está em conexão com um sentimento de insegurança presente na sociedade, que dissemina na sociedade a sensação de que todos são vítimas em potencial. A resposta tende a vir na forma da

“ativação dos mecanismos acusatórios, o crescimento das demandas de incriminação e de autoridade, (...), reproduzindo ampliadamente uma lógica da violência que se pretendia isolar. (...). Esse processo facilita sua absorção dedutiva ao discurso do Mal absoluto e sua metamorfose, por afinidade de sentido, aos signos da ‘guerra civil’, da ‘anarquia’, da ‘ausência de Estado’, apontados recorrentemente para as franjas sociais da cidade e para certo tipo de criminalidade social” (MISSE, 1999, p. 42).

Portanto, a demanda social por mais punição deve ser analisada a partir desse cenário de insegurança e medo, levando em conta o papel que a dimensão policial do Estado possui. Gramsci leva em conta em sua análise acerca do Estado as transformações ocorridas na organização do “braço armado” da sociedade política. Afirma que “la policía en sentido amplio, o sea no sólo del servicio estatal destinado a la represión de la delincuencia, sino del conjunto de fuerzas organizadas por el Estado y por los particulares para tutelar el dominio (político y económico) de la clase dirigente” (GRAMSCI, 1999d, p. 103). E é nestes termos o discurso de segurança pública é ideológico, justamente por ser construído sem levar em conta contexto da luta classes, e dessa forma garante que interesses particulares de classe, ou frações de classe, possam se universalizar.

Ou seja, o Estado, que pune com rigor os atos que ameaçam a integridade dos indivíduos será sempre, conforme afirma Gramsci (1999c), um espaço político que não paira acima da sociedade, nem mesmo fora dela, portanto jamais será neutro. O Estado, que cumpre a função de implementar as políticas de segurança é resultante, segundo Gramsci, de um conflito insolúvel de classes, e se estabelece em articulação com a hegemonia, moldando-se em resposta ao conjunto das forças sociais. Com isso, o Estado é um espaço privilegiado para o exercício da coerção, todavia a construção de consenso e a direção moral e intelectual também permeiam as relações estatais.

Foi em meio a uma guerra aberta contra o tráfico, mais especificamente em outubro de 2007⁴⁸⁸, que o Brasil conquista o direito de sediar a copa do mundo e o Rio de Janeiro é uma das cidades-sede e no ano seguinte, Rio de Janeiro supera Tóquio, Madri e Chicago e recebe o direito de sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Evidentemente, uma política de guerra do Estado contra o crime organizado compromete a construção de uma imagem de segurança e estabilidade. Sob a influência, ou não, desses megaeventos o fato é que a partir de 2008 a política e o discurso de segurança pública sofrem uma alteração e uma nova estratégia de intervenção por tempo indeterminado do Estado em determinadas favelas é colocada em prática.

Algumas considerações acerca do discurso e prática das UPPs

As políticas executadas pelo Estado que efetivaram as UPPs, em certa medida, refletem o discurso dominante em termos legais e regulatórios. Conforme apresentado, o contexto político/ideológico no qual surgem as Unidades é caracterizado pela forte sensação insegurança e

⁴⁸⁸ Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/historico>. Acesso em: 12/08/2018.

dificuldade do Estado em conter uma onda de violência, geralmente relacionada ao tráfico de drogas e armas. Outro fator que deve ser levado em conta é a necessidade de construir uma imagem, nacional e internacionalmente, de um Rio de Janeiro seguro. Assim, em dezembro de 2008 foi criada a primeira, das 37⁴⁸⁹, UPPs e com isso se iniciava uma experiência pioneira em matéria de política de segurança pública no Brasil. A tática utilizada foi de ocupar determinados espaços que se apresentam vulneráveis ao tráfico e permanecer por tempo indeterminado, estabelecendo o domínio policial do Estado.

A existência legal das UPPs está baseada numa estrutura normativa composta pelo Decreto 41.650. Somente em janeiro de 2011 foi publicado o primeiro decreto que avança minimamente na estrutura, nos objetivos e na organização do programa (CANO, BORGES e RIBEIRO, 2012). Este regula a formação dos policiais envolvidos nas UPPs, que deverá ocorrer “com ênfase em direitos humanos e na doutrina da polícia comunitária” (DECRETO 42.787/2011). Contudo, nenhum decreto estabelece as regras de conduta dos policiais, apenas garante ao comandante o poder de “estabelecer diretrizes norteadoras objetivando a padronização dos procedimentos policiais militares nas UPPs com foco nos seus objetivos táticos e estratégicos” (DECRETO 42.787/2011). Isso indica a falta de um padrão de ação, e permite que as diretrizes de conduta para se alcançar determinados fins sejam pouco, ou nada, formalizados. O que dá margem para abusos e violações de direitos contra os moradores das favelas assistidas pelas Unidades. Por exemplo, “eventos que são percebidos pelos policiais como geradores de ‘tumulto’ ou desordem são proibidos ou coibidos por meio de repressão física. Eventos em áreas públicas devem ser autorizados, sendo sua liberação feita a critério da autoridade policial” (FLEURY, 2012, p.213).

O professor Michel Misse observa algumas semelhanças das UPPs com projetos anteriores, tais como o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) e os Postos Policiais Comunitários (PPC). Contudo, um dos fatores que a diferencia é que a UPP “pôde dispor de um respaldo midiático e facilidades orçamentárias sem precedentes, o que lhe permitiu alcançar proporções muito maiores” (MISSE, 2006, p. 122). A promessa que acompanha a inauguração das Unidades é a de que a “pacificação” seria acompanhada de políticas de habitação, educação, cultura etc. O próprio secretário de segurança pública Beltrame adverte que,

nada sobrevive só com segurança (...). É hora de investimentos sociais. Se não houver investimentos maciços na dignidade dos cidadãos, na geração de perspectivas para aquelas pessoas, não digo que o programa vá dar errado, mas não é a polícia que vai garantir o sucesso de tudo isso. A UPP criou um ambiente para a sociedade começar a pagar a dívida que todos temos

⁴⁸⁹ Os procedimentos legais para esta transição estão disponíveis em: http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-33347-2011-rio-de-janeiro_177680.html

com essas áreas até então excluídas. O sucesso do projeto depende de investimentos maciços, e estes não estão sendo feitos na velocidade necessária. (BOTTARI; GONÇALVES, 2011)

Diante disso, em setembro de 2010 é assinado o decreto de criação da UPP Social, inaugurada no Morro dos Macacos. Contudo, em janeiro de 2011 a responsabilidade desse órgão foi passada para o município, ficando sob a responsabilidade do Instituto Pereira Passos. E passa a se chamar UPP Social Carioca⁴⁹⁰ e deveria efetuar o investimento social complementando a intervenção policial e com isso dar sustentabilidade à pacificação. O objetivo inicialmente era “criar canais de comunicação e interlocução social (fóruns, ouvidoria) e apoio das organizações e ações realizadas nessas comunidades” e promover um “sistema permanente de escuta, parcerias com comunidades locais, setor privado e sociedade civil” (HENRIQUES e RAMOS, 2011, p. 9-11). A expectativa apresentada por essa premiada política⁴⁹¹ era de implementar, ou aprimorar caso já existissem, serviços públicos, tais como sistema de esgoto, coleta de lixo, educação e saúde, além de “promover a cidadania e o desenvolvimento socioeconômico nessas áreas e finalmente contribuir para efetivar a integração dessas áreas ao conjunto da cidade” (HENRIQUES, RAMOS, 2011, p. 3). Nestes termos, supostamente essa iniciativa vai ao encontro de um projeto político de segurança pública alternativo. Beltrame em 2012, ainda como secretário, mas com um discurso diferente daquele de “guerra ao tráfico” afirma que nas últimas décadas a polícia foi lançada, sem preparo, dentro das “ilhas de criminalidade” e estimuladas pelos Secretários de segurança a matar, “agora, segundo ele, precisamos de políticas públicas para se reverter isso. Precisamos sair de uma polícia que fazia guerra para uma polícia que presta serviço. A UPP está nos mostrando que isso é possível” (BELTRAME, 2012, p. 48).

Nesta fala o Beltrame demonstra seu otimismo com resultados alcançados pelas UPPs. Todavia, a parte social, que ficaria a cargo das UPP Social, independentemente de uma série de projetos bem-sucedidos (programas de geração de renda, cultura e educação) recebe uma receita insuficiente que compromete sua ampliação e manutenção. Assim, aparentemente, o debate que gira em torno dos problemas da segurança pública, inegavelmente graves e importantes, desconsidera outros problemas que além de apresentarem semelhante gravidade e importância, estão intimamente relacionados com o aumento da criminalidade. E nesse sentido, “enquanto a UPP tem um mandato claro em relação à ocupação policial para enfrentar problemas de segurança, com recursos colocados à sua disposição pelo poder público e empresariado, a UPP Social revela flagrante debilidade institucional” (FLEURY, 2012, p.

⁴⁹⁰ Para melhor detalhamento daquela que foi a mais representativa premiação acessar: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4687674>

⁴⁹¹ Dados do Instituto de Segurança Pública. Site: <http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=348>.

200). Isso indica, aparentemente, a existência de um discurso acerca da segurança pública entende que é possível “pacificar” uma sociedade imersa em conflitos sociais por intermédio da via penal, sem a necessidade de atuar em outras formas de conflitos sociais.

As favelas ocupadas até 2010 eram menores e menos desafiadoras. Foram basicamente três os critérios de escolha das áreas de UPPs: a) favelas próximas a destinos turísticos na região mais rica da cidade na Zona Sul; b) do ponto de vista tático foi feita a opção, prioritariamente, mas não exclusivamente, pelos territórios controlados pelo Comando Vermelho e c) regiões que não estavam sob o controle de milícias. (MAGALONI, FRANCO e MELO, 2015). No relatório da pesquisa organizada por Cano, Borges e Ribeiro sobre a relação da redução da criminalidade e a avaliação do impacto dessas UPPs, encontra-se a afirmação de que as Unidades conseguem “reduzir drasticamente” a violência letal nas comunidades, pelo fim dos confrontos armados e disputa de território (CANO, BORGES e RIBEIRO, 2012). Já o aumento do índice de crimes não letais após a implantação das Unidades, como furto e estupro podem ser explicados de duas maneiras, pela ausência dos traficantes e milicianos, que reprimiam tais crimes com expulsão, tortura e até morte, ou ainda pelo aumento das denúncias feitas pelos moradores, por se sentirem protegidos (CANO, BORGES e RIBEIRO, 2012).

Todavia, vale observar que dentre os crimes não letais está incluído o desaparecimento, que segundo dados do Instituto de Segurança Pública, praticamente dobrou após as UPPs, ou seja, os registros de desaparecimento aumentaram nas UPPs, desde 2009, em maior proporção do que no resto da cidade (CANO, BORGES e RIBEIRO, 2012, p. 42). O que poderia implicar uma subestimação do número de homicídios. Cano, Borges e Ribeiro afirmam que outra forma de interpretar essa situação é que desde as UPPs passou a existir “uma maior confiança na polícia e na sua capacidade de localizar as vítimas, visto que o registro de desaparecimento em geral está associado à esperança e à urgência de encontrar a pessoa” (CANO, BORGES e RIBEIRO, 2012, p. 42). Contudo, frente a inexistência de estatísticas que assegurem que os desaparecimentos não coincidem com assassinatos, essa suposição pode estar mais próxima de uma defesa ideológica das UPPs do que de uma constatação baseada em dados.

Os conflitos armados caíram significativamente nos primeiros anos de UPPs. Porém, a partir de 2012, com a ocupação do Complexo do Alemão seguida da ocupação da Rocinha, “os confrontos violentos entre policiais e traficantes foram se tornando cada vez mais frequentes, aumentando significativamente a taxa de mortes de policiais das UPPs, de moradores” (RELATÓRIO, 2017, p. 09). A crise de legitimidade se acentua ainda mais em 2013 com o desaparecimento de Amarildo Dias de Souza.

Em razão do exposto acima, mesmo levando em conta seu ineditismo, é possível associar a política das UPPs ao que Gramsci chama de Estado Guarda Noturno (expressão que atribui a Lassalle). Esta é a forma que o autor italiano utiliza para se referir ao Estado “cuyas funciones se limitan a la tutela del orden público y del respecto a las leyes”, e mais adiante acrescenta que isso ocorre enquanto “la dirección del desarrollo histórico pertenece a las fuerzas privadas, a la sociedad civil” (GRAMSCI, 1999f, p. 195). A forma de planejar e executar uma política de segurança pública, que é capaz de incluir apenas discursivamente estratégias de promoção da dignidade dos moradores e garantias de seus direitos, evidencia os limites de uma lógica reprodutora de desigualdades sociais. Esta forma de Estado pode ser associada contemporaneamente com a ideia de “estado mínimo”, liberal (LIGUORI, 2015). E desta maneira, conforme Buci-Glucksmann, “tiene funciones de tutela del orden público, de respeto por leyes, assume un carácter jurídico-coercitivo, que corresponde a una fase en la cual la lucha de clases se plantea alrededor de objetivos prioritariamente económicos” (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, p. 352). Nesse sentido Gramsci afirma que,

“naturalmente los liberales ‘economistas’ están por el ‘Estado-veilleur de nuit’ y querrían que la iniciativa histórica fuese dejada a la sociedad civil y a las diversas fuerzas que en ella pululan con el ‘Estado’ como guardián de la ‘lealtad del juego’ y de las leyes del mismo: los intelectuales hacen distinciones muy importantes cuando son liberales y también cuando son intervencionistas (pueden ser liberales en el campo económico e intervencionistas en el cultural etcétera)” (GRAMSCI, 1999f, p. 195).

Gramsci analisa as relações de complementaridade entre sociedade civil e sociedade política garantidoras da reprodução de uma dada ordem política e econômica. Por isso, contrasta a concepção de Estado guarda-noturno com a noção de Estado Integral. Esse último transcende a esfera da sociedade política e engloba a sociedade civil. Portanto, “en la noción general de Estado entran elementos que deben reconducirse a la noción de sociedad civil (en el sentido, podría decirse, de que Estado = sociedad política + sociedad civil, o seja hegemonia acorazada de coerción)” (GRAMSCI, 1999c, 76). É necessário que se entenda o Estado para além do aparelho de governo, mas também os aparelhos entendidos como privados de hegemonia, ou sociedade civil (escola, sindicato, igreja etc) (GRAMSCI, 1999d).

O consenso, no caso das UPPs, em alguma medida, vincula-se com a dimensão do medo. Do ponto de vista dos moradores das favelas que compartilham de uma sensação de impotência e insegurança tanto diante do poder de vida ou morte exercido por parte do crime organizado quanto por parte da polícia. Já do ponto de vista daqueles que não moram em favelas, o medo está relacionado aos elementos da criminalização da pobreza, anteriormente tratado, e que representa uma forma de interpretar a demanda por essa concepção de Estado guarda-noturno e sua legitimidade na forma das UPPs. Ou seja,

“uma população com medo favorece sempre as soluções autoritárias. Tudo isso, afeta intensamente os “territórios da pobreza” cujo coração, na realidade e no imaginário coletivo, são as favelas” (MACHADO DA SILVA, LEITE, FRIDMAN, 2005, p.29). Dessa forma, que um discurso acerca da impunidade do crime convive com dados que indicam que entre 2001 e 2011 mais de 10 mil pessoas foram mortas em confronto com a polícia no Rio de Janeiro⁴⁹².

CONCLUSÃO

Observou-se que a política de segurança que inaugura as UPPs faz parte de uma tendência geral identificada por Wacquant (2001) de substituição progressiva de investimentos e políticas sociais para investimentos no sistema penal. Isso vai ao encontro de uma forma de controle social, que por intermédio da ideologia, favorece o funcionamento de uma sociedade desigual, dividida em classes.

A estrutura ideológica que sustenta essa forma de intervenção do Estado estabelece uma associação direta entre pobreza e crime. Omite o cotidiano de privações e violações de direitos básicos vivenciado por uma parcela da sociedade. Como foi apresentado o contexto da inauguração das UPPs estava marcado pela insegurança e o medo. A simplificação do fenômeno da violência evidenciada pelo poder público se traduz em sua resposta imediatista: mais repressão. O que em um primeiro momento parece amenizar o medo, que cotidianamente é reforçado pelos mecanismos “privados” de hegemonia, tais como aqueles ligados a cultura, sindicatos, escola, meios de comunicação etc.

Para fins de conclusão, vale observar o que diz Gramsci, ao discutir as possíveis variações contidas na ação do Estado. Em uma passagem dos Cadernos do Cárcere resgata a figura do mitológico Centauro tratado por Maquiavel. Essa figura da, “doble naturaleza del Centauro maquiavélico, ferina y humana”, segundo ele, sintetiza a dupla perspectiva do Estado nas seguintes articulações: “de la fuerza y del consenso, de la autoridad y de la hegemonia, de la violencia y de la civilización, del momento individual y del universal (de la ‘Iglesia’ y del ‘Estado’), de la agitación y de la propaganda, de la táctica y de la estrategia” (GRAMSCI, 1999d, p. 30). Esta análise preliminar sugere que o medo é um elemento que perpassa o Estado no seu sentido amplo. Tanto nas ações do Estado guarda-noturno quanto nos discursos advindos da sociedade civil que criminalizam a pobreza. Assim, a simplificação apresentada pela política de segurança pública estudada resulta na relativização do direito social daqueles que representam uma ameaça à ordem, e busca legitimidade pela mobilização do instinto de sobrevivência.

⁴⁹² Mestre em Ciência Política e aluno de doutorado do PPGCP, UFRGS.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BELTRAME, José Mariano. **Sem hipocrisia** - Entrevista. Revista Veja, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://arquivoetc.blogspot.com/2007/10/veja-entrevista-jos-mariano-beltrame.html>. Acesso em: 05/09/2018.

_____. **Uma Polícia para Combater a Criminalidade Violenta** - Entrevista. In: Revista de Direitos Humanos: Brasília, p. 46-50, 2012.

BOTTARI, Elenice; GONÇALVES, Liane. **Beltrame quer pressa em investimentos sociais pós-UPPs: Nada sobrevive só com segurança**. Jornal O Globo, edição de 21 de maio de 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/beltrame-quer-pressa-em-investimentos-sociais-pos-upps-nada-sobrevive-so-com-seguranca-2764060#ixzz3DtOfJMMv>. Acesso em: 21/08/2018.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2001.

CANO, Ignácio. **Uso da força letal pela Polícia do Rio de Janeiro: os fatos e o debate**. Archè, ano 7, n. 19, 1998, p. 201-229.

_____; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo (Orgs.). **Os Donos do Morro: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012.

CASTRO, H. C. O.. **Cultura Política, Democracia e Hegemonia na América Latina**. Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas, v. 5, p. 79, 2011.

CECEÑA, Ana Esther. **América Latina en la geopolítica del poder**. In, **Alternativas Sur: el Área de Libre Comercio de las Américas**. Madri: CETRI/CIP, 2003.

DECRETO 42.787/2011. Disponível em: http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_42_787_-_060111.htm. Acessado em: 20/08/2018.

DECRETO 41.650/2009. Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view_pdf.php?ie=NDMyOA==&ip=NA==&s=NDA0M2RhZGM4NmE5ZmQ3NmFmNTQ0MDY5OWM5MzZhOWM=. Acessado em 08/08/2018.

EAGLETON, Terry. *Ideologia – Uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997.

[FLEURY, S.](#) **Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta**. Sociologias (UFRGS. Impresso), v. 30, p. 194-222, 2012.

FREITAG, Barbara. **Teorias da Cidade**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la Cárcel** – Tomo 2. Cidade do México: Ediciones Era, 1999a.

_____. **Cuadernos de la Cárcel** – Tomo 3. Cidade do México: Ediciones Era, 1999b.

_____. **Cuadernos de la Cárcel** – Tomo 4. Cidade do México: Ediciones Era, 1999c.

_____. **Cuadernos de la Cárcel** – Tomo 5. Cidade do México: Ediciones Era, 1999d.

_____. **Cuadernos de la Cárcel** – Tomo 5. Cidade do México: Ediciones Era, 1999f.

HENRIQUES, R.; RAMOS, S. **UPP Social: Ações sociais para a consolidação da pacificação**. In: URANI, A.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **Rio: a hora da virada**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011.

LIGUORI, Guido. **Estado Guarda-Noturno**. In, LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2015. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN, Luis Carlos. **Matar, morrer, "civilizar": o "problema da segurança pública"**. IN: **MAPAS – monitoramento ativo da participação da sociedade**. Rio de Janeiro: IBASE/Action Aid Brasil/Fundação Ford, 2005. Disponível em:

http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_matar_morrer_civilizar_luiz_silva.pdf

MAGALONI, B., FRANCO, E & MELO, V. **Killing in the Slums: The Problems of Social Order and Police Violence in Rio de Janeiro**. 2015. Disponível em:
file:///C:/Users/busne/Documents/TESE/MAGALONI%20-%20Matando%20nas%20favelas%20uma%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20do%20impacto%20da%20reforma%20policial%20no%20Rio%20de%20Janeiro.pdf . Acesso em: 02/07/2018.

MALAGUTI, Vera. **Difíceis Ganhos fáceis: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MISSE, Michel. **A Violência como Sujeito Difuso**. In: FEGHALI, J.; MENDES, C.; LEMGRUBER, J. (Orgs.). **Reflexões Sobre a Violência Urbana: (in)segurança e (des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

_____. **Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IUPERJ (Tese de doutorado em sociologia), 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “Questão Social” e seu Enfrentamento**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. Editora Cortez, n.110. 2012.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito de la "cuestión social"**. Brasília: Temporalis, n. 3, 2001.

_____. & BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS. **Pesquisa Sobre Percepções de Moradores de Favelas Sobre Segurança Pública e os Dilemas da UPP.** Disponível em:

<https://redesdamare.org.br/blog/publicacoes/pesquisa-sobre-percepcoes-de-moradores-de-favelas-sobre-seguranca-publica-e-os-dilemas-da-upp/>. Acesso em: 08/08/2018.

RELATÓRIO Estudo: **Percepção de Moradores Sobre Segurança Pública e a Implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em Favelas do Rio de Janeiro.** Disponível em:

<http://of.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Relat%C3%B3rio-Sobre-Seguran%C3%A7a-P%C3%ABlica-e-Dilemas-da-UPP.pdf>. Acesso em: 20/08/2018.

RIBEIRO, Paulo Jorge. **Do Balcão de Direitos às UPPs: duas experiências de resolução de conflitos em favelas do Rio de Janeiro.** Revista Magistro , v. 1, p. 136-145, 2015.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

ESTADO E HEGEMONIA: mudança e conservação na América Latina

José Jorge Rodrigues Branco⁴⁹³
Juliana Botelho Foernges⁴⁹⁴

Resumo: O presente trabalho visa discutir a conservação da hegemonia política na América Latina apesar das frequentes mudanças de regime político, partindo dos conceitos de Antonio Gramsci. O processo de constituição do Estado capitalista é um processo de dominação e supremacia, mesmo que permita a coexistência de diferentes modos de produção. Falamos aqui da hegemonia política das classes sociais capitalistas que tiveram no controle do Estado moderno sua principal estratégia de dominação. O processo de constituição do Estado na América Latina significou a consolidação da dominação burguesa e o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Mesmo as mudanças de regimes políticos, como da monarquia para a república ou do autoritarismo para a democracia, não implicaram em mudanças do controle político do Estado, ou seja, as mudanças de regime político na América Latina não alteraram a hegemonia política de classe no continente. O Estado latino-americano não parece capaz de alterar tal hegemonia política, ao contrário, é fator chave da sua consolidação. Efetivamente, uma grande parte da explicação desse fenômeno repousa no processo crescente de integração à ordem capitalista global que transformou as características do bloco de forças no poder.

Palavras-Chave: Estado. Bloco histórico. Bloco de forças no poder. Hegemonia. Mudança e conservação.

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho busca levantar alguns elementos teóricos de pesquisa sobre o Estado como elemento determinante na construção da hegemonia das classes dominantes no continente latino-americano, ao garantir as condições políticas e normativas para a implantação e o desenvolvimento do capitalismo.

O problema aqui levantado propõe a identificação de uma aparente paradoxo, as mudanças ocorridas no continente, ao longo do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e de seu correspondente Estado são, antes de mais nada, mudanças de regime político, sem que signifiquem, no entanto, alterações radicais de hegemonia política do bloco de forças burguesas, dominante na formação econômica capitalista. Trata-se de uma dinâmica aos moldes de uma revolução passiva, onde o próprio bloco no poder e as classes dominantes vão superando suas crises políticas através de mudanças na estrutura econômica e da absorção de demandas e tensões produzidas pelas demais classes e frações

⁴⁹³ Mestre em Ciência Política e aluna de doutorado do PPGCP, UFRGS.

⁴⁹⁴ Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Estudante e bolsista de Doutorado (UFF/CAPES-MEC). Membro do Núcleo de Pesquisa Estado e Poder no Brasil – NUPEPB e do Observatório da História da Classe Trabalhadora (UFF). E-mail: hbrmarcelo@gmail.com

não hegemônicas, gerando processos de mudanças, inclusive na fração dirigente, sem que se alterasse a essencialidade do modo de produção.

A partir de uma revisão bibliográfica, esse trabalho, propõe uma leitura de alguns conceitos que permitem compreender o fenômeno dialético da mudança e da conservação no desenvolvimento do Estado, do capitalismo e da dominação na América Latina. Propõe, assim, um tema para pesquisa que permita identificar a dinâmica complexa deste processo de consolidação da hegemonia política.

2. ESTADO, HEGEMONIA E POLÍTICA

O Estado capitalista é um Estado com direção hegemônica de classe, por isso se caracteriza como burguês. Contudo, essa dominação somente é possível na medida em que estabelece a ideia de hegemonia de uma classe ou fração sobre as demais de seu campo, assim como em relação às classes dominadas. O Estado dá forma, portanto, ao bloco de poder constituído pelas classes dominantes sob hegemonia da burguesia, ou de fração dessa classe. É sob o controle dessa unidade contraditória entre frações distintas das classes dominantes e por meio das formas políticas que assume o Estado que se realiza essa fase superior da dominação, a hegemonia. Segundo Poulantzas (1977, p. 137), “O Estado capitalista torna possível o funcionamento de um bloco no poder, composto de várias classes ou frações politicamente dominantes. Entre essas classes e frações dominantes, uma delas detém o papel dominante particular, o papel hegemônico”.

Esse conceito permite compreender a prática política das classes dominantes. A dominação de classes não se atém à ideia de dominação pela força e pela violência, mas se constitui da função de direção e da função ideológica particular, as quais constituem a verdadeira dimensão da dominação burguesa, o consentimento das classes dominadas. A concepção de mundo da classe hegemônica é que determina a adesão das classes dominadas a um sistema de dominação determinado.

A classe, ou fração, hegemônica é aquela que se constitui como capaz de combinar, simultaneamente, as capacidades de expressar o interesse geral e de manter a dominância específica entre as classes e frações dominantes do bloco no poder. O conceito de hegemonia está associado à promessa de um novo Estado, de uma nova cultura ou uma nova economia. Enfim, é uma luta cultural, uma batalha de ideias e valores, de uma ideia crítica compartilhada por mais de um grupo e que passa a ser consenso ou uma ideia majoritária na sociedade. Por isso se fala aqui em hegemonia política, com o sentido de dar a verdadeira valência das relações de hegemonia, superior ao conferido pelo sentido clássico da

supremacia ou imposição. A hegemonia política está vinculada às relações culturais entre sociedade civil e política, à relação combinada entre consenso e força.

Os blocos de forças são constituídos por diferentes classes sociais e frações, seus interesses e programas se materializam na relação entre a sociedade e o Estado, sendo no “espaço” do Estado que se organiza a hegemonia do bloco no poder (POULANTZAS, 1980).

A hegemonia é o exercício da dominação através do uso combinado do consenso e da coerção, os quais se equilibram. É a capacidade de liderar e de impor através do uso das ideias, é a capacidade de constituir valores éticos, políticos e econômicos que sejam mais amplos do que o grupo do qual esses valores emergem ou pelo qual são representados, convencendo outros grupos desse conjunto de ideais e valores. Uma classe é hegemônica quando dirige a si própria e domina as classes aliadas, simultaneamente (LIGUORI; VOZA, 2017).

Assim, essa concepção de hegemonia significa conceber a luta política como uma luta no campo da cultura, ou seja, no campo da sociedade civil. Porém, essa luta no campo da sociedade civil está absolutamente determinada pelo poder de Estado, ou seja, pelo poder político da fração hegemônica do bloco de poder na direção do Estado.

O central é a compreensão de que hegemonia não é o estabelecimento da supremacia exclusivamente pela capacidade de força de uma classe sobre outra, o que nos levaria a considerar que o Estado apenas cumpriria uma função coercitiva em favor de uma única classe. Em verdade, se assim fosse, não seria devido falar em hegemonia, mas tão somente em supremacia. Nesse caso, o Estado seria tomado apenas como reflexo da infraestrutura em uma interpretação em que não haveria espaço analítico para considerar qualquer dimensão de autonomia e contradição em seu interior.

O reconhecimento de que a dominação transita entre a coerção e o convencimento impõe, analiticamente, reconhecer que ela, a dominação, é exercida, simultaneamente, na sociedade civil e na sociedade política. Ou seja, que o Estado é um campo onde a dominação se exerce por mais de um sujeito, as classes dominantes e suas frações, em uma unidade contraditória, a qual somente é capaz de reproduzir-se através da hegemonia política. A hegemonia, assim vista, é a política por definição, pois conecta ambas as esferas da sociedade. O Estado passa a ser caracterizado não apenas como um aparelho coercitivo, mas como um aparelho de disputa de ideias, portanto, uma dimensão clara do campo da política.

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem

que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria [...]. (GRAMSCI, 2016b, p. 96).

Assim posto, hegemonia é o exercício simultâneo e combinado de direção sobre a própria classe por parte da fração dirigente e de dominação sobre as classes aliadas, construindo uma visão de mundo e um projeto de Estado comum; a hegemonia política é a consolidação dos valores de uma única classe em valores de várias classes, valores de um bloco de classes em valores nacionais.

O Estado assume, assim, uma dimensão de educador, no sentido em que se constitui como o maior instrumento para as classes dominantes estabelecerem seu novo modo de pensar, agir e julgar, racionalizando os aspectos de uma classe ou fração como valores de todas as demais (GRAMSCI, 2016b).

As relações de produção capitalistas se caracterizam pela relação entre o produtor direto (trabalhador) e o proprietário dos meios de produção (burguês) em que este extrai o sobretrabalho daquele, havendo um não controle do produtor direto de suas condições de trabalho, uma separação entre produtor e meios de produção. Contudo, é preciso construir uma relação em que essa realidade tenha a aparência da igualdade, uma ilusão. Essa *ilusão* é permanentemente mantida não pelas relações de produção propriamente ditas, mas pela esfera do direito, das relações culturais e pela visão ética do mundo, ou seja, pela estrutura do Estado burguês e assim se faz reproduzir.

O Estado é o campo das relações de dominação; portanto, é o campo no qual se disputa a direção dessa dominação. Essa capacidade de estabelecer a manutenção da dominação como um aspecto universal, por meio dessa ilusão, conferindo às relações sociais uma percepção de naturalidade, é a própria hegemonia sob a forma de ação política, sob a forma de Estado.

Contudo, é no espaço da sociedade que se manifestam as expressões dessa hegemonia. As contradições, portanto, são constitutivas dessa cultura hegemônica. Podemos considerar que a hegemonia cultural atinge sua estabilização quando se estabelece uma congruência entre sociedade e governo. Quanto maior for a congruência entre os níveis de autoridade social e política, maior será a legitimidade do bloco no poder e maior será a estabilização de sua hegemonia. Em caso contrário, haverá maior possibilidade de erosão dessa hegemonia e da desestabilização desse bloco.

3. ESTADO COMO CAMPO EM DISPUTA E BLOCO DE FORÇAS

Esse controle de classe, contudo, não é linear e monolítico. Constitui-se a partir de uma unidade contraditória entre diferentes classes dominantes e diferentes frações dessas classes, conceituada por Poulantzas (1977) como *bloco de classes*.

O Estado, e seu aparato jurídico-burocrático, não é, entretanto, mero reflexo das relações econômicas. Se compreendermos que o Estado é o campo das relações políticas, dos interesses políticos das classes dominantes, na medida em que é o fator de organização da sua luta política, devemos deduzir que o Estado, sob direção da fração de classe hegemônica de um bloco no poder, lança mão de uma autonomia sobre as relações econômicas que o faz capaz de apresentar-se como universal e, a partir disso, incorporar interesses das classes dominadas, transformando esses interesses em direitos individuais para legitimar-se. O Estado efetivamente é um campo central de disputas políticas hegemônicas e contra-hegemônicas. O Estado, assim, constitui-se em um Estado de classe, na exata medida em que combina, dialeticamente, as funções de dominação com as funções de mediação (CODATO; PERISSINOTTO, 2011, p. 36).

Essa dimensão dialética faz com que o Estado moderno, no exercício da dominação de classe, precise distanciar-se da identidade absoluta com a classe dominante. Justamente esse distanciamento cria o espaço através do qual se estabelecem as contradições, a autonomia e a eventual influência relativa ou parcial das classes dominadas. A regulação dessa dimensão, através do direito burguês e das formas de governos, garante a reprodução do caráter de dominação sob a dinâmica da mediação entre diferentes interesses de frações de classe, blocos no poder e classes sociais, por meio da dinâmica própria da *socialização da política*.

O tipo de Estado se constitui a partir da relação entre formas políticas e tipos diversos de relações políticas. O Estado moderno é a expressão do surgimento e desenvolvimento de relações capitalistas de produção. Contudo, essa correspondência não é mero reflexo das relações de produção capitalistas. Ele próprio, o Estado surgido nas relações capitalistas, além de refletir tais relações, estabelece as condições coercitivas, ideológicas e políticas indispensáveis para que essas relações se reproduzam. É por meio dessas condições que se torna possível a construção de um conjunto de valores e procedimentos, os quais legitimam o instrumental e o aparelho coercitivo-normativo que sustenta a reprodução de relações de dominação e desigualdade. “É o Estado burguês que cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalista” (SAES, 1994, p. 50).

O núcleo central das relações econômicas capitalistas é a formação de um modo específico de expropriação do sobretrabalho. O sobretrabalho consiste na troca desigual entre o trabalho e os meios de produção pela transformação do trabalho em mercadoria. A força de trabalho assume a forma de *mercadoria* quando se estabelece a compra e venda dessa força de trabalho, materializada pelo salário. Contudo, a compra e venda é uma relação baseada na relação desigual de valor, ou seja, o salário é um

valor efetivamente inferior ao valor do trabalho realizado. Exatamente tal desigualdade, a diferença entre um e outro em favor dos meios de produção, que constitui o sobretrabalho, aquele trabalho não vendido, mas apropriado pelo proprietário dos meios de produção. Entretanto, conforme Marx (2013, p. 388), “[...] só se chegaria a tal resultado por meio da compreensão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho.”

Contudo, a simples reprodução indeterminada dessa relação, por si só, seria inviável, ela se romperia sem que as classes sociais relacionadas desse modo desigual não fossem envolvidas em um arcabouço de determinações políticas capazes de construir a ideia de igualdade e convencer as classes sociais, envolvidas nessa troca desigual, da existência dessa igualdade entre aqueles que produzem e aqueles que detêm os meios de produção. É o sistema de normas, os instrumentos de aplicação das normas, os valores culturais, os aparelhos coercitivos, os códigos ético-morais, os instrumentos de formação, o sistema político, entre outros elementos da superestrutura que constroem as condições para que a desigualdade concreta das relações sociais se transforme em igualdade formal entre os indivíduos. A ideia de sociedade, no capitalismo, é diretamente relacionada à ideia de Estado, já que é esse conjunto de instrumentos coercitivos e cooptativos que estabelece e trata de manter a ideia de igualdade entre os desiguais.

Se as relações econômicas capitalistas concretas “separam” os produtores diretos dos proprietários dos meios de produção, o Estado unifica essas classes através da igualdade formal dos indivíduos (SAES, 1994).

Essa aparente contradição não é resolvida pela estrutura objetiva do processo de trabalho no plano da infraestrutura, é na esfera da superestrutura, no Estado, que se resolve essa condição, estabelecendo a hegemonia cultural da tendência individualista, neutralizando a tendência da ação coletiva, por meio da igualdade normativa entre os indivíduos.

Assim, não podemos falar de um Estado indeterminado, de um Estado que flutua sobre as relações econômico-sociais. Ao contrário, à formação econômica corresponde um Estado específico, e as condições ideológicas e normativas criadas por esse Estado incidem para manter e reproduzir esse processo de formação econômica específica e essa relação desigual específica entre produtores e proprietários. Assim se define determinado tipo de dominação de classe. O Estado que emerge da formação econômica capitalista e que torna possível sua reprodução é o Estado burguês, aquele que estabelece a dominação burguesa e que emerge com o capitalismo e molda as condições de sua reprodução por meio da consolidação concreta da dominação de classes sobre outras.

O estado pode ser qualificado como burguês quando cria as *condições ideológicas* necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. E o faz na medida em que desempenha uma dupla função: a) individualizar os agentes da produção e b) neutralizar, no produtor direto, a tendência à ação coletiva. (SAES, 1994, p. 29).

O Estado individualiza na medida em que transforma o trabalhador, ou produtor direto, nas palavras de Décio Saes (1994), em um sujeito jurídico, sujeito individual com direitos e vontade subjetiva, com quem o proprietário dos meios de produção estabelece um contrato, pelo qual o sobretrabalho é extraído continuamente sob o conceito de uma troca igual e livre; e neutraliza a tendência à ação coletiva desses produtores diretos na medida em que dá caráter privado ao contrato estabelecido. O Estado neutraliza a tendência dos trabalhadores a se unirem em um coletivo antagônico aos proprietários dos meios de produção, a classe social.

Se classe social é a definição de um interesse comum de todos os produtores diretos na superação da troca desigual entre uso da força de trabalho e salário, ou de todos os proprietários dos meios de produção na manutenção dessa desigualdade, o Estado burguês age para impor outra forma ideológica de coletividade, a sociedade de pessoas livres e iguais. A unificação aparente ou formal (jurídico-política) dos produtores diretos na sociedade os individualiza como cidadãos, e nessa medida o Estado burguês torna possível a reprodução contínua do processo de extorsão do sobretrabalho (mais-valia).

4. O BLOCO NO PODER

A relação de dominação e subordinação, contudo, não pode se restringir à ideia de uma relação apenas dual entre uma classe dominante e uma classe dominada. Como uma formação social pode ser constituída por uma superposição de mais de um modo de produção, e no processo de desenvolvimento capitalista na América Latina efetivamente o foi, há a coexistência, no campo da luta de classes, de mais de uma classe ou fração, por conseguinte de mais de uma classe ou fração dominante.

Essa relação específica de dominação conjunta de mais de uma classe ou de fração se dá sob a forma de *bloco no poder* (POULANTZAS, 1977), que emerge como uma unidade política no interior do Estado, tornada possível pelo jogo das instituições estatais.

Fruto da coexistência de mais de um modo de produção na formação social capitalista (ZAVALETA, 2009b), há mais de uma classe dominante, assim como na mesma classe dominante, a burguesia, há mais de uma fração. As frações, nesse sentido, não se constituem exclusivamente na esfera das relações econômicas, como poderíamos descrever quando nos referimos à burguesia comercial,

financeira ou industrial, mas ao campo da política, quando se constituem unidades ideológicas, programáticas ou simbólicas.

O fracionamento da burguesia encontra seu fundamento e sua individualização nas relações concretas de produção, mas constitui expressão e forma nas relações políticas da superestrutura e do Estado. Da mesma maneira que o fracionamento de uma classe se constitui no campo das relações concretas de produção, mas constitui expressão nas relações políticas da superestrutura e do Estado, o bloco no poder relaciona-se ao nível do político, uma vez que expressa um nível determinado de articulação do conjunto das instâncias e dos níveis da luta de classes e está, portanto, situado no campo da superestrutura jurídico-política.

O bloco no poder, desse modo, está relacionado a uma forma de Estado e a uma forma de regime político. Assim, considerar que o bloco de poder seja uma “repartição” da dominação é um erro, levaria a pensar que não existe, no interior do bloco, uma fração dirigente, hegemônica. Se assim fosse, as classes dominantes perderiam sua autonomia específica, o que não ocorre. Ao contrário, a fração hegemônica amplia sua condição de dominação ao dirigir esse bloco. Segundo Poulantzas (1977, p. 233), “O bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica”.

Quase sempre, o papel de fração hegemônica do bloco no poder se funde com o papel de fração hegemônica em relação às classes dominadas. É a condição de hegemonia sobre as classes dominadas que cria as condições, além, é claro, das formas de Estado, para que tal fração se constitua como fração hegemônica do próprio bloco no poder.

Obviamente, se considerarmos possível como regra que uma mesma fração tenha ambas as funções e capacidades, de ser hegemônica no conjunto da sociedade e do bloco de poder, é necessário considerarmos também ser possível que, em outros casos, não haja essa simultaneidade. Nesse caso, a fração que dirige o bloco no poder não é a mesma que hegemoniza o conjunto da sociedade, ou seja, as classes dominadas.

5. ESTADO E DOMINAÇÃO

O processo de constituição do Estado capitalista é um processo de dominação e supremacia, mesmo quando alguns autores identificam formações sociais que permitem a coexistência de diferentes modos de produção. Zavaleta (2009b) constrói a ideia de que há a coexistência de diferentes modos de produção e tempos históricos distintos em um mesmo período, conformando diferentes relações sociais

jurídicas em um mesmo momento. Tal conceito converge com o conceito de formação econômico-social, em que coexistem vários modos de produção articulados a partir de um modo de produção dominante – o capitalista – que não extingue os demais, mas os subjuga diante de seu projeto de autorreprodução. Tratamos, em última análise, da formação de um bloco histórico, no sentido gramsciano, no qual uma classe dirige os setores subalternos sem eliminá-los (ZAVALETA, 2009a, p. 327-341).

A coexistência de culturas e modos de produção não capitalistas, originárias da América Latina e incorporadas ao modo de produção capitalista e ao seu Estado, expressa um processo de hegemonia de uma fração de classe sobre outras e sobre grupos não classistas e nacionais originários. Entretanto, isso não significa que há equilíbrio político nessa coexistência ou que inexistente uma relação de dominação. Em que pese um intrincado entrecruzamento de frações de classes dominantes e classes sociais em seu interior, modernas e originárias, falamos aqui da hegemonia política das classes sociais capitalistas que tiveram no controle do Estado moderno suas principais estratégias de desenvolvimento do capitalismo e de reprodução da dominação como classes hegemônicas.

Apesar das razoavelmente fortes mudanças de regimes políticos ocorridas nesse processo de construção do Estado moderno na América Latina, como da monarquia para a república ou do autoritarismo para a democracia, o que mais parece ocorrer é uma mudança do controle político do Estado do que, efetivamente, uma mudança da hegemonia política. Ainda que se somem mudanças de frações dirigentes, o Estado latino-americano não parece capaz de alterar a hegemonia e a economia dos países da região. Ao contrário, ao longo do processo constituiu-se como protagonista em sua consolidação. Efetivamente, uma grande parte da explicação desse fenômeno repousa no processo crescente de integração à ordem capitalista global que transformou as características do bloco de forças no poder (MARINI, 1980).

Retomando o enfrentamento de um debate importante, o momento fundacional de uma formação social de uma nação ou de um Estado, René Zavaleta (2009a) refere-se a um momento em que se reúnem forças suficientes para transformar o sistema de dominação, momentos-chave da história dessas sociedades, em geral crises gerais ou guerras, acontecimentos profundos que fundam o modo de ser de uma sociedade por um longo período.

Contudo, parece-me que as transformações que possuem energia social suficiente para fazer emergir um novo modo de produção e alterar a formação social e econômica, que criariam as condições para a consolidação de um novo Estado, não surgem como rupturas no que diz respeito à hegemonia política. As mudanças que poderiam conter a força suficiente para se tornar um “momento constitutivo”

precisam ser entendidas muito mais como processos constitutivos do que momentos, em que as relações entre as forças sociais é que determinam as capacidades de mudança (ZAVALETA, 2009a). Não sendo rupturas, constituíram mudanças que se mostraram capazes de incorporar e absorver as razões de suas crises.

Mesmo com as crises e apesar delas, o Estado latino-americano apresenta certa estabilidade no que diz respeito a garantir o funcionamento dos mecanismos que permitem às classes dominantes manter e renovar o processo de acumulação de capital e a apropriação do sobretrabalho. Assim como, quando nos referimos ao século XX, a manutenção da hegemonia política burguesa e o fenômeno do controle do Estado por parte das frações da classe dominante são constantes nos Estados capitalistas, como afirmam Boito e Saad-Filho (2016).

6. NOVO CICLO NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E REVOLUÇÃO PASSIVA

O novo momento da acumulação de capital, radicalmente globalizada, e as novas formas das relações sociais de produção, com uma maxiapropriação do sobretrabalho como, por exemplo, reorganizado pela reforma da legislação trabalhista no Brasil, no ano de 2017, expressam uma nova onda de transição mundial no interior do modo de produção capitalista e sob hegemonia política neoliberal.

Durante a segunda metade do Século XIX e todo o século XX, observamos uma transição capitalista da exploração da mais valia de sua condição absoluta, maior jornada de trabalho e menores salários, para a condição relativa, aumento de produtividade (MARX, 2013).

Já a emergência do neoliberalismo permite-nos suspeitar que o modo de produção capitalista, ainda que viva uma forte modernização tecnológica, não só estancou essa evolução como regrediu a um modelo em que a extração da mais valia absoluta tornou-se essencial para a estabilização das crises de acumulação, em um processo de culminância do atraso, da superexploração do trabalho. O trabalho nunca foi tão mercadoria quanto nessa quadra do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Fraudaram-se todas as eventuais expectativas de que o desenvolvimento das forças produtivas, por si só, garantiria maior conforto e direitos aos trabalhadores.

Essa dinâmica precisa ser disfarçada em torno de uma aparência de universalidade, de bem comum. Essa *ilusão* é permanentemente mantida não pelas relações de produção propriamente ditas, mas pela esfera do direito e pelos aparelhos ideológicos, isto é, pela estrutura do Estado capitalista estendido.

No artigo “La estabilidad latinoamericana revisitada”, Rey e Ouviaña (2012) demonstram que a hegemonia do capital global não prescinde do Estado para sua consolidação. Esse papel consolidador se

desenvolve exatamente por meio da articulação e internalização, no campo do Estado, das contradições e dos conflitos do processo de formação econômica capitalista.

As transições de um período da acumulação de capital para outro não romperam tal hegemonia do capital global. Tampouco, no continente latino-americano, lograram alternar a condição hegemônica das classes dominantes, ainda que o regime político tenha se alternado entre o autoritarismo e a democracia, como resultado dos confrontos derivados das exigências e reivindicações, de caráter democrático e humanista, feitas pelas classes dominadas, assim como também em decorrência dos conflitos intraburgueses que impeliram ao alargamento do espaço político do Estado como forma de suportar esses confrontos produzidos pelas frações de classe no interior do bloco no poder, assim como forma de produzir a conciliação entre esses confrontos.

O desmonte e desmoralização do Estado social, próprio da social-democracia europeia e do progressismo na América Latina nesse período desde o final do século XX até o início do século XXI, são demonstrações de que os esforços de rupturas com a hegemonia do bloco de forças burguesas no poder, ainda que tenham modificado e, até, dinamizado os conflitos sociais no campo do Estado, foram incapazes de construir blocos contra hegemônicos.

O crescimento da globalização, ao contrário do que se tentou convencer a todos, não implicou em uma contenção da influência e do papel do Estado. Pelo contrário, as consequências altamente conflitivas desse processo de transição para o novo ciclo de hegemonia burguesa impuseram a presença do Estado no centro dos conflitos derivados dessa transição.

7. CONCLUSÃO

Esse modo de hegemonia, na realidade material da construção do Estado na América Latina, está diretamente relacionado à capacidade de as frações hegemônicas das classes dominantes incorporarem as demandas dos setores populares e classes subalternas bem como de se incorporarem às exigências do processo de mundialização e internacionalização da economia e da hegemonia internacional. A esse processo Gramsci se refere como “revolução passiva”, quando um bloco histórico dominante se mostra capaz e disposto a incorporar os sentidos e os elementos políticos dos blocos alternativos, suficientes para garantir a continuidade de sua hegemonia. (GRAMSCI, 2016a).

As mudanças efetivas ocorridas no percurso da formação social capitalista e do Estado na América Latina, portanto, se caracterizaram, em via de regra, como um processo de transformações passivas, em que o sujeito tem sido o bloco histórico dominante, em uma alternância de frações

hegemônicas, na qual os elementos democratizantes e modernizantes tem sido incorporados sem que, com isso, tenha se alternado a hegemonia política capitalista. Ao contrário, o resultado é uma efetiva consolidação dessa hegemonia através da modernização da dominação.

REFERÊNCIAS

BOITO, Armando; SAAD-FILHO, Alfredo. Estado, instituições estatais e poder político no Brasil. **Latin American Perspectives**, Issue 207, v. 43, n. 2, p. 190-206, March, 2016.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. **Marxismo como ciência social**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a. v. 1.

_____. **Cadernos do Cárcere**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016b. v. 3.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário Gramsciano**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **La Cuestión del Estado em las luchas de classes em América Latina**. Cidade do México: UNAM, 1980. Disponível em: <www,marini-escritos.unam.mx>. Acesso em: 08 jul. 2018.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

MARX, Karl; ENGELS, Frederico. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS, Daniel Aarão (Org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. **Classes Sociais no Capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

REY, Mabel Thwaites; OUVIÑA, Hernán. La estabilidad latinoamericana revisitada: Reflexiones e hipótesis alrededor del problema del poder político y las transiciones. In: REY, Mabel Thwaites. **El Estado en América Latina: continuidades y rupturas**. Santiago de Chile: Editorial Arcis/CLACSO, 2012.

SAES, Décio. **Estado e Democracia: ensaios teóricos**. 2. ed. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994

ZAVALETA, René. El Estado em América Latina (1984). In: TAPIA, L. (Org.). **La auto determinación de las masas**. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores; CLACSO, 2009a. p. 321-355.

_____. Notas sobre a La Cuestión Nacional em América Latina (1983). In: TAPIA, L. (Org.). **La auto determinación de las masas**. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores; CLACSO, 2009b. p. 357-371.

MESA 19: SUBALTERNOS E ORGANIZAÇÃO: DESAFIOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS
EM GRAMSCI

Coordenador: Marcelo Henrique Bezerra Ramos (PPGH-UFF)

Esta mesa objetiva o diálogo entre teoria e prática no âmbito da História e do pensamento de Antonio Gramsci através de três trabalhos que estudam processos históricos de organização subalterna no Brasil do final do século XIX e finais dos anos 1960. Em comum estas pesquisas buscam utilizar a teoria gramsciana para compreender a formação das classes subalternas no Brasil e suas organizações políticas, desde a complexificação do Estado, já em finais do século XIX, atravessando o século XX. O trabalho de Leondidas Freire Junior pesquisa as sociedades mutuais do Piauí e Maranhão entre finais do século XIX e primórdios do XX, buscando entender as mutuais como organizações da sociedade civil, dotadas de "vontade coletiva organizada", um grupo social que estava inserido no jogo da hegemonia, protagonista de crises na sociedade civil. O trabalho de Camila Pizzolotto estuda dois aparelhos privados de hegemonia, a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, situado na região portuária do Rio de Janeiro, e a Tenda de Umbanda Cabana de Xangô, em Madureira. Busca investigar como método desenvolvido por Sonia Mendonça, a partir de Gramsci, pode contribuir para compreensão da construção de aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora no Brasil, na virada do século XIX para o XX. O trabalho de Marcelo Ramos tem análise as mobilizações e greves de trabalhadores em Fortaleza/CE, em 1967 e 1968, e as relações sociais em torno da greve dos bancários e da greve das castanheiras da CIONE. Para isso busca compreender estas greves dentro das disputas na sociedade brasileira, fazendo o uso dos conceitos de Hegemonia, Bloco Histórico e Estado Ampliado de Gramsci. Portanto esta mesa constitui relevante esforço para compreensão da formação das classes subalternas e suas organizações no Brasil sendo um privilegiado espaço de diálogo entre e conceitos gramscianos e História.

SUBALTERNOS E LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA:

uma análise comparativa da história de duas greves em Fortaleza (1967/68)

Marcelo Henrique Bezerra Ramos⁴⁹⁵

Resumo: Este trabalho tem como objeto as mobilizações e greves de trabalhadores em Fortaleza, Estado do Ceará, no período de 1967 e 1968, mais especificamente as relações sociais em torno da greve dos bancários do ano de 1967 e da greve das castanheiras da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste - CIONE. O processo de organização política de trabalhadores e trabalhadoras nas duas greves, suas formas de luta e demandas, as relações de solidariedade entre as categorias de trabalhadores e o impacto destas na formação da classe trabalhadora de Fortaleza são os objetos que pretendemos investigar. Trabalharemos aqui os resultados iniciais de uma pesquisa que busca confrontar e comparar historiograficamente dois conflitos distintos mas constituintes de um mesmo processo histórico: o ciclo de greves de 1967/68 no Brasil e Ceará. Ressaltamos aqui semelhanças dos processos, aproximando-os, percebendo suas influências, sobretudo no que tange a uma tentativa de construção no movimento dos trabalhadores de uma oposição à ditadura, mas também evidenciaremos as diferenças, no que tange sobretudo as questões de gênero, de renda, raça e de influência das organizações de esquerda nas duas greves. Para isso buscaremos compreender estas greves dentro das disputas da sociedade brasileira, fazendo o uso dos conceitos de Hegemonia, Bloco Histórico e Estado Ampliado do italiano Antonio Gramsci, evidenciando os aparelhos privados de hegemonia destes setores dos subalternos no Brasil, confrontando a historiografia que tanto menospreza qualquer possibilidade de construção de consenso entre as classes sociais no período da ditadura, como aquela que admite o golpe como uma construção nacional pactuada entre as classes. Buscando assim realizar a crítica a essas duas interpretações e localizar as lutas do ano 1967 e 1968 e a greve dos bancários e da CIONE como parte da luta contra-hegemônica dos movimentos das classes subalternas no Brasil.

Este projeto tem como tema as mobilizações e greves de trabalhadores em Fortaleza, Estado do Ceará, no período de 1967 e 1968, mais especificamente as relações sociais em torno da greve dos bancários do ano de 1967 e da greve das castanheiras da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE. O processo de organização política de trabalhadores e trabalhadoras nas duas greves, suas formas de luta e demandas, as relações de solidariedade entre as categorias de trabalhadores e o impacto destas na formação da classe trabalhadora de Fortaleza são os objetos que pretendemos investigar.

⁴⁹⁵ Para uma caracterização do período da história brasileira de 1964 a 1985 caracterizado por uma ditadura governada por militares utilizaremos tanto o conceito ditadura civil-militar (DREIFUSS, 1981), como o conceito ditadura empresarial-militar, por entender que ambos estão relacionados a abordagens que explicitam o protagonismo da classe burguesa na organização do golpe e dos governos militares que se resultaram.

Utilizaremos aqui fontes e alguns resultados parciais que estão sendo obtidos em pesquisa empreendida para construção de tese de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Trabalhamos com algumas novas questões, como a relação da greve com outros movimentos que ocorreram na região no período, além de relacionarmos diretamente com um outro processo de mobilização na cidade, a greve dos bancários, ocorrida no ano anterior, que chegou a nós no transcorrer da primeira pesquisa. Os levantamentos de fontes primárias nos apontam que a greve dos bancários influenciou não só na construção da própria greve da CIONE como na dinâmica geral das manifestações de 1968 em Fortaleza.

O recorte cronológico que aqui delimitamos se justifica por ser um período de acirramento dos acontecimentos históricos em torno dessas duas grandes mobilizações bem como um período caracterizado por um momento ímpar de mobilizações sociais e de trabalhadores em lutas reivindicatórias e de enfrentamento à ditadura civil-militar⁴⁹⁶ que governava o país. É também um período rico em discussões historiográficas, que têm demonstrado que as mobilizações deste ano marcaram um novo momento da história dos movimentos sociais brasileiros, voltando à tona após o ataque sofrido em 1964, quando foram vitimados por larga repressão por parte do golpe empresarial militar. Um processo de pequena abertura política marcado por uma reorganização dos instrumentos políticos da classe trabalhadora que se expressou em importantes lutas em diversos lugares do país, com mobilizações massivas e combativas ao regime. Processo esse que cada vez mais têm sido alvo do interesse da sociedade e da comunidade historiográfica.

Essa mudança de conjuntura, acompanhada de novos levantes populares espalhados pelo mundo, influenciaram positivamente o movimento operário brasileiro que, nos anos posteriores ao golpe de 1964, estava passando por um período de refluxo, mas também de profundo acúmulo de forças com a reorganização de comitês de base e comissões de fábrica, fugindo da rigidez e burocracia da estrutura sindical que estava subordinada ao governo militar.

Numa nova conjuntura após os primeiros anos de repressão, anunciava-se a intenção do governo militar de promover uma relativa abertura política. Em meio a outros discursos oficiais que sinalizavam em direção à liberalização do regime, o Ministro do Trabalho do governo Costa e Silva – Jarbas Passarinho – anunciara, em 1967 seu apoio à “renovação sindical”. Nesse momento tornaram-se menos frequentes, embora não inexistentes, as degolas de dirigentes eleitos e surgiu

⁴⁹⁶ Desta passagem de *Além das Armas*, de Airton de Farias (2007), vale uma importante consideração. Nas nossas investigações não encontramos nenhuma referência a uma greve na Fábrica Brasil Oiticica, maior indústria do crescente ramo da castanha de caju no Ceará, dirigida por acionistas americanos e localizada na Avenida Francisco Sá (a fábrica mudou de nome e atualmente chama-se Iracema), o que encontramos na nossa pesquisa foram panfletagens e ações de trabalho de base para o desencadeamento de uma greve, que segundo José Machado Bezerra (preso durante uma das panfletagens na fábrica) e Jaime Libério (dirigente do Sindicato que representava a base de todas as trabalhadoras das indústrias de castanha de caju do Ceará). Talvez essa confusão se deve justamente em decorrência a greve na CIONE

espaço para a formação de movimentos intersindicais contrários à política salarial, sendo o mais conhecido denominado Movimento Intersindical contra o Arrocho. (MATTOS, 2009)

Tanto que em novembro de 1967, seria realizada no Rio de Janeiro, no Sindicato dos Bancários, a II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais, que teria a participação de 212 dirigentes sindicais, representando 169 organizações e aprovaria quatro principais reivindicações:

1. revogação das leis do arrocho salarial; 2. liberdade de firmar acordo com os empregadores; 3. reajuste de salários igual ao aumento do custo de vida; 4. Reforma Agrária capaz de atender aos problemas do homem do campo (Bancário, 31/11/1967, p. 14. BAP/Seeb-RJ. In MATTOS, 2009)
- 2.

O ano de 1967 seria marcado por um processo de liberalização sindical promovido pelo Ministério do Trabalho da Ditadura que permitiu eleições em várias entidades sindicais. Três anos passados do golpe havia focos de organização dos trabalhadores em várias cidades espalhadas pelo país, com militantes que eram pouco conhecidos da repressão e que conseguiram escapar da “limpeza” ideológica promovida pelo Ministério do Trabalho nos sindicatos. Foram destes focos de organização que surgiram chapas que, através de uma profunda identificação com as comissões por local de trabalho, algumas inclusive sobreviventes ao golpe, arremataram eleições sindicais gerando um novo retorno dos partidos de esquerda aos sindicatos.

Os resultados foram algumas articulações sindicais, como o Movimento Intersindical contra o Arrocho (MIA) e, especialmente, greves. Poucas, mas expressivas, como as paralisações de bancários em várias capitais do país e as greves de metalúrgicos, em Contagem (no estado de Minas Gerais) e Osasco (na região metropolitana de São Paulo), em 1968. (MATTOS, In: MATTOS e VEGA, 2014, p. 182).

Na medida que os efeitos da política de repressão que a ditadura implementava impactavam na organização dos tradicionais meios de mobilização dos trabalhadores, também, contraditoriamente, a política de mobilização da esquerda começava-se a ter maior atração, convocando novos ativistas para as lutas. Muitas organizações como a AP, POLOP, VPR, PCdoB, POC e outras organizações que buscavam ter inserção nos movimentos de massa começaram a empreender ações de propaganda e organização junto ao operariado.

Em meio a esse processo de organização dos trabalhadores, a relação com o movimento estudantil foi um impulso a mais para o desencadeamento das mobilizações operárias de 1968 como aponta o testemunho de A.R. Espinosa em *Caderno do Presente*:

Nos momentos de extrema desorganização, decorrentes de derrotas profundas ou da inexistência de uma consciência de classe autônoma, a passagem da classe a uma atitude combativa depende de acontecimentos exteriores que tenham reflexos imediatos junto a ela. Utilizando uma metáfora: quando adormecida, é necessário algum impulso exterior para que ela acorde, mas é ela que acorda. O sono não é sinônimo de morte, mas de uma vida sem atuação sobre o exterior. Implica, antes de mais nada, numa ação voltada para o interior, de sobrevivência. (...). A animação do movimento operário de 1967-1968 foi diretamente influenciada pelo

movimento estudantil e pelas organizações políticas estudantis. Mas essa influência teve um peso diferente sobre cada setor ou parte da classe operária, variando segundo o tipo de tradição e organização local e, também, de acordo com o grau de clareza e capacidade das vanguardas locais de receberem influências externas e dirigirem suas bases. (A.R. Espinosa. Caderno do Presente, nº 2, julho de 1978 in: FREDERICO, 2010)

Assim como em outros locais do Brasil, no Ceará foi construída uma política de arrocho salarial, repressão às mobilizações e enfraquecimento do movimento sindical. Em paralelo a esse processo foi construída uma política de desenvolvimento da infraestrutura e centralização de capitais que tinha como resultante um agravamento das desigualdades sociais. Isto somado a um momento de insurgência popular em vários países no mundo, organização operária de base e revolta estudantil, foram elementos que caracterizaram um período curto de desencadeamento de algumas greves que conseguiram superar a “lógica de aparelhamento” pela qual o governo militar vinculava os sindicatos. (MARTINS, 1979).

A presença de populares e trabalhadores mostra que embora as manifestações de 1968 fossem majoritariamente estudantis outros segmentos e categorias sociais as apoiavam, expressando seu descontentamento com o arrocho salarial imposto no início da Ditadura e, porque não, contra o autoritarismo vigente. Era no CÉU (Clube do Estudante Universitário) que normalmente aconteciam em Fortaleza as reuniões do recém criado MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho, fundado nacionalmente em 1967) e de outras organizações sociais. Os estudantes apoiaram as greves eclodidas em 1968, como as dos professores da rede pública (por aumento salarial e contra o atraso nos pagamentos dos vencimentos), das castanheiras da Fábrica Brasil Oiticica e dos bancários (ambas por aumentos salariais)⁴⁹⁷. (FARIAS, 2007, p.68)

A partir do depoimento primário de alguns militantes da época podemos levantar informações de que ocorreu uma greve de trabalhadores bancários em setembro de 1967 e que foi por nós verificada em notícias de edições do Jornal O Povo do período. Segundo Inocêncio Uchôa, o processo foi decorrência de um movimento construído por diversos bancários de esquerda que se reuniram nos primeiros meses de 1967 em torno de um manifesto chamado “Bancários dispostos a lutar!”. O objetivo inicial seria dialogar com a categoria sobre os problemas enfrentados no trabalho, e mobilizar ações que não eram tomadas pelo sindicato. Porém a repercussão foi tanta que em decorrência do lançamento da segunda edição do manifesto foram reunidas condições para montar uma chapa que foi eleita por aclamação em assembleia após a renúncia do Presidente interventor no Sindicato dos Bancários⁴⁹⁸.

⁴⁹⁷ Entrevista. Inocêncio Uchôa. 29 set. 2017.

⁴⁹⁸ Moura Beleza além de Presidente do Sindicato dos Bancários foi um dos principais articuladores do Pacto Sindical em Fortaleza. Sobre o Pacto Sindical em Fortaleza cf. SANTOS, Bárbara Cacau dos. “Trabalhadores cearenses uni-vos!” O pacto de unidade sindical em Fortaleza (1957-1964). 183p. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2009.

Nesta chapa foram reunidos bancários de esquerda, alguns organizados no Partido Comunista Brasileiro – PCB, outros no Partido Comunista do Brasil - PCdoB, e muitos outros chamados de “militantes independentes de esquerda”. Para Luciano Montezuma, membro da diretoria eleita, na época militante do PCdoB, e irmão de Marcos Montezuma, Presidente eleito em 1967, o processo de eleição daquele chapa de esquerda, após a renúncia do interventor Francisco de Assis Bezerra de Menezes, foi relativamente previsível. Segundo Montezuma, até 1964 “o sindicato dos bancários era uma trincheira da esquerda” que só foi derrotada em virtude da dissolução violenta da diretoria liderada por José de Moura Beleza⁴⁹⁹. Para Montezuma, entre 1964 e 1967 foi feito um trabalho de manutenção da referência daqueles tempos de luta por meio da organização clandestina que envolvia grupos de estudo e debates para “politizar” a categoria, resgatando sempre a memória de combatividade que se tinha do sindicato anteriormente ao golpe⁵⁰⁰.

De acordo com Luciano Montezuma, logo após a nova diretoria da esquerda da categoria assumir o sindicato, em meados de junho, foi lançada uma campanha salarial que tinha como defesas: a) recomposição dos salários decompostos por 3 anos de arrocho salarial, b) anistia e retorno dos bancários demitidos por perseguição política, c) liberdade sindical, d) abaixo a ditadura. A consequência do processo de mobilização desta campanha salarial foi a construção de uma greve em setembro de 1967, que segundo Montezuma “obteve grande adesão da categoria, que estava cansada e massacrada pela política dos bancos e da ditadura”.

Por questões de estrutura, e também para envolver outros setores sociais, como o movimento estudantil, as assembleias da categoria no processo da campanha salarial e da greve foram realizadas no Centro Estudantil Universitário - CEU da Universidade Federal do Ceará, reduto da esquerda estudantil e espaço de grandes debates sobre as lutas contra o regime militar. É o que nos conta Inocêncio Uchôa, que além de bancário, também era estudante de direito da UFC, membro do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua e militante do Partido Operário Revolucionário - Trotskista – POR-T.

Levantamos numa sumária pesquisa através da oralidade de sujeitos envolvidos e edições de jornais da época que a greve dos bancários em Fortaleza terminou ainda no mês de setembro de 1967, após a invasão do exército à sede do sindicato, localizada na rua 24 de maio, ocasionando destituição da nova diretoria. A consequência imediata foi a finalização daquela greve sem vitória nenhuma por parte da categoria. Porém, tanto para Inocêncio Uchôa como para Luciano Montezuma, a principal herança da

⁴⁹⁹ Entrevista. Luciano Montezuma. 26 set. 2017.

⁵⁰⁰ ibidem.

greve foi herdar para o ano de 1968 um exemplo de luta e combatividade que foi replicada em diversas manifestações de estudantes e trabalhadores em confronto à ditadura militar e aos interesses dos patrões. Segundo Montezuma, “todas as greves depois se inspiraram na greve dos bancários de 67, porque foi a primeira que teve coragem de enfrentar os milicos”⁵⁰¹.

Para José Machado, que era estudante de física da UFC e acabou preso em 1968 em panfletagem de apoio a greve da CIONE, a greve dos Bancários “foi muito importante pra mostrar pra turma que tinha que enfrentar os problemas”⁵⁰². Em 1968, ano de intensas mobilizações sociais no Brasil e no Mundo, Fortaleza foi tomada por diversos protestos, mobilizados sobretudo por estudantes, que acompanharam a onda de questionamentos sociais. Já nos meses finais do ano, em novembro especificamente, numa grande e nova fábrica de beneficiamento da castanha de caju desenrolou-se uma mobilização por salário e direitos trabalhistas que também marcou aquela geração e impactou a cidade com mulheres pobres indo às ruas reivindicar direitos que elas diziam básicos.

Aqui há um elemento fundamental para nossa investigação, a relação de solidariedade mantida entre os trabalhadores bancários com outras categorias de trabalhadores, sobretudo aquelas em que haviam grupos de trabalhadores que lutavam por seus interesses, buscando construir um sindicalismo e luta dos trabalhadores para além da lógica do sindicalismo pelego estruturado pela ditadura. Isso fica evidente quando Luciano Montezuma nos diz que

era comum nesse curto período que estivemos no sindicato dos bancários o uso da estrutura do sindicato por parte de outras categorias combativas, sobretudo aquelas que não tinha um sindicato de luta, ou o sindicato era muito pobre. Muita gente vinha procurar a gente para pedir ajuda com impressão de panfletos, lugar para reunir. E nós sempre ajudamos todos, inclusive os estudantes. O sindicato dos bancários, que os pelegos tinham transformado em clínica médica, virou um verdadeiro centro das lutas dos trabalhadores na cidade.⁵⁰³

Isso nos evidencia a formação de uma experiência política de organização da classe trabalhadora em Fortaleza baseada na solidariedade de classe, compartilhando não apenas estrutura para as mobilizações, mas também conhecimentos, métodos organizativos e uma cultura de combatividade aos patrões e ao regime. Essa relação de solidariedade foi mantida entre bancários e trabalhadores da base do sindicato do óleo.

O pessoal do Sindicato do Óleo vinha para a sede dos bancários para fazer reuniões maiores, imprimir panfletos... a sede deles na Rua Agapito dos Santos era muito pequenininha. Nisso a gente ia conversando. Era um pessoal ligado a Ação Popular, mas muitos deles

⁵⁰¹ Entrevista. José Machado. 22 set. 2017.

⁵⁰² Entrevista. Luciano Montezuma. 26 set. 2017.

⁵⁰³ ibidem

acompanharam nossa greve em setembro, ajudaram no que podiam. Acho que isso foi importante para dar experiência para eles.⁵⁰⁴

Queremos investigar justamente como essa relação de solidariedade de classe, essa experiência compartilhada, influenciou para que em 1968, o processo de agitação política na fábrica CIONE fosse aprofundado e o sindicato do óleo cumprisse um importante na mobilização de castanheiras que construíram uma importante greve de mulheres operárias castanheiras no mês de novembro. Os métodos de luta das castanheiras eram semelhantes aos desenvolvidos pelos bancários? A greve da CIONE contou com o apoio daqueles bancários que fizeram greve em 1967? Quais as diferenças de um processo de organização de trabalhadores com renda média, em sua maioria homens, como é o caso dos bancários, em relação ao processo de organização das castanheiras da CIONE, com um nível de renda na faixa do salário-mínimo, sendo em sua ampla maioria mulheres, negras e caboclas, retirantes da seca do interior do Estado do Ceará?

Na CIONE, fábrica situada no bairro Antônio Bezerra, em Fortaleza, também se aplicava uma das macropolíticas mais corriqueiras por parte da ditadura com relação aos trabalhadores em finais da década de 1960: o arrocho salarial. Esta política foi construída pelo regime militar como meio de permitir a maior exploração dos trabalhadores gerando um maior acúmulo de capitais para o desenvolvimento e crescimento do lucro dos empresários. Fazia parte da nova política econômica do regime vigente o incentivo à industrialização para retomar e acelerar o desenvolvimento econômico:

Em agosto [de 1964] foi divulgado o principal documento de estratégia econômica do governo Castelo Branco: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Este definia como principal objetivo, para o biênio 1965-66, acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país e conter progressivamente o processo inflacionário para alcançar um razoável equilíbrio de preços em 1966. O objetivo do PAEG de acelerar crescimento e simultaneamente reduzir a inflação deve ser entendido no âmbito do diagnóstico que os autores do Plano faziam da crise brasileira. (PRADO e EARP. In: FERREIRA e DELGADO, 2009)

A principal consequência para os trabalhadores foram mudanças na política salarial. O acordo dos patrões com o governo militar consistia em controlar a inflação, flexibilizar direitos, reprimir o movimento operário e aumentar os investimentos na indústria e comércio. A ditadura cumpria sua promessa, abrindo espaço para uma maior exploração por parte do empresariado sobre a classe trabalhadora:

Finalmente pretendia-se criar um mecanismo de reajuste dos salários que não mais gerasse pressões inflacionárias. Isto implicaria 'despolitizar' as negociações salariais, aforando uma fórmula considerada neutra, baseada na recomposição das perdas com a inflação e na

⁵⁰⁴ Entrevista de Jaime Libério concedida a Marcelo Ramos em 22 de fevereiro de 2014

incorporação aos salários do aumento da produtividade da economia. Além disso, pretendia-se aumentar flexibilidade da contratação e demissão da mão de obra, substituindo-se as indenizações pagas pelo empregador pelo mecanismo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que teria como virtude adicional ser uma fonte de poupança compulsória. Para completar a reforma das relações de trabalho, foi preciso intervir nos sindicatos mais ativos para evitar a eclosão de movimentos grevistas. (PRADO e EARP. In: FERREIRA e DELGADO, 2009)

A consequência dessa política para todos os trabalhadores, inclusive os da CIONE, foi imediata e profunda. Enquanto os preços continuavam aumentando por conta da inflação, o salário não era suficiente nem sequer para suprir as demandas básicas das famílias que eram sustentadas com o ganho das castanheiras. O milagre econômico bradado pelo governo não era tão miraculoso para aquelas operárias¹. Como nos mostra Francisco de Oliveira:

isto quer dizer, vendo por outro lado a dinâmica da distribuição, que o crescimento da renda real na economia brasileira durante o decênio — aproximadamente 70% — foi predominantemente apropriado pelos 5% mais ricos da população (...) Os dados provam, abundantemente, que não houve qualquer redistribuição para baixo, nem em termos de beneficiamento dos estratos médios, nem muito menos, como é óbvio, dos estratos baixos. (OLIVEIRA, 1972, p. 63)

Exemplo disso era o nível de pobreza em que as trabalhadoras da CIONE viviam:

As mulheres desmaiavam. Porque elas não almoçavam. Muitas dessas mulheres ganhavam tão pouco que elas não almoçavam, elas merendavam. Comiam duas bananas e um pão pra tirar um dia inteiro trabalhando. E voltavam muitas vezes no outro dia com o estômago vazio, aí quando entravam na fábrica e sentiam aquela “nhaca” [mau cheiro], aquela “catinga” enorme [de castanha], elas desmaiavam. O dono da fábrica e a capatazia dizia que era “esterismo” delas, diziam que era falta de homem!⁵⁰⁵

Por entender o potencial e singularidade do protagonismo das mulheres castanheiras, na construção desta greve em um seio de um movimento operário e de uma sociedade em geral tão dominada pelo patriarcado, é que dialogamos com o conceito de gênero, traduzido por Joan Scott (1995), como uma percepção sobre as diferenças sexuais e as relações de poder constituídas entre estas a partir de uma interpretação que vá além das suas hierarquias. O que nos leva a entender que a luta política construída por essas mulheres simbolizava muito mais do que a resistência na pauta econômica, acumulava para desconstrução da histórica relação de submissão a qual eram postas as mulheres, mesmo entre os setores insurgentes da sociedade.

A imensa maioria das operárias da CIONE morava nos bairros da região do Antônio Bezerra e Barra do Ceará, periferia de Fortaleza. “A maioria das operárias moravam pra banda de cá, na região da

⁵⁰⁵ militante da Ação Popular - organização que tinha membros na diretoria do Sindicato do Óleo -, que foi enviada de Recife para Fortaleza para se integrar à produção da CIONE

barra, Jardim Iracema, Quintino Cunha (...) e lá pelo buraco da Gia, nas redondezas da fábrica, onde depois nós fomos morar” (Entrevista. Maria de Fátima. 10 jul. 2014).

Segundo Cristina Carvalheira⁵⁰⁶, não havia nenhum auxílio no transporte das operárias. Elas acordavam muito cedo, ainda na madrugada, para ir a pé até a fábrica, pois na época o transporte público para a periferia era precário. “Nós ficamos hospedados na casa de uns operários que ficava perto da fábrica, a casa era perto do campo de corrida de cavalo, perto do jóquei. A gente saía de casa umas 5h30, e ia andando, levava “umas meia hora” pra chegar, levava alguma coisa pra comer, e também saia cedo”, e continua, descrevendo táticas que elas tomavam para tentar lidar com a situação: “A fábrica não oferecia nada, não oferecia transporte, não oferecia almoço. A gente ia andando e cada uma levava seu almoço e saía pra comer fora. Não tinha vila operária, não tinha creche. Inclusive essa moça com qual eu morava quem ficava com os filhos dela era a mãe dela. (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014). Maria de Fátima endossa essa condição e conta como ela fazia para comer: “Na época não tinha nada disso não, de benefício, de almoço, de transporte. A maioria levava marmita ou então os familiar ia deixar. Meu pai foi um que antes da nós morar lá ele ia deixar muito. Depois nós fomos morar em frente a fábrica” (Entrevista. Maria de Fátima. 10 jul. 2014).

No primeiro dia elas não entraram, no segundo dia também, no terceiro dia a coisa mudou. O dono da fábrica, Jaime Aquino, juntou o pessoal da capatazia pra se armar de pau e lenha pra botar as mulheres pra trabalhar a força. Foi assim, apitou três vezes [a sirene da fábrica], não entrou ninguém, então eles vieram eles pegaram aquela que era considerada a liderança pra botar à força pra dentro. Aí as operárias foram pra cima! (...) E enquanto isso a menina [a liderança] se soltou e pulou o muro, que era muito alto e ela torceu o pé. Levaram ela pro hospital e as outras foram pro sindicato. Nesse dia chamavam de guerra, não chamavam de greve, era guerra! (Entrevista. Jaime Libério. 22 fev. 2014)

Em ambos os processos de mobilização estes conjuntos de trabalhadoras e trabalhadores compreenderam que era necessário construir uma ação coletiva de enfrentamento aos patrões e ao próprio governo ditatorial para alcançar uma melhoria nas suas condições de vida. Podemos sumariamente, sobretudo pelos depoimentos, sustentar que houve um elo entre os dois processos de memória de luta, de formas organizativas e de demandas semelhantes. Queremos com esta pesquisa entender essas relações e como esse processo influenciou na formação da classe trabalhadora de Fortaleza neste período.

Uma das principais discussões que contribuirá com a construção da nossa pesquisa é a compreensão da consciência (ou das consciências) de classe. Visto que queremos entender como estes trabalhadores e trabalhadoras, mesmo tendo origens diferentes, a partir de determinado momento,

⁵⁰⁶ THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa – A Árvore da Liberdade. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

sofrendo uma opressão comum tanto do Estado, como de seus patrões, conformam um entendimento comum que desemboca em ações de defesa de um bem coletivo entre eles. Para isso buscaremos relacionar as contribuições teóricas de E.P. Thompson⁵⁰⁷ sobre as experiências e o fazer-se da classe trabalhadora com as contribuições de Antonio Gramsci⁵⁰⁸ sobre o processo de organização política e construção da consciência política.

Esta trabalho situa-se no âmbito da história social do trabalho, entendendo as diversas contribuições desta área para a construção de uma história das relações no mundo do trabalho, tendo como ponto de partida a realidade da luta de classes, sobretudo no conflito capital *versus* trabalho, dentro do contexto do capitalismo contemporâneo. Partimos das contribuições de Marx e Gramsci, bem como de diversos autores influenciados por estes, levantando elementos conceituais das relações de dominação e organização do capital sobre o trabalho nesta pesquisa, formulando uma análise historiográfica das relações de trabalho e de organização política deste determinado setor do proletariado cearense.

Uma compreensão muito útil para nosso trabalho a partir de Gramsci está na reflexão do que é o estado nas sociedades modernas, seu papel na sociedade e como as classes sociais se expressam nele. A noção que Gramsci desenvolve sobre o Estado é bem mais rica e complexa do que as noções liberais ou mesmo estruturalistas. Para Sônia Mendonça

o Estado em Gramsci não deve e nem pode ser pensado como organismo próprio de um grupo ou fração de classe, como no caso de outras vertentes marxistas. Ele deve representar uma expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos, mesmo que deles extirpando sua lógica própria. (MENDONÇA, 2014, p. 34)

Por isso buscaremos nas contribuições de Mendonça e Gramsci a cerca do desenvolvimento de aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil reflexões teóricas que nos ajudem a compreender o papel exercido pelas organizações políticas da classe trabalhadora nas greves dos bancários e das castanheiras. Um esforço de utilizar o método do Estado Ampliado, para analisar os organismos dos subalternos. Este aspecto desenvolvemos melhor no tópico sobre metodologia deste projeto.

Diversas abordagens sobre esse processo são possíveis. Compreendemos que as discussões trazidas no que vem se chamando de Nova História Social do Trabalho podem ajudar em muito no entendimento da história das trabalhadoras da CIONE. Por entender que o nosso trabalho melhor se situa nesse campo historiográfico, apresentamos brevemente suas transformações ocorridas nos últimos anos.

⁵⁰⁷ GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 3. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁵⁰⁸ Entrevista. Mário Albuquerque. 20 set. 2017.

Vários são os aspectos dessa renovação da história social do trabalho. Há uma grande influência de Thompson sobre esses novos trabalhos, sobretudo na perspectiva de alargar os espaços do mundo do trabalho além da fábrica, entendendo os aspectos territoriais, religiosos, costumes e culturas das classes trabalhadoras, para entender seus processos de organização e luta. Uma história vista de baixo não apenas nas relações de trabalho entre patrão e empregado, mas também das migrações, dos bairros, de trabalhadores de outros setores do mercado de trabalho.

Uma abordagem importante e influente nesse novo movimento que vem ampliando sobretudo as fronteiras da historiografia dos mundos do trabalho é a história global do trabalho. A busca da construção de uma história do trabalho que consiga interpretar o mundo do trabalho de forma transnacional, para além das fronteiras dos estados e nações, entendendo os processos de forma transcontinental assim como é o fluxo de mercadorias e capitais no mundo globalizado capitalista. Marcel van der Linden, um dos historiadores mais proeminentes dessa perspectiva, defende um contraponto ao que ele chama de nacionalismo metodológico que predominou nas análises sobre o mundo do trabalho anteriormente, gerando assim uma história baseada em limites geográficos específicos que não enxergava os diversos fluxos políticos, sociais e culturais transnacionais que baseiam os ritmos e transformações no mundo do trabalho (LINDEN, 2009). A história global do trabalho nos será muito útil sobretudo para entender a influência dos protestos contra a guerra do Vietnam, por liberdade e direitos civis na Europa e nos Estados Unidos nas greves locais no Brasil, como as promovidas pelos bancários e pelas castanheiras da CIONE que estamos nos propondo a investigar. Vestígio desta influência é o depoimento de Mário Albuquerque, militante trotskista, na época estudante, que atuou em panfletagens de solidariedade a ambas greves:

Era um momento de ebulição internacional, as greves locais não estavam desconectadas desse contexto, sabíamos que era um momento propício para fazer uma agitação internacionalista com os trabalhadores. Falávamos que se os operários e estudantes franceses estavam tomando Paris nós podíamos tomar Fortaleza também.⁵⁰⁹

Concordando com essa perspectiva ampliada de classes subalternas, entendemos que ao analisar a classe é necessário que compreendamos essas diversas determinações na formação social de um extrato do proletariado e como essas determinações influenciam na formação de consciências de classe, nas visões de mundo individuais e coletivas destes sujeitos. Para isso, buscamos entender como as relações de classe são permeadas por relações de gênero e de raça/etnia a partir de bibliografia específica que compartilha desta visão.

⁵⁰⁹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (camila.pizzolotto@gmail.com)

Em decorrência de o capital colocar para a mulher o lugar do trabalho doméstico, há uma série de relações que precisam ser levadas em consideração pelos historiadores do trabalho quando estas ocupam o espaço do trabalho fora do lar. De um lado, o fato de que geralmente as mulheres não deixam de cumprir seu turno de trabalho doméstico, muitas vezes sendo executado antes e após a jornada de trabalho externa a casa, configurando uma dupla jornada de trabalho. De outro, o próprio processo de entrada das mulheres no mercado de trabalho tradicionalmente reservado aos homens interfere nas relações de gênero no trabalho e mesmo dentro dos núcleos familiares. Como demonstra Chitra Joshi ao estudar o trabalho feminino na Índia em meados do século XX:

As experiências dos trabalhadores na atual fase da industrialização são também mediadas pelas equações de gênero dentro da família e da casta de origem [no caso da Índia]. Em um mercado de trabalho em que os trabalhos para homens estão diminuindo, os ganhos das mulheres estão se tornando crescentemente importantes como estratégia de sobrevivência. Ainda assim, o trabalho das mulheres é uma ameaça para as estruturas patriarcais consolidadas, e há uma resistência contínua a ele. Mas as estratégias de negociação variam em diferentes tipos de famílias trabalhadoras. (JOSHI, 2009, 167)

Um importante trabalho na realidade brasileira sobre a situação da mulher na produção fabril é o Elizabeth Souza Lobo, uma das primeiras intelectuais marxistas a problematizar as relações de gênero no trabalho feminino no Brasil. Em *Experiências de mulheres – Destinos de gênero* a autora resume sua pesquisa com trabalhadoras de fábricas metalúrgicas em São Paulo (SP) no início da década de 1980. A autora toma a história de vida de três operárias (Luzia, Nair e Belisa), de uma indústria de autopeças, para explicar historicamente como se dão as múltiplas relações entre trabalho, gênero e migração (as operárias migraram para São Paulo para trabalhar) na situação de trabalho e na vida destas trabalhadoras. Um aspecto fundamental para Souza Lobo é a relação entre trabalho doméstico e trabalho assalariado na vida das três operárias:

A relação de trabalho não é apenas permanente, mas determinante na organização de sua vida. A análise destas práticas sugere a distinção de dois tempos: o tempo de trabalho ligado à sobrevivência, no campo ou em casa, no cotidiano, e, o tempo de trabalho assalariado, que remete a um emprego e que produz a separação entre trabalho doméstico e emprego em termos de espaços e relações. Por outro lado, as diferentes práticas de trabalho se articulam, se superpõem e se impõem na vida destas mulheres sem lugar para qualquer escolha. O trabalho doméstico faz parte da condição de *mulher*, o emprego faz parte da condição de *mulher pobre*. [grifos da autora] (SOUZA LOBO, 1989. p. 171)

Tendo em vista essas reflexões, estamos propondo que: a) As greves dos bancários de 1967 e a das castanheiras de 1968 em Fortaleza são exemplos de um processo mais amplo de mobilização da classe trabalhadora brasileira que marcou um processo de abertura política em meados da ditadura e que são fundamentais para marcar o ano 1968 como um histórico da formação da classe trabalhadora no Brasil; b) Que estas mobilizações compartilharam formas de luta e conteúdo anti-regime e em defesa de direitos

fundamentais que são elementos constitutivos comuns de uma memória de combatividade presente na consciência daquela geração de trabalhadores que se mobilizou na cidade de Fortaleza; c) Que há influências nacionais e internacionais no desencadeamento destas mobilizações, influenciadas por lutas por liberdade e contra a guerra que marcaram o ano de 1968 no mundo todo, tendo a solidariedade como um elemento fundamental na construção de uma consciência de classe entre os envolvidos.

Uma das principais fontes desta pesquisa são as entrevistas já realizadas com Maria de Fátima, ex-operária da CIONE e antiga moradora do Buraco da Gia (comunidade ao redor da fábrica); Cristina Carvalheira, ex-militante da AP enviada para Fortaleza para construir o movimento e a greve da CIONE; Maria Elódia, ex-operária têxtil e ex-militante da AP destacada para se inserir na produção da CIONE e contribuir com a mobilização; Jaime Libério, ex-diretor do Sindicato do Óleo, que naquele momento representava as trabalhadoras da CIONE, e ex-militante da AP; José Machado, ex-estudante da UFC e ex-militante do PCBR, preso em atividade de solidariedade a greve da CIONE em dezembro de 1968; Francisco José, atual gerente administrativo da CIONE; “Holanda”, atual “contador” da CIONE e em 1968 trabalhador administrativo da fábrica; bem como outros para construir uma história a partir da oralidade dos sujeitos envolvidos diretamente no processo, entendendo em cada oralidade o sentido que cada um quer conferir a história. Além de já termos feito primeiras entrevistas com Inocêncio Uchôa e Luciano Montezuma sobre a greve dos bancários, e já termos o contato de Benedito Bezerril, Getúlio Vargas de Menezes, Júlio César Portela e Clodomir Girão, todos bancários e participantes da greve de 1967.

Utilizamos também de documentos produzidos pelos órgãos de investigação e repressão da ditadura militar. Encontramos diversos documentos produzidos SNI que constam hoje na base de dados da Comissão Nacional da Verdade que nos desvendam as relações entre as organizações da esquerda e o movimento operário de modo a percebermos os sentidos nacionais que o movimento operário brasileiro tomou e que nos evidenciam o olhar e discurso da repressão, bem como suas táticas para destruir qualquer expressão de resistência a política do regime. Toda essa base documental já foi recolhida no Arquivo Nacional e sistematizada por nós. Também já coletamos e sistematizamos arquivos do antigo DOPS-CE que estão sob o domínio do Arquivo Público do Estado do Ceará que nos dão uma clara dimensão da organização e do contexto dos movimento sociais cearenses na década de 1960.

Além disso temos já fotografados e sob o uso concedido de fichas pessoais de dezenas de militantes que se envolveram direta ou indiretamente no processo da CIONE e que hoje são membros da Associação 64-68 Anistia, uma associação de ex-presos políticos do Ceará que têm sido fundamental na

assistência a esta pesquisa. Além destes, contamos também com documentos do Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho – 7ª Região, que dentre seus vários processos entre trabalhadores contra a CIONE, nos mostra que antes mesmo da greve já havia vários episódios judicialização do conflito dos trabalhadores com a empresa. Isso demonstra uma grande insatisfação com a situação precária de trabalho e com o não cumprimento dos compromissos trabalhistas normais, como demonstra o processo TRT 77/69 Acórdão 94/69 de 28 de novembro de 1968 que guarda a denúncia de uma trabalhadora da CIONE. Ela conta que “o gerente a tratou mal, empurrando-a para fora do seu gabinete” quando ela foi a CIONE para negociar os seus direitos a férias e décimo terceiro salário que não estavam sendo cumpridos. Encontramos também farta documentação em boas condições na sede do Sindicato dos Bancários do Ceará sobre a greve de 1967 e sua repercussão na sociedade.

Soma-se ao corpo documental de fontes desta pesquisa, enxertos retirados de edições de 1968 dos jornais cearenses “O Povo” e “Correio do Ceará”, preservados nos acervos da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, em Fortaleza/CE, e da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro/CE, que mesmo de forma tímida nos dão a demonstração que a importância das greves dos bancários e das castanheiras da CIONE foi suficiente para furar a censura imposta à imprensa pelos órgãos da ditadura militar.

Por fim buscamos aplicar o conceito de Estado Ampliado elaborado por Antonio Gramsci para investigar o processo de organização das classes subalternas. Para o italiano, o Estado ampliado é formado pelo que ele caracterizou de sociedade política. O conceito Estado ampliado nos dá condições de entender a relação entre os aparelhos privados de hegemonia organizam as vontades (coletivas ou individuais) e a sociedade civil (FONTES e MENDONÇA IN: CARDOSO; VAINFAS, 2012). Nesse sentido é possível compreender a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2011, v.2: 21-22).

O conceito de Estado ampliado permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política). Gramsci supera o dualismo das análises que separavam e contrapunham a base à superestrutura, integrando sociedade política e

sociedade civil numa só totalidade, em constante interação, no âmbito do que ele considerava as superestruturas. (MENDONÇA, 2014: 34)

Bibliografia

- ACCORSI, André. Automação: Bancos e Bancários. 1990. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 1990.
- ALVES, Maria Helena de Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- ARRUZZA, Cinzia, Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios, Lisboa, Combate, 2010.
- BAKAN, Abigail B. and DUA, Enakshi. Theorizing anti-racism: Linkages in Marxism and Critical Race Theories. University of Toronto Press, 2014. sobretudo o capítulo 5, que é substancialmente baseado no seguinte artigo: Abigail B. Bakan “Marxism and Anti-Racism: Rethinking the Politics of Difference” *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Cultura and Society* 20, no. 2 (April 2008), 238-56.
- BAKAN, Abigail B. and DUA, Enakshi. Theorizing anti-racism: Linkages in Marxism and Critical Race Theories. University of Toronto Press, 2014.
- BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências, in FREITAS, Marcos Cézár (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo, Contexto, 2001.
- _____. Os desafios atuais da história do trabalho. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, 2006.
- BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. - 3ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 (O Brasil Republicano; v. 4)
- CADERNOS DO PRESENTE 2. Greves operárias (1968-1978). Belo Horizontes: Aparte, jul. 1978.
- CALIL, Gilberto. O populismo e a hegemonia burguesa na América Latina. *História & Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon, n.4, julho 2007, p.27-33.
- _____. O Sentido histórico do golpe de 1964 e da ditadura e suas interpretações. In: MATTOS, Marcelo Badaró e VEGA, Rúben (org.). *Trabalhadores e ditadura: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- CALLINICOS, Alex. Race and Class, Bookmarks, Londres, janeiro de 1993. Livre tradução em http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf
- DREIFUSS, René. 1964: a conquista. Ação Política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARIAS, Airton de. Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário* (1964-1984) – Volume 2: A crise do “milagre brasileiro”. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *A imprensa de esquerda e o movimento operário* (1964-1984). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

FONTES, Virgínia; MENDONÇA, Sonia. História do Brasil recente, 1964-1980. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1991.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987 [5.edição revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1998]

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 3. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Cadernos do Cárcere, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUHA, Ranahit. *Las voces de la historia y otros estudios subalternos*, Barcelona, Crítica, 2002.

GUHA, Ranahit (org.). *Subaltern Studies V. Writings on South Asian History and Society*, 1987. *apud*

MATTOS, Marcelo Badaró, Trabalho, classe trabalhadora e o debate sobre o sujeito histórico, ontem e hoje, in NEVES, Renake B. D. (org.), Trabalho, estranhamento e emancipação, Rio de Janeiro, Consequência, 2015.

JOSHI, Chitra. "Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho". Revista Mundos do trabalho, ANPUH, v. I, n. 2, p. 158-159. JOSHI, Chitra. "Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho". Revista Mundos do trabalho, ANPUH, v. I, n. 2, p. 158-159.

2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p147/11100>>

LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

_____. *Trabalhadores do mundo: Ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “sobre conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

HOBBSAWM, Eric I. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

- _____. Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. Memórias de Luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza: Edições UFC, 2008.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2010. p.7-141.
- _____. O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital; São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- _____. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico. Rio de Janeiro, ed. UFRJ, 2012.
- _____.(org.). Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- MELO, Demian Bezerra. Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão, In: MELO, Demian Bezerra (org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 157-188.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- _____. O campo “vai ao golpe”. In: MATTOS, Marcelo Badaró e VEGA, Rúben (org.). Trabalhadores e ditadura: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- _____. O ESTADO AMPLIADO COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA. Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 27-43, maio 2014. ISSN 2318-9657. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/35>>. Acesso em: 09 out. 2017.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. 2001. O governo João Goulart : as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro : Revan; Brasília : EdUnb.
- OLIVEIRA, Papito de (Org.). Vozes silenciadas. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 3, 1989.
- PAPITO DE OLIVEIRA [organizador]. Vozes Silenciadas. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. São Paulo: Paz e Terra, 2002

PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. “O milagre brasileira: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. - 3ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 (O Brasil Republicano; v. 4). (Cf. Mendonça e Fortes).

ROSSI, Waldemar & GERAB, William Jorge. Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Bárbara Cacao dos. “Trabalhadores cearenses uni-vos!” O pacto de unidade sindical em Fortaleza (1957-1964). 183p. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SILVER, Beverly J. Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

SOUZA, Simone (Coord.). História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

SOUZA LOBO, Elizabeth. Experiências de mulheres – Destinos de gênero, In: Tempo Social – Revista de Sociologia da USP – Vol. 1. São Paulo, 1989.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. 378p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TEIXEIRA, Fernando. Trabalhadores no Tribunal. Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

TRADIÇÕES E RESISTÊNCIAS: SINDICATOS E TERREIROS COMO ORGANIZAÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

Camila Pizzolotto Alves das Chagas⁵¹⁰

Resumo: O presente trabalho busca investigar de que maneira o método desenvolvido por Sonia Mendonça, a partir de Antonio Gramsci, pode contribuir para compreensão da construção de Aparelhos Privados de hegemonia da classe trabalhadora no Brasil, na virada do século XIX para o século XX. A metodologia utilizada é denominada "Estado Ampliado como Ferramenta metodológica", utilizada mais frequentemente para analisar entidades e organizações da classe dominante e seus ecos no Estado Restrito. Neste trabalho, procuramos aprofundar uma perspectiva teórica que analisa a sociedade civil brasileira, pela perspectiva gramsciana, e tenta entender de que maneira as organizações da classe trabalhadora estavam configuradas neste recorte cronológico. Se é complexo afirmarmos que a sociedade civil no Brasil na virada do século XIX para o século XX estava plenamente desenvolvida, como diz Gramsci – “composição nacional muito desequilibrada mesmo entre os brancos” (GRAMSCI, 2011:31) – é ainda mais complexo dizer que organizações fora dos moldes tradicionais como partidos políticos ou sindicatos não eram relevantes ou não tinha projeto de hegemonia nacional neste período, principalmente se falamos de cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo ou Salvador. Nossa pesquisa foca em dois aparelhos privados de hegemonia e as lideranças que circulavam entre os dois espaços, sendo eles A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, situado na região portuária do Rio de Janeiro, e a Tenda de Umbanda Cabana de Xangô, no Morro da Serrinha, em Madureira. Se, segundo Gramsci, “os partidos eram efetivamente os organismos que, na sociedade civil, não só elaboravam as diretrizes políticas, mas educavam e apresentavam os homens supostamente em condições de aplicá-las” (GRAMSCI, 2011:266), pretendemos aqui debater de que maneira os partidos políticos, na acepção gramsciana do termo, das classes trabalhadoras contribuem para a formação de seus intelectuais.

Tradições e Resistências: Sindicatos e Terreiros como organizações da classe trabalhadora no Brasil

Introdução

Mesmo antes da abolição institucional da escravidão, o Rio de Janeiro já convivia com diversas formas de relações de trabalho. Livres e assalariados, escravos de ganho, urbanos. Esse momento de transição ainda guardava valores e costumes dos tempos de cativo, como a repressão com açoites àqueles que ousavam se amotinar (MATTOS, 2008) ou mesmo a perseguição àqueles considerados “vadios”. Os momentos de lazer e as práticas religiosas das chamadas “classes perigosas” (CHALHOUB,

⁵¹⁰ Para saber mais: MENDONÇA, S. *O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica*. Marx e o Marxismo: v2, n2, 2014.

2012) – negros e negras, brancos pobres – não escapavam da violência policial, que recorria regularmente às práticas dos anos anteriores à 1888.

Na virada do século XIX, os parlamentares definiam como perigosa toda população pobre que teria escolhido como modo de sobrevivência viver às margens da lei, na “má ociosidade”, além daqueles que viviam de trabalhos informais. Segundo Sidney Chalhoub “os legisladores brasileiros utilizam o termo ‘classes perigosas’ como sinônimo de ‘classes pobres’, e isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade” (CHALHOUB, 2012: 76).

É sabido que o nascente Estado republicano brasileiro estava longe de ser aquilo que proclamava: igualdade dos homens perante à lei. A mudança da ordem escravocrata para a ordem capitalista demandou, sobretudo, uma mudança de valores. Se antes não trabalhar significava status, nesse novo momento seria necessário criar uma nova ética de valorização do trabalho. Agora, no capitalismo, uma outra ideologia estava sendo construída: a de que o trabalho dignifica o homem. O trabalho nesse momento passava a ter um cunho positivo e “civilizatório”, cumprindo papel importante no controle do tempo da população pobre e negra, fazendo a separação rígida entre trabalho e lazer. Para Sidney Chalhoub, as divisões nacionais e raciais eram, nesse processo de transição, mais um facilitador do controle social da classe trabalhadora, fazendo com que os trabalhadores fossem vigilantes de si mesmos, “agentes ou sujeitos de sua própria dominação” (CHALHOUB, 2012: 149). Ainda segundo ele:

Este primeiro movimento para transformar o agente social explorado em trabalhador assalariado tem como alvo, então, a “mente” ou o “espírito” dos homens livres em questão. Desejava-se, na verdade, que os homens livres internalizassem a noção de que o trabalho era um bem, o valor supremo do pacto social. (CHALHOUB, 2012: 49)

Segundo Sonia Mendonça, a particularidade do Estado capitalista em Gramsci, está justamente no fato de, simultaneamente, haverem espaços não só de violência, mas também de consenso. O consenso em torno do que é ser um trabalhador e do trabalho, do lazer da população mais pobre e da vigilância foi sendo construído antes mesmo da república ser proclamada, em 1889. Esse consenso seria produzido tanto pela atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante quanto pela ação do Estado restrito, promovendo um projeto de nação de uma determinada fração de classe. Ainda segundo Mendonça “(...) política e Estado são inseparáveis da cultura, já que a hegemonia pressupõe a aceitação não só de um projeto, como também de um conjunto de valores e visões de mundo a ele inerentes” (MENDONÇA, 2018:13)

Diante deste cenário, como a classe trabalhadora carioca poderia se organizar para a construção projetos contra-hegemônicos? Diante de um Estado coercitivo e de tal repressão policial, é possível dizer que as classes subalternas tinham meios de se

organizar e organizar seus Aparelhos Privados de Hegemonia? Podemos ir além: de que maneira a sociedade civil no Brasil e, mais especificamente no Rio de Janeiro, estava configurada na passagem do modo de produção escravista para o capitalismo? É possível dizer que havia uma sociedade civil, seguindo pelo período chamado pós-abolição, na acepção gramsciana do termo? A sociedade civil brasileira, antes de 1964, seria “primitiva” e “gelatinosa”? Segundo Gramsci, as relações entre Estado Restrito e Sociedade Civil eram ainda bastante desajustadas nas bandas de cá. Ele escrevia nos anos 1930, sobre a América do Sul, que

A base industrial é muito restrita e não desenvolveu superestruturas complexas: a maior parte dos intelectuais é de tipo rural e, já que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas, estes intelectuais são ligados ao clero e aos grandes proprietários. A composição nacional é muito desequilibrada mesmo entre os brancos, mas complica-se ainda mais pela imensa quantidade de índios, que em alguns países formam a maioria da população (GRAMSCI, 2011:31)

Para determinada tradição do marxismo no Brasil, até pelo menos 1930, a sociedade civil seria “primitiva” ou “gelatinosa”, baseados no que afirmou Gramsci em seus escritos sobre “Oriente” e “Ocidente” (GRAMSCI, 2011 V.3: 262) devido à pouca socialização da política e uma relação desajustada entre Estado restrito e sociedade civil. Segundo Carlos Nelson Coutinho, Gramsci busca mostrar que “o processo de ocidentalização das sociedades europeias está precisamente no processo cada vez maior de socialização política, de que se criam movimentos de massa a partir dos de baixo, partidos políticos de massa e sindicatos”.

Se é complexo afirmarmos que a sociedade civil no Brasil no período pós-abolição estava plenamente desenvolvida, como diz Gramsci, é ainda mais complexo dizer que organizações da classe trabalhadora fora dos moldes tradicionais como partidos políticos ou sindicatos não eram relevantes ou não tinha projeto de outra hegemonia nacional neste período, principalmente se falamos de cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo ou Salvador.

Pretendemos demonstrar aqui que o conceito de Estado Ampliado em Gramsci, assim como seu uso metodológico ao analisar a sociedade civil, podem ser pensados mesmo antes de 1930, ao analisar a organização da classe trabalhadora no Rio de Janeiro.

Estado Ampliado: desafios metodológicos para pensar a organização classe subalterna no Brasil

Diferentemente dos pensadores liberais, o Estado, em Gramsci, seria mais do que um conjunto de leis derivado de um contrato social, descontextualizado da história. A concepção marxista do Estado, diferentemente daquela liberal, traz um elemento decisivo para a análise: a noção de que o aparelho

estatal também é histórico⁵¹¹. Pensando de maneira mais ampla, o Estado seria a condensação de relações sociais. Gramsci entendia que a luta de classes não se dava somente na dualidade burguesia estatal *versus* classe operária organizada. A categoria de Estado ampliado nos permite ver uma estreita articulação entre as entidades que organizam as vontades (coletivas ou individuais) e a sociedade civil (FONTES e MENDONÇA IN: CARDOSO; VAINFAS, 2012). Esta segunda categoria, segundo Gramsci, tem uma ligação fundamental com os intelectuais:

Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2011, v.2: 21-22)

O espaço da sociedade civil, tal qual formulado por Gramsci, e seus Aparelhos Privados de Hegemonia, são o campo de batalha da luta de classes propriamente dita. Segundo ele, seria na esfera da superestrutura que a disputa entre hegemonias se dá, através desses organismos privados, tanto das classes dominantes quanto das classes subalternas. A sociedade política (Estado restrito) e a sociedade civil estão, dessa maneira, em constante diálogo e relação orgânica. Fica evidente que o Estado, pensado a partir desta perspectiva integral, compreende, além da força, disputas sobre o consenso do todo social que, a partir dos aparelhos privados, constroem discursos e práticas hegemônicas.

Segundo ele, os intelectuais orgânicos devem ter a capacidade de organizar a sociedade e a cultura, em todo seu complexo de organismos, até mesmo o organismo estatal criando, assim, condições favoráveis à expansão da própria classe. O intelectual aqui deve ser pensado sobretudo como organizador da cultura e peça fundamental na organização das vontades coletivas. Compreendendo o conceito de sociedade civil desenvolvido pelo pensador italiano justamente esse conjunto de organizações, elas seriam responsáveis pela elaboração das ideologias e dos processos culturais. É neste campo que, para ele, se dá, a luta de classes. Segundo Virgínia Fontes e Sonia Mendonça, no terceiro capítulo do livro *Novos Domínios da História*, intitulado História e teoria política:

Em Gramsci, a própria construção das vontades torna-se objeto preferencial da análise, uma vez que o conceito de aparelhos privados de hegemonia, forma preponderante na sociedade civil, permite coligar o processo pelo qual se elaboram as consciências, atingindo a organização do poder do Estado (sociedade política). (FONTES e MENDONÇA IN: CARDOSO; VAINFAS, 2012: 63)

⁵¹¹ Livro de atas de assembléia 1908-1914. Disponível na Sede do Sindicato dos Arrumadores (Rua da Gamboa, 95 – Gamboa)

Dessa maneira, a cultura se mostra como um conceito amplo, integrando a visão de mundo de cada classe e da disputa entre e intra classes. Por isso, a multiplicação dos aparelhos privados de hegemonia dos grupos subalternos se mostra fundamental para construir uma oposição aos aparelhos e entidades de parcelas da classe dominante, criando uma contra-hegemonia.

Para Gramsci, o termo sociedade civil abarcaria um conjunto de organismos (ou aparelhos) privados responsáveis pela articulação do consenso. Os sentidos do termo sociedade civil se encontram em eterno diálogo com a sociedade política, o Estado restrito. Como já visto, para o pensador italiano, não há como entender o conceito de sociedade civil sem o conceito de sociedade política. Para ele, o desenvolvimento da sociedade civil depende de uma relação minimamente equilibrada ou ajustada com o Estado Restrito. Nos escritos gramscianos, os termos “oriente” e “ocidente” não eram apenas direções geográficas. Na compreensão do pensador italiano, “oriente” seriam justamente aqueles países que tem uma relação desequilibrada entre os aparelhos privados de hegemonia e o Estado restrito, onde “o Estado é tudo e a sociedade civil é primitiva e gelatinosa” (GRAMSCI, 2011v3:262). Já “ocidente” seriam as sociedades onde há uma maior socialização da política e que esses dois elementos estariam configurados de maneira mais equilibrada. Segundo Carlos Nelson Coutinho, Gramsci procura demonstrar um processo de “ocidentalização” da Europa como um todo “no sentido de que cada vez mais se socializa a política, de que se criam movimentos de massa a partir dos de baixo, partidos políticos de massa e sindicatos (...)” (COUTINHO, C. 2001:111).

Para Coutinho, a sociedade civil no país teria vivido uma fase “primitiva e gelatinosa” até pelo menos 1930; após 1937, denominado pelo autor como período populista, esta sociedade civil estaria se desenvolvendo. Entretanto, paradoxalmente, para ele, é só após o Golpe Civil-Militar de 1964 que podemos dizer que a sociedade civil brasileira estava em seu pleno desenvolvimento, tendo a burguesia dado um golpe justamente para barrar o crescente protagonismo da sociedade civil. Para ele,

Certamente o Brasil foi um país de tipo “oriental” durante um longo período da sua história. Talvez nunca um “Oriente” tão radicalmente “Oriente” quanto foi a Rússia czarista, já que, mesmo ao longo do período imperial, tínhamos um Parlamento, ainda que fosse pequena sua influência; tínhamos uma Constituição, ainda que autoritária e freqüentemente desrespeitada, o que nunca existiu na Rússia czarista. Mas certamente a sociedade civil, durante toda a época imperial e durante boa parte da Primeira República, era primitiva e gelatinosa. Nesse sentido, penso que a caracterização de “oriental” é correta para o Brasil, pelo menos até 1930. (COUTINHO, 2001: 109-110)

Entendendo que “embriões” da sociedade civil brasileira teriam se manifestado mesmo no momento da República Velha, Coutinho considera como marco embrionário a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, além de um movimento sindical expressivo, além de uma imprensa

operária, organização importante da vontade coletiva. Todavia, segundo ele “Portanto, há embriões de sociedade civil, mas certamente não suficientemente desenvolvidos a ponto de impedir que a transformação feita em 1930 seja a mais emblemática manifestação de uma revolução passiva no Brasil” (COUTINHO, 2001:110).

Segundo balanço historiográfico feito por Alvaro Bianchi, alguns autores integram a perspectiva gramsciana no que se refere à Igreja, lembrando que apesar de algumas interpretações mais antigas percebessem a perda de influência desta instituição após a proclamação da República em 1889, pesquisas mais atuais entendem que a essa influência, pelo contrário, se tornou mais extensa e se expandiu (BIANCHI, 2016: 118). O autor reconhece, no entanto, que os apontamentos de Gramsci minimizaram os efeitos da industrialização no Brasil e dos intelectuais orgânicos que surgiram deste processo. Se o apontamento de Gramsci para uma sociedade civil desenvolvida, em seus termos, é uma maior socialização da política e a movimentação de massa a partir das classes subalternas, o Brasil vivia, pelo menos desde o final do século XIX, em efervescente debate e surgimento de movimentos organizados pela classe trabalhadora. Dos muitos estudos que se dedicam às organizações das classes subalternadas no Brasil da virada do século XIX pro século XX, destacamos o livro de Marcelo Badaró Mattos, *Escravidados e Livres*, no cenário da luta pela abolição da escravidão. O livro é dedicado à análise da passagem do modo de produção escravista para o capitalismo na cidade do Rio de Janeiro, observando diversas organizações e movimentações da classe trabalhadora carioca, que convivia com diversas formas de trabalho, tanto o assalariado quanto o informal, assim como o trabalho feito por cativos. A luta pelo fim da escravidão e pelo fim da exploração do homem pelo homem muitas vezes estiveram lado a lado. Segundo Marcelo Badaró Mattos,

A luta pela liberdade, particularmente na fase áurea do abolicionismo, acabaria por cruzar modelos associativos e esforços concretos de ação coletiva de antigas formas de organização dos escravos, como os quilombos. (...)

Outra forma organizativa que indicava a capacidade de intervenção organizada autônoma da população negra derivava das malhas de capoeiras. (MATTOS, 2008: 113-114)

Diversas organizações de ajuda mútua – associações que, inclusive, tinham como objetivo libertar escravos (MATTOS, 2008:112) –, sindicatos controlados por trabalhadores (CRUZ, M. 2000) (McPHEE, K.2014), entidades que defendiam o abolicionismo, uma imprensa operária e uma imprensa negra, além de centenas de entidades do movimento negro, que teve seu auge nos anos 1930 (DOMINGUES, 2007), com a transformação da Frente Negra Brasileira em partido político (no sentido comum do termo) em 1931 (GOMES E DOMINGUES [orgs], 2011).

Para entender essa classe trabalhadora em formação, é preciso entender que a sociedade civil no Brasil se desenvolveu de maneira

distinta daquela desenvolvida na Europa, além de compreender que dificilmente Aparelhos Privados de Hegemonia da classe trabalhadora tiveram alguma inserção no Estado Restrito no início da República. Segundo Mattos, para compreender *partidos* desse tipo, não há como cobrar votações expressivas ou representações no Parlamento (MATTOS, 2008:125).

Se, segundo Gramsci, “os partidos eram efetivamente os organismos que, na sociedade civil, não só elaboravam as diretrizes políticas, mas educavam e apresentavam os homens supostamente em condições de aplicá-las” (GRAMSCI, 2011:266), os partidos políticos, na acepção gramsciana do termo, das classes trabalhadoras contribuíram para a organização da cultura e para formação de seus intelectuais das classes subalternas, intelectuais orgânicos.

Gramsci, em seu ensaio sobre “O Príncipe” de Maquiavel, analisa o partido político como o príncipe moderno. Esta categoria de partido político é a expressão das classes sociais: os “condottieri”, como ele se refere aos partidos, são os articuladores da vontade política coletiva. Compreendendo o conceito de sociedade civil desenvolvido pelo pensador italiano justamente esse conjunto de organizações, elas seriam responsáveis pela elaboração das ideologias e dos processos culturais. É neste campo que, para ele, se dá, em primeira instância, a luta de classes.

Os partidos são elementos que conseguem organizar as vontades coletivas e os que se saem melhor nesta tarefa são precisamente aqueles que têm, entre seus quadros, os intelectuais orgânicos de mais competência. Segundo Carlos Nelson Coutinho,

Gramsci considera intelectuais todos os que contribuem para educar, para organizar, ou seja, para criar ou consolidar relações de hegemonia; por isso, para ele são intelectuais (ou desempenham uma função intelectual) todos os membros de um partido político, de um sindicato, de uma organização social (COUTINHO, 2011:29-30)

A partir do princípio de que todos são intelectuais em potencial, essa perspectiva abre um horizonte de organização orgânica para as classes subalternas. Partindo do princípio que a sociedade civil é o terreno da luta de classes propriamente dito, legitimar a ampliação do Estado somente quando há uma consequência visível na sociedade política seria analisar o Estado de maneira não dialética. Entendemos que transformações nas relações sociais e na correlação de forças tem influência da sociedade civil e, sobretudo, ligações no Estado restrito por que classes sociais não é uma categoria abstrata, mas uma experiência vivida. Segundo Sônia Mendonça,

Logo, qualquer modificação na correlação de forças vigente na sociedade civil, dentro ou entre aparelhos privados de hegemonia distintos, tem, necessariamente, repercussões junto à sociedade política e aos organismos estatais, em particular. Afinal, os agentes sociais engajados nas agências da sociedade civil e da sociedade política não representam classes em abstrato inscritas em um Estado etéreo. Este vasto e complexo tecido de relações se constói e reconstrói no cotidiano de

suas práticas políticas e conta com rostos, projetos, embates e história, enfim. (MENDONÇA in: PAULA e MENDONÇA [orgs]. 2013: 19)

Isto quer dizer que ainda que o Estado tenha se ampliado de maneira seletiva no Brasil neste período, as relações sociais transformadas e, conseqüentemente, as correlações na sociedade civil, também serão alteradas as relações na sociedade política. Segundo Mattos,

Para Gramsci, porém, “os ‘partidos podem se apresentar sob os nomes mais diversos”. E na dimensão educativa e organizativa, “os partidos eram efetivamente os organismos que, na sociedade civil, não só elaboravam as diretrizes políticas, mas educavam e apresentavam os homens supostamente em condições de aplicá-las”. Por isso mesmo, na análise de Gramsci, não é necessário existir uma “ação política” em sentido estrito para que se possa falar em partido político (...) (MATTOS, 2008:126)

Se o sindicato atuava, diretamente, na pressão por diminuição de horas de trabalho e condições melhores para produzir, a preservação da tradição e a construção de redes de sociabilidade nos terreiros e nas tendas lutavam por uma afirmação de identidades, formando parte da classe trabalhadora carioca. Para Sidney Chalhoub,

A opção por abordar a questão do controle social do ponto de vista da classe trabalhadora procura ressaltar o fato de que as relações de vida dos agentes sociais expropriados são sempre relações de luta, ou seja, o tempo e o espaço da luta no processo histórico não se restringem aos movimentos reivindicatórios organizados dos dominados – como os diversos momentos do movimento operário, por exemplo. (CHALHOUB, 2012: 51-52).

Depois deste debate conceitual sobre sociedade civil e organização dos trabalhadores no Rio de Janeiro nos finais do século XIX e início do século XX, passamos agora à um breve balanço historiográfico de autores que escreveram tanto sobre a resistência dos trabalhadores negros quanto de autores que escreveram sobre a auto-organização dessa população na cidade.

Tradições e Resistências: aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora

Observar a organização da classe trabalhadora brasileira requer, como já dito anteriormente, deixar para trás um olhar eurocêntrico sobre a questão. A população negra, os abolicionistas, os operários, os capoeiras, sambistas e praticantes de religiões de matriz africana já se organizavam desde antes de 1930. Houve, no marxismo, uma tendência a negligenciar a questão racial, assim como a questão de gênero durante um longo período de sua história. Isto significou negar a existência de organizações fora do padrão sindicato/partidos políticos e dessa maneira, entidades que organizaram a resistência à repressão policial, a movimento negro anterior à 1930 ou mesmo quilombos e suas redes de solidariedade não são citados quando pensamos em uma sociedade civil organizada, a partir da perspectiva das classes subalternas. Silvia Hunold Lara, em seu texto Thompson e a Experiência Negra no Brasil, faz um balanço da historiografia brasileira sobre a escravidão. Neste balanço, a autora entende que a

historiografia produzida nos anos 1960 e 1970, no intuito de se diferenciar daquela produzida anteriormente – esta que enfatizava o caráter paternalista e benevolente da escravidão no Brasil – deu ênfase somente na violência e nos interesses econômicos, numa tentativa de reconstrução da história. Ainda que acidentalmente, esta ótica ainda assim privilegiava uma ótica senhorial e excluía qualquer possibilidade de agência por parte dos escravizados. Para ela, olhar apenas para as razões econômicas implicadas, poderia privilegiar apenas uma visão do processo. Ainda para a autora,

A história dos trabalhadores (a história social do trabalho) no Brasil continua, ainda, assentada num ocultamento imenso ou, no mínimo, na construção de uma ruptura radical. Há, portanto, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo – milhares de trabalhadores, que viveram e lutaram durante séculos, desaparecem do cenário histórico num piscar de olhos.

Ainda que a historiografia tenha avançado, neste sentido, desde que o texto de Lara foi escrito, em 1995, entendemos que é ainda muito incipiente na tradição marxista brasileira uma análise sobre os processos de resistência e de auto-organização desses trabalhadores. O

movimento negro estava organizado, por exemplo, desde pelo menos 1908. Surgiram diversas organizações de ajuda mútua e de solidariedade no período, como aponta Petrônio Domingues em seu já citado artigo *Movimento Negro Brasileiro – Alguns apontamentos históricos*. no início da República foram criados vários grupos (**grêmios, clubes ou associações**), como por exemplo: Grupo Dramático e Recreativo Kosmos (1908); Centro Cívico Palmares (1926), várias **associações de mulheres negras**, por exemplo a Sociedade Brinco das Princesas (1925, SP); Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908 Pelotas), órgãos de Imprensa negra (jornais elaborados e publicados por negros para tratar de suas questões), como *O Clarim da Alvorada* (de José Correia Leite, 1924), *A Liberdade* (1918), *O Getulino* (1923), *A Raça* (1935, Uberlândia) (DOMINGUES, 2007). Essa seria a primeira fase do Movimento Negro Brasileiro, para o autor. Falando

do salto em que o movimento negro deu a partir de 1930, fica mais difícil afirmar que apenas a classe dominante estava organizada ou mesmo que a relação de força na sociedade civil não tinha repercussão no Estado Restrito. Na década de 1930, o movimento dá um salto qualitativo com a criação da Frente Negra Brasileira, em 1931. Considerada como organização sucessora do Centro Cívico de Palmares, teve filiais em diversos estados brasileiros (como Recife). Se caracteriza também pelo grande contingente de mulheres dentro da organização. Em 1936 a FNB se torna um partido político, no sentido tradicional do termo, registrado na justiça eleitoral, com várias filiais no Brasil inteiro, com sede na cidade de São Paulo. Em sua segunda fase, começando em 1945 até 1964, Com a queda da ditadura varguista, o

movimento negro organizado ressurgiu e ampliou seu raio de ação. O protesto negro aumentou, segundo Domingues,

Primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro porque grande parte da população ‘de cor’ continuava na marginalizada em favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência” (DOMINGUES, 2007:108)

Pensar em organizações fora dos moldes europeus é de extrema importância se quisermos entender de que forma a classe trabalhadora se organizava no Brasil. As tendas de umbanda e os terreiros de candomblé se mostram espaços ricos de sociabilidade de parte da classe trabalhadora na virada do século XIX para o XX. Stella Guedes Caputo, em seu livro *Educação nos Terreiros*, faz uma discussão sobre como parte do patrimônio cultural africano transferiu-se por meio dos terreiros. São organizações que tem fundamental importância para a manutenção de tradições dos povos escravizados no alvorecer da República. A região portuária no Rio de Janeiro desempenhou um papel importante para a multiplicação do candomblé. Aos poucos, os terreiros e tendas foram migrando para a Zona Norte, nos subúrbios, e para a Baixada Fluminense. Segundo ela, “(...) as constantes mudanças não eram causadas apenas por ‘reorganizações urbanas’. Nessas ‘reorganizações’ estavam inseridas as perseguições aos terreiros e seus fundadores e frequentadores” (CAPUTO, 2012:49). As classes dominantes se basearam fortemente em discursos científicos e “racionais” para legitimar sua organização e a luta de classes se deu nesse pano de fundo, com essa classe trabalhadora.

Olhar para o contexto brasileiro procurando um “proletário padrão” ou mesmo tentar encaixar em formas europeias organizações de trabalhadores pode colocar um véu sobre nossas análises de classe e, mais que isso, reduzir a importância de intelectuais orgânicos vindo de experiências diferentes daquelas vividas na Europa e não por isso menos importantes. A cultura e as organizações culturais, desse modo, cumpriram papéis fundamentais de organização da classe trabalhadora no Rio de Janeiro e no Brasil na virada do século XIX para o XX.

Segundo Maria Cecília Velasco Cruz, os arrumadores e carregadores de café, já em meados do século XIX, se consolidaram como um grupo claramente delineado, sendo a maioria dos trabalhadores deste ofício de origem africana, escravizados e libertos. Para ela, há uma forte continuidade entre aqueles que foram escravizados nos tempos imperiais e os proletários da região portuária carioca no alvorecer da Primeira República. Alguns problemas aparecem quando a composição social começa a ser modificada devido à imigração europeia: verifica-se um embranquecimento da classe trabalhadora e os conflitos entre brancos e negros por questões de trabalho se tornam constantes. No entanto, “se a composição social da

classe trabalhadora urbana foi inteiramente refeita com a chegada dos imigrantes, o mesmo não aconteceu entre os operários do Porto” (CRUZ, 2000: 270). As autoridades tratavam de maneira distinta a paralisação do trabalho por negros e brancos. Mesmo utilizando-se de repressão contra a greve de trabalhadores assalariados brancos, as greves por parte de escravizados eram vistas como levantes e revoltas, repreendidos de maneira implacavelmente violenta pela polícia. O corpo negro, lutando para não ser açoitado pelo seu senhor, era alvo dos braços armados do Estado. Segundo Marcelo Badaró:

Não era novidade que escravos empregados em fábricas utilizassem seu ambiente de trabalho coletivo como trincheira para rebeliões. (...) Porém, mesmo não se tratando de paralisações com demandas tipicamente salariais, como a dos tipógrafos, eram movimentos de trabalhadores escravizados concentrados em estabelecimentos fabris que encontravam na suspensão do trabalho uma forma de protesto válida. (MATTOS, 2008:149)

Dessa maneira, as práticas de auto-organização dos grupos de trabalho não começaram após a abolição. Os que haviam sido escravizados e os libertos abriram caminhos para a fundação e estruturação do que viria a ser o sindicato no porto do Rio de Janeiro. As redes de solidariedade que dariam origem ao sindicato se firmaram muito antes de sua fundação. Segundo Maria Cecília Velasco,

Até mudarem as regras do jogo em 1906 e a consolidação da Sociedade de Resistência, os trabalhadores de tropa e seus capitães eram grupos de trabalho plenamente inseridos na comunidade envolvente, legitimados, com autonomia e funções próprias, com quem muitos negociavam e talvez ninguém pensasse em destruir. Os seus conflitos internos às vezes transpareciam nas páginas dos jornais, mas não as suas solidariedades subterrâneas construídas paulatinamente desde a época do cativo. (CRUZ, 2000: 278)

Segundo Marcelo Badaró Mattos, essas redes, construídas ainda no tempo da escravidão, tiveram influência fundamental no sindicalismo em que os trabalhadores tinham controle sobre o processo de contratação. Indos às fontes⁵¹², pude perceber que este processo de contratação controlado pelos trabalhadores foi organizado de modo complexo, de maneira que o sindicato chegava a ter cofres para não colocar o dinheiro em bancos e, de tempos em tempos, colocava o dinheiro para secar com alguns de seus associados armados para a proteção dos montantes. Erika

Arantes, em seu artigo *A Estiva se Diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX*, faz um breve levantamento dessas agremiações ligadas aos sindicatos no porto do Rio de Janeiro. A autora lembra que não há como separar história social do trabalho com história da cultura: esta seria uma falsa dicotomia, com se na cidade existissem os operários, que se organizaam em sindicatos, faziam e greves e, de outro lado, existissem os populares, tratados como coisa distinta, que fazem o carnaval, a macumba, a revolta popular. É importante lembrar

⁵¹² Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH – UFF). Email: otavio.augustoc86@gmail.com

que as duas esferas são formadoras desses trabalhadores, formadoras de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Dessa maneira, estudar essas organizações é entender como os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe trabalhadora são espaços de organização da vontade coletiva e formação para a construção de uma oposição aos aparelhos privados de parcelas da classe dominante, criando discursos e processos contra-hegemônicos. Segundo Erika Bastos Arantes,

A historiografia sobre a cidade na virada do século XIX para o XX costuma trabalhar com essa diferenciação, dividindo a história da cidade em duas vertentes: de um lado, a história social do trabalho, que tratava do trabalho propriamente dito e das associações nascidas a partir dele (sindicatos, sociedades de resistência, mutualistas etc.), dos movimentos reivindicatórios principalmente as greves e do movimento operário de uma forma mais ampla; de outro, a história cultural que lidava com as questões da “cultura popular”, ou seja, das manifestações culturais como o samba, candomblés ou mesmo de revoltas dos “populares”, como a Revolta da Vacina em 1904. (ARANTES, E.B. 2015:27-28)

É interessante notar como a população das classes mais baixas via com desconfiança as relações com a Justiça e com a polícia desde o início do século, deixando claro o papel que o Estado cumpria na vida cotidiana dos trabalhadores: não o de amenizar seus problemas mas, sim, a função de reprimir ferozmente qualquer um que não se enquadrasse no conceito de “trabalhador” cunhado no início do século XX. A “vadiagem”, noção criada a partir dessa mudança da ética do trabalho, serviu para legitimar a óbvia repressão policial sobre aqueles que estavam sempre questionando o conjunto de valores burgueses, ora dentro ora fora deles, colocando obstáculos a uma formação capitalista clássica a partir de um modo de vida tradicional. Os terreiros de candomblé remetiam a esse passado escravista que deveria ser apagado. Por isso, o “feitiço” passou a ser considerado contravenção.

Para Erika Arantes, dispositivos legais foram criados para definir as religiões de origem africana como perigosas à saúde e contrárias à moral pública, tornando frequentes as investidas policiais que violavam os templos e terreiros, invadiam casas e prendiam líderes e fiéis. (ARANTES, 2010: 170). Exatamente por isso é tão necessário entender que lazer, trabalho e religiosidade estão entrelaçados na vida desses trabalhadores, é tentar investigar a organização dessa população de maneira totalizante. Ainda segundo ela,

Mas será que é possível fazer essa diferenciação e dividir os moradores pobres da cidade em grupos tão distintos? Não fariam eles parte dos mesmos grupos e não estariam eles participando das mesmas lutas, assim como das mesmas diversões? Falar das relações construídas no trabalho e na organização sindical é pouco para entender o universo dos trabalhadores, já que esse universo era muito maior e mais complexo, envolvendo redes de relações que vão além daquelas construídas no processo produtivo. (ARANTES, E.B. 2015:28)

Conclusões

Como tentamos demonstrar nesse texto, não há como compreender a classe trabalhadora sem pensar nesta em sua totalidade. Não há como falar de capital sem mencionar de que maneira ele se construiu em cada país, que tipos de acumulação primitiva a classe dominante promoveu. Dessa maneira, não há como falar de “capital” sem dizer a qual “capitalismo” aquele pertence. Ainda que o nosso paradigma seja o do Capital x Trabalho, é necessário entender por quais mãos este trabalho é feito e de que forma este capital foi construído. O fatiamento da realidade, ou, para regatar a analogia de Roedinger, segurar em uma mão “capital” e na outra “capitalismo” pode ter finalidades explicativas para cientistas sociais. No entanto, a realidade social se dá de maneira simultânea e desordenada, entrecruzada por diversos fatores. No Brasil, não há como entender o desenvolvimento do capitalismo no país abrindo mão de entender a escravidão e seus trabalhadores.

Desse modo, não podemos entender como esses trabalhadores se organizavam e como compreendiam sua atuação política em entender suas agremiações recreativas, seus momentos de lazer e sua religiosidade. Era nesses espaços que se formavam consensos contra-hegemônicos. Tentamos ao longo desse texto, fazer um balanço dos debates em torno da sociedade civil brasileira, em especial a organização dos trabalhadores e tentar demonstrar, ainda que brevemente, parte dos movimentos de massa e partidos políticos criados por escravizados, ex-escravizados e pela população negra no chamado período pós-abolição existiram e compuseram parte dos aparelhos privados de hegemonia contra a ordem em vigor, seja na resistência cultural ou na militância institucional.

Bibliografia

ARANTES, Érika Bastos. *A estiva se diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX*, Rio de Janeiro, Revista Tempo | Vol. 21 n. 37, 2015.

ANDERSON, KEVIN B. (org.) *Marx At Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

APPIAH, K. *Na Casa de Meu Pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BAKAN, A.B; DUA, E. (orgs.) *Theorizin Anti-Racism: linkages in Marxism and critical race theorie*. Toronto: University of Toronto Press, 2014.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política*. São Paulo: Alameda, 2008.

CALLINICOS, A. *Capitalismo e Racismo*. São Paulo: Zahar, 2000.

CAPUTO, S.G. *Educação nos Terreiros: e como a escola se relaciona com as crianças de candomblé*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2012.

CHALHOUB, S. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *O Leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O Desafio dos que Pensaram Bem o Brasil*. IN: *Como Pensar?* São Paulo: Revista Lua Nova número 54, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n54/a05n54.pdf> (último acesso em 20/08/2018)

CRUZ, Maria Cecília Velasco. *Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café*, Rio de Janeiro, 1905 1930. Revista Afro-Ásia, 2000.

_____. *Cor, Etnicidade e Formação de Classe no Porto: A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908*. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 188-209, dezembro/fevereiro 2005-2006.

DOMINGUES, P. *Movimento Negro: Alguns Apontamentos Históricos*. Rio de Janeiro: Revista Tempo, número 23, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07> (último acesso em 20/08/2018)

FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes (Volume 1 e 2)*. São Paulo: Ed. Globo, 2008.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar (2ª ed.), 1976.

FONTES, V. *Brasil e o Capital Imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2010;

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Vol. 1-6*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUIMARÃES, A. S. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

LARA, S.H. “Blowing in The Wind”: *Thompson e a Experiência Negra no Brasil*. Projeto História, n. 12 (1995)

MARX, Karl. *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850.* Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/>. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

MATTOS, M. B. *A Associação Internacional dos Trabalhadores e o Brasil: pensando Marx, o Movimento Internacional da Classe Trabalhadora, a escravidão e a questão racial.* IN: Revista História & Luta de Classes, ano 11, Edição No. 20, 2015.

MATTOS, M. B. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca.* Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, M. B (org). *História: Pensar e Fazer.* Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

Mc PHEE, K. *“Um novo 13 de Maio!”: Trabalhadores Portuários Afrobrasileiros no rio de Janeiro, 1905-1918.*

DOMINGUES, P. e GOMES, F. [orgs.] *Políticas da Raça: Experiências e Legados da abolição e do Pós-Emancipação no Brasil.* São Paulo: Selo Negro edições, 2014.

MENDONÇA, S. R de. *O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica.* Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014.

MENDONÇA, S. R. de. *Pesquisando Com Gramsci: Sugestões Metodológicas* IN: **MENDONÇA, S. R. de e LAMOSA, R. [orgs].** Gramsci e a Pesquisa Histórica. Curitiba: Appris Editora, 2018.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.* Cadernos PENESB, Niterói, nº. 5, pp. 15-34, 2000.

ROEDINGER, D. *Class, Race, and Marxism.* New York: Verso, 2017.

SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Cultura e Materialismo.** São Paulo: Unesp, 1980 (2005).

Mesa 20: A HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO SOBRE AS POLÍTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Coordenadora: Nívea Vieira (UERJ)

O atual bloco histórico Gerencialista/ Neoliberal tem como características: a hegemonia do capital financeiro, a reconfiguração do papel do Estado, a transformação nas relações entre capital e trabalho e no plano ideológico, a defesa da reforma do capitalismo sob a égide da justiça social, igualdade de oportunidades e do voluntariado. Os trabalhos apresentados nesta mesa coordenada discutem a construção da hegemonia do capital financeiro no Brasil, inscrita no processo de construção e consolidação do projeto neoliberal, entre as décadas de 1990, 2000, 2010. O trabalho de Rafael Brandão analisa o processo de privatizações dos bancos estaduais no período em que as reformas neoliberais foram introduzidas no Brasil pelos governos Collor (1990-1992) e Cardoso (1994-1998). A pesquisa destaca o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), criada em 1995, responsável pela privatização de instituições como o BANERJ, Meridional, Credreal, BANESTADO, BEMGE, Banespa, entre outras. O trabalho de Maurício Lapa aborda o papel dirigente do grupo Bradesco junto ao movimento dos empresários mobilizados para intervir na questão educacional. O autor busca identificar a presença de intelectuais orgânicos do Bradesco nos aparelhos representativos dos interesses empresariais na política educacional. A pesquisa de Nívea Vieira destaca o protagonismo da Holding Itaú nas políticas educacionais da contemporaneidade. O trabalho analisa o crescimento paralelo dos grupos Itaú e Unibanco no âmbito da política econômica e da política social, nos últimos 35 anos. As pesquisas reunidas nesta mesa enfatizam que a hegemonia do capital financeiro na sociedade Brasileira produziram consequências alarmantes para a economia nacional e para as políticas sociais. Palavras-chave:

Estado Ampliado – Hegemonia – Capital Financeiro

MESA 21: CAPITALIZANDO A DEMOCRACIA: TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL E NA INGLATERRA (1968-2017)

Coordenador: Otávio Augusto Cunha (Colégio Curso ÍCONE)

Esta proposta de mesa redonda tem como objetivo discutir os aspectos mais urgentes a respeito da democracia e da luta de classes no capitalismo contemporâneo. Entendemos, ainda, que mesmo a luta pelo significado mais propriamente semântico da democracia é uma luta pelo sentido social dessa forma de governo e dominação, com implicações políticas que se pode adivinhar. Pois como observou Florestan Fernandes, esse caráter aparentemente enganoso do nosso objeto - “a democracia” - sob o mesmo nome pode abrigar regimes de substâncias sociais diferentes. Entendemos que a História da democracia não pode tomar sua fundação e desenvolvimento na Grécia como bases definidoras do conceito. Da mesma forma, não podemos entender a democracia contemporânea sem suas relações com aquele regime político – dada sua evidente evocação da construção política grega. Melhor seria entender essa forma de governo em sua historicidade, compreendendo que ambos objetos têm, em algum nível, uma história partilhada, não sendo, isoladamente, suficientes para a definição do que é a democracia. O epicentro das reflexões se encontra nas contribuições da literatura marxista que permitam apontar as estratégias dominantes de obtenção de consenso para problematizar os limites e as contradições da democracia burguesa no contexto de crise do capital e ataque aos direitos sociais. Compreendemos, assim, o esforço de defesa de um modelo de democracia estável e voltada para o desenvolvimento. Serão apresentadas as reflexões a respeito da democracia no pensamento de Fernando Henrique Cardoso, os princípios da cruzada antissindical na Inglaterra no fim dos anos 1960, e o papel da Fundação Roberto Marinho no contexto de ampliação do Estado Brasileiro.

ESTADO AMPLIADO E ORGANIZAÇÃO DA CULTURA: A FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO E A CONSTRUÇÃO DA IDEOLOGIA PRIVATISTA

Otávio Augusto Cunha⁵¹³

Resumo: Este artigo busca explicitar a importância do conceito gramsciano de Estado Ampliado como importante ferramenta metodológica para analisar a dominação capitalista atualmente, principalmente no Brasil. Em seguida buscaremos apontar como a Fundação Roberto Marinho (FRM), de propriedade das Organizações Globo, atua como um verdadeiro aparelho privado de hegemonia de caráter patronal. Para tal, consideramos que é impossível dissociar os objetivos da fundação dos interesses dos proprietários do maior complexo midiático corporativo do Brasil, uma vez que os projetos e os vínculos da FRM podem demonstrar que os objetivos estabelecidos possuem articulação direta com os valores empresariais dominantes. A função social exercida por um órgão como a FRM pode ser compreendida como uma estratégia burguesa que tem como objetivos a reconfiguração do papel do Estado para a apropriação privada de recursos públicos, a propagação da ideologia privatista e, principalmente, educar o consenso da sociedade para a reprodução da ordem do capital.

1. As contribuições do filósofo italiano Antonio Gramsci para o campo do marxismo no século XX é de fundamental importância para uma análise do atual estágio da sociedade capitalista na qual estamos inseridos. Dessa forma, é necessário inserir o conceito de Estado Ampliado (integral) de Gramsci numa perspectiva marxista que não perca o ponto de vista da luta de classes e da totalidade para realizar uma análise crítica da sociedade. De acordo com Sônia Mendonça (2013), muito da concepção a respeito do Estado que se tem hoje tem uma profunda influência de uma visão estritamente liberal. Segundo a autora, essa matriz do pensamento entendeu o Estado como um *Estado de natureza* que – pairando sobre a sociedade civil e não como resultado da luta de classes – teria vontade própria, sem nenhuma articulação com os diversos grupos sociais. Esse *Estado sujeito*, seria somente um aparato burocrático emergido de um contrato social aceito pelos homens e, substituindo os valores divinos da igreja, seria responsável por uma legislação universal e imparcial, ou seja, independente dos interesses individualistas e que garantisse o “progresso” e a “civildade”. Dentro dessa perspectiva, de acordo com a autora, muitas das interpretações a respeito do Estado dialogam com essas prerrogativas, o que leva a uma compreensão da sociedade civil como fraca, impotente e despolitizada.

A tradição marxista da qual Gramsci faz parte, estabelece uma visão a respeito do Estado que tem como ponto de partida o seu caráter histórico, ou seja, uma visão classista da sociedade e dos homens, na qual esses pertencem sempre a certo grupo social dentro do processo de produção e de trabalho. Todavia,

⁵¹³ Discurso no Conselho Federal de Cultura, 02 ago. 1983.

podemos afirmar que na concepção clássica da tradição marxista, o Estado tem origem na afirmação da propriedade privada e, ao contrário da visão liberal, funcionaria como um instrumento da classe dominante no processo da luta de classes, sendo a citação mais conhecida e difundida aquela na qual Marx afirma ser o Estado *um comitê para gerir os negócios da burguesia* (1848). De acordo com Carlos Nelson Coutinho (1996), essa visão marxiana presente no *Manifesto do Partido Comunista* possui um caráter restrito ou abstrato e não condiz com as evoluções realizadas em obras posteriores onde Marx elaborou estudos de caso mais concreto como, por exemplo, aquela presente no livro *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, na qual constata uma complexificação do conceito de Estado, entendido agora como uma instância perpassada por uma série de classes e frações de classe em disputa constante. É oportuno lembrar, mesmo não sendo um ponto a ser explorado neste artigo, que essa visão restrita de um estado mecanicista (ou economicista na interpretação de Gramsci) gerou diversas interpretações dentro do próprio marxismo.

É aqui que o autor sardo colabora para uma observação mais precisa do funcionamento do Estado nas formações sociais capitalistas do século XX. Podemos iniciar afirmando que o ponto de partida da filosofia desenvolvida por Gramsci está pautada pela categoria marxiana da totalidade, sua perspectiva compreende o Estado como questão dialética, de disputa pela hegemonia e da dominação de uma classe sobre a outra, porém, sem cair numa concepção que apartasse as análises a respeito da política, da cultura e das ideologias. No processo histórico analisado por Gramsci, o comunista sardo percebe que, nas sociedades classificadas por ele como de tipo ocidental, não só se complexificou a estrutura produtiva, mas também a superestrutura responsável pela manutenção da ordem social capitalista, com destaque para o papel da cultura e da ideologia da construção do consenso. É o que Bianchi chamou de *desencontros dos tempos das superestruturas e das estruturas* (BIANCHI, 2008, apud MENDONÇA, 2013). Com isso, Gramsci rejeita a visão reducionista de que ao Estado caberia a função meramente coercitiva e compreende que a essa sociedade política também cabe gerir o consenso. De forma que o Estado não seria um organismo simplesmente tomado por um grupo ou fração de classe sem nenhum tipo de disputas ou contradições. Pelo contrário, ele deve almejar expressar uma lógica universal, incorporando até mesmo demandas dos grupos de baixo ainda que distorcendo e alterando seu fundamento original. Com efeito, o conceito de Estado Ampliado em Gramsci elimina a percepção restrita e abstrata presente anteriormente, pois *superou dicotomias como vontade x imposição, sujeito x sociedade, base x superestrutura integrando sociedade política e sociedade civil a uma só totalidade em constante interação* (MENDONÇA, 2013).

Dito isso, a análise de Gramsci a respeito do Estado Ampliado (ou integral) pode ser compreendida através da junção entre sociedade política e civil, na qual a última seria a arena da luta de classes, o espaço no qual se delimitam as visões de mundo e se afirma a direção político-ideológica de grupos sociais, espaço da coerção e do consenso na disputa pela organização da cultura. No âmbito da sociedade civil se encontram os aparelhos privados de hegemonia, ou seja, é nesse terreno que os interesses particulares da classe dominante se espraiam para além dos muros burocráticos da sociedade política através de agências formalmente particulares e privadas, onde a concepção de mundo dominante se organiza para se expressar também nesses aparelhos que, embora reconhecidos como integrantes da sociedade civil, apenas complementam a função de dominação que Marx atribuiu ao Estado. É importante insistir que a denominação sociedade política e sociedade civil serve aqui como um instrumento didático para reafirmar o compromisso com a ideia de totalidade, profundamente perpassada pela luta entre as classes sociais. O filósofo grego Nicos Poulantzas, interessado em criticar a concepção instrumentalista de Estado ainda presente no marxismo da segunda metade do século XX (muito por influência de uma noção estalinista), segue uma concepção muito próxima daquela estudada por Gramsci quando percebe que o Estado (ou a sociedade política) é fruto dialético das lutas e dos conflitos inerentes à vida social e à disputa pela hegemonia, sendo o próprio uma relação social, mais exatamente *como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado* (POULANTZAS 1977, p. 130).

Todavia, o interesse deste artigo, é articular a metodologia apresentada com um objeto específico de análise, mais especificamente um aparelho privado de hegemonia profundamente atuante na sociedade brasileira nas áreas de educação e cultura. Com profundas relações com entidades públicas e privadas, a Fundação Roberto Marinho é o braço filantrópico das Organizações Globo que hoje atua dentro e fora da esfera política do Estado. Ou seja, ao mesmo tempo em que penetra neste propondo políticas públicas e disseminando a visão de mundo dos seus proprietários, recolhe uma grande quantidade de recursos para exercer funções antes atribuídas ao serviço público. Dessa forma, traçaremos um breve histórico da entidade desde sua formação, que remonta ao período da ditadura empresarial militar no Brasil, até os dias atuais para explicitar o poder que uma grande organização empresarial do ramo da comunicação constrói sua ideologia subserviente ao grande capital para além do seu discurso televisivo. Mostraremos aqui como a ideologia privatista exerce uma função prática e organiza a vida de homens e mulheres em prol dos interesses das classes dominantes, sendo o principal objetivo destas o ocultamento das contradições sociais e, conseqüentemente, da luta de classes.

2. A Fundação Roberto Marinho foi criada em 1977 por Roberto Marinho (proprietário das Organizações Globo) na cidade do Rio de Janeiro e, desde então, tem tido uma atuação de destaque ao articular projetos com entes públicos e privados Brasil a fora, sobretudo nas áreas de educação e cultura. O momento de nascimento da FRM era o período do governo Geisel, conhecido pela distensão da ditadura empresarial militar que visava uma transição “lenta, segura e gradual” para um regime democrático de tipo restrito. Basicamente um projeto de poder que desejava uma saída da ditadura “pelo alto”, que excluísse as demandas populares e que não priorizasse rompimentos estruturais com a ordem estabelecida pelos setores dominantes em 1964. Contudo, a notável expansão do grupo Globo durante os anos 1970 deve muito ao apoio que o regime empresarial militar concedeu ao setor de telecomunicações privado. Entretanto, em 1966 foi criada uma CPI na Câmara dos Deputados para apurar as ligações entre o grupo norte-americano Time-Life e o grupo de Roberto Irineu Marinho. Na época, a CPI declarou como ilegítimo os acordos firmados entre as duas empresas. Porém, os grupos multinacionais-associados trataram de legitimar os acordos e a empresa não sofreu nenhum tipo de retaliação. Com recursos públicos e visando organizar o consenso em torno do regime autocrático, o Estado propiciou uma reformulação estrutural no ainda precário setor, o que levou as Organizações Globo a adquirir sua concessão pública para a criação de um canal de televisão. A programação da TV Globo foi ao ar pela primeira vez em 1965 e manteve um discurso político nitidamente alinhado com o discurso oficial do regime: a valorização do milagre econômico, das conquistas da suposta “revolução” e da necessidade da política de segurança nacional contra os “subversivos”. Esse alinhamento estava permeado pelos interesses de classe que os proprietários das Organizações Globo tinham na sociedade brasileira, e o aumento do poderio da família Marinho passava pela manutenção da ordem estabelecida pela ditadura empresarial militar.

No contexto de aprofundamento das contradições da ditadura empresarial militar (após a crise capitalista dos anos 1970, das contradições do suposto milagre e da intensificação das lutas do movimento operário do ABC paulista), em 1978, um ano após o nascimento da FRM, tem início o primeiro projeto de sucesso: o Telecurso 2º grau. Esse projeto visava, basicamente, o “aprimoramento educacional” de estudantes que não conseguiam completar o ensino médio e, portanto, os materiais apresentados pela FRM visavam compensar as “inefícias” do ensino público no Brasil. O sucesso do programa inseriu as Organizações Globo no âmbito da educação à distância (EAD) e, com isso, ampliou o poder da Família Marinho na sociedade civil. Com o auxílio de subsídios governamentais, a FRM

sustentava um projeto político pedagógico alinhado com o discurso de segurança nacional proposto pela ditadura empresarial militar e expandia a influência e poder do grupo Globo para além do seu campo midiático-corporativo tradicional. Já nos anos 1980, com o início do processo de abertura política do país, o proprietário-maior do grupo Globo, Roberto Marinho, afirmou que a ideia de criar uma fundação sem fins lucrativos fazia parte de uma estratégia de auxílio privado à preservação da cultura e do patrimônio do país, sob a justificativa de que a maioria da nação se encontrava em precário estágio cultural, cujo aperfeiçoamento só poderia vir a resultar do “progresso econômico do país”. De acordo com Roberto Marinho:

“As primeiras ideias relativas à fundação me ocorreram em 1977, quando se iniciava o processo de abertura política e havia quem alegasse que o povo brasileiro não se achava preparado para o pleno exercício do regime democrático. Enquanto a sociedade, por seus segmentos mais representativos, exigia uma participação maior nas decisões nacionais, questionava-se a conveniência desse debate mais amplo dos programas de governo, sob a justificativa de que a maioria da nação se encontrava em precário estágio cultural, cujo aperfeiçoamento só poderia vir a resultar do progresso econômico do país”⁵¹⁴

Para que esse objetivo fosse alcançado, o fim do governo ditatorial – e o processo de abertura política – não poderia conter questionamentos dos privilégios históricos dos setores dominantes do Brasil. Roberto Marinho era um dos empresários mais interessados nesse tipo de transição. Durante a ditadura empresarial militar o controle sobre a informação foi conduzido pelo alinhamento direto com o Estado. Já no período de abertura, inúmeras entidades com interesses diversos no interior das classes dominantes buscavam impor interesses particulares no processo de transformação pelo qual passava o país, direcionando suas atividades para a sociedade civil, visando resolver problemas que o regime ditatorial não mais dava conta de equacionar e propondo caminhos para o desenvolvimento nacional pela via neoliberal.

A verdade era que o cenário que resultou do período do “milagre econômico” demonstrava um claro desgaste e incapacidade de manutenção do modelo econômico adotado pelo regime ditatorial. As críticas ao modelo interventor do Estado apareciam entre os setores empresariais ao mesmo tempo em que se intensificavam a luta dos trabalhadores afetados pela crise, com destaque para a formação do Partido dos Trabalhadores (1981), a Central Única dos Trabalhadores (1983) e o Movimento dos

Trabalhadores sem Terra (1984)⁵¹⁵. Como tem afirmado Virgínia Fontes (2010), os anos 1970 e 1980 foram bastante ricos no que diz respeito a intensificação das lutas sociais e da constituição de organizações tanto empresariais quanto populares na disputa pela hegemonia. Porém, é durante esse período que existe uma proliferação de entidades como Organizações não governamentais (ONGs), Organizações da sociedade civil de interesse público (Ocips) e fundações sem fins lucrativos responsáveis por disseminar uma visão de mundo desistoricizada, em vinculação direta ao capital ou não, mas que contribuía para uma diluição importante do significado do engajamento social e para embaralhar a percepção da real dimensão da luta que se travava. Essa complexificação significou um aumento significativo da atuação da classe dominante na sociedade civil brasileira – com diversas dessas entidades atuando como verdadeiros aparelhos privados de hegemonia no sentido que deu Gramsci. Ou seja, uma sociedade particular e formalmente privada que busca criar um terreno ideológico propício aos seus interesses de classe e assim disseminar sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade. Dessa forma, no Brasil dos anos 1980 em diante, essas entidades estavam decididas a conquistar o consenso da sociedade sob os pressupostos de características neoliberais.

No contexto de abertura política e neoliberalização da sociedade brasileira dos anos de 1990, a Fundação Roberto Marinho não só assimila as novas concepções de “responsabilidade social empresarial”, mas inclina-se para a sociedade civil com o objetivo de assumir a articulação educacional e cultural do país com mais intensidade. Esses objetivos encontraram terreno fértil no Brasil e foram impulsionados pelo governo tucano de Fernando Henrique e continuado pelos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ocorreu um estreitamento entre os vínculos do Estado com as organizações empresariais atuantes na sociedade civil através, por exemplo, da disseminação da lógica das parcerias público-privadas (PPPs). Seguindo a nova estratégia neoliberal e mercadológica de abertura para entes privados atuarem exercendo funções antes atribuídas ao Estado – sob a ideologia do “fim da luta de classes” – as medidas de Estado visavam redefinir essas relações a partir da ideia de “colaboração” e/ou “parcerias” para desenvolver “ações educadoras da sociabilidade neoliberal” (MARTINS, 2005).

Todavia, nesse cenário, a ideia de “responsabilidade social empresarial” se torna o vetor principal para a disseminação dessa forma de sociabilidade sob a lógica do capital para a valorização de uma suposta eficiência do setor privado em detrimento do setor público. Destaca-se, então, a transferência de atribuições do Estado para entes privados que propõem programas para serem executados como políticas públicas. É o caso atual do Programa Autonomia da Fundação Roberto Marinho, em parceria com a

⁵¹⁵ <http://www.frm.org.br/acoes/telecurso-autonomia-carioca/>

Prefeitura do Rio de Janeiro e diversos outros projetos pelo Brasil, em forma de parceiras que utilizam a metodologia desenvolvida pelo Telecurso no âmbito do ensino público⁵¹⁶. Dessa forma, o interesse das entidades – ao articular parcerias com o poder público para aumentar sua influência na sociedade civil – não pode ser outro que não a disseminação de um novo tipo de subjetividade e sociabilidade que molde um novo tipo de homem: o homem “empreendedor” – que resolve seus problemas supostamente sem depender do Estado. Entretanto, podemos observar que entidades que realizam a “responsabilidade social empresarial”, como a Fundação Roberto Marinho, atuam na sociedade civil em busca do consenso privatista para legitimar a ideologia do fim da luta de classes (ou seja, o fim das contradições entre capital e trabalho). No documento *Fundamentos e diretrizes do Telecurso 2000* é esclarecedora a ideia de que é necessário que “se evitem situações polêmicas para as quais inexiste um consenso social” (FIESP/FRM, 1994, p. 11 – 12). É importante mencionar que o Projeto Telecurso 2000 teve como parceiros entidades patronais do porte da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (Senai), entre outros. Nas diversas áreas de atuação em que a FRM está presente, observamos que os parceiros sempre advêm dos quadros de grandes empresas privadas que giram em torno do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife). O Gife é o principal elo entre a Fundação Roberto Marinho e as demais instituições e grupos privados. Podemos definir esse grande aparelho privado como uma articulação entre ONGs e outras fundações e associações sem fins lucrativos (fasfil) direcionadas para o “Investimento social privado”. A reorganização da burguesia brasileira iniciada no período da redemocratização – e aprofundada durante os anos 1990 – demonstra como uma infinidade de organizações expande o ideal do empresariamento para as mais diversas áreas de atuação pública. Para alcançar esse objetivo, esse conjunto de aparelhos privados de hegemonia atua convertendo lutas sociais em pautas deslocadas no terreno social da qual emergem, ou seja, ao desarticular lutas legítimas travadas em décadas pelos trabalhadores essas entidades convertem essas atividades em formas de obtenção de lucro. É de fundamental interesse para a nossa pesquisa destacar a multiplicações de ONGs e fundações durante os anos 1990, pois esse processo de ocidentalização da sociedade civil brasileira está inserido no momento de aproximação de estruturas estatais com esses intelectuais coletivos privados na proposição de políticas públicas, pois ao disputar gigantescos recursos públicos – para realizarem funções antes atribuídas ao Estado – expandem os valores particulares como se fossem valores universais. Desde então, tornou-se referência no país no tema do investimento social privado.

⁵¹⁶ Disponível em: http://www.frm.org.br/app/uploads/2014/11/Estatuto-FRM_2016.pdf. Acesso em 10/10/17.

Outro exemplo de comprometimento com os valores privados e empresariais é a parceria da Fundação Roberto Marinho com a BM&F Bovespa no projeto de seriado infantil “O porco e o magro” para que esse material, produzido pela Turma da Bolsa, da BM&F Bovespa, fosse exibido no canal Futura (de propriedade da Fundação Roberto Marinho). Direcionado ao público entre 7 e 10 anos, o projeto visa “ampliar a educação financeira” entre o público jovem. Num dos episódios intitulado “Poupança”, o diálogo entre os personagens trata da importância de poupar dinheiro para aplicá-los no banco e, assim, conseguir vantagens através dos juros. Em seguida, entra um personagem cantando uma música de características bem infantis e a letra diz primeiro “poupe um tanto, depois aplica num banco”. Pode parecer absurdo um tipo de programa com esse conteúdo destinado ao público infantil, mas não é difícil perceber a real finalidade de um projeto desse tipo. Os episódios de “O porco e o magro” estão na grade de programação do canal Futura e também são encontrados facilmente em plataformas de internet.

No que diz respeito à apropriação de recursos públicos, a Fundação Roberto Marinho tem captado, cada vez mais, verbas estatais para elaborar seus projetos sociais. O rico material produzido pelo Ecopol/Nelutas e pelo Peic/UFRJ intitulado “Quem são os donos da educação e da cultura no Rio de Janeiro? – Os contratos entre a Fundação Roberto Marinho e a Prefeitura do RJ” demonstra a quantidade de dinheiro público destinado à FRM para a realização do Museu do Amanhã e do Museu de Arte do Rio (MAR). De acordo com o relatório, entre 2009 e 2011 a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria da Casa Civil destinaram para a Fundação Roberto Marinho mais de R\$ 60 milhões. É possível contestar, a partir do relatório, uma série de irregularidades, contratos sem licitações e a estranha atuação da FRM na feitura das obras, uma vez que essa finalidade não consta no estatuto oficial da mesma. De acordo com o site oficial, a Fundação Roberto Marinho atualmente está presente na:

(...) assistência, execução, promoção, apoio, incentivo e patrocínio de ações nos campos cultural, educacional, social, filantrópico, comunitário, recreativo/esportivo, científico-tecnológico, no Brasil, podendo desta forma, (1) criar, manter, produzir, reproduzir, editar, publicar, distribuir, divulgar, prestar serviços especializados, sempre dentro de suas áreas de atuação, podendo ainda para tanto, criar, manter e/ou participar de entes privados, buscando a consecução dos objetivos acima citados, cumpridas as exigências legais, após a anuência do Ministério Público; (2) firmar contratos e convênios com entidades públicas ou privadas; (3) promover espetáculos, eventos, cursos, simpósios, exposições, concursos e quaisquer outras atividades vinculadas aos seus objetivos; (4) distribuir bolsas de estudo e de pesquisas e prêmios (Escritura de reforma do estatuto da Fundação Roberto Marinho).⁵¹⁷

⁵¹⁷ Fonte: <http://www.frm.org.br/acoes/>. Acesso em 26/04/2018

Para uma melhor compreensão da atuação deste aparelho privado e hegemonia pertencente a uma das famílias mais ricas da América Latina, destacaremos as parcerias pelo Brasil a fora para demonstrar a penetração desta entidade dentro da esfera política do Estado, tanto disseminando sua ideologia através de programas educacionais e culturais, quanto recolhendo quantidades imensas de recursos públicos para executar tais atividades através das parcerias público-privadas (PPPs). A Fundação Roberto Marinho possui hoje parcerias que visam ações nas áreas de patrimônio e cultura: Governo Federal (Museu do Amanhã, Museu da Língua Portuguesa, Paço do Frevo, Museu do Futebol, Museu da Imagem e do Som e O Poeta Voador, e Santos Dumont), Prefeitura Municipal de Paraty (Casa da Cultura), Prefeitura da Cidade de Recife (Paço do Frevo), Prefeitura do Rio de Janeiro (Museu do Amanhã e Museu de Arte do Rio), Secretaria Especial de Portos (Museu do Amanhã). E, também, no que diz respeito mais diretamente à área de educação pública: Secretaria Municipal de Educação de Paraty (Telecurso Azul Marinho), Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (Telecurso Autonomia Carioca), Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (Museu da Língua Portuguesa), Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (Museu da Imagem e do Som), Secretaria de Educação do Ceará (Qualifica Educação Profissional), Secretaria de Educação do Estado da Bahia (Telecurso Resinificando a Aprendizagem), Secretaria de Educação do Estado da Paraíba (Telecurso Alumbrar), Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (Telecurso Travessia), Secretaria de Educação do Estado de Rondônia (Telecurso Salto), Secretaria de Educação do Estado do Acre (Telecurso Poronga), Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (Telecurso Igarité), Secretaria de Educação do Estado do Pará (Telecurso Mundiar), Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte (Telecurso Conquista), Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Telecurso Autonomia), Secretaria de Estado de Obras e Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro (Museu da Imagem e do Som), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR (A Cor da Cultura), Secretaria de Turismo de Pernambuco (Paço do Frevo), Secretaria do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (Museu do Amanhã), Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Ceará (Qualifica Socioeducativo), Secretaria dos Portos do Rio de Janeiro (Museu do Amanhã) e Serviço Florestal Brasileiro (Florestabilidade)⁵¹⁸.

Portanto, sendo a sociedade civil a arena de luta pela hegemonia e de disputa pela direção política e ideológica (a organização da cultura como destacou Gramsci), é possível notar que para o Grupo Globo não basta todo seu poderio midiático e toda sua influência nos rumos políticos do país, com um discurso

⁵¹⁸ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista CNPq. É também professor colaborador de História do Brasil da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* Marechal Cândido Rondon. E-mail: Dmdpaulo@gmail.com

mediático profundamente antiestatal, onde as Organizações Globo atualmente declaram guerra aos serviços públicos e uma inserção cada vez maior dentro da esfera política do Estado. A família Marinho pratica uma verdadeira pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005) com sua fundação que, além de captar uma quantidade enorme de recursos públicos para executar atribuições próprias do Estado, cumpre uma importante função ideológica ao disseminar uma visão de mundo pautada nos valores privatistas e mercadológicos, buscando sempre naturalizar contradições sociais estruturais sob uma aparência responsável e sensível à “causa social”. Sendo assim, entendemos que a ideologia não é apenas uma distorção da realidade presente no discurso midiático diário, procuramos demonstrar aqui as condições práticas de socialização e imposição de uma subjetividade mercadológica específica aos indivíduos. As articulações de aparelhos privados de hegemonia como a FRM - dentro e fora da esfera política do Estado - permite que suas práticas sociais sejam internacionalizadas, racionalizadas e reproduzidas, ocultando a luta de classes, as contradições sociais e, assim, consumando a hegemonia de uma determinada classe sobre o conjunto da sociedade.

Bibliografia

ARÊAS, João Braga. Batalhas de O Globo: O Neoliberalismo em questão. Niterói, 2012.

BOLAÑO, César Ricardo. S.(orgs.). Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. A educação cidadã na visão empresarial: o telecurso 2000. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político – ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 - 2014). Niterói, 2016.

CASTRO, Cosette. Globo e educação: um casamento que deu certo. In: BRITTOS, V.C.; BOLAÑO, César Ricardo. S.(orgs.). Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. in: MICELI, S. (Org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e Política. A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

FIESP/FRM. Fundamentos e diretrizes do Telecurso 2000, 1994, p. 11-12.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MENDONÇA, Sônia R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul, 2014

GRAMSCI, Antonio. 2004.. Cadernos do cárcere vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro: s.d.

HERZ, Daniel. A história secreta da Rede Globo. Porto Alegre, 1987

LAMOSAS, RODRIGO DE AZEVEDO C. ; Vieira, Nívea . A rede latino americana Todos pela Educação: os fundamentos históricos da atuação empresarial na defesa do direito à educação. In: VI Seminário da ANPAE-RJ, 2017, Niterói. Anais do VI Seminário da ANAPE-RJ. Niterói: ANPAE, 2017. v. 1.

LEHER, Roberto. Organização, estratégia política e Plano Nacional de Educação. Boletim da Educação n. 12. São Paulo: MST, dez 2014.

MARINHO, Roberto. Realizações da Fundação Roberto Marinho. Em: <<http://www.robertomarinho.com.br/mobile/vida/realizacoes-da-fundacao-roberto-marinho.htm>>. Acesso em 4 de Janeiro de 2016.

MARTINS, André. Estratégias Burguesas na obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo de terceira via. in: NEVES, Lúcia Maria W. (org.) A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005..

MARX, Karl. O Capital. (Crítica da Economia Política). O Processo de Produção Capitalista. Livro 1. Vol. I -2ª ed. Trad. Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MENDONÇA, Sônia R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul, 2014

NETTO, José Paulo. Pequena história da ditadura brasileira (1964 – 1985). São Paulo: Cortez, 2014, p. 213.

NEVES, Lúcia Maria W. (org.) A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Muito além do jardim botânico, um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre os trabalhadores. São Paulo: Summus, 1985.

A FORMAÇÃO DO CONCEITO DE DEMOCRACIA NO PENSAMENTO E PRÁTICA POLÍTICA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1977-2017)

Diego Martins Dória Paulo⁵¹⁹

Resumo: O trabalho propõe analisar a formação do conceito de democracia no pensamento de Fernando Henrique Cardoso. Para tanto, lançaremos mão de discursos e trabalhos acadêmicos que se estendem de 1977 ao ano de 2017. Nosso objetivo é capturar qualquer transformação na forma de entendimento daquele regime político, posteriormente a relacionando às lutas que marcaram a História do Brasil no período.

Investiga-se, dessa forma, a hipótese de Manuel Garreton (1997) sobre a importância da luta contra as ditaduras na formação do pensamento democrático latino-americano, sobretudo por “atores políticos” do Cone Sul. Entendidos dessa forma, os golpes e os “regimes autoritários” que a eles se seguiram aparecem como produto de um tipo de sociedade – e de um tipo de democracia – marcado pela “desagregação” de seus “laços de solidariedade” e pela mobilização ativa dos “setores sociais”. Com isso, claro está, o autor não defende que as ditaduras estavam destinadas a acontecer, mas que o processo de modernização capitalista é, de alguma forma, reação à lógica do “populismo”. A partir dessas observações, pode-se concluir que as democracias contemporâneas, surgidas no continente desde os processos de “transição”, seriam construídas tendo como horizonte de expectativa a adequação ao desenvolvimento do capitalismo – entendido como condição *sine qua non* para sua existência.

Baseado no pensamento de Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente brasileiro e “campeão” democrata desde os anos 1970, investigaremos a concepção de democracia não em sua oposição à ditadura, como usual, mas em sua relação dialética com o outro tipo democrático, qual seja, o que vigorou no Brasil entre 1945 e 1964. Pretende-se, dessa forma, jogar nova luz sobre a importância da “coesão social” no continente e sobre as críticas ao chamado “neopopulismo” – temas centrais na documentação estudada.

Entre os anos 1970 e 2000, o Brasil passou por profundas transformações políticas, econômicas e sociais. No presente texto, interessa-nos investigar, sobretudo, os câmbios no pensamento democrático de um importante ator de nossa história: Fernando Henrique Cardoso. Para tanto, compararemos sua compreensão de democracia durante e depois da ditadura, identificando os vínculos existentes ou não com outras determinações de ordem econômica ou social. O objetivo é evidenciar algo que a historiografia vem deixando claro: a ditadura não mudou apenas as sociedades latino-americanas por um corte na democracia, mas também operou mudanças na própria compreensão do que uma democracia deve ser.

Convém ressaltar desde já que este texto, apresentado em congresso, tem um caráter exploratório, derivado do atual estágio da pesquisa, além das limitações do formato e do autor. A

⁵¹⁹Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs15089914.htm> (acesso em 06/09/2018 às 09:12)

explanação aqui apresentada, assim, tem sobretudo caráter provisório – padecendo da necessidade de maiores e mais aprofundadas investigações a fim de que seja possível confirmar suas principais hipóteses.

O texto é dividido em duas seções. Na primeira, explanaremos brevemente algumas concepções de democracia presente na obra de Fernando Henrique Cardoso nos anos 1970. Na segunda, analisaremos sua atuação política e intelectual nos anos 2000, sobretudo durante nos anos do Partido dos Trabalhadores no governo. Enfatizaremos que, nesse último período histórico, o regime democrático idealizado por FHC já está indissociavelmente vinculado às regularidades do capitalismo – características não tão claras na primeira quadra temporal selecionada.

Fernando Henrique Cardoso e a luta contra a ditadura nos anos 1970

Uma das consequências das ditaduras latino-americanas foi a transformação que promoveu no interior do pensamento democrático. Se justaposto e articulado à “onda de democratização” que marca nos anos 1970 (HUNTINGTON, 1994), o fim dos regimes autoritários na América Latina tendeu a consagrar a democracia como um “valor universal”, desprovido, no entanto, de outras determinações ditas “econômicas” e “sociais” (GARRETON, 1997, p. 6). Democracia, assim, tornava-se um regime político muito similar àquele descrito por Schumpeter com o mesmo nome, isto é, uma forma de seleção e governo de elites profissionais (SCHUMPETER, 2017).

Esse processo pode ser visto em microescala pela análise de discursos e práticas políticas daqueles que defenderam a redemocratização. No caso brasileiro, nosso pano de fundo, interessa-nos em particular a atuação de Fernando Henrique Cardoso nos anos 1970, momento em que se lança como um dos “campeões democráticos” que teria particular relevância no pós-ditadura, durante a chamada “Nova República”, que ora vemos agonizar.

Naqueles anos, FHC já havia retornado ao Brasil depois de se exilar no Chile e na Europa. Atuava no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), local no qual sua projeção pessoal era grande o suficiente para que fosse conhecido como “o laboratório de FHC”, conforme matéria da *Folha de S. Paulo* (FOLHA DE S. PAULO, 15-08-1999)⁵²⁰.

O Cebrap funcionava mesmo durante a ditadura, não sem estreita vigilância do aparelho de segurança dos militares. Com efeito, a militância política do centro de pesquisas custou a vários de seus

⁵²⁰ Montoro foi eleito com mais de 4,5 milhões de votos, o que representava à época 64% do eleitorado. Ver: [Banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral](#), em: <http://www.tse.jus.br/> (Consultado em 15 de outubro de 2017).

participantes a prisão, a tortura ou, no menos pior dos casos, a convocação para prestar esclarecimentos à temida Oban (Operação Bandeirante). Em 1974, de acordo com Paul Singer, “todos os membros” foram chamados a depor à organização, “desde os mais importantes até os estagiários. Fomos encapuçados para sermos levados até a sala de interrogatório. A ordem era hierárquica, começou com o Fernando Henrique” (*idem*).

Pode-se postular que a sensação de ameaça constante seja uma das explicações para adoção da defesa do regime democrático. Não convém aqui proferir juízos de valores, mas tão somente analisar o deslocamento semântico do termo “democracia”, operado a partir dos efeitos da ditadura. Para tanto, é bom ter em conta os efeitos do medo nos comportamentos políticos do período – algo que ora nos parece estranha e tragicamente familiar.

Para atingir meus objetivos, abordei intervenções de Fernando Henrique Cardoso nas quais o tema da democracia é tratado. O material selecionado por nós foi reunido em um livro intitulado *Democracia para mudar*, lançado em 1979. A publicação reúne entrevistas e discursos de FHC desde 1974, tendo como eixo central a questão democrática, que nos interessa aqui. Destacamos alguns, dado o espaço limitado de que dispomos.

Nas eleições de 1978, Fernando Henrique Cardoso foi lançado candidato a senador pelo MDB. Na ocasião, ficaria em segundo lugar, recebendo pouco mais de um milhão de votos. Tornava-se, assim, suplente do seu colega de partido, o eleito com votação expressiva Franco Montoro⁵²¹.

A campanha de FHC se centrou na defesa da democracia. Em convenção do partido, o candidato discursa.

a perseguição e o arbítrio serão superados. Virá a anistia: ampla e irrestrita. Mas nós não esqueceremos do exílio, das perseguições, da violência, da arbitrariedade. E porque recordamos tudo isso, não seremos jamais revanchistas: sabemos que a Pátria, que é nossa, e não de um punhado de presumidos “donos do poder”, exige que se aponte para um futuro de dignidade humana, de igualdade social e de democracia. Temos bem dentro de nós o sentido de que a resistência faz-se com firmeza e serenidade e que o exemplo dos que foram perseguidos e continuam excluídos escreveu em nossa história o que é muito mais do que um chavão, é um anseio que cresceu na luta: anistia, Estado de Direito, Constituinte. (...) O MDB foi e é depositário dessas lutas. (...) Porque soubemos resistir, ganhamos forças para destruir a ditadura e construir a democracia. É essa, daqui para frente, *a nossa tarefa prioritária*. (pp. 11-12, *grifos nossos*).

A fala, que deve ser dimensionada pela ocasião em que se deu, isto é, um palanque de convenção partidária, enfatiza uma “tarefa prioritária”: destruir a ditadura e “construir a democracia” (*idem*). A

⁵²¹ Para maiores informações sobre a influência desse modelo democrático entre organizações burguesas transnacionais, ver a dissertação de mestrado de Rejane Hoeveler. HOEVELER, Rejane Carolina. As elites orgânicas transnacionais diante da crise : os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979) Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015

“igualdade social” aparece no discurso, mas como algo diferente de do referido regime político. O afastamento entre os dois elementos da fala seria enfatizado quando do anúncio das lutas que seriam travadas então pelo MDB: “anistia, Estado de Direito, constituinte”. Todos temas circunscritos às chamadas liberdades políticas que, contudo, não trazem à baila nenhum elemento que se articule com a “igualdade social”, conforme defendeu Garreton (1997).

Neste momento, é significativo esclarecermos nossa *concordância*, em termos analíticos, com a formulação de Fernando Henrique Cardoso. Com efeito, democracia e igualdade social são noções que traduzem fenômenos sociais efetivamente distintos – sendo, inclusive, cada um deles, tomados isoladamente, insuficientes para assegurar a existência do outro. Nosso destaque aqui não é, portanto, oriundo de rigor teórico. Trata-se de ressaltar um deslocamento de sentido que se opera, durante a ditadura, em discursos mais propriamente de palanque – a “democracia social”, que antes era presença frequente na agitação política fora, então, substituído pela mera “democracia”.

Observamos com clareza aqui:

(...) nós queremos liberdades políticas, Estado de Direito, liberdade de organização partidária, reincorporação à vida nacional de todos os perseguidos, para construir uma sociedade mais equitativa. Democracia para mudar? Não apenas democracia para justificar a pobreza, a exploração, a concentração de renda. (*Idem*, p. 13)

A democracia, assim, é um passo – necessário, mas um passo – para a construção de uma “sociedade equitativa”. Presenciamos, portanto, a dissociação entre as duas noções, que, antes da ditadura, apareciam frequentemente juntas em formulações como “democracia social” e “democracia econômica”. A democracia pela qual se luta aqui, portanto, é como um degrau intermediário: necessário para tirar o país do “arbítrio”, mas também ponto de apoio a partir do qual se poderá reivindicar “políticas de redistribuição de renda” e será possível “gritar basta” à miséria e às “mistificações em nome do crescimento” (*idem*).

Se na situação brasileira, vemos um exemplo do processo identificado por Garreton, devemos, entretanto, qualificar melhor o debate com uma ressalva. Há que diga que, nos anos 1970, houve uma transformação maior, no próprio sentido do que significava democracia, reduzindo-a a tão somente àquele regime político típico da obra schumpeteriana, aqui já referida. Não é o que se verifica no pensamento de FHC. Para mostra-lo, recorreremos a entrevistas anteriores ao discurso aqui debatido. A que aqui destacaremos foi concedida na mesma conjuntura, mas em outras situações que não um palanque de campanha – ocasião mais propícia a uma fala mais detalhada.

A ignorância da história fez esquecer que as instituições representativas e os partidos populares criaram-se contra o interesse privado da burguesia e que, nos dias que correm, a burguesia

largada a si mesma é autocrática e não liberal, elitista e não democrática. Democracia, neste sentido, é o reconhecimento da diversidade e do conflito de interesses. Só então poderá haver uma negociação quanto às soluções que, em cada conjuntura, a correlação real de forças permitir. Se não for isto, a democracia ou é a 'ilusão liberal-burguesa' de que todos são iguais, sem o serem, ou é um utopismo, sem força política, dos que creem que basta conhecer a verdade (e a verdade seriam os interesses populares) para que ela se estabeleça pela vontade da maioria. Infelizmente, talvez, a política não equivale à relevação mística e no seu reino os bem-aventurados não são os pobres de espírito (*Idem*, p. 19)

A democracia defendida, assim, é o ambiente político de participação social, entendida aqui como *locus* de representação dos múltiplos interesses que compõem uma sociedade. É significativamente diferente do *tipo democrático* que então campeava pelo mundo nas esferas de defesa de interesses da grande burguesia. Ora, se em ambientes como a Comissão Trilateral, por exemplo, falava-se em *proteger a democracia da democracia*, a proposta do MDB expressa por FHC vai no sentido de ampliação da participação, a qual, contudo, não é detalhada em sua forma de efetivação⁵²².

Naquela quadra histórica, Fernando Henrique Cardoso representou veículo de consolidação na transformação do sentido político de democracia – passando essa a ser restrita à defesa da participação e das chamadas liberdades democráticas, sem correlação necessária com transformações de cunho social. Entretanto, seu argumento favorável a ampliação dos canais de participação de comunicação de demandas sociais no interior do governo mostra que estamos em frente a um tipo de regime diferente daquele que efetivamente foi imposto pelas classes dominantes no processo de redemocratização. Se FHC abandona as qualificações sociais da ditadura, isso não o impede na defesa de um regime de “democracia forte”, semelhante a que se tramava nas hostes dos opositores ao regime⁵²³.

Essas palavras, extraídas da mesma entrevista acima citada, arrematam esta seção.

Quando não se aceita que existe uma diversidade de interesses e que a força relativa deles é desigual, tem-se, à direita, um totalitarismo que, às vezes, soma-se à força e impõe consenso: mas o consenso dos cemitérios, os mortos não opinam. À esquerda, um consensualismo 'de massas', também autoritário e que, em geral, mal se enuncia e é levado de roldão pela repressão direitista. (...) Se nós quisermos sair do bloqueio em que nos encontramos é preciso buscar caminhos que deem fluidez à maioria e que permitam estabelecer um Pacto Social que, mesmo sem ser a expressão dos nossos melhores sonhos, possa evitar que, enquanto estamos embalados por eles, outros disponham dos limites de nossa liberdade. (*Idem*, p. 19-20)

O Instituto Fernando Henrique Cardoso e a “*democracia de instituições*” nos anos 2000

⁵²² Sobre a democracia forte ou restrita, ver: FERNANDES, Florestan. Brasil em compasso de espera. São Paulo: Hucitec, 1980.

⁵²³ As citações desta parte do texto foram retiradas da seção “missão”, do *sítio* do IFHC, acessível em: <http://fundacaofhc.org.br/> (acessado em 05/09/2018)

Estamos em 2002. Nos estertores de seu último mandato presidencial, Fernando Henrique Cardoso começa a colocar em prática um novo projeto: fundar uma instituição dedicada declaradamente a preservar seu acervo profissional – documentação referente ao seu governo e à sua produção intelectual como sociólogo. O então Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) que surgiria dois anos depois, em 2004, porém, esforçou-se também em outras áreas. Em seu sítio virtual oficial, constata-se que a agora Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso tem um “duplo propósito”. Para além da preservação e disponibilização dos arquivos do ex-presidente, de sua esposa Ruth Cardoso e “outras figuras públicas ligadas ao casal, de modo a contribuir com a pesquisa e a difusão do conhecimento sobre a história brasileira”, a Fundação “promove o debate público, a produção e a disseminação de conhecimento sobre os desafios do desenvolvimento e da democracia no Brasil, em sua relação com o mundo”. Para tanto, o IFHC promove exposições, eventos educativos, debates, estudos e publicações⁵²⁴.

Mesmo nos anos do auge do lulismo, em que a projeção pública de FHC ficou bastante debilitada, o ex-presidente utilizou o espaço da fundação para divulgar seu pensamento e história. Além disso, afinou interesses com grupos de empresários e intelectuais próximos ao seu partido, o PSDB, bem como de outros grupos do mesmo tipo sobre os quais ele pretendia exercer alguma influência. É a sua atuação à frente do IFHC, assim, que chamará nossa atenção nesta seção. A mesma, no entanto, foi vasta e plural. A fundação de fato discute múltiplos temas, ainda que balizada pelas pesquisas sobre desenvolvimento e democracia na América Latina. Assim, operamos um recorte a fim de dedicar nosso espaço à análise de um tema com mais vagar. Escolhemos a questão da “democracia de instituições”, presente em obra organizada por Fernando Henrique Cardoso e Alejandro Foxley – importante intelectual da Cieplan, *think tank* chileno aliado ao IFHC.

Assim, debruçamo-nos sobre um livro cujo objetivo é apresentar um panorama das discussões sobre a democracia e o desenvolvimento (capitalista) na América Latina. Editado em 2009 em parceria entre o Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) e a Corporación de Estudios para Latinoamérica (Cieplan). - *América Latina: desafios da democracia e do desenvolvimento* sistematiza os debates sobre “governabilidade, globalização e políticas econômicas para além da crise”⁵²⁵. A obra reúne a contribuição

⁵²⁴ Para uma análise mais global do livro que ora utilizamos como documento, ver: CARDOSO, Fernando Henrique; FOXLEY, Alejandro. Novos desafios da democracia e do desenvolvimento na América Latina. In: CARDOSO, Fernando Henrique; FOXLEY, Alejandro. *América Latina. Desafios da democracia e do desenvolvimento*. São Paulo: Campus e Elsevier, 2009

⁵²⁵ A noção de desenvolvimento não é isenta. Há mesmo um debate sobre a questão, e no ramo do marxismo quem abriu caminhos para aprofundamentos teóricos na área foi Lukács⁵²⁵, responsável por diferenciar o “desenvolvimento” em geral – isto é, da sociedade enquanto tal – do *desenvolvimento capitalista* – ou da sociabilidade capitalista. O desenvolvimento perseguido pela iniciativa é, assim, este último, que, no limite, pode inclusive significar o subdesenvolvimento em geral, na

de diversos intelectuais sobre o assunto, relacionando-os à questão dos regimes políticos na América Latina.

O trabalho gasta dois volumes para apresentar seu conteúdo. Devido ao espaço limitado, contudo, restringimos nossas atenções ao texto que abre o material, assinado pelos organizadores e intitulado “*Novos desafios da democracia e do desenvolvimento na América Latina*”. As linhas introdutórias à coletânea versam sobre a relação entre desenvolvimento e democracia, ou, mais precisamente, sobre um regime político *de tipo democrático* que funcionaria para promover o que é entendido no livro como “desenvolvimento”⁵²⁶.

No plano do regime político, a defesa é de uma “democracia de instituições”, isto é, uma forma de governo pautada no chamado “império da lei”. De inspiração claramente liberal, esse princípio é definido pelo tipo de governo

em que normas estabelecidas pelos parlamentos sejam efetivamente aplicadas pelo Executivo e garantidas pelos tribunais, e que predominem sobre os interesses, desejos, preferências e interpretações de indivíduos ou grupos de interesse – é um complemento essencial dos direitos, sem o qual a política se transforma em uma disputa predatória e interminável de grupos de pressão, na qual em última instância todos perdem. CARDOSO e FOXLEY, 2009, p. 7).

Jaz aqui o interesse em assegurar *previsibilidade* do ordenamento jurídico e das políticas públicas, deslocando ações “de governo” para o âmbito da “política de Estado” – características desejáveis para um ambiente de negócios florescente. Esse objetivo é entendido como ainda por realizar, muito por conta das “heranças históricas” da América Latina: o populismo e o autoritarismo “presentes” na “cultura política” da região (*idem*). Nesse sentido, defendem-se reformas das referências culturais circulantes pelo continente.

Assim, alguns objetivos menores são traçados pelos autores, a fim de se alcançar “o grande desafio da nova agenda”, que é “transformar a democracia ainda enfraquecida que existe hoje na América Latina em uma democracia vigorosa, capaz de lidar com os novos e velhos desafios que se apresentam” (*idem*).

Para que isso seja possível, é necessário ter um Estado politicamente legítimo, fiscalmente responsável e tecnicamente competente, que possa agir em cooperação e de forma complementar com as organizações e movimentos da sociedade civil e com o setor privado (*idem*).

medida em que tendencialmente entrava a crescente socialização do fruto do trabalho humano. Ver em: LUKÁCS, György. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979

526 Doutor em Serviço Social pela UFRJ. Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e pesquisador do Grupo de Trabalho da Teoria Marxista da Dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política. E-mail para contato: rodrigo.castelo@gmail.com.

Um Estado “legítimo”, “fiscalmente responsável” e “tecnicamente competente” é mirado como solução para o problema da suposta debilidade democrática da região. Os autores discutem o que entendem por cada um desses princípios com mais vagar. Observemos mais de perto.

O primeiro dos pontos assinalados diz respeito à estabilidade política atingida por um governo aceito e por um Estado reconhecido como legítimo. Assim, antes da competência técnica e da “responsabilidade fiscal”, é necessário assegurar lideranças que tenham respaldo da população – para tanto, não apenas se deve difundir o respeito às hierarquias e à autoridade, como também as “regras do jogo” precisam ser respeitadas pelos representantes, incluso aí o que poderíamos chamar de *aparência republicana*. Os interesses privados, nesse sentido, acabariam sendo apresentados e construídos como demandas sociais – com o fito de evitar a percepção de que o governo (e o Estado) é dominado por uma das parcelas da sociedade – não por um desvio qualquer, mas pela própria natureza do Estado em uma sociedade de classes. A longa citação que segue é válida por sintetizar a avaliação dos autores.

É a legitimidade política do Estado que permite aos governantes tomar decisões que afetam a vida de milhões de pessoas, e que essas decisões sejam acatadas pela população. Essa legitimidade é ainda mais necessária considerando que as sociedades modernas não podem funcionar com base na democracia direta, que se expressa na praça pública e que facilmente degenera em populismo e demagogia, nem pela simples reunião dos interesses privados representados no mercado, que não produz os bens públicos de que se necessita. (...) Se o Estado não goza de necessária legitimidade, a execução das políticas públicas e o cumprimento das leis se conseguem com base na imposição vertical e na intimidação, gerando em contrapartida uma cultura da fraude e da ocultação. Na democracia, o elemento central que produz legitimidade é a percepção dos governados de que as autoridades do Estado são seus autênticos representantes. Se os processos eleitorais discriminam contra determinados setores da sociedade, ou regiões; se os procedimentos eleitorais são difíceis de entender; se os governantes e servidores públicos, em todos os níveis, agem em função de seus interesses privados, e não dos interesses de seus eleitores e das exigências do bem comum, o sistema político perde legitimidade (*idem*, p.8-9).

O acima exposto é importante para o nosso argumento na medida em que, de acordo com o encadeamento lógico dos elementos apresentados no texto, o *regime político é visto como fiador* de outros atributos caros a sociedades que prezem pelo desenvolvimento capitalista – nomeadamente as medidas de “responsabilidade fiscal” e de “competência técnica”. A relação entre “bases políticas” e “alto crescimento” fica mais evidente, todavia, em outra passagem mais à frente no texto.

O crescimento também requer compromisso, credibilidade e capacidade de governo. As economias com alto crescimento, tipicamente, mostram sólidas bases políticas. A classe política dessas economias entendeu que o crescimento não é algo que aconteça sozinho, isto deve ser uma escolha de consenso, um objetivo central dos líderes e da sociedade. Nos países de alto crescimento, a classe política percebeu que um desenvolvimento bem-sucedido implica, fundamentalmente, objetivos e compromissos de longo prazo (*idem*, p. 14).

Temos pois, que, a fim de evitar “a execução das políticas públicas e o cumprimento das leis” com “base na imposição vertical e na intimidação”, criam-se consensos sociais sobre o regime político e o tipo de desenvolvimento perseguido. Não sem razão, enfim, temos em toda documentação a preocupação dos autores com a mudança do que seria a “*mentalidade política*” da região – na sua opinião, eivada de traços “*populistas*” e “*autoritários*”. No entanto, uma mera mudança de valores não é entendida como suficiente para assegurar o advento da tal “democracia de instituições”. Isso porque importa também a “qualidade institucional”, entendida aqui como “arranjos institucionais adequados” e a possibilidade de “implementação de políticas públicas que possibilitaram o bom funcionamento da economia e a execução de políticas sociais efetivas” (*idem, p. 7*).

A inclusão de variáveis que medem a “qualidade das instituições” aumenta notavelmente a capacidade explicativa dos modelos de crescimento. Assim, o consenso atual indica que as “instituições importam”, mais ainda, “as instituições importam muito”. A implicação central é que as boas instituições desempenham um papel mais importante que as boas políticas econômicas para induzir o crescimento (*idem, p. 15*).

Em argumento circular, entende-se como instituições de “boa qualidade” aquelas capazes de impulsionar o desenvolvimento. Este, porém, nem sempre deve ser perseguido diretamente. Em outras palavras, há argumentos favoráveis a esforços de distribuição de renda por parte do governo – justificados pela tese da estabilidade política daí advinda. Defende-se, pois, que

uma economia mais equitativa é mais estável do ponto de vista político e social, o que gera menores conflitos e criminalidade e, sob circunstâncias adequadas, maior crescimento. É possível vislumbrar futuros compartilhados e ter horizontes de longo prazo. Isso justifica a existência de políticas específicas orientadas para a redução da pobreza e da desigualdade, sem esperar que essa redução ocorra somente como consequência do crescimento econômico (*idem*).

Tendo o governo a função última de assegurar o desenvolvimento e a estabilidade, a política social deve estar presente na sua agenda, já que a mesma é entendida aqui como um fator de dinamicidade econômica na medida em que contribui para a pacificação política e social. A assistência aos “cidadãos mais fragilizados” pela concorrência do mercado, nos países da América Latina, esbarra em gargalos de arrecadação, frutos da taxaço regressiva que caracteriza os países do continente. Nas palavras do documento,

as finanças públicas da região se caracterizam por baixa carga tributária, fortemente enviesada para a tributação indireta. Isso limita a progressão do financiamento fiscal e torna as finanças públicas mais sensíveis ao ciclo econômico. A maior fragilidade da tributação direta na região é produto de estreitas bases tributárias, múltiplas isenções e deduções, alta informalidade econômica e uma fraca capacidade de fiscalização. Ademais, em muitos países há grande volume de recursos naturais como fonte de financiamento fiscal. Apesar desses fatores, os países da América Latina conseguiram alguns avanços importantes em matéria de finanças públicas nos últimos anos. (...) Esse aumento permitiu reduzir drasticamente os desequilíbrios fiscais e aumentar o gasto social em cerca de 2,5% do PIB. Não obstante, à luz das necessidades sociais da região, essas conquistas

parecem ainda insuficientes. Cabe assinalar que a carga tributária menor e seu viés para os impostos indiretos não geraram um impacto positivo para um maior crescimento econômico nem maior equidade” (*idem*, p.16).

Cardoso e Foxley indicam a reforma tributária, com taxação direta sobre rendas privadas”, como meio de combater o problema, especialmente nos países em que “a pressão fiscal é reduzida em relação ao seu produto”, onde “setores mais ricos e politicamente mais influentes tiveram de proteger seus interesses” (*idem*). Esse esforço, entretanto, é reconhecido como penoso, sobretudo pelo grau de organização política dos “setores privilegiados”. Assim, aventa-se a possibilidade – aparentemente mais factível - do aumento do produto, derivado da especialização produtiva, e a uma “gestão” mais “eficiente” da assistência social. No primeiro caso, defende-se não apenas o “aproveitamento” das “vantagens naturais” típicas da região, como também o “desenvolvimento de atividades econômicas modernas”, como o agronegócio – curiosamente atividade de alguns dos patrocinadores do IFHC, como a Cosan, acima listada.

É óbvio que os países que dispõem de recursos naturais devem aproveitar as vantagens que eles proporcionam, sobretudo em um contexto internacional de crescente demanda por energia, produtos minerais e alimentos. Por outro lado, mesmo nas melhores condições, a riqueza gerada pelas *commodities* fica concentrada em poucas mãos e está sujeita às grandes oscilações dos ciclos econômicos. A alternativa à concentração da economia nas *commodities* não é simplesmente a indústria, como se argumentava no passado, mas o desenvolvimento de atividades econômicas modernas, intensivas de conhecimento e tecnologia, que incluem o agronegócio o processamento e agregação de valor às matérias-primas, a produção manufatureira e os serviços de todos os tipos para mercados nacionais e internacionais (*idem*, p.13-14).

Já as políticas sociais merecem reflexão mais detida, com inclusive um panorama do que já foi tentado na região. Na visão dos autores, assim, à escassez de recursos para a área, os governos latino-americanos responderam de diferentes formas, com distintos graus de sucesso, mas sempre com limitações que estrangularam a efetividade política da iniciativa.

A primeira dessas respostas é, sem dúvida, a focalização. Em segundo lugar, as limitações na disponibilidade de fundos gerais podem desequilibrar a alocação de recursos a favor dos programas com fontes próprias de financiamento. (...) Um terceiro tipo de respostas focou-se em privilegiar a quantidade ou cobertura sobre a qualidade. Isso levou a oferecer soluções educativas ou habitacionais que não resultaram atraentes para os setores médios, os quais optaram por recorrer à oferta privada, estimulando com isso, em muitos países, o desenvolvimento de verdadeiros sistemas paralelos de prestações de serviços sociais, enfraquecendo assim a legitimidade e o financiamento dos programas públicos. O quarto tipo de respostas foi recorrer ao setor privado como fornecedor de serviços sociais. Por último, um tipo de resposta usual às limitações de recursos é a mudança frequente de prioridades. Esses cinco tipos de respostas envolvem altos custos de transação, vieses de seleção e distorções nos sistemas de incentivos que tendem a enfraquecer a própria base de sustentação da política social e a disposição de segmentos importantes da população de colaborar em sua condução (*idem*, p.19).

Sobre políticas sociais, os autores ressaltam seus aspectos positivos, sobretudo se aplicadas com eficiência de gestão – o que significa um atendimento personalizado, expressão, portanto, de uma cultura individualista que se impõe como maneira ótima de conceber a sociedade. Assim, em vez de sistemas “massificados”, predominantes à época da redação do texto, melhor seria expandir para o continente a “experiência chilena”.

Exceto no caso do Chile, com o programa Puente/Chile Solidário, falta a esses programas intersetorialidade, que é a capacidade de juntar, para cada pessoa os recursos de proteção e serviço social de que ela necessita para que possa efetivamente superar sua condição de pobreza e marginalidade social em que tantos vivem. O exemplo do Chile mostra que é possível ter políticas mais integradas, que combinem a distribuição de recursos com um trabalho individualizado junto a cada pessoa ou família em necessidade, e de articulação com os diferentes serviços que podem estar disponíveis para seu uso. A conclusão é que, se os programas de transferência de recursos pretendem ser mais que um recurso político e eleitoral de curto prazo, e chegaram para ficar, precisam ser modificados na direção da experiência chilena; por outro lado, isso é muito mais caro e complexo que os sistemas massificados de transferências automáticas ou quase automáticas de recursos que hoje predominam (*idem*, p. 23)

O Chile não tem um fundo público reservado para a previdência social desde o início dos anos 1980. Em vez disso, cada trabalhador faz sua poupança, depositada em uma conta individual cuja administração fica a cargo de empresas privadas – que transformam os fundos em capital, reinvestindo-os preferencialmente no dito “mercado financeiro”. O valor extraído durante a operação é repartido, cabendo uma parte do butim ao candidato à aposentadoria e outra à burguesia gestora. Inspirados nessa experiência, os autores, então, encaminham como sugestão para a pauta das políticas sociais a generalização, pela América Latina, de “sistemas de poupança individual”. Assim, o cidadão arcaria com os custos do próprio atendimento em casos de desassistência, por meio de poupanças a serem operadas como fundos de investimento por “instituições financeiras do setor privado” (*idem*, p. 23).

A justificativa imediata é a redução “dos custos crescentes dos sistemas tradicionais de seguro-desemprego e de pensões de repartição”, mas, como efeito colateral, temos a individualização do processo de proteção social, com diversas consequências. Aqui, a reflexão de Sara Granemann sobre os fundos de pensão e a “metamorfose do salário em capital” pode ser elucidativa (GRANEMANN, 2012, p.243-260). De acordo com a autora, em casos de “pactos” capital-trabalho como esses, há vantagens econômicas e ideológicas para o capitalismo. No primeiro caso, disponibiliza-se aos grandes capitais a captura de montantes generosos de recursos monetários renovados e ampliados todos os meses, para eventual devolução num largo prazo, com custos muito baixos para a burguesia (*idem*, p. 246).

No segundo, difunde-se que a “forma política” da previdência social tem “menos solidez e confiabilidade” para as aposentadorias do que a “forma previdência como investimento financeiro e do

mercado de capitais”. Ideologicamente, uma consequência disso é o espraiamento, entre trabalhadores, da crença de que “a solidariedade intraclasse está em crise” (*idem*). Por conseguinte, a política social perde um de seus fundamentos históricos, qual seja o de aliança de trabalhadores, para se tornar tanto um mecanismo de reprodução *econômica* do capital quanto responsabilidade individual, o que por fim contribui para a individualização crescente da vida social.

O desdobramento na área da saúde é o fim do atendimento público e gratuito.

As políticas de saúde requerem ações do setor público que são intransferíveis, como o controle de epidemias e as atividades preventivas em geral, e combinações entre o setor público e o setor privado para garantir que todas as pessoas tenham acesso aos serviços de que necessitem. (...) os serviços de saúde devem atender cada um segundo suas necessidades, om base no risco epidemiológico e nas condições socioeconômicas e demográficas. Além disso, embora a saúde seja um valor sem preço, a saúde tem um custo. O universalismo de acesso à saúde não deve ser considerado um meio, mas um fim, aceitando que o custo da saúde poderia ser financiado por aqueles com capacidade de pagamento, a fim de que se garantam mais recursos para que o Estado atenda às necessidades daqueles sem capacidade de pagamento, os quais se beneficiariam do subsídio estatal, por meio do fornecimento público direto de serviços, da transferência de recursos, ou da garantia para que as famílias comprem os serviços no mercado” (CARDOSO, FOXLEY, 2012, p. 24).

O caso da política social mereceu aqui maior atenção por ser exemplar da conjunção de duas preocupações, a saber, a estabilidade política e o desenvolvimento da sociabilidade burguesa. No primeiro caso, as consequências ideológicas da medida desarticulam a classe trabalhadora enquanto classe – no processo de individualização progressivo que mina a capacidade de mobilização solidária; no segundo, as poupanças individuais dos futuros pensionistas constituem massa de recursos disponíveis para capitalização pelo mercado financeiro – o que anima o ciclo reprodutivo do capital.

Considerações finais

O estudo ora apresentado buscou *comparar* dois momentos distintos do pensamento de Fernando Henrique Cardoso, a fim de identificar possíveis transformações no sentido empregado ao conceito de democracia. Nas linhas acima, algumas transformações foram reveladas.

Se no primeiro momento, vimos uma preocupação em deslocar a democracia de compromissos econômicos e sociais específicos – que, à época, eram frequentemente associados a ataques à ordem ou, pelo menos, a posturas reformistas da estrutura do capitalismo brasileiro – na segunda parte do texto, os vínculos com determinações econômicas são facilmente localizáveis. Estas, todavia, não são mais potencialmente *antissistêmicas*; ao contrário, prezam pelo desenvolvimento do metabolismo do capital – identificado como o desenvolvimento da sociedade em geral. Disso se depreende a relativamente maior acomodação do regime democrático ao capitalismo no segundo período histórico analisado.

Diversas razões explicam o processo aqui descrito. O transformismo, em conceitos gramscianos, de lideranças dos subalternos é uma boa hipótese de pesquisa. Com isso não insinuamos que enxergamos na personagem de Fernando Henrique Cardoso um líder revolucionário em qualquer dos tempos históricos analisados, mas sim que mesmo atores que ocupam posições mais moderadas no espectro político, dada a dialética desse campo de interações, tenderam a exprimir o reflexo da decapitação de líderes revolucionários e sua conseqüente rendição aos limites da democracia (burguesa) instaurada no Brasil a partir dos anos 1980.

Como dissemos acima, essa pesquisa, no entanto, é fragmento de uma tese de doutorado que busca entender o papel de um modelo específico de democracia no desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Seus pontos mais lacônicos são expressões do estágio atual da análise – ainda intermediário. Assim, é sem dúvidas necessário mais aprofundamento nos temas aqui expostos a fim de identificar outras razões que explicam essa significativa mudança de curso no pensamento democrático brasileiro.

Referências

- CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FOXLEY, Alejandro. Novos desafios da democracia e do desenvolvimento na América Latina. In: CARDOSO, Fernando Henrique; FOXLEY, Alejandro. **América Latina. Desafios da democracia e do desenvolvimento**. São Paulo: Campus e Elsevier, 2009
- FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980
- GARRETON, M. A. Revisando las transiciones democráticas en América Latina. **Nueva Sociedad**. Nro. 148 Marzo-Abril 1997, pp. 20-29
- GRANEMANN, Sara. Fundos de pensão e a metamorfose do “salário em capital”. In: GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Financeirização, fundo público e política social**. Rio de Janeiro: Cortez, 2012, p. 243-260
- HOEVELER, Rejane Carolina. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise : os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.
- HUNTINGTON, S. **A Terceira Onda – a Democratização no Final do Século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Unesp, 2017.

Sites de pesquisa

<http://fundacaofhc.org.br/>

<http://www.tse.jus.br/>

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs15089914.htm>

**MESA 22: LUTAS DE CLASSES E ECONOMIA POLÍTICA NO BRASIL EM TEMPOS DE
GOLPE**

Coordenador: Rodrigo Castelo (Unirio)

As lutas de classes no Brasil entraram em um novo patamar no final dos anos 1970 e início dos 1980, quando o país começa a transição democrática com a decadência da ditadura empresarial-militar instalada pelo golpe de 1964. A crise da dívida externa, a ascensão da classe trabalhadora, a campanha das Diretas Já, a Constituinte Federal e a eleição de Collor em 89 são fatos marcantes desta transição, que deságua na vitória das classes dominantes com o projeto neoliberal. De lá para cá, as classes dominantes acumularam vitórias em diversas esferas da sociedade e o neoliberalismo prosperou ao longo dos anos, com muitas idas e vindas. A trajetória contraditória do neoliberalismo no Brasil ganhou em 2016, ano do golpe midiático-jurídico-parlamentar, uma nova fase, na qual constatamos um acirramento da superexploração, da dependência, da retirada de direitos, da expropriação do fundo público pelos grupos rentistas das classes dominantes, da criminalização das lutas sociais e populares, das opressões de gênero, raça, etnia e tantas outras expressões da questão social. A presente mesa discutirá, com base nos referenciais teóricos do marxismo, de Gramsci a Poulantzas, passando por Florestan Fernandes, algumas possíveis interpretações da atual conjuntura brasileira, marcada pela crise capitalista mundial, o golpe de 2016, bem o caráter de longo prazo do neoliberalismo, desde a sua fase Tucana até a conciliação de classes petista. Partiremos da perspectiva da totalidade marxista para entendermos os múltiplos vetores envolvidos nas lutas de classes no Brasil, dos fatores internos e externos, bem como da estrutura e da superestrutura.

A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA NOS *CADERNOS DO CÁRCERE*: uma análise da categoria de *mercado determinado*

Rodrigo Castelo⁵²⁷

Resumo: O presente texto apresenta uma análise da categoria de *mercado determinado* na obra de Antonio Gramsci, tanto nos *Cadernos do cárcere*, quanto nas suas correspondências com Tatiana Schucht e Pierro Sraffa. Nossos estudos apontam que a referida categoria é um dos pontos centrais da unidade dialética entre filosofia, economia e política nos *Cadernos* – as três fontes do marxismo, de acordo com Lenin –, unidade incontornável para o entendimento das elaborações gramscianas na sua totalidade.

Palavras-chave: mercado determinado, crítica da economia política, Estado.

1 Introdução

Na literatura especializada sobre a obra de Antonio Gramsci, poucos textos destacam suas contribuições ao pensamento econômico marxista. Comentadores da sua obra deixam de valorizar as notas carcerárias sobre a crítica da economia política, e os apontamentos gramscianos sobre o tema ficam à sombra das suas categorias políticas, culturais e filosóficas. Citemos um exemplo ilustrativo.

Eric Hobsbawm (2011, p.287) anota que Gramsci “escreveu relativamente pouco sobre desenvolvimento econômico (...)”. Décadas antes, em artigo publicado em 1975, o juízo de Hobsbawm acerca da relação dos escritos de Gramsci com a economia era ainda mais implacável: “Todos, com exceção talvez do economista, encontrarão iluminações nos *Cadernos*” (HOBSBAWM *apud* COUTINHO, 1999, p.89, nota 15).

Carlos Nelson Coutinho, de forma mais mediada do que o historiador britânico, faz coro com a tese de que os *Cadernos do cárcere* não trazem significativos avanços teóricos sobre o desenvolvimento econômico na etapa monopolista do capitalismo, ressaltando, contudo, que “seria um equívoco ignorar as muitas e sugestivas indicações de Gramsci neste sentido” (COUTINHO, 1999, p.88), como os debates sobre americanismo-fordismo e as intervenções do Estado fascista na acumulação capitalista.

O objetivo da presente comunicação não é questionar a centralidade da política nos escritos gramscianos – tese com a qual temos acordo –, mas jogar novas luzes nas suas vívidas contribuições ao

⁵²⁷ A datação das notas carcerárias sobre o mercado determinado seguirá os apontamentos de Fabio Frosini no verbete da referida categoria no *Dicionário gramsciano (1926-1937)* (LIGUORI e VOZA, 2017).

pensamento e aos fenômenos econômicos. Tais contribuições aparecem nas notas carcerárias sobre mercado determinado, crise orgânica, bloco histórico, queda tendencial à taxa de lucro, americanismo-fordismo, a relação Estado ampliado e acumulação no capitalismo monopolista, etc. Dentre estes temas e categorias, o presente texto abordará, na segunda seção, a categoria de mercado determinado, analisando as aparições nos *Cadernos do cárcere* em ordem cronológica. Outra fonte de estudo sobre o mercado determinado é o epistolário de Gramsci, em especial em cartas de Tatiana Schucht e Pierro Sraffa.

Nas notas sobre o mercado determinado, deparamo-nos com um dos pontos fulcrais da unidade dialética entre filosofia, economia e política nos *Cadernos*, algo incontornável para o entendimento da totalidade das elaborações gramscianas. Por isso nos concentraremos nesta categoria.

2 O mercado determinado

As formulações gramscianas sobre a categoria de mercado determinado são frutos de uma gama de estudos: 1. das polêmicas entre pensadores italianos – Benini, Einaudi, Graziadei, Jannacone, Spirito – sobre ciência econômica e a relação entre Estado e economia; 2. do debate filosófico sobre ciência, historicismo, imanência, leis de tendência e regularidade; 3. da história do pensamento econômico e suas controvérsias entre economia política clássica, marxismo e marginalismo e; 4. da sua interpretação da filosofia da práxis como síntese de três escolas de pensamento (filosofia clássica alemã, economia política inglesa e política francesa).

A categoria de mercado determinado tem poucas inserções nos *Cadernos* mas o seu peso não pode ser desprezado, pois aponta para a construção de uma unidade dialética entre estrutura e superestrutura, algo essencial no método marxista. A sua forma de elaborar a filosofia da práxis é tanto um combate às tendências economicistas do marxismo vulgar, quanto serve para não cairmos no voluntarismo e sectarismo de posições políticas baseadas única e exclusivamente na vontade política, sem uma análise profunda da correlação de forças presente em uma determinada conjuntura. Na nota 52 do caderno 11, analisada ao final desta seção, Gramsci pontua o seguinte:

Na premissa devem estar contidas, já desenvolvidas, as condições materiais necessárias e suficientes para a realização do impulso da vontade coletiva; mas é evidente que desta premissa ‘material’, quantitativamente calculável, não pode ser destacado um certo nível de cultura, isto é, um conjunto de atos intelectuais, e destes (como seu produto e consequência), um certo complexo de paixões e de sentimentos imperiosos, isto é, que tenham a forma de induzir à ação ‘a todo custo’” (GRAMSCI, [1932] 1999, p.197).

A primeira aparição da categoria é na nota 30 do caderno 7, escrita em fevereiro de 1931⁵²⁸, na qual Gramsci afirma que o mercado determinado é um dos “conceitos fundamentais da ciência econômica” e deve ser relacionado aos estudos da teoria do valor-trabalho e da concorrência ou do monopólio e às variações entre estes dois extremos, que não devem ser considerados puros (GRAMSCI, 1999, p.442).

No ano seguinte, no mês de março, ele volta ao tema com mais densidade. A nota 216 do caderno 8 rastreia a origem da categoria na economia política clássica, escola injustamente acusada de ser “naturalista” e “determinista”. Esta acusação seria infundada pois a base filosófica dos economistas clássicos seria o historicismo, a despeito das suas abstrações e da linguagem matemática. Assim, Gramsci se coloca uma pergunta e, logo em seguida, a resposta:

Mas o que é o “mercado determinado” e pelo que, precisamente, ele é determinado? Será determinado pela estrutura fundamental da sociedade em questão e, então, será preciso analisar esta estrutura e identificar-lhe os elementos que, relativamente constantes, determinam o mercado, etc., e os outros elementos “variáveis e em desenvolvimento”, que determinam as crises conjunturais, até o momento em que também os elementos “relativamente constantes” sejam por estes modificados, ocorrendo assim a crise orgânica. (GRAMSCI, 1999, p. 446-7)

Nesta passagem, retoma-se em parte o que já havia escrito no caderno 7, onde afirma-se que o mercado é determinado por questões da base econômica, como a estrutura de concorrência e monopólio e a produção de riqueza. A isto, agrega-se os temas das crises capitalistas – conjunturais ou orgânicas – e dos elementos variáveis e constantes de uma época histórica, o que será alvo das suas elucubrações posteriores como veremos posteriormente.

Mais a frente na nota 216, numa análise de artigos de Einaudi, Gramsci avalia que o mercado determinado tem uma configuração histórica inédita no início do século XX, se comparado com o século XIX. A produção e o mercado internacionais, bem como a escala oligopólica de produção e o aumento do nível de renda de praticamente todas as classes, elevaram o mercado determinado a um novo patamar, o que modificou radicalmente a natureza e os impactos das crises capitalistas, sendo impossível saídas fáceis para tais fenômenos. Neste sentido, Gramsci afirma que a crise capitalista vivenciada no seu tempo é uma crise orgânica, e não conjuntural, como quer Einaudi. A diferença entre as duas reside “(...) pela

528 Na carta escrita no dia 7 de setembro de 1931 para Tatiana Schucht, Gramsci diz o seguinte: “Li, num artigo do senador Einaudi, que Piero está preparando uma edição crítica do economista inglês David Ricardo; Einaudi elogia muito a iniciativa e eu também fico muito contente. Espero ser capaz de ler corretamente o inglês quando esta edição for publicada e poder ler Ricardo no texto original” (GRAMSCI, [1931] 2005, p.84).

sua amplitude e profundidade, que atingiram tal ponto que a quantidade torna-se qualidade (...)”.
(GRAMSCI, 1999, p.447)

Em maio de 1932, o caderno 10 (II) é preenchido com a nota 9, na qual fica mais claro que David Ricardo é a principal fonte de Gramsci a respeito dos princípios historicistas da economia política clássica. Sabe-se que o conhecimento de Gramsci acerca da obra ricardiana não vem de uma leitura dos originais⁵²⁹, mas sim do estudo de compêndios de história do pensamento econômico e do livro IV de *O capital*, intitulado de *Teorias da mais-valia*. Mesmo assim, Gramsci rabisca linhas ousadas sobre o teor filosófico da economia ricardiana e seus impactos no método da filosofia da práxis.

Nessa nota, denominada *Introdução ao estudo da filosofia. Imanência especulativa e imanência historicista ou realista.*, a filosofia da práxis é tida como uma síntese teórica criada, na perspectiva classista proletária e de um projeto socialista revolucionário, a partir de três escolas de pensamento: a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e a política francesa (GRAMSCI, 1999, p.317), tal qual formulado pelas teses leninistas sobre as três fontes do marxismo. A novidade trazida por Gramsci é questionar o peso filosófico que Ricardo tem na síntese operada por Marx. Conforme anotação nos *Cadernos*,

em um certo sentido, é possível dizer que a filosofia da práxis é igual a Hegel + David Ricardo. O problema, inicialmente, deve ser apresentado da seguinte maneira: os novos cânones metodológicos introduzidos por Ricardo na ciência econômica devem ser considerados como valores meramente instrumentais (entenda-se: como um novo capítulo da lógica formal) ou terão um significado de inovação filosófica? A descoberta do princípio lógico formal da “lei tendencial”, que conduz à definição científica dos conceitos fundamentais na economia, o de homo oeconomicus e o de “mercado determinado”, não foi uma descoberta de valor também gnosiológico? Não implica, precisamente, uma nova “imanência”, uma nova concepção da “necessidade” e da liberdade, etc.? (GRAMSCI, [1932] 1999, p.317-8)

Logo abaixo destes apontamentos, Gramsci põe-se a precisar historicamente a origem das categorias de lei tendencial e mercado determinado, encontrando-a na consolidação da burguesia como classe hegemônica mundial no período da divisão internacional do trabalho comandada pela Inglaterra em meados do século XIX. Nesta época, tornou-se possível estudar cientificamente os elementos regulares de

529 No já citado prefácio da primeira edição do livro I de *O capital*, assim como no posfácio à segunda edição alemã, Marx dá pistas valiosas do seu método e anota que a completude da análise teórica de um objeto dado está condicionado pelo próprio estágio de desenvolvimento do objeto. “A forma de valor, cuja figura acabada é a forma-dinheiro, é muito simples e desprovida de conteúdo. Não obstante, o espírito humano tem procurado elucidá-la em vão há mais de 2 mil anos, ao mesmo tempo que obteve êxito, ainda que aproximado, na análise de formas muito mais complexas e plenas de conteúdo. Por quê? Porque é mais fácil estudar o corpo desenvolvido do que a célula que o compõe” (MARX, [1867] 2013, p.77-8).

desenvolvimento⁵³⁰ do mercado mundial, isolando – isto é, abstraindo-se – os elementos perturbadores da análise. Isto permitiu aos analistas preverem as leis tendenciais do capitalismo, “que são leis não no sentido naturalista e determinista especulativo, mas em sentido ‘historicista’, isto é, na medida em que exista o ‘mercado determinado’, ou seja, um ambiente organicamente vivo e articulado em seus movimentos de evolução”. (GRAMSCI, [1932] 1999, p.318)

Esta forma de tratar o objeto de estudo permite a Gramsci criar um procedimento metodológico de recorte histórico do modo de produção capitalistas em fases, as chamadas concorrencial e monopolista. Tais fases atingem um determinado grau de regularidade do seu desenvolvimento após a consolidação de fenômenos históricos amplos e profundos (revoluções burguesas clássicas, crises orgânicas, revoluções passivas, novas escalas de produção oligopolizada, a divisão internacional do trabalho e o mercado mundial, nova correlação de forças, etc.), permitindo aos cientistas formular uma teorização abstrata (mas não metafísica nem determinista, mas imanentemente histórica) sobre os movimentos contraditórios da estrutura de produção e superestrutura político-cultural destas fases.

Numa carta de 30 de maio de 1932 endereçada a Tatiana Schucht, o líder comunista pede a sua cunhada que entre em contato com Piero Sraffa para saber se há uma bibliografia especializada sobre o método científico de Ricardo. Gramsci reafirma as interrogações sobre as contribuições ricardianas para além da ciência econômica: a teoria ricardiana alcançaria a esfera da filosofia? Mais ainda: o método ricardiano contribuiu para Marx superar a dialética hegeliana? Tais inquietações já estavam presentes na nota 9 do caderno 10 (II). De acordo com o seu raciocínio, as categorias de mercado determinado e lei de tendência podem ser entendidas como

um impulso para converter a concepção “imanentista” da história – expressa com linguagem idealista e especulativa da filosofia clássica alemã – numa “imanência” realista imediatamente histórica, na qual a lei de causalidade das ciências naturais foi depurada de seu mecanismo e se identificou sinteticamente com o raciocínio dialético do hegelianismo? (GRAMSCI, [1932] 2005, p.205)

Gramsci suspeita da validade das suas proposições e admite que são “um pouco confusas”. Contudo, a sua notória inquietação o impulsiona a investigar se a economia política inglesa contribuiu com a formação da obra marxiana para além do debate da teoria do valor trabalho. No dia 21 de junho,

530 No prefácio da primeira edição do livro I de O capital, Marx refere-se, em duas passagens, a importância na sua obra da descoberta das leis tendenciais do desenvolvimento capitalista, inclusive em termos da revolução proletária: “Ainda que uma sociedade tenha descoberto a lei natural do seu desenvolvimento – e a finalidade última desta obra é desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna –, ela não pode saltar suas fases naturais de desenvolvimento, nem suprimi-las por decreto. Mas pode, sim, abreviar e mitigar as dores do parto” (MARX, [1867] 2013, p.79)

Sraffa responde à Tatiana. Na sua missiva, o economista italiano escreve que precisa meditar sobre o assunto e estudar mais a fundo as obras dos fundadores do marxismo. Deixando um pouco de lado as suas reticências, Sraffa complementa, de forma mais assertativa, que precisa de

algumas explicações sobre os dois conceitos de “mercado determinado” e de “lei de tendência”, que Nino chama de fundamentais e aos quais, colocando entre aspas, parece atribuir um significado técnico: confesso que não compreendo bem a que se referem e, quanto ao segundo, estava acostumado a considerá-lo, antes, como uma das características da economia vulgar. De todo modo, é muito difícil avaliar a importância filosófica, se é que existe, de Ricardo, porque ele mesmo, ao contrário dos filósofos da práxis, não se propôs nunca considerar historicamente seu próprio pensamento. (SRAFFA *apud* GRAMSCI, 2005, p.206-7, nota 3)

Sraffa praticamente desautoriza as especulações gramscianas acerca da contribuição do método de Ricardo na construção do materialismo histórico enquanto nova síntese filosófica, questionando também a pertinência e validade das categorias de mercado determinado e lei de tendência. Apesar das duras palavras do seu amigo e camarada, tido como a maior autoridade do século XX sobre a obra de Ricardo, Gramsci não recuou das suas formulações heréticas.

Uma nova face da categoria mercado determinado surge na nota 20 do caderno 10 (II), escrita no mês de junho de 1932 e que versa sobre as polêmicas entre Einaudi, Spirito e Benini sobre concepções de Estado e suas formas de intervenção na economia. Discordando tanto do liberalismo de Einaudi quanto do corporativismo de Spirito, Gramsci recupera reflexões de Benini sobre o tema, pois este, apesar da linguagem liberal, parte dos princípios da economia política, a saber, dos elementos estruturais do mercado determinado. Este procedimento metodológico permite identificar o Estado como uma instituição que atua constantemente na acumulação capitalista e sob um viés classista. O exemplo desta intervenção é a desvalorização da força de trabalho em prol do capital. De acordo com Gramsci ([1932] 1999, p.328, grifos nossos), a intervenção estatal

é uma condição preliminar de qualquer atividade econômica coletiva, é um elemento do mercado determinado, *se não for precisamente o próprio mercado determinado, já que é a expressão político-jurídica* do fato de que uma determinada mercadoria, o trabalho, é preliminarmente depreciada, colocada em condição de inferioridade competitiva, paga por todo o sistema determinado.

Até então, a categoria de mercado determinado não havia sido relacionada com o Estado. E Gramsci vai além no trecho grifado acima quando insinua que o Estado pode ser o próprio mercado determinado. O comunista sardo parece se referir ao processo de formação e mercantilização da força de trabalho, ocorrido na época da assim chamada acumulação primitiva do capital, e da intervenção do

Estado, desde as Leis dos Pobres na Inglaterra medieval, para disciplinar a força de trabalho e aviltar os seus salários mediante o uso intensivo e perene dos seus aparelhos coercitivos, tais como as *workhouses* e o Legislativo. Vale notar que, para Gramsci, a depreciação do valor (ou seria o preço?) do trabalho não se esgota numa era pré-histórica do capitalismo, mas continua atuando na era monopolista pós-Primeira Guerra Mundial.

O mercado determinado é, portanto, uma realidade desde a formação do modo de produção capitalista, do que podemos deprender que o Estado intervem na economia desde o período concorrencial, justamente a época dos economistas clássicos. Desde meados do século 18 até meados do 19, as principais obras da nascente ciência econômica consagraram a expressão economia política. Alguns livros traziam, nos seus títulos, algumas temáticas de política econômica, como é o caso de David Ricardo e a sua brochura mais conhecida, *Princípios de economia política e tributação* (1817). Adam Smith, na introdução do livro quarto de *A riqueza das nações* (1776), chega a dizer que a economia política é “um setor da ciência própria de um estadista ou de um legislador (...)” (SMITH, [1776] 1983, p.357); o livro quinto, chamado *A receita do soberano ou do Estado*, é o segundo mais extenso de toda a obra, só ficando atrás, em número de página, do primeiro livro, dedicado ao tema do trabalho como produtor de valor. “Na verdade”, diz Aloisio Teixeira (2000, p.93-4),

a expressão economia política está, em sua origem, relacionada a seu inverso, a política econômica – e, portanto, a processos e decisões que envolvem atores reais no campo da política, suas paixões e interesses.

O momento histórico em que o interesse por assuntos econômicos vai atraindo um número crescente de pensadores, não só provenientes do campo da filosofia política, mas também homens com formação voltada para problemas práticos, é exatamente o momento da formação dos Estados nacionais e da generalização das relações mercantis. Tais processos colocaram, de forma renovada, o problema da gestão das políticas públicas, fazendo com que atividades, como as relacionadas com finanças e tesouraria, adquirissem nova importância.

Ao relacionar o mercado determinado à fase concorrencial do capitalismo, Gramsci se afasta da tese do mito do “Estado mínimo”, que somente garantiria as condições gerais de produção, a segurança e a propriedade privada, mantendo-se ausente de uma intervenção mais sistemática na acumulação capitalista. Na nota 6 do caderno 26, datado de 1935, esta posição fica ainda mais evidente:

Na polêmica (de resto, superficial) sobre as funções do Estado (e entenda-se Estado como organização político-jurídica em sentido estrito), a expressão “Estado *veilleur de nuit*” (“Estado guarda-noturno”) corresponde em italiano a Estado *carabiniere* e quer significar um Estado cujas funções se limitam à tutela da ordem pública e do respeito às leis. Não se insiste no fato de que nesta ordem de regime (que, afinal, jamais existiu a não ser no papel, como hipótese-limite) a direção do desenvolvimento histórico cabe às forças privadas, à sociedade civil, que também é “Estado”, aliás, é o próprio Estado. (GRAMSCI, [1935] 2007, p.85)

Na nota 52 do caderno 11, provavelmente redigida entre agosto e final de 1932, Gramsci reescreve a nota 128 do caderno 8, datada de abril do mesmo ano. Neste novo apontamento, intitulado *Regularidade e necessidade*, o marxista sardenho retoma a discussão metodológica das leis de tendência do desenvolvimento capitalista na obra marxiana⁵³¹, notadamente a lei geral da acumulação capitalista e a lei tendencial de queda da taxa de lucro, e arrisca algumas linhas sobre a história do pensamento econômico, a saber, como a “economia crítica” (o marxismo) recolhe e traduz, sob nova linguagem, o historicismo da economia política clássica, afastando-se dos métodos a-históricos, generalistas e naturalizadores da “economia pura” (os marginalistas). É aqui, na primeira parte da nota 52, que a categoria de mercado determinado comparece saturada de múltiplas determinações, sintetizando economia, política e filosofia. Escreve Gramsci ([1932] 1999, p.194):

Conceito e fato de “mercado determinado”, isto é, observação científica de que determinadas forças decisivas e permanentes surgiram historicamente, forças cuja ação se manifesta com um certo “automatismo”, que permite um certo grau de “previsibilidade” e de certeza para o futuro com relação às iniciativas individuais que se adequam a tais forças, após tê-las intuído e compreendido cientificamente. “Mercado determinado” equivale, portanto, a dizer “determinada correlação de forças sociais em determinada estrutura do aparelho de produção”, correlação que é garantida (isto é, tornada permanente) por uma determinada superestrutura política, moral, jurídica).

A nota 52 do caderno 11 é provavelmente o último e mais bem acabado registro gramsciano sobre a categoria. Entre junho e agosto, Gramsci ainda redige mais duas notas de redação única (tipo B) no caderno 10 (II) – 30 e 32 –, nas quais dialoga com o livro *Principi di economia pura* de Pantaleoni e teoriza sobre a história do pensamento econômico, discutindo como diferentes categorias, aqui inclusa a de mercado determinado, ganham um tratamento histórico na economia crítica e um tratamento genérico na economia pura.

3 Considerações finais

Em linhas gerais, a categoria de mercado determinado permite-nos entender melhor a forma dialética como Gramsci elaborava as suas análises concretas de situação concreta, na melhor tradição do marxismo em contraponto ao economicismo e determinismo reinante na II Internacional. A filosofia da

⁵³¹ Doutor em Economia Política Internacional pela UFRJ. Professor do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ). Pesquisador do Coletivo Marxista da Rural (MAR/UFRRJ). Email: borja.bruno@gmail.com

práxis era, tal qual já havia escrito Lenin, uma síntese de três fontes teóricas. Esta síntese fica patente na categoria do mercado determinado, operando como uma chave heurística de interpretação das transições de fases do capitalismo, períodos abertos pelas crises orgânicas, vistas por Gramsci como janelas históricas na qual a atuação firme, decisiva e bem embasada teoricamente do proletariado, permite a crise se tornar uma situação revolucionária e, quiçá, a concretização da revolução socialista.

Em tempos de crise orgânica capitalista, nada mais atual e pertinente do que nos voltarmos para o estudo das notas gramscianas de mercado determinado para avançarmos, não só na interpretação das atuais configurações do capitalismo, mas na reorganização da classe trabalhadora com o objetivo de (re)colocarmos o socialismo como uma saída real à crescente barbárie capitalista.

Referências bibliográficas

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Carta de 7 de setembro de 1931 a Tatiana Schucht. In: *Cartas do cárcere*, vol.2 (1931-1937). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1931] 2005, p.82-5.

_____. Carta de 30 de maio de 1932 a Tatiana Schucht. In: *Cartas do cárcere*, vol.2 (1931-1937). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1932] 2005, p.204-7.

_____. *Cadernos do cárcere*, vol.1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do cárcere*, vol.4. Temas de cultura, Ação Católica. Americanismo e fordismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOBBSBAWM, Eric. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. Prefácio à primeira edição. In: *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013, p.77-81.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*, vol. 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, [1776] 1983.

TEIXEIRA, Aloisio. Marx e a economia política: a crítica como conceito. In: *Econômica*, Niterói, n.4, p.85-109, dez. 2000.

DEMOCRACIA DE COOPTAÇÃO E GOVERNO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES: as origens do golpe de 2016

Bruno Borja⁵³²

Bruno Duarte⁵³³

Resumo: A atual crise política brasileira se apresenta como uma ruptura da ordem democrática após o golpe de 2016. As eleições de 2018 aceleraram o ritmo da conjuntura, culminando na prisão do ex-presidente Lula. Diante da instabilidade política e da incerteza quanto aos rumos da democracia brasileira, convém adotar uma postura de distanciamento histórico, para tentar compreender o presente enquanto história.

Desde 1970, Florestan Fernandes vinha interpretando o autoritarismo político brasileiro, definido como padrão de dominação autocrático burguês. Este consiste na dominação burguesa sem considerações às demandas populares, configurando uma democracia restrita e impermeável à participação da classe trabalhadora. Florestan avaliava que a burguesia tinha um problema de hegemonia, isto é, entre coerção e consenso, usava preferencialmente a coerção direta, sem alcançar um nítido consenso de seus governados.

Entendendo a instabilidade de tal governo, Florestan afirmou que a burguesia teria de retornar ao regime democrático, o que criaria a necessidade de construir uma hegemonia, legitimada pelo consenso popular. O autor elabora, então, o conceito de democracia de cooptação: a burguesia no controle do Estado democrático desenvolveria práticas de cooptação de setores da classe trabalhadora, inserindo-os nos marcos da ordem burguesa, consolidando seu poder sem recorrer à violência ditatorial. Isso contemplaria algumas demandas populares e geraria o apassivamento dos trabalhadores, sem ameaçar o domínio burguês e o desenvolvimento do capitalismo dependente.

Este trabalho visa interpretar o golpe de 2016 à luz desta previsão de Florestan, analisando o governo de conciliação de classes liderado pelo PT. A democracia de cooptação se efetivou como um governo de conciliação de classes, inserindo setores populares na ordem capitalista, atendendo algumas demandas e gerando apassivamento das frações mais radicalizadas.

Mesmo reconhecendo os méritos dos recentes governos Lula e Dilma Rousseff, é preciso buscar as bases do golpe de 2016 e da atual crise política brasileira em suas práticas de poder. O artigo tenta compreender essa busca de consenso no ambiente da Nova República, analisando a relação entre *o lulismo e o problema da hegemonia*. Uma vez consolidada, a democracia de cooptação⁵³⁴ vigora plenamente nos momentos áureos do lulismo *entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo*, mas encontra uma primeira instabilidade com a crise mundial de 2008. Como *tinha uma crise no meio de caminho*, se coloca uma questão delicada para a gestão política da democracia de cooptação, com

⁵³² Graduando do curso de Ciências Econômicas do IM/UFRRJ. Pesquisador do Coletivo Marxista da Rural (MAR/UFRRJ). Email: lima.bsd@gmail.com

⁵³³ Florestan Fernandes (1976), *A Revolução Burguesa no Brasil*.

⁵³⁴ Marcelo Badaró Mattos (2002), *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*.

algumas mudanças particulares na política econômica. Tais mudanças, já no governo Dilma, progressivamente explicitaram as contradições do lulismo, desaguando nas jornadas de junho de 2013. *Depois de junho* tudo mudou, o bloco no poder rachou e o lulismo entrou em crise, sendo derrubado de um só golpe.

1. O LULISMO E O PROBLEMA DA HEGEMONIA

O PT se formou no período histórico de crise da ditadura no Brasil, a partir do movimento sindical do final dos anos 1970, que ficou conhecido como Novo Sindicalismo.⁵³⁵ Tendo no movimento organizado da classe trabalhadora sua base social histórica, o PT buscou elaborar uma estratégia política para a chegada ao poder. Conhecida como Estratégia Democrática e Popular, consistia em articular as forças políticas populares, num arco de alianças que ia dos trabalhadores urbanos e rurais até setores da pequena burguesia. Uma série de derrotas nas eleições presidenciais fez com que o partido aos poucos fizesse maiores concessões em sua política de alianças, se aproximando da grande burguesia. Isto se consolida na chapa para as eleições presidenciais de 2002, com Lula, líder do movimento sindical e do PT, tendo como vice-presidente José Alencar, grande industrial filiado ao Partido Liberal. Assim, a chapa expressou o conteúdo do governo de conciliação de classes que estava por vir, lançando a *Carta aos brasileiros* em 2002.

Esta foi a consolidação de um movimento de transformismo do partido, se aproximando das pautas da burguesia. Utilizando as categorias de Antonio Gramsci, Carlos Nelson Coutinho⁵³⁶ interpretou a transição democrática no Brasil como um processo de revolução passiva, isto é, uma revolução pelo alto, controlada pelos grupos dominantes, uma revolução-restauração: ao mesmo tempo que avançava pautas democráticas e populares, operava a conservação do poder e do *status quo*.

Um elemento importante desta interpretação diz respeito ao papel desempenhado pelas organizações políticas dos subalternos e de suas lideranças. Assim, a revolução passiva é complementada pelo transformismo, ou seja, pela absorção, molecular ou em bloco, das lideranças ou setores inteiros das

⁵³⁵ Carlos Nelson Coutinho (2007), no capítulo *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*.

⁵³⁶ Para análises do transformismo do PT, ver: Mauro Iasi, *Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora* (2012) e *Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural* (2017); Marcelo Badaró Mattos, *Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil* (2013). Para o conceito gramsciano de transformismo, ver Carlos Nelson Coutinho (org.), *O leitor de Gramsci* (2011).

organizações políticas dos subalternos, incorporados à gestão da ordem capitalista em defesa dos interesses do grupo dominante⁵³⁷.

Após a chegada ao poder, diversos quadros dirigentes do PT e do movimento sindical foram incorporados ao aparelho de Estado, assumindo postos em ministérios, secretarias, conselhos de empresas estatais e na gestão dos fundos públicos. Transformados em gestores do capitalismo dependente brasileiro, estas lideranças também abriram espaço para a inserção de pautas do movimento sindical e dos movimentos sociais, fazendo avançar a Estratégia Democrática e Popular. Aqui se apresenta um tema importante para o problema da hegemonia na Nova República: a necessidade da recomposição do bloco no poder após a ditadura e o fracasso do projeto neoliberal dos anos 1990.

Mesmo se configurando enquanto uma revolução passiva, a transição democrática operou uma efetiva socialização da política no Brasil, abrindo o processo eleitoral ao voto dos analfabetos em 1985. Socialmente distribuído entre o exército industrial de reserva e o subproletariado⁵³⁸, este grupo social passou a ter um peso político importante na dinâmica eleitoral, especialmente na região Nordeste, onde tem maior concentração⁵³⁹. Esta parece ser uma questão importante para a construção da hegemonia na Nova República.

Como demonstra André Singer (2009), em termos eleitorais, o subproletariado manifestou apoio aos partidos defensores da ordem neoliberal nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002. A base social do PT se mantinha com os trabalhadores urbano-industriais organizados em sindicatos e os setores progressistas da pequena burguesia. A inflexão mais significativa vai ocorrer ao longo do primeiro mandato do presidente Lula entre 2003 e 2006, quando o PT passou a disputar a liderança dos desorganizados.

Interessante observar esta mudança na base social de apoio ao partido. O primeiro mandato de Lula é marcado pela continuidade da política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, explicitados pelo ajuste fiscal, com elevação das metas de superávit primário, e a (contra)reforma da previdência dos servidores públicos em 2003. Esta política afastou apoiadores tradicionais do partido, no movimento sindical e no funcionalismo público. Além disso, com o escândalo do mensalão em 2005, setores da pequena burguesia passaram a fazer oposição sistemática ao PT. No entanto, com o lançamento do

⁵³⁷ Karl Marx, em *O Capital* (1867), define o exército industrial de reserva. Aqui acompanhamos a definição de subproletariado, tal como adotada por André Singer em *As raízes sociais e ideológicas do lulismo* (2009).

⁵³⁸ A taxa de analfabetismo hoje corresponde a 7% da população com mais de 15 anos, num total 11,5 milhões de pessoas. Os maiores índices de analfabetismo estão no Nordeste (14,5%), conforme os dados do IBGE para 2017. Ver <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>

⁵³⁹ Pedro Paulo Zahluth Bastos, *Que horas ela volta?* (2017), evidencia as consequências desse recuo tático.

Programa Bolsa Família em 2003, com a política da elevação do salário mínimo a partir de 2005 e com a abertura do crédito consignado, o governo Lula conquistou apoio do subproletariado e manteve apoio dos setores sindicalizados e dos beneficiários da previdência social.

Conforme demonstra André Singer (2009), esta complexa operação deu origem ao *lulismo* enquanto fenômeno político. Isto é, aproximou o subproletariado do governo e fez de Lula uma liderança incontestada dentre os politicamente desorganizados. Resgatando a análise de Marx em *O dezoito de brumário de Luís Bonaparte* (1852), Singer argumenta que o subproletariado, por não ter organizações políticas que o represente, tende a buscar uma liderança política carismática e pelo alto para defender seus interesses. Tendo sua origem social próxima ao subproletariado nordestino, Lula seria a figura perfeita para desempenhar esse papel. Na reeleição de 2006 teria se consolidado este apoio incontestado das massas desorganizadas ao lulismo.

2. ENTRE NEOLIBERALISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO

No segundo governo Lula observa-se outra mudança, mas agora em sua política econômica: reduzindo o viés neoliberal e tendendo para o que se chamou de neodesenvolvimentismo. Pode-se interpretar a política econômica seguida pelo primeiro governo Lula como um recuo tático⁵⁴⁰, onde foram mantidas as medidas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso, como forma de garantir estabilidade política e econômica. Este seria um meio de acumular forças para fazer avançar a Estratégia Democrática e Popular e adotar uma política econômica neodesenvolvimentista que refletisse os interesses da base social histórica do PT.

É relevante dizer que o primeiro governo Lula não seguiu fielmente a cartilha neoliberal, apesar de dar continuidade às políticas ortodoxas do governo anterior. A necessidade de apassivar as massas obrigou o governo a fazer política social, respondendo também aos anseios imediatos de sua base social em suas necessidades materiais. Dado o momento externo favorável, com o boom das exportações de commodities para a Ásia e de bens industriais para a América do Sul, o governo surfou essa onda de crescimento que lhe deu legitimidade para iniciar as políticas sociais que marcariam o lulismo. Tais políticas sociais promoveram melhorias concretas nas condições de vida da classe trabalhadora. No entanto, tais melhorias se estabeleceram nos marcos da ordem neoliberal e do capitalismo dependente,

⁵⁴⁰ Numa série de trabalhos, Armando Boito Jr. apresenta a formação, as contradições e a crise da frente neodesenvolvimentista: *As bases políticas do neodesenvolvimentismo* (2012); *A natureza da crise política brasileira* (2016); *A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia* (2016A); *O legado dos governos do PT* (2017).

sem qualquer contestação à dominação burguesa, configurando a democracia de cooptação e o governo de conciliação de classes.

A necessidade do governo de conciliação de classes fazer a mediação entre as demandas do bloco no poder e os interesses populares se desdobrou no maior trunfo do econômico do lulismo: o fortalecimento do mercado interno. No governo Lula, podemos observar uma freada no ímpeto privatizador que vigorou nos anos FHC. Este ímpeto foi substituído pela recuperação das empresas estatais através de investimentos públicos, impulsionando outros setores da economia. Por outro lado, através do BNDES, fez políticas de desenvolvimento, financiando a expansão das grandes corporações privadas nacionais. Como resultado disso, o governo Lula passou a ter apoio de certas frações da burguesia. Já para a classe subalterna, foi adotado o tripé: elevação do salário mínimo, políticas sociais de transferência de renda e expansão do crédito ao consumidor. Estas medidas promoveram a diversificação do consumo e a ampliação do mercado interno.

Durante o primeiro mandato de Lula foi plantada a semente que germinaria em seu segundo mandato. Após o acúmulo de forças, seria feita uma tentativa de retratar os interesses de sua base social na política econômica. Naquele momento, conforme destaca Armando Boito Jr.⁵⁴¹, formou-se uma frente neodesenvolvimentista liderada pela grande burguesia interna brasileira. Assim, há um momento de ruptura parcial com o neoliberalismo, com a adoção de políticas neodesenvolvimentistas.

A grande burguesia interna brasileira – inserida no agronegócio, na construção pesada, na construção civil, na indústria naval, na indústria de transformação, no setor bancário e no setor comercial – foi a fração burguesa hegemônica nos governos do PT. Porém, para construir tal hegemonia, essa fração da grande burguesia teve de recorrer à formação de uma frente política, que denominamos neodesenvolvimentista, e que contou com a participação das classes trabalhadoras – grande parte do operariado, da baixa classe média, do campesinato e dos trabalhadores de massa marginal. (BOITO Jr., 2017, p.30)

Este momento é evidenciado em 2007 com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que promoveu a volta do planejamento econômico e do investimento em setores estruturais. Note-se que nesse segundo momento o governo já tinha maior liberdade de ação, dado o apoio político de certas frações burguesas. Além disso, se a exportação de commodities foi a base do crescimento da economia brasileira no primeiro momento, no segundo mandato o consumo interno servia de base, ainda que contando o com o apoio das exportações⁵⁴². Esta expansão do consumo foi

⁵⁴¹ Perry Anderson, em *A Crise do Brasil* (2016), caracteriza estes dois pilares do modelo de crescimento.

⁵⁴² Francisco de Oliveira (2018) fala, inclusive, de uma *hegemonia às avessas*, onde o PT e as lideranças sindicais hegemonomizam frações burguesas, mas seguem governando em função dos interesses da burguesia.

impulsionada pelas políticas de apassivamento que, em suas contradições, serviam como ampliação da demanda interna, aumentando o poder de compra das classes populares.

Esta conjunção de elevação do salário mínimo, financiamento do consumo popular e políticas assistencialistas focalizadas permitiu que o governo alcançasse uma histórica redução da pobreza no Brasil. Mas por outro lado, serviu de meio de cooptação e apassivamento do movimento social e sindical. Tais políticas de inserção social via mercado foram também de grande importância para a burguesia brasileira, pois vieram consolidar um mercado interno de consumo de massa, favorecendo o crescimento econômico e a acumulação de capital⁵⁴³.

3. TINHA UMA CRISE NO MEIO DO CAMINHO

Com a crise internacional de 2008, o governo reage seguindo uma política anticíclica de manutenção da atividade econômica através do investimento público⁵⁴⁴, visando a expansão do mercado interno, que contava com uma demanda aquecida, uma vez que as políticas de apassivamento expandiram o consumo. Dessa forma, a economia brasileira aguentou o choque externo, estagnando em 2009, mas obtendo em 2010 um crescimento de 7,6%, apoiado nos investimentos do PAC, no lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (2009) e nos incentivos dados ao setor privado. A recuperação contou ainda com a demanda de commodities da Ásia, que se manteve forte no primeiro momento da crise internacional, dando maior margem de manobra ao governo.

Lula, ao dizer que a crise passaria como uma marolinha pela economia brasileira, não estava totalmente errado. De fato, durante seus mandatos, o Brasil não foi plenamente afetado pela crise. Entretanto, já em 2011, quando Dilma assume o governo se depara com o fim do ciclo de commodities e com o agravamento da crise internacional. O governo Dilma responde partindo da mesma estratégia utilizada pelo governo Lula, a expansão do mercado interno. Mas, tem como base a expansão da oferta, enquanto o governo anterior contava com a demanda. Essa agenda estratégica de incentivos ao setor privado contava com o apoio dos industriais brasileiros⁵⁴⁵.

Tal agenda ficaria conhecida como “nova matriz econômica” e consistia em adotar políticas anticíclicas de modo a incentivar a indústria nacional através de estímulos fiscais, tais como: a redução dos juros; a desoneração da produção industrial; subsídios para investimento; desvalorização do real;

⁵⁴³ Ver Leda Paulani, *Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo* (2017).

⁵⁴⁴ Sobre a Agenda Fiesp, ver: Laura Carvalho, *Valsa Brasileira* (2018)

⁵⁴⁵ André Singer, em *Cutucando onças com varas curtas* (2015), aborda cada uma das políticas que moldavam a nova matriz econômica.

controle de capitais; medidas de proteção ao produto nacional⁵⁴⁶. Através da nova matriz se almejava alcançar um novo ciclo de industrialização, conciliando interesses de trabalhadores e empresários industriais. Além disso, deve-se levar em conta objetivos não tão explícitos como, por exemplo, reduzir o poder estrutural do capital financeiro na economia brasileira e reduzir o uso da dívida pública pelos rentistas como meio de acumulação⁵⁴⁷. O governo Dilma começou a romper com frações da burguesia rentista do bloco no poder.

Entretanto, o potencial contra cíclico da nova matriz foi reduzido. Diferente do governo Lula, que procurou recuperar o investimento público como resposta à crise de 2008, o governo Dilma estimulou o investimento privado através de subsídios, em detrimento da arrecadação fiscal que poderia se converter em investimento público. Contudo, não houve respostas do investimento privado, o que agravou a crise. Os empresários brasileiros voltados para o mercado interno estavam abandonando a coalizão que sustentava a nova matriz econômica. A desoneração tributária ajudava na recomposição das taxas de lucro, mas não era garantia imediata de aumento dos investimentos. A ausência de resposta aos estímulos do governo era a dica. E aqui que dá o pontapé inicial da crise do governo Dilma.

Instalada a crise econômica, começam os problemas da conciliação de classes com o aumento do conflito distributivo. Isto é, agora não seria mais possível dar continuidade ao aumento de lucros e salários conjuntamente. O ganho progressivo trabalhadores na época de bonança se reverte num contínuo ataque por parte da burguesia. Estava desfeita a conciliação e a luta de classes voltava à ordem do dia.

O movimento sindical paulatinamente retoma suas atividades, alcançando picos históricos de greves em 2012 e 2013, depois de quase 10 anos de relativa passividade⁵⁴⁸. O governo PT vai perdendo controle da sua base social. Cresce também a insatisfação por parte da burguesia que, não afã de recompor suas taxas de lucro, quer reduzir salários, encargos trabalhistas e impostos, impondo uma agenda política neoliberal de ajuste fiscal e corte dos gastos públicos.

Com o abandono da agenda da nova matriz econômica, os industriais passam a apoiar medidas neoliberais, pautadas pelas frações burguesas que o governo havia confrontado ao apostar no neodesenvolvimentismo. André Singer (2018, p.41) destaca que com “a adesão dos industriais, do agronegócio, do comércio e dos serviços às propostas do setor financeiro, se completa a unidade

⁵⁴⁶ Singer (2015) destaca esta disputa entre o governo Dilma e a burguesia rentista, denominando-a de “batalha do spread”. Ver também Bastos (2017).

⁵⁴⁷ Ruy Braga analisa o movimento sindical recente em *Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes* (2016).

⁵⁴⁸ Há uma disputa terminológica para caracterizar este grupo social. Mais acima nos referimos ao termo subproletariado, utilizado por André Singer. Armando Boito Jr. usa o termo massa marginal. E Ruy Braga adota a expressão precariado.

capitalista em torno do corte de gastos públicos, da queda no valor do trabalho e da diminuição da proteção aos trabalhadores”. Logo, já em 2013 o governo dá sinais de que estaria abandonando a política neodesenvolvimentista, voltando a elevar a taxa de juros. Os trabalhadores, que faziam parte da coalizão, reivindicaram suas pautas trabalhistas, dada a ofensiva das frações burguesas.

4. DEPOIS DE JUNHO

Junho de 2013 marca o estopim da polarização política na sociedade brasileira. É muito sintomático que após uma década de conciliação de classes e crescimento econômico, cheguemos a uma conjuntura de polarização política e recessão econômica. A luta de classes se acirra e explode com as jornadas de junho – dando claros sinais de que o PT já não conseguia manter o apassivamento das massas, uma das premissas para sua sustentação no poder. Como resposta, o governo Dilma promete austeridade na economia e repressão direta dos movimentos populares. O PT se afirmava como o partido da ordem, tentando recompor o bloco no poder.

As manifestações de 2013 trazem uma contestação à dominação burguesa, na medida em que são pautadas por reivindicações da classe trabalhadora. Especialmente quanto à luta pelo transporte público do Movimento Passe Livre, que se soma e impulsiona o ciclo de greves. Junho de 2013, na forma de uma revolta popular urbana, expressa a manifestação política dos desorganizados, isto é, da camada mais precarizada da classe trabalhadora⁵⁴⁹. Sem ter práticas organizativas consolidadas e atuando em segmentos dominados pela lógica neoliberal pós-fordista, estes trabalhadores e trabalhadoras, em geral, não tem vínculo partidário ou sindical. Daí que a forma da revolta popular urbana seja característica de sua manifestação política.

No entanto, o movimento sindical vinha numa ascensão grevista, que se junta à revolta popular para tentar unificar as lutas. O movimento de massas passa a ser disputado entre as lideranças autonomistas da revolta popular, os sindicatos e os partidos de esquerda. A dificuldade de alcançar unidade na luta deixou o movimento fragmentado e difuso, aberto às infiltrações oportunistas da direita. Setores da grande mídia burguesa passam a incentivar o movimento, visto como uma crítica ao governo do PT. Entre reivindicar direitos da classe trabalhadora, que confrontam a dominação burguesa, e servir de apoio à burguesia, que busca abalar o lulismo, oscila um movimento de massas sem unidade na luta.

⁵⁴⁹ É simbólico e definitivo da ascensão do golpismo o fato do partido do vice-presidente da república lançar um programa alternativo ao governo vigente. O programa é lançado em 29 de outubro de 2015 e sinaliza para o avanço das contrarreformas neoliberais demandadas pela burguesia brasileira.

De toda forma, e com todas as suas contradições, junho de 2013 coloca em pauta o racha do bloco no poder, a decomposição da frente neodesenvolvimentista, a perda de hegemonia do PT e a crise do lulismo. A resposta do governo Dilma ao movimento de massas foi sintomática de um partido da ordem: ajuste fiscal e repressão violenta. O lulismo em crise ataca sua própria base social em defesa dos interesses da burguesia, o governo de conciliação de classes expõe suas prioridades. Esta fragilidade política abre caminho para uma grande ofensiva burguesa contra o governo, através da Operação Lava Jato, lançada no início de 2014, ano eleitoral.

Assim, o governo Dilma chega cambaleante para as eleições de 2014, em um cenário de crise política e econômica. O PT adota uma campanha neodesenvolvimentista voltada para sua base popular, em busca de sustentação eleitoral, vencendo o pleito por mínima margem. Ao assumir o novo mandato em 2015, Dilma executa um drástico ajuste fiscal, agravando a crise econômica. Segundo algumas análises, Dilma teria cometido um estelionato eleitoral, botando em prática uma política que não seria aprovada nas urnas, e cujas consequências recairiam sobre a classe trabalhadora. Observa-se mais uma tentativa de conciliação de classes por parte do PT: se uniu às classes populares para se reeleger e, após a reeleição, se uniu à burguesia rentista para governar. O que temos na prática é uma tendência cada vez maior de priorizar a governabilidade, em detrimento da popularidade.

Segue-se nova onda insatisfação por parte dos trabalhadores, que sofrem diretamente o impacto do ajuste, e por parte da burguesia, que já não está disposta à conciliação de classes. Nesta conjuntura, o PT perde sua hegemonia política e fica sem base social que o sustente no governo. O partido, que havia sido muito funcional para resolver o problema de hegemonia da burguesia e que operou a democracia de cooptação via governo de conciliação, estava agora sem apoio sólido de nenhum dos dois lados da luta de classes.

Em 2015, a política econômica do governo, motivada pela pressão da burguesia rentista, priorizou o investimento privado em detrimento do público e realizou o ajuste fiscal, agravando a crise econômica. De acordo com Pinto et alli (2017, p.12), “o aumento do conflito distributivo e a dificuldade da gestão petista em controlar os conflitos provocaram uma paulatina desconfiança do bloco no poder da forma petista de governar”. Ademais, segundo Bastos (2017, p.87), “A Lava Jato também neutralizou, pelo medo ou pela prisão, a camada empresarial mais próxima do governo”, paralisando seus investimentos e afastando os empresários do governo.

Deve-se levar em conta, também, o constrangimento do partido em acelerar as contrarreformas neoliberais e atacar sua base histórica, o que fazia a burguesia já pensar em estratégias alternativas ao

lulismo. A desconfiança se transformou em unificação da burguesia, que começa a apoiar o impedimento da presidenta Dilma após o PMDB lançar o programa *Uma Ponte para o Futuro*⁵⁵⁰ e oferecer uma alternativa ao PT, que se tornou o desestabilizador da ordem. A saída de Joaquim Levy, ministro da fazenda, em dezembro de 2015, marca o momento do abandono da burguesia rentista. Não havia mais obediência à ordem estabelecida, não havia mais apassivamento da classe trabalhadora, não havia mais tempo para o PT.

Fica claro que durante uma crise não parece ser muito confiável fazer acordos com as frações burguesas. Pode-se evidenciar duas alianças que não envolveram todas as frações burguesas durante o período Dilma. O primeiro, base da nova matriz econômica, com a burguesia industrial. O segundo, base do ajuste fiscal, com a burguesia rentista. Em relação ao primeiro, André Singer, resume bem o que ocorreu para esta fração abrir mão da estratégia que a beneficiaria:

a burguesia industrial pede que o Estado lidere uma ofensiva pela reindustrialização. (...) pressionada pela queda de lucros, aumento das greves e reorientação hegemônica internacional, “descobre” que, dado o passo inicial, está às voltas com um poder sobre o qual teme perder o controle e que favorece em excesso os inimigos de classe. (...) a burguesia industrial volta-se “contra seus próprios interesses” para evitar o mal maior: uma política nacional soberana que represente a ascensão das camadas populares. (SINGER, 2018, p.51)

Já em relação a aliança com a burguesia rentista, Bastos (2017, p.83) afirma que talvez a finalidade fosse “trazer a burguesia bancária para o governo e desarmar a possibilidade de unificação do conjunto da burguesia”. O que acabou não dando certo, pois a perda de controle sobre o movimento popular e a pouca disposição para acelerar as contrarreformas neoliberais levaram à unificação da burguesia. O que o partido conseguiu com essa unificação foi se distanciar cada vez mais de sua base social.

2015 seria um ano determinante para a evolução do golpe. A oscilação política do governo Dilma, entre uma campanha desenvolvimentista em 2014, e uma política neoliberal ao assumir em 2015, demonstrava a dificuldade de operar um governo de conciliação de classes em meio à crise. A ofensiva burguesa, através da Operação Lava Jato e de intensa campanha midiática, passou a mobilizar manifestações de massa especificamente contra o lulismo. Diferente de junho de 2013, quando as primeiras manifestações eram pautadas pelas reivindicações da classe trabalhadora, em 2015 as pautas são estritamente contra uma suposta e alardeada “corrupção do PT”.

O partido, que havia abandonado as ruas em prol da governabilidade, sofria com mais um movimento de massas, mas agora unificado pelas pautas burguesas. No entanto, a própria

⁵⁵⁰ Doutor em Educação. Professor do Departamento de Fundamentos Pedagógicos da FEUFF. rarguelles@gmail.com

governabilidade já estava abalada. Símbolo disso foi a derrota do PT nas eleições para presidente da câmara dos deputados, com a eleição de Eduardo Cunha do PMDB. Sendo contestado nas ruas, sem expressivo apoio de sua base social histórica – a qual o governo reprimiu violentamente em suas manifestações e greves – e agora sem base parlamentar, o governo Dilma ruiu. O golpe de 2016 foi desferido pelo novo bloco no poder que se formava em meio à crise do lulismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pretende aqui negar a validade e a importância histórica dos governos do PT – sem dúvida os que mais contribuíram para a melhoria das condições de vida da população na história brasileira. Mas buscar nas contradições do governo de conciliação de classes as origens do golpe de 2016 e da atual crise política. Pois esta conciliação foi viável somente enquanto as condições para o crescimento econômico se mantiveram. Tratando-se de um país de capitalismo dependente, tais condições ficam à mercê dos movimentos cíclicos da economia mundial e tendem a não se sustentar por longo prazo.

Esta forma de governo vigorou plenamente enquanto o comércio mundial estava em alta e garantiu preços elevados para as commodities, dando margem para que aumentassem conjuntamente lucros e salários na economia brasileira. Com a crise mundial de 2008, surgem os problemas. A crise, cujo epicentro foi nos EUA, não atinge diretamente a economia brasileira num primeiro momento. O comércio com a China e o dinamismo alcançado pelo mercado interno brasileiro, apoiado por políticas anticíclicas, garantiram a continuidade do crescimento.

No entanto, desfeitas as condições particulares que viabilizavam o crescimento econômico, houve a necessidade de explicitar posições. O governo Dilma se viu em meio a uma crise econômica de grandes proporções, quando sua política econômica passou a ser objeto de disputa entre frações da burguesia brasileira que integravam a frente neodesenvolvimentista. Explicitadas as contradições entre os interesses das frações burguesas, o bloco no poder rachou, pondo fim à hegemonia do lulismo.

O golpe de 2016 veio consolidar esta perda de hegemonia. Tramado pela própria base parlamentar de sustentação do governo, com decisivo apoio midiático e do poder judiciário, o golpe desencadeou uma avalanche de práticas neoliberais, de posturas reacionárias e de cunho fascista. A burguesia brasileira mostra sua face autoritária. Ataque à constituição e aos direitos conquistados pelos trabalhadores, contrarreforma do Estado, militarização da questão social, judicialização da política. Eis alguns elementos que o golpe liberou como a abertura da caixa de Pandora. Os recentes acontecimentos

da intervenção militar no estado do Rio de Janeiro e da prisão do ex-presidente Lula (é bom lembrar: o candidato que liderava as pesquisas de intenção de voto para as eleições presidenciais de 2018) fazem parte deste processo. Sim, infelizmente, o golpe ainda está em processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. *Crisis in Brazil*. *London Review of Books*, v. 38, n. 8, abr. 2016. Para a versão em português: <https://www.pambazuka.org/pt/democracy-governance/crise-no-brasil-uma-an%C3%AAlise-profunda-de-perry-anderson>.

BASTOS, P.P.Z. Que horas ela volta? – economia política e política econômica de Lula e Dilma. In: MEDEIROS, J.; MARINGONI, G. (orgs.). *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BOITO JR., A. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Fórum Econômico da FGV-SP, 2012. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>

BOITO JR., A. A natureza da crise política brasileira. *Le Monde Diplomatique – Brasil*. Número 104, março de 2016.

BOITO JR., A. *A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia*. Crítica Marxista, número 42, maio de 2016A. Pp.155-163

BOITO JR., A. O legado dos governos do PT. In: MEDEIROS, J.; MARINGONI, G. (orgs.). *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRAGA, R. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

CARVALHO, L. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, C. N. (org.). *O leitor de Gramsci*. Escritos escolhidos: 1916 – 1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2011.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IASI, M. L. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, E. et al. (orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012, v. 1, p. 285-317.

IASI, M. L. *Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP - Instituto Caio Prado Junior, 2017.

- LEÓN, J. e MALTA, M. *Um debate sobre a democracia brasileira: tradição plutocrática e perspectivas de democratização no meio de uma crise de poder e de acumulação*. Rio de Janeiro: IE-UFRJ. 2017 (Texto para Discussão, n. 017/2017).
- MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política, Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, (1867) 2013.
- MATTOS, M. B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- MATTOS, M. B. *Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil*. 2013. Disponível em: <http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo>
- MEDEIROS, J.; MARINGONI, G. (orgs.). *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- OLIVEIRA, F. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- PAULANI, L.M. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo. In: MEDEIROS, J.; MARINGONI, G. (orgs.). *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PINTO, E. C. et al. *A Guerra de Todos contra Todos: a crise brasileira*. Rio de Janeiro: IE-UFRJ. 2017 (Texto para Discussão, n. 006/2017).
- SAMPAIO JR, P. A. *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: SG-Amarante, 2017.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.85, nov. 2009.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.102, jul. 2015.
- SINGER, A. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MESA 23: A EDUCAÇÃO NO LABIRINTO DO PODER: TEORIA E METODOLOGIA EM ANÁLISES SOBRE A ATUAÇÃO DO BLOCO DE PODER NO ESTADO AMPLIADO NO BRASIL

Coordenador: Rodrigo Lamosa (UFRRJ)

Esta mesa reúne quatro trabalhos que são desdobramentos de pesquisas que abordam as disputas e tensões no interior do Estado Ampliado no Brasil, tendo como referência o materialismo histórico e dialético. Os trabalhos têm em comum o diálogo com as formulações que se originam no pensamento gramsciano e uma interseção com a obra do marxista grego Nicos Poulantzas com destaque para os conceitos de Estado, Hegemonia, Classe, Fração de Classe e Bloco de Poder. As pesquisas que originaram estes trabalhos têm realizado um esforço coletivo e interinstitucional de investigação sobre a atuação da classe dominante e suas distintas frações, identificando as estratégias, intelectuais e discursos que têm formado e conformado uma concepção de mundo do bloco de poder. Estes trabalhos têm revelado uma intensa articulação de uma rede de aparelhos privados de hegemonia responsáveis na sociedade civil por elaborar, sistematizar e difundir um conjunto de valores e concepções, por meio de diferentes projetos, programas, parcerias e meios de comunicação na construção de uma hegemonia que se reflete nas políticas educacionais que, por sua vez, reforçam o lugar de poder ocupado por institutos, fundações e associações empresariais. Esta mesa reúne, portanto, um conjunto de trabalhos que apresenta uma reflexão ocupada com a construção de um referencial teórico-metodológico que possibilite apreender este movimento em sua historicidade, reconhecendo os aspectos estruturais e conjunturais, elementos mundiais, regionais, nacionais e locais num exercício de reflexão que não deixe escapar os elementos contraditórios que permeiam a formação social. Por fim, esta mesa se propõe a contribuir com a elaboração de pesquisas acerca das relações de poder no Estado Ampliado no Brasil. Palavras-chave: Estado Ampliado; Fração de classe; Hegemonia; Todos Pela Educação

ESTADO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: apontamentos para um programa de pesquisa

Regis Eduardo Coelho Argüelles da Costa⁵⁵¹

Resumo: A contrarreforma da educação pública segue seu curso, cujos exemplos recentes e impactantes são a aprovação da BNCC, o congelamento de 20 anos dos investimentos públicos, e a crescente privatização da gestão da escola pública. A despeito inflexões ao longo dos últimos 30 anos, as políticas educacionais do período apresentam certo grau de integralidade, seja por conta dos sujeitos coletivos envolvidos na divulgação e aprovação das ações, seja por conta dos sentidos de escola e de formação humana postos em prática por aquelas políticas. O objetivo deste estudo é elaborar um programa de pesquisa das políticas educacionais que dê conta desses fenômenos em sua totalidade histórica, afastando-se de concepções idealistas do Estado e da sociedade civil. Para tanto, partiremos das reflexões gramscianas sobre o Estado ampliado e a hegemonia política de classes no capitalismo, bem como o papel dos intelectuais e dos aparelhos privados de hegemonia (APHs) no processo de intervenção na educação de massas (GRAMSCI, 2000, 2012). A consideração do Estado enquanto condensação material das lutas entre as classes e suas frações, e a sua constituição em instituições que respondem diferencialmente àquelas lutas, elaborada por Poulantzas (1977), dá relevo ao processo de atuação destes intelectuais e seus aparelhos privados de hegemonia nos diferentes espaços da sociedade política, levando em consideração a necessidade construção do consenso e as resistências contra hegemônicas à sua construção. Um programa de pesquisa de políticas educacionais norteado por esses princípios deve, portanto, (1) mapear e analisar os APHs e seus intelectuais orgânicos que atuam no setor, focalizando possíveis conexões e tensões intraclasses e entre as classes fundamentais, expressas por essa rede; (2) analisar as principais estratégias de sistematização e divulgação, pelos APHs e seus intelectuais, de parâmetros para as políticas educacionais; e (3) compreender as estratégias utilizadas pelos diferentes sujeitos coletivos na sua atuação e influência no Estado estrito, considerando a complexidade de instituições que compõem o aparelho público educacional.

Introdução

A resposta dada pela burguesia à crise de acumulação que se deflagrou nos primeiros anos da década de 1970 teve implicações profundas no mundo do trabalho e, conseqüentemente, nos processos de formação humana. Os avanços tecnológicos representados pela microinformática, robótica e genética foram associados a processos de reorganização do trabalho no chão-de-fábrica, no que condicionou-se chamar de toyotismo. Tais determinações exigiram, por sua vez, um trabalhador de novo tipo: flexível, criativo, dotado de capacidade de abstração, capaz de trabalhar em grupo, acumular tarefas, com sólida formação geral associada a um conhecimento amplo dos processos internos de sua empresa ou local de trabalho (FRIGOTTO, 2010).

A atualização da formação para o trabalho foi acompanhada do aumento exponencial da concorrência pelos postos de melhores remunerações. O cenário estimulou a corrida em busca de mais formação, a partir das exigências crescentes do mercado de trabalho, o que tem levado muitas escolas particulares a diversificarem seus currículos, oferecendo programas de ampliação do dia letivo às

⁵⁵¹ Uma excelente discussão sobre o tema, com atenção especial para a transformação de um conceito de tradição revolucionária, a sociedade civil, em alibi para o capitalismo, encontra-se no artigo de E. Wood, *Sociedade civil e política de identidade*, 2003, pp. 205-225.

famílias. Por outro lado, o desemprego e a pobreza estrutural, também produtos desta nova forma de realização do capital, trouxeram novas determinações para a conformação de grande parte da classe trabalhadora, impactando nas formas e trajetórias de escolarização. Portanto, podemos afirmar que as transformações na morfologia do trabalho (ANTUNES, 2005) vêm reforçar o caráter da educação de massas enquanto arena de intrincadas questões de hegemonia.

Uma das grandes expressões desta luta tem se dado em torno das políticas para a educação básica no Brasil. A literatura aponta que o campo educacional foi sacudido por vagas contrarreformistas dirigidas por setores do empresariado brasileiro (LEHER, 2010), direcionadas a todos os níveis e modalidades, a partir dos anos de 1990. Movimento similares ocorreram em diversos países da América Latina (BEECH, 2009). Em relação ao caso brasileiro, Frigotto (op.cit.) nos chama atenção para alguns dos efeitos das contrarreformas educacionais, destacando a concepção redutora de currículo, baseada na aquisição de competências em língua portuguesa e matemática, e a incorporação de modelos de gestão empresarial pela escola, com ênfase na descentralização, cumprimentos de metas e parcerias com o setor privado. Trata-se, sobretudo, da definição externa e antidemocrática sobre um dos aspectos mais essenciais do trabalho docente – o que se ensina e se avalia – e também sobre o modelo de gestão escolar; em outras palavras, um movimento que visa uma ampla intervenção nos sistemas públicos de educação.

Procurando se distanciar de perspectivas idealistas sobre o Estado e a sociedade civil, este artigo busca apresentar uma concepção teórico-metodológica calcada no materialismo histórico-dialético para a análise das políticas educacionais contemporâneas. Nesse sentido, entendemos que a compreensão efetiva dos sentidos dominantes que são atribuídos à educação por setores do empresariado brasileiro torna-se possível a partir de um modelo de abordagem que considera o Estado a condensação das relações sociais em determinada formação política (MENDONÇA, 2007).

Acreditamos que tal abordagem do problema do Estado nos aponta para o esclarecimento de questões fundamentais para a discussão contemporânea sobre a atuação de setores do empresariado em direção às políticas educacionais, tais como: quem são os intelectuais orgânicos e quais são os sujeitos coletivos responsáveis pela elaboração, sistematização e divulgação da agenda empresarial de ampliação da jornada escolar? Como se estrutura a rede de atuação desses sujeitos coletivos na sociedade civil, levando em conta as adesões e tensões intraclasse? Quais são as principais estratégias de sistematização e divulgação na sociedade civil e política, pelos sujeitos coletivos e seus intelectuais ligados ao empresariado, de parâmetros para as políticas educacionais?

Dividimos o artigo em quatro seções, a contar com esta Introdução. A seguir, apontaremos algumas das tendências contemporâneas de análise das políticas educacionais que reificam o papel do Estado, tratando-o enquanto sujeito, ou “ator institucional” no processo de desenvolvimento de uma política educacional. Na próxima seção, *As contribuições de Gramsci e Poulantzas: por uma abordagem crítica do Estado*, apresentaremos uma abordagem marxista das questões do Estado, explorando alguns conceitos desses dois autores. Por último, discutiremos as possibilidades que esse arsenal teórico-metodológico nos abre para o estudo de políticas educacionais contemporâneas.

Política enquanto narrativa e o obscurecimento da questão do Estado

Parece-nos bastante evidente que o debate epistemológico no campo das políticas educacionais acompanhou, em larga medida, a inflexão pós-moderna das ciências humanas como um todo. Essa apontou, em linhas gerais, para a necessidade de superação de modelos marxistas e/ou estruturalistas de

análise da realidade social, por conta das suas fragilidades no trato de questões ligadas às subjetividades, ou pelo tratamento teórico dado aos múltiplos processos de dominação e exercício de poder, os quais transcenderiam às determinações de classe social produzidas na dinâmica de realização do capital. Além disso, o marxismo passou a ser considerado datado por diversos autores, à medida que a sociedade capitalista criticada por Marx e Engels já havia sido superada com o advento a 3ª Revolução Industrial e o fim da Guerra Fria.

De acordo com Wood (2003, p. 220), o então chamado mundo “pós-moderno” se caracterizaria pela “fragmentação crescente, diversificação de relações e experiências sociais, pluralidade de estilos de vida, multiplicação de identidades pessoais”. A teoria social deveria dar conta dessas novas dinâmicas, produzindo uma *epistême* que representasse classe não a partir de uma análise das práticas materiais dos sujeitos, mas a partir do signo em si, da linguagem. No que ficou conhecido como “virada cultural”, as narrativas e símbolos passaram a representar a(s) realidade(s) *per se*, transformando a classe social em mais uma metáfora para determinados jogos linguísticos (EBERT e ZAVARZADEH, 2008).

A ênfase dada à fluidez das narrativas enquanto substrato de análise promoveu o obscurecimento das relações materiais de classe, não tendo muito a dizer sobre as relações desiguais de apropriação do trabalho social, que atravessam constantemente todos os poros do tecido social. Nesta vaga de potencialização das narrativas e identidades, as relações de dominação resguardadas e reforçadas pelo Estado capitalista e suas políticas são também eclipsadas, tornando-o um objeto fora de moda (MENDONÇA, op.cit.) ou mais um tropos do discurso moldado a partir de uma complexa e amorfa combinação identidades e diferenças.

Um exemplo de aplicação destas premissas epistemológicas está em Beech (op.cit.), em um estudo que trata da internacionalização das políticas educacionais na América Latina, comparando as reformas dos anos de 1990 no Brasil, Argentina e Uruguai. O autor adere a um modelo de dupla conceptualização das políticas, que são vistas enquanto texto e enquanto discurso, a partir do entendimento que existe um hiato entre a formulação e a execução de qualquer política pública. O momento da formulação das propostas educacionais pelas agências multilaterais seria caracterizado pela produção de discursos com o objetivo de manter as relações de poder. Considerando que os discursos favorecem certos significados, enquanto inibem o surgimento de outros, sua funcionalidade estaria na conformação das possibilidades de interpretação dos sentidos da política. Contudo, a política é também um texto, e dessa forma está aberta a uma variada gama de interpretações pelos agentes responsáveis por colocá-la em prática. Esta característica chama atenção aos diversos contextos de implementação das políticas, o que explicaria as diferenças entre Brasil, Argentina e Chile na aplicação da agenda educacional formulada por UNESCO, Banco Mundial e OCDE.

Esse modelo conceptual se baseia em um argumento que opõe frontalmente os recortes macro àqueles que valorizam os “microcontextos”, avaliando que os primeiros deixam escapar elementos fundamentais das políticas, ao desvalorizarem a participação dos agentes durante todo o processo. Em consequência, faz-se necessária a produção de todo um quadro teórico-metodológico que dê conta da dimensão focalizada da política, em oposição às teorias “estadocêntricas”, inspiradas no marxismo.

As afirmações da teoria centrada no Estado são construídas com base em uma série de oposições, difíceis de ser defendidas e, em última instância, inúteis, na medida que dificultam o diálogo. Teóricos que adotam uma abordagem

estadocêntrica afirmam estar preocupados com “questões mais amplas”, ou seja, com o macrocontexto. Eles identificam “coerência” e “consistência”. Aqueles que tratam das microinvestigações, por outro lado, estão interessados nos “detalhes”. O trabalho deles envolve o “acúmulo de informações” e a “coleta de descrições ricas”. Longe de olhar propriedades duradouras, encontram “improviso”, “acaso” e “confusão”. (POWER, 2011, p. 71).

A contradição fundamental que essa oposição lógica deixa escapar repousa justamente na valorização heurística de todas as “microdiferenças” que, ao mesmo tempo, desqualifica as condições de extrema diferença nas práticas materiais como “oposições inúteis” cuja função é apenas de “dificultar o diálogo”. Por detrás desse holofote epistêmico obcecado com os detalhes e descontinuidades esconde-se toda uma lógica sistêmica fundamentada nas diferenças materiais de classe, que atravessam dramaticamente seja a dimensão macro, seja a micro. Derivada desse esquecimento das diferenças de classe está a concepção do Estado como espaço do autoritarismo, das decisões de cima para baixo, das interdições do discurso. Estamos diante, para situarmos o debate no pensamento gramsciano, na hipervalorização do momento coercitivo do Estado.

Por outro lado, a sociedade civil é definida a partir de suas condições propícias para o estabelecimento de pontes discursivas, o que favoreceria a construção e consolidação democrática dos consensos. Como sublinha Mendonça (idem), essa noção asséptica da sociedade civil destaca sua condição de espaço potencialmente fora do Estado, onde o exercício da associação voluntária e plural possui predominância, em contraste com a coerção que impregna as relações sociais determinadas pelo aparelho estatal.

Dessa feita, o “novo” conceito de “sociedade civil” – e por extensão o de Estado – ganha roupagem nova, celebrando a pluralidade e a diversidade, contidas num sem número de novas instituições e relações sociais de tipos, os mais diversos, tradicionalmente não contempladas pelo marxismo, transmutando-se numa “noção guarda-chuva”, que a tudo é capaz de abrigar, desde ONGs até entidades filantrópicas. (MENDONÇA, idem, p. 10)

A operacionalização dessas concepções idealizadas do Estado e da sociedade civil tem se mostrado funcionais na divulgação dos interesses de setores do empresariado em direção às políticas educacionais. Um exemplo bastante ilustrativo desta funcionalidade conceitual aparece na agenda empresarial para ampliação da jornada da escola pública, tema que desfruta de importante ressonância no debate educacional desde a experiência dos CIEP’s, nos anos de 1980.

De acordo com Cavaliere (2009), nos últimos anos um modelo de organização da ampliação da jornada escolar ganhou considerável relevo. Esse modelo avalia que a escola é uma instituição enrijecida, que perdeu a capacidade de diálogo com os seus alunos e famílias. A nova sociedade do conhecimento exige modelos institucionais flexíveis, capazes de atender as demandas contemporâneas por formação, e a “velha escola do século XX” já não mais responde adequadamente a essas demandas. A ampliação da jornada escolar deve, então, abandonar a organização centrada na “escola de tempo integral” – tal qual os CIEPs e outras experiências dos anos 80 – e adotar em seu lugar o modelo organizacional que a autora

denomina “aluno de tempo integral”. De acordo este ponto de vista, a jornada ampliada do aluno deve ser compartilhada entre as escolas e as organizações da sociedade civil, à medida que estas últimas estariam mais capacitadas a oferecer oportunidades de aprendizagem diversificadas, de acordo com as necessidades e potencialidades da comunidade.

A divulgação sistemática desta agenda, proposta ao Brasil pelo Banco Mundial em 1987, aqui ganhou corpo a partir dos anos 2000, com participação relevante do CENPEC, uma ONG paulista financiada pelo Banco Itaú. A partir de sua capacidade de diálogo importantes frações do capital interessadas em interferir nas políticas educacionais, bem como da sua capacidade de atrair colaboradores dos mais diversos níveis para a pauta da jornada escolar ampliada, foram fundamentais na idealização do Programa Mais Educação, política federal de ampliação da jornada para a educação básica (COSTA, 2018), e da Meta de número 6 do Plano Nacional de Educação, que prevê ampliação de matrículas em tempo integral, ao invés de escolas de tempo integral.

Ao fim e ao cabo, a justificativa teórica para ampliação da jornada escolar acontecer fora da escola, junto às organizações da sociedade civil, repousa na oposição pós-moderna entre Estado autoritário e padronizador e sociedade civil enquanto reino do diálogo e consenso. A escola pública é, dessa maneira, definida como uma instituição anacrônica, presa a práticas já ultrapassadas, incapaz de perceber a realidade para além de seus muros; carrega, portanto, a chaga estadocêntrica da administração dos serviços públicos, e é por isso que não consegue mais cativar a sua audiência. Por outro lado, as organizações da sociedade possuem, tradicionalmente, maior capilaridade e flexibilidade no contato com a comunidade, sendo assim mais atentas aos anseios de crianças e jovens em idade escolar.

Ao associar o modelo de escola pública ao Estado autoritário e, ao mesmo tempo, apontar para a sociedade civil organizada como solução para a questão da ampliação da jornada escolar, os teóricos de certa agenda escondem muito mais do que parecem mostrar. Além da carência de elementos históricos que expliquem o que levou a escola pública brasileira aparentar cumprir o papel que cumpre – muito mais ligado à prescrição da obediência do que à curiosidade pelo conhecimento, ficamos sem saber por que, por exemplo, organizações da sociedade civil ligadas ao capital, tais como o CENPEC, voltaram seus interesses para as políticas educacionais? Quais são suas estratégias no processo de aproximação do aparelho do Estado, no sentido de pautar as reformas da educação pública? Acreditamos que uma teoria que dê conta das determinações que atravessam a educação e a escola pública em um cenário de capitalismo dependente, ou seja, que entenda o problema educacional na sociedade capitalista a partir de uma concepção de totalidade pode ser capaz de oferecer-nos respostas mais efetivas. Veremos algumas possibilidades na seção a seguir.

As contribuições de Gramsci e Poulantzas: por uma abordagem crítica do Estado e das políticas educacionais

As reflexões gramscianas sobre o poder do Estado capitalista de massas atualizaram a teoria política marxista. De acordo com Coutinho (1999), os conceitos de Gramsci “ampliam” a concepção de Estado, entendendo-o como um organismo composto por dois grandes planos superestruturais: Estado-coerção *stricto sensu*, ou *sociedade política*, que detém o monopólio legal dos aparelhos de repressão e violência (burocracias executiva, judiciária, legislativa, e o aparato policial-militar); e a *sociedade civil*, espaço de atuação das organizações privadas como Igrejas, os partidos políticos, as escolas, os sindicatos

e meios de organização material da cultura (jornais, revistas, editoras, meios de comunicação de massa), dentre outras, e arena da luta de classes pelo poder político.

A ampliação das relações organizativas e conectivas dos Estados modernos acompanhou o cenário de expansão colonial europeia após 1870. Sobre essa modificação, o pensador sardo diz o seguinte:

Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: *a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição*; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc. (GRAMSCI, 2012, p. 24, *grifos nossos*).

Dessa maneira, a luta política passa a incorporar a problemática da hegemonia civil em uma formação social capitalista, na qual o Estado e seus aparelhos desempenham importantes papéis, combinando coerção e consenso. Em Gramsci, as lutas em um cenário de hegemonia burguesa precisam considerar atuação do conjunto dos aparelhos privados de hegemonia (APHs), a partir do estudo das relações de força.

A mediação de interesses entre as classes fundamentais e as frações da classe dominante, no Estado ampliado, implica precisamente no problema da hegemonia, pois a manutenção do bloco de poder incorpora o desenvolvimento de algumas ações que garantam o consenso “ativo” junto aos dominados. Assim, a força repressiva do aparelho estatal só precisaria ser utilizada em situações extremas – justamente durante as “crises de hegemonia”, que é quando nenhuma fração é capaz de dirigir politicamente as classes em luta. O processo de convencimento pressupõe, naturalmente, algumas concessões e compromissos com as classes subordinadas. Portanto, a ampliação do Estado dá conta de como uma fração de classe dominante (por exemplo, o capital financeiro) consegue construir a unidade em relação a sua própria classe, bem como estabelece vínculos com os dominados, transformando-se, assim, em classe dirigente. Longe de ser um simples instrumento externo às relações sociais, o Estado articula-se a essas relações de consenso encorajadas de coerção (BUCI-GLUCKSMANN, 1980; COUTINHO, 2011).

Além da vasta discussão provocada pela teoria de Estado gramsciana,⁵⁵² nos interessa aqui o relevo dado pelo autor italiano à necessidade, nas sociedades democrático-burguesas, de “formação de sujeitos políticos de massa” (COUTINHO, 1999, p. 125). Nesses termos, fica claro o papel do Estado educador para na produção do “homem coletivo”, ao adaptar a “civilização e a moralidade das massas às necessidades de desenvolvimento contínuo do aparato econômico de produção” (GRAMSCI, 2000, p. 23). É o momento de construção do consenso, que apresenta o problema de como a pressão educativa

⁵⁵² Em relação ao problema da hegemonia no Estado ampliado, Gramsci (2008) afirma que “um grupo social pode e, de fato, deve já exercer *liderança* (ou seja, ser hegemônico) antes de ganhar poder governamental (essa é, de fato, uma das principais condições para ganhar tal poder)”. (p. 207)

deverá ser aplicada em cada indivíduo, “para obter seu consenso e sua colaboração, transformando necessidade e coerção em *liberdade*” (id.).⁵⁵³

A educação equivale, para Gramsci, às operações fundamentais de hegemonia (BUTTIGIEG, 2003). A tarefa de educar para determinado modelo de sociabilidade, apesar de não se restringir apenas a escolarização formal, faz da escola uma das instituições estratégicas para a construção de um projeto hegemônico de poder. O ensino formal deve ter por meta a preparação de intelectuais dos mais diversos níveis, de acordo com as determinadas necessidades econômico-políticas do Estado.

O papel dos intelectuais no contexto da socialização da política se reveste de novas características, que também interferem no direito à educação e na função da escola, que é o espaço de sua formação. Os intelectuais de tipo novo passaram a exercer funções de hegemonia social e do governo político, necessárias para a manutenção da ordem consentida e para a garantia da produção em moldes capitalistas. Nesse sentido, ampliaram-se as funções da escola de massas, fenômeno cujas raízes não se encontram simplesmente no processo de industrialização,⁵⁵⁴ à medida que também responde às “necessidades políticas do grupo fundamental dominante” (GRAMSCI, 2000, p. 22). Quanto mais diferenciados os ramos e níveis da escola, prossegue nosso autor, mais complexa seria a formação social de um determinado Estado. Entretanto, o modelo de reprodução da vida social sob o capitalismo implica, fundamentalmente, na coexistência de uma escola para dominantes, e de outra para os dominados.

Dessa forma, a ampliação do conceito de Estado corresponde a ampliação do conceito de intelectual nos Cadernos do Cárcere. Sua capacidade heurística está justamente na conexão que estabelece entre o mundo da produção e o Estado ampliado; são os diversos níveis de intelectuais orgânicos, organizados em aparelhos privados de hegemonia, que assumem as funções de sistematização e divulgação, na sociedade civil e política, dos interesses das frações de classe que representam. Aqui este conceito se reveste de grande importância, à medida que desvela a relação entre os ONGs, OSCIPs, OSs e *think tanks* do empresariado, seus agentes sociais – os intelectuais orgânicos – e as políticas públicas para a educação.

As pesquisas de Sonia Mendonça sobre a questão agrária no Brasil foram pioneiras na metodologia de aplicação dos conceitos gramscianos de Estado ampliado, aparelhos privados de hegemonia e intelectual orgânico.⁵⁵⁵ Seus trabalhos demonstram o estabelecimento, desde o final do século XIX, de aparelhos privados de hegemonia que funcionavam como porta-vozes das frações agrárias, atuando simultaneamente na sociedade civil e política. Acreditamos que dinâmicas semelhantes ocorrem no campo das políticas educacionais.

As características do Estado capitalista discutidas por Poulantzas (1977; 1985) enriquecem a concepção crítica sobre as políticas educacionais, sublinhando aspectos das contradições entre as classes fundamentais e suas frações, que são acomodadas pelo aparato estrito de Estado. A complexificação

⁵⁵³ O processo que mais se relaciona com a ampliação das funções internas do Estado é a monopolização de capitais, mais acentuada no último quartel do século XIX. “Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com suas funções econômicas.” (NETTO, 2007, p. 25)

⁵⁵⁴ Ver, especialmente, *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)* e *O patronato rural no Brasil recente*.

⁵⁵⁵ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: carolbrasilgeo@gmail.com

crescente do capitalismo contemporâneo, especialmente nas formações sociais que apresentam uma inserção dependente na realização global do capital, vem trazendo renovados desafios para a dominação política de classes. A concretização da agenda em lei, e sua devida observação e aderência aos diversos níveis do aparelho de Estado são outros momentos cruciais no exercício da hegemonia política de classe, e caracterizam-se por constituir-se em outro momento no qual a resistência torna-se possível. Essa característica se dá por conta da autonomia relativa que o Estado possuiu frente às lutas de classes, autonomia que, por sua vez, é condição *sine qua non* para a manutenção do poder de classe.

Poulantzas (1985) caracterizou o Estado como elemento capaz de condensar as relações de classe e que, portanto, é atravessado por diversas contradições correspondentes aquelas relações. Entendidas como instrumentos de manutenção da hegemonia de uma classe sobre as demais, as políticas públicas encerram, em parte, estratégias de conservação do estado de coisas. Mas a necessidade de estabelecimento do consenso, situação que permite a efetiva dominação, implica em uma série de concessões que, de alguma maneira, garantem alguma margem de manobra política às classes subordinadas.

Considerar a autonomia relativa das instituições e de suas políticas em relação às classes sociais indica, em primeiro lugar, a possibilidade de abordagem da escola e do sistema educativo como um espaço privilegiado de manifestações das lutas entre dominantes e dominados, que conserva toda uma dinâmica própria. No que tange ao presente estudo, tal consideração do movimento das lutas favorece, no nosso entender, a fluidez e o direcionamento de hipóteses ao objeto de estudo. Acreditamos que essa perspectiva é a mais adequada na utilização do conceito de lutas de classe, pois libera todo o potencial interpretativo contido na análise crítica das correlações de força, livrando-o do engessamento teórico-metodológico.

Mas, sublinha Poulantzas (op.cit.), tal autonomia não significa a presença de um poder próprio, distinto do poder de classe; sua especificidade vem da relação contraditória que a instituição mantém com as estruturas, ou seja, com os diversos níveis da luta de classes. Dada a defasagem que caracteriza esses níveis, e a pluralidade dos centros de poder existentes, é possível estabelecer distinções hierárquicas dentre os centros de poder, de acordo com suas posições em relação as estruturas, e a correlação de forças entre as classes de uma formação social. Tais posições determinam se essas instituições dispõem de poder efetivo, ou meramente formal. A distinção é útil, pois indica que as relações de poder entre as classes rebatem de maneira diferenciada nos múltiplos centros de poder, sendo que, em alguns, as condições de luta política são mais favoráveis aos dominados do que em outros.

Por isso, entendemos ser de fundamental importância, no estabelecimento de uma crítica consistente às políticas educacionais propostas pelo empresariado para a escola pública, a consideração da escola enquanto um centro de poder. É um espaço, portanto, permeável às resistências elaboradas pelos aparelhos privados de hegemonia contra hegemônicos, ligados às frações da classe trabalhadora. O que se quer afirmar aqui, com Gramsci, Poulantzas e Mendonça, é que o aparelho de estado é também espaço de construção da hegemonia, com a correlação de forças alterada dada a sua autonomia relativa em relação às classes sociais. A alteração em questão pode ou não ser favorável à hegemonia construída na sociedade civil e, portanto, a análise da implementação e gestão da agenda empresarial para a escola pública, dentro deste referencial crítico, é incontornável.

Acreditamos que as reflexões acima apontam para um programa de pesquisa sobre as políticas educacionais contemporâneas, com maior atenção àquelas que compõem a agenda do empresariado para a educação básica no Brasil. Ao abordar o Estado não como sujeito histórico, mas sim como produto da história, podemos desvelar relações que estão ocultas na maioria dos estudos sobre política e educação. O impacto negativo dessas medidas regressivas já é bastante conhecido; precisamos tomar – conforme nos ensinaram Marx e Engels, o problema pela raiz, se quisermos combater o projeto da classe dominante para a educação pública do Brasil, projeto este em pleno curso.

Considerações finais

De maneira bastante esquemática, mormente por motivos de espaço, entendemos que um programa de pesquisa das políticas educacionais norteado pelos princípios discutidos na seção anterior deve se pautar pelas seguintes diretrizes:

- Mapear e analisar os APHs e seus intelectuais orgânicos que atuam no setor, focalizando possíveis conexões e tensões intraclasses e entre as classes fundamentais, expressas por essa rede.
- Analisar as principais estratégias de sistematização e divulgação, pelos APHs e seus intelectuais, de parâmetros para as políticas educacionais.
- Compreender a atuação e influência desses sujeitos coletivos no Estado estrito, considerando a complexidade de instituições que compõem o aparelho público educacional.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BEECH, Jason. A internacionalização das políticas educativas na América Latina. Currículo sem Fronteiras, v.9, n.2, pp.32-50, Jul/Dez 2009.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUTTIGIEG, J. A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, C. N. e TEIXEIRA, A. de P. (orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-50.

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, 2009.

COSTA, Regis Argüelles da. Ampliação da jornada escola e o Terceiro Setor: a atuação do CENPEC. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 401-414, abr./jun. 2018.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

EBERT, Teresa e ZAVARZADEH, M. *Class in culture*. Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2: Os intelectuais – o princípio educativo – Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LEHER, Roberto. 25 anos de educação pública: notas para um balanço do período. In: GUIMARÃES, Cátia (org.). *Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

MENDONÇA, Sonia. Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. In: **Outros tempos**. Vol. 1 esp., 2007.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

POWER, Sally. O detalhe e o macrocontexto: o uso da teoria do Estado para explicar práticas e políticas educacionais. In: BALL, S. e MAINARDES, J. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo-histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, BLOCO NO PODER E SUAS IMPLICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM MARICÁ-RJ

Ana Carolina Brasil de Oliveira⁵⁵⁶

Resumo: O presente trabalho objetiva apresentar os nexos existentes entre a construção das políticas públicas educacionais, neste caso especificamente a política de educação ambiental desenvolvida no município de Maricá - RJ, e os processos de reestruturação produtiva enquanto novas estratégias de acumulação do capital. Para tanto, serão utilizados os conceitos de reestruturação produtiva (OLIVEIRA, 2008), bloco no poder (POULANTZAS, 1986) e hegemonia (GRAMSCI, 1982). Maricá atualmente vem sofrendo profundas transformações no território comandadas tanto pelo capital industrial (indústria do petróleo), quanto por frações da burguesia comercial (articulada com o capital internacional espanhol e português) engendradas pelo setor da hotelaria que tem como projeto a construção de um *resort*. Trata-se, portanto, de um processo de reestruturação produtiva caracterizado, segundo Oliveira (2008), por importantes deslocamentos espaciais das atividades econômicas, representando novas estratégias de localização de empresas e atividades que implicam, dentre outras coisas, na construção de políticas públicas da educação. Compreendendo que as políticas públicas são emanadas do Estado em determinadas correlações de forças sociais em disputa, correspondendo a um equilíbrio instável de compromissos, empenhos e responsabilidades (SHIROMA, 2007, p. 8), defende-se na presente análise, a centralidade do conceito de Estado em Poulantzas, sendo este caracterizado pela dialética unidade-fragmentação das frações da classe dominante com hegemonia de determinada/s fração/ões de classe que nos permite identificar de que forma o bloco no poder sustenta as transformações no território e a forma como elas reverberam na elaboração de políticas públicas de educação ambiental. O conceito de hegemonia em Gramsci é incorporado por Poulantzas no desenvolvimento da sua teoria de Estado, especialmente no conceito de bloco no poder. Como resultado preliminar, foi possível identificar a elaboração de apostilas para as escolas que foram desenvolvidas pela empresa Print, uma prestadora de serviços do Comperj, bem como cursos de formação para profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

Introdução

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado que tem por finalidade identificar os elementos que determinam a construção da política pública de Educação Ambiental no município de Maricá – RJ. A pesquisa, de perfil quantitativo, intitulada “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?”, desenvolvida em 2006 pelo MEC em parceria com diversas universidades brasileiras, identificou, por meio do IDEA⁵⁵⁷, que o município de Maricá apresenta o maior índice de desenvolvimento da educação ambiental entre os estados da região Sudeste.

⁵⁵⁶ Índice de Desenvolvimento da Educação Ambiental

⁵⁵⁷ Criada em 2001 a Print trabalha com um conceito de comunicação integrada e desenvolve estratégias e produtos customizados. A empresa conta com uma equipe multidisciplinar de profissionais experientes com especialização em comunicação socioambiental como: arte educadores, assistentes sociais, biólogos, comunicadores sociais, educadores ambientais, fotógrafos, cinegrafistas e sociólogos.

Ao mesmo tempo que Maricá apresenta, segundo a pesquisa supracitada, o maior número de práticas de EA, é possível identificar uma série de conflitos socioambientais no município. No ano de 2006, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ em Itaboraí – RJ, um dos pilares do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com investimento de cerca de 15 bilhões de reais. O COMPERJ era considerado o maior investimento já feito pela Petrobrás e as previsões da época indicavam a geração de cerca de 200 mil empregos, além de 30 mil durante a construção.

Como efeito da construção do empreendimento é possível notar, nos municípios vizinhos, processos de modernização do território, caracterizados como novas estratégias de acumulação do capital, circunscritos na reestruturação produtiva no contexto de acumulação flexível. No caso de Maricá, especificamente, houve atração de diferentes capitais estrangeiros, sendo um deles espanhol, que objetiva a construção de um *resort* na restinga. Trata-se de um empreendimento imobiliário de grande porte, luxuoso, planejado para conter marina, heliporto, campos de golfe, etc. Diante do anúncio da construção do *resort*, pescadores, população local e universidades passaram a se organizar de forma a tentar impedir a construção que acarreta uma série de consequências tanto ambientais quanto sociais.

Sendo assim, é diante deste contexto que a investigação se insere, buscando estabelecer elos entre o papel do Estado nas mudanças territoriais comandadas pela reestruturação produtiva e seus efeitos na elaboração da política pública de educação ambiental em Maricá. Para isso, o trabalho foi dividido em três momentos. Na primeira parte serão apresentadas as formulações de Poulantzas acerca do Estado e bloco no poder. No segundo momento discutiremos o conceito de reestruturação produtiva, e na última parte apresentaremos os resultados parciais da pesquisa.

Bloco no poder

A opção teórica pelo conceito de bloco no poder justifica-se pelo entendimento de que o Estado não pode ser compreendido apenas na sua acepção corriqueira enquanto um comitê da burguesia (PINTO, 2014, p. 40), ou apenas em seu papel clássico que é defender as condições gerais que permitem a expansão do capital (FONTES, 2010, p. 225). Esse caminho analítico nos permite escapar dos erros comuns nas análises do Estado que, em geral, separam a dimensão política da econômica. Ou seja, escapa do marxismo estruturalista, mecanicista, que toma de modo determinista a estrutura em relação à superestrutura. A noção de Estado enquanto determinante da sociedade civil, presente em algumas

abordagens, promove, segundo Pinto (2014) um esvaziamento da dimensão política no nível concreto-real.

No livro *Poder político e classes sociais*, Poulantzas busca caracterizar o tipo capitalista de Estado. Para este autor, uma das características fundamentais do tipo capitalista de Estado, se refere à sua unidade própria do poder político institucionalizado e da sua autonomia relativa. “Por unidade própria do poder político institucionalizado, entendo o caráter particular do Estado capitalista que faz com que as instituições de poder de Estado, relativamente emancipadas do econômico, apresentem uma coesão interna específica” (POULANTZAS, 1986, p, 251). Essa característica, difere das formas anteriores de Estado, que não apresentavam coerência interna. Para Poulantzas (1986), essa unidade própria do Estado resulta da estrutura jurídico-política. Por autonomia relativa deste tipo de Estado

[...] entendo, aqui, não diretamente a relação das suas estruturas com as relações de produção, mas a relação do Estado com o campo da luta de classes, em particular a sua autonomia relativa em relação às classes ou frações de bloco no poder e, por extensão, aos seus aliados ou suportes. (POULANTZAS, 1986, p. 252).

Segundo Carnoy (2015), se apresenta enquanto um ponto nodal do pensamento do Poulantzas, tanto na sua fase mais althusseriana, quanto na sua fase mais gramsciana, a defesa de que não é no âmbito da produção que ocorre a separação entre os indivíduos, mas sim por meio do ordenamento político-jurídico, que acaba promovendo o isolamento entre os indivíduos, ou seja, “a separação política dos trabalhadores não é o resultado da própria produção capitalista, mas da superestrutura jurídico política do Estado capitalista” (CARNOY, ano, p. 133). A sociedade capitalista, no âmbito da sociedade civil, determina a formação de classes, entretanto, a separação dos indivíduos no interior de uma mesma classe (como forma de impedir a coesão e luta de classes) de forma personalizada é produzida pelo Estado. Em sua primeira fase, o caráter estruturalista de Poulantzas, consiste, sobretudo na defesa de que o Estado molda a luta de classes.

Carnoy (2015) destaca que a problemática do pensamento de Poulantzas na sua primeira fase, consiste na defesa de que a luta política é dominada pela classe dominante, ainda que ele afirme que sua concepção não é do Estado apenas enquanto um utensílio da classe dominante. A unidade de classe para a classe capitalista se constitui a partir do isolamento da luta econômica (CARNOY, ano, p. 135).

A fim de explicar o mecanismo da luta política sendo relativamente autônoma e dominada pelas classes dominantes, Carnoy (2015) destaca que Poulantzas utilizou o conceito de hegemonia de Gramsci e de aparelhos ideológicos de Althusser.

A hegemonia indica, para Poulantzas, (a) como os interesses políticos da classe dominante se constituem como representativos do “interesse geral” do corpo político, e (b), como as frações da

classe dominante se compõem num “bloco no poder”, que reunifica os capitais concorrentes numa classe dominante e “controla” o Estado. (CARNOY, 2015, p. 135, grifos do autor).

O conflito entre Gramsci e Poulantzas, segundo Carnoy (2015), consiste no fato de que, para Gramsci a dominação ideológica pode acontecer antes mesmo da conquista do poder político. Já Poulantzas argumenta que a ideologia não pode ser separada da unidade da estrutura onde se manifesta. Carnoy (2015, p. 136) destaca que, nesse ponto, Poulantzas era mais althusseriano, uma vez que a estrutura tem a dominação de uma dada classe como seu efeito no campo da luta de classes.

A ideologia *legítima* a existência e o funcionamento de um Estado de classe. (CARNOY, 2015, p. 137. Grifos do autor). Cabe salientar que o conceito de classes em Poulantzas (1976) leva em conta os aspectos econômico, político e ideológico. Nesse sentido, ele sustenta que classes sociais são “grupos de agentes sociais definidos principalmente, mas não exclusivamente, por sua posição no processo de produção, ou seja, na esfera econômica” (ibidem, p. 7), mas que aspectos superestruturais como o político e o ideológico desempenham igualmente um papel importante na conformação das classes.

No entanto, o que dizer da concorrência entre membros e subgrupos das classes dominantes? Como é resolvida essa concorrência a fim de produzir a tradução da ideologia dominante em poder da classe dominante? (CARNOY, 2015, p. 137). É aqui que Poulantzas vai defender a ideia de bloco no poder. Pinto (2014) destaca que Poulantzas definiu o bloco no poder enquanto uma unidade contraditória entre distintas classes e/ ou frações com a hegemonia de uma dessas frações. Possui, então, uma unidade política, mas interesses distintos no plano da acumulação. A classe ou fração hegemônica pode ser detentora do Estado, mas uma classe ou fração pode ter em mãos o Estado sem por isso ser hegemônica. (CARNOY, 2015, p. 137 e 138). Ainda sobre o bloco no poder, Carnoy (2015) nos informa que:

Dentro do contexto da ideologia dominante, então, o bloco no poder é a expressão política das diferentes frações da classe dominante. É através do bloco no poder que essas diferentes frações são unificadas para governar; na verdade, sua função é a de traduzir a ideologia dominante em ação concreta. É através do bloco no poder que a ideologia se transforma numa série de práticas materiais, costumes e morais, as quais agem como cimento na ligação das relações sociais, políticas e econômicas. A ideologia dominante incorpora-se, desse modo, aos aparelhos do Estado, os quais elaboram, inculcam e reproduzem essa ideologia. Esse papel é fundamental para a reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e da dominação da sociedade por uma classe determinada. (CARNOY, 2015, p. 138)

Em sua primeira fase, Poulantzas compreendia o “Estado de forma autônoma da sociedade civil devido à necessidade de isolar os trabalhadores da consciência de classe, desenvolvida na sociedade civil” (CARNOY, 2015, p. 138). Carnoy (2015) mostra que, para Poulantzas, em sua fase althusseriana, o Estado não seria um espaço para a luta de classes, e sim um modelador destas, como já indicamos anteriormente. Na realidade, o Estado seria responsável por organizar as classes dominantes, reduzindo a competição entre elas e ampliando a competição das classes dominadas, dando a impressão de ser uma

força unificadora. Ou seja, as classes dominadas só se apresentam, em sua primeira fase, de forma passiva, formatada dentro da ideologia dominante (ainda que a classe dominante tenha interesses distintos no seu interior) adequando-se ao contexto de exploração capitalista. A seguir, serão apresentadas as formulações de Poulantzas em sua fase dialética.

Nas obras mais recentes de Poulantzas, o Estado deixa de ser apenas um modelador das relações de classe para ser também resultado das relações de classe. Carnoy (2015) destaca que Poulantzas vai além de Gramsci e Althusser ao considerar a hegemonia não apenas no âmbito da sociedade civil, mas também desempenhada pelo Estado.

Conforme já assinalamos, para o filósofo grego o Estado promove o isolamento da luta econômica mas também apresenta uma unidade do poder político enquanto interesse geral do povo. De acordo com Ferrari (2012), estas concepções estão relacionadas ao conceito de hegemonia. O autor também afirma que, em Poulantzas, o conceito de hegemonia apresenta dois sentidos. O primeiro, formulado a partir do pensamento de Gramsci que corresponde à capacidade de um grupo social tornar seus interesses políticos particulares em universais. O segundo sentido relaciona-se na forma como as estruturas do Estado capitalista possibilitam o funcionamento do bloco do poder, composto por várias frações de classe politicamente dominantes (FERRARI, 2012, p. 59). Ou seja, a hegemonia aqui se refere à capacidade de uma das classes ou frações de classes ser hegemônica no interior do Estado.

Reestruturação produtiva

A chamada reestruturação produtiva se insere no que alguns autores vão chamar de globalização. Pinto (2005, p. 62) afirma que, embora ela seja apresentada pelo círculo dos conservadores enquanto uma série de avanços para humanidade, em verdade, o processo de globalização nada mais é do que a síntese de um conjunto de ações que visa combater a crise estrutural do capital. Harvey (2007), na mesma direção, identifica que a passagem do fordismo para a acumulação flexível, é na verdade, a estratégia do capital para garantir a acumulação. De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo (HARVEY, 2007, p. 135).

Pinto (2005), afirma que o enfrentamento da crise estrutural se deu a partir de duas dimensões, sendo uma no plano da produção e a outra por meio do plano institucional. Do ponto de vista da produção é possível identificarmos novas formas de organização do trabalho, fragmentação da produção, ancoradas na chamada produção flexível que permite que o capital se reafirme diante da luta de classes. No que

concerne ao plano institucional, identifica-se a ascensão do modelo neoliberal, marcado pela desregulamentação da economia, pelas privatizações e pela redução do papel do Estado na economia.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo (HARVEY, 2007, p. 140). O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, permite que atualmente o capital consiga se deslocar espacialmente por meio da fragmentação da gestão e produção. Cabe ressaltar neste debate que não há uma separação entre capital produtivo e financeiro, uma vez que o último é resultado das novas formas de produção, além da sua necessidade de realização. Salientamos também que as transformações que emergem no plano da produção apresentam uma série de efeitos na produção e transformação dos diferentes espaços.

Oliveira (2008) consubstanciado nas proposições de Harvey, partilha da mesma concepção, ao destacar que:

Sem possibilidade de recorrer ao Estado para que este regulasse a recuperação econômica, tal como ocorreu após o ano de 1929, o sistema buscou em sua própria estrutura os elementos para a superação da crise, intensificando a incorporação da tecnologia informacional. Em um sistema ainda muito dependente da força de trabalho, a modernização tecnológica apresentava funções múltiplas, tornando-se instrumental para diferentes, mas coadunados propósitos (OLIVEIRA, 2008, p. 23-24).

Tratar-se-ia, portanto, de intensas transformações no paradigma tecnológico da produção industrial. Oliveira (2008) chama atenção para além das mudanças na estrutura produtiva, via incremento tecnológico, mas pelo caráter mais descentralizado e flexíveis no motor do capital, assentado, a partir de então, sob a égide do sistema financeiro em escala internacional.

No livro *17 contradições e o fim do capitalismo*, Harvey destaca que sem o desenvolvimento geográfico desigual e suas contradições, há muito tempo o capital já teria ossificado e se tornado caótico (HARVEY, 2016, p. 139-140). A partir dessa proposição, Harvey nos auxilia, especialmente para a presente pesquisa, na compreensão da articulação existente entre a reestruturação produtiva e a produção das cidades. Com o incremento tecnológico, possibilidade de escoamento veloz de mercadorias, bem como desinvestimento e reinvestimento de capitais em diferentes espaços, novas estratégias de acumulação são criadas.

Diante das novas possibilidades de acumulação e deslocamento geográfico de capitais, o capital investe em infraestrutura incrementando a densidade técnica que [...] cria uma paisagem geográfica que satisfaz suas necessidades em determinado momento, apenas para destruí-la em outro e facilitar uma nova expansão e transformação qualitativa (HARVEY, 2016, p. 146).

O capital desencadeia as forças de “destruição criativa” sobre a terra. Alguns grupos se beneficiam da criatividade, enquanto outros sofrem o impacto da destruição. Invariavelmente, isso envolve uma disparidade de classes (ibidem).

Mais adiante Harvey nos coloca a seguinte pergunta: “como fica o poder do Estado nisso tudo e por qual lógica distinta ele intervém no processo de formação da paisagem?” (ibidem). Como já foi discutido, consideramos que não é possível dissociar o político do econômico, ou seja, capital e Estado. Ademais, o percurso teórico desenvolvido na presente análise nos sugere que o Estado vai operar segundo interesses da classe capaz de se tornar e manter hegemônica no bloco no poder.

A paisagem geográfica do capitalismo (em oposição à do capital) é nitidamente moldada por uma multiplicidade de interesses, uma vez que indivíduos e grupos tentam definir espaços e lugares para si próprios contra o pano de fundo dos processos macroeconômicos do desenvolvimento geográfico desigual, orientados conjuntamente pelas regras da acumulação do capital e pelo poder do Estado (HARVEY, 2016, p. 149)

Na particularidade, ou seja, em um nível menor de abstração, Oliveira (2008) nos oferece ferramentas analíticas que podem ser uma chave de leitura específica para o caso específico de Maricá, ao evidenciar como são desenvolvidas as novas estratégias de localização dos empreendimentos. Ele diz o seguinte:

O território – e, nele, as políticas públicas e as ações sociais que o organizam – ganha um grande destaque nesse cenário. As novas estratégias de localização dos empreendimentos, associadas às diretrizes do projeto político neoliberal quanto à desregulamentação dos direitos sociais e dos investimentos produtivos, bem como quanto à descentralização das políticas sociais aí implicadas, criam a imagem de que o crescimento econômico e o desenvolvimento social são de responsabilidade dos governos locais, delegando-se aos agentes e sujeitos sociais locais a elaboração de estratégias relativas ao seu próprio desenvolvimento (OLIVEIRA, 2008, p. 18).

Dialeticamente, observa-se, na cena política, movimentos de resistência no que tange às transformações territoriais, conforme pode ser melhor evidenciado nas análises de Oliveira (2008), quando o autor nos alerta que território e poder não são realidades reificadas, mas conceitos articuladores dos agentes econômicos e sujeitos sociais que

[...] disputam os sentidos de uma nova organização social nos lugares investigados, cuja compreensão analítica nos obriga a considerar tanto as forças, relações e associações instituídas pelas classes dominantes, responsáveis pelas desigualdades sociais presentes no território, mas, igualmente, as forças e sujeitos sociais que se opõem e produzem movimentos de resistências a diferentes formas de dominação em seus territórios (OLIVEIRA, 2008, p. 18 -19).

Política pública de educação ambiental em Maricá

Através do referencial teórico-metodológico buscamos, na presente análise, articular como a emergência de um novo modelo produtivo implica em transformações territoriais e estas, subsequentemente, promovem efeitos nas políticas públicas. O que fica evidente é que, a partir da construção do Comperj, ocorre em Maricá uma valorização do solo urbano e atração de capitais estrangeiros, engrossando o setor imobiliário por meio da construção de um megaempreendimento.

Estando a presente análise consubstanciada no materialismo histórico-dialético, torna-se fundamental analisar o movimento do capital nos seus diferentes níveis de abstração.

No que se refere à política pública de educação ambiental, a mesma se desenvolve de duas formas. Uma no plano formal, sendo desenvolvida por meio da Secretaria Municipal de Educação, sob a coordenação do professor Marcus Lacerda e uma informal, articulada com a Secretaria de Meio Ambiente. Dentre as práticas desenvolvidas nas escolas, foi possível identificar as seguintes ações: a entrega aos alunos de livros (sete mil exemplares) que trata das mudanças climáticas, caminhadas ecológicas, plantio de árvores, exibição de diversas curtas-metragens de cunho socioambiental, além do programa desenvolvido com objetivo de capacitar professores da rede municipal a serem multiplicadores de Educação Ambiental, conhecido como Kombi de Ciências Itinerante que foi desenvolvido em 2014. Esse é um projeto desenvolvido pela Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação que tem por finalidade desenvolver atividades de Educação Ambiental e formar multiplicadores de EA. Em 2015, 80 professores da rede Municipal concluíram o curso de Multiplicadores de Educação Ambiental, com carga de 80 horas incluindo oficinas e saídas de campo. O curso foi ministrado pela empresa PRINT⁵⁵⁸ prestadora de serviços ao COMPERJ. Além disso, o município orienta suas práticas por meio das diretrizes contidas na Agenda 21 da cidade⁵⁵⁹.

No que se refere ao documento da Agenda 21, é possível identificarmos uma contradição, uma vez que esta aborda tanto as questões relacionadas ao meio ambiente e também uma “preocupação” com a qualidade de vida da população local. A contradição pode ser bem clarificada a partir do momento em que, no município, ocorre uma organização envolvendo pescadores, população local, universidades e ONGs, a fim de travar a construção do resort. No entendimento dos referidos grupos, a modernização implica em consequências como: impactos na restinga, uma das mais estudadas no Brasil e que contém diversas espécies endêmicas, a expulsão de pescadores da sua comunidade pesqueira de Zacarias, que existe há 3 séculos (a mais antiga de Maricá), desmatamento de mata nativa (equivalente a 14 campos de futebol), impactos na rede de esgotos (somente 12% dos habitantes possuem o tratamento), além dos impactos sociais como aumento da violência e tantos outros.

Ao analisarmos os materiais elaborados pelo Programa de Educação Ambiental do Comperj, identificamos, por meio do referencial teórico da educação ambiental crítica, que os vieses adotados nas 5

⁵⁵⁸ A Agenda 21 foi construída com vistas à construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do Meio Ambiente e dos bens de uso comum de forma a garantir a qualidade de vida da população.

⁵⁵⁹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Assistente da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EDU/UERJ). leonardokaplan@gmail.com

apostilas estão circunscritos em práticas conservadoras, alternando suas posições em alguns momentos mais pragmáticas, em outros mais conservacionista. Tivemos acesso as cinco apostilas e cada uma delas apresenta um tema, a saber: 1) questões socioambientais, 2) história e consciência ambiental, 3) água, bacias hidrográficas e áreas de proteção ambiental, 4) solos e reciclagens orgânicas, 5) vegetação e fauna local.

Em relação ao governo local, foi possível identificar como este, utilizando-se do argumento do crescimento econômico capaz de gerar riqueza e desenvolvimento local, ocorre um apoio feroz ao empreendimento. No dia 29 de março de 2018, a deputada Rosângela Zeidan, postou em sua rede social Facebook as seguintes palavras:

Hoje, promovi uma importante reunião na Presidência da Assembleia Legislativa entre o Prefeito de Maricá, Fabiano Horta, o nosso Presidente da Alerj, deputado André Ceciliano, e Igor Sardinha, secretário de Indústria e Portuária, para discutir como ficará a situação do Estado ao aderir ao Repetro e sua repercussão sobre Maricá e região com os projetos de lei que tramitam agora na Casa e podem mudar o decreto. Maricá está investindo na infraestrutura necessária para receber empresas do setor do petróleo, já está quase tudo pronto para o licenciamento do Terminal Ponta Negra e o início das operações de vôos no aeroporto da cidade. O meu temor e de Fabiano é que a rediscussão da adesão ao Repetro pelo Estado do Rio, com os projetos de lei que foram apresentados para derrubar o decreto, faça com que seja mais vantajoso as empresas se instalem em outros estados como São Paulo e Espírito Santo. Temos no Estado a maior capacidade de exploração em relação aos demais produtores e isso nos torna capazes de gerar mais empregos. Maricá será uma das principais bases de apoio do Pré Sal e Comperj e o Porto de Maricá será parte importante nesse processo! Com a adesão ao Repetro, nosso Estado será também mais competitivo com a redução da base de cálculo do ICMS incidente nas atividades relacionadas à exploração de petróleo e gás natural. São Paulo e Espírito Santo já aderiram ao Repetro

O Repetro é um regime fiscal e aduaneiro que suspende a cobrança de tributos federais na importação de equipamentos para o setor de petróleo e gás, principalmente as plataformas de exploração. O regime é defendido pelos empresários do setor de petróleo e gás como um instrumento importante para viabilizar investimentos em exploração no País. Mas os representantes da indústria nacional de máquinas e equipamentos defendem que o Repetro permita apenas a isenção de tributos para itens que não têm equivalentes produzidos no Brasil, como forma de proteger a indústria nacional dos importados. A disputa em torno das condições de cobranças e tributos do repetro evidenciam a disputa entre a fração da indústria de petróleo e de máquinas.

Conclusão

O desenvolvimento do presente trabalho nos permitiu identificar como ocorre a articulação entre políticas públicas de educação ambiental, reestruturação produtiva e o funcionamento do bloco no poder. Sendo as políticas públicas emanadas pelo Estado, e este sendo fundamental aos processos de modernização do território, em uma investigação assentada no materialismo histórico-dialético, foi

possível apreender, ainda que de forma preliminar, alguns elementos que determinam as políticas públicas.

O referencial teórico adotado, nos fornece a chave de leitura na compreensão de como a hegemonia de uma determinada classe no bloco no poder é capaz de sustentar transformações no território. Até o presente momento não foi possível identificar esse grupo hegemônico, mas alguns caminhos podem ser sugeridos.

Fica evidente por meio da presente análise, que uma vez anunciada a construção do Comperj e a atração de capitais para o município estudado, ocorre uma penetração da empresa Print na elaboração de materiais didáticos e formação de educadores ambientais. Também foi possível verificar por meio da fala da deputada Zeidan, em sua reunião com o prefeito Fabiano Horta, os interesses em atrair mais capitais para o município, diante dos argumentos de governança, desenvolvimento, crescimento econômico e geração de empregos. Maricá está sendo incorporada pelo setor industrial da região metropolitana devido aos seus lençóis petrolíferos, o que justifica a chegada do capital imobiliário, uma vez que este é o setor econômico com rápida resposta de acumulação.

Do ponto de vista das práticas de educação ambiental no município, até o presente momento, foi possível identificar diferentes ações, entretanto, ações em uma perspectiva conservadora, mancomunada com os interesses do capital.

Referências bibliográficas

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

FERRARI, V. E. *Poulantzas, o Estado e o conceito de hegemonia*. Revista de Estudos Sociais, n. 28, v. 14, 2012, p. 53-74.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro, RJ: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

GRMASCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 16 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2007.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

OLIVEIRA, F. J. G. de. **Reestruturação produtiva e poder no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2008.

PINTO, E. C. *As dimensões constitutivas do capitalismo contemporâneo e a desarticulação setorial e social no Brasil*. Salvador, 2005. (Dissertação de Mestrado)

_____.; BLANCO, P. *Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica*. Revista de economia política, vol. 34, n° 1 (134), pp. 39-60, janeiro-março/ 2014.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1986.

_____. As classes sociais. In: Cadernos *O homem e a sociedade*. Publicações escorpião, Portugal, 1986.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

A CENTRALIDADE DO CONCEITO DE BLOCO NO PODER DE NICOS POULANTZAS PARA AS ANÁLISES SOBRE AS DISPUTAS DE PODER ENTRE CLASSES E FRAÇÕES DE CLASSE NO ESTADO BRASILEIRO

Leonardo Kaplan⁵⁶⁰

Resumo: A proposta deste trabalho é indicar a centralidade do conceito de bloco no poder, de Nicos Poulantzas, para as análises da conjuntura, com especial atenção para as disputas entre classes e frações de classe no Estado brasileiro. A obra de Poulantzas é marcada por significativas alterações em relação à sua teoria do Estado capitalista, entre a publicação de *Poder político e classes sociais*, em 1968, e *O Estado, o poder, o socialismo*, em 1978, sendo inclusive diferenciada por alguns autores em certas fases (CARNOY, 2015; JESSOP, 2009; CODATO, 2008). Como principais influências em sua teoria do Estado, é possível encontrar, em sua fase mais estruturalista, as formulações de Althusser, e de Gramsci, o qual ganha destaque sobretudo em suas obras mais recentes, de caráter mais dialético. Um conceito central da concepção poulantziana de Estado é o de bloco no poder, compreendido enquanto uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, sob a hegemonia, no seu interior, de uma dessas frações, em suas relações com o Estado capitalista. Os conceitos gramscianos de hegemonia e de Estado integral são incorporados por Poulantzas. Neste sentido, o marxista grego destacou a ênfase de Gramsci no papel do Estado na mediação e na organização da hegemonia do bloco no poder, assim como na desorganização das classes subalternas. O presente trabalho sustenta que o conceito de bloco no poder é indispensável para a compreensão das tensões e da unidade entre as frações da classe dominante junto ao Estado no Brasil. Por fim, o texto pretende discutir a conformação do bloco no poder no Brasil nos governos FHC, Lula e Dilma. A partir de 1994, com a implementação do Plano Real e a consolidação das políticas neoliberais, há um fortalecimento da fração financeira no bloco no poder, a qual se torna hegemônica no Estado brasileiro.

Introdução

Nicos Poulantzas (1936-1979), filósofo, sociólogo e membro do Partido Comunista da Grécia (KKE), foi um dos mais importantes marxistas que formulou uma teoria sobre o Estado capitalista. Sua principal contribuição ao debate é sua análise do Estado em relação à luta de classes. O intelectual grego concentrou-se no estudo da natureza das classes sociais, no papel do Estado na formação e na definição do conflito de classes e no efeito deste conflito sobre o próprio Estado. Suas investigações nos permitem compreender um Estado que se insere *nas* e se define *pelos* relações de classe (as “estruturas” da

⁵⁶⁰ Antonio Gramsci caracteriza o Estado integral (*Stato integrale*) como “sociedade política + sociedade civil”, “hegemonia encorajada de coerção” no Caderno 6 dos seus Cadernos do Cárcere (GRAMSCI, 2003 in COUTINHO, 2011, p. 269)

sociedade capitalista), ao mesmo tempo em que é um fator de coesão e regulamentação do sistema social no qual funciona (CARNOY, 2015).

A proposta deste trabalho é indicar a centralidade do conceito de bloco no poder para as análises da conjuntura, com especial atenção para as disputas entre classes e frações de classe no Estado brasileiro. Em um primeiro momento, será feita uma caracterização da obra de Poulantzas conforme seus diferentes momentos ou fases, já que há algumas importantes mudanças em alguns conceitos centrais desde sua primeira grande obra até as últimas produções. Em seguida, será apresentado o conceito de bloco no poder, central na concepção poulantziana de Estado. Os conceitos gramscianos de hegemonia e de Estado integral são incorporados por Poulantzas. Neste sentido, o marxista grego destacou a ênfase de Gramsci no papel do Estado na mediação e na organização da hegemonia do bloco no poder, assim como na desorganização das classes subalternas. O presente trabalho sustenta que o conceito de bloco no poder é indispensável para a compreensão das tensões e da unidade entre as frações da classe dominante junto ao Estado, no Brasil. Por fim, o texto pretende discutir, brevemente, a conformação do bloco no poder no Brasil nos governos FHC, Lula e Dilma.

O conceito de Estado em Poulantzas: estrutura, aparelho e relação

É importante sinalizar que as teorias de Poulantzas sobre o Estado capitalista sofreram significativas alterações e revisões ao longo dos anos, entre a publicação de *Poder político e classes sociais* e *O Estado, o poder, o socialismo*. Codato (2008) identifica três grandes fases da obra de Poulantzas, tendo como referência o conceito de Estado capitalista.

No decorrer de sua obra, Poulantzas foi recorrendo menos a Althusser e mais às formulações de Gramsci, tais como sua abordagem da ideologia e da hegemonia como exercício de liderança política, intelectual e moral (JESSOP, 2009). Em sua trajetória intelectual, o marxista grego radicado na França passou por um período de transição, no qual se movia de uma análise existencial-marxista sartreana acerca da lei e da filosofia do direito para uma análise estrutural marxista da região do político nas formações sociais capitalistas. Ao longo dessa transição, Althusser forneceu-lhe os meios filosóficos para quebrar o "sobreontologismo" do existencialismo de Sartre, e, assim, ultrapassar uma explicação humanista e historicista do Estado capitalista; por sua vez, Gramsci, forneceu-lhe os conceitos substantivos que lhe permitiram situar suas ideias sobre a lei e o Estado em um contexto mais amplo das sociedades capitalistas (ibidem).

Em sua primeira fase, notadamente em *Poder político e classes sociais*, de 1968, influenciado pelo marxismo estruturalista de Althusser, em Poulantzas

o Estado é definido como uma *estrutura* cuja função é garantir a coesão social. Essa tarefa exige do Estado capitalista a reprodução das relações de produção capitalistas e das relações de dominação da burguesia sobre as demais classes sociais. A superação do capitalismo impõe, portanto, a *destruição* do Estado capitalista. Este processo deve seguir a estratégia leninista da dualidade de poderes: a classe trabalhadora mobilizada pelo Partido na direção da construção de um contra-Estado, paralelo e exterior ao Estado capitalista (CODATO, 2008, p. 72, grifos do autor)

Em um segundo momento (1969-1975), o Estado passa a ser concebido enquanto um conjunto de aparelhos repressivos e ideológicos. Não se trata de uma nova função agregada ao Estado (a função ideológica) e sim “uma nova maneira de cumprir a função global do Estado através da ação específica dos seus aparelhos ideológicos” (ibidem, p. 73). Neste período, Poulantzas sente a necessidade de diferenciar as formas do Estado capitalista (democracia burguesa, ditadura burguesa, fascismo) e as respectivas formas de luta correspondentes a cada uma dessas modalidades de dominação, revisando a concepção advinda da III Internacional sobre a revolução socialista. Segundo Codato (ibidem), já a partir de *As classes sociais no capitalismo de hoje*, de 1974, Poulantzas retifica parcialmente o conceito de Estado ao incluir o aspecto “relacional”. Ao acoplar as duas definições (Estado como aparelho e como relação), começa a troca de teoria sobre a mudança social:

com a incorporação da idéia segundo a qual o Estado capitalista é nada menos que a expressão das contradições sociais, toda oportunidade de reorganização política da sociedade, desde a *transição* de um regime político para outro (da ditadura para a democracia), até a *transformação* de um regime social em outro (do capitalismo para o socialismo), passa agora pelos conflitos políticos no interior do próprio Estado, que ainda deve ser destruído, mas não de fora, de dentro. (CODATO, 2008, p. 73, grifos do autor)

Por sua vez, na terceira fase de sua obra (1976-1978), Poulantzas passa a compreender, efetivamente, o Estado como uma relação. Neste sentido,

O Estado é imaginado como uma espécie de registro físico do estado presente nas lutas da sociedade e sua função se desloca do domínio repressivo-ideológico para o domínio econômico. Ele torna-se a confissão institucional da relação entre as classes (dominantes e dominadas) numa dada formação social. A “via democrática para o socialismo democrático” é o resultado de um novo Estado, produzido por uma infinidade de rupturas políticas. O desejo de quebrar o Estado através de uma guerra civil cede lugar ao propósito de realizar uma “transformação radical não somente dos aparelhos ideológicos de Estado, mas também dos aparelhos repressivos”, processo esse cujo ponto decisivo é uma nova *correlação de forças* em favor das massas populares no campo estratégico do Estado. (CODATO, 2008, p. 73-74, grifos do autor)

O auge da mudança em sua concepção de Estado se concretiza em *O Estado, o poder, o socialismo*, de 1978, quando a “autonomia relativa” do Estado se faz dialética, passando a existir a possibilidade da luta de classes no interior dos aparelhos do Estado devido às próprias contradições inerentes à “autonomia”. São elas e o papel dos movimentos sociais na conformação do Estado que se tornam importantes nesta última fase. Nesta formulação, o Estado capitalista “torna-se muito mais que o local de organização do poder da classe dominante por parte do grupo dominante”, “mais que o unificador das frações da classe capitalista e o individualizador isolador da classe operária”. O Estado passa a ser “um local de conflito de classes”, no qual o poder político é contestado, sendo “moldado pelas lutas na produção e no seio do Estado”, sendo ainda considerado um Estado de classe (ibidem, p. 133).

Bloco no poder como conceito central na teoria de Estado de Poulantzas

Um conceito central na teoria de Estado de Poulantzas é o de bloco no poder, o qual dialoga com a problemática da hegemonia e com a própria concepção de Estado integral conforme desenvolvidas por Antonio Gramsci. Poulantzas, em certo momento de sua obra, rejeitou a distinção com a qual anteriormente trabalhava entre a “‘sociedade civil’ e o Estado como a base para teorizar a distinção entre interesses particulares e universais” (JESSOP, 2009, p. 108). Os intelectuais orgânicos atuam na sociedade civil, podendo se inserir em agências da sociedade política estratégicas às suas respectivas frações da classe dominante. Neste sentido, Poulantzas acaba ampliando o conceito gramsciano de Estado integral⁵⁶¹,

partindo da análise política e ideológica para as relações econômicas. Ele estudou as classes sociais nos termos de sua “reprodução ampliada”, no lugar da perspectiva econômica “estreita” que olha seu lugar na produção, na distribuição e no consumo. Sua abordagem abrange as relações econômicas, políticas e ideológicas e envolve o Estado e a divisão do trabalho entre trabalho intelectual e manual, assim como o circuito do capital e das relações não capitalistas de produção (ibidem, p. 112).

A classe capitalista, na concepção poulantziana, ao mesmo tempo em que mantém uma unidade política em relação à classe historicamente antagônica, diferencia-se internamente de acordo com os interesses econômico-corporativos. Poulantzas atribui grande importância à compreensão tanto da unidade das classes dominantes quanto às suas disputas internas. Em seu conceito de classe social, ele aponta que, embora a posição econômica desempenhe um papel principal na determinação das classes sociais, aspectos políticos e ideológicos, a superestrutura, portanto, “desempenham igualmente um papel

⁵⁶¹ Mestre em Educação. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação, contextos contemporâneos e demandas populares (PPGEDUC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: guilhermegoretti.geografia@gmail.com

importante” (POULANTZAS, 1976, p. 7). Assim, tais critérios são fundamentais na conformação das classes, frações de classes e camadas sociais. Poulantzas localiza, ao nível econômico da constituição e da reprodução do capital, algumas frações da burguesia: burguesia industrial, comercial e financeira, grande capital e capital médio no estágio do capitalismo monopolista (imperialismo) (ibidem, p. 23).

Por sua vez, o bloco no poder nos indica “a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista” (POULANTZAS, 1986, p. 229). De modo mais explícito, o bloco no poder “constitui uma unidade contraditória de classes e frações *politicamente dominantes* sob a égide da fração hegemônica” (ibidem, pp. 233-234).

Neste sentido, representantes desta classe na cena política (dimensão circunscrita aos partidos políticos) são os responsáveis pela inserção dos interesses de suas respectivas frações no interior das agências do Estado tendo em vista o objetivo de obter a direção das políticas públicas. Nesta disputa pelo poder, enquanto algumas frações da classe dominante detém a hegemonia em uma dada conjuntura, as demais frações da mesma classe passam à posição não-hegemônica, ou seja, não é possível em um contexto político ou em uma determinada política pública a satisfação igualitária e homogênea de toda a classe dominante. Em qualquer ação produzida em uma agência do Estado os efeitos produzidos afetam todas as frações, mas de forma heterogênea, favorecendo mais algumas do que outras.

O conceito de hegemonia de Poulantzas, inspirado no de Gramsci, é central para a compreensão das disputas e da unidade interna no bloco no poder. Ferrari (2012) aponta que, para Gramsci, o “processo de construção de hegemonia das classes dominantes envolve a construção do consenso popular. Este processo ocorre mediante o atendimento de algumas demandas sociais das classes dominadas”.

Segundo Ferrari (2012), Poulantzas apresenta dois sentidos do conceito de hegemonia em *Poder político e classes sociais*: (1) indicando a constituição dos interesses políticos das classes dominantes, na sua relação com o Estado, como representativos do interesse geral do povo-nação, procedimento que é possibilitado mediante o isolamento econômico das classes dominadas; (2) dominação particular de uma das classes ou frações dominantes em relação às outras classes ou frações dominantes de uma formação social capitalista, mediante a constituição dos interesses políticos da classe ou fração hegemônica como

interesses gerais comuns de todos os membros do bloco no poder. Assim, a classe ou fração hegemônica é

aquela que em si concentra, ao nível político, a dupla função de representar o interesse geral do povo-nação e de manter uma dominância específica entre as classes e frações dominantes; e isto, na sua relação particular com o Estado capitalista (POULANTZAS, 1986, p. 137).

Por sua vez, em *O Estado, o poder, o socialismo*, Poulantzas procura se afastar da concepção negativa do Estado presente em sua primeira grande obra. Neste sentido, empreende uma crítica às concepções que reduzem o funcionamento do Estado unicamente à repressão e à ilusão. Neste último livro, “o Estado também age de maneira positiva, *cria, transforma, realiza*” (POULANTZAS, 2000, p. 29, grifos do autor). Segundo Ferrari (*ibidem*, p. 69), é neste ponto que Poulantzas se aproxima do conceito de hegemonia de Gramsci ao passar “a reconhecer a necessidade de concessões estatais (a favor das classes dominadas) destinadas a angariar o *consenso popular*, elemento crucial para a construção da hegemonia de uma classe”. Nesta sua última grande obra, ele resgata algumas concepções presentes em *Poder político e classes sociais*, como os conceitos de bloco no poder e fração hegemônica, introduzindo novas reflexões sobre estes temas.

A primeira grande novidade é quanto à íntima relação entre os membros do bloco no poder e a constituição dos aparelhos estatais. Segundo Poulantzas (2000, 135)

As contradições de classe, examinadas momentaneamente apenas as que existem entre as frações do bloco no poder, assumem no seio do Estado as contradições internas entre os diversos ramos e aparelhos do Estado, e no seio de cada um deles, conforme as linhas de direção ao mesmo tempo horizontais e verticais. Se isso acontece dessa maneira, é porque as diversas classes e frações do bloco no poder só participam da dominação política na medida em que estão presentes *no* Estado. Cada ramo ou aparelho do Estado, cada face, de alto a baixo, de cada um deles (pois eles são muitas vezes, sob sua unidade centralizada, desdobrados e obscurecidos), cada patamar de cada um deles constitui muitas vezes a sede do poder, e o representante privilegiado, desta ou daquela fração do bloco no poder, ou de uma aliança conflitual de algumas dessas frações contra as outras, em suma a concentração-cristalização específica de tal ou qual interesse ou aliança de interesses particulares.

Desse modo, os interesses particulares de um membro do bloco no poder são, muitas vezes, divergentes em relação aos interesses dos demais grupos que o integram, o que acaba expressando, no seio do Estado, a forma de contradições internas entre os diversos ramos, aparelhos e políticas estatais.

Decorrente dessa constatação, Ferrari (2012, p. 70) levanta a seguinte questão: “como o conjunto de micropolíticas contraditórias e caóticas adotadas por diversos aparelhos estatais se traduz no que se ‘chama de a política do Estado’ (...) a favor da classe ou fração hegemônica?”. Segundo Poulantzas (2000, p. 140) as transformações institucionais do Estado conduzem à conformação de alguns centros de

decisão, dispositivos e núcleos dominantes que possuem prioridade na orientação das políticas públicas. Tais centros, permeados pelos interesses da fração hegemônica do bloco no poder, atuam na direção de implementar os interesses desse grupo e de abortar as medidas tomadas nos demais ramos estatais em favor dos interesses de outras frações da classe dominante. Nesse sentido,

a classe ou fração hegemônica não instaura apenas como aparelho dominante aquele que já tenha cristalizado por excelência seus interesses, mas também todo aparelho dominante de Estado (dominação, que pode advir de muitas razões, e corresponde particularmente a relações de hegemonia precedentes e à histórica concreta em questão) tende a longo prazo a ser a sede privilegiada dos interesses da fração hegemônica e a encarnar as modificações da hegemonia. Essa unidade se estabelece por toda uma cadeia de subordinação de determinados aparelhos a outros, e pela dominação de um aparelho ou setor do Estado (...), o que cristaliza por excelência os interesses da fração hegemônica sobre outros setores ou aparelhos, centros de resistência de outras frações do bloco no poder (ibidem).

Poulantzas indica que as razões de aparecimento do bloco no poder já estão delineadas na estrutura do Estado capitalista. Assim, “o Estado capitalista, através do jogo interno das suas instituições, torna possível, na sua relação com o campo da luta política de classe (...), a constituição do bloco no poder” (1986, p. 225). Referenciado no *Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, de Marx, um exemplo é o sufrágio universal, o qual apresenta-se, “como uma instituição que alarga a relação do Estado capitalista com a coexistência particular de dominação de várias classes e frações de classes dominantes” (ibidem).

Bloco no poder no Estado brasileiro: governos FHC, Lula e Dilma

Conforme já afirmado, o conceito de bloco no poder cunhado por Poulantzas (1986) é central para compreender a unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes sob a hegemonia em seu interior de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista. Nesse sentido, alguns estudos têm buscado apreender a dinâmica das relações entre as frações da classe dominante com o Estado brasileiro, e sua expressão via projetos de desenvolvimento e políticas engendradas pelo Estado nos governos federais de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula da Silva e Dilma Rousseff (TEIXEIRA e PINTO, 2012; PINTO *et al*, 2016). Teixeira e Pinto (2012), à luz dos conceitos de dominância financeira, dependência e bloco no poder, procuraram compreender qual foi a dinâmica das relações entre o Estado e as frações que compõem o bloco no poder nos governos FHC (1994-2002) e Lula (2003-2010), bem como quais as modificações teriam ocorrido no bloco no poder e nas relações entre este e o Estado no começo do governo Dilma (2011-2016), e suas implicações para o desenvolvimento do país. Por sua vez, Pinto *et al* (2016) desenvolvem uma análise mais acurada das mudanças do bloco no poder no governo Dilma, abarcando praticamente todo o período deste, já que o

artigo é de fevereiro de 2016. Por questões de limitação de espaço, será feito um enorme esforço de síntese para contemplar essas análises, o que pode trazer algumas lacunas para a compreensão das bases e políticas que subsidiaram a conformação deste bloco no poder. Para análises mais completas, recomenda-se aqui que se consulte as discussões e informações contidas nos artigos supramencionados.

Em primeiro lugar, cabe assinalar que após o período da ditadura empresarial-militar (1964-1985), de um lado o projeto desenvolvimentista estava em crise, e, de outro, a mundialização do capital abriu espaço para que o ideário do neoliberalismo chegasse com força ao Estado brasileiro. Nesse contexto, desde o governo Collor de Melo, o Estado brasileiro aderiu ao programa de ajuste econômico imposto pelo *Consenso de Washington*, em 1989. Dentre as linhas gerais aqui implantadas em maior escala no governo FHC, pode-se destacar a abertura comercial e financeira, as privatizações, as reformas pró-mercado e a condução ortodoxa da política econômica (juros altos e contenção de gastos correntes) (TEIXEIRA e PINTO, 2012).

Cabe lembrar que o sociólogo Cardoso não se separa do então presidente da República e que este foi um formulador da chamada teoria do desenvolvimento dependente-associado (em negação às teses dos intelectuais marxistas da Teoria Marxista da Dependência). Em sua formulação, defende que, a partir da vinculação da economia brasileira à mundial, estaria havendo a configuração de uma nova situação de dependência, diferente da qual derivava da velha divisão internacional do trabalho em que os países periféricos inseriram-se como exportadores de bens primários, dependentes da demanda externa para seu desenvolvimento. O “novo caráter da dependência”, para Cardoso, eliminaria a oposição entre dependência e desenvolvimento, abrindo espaço para um tipo de desenvolvimento “dependente-associado”.

Teixeira e Pinto (2012, p. 916) ressaltam que “a forma de inserção externa promovida pelo governo FHC, no contexto da dominância financeira da acumulação, significou a inserção subordinada do Brasil na economia mundial”, criando um novo tipo de relação de dependência. Isto porque, diante da financeirização da acumulação capitalista, nos anos 1990, os países periféricos deixam de ser considerados como oportunidades para investimentos produtivos passando a ser vistos como “plataformas de valorização financeira”, recebendo a denominação de “mercados emergentes”. Graças a isto as reformas liberalizantes promovidas por FHC conduziram a uma dependência financeira externa. Conforme as análises destes autores,

Nesse sentido, a fração bancário-financeira do capital (bancos, seguradoras, fundos de pensão, corretoras, agências de *rating* etc.) passa a deter a hegemonia no interior do bloco no poder e sua influência, a expressar-se especialmente a partir de um dos principais centros de poder no Estado: o banco central. Sua influência é exercida tanto indireta, com a propagação da ideologia da ortodoxia econômica por meio da grande imprensa e daquela especializada nos temas econômicos, como diretamente, pela troca de posições entre diretores e presidentes do Banco Central e ocupantes dos postos-chave no mercado financeiro.

Em 2003, em um contexto de políticas econômicas ortodoxas impostas pelo Banco Mundial e pelo FMI por meio de condicionalidades exigidas aos empréstimos e socorro às crises nos países periféricos, bem como pelas constantes ameaças de fugas de capital e crises cambiais, o Partido dos Trabalhadores (PT) assume a presidência da república. Nesta conjuntura, a fração do capital financeiro, sobretudo ligada ao setor bancário, ocupa a hegemonia do bloco no poder (TEIXEIRA e Pinto, 2012, p. 917-918). No governo Lula da Silva (2003-2010), as linhas mestras de política macroeconômica do governo FHC, ou seja, o sistema de metas de inflação, os superávits primários e o câmbio flutuante foram mantidas, apesar de certa flexibilização em seu segundo mandato (ibidem, p. 921-922). Este, inclusive, foi um dos eixos do acordo com o bloco no poder (PINTO *et al*, 2016, p. 14). Em síntese, a condução da política econômica do governo Lula foi fortemente influenciada pela ortodoxia econômica, sobretudo no primeiro mandato, contrária aos interesses dos trabalhadores, justificada pelas ameaças das fugas de capital, das crises cambiais e da volta da inflação, que estariam sempre rondando a economia (ibidem, p. 923).

Em termos do desempenho e dinâmica macroeconômica, os autores afirmam que os resultados macroeconômicos foram melhores que os de FHC e contas externas muito positivas expressas nos superávits de balanço de pagamentos entre 2003 e 2010. Um dos principais aspectos que impulsionaram esse resultado favorável da política macroeconômica foi o contexto internacional (i) de crescimento mundial até a crise de 2008, (ii) de ampla liquidez dos mercados financeiros e (iii) de elevação dos preços internacionais das *commodities* e de queda dos preços das manufaturas decorrentes do efeito direto e indireto da China (ibidem, p. 924). Isto permitiu, entre outros resultados, uma redução na taxa de desemprego nas regiões metropolitanas e o crescimento real do salário mínimo, tendo efeitos positivos para a demanda agregada e para a distribuição de renda, além de uma melhora nas finanças públicas.

Passando agora para a conformação do bloco no poder, durante o governo Lula, verificaram-se mudanças nos fluxos e estoques de riqueza das frações que compõem o bloco no poder, fruto da política macroeconômica e da própria dinâmica econômica (ibidem, p. 927). Dentro desta perspectiva, o manejo da política macroeconômica condensa ao mesmo tempo:

- i) a dimensão das soluções técnicas prescritivas de doutrinas do pensamento econômico; ii) o poder político da fração bancário-financeira que se materializa por sua representação no "centro de

poder" do sistema estatal brasileiro: o Banco Central; iii) o poder econômico dessa fração bancário-financeira que pode ser observado pelas elevadas taxas de lucros dos grupos econômicos dos segmentos bancário-financeiro; iv) o poder ideológico da citada fração que conseguiu incorporar de forma incontestável ao conjunto da sociedade a ideia de que o combate à inflação deve ser realizada a qualquer custo e, mais importante, com um único instrumento: a taxa de juros elevada.

Além da fração bancário-financeira, outra que se beneficiou a partir da dinâmica dos fluxos e estoques de riqueza, tendo aumento relativo de seu poder, foi a grande burguesia produtora e exportadora de *commodities* (PINTO, 2010 *apud* TEIXEIRA e PINTO, *op. cit.*, p. 928), tendo um grande peso os lucros da Vale e da Petrobras. Em 2007, essa fração de classe passou a ter a maior participação, ultrapassando o segmento bancário-financeiro.

A partir de 2006, com o crescimento da dinâmica interna na economia, houve certo fortalecimento dos segmentos nacionais da indústria e do comércio que passaram a exercer maior influência sobre os núcleos de poder do Estado brasileiro. Buscando rever e precisar esta questão, para Pinto *et al* (2016, p. 18), a partir de 2005, com o crescimento da economia, articulado ao avanço do mercado interno - gerando maior volume de empregos e de lucros para o setor manufatureiro e de crédito e rentabilidade para o setor financeiro - verificaram-se expansões na acumulação dos segmentos industriais nacionais e internacionais e da construção civil. Assim, tais segmentos passaram a exercer maior influência sobre os núcleos de poder do Estado. Segundo eles, com isso a discussão sobre o projeto desenvolvimentista retornou ao debate acadêmico e entre formuladores das políticas públicas no âmbito da burocracia estatal.

Apesar do crescimento do poder das outras frações de classe, Teixeira e Pinto (2012, p. 929) destacam que as mudanças na posição relativa do bloco no poder não significaram, até a crise internacional de 2008, um deslocamento na hegemonia da fração da burguesia bancário-financeira, mas sim uma redução do seu poder relativo, e trazem dados sobre o aumento de estoque de riqueza, elevação dos lucros líquidos e das taxas de lucros que evidenciam a manutenção da hegemonia desta fração de classe. Os autores concluem a análise sobre o governo Lula pontuando que apesar da manutenção e da legitimidade do bloco no poder durante este período, nos dois últimos anos de seu mandato, notadamente após a crise internacional de 2008, começaram a aparecer mudanças mais estruturais no bloco no poder brasileiro, potencializando fissuras na hegemonia da fração bancário-financeira em virtude do fortalecimento de outras frações (exportadores de *commodities* e parte da indústria nacional que passou a recuperar-se em termos absolutos) e dos efeitos econômicos e ideológicos da crise financeira internacional (*ibidem*, p. 933).

Se no final do governo Lula já era possível perceber algumas mudanças no bloco no poder, esse processo continuou durante os anos Dilma Rousseff (2011-2016). Conforme Teixeira e Pinto (*op. cit.*), a redução dos juros adotada pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica, e o discurso de Dilma no dia 1º de maio de 2012, cobrando mudanças dos bancos privados em relação aos elevados juros e *spreads*, sinalizaram mudanças nas relações entre o sistema financeiro e o Estado brasileiro. Para os autores, tais mudanças são fruto das mudanças em curso no Brasil e no mundo que propiciaram ao Estado uma maior autonomia relativa diante das frações de classe.

Assim, as mudanças nas relações entre o sistema financeiro e o Estado brasileiro (política monetária menos ortodoxa com relação mais rápida da Selic, redução dos juros dos bancos públicos, etc) ficaram mais claras no governo Dilma e passaram a expressar a ruptura da hegemonia da fração bancária-financeira no bloco no poder. Importante frisar que isso não significa que tal fração deixou de obter elevadas taxas de lucro, mas que: (1) ela já não tem a capacidade de alcançar seus objetivos por cima dos outros interesses dos demais segmentos do bloco no poder; e que (2) tem menor influência na condução do padrão de acumulação brasileiro (*ibidem*).

Naquele momento, 2012, Teixeira e Pinto (*op. cit.*) entendiam que nenhuma fração de classe havia conseguido se consolidar como hegemônica no bloco no poder, pois a trajetória futura do padrão de crescimento brasileiro ainda não estava clara. O Estado, assim, estaria conseguindo aumentar sua autonomia relativa diante dos diversos interesses do bloco no poder, configurando oportunidade única para direcionar novos rumos. Uma tendência que se apresentava era a ascensão das frações da indústria de *commodities* e do agronegócio. Com o fortalecimento de tais segmentos, ficava mais difícil do Estado brasileiro deslocar parte do excedente gerado pelo setor para outros segmentos produtivos intensivos em tecnologia e produtores de bens (*ibidem*). No entanto, os autores ressaltavam que o futuro destes dois setores dependeria fortemente da demanda chinesa e do crescimento daquela economia.

Com o governo Dilma, as mudanças do bloco no poder se consolidaram, com a fissura na relação entre a fração bancário-financeira e o Estado brasileiro, sem que, no entanto, isto representasse perda de suas elevadas taxas de lucro. A frente política desenvolvimentista, inicialmente ampliada, foi sendo afetada pela queda generalizada na rentabilidade das empresas, sobretudo dos setores industriais (PINTO *et al*, 2016). Não é objetivo deste trabalho analisar as razões que levaram ao processo de *impeachment* de Dilma. Estamos de acordo com a avaliação de Leher (2018, p. 19-20) de que, no período que compreende “2003 e 2014, houve relativa coesão do bloco no poder em torno da agenda macroeconômica, das políticas de alívio à pobreza e do *modus operandi* da contenção social manejada pelos governos Lula da

Silva e pelo primeiro mandato de Dilma Rousseff”. Ainda segundo este autor, “no segundo mandato da dignatária, o consenso no interior do bloco no poder mostrou fissuras cada vez mais importantes no transcorrer da crise econômica” e a “combinação dessas situações resultou na destituição *forçada* da presidenta: o *impeachment* foi aprovado no Senado por 61 votos contra 20, em 31/08/2016” (ibidem, p. 20).

Conclusão

A proposta deste trabalho foi defender a centralidade do conceito de bloco no poder, formulado por Nicos Poulantzas, para as análises das relações entre classes sociais, frações de classe e o Estado. A obra de Poulantzas é marcada por mudanças de concepções em relação à sua teoria do Estado capitalista, indo de uma perspectiva mais estruturalista a uma noção mais relacional (CODATO, 2008; CARNOY, 2015). Como principais influências em sua teoria do Estado, é possível encontrar, as formulações de Althusser, em sua fase mais estruturalista, e de Gramsci, o qual ganha destaque sobretudo em suas obras mais recentes, de caráter mais dialético. Um conceito central da concepção poulantziana de Estado é o de bloco no poder, compreendido enquanto uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, sob a hegemonia, no seu interior, de uma dessas frações, em suas relações com o Estado capitalista.

Sustentamos aqui que o conceito de bloco no poder é indispensável para a compreensão das tensões e da unidade entre as frações da classe dominante junto ao Estado. Apresentamos elementos para a discussão sobre a conformação do bloco no poder no Brasil nos governos FHC, Lula e Dilma. A partir de 1994, com a implementação do Plano Real e a consolidação das políticas neoliberais, há um fortalecimento da fração financeira no bloco no poder, a qual se torna hegemônica no Estado brasileiro. Tal fração se mantém hegemônica durante praticamente todo o governo Lula da Silva. Durante o governo Dilma, as fissuras do bloco no poder começaram a ser melhor evidenciadas, em meio à crise econômica, política e institucional que culminou na aprovação do *impeachment* da mesma. No tempo presente, seja com o governo Temer, seja com as projeções para um futuro governo, após o período eleitoral de outubro/novembro de 2018, ainda é difícil precisar a composição e, sobretudo, a hegemonia no novo bloco no poder que foi formado e no que tende a se formar. Muito em breve, espera-se ser possível retomar este debate com vistas a fortalecer a luta de classes a partir das classes trabalhadoras, em uma perspectiva que favoreça à via revolucionária.

Referências bibliográficas

CARNOY, M. O estruturalismo e o Estado: Althusser e Poulantzas. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 17ª ed., 2015, p. 121-168.

COUTINHO, C. N. (Org) **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERRARI, V. E. Poulantzas, o Estado e o conceito de hegemonia. *Revista de Estudos Sociais*, n. 28, v. 14, 2012, p. 53-74.

JESSOP, B. Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann: desenvolvimentos ulteriores do conceito gramsciano de Estado Integral. *Crítica Marxista*, n. 29, pp. 97-121, 2009.

LEHER, R. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

PINTO, E. C. *et al.* A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. Textos para discussão. Fevereiro de 2016. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>. Acesso em 16 de dezembro de 2016.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 4ª ed., 2000.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed. 1986.

_____. **Teoria das classes sociais**. Lisboa: Publicações Escorpião. Coleção O homem e a sociedade, n. 25, 1976, pp. 6-39.

MESA 24: CONFLITOS AGRÁRIOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E OS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA NO CAMPO: UMA ANÁLISE EM GRAMSCI

Coordenador: Ramofly Bicalho (UFRRJ)

O espaço agrário brasileiro é palco de disputas, conflitos e distintos projetos sociais, políticos e ambientais. Emergem tanto os interesses da classe empresarial/burguesa, através da defesa da propriedade privada e reprodução do capital por meio do agronegócio, mineração e outras atividades cuja base é a expropriação e exploração, quanto as resistências e mobilizações da classe trabalhadora na construção de um projeto popular, pautado na luta pela reforma agrária e o fim do modelo de desenvolvimento agrário que atendem aos interesses do capital nacional e internacional. Uma análise crítica da questão agrária brasileira parte em identificar as classes sociais em disputa, seus projetos e intencionalidades que demarcam tanto a manutenção da estrutura social e político-econômica vigente no modo de produção capitalista, quanto as condições históricas, objetivas e subjetivas, para sua superação. Nesse sentido, partimos da teoria gramsciana, como ferramenta teórica e metodológica, para analisar o atual contexto agrário, desvelando por meio da leitura sobre Estado ampliado as organizações na sociedade civil (entendida por Gramsci como aparelhos privados de hegemonia) e sua presença na formulação de políticas públicas na sociedade política, bem como compreender como se constrói a hegemonia da classe empresarial/burguesa através da difusão da ideologia que educam o sentir e pensar das massas populares. Do mesmo modo busca-se na organização da classe trabalhadora, por meio dos movimentos sociais populares, como vem se construindo e produzindo uma consciência crítica capaz de promover uma nova sociabilidade, novo tipo de homens e mulheres que possibilite condições históricas para uma ampla reforma intelectual e moral da sociedade e, portanto, a hegemonia da classe trabalhadora. O objetivo dessa mesa é apresentar trabalhos que analisam tanto as organizações da classe empresarial/burguesa no âmbito agrário, quanto da classe trabalhadora, na perspectiva de terra, trabalho e educação, tendo como aporte e referência central, a análise do Estado ampliado.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO E A RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA: uma análise a partir de Gramsci.

Guilherme Goretto Rodrigues⁵⁶²

Resumo: Este artigo tem por objetivo indicar caminhos e pontos para a análise da atuação e articulação do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e as estratégias de resistência, mobilização e enfrentamento da classe trabalhadora a partir dos movimentos sociais populares, tomando como exemplo o contexto de Minas Gerais. Pretende-se usar as leituras de Gramsci como referencial e ferramenta teórico-metodológica, compreendendo as ações dos aparelhos privados de hegemonia (APH) como difusores da ideologia para conservação ou transformação das estruturas sociais vigentes. Do mesmo modo, defende-se a importância de entender o Estado ampliado, em que as organizações da sociedade civil tencionam permanentemente as decisões na sociedade política, definindo políticas públicas que atendem aos interesses das classes ou frações de classe.

1. Introdução:

Vivemos um período histórico em que a organização do modo de produção capitalista ataca incisivamente os direitos conquistados nas últimas décadas pela classe trabalhadora, pulverizando e retirando as leis e garantias mínimas dos trabalhadores, aumentando, com isso, a pobreza e o desemprego, diminuindo a massa salarial e aumentando a mais-valia.

Uma análise pertinente acerca dessa conjuntura trata em desvelar e identificar as classes ou frações de classe que atuam contra os interesses da classe trabalhadora. Com pretensão de contribuir nessa identificação que busco analisar o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), como difusor de uma ideologia em favor da acumulação do capital e da conservação das estruturas sociais e político-econômicas vigentes.

A análise do IBRAM nasce por algumas escolhas. Primeiro, por ser uma instituição em que condensa as grandes empresas no ramo da mineração no Brasil. Segundo, a sua capacidade na formulação e apoio às políticas públicas instituídas no Estado, atendendo, portanto, aos interesses da classe. Terceiro, por todas as situações de violação e violência socioambiental de uma de suas associadas diretas – a Samarco – no caso do rompimento da barragem de rejeitos no município de Mariana-MG, em 2015.

Portanto, para situar a condução deste trabalho e dar organicidade ao seu entendimento, estruturo em quatro partes. Na primeira, apresento brevemente o contexto histórico de Gramsci, a sua contribuição

⁵⁶² Ver em: <<http://www.valor.com.br/empresas/5556101/mineradoras-sinalizam-retomada-do-investimento-e-cobram-decreto>>. O jornal valor econômico pertence a Organizações Globo e o Grupo Folha, com divulgação impressa e digital.

teórica e os conceitos fundamentais para os objetivos desse artigo. Na segunda parte, apresento o IBRAM como aparelho privado de hegemonia (APH), desvendando suas ações, articulações e direções presentes na materialidade do Estado. Na terceira parte faço um esforço – apenas com intuito preliminar e indicativo para futuras pesquisas – em analisar quais as estratégias tomadas pelos movimentos sociais, atingidos pelas mineradoras, em uma realidade concreta no Estado de Minas Gerais: a comunidade quilombola Mata dos Crioulos (atingida pela empresa HC8 e pelo Parque Nacional do Rio Preto). Por fim, concluo lançando algumas questões que considero fundamentais a respeito da defesa da leitura da luta de classes e da realidade enquanto totalidade.

2. Aproximações com e a partir de Gramsci

Gramsci nasceu no ano de 1891, em Alles, região da Sardenha, ilha a oeste da Itália. Mesmo de origem familiar com poucas condições objetivas (materiais e financeiras), Gramsci não deixa de pensar as próprias contradições no seio dessa experiência.

Atravessado por contextos específicos e transformações ocorridas no mundo, tais como a primeira guerra mundial, entre 1914-1918, a Revolução Russa de 1917, as experiências das ocupações de fábrica em Turim, em virtude das contradições do capitalismo emergente na sociedade Italiana, sua atividade nos partidos políticos (Partido Socialista Italiano e, posteriormente, no Partido Comunista Italiano), nas contribuições no jornalismo (caso do periódico “L’ordine Nuovo”, em 1919), no período do cárcere, dado a ascensão do fascismo de Mussolini e as censuras advindas do governo, Gramsci desenvolve seu pensamento a partir da classe operária e camponesa em curso. Sua preocupação central estava na “sensibilidade para a luta, para a construção de uma nova ordem social, de uma nova cultura, de um novo projeto político” (Simionatto, 2011, p.35).

A condução desse pensamento, marcado também pela sua própria experiência de vida, levou Gramsci a debater as estratégias para a construção de uma hegemonia da classe trabalhadora, que passa tanto pelas experiências exitosas (caso da Revolução Russa de 1917), quanto pelas derrotas em outras sociedades, em que se assistiu a dominação e recomposição burguesa.

Gramsci nunca esteve preso a uma versão economicista e evolucionista da história, como se tudo se explicasse pela economia e que o capitalismo teria sua derrocada quando alcançasse a sua evolução máxima, em que todas as suas bases objetivas e subjetivas estivessem esgotadas, tampouco aceitou uma

linearidade do tempo, como se a história fosse um processo automático, retirando sujeitos, homens e mulheres de carne e osso desse processo.

Essas análises conduzem Gramsci a pensar no Bloco histórico, em que há “uma vigorosa relação dialético-material com a realidade, assumindo-se como a unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico” (Galastri, 2007 apud Bianchi, 2008, p.137), isto é, não há uma determinação econômica e esta não é abstrata, com dinâmica própria, ou seja, justamente por serem as relações sociais e de poder que constituem o modo de produção (capitalista – ou feudal, escravista, etc.) que não se pode separar, tampouco determinar ou hierarquizar, o terreno material das concepções político-ideológicas. Essas atuam como um bloco, unidade e distinção, de forma que as condições objetivas/materiais ocorrem em conjunto com as dimensões subjetivas: não é possível conceber um objeto sem que com ele se defina as intencionalidades de sua permanência.

Por isso, ao defender que a história se faz por homens e mulheres, que é processual e relacional, portanto dialética, e que o capitalismo não será derrotado naturalmente ou superado por meio de reformas sem alterar a sua estrutura, Gramsci dedica-se aos conceitos de cultura e hegemonia, que não se referem estritamente ao terreno econômico, mas esta na própria condição de subalternidade da classe trabalhadora. Encaminhar um novo projeto cultural é superar o domínio ideológico da classe burguesa (Simionatto, 2011).

Esse domínio ideológico da classe burguesa, que permite a sua hegemonia, isto é, domínio de uma classe sobre outra, não se constrói apenas no terreno econômico, mas está imbuída no modo de sentir, pensar e agir de uma sociedade, ou seja, sua cultura. Para Gramsci a dominação da classe burguesa opera por duas vias indissociáveis: (I) coerção, por meio do uso da força e (II) consenso, por meio do compartilhamento da ideologia (que criam sistemas de valores e modos de vida). Nesse sentido, a ideologia não aparece como algo abstrato ou fragmentado em cada sujeito, mas é ela mesma instrumento da luta de classes.

Outro conceito fundamental em Gramsci é o de Estado ampliado ou integral, repleto de contradições e interações entre sociedade civil e sociedade política. Se transpusermos as considerações de Gramsci para o nosso tempo histórico, e tomando como panorama a questão da luta dos movimentos sociais pela terra, percebemos que as organizações emergidas no âmbito da sociedade civil, caso do MST, MAB, Via Campesina estão em constantes disputas com outros grupos, isto é, organizações dos ruralistas através, por exemplo, da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Sociedade Nacional de

Agricultura (SNA) ou da própria mineração, caso do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Tais organizações, por meio de processos e relações sociais e de poder instituem no Estado seus interesses, resultando nas políticas de Estado. Essas organizações, de acordo com Gramsci (2014), atuam como partidos em seu sentido amplo, isto é, como uma instância coletiva que elabora e difunde uma ideologia e vontade coletiva, atuando na transformação ou conservação das relações sociais.

Nesse sentido, lutar pela hegemonia da classe trabalhadora é construir uma nova cultura, que irradie novos padrões de sociabilidade, novo tipo de homens e mulheres, novos modos de vida. Para Gramsci, o processo revolucionário é lento e gradual, pois não se atinge se não por uma ampla reforma intelectual e moral da sociedade, criando condições para que homens e mulheres pensem criticamente a realidade e a superem, avançando na emancipação e construção de uma nova hegemonia.

Por isso, o papel dos intelectuais orgânicos em Gramsci (1991) é pertinente para entender que homens e mulheres desenvolvem uma atividade intelectual, contribuem para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para gerar novas maneiras de pensar. Cada classe ou fração de classe gera suas camadas de intelectuais para lhe dar organicidade e homogeneidade. Portanto, os intelectuais não formam um grupo a parte, isolado, mas está perpetrado no terreno da luta de classes.

Portanto, a partir dos conceitos de Estado ampliado, hegemonia e cultura (como modo de vida, imbuída por padrões de sociabilidade) entendemos que os aparelhos privados de hegemonia (APH) “qualifica e precisa a hegemonia, entendida como a hegemonia política e cultural das classes dominantes” (Buci-Glucksmann, 1980, p.70), atuando como difusores da ideologia para conservação ou transformação das estruturas sociais vigentes. Torna-se fundamental entender como difunde e se estrutura a ideologia enquanto instrumento de classe, isto é, como exerce e quais os mecanismos para manter a hegemonia política e cultural.

Assegurado da atualidade e importância teórica de Gramsci, apresento o IBRAM como APH, tanto nas relações com o Estado (em seu sentido ampliado) e nas relações com outras frações de classe, quanto nas ações que difundem e educam o sentir e pensar das classes populares, atuando para conservação das estruturas sociais – o que, como veremos, nem sempre alcança êxito.

3. A questão do IBRAM como APH: ações e direções

O Instituto Brasileiro de Mineração foi fundado em 10 de Dezembro de 1976 e se intitula como uma "organização nacional privada e sem fins lucrativos, que representa as empresas e instituições que

atuam no setor mineral em busca do estabelecimento de um ambiente favorável aos negócios, à competitividade e ao desenvolvimento sustentável". Com mais de 130 associados ligados direta ou indiretamente à atividade de mineração, destacamos que essa representação, de acordo com informações obtidas no IBRAM, atua junto "a diferentes segmentos econômicos e atores públicos, como os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tanto no plano federal como no estadual".

Do ponto de vista da análise sobre o Estado ampliado, percebemos a atuação do IBRAM na formulação e defesa de políticas públicas que atendem aos interesses de seus associados. Porém, para dar conta de compreender as relações entre sociedade civil e sociedade política e o papel do IBRAM como aparelho privado de hegemonia, apresento as discussões travadas entorno do novo marco regulatório da mineração, que surge a partir do Projeto de Lei (PL) 5807 de 2013, enviado pela então presidente Dilma Rousseff. O PL tem por intuito substituir o atual código de mineração, criado pelo Decreto-lei nº227, de 28 de fevereiro de 1967.

De acordo com o jornal Valor Econômico⁵⁶³, os principais entraves avaliados pelo IBRAM é a falta de avanço nas discussões da PL 5807 e as dificuldades em obter licenças ambientais, o que representa, na visão do Instituto, entraves para a atração de investimentos internacionais.

Entretanto, é importante perceber as ações do bloco no poder a partir do golpe jurídico-parlamentar e midiático. Algumas ações do presidente não eleito Michel Temer surgiram como paliativos para atender aos interesses do setor da mineração: a aprovação das medidas provisórias (MP) 789, 790 e 791.

A MP 789 alterou as alíquotas da Compensação pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), isto é, uma espécie de compensação tributária ao Estado pelos danos causados pela atividade minerária. A MP 790 autorizou a extração de recursos minerais sem necessariamente obter a concessão de lavra, isto é, uma espécie de outorga para a extração. Já a MP 791, convertida pela Lei nº13.575, de 26 de Dezembro de 2017, criou a Agência Nacional de Mineração (ANM) e extinguiu o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que, em síntese, não muda a política em prol das mineradoras e a exploração dos recursos minerais no país.

Para além dessas medidas provisórias que alteram pontos do marco regulatório da mineração, outras políticas e ações do bloco no poder foram aprovadas de forma a favorecer a classe empresarial/burguesa. Trata-se da Reforma trabalhista, por meio da Lei nº13.467 de julho de 2017 e a Lei

⁵⁶³ Ver relatório anual de atividades do IBRAM: <http://portaldaminerao.com.br/ibram/wp-content/uploads/2017/08/WEB_REL_IBRAM_2017.pdf>

13.429 de março de 2017 sobre a Terceirização, ambas apoiadas pelo IBRAM. A PEC 287/2016, sobre a Reforma da previdência, também é apoiada pelo Instituto⁵⁶⁴.

Chama atenção que a ofensiva da classe empresarial/burguesa contra a classe trabalhadora chegou a decisões ainda mais reacionárias, quando Michel Temer publicou a Portaria 1.129, em outubro de 2017, pulverizando a fiscalização das condições análogas a escravidão. Do ponto de vista do favorecimento aos setores ligados a mineração, podemos citar tentativas como a do Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017 que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre nos Estados do Pará e Amapá (RENCA), mas que foi revogado pelo Decreto nº9.159, de 25 de setembro de 2017.

Tais ofensivas são defendidas pelo IBRAM, especialmente pelo seu presidente Walter Batista Alvarenga, quando afirmou no início de 2017 que as principais pautas do Instituto era "propor medidas para que o governo promova a desburocratização da legislação ambiental, de modo a agilizar a liberação de empreendimentos; tratar da reforma trabalhista e da terceirização"⁵⁶⁵. Não nos causa estranheza - e esse é o entendimento acerca do Estado ampliado - que o IBRAM esteja formulando e conduzindo seus interesses nos aparelhos de Estado, a exemplo das políticas citadas anteriormente e da própria relação com a Agência Nacional de Mineração, ligada ao Ministério de Minas e Energia.

Fruto dessa conjuntura de pressão do setor minerário, Michel Temer aprovou o Decreto nº9.406, de 12 de junho de 2018, que regulamenta a mineração no Brasil. Vale ressaltar que essas políticas atendem aos interesses do capital internacional, pois grande parte da extração de minerais no Brasil se destina para a exportação. Para termos ideia desses valores, o valor total das exportações de substâncias metálicas (alumínio, cobre, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel e ouro) chegaram a pouco mais de US\$ 31 bilhões no biênio 2016-2017, tendo como destino Estados Unidos, Canadá, Holanda, China e Japão⁵⁶⁶.

Precarizar as condições de trabalho, abrir novas áreas de exploração de minerais, enfraquecer as legislações ambientais e obter redução nos tributos a serem pagos ao Estado constituem nas estratégias das empresas ligadas ao setor da mineração. O termômetro dessa relação é medida apenas pelo fator econômico, como algo abstrato, dissociando (como se isso fosse possível) a política e os interesses de

⁵⁶⁴ Trata-se de uma entrevista concedida à Revista Mineração e Sustentabilidade, de divulgação impressa e eletrônica, com sede em Betim-MG. Ver em: <<http://revistamineracao.com.br/2017/02/20/foco-em-projetos-de-peso/>>.

⁵⁶⁵ Dados de acordo com o anuário minerário brasileiro, divulgado pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Disponível em: <http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb_metalicos2017>. Vale ressaltar que, deste montante, somente 1,4 bilhão ficou com o Estado brasileiro, divididos entre os 16 estados da federação com direito a compensação financeira pela exploração mineral (CFEM).

⁵⁶⁶ Vide o próprio título da matéria do Jornal Valor Econômico: "mineradoras sinalizam retomada do investimento e cobram decreto" que, como vimos, foi aprovado Decreto nº9.406, de 12 de junho de 2018. Ver em: <<http://www.valor.com.br/empresas/5556101/mineradoras-sinalizam-retomada-do-investimento-e-cobram-decreto>>.

classe. O que se difunde é a retomada do aumento dos investimentos no setor da mineração no Brasil, especialmente pelas empresas internacionais, mas que a permanência desse aumento requer o avanço das políticas públicas já aprovadas pelo bloco no poder⁵⁶⁷.

Do ponto de vista da análise do Estado ampliado na acepção Gramsciana é importante retirar as lentes daqueles que veem o Estado como sujeito, reproduzindo a máxima de que o “Estado faz”. Essa é uma leitura que só favorece a classe empresarial/burguesa e aos liberais, pois se perde a dimensão daquilo que tentamos exemplificar com o IBRAM: o Estado é sociedade civil e sociedade política, é relação e disputa entre classes e frações de classe, "resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (Estado-relação)" (Poulantzas, 2015, p.134).

Com isso, chega-se a noção de que a política pública de Estado – a exemplo das medidas provisórias editadas para favorecer a mineração – atendem aos interesses de determinadas classes ou frações de classe. É por isso que toda ação econômica possui o teor político e toda ação política é também econômica – e a classe hegemônica investe nessa dissociação para as massas populares para ocultar a luta de classes.

Contudo, se essas relações mostram como o IBRAM atua e contribui para manter a hegemonia político-econômica da classe dominante, mostro brevemente como se dá a hegemonia cultural. Decerto, essa análise de forma separada tem apenas finalidades didáticas, pois a política, economia e cultura atuam como um bloco histórico.

A organicidade do IBRAM passa também pelas ações diretas de suas associadas, nas investidas acerca de uma licença social para operar, termo alcunhado pelo Banco Mundial e que surgiu no contexto dos conflitos sociais pela expansão das mineradoras no Canadá na década de 1990. Esse termo exemplifica nossas pretensões de entender um APH como difusor de uma ideologia para conservação das relações sociais, educando o sentir, pensar e agir das massas populares. De acordo com Gaviria (2015, p.139) as mineradoras no Brasil “associam as suas construções discursivas relativas às políticas e aos programas sociais ou de relacionamento comunitário, isto é, ao universo vocabular mais conhecido por responsabilidade social, investimento social privado e sustentabilidade”.

Um dos exemplos dessas ações discursivas é a da VALE, empresa associada ao IBRAM, que realiza programas sociais voltados para a educação, cultura, trabalho e renda nas comunidades atingidas⁵⁶⁸. Chama atenção que as palavras ‘empreendedorismo’, ‘mundo do trabalho’ e ‘formação para

⁵⁶⁷ Ver em: <http://www.fundacaovale.org/Documents/Relat%C3%B3rio_de_Atividades_2017_.pdf>.

⁵⁶⁸ Fundada em 2007, a SIMINERAL representa as mineradoras que atuam no Pará, inclusive a VALE, fundadora do sindicato.

cidadania’ ganham destaque nesses programas e são assimilados pelas pessoas envolvidas como algo positivo. Entretanto, é preciso entender quais são as concepções de trabalho, cidadania e o que vem por de trás do próprio discurso do ‘empreendedorismo’, amplamente difundido pela classe empresarial/burguesa e que ganha espaço nas políticas públicas do Estado, a exemplo das recentes Reforma trabalhista e Lei da terceirização que, como vimos, são explicitamente apoiadas pelo IBRAM.

Portanto, questiono os seguintes pontos verificados nos programas sociais apoiados pela VALE: o ‘mundo do trabalho’ a que se referem é o trabalho-emancipação, como tudo aquilo que envolve a produção da existência humana; ou trata-se do trabalho nas mediações capital-trabalho, como tudo aquilo que conforma o modo de produção capitalista que retira a mais-valia e gera desigualdades? A formação para a cidadania, na forma em que anunciam, trata-se da construção de um projeto e poder da classe trabalhadora ou da conformação à democracia burguesa?

Por sua vez, o empreendedorismo que nasce no terreno do modo de produção capitalista, como a irradiação de um novo padrão de sociabilidade, em que a livre iniciativa transcorre junto à meritocracia, traz a máxima de que é possível alterar a condição socioeconômica do indivíduo. Entretanto, o que se assiste é o rasgo das condições mínimas dadas aos trabalhadores – cada vez mais precárias – e uma renda que pode até alterar, mas que não muda a posição de classe oprimida. E o que é mais grave: acabam por defender e partilhar da ideologia da classe dominante, como se o capitalismo pudesse gerar igualdade e que a desigualdade fosse resultado da “preguiça” e “falta de vontade” ou “iniciativa” humana.

A licença social para operar também sinaliza o discurso das mineradoras acerca do desenvolvimento sustentável e de uma harmonia entre impacto e preservação ambiental, gerando consensos através de ações no âmbito da educação. Percebemos como essas ações se complexificam a partir de parcerias com outros aparelhos privados de hegemonia, mas que juntos atuam como intelectuais coletivos de difusão do conformismo e sociabilidade da classe empresarial/burguesa.

Uma dessas parcerias é com o Sindicato das Indústrias Minerárias no Estado do Pará (SIMINERAL)⁵⁶⁹ que, juntamente com o Estado de Minas Gerais, possui uma das maiores reservas minerais no país. A SIMINERAL divulga o anuário da mineração voltado para o público infantil, além de

⁵⁶⁹ No site da SIMINERAL é possível consultar tanto o conteúdo do anuário voltado ao público infantil, quanto as informações acerca do concurso de redação e a parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará. Ver em: <<http://simineral.org.br/nossas-acoess>>.

estabelecer parcerias com a Secretaria de Educação do Estado do Pará (Seduc) por meio de concursos de redação, com objetivo de ampliar o conhecimento sobre a indústria da mineração no Pará⁵⁷⁰.

Analisar o IBRAM e uma de suas associadas diretas (VALE) nos dá a dimensão da atuação de uma fração de classe que, articulando-se com outras frações de classe – a exemplo dos ruralistas ligados ao setor do agronegócio – reificam a hegemonia da classe empresarial/burguesa, além de trazer a dimensão de um Estado que não está separado da sociedade, mas é ele próprio imbuído das contradições e disputa entre classes e frações de classe.

Penetrar e compreender a construção do discurso e verdade do IBRAM, assim como de outros APH que atuam para conservação das estruturas sociais e político-econômicas vigentes é essencial para as ações de enfrentamento da classe trabalhadora. Neste sentido que apresento, a partir de experiências em comunidades atingidas pela mineração no Estado de Minas Gerais, como se debate e constrói a resistência da classe trabalhadora, produzindo suas formas de educar e elevar a consciência crítica dos sujeitos individuais e coletivos.

4. A mobilização e organização popular em curso a partir do contexto de Minas Gerais

De acordo com Wood (2003, p.225) "não devemos confundir respeito pela pluralidade da experiência humana e das lutas sociais com a dissolução completa da causalidade histórica". Isto nos ajuda a entender que é necessário analisar a realidade como totalidade, como se estrutura o modo de produção capitalista, sem que isso exclua as pluralidades e as múltiplas formas de organização social ou modo de vida – tal como se observa nas comunidades e territórios tradicionais indígenas, quilombolas e camponeses. O intuito aqui é mostrar as conflitualidades desses grupos com as mineradoras, desvelando a luta de classes que se estabelece no âmbito político-econômico e cultural.

Reconhecida em 2012 pela Fundação Cultural Palmares como remanescente quilombola, a Comunidade Mata dos Crioulos está localizada no município de Diamantina-MG, região do alto Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais. Do ponto de vista dos arranjos sociais e políticos atuais podemos elencar alguns elementos que nos ajudam a entender os conflitos a partir dos interesses econômicos, políticos e ambientais na região do Vale do Jequitinhonha e do território da Mata dos Crioulos.

⁵⁷⁰ Vale ressaltar que a categoria Parque possui o caráter de proteção integral, de acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Atualmente, a comunidade está com processo aberto no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a titulação e demarcação do seu território. Entretanto, alguns entraves são observados: há uma paralisia do processo no INCRA pela falta de diálogo com o Parque Estadual Rio Preto (PERP), tendo em vista que ocorre ali a sobreposição de territórios, isto é, a Unidade de Conservação⁵⁷¹ foi criada depois da ocupação na Mata dos Crioulos⁵⁷² (o resultado é que parte do território do Parque está dentro da comunidade).

O caráter de proteção integral dificulta o entendimento de certas correntes ambientalistas⁵⁷³ – e diria até de uma corrente intencional e de criminalização disfarçada – de que homens e mulheres da Mata dos Crioulos utilizam e preservam historicamente aquela região, pois dependem dela, inclusive, para o sustento econômico⁵⁷⁴.

Há também outro agravante dessa situação que é a pressão das mineradoras que atuam na região do Vale do Jequitinhonha e que disputam por meio da coerção e consenso grupos e pessoas ligadas ao poder político-econômico hegemônico local e até mesmo aquelas ligadas aos movimentos populares. De acordo com relatos na Mata dos Crioulos, foi justamente a chegada de uma Mineradora, a HC8, que provocou essa coerção e tentativa de convencimento baseada na ideia de licença social para operar. A cooptação de profissionais nas escolas da comunidade (três, no total), a boa oferta de dinheiro para a compra de terras são exemplos das estratégias adotadas pela mineradora de desarticulação da luta e organização popular.

Entretanto, a mineradora HC8 não obteve vitória na Mata dos Crioulos. O início de suas atividades de exploração foi barrado pelo Ministério Público Estadual em virtude de violações ambientais. Contraditoriamente, de acordo com relatos locais, o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF) determinou que, uma vez violado os termos ambientais, a mineradora HC8 deveria compensar a área desmatada com a plantação de eucaliptos. O IEF, nesse caso específico, não só eximiu a mineradora de recomposição de mata nativa, como contradiziu-se no discurso de preservação ambiental ao apostar na monocultura do eucalipto como solução.

⁵⁷¹ É possível consultar o histórico do Parque Estadual do Rio Preto no site do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais: < <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/196?task=view> >

⁵⁷² Chamo atenção aqui de que essas correntes ambientalistas se fazem presentes no Estado, a exemplo das decisões do Instituto Estadual de Florestas (IEF), autarquia ligada ao Estado de Minas Gerais.

⁵⁷³ Trata-se de outra lógica de economia, pautada muito mais na produção do trabalho, como tudo aquilo que envolve a produção da existência humana, do que a perspectiva de gerar lucro, tal como se configura no modo de produção capitalista.

Doutorando em Educação no Programa de Programa de Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ; Mestre em Ciências no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da UFRRJ. Técnico em Assuntos Educacionais do IFAP. Email: pedroclei@hotmail.com.

Se por um lado identifico as relações sociais e de poder antagônicas que atravessam Mata dos Crioulos (caso da mineradora HC8 e Unidade de Conservação), por outro emergem uma série de organizações populares que condensam e atuam na luta pelo território das comunidades tradicionais. Uma dessas organizações é a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX), que adquiriu organicidade na medida em que articula a luta dos trabalhadores e trabalhadoras (apanhadoras e apanhadores de flores) das comunidades tradicionais.

O embrião do movimento surgiu em 2010 no contexto de luta contra o Parque Nacional das Sempre-vivas (PNSV) e o seu caráter integral (que retira a ocupação humana), defendendo a importância daquele território para as comunidades e da sua preservação histórica. Atualmente, a CODECEX atua no Vale do Jequitinhonha incorporando outras reivindicações populares além dos apanhadores de flores. Estas demandas centram na perspectiva de terra, trabalho e educação.

O exemplo a partir de realidades concretas permite traçar algumas considerações a respeito da atuação e estratégia das mineradoras para garantir a exploração mineral com consentimento das populações atingidas e, sobretudo, mostrar o jogo político por de trás desses interesses, que revelam a luta de classes – na medida em que se verifica a resistência da classe trabalhadora, embora essa luta não se limite apenas na dimensão classe empresarial/burguesa *versus* proletários – e a noção de Estado ampliado, uma vez que essas mineradoras se fazem presentes nos órgãos e aparelhos de Estado e disputam as políticas que as favoreçam.

Sendo assim, tanto no caso do IBRAM quanto as suas associadas diretas percebe-se: (I) a pressão nas unidades de conservação, penetrando nos conselhos consultivos para garantir a exploração de minério e a exigência de mudanças nas legislações ambientais nacionais e estaduais – fragilizando-as, o que derruba o discurso acerca do desenvolvimento sustentável; (II) defesa da precarização das leis trabalhistas, especialmente ao se verificar o apoio do IBRAM à Reforma Trabalhista, Lei da terceirização e a possível Reforma da Previdência, tornando-se falacioso a ideia de responsabilidade social e geração de emprego e renda (III) cooptação, por meio de favorecimento financeiro, a determinados sujeitos ou lideranças comunitárias, desarticulando as lutas dos movimentos sociais populares e (IV) ações que visam o consentimento das comunidades, desde a retórica do empreendedorismo até a articulação com as secretarias municipais e estaduais de educação, divulgando e educando por meio de cartilhas, livros, promoção de concursos ou até mesmo eventos.

5. Considerações finais.

Ao analisar o IBRAM e a luta de classes estabelecida entre as mineradoras e a classe trabalhadora a partir de uma realidade concreta, na sua forma específica de organização e enfrentamento, faz com que levantemos algumas perguntas: quais os desafios se colocam para a classe trabalhadora? qual a direção e projeto de sociedade? quais as estratégias de enfrentamento e luta contra a classe empresarial/burguesa? como mobilizar e disputar o consenso das massas populares?

A partir do pensamento de Gramsci, podemos entender que uma das respostas possíveis a essas perguntas é compreender como se constrói a hegemonia da classe empresarial/burguesa, como se difunde a ideologia, desvelando como se articulam e organizam a partir da análise do Estado ampliado. Construir a hegemonia proletária passa também pela disputa do consentimento das massas populares, criando novos padrões de sociabilidade e, portanto, novo tipo de homens e mulheres.

Para que isso seja possível, é necessário pensar que não se pode ter direção política sem consenso, sendo necessário disputar e conquistar o consenso das massas e formar uma base social coesa, capaz criar condições históricas para a conquista do poder e a hegemonia dos trabalhadores. Dialogamos com Semionatto (2011, p.54) quando afirma que “consegue-se sair dessa subalternidade quando se assume a consciência do significado do próprio operar, da efetiva posição de classe, quando se elabora uma nova concepção de política e de Estado”; ou seja, por esse aspecto, as experiências exemplificadas nesse trabalho nos dizem muito sobre a consciência individual e coletiva de homens e mulheres, a organização e enfrentamento contra as mineradoras, na medida em que passam a entender os efeitos dos impactos da atividade minerária e lutar para derrotar e deslegitimar seu discurso – que debatemos aqui a partir da ideia da licença social para operar.

Porém, uma das questões centrais no pensamento de Gramsci é a passagem do momento econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestruturas na consciência dos homens e mulheres. Para a classe trabalhadora não basta apenas as lutas fragmentadas, que buscam resolver os problemas imediatos de um grupo social, mas devem partilhar do horizonte da condensação das lutas populares, isto é, compreender que entre os trabalhadores do campo ou da cidade a expropriação e a exploração são as mesmas, sendo diferente apenas nas estratégias estabelecidas de dominação por parte da classe empresarial/burguesa.

Portanto, em tempos de retrocessos sociais, conservadorismo e espectros fascistas, recuperar os pressupostos da luta de classes, atualizando e trazendo conceitos que consideramos nesse trabalho como fundamentais, sobretudo acerca de hegemonia, Estado ampliado e classes sociais na acepção gramsciana,

representam um caminho para compreender como se estrutura o modo de produção capitalista e como construir efetivamente um projeto de emancipação e hegemonia da classe trabalhadora.

6. Referências bibliográficas:

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Ed. Alameda, 2008.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. Anuário Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas. – Brasília: DNPM, 2018.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980.

GAVIRIA, Edwin Muñoz. **A “licença social para operar na indústria da mineração: uma aproximação a suas aproximações e sentidos”**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, v.17, n.2, p.138-154, Agosto de 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. Panorama da Mineração em Minas Gerais / Instituto Brasileiro de Mineração, Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro de Metais – Brasília: IBRAM, 2015. 280 f.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência e serviço social**. Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 2011.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A ATUAÇÃO DO SENAR: uma análise gramsciana

Pedro Clei Sanches Macedo*

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar a atuação do Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) na implementação da política de formação profissional para o meio rural. Trata-se de uma reflexão sobre a utilização do conceito de “Educação Profissional Rural” tendo como lógica a formulação de propostas educacionais através de seus intelectuais orgânicos pautada no Paradigma do Capitalismo Agrário enquanto concepção rural pensada como instrumento do capital. A pesquisa utiliza as ideias de Antonio Gramsci como referencial teórico e metodológico, a partir da revisão da literatura e análise de conteúdo de documentos, identificando os principais elementos que intensificam o processo de disputa pela hegemonia no contexto da educação profissional voltada para as populações camponesas.

Palavras-chave: Educação Profissional. Intelectuais Orgânicos. SENAR.

Introdução

O presente trabalho tem como referencial teórico-metodológico as contribuições de Antônio Gramsci para compreender a disputa hegemônica no campo da educação profissional no meio rural. O objetivo principal apresentar os aspectos teóricos, políticos e ideológicos na formulação de propostas de educação profissional rural defendida pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) enquanto concepção rural pensada como instrumento do capital na contramão da concepção de Educação do Campo construída como demanda histórica dos movimentos sociais populares.

As políticas de educação do campo implementadas a partir da década de 1990, defendem o termo “educação do campo”, não como um conceito em si mesmo, mas como uma concepção que marca o processo de conquista dos movimentos sociais na luta pela terra, e conseqüentemente na garantia de direitos fundamentais, como educação, saúde e moradia. (MOLINA, 2006). Em contrapartida, no mesmo cenário, existem instituições como o SENAR que ao defenderem o termo “Educação Profissional Rural”, firmam um “compromisso estratégico” na oferta de cursos e programas de educação profissional a partir de “condicionamentos socioeconômicos relativos ao capital-trabalho”. (SENAR, 2005, p.20).

Essas reflexões são necessárias, para compreender melhor a arena de disputa de hegemonia de projetos societários para produção e difusão do conhecimento, operada através de seus intelectuais orgânicos. Neste sentido, é necessário compreender conceito de “Estado Ampliado” e “intelectual orgânico”, a partir da teoria de Antonio Gramsci. Esta abordagem teórica é fundamental para entender a

correlação de forças dos projetos hegemônicos em disputa seio da sociedade civil, e o que cada um representa. Assim, de forma sintética, este apresentará um breve estudo sobre a atuação do Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) como intelectual orgânico do Capitalismo Agrário no interior do Estado moderno brasileiro.

1. Estado Ampliado e Intelectuais Orgânicos: reflexões teórico-metodológicas

O processo de disputa hegemônica no campo da educação profissional do meio rural no Brasil se intensificou nas últimas décadas. No modelo de sociedade capitalista, a articulação de posições políticas e ideológicas no seio da sociedade civil, foi marcada historicamente pela preponderância do Estado sobre a sociedade. Nesse viés, o Estado apresenta-se como um bloco monolítico de órgãos, vazios de atores sociais, portadores de interesses específicos e do qual emanam, de forma igualmente “naturalizada”, as inúmeras políticas públicas. (MEDONÇA, 2007, p. 4).

Lamosa (2016, p. 40) ao aprofundar os aspectos teórico-metodológicos da relação entre Estado e Sociedade, aponta para a necessidade de analisar os nexos entre Estado, Sociedade e Educação. É inevitável, portanto, a análise sobre os processos de consolidação da hegemonia da classe dominante no Brasil, momento que considero importante, para uma melhor compreensão sobre como se aplica a políticas educacionais de formação profissional no contexto contemporâneo. Cabe destacar, que nos últimos 30 anos, a classe dominante foi defrontada como desafio de exercer o poder em pleno período democrático. Esse processo altera considerável a composição da sociedade civil, através de uma ampliação de partidos responsáveis pela formação de novos intelectuais que formulam e difundem a direção política de sua classe.

É necessário compreender o significado de Estado Integral e sociedade civil, a partir das contribuições teóricas de Antônio Gramsci⁵⁷⁵, para explicar a forma como as classes se relacionam e exercem suas funções no interior do “bloco econômico”. (SIMIONATTO, 2011, p. 47). Sua teoria define o Estado com sendo um dos dois grandes planos da superestrutura, sendo o outro a sociedade civil.

O Estado integral ou Estado ampliado⁵⁷⁶, indica a relação de unidade-distinção entre Estado e

⁵⁷⁵ Gramsci nasceu em 22 de janeiro de 1891, em Alghero, uma pequena cidade agrícola da província de Cagliari, na região da Sardenha, ilha situada a oeste da península italiana. Seu pai era de origem albanesa e sua mãe de ascendência espanhola. Estudou nas escolas elementares de Ghilarza, onde freqüentavam também filhos de camponeses. Desde pequeno despertou o interesse pela leitura, se destacando nos estudos, que tiveram que ser interrompidos pela necessidade de trabalhar para ajudar sua família. Na juventude, desenvolve de rebeldia e de indignação contra a classe burguesa e contra as injustiças sociais de seu tempo. A construção de seu pensamento se dá, na militância política e na luta das massas operárias e principalmente, durante o período em que esteve preso através da ação de Mussolini em 1926. (SIMIONATTO, 2011)

⁵⁷⁶ Expressão também utilizada por Buci-Glucksmann (1980) para definir Estado Integral.

Sociedade civil pra exprimir o que ele chama de “Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil)”. Esses dois planos dialeticamente unidos no conceito de Estado Integral representam a contribuição de Gramsci à teoria do Estado. (GRAMSCI, 2007, p. 244).

Gramsci, no percurso de construção da sua teoria sobre o Estado, distingue dois conceitos de articulação do campo estatal: o Estado em sentido estreito (unilateral) e o Estado em sentido amplo (integral). Em sentido estreito, o Estado considera apenas a burocracia estadual, se identificando com o governo a partir de suas funções coercitivas e econômicas, como os órgãos governamentais, secretarias, exército, polícia, administração. Em sua forma ampliada, o Estado pressupõe um equilíbrio entre a sociedade política e sociedade civil através de uma correlação de forças contraditórias (BUCI-GLUCKSMAN, 1980, p. 128).

No pensamento gramsciano, a sociedade política é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado que são controlados pelas burocracias (Estado em sentido estrito, Estado-coerção). As classes exercem sempre uma dominação mediante coerção. A sociedade civil é formada pelas organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias - igrejas, partidos políticos, escolas, sindicatos, organizações profissionais, mídia. (Estado ético). É por meio da sociedade civil que as classes buscam exercer sua hegemonia. (VIOLIN, 2006).

No Estado moderno, mais especificamente, nas sociedades dominantes e hegemônicas em que o capitalismo de desenvolveu, a sociedade civil apresenta uma articulação mais complexa e o Estado torna-se cada vez mais amplo. O Estado tanto exerce suas funções coercitivas quanto desenvolve o plano ideológico e econômico. Segundo Gramsci, o Estado não é sujeito, isto é, uma instituição que assume a responsabilidade sobre a sociedade e seus conflitos sociais, nem objeto, mas sim uma “condensação das relações sociais que estão presentes numa dada sociedade”. (BUCI-GLUCKSMAN, 1980; SIMIONATTO, 2011);

A ideologia da classe dominante é produzida/reproduzida pelos seus intelectuais orgânicos no seio da sociedade política (Estado) e da sociedade civil, ou a partir de ações governamentais ou através de propostas construídas no interior dos movimentos sociais reacionários. Essa classe que domina os meios materiais e imateriais da sociedade, exerce sua influência, maior do que as classes subalternas, sobre o Estado capitalista, sobre os meios de comunicação, sobre o setor produtivo, sobre a academia. A classe burguesa se utiliza de diversos meios, inclusive do Estado, para disseminar a sua ideologia que justifica a dominação das camadas subalternas (CAMACHO, 2014).

Os intelectuais orgânicos atuam na sociedade civil, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva. (GRAMSCI, 2001, p. 24).

Na sociedade moderna, o enorme desenvolvimento obtido pela atividade e pela organização escolar indica a importância assumida pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a “intelectualidade” de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. Isso resulta das instituições escolares de graus diversos, até os organismos que visam a promover a chamada “alta cultura”, em todos os campos da ciência e da técnica. (GRAMSCI, 2001).

Esta análise de Gramsci sobre o papel dos intelectuais orgânicos no seio das instituições de formação profissional torna-se necessária para uma melhor compreensão sobre a atuação do SENAR no interior do Estado moderno capitalista, pois envolve diversos atores no processo de formação profissional de estudantes, trabalhadores e trabalhadoras do campo.

É importante reconhecer que as políticas públicas realizadas no “Estado estrito” são resultado da força política de determinadas frações de classe e que estas se organizam na sociedade civil em “aparelhos privados de hegemonia”. Antonio Gramsci denomina como aparelhos privados de hegemonia ou instituições culturais: a escola, a Igreja, os jornais e os meios de comunicação de maneira geral. Assim, ao abordar a hegemonia como direção intelectual e moral:

[...] afirma que essa direção deve exercer-se no campo das ideias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social. Isso porque não há direção política sem consenso. A hegemonia pode criar, também, a subalternidade de outros grupos sociais que não se refere apenas à submissão à força, mas também às ideias. Não se pode perder de vista que a classe dominante repassa a sua ideologia e realiza o controle do consenso através de uma rede articulada de instituições culturais. (SIMIONATTO, 2011, p. 49).

No Estado moderno capitalista os aparelhos privados de hegemonia têm como objetivo inculcar nas classes subalternas, através de um complexo de ideologias formadas historicamente, transformando a subalternidade social em subalternidade política e cultural. De tal modo, a pedagogia da hegemonia é exercida por meio de ações de partidos e de aparelhos de hegemonia político e cultural, tanto pelas classes dominantes quanto pela classe trabalhadora. (SIMIONATTO, 2011; LAMOSA, 2016).

2. O Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAR) como intelectual orgânico do Capitalismo Agrário

A proposta metodológica de educação profissional rural formulada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAR) no interior da sociedade civil, assim como outras propostas de educação profissional destinadas as populações do campo, apresenta características específicas de concepção de educação com elementos que sustentam o Paradigma do Capitalismo Agrário. Esta concepção debate sobre “a metamorfose do campesinato⁵⁷⁷ em agricultor familiar”. Os camponeses aos romperem com a questão agrária como movimento de luta e resistência, nem vão se proletarizar nem se transformarem em capitalistas. Mas também não continuarão existindo como camponeses, pois as relações camponesas são incompatíveis com as relações de mercado capitalista. Assim, estes sujeitos sofrerão uma metamorfose a partir da sua integração plena ao capital, auxiliados pelas políticas públicas, e se tornarão os agricultores mais eficientes de nossa época. Portanto, aos se transformarem em ex-camponeses, passaram a ser denominados de agricultores familiares, por serem *profissionais, modernos, integrados* etc. Criando, assim, uma dicotomia na qual o *arcaico*, ineficiente, miserável e condenado a desaparecer é o camponês; e o *moderno*, eficiente, próspero e compatível com o mercado é o agricultor profissional (CAMACHO, 2014; ABRAMOVAY, 2007).

Para compreender a influência do paradigma do capitalismo agrário no contexto contemporâneo da educação profissional para o meio rural é preciso ao recente processo histórico do final do século XXI, marcado pela implementação de ajustes neoliberais no ordenamento jurídico, político e institucional de educação nacional. A recomposição da hegemonia burguesa, sob a direção do setor financeiro nacional e internacional, possibilitou a integração subordinada do Brasil na nova divisão internacional do trabalho. Isso amplia a internacionalização da economia nacional em todos os setores de atividade, a partir da difusão de uma cultura de competitividade, racionalização e redução dos custos do Estado, redefinindo as relações entre aparelhagem estatal e sociedade civil (NEVES, 2010).

Neste contexto, com o restabelecimento da hegemonia burguesa no país, ao longo do processo de redemocratização e progresso das forças produtivas do capitalismo,

novas e renovadas organizações sociais empresariais contribuíram para a difusão de uma visão da sociedade civil como "reino do bem" ou espaço democrático isento de conflitos e contradições entre as classes sociais, dirigindo o processo de conversão de intelectuais e projetos societários ligados aos interesses da classe trabalhadora na direção hegemônica do capital. (NEVES, 2010 p. 82).

⁵⁷⁷ Campesinato é um conjunto de famílias camponesas existentes em um território. Assim, as famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado. (CALDART, 2012, p. 113).

Com a política de desenvolvimento econômico do Governo Lula (2003-2010), que implicou numa retomada do crescimento da economia ampliou-se o debate sobre a necessidade de implementação de políticas de educação profissional, sobretudo pela pressão do empresariado, que se ressentia de não conseguir força de trabalho suficientemente qualificada para atender as demandas do sistema produtivo. A partir de então, verificou-se diversas iniciativas governamentais no sentido de promover políticas de educação profissional que pudessem dar suporte ao projeto de desenvolvimento em curso. Sendo que uma das primeiras ações do Governo Lula foi a revogação da Reforma da Educação Profissional realizada no Governo Fernando Henrique Cardoso através do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, considerada como conservadora e instrumentalizadora de mão de obra, posto que, de um lado, favorecia uma formação funcionalista da força de trabalho em prejuízo de uma formação humana e emancipadora e, de outro, a mercantilização da educação profissional, sobretudo pela sua fragmentação. (PEREIRA e AMORIM, 2015).

O Decreto nº 2.208/97 é revogado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, mas alteração mais significativa que este Decreto trouxe foi o aumento da flexibilidade da articulação entre a educação profissional de nível técnico e o ensino médio, acrescentando a articulação na forma integrada às demais já existentes no decreto anterior. Assim, como produto das disputas entre os segmentos progressistas e conservadores no âmbito do Estado, o Decreto nº 5.154/2004, sinalizava o papel mediador/conciliador de interesses que seria exercido pelo governo, por meio do qual buscava se legitimar diante dos diversos grupos. O novo Decreto possibilitou a voltada integração do currículo, inviabilizada pelo decreto revogado, como também manteve as ofertas fragmentadas, como reivindicava os setores privados. (FRIGOTTO, 2006; PEREIRA e AMORIM, 2015). Nesse campo de disputa,

A educação acaba sendo associada ideológica e economicamente ao processo de produção e à competitividade econômica. O campo em que sujeitos sociais vendem sua força de trabalho para subsistir determina as mediações sociais exigidas nos processos educativos e, em especial, os requisitos educativos e de formação profissional da força de trabalho demandada em circunstâncias produtivas e socioculturais necessárias ao processo produtivo, sob a égide da globalização do capital (DEITOS e LARA, 2016, p. 179).

A luta pela hegemonia em torno da Educação Profissional no meio rural no país é marcada por embates entre a classe dominante e a classe trabalhadora camponesa. Assim, a proposta de formação profissional pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) defende a hegemonia do agronegócio, derrotando um modelo de assistência técnica e produção tecnológica voltada à agricultura familiar e ao pequeno produtor.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural é uma instituição criada pela Lei Federal nº 8.315 de 23 de dezembro de 1991, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 566/92, como entidade de direito

privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e administrada por um Conselho Deliberativo tripartite. (LINHARES, 2017). O SENAR tem características semelhantes às demais instituições do chamado *Sistema S*⁵⁷⁸, mas com identidade própria e singular. Suas ações e atividades são voltadas ao trabalhador e produtor rural e às pessoas ligadas direta ou indiretamente aos processos produtivos agrossilvipastoris⁵⁷⁹ contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico do meio rural. (SENAR, 2016b).

Ao analisar as edições da Série Metodológica do SENAR, é possível identificar elementos teórico-metodológicos a partir dos princípios e diretrizes de seu processo de “Formação Profissional Rural - FPR”, assim denominado pela instituição, a participação de intelectuais orgânicos constituída por profissionais de universidades e outras entidades nacionais que colaboraram através de consultoria e fornecendo apoio conceitual e metodológico para a formação profissional rural. (SENAR, 2016a; 2016b).

No aspecto conceitual, o SENAR defende a utilização do termo “Educação Profissional Rural” como sendo

“[...] um processo educativo, sistematizado, que se integra aos diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, objetivando o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes para a vida produtiva e social, atendendo às necessidades de efetiva qualificação para o trabalho com perspectiva de elevação da condição sócio profissional do indivíduo. (SENAR, 2016a, p. 25).

De acordo com a Metodologia educacional do SENAR, a FPR deve vislumbrar o aumento da renda do trabalhador, da capacidade de autogestão no trabalho, da autonomia, pró-atividade e empregabilidade, bem como promover o aumento da qualidade de produtos, processos e a produtividade do setor, de acordo com os princípios de sustentabilidade - ambiental, social e econômica (SENAR, 2016a, p. 25).

Os conceitos utilizados se relacionam diretamente com “setor produtivo rural” e as necessidades do “mercado de trabalho”, termos utilizados com frequência em nas edições da Série Metodológica e cartilhas de divulgação da instituição. Como proposta de FPR, o SENAR oferta “cursos estruturados para

⁵⁷⁸ O Sistema S é um conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, com características organizacionais similares, tais como: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Existem outras instituições com características similares: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (SEST).

⁵⁷⁹ Sistema Agrossilvipastoril é uma modalidade de integração que contempla os componentes agrícola, pecuário e florestal. Ver em <http://www.sif.org.br/noticia/ilpf--o-que-e-integracao-lavoura-pecuaria-floresta>. Acesso em 30 de junho de 2018.

atender a demanda de formação para os setores produtivos e de gestão da agropecuária e orientados por resultados de pesquisas de investigação das necessidades do mercado de trabalho” (SENAR, 2016a).

A partir de 1995, o SENAR amplia suas ações e atividades de Formação Profissional Rural por meio de convênios e ou parcerias nacionais e internacionais com diversas instituições⁵⁸⁰. Dentre elas, destaco a parceria com o Ministério da Educação (MEC), a fim de desenvolver programa de educação à distância e implementar o programa de educação profissional para trabalhadores rurais sem escolaridade; e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)⁵⁸¹, para promover cursos de nível técnico e de Formação Inicial e Continuada (FIC) para o meio rural (SENAR, 2016b).

Junqueira e Bezerra (2015) destacam que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) em parceria com o Ministério da Educação, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) ofereceu mais de 50 mil vagas de cursos de educação profissional através do PRONATEC, através de ações vinculadas ao Programa Nacional de Educação do Campo instituído pela Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, que definiu as ações para implantação da política de educação do campo, já prevista no Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Estes cursos são direcionados a estudantes de escolas públicas, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, povos indígenas, quilombolas, beneficiários e dependentes dos programas de transferência de renda, pessoas com deficiência e adolescentes e jovens que estejam cumprindo medidas socioeducativas.

O SENAR atua nas 27 administrações regionais do Brasil, na oferta de cursos e formações técnicas específicas visando à profissionalização do meio rural. A partir de 2013 adere à Rede e-Tec Brasil, com o objetivo de ofertar de educação profissional e tecnológica à distância cumprindo com o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal. (LINHARES, 2017).

⁵⁸⁰ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para produzir o vídeo institucional “O grito do SENAR” ; Universidade Federal de Viçosa (UFV), para disseminação de metodologias educativas e elaboração de conteúdos técnicos; Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE), para implantar programas nas áreas de tecnologia, administração rural, cadeias industriais e formação de micro e pequenos empreendedores rurais; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para alfabetizar adultos nas áreas rurais do país; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o SEBRAE, na oferta de cursos de formação profissional aos trabalhadores sem escolaridade do Nordeste; Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Instituto do Desenvolvimento Agrário (IDA) e o Governo Angolano, para levar a metodologia SENAR ao Continente Africano.

⁵⁸¹ Programa do governo federal criado pela Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, publicado no D.O.U. de 27/10/2011, p. 1, para atuar em três frentes: a primeira na oferta de ensino técnico para estudantes do Ensino Médio, a segunda na oferta de qualificação profissional para jovens e adultos que buscam a oportunidade de melhorar sua formação, e a terceira é na oferta de cursos de capacitação para o público do programa Brasil Sem Miséria. Os cursos são oferecidos em escolas técnicas federais, nas escolas técnicas estaduais e nas escolas do Sistema S; (JUNQUEIRA e BEZERRA, 2015).

De acordo com o relatório de atividades do SENAR, em 2014, a instituição teve **2 milhões e 700 mil de brasileiros atendidos, 53.000** matrículas em cursos do PRONATEC e um investimento de R\$ 79 milhões nesses cursos distribuídos em 953 municípios do território nacional. Em 2016, houve uma aplicação nesse atendimento: 3 milhões e 400 mil brasileiros atendidos, com 115.000 matrículas de educação à distância e 5.400 matrículas de educação formal técnica de ensino médio. (SENAR, 2014; 2016c).

Linhares (2017), ao fazer um estudo sobre a investidura de entidades ligadas ao setor agrário, apresenta o SENAR enquanto instituição organizacional que está fortemente ligada a uma perspectiva de “desenvolvimento agrícola” vinculada ao agronegócio e a imposição de uma política econômica de submissão do campo ao latifúndio e uso de agrotóxicos e transgênicos. Seu projeto de educação profissional rural está fundamentado no reforço do empreendedorismo individual, a partir de metodologia de ensino própria: a Assistência Técnica Gerencial (ATeG) com Meritocracia. Esta proposta metodológica está fundamentada em quatro pilares específicos: a adequação tecnológica, a capacitação, a gestão e a meritocracia. A ATeG se organiza na produção de outros cinco projetos: o Assistência Técnica e Gerencial Projeto Rural Sustentável, o Assistência Técnica e Gerencial do Rural à Mesa, o Programa Especial SENAR em Campo, o SENAR em Campo – Histórias de Sucesso e o Assistência Técnica e Gerencial Mapa Leite.

Neste sentido, o SENAR, enquanto instituição educacional viria a ser

um espaço de reprodução de uma ordem estabelecida por uma classe específica para conquista e manutenção de hegemonia ao promover, inclusive, parcerias com Institutos Federais de Educação reforçando sua entrada na formação de estudantes por todo o país. É neste sentido que a própria “missão” instituída pelo SENAR se apresenta em forma de mensagens motivacionais e justificativas através do discurso em prol da sustentabilidade e avanços sociais no campo, ao mesmo tempo em que avança na ideia de competitividade aos moldes empreendedores. Essas três diretrizes estariam intimamente ligadas a partir da realização de ações diretas visando a “formação profissional, assistência técnica e promoção social”, como podemos ver cristalizado nas maneiras de atuação da entidade. (LINHARES, 2017, p. 6).

O SENAR enquanto visão hegemônica de liderança socioeconômica e política de setores empresariais configura-se como

uma representação da classe proprietária dos meios de produção e, desse modo, promotora de determinada visão social e ideológica sobre educação e formação profissional, supostamente necessária aos mecanismos de funcionamento da sociedade, produz políticas formativas capazes de atender aos seus interesses imediatos e, contraditoriamente, negar o atendimento coletivo das necessidades educativas e culturais para o conjunto da população. (DEITOS e LARA, 2016).

Neste sentido, a funcionalidade reivindicada pelos setores empresariais e pelas instituições orgânicas de gestão do capital evidencia a difusão de um diagnóstico da deficiência do próprio sistema

educacional para atender aos requerimentos socioeconômicos modernizantes, ancorados no discurso do novo desenvolvimento. Assim, as políticas de educação profissional rural, estão submissas aos ditames das orientações teórico-ideológicas hegemônicas, com fundamentos educacionais que resulta em um discurso propositivo e relativamente crítico, mas, na disputa das forças internas e externas aos ditames da política nacional, suplantado pelo discurso hegemônico, fechando o circuito de orientações das políticas socioeconômicas e educacionais adotadas. (DEITOS e LARA, 2016).

No Paradigma do Capitalismo Agrário, a agricultura de base familiar moderna se diferencia da agricultura camponesa por apresentar as seguintes características: *a natureza empresarial, o dinamismo técnico, a capacidade de inovação, a integração plena ao mercado e a capacidade de responder a intervenção do Estado*. Nesse caso, a formação profissional e a inovação são requisitos que separaram a agricultura arcaica, camponesa, da moderna, familiar. (ABRAMOVAY, 2007; CAMACHO, 2014).

Camacho (2014) destaca, portanto, que o objetivo de uma ideologia dominante é de nos apresentar uma realidade mascarada por um discurso neoliberal, uma vez que esse modelo naturaliza as injustiças sociais e inculca-nos a percepção de que esta realidade é uma fatalidade. Esta ideologia tem um caráter imobilizador, pois prega que esse modelo socioeconômico é imutável e que nada podemos fazer para reverter esse processo. A intenção dessa ideologia dominante é o de manter a ordem social vigente sob um discurso pós-moderno naturalizador das desigualdades sociais que escamoteia seus verdadeiros objetivos ideológicos de classe.

Com o processo de industrialização, as necessidades da população do campo foram deixadas em segundo plano, prevalecendo à produção em larga escala para exportação e consumo, desvalorizando e inferiorizando o trabalho manual do camponês. O modelo de escola rural proposto pelas políticas públicas vinculadas ao capitalismo se fundamenta na divisão entre campo e cidade, na expropriação da terra, dos meios de subsistência e da força de trabalho do camponês. Nesse modelo de desenvolvimento, que considera o Brasil apenas como mais um mercado emergente, camponeses e indígenas são vistos como espécies em extinção, não havendo necessidade de políticas públicas específicas para estas pessoas. Bastaria um tipo de política pública compensatória à sua própria condição de inferioridade e/ou diante das pressões sociais (ARROYO, 2011, p.21).

Conclusão

O movimento dialético no interior da sociedade moderna capitalista através dos aparelhos privados de hegemonia e a formação de seus intelectuais orgânicos, se materializou neste trabalho, com o

estudo da atuação do SENAR na implementação de políticas educacionais de formação profissional rural. As ideologias educacionais apresentadas como “modernas” estão cada vez mais presentes nas propostas metodológicas de formação profissional para as populações camponesas.

Para tanto, torna-se necessário analisar a inserção de instituições de educação profissional e a conseqüente ampliação de vagas em cursos técnicos voltadas para o agronegócio e a agroindústria, propostas em ações governamentais, que na maioria das vezes, não são discutidas com a sociedade, tão menos com os movimentos sociais. Destacando para tanto a inserção dessas instituições na implementação de ações do PRONACAMPO, programa este que é uma das conquistas históricas dos movimentos sociais, mas que hoje está sendo disputado com os intelectuais orgânicos do capital para o fortalecimento do agronegócio no campo brasileiro e sua intervenção nas políticas sociais.

É importante atentar para a incoerência verificada entre o conteúdo dos acordos de gratuidade firmados com o Sistema S – por mais tímidos que fossem em suas intencionalidades e possibilidades – e a emergência de uma nova política de Educação Profissional no Brasil. Destaco, por exemplo, os recursos públicos destinados para a ampliação de vagas para a formação profissional através do PRONATEC, que desde 2013, financiaram o Sistema S, assim também como o SENAR. No estudo intitulado “Dinheiro Público, Oferta Privada: a dinâmica do financiamento e da oferta de educação profissional no Sistema S”, o autor destaca a ação estatal voltada ao mesmo tempo para o financiamento do setor privado e à desresponsabilização com a manutenção dos sistemas públicos. (PEREIRA e AMORIM 2015).

Na contramão dessa política, os programas educacionais de Reforma Agrária, sofrem com a escassez a redução de verbas para a formação profissional dos assentados. Nos últimos 20 anos, mais de 186 mil estudantes fizeram cursos de alfabetização e pós-graduação em 100 instituições de ensino distribuídos nos diversos municípios do Brasil por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Em 2017, o número de estudantes novos do programa diminuiu consideravelmente. Os recursos orçamentários para a educação no campo diminuíram de 70 milhões de reais em 2008 para menos de 12 milhões no ano de 2017.⁵⁸²

A concepção de educação empregada pela classe dominante e a barbárie provocada pela implantação violenta do modelo capitalista de agricultura, provocam o aumento da desigualdade social das famílias trabalhadoras do campo. Assim, ao mesmo tempo, em que se confirma a ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação para os camponeses e trabalhadores do campo, por

⁵⁸² Informação divulgada pela Câmara dos Deputados – Brasília – DF, 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/559045-MEC-DIZ-QUE-REDUCAO-DE-INVESTIMENTOS-NO-CAMPO-SE-DEVE-A-CORTES-NO-ORCAMENTO.html>

outro lado, ampliam-se a participação dos movimentos sociais no cenário das lutas e embates políticos, enquanto de sujeitos coletivos reagem a esta situação social. Torna-se urgente pensar em uma outra concepção de campo e de projeto de desenvolvimento que sustente a qualidade de vida da população que vive e trabalha no campo. (CALDART, 2004).

Referências:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3ª. ed. - São Paulo: Edusp, 2007.

ARROYO, M. G. et al. **Por uma educação do campo**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____, Roseli Salete. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo**. In: MOLINA, M. C ; JESUS, S. M. S. A. (org.). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. V. 5. Brasília: articulação nacional por uma educação do campo, 2004, p. 10 – 31.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2013. 803 f. Tese (Doutorado em Geografia).FCT-UNESP, São Paulo, 2014.

DEITOS, R. A.; LARA, A. M. de B. **Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional**. Revista Brasileira de Educação v. 21 n. 64 jan.-mar, 2016.

FRIGOTTO (Org.). **Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios**. Campos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, 2006.

GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2 Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Maquiável. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JUNQUEIRA. Victor Hugo; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **A quem interessa a educação dos trabalhadores do Campo?** Uma análise do Pronacampo. Revista Exitus. Vol. 5. Nº 2. Santarém, PA p. 83-100 Jul./Dez.2015.

LAMOSA, Rodrigo de A. C. **Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2016.

LINHARES, Ingrid. Os **avanços de uma educação empresarial para o campo brasileiro: uma proposta inicial de reflexão sobre a atuação do serviço nacional de aprendizagem rural**.. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: de O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917). Trabalho 432Niterói – RJ, agosto, 2017.

MENDONÇA, S. R de. **Estado e políticas públicas**: considerações político-conceituais. Revista Outros Tempos, Vol. 1 esp., 2007, p. 1-12.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

NEVES, L.M.V. (org.) **A direita para o social e a esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

PEREIRA, J. V; AMORIM, R. de F. **Dinheiro Público, Oferta Privada**: a dinâmica do financiamento e da oferta de educação profissional no Sistema S. Fineduca – Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 5, n. 9, 2015.

SENAR. **Missão, princípios e diretrizes**. Coleção SENAR – Recursos Instrucionais. Série Metodológica nº 1. 3. ed. atual. Brasília, DF: 2005.

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **O processo a formação profissional rural**. (Série Metodológica) Brasília, DF: SENAR, 2016a

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Metodologia de Ensino do SENAR**: formação profissional rural e promoção social (Série Metodológica) Brasília, DF: SENAR, 2016b

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Relatório de Atividades 2016**. Brasília, DF: 2016c

_____. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Relatório de Atividades 2014**. Brasília, DF: 2014.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência e serviço social. Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 2011.

VIOLIN, Tarso Cabral. **A sociedade civil e o Estado ampliado**, por Antônio Gramsci. Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006

A EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O MST COMO FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIA

Isabella de Mello Leite⁵⁸³

Resumo: O objetivo deste artigo é fazer um apanhado histórico sobre como a temática da educação do campo foi ganhando notoriedade ao longo dos anos, em consonância com os conceitos Gramsciano e como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) movimentou-se para conquistar as políticas de Educação do Campo a partir dos anos 90, desde as primeiras leis até o momento atual, bem como destacando como eram pensadas as políticas que permeiam as práticas pedagógicas do/no campo. Problematizando sobre como a educação se constitui imprescindível para o MST. A educação, nesse sentido assume um significado político de determinação para construção de outra hegemonia que oriente à sua base militante.

1. INTRODUÇÃO

A questão central que guia aqui o desenvolvimento e a problematização tem como escopo compreender em que sentido a educação do campo se constitui para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para construção da hegemonia que se contraponha a hegemonia dominante. Com base nisso, as bases teóricas desse trabalho se fundam na tradição marxista a partir das elaborações do intelectual e comunista ítalo-sardenho, Antonio Gramsci e os conceitos e perspectivas da Educação do Campo. A educação por se constituir como um complexo social que engloba campos tênues de tensão, serve para consolidação da hegemonia da classe dominante, mas que também abre possibilidades para a iniciativa da classe trabalhadora, isso consequentemente tem implicação intelectual, moral, filosófica e política. Nesse sentido, para o MST, a educação passa a estar justaposto ao sentido mais amplo de formação de membros, da formação humana e do sujeito político que integra a base do Sem Terra, por isso que a escola passou a ser também lugar de formação, bem como do mesmo modo, outros espaços do campo educativo também foram inseridos na dinâmica de formação.

2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Educação do Campo nasceu das lutas dos movimentos sociais camponeses, em contraponto à Educação Rural, esse modelo de educação nasceu vinculada aos trabalhadores do campo, sem-terra, sem trabalho, dispostos a lutar. Nessa perspectiva, a Educação do Campo é diferente da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, práticas sociais, territórios e culturas que compõem a

⁵⁸³ Pedagoga (UERJ); Mestranda em Educação (PPGEDUC-UFRJ); Professora da Rede Municipal de Queimados e Orientadora Pedagógica na rede de Nova Iguaçu em Escolas do Campo. Contato: isabella.melloleite@gmail.com

diversidade que compõem o campo, apresentando-se como uma garantia de ampliação das possibilidades dos camponeses que criarem e recriarem as condições de existência no campo. De acordo com o Dicionário Gramsciano:

“A relação entre cidade e campo é, geralmente, caracterizada pelo desprezo, por parte da cidade, em relação a tudo o que tenha a ver com o trabalho camponês no campo, sentimento amplamente retribuído pelos camponeses, mesmo se mesclado a um sentimento de inveja e de inferioridade. No campo imperam a ignorância, o analfabetismo, a alta taxa de fecundidade, frequentemente as mais sinistras aberrações sexuais. A cidade coloca o problema de uma adaptação psicofísica às condições de trabalho, de nutrição, de baixa taxa de natalidade, de habitações que não são “naturais”, mas urbanas. Gramsci afirma que as características urbanas adquiridas são passadas por herança ou são absorvidas no desenvolvimento da infância e adolescência. A baixa taxa de natalidade demanda despesas constantes com a formação dos novos “urbanizados” e traz consigo mudanças constantes na composição sociopolítica das cidades, apresentando, portanto, também um problema de hegemonia” (GALLO, 2007, p.392)

Nesse sentido, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos sujeitos do campo, em todas as suas dimensões. A Educação do Campo propõe uma escola no e do campo, feita pelos sujeitos que nela vivem e trabalham. No entanto, a escola precisa estar onde os indivíduos estão, para garantir o direito de todos os cidadãos. Construir Educação do Campo significa também construir uma escola do campo, significa estudar para viver no campo, buscar desconstruir a lógica de que se estuda para sair do campo, interferindo diretamente na produção dos conhecimentos, porque não será uma escola descolada da realidade dos sujeitos.

A constituição de 1988 deu contribuições importantes para luta do direito a população rural ter um plano político educacional. Pois, deu os meios jurídicos que sustentam as reivindicações por seus direitos sociais, quando traz em seu artigo 205, que

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Colocando, assim, o Estado no dever de prover a educação para todos, independente de cor, raça, sexo ou localização. Abrindo um caminho para conquistas serem efetivadas, por meio de intensas manifestações da sociedade rural na figura dos movimentos sociais do campo, tendo como exemplo, o mais conhecido: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) que, desde muito tempo luta por uma educação que contemple de fato a população camponesa. Uma dessas conquistas se revela com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual institui em seu artigo 28, os seguintes direcionamentos para a escola do campo:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL/MEC, LDB, 9.394/96, art. 28).

Apesar de ser uma conquista significativa para construção de um plano pedagógico condizente com a vida no campo, a LDB de 1996 recebe algumas críticas, por deixar de abordar de modo mais evidente questões importantes para a prática pedagógica com eficiência. Como Leite, evidencia:

1. Quanto à clientela da escola rural: a condição do aluno como trabalhador rural; distâncias entre locais de moradia/trabalho/escola; heterogeneidade de idade e grau de intelectualidade; baixas condições aquisitivas do alunado; acesso precário a informações gerais.
2. Quanto à participação da comunidade no processo escolar: um certo distanciamento dos pais em relação à escola, embora as famílias tenham a escolaridade como valor sócio-moral.
3. Quanto à ação didático-pedagógica: currículo inadequado, geralmente, estipulado por resoluções governamentais, com vistas à realidade urbana; estruturação didático-metodológica deficiente; salas multisseriadas; calendário escolar em dissonância com a sazonalidade da produção; ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico; ausência de material de apoio escolar tanto para professores quanto para alunos. (LEITE, 1999, p. 55-56)

Nos anos de 1996 a 2010 muitas conquistas importantes foram enfim efetivadas, por intermédio das reivindicações do Movimento da Educação do Campo, entre elas: Resolução CNE/CEB n° 1/2002 e Resolução CNE/CEB n° 2/2008, estipulando as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo e o Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Para Gramsci, de acordo com o Dicionário Gramsciano:

“Na realidade, toda geração educa a nova geração, isto é, forma-a; e a educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e criar o homem “atual” à sua época. Nos cadernos a questão da educação é estendida ao tema da hegemonia e do papel fundamental de mediação desenvolvido pelos intelectuais. A questão pedagógico-educativa aparece desde o caderno 1 como parte do mais vasto discurso sobre a formação e o papel dos intelectuais na história italiana do século XIX. Gramsci distingue os dois modos com os quais uma classe realiza sua supremacia: como domínio sobre os grupos adversários, ou como direção intelectual e moral sobre os grupos afins e aliados; nesse quadro, os intelectuais não existem como classe autônoma e independente, mas como camada que cada classe fundamental elabora como seu instrumento específico.” (META, 2017, p.790)

Gramsci disserta sobre educação, em geral, mas poderíamos utilizar seus escritos no que se refere a Educação do Campo, quando considera que a classe dominante realiza sua supremacia através da educação. De acordo com Fernandes, Cerioli e Caldart (2009) a Educação do Campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido

amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

3. PERSPECTIVA GRAMSCIANA

Gramsci⁵⁸⁴ dedica-se aos conceitos de cultura e a hegemonia, e defende que homens e mulheres fazem a história, num processo dialético. Para ele, a hegemonia seria um domínio ideológico da classe de poder sobre a classe subalterna, através da cultura. Para ele a dominação da classe acontece por duas vias, que considera indissociáveis: coerção - força - e consenso - ideologias. Pensando nesse sentido, a ideologia é instrumento da luta de classes e lutar pela hegemonia da classe trabalhadora é construir uma nova cultura. Para Gramsci, o papel dos intelectuais orgânicos é importante para compreender que homens e mulheres desenvolvem uma atividade intelectual, contribuem para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para gerar novas maneiras de pensar. Cada classe ou fração de classe gera suas camadas de intelectuais para lhe dar organicidade e homogeneidade. Portanto, os intelectuais não formam um grupo a parte, isolado, mas estão infiltrados no terreno da luta de classes. Portanto, faremos o comparativo do conceito de Hegemonia em Gramsci e no Dicionário do Campo, para continuarmos nossa proposta.

HEGEMONIA⁵⁸⁵: De acordo com o dicionário da Educação do Campo, o conceito de hegemonia integra a tradição marxista e foi sistematizado por Antonio Gramsci em duas direções simultâneas: para explicar as formas específicas da produção e organização do convencimento em sociedades capitalistas e para pensar as condições das lutas das classes subalternas. O conceito apreende a dinâmica das lutas de classes sob a dominação burguesa, explicando a produção da conformidade social por meio da

⁵⁸⁴ Gramsci, italiano, nascido em Alles, no ano de 1891, de origem humilde, se tornou referência no pensamento esquerdista no século XX. Pensando suas contradições enquanto observava os filhos dos ricos terem suas oportunidades de estudos garantidos enquanto ele necessitou abandonar seus estudos, por problemas financeiros, para trabalhar no Cartório. Toda vida de Gramsci foi sempre constituída de lutas. Quando jovem, estudou letras na Universidade de Turim, onde começou a se interessar por política. Tornou-se jornalista e escritor. Suas ideias o levaram a fundar o primeiro partido comunista da Itália, pelo qual foi eleito em 1924. Gramsci debatia as estratégias para a construção de uma hegemonia da classe trabalhadora, atravessado por influências de outros pensadores, como Marx. Porém, nunca teve uma visão economicista e evolucionista da história, e também nunca aceitou uma linearidade do tempo.

⁵⁸⁵ Em Gramsci (1986) é possível encontrar uma leitura mais profunda e acurada sobre a *hegemonia*, que na obra do referido pensador se constitui não sob forma de definição ou conceitual, mas constitui a partir de uma análise concreta de uma situação concreta determinada pela gama de mediações da totalidade social decorrente da articulação dialética entre o espaço da economia e da política. Porém para o pensador a hegemonia vai se tornar tangível no momento do consenso, da adesão a um projeto societário, por isso é que a hegemonia também como prática conforma posicionamento e comportamento político, que ora se fazem eivados de concepções, valores, ideologias – manifestações próprias do mundo da cultura.

organização e atuação da sociedade civil, voltada para o convencimento, ao lado da persistência das formas coercitivas do Estado burguês. O que perfeitamente cabe, se analisarmos o mesmo conceito a partir do Dicionário Gramsciano, que descreve hegemonia como “supremacia” (p.457). Que para Gramsci é fundamental para manter a dicotomia da classe dominante, que é em dois modos ‘dirigente’(consenso) e ‘dominante’(coersão). É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Portanto, uma classe desde antes de chegar ao poder pode ser dirigente e quando está no poder torna-se dominante, mas continua sendo também dirigente, caracterizado por uma combinação da força e do consenso que se equilibram, e situações nas quais o aparelho hegemônico racha e o exercício da hegemonia torna-se sempre mais difícil (hegemonia x domínio).

Para o Dicionário do Campo, na obra gramsciana, não é possível separar o conceito de hegemonia de uma concepção ampliada do Estado. Nessa concepção ampliada do Estado, sociedade civil é o espaço principal para o exercício da função hegemônica e a arena privilegiada da luta de classes pela atuação dos chamados “aparelhos privados de hegemonia”: organizações que elaboram e moldam as vontades e com base nas quais as formas de dominação se difundem, generalizando modalidades de convencimento⁵⁸⁶ adequadas ao grupo ou fração dominante.

Para Gramsci, as disputas hegemônicas alteram e recompõem as formas de dominação burguesa. Daí a extrema importância, de que os trabalhadores construam organizações, uma formulação intelectual que supere a fragmentação do senso comum e, ao mesmo tempo, integre a alta cultura, elevando-a e disseminando-a para toda a humanidade, o que corresponde a uma direção intelectual e moral dos trabalhadores que os torne aptos a superar a divisão em classes sociais, integrando todas as classes subalternas.

Aparelhos de Hegemonia: Para Gramsci, de acordo com o dicionário Gramsciano (2017), surge num contexto voltado à formação da opinião pública, certamente não deixada a uma “volátil batalha de ideias”, mas organizada por uma precisa “estrutura”. No caderno 6, afirma que numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo – natural e contratual ou voluntário –, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado

⁵⁸⁶ convencimento que passa a ser, a partir de então, tarefa permanente e fundamental da burguesia para fortalecer a sua capacidade de organizar o consentimento dos dominados, interiorizando as relações e práticas sociais vigentes como necessárias e legítimas.

compreendido estritamente como “aparelho governamental-coercivo”. O “aparelho hegemônico” é uma “sociedade particular” (privada), que se torna o equivalente do “aparelho governamental-coercivo” do “Estado integral”: “força” e “consenso” possuem ambos os respectivos aparelhos, e já está delineado o “Estado integral” como unidade-distinção de sociedade civil e Estado tradicionalmente entendido.” (p.734) De acordo com o dicionário da Educação do Campo, a realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção de mundo, “termina-se por introduzir também essa concepção, ou seja, determina-se uma completa reforma filosófica”. (p.124).

Para Gramsci, um “aparelho” serve para criar um novo terreno ideológico, para afirmar uma nova concepção de mundo. Os aparelhos de hegemonia são mecanismos que tornam palpáveis a luta hegemônica e cumprem a função de reproduzir na “guerra de posição” tanto os interesses de classe do capital como contraditoriamente colocarem-se de encontro a esses interesses. Nesse sentido, não é por acaso que a educação e a formação são apontados como questões chaves para o MST em documentos que orientam sua formação educativa. A leitura de documentos e diretrizes elaboradas pelo movimento indica que os pontos se associam à organização pois a *educação* faz parte não só de uma das bandeiras de luta que passou a impor em sua trajetória, como também é estratégica para *formação da militância*. Assegurado na teoria de Gramsci, apresento o MST como Aparelho Hegemônico, tanto nas relações com, quanto nas ações que difundem e educam o sentir e pensar das classes populares, atuando para conservação das estruturas sociais – o que, como veremos, nem sempre alcança êxito.

4. O MST

De acordo com o próprio site do MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento socioterritorial que agrupa e reúne diversos camponeses pobres e também diferentes pessoas que são adeptas as lutas sociais pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura do Brasil. Tendo como diferencial diferentes pessoas de todas as regiões do país, um fator de consolidação do movimento. A luta do MST vai além de uma simples conquista da terra, ela está diretamente ligada a vários setores de atuação: cultura, educação, produção, saúde e políticas agrícolas, por exemplo. O que legitima e torna esse movimento um importante agente da ressocialização e do desenvolvimento territorial no Brasil. Suas ações contribuíram para o desenvolvimento dos territórios camponeses e do país.

A educação se tornou uma das prioridades do MST, desde os primeiros acampamentos. Para Kolling, Vargas e Caldart (2012, p.500-501), “a história da educação no MST tem relação direta com o percurso do movimento como um todo”. A luta pelo direito a educação e pelo acesso a escolas públicas, entra na agenda do MST logo nas primeiras ocupações, onde se percebe a necessidade do cuidado pedagógico e do acesso ao conhecimento para as crianças e jovens dos acampamentos, e para organizar esta luta, foi criado o Setor de Educação no movimento, que teve a seguinte trajetória:

No início, na década de 1980, a visão da necessidade e do direito ia até a educação para crianças e adolescentes. Aos poucos, na década de 1990, destaca-se também a alfabetização e da educação de jovens e adultos, que, em experiências pontuais, também já acontecia desde os primeiros acampamentos. Depois, veio a preocupação e o trabalho com a educação infantil e, mais recentemente, com a educação universitária. Na educação de nível médio, o trabalho começou com cursos alternativos para a formação dos professores das escolas conquistadas, e logo se estendeu a formação de técnicos para as experiências de cooperação dos assentamentos. No final dos anos 1990 e no início dos anos 2000, começaram as lutas específicas pelo ensino médio nas áreas de Reforma Agrária ou, mais amplamente, pela conquista de escolas de educação básica, incluindo todas as suas etapas. (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012, p. 501)

Com a organização dos coletivos de educação que vão desde o nível local até o nacional, com a tarefa de contribuir na mobilização e reflexão sobre a questão da educação, fortalecem o princípio organizativo do MST em relação, tanto a questão educacional, quanto as outras questões da vida social. Aos poucos e através da luta, foi possível recolocar a questão da educação dos povos do campo na agenda das Secretarias e Conselhos municipais e estaduais de Educação e do próprio Ministério da Educação (MEC). Percebe-se que no começo a luta dos sem-terra pela garantia de escolas era mais uma luta por direitos sociais, porém logo perceberam que ter um lugar garantido na escola não era suficiente. De acordo com Vendramini (2007) nas escolas tradicionais não tinham lugar para os sujeitos do campo, pois a pedagogia destas escolas, na maioria das vezes, não conhece ou desrespeita a realidade e as especificidades do campo, e eles precisavam sentir-se parte da escola, representar-se em sua própria pedagogia.

Trata-se da necessidade de construir uma escola que garanta o direito ao conhecimento, a ciência e a tecnologia, que amplie as oportunidades do desenvolvimento das pessoas e das comunidades, mas que ao mesmo tempo, reafirme os povos do campo como sujeitos de seu próprio destino e o campo, como um lugar privilegiado, de valores e culturas específicas. Para isso, é necessário que haja políticas públicas que garanta escolas públicas de qualidade, que eduque a partir dos diferentes sujeitos do campo e seus contextos.

4.1 O MST E A LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O MST tem como objetivo, de acordo com seu próprio site e diretrizes a transformação da realidade atual, e que a partir deste objetivo, o desafio da escola é educar para isso. A proposta de educação do MST acompanha a nova conjuntura de luta do movimento, num momento em que o MST explicita a perspectiva de classe na luta pela Reforma Agrária. A década de 1990 representou um momento de fortalecimento do MST embora tenha sido um momento na conjuntura onde prevaleça a coerção sobre os movimentos sociais, a combatividade do MST na luta de classes é expressiva. A educação neste contexto se amplia no sentido de contribuir com a luta de classes.

No documento Princípios de Educação do MST, encontramos cinco elementos que orientam a prática pedagógica no campo dos princípios filosóficos:

1. Educação para a transformação social. A partir deste princípio filosófico, apontam-se algumas características essenciais da proposta de educação do MST, tais como: a) Educação de classe; b) Educação massiva; c) Educação organicamente vinculada ao Movimento Social; d) Educação aberta para o mundo; e) Educação para a ação; f) Educação aberta para o novo.

2. Educação para o trabalho e a cooperação. Este princípio filosófico parte da defesa da relação que a educação e a escola devem ter com a luta pela Reforma Agrária e os desafios para a implementação de novas relações de produção no campo e na cidade.

3. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana. Neste princípio são apontadas dimensões importantes como a formação política-ideológica; a formação organizativa; a formação técnico-profissional; a formação do caráter ou moral; a formação cultural e estética; a formação afetiva e a formação religiosa. Este princípio se orienta na formação omnilateral do ser humano, a partir das formulações de Karl Marx.

4. Educação com/para valores humanistas e socialistas. Este princípio tem seu compromisso focado na superação dos valores da sociedade atual e a construção de novos valores, mesmo na atualidade, que colocam no centro dos processos de transformação a pessoa humana e sua liberdade, novas relações sociais que visem a produção e a apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade.

5. Educação como um processo permanente de formação e transformação humana. Este princípio evoca para a crença no potencial transformador da pessoa humana, e que a educação tem papel fundamental desde que seja um processo intencionalmente planejado e provocado.

Quanto aos princípios pedagógicos encontramos treze, descritos na seguinte ordem:

1. Relação entre prática e teoria;
2. Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação;
3. A realidade como base da produção do conhecimento;
4. Conteúdos formativos socialmente úteis;
5. Educação para o trabalho e pelo trabalho;
6. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos;
7. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos;
8. Vínculo orgânico entre educação e cultura;
9. Gestão democrática;
10. Autoorganização dos/das estudantes;
11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras;
12. Atitudes e habilidades de pesquisa;
13. Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Podemos notar que a compreensão que o MST tem relacionada à educação é de que esta se insere como elemento da formulação tática que visa a transformação social. O entroncamento entre a luta pela terra e a luta pela educação é estruturado enquanto um movimento de massas, que não pode fugir ao processo do trabalho educativo, por isso precisou necessariamente absorvê-lo ou o deixaria sob a responsabilidade da condução pelo Estado imbuído por suas diretrizes, planejamentos, diretivas e perspectivas.

4.2 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA COMO APARELHO HEGEMÔNICO

Mostrar que a produção do consenso - direção intelectual e moral- surge num momento que o MST faz uma articulação internacional tanto com frações de mesma classe (via campesina), como de frações de classes distintas (UNICEF, UNESCO) faz-se necessário para o momento. A partir do I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), em 1997, o MST encampa uma luta pela educação calcada no campo das políticas públicas, assumindo para si a bandeira da Educação do Campo como tática na luta pelo acesso à educação, a fim de fortalecer a correlação de forças na luta pela hegemonia dentro da sociedade.

Estudar é um direito e a escola do campo deve ter uma educação que contribua para que os trabalhadores rurais se apropriem de sua história, tornando-se sujeitos com capacidade de transformar a realidade social donde vivem. Trata-se de uma educação que combine o estudo com o trabalho, cultura e organização coletiva, [...] uma educação que recupere valores socialistas. (Caderno de Formação – MST n. 18, 1999, p. 14)

Este novo cenário representa um marco diferencial na relação entre a proposta de educação do MST e a bandeira da Educação do Campo como luta pela política pública orientada com os Organismos Multilaterais, (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)) e, posteriormente assumida pelo Estado capitalista, institucionalizada nos documentos da Educação do Campo. Buscaremos agora compreender o contexto em que emerge a discussão da Educação do Campo como luta pela política pública (hegemonia), analisando o significado da ampliação da educação no MST e as parcerias estabelecidas entre frações de classes distintas, representadas principalmente pelos movimentos sociais (MST) e Organismos Multilaterais, como UNICEF e UNESCO.

5. A LUTA PELA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação adentrou na pauta do MST através de uma questão pragmática, que era a necessidade

de escolarização infantil, juvenil e adulta dos militantes, mas logo despertou na direção da organização que a educação tratava-se também de um espaço estratégico de formação e por isso precisava ser tomada e/ou direcionada pelo próprio movimento a partir de seus interesses. Sob o contexto das políticas neoliberais da década de 1990, iniciam-se as discussões entorno do que viria a ser a Educação do Campo. Segundo Dalmagro (2010, p. 180) foi a partir de 1998 que o debate sobre a Educação do Campo tem entrada no MST, “este debate se estende até hoje e deixará marcas na perspectiva de educação do Movimento”. Para a autora o MST, vinculado à Via Campesina, retoma gradativamente os conceitos de campo e campesinato, “apontando que há uma cultura, um modo de vida camponês que deve ser respeitado e em certa medida retomado como forma de assegurar a sobrevivência da população campesina”.

Consideramos que a trajetória da Educação do Campo teve seu marco histórico em 1997, quando foi realizado o I ENERA (Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária), que reuniu educadores e educadoras da Reforma Agrária de todo Brasil, promovido pelo MST juntamente com entidades ditas parceiras: Universidade de Brasília (UNB), UNICEF, UNESCO e CNBB (KOLLING; NÉRY; MOLINA, 1999, p. 13).

A realização do I ENERA, realizou-se após a o prêmio “Educação e Participação”, concedido ao MST, pelo UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, em dezembro de 1995, por seu trabalho na área da educação representou um reconhecimento público e repercutiu positivamente no Movimento, no sentido do mesmo se dar conta do trabalho cotidiano e perseverante que vinha sendo feito há anos nas escolas dos assentamentos. Igualmente, abriu portas e caminhos junto à sociedade, nas Universidades e Secretarias de Educação.

O fato é que, esta premiação⁵⁸⁷ representou o reconhecimento do esforço do setor de educação do MST em garantir o acesso ao saber e à cidadania, projetando a participação do MST para espaços e fóruns de educação, exigindo uma qualificação maior do Setor de Educação no terreno das políticas públicas; Nunca antes o MST tinha sido exposto a situações em que deveria ter posição sobre assuntos dessa natureza. Para Caldart (apud VENDRAMINI, 2007), o I ENERA foi um encontro do MST com apoio dos Organismos Multilaterais, porém a preparação do encontro e a definição do caráter e do conteúdo não contou com a participação destes organismos. Para a autora, esses organismos representaram simbolicamente a legitimação do MST perante a sociedade e ainda afirma que haviam dois

⁵⁸⁷ O prêmio concedido ao MST em 1995 se trata da primeira edição do Prêmio Itaú-Unicef. O projeto enviado pelo MST por intermédio da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), “Por uma Escola Pública de Qualidade nas Áreas de Assentamento” recebe o segundo lugar nas premiações, segundo fontes do próprio site do prêmio. Segundo informações que constam no site educação e participação, o Prêmio Itaú-Unicef nasce em um contexto de mobilização mundial pela educação e com a certeza de que todos os segmentos da sociedade: governo, empresas, organizações não governamentais e indivíduos são corresponsáveis pela formação das novas gerações

fatores importantes que possibilitaram a realização do I ENERA: o prêmio que o MST recebeu do UNICEF reconhecendo o trabalho do MST com a educação nos acampamentos e assentamentos; e os encaminhamentos do III Congresso Nacional do MST realizado em 1995, com o lema “Reforma Agrária: uma Luta de Todos”, ou seja, do MST para a sociedade. A unidade que se estabelece a partir do I ENERA entre frações de classes distintas tem como ponto comum a luta por políticas públicas para a educação do campo. Com a política de FHC, da redução da população do campo e a política de nucleação das escolas do campo, nesse momento conjuntural, para “fortalecer” a luta, utilizou-se como uma das táticas a construção de parcerias entre o MST, outros movimentos sociais do campo, Estado e Organismos Multilaterais. Era muito mais juntar parceiros neste momento do que você produzir uma proposta teórica e revolucionária, nesse momento histórico o MST recua um pouco mais a sua proposta teórica para poder se juntar a seus parceiros. O problema me parece ficar nesse campo da constituição hegemônica mais reformista do que você avançar em um campo mais ofensivo, mais revolucionário. Considerando as divergências estruturais ou o posicionamento de classe entre os movimentos sociais e os organismos internacionais, a unidade entre as frações de classes distintas acontece por meio da luta pelo direito à educação.

No primeiro volume da coleção *Por uma Educação Básica do Campo*, encontramos uma referência ao I ENERA, referente às parcerias e aos desafios levantados aos promotores do encontro. Durante a realização do I ENERA, os participantes elaboraram um manifesto intitulado ‘Manifesto dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária’. Munarim (2008) considerou este Manifesto como sendo a “certidão de nascimento” do que viria a ser o Movimento Nacional de Educação do Campo.

O “Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro” resultante do I ENERA elucida as intenções e fundamenta a base para a I Conferência que resulta na formulação “Educação Básica do Campo”⁵⁸⁸. Destacamos aqui a defesa, expressa no Manifesto, em sentido mais amplo, da “escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a educação infantil até a Universidade”, afirmando a necessidade de construir uma “identidade própria das escolas do meio rural” em vistas a novas formas de desenvolvimento do campo, “baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa” (MST, 1999).

⁵⁸⁸ Segundo Caldart (2012, p. 260) O argumento para mudar o termo Educação Básica do Campo para Educação do Campo aparece nos debates de 2002, realizados no contexto da aprovação do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 36/2001, relativo às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002) e com a marca de ampliação dos movimentos camponeses e sindicais envolvidos nessa luta.

Justamente em um período em que o MST foi considerado um dos maiores adversários do governo FHC, ou seja, o MST era, no período em questão, a fração da classe trabalhadora com maior ênfase no enfrentamento contra o Estado brasileiro.

O auge da luta do Movimento foi alcançado entre 1995 e 1998, quando cresceu significativamente o número de ocupações de terras[...]. Nesse período o MST ganhou grande visibilidade nacional tanto pelo massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, como da Marcha Popular pelo Brasil, reunindo cerca de cem mil pessoas em Brasília, no ano de 1997 (DALMAGRO, 2010, p. 115).

Se por um lado o MST representa a fração da classe trabalhadora mais ativa e forte em luta contra o Estado brasileiro, por outro há um reconhecimento por parte de organismos internacionais do trabalho que vinha sendo realizado na educação dentro dos assentamentos e acampamentos, seja por meio do prêmio Itaú-Unicef (1995), seja na parceria para a realização do I ENERA (1997).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação da Política de Educação do Campo, referente aos marcos normativos, se dá a partir da promulgação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CBE nº1 de 03 de abril de 2002⁵⁸⁹, que teve como base para sua elaboração o Parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001. A Resolução CNE/CEB Nº 2, de 28 de abril de 2008⁵⁹⁰, bem como por meio do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, reformula a partir da Resolução CNE/CBE nº1 de 03 de abril de 2002, amplia e regulamenta a Política de Educação do Campo.

Com essas legislações e publicadas, fica evidente que o papel do Estado sempre se relaciona aos interesses do capital, na Educação do Campo não poderia ser diferente. Atribuir ao Estado a função de educador significa abrir mão de uma educação voltada aos interesses da classe trabalhadora, ou mesmo uma inversão de funções, onde os movimentos sociais acabam cumprindo com a função do Estado segundo as perspectivas deste. Na maioria dos documentos acerca da educação do campo identifica-se uma orientação no conjunto das políticas focais e fragmentárias, próprias do Estado em sua fase neoliberal, que possui como função básica as recomendações dos organismos internacionais: **educação como segurança e alívio da pobreza**. Percebemos, assim, que a política de Educação do Campo se configura como uma tática do Capital para incluir os trabalhadores na organização produtiva garantindo a sobrevivência do sistema capitalista.

⁵⁸⁹ sob o governo de Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

⁵⁹⁰ sob o governo petista Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Para D'Agostini (2012, p. 464), a Educação do Campo, embora tenha fins de emancipação humana, **ao ser desenvolvida na sociedade capitalista incorpora as contradições gerais entre trabalho e capital**, essas contradições expressam-se tanto na materialização das políticas públicas - que estão em acordo com as orientações dos Organismos Multilaterais -, como no trabalho pedagógico, principalmente por meio da cisão entre teoria e prática. Nestes termos a Educação do Campo apresenta-se para atender aos objetivos do capital e do Estado mais do que para atender às demandas da classe trabalhadora. Se for considerado apenas do ponto de vista do acesso à educação, afirma-se que houveram importantes avanços para a classe trabalhadora em sua luta pela Educação do Campo. Contudo, se considerarmos o caráter da educação a partir da Educação do Campo, esta vem cumprindo a demanda de qualificação ou treinamento dos trabalhadores.

Na atualidade, a Educação no MST é marcada pelo enfrentamento da luta de classes entre capital e trabalho, é a expressão da ofensiva do capital sobre o trabalho principalmente a partir da década de 1990 e o consenso travado entre frações de classes distintas na construção da Educação do Campo. Embora o MST se posicione enquanto fração da classe trabalhadora em luta contra o capital, as forças, no contexto da luta de classe, tenderam ao enfraquecimento de sua proposta de educação e ao reposicionamento da educação de classe para a educação nos marcos da luta pelo direito dentro da lógica do Estado burguês. Este cenário nos permitiu apontar as contradições na trajetória da educação no MST a partir da luta de classes entre os representantes do capital, em destaque os Organismos Multilaterais - UNICEF e UNESCO e o Estado e, por outro lado, os movimentos sociais, principalmente o MST.

REFERÊNCIAS.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 21 de abril de 2018

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade. **Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002**. Institui as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php> . Acesso em: 08 de maio 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01, de 3 de abril de 2002 – **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2002. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 20 de maio de 2018

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

D'AGOSTINI, A. **A educação do campo na educação brasileira: contradições e perspectivas**. Educação, Santa Maria, RS, v. 37, n. 3, p. 453-467, dez. 2012.

DALMAGRO, S. L. **A escola no contexto das lutas do MST**. 2010. 314 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639920> Acesso em: 21 de abril de 2018

FERNANDES, Bernardo M. CERIOLI, Paulo R. CALDART, Roseli S. **Primeira Conferencia Nacional “Por uma educação básica do campo” texto Preparatório** In: ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salette. MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). Por uma Educação do Campo. 4 edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

KOLLING, E.; VARGAS, M.; CALDART, R. MST e educação. In: CALDART, R. et al. (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.502-509.

KOLLING, E.J.; NERY, I.; MOLINA, M.C. *Por uma educação básica do campo*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999. v. 1.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. 831p. ISBN: 978-85-7559-535-6 - Disponível online.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). Caderno de formação n. 18 – 3ª edição, marco 1999
<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Formação%20nº%2018.pdf>. Acesso em 21 de abril de 2018

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). Disponível em: <www.mst.org.br> Acesso em 19 de abril de 2018

MUNARIM, A. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. In: MEURER, A. C. (Org.) Dossiê: Educação no Campo. Revista do Centro de Educação. Santa Maria, UFSM, 2008. Vol. 33, nº1. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/>>. Acesso em 22.11.2008.

VENDRAMINI C. R. **Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo** - Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a02v2772> Acesso em: 21 de abril de 2018

MESA 25: REVISIONISMO E DITADURA MILITAR: UM DEBATE CRÍTICO

Coordenador: Romulo Costa Mattos (PUC – Rio)

Difundido mundialmente a partir do contexto marcado pela ascensão da direita neoliberal e a crise dos regimes que integravam a URSS, o revisionismo historiográfico produziu uma leitura do passado ideologicamente orientada contra o marxismo, embora sob roupagem acadêmica. Entendida como hegemônica nos tempos atuais, essa perspectiva incide fortemente sobre os trabalhos que abordam a ditadura militar brasileira. Da efeméride dos quarenta anos do golpe de 1964, quando a produção relacionada com essa vertente se apresentou de forma mais coesa, até os dias atuais é possível observar o revigoramento do revisionismo – cujas premissas já são encontradas à farta em livros didáticos e também na chamada História Pública (aqui vale lembrar que tal orientação tem sido bastante útil à grande imprensa, que apoiou tanto o golpe, quanto o regime ditatorial). Em resumo, ao tratarem do país no período que vai de 1964 a 1985, os promotores do revisionismo na academia acabam por reabilitar visões difundidas pelos próprios militares, empenhados em produzir uma memória positiva sobre a sua atuação histórica. Esta mesa propõe um debate crítico com tais pesquisas a partir de três perspectivas: 1) a discussão das responsabilidades da historiografia revisionista na emergência atual de uma narrativa saudosista da ditadura militar; 2) o questionamento da afirmação de que o regime ditatorial teria contado com amplo suporte da sociedade brasileira, tomando como base a discussão sobre a política de remoções sistemáticas de favelas entre 1962 e 1973; 3) o debate crítico sobre a música popular brasileira nas décadas de 1960 e 1970, a partir de trabalhos historiográficos que reabilitam Wilson Simonal e os artistas da música popular cafona – geralmente relacionados de forma amistosa com a ditadura.

DITADURA E FAVELAS CARIOCAS: UMA CRÍTICA AO REVISIONISMO HISTORIOGRÁFICO

Marco Marques Pestana⁵⁹¹

Resumo: O presente trabalho busca questionar uma das proposições centrais da operação revisionista que se abate sobre a historiografia da ditadura empresarial-militar instalada em 1964, a saber, a afirmação de que o regime ditatorial teria contado com amplo suporte da “sociedade brasileira”. Tal como frequentemente apresentada, tal proposição oblitera as relações de classe constitutivas dessa mesma sociedade, considerando os seus múltiplos agentes, bem como os seus distintos laços com o Estado ditatorial, de forma indiferenciada.

A fim de apresentar uma contraposição a essa posição, será examinada a política de remoções sistemáticas de favelas, levada a cabo na cidade do Rio de Janeiro ao longo do período 1962-1973. Analisada à luz do conceito gramsciano de “Estado integral” (ou “Estado ampliado”), essa política pública permite evidenciar a assimetria das relações entre o aparato de Estado restrito e, respectivamente, frações do empresariado e do proletariado. De seu exame, emergem, portanto, tanto a clara percepção da vinculação do Estado ditatorial aos interesses de amplas frações do empresariado, quanto os mecanismos repressivos adotados com o objetivo de produzir o conformismo político das classes subalternas.

I- Introdução

Ao longo das últimas duas décadas, a historiografia acerca do regime ditatorial instalado no Brasil pelo golpe de 1964 tem se caracterizado por uma intensa dinâmica de polêmicas interpretativas. No bojo de tais polêmicas, tem se afirmado uma tendência analítica que encontrou particular eco a partir dos debates realizados por ocasião dos 40 anos do golpe, em 2004. Embora englobando uma variedade de autores com posições e matizes próprios (FIGUEIREDO, 1993; FERREIRA, 2003; REIS FILHO, 2014), tal tendência pode ser identificada pela recorrência de uma linha argumentativa central que é partilhada pelos trabalhos dos diferentes pesquisadores. Essa vertente interpretativa tem sido denominada por alguns de seus críticos mais expressivos como “revisionista” (TOLEDO, 2004). De acordo com Demian Melo, o ponto comum ao conjunto da produção revisionista pode ser sintetizado da seguinte maneira:

“Nossa hipótese é que esse *revisionismo* está em consonância com os pressupostos da ideologia do ‘fim da história’, segundo a qual a democracia

591 Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Professor do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (CAP/INES). E-mail: marcompag@hotmail.com.

liberal é o ápice da evolução humana, ao mesmo tempo que é o melhor dos mundos possíveis.

(...)

Essas abordagens têm como ‘novidade’ uma refutação sistemática de determinadas interpretações que tiveram inspiração na teoria marxista” (MELO, 2006, pp.113-114).

Na operação revisionista, tem adquirido especial proeminência o tema das relações entre Estado e sociedade civil no período ditatorial. Nessa seara, muitas argumentações têm sido desenvolvidas, de forma explícita ou implícita, como críticas à obra do cientista político René Dreifuss. Em seu livro seminal, *1964: a conquista do Estado*, Dreifuss (1981) recorreu a um arsenal conceitual gramsciano para demonstrar – com farta comprovação empírica – o protagonismo de entidades empresariais da sociedade civil na articulação do golpe de 1964, na composição do governo Castello Branco e na elaboração das principais reformas estruturais levadas a cabo nos primeiros anos do regime ditatorial.

Em trabalhos revisionistas, essa tese é descartada em favor da vaga noção de que a “sociedade”, genericamente concebida, teria sido responsável por apoiar a ditadura, conforme evidenciado pelo trabalho de Daniel Aarão Reis Filho:

“Correligionários da ditadura ganharam quase todos os governos [nas eleições de 1970], com exceção do da Guanabara, onde o eleito, Antônio de Pádua Chagas Freitas, do MDB, não podia ser computado propriamente como um homem de oposição.

Assim, os apoios civis da ditadura – ativos e conscientes – continuavam consideráveis. Sem eles os militares não conseguiriam governar. Na gama diferenciada de atitudes que contribuiriam para a estabilidade do governo e do país merecem ser ainda registradas a simpatia não entusiasta, a neutralidade benévola, a indiferença, ou, no limite, a sensação de absoluta impotência” (REIS FILHO, 2014, pp.83-84).

Nesse trecho, Reis Filho parte da consideração de uma eleição realizada em contexto ditatorial e com um sistema partidário imposto pelo próprio regime como índice de apoio popular. Em seguida, apresenta um conjunto de atitudes atribuídas a setores variados da população um peso equivalente na sustentação do regime. Não há, por exemplo, qualquer consideração acerca da importância decisiva das ações daqueles que o próprio autor denomina “correligionários da ditadura”. Não há, tampouco, qualquer reflexão acerca das diferentes condições de atuação política – desigualdade de recursos econômicos,

acesso às estruturas de poder, etc – dos múltiplos agentes sociais. O resultado evidente de tal argumentação é a diluição do caráter classista do regime ditatorial, cuja existência e operação deixam de ser consideradas como responsabilidade fundamental daqueles que, efetivamente, moldaram e dirigiram o Estado brasileiro no período considerado.

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar um contraponto a essa concepção das relações entre Estado e sociedade civil ao longo da ditadura de 1964. Para tal, será examinada uma política pública específica, a de remoções sistemáticas de favelas, que vigorou na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1962 e 1973. Ao focar a organização de diferentes frações de classe na sociedade civil e a natureza das relações por elas entabuladas com o Estado ditatorial, a hipótese defendida é a de que o conceito de ampliação seletiva do Estado permite compreender de forma bastante acurada a dinâmica dessas relações, retomando a compreensão do sentido classista do regime.

II- A política de remoções sistemáticas de favelas no Rio de Janeiro (1962-1973)

A política de remoções sistemáticas de favelas consistia, basicamente, na retirada forçada de moradores de favelas e sua transferência para conjuntos habitacionais cujas unidades deveriam ser adquiridas pelos próprios removidos por meio do pagamento de prestações mensais. Grosso modo, a maioria das favelas atingida por tal política situava-se nas regiões mais valorizadas do mercado imobiliário carioca (entre a Zona Sul e a grande Tijuca), ao passo que os conjuntos edificadas localizavam-se em áreas periféricas, com escasso acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos fundamentais.

Na cidade do Rio de Janeiro, tal política possuiu duas expressões institucionais ao longo do período 1963-1973. Entre 1962 e 1965, foi uma iniciativa do governo estadual da Guanabara, chefiado por Carlos Lacerda (UDN). Seus principais órgãos executores foram a COHAB (Companhia de Habitação Popular da Guanabara) e a Secretaria de Serviços Sociais, ambas criadas pelo próprio Lacerda. Com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) pelo governo ditatorial em 1964, estavam dadas as condições para a definitiva expansão dessa linha de atuação.

Entretanto, a eleição de Negrão de Lima (PSD), em 1965, representou, inicialmente, um arrefecimento do ímpeto remocionista. Obtendo grande parcela dos votos dos favelados, justamente pela disseminada oposição ao remocionismo em meio a esse segmento social, Negrão interrompeu as iniciativas sistemáticas logo no início de seu governo. Entre 1966 e o início de 1968, o número de

favelados removidos reduziu-se significativamente e os casos verificados relacionavam-se, quase sempre, a favelas muito afetadas pelas grandes chuvas de 1966-1967.

Essa tendência foi brutalmente interrompida em meados de 1968, pela criação da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro). Esse órgão era diretamente vinculado ao Ministério do Interior e, por meio de sua atuação, a política habitacional do estado da Guanabara passou a ser inteiramente dirigida pelo executivo federal. Com isso, a política de remoções sistemáticas foi imediatamente retomada, contando com amplo financiamento do BNH e perdurando até o fim das operações da CHISAM, em 1968.

Ao longo de todo o período 1962-1973, a política remocionista foi responsável pelo deslocamento de quase 140 mil moradores de 80 favelas⁵⁹².

III- Frações de classe mobilizadas: os projetos para as políticas públicas para as favelas cariocas

A implementação da política remocionista a partir de 1962 se deu em meio a um intenso conflito que atravessou a sociedade civil carioca ao longo das décadas anteriores, estendendo-se, também, pelo período de vigência do remocionismo. Nesse conflito, os principais defensores das remoções foram, inegavelmente, os empresários ligados aos capitais construtor e imobiliário. Com a adoção daquela política pública, esses setores poderiam se beneficiar tanto pelo acesso aos terrenos liberados (e à consequente valorização imobiliária de seu entorno), quanto pelos contratos para a construção dos conjuntos habitacionais.

Desde, pelo menos, os anos 1920, inúmeras entidades mantidas pelo empresariado da construção e do setor imobiliário – como o Sindicato da Indústria da Construção Civil, o Clube de Engenharia e o Sindicato dos Corretores de Imóveis, dentre outros – já formulavam propostas de políticas habitacionais sintonizadas aos seus interesses. Uma proposta mais detalhada de política de remoções de favelas seria formulada na segunda metade dos anos 1950, pelo Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado (IPEME), uma entidade diretamente vinculada a empresários atuantes na construção e no setor imobiliário. Nos estudos publicados pelo IPEME, era mobilizado um aparato de legitimação científica para defender a inépcia dos favelados para participarem em debates acerca das políticas habitacionais, bem como para

592 Os principais fundamentos e aspectos institucionais da política de remoções sistemáticas foram analisados por diversos autores, como Perlman (1977), Valladares (1980) e Brum (2012).

sustentar as remoções sistemáticas como única medida cabível em relação às favelas localizadas nas áreas mais valorizadas da cidade.

Já no início dos anos 1960, os interesses dos capitais construtor e imobiliário foram incorporados ao projeto de reformas estruturais do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que operava como principal polo aglutinador do empresariado que atuava pela derrubada de João Goulart. Dessa forma, uma das preocupações centrais das frações construtora e imobiliária do capital passavam a integrar organicamente um projeto de classe voltado para o reordenamento das formas da dominação de classes no país. A principal expressão dessa incorporação foi a elaboração do projeto de reforma habitacional estaria na origem do BNH, consagrando a concepção da habitação como uma mercadoria, devendo, portanto, ser adquirida comercialmente⁵⁹³.

Em oposição às propostas de viés mercadológico e remocionista, o movimento de favelados, composto em sua imensa maioria por setores da classe trabalhadora, aparecia como principal força social. Já nos anos 1930, muitos favelados se organizavam em associações locais com o objetivo de reivindicar melhorias urbanas junto ao poder público ou lutar contra as tentativas de despejo judicial que se multiplicavam, quase sempre por iniciativa de empresas privadas (FISCHER, 2008).

Em 1954, o movimento deu um salto organizativo com a fundação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), primeira entidade federativa dos favelados cariocas, que chegou a congregar mais de 40 núcleos de base em diferentes favelas. Sob a bandeira da UTF, os favelados conseguiram pressionar a Câmara Federal a aprovar, em setembro de 1956, a chamada Lei das Favelas, que sustou todos os despejos por dois anos. Na passagem para a década de 1960, a UTF e sua sucessora, Coligação dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro (CTF) entraram em crise e paulatinamente perderam a força conquistada nos anos anteriores (PESTANA, 2016).

Com o início da política de remoções sistemáticas, entretanto, os favelados renovaram seu ímpeto organizativo e, em 1963, foi fundada a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG)⁵⁹⁴. Desde a sua fundação e até o fechamento da CHISAM, a nova federação esteve na vanguarda das lutas contras as remoções. Nesse processo, realizou três congressos (1964, 1968 e 1972) e articulou mais de 80 associações locais.

Embora tenha passado por diferentes fases ao longo do período aqui considerado, a FAFEG manteve uma coerência programática expressa pelo slogan “Urbanização sim, remoção não”. Com efeito,

593 Sobre o histórico de organização do empresariado dos capitais construtor e imobiliário na sociedade civil, ver Pestana (2018, pp.15-88).

594 Atual Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ).

a rejeição ao remocionismo e a defesa de políticas públicas urbanizadoras (instalação de infraestrutura e serviços urbanos básicos nas favelas) foram deliberações unânimes nos três conclaves organizados pela entidade, além de pautarem as ações de diretorias marcadas por distintas concepções políticas (OAKIM, 2014; PESTANA, 2018, pp.146-245).

IV- As relações Estado/sociedade civil no âmbito da política remocionista

No que tange às favelas cariocas, a aproximação do Estado ditatorial em relação aos interesses do empresariado dos capitais imobiliário e construtor não se limitou à adoção da política de remoções sistemáticas. Com efeito, os próprios empresários desses ramos e seus intelectuais orgânicos participaram diretamente da concepção e implementação de tal política no interior do Estado restrito, desfrutando de acesso direto a múltiplas instâncias e agências. Iniciando ainda nos primeiros anos do governo Lacerda na Guanabara, em plena vigência do regime democrático, essa abertura do Estado aos representantes do capital desses setores aprofundou-se no período subsequente, conforme indicado pela tabela a seguir:

Representantes dos capitais imobiliário e construtor no Estado restrito⁵⁹⁵			
Nome	Atividades privadas	Cargo	Período
Haroldo Graça Couto	Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção/Empreiteiro/Construtor	Representante do governo Lacerda em negociação junto ao governo Jânio Quadros	Jun.1961
Félix Martins de Almeida	Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil da GB/Empreiteiro/Incorporador	Representante do governo Lacerda em negociação junto ao governo Jânio Quadros	Jun.1961
Sandra Cavalcanti	Membro do IPES	Secretária dos Serviços Sociais (GB)	Dez.1963- Out.1964
Clube de Engenharia e Sindicato da Indústria da Construção Civil		Participação institucional na Comissão Executiva da Política	Dez.1966

⁵⁹⁵ Tabela elaborada com base em dados apresentados em Pestana (2018, pp.89-145).

da GB		Habitacional da Guanabara	
Mauro Viegas	Membro do IPES/Empresário do ramo do concreto	Presidente da COHAB	1966-1968
Sandra Cavalcanti	Membro do IPES	Presidente do BNH	Out.1964- Nov.1965
Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva	Membro do IPES	Presidente do BNH	Nov.1965- Jul.1966
Mário Trindade	Membro do IPES	Presidente do BNH	Ago.1966- Jun.1971

Em uma rápida apreciação desses dados, é possível perceber a presença dos referidos agentes em órgãos e instâncias dos governos federal e estadual (aí incluída a gestão de Negrão de Lima, que inicialmente reduziu a escala das remoções). Também fica patente que o Estado possuía múltiplas formas de interlocução com o empresariado e os intelectuais orgânicos dos capitais construtor e imobiliário, desde órgãos da administração direta, até empresas públicas, passando por comissões temporárias.

Em contraste com essa presença empresarial no aparato estatal, nenhum representante favelado foi chamado para dirigir qualquer instância ou órgão da administração pública e nem sequer para participar das comissões que discutiram as políticas públicas que seriam adotadas. Pelo contrário, o principal braço estatal a estabelecer uma relação direta com o movimento de favelados ao longo do período ditatorial foi o representado pelas forças de segurança (polícias, órgãos de informações, forças armadas, etc).

Nesse sentido, desde os primeiros momentos do pós-golpe, as mobilizações dos favelados foram colocadas sob estrita vigilância do aparato repressivo, conforme indicado pelo relatório policial sobre o I Congresso da FAFEG, realizado em 1964:

“O conclave teve normal desenvolvimento, em ambiente de sadia troca de opiniões, havendo igualmente reuniões que se processaram na Rua dos Andradas 96, 16º andar, onde funcionaram as comissões e secretaria geral, observando-se inicialmente que foi despedido de qualquer infiltração subversiva, alheio a qualquer fundo político-partidário, pois a par de seus propósitos, de início, em perfeita consonância com as autoridades constituídas, elegeu como Alta Direção de Honra, S. Excias. os Srs. Presidente da República, Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, e Governador do Estado, Sr. Carlos Lacerda, além de personalidades diversas, que se destacam por sua luta e identificação com os objetivos de integração social, do referido congresso” (DOPS, 1965).

As referências à ausência de “infiltração subversiva” e ao alheamento a qualquer “fundo político-partidário” revelam que não havia nenhuma preocupação em receber e responder às reivindicações dos favelados. Do ponto de vista dos policiais, o movimento era considerado unicamente em termos de uma potencial ameaça, na medida em que poderia abrigar pessoas e organizações que atuassem em oposição ao regime.

Se no caso do I Congresso a retórica conciliatória adotada pela diretoria da FAFEG naquele momento foi o suficiente para afastar uma intervenção mais dura, o mesmo não se verificou à medida que a resistência dos favelados às remoções ultrapassou o plano das discussões e assumiu a forma de ações práticas mais contundentes. Assim, nos dois momentos em que os moradores de favelas selecionadas para serem removidas alcançaram maior mobilização (no Esqueleto, em 1964, e no entorno da Lagoa, em 1969), dirigentes da FAFEG foram presos e mantidos incomunicáveis, enquanto os demais militantes eram coagidos a desistirem das iniciativas de oposição aos desígnios estatais (PESTANA, 2018, pp.312-318).

Paralelamente à atuação das forças repressivas, outras agências estatais buscavam fomentar um novo padrão de interação entre Estado e movimento de favelados, esforçando-se por transformar este em instrumento daquele. Nessa seara, desempenharam papel preponderante os decretos estaduais “N” N° 870, de junho de 1967, e “E” N° 3.330, de novembro de 1969, que estabeleciam condições para que determinadas favelas recebessem obras de urbanização e, portanto, escapassem – ainda que sem garantia duradoura – à lógica do remocionismo. Estabelecendo a unicidade na representação de cada favela junto ao aparato estatal, tais decretos tornavam as associações locais operadoras das políticas públicas focalizadas, atribuindo à Secretaria dos Serviços Sociais da Guanabara o poder de destituir as diretorias que não atuassem em consonância com as diretrizes estatais (IDEM, pp.272-283).

V- Atualizando a ampliação seletiva do Estado brasileiro

Essa breve síntese da trajetória da política de remoções sistemáticas de favelas nos permite retomar o tema das relações entre Estado e sociedade ao longo do período ditatorial a partir de um caso concreto. Diferentemente do apoio genérico da sociedade ao regime, tal como postulado por Reis Filho e outros, tal caso indica a clara estruturação de um duplo padrão de relações. Por um lado, o Estado restrito abriu-se aos projetos de políticas públicas e aos intelectuais organicamente vinculados aos capitais

construtor e imobiliário. A esses, foi conferida ampla liberdade de organização, formulação e atuação políticas. Por outro lado, o mesmo Estado vigiou, reprimiu e penalizou lideranças faveladas, buscando impor determinadas condutas às suas associações.

Em termos teóricos, esse duplo padrão pode ser entendido a partir do conceito de “ampliação seletiva do Estado”, desenvolvido por Virgínia Fontes. Em sua análise, a ausência de uma hegemonia plena no Brasil das décadas intermediárias do século XX, longe de inviabilizar a ampliação do Estado, teria contribuído para dotar esse processo de um caráter específico, caracterizado por sua seletividade ou unilateralidade (FONTES, 2005, p.277). Embora as origens desse processo remontem a períodos anteriores, a ditadura estadonovista (1937-1945) é entendida como um momento-chave, em que essa modalidade de ampliação seletiva do Estado encontra as suas bases institucionais, que seriam preservadas sem grandes alterações no seu sentido pelos regimes políticos subsequentes, ainda que órgãos particulares pudessem ser extintos ou criados a cada momento (IDEM, p.197). Nesse modelo institucional,

“Centralizavam-se as agências, as formas e os procedimentos coercitivos (Exército, polícias), de forma a reforçar o poder do Estado sobre as massas populares (urbanas e rurais), mas assegurava-se que todas as frações (ou quase) da classe dominante tivessem assento em órgãos agora interiorizados no Estado, tecnificando-se os foros de decisão” (IDEM, p.188).

Dessa forma, as diferentes frações das classes dominantes abriam mão de parte de seu poder, na medida em que as forças coercitivas oficiais passavam a obedecer ao governo central. Entretanto, seu acesso ao Estado era garantido por uma série de órgãos técnicos, que estabeleciam contato direto com uma gama crescente de entidades da sociedade civil, as quais operavam para reduzir a importância da mediação especificamente política, isto é, aquela efetivada pelos partidos políticos (IDEM, pp.198-199; 291-292). Por meio dessa organização, era possível manter uma permanente negociação entre as diferentes frações das classes dominantes, de forma a buscar sucessivos equilíbrios, sem que fosse necessário o recurso frequente às alianças com setores das classes dominadas. Em outras palavras, a sociedade política viabiliza a unificação dessas classes dominantes, garantindo a possibilidade de expressão de interesses setoriais das suas diversas frações, muitas vezes até mesmo por meio da criação de órgãos públicos voltados para o atendimento de reivindicações bastante específicas.

Conforme indicado no trecho acima destacado, a efetividade dessa organização do Estado como uma reunião dos diferentes setores dominantes passava, centralmente, por “reforçar o poder do Estado

sobre as massas populares”. Nesse ponto, os instrumentos coercitivos centralizados e continuamente desenvolvidos pelo Estado desempenhavam papel fundamental, ainda que a existência de milícias privadas tenha atravessado todo o período aqui considerado (IDEM, p.284). Ainda de acordo com Fontes, essa centralidade do momento coercitivo no processo de ampliação seletiva do Estado não teria implicado na completa ausência de esforços de convencimento direcionados aos dominados. A sua incorporação ao Estado, Entretanto, não poderia se dar nos mesmos termos desfrutados pelos dominantes, sendo caracterizada por elevados graus de segmentação e controle. Assim, por um lado, a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores urbanos informais e rurais foi radicalmente bloqueada e, por outro, não foi tolerada a livre organização de entidades dos subalternos na sociedade civil.

Sintetizando todos esses elementos, a autora conclui que a ampliação seletiva do Estado resultaria na “construção de barreiras cada vez mais fortalecidas contra as lutas dos subalternos”, possibilitando a difusão, pelo Estado, de modalidades de educação dos mesmos capazes de gerar formas de um “consenso fraco” em torno do aprofundamento das relações capitalistas e da sociabilidade a elas correspondente (IDEM, pp.229-231).

No caso aqui analisado, a experiência dos subalternos foi marcada por um contínuo e crescente controle estatal sobre as suas organizações na sociedade civil. Nesse sentido, antes de mais nada, cumpre observar que a própria opção pela via remocionista pressupunha o total desprezo pela posição do movimento de favelados em favor da urbanização e resultava na desarticulação da vida associativa nas favelas removidas. No que tange às favelas não removidas, entretanto, não houve um bloqueio puro e simples à organização dos moradores locais, uma vez que, no período ditatorial, o número de entidades de base ampliou-se e a própria FAFEG manteve-se em funcionamento. Nessa seara, a estratégia adotada foi a de conter essas organizações pelo sufocamento de seu potencial mobilizador.

Com efeito ao observar a evolução entre as diferentes modalidades de controle, que permitia o acesso de determinadas favelas a elementos de uma política de urbanização – ainda que quase sempre de forma arbitrária, assistemática e com escopo muito limitado –, o que fica evidente é um processo de permanente restrição do escopo das reivindicações permitidas e uma progressiva incorporação ao Estado com funções de execução de tarefas e de vigilância do espaço local, sujeitando tais entidades à regulação estatal direta. Em outros termos, a neutralização do potencial disruptivo contido nas mobilizações dos subalternos assumiu a forma de uma articulação da repressão direta aos setores mais combativos do movimento à internalização das entidades locais ao aparato estatal, mas em condições diversas daquelas proporcionadas às classes dominantes: enquanto uns se ocupavam da formulação das grandes linhas de

ação, a outros cabia apenas executar as determinações emanadas de instâncias superiores e promover pequenos ajustes a partir da realidade local.

Assim, emerge com clareza o caráter de classe do regime ditatorial. Suas agências e órgãos foram, em larga medida, operados diretamente por agentes vinculados a frações do capital, aplicando políticas afinadas com seus interesses. Nesse contexto, é preciso ter ressalvas analíticas mesmo em relação às parcelas do movimento de favelados que, de alguma forma, aceitaram estabelecer um diálogo com entes do Estado ditatorial em busca da obtenção de melhorias locais sob a forma de obras infraestruturais, instalação de serviços, etc. Em face da brutal repressão que atingiu as lideranças mais combativas, o aproveitamento das oportunidades existentes para a melhoria de suas condições imediatas de vida não pode, em hipótese alguma, ser equalizada à ocupação de postos de direção do regime.

Bibliografia

BRUM, Mario. **Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS). **Mem. Nº 202**. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Polícias Políticas. Notação: DOPS 45.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: _____; DELGADO, Lucília (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp.343-404.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FISCHER, Brodwyn. **A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro**. Stanford: Stanford University Press, 2008.

MELO, Demian. **A miséria da historiografia**. Outubro, São Paulo, n.14, pp.113-114, 2º semestre de 2006.

OAKIM, Juliana. **“Urbanização sim, remoção não”**. A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2014.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Trad. de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PESTANA, Marco Marques. **A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964)**. Niterói: Eduff, 2016.

_____. **Ampliação seletiva do Estado e remoções de favelas no Rio de Janeiro: embates entre empresariado do setor imobiliário e movimento de favelados (1957-1973)**. Tese de Doutorado em História Social. Niterói: PPGH/UFF, 2018.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

TOLEDO, C. N. de. **1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo**. Crítica Marxista, Campinas, n.19, pp.27-48, 2004.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MESA 26: AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DO CAPITAL INDUSTRIAL DO PETRÓLEO
NA CONFORMAÇÃO DO CONSENSO

Coordenador: Thiago Vasquinho Siqueira (UFRJ)

Esta mesa propõe articular três trabalhos oriundos de pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os trabalhos possuem como interface principal a análise da atuação pedagógica de frações de classe burguesas vinculadas à produção, beneficiamento e distribuição de petróleo no Brasil. As pesquisas em questão utilizam conceitos gramscianos como base, sobretudo o de Estado Ampliado como ferramenta metodológica de análise. São discutidas as formas de atuação, na sociedade civil, dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) vinculados a estas frações de classe e os alcances desta atuação no Estado em sentido estrito. O capital vinculado ao bloco industrial petrolífero tem se utilizado de diversas estratégias para dirigir, difundir, organizar e multiplicar o consenso social sobre as necessidades objetivas destas frações da classe dominante, buscando se utilizar da via pedagógica para a manutenção de sua hegemonia. Unificando a análise de diferentes estratégias do bloco industrial petrolífero – a práxis pedagógica de seu principal APH, a formação da força de trabalho para a indústria e ações de responsabilidade social –, a mesa visa aprofundar o debate das formas pelas quais a educação vem sendo utilizada para conformar a direção político-cultural, forjando no senso comum o projeto político destas frações de classe. Dessa forma, é apresentado o conjunto do pensamento pedagógico das corporações petrolíferas almejando a explicitação dos interesses econômicos existentes por trás destas estratégias, bem como o alcance de ações diretas do Estado restrito para garantir os interesses destas frações.

Palavras-chave: petróleo; Estado Ampliado; Aparelhos Privados de Hegemonia.

O CAPITAL TRANSNACIONAL E O PETRÓLEO NO BRASIL: Estado, poder e hegemonia

Thiago Vasquinho Siqueira⁵⁹⁶

Resumo: Este artigo analisa informações de uma pesquisa de doutorado em andamento que objetiva compreender as formas de atuação do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) na configuração de uma práxis pedagógica capaz de orientar a direção político-cultural para o alcance dos interesses destas frações do capital. A práxis pedagógica se assenta no conceito gramsciano de hegemonia, capacidade persuasiva de um grupo social dirigir processos históricos para além do exercício direto da coerção. Busca-se entender as mediações entre a atuação da organização no Estado em sentido estrito e os processos de caráter mais amplo, realizados pelo mesmo no interior da sociedade civil. As análises são realizadas à luz do conceito ampliado de Estado em Gramsci. Formado em maio de 1957, o IBP declara que teve suas atividades originais vinculadas ao ambiente técnico e científico, sendo vedada qualquer atividade de natureza política ou partidária. Contudo, o histórico de atuação política de seus fundadores e sua inserção no Estado restrito apontam em outra direção. O Instituto atua como amortecedor e neutralizador de conflitos internos entre os agentes da indústria e as instituições estatais. Sua vasta área de atuação o faz um intelectual coletivo que atua na consolidação da hegemonia de frações do capital transnacional. No Brasil, estes interesses desenvolveram um “complexo financeiro-industrial estatal integrado de produção e domínio” que criou raízes na década de 1950 e se expandiu no governo de Juscelino Kubistchek, criando uma estrutura de poder político de classe do bloco multinacional, corporificado em uma “*intelligentsia* empresarial”.

Palavras-chave: Estado; aparelhos privados de hegemonia; petróleo.

I. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa informações de uma pesquisa de doutorado em andamento que objetiva compreender as formas de atuação do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) na configuração de uma práxis pedagógica capaz de orientar a direção político-cultural para o alcance dos interesses de frações do capital vinculadas à exploração deste recurso mineral. Busca-se, preliminarmente, compreender as mediações entre a atuação da organização no aparelho de Estado, visando à manutenção dos interesses de frações do capital monopolista, e os processos de caráter mais amplo realizados pelo mesmo no interior da sociedade civil. Pretende-se entender as formas históricas de atuação política, ideológica e pedagógica das corporações petroleiras no país e as relações de poder criadas para a reprodução da dominação destas

596 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Membro do Laboratório Interdisciplinar em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS-UFRJ). Email: tvasquinho@yahoo.com.br.

corporações no seio do bloco histórico⁵⁹⁷ atual, através da análise das ações de seu, em termos gramscianos, principal Aparelho Privado de Hegemonia, o IBP.

A atuação pedagógica das organizações dominantes é entendida aqui como forma destas realizarem as mediações necessárias na sociedade civil para alcance do consenso sobre a importância de sua atuação na produção nacional como forma de garantia da continuidade do desenvolvimento econômico. Na fase monopolista do capitalismo, a realização destas mediações busca conformar uma determinada sociabilidade⁵⁹⁸ que, ao sedimentar no senso comum tais objetivações como necessárias ao todo social, apaga as relações de classe existente nestas objetivações, garantindo a dominação e a dirigência política e intelectual destas organizações e o alcance de seus interesses através de ações diretas do Estado em seu sentido estrito.

A atuação pedagógica não se restringe a uma ação direta estritamente realizada nas instituições educativas do Estado ou em instituições oficializadas pelo mesmo, é também realizada por um conjunto complexo de mediações estabelecidas na sociedade civil na busca de dirigir, difundir, organizar e multiplicar o consenso social sobre necessidades objetivas de frações da classe dominante. Estas necessidades, ao sedimentarem-se no senso comum social, garantem a legitimidade de ações e políticas realizadas pelo Estado em prol destas mesmas frações dominantes. Portanto, tanto o Estado, como organizações políticas da classe dominante, possuem papel educador, orientando pela via pedagógica o conjunto de determinantes-determinadas que (se) sintetizam na realidade concreta.

A categoria práxis pedagógica é utilizada aqui como toda e qualquer ação político-pedagógica que, por si, busca atingir determinados fins na estrutura econômica. Ação política em interação direta com a arquitetura de uma concepção filosófica de mundo própria, formulada a partir de um conjunto de determinações objetivas de um grupo social, a qual se pretende sedimentar na sociedade para a garantia de reprodução dos interesses e projetos deste grupo. Baseando-se em Gramsci, práxis seria a forma pela qual uma “atividade prática, que é a mediação dialética entre o homem e a natureza, isto é, a célula ‘histórica elementar’” (GRAMSCI, 2002, p. 366) se baseia em uma filosofia, que “significa mais especialmente uma concepção do mundo com características individuais destacadas” (GRAMSCI *apud* LIGUORI, 2017, p. 135).

⁵⁹⁷ Bloco histórico no sentido do marxista Antonio Gramsci, como unidade estrutura-superestrutura.

⁵⁹⁸ Segundo Martins (2009), a sociabilidade ou conformismo social compreende a forma de ser, pensar e agir predominante dos homens e das classes, marcada por traços comuns ou compartilhados pelo conjunto de seres humanos em um dado momento histórico, sob mediação do estágio de desenvolvimento das relações sociais.

II. O IBP E O PETRÓLEO NO BRASIL

A questão energética sempre mobilizou a humanidade no sentido de facilitar a produção da própria existência humana. Além da própria reprodução da energia muscular humana necessária ao desenvolvimento do processo social vital – o processo de trabalho –, o domínio das fontes de energia existentes na natureza possibilitou ao ser humano a busca pela criação de excedente de produção.

A geração de excedente de produção teve que ser relevantemente incrementada, quando no modo histórico de produção da vida humana houve a subsumção do valor de uso das mercadorias ao valor de troca destas. Em tal situação do desenvolvimento sócio-histórico, a busca pela aceleração do processo produtivo demandou a dominação de alternativas e usos energéticos cada vez mais potentes. Sem o desenvolvimento da maquinaria, dos transportes, da comunicação e quaisquer outros artifícios encurtadores das barreiras espaço-temporais o avanço do modo de produção capitalista seria inviável, ou, fugindo de teleologias, no mínimo o capitalismo seria outro. Sem a combinação do modo de produzir com as energias fósseis, o desenvolvimento das forças produtivas não poderia ser realizado como tal. O capitalismo não é fossilista desde sua ascensão, mas torna-se com sua evolução. A Revolução Industrial é também, portanto, uma revolução das energias fósseis (ALTVATER, 2010).

O que parecia de início uma das maiores barreiras ao desenvolvimento capitalista da Grã-Bretanha do século XVIII (e possivelmente seria do mundo) foi suprido com a introdução dos combustíveis fósseis e da criação da máquina a vapor. Ao final do século XVIII a utilização da terra pôde ser dedicada apenas à produção alimentar, com a utilização do carvão mineral, e um século após com a utilização do petróleo e do gás natural (HARVEY, 2011, p. 70). Desde então o petróleo passa a motor do desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista devido suas imensas vantagens de utilização.

Nesse sentido, rendas, investimentos de petróleo e oscilações dos níveis de preço são alvo de especulação econômica, pois constituem forma de capitalização direta ou de investimentos em apostas fictícias no ciclo do capitalismo internacional. Demonstração disso é a cartelização da oferta de petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, desde 1960, e o domínio de sua exploração nas mãos das poucas empresas transnacionais, como as conhecidas “sete irmãs”⁵⁹⁹ e seus braços atuais (*op. cit.*, 2010, p. 228).

⁵⁹⁹ As “sete irmãs do petróleo”, como ficaram conhecidas, foram um cartel de empresas que se uniram para controlar o mercado de petróleo, perdendo força após a criação da OPEP. O cartel foi formado pela união de empresas oriundas da divisão da estadunidense Standard Oil (SoCal, Texaco, Gulf Oil, Esso e Socony), devido lei antitruste, e de empresas anglo-britânicas (Royal Dutch Shell e APOC). Atualmente estas empresas ainda dominam boa parte do mercado após diversas fusões entre elas, que originaram a ExxonMobil, Chevron, Shell e BP.

No Brasil, tal decurso histórico não se apresentou diferente. Diversos estudos apontam para a última década do século XIX como o marco inicial do processo de exploração do petróleo no Brasil (PENNA, 2004; COHN, 2017). No entanto, os mesmos demarcam que foi na década de 1930 que diversas polêmicas e disputas políticas em torno da questão começaram a se estabelecer, se acirrando, sobretudo, a partir dos anos de 1940-50, com o processo de aceleração da industrialização nacional.

Disputas políticas sobre as formas de exploração deste recurso mineral foram travadas no período, divergências entre nacionalistas e favoráveis à abertura do mercado mobilizaram frações militares, comunistas e forças imperialistas no Brasil. Foram criados movimentos sociais, como o “Petróleo é Nosso”; desenvolvidos seminários e disputas de poder no Clube Militar; veiculadas análises em periódicos criados para tal discussão; desenvolvidas legislações sobre a propriedade do estudo e lavra do recurso; articulados interesses de potências imperialistas etc.

Conforme aponta Penna (2004, p. 23), nos anos de 1940-50, os argumentos contrários à exploração do petróleo através do monopólio estatal estavam vinculados a uma questão técnica. Os defensores destas ideias se apoiavam em duas alegações principais interligadas: a falta de condições financeiras do Estado para garantir investimentos na área e a falta de mão de obra qualificada para tal empreendimento. Não coincidentemente é criado o IBP que, como autodeclara, surge com foco no desenvolvimento técnico e científico, ou seja, o de formar as condições necessárias para tal desenvolvimento. Nesse sentido, um dos papéis principais da organização é formar os quadros necessários à indústria, os técnicos, arautos da modernização.

Apesar das divergências existentes, muitos analistas do Brasil da década de 1950 destacam a necessidade de ideologias que preparassem a todos para o desenvolvimento. A necessidade de transformar as mentalidades, de criar o “novo homem brasileiro”, surgem no período como a forma pela qual o país sairia da condição de agroexportador para um país industrializado. Estas formas de pensar contribuíam para apagar as contradições entre as classes, como se todos ao mesmo tempo fossem se beneficiar desta dita modernização e, além disso, escondiam o aumento da dependência de investimentos de capital e tecnologia externas. As ações dos empresários industriais no período davam margem a um entendimento enviesado das articulações políticas entre as empresas estatais e as multinacionais. Enquanto a produção intelectual do período colocava o nacionalismo como um projeto de industrialização autônoma do país com apoio da burguesia, criavam-se as condições para que esta despontasse como liderança de uma ampla aliança política com as massas contra o capital estrangeiro. No entanto, logo em seguida o golpe de 1964 veio a apresentar a realidade escamoteada nestes projetos (MENDONÇA, 1986).

Para o caso da exploração do petróleo no Brasil a questão não parece ter sido diferente. Fundado, em maio de 1957, pelos engenheiros Leopoldo Miguez de Mello, Plínio Catanhede e o administrador Hélio Beltrão, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – seu nome completo atualmente –, está entre as poucas instituições empresariais brasileiras criadas ainda em meados do século passado, sendo o maior e mais antigo APH do setor.

Segundo o próprio Instituto, ao longo de seu período de consolidação foi desenvolvido um conjunto de ações voltadas à formação de mão de obra e de quadros de dirigência, de elaboração de estudos, sistematização de informações e de apoio ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas à dinamização da cadeia produtiva de petróleo (MÁXIMO, 2007). A organização condensa o conjunto de interesses de frações de classe vinculadas à exploração, escoamento, beneficiamento e distribuição de petróleo e subprodutos, possuindo entre seus quadros de associados uma série de corporações produtivas vinculadas ao setor.

Conforme uma publicação comemorativa de seus 50 anos, apesar de apontar para suas atividades originais como voltadas a criar o ambiente técnico e científico necessário para o desenvolvimento da indústria do petróleo no Brasil, o IBP aponta ser vedada qualquer atividade de natureza política ou partidária na organização (*ibidem*). Como se o ideário da modernização que desde então pautou a natureza da organização fosse desprovido de qualquer viés político. No entanto, a vinculação entre empresas estatais, no caso a Petrobras, e empresas multinacionais na criação de seu fundo social inicial já aponta para a defesa das ideologias modernizantes existentes no período. Quando olhamos para a rapidez do crescimento da exploração do petróleo no período de criação da organização, que teve um salto de 2 milhões de barris/ano em 1955 para 30 milhões em 1960 (MENDONÇA, 1986, p. 54), é difícil entender como coincidência a articulação das frações do capital multinacional com o estatal.

A atuação política não estava prevista em sua Ata de Fundação, quando foi denominado somente Instituto Brasileiro de Petróleo. Conforme a publicação supracitada (*op. cit.*), no período de sua criação não se imaginava que o monopólio do petróleo pela Petrobras, empresa estatal de economia mista fundada em 1953, seria um dia extinto, mas a defesa de uma concepção de indústria integrada pelos sócios que compuseram sua estrutura inicial conduziu a uma necessária atividade política, tendo influenciado ao longo de sua história textos de leis e alterações tributárias em prol da competição no setor.

O Instituto foi formado por incentivo do *Instituto Sudamericano Del Petróleo* (ISAP), que em reunião, em maio de 1957, incentivou a criação de institutos em todos os países da América Latina, como

demonstrado pela fundação do *Instituto Argentino del Petroleo y del Gas* (IAPG), também no mesmo ano. Ainda segundo o IBP, a organização possui atuação cada vez mais alinhada com as entidades que a inspiraram, o *American Petroleum Institute* (API), uma organização centenária responsável pela elaboração de normas e classificações para a indústria mundial, e o *Institute of Petroleum* (IP), organização profissional baseada no Reino Unido, atualmente denominada *Energy Institute* (*ibidem*).

Fundado em 1941 e tendo começado suas atividades no ano seguinte, o *Instituto Sudamericano Del Petróleo* passou a membro de caráter consultivo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em 1951. No período, o ISAP possuía 1.054 associados, entre membros corporativos e individuais, distribuídos entre 12 países. Nota-se que, apesar do caráter sul-americano da organização, os Estados Unidos estavam entre os representados na organização, possuindo 17 membros corporativos e 97 individuais entre os associados (CEPAL, 1951). Por si, a CEPAL teve seu auge nos anos de 1950, propondo a industrialização dos países latino-americanos a partir da teoria do subdesenvolvimento e da análise centro-periferia (GONÇALVES, 2014).

Atualmente o IBP passa dos 240 associados. Conforme o próprio, suas atividades foram diversificadas ao longo dos anos, consolidando-se como o “principal representante do setor” e autodenominando-se a “Casa da Nossa Indústria” (IBP, 2018b). Apesar da declaração de organização sem finalidade política inicial, a organização declara que foi levada a este tipo de atuação, sobretudo pela quebra do monopólio da Petrobras, que ocorreu em 1997 (MÁXIMO, 2007).

Atualmente, em seu Estatuto Social (IBP, 2017), o IBP se define como “pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação de fins não econômicos”. De acordo com o mesmo, suas atividades são oriundas de 66 comissões técnicas, com mais de 1.500 especialistas voluntários, que são os responsáveis por reunir conhecimentos, identificar demandas do setor, promover debates e sugerir temas de cursos, estudos, publicações e eventos (IBP, 2018b).

A organização aponta para a enorme esfera de articulação que possui ao apresentar sua primeira feira de petróleo e gás, que ocorre desde 1982, atualmente chamada de Rio Oil & Gas, a qual em sua última edição (2016) reuniu mais de 34.200 visitantes, 3.920 congressistas e 540 empresas expositoras (IBP, 2018b).

Diferentemente de seu papel inicial de estimular atividades setoriais, sob monopólio industrial da Petrobras, o IBP apresenta uma missão atual de: “Promover o desenvolvimento do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, visando uma indústria competitiva, ética e socialmente responsável” (IBP, 2018c).

Em sua ata da Assembleia Geral de Constituição (IBP, 2018a), é descrito Leopoldo Miguez de Mello como responsável por presidir os trabalhos e Hélio Beltrão como presença especialmente convidada, sendo co-autor do projeto de Estatutos e coordenador de sua discussão. Redigido em 21 de novembro de 1957, no Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo – Av. Pasteur, 250, fundos, no bairro da Urca, Rio de Janeiro/RJ, o documento apresenta 20 sócios fundadores iniciais, que contribuíram para a instituição do fundo social inicial da organização com diferentes parcelas.

Além disso, o Instituto realiza diversos cursos, com mais de 100 temas diferentes, ministrados por mais de 200 profissionais e especialistas, abrangendo toda a cadeia do setor. O objetivo é qualificar os profissionais da área no estado da arte da técnica e da gestão. Para aprimorar sua área de serviços educacionais, o IBP tem feito parcerias com universidades e instituições de capacitação profissional, oferecendo também cursos customizados nas empresas (IBP, 2018e).

Ao apresentar sua história, é patente a entrada deste APH na sociedade política, provocando diversas ações concretas do aparelho estatal. Algumas podem ser verificadas na própria apresentação da história do APH em seu portal virtual (IBP, 2018b), como os trechos abaixo.

[...] o IBP teve papel fundamental na abertura da exploração e produção de óleo e gás à iniciativa privada, com sugestões para a elaboração da Lei do Petróleo (1997). O novo marco legal alterou o papel do Estado – de provedor para regulador e fiscalizador –, criou a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) e permitiu um maior desenvolvimento do setor.

[...]

Desbravaram-se ainda as reservas de grande potencial do pré-sal na segunda metade dos anos 2000. O IBP atuou e ainda age para melhorar o ambiente regulatório dessa promissora província exploratória a fim de manter um contínuo ciclo de investimentos.

[...]

Um exemplo da atuação da entidade foi o apoio à integração de refinarias privadas já instaladas no país à Petrobras nos anos 70. Outro consiste na elaboração e fomento ao modelo tripartite de lançamento da indústria petroquímica brasileira também na década de 70, que uniu o capital da Petrobras à tecnologia e investimentos de companhias privadas – cada uma com um terço dos empreendimentos.

[...]

Nos anos recentes, em resposta à legislação dos anos 90, o Instituto vem tendo um papel cada vez mais atuante de interlocução entre empresas, órgãos reguladores e governos (IBP, 2018b).

O Instituto se apresenta claramente como um APH do capital industrial, que assim como outros APHs, atua como amortecedor e neutralizador de conflitos internos entre os atores da indústria e as instituições estatais, conforme pode ser percebido no trecho abaixo.

[...] Suas práticas isentas, apartidárias, transparentes e de busca de consenso entre os diversos atores da indústria resultaram numa atuação com grande credibilidade diante de empresas, sociedade e autoridades.

[...] Sua diretoria é formada por executivos de empresas associadas que também se dedicam como voluntários a gerir o Instituto com o objetivo de fomentar uma indústria competitiva, sustentável, ética e socialmente responsável.

[...] O IBP atua de forma abrangente em toda a cadeia de petróleo, gás e biocombustíveis, num ambiente aberto e democrático, guiado pelo respeito a opiniões divergentes e pela busca do equilíbrio de interesses, promovendo a cooperação entre os representantes da indústria e seus diferentes públicos e interlocutores (IBP, 2018c).

Os desdobramentos de sua atuação no Estado estrito também são claramente proclamados como no trecho abaixo, demonstrando sua força de atuação como um APH da indústria.

Nas áreas regulatória e institucional, o IBP atua em defesa da indústria de petróleo, gás e biocombustíveis em todos os fóruns e audiências públicas em que se discutem a regulamentação, a tributação e a fiscalização do setor. Sua participação é considerada imprescindível e sua representatividade é amplamente reconhecida nas agências reguladoras, nas várias instâncias de governo e no Congresso Nacional (IBP, 2018c).

III. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir das análises preliminares apresentadas, é possível apontar que o IBP seja o principal APH da indústria do petróleo no Brasil, sobretudo se considerarmos sua longa história, vasta frente de atuação e força política de seus intelectuais. Tal situação o faz um difusor da hegemonia burguesa constituída pelo capital multinacional no país, congregando diversas funções.

Dreifuss (1981, p. 71), em sua obra “1964: A Conquista do Estado”, destaca que os interesses multinacionais no Brasil cresceram de forma rápida e estável, através da política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek, que estava em seu mandato de presidente do país quando o IBP foi criado. O autor destaca que os interesses multinacionais se tornaram força socioeconômica dominante no período, criando uma estrutura de poder político de classe do bloco multinacional, corporificado em uma “*intelligentsia* empresarial”. Tais agentes sociais se configuraram como verdadeiros intelectuais orgânicos, em sentido gramsciano, do bloco em conformação, sendo eles diretores e proprietários de corporações, administradores de empresas, técnicos, executivos estatais e oficiais militares.

A ampliação do Estado capitalista pode ser analisada pelo próprio histórico de atuação do APH ora estudado neste trabalho. Os intelectuais que compunham o IBP (conforme análise inicial da diretoria do IBP na pesquisa de doutorado do autor deste trabalho) seguiram a mesma tendência de diversos outros APHs conformados no período (sendo o próprio IBP um dos APHs apontados por Dreifuss), acumulando cargos de dirigência de companhias privadas e estatais, desenvolvendo um “complexo financeiro-industrial estatal integrado de produção e domínio” que criou raízes na década de 1950 e se expandiu no governo de Juscelino Kubitschek (DREIFUSS, 1981, p. 72). Dentre estes intelectuais estavam presentes

membros ligados às Forças Armadas e às organizações que compuseram o golpe empresarial-militar de 1964, como Plínio Catanhede, fundador do IBP que foi presidente da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

Cabe destacar a rapidez de crescimento da produção de petróleo no período do governo de Juscelino, que saltou de 2 milhões de barris por ano, em 1955, para 30 milhões, em 1960. Além disso, o crescimento deste setor possui íntima vinculação com o pilar principal do padrão de acumulação no período, a implantação da indústria automobilística (MENDONÇA, 1986, p. 12).

Em 1969, companhias multinacionais controlavam a economia brasileira, no caso do petróleo 75,9% dos produtos químicos e derivados de petróleo estavam sob controle das multinacionais (DREIFUSS, 1981, p. 62). A forma pela qual o bloco multinacional e associado fazia valer seus interesses era compreendida por três eixos principais, conforme destaca Dreifuss (*ibidem*, p. 82-83), a saber: (i) escritórios de consultoria técnico-empresarial, como o Consórcio Brasileiro de Produtividade (CBP) e a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas (CONSULTEC); (ii) associações de classe empresariais (FIESP, CIESP e outras), da burguesia industrial – como a Associação Brasileira de Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB) – e outras; e (iii) grupos de ação expressando os interesses empresariais, sendo o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) o mais importante deles.

O CPB foi uma das agências de maior destaque na introdução de técnicas de planejamento empresarial e de administração pública, agindo como uma espécie de “organização guarda-chuva” para diversos escritórios técnicos. A organização tinha interlocução com o Estado e a administração paralela através do BNDE, oferecendo seus serviços como assessoria técnica para estudos específicos para diversas agências, estatais e privadas, dentre as quais interessadas figurava o próprio IBP (*ibidem*, pp. 84-85).

Vale ressaltar também que a ABDIB, fundada em 1955, foi uma das organizações fundadoras do IBP, tendo contribuído para seu fundo social inicial e sendo a única organização dentre estes associados à época que possuía funções que não eram produtivas diretamente.

Apesar das incipientes análises descritas neste trabalho, a dita “Casa da Nossa Indústria” parece se configurar como o partido (em sentido gramsciano) dos interesses multinacionais na exploração, produção, refino, escoamento, distribuição e fabricação de subprodutos da indústria do petróleo no Brasil. A vinculação do par estrutura-superestrutura realizada por seus principais intelectuais, que transitam entre os mesmos grupos empresariais, se inserem no Estado, no aparato militar e sedimentam um *ethos* sobre

este setor produtivo, aponta para a necessidade de continuidade deste estudo sobre parte do desenvolvimento e reprodução do capital monopolista internacional na conformação do Estado e formação social brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**: uma crítica radical do capitalismo.

Tradução Peter Naumann. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CEPAL. COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA. NAÇÕES UNIDAS. CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL. **Note by Executive Secretary**: Instituto Sudamericano del Petroleo – ISAP. 28 de maio de 1951. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14498>>. Visualizado em: 25 de maio de 2018.

COHN, G. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Editora Unifesp, 2017. 232 p.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de Estado. 3ª ed.

Petrópolis/RJ: 1981.

GONÇALVES, R. da S. A CEPAL dos anos 50 e sua influência no pensamento político brasileiro.

Pensamento Plural. Universidade Federal de Pelotas. Ano 8, nº 15, Julho/Dezembro de 2014. pp. 115-131.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, volume 5**. Edição e tradução: Luiz Sérgio Henriques. Co-edição:

Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski.

São Paulo: Boitempo, 2011.

IBP. INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS. **1957 – Ata da**

Constituição do IBP. 2018a. Disponível em: <<http://ibp60anos.com.br/>>. Acesso: 28 fev. 2018.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS. **História**. 2018b.

Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/quem-somos/historia/>>. Acesso: 20 fev. 2018.

____. INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Quem Somos**. 2018c. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/quem-somos/>>. Acesso: 26 fev. 2018.

____. INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Cursos**. 2018d. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/cursos/>>. Acesso: 04 mar. 2018.

____. INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Estatuto Social**. 2017. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/quem-somos/>>. Acesso: 26 fev. 2018.

LIGUORI, G. Concepção do Mundo. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. Guido Liguori e Pasquale Voza (ORGs.) Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia De Bernardinis. Revisão Técnica: Marco Aurélio Nogueira. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017. pp. 135-136.

MARTINS, A. S. **A direita para o social**: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009. 279p.

MÁXIMO, R. O IBP e a história do Brasil. In: **Brasil Energia**, n. 324 – Especial IBP 50 anos – novembro de 2007. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/quem-somos/historia/>>. Acesso: 20 fev. 2018.

MENDONÇA, S. R. de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

PENNA, L. de A. Petróleo e Soberania Nacional. In: PENNA, L. de A; SENA FILHO, N. de; SOUZA, C. A. D. **Petróleo no Brasil**: três ensaios sobre a Petrobras. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004. 126 p.

Sociedade Civil Ativa e Novas Sociabilidades do Capital: as formulações do IBP e o Programa Petrobras Socioambiental no entorno da REDUC

Marcio Douglas Floriano⁶⁰⁰

Resumo: A recomposição burguesa, visando retomar os níveis de acumulação auferidos até a década de 1970, deu origem, inicialmente, ao neoliberalismo, com desestruturação do Estado de Bem Estar (sobretudo no centro do capitalismo) e depois ao social liberalismo (neoliberalismo de Terceira Via), que se configura em uma “positivação” da sociedade civil, perda da centralidade do trabalho e na construção de um “cidadão de novo tipo”, afeito e formatado com ações de cunho empreendedorista, voluntarista e que busca uma formação profissional com ênfase no trabalho simples. O social liberalismo é uma tentativa de humanização do capitalismo. Nesse contexto, o presente trabalho analisa como as ações de responsabilidade social (RS) de empresas da Refinaria Duque de Caxias (REDUC), situadas no segundo distrito do município de Duque de Caxias (Campos Elíseos), sobretudo seu programa Petrobras Socioambiental, desenvolvido nas comunidades e no âmbito de escolas municipais, concorrem para consolidar novas sociabilidades e formatar esse novo cidadão no seu entorno. Concluiu-se, preliminarmente, que as práticas de responsabilidade social da REDUC se baseiam nas formulações do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, importante Aparelho Privado de Hegemonia da burguesia, operam na “frente de humanização” da indústria do petróleo a partir da educação do consenso entre as classes e das novas sociabilidades do capital, representadas pelo neoliberalismo de Terceira Via e que tais práticas cumprem uma dupla função: conformar as populações circunvizinhas das empresas em relação ao risco socioambiental trazido pelas atividades de produção, exploração do petróleo e aumentar o valor de mercado das empresas, visto que, a RS se configura como um ativo de mercado atualmente.

Introdução

O projeto de recomposição burguesa implementado a partir da década de 1970, tem como objetivo principal, a retomada do desenvolvimento e, sobretudo, das taxas de lucros auferidos pelas classes dominantes nos “anos dourados” do modo de produção capitalista⁶⁰¹, quando a articulação do modelo fordista-keynesiano garantiu sobremaneira a acumulação dessas classes. Os frutos de tal arranjos foram apropriados, principalmente, nos países centrais do capitalismo. Entretanto, esse bem-estar de uma parte minoritária da população mundial foi garantido pela superexploração do trabalho e pela expropriação de recursos dos países da periferia do capitalismo.

As sucessivas crises estruturais do capitalismo, posteriores a década de 1970, além de evidenciar o esgotamento do fordismo-keynesianismo, impulsionaram uma reformulação conservadora nas sociabilidades⁶⁰² que sustentavam tal modelo e, sobretudo, nas relações sociais de produção. Uma série de

⁶⁰⁰ Doutorando em Educação do PPGE-UFRJ
mdougvincini@gmail.com

⁶⁰¹ HOBBSAWN, 1997.

⁶⁰² O que se entende aqui por sociabilidade remete a seguinte definição: “**A sociabilidade**” ou “**conformismo social**”(grifos do autor) corresponde à forma com que os homens e as classe produzem e reproduzem as condições objetivas e subjetivas de sua

fatores concorreram para a diminuição das margens do crescimento econômico significativo do período entre o final da 2ª Guerra e o início da década de 1970, dentre os quais podem-se citar: a) aumento do preço da força de trabalho, suscitado pelas lutas dos trabalhadores no centro do capitalismo nos de 1960 e início de 1970; b) o esgotamento do modelo taylorista/fordista de produzir, dado a sua incapacidade de responder a retração do consumo; c) a hipertrofia do capital financeiro, que fugindo dos baixos lucros dos setores produtivos provocaram uma financeirização da economia mundial a partir da década de 1970; d) a crise do Welfare State, com a consequente crise fiscal dos estados e um movimento de privatização de suas funções (ANTUNES, 2009).

Com o fim da experiência socialista, as classes dominantes ficaram com o caminho livre para reconfigurar o pacto entre classes celebrado com o Welfare State, em muitos casos, rompendo com o modelo social democrata. Nesse sentido, pode-se inferir que o surgimento do neoliberalismo deu-se no seio das sociedades centrais do capitalismo, como estratégia de apropriação maior do fundo público, maior exploração da força de trabalho, ampliação das formas de enriquecimento das classes hegemônicas e enfrentamento das organizações sindicais e trabalhistas, apontadas dentre as principais causas da crise de acumulação. Destaca-se também nesse contexto a contrarreforma⁶⁰³ do Estado empreendida pela ordem neoliberal, com objetivo de desregulamentar e agilizar os fluxos de capitais e aprofundar a flexibilização da força de trabalho, visando recuperar o ritmo do processo de obtenção da mais valia.

Embora a reformulação (conservadora) empreendida pelo neoliberalismo tenha logrado relativo êxito em liberalizar o movimento do capital, sobretudo nos países da periferia do capitalismo, também engendrou uma dramática piora nas condições de sobrevivência das classes subalternas. O enfrentamento intransigente do neoliberalismo aos sindicatos, concebidos como grande inimigo da acumulação e as políticas de estado mínimo, atingiram a classe trabalhadora em cheio, criando esfera de individualismo, desilusão com formas associativas/coletivas de luta de classes e fomentando os “novos movimentos

própria existência, sob mediação das bases concretas, de uma dada direção política e do estágio de correlação de forças presente num certo contexto MARTINS, 2010).

⁶⁰³ Coutinho (2010) define o neoliberalismo não como revolução passiva, mas como uma contrarreforma, conceito com o qual concordamos, no sentido de que uma revolução passiva contemplaria dois movimentos: restauração e renovação. Nessa perspectiva, a classe dominante reage, de forma conservadora e por vezes, até com coerção, a uma tentativa contra-hegemônica das classes subalternas - restauração. Contudo, essa mesma classe dominante absorve e concede algumas demandas da classe subalterna – renovação. O neoliberalismo, ao contrário, retira direitos trabalhistas, sociais, dentre outros, das classes subalternas e por isso não pode ser considerado uma revolução passiva.

sociais”, dissociados das questões classistas e “engajados” em formas fragmentadas de luta e descrentes de mudanças estruturais⁶⁰⁴.

Esse processo (neoliberalismo), que se consolidou⁶⁰⁵ entre a década de 1970 e o início da década de 1990, além de não surtir plenamente os efeitos desejados, alimentou uma série de tensões e enfrentamentos a partir das classes subalterna e até mesmo em frações das classes dominantes. Diante desse quadro caótico, suscitado pela incapacidade das políticas neoliberais de maximizar a acumulação, as classes dominantes estabeleceram e operam atualmente, uma nova sociabilidade, a qual Castelo (2013) nomeia Social-Liberalismo. Embora suscetível a algumas variações, de forma geral, o social-liberalismo foi pensado para “corrigir” os rumos do chamado neoliberalismo puro⁶⁰⁶. - Esse novo arranjo, operaria um controle da força de trabalho, bem como um controle social, evitando os “focos de tensão” gerados pelo neoliberalismo puro. O Estado nesse modelo, não seria desidratado, mas sim operaria nos marcos do neoliberalismo ao mesmo tempo em que legitimaria o bloco histórico vigente e conservaria a sua hegemonia. Contudo, tal processo de refuncionalização da sociedade civil é marcado por contradições internas, com intelectuais liberais teorizando sobre a “importância do assistencialismo” praticado pelo capital e estimulando a ação filantrópica e a responsabilidade social do capital e com ex-marxistas formulando sobre a importância do “terceiro setor” ou da economia solidária, num evidente processo de transformismo (CASTLO, 2013).

⁶⁰⁴ Aqui não se objetiva criticar os “novos movimentos sociais”, pelo contrário. As lutas por reconhecimento que envolvem questões de gênero, raça, juvenis, etc., são entendidas como mediações imprescindíveis e absolutamente indispensáveis na luta pela emancipação da humanidade. Contudo, enfatiza-se que abandonar o antagonismo entre as classes configura em uma estratégia perigosa, pois, a nosso ver, não há emancipação sem a construção de uma outra hegemonia. Concordamos com Loureiro (2006, p. 106) de que “é preciso que a diversidade seja respeitada, mas faz-se também premente amadurecer e descobrir formas de aproximação, em termos de objetivos conjunturais e comuns, e compreender que em sociedade as formas organizadas disputam hegemonia e não apenas a convivência respeitosa e plural.”

⁶⁰⁵ Na realidade as forças políticas que haviam se mobilizado desde a década de 1940 (mesmo em um contexto de forte crescimento econômico e da sociedade capitalista como um todo) contrárias ao que chamavam de amarras do Welfare State contra as liberdades coletivas e, sobretudo, individuais, no bojo da crise da década de 1970 voltaram a se organizar e ganharam novo fôlego com a tentativa de recomposição burguesa de então. As formulações dos intelectuais orgânicos que, desde a década de 1940, faziam o contraponto ao *Welfare State* e ao *New Deal*, principalmente Friedrich August Von Hayek e a *Sociedade de Mont Pélerin*, não só conheceram um recrudescimento, como ganharam grande vitalidade no contexto do neoliberalismo da década de 1970. O fato é que as orientações do neoliberalismo comandaram uma reforma do Estado tanto nos países centrais do capitalismo, quanto na periferia. A Sociedade de Mont Pélerin foi fundada em 1947. A mesma se compõe de uma gama de combativos intelectuais orgânicos do capital, ligados a fração financeira das classes dominantes. Tal sociedade tinha Hayek como um dos principais formuladores e trabalhou pacientemente na difusão de Idéias contra o Welfare State desde a década de 1940, vindo a se consolidar como referência dos preceitos neoliberais na década de 1970.

⁶⁰⁶ O neoliberalismo puro, mais alinhado as formulações de Mont Pélerin, argumentava que as desigualdades sociais eram saudáveis e necessárias para a boa dinâmica do capitalismo. Já o social-liberalismo advogava (com um verniz “humanista”) que a acumulação dos ricos forma uma poupança e essa “gotejaria” sobre as classes subalternas na forma de investimentos, assistencialismos e atenção à “questão social” (CASTELO, 2013).

Na segunda variante ideológica do neoliberalismo – chamada *social-liberalismo* (grifo do autor) –, promove-se um sincretismo entre o mercado e o Estado, imaginariamente capaz de instaurar a justiça social. Ou seja, as desigualdades socioeconômicas deixaram de ser uma solução para questões específicas do capitalismo e passaram a ser um dilema social a ser tratado pela burguesia e seus intelectuais. Assim, as classes dominantes promoveram uma ofensiva na direção das bandeiras ideológicas da esquerda, tradicionalmente vinculada as lutas igualitaristas. O que antes era um ideal progressista passou a ter significados políticos e culturais conservadores (CASTELO, 2013, pág. 248).

Embora de matriz liberal, o social liberalismo se constitui em uma tentativa de conciliar os interesses das classes, baseada na cooperação e buscando uma face mais humanizada do capitalismo. Tal concepção se coloca entre o Estado de Bem-Estar e o Neoliberalismo, negando a centralidade do trabalho e pregando a superação da luta de classes. Assim, urge entender que a diferença fundamental entre o neoliberalismo e a terceira via está no fato dessa última apontar para a expansão do estado para a sociedade civil, operando assim um ‘alívio’ das funções do Estado, em nome de organismos na sociedade civil – Organizações Sociais (OSs); Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) - capazes de exercer-las com mais “eficiência”⁶⁰⁷.

Tal processo de criação organismos “não estatais”, alinha-se com o estado integral categorizado por Gramsci (2011) operando como um par dialético (LIGUORI, 2007), Estado e sociedade civil, se entrelaçam dialeticamente e é nesse sentido que se entende aqui a natureza das OSs, ONGs e OSCIPs. Nessa perspectiva, a complexificação da sociedade civil brasileira (Ocidentalização nos termos de Gramsci) conheceu um momento de consolidação no período entre as décadas de 1950 e o final da década de 1970, quando surgiram e atuaram de forma contundente Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), tanto ligados às classes subalternas, quanto às classes dominantes (DREIFUSS, 1981)⁶⁰⁸. Tal embate conheceu seu auge durante os anos de 1980, quando as frações da burguesia comandaram um vigoroso

⁶⁰⁷ A crise estrutural do capitalismo do final da década de 1960, lançou as classes hegemônicas na busca de um novo arranjo que se baseou (não somente, mas principalmente) nas concepções de Giddens (1996), na constituição teórica da chamada Terceira Via, baseado na atuação dos aparelhos privados de hegemonia⁶⁰⁷, na responsabilidade social do capital em defesa dos interesses “comuns” da sociedade sem, obviamente, questionar as relações de produção que exploram as classes trabalhadoras e nem a acumulação privada da riqueza. Na base das concepções da Terceira Via está a questão de lidar com a complexidade das políticas sociais, aspecto que o neoliberalismo, definitivamente, não soube “administrar”. A receita da Terceira Via consiste em uma redefinição da sociedade civil, isto é, uma **sociedade civil ativa**, que atue no interior do estado restrito, buscando horizontalizar as relações e participar dos processos decisórios (conselhos, audiências públicas, etc.), configurando assim uma **cidadania ativa** (MARTINS, 2010).

⁶⁰⁸ Segundo o autor, as classes hegemônicas no país, agindo de forma orgânica, no período imediatamente anterior ao golpe de 1964, se unificam sob a liderança de APHs como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Escola Superior de Guerra (ESG), que ganhou novos contornos e passou a atuar como uma disseminadora do pensamento conservador/liberal na sociedade brasileira. Tais APHs com os escritórios de consultoria tecnopresarial o que Dreifuss (1981) denominou “elite orgânica”, ancorada na defesa implacável da propriedade privada e nos valores liberais

procedimento de criação/reconfiguração/re alinhamento de APHs, no período de 1980 a 1988 (CASIMIRO, 2016). Apesar da multiplicidade desses APHs todos tinham como questão de fundo a “humanização” do capitalismo, no escopo do neoliberalismo de terceira via. A luta de classes desse período travou-se na Assembleia Constituinte de 1988, com a articulação desses APHs objetivando conduzir os trabalhos da constituinte no sentido de garantir os interesses das diversas frações da burguesia e de solapar as aspirações das classes subalternas no conjunto de leis da nova constituição.

Passado a constituinte e com a “redemocratização” do país, esses APHs passaram a atuar na massificação de uma nova “mentalidade empresarial” no país. Garantida a orientação liberal no escopo da constituição de 1988, agora seria hora de operar uma profunda reconfiguração no Estado, baseada, sobretudo, na substituição de diversas de suas funções por estruturas de uma “renovada” sociedade civil composta por ONGs, OSCIPS, Fundações, etc. Pode-se mesmo caracterizar essa sociedade civil a partir desses APHs, que se converteram em organizadores da vontade “coletiva” de dominados e subalternos. Ou seja, esses APHs configuram-se em intelectuais no sentido gramsciano e as classes ou frações de classe que estão no poder, operam uma unidade orgânica entre estado restrito e sociedade civil; coerção e consenso. Formando assim o estado integral ou estado ampliado. Assim, para a manutenção de sua hegemonia, uma classe ou fração precisa inserir seus intelectuais (individuais ou coletivos) no estado estrito, para que os mesmos trabalhem para a manutenção de seus interesses como prioritários, essa é a essência do estado ampliado (MENDONÇA, 2014).

É nesse sentido que um novo bloco histórico se formou no Brasil, a partir do movimento das classes dominantes dos países centrais do capitalismo e sob comando de organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial, a partir da década de 1990. A tentativa de recomposição das sociabilidades burguesas, abaladas pelas profundas desigualdades agravadas pela imersão do país nos preceitos neoliberais (no final dos anos de 1970) provocou uma tentativa de repactuação das relações entre as frações da burguesia e entre a burguesia e as classes subalternas. Na base da tentativa de recomposição burguesa que vem sendo operada nessas primeiras décadas do século XXI, estão características como a formação de um “cidadão de novo tipo” (NEVES, 2005); uma ampliação do estado, com a execução de políticas sociais de diversos níveis deixando de ser estatal e se deslocando (de forma precária e focalizada) para agentes da sociedade civil (ONGs, OSCIPs, Fundações Empresariais e outras); uma atuação mais “humana” dos agentes do mercado (Responsabilidade Social Empresarial) e um barateamento da mão de obra via perda de direitos trabalhistas.

Assim, o presente trabalho objetivou analisar algumas atividades de conformação, empreendidas pela Refinaria Duque de Caxias (REDUC), localizada no município de Duque de Caxias - RJ (a mais complexa refinaria da Petrobras), junto a população de seu entorno. A partir de um referencial teórico marxista, ancorado no arcabouço conceitual de Antônio Gramsci, empreendeu-se uma pesquisa documental, que abrangeu o “Programa Petrobras Socioambiental” e, preliminarmente, concluiu que as atividades de responsabilidade social da empresa, orientadas pelas formulações basilares do “neoliberalismo de terceira via” e alinhadas com as orientações do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) são utilizadas como ferramentas na construção de uma conciliação de classes no distrito de Campos Elíseos, onde se localiza a REDUC.

Programa Petrobras Socioambiental: educando o consenso em Duque de Caxias a partir das formulações Responsabilidade Social do IBP

Dentro do processo de aprofundamento da ocidentalização da sociedade brasileira, descrito por Dreifuss (1981) o período que precedeu a ditadura civil militar de 1964 foi de grande importância na formação de APHs que representavam os interesses das diversas frações da burguesia. Criado em 1957, o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP)⁶⁰⁹ surgiu da necessidade de organização da burguesia industrial brasileira decorria de dois fatores: disputar espaço dentro do estado para seus interesses, lutando ombro a ombro com outras frações da burguesia, notadamente a fração agrária e conter a mobilização do movimento operário, que demonstrava então grande capacidade de organização e enfrentamento político (MARTINS, 2005). Atualmente o instituto passou a influenciar de forma decisiva na legislação sobre a exploração de petróleo no Brasil. O Instituto tem hoje forte capilaridade em toda a cadeia de produção do petróleo, gás e biocombustíveis e atua como catalizador/formalador dos interesses da fração industrial da burguesia “brasileira”. Desde 2007, o IBP passou a se chamar Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, o que mostra sua importância como intelectual coletivo catalizador da vontade de uma extensa fração burguesa. Exemplo muito ilustrativo de sua atuação no estado estrito, foi sua influência na formulação do marco legal do petróleo vigente no país – Lei 4567/16.

⁶⁰⁹ O Instituto foi formado com objetivo de capacitação técnica para a exploração do petróleo, contudo, sua ligação com a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (CONSULTEC), um APH da burguesia que atuava na busca da consolidação de interesses da fração industrial (inclusive os setores de mineração, petróleo e energia) junto ao estado estrito, já dava indicações que o IBP logo se transformaria em um elo orgânico entre a sociedade civil e a sociedade política – consolidando uma ampliação do Estado. Evidência disso está na própria ata de fundação do IBP, o fundo social na época era composto por doações de grandes empresas de setores da produção industrial do Brasil e do exterior como Petrobrás, Shell, Ypiranga, Cia. Estrada de Ferro Santos a Jundiá, Union Carbide do Brasil S.A., Petrochor Indústria Petroquímica S.A. e outras.

A análise da atuação do IBP e sua formulação entre as empresas associadas indica que o instituto se filia ao projeto de educação de novas sociabilidades comandado por organismos internacionais, na formação de um novo bloco histórico no pós-década de 1970. Nas palavras de Gramsci (2011) “(...) o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados a iniciativa privada da classe dirigente (GRAMSCI, 2011, p. 267)”. Assim, as ações do IBP, oscilam entre a adesão aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e a formação intelectual e moral de jovens para dar continuidade a mentalidade mercadológica das empresas nas comunidades onde atuam e formar/conformar sua força de trabalho. A busca por uma sociedade “harmônica”, onde os conflitos entre classes sejam superados e substituídos pelo calabacionismo, pelo empreendedorismo formam o cerne dos documentos recomendatórios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para os países da periferia do capitalismo entre o final do século XX e o início do século XXI.

Foi justamente neste período que o IBP incorporou práticas de responsabilidade social e sustentabilidade, formando inclusive uma comissão⁶¹⁰ para esse fim. Atualmente

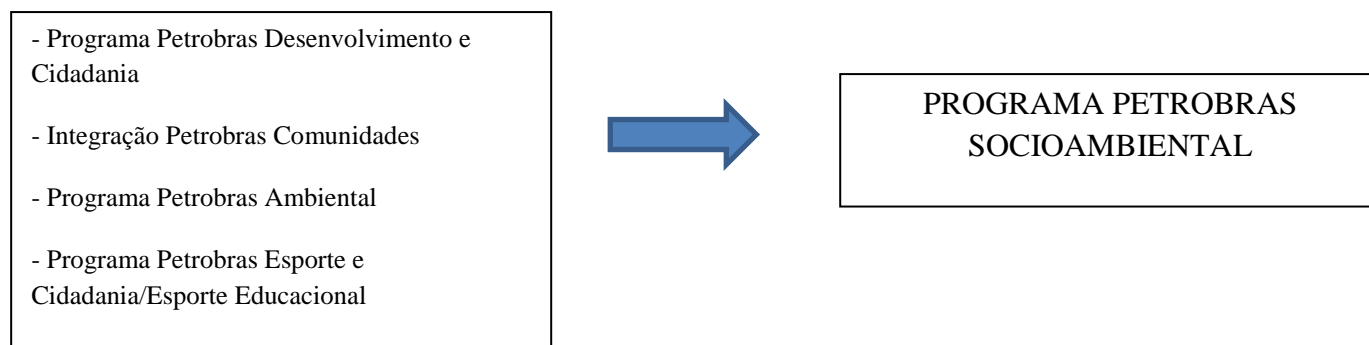
Com apoio da Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, o IBP fomenta uma indústria de petróleo, gás e biocombustíveis ética e socialmente responsável. Faz ainda uma série de sugestões para aprimorar a prática da sustentabilidade, na qual o crescimento econômico caminha junto com a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento social. A Instituição estabelece parcerias e o intercâmbio de informações e experiências com entidades nacionais e internacionais relacionadas aos temas ligados à responsabilidade social, com suporte da comissão formada por empresas do setor e funcionários do IBP. O IBP contribui também para a definição, disseminação e implementação de iniciativas e ferramentas que permitam que as companhias associadas incorporem conceitos e práticas socialmente responsáveis em suas tomadas de decisão e gestão de seus negócios (IBP, 2018).

Criada em 2002 a Comissão de Responsabilidade Social do IBP(CRS) articulou no âmbito das empresas associadas, elementos da nova sociabilidade do capital, sob uma nova pedagogia em sua relação com a sociedade, sobretudo com as comunidades do entorno das empresas. As práticas de Responsabilidade Social (RS) cumprem uma dupla função: conformar as populações circunvizinhas em relação ao risco socioambiental trazido pelas atividades de produção, exploração do petróleo e aumentar o valor de mercado das empresas, visto que, a RS se configura como um ativo de mercado atualmente. Nesse sentido, a CRS tem trabalhado na orientação das empresas para cumprir a função de promotores do consenso e da “parceria” entre capital e trabalho, empresa e comunidade. Os ODS da ONU tem balizado as concepções e ações da CRS. Contudo, tais “objetivos” são altamente questionáveis dentro dos marcos

⁶¹⁰ Na estrutura do IBP as comissões técnicas são consideradas a “alma do instituto”. Formadas por profissionais de diversas empresas, são elas que conferem a direção técnica, intelectual e moral do instituto.

gramscianos. A busca por uma “concertação social” baseada na harmonia entre as classes seminais do capitalismo, esconde uma tentativa de manutenção da hegemonia das classes dominantes.

A partir das orientações dos organismos internacionais e alinhada com as formulações sobre responsabilidade social do IBP, a Petrobras implementa o Programa Petrobras Socioambiental. Seguindo o receituário do social-liberalismo, os projetos desenvolvidos em tal programa levam a cabo uma estratégia de conciliação e conformação de classes, sempre baseados em uma reformulação da sociedade civil e no modelo de parcerias, o programa consiste na escolha, a partir de um edital de seleção, de projetos para serem desenvolvidos nas comunidades circunvizinhas das unidades industriais da empresa em todo o país. O programa surgiu em 2013 e teve origem na fusão de outros programas desenvolvidos pela empresa nas áreas sociais, culturais, ambientais e esportivas⁶¹¹. Contudo, a partir de 2013 tal iniciativa ganha importância na consolidação de uma “sociedade civil ativa”, uma vez que essa se constitui no “espaço de encontro com o outro e da realização do ‘eu’ no sentido da promoção da coesão social (MARTINS, 2010, pág. 72).



O edital de seleção de 2018, evidencia aspectos concernentes ao social-liberalismo⁶¹², na medida em que fortalecesse o protagonismo de organismos do chamado Terceiro Setor, em uma perspectiva funcionalizada de sociedade civil – a sociedade civil ativa.

Serão aceitas inscrições de projetos de entidades privadas sem fins lucrativos que componham o terceiro setor, legalmente constituídas e administradas segundo as leis brasileiras e organizadas em prol de interesses coletivos previstos no escopo das linhas de atuação desta Seleção Pública (PETROBRAS, 2018a).

⁶¹¹ O Programa Petrobras Socioambiental foi lançado em novembro de 2013, a partir da experiência de programas anteriores. A iniciativa reúne os Programas Petrobras Desenvolvimento & Cidadania e Petrobras Ambiental, além de incorporar e ampliar os programas Petrobras Esporte & Cidadania e Integração Petrobras Comunidade (PETROBRAS, 2018a).

⁶¹² No presente texto, embora tenha-se optado pelas ponderações de Castelo (2013) a respeito do Social-Liberalismo, como base teórica para nossa investigação, é importante ressaltar que a produção da professora Lúcia Neves no âmbito do Coletivo de Estudos de Política Educacional da Universidade Federal Fluminense a cerca das “mudanças” no bojo do neoliberalismo, sobretudo a partir do final dos anos 1980, processo denominado pelo citado grupo de pesquisadores de Neoliberalismo de Terceira Via, também constituem importante contribuição para pensar tal processo e, por isso, são referenciadas em diversos momentos de nosso texto.

Um exame dos projetos inseridos na rubrica Integração Petrobras Comunidade (escolhida aqui por ilustrar a responsabilidade social praticada pela empresa, em conformidade com as novas sociabilidades do capital) evidência aspectos importantes da pagadoria da hegemonia (NEVES, 2005) praticada pela empresa, em nosso caso pela REDUC, junto as comunidades circunvizinhas em busca de uma conformação da população local. Segundo a empresa:

A seleção pública Integração Petrobras Comunidades foi desenvolvida para complementar nossos programas corporativos de patrocínio. Com edições em 2011 e 2013, reforçamos nosso compromisso de contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde atuamos (PETROBRAS, 2018b).

A seleção acima escolheu projetos para serem desenvolvidos no período de dois anos: 2012-2013 e 2014-2015, respectivamente. Os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, foram agrupados em uma região pelo edital e só tiveram seleções no ano de 2013, para desenvolver projetos em 2014-2015. Dos 208 projetos inscritos, 52 foram selecionados, sendo 18 no Espírito Santo e 34 no Rio de Janeiro. Destes 34 projetos apenas 4 foram desenvolvidos no município de Duque de Caxias.

Tabela 1: Programa Integração Petrobras Comunidade, Duque de Caxias, RJ, 2014-2015

Projeto	Instituição
Inclusão e Trabalho Nome da instituição:	Fundec - Fundação de apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias
Projeto: Cozinha Escola Comunitária	União dos Brigadistas e Resgatistas Ambientais do Processo Apell de Duque de Caxias - UBRAPA
Espaço da Imaginação	Associação Brasileira Terra dos Homens
Crescendo em Cultura e Arte	Projeto Crescer

Fonte: Petrobras, 2018c.

A FUNDEC existe até os dias atuais, configura-se em uma agência do Estado Restrito, com forte atuação em todos os bairros do município no sentido de preparar a mão de obra para o trabalho simples (MELO; MARTINS; SOUZA; FALLEIROS; NEVES, 2015). Tais objetivos deixam evidente a intenção de trabalhar na conformação de um cidadão produtivo, que atenda aos interesses do capital, isto é, com um modo de pensar e de viver específico.

A FUNDEC tem por missão desenvolver ações articuladas, para efetivação de políticas públicas transformadoras, de responsabilidade social e democrática, visando a participação dos sujeitos, nas diferentes áreas do conhecimento e da sociedade, num olhar globalizado. No âmbito de suas ações, a Fundação promove e facilita o acesso dos cidadãos duquecaxienses à formação inicial e qualificação profissional, com possibilidades reais de “trabalhabilidade” e de geração de renda, além de promover pesquisas diagnósticas e a aproximação das áreas ligadas à cultura, esporte, lazer, ciência e tecnologia, intimamente relacionadas às ações realizadas (FUNDEC, 2018).

A “missão” acima apresentada encerra uma contradição, fala de políticas públicas “transformadoras”, ao mesmo tempo em que se submete aos preceitos neoliberais de terceira via (NEVES, 2005) contidos nas expressões “responsabilidade social” e “trabalhabilidade”. Logo, fica exposto que o conceito de transformação pelo trabalho divulgado pelos objetivos da FUNDEC nada tem de emancipador, ao contrário, carrega um profundo conteúdo de responsabilização individual, na formação daquilo que (FRIGOTTO, 2003) denominou cidadão produtivo. Incentivar a prática esportiva, promover/financiar atividades ligadas a arte e a pesquisa científica são objetivos que desapareceram da atual configuração da FUNDEC. A rigor apenas as atividades de formação de mão de obra para as empresas figuram como ações da fundação.

A União dos Brigadistas e Resgatistas Ambientais do Processo Appel de Duque de Caxias (UBRAPA), faz parte da Associação das Empresas de Campos Elíseos (ASSECAMPE). Que reúne onze empresas⁶¹³ do pólo petroquímico com objetivos que abrangem a responsabilidade social, Educação Ambiental e alerta/prevenção de acidentes. Embora a ASSECAMPE apregoe uma pertença neutralidade e uma aura de sensibilização das empresas com as condições de existência material da população do entorno, trata-se da ponta de um sistema de amortecimento, convencimento e conformação dessa população. Em sua “missão” já fica exposto este aspecto que está alinhado aos preceitos do neoliberalismo de terceira via

Executar ações estruturadas e planejadas que contribuam para o desenvolvimento sustentável de suas associadas, oferecendo a estas e às comunidades de entorno soluções que visem o incremento e/ou melhoria da segurança, capacitação, empregabilidade, infraestrutura, rentabilidade e responsabilidade socioambiental (ASSECAMPE, 2018a).

Salienta-se também, que a ASSECAMPE pode ser considerada um APH que atua mais na implementação que na formulação das novas sociabilidades do capital, o que é ilustrado pela sua “visão”

Tornar-se autossustentável até 2022, sendo vista como uma referência entre as Associações de Empresas, na defesa dos interesses comuns de suas associadas e das comunidades de entorno, tornando-se importante parceira para o desenvolvimento empresarial na área de abrangência da Associação (ASSECAMPE, 2018a).

⁶¹³ ALE COMBUSTÍVEIS; ARLANXEO; BRASKEN; IPIRANGA; LIQUIGÁS BR; NITRIFLEX; BR PETROBRAS; PETROBRAS DISTRIBUIDORA; SUPERGASBRAS; TRANSPETRO E ULTRAGAS.

A Associação Brasileira Terra dos Homens é uma ONG que atua na área de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados. Quanto ao projeto desenvolvido com patrocínio da Petrobras não se conseguiu maiores informações. O site desenvolve um histórico de desenvolvimento de projetos por parte da ONG, mas esse especificamente não consta da relação. Já o Projeto Crescer é um projeto criado pela I Igreja Batista Jardim Olavo Bilac, com obtivo de cuidar das necessidades “educacionais, espirituais e sociais” das crianças. O projeto funciona ativamente, mas no seu blog não encontramos nenhuma informação sobre a natureza de sua participação no Programa Petrobras Socioambiental.

Tabela 2: Programa Petrobras Socioambiental – Temas Transversais

TEMA	SUBTEMA
1. Respeito aos Direitos Humanos e combate à discriminação	1.1 – Equidade de Gênero 1.2 - Igualdade Étnico-racial 1.3 – Inclusão de pessoas com deficiência
2. Promoção da Ética, Integridade e Transparência	-----
3. Disseminação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	-----
4. Desenvolvimento e Difusão da Ciência e Tecnologia	-----
5. Promoção de Medidas Ecoeficientes.	-----

Fonte: Petrobras, 2018(d).

Ainda sobre o Programa Petrobras Socioambiental, salienta-se que atualmente ele agrega projetos segundo seis linhas de atuação: Biodiversidade; Florestas e Clima; Água; Direito da Criança e do

Adolescente, Educação e Esporte. Importante ainda destacar o público para o qual os projetos se direcionam: mulheres, negros, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, crianças e adolescentes e juventude. Por fim, ainda vale observar os temas transversais que balizam a seleção dos projetos para o programa (Tabela 2).

Importante notar que entre os temas transversais não há nenhum que remeta ao aspecto classista da sociedade. Essa se configura em uma das principais características do neoliberalismo de terceira via, qual seja, a negação da luta de classes e a ênfase na focalização de políticas sociais pontuais, destinadas a determinados grupos da população.

Considerações

A complexa arquitetura do estado ampliado brasileiro percorreu caminhos peculiares que resultaram de uma profunda ocidentalização da sociedade no país. Os trabalhos de Dreifuss (1981) e Casimiro (2016) evidenciam bem esse fato. Ainda que tendo ingressado de forma “tardia” nas formulações do capitalismo de terceira via, por conta do período de “redemocratização do país”, a burguesia brasileira tem mostrado uma grande “sensibilidade” na apreensão/absorção/reconfiguração das vontades coletivas das classes subalternas. É nesse sentido que procurou-se analisar aqui o processo de “humanização” do capitalismo operado pelas classes hegemônicas no Brasil. A construção de um conjunto de APHs desde meados da década de 1950 até o início dos anos 1990 e o aprofundamento de sua atuação nesses primeiros anos do início do século XXI, ilustra no país, um momento de grande desequilíbrio na correlação de forças entre as classes principais do capitalismo. Assim, entendendo o IBP como um importante intelectual orgânico coletivo, representante e organizador dos interesses de importante fração da burguesia nacional, é que se faz a leitura dos programas de responsabilidade social/educação ambiental da Petrobras. O aspecto da luta de classes “desapareceu” de seus temas transversais e a luta das classes subalternas por uma outra hegemonia se torna cada vez mais complexa, desigual, o processo de elevação intelectual e moral do proletariado brasileiro ainda se mostrará longo e árduo, mas concordamos com Gramsci que a construção de uma outra hegemonia é possível e necessária.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

Associação Brasileira Terra dos Homens. http://www.terradoshomens.org.br/pt-BR/mission_visions. Acesso em 19/6/18.

Associação das Empresas de Campos Elíseos (ASSECAMPE). **Valores**. [http://www.assecampe.com.br/valores.html\(2018a\)](http://www.assecampe.com.br/valores.html(2018a)). Acesso em 20/6/18.

CASIMIRO, F. H. C. **A Nova Direita no Brasil**: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 - 2014). Tese de Doutorado em História Social. Inst. De Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. UFF. Niterói, RJ, 2016.

CASTELO, R. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COUINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, F.; RIZEK, C. (orgs. Ed.) **Hegemonia às Avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010. Pág. 21-43.

DREIFUSS, R. A. **1964, A CONQUISTA DO ESTADO**: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6ª.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Fundação de apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias (FUNDEC). <http://www.fundec.rj.gov.br/sobreadfundec.php>. Acesso em 20/6/18.

GRAMSCI, A. **O Leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. COUTINHO, C. N. (organizador). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HOBBSBAWN, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX – 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP. **Agenda da Indústria, 2017**.

_____. **Código de Ética**. Disponível em <https://www.ibp.org.br/quem-somos/>, acesso em 20/2/18.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico**: uma abordagem política. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MARTINS, A. S. **A direita para o social**: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

_____. Estratégias burguesas para a obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo de terceira via. In: NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso**. São Paulo, Ed. Xamã, 2005. Pág. 127-143.

MELO, A. A. S. de; MARTINS, A. S.; SOUZA, C. A.; FALLEIROS, I.; NEVES, L. M. W. Mudanças na educação básica no capitalismo neoliberal de Terceira Via no Brasil. In: MARTINS; NEVES. **Educação básica: tragédia anunciada?** São Paulo: Xamã, 2015. Pág. 23-44.

MENDONÇA, S. R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. In: **Revista Marx e o Marxismo**. v.2, n. 2, jun/jul, 2014. Pág. 27-43.

MONTANHO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortes, 2011.

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso**. São Paulo, Ed. Xamã, 2005.

PROJETO CRESCE. <http://projetocrescerpib.blogspot.com/2011/07/dados-sobre-instituicao-1.html>. Acesso em 19/6/2018.

PETROBRAS. **Programa Petrobras Socioambiental: Seleção Publica**, 2018(a). <http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/selecoes-publicas/selecao-2018/>, acesso em 26/6/18.

_____. **Programa Petrobras Socioambiental: Seleção Publica de 2011 e 2013**, 2018(b). <http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/?nav=sobre>, acesso em 26/6/18.

_____. **Programa Petrobras Socioambiental: Resultados** (2018c). http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/files/pdf/2013_IPC_RJ_ES_Resultados.pdf, acesso em 26/6/18.

_____. **Programa Petrobras Socioambiental. Sobre** (2018d). <http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/?nav=sobre>. Acesso, 20/6/18.

ESTRATÉGIAS DO EMPRESARIADO PETROLÍFERO NA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA: o Caso do COMPERJ.

Marco Vinícius Moreira Lamarão⁶¹⁴

Resumo: O presente trabalho analisa as estratégias educacionais levadas a cabo pelo empresariado brasileiro e local na formação da força de trabalho destinada ao COMPERJ – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, em especial, através do seu Centro de Integração do COMPERJ. Utilizando-nos de categorias e conceitos oriundas da teoria crítica como Exército Industrial de Reserva, Formação para o Trabalho Simples e Complexo, Estado Ampliado ou Integral, sociedade política e sociedade civil, aparelho privado de hegemonia e estado educador busca-se apreender os mecanismos forjados para que o empresariado ocupe o papel de educador da classe trabalhadora brasileira, utilizando-se para isso, inclusive, de vastos recursos públicos, como aqueles destinados ao PROMINP (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural) e, no caso específico, gerenciados pela própria Petrobrás e pelos sindicatos patronais (Sistema S- SESI, SENAI, SESC, etc.) na formação da classe trabalhadora local a fim de “abastecer” o COMPERJ. Para tanto, foi utilizado da análise documental, de análise dos dados referentes ao RAIS (Relação Anual de Informação Social) do Ministério do Trabalho, bem como de levantamento bibliográfico sobre o tema em questão. Percebe-se, ao longo da pesquisa, um contínuo esforço coordenado por distintos setores para que o empresariado em geral assuma o papel de responsável por esta formação. No nosso caso, em particular, destacamos o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustível como agente articulador desta privatização da educação tanto ideológica (na medida em que propaga valores ligados exclusivamente as teorias liberais como empreendedorismo, empregabilidade, sustentabilidade e outros princípios oriundos do (neo)liberalismo) quanto em recursos públicos.

Palavras-chaves: Privatização da educação – COMPERJ- Educação Profissional- empresariamento da educação.

1. Introdução

O presente artigo busca analisar a instalação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) na região do leste fluminense, área, em parte, da região metropolitana do Rio de Janeiro e as estratégias utilizadas para a conformação da força de trabalho para o empreendimento através de uma série de iniciativas, entre o período de 2008 a 2016, tendo como foco especial a abertura do Centro de Integração do COMPERJ (CICOMPERJ), local destinado a realização de distintos cursos profissionalizantes, em distintos níveis (desde fundamental até pós-graduação) e que faz parte do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (PROMINP) que é parcialmente

⁶¹⁴ Mestre em Políticas Públicas em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da UFRJ, atualmente cursa o doutorado no mesmo programa. Professor de história do Instituto Federal Fluminense, email: marco.lamarao@iff.edu.br.

mantida com recursos públicos advindos do Ministério de Minas e Energia (FONSECA MOREIRA, 2008). Ao longo desta análise, foi necessário percorrer o debate acerca do novo desenvolvimentismo implementado pelo governo Lula e seus limites, tomando como referência o debate travado desde Celso Furtado, sobre as possibilidades de desenvolvimento do Brasil como nação, tendo em conta que o COMPERJ era obra fundamental do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo Lula da Silva e continuado no governo Dilma como PAC-2 e tinha como principal objetivo “acelerar o crescimento econômico”, fazendo com que o crescimento anual do PIB brasileiro atingisse o patamar de 5% ao ano. Além do conceito de capitalismo dependente, utilizamos outros oriundos do materialismo histórico em geral e da teoria crítica da educação brasileira em particular. Em Gramsci (2011) utilizamos a formulação de Estado Integral e isto nos leva a, sempre que quisermos debater determinada política pública, olhar para os aparelhos privados de hegemonia, operando- como intelectuais de frações de classe- na sociedade civil. No debate acerca das políticas públicas educacionais mantemos diálogo próximo com Neves (2005), Leher (2010), Motta (2012) e Frigotto (1984), dentre outros.

O complexo petroquímico planejado em meio à euforia inicial foi substituído, por uma série de fatores, por uma- tão somente- refinaria de gás⁶¹⁵ e, em 2017, se discute a possibilidade da conclusão da obra de uma das duas refinarias primordialmente planejada, isso se houver interesse da iniciativa privada de se associar. Esta mudança, no nosso entender, tem elementos que podem ser melhores explicados pela análise de Florestan Fernandes acerca da formação socioeconômica brasileira. É este debate que fazemos a seguir, relacionando esta formação socioeconômica com as contrarreformas educacionais que ocorrem desde o governo Fernando Henrique Cardoso, em seguida analisaremos algumas das estratégias do empresariado do setor de petróleo e gás a fim de educar a classe trabalhadora para as suas finalidades, tanto nacionalmente, quanto naquela localidade, através do Centro de Integração do Comperj.

⁶¹⁵ Se em seu planejamento inicial, a PETROBRAS previa o início das atividades do COMPERJ para o ano de 2011, atualmente a previsão de início de atividades do Trem Um da Refinaria está planejada para 2023⁶¹⁵. Os gastos no COMPERJ também se sobrelevaram. Inicialmente se imaginava um gasto de US\$ 8,5 bilhões (que em 2006 equivaleria a aproximadamente 19,1 bilhões de reais), para realizar a totalidade do complexo petroquímico em seu planejamento inicial. Atualmente, em 2016, o empreendimento foi muito reduzido em relação ao original, abrangendo apenas as: Unidade de tratamento de águas e afluentes, Unidade de Processamento de Gás, Unidade para Geração de Energia elétrica e a Vapor e a Refinaria 1, excluiu-se toda a parte petroquímica e uma das refinarias de petróleo. Não obstante, o que se tem de fato no presente momento do empreendimento, é uma refinaria de gás.

2. A encruzilhada novo desenvolvimentista e a contrarreforma educacional.

O ano era 2007 e a economia brasileira apresentava índices altos de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB), de 2004 a 2008 a variação percentual anual do volume do PIB, segundo IBGE⁶¹⁶ foi de, respectivamente: 5,2; 6,1; 4,0; 3,2 e 5,7. Em meio a este otimismo, o governo federal lança mão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma iniciativa que pretendia acelerar este crescimento econômico, muito próxima a ideia do *take off*, ou decolagem, expressão utilizada pelo economista americano Rostow (1974) para designar o momento em que a economia, acelera e decola, assim como o seu desenvolvimento, ideias estas sistematizadas em seu livro, “As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista”, importante contribuição ao pensamento desenvolvimentista, este bastante presente no pensamento econômico brasileiro em geral, e influenciador das políticas econômicas adotadas pelo então governo Lula da Silva que se autointitulava “novo desenvolvimentista” (MERCADANTE, 2010).

Dentre as inúmeras medidas anunciadas pelo governo através do PAC, como cada Ministério ter de apresentar para sua pasta um conjunto de medidas afinadas ao programa, o que, na educação, levou ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, havia uma iniciativa que era considerada o “carro-chefe” de todo o programa de aceleração e que deveria, pela sua envergadura e importância, bem como montante de investimento, assumir o lugar de maior empreendimento da história da indústria petroquímica brasileira e da PETROBRAS. Este empreendimento fora chamado, depois de algumas indefinições quanto ao lugar da sua construção, de Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro. A promessa era de que a realização do empreendimento elevaria a condição do Brasil na indústria petroquímica: deixaríamos de ser dependente de importantes componentes desta indústria e passaríamos a ser autossuficiente, gerando uma econômica de até dois bilhões de dólares anuais na agregação de valor ao petróleo exportado e pela substituição de importações (FONSECA MOREIRA, 2008).

Todavia, já aquela altura, a economia brasileira gozava de um crescimento atípico se comparado à maioria das principais economias globais, que se encontrava em meio a um processo de crise econômica que iria ter seu ápice no ano de 2008. Sem dispensar as análises mais conjunturais, Mézáros destaca a condição estrutural da crise no capitalismo, crise esta que, segundo o autor, se arrasta desde a década de 1970, que anima um novo levante do liberalismo ortodoxo- renominado “neoliberalismo” e suas derivações como a “terceira via”- que insistirá na tese de que a origem da crise é política: tem origem no

⁶¹⁶ Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000007765203112012522606619383.xls> acessado: 15/06/2017 as 19:35h.

Estado. Daí a defesa do Estado mínimo se sustentando na ideia de que a crise tem no aumento dos gastos do Estado a sua principal razão de existência e, para tanto, seria necessário conter os gastos deste e promover o ajuste fiscal, penalizando assim, as denominadas políticas sociais, angariadas pelos principais estado-nação do capitalismo como forma de conter o avanço do regime socialista (GRAMSCI, 2010).

Não para Mészáros. Para este, por se tratar de uma crise estrutural, diferente das demais que poderiam ser resolvidas de maneira paliativa, esta faz o capital se conflitar com os seus próprios limites. A necessidade de perpetuar o lucro, necessitando explorar ainda mais o trabalho, estimulando a condição de trabalhadores cada vez mais precarizados, aliado a um crescimento retumbante do Exército Industrial de Reserva e toda a sorte de desempregados; produzindo a diminuição da taxa de utilização sobre a mercadoria, ressaltando dois importantes limites à perpetuação do capital: o limite da degradação humana e o da degradação ambiental (exaustão dos recursos naturais disponíveis e crescimento exponencial da massa de lixo e poluição no planeta).

De acordo com Mészáros (2009), o expediente utilizado pelo capitalismo para sanar as pressões causadoras das crises anteriores era o uso do dispositivo bélico-militar e a promoção de guerras. Isto tem levado a uma situação de hipermilitarização do Estado, ou seja, o crescente gasto com armamentos militares dos países capitalistas desenvolvidos (com destaque para os EUA, Israel e outros) com a exportação da guerra (e do capitalismo) para as mais variadas regiões do planeta. Todavia, este também é outro limite colocado ao capitalismo, em especial, depois da desintegração do Bloco “socialista”. O capitalismo chegou a um ponto onde territorialmente não há para onde se expandir. Ele atingiu uma amplitude mundial e suas crises também. (HARVEY, 2007). Além do imenso poder destrutivo em massa colocado pelos investimentos em tecnologia e armamento militar, as guerras localizadas atuais já não surtem o efeito do período anterior, quando ela auxiliava na reprodução do lucro. Estes claros limites ecológicos, humanos e militares só tendem a se agravar mediante a tomada de medidas dentro da ordem sociometabólica do capital que busquem revitalizá-lo.

Estes, cada vez mais reduzidos, conglomerados capitalistas trazem consigo um determinante desta formação imperialista que é a fusão entre o “capital produtivo” e o capital financeiro, processo este observado por Lênin no início do século XX e que, desde então, não tem cessado e a partir da década de 1970 tem acentuado suas crises (HARVEY, 2011). Fontes (2010) denomina esta nova fase de acumulação de capital de capital- imperialismo. Revitalizando as contribuições oriundas de Florestan Fernandes e da teoria do Capitalismo Dependente e de autores posteriores, que atentam para a associação das frações burguesas nacionais com outras frações burguesas de caráter internacional - ou para a

internacionalização destas frações “nacionais” (FONTES, 2011) que se afirmavam como “‘fronteiras internas’ e em verdadeiras “vanguardas políticas” do mundo capitalista” (FERNANDES, 2005, pág. 342) - bem como o caráter do desenvolvimento desigual e combinado, buscando relacionar dialeticamente os aspectos da sociedade brasileira que eram denominados de “modernos” (a industrialização, a urbanização, a produção científica, o trabalho assalariado) com aqueles chamados de “arcaicos” (o latifúndio, a herança escravocrata nas relações de trabalho no campo e na cidade, o clientelismo e patrimonialismo, etc.). Discordava em dois aspectos fundamentais das teorias em voga, centradas nas importantes contribuições de Celso Furtado, pois estas buscavam identificar os setores modernos do empresariado brasileiro que teriam visão estratégica e nacional e, com isso, fortalecer os aspectos modernos da sociedade brasileira em detrimento dos aspectos “arcaicos” num tratamento dualista, dicotômico e não-dialético da formação social brasileira. Concordando com Florestan Fernandes, Virgínia Fontes (2010) chama a atenção para a integração heterogênea das burguesias brasileiras ao capital imperialismo mesclando interesses nativos e também fortes interesses internacionais, em especial dos Estados Unidos. Assim, esperar que uma burguesia nacional progressista realize reformas sociais no sentido de eliminar os aspectos arcaicos da sociedade é, para a autora, um equívoco. Ainda, ressaltamos um aspecto central: a herança escravocrata sobre o mundo do trabalho ainda se faz presente. Francisco de Oliveira (2003) chama a atenção para o papel que o trabalho análogo ao escravo do nordeste brasileiro tem no barateamento da comida vendida nos centros urbanos- como São Paulo, por exemplo - e como isto diminui o valor da reprodução da força de trabalho, auferindo uma maior margem de lucro para distintas frações das classes dominantes. Fontes (2010), atenta para uma das grandes vantagens brasileira frente ao mercado internacional: o baixo custo de sua força de trabalho.

Nestes termos, a chamada “dupla rede” existente na educação brasileira, tão denunciada por diversos especialistas da educação (CUNHA, 2009; FREITAG, 2007), cumpre um papel central na reprodução desta formação capitalista, pois se estrutura dois tipos de escola, uma ligada à formação das frações da classe dominante e ao trabalho intelectual e/ou complexo; e outra voltada às classes subalternas ligadas ao trabalho manual ou simples. Daí a educação cumpre um importante papel na reprodução da força de trabalho a baixos custos, do desenvolvimento desigual e combinado e, com isso, do capitalismo dependente brasileiro. (FRIGOTTO, 1984)

O atual desmonte do Estado em suas políticas sociais e as medidas que buscam diminuir os direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores brasileiros seguem esta mesma lógica: de tornar mais “barato” ao capital ali investido o custo de sua força de trabalho aumentando a exploração e o “mais-

valor”. Os direitos denominados universais consagrados na Constituição de 1988 tiveram um processo de desmonte aprofundado no governo Fernando Henrique Cardosos através da (contra)Reforma Gerencial do Estado. Segundo esta contrarreforma, a educação pública poderia ser ofertada através das parcerias público-privadas onde o financiamento desta educação continuaria majoritariamente público, mas a gestão destes recursos e das escolas ficaria a cargo da iniciativa privada através das organizações sociais (OS’s), organizações não-governamentais (ONG’s) e das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP’s) ou de outras organizações ligadas ao empresariado “sem fins lucrativos”. Já existe uma série de análises, no campo da pesquisa educacional, que apontam para estas novas formas de privatização da educação pública no Brasil (MOTTA, 2012; LEHER, 2010) que além de introduzir elementos da meritocracia e da avaliação externa no ambiente escolar (LAMOSA e MACEDO, 2015), redefine o trabalho docente e, fundamentalmente, faz com que os recursos públicos da educação tornem-se mecanismos de reprodução da economia financeirizada (LEHER, idem.). Estas contrarreformas são conduzidas, em grande parte pelo Estado, sob os auspícios dos setores empresariais organizados em frentes como o Movimento Todos Pela Educação (TPE) (LEHER e EVANGELISTA, 2014; MARTINS, 2009).

Denominamos de empresariamento este fenômeno no qual a educação pública passa a assumir como sua, técnicas oriundas do mercado (avaliações por resultado, prêmio por metas atingidas, hierarquização dos resultados etc.) ao mesmo tempo em que— através da “prestação de serviços”, consultorias, parcerias diversas, fornecimento de infraestrutura, de material de informática, de material didático, de provas padronizadas para toda a rede e outras nomeações ou mesmo através da transferência direta de recursos públicos para a iniciativa privada— serve como território para a ação lucrativa de empresas, garantindo a elas, ainda, uma oferta de força de trabalho excedente e educando estes trabalhadores para o consenso e a conformação (DAHMER, 2007; RODRIGUES, 2007; MIRANDA, 2015).

Outra dimensão deste empresariamento da educação é a redefinição do trabalho docente que gradativamente vai perdendo a sua autonomia pedagógica e passa a ser submetido a uma série de mecanismos de controles como: a seleção curricular externa, avaliação externa, meritocracia, sistema de apostilamento, vídeo-aulas, etc. Ainda mais, acresceu-se a este processo a defesa da possibilidade de, a partir de “índices técnicos”, aferir a “qualidade da educação”, corrigindo “distorções”, promovendo o desenvolvimento educacional e, como corolário disso, o desenvolvimento econômico. Este arcabouço técnico/teórico busca fazer da escola um espaço de reprodução de um novo consenso, na medida em que

promove um controle e uma contínua precarização do trabalho docente, promovendo uma profunda ressignificação deste, que passa a ser um entregador de conhecimentos já preparados anteriormente e afinados com aquilo que Lúcia Neves (2005) denominou de “nova pedagogia da hegemonia”, cujo principal objetivo é conformar os trabalhadores às novas determinações do capital frente à sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2009). Ainda, encobrem o caráter ideológico deste avanço da visão de mundo empresarial na educação ao, “pragmaticamente”, afirmarem que a escola deve se adequar aos “novos tempos”. Assim, ideias como empreendedorismo, sustentabilidade, voluntarismo, equidade, corresponsabilização, empregabilidade, pedagogia das competências, dentre outras passam a ter, na escola pública, um espaço de propagação e reverberação (NEVES, 2005; LAMOSA, 2014) em uma reformulação da teoria do capital humano pelos teóricos da Terceira Via (GIDDENS, 2007; BRESSER-PEREIRA, 2002; MERCADANTE, 2010; ABRUCIO E RAMOS, 2012). A escola e a educação passam a, cada vez mais, serem alvos dos empresários através do investimento social privado, com especial foco aquela camada da população que conforma o Exército Industrial de Reserva.

Embora embalado por um discurso oposicionista ao governo Fernando Henrique Cardoso, o governo de Lula da Silva não modificou, em essência, os paradigmas políticos que nortearam as políticas da contrarreforma. Ao contrário, em diversos aspectos, o governo de Lula da Silva (e também o de Dilma Rousseff) aprofunda aspectos desta contrarreforma (LEHER, 2010, FONTES, 2011). Com especial atenção na educação, os documentos legais dos últimos governos celebram a parceria e a presença da iniciativa privada na educação, tanto na substituição, quanto no auxílio do ente público na oferta da educação. É o caso do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei No 13.005/2014, e do documento denominado “Pátria Educadora” lançado pela Secretaria de Assunto Estratégicos (SAE) ainda nos primeiros meses do segundo governo Dilma Rousseff que aprofundam o empresariamento da educação e o processo de privatização da educação pública (COLEMARX, 2016). Ambos os documentos dispõem relativo espaço para a importância do desenvolvimento da educação profissionalizante nos seus distintos níveis. O Plano Nacional de Educação elege como grande parceiro da União no aumento da oferta da educação, em especial a profissionalizante, a iniciativa privada (neste caso através do sistema sindical patronal, melhor identificado como “sistema S”). Assim, o “sistema S”, sob controle da classe dominante brasileira, recebendo vultosos recursos do Governo Federal será o responsável por boa parte da ampliação das vagas nesta modalidade de ensino em suas distintas certificações de carga horária por todo o território nacional através de diversos programas, incluso O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Estes diferentes cursos, oferecidos de forma gratuita ou financiada a juros baixos

são custeados pelo dinheiro público, mas são oferecidos e gerenciados por uma entidade de classe ligada ao grande capital nacional. Além disso, grande parte destes cursos é destinada à população mais precarizada e são, em sua maioria, voltados à qualificação para o trabalho simples (LAMARÃO e MOTTA, 2015).

A hipótese da qual partimos foi de que o empresariado organizado especialmente no sistema “S” operou nas agências do Estado estrito (ministérios federais e secretarias estaduais e municipais) – no sentido de viabilizar um conjunto de ações que estamos denominando como “Pedagogia do Capital” (NEVES, 2005). Naquela região, a maior destas iniciativas se consubstanciou no Centro de Integração do Comperj (CICOMPERJ). Subordinado ao Programa Nacional de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás (PROMINP) e mantendo parceria com o sistema “S”, com o custeamento destas ações efetuado, em parte, por recursos públicos, oriundo do Ministério de Minas e Energia. Conforme palavras de um de seus gestores

O Centro de Integração do COMPERJ segue as definições e diretrizes do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, do Ministério de Minas e Energia (Projeto ABAST-28) para melhoria dos níveis de empregabilidade no setor petróleo e gás. Os recursos para a disponibilização da estrutura de ensino dos cursos oferecidos pelo CICOMPERJ são custeados pelo Ministério de Minas e Energia, gerenciados e repassados pela PETROBRAS às entidades de ensino executoras. (FONSECA MOREIRA, 42)

Cabe agora analisarmos as investidas destes setores da burguesia brasileira na formação da força de trabalho, através, especialmente, do PROMINP e do CICOMPERJ no período que pretendemos analisar (2008-2016).

3. Iniciativas educacionais do COMPERJ para a região do leste fluminense.

De acordo com os resultados de pesquisa anterior, em nível de mestrado, a chegada do COMPERJ no município de Itaboraí- sede do referido empreendimento- teve impactos imediatos tanto na população local- dado o seu crescimento⁶¹⁷ – como, conseqüentemente, na população em idade escolar, nas receitas municipais, no crescimento do número de funcionários e também, mas em menor escala e graças a organização dos educadores, na remuneração dos profissionais do Magistério daquela Rede Municipal. (LAMARÃO, 2013). Todavia, este crescimento era percebido no momento em que o COMPERJ estava em pleno vapor. Contudo o cenário atual do COMPERJ já não mais corresponde à euforia inicial do primeiro momento. Partimos do pressuposto de que, tais como outras grandes empresas e/ou

⁶¹⁷ Diante da envergadura da obra, rápida foi a migração de trabalhadores para a localidade com vistas a ocuparem os postos de trabalho que ali se abriam. Além disso, empresas menores, prestadoras de serviço de atividades-meio, também passam a se instalar ali por conta do megaempreendimento. A população cresceu 21,5% entre 2000 e 2013, passando de 185 mil para 225 mil habitantes, segundo dados do IBGE.

representantes destas em outras regiões, já pesquisada em outras oportunidades (LAMOSA, 2014), o COMPERJ instrumentaliza a educação escolar pública, em seus diversos níveis, e que opera o ideário dos benefícios da empresa para o desenvolvimento local.

3.1 O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) e o CICOMPERJ.

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) foi lançado em 2003, através do Decreto 4925 de 19 de dezembro, cujo “intuito” seria lançar o Brasil a um patamar de concorrência internacional nas áreas de petróleo e gás. Como eixo central, busca-se a maximização do conteúdo local na área de petróleo e gás e dentre os distintos objetivos estratégicos encontra-se o de aprimorar a qualificação profissional do setor de petróleo e gás, através de parcerias com entidades de ensino profissionalizantes.

O PROMINP se organiza em distintos níveis de gestão onde se destacam os comitês. A presença maciça de “associações de classe” das frações das burguesias ligadas ao setor de petróleo e gás é notada nos distintos comitês, em especial o comitê executivo que tem a real competência pela proposição de projetos, alocação e captação de recursos, dentre outros. Além disso, no Comitê Diretivo, além da PETROBRAS, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBPG) e a Organização Nacional das Indústrias de Petróleo (ONIP) tem representação garantida.

No que tange às iniciativas educacionais, e na afinado à teoria do capital social, elas estão alocadas na câmara setorial de abastecimento, responsável pela otimização na oferta de recursos, neste caso, dos “recursos humanos”. “Por meio do engajamento entre governo, operadoras, associações de classe, instituições financeiras, prestadores de serviço, entidades de ensino, e de toda a cadeia produtiva de petróleo e gás”⁶¹⁸.

Dois tipos de aluno são atendidos pelo PROMINP, o denominado aluno-público onde o processo seletivo é público e ao candidato cabe cumprir com os pré-requisitos exigidos. Neste caso, todo o curso é custeado (inclusive a ajuda de custo ao aluno caso desempregado) pelo PROMINP com recursos do Ministério de Minas e Energia. Outro tipo de aluno é o aluno empresa, onde o candidato à vaga no curso deve ser indicado por uma das empresas associadas. Neste caso o curso é custeado metade pela empresa e a outra metade pelo PROMINP, novamente com recursos públicos. O candidato ao nível básico se

⁶¹⁸ Disponível em: http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/conteudo/sobre-o-prominp.htm, acessado em 04/06/2017 às 22:16.

subdivide em dois grupos, o básico I (aqueles que cumpriram com até a 4ª série) e o básico II (os que concluíram o ensino fundamental).

Conforme pode ser observado na tabela abaixo (Tabela I), o imenso percentual das vagas ofertadas pelo PROMINP como forma de “qualificar” a força de trabalho e, com isso, a indústria de petróleo e gás são destinadas a trabalhadores sem qualquer formação técnica, básico + médio = 85,5%, ocupações ligadas ao trabalho simples e parcela destes alunos são formados com o auxílio de recursos públicos, oriundos do PROMINP e originalmente alocados pelo Ministério de Minas e Energia.

Tabela I- Total de Vagas para os cursos de qualificação do PROMINP (2006-2012)

Total de vagas para os cursos de qualificação profissional do PROMINP						
1º ciclo (2006) Edital 1						
Nível	Básico	Médio	Técnico	Inspetor	Superior	Total
Vagas	677	859	181	438	0	2155
2º ciclo (2007) Editais 1 e 2						
Vagas	0	0	0	2637	2748	5385
3º ciclo (2008) Edital 1						
Vagas	8.567	5.075	686	978	263	15.569
4º Ciclo (2008) Edital 2						
Vagas	16.808	3.427	236	0	480	20.951
5º Ciclo (2010) Edital 1						
Vagas	20.601	5.188	1.286	0	840	27.915
6º Ciclo (2012) Edital 1						
Vagas	7.335	3.006	700	0	630	11.671
Total	53.988	17.555	3.089	4053	4.961	83.646
%	64,54%	20,99%	3,69%	4,85%	5,93%	100,00%

Fonte: Editais do Prominp⁶¹⁹. Tabela organizada pelo autor.

Desta iniciativa nacional surge, na região do COMPERJ, a iniciar suas operações em 2009, o CICOMPERJ, no município de São Gonçalo que está instalado em um terreno contíguo ao Serviço Social do Comércio (SESC) São Gonçalo. O moderno prédio do CICOMPERJ apresenta a PETROBRAS como sua principal mantenedora. Contudo, a presença do “sistema S” também se faz presente desde o início, por meio da cessão do terreno para o funcionamento do centro. O edital 01/2008 que abriu concurso público para o preenchimento de vagas de cursos profissionalizantes, priorizava a formação de operadores de grandes equipamentos. Os cursos ficariam sob responsabilidade do SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte). A escolaridade exigida como pré-requisito era de 5ª série do

⁶¹⁹ Disponível em: http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/conteudo/qualificacao-no-prominp.htm
acessado em: 16/07/2017 as 21:12 h.

ensino fundamental⁶²⁰. Ou seja, a exigência era de fundamental incompleto, revelando que, inicialmente, o público alvo do CICOMPERJ é a formação para o trabalho simples do trabalhador (com menor nível de escolarização).

Este centro busca dar formação em diversos níveis (inclusive, em princípio, nível superior e pós-graduação) para os trabalhadores da região, tornando-os aptos ao mercado de trabalho deste setor produtivo e possibilitando ao COMPERJ uma oferta local de força de trabalho. Segundo dados do próprio centro e disponíveis no sítio eletrônico do COMPERJ, desde o início de suas atividades, em 2009, até setembro de 2015, já passaram por seus distintos cursos mais de 27.000 trabalhadores⁶²¹, todos eles ainda ligados as atividades da construção civil e a ampla maioria de ofertas destinadas para o trabalho simples.

Ao longo da pesquisa, atentamos que, no período delimitado, duas conjunturas socioeconômicas bastante distintas se configuraram. Primeira: compreendendo o período 2006 a 2014, conformando o ciclo expansivo do país, propiciando aumento do nível de arrecadação das cidades ali localizadas, a exemplo de Itaboraí, sede do empreendimento (LAMARÃO, 2013), e assegurando elevados investimentos na infraestrutura inicial do ainda Complexo Petroquímico; segunda: período em que o cenário de “prosperidade” arrecadatória (e de investimentos da Petrobrás e do Estado em geral) se reverteu em um cenário de “crise”⁶²². A conjunção de fatores, como a persistência da crise econômica mundial, os mecanismos de controle cambial das nações centrais (em especial os EUA) que atinge o preço das *commodities*, (Harvey, 2011) a redução relativa do crescimento chinês, a substituição parcial do petróleo por outras fontes de energia, como o Xisto, e o controle crescente das corporações sobre as principais reservas petrolíferas fazendo despencar o preço internacional do petróleo, e, em âmbito nacional, a Operação Lava Jato⁶²³ e a recessão econômica que se agravou em 2014 e que se aprofunda até o início de 2017, repercutiu de modo devastador nos investimentos e nas expectativas sobre o investimento (a ideia

⁶²⁰ Há um pequeno erro na terminologia utilizada, afinal, atualmente o ensino fundamental se subdivide por segmentos (1º segmento- 1º ao 5º ano e 2º segmento- 6º ano ao 9º ano) e estes por ano, e não mais por séries, como descrito no edital.

⁶²¹ Segundo informação disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/complexo-petroquimico-do-rio-de-janeiro.htm> acessado em 16/07/2017 as 21:3 h.

⁶²² Colocamos a “crise” entre aspas, pois embora tenha havido queda de aproximadamente 1/3 na arrecadação de 2015 em relação a 2014 (32,7%), no período de cinco anos o aumento da arrecadação em Itaboraí, sede do empreendimento, chegou a 350% (LAMARÃO, 2013). Por óbvio que este município é o caso mais extremo do que certamente outros municípios, mas a bem verdade a queda de arrecadação, além do exposto acima, é de menor ordem daquela que tem sido propagandeada pelos prefeitos destes municípios. C.f.: <http://www.itaborai.rj.gov.br/13935/itaborai-adota-plano-de-contingenciamento-no-hospital/> acessado em: 23/05/2016 as 15:03 h; e

⁶²³ Em março de 2014 foi deflagrada a operação “LAVA- JATO”, que investiga um esquema de desvio de dinheiro da PETROBRAS e teve como um dos principais alvos de investigação inicial as obras do COMPERJ (dentre outras obras) e as empreiteiras associadas à construção da refinaria. O nome original, contudo, se consagrou devido ao início das investigações se dar em torno de uma rede de postos de combustíveis e lava-jatos suspeitos de lavarem dinheiro. C.f. <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso> acessado em: 23/05/2016 as 12:19 h.

de um polo petroquímico cedeu lugar a uma refinaria e, finalmente, até mesmo a viabilidade desta estava sendo colocada em questão ao presente momento, julho de 2017⁶²⁴).

A inconstância das obras do COMPERJ, como era de se presumir, atacou diretamente os propósitos do CICOMPERJ já no segundo ano de existência. Depois de ofertar vagas em 2008 para início em 2009, seu primeiro ano, o CICOMPERJ (bem como o PROMINP) não ofertam vagas em 2009 (para 2010), somente em 2010 (início em 2011). A mesma falta de oferta se repete no ano seguinte e é retomada em 2012. Em 2015, o CICOMPERJ “suspende” temporariamente suas operações que até hoje (julho de 17) não foram retomadas.

Sintetizando os aspectos apresentados com o objeto de pesquisa, o COMPERJ foi pensado como um elemento central no processo de arranco da economia brasileira em direção ao desenvolvimento, pelos intelectuais do novo desenvolvimentismo do governo Lula. Todavia, este empreendimento, a nosso ver, esbarrou nos limites colocados pela formação capitalista dependente brasileira, pela divisão internacional do trabalho e pelo desenvolvimento desigual e combinado tanto internacionalmente quanto regionalmente. Simultaneamente a este processo, uma larga e profunda contrarreforma educacional tem promovido uma série de redefinições das políticas públicas do setor. Seguem elas um sentido comum: o de outorgar ao empresariado brasileiro o papel de condutor das políticas públicas educacionais e também da oferta educacional, pelas parcerias publico-privadas e pela transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. Desta forma, o empresariado, respondendo a nossa pergunta, tem tido responsabilidade cada vez mais presente no papel de educador da classe trabalhadora.

No nosso objeto em questão este conjunto de políticas se materializou no CICOMPERJ que esteve em pleno funcionamento enquanto se era crível a ideia de um arranco da economia brasileira e da sua autossuficiência. Todavia, diante aos imperativos do capital-imperialismo e de outros fatores internos, a obra foi embargada e imensamente reduzida. Como era de se esperar. Cessou com isso a iniciativa empresarial-pedagógica do CICOMPERJ, financiada em parte por recursos públicos. Se cabe ao empresariado o papel de educador da classe trabalhadora, ele o faz, ao menos neste caso, consoante a sua conveniência e interesse.

REFERÊNCIAS:

ABRUCIO, Fernando L. e RAMOS, Mozart N. (Orgs). *Regime de colaboração e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da educação*. São Paulo: Fundação Santillana, 2012.

⁶²⁴ Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/5025596/petrobras-assina-memorando-que-preve-parceria-com-chinesa-cnpc> acessado em: 09/07/2017 às 16:49 h

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva nacional*. São Paulo: Ed. 34/ Brasília: ENAP, 2002.
- COLEMARX, *Plano Nacional de Educação 2014-2024: Novos elementos de pesquisa e de crítica / COLEMARX - 1a ed. - Rio de Janeiro: EDC – Editora Didática e Científica, 2016.*
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 6ª edição, 2009.
- DAHMER, Larissa. *Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da Formação profissional*. Tese de Doutorado, PPGSS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Ed. Global, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 5 ed.- São Paulo: Ed. Globo, 2005.
- FONSECA MOREIRA, Paulo Alexandre da. *Marketing Social Corporativo Comunitário: Um Estudo Sobre o Centro de Integração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro / Paulo Alexandre da Fonseca Moreira; orientador: André Lacombe Penna da Rocha. - Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Administração, 2008.*
- FONTES, Virgínia. *Brasil e o capital imperialismo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/ FioCruz, 2011.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 7ª ed. São Paulo. Ed. Centauro, 2007.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Produtividade da Escola Improdutiva*. 2ª edição. São Paulo/SP: Cortez; Autores Associados, 1984 (Coleção Educação Contemporânea).
- GIDDENS, A. *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: EDUNESP, 2007.
- GRAMSCI, Antônio. *O Leitor de Gramsci*; Carlos Nelson Coutinho (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 16ª ed., São Paulo: Ed. Loyola; 2007.
- HARVEY, David, *O enigma do capital: e as crises do capitalismo / tradução de João Alexandre Peschanski*. São Paulo, SP : Boitempo , 2011.
- LAMARÃO, Marco Vinícius Moreira e MOTTA, Vânia. *A formação do Exército Industrial de Reserva e a precarização da Educação no Brasil: uma reflexão preliminar*. Anais do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels, UNICAMP, Campinas, 2015.
- LAMARÃO, Marco Vinícius Moreira. *O conselho do FUNDEB no município de Itaboraí e a democracia da terceira via: uma análise crítica*. Dissertação de Mestrado. PPGE/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. *Estado, classe social e educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2014.
- LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz e MACEDO, Jussara Marques de. *A regulação do trabalho docente no contexto da reforma gerencial da educação*. IN: Revista Contemporânea de Educação, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2288/2291> acessado em : 07/03/2016 as 21:30 h.
- LEHER, Roberto. *25 anos de educação pública: notas para um balanço do período*. IN: Guimarães, Cátia (Org.) Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS. / Organizado por Cátia Guimarães, Isabel Brasil e Márcia Valéria Morosini. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.
- LEHER, Roberto e OLINDA, EVANGELISTA. *Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira*. In: TrabalhoNecessário – www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 10, Nº 15/2012. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519%20Artigo%20Roberto%20Leher%20e%20Olinda%20Evangelista.pdf> acessado em: 07/03/16 as: 21:33 h.

- MARTINS, André Silva. *A Educação Básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”*. In: *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28, jan.-jun. 2009. Disponível em <http://www.periodicos.uepg.br> acessado em: 07/03/16 às 21:34 h.
- MERCADANTE, Aloísio. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula, 2003-2010*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, 17 de dezembro de 2010.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*- São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.
- MIRANDA, Kênia de. *Pátria educadora para quem? O governo Dilma Rousseff e o empresariamento da educação*. 2015. Disponível em : <https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2015/03/02/patria-educadora-para-quem-o-governo-dilma-rousseff-e-o-empresariamento-da-educacao/> acessado em : 07/03/16 as 21:49 h.
- MOTTA, Vania. *Ideologia do capital social – atribuindo uma face mais humana ao capital*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Ed. UERJ, 2012
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A Nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do Capital para educar o consenso/ Lúcia Maria Wanderley Neves (org.)*. São Paulo: Ed. Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista- O Ornitórrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.
- RODRIGUES, José. *Os empresários e a educação superior*. Campinas: Autores Associados. 2007.
- ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

MESA 27: A DISPUTA PELA HEGEMONIA NA QUESTÃO AMBIENTAL NO SÉCULO XXI

Coordenadora: Vanessa Marcondes de Souza (UFRJ)

A mesa coordenada composta por três trabalhos tem como objetivo discutir as disputas em torno da questão ambiental, entendidas como expressões da luta por hegemonia entre as classes sociais no modo de produção capitalista. Através da compreensão do Estado integral do referencial teórico marxista gramsciano, os debates serão feitos em torno dos conceitos de público e privado, hegemonia, coerção e consenso, explicitando os mecanismos pelos quais as classes dominantes se utilizam para a construção da sua hegemonia em torno deste tema. O primeiro trabalho “Educação ambiental e hegemonia no século XXI”, através de uma análise social e histórica, trará um debate teórico em torno das diferentes concepções sobre a Educação Ambiental e suas implicações políticas no contexto da luta de classes na nossa sociedade. O segundo trabalho “A disputa pelo projeto de educação em Paraty-RJ e os mecanismos de expropriação dos territórios tradicionais dos povos caiçaras” tem como objetivo analisar e discutir a disputa pela hegemonia em torno do projeto de educação ofertado aos povos tradicionais caiçaras de Paraty. A reprodução dos modos de vida desses povos está intimamente ligada a um território ainda bastante conservado ambientalmente, mas também bastante cobiçado pelas classes dominantes que se apropriam dos territórios tradicionais com intenções mercadológicas e privatistas. Esses mesmos grupos, não coincidentemente, têm ofertado uma educação vinculada à ideologia capitalista, construindo consensos em torno do seu projeto de sociedade. Por último, o trabalho “A afirmação da Infância nas lutas por um modelo energético popular” trará a experiência da educação popular desenvolvida dentro do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o debate sobre o seu papel, através da Ciranda Infantil, na formação de crianças e jovens para o movimento de resistência e luta contra o atual modelo energético hegemônico, que traz uma série de expropriações e violações de direitos.

A DISPUTA PELO PROJETO DE EDUCAÇÃO EM PARATY-RJ E OS MECANISMOS DE EXPROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DOS POVOS CAIÇARAS

Vanessa Marcondes de Souza

Resumo: Os povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga, região ambientalmente bem conservada e a mais isolada de Paraty-RJ, enfrentam diversos conflitos socioambientais decorrentes da expansão capitalista sobre os seus territórios, modificando seus modos de vida e dificultando a sua reprodução material e simbólica. Diante do enfrentamento de diversos processos de expropriação, os caiçaras da Península da Juatinga passaram a demandar o acesso à educação escolar, uma vez que esta se tornou condição objetiva de existência desses povos, pois a ausência de escolas tem trazido uma série de dificuldades, incluindo a manutenção de suas práticas tradicionais (seus trabalhos). Este artigo tem como objetivo discutir os elementos que em conjunto produzem situações de injustiça ambiental e levam a expropriações desses povos, tendo como foco o papel da disputa pelo projeto de educação escolar para essas comunidades dentro deste processo. Evidencia-se uma clara disputa pelo projeto de educação em Paraty. De um lado, o poder público, através de parcerias públicas privadas, oferece uma educação escolar aligeirada vinculada à ideologia das classes dominantes, que através dos seus aparelhos privados de hegemonia, como a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Alpargatas, o Comunitas e a Fundação Itaú Social, subordinam a classe trabalhadora às classes dominantes, que historicamente, expropriadam os territórios tradicionais, contribuindo, através da educação, para reproduzir uma ideologia de fim dos conflitos de classe, enfraquecendo a luta histórica dos movimentos sociais contra os mecanismos de expropriação e dominação social. Do outro lado, temos comunidades tradicionais organizadas em movimentos sociais, lutando por uma educação comprometida politicamente com suas causas, que evidencie as disputas pelo uso e apropriação dos recursos naturais, bem como os mecanismos de produção e reprodução das desigualdades no acesso e uso dos recursos, fortalecendo, desta forma, não só o movimento, mas, principalmente, a garantia da permanência dos povos tradicionais em seus territórios.

Introdução

A Península da Juatinga, região isolada geograficamente e bastante conservada no município de Paraty-RJ, abriga em torno de 20 comunidades tradicionais que se autodenominam como caiçaras. De acordo com Cruz (2012), o termo povos e comunidades tradicionais é uma categoria de análise e conceito antropológico que busca nomear e caracterizar diversas comunidades rurais com fortes laços territoriais constituídos sobre um trabalho não-alienado e coletivo e com traços de identidade cultural bem definidos. Mas, segundo o mesmo autor, também é uma categoria de ação política, como identidade sociopolítica mobilizadora de lutas por direitos em uma sociedade que destrói seus modos de vida. Em muitos desses grupos, o sistema de produção em que estão inseridos não é marcado pela rápida acumulação de capital (PORTO-GONÇALVES, 2006), se contrapondo às visões de mundo que mercantilizam a vida e dicotomizam os seres humanos e a natureza (LOUREIRO, 2012).

Apesar das suas atividades tradicionais estarem intimamente relacionadas à biodiversidade local, da qual dependem para a reprodução material e cultural, esses povos não estão isolados e livres de influências das relações socioeconômicas da cultura hegemônica capitalista, estando em diferentes graus de contato e dependência dos centros urbanos. A expansão das relações sociais capitalistas age sobre os territórios tradicionais, impondo regras e, com isso, trazendo novas necessidades e novas estratégias de resistência. A demanda por educação escolar é uma delas, tornando-se necessária como condição objetiva de existência desses povos (SOUZA e LOUREIRO, 2015), uma vez que a falta de escolas e ausência de certos conhecimentos têm trazido uma série de dificuldades, incluindo a manutenção de suas práticas tradicionais, tais como: a migração compulsória para outros lugares em busca desse direito negado; a impossibilidade de emitir diversos documentos, como a carteira de pescador, necessária para o exercício legal da profissão, ficando então esses grupos na ilegalidade; a perda de benefícios do governo como a bolsa família, que serve como complementação da renda familiar; pressão do conselho tutelar; baixa autoestima por parte dos jovens que não se sentem detentores de conhecimentos; entre outras.

Desta forma, este artigo tem como objetivo discutir os elementos que em conjunto produzem situações de injustiça ambiental e levam a expropriações desses povos, tendo como foco o papel da disputa pelo projeto de educação escolar para essas comunidades dentro deste processo.

Expropriação dos territórios tradicionais

Embora hoje existam leis que reconheçam os territórios tradicionais, estes são tratados historicamente como obstáculo para a expansão econômica ou como algo a ser apropriado e reorganizado segundo os interesses hegemônicos (HARVEY, 2011). Com isso, as populações tradicionais estão em permanentes conflitos ambientais, que segundo Acselrad (2004), são aqueles que envolvem:

grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p.26).

O grande marco da história recente do município de Paraty, que representa o início das expropriações dos territórios tradicionais caiçaras, é a construção da BR-101 (trecho Rio-Santos) nas décadas de 1960 e 1970. Apesar da estrada em si não ter alcançado a Península da Juatinga, que se mantém sem acesso rodoviário, trouxe grandes transformações socioeconômicas ao possibilitar a expansão do modo de vida e produção capitalista na região, trazendo a especulação imobiliária, a

exploração turística, as proteções ambientais⁶²⁵, além de perspectivas para novos investimentos de grupos empresariais.

Atualmente, são diversos os projetos de grande infraestrutura instalados e atuando na região da Costa Verde⁶²⁶: a operação e a expansão das instalações do Estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis; a operação e expansão do terminal Portuário de Angra dos Reis; a operação das Usinas Nucleares Angra 1 e 2 e a construção da Usina Nuclear Angra 3; a operação e expansão do Terminal da Baía da Ilha Grande; e a exploração e produção do Pré-Sal na Bacia de Santos, que impacta por utilizar os terminais e portos das cidades vizinhas, aumentando o tráfego de embarcações na área e o volume de plataformas de petróleo.

Essas forças reconfiguram o território, sendo este, então, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (FABRINI, 2011). Como resultado deste processo em Paraty, não só o modo de vida tradicional foi ficando inviável em sua reprodução social como muitos caiçaras foram expulsos de seus territórios para as periferias mediante estratégias de convencimento discursivo e/ou uso de força⁶²⁷. Conforme explica Fontes (2010), a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção é a condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital. Assim, a expropriação de um território, que oferece os benefícios ambientais necessários para a reprodução social de um grupo, é sinônimo de perda não somente do seu lugar de moradia, mas também de seu trabalho e da sua forma de organização social (LOUREIRO *et al.*, 2009). As expropriações sobre os territórios tradicionais vão incidir em:

direitos tradicionais, como uso de terras comunais, direitos consuetudinários, relação familiar mais extensa e entajada local, conhecimento sobre plantas e ervas locais, dentre outros aspectos, e envolve profundas transformações culturais, ideológicas e políticas (FONTES, 2010, p.51).

Assim, os territórios tradicionais são convertidos em terras mercantilizadas ou mercantilizáveis e os caiçaras que foram expropriados de seus meios de produção e dos seus territórios, dentro deste contexto, vão servir de mão-de-obra abundante e barata para as classes dominantes, que continuam a enriquecer e a

⁶²⁵ Como reação aos impactos da expansão urbana na região, a política de diversos governos para a proteção dos ambientes naturais, ainda bem conservados em Paraty, foi a demarcação de Unidades de Conservação (UCs). Foram criadas duas UCs na Península da Juatinga: a Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu em 1983, sob a administração do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ) em 1992, de responsabilidade do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Os modelos de gestão ambiental não se aliaram aos caiçaras para a conservação ambiental e também não tiveram sucesso em combater a especulação imobiliária e as privatizações, impondo aos caiçaras revisões às suas práticas tradicionais e necessidade de compreensão sobre as questões ambientais (SOUZA, 2017).

⁶²⁶ A região da Costa Verde refere-se aos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty no litoral sul fluminense.

⁶²⁷ Sobre os conflitos envolvendo os povos caiçaras e grileiros na região da Costa Verde, ver o livro “O genocídio Caiçara” de Siqueira (1984), as dissertações de mestrado de Cavalieri (2003) e Monge (2012) e o relatório “Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense” (FEITOSA e SILVA, 2015).

comandar a cidade, privatizando praias, sucateando os direitos sociais, como a educação e a saúde, controlando e aparelhando os espaços de participação social e dificultando a vida daqueles que ainda resistem a todas essas investidas e permanecem no território tradicional.

Disputa pelo projeto de educação escolar

A educação formal é considerada como primordial nas sociedades contemporâneas, pois, conforme explica Saviani (2011), esta, ao longo da história, foi se transformando na forma principal e dominante de educação. A necessidade de escolarização não existia há até alguns anos atrás nessas comunidades estudadas, pois as influências da sociedade capitalista urbano-industrial eram poucas ou nenhuma na vida desses povos.

Os povos caiçaras se educam em comunidade através da realização dos seus trabalhos e práticas tradicionais. As crianças participam na realização das atividades diárias, brincando ao redor das cordas, redes e peixes, carregando materiais leves ou ajudando na execução de parte das tarefas, como na separação dos peixes. Nesse processo, vão aprendendo os trabalhos da cultura caiçaras e assim vão tornando-se caiçaras que conhecem sobre a dinâmica do mar e da mata, sabem pescar, caçar, roçar, fazer canoa, cestaria, entre outras atividades que, ao longo do tempo, vão se incorporando à organização sociocultural desses povos. Assim, os caiçaras ao exercerem seus trabalhos, na relação com a natureza, se educam, formam a sua identidade, constroem suas relações com a natureza e o território e as suas tradições.

Entretanto, a partir do momento em que o modo de vida urbano-industrial, as relações econômicas mercantis e o cumprimento de obrigações perante o Estado começam a influir nos modos de vidas dessas populações criam-se novas necessidades e muda-se o entendimento e significado de educação (SOUZA e LOUREIRO, 2015). Entre essas obrigações que trazem novas necessidades estão: a retirada do auxílio financeiro do Bolsa Família⁶²⁸, que complementa a renda familiar, e a pressão que o conselho tutelar faz sobre os caiçaras para o cumprimento das legislações vigentes (Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que trazem a obrigatoriedade da matrícula de crianças e adolescentes em instituições escolares; e a exigência pela capitania dos portos de que os caiçaras possuam habilitações para a condução na legalidade de embarcações, cuja obtenção está

⁶²⁸ O Programa Bolsa Família, criado em 2004, é um programa do governo federal destinado às ações de transferência de renda a unidades familiares que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. A concessão dos benefícios depende do cumprimento de condicionalidades, entre elas à frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular (BRASIL, 2004).

atrelada a realização de um curso teórico com exigência de conhecimentos de português e matemática. Assim, embora os caiçaras trabalhem desde crianças com a pesca e possuam conhecimentos práticos sobre as condições de navegabilidade e as embarcações, somente com esses documentos podem trabalhar legalmente na sua própria embarcação na realização das suas práticas tradicionais.

Desta forma, conforme explicam Loureiro e Franco (2014), o conhecimento torna-se um mecanismo de opressão de uma classe sobre a outra. E neste caso, o saber prático e tradicional da organização social caiçara torna-se secundário e é até mesmo desconsiderado, pois se priorizam os conhecimentos teóricos e técnicos hegemônicos, legitimados pela existência de um certificado de escolarização. Com isso, estabelece-se hierarquias entre os conhecimentos e os grupos sociais, ao mesmo tempo em que se constroem preconceitos. É possível identificar uma baixa autoestima dos indivíduos que se sentem inferiorizados e não se reconhecem como detentores de conhecimentos.

Na Península da Juatinga, apesar de existirem em torno de 20 comunidades tradicionais caiçaras, totalizando em torno de 1400 pessoas (IGARA, 2011), existem somente cinco escolas em funcionamento que, até o ano de 2010, oferecia somente o primeiro ciclo do ensino fundamental (1º ao 5º ano) de forma multiseriada. Estas escolas estão localizadas nas regiões de mais fácil acesso até o centro urbano de Paraty. Já os moradores das demais comunidades que não possuem escolas para terem acesso a escolarização precisariam se deslocar diariamente (por trilhas ou via marítima) para outras áreas com escola, o que quase sempre é inviável por questões geográficas e naturais da região. Desta forma, sobram as opções de se mudarem para outras localidades com escola, abandonando seus territórios e práticas tradicionais, ou permanecerem em suas comunidades de pertencimento e se manterem sem acesso a escolarização e trabalhando na ilegalidade.

A educação pode ser compreendida como “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2011, p.6). De forma dialética, a educação é determinada pela sociedade e também interfere sobre a mesma, podendo contribuir para a sua própria transformação (*Ibid.*). Nas sociedades de classes, a educação apresenta-se em disputa, pois as práticas educacionais podem vir a reafirmar e reproduzir a ordem vigente ou questionar e colaborar com o desenvolvimento de novas relações sociais (SOUZA JUNIOR, 2010).

Evidencia-se, então, uma clara disputa pelo projeto de educação em Paraty. De um lado, as comunidades tradicionais organizadas no Fórum de Comunidades Tradicionais, que é um movimento de articulação entre os povos tradicionais indígenas, quilombolas e caiçaras de Angra do Reis-RJ, Paraty e

Ubatuba-SP, tem se articulado e lutam por uma educação que fortaleça não só o movimento, mas, principalmente, que garanta a permanência dos povos tradicionais em seus territórios, construindo outra hegemonia. A luta dos povos tradicionais de Paraty por uma política pública de educação, assim como a de outros povos do campo, está vinculada a uma perspectiva que busca a resistência contra o sistema do capital, que os expropria, conforme enfatiza Jadson:

“É entender que para nós a essência é a essência da vida humana não é a essência do lucro do banco, por exemplo, do grande latifundiário, grandes empresários (...). Que o que nós fizemos for causar dano à vida humana, então, não está adiantando de nada a gente ser diplomado, estudado, formado (...). A gente não necessita disso, de energia nuclear, hormônio, agrotóxico, de grandes hidrovias, rodovias, barragens, hidrelétrica, nós não necessitamos disso. Tem meios muito mais limpos, totalmente limpos de produzir a vida humana. Então, a escola tem que ter esse senso crítico quanto a isso. (...) Para nós quem provê a riqueza é o trabalho duro, essa riqueza tem que vir em qualidade e não em quantidade de produção (...). Nós queremos uma metodologia que manifeste uma indignação pras pessoas quando falar de condomínio laranjeira ou propriedade privada ou de violação de direitos. A escola pra gente tem que manifestar isso claramente e não deixar isso camuflado como se não existisse.” (Jadson, liderança caiçara do FCT, morador do Sono).

A escola de instrumento de dominação e reprodução do sistema hegemônico passa a ser compreendida por esses grupos como estratégia de luta necessária para o combate das relações conflitivas com a sociedade dominante, sobretudo no que diz respeito à proteção dos recursos naturais e dos territórios tradicionais (SOUZA e LOUREIRO, 2015). Entre os elementos que compõem a educação diferenciada está a compreensão das questões ambientais, pois toda a organização social e a base de produção material dos povos tradicionais se estabelecem nas relações diretas com os territórios e os ciclos naturais, dependendo da manutenção da qualidade ambiental para continuarem a existir.

Faz-se necessário que os povos tradicionais compreendam também os mecanismos que promovem e reforçam as expropriações dos territórios tradicionais. Identifica-se como demanda do FCT a apropriação das escolas tanto no plano metodológico, para a definição do calendário, currículo, forma de avaliação, espaço e tempo de aprendizagem, quanto no plano ideológico, para que esta passe a ser aliada das comunidades tradicionais em suas lutas diárias em busca da garantia do território.

Entretanto, apesar dessa demanda, a Secretaria Municipal de Educação (SME) ou a sociedade política através de parcerias públicas privadas com os aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes, como a Fundação Roberto Marinho (FRM), a Associação Cairuçu, o Instituto Alpargatas, o

Comunitas e a Fundação Itaú Social⁶²⁹, tem oferecido uma educação que subordina a classe trabalhadora ao empresariado.

Os aparelhos privados de hegemonia são instâncias de associação voluntária dentro da sociedade civil que buscam a organização de vontades coletivas em prol da afirmação de projetos que se tornem hegemônicos e “espelham a própria complexificação da sociedade capitalista e a pluralização dos interesses nela presentes, tanto de grupos dominantes quanto de grupos dominados” (MENDONÇA, 2013). No caso dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes, vinculadas ao capital, como essas listadas acima, “têm como função orgânica legitimar e reproduzir as estruturas econômicas e políticas da sociedade em favor de sua classe” (SANTOS, 2012, p.52).

A partir de 2010, diante de cobranças ao Ministério Público por parte do FCT, a SME passou a oferecer o segundo ciclo do ensino fundamental nas comunidades que já possuíam escola, através de uma parceria com a FRM da rede Globo de televisão, cujos donos possuem diversas terras em Paraty e a Associação Cairuçu, organização não governamental do Condomínio Laranjeiras, o maior condomínio de luxo do Brasil, com histórico de expropriação dos territórios tradicionais e conflitos com os caiçaras, diplomando os estudantes em 18 meses pela metodologia do Telecurso 2000.

Como explicam Martins e Neves (2014, p.), para Gramsci “o êxito de uma certa hegemonia política e cultural pressupõe que sejam levados em consideração os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia é exercida”. Para isso, as classes dominantes precisam incorporar os interesses e aspirações das classes subalternas (BIANCHI, 2006). Desta forma, este projeto de educação oferecido pelo Estado integral em Paraty tem seu papel na manutenção da hegemonia, pois promove, na verdade, a contenção da indignação popular, uma vez que a demanda pela escolarização das classes subalternas é atendida e supre as necessidades mais imediatas dos caiçaras de terem um certificado escolar para, por exemplo, obterem a carteira de pesca e trabalharem na legalidade, bem como manterem o auxílio do programa bolsa família. Mas, continua reproduzindo a invisibilidade histórica desses povos, pois os mesmos não têm protagonismo na construção desse projeto de educação, que é pensado pelas classes dominantes.

A escola tem contribuindo para o afastamento das crianças e dos jovens das práticas tradicionais e do território, uma vez que sua organização (calendário, metodologia, etc.) é pensada a partir da lógica urbana hegemônica, não sendo construída com a comunidade e nem levando em consideração as suas

⁶²⁹ Apesar desses cinco aparelhos privados de hegemonia possuírem parcerias com a SME para o oferecimento de cursos para professores, assessoria para o desenvolvimento do Plano Municipal de Educação, etc. neste artigo daremos enfoque ao projeto desenvolvido diretamente na Península da Juatinga pela FRM e Associação Cairuçu.

épocas produtivas de pesca, roça, caça, etc. Sendo a escola uma obrigatoriedade e também uma necessidade, se sobrepõe aos processos educativos das práticas tradicionais comunitárias.

Uma vez que o segundo ciclo do ensino fundamental, que no ensino regular tem duração de quatro anos, é cursado em 18 meses, sem preocupação com a qualidade desse ensino tem-se o que Saviani (2008) chama de aligeiramento do ensino destinado às camadas populares, cumprindo, então, mera formalidade e contribuindo para a marginalização destes que hoje não têm opção de acesso e domínio dos conteúdos relevantes e significativos para a compreensão da atual relação de exploração em que se encontram submetidos. Desta forma, apesar da aparente expansão do oferecimento da educação escolar na região da Península da Juatinga, com o oferecimento do segundo ciclo do ensino fundamental, podemos nos utilizar da expressão de Algebaile (2009) “ampliação para menos” para definirmos a política de oferta da educação pública para essas comunidades, uma vez que, como explica a autora, essas ampliações são feitas à custa de encurtamentos e, com isso, “reitera desigualdades e reinventa destituições” (*Ibid.*, p. 329). A educação escolar não tem sido aplicada como um direito social, mas sim, “como tentativas distintas de controle ou dominação populacional e territorial” (*Ibid.*, p.170).

Assim, através da atuação dos aparelhos privados de hegemonia na educação pública, as classes dominantes de Paraty, que expropriam os territórios tradicionais, exercem o seu poder diretamente sobre as classes populares e representam, como diria Santos (2012, p.32), “o controle ideológico da escola e do trabalho do professor”.

É possível afirmar que o oferecimento da educação escolar para esses povos se dá através de políticas públicas que não contemplam as relações socioculturais dessas comunidades, comprometendo a construção e o desenvolvimento dos vínculos com o território, a relação com a natureza e a formação da identidade caiçara, que acontecem tendo os trabalhos tradicionais em comunidade como princípio educativo.

Educação enquanto justiça ambiental

As situações de injustiça ambiental refletem o modo como se organizam as condições materiais e espaciais de produção e reprodução da sociedade capitalista, especificamente em como se distribuem no espaço as distintas e desiguais formas de uso e apropriação dos recursos ambientais (ACSELRAD, 2010). A injustiça ambiental, portanto, aparece na apropriação privatista do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e na exposição desigual da população aos custos ambientais do desenvolvimento econômico capitalista (ACSELRAD, 2004).

Considera-se, então, que as populações caiçaras de Paraty encontram-se em situação de injustiça ambiental (SOUZA, 2017; SOUZA, 2018), uma vez que seus territórios tradicionais são constantemente alvos de disputas, sejam com as classes dominantes, que dispõem de maior poder para acessar os meios legais de garantir seus empreendimentos e/ou propriedades particulares, sejam com o poder público que define as políticas públicas para a região de forma pouco participativa e tendo como plano de fundo, muitas vezes, o atendimento dos interesses das classes dominantes (ABIRACHED, 2011; MIGUELETO, 2011).

Como contra ponto ao termo injustiça ambiental cunhou-se a noção de justiça ambiental, utilizada, principalmente, para constituir uma integração ente as lutas ambientais e sociais na busca pela superação da dinâmica ambiental de injustiça social (ACSELRAD *et al.*, 2009). Por justiça ambiental entende-se o “tratamento justo e o envolvimento pleno dos grupos sociais, independentemente de sua origem ou renda, nas decisões sobre o acesso, a ocupação e o uso dos recursos ambientais em seus territórios” (*Ibid.*, p.25).

A justiça ambiental exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental, resultante de uma aproximação da temática do meio ambiente com dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social. Nessa aproximação, a temática ambiental se incorporou no debate mais amplo de crítica e busca por alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento, construindo pautas comuns entre entidades ambientalistas e movimentos populares do campo, os movimentos comunitários das periferias das cidades, os povos tradicionais, etc. (ACESELRAD, 2010).

Assim, em Paraty a luta pelo território tradicional perpassa pela garantia de direitos sociais e à implementação de políticas públicas que atendam de fato as necessidades desses grupos sociais. Existe a compreensão por parte daqueles que fazem a luta política pelo território tradicional de que esta luta se desdobra em outras. Não basta o acesso à terra, se não se puder garantir formas de produção dos modos de vida nesse território, formas estas que vêm sendo definidas a partir de categorias ambientais, assim como em outros movimentos e/ou grupos sociais (PORTO-GONÇALVES, 2006; LOUREIRO *et al.*, 2009), que incorporaram as questões ambientais como elemento identitário e estratégico em suas lutas.

Deste modo, as antigas lutas por direitos costumeiros às terras e ao território das populações tradicionais também se expressam, atualmente, através das lutas por justiça ambiental, uma vez que as políticas escolhidas e impostas para a região e os investimentos do capital em territórios tradicionais, como exposto anteriormente, interferem diretamente na possibilidade de acesso e uso dos elementos naturais. Diegues (1996, p.13) afirma que a falta de políticas para os povos tradicionais tem se constituído

na política real para esses grupos, podendo ser considerada como uma estratégia para “vencer as populações tradicionais pelo cansaço e pela desesperança”.

Em Paraty, as propostas pedagógicas hoje oferecidas nessas comunidades caiçaras estão atreladas aos interesses dos grupos dominantes que, historicamente, se apropriam dos territórios tradicionais e das áreas protegidas com finalidades mercadológicas e privatistas. Na prática, tal educação não cumpre o papel de socializar os conhecimentos produzidos historicamente, pois tem se dado de forma superficial e aligeirada, produzindo e reforçando a precarização da educação pública, e muito menos atende aos interesses e as necessidades dos povos tradicionais em luta. Assim, a educação formal descontextualizada das relações sociais que acontecem no território tradicional, além de naturalizar as relações sociais capitalistas, pode estar contribuindo para o encantamento pela cultura que é externa e dominante, reforçando o quadro de desvalorização dos conhecimentos e o abandono das práticas tradicionais da cultura caiçara.

Por esta razão, acredita-se que a luta pelo território tradicional em Paraty, especialmente das comunidades caiçaras da Península da Juatinga, está intimamente relacionada à luta pelo oferecimento de políticas públicas, incluindo uma educação que contribua para o desenvolvimento de um pensamento crítico, da compreensão da realidade e dos mecanismos que promovem e reforçam as expropriações dos territórios tradicionais. Pois, resistir ao projeto hegemônico de sociedade significa adquirir conhecimentos necessários para qualificar e criar suas formas de luta, ressignificar seus conhecimentos e reforçar seus valores, cultura e tradição.

Considerações finais

Historicamente a expulsão dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga se deu de forma direta, impositiva e até violenta. Apesar desses mecanismos ainda estarem presentes, hoje predominantemente o processo acontece de forma mais sutil, através da negação de direitos e de políticas públicas escolhidas para a região, que favorecem a saída dos caiçaras de seus territórios em busca de melhores condições de vida na cidade. Desta forma, considera-se que as populações caiçaras de Paraty encontram-se em situação de injustiça ambiental, uma vez que seus territórios tradicionais são constantemente alvos de disputas e os mesmos enfrentam diversos processos que levam a expropriação de seus territórios e de seus modos de vida. Assim, cada vez menos são aqueles que conseguem resistir a todas as pressões e ficam nos territórios tradicionais.

A expansão das relações sociais capitalistas sobre os territórios tradicionais trazem necessidades de se recriar, resistir e traçar novas estratégias. A demanda por escolarização é uma delas, uma vez que os

saberes relacionados às práticas e modos de vida dos povos tradicionais não são reconhecidos dentro deste sistema, criando assim hierarquias e colocando-os em situação de subordinação. Apesar dos caiçaras terem diversos conhecimentos sobre o ambiente marinho, a floresta, construção de embarcações, etc. e possuírem suas próprias epistemologias e cosmologias somente com um certificado escolar podem ser reconhecidos como aptos a exercerem sua profissão de pescador na legalidade. Assim, ações colocadas em conjunto por diversos agentes se complementam e reforçam as expropriações dos povos tradicionais.

As opções dadas hoje aos caiçaras são: permanecer em seus territórios tradicionais sem acesso à educação escolar, acessarem a educação escolar ofertada pelas classes dominantes ou saírem de seus territórios tradicionais em busca de educação escolar. Desta forma, as opções os levam a situações de vulnerabilidade e exclusão. A falta de escolarização leva imediatamente a exclusão interna dentro da sociedade capitalista, pois não se tem acesso a conhecimentos mínimos exigidos hoje para a vida nesta sociedade. O acesso a educação ofertada pelas classes dominantes formata o caiçara para a aceitação das relações de trabalho e exploração. E a saída de seus territórios em busca da escola significa a perda da sua cultura, suas terras e dos seus modos de vida, o abandono de práticas tradicionais, conhecimentos, vínculos e tradição.

Apesar de nesta pesquisa se trabalhar com as especificidades dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga em Paraty, é possível afirmar que, de modo geral, existe um processo universal presente que é reorganização territorial determinada pela expansão capitalista, trazendo novas necessidades de organização e luta para esses povos. Assim, apesar das particularidades de cada povo, de cada região e dos agentes envolvidos, os diversos mecanismos de expropriações estão presentes. Quantos grupos sociais hoje estão em luta pela garantia de seus territórios, pelos seus direitos? Quantos grupos sociais do campo não tem acesso à escolarização? E quando têm, suas necessidades não são atendidas.

Diante da situação conflituosa já apresentada, que coloca os caiçaras em situação de dominação, defende-se que o oferecimento de uma educação comprometida com as lutas sociais desses povos, não é só um direito social respaldado por diversas legislações, mas também é uma questão de justiça ambiental, uma vez que a falta do oferecimento da educação escolar em seus territórios mantém os caiçaras em relações de subordinação e dominação, além de ser um fator importante de expulsão dos caiçaras de seus territórios. A possibilidade de acesso aos recursos naturais e a proteção ambiental estão vinculadas a poder estudar e permanecer no seu próprio território, bem como ter acesso a conhecimentos produzidos historicamente, que explicitem o funcionamento da sociedade. Além disso, o oferecimento da educação

escolar nos territórios tradicionais pode garantir a permanência das populações tradicionais caiçara em seu território e pode vir a permitir o retorno daqueles que saíram de seus lugares em busca desse direito negado, aumentando a chance de construir e desenvolver os vínculos das crianças e jovens caiçaras com o território, com a natureza e a formação da identidade política caiçara.

Desta forma, os processos educativos visando contribuir para a luta caiçara têm que tratar das disputas e dos diferentes sentidos que o território e o meio ambiente adquirem nos diferentes projetos de sociedade. No atual modelo hegemônico, os territórios e tudo que nele está inserido, incluindo as pessoas, são potenciais mercadorias com valor de troca e possíveis de serem expropriados e privatizados. Uma educação que venha contribuir para a transformação desta realidade, onde os caiçaras tenham a possibilidade de decidirem sobre os processos de ordenamento e gestão ambiental nos seus territórios e que de fato proporcione a apropriação dos conhecimentos necessários para continuarem resistindo e lutando pelo território tradicional precisa estar comprometida em reafirmar as identidades políticas desses povos e em resgatar suas formas de se relacionar com a natureza, além de construir conhecimentos que ajudem a compreender as estruturas de classe e os mecanismos de dominação, expropriação e alienação no capitalismo.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H., 2010. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*, 24 (68): 103 – 118.
- _____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____ (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.13-35.
- _____; MELO, C. C.; BEZERRA, G. N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 156p.
- ALGEBAILÉ, E. *Escola pública e a pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2009. 349p.
- BRASIL. *Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004*. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm - Acesso em agosto de 2014.
- BIANCHI, A., 2006. Revolução passiva: o futuro do pretérito. *Crítica Marxista*, 23 (23): 34-57.
- CAVALIERI, L., 2003. *A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga*. 2003. 383f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003.
- CRUZ, V. C. Povos e Comunidades Tradicionais. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, S. B.; ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.596 – 602.
- DIEGUES, A. C. *Populações humanas em áreas naturais protegidas da mata atlântica*. São Paulo, NUPAUB-USP, 1996. 18p.

- FABRINI, J. E., 2011. Território, classe e movimentos sociais no campo. *Revista ANPEGE*, 7 (7): 97-112.
- FEITOSA, A. C.; SILVA, I. M.. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, L. S. (coord.). *Conflitos Por Terra e Repressão No Campo No Estado do Rio De Janeiro (1946-1988)*. RELATÓRIO FINAL. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015. p.292-393.
- FONTES, 2010. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. 388p.
- HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011. 235p.
- IGARA– Consultoria em Aquicultura e Gestão Ambiental. *Estudos para definir proposta de categoria de unidade de conservação para o espaço territorial constituído pela Reserva Ecológica da Juatinga e Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim*. 2011 (a). 28p. Disponível em: http://www.bocaina.org.br/images/BOCAINA/documentos/REEJ_reategorizacao_apresentacao_ctucscomunidades_22julho2011.pdf. Acesso em agosto de 2011.
- LOUREIRO, C.F.B. *Sustentabilidade e Educação: um olha da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012. 129p.
- _____; BARBOSA, G. L., ZBOROWSKI, M. B. Os vários “ecologismos dos pobres” e as relações de dominação no campo ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R. S. de (orgs.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009. p.81-118.
- _____; FRANCO, J. B. Aspectos teóricos e metodológicos do círculo de cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B.; FRANCO, J.B. (orgs.) *Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire*. São Paulo: Editora Cortez, 2014. 155-180p.
- MARTINS, A. M.; NEVES, L. M. W. 2014. Cultura, educação, dominação: Gramsci, Thampson, Williams. *Revista HISTEDBR*, 5: 73-93.
- MENDONÇA, S. R. Sociedade Civil em Gramsci: venturas e desventuras de um conceito. In: MENDONÇA, S. R.; PAULA, D. A. (Org.). *Sociedade Civil: ensaios históricos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p.15-25.
- MIGUELETO, D. C. R. *A encruzilhada do desenvolvimento*. 2011. 152f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2011.
- MONGE, R. P. M. “Nascido e criado”: a ocupação tradicional da Família dos Remédios, uma comunidade “caiçara” – Península da Juatinga, município de Paraty/RJ. 2012. 176f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2012.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. 461p.
- SANTOS, A. F. T. *Pedagogia do mercado*. Neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012. 250p.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. p.112.
- _____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11ªed. Campinas: Autores Associados, 2011. 137p.
- SOUZA, V.M.; LOUREIRO, C.F.B., 2015. A educação formal enquanto estratégia de luta dos povos caiçaras da Península da Juatinga, Paraty/RJ. *Revista cadernos de educação*, 51: 1-21.
- SIQUEIRA, P. *Genocídio dos caiçaras*. São Paulo: Massao Ohno, Ismael Guarnel editores, 1984. 92p.
- SOUSA JUNIOR, J. *Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital*. Aparecida: Idéias & Letras, 2010. 240p.

- SOUZA, V. M. “*Educação para permanecer no território*”: a luta dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga frente à expansão do capital em Paraty-RJ. 2017. 384f. Tese (doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2017.
- SOUZA, V. M.; LOUREIRO, C. F. B. Povos tradicionais caiçaras, educação escolar e justiça ambiental na Península da Juatinga, Paraty-RJ. *Ambiente & educação: Revista de educação ambiental*, v. 23, p. 54-78, 2018.
- _____; _____, 2015. A educação formal enquanto estratégia de luta dos povos caiçaras da Península da Juatinga, Paraty/RJ. *Revista cadernos de educação*, 51: 1-21.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E HEGEMONIA NO SÉCULO XXI

Priscila Amaro Lopes⁶³⁰

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar elementos de análise social e histórica que buscam explicitar que as disputas teórico-políticas existentes dentro da educação ambiental são, na verdade, mais do que apenas epistemológicas ou metodológicas, uma das expressões da luta por hegemonia entre as classes sociais no modo de produção capitalista. Na perspectiva marxista, o chamado metabolismo sociedade-natureza esteve sempre atrelado à organização do processo produtivo, pois através do trabalho o ser humano transforma a natureza e as suas próprias relações sociais. A constante necessidade de elevar os níveis de acumulação, sobretudo na fase monopolista do capitalismo, fez com que a classe dominante desenvolvesse novas estratégias para se manter hegemônica. O capital passou a difundir sua filosofia como pretensamente universal, buscando garantir a manutenção da dominação e da dirigência dos processos sociais através da elaboração do consenso em torno de seus projetos. A necessidade de manter as formas degradantes de produção social fizeram com que o capital encampasse a questão ambiental de forma determinada em sua concepção filosófica de mundo. A educação ambiental, via pedagógica de sedimentação de um determinado consenso sobre esta questão, também foi (é) utilizada como estratégia para apagar as contradições e a objetividade principal do modo de produção capitalista, deslocando as formas de entender as múltiplas determinações dos problemas e conflitos ambientais gerados pela organização do processo produtivo. A obtenção deste consenso para garantia da hegemonia é mediada por relações pedagógicas, e as correntes teórico-políticas presentes na educação ambiental refletem as tensões existentes nas teorias sociais e educacionais, que, por si, expressam as disputas entre as classes e frações pela dirigência do processo social. A questão ambiental, encampada pelo capital, além de apagar uma das contradições do seu processo produtivo, ainda gera um novo nicho de mercado através do ‘capitalismo verde’, contribuindo assim para seu processo de autorreprodução/ hegemonia.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar elementos de análise social e histórica que buscam explicitar que as disputas teórico-políticas existentes dentro da educação ambiental são, na verdade, mais do que disputas apenas epistemológicas ou metodológicas, mas também uma das expressões da luta por hegemonia entre as classes sociais no modo de produção capitalista.

Em uma perspectiva marxista, a relação homem-natureza esteve sempre presente na organização histórica da sociedade, pois o trabalho, através do qual o homem transforma a natureza e as suas relações sociais, é fundante do processo histórico humano. Um dos conceitos centrais no pensamento de Marx, e

630 Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ), membro do LIEAS (Laboratório de Investigações em *Educação, Ambiente e Sociedade*), e-mail: prisalopes@gmail.com

que se relaciona diretamente com a forma como sociedade e natureza se constituem e são constituídas em relação, é o metabolismo. Diante desse entendimento, a vida humana está baseada em uma interação com a natureza, em um intercâmbio metabólico, mediado pelo trabalho, pela produção social. Como assinala Foster (2013), o debate sobre a relação dialética entre as ciências sociais e históricas e as ciências naturais foi historicamente negligenciado em um determinado período no debate marxista a partir do chamado marxismo ocidental, que circunscrevia a reflexão dialética a uma análise social e histórica, não competindo a discussão em sua relação com a natureza ou com as ciências naturais. A chave da compreensão da relação dialética da natureza e sociedade são mediadas pelas formas como as relações sociais, em determinado momento histórico, produz sua vida em interação com o substrato natural, do qual também faz parte organicamente.

Todo o conhecimento desenvolvido pela ciência moderna, com as descobertas através do período do Iluminismo e o rompimento histórico com a hegemonia do pensamento religioso, e o materialismo contemplativo europeu, fez com que fossem mais conhecidas as leis que regem a natureza, trazendo para o homem a possibilidade de conhecimento e intensa manipulação e transformação da mesma. Isso permitiu o desenvolvimento das relações de produção, que por sua vez transformaram e transformam ainda, constantemente, a interação metabólica com a natureza e suas relações sociais. Os diferentes modos de produção existentes determinou, portanto, a forma de relação entre o meio natural e as formas sociais existentes ao longo da história. A alienação pelo rompimento desse metabolismo na forma específica do modo de produção capitalista gerou diversas contradições que perpassam a relação homem-homem e homem-natureza.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, algumas contradições em relação a esse metabolismo sociedade-natureza começaram a ser apontadas. Em sua época, Marx e Engels, entre outros pesquisadores notáveis, denunciaram a questão do uso intensivo do solo (através do uso da tecnologia com a descoberta da química agrícola de Liebig) e da cisão campo/cidade como consequências desse modo de produzir, e que traziam problemas para a própria vida, com o esgotamento do solo (base material para a vida humana) e poluição nas cidades (dado que os nutrientes não retornavam ao solo, mas acabavam jogados e contaminando as cidades). Ainda que algumas dessas contradições tenham sido minimizadas atualmente com o desenvolvimento de técnicas de reaproveitamento e reciclagem de materiais, a questão do solo ainda permanece uma contradição com graves consequências, acrescentando agora, ainda, os organismos geneticamente modificados e a ampliação da produção em escala mundial.

O capitalismo tardio se caracteriza pela mundialização e fragmentação do mundo da produção e, conjuntamente, do trabalho. Com a expansão do mercado mundializado e concentrado nas mãos de pequenos grupos (monopolista) e o avanço das técnicas produtivas que permitem a substituição do trabalho do homem por uma máquina, houve diminuição da oferta de emprego e precarização do trabalho remanescente. A crise vivenciada atualmente pelo capital, como aponta István Mészáros, esgotou sua capacidade civilizatória e, para manter-se, “exacerba seu caráter destrutivo sobre o trabalho humano aprisionado pelas relações de exploração e agrava a destruição do meio ambiente e, portanto, as bases da própria vida humana” (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2016, p. 16).

Desse modo, a configuração de desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua fase monopolista, acentuou os conflitos vivenciados especialmente pelos trabalhadores e, em última instância, a todo o ecossistema planetário, e trouxe novas formas de tratamento de suas contradições, mantendo a luta de classes através de novas estratégias. Especificamente nas questões ambientais, o acirramento dos conflitos em torno do uso, apropriação e distribuição dos chamados “recursos ambientais” vem colocando a questão ambiental como uma via de explicitação das contradições existentes dentro do modo de produção capitalista.

Dado que essa base material precisa de legitimidade na sociedade para se sustentar, desenvolveu-se uma ideologia em consonância com a nova forma de produção – da fragmentação, da visão parcial, dicotomizada, de valorização do indivíduo, culpabilizando-o pelo seu sucesso ou fracasso, com temas como empreendedorismo e capital humano. Neste contexto, se instaura no senso comum a emergência de “um “novo paradigma científico” - neoliberal, pós-estruturalista, ou pós-moderno, “pós-crítico” numa sociedade pós-industrial (...) resulta de uma determinada concepção de realidade despida de historicidade.” (FRIGOTTO, 2016, p. 46/47). Nesse bojo, temas antes também debatidos como algo coletivo, passaram a serem vistos sob a ótica do indivíduo, instituindo os chamados novos movimentos sociais, aqueles identitários e também causas como a ambiental.

Assim, a necessidade de manter as formas degradantes de produção social fizeram com que o capital encampasse a questão ambiental de forma determinada em sua concepção filosófica de mundo. A educação ambiental, via pedagógica de sedimentação de um determinado consenso sobre esta questão, também foi (é) utilizada como estratégia para apagar as contradições e a objetividade principal do modo de produção capitalista, deslocando as formas de entender as múltiplas determinações dos problemas e conflitos ambientais gerados pela organização do processo produtivo. Suas diferentes correntes teórico-

metodológicas têm suas bases em diferentes teorias político-filosóficas que, por sua vez, estão relacionadas com a configuração das relações sociais atuais.

A questão ambiental e o metabolismo sociedade-natureza no capitalismo

O trabalho e o processo de trabalho (produção) é socialmente determinado e é a mediação da interação do metabolismo entre a humanidade e a natureza. O desenvolvimento tecnológico da produção, historicamente situado, possibilitou maiores e diferentes formas de relação com a natureza, e seus limites foram sendo gradualmente testados, o que possibilitou que os seres humanos percebessem os limites de certas condições objetivas de existência. O trabalho, segundo Marx, é

um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem ao seu próprio corpo, aos braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar os materiais da natureza de uma forma adaptada às suas próprias necessidades. Através desse movimento, ele atua sobre a natureza externa e a modifica, e assim simultaneamente altera a sua própria natureza (MARX, 2013, p. 188)

Logo, o metabolismo, entendido como a troca material entre o homem e a natureza, está intimamente ligado ao processo econômico, ao fluxo circular da produção dos materiais e produtos das quais utilizamos para a vida humana. Esse processo de produção tem imbricado uma forma determinada de se relacionar em sociedade e em relação com a natureza, e as questões ambientais, portanto, precisam analisar os problemas e conflitos ambientais em sua totalidade, não através de um único viés, naturalista ou comportamental (individual), sem relacioná-lo com suas determinações sociais. Nos “Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844”, Marx descreve a natureza como o ‘corpo inorgânico’ do homem, na medida em que ela é um meio de vida imediato, pois é matéria, objeto e instrumento para sua atividade vital, e sua interdependência, pois o homem vive da natureza, esta é o seu “corpo”, com o qual tem que permanecer em constante processo.

Assim como a natureza oferece os meios de vida para o trabalho, também é a base da qual o trabalhador depende para sobreviver, para sua subsistência. E por isso a necessária reflexão sobre a sustentabilidade, do planeta e da humanidade em condições de dignidade para todos. Por isso Marx alerta que, quanto mais a natureza (mais especificamente, a terra) se torna propriedade privada, mais o trabalhador se priva do seu meio de vida segundo esse duplo aspecto, pois o trabalhador não mais domina o processo de produção ou o produto resultante do seu trabalho, e também ele mesmo se aliena do meio de sua sustentação de vida, o obrigando a trabalhar para outro, o capitalista, para sobreviver (FERNANDES, 1989). Segundo nos alerta Foster (2013), Marx explicitou “o caráter universal da troca

material, da qual a troca formal dos equivalentes econômicos na economia capitalista era uma mera expressão alienada”, e daí decorrem as diversas contradições encontradas.

A partir desse entendimento, Marx constrói o conceito de falha metabólica, que é essa “falha” na relação metabólica entre os seres humanos e a natureza no modo de produção capitalista. Sua crítica, naquele momento histórico focado na questão do esgotamento do ciclo da terra (base material natural) com a agricultura industrial capitalista, colocava que essa falha significava “um desgarramento insanável na continuidade do metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida” (FOSTER, 2013). A produção capitalista acabava, assim, com as duas forças motrizes de toda a riqueza – a terra e o trabalhador. É interessante notar a crítica ao caráter global dessa fratura entre sociedade e natureza, colocando, por exemplo, que a Inglaterra exportava indiretamente o solo da Irlanda, ou seja, o que é extraído de nutrientes do solo irlandês ia alimentar outra população que não aquele trabalhador (FOSTER, 2014). Além disso, a cisão cidade-campo, com o deslocamento da produção do campo para a cidade, e o retorno dos rejeitos ao solo da cidade, atrapalhavam o metabolismo pois impediam o retorno desses nutrientes ao solo de origem, ainda contribuindo para a poluição urbana.

A “falha” consistia em captar a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que formam a base da sua existência. A teoria da falha metabólica expõe a permanente dependência da sociedade humana a respeito de suas condições de existência orgânica, pois, segundo Marx, a contradição dessa falha é insuperável no modo de produção capitalista. O debate sobre o metabolismo social em Marx, portanto, para diversos autores se coloca como primordial na análise da totalidade das determinações sobre uma determinada questão ambiental, e dessa forma, faz-se fundamental

(...) superar las divisiones en el marxismo que habían fracturado a la dialéctica y la ontología social (y natural) de Marx. Esto permitió un enfoque basado en la praxis que integrara a la naturaleza y la sociedad, la historia social y la historia natural, sin reducir a uno totalmente al otro. En nuestra época ecológica presente esta compleja comprensión (compleja porque abarca dialécticamente las relaciones entre la parte y el todo, el sujeto y el objeto), se convierte en un elemento indispensable en toda transición social racional (FOSTER, 2013)

Assim, a alienação resultante da falha metabólica, do homem na sua atividade vital (processo e produto do trabalho), resulta que, ao invés da produção social ser voltada prioritariamente para bens com valor de uso social, ela é reduzida a mercadoria, um bem privado, perdendo seu caráter autônomo. Trein (2012, p. 306) alerta que, dessa forma, “as relações sociais que os homens estabelecem entre si e a que estabelecem com a natureza mediada pelo trabalho assumem essa face heterônoma, com grande poder destrutivo do ambiente e da vida humana.”

O período histórico da modernidade europeia rompeu com o conhecimento oriundo da fé e instituiu a razão humana no campo técnico e científico a partir do século XVIII e consolidado no século XIX. O rigor científico aí instaurado trouxe o domínio da natureza e de seus processos e, dada a nova forma de produção através da exploração dos meios naturais e do homem através do trabalho assalariado, a falha metabólica material também se desdobrou dialeticamente em uma “falha” na forma de ver esse metabolismo sociedade-natureza, subsumindo a última pela primeira. Esse tipo de pensamento que marcou o período da modernidade, de antropocentrismo e cientificismo exacerbado, transformou e naturalizou os diversos tipos de exploração, natural e social.

A promessa que a tecnologia seria capaz de resolver todos os problemas, pela sua neutralidade e genialidade, não levou, entretanto, a uma vida mais digna em sociedade para a esmagadora maioria da população mundial. Mészáros fala do fracasso de solução para todos esses problemas pelo “desenvolvimento” e a “modernização” que os meios científicos e tecnológicos, pretensamente poderiam oferecer:

A “revolução verde” na agricultura deveria ter resolvido de uma vez por todas o problema mundial da fome e da desnutrição. Ao contrário, criou corporações – monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo (Mészáros, 2007, p. 189 apud Trein, 2012, p. 307).

A partir dos anos 70 do século XX a crise econômica, social e ambiental agudizou-se, e foi necessário para a continuidade da reprodução do capital encampar seus discursos, pois já não passava despercebida a crise como articulada em todas estas dimensões.

O capital e o consenso em torno da questão ambiental

Se as condições de exploração e alienação da natureza e dos próprios seres humanos precisa de uma nova forma de relação sociedade-natureza, uma reestruturação do metabolismo material e social, conseqüentemente um novo modo de produção social, a possibilidade real de superação dos conflitos ambientais passa, necessariamente, pela superação do modo de produção existente, o capitalismo. Sendo coerente com o materialismo histórico-dialético, a história não necessariamente levará ao fim do capital e o surgimento de uma outra forma “melhor”, como nos adverte também Trein (2012), porém a crise ambiental interdita alguns caminhos para o desenvolvimento econômico capitalista de forma ainda não vivenciada, atingindo dimensões planetárias. Nesse sentido, a autora ainda alerta que não só se deve fazer

a crítica ao atual modo de produção, capitalista, mas que se faça o anúncio em outra direção, a fim de que se possa visualizar e lutar para chegar a esse lugar utópico, a princípio:

Sabemos que a construção de utopias, que impliquem em profundas transformações sociais, é influenciada, permanentemente, por forças externas, que buscam ajustar a realidade em direção à conservação do já existente. Nesse sentido, o peso do passado, do já conhecido, oferece uma “segurança”, que muitas vezes arrefecem o ímpeto das ações com potencial transformador (TREIN, 2012, p. 306/307)

A obtenção do consenso sobre a questão ambiental para garantia da hegemonia do capital é mediada por relações pedagógicas, e as correntes teórico-políticas presentes na educação ambiental refletem as tensões existentes nas teorias sociais e educacionais, que, por si, expressam as disputas entre as classes e frações pela dirigência do processo social. Se faz-se necessária a transformação da reprodução material e social da vida de forma radical e não apenas em manifestações isoladas, também as visões de mundo que dão sustentação política e ideológica, científica e tecnológica a esse modo de produção também deve ser transformado. A educação, como espaço concreto de formação dos sujeitos que tem a tarefa histórica de superação desse modo de reprodução para outro de emancipação dos trabalhadores em relação à sua alienação e exploração, desempenha papel fundamental.

Nessa perspectiva, é possível analisar as disputas teórico-metodológicas do campo da educação ambiental como reflexo de propostas político-pedagógicas afins da manutenção ou da mudança do modo de produção e reprodução material e social vigente. Afinal, o modo de produção envolve

de forma indissociável, três dimensões básicas: a atividade material de produzir, pelo trabalho, bens úteis para satisfazer as múltiplas necessidades humanas, entre as quais, de forma imperativa, a reprodução da vida biológica; mas envolve, também, a produção de ideias, valores, teorias, conceitos, ideologias, símbolos que sedimentam e justificam esta forma de organização da produção material; e exige instituições que se encarreguem da reprodução social no seu conjunto. (FRIGOTTO, 2016, p. 80).

A multiplicidade de reflexões e ações promovidas por diversos grupos sociais, especialmente a partir da década de 80, configura um campo plural onde uma diversidade de sujeitos sociais disputa a hegemonia do campo da educação ambiental pela interpretação “verdadeira” da crise ambiental e as respostas para sua superação (LIMA, 2004), o que refletem lutas por projetos de sociedade diferentes, e que entram em conflito. Segundo o mesmo autor, é dessa luta pela apropriação, controle e gestão dos recursos naturais que é feita a crise ambiental.

Gramsci apontava essa disputa por hegemonia na sociedade civil, que reflete e é refletida pelo Estado restrito (formando o Estado ampliado):

Numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entenda organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nessa multiplicidade (...), uma ou mais

prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (a sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercitivo. (GRAMSCI, 2011, p. 272)

No Brasil, a entrada da educação ambiental se deu na década de 70 por via institucional, pelas secretarias e órgãos governamentais ambientais recém-criados, exigência internacional da qual dependia uma boa relação comercial com o país. O contexto vivenciado pelo país naquele momento, em plena ditadura, com os movimentos sociais e a educação sob forte repressão, de modo a evitar a politização dos espaços educativos, facilitou a prática de ações de educação ambiental que primava pela dissociação entre o debate ambiental e o educativo/político. Ela foi apropriada pelas poucas, mas expressivas politicamente, organizações conservacionistas,

favorecendo a proliferação dos discursos ingênuos e naturalistas e a prática focada na sensibilização do “humano” perante o “meio natural”, ambos desvinculados dos debates sobre modelos societários como um todo (LOUREIRO, 2004, p. 77).

Siqueira (2013) destaca que a educação ambiental está sendo utilizada como uma nova estratégia de promoção da sociabilidade do capital, por meio dos discursos dos organismos internacionais, como a UNESCO (Organização para a Educação, Ciência e Cultura). Segundo Xavier (2003 apud Siqueira, 2013, p.33):

A criação dos organismos internacionais ligados à ONU, no pós-guerra, contribuiu para a intervenção internacional em políticas de cunho econômico, social e cultural nos países latino-americanos. Dentre estes organismos, a UNESCO (Organização para a Educação, Ciência e Cultura) teve influência na organização das políticas públicas de educação no Brasil e no chamado “terceiro mundo”.

A partir das conferências internacionais, como a Conferência de Tbilisi, a Rio-92, entre outras, juntamente com o PNUMA e os governos locais, a UNESCO se inseriu nas políticas públicas de educação ambiental, utilizando-se de um discurso desenvolvimentista (desenvolvimento sustentável), propondo como soluções para o avanço da qualidade de vida de toda a população mudanças comportamentais individuais que viriam através da educação ambiental. Loureiro (2012) aponta que o problema, assim, passa a ser por julgamento moral em vez de se situar na esfera do sujeito nas relações de produção e na vida cotidiana, o que não altera as condições de existência das relações de apropriação privada dos bens com vistas ao lucro e à acumulação.

A educação ambiental, portanto, tem uma forte tendência, no senso comum, a ser um mecanismo de adequação comportamental do que genericamente chamou-se de “ecologicamente correto”. Gramsci chama de senso comum a “filosofia dos não filósofos”, isto é, “a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral

do homem médio” (GRAMSCI, 2011, p. 148). Através dos mecanismos de difusão e sedimentação dessa ideologia, a maioria da população reproduz a visão do senso comum sobre a questão ambiental, e coloca sua superação em mudanças individuais ou técnicas, distanciando-se de qualquer crítica às relações de produção capitalistas e seu impacto inexorável na qualidade de vida ambiental.

(...) seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção desagregada, incoerente, inconsequente, adequada à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia. (...) Esses sistemas influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes e, portanto, como elemento de subordinação a uma hegemonia exterior, (...). (GRAMSCI, 2011, p. 149)

O senso comum é influenciado pela ideologia difundida por sujeitos sociais nacionais e internacionais que se privilegiam de tratar a questão ambiental com esse viés mercadológico. Gramsci, sem abandonar o referencial marxiano, traz uma leitura inovadora da concepção de ideologia prevalentemente usada por Marx, por identificar, em consonância com Lenin, a possibilidade de uma ideologia proletária em contraposição à ideologia burguesa. Marx e Engels colocavam a ideologia como “falsa consciência”, porém ele tem a importância de restabelecer uma visão dialética do nexo estrutura-superestrutura, de modo que o terreno ideológico também seja campo de batalha entre as classes sociais. A ideologia, então,

não é em si negativa, mas nem todas as ideologias são iguais. Elas constituem o terreno comum e necessário da consciência e também do conhecimento, (...). O marxismo é uma ideologia entre outras, mas diferentemente das outras não nega as contradições, ao contrário, manifesta-as e analisa-as. Tem em comum com as outras ideologias o fato de ter uma determinada *utilidade* para um grupo social, mas não se disfarça como algo acima de ou além da história. (LIGUORI & VOZA, 2017, p. 786)

É nessa disputa pela hegemonia que se situam os diferentes esforços de classificação das correntes e tendências do campo da educação ambiental. A mais utilizada atualmente é de Layargues e Lima (2014), que identificaram e classificaram teoricamente três macrotendências dentro desse campo – conservacionista, pragmática e crítica, compreendendo seus sentidos político-pedagógicos. Essa explicitação dos vários interesses, discursos e propostas do campo se fazia, como hoje ainda se faz, importante pois, “apesar de plural e diverso, aparecia ao olhar desatento como se fora homogêneo e consensual” (LIMA, 2004, p. 86). Segundo os autores, a macrotendência conservacionista vincula a educação ambiental à pauta verde, como ecoturismo, trilhas interpretativas, biodiversidade etc. Fundamenta-se nos princípios filosóficos da ecologia, pensamento ecossistêmicos, valorização da dimensão afetiva em relação à natureza, no desenvolvimento humano e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente baseada no pleito por uma mudança cultural que relativize o

antropocentrismo em direção ao ecocentrismo. A macrotendência pragmática responde à pauta urbano-industrial, focada em questões relacionadas ao lixo, consumo sustentável, coleta seletiva, mudança climática e economia verde. Apoiar-se na crença que a tecnologia resolverá a crise ambiental, portanto, se apoia nas tecnologias limpas, ecoeficiência, impacto zero etc. Aposta nas mudanças de comportamento e hábitos de consumo individuais para combater a crise. A macrotendência crítica engloba princípios do pensamento freiriano, da teoria crítica, da educação popular, ecologia política e de autores marxistas e neomarxistas que pregam a necessidade de incluir no debate ambiental a compreensão político-ideológica dos mecanismos da reprodução social, de que a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações socioculturais e de classes historicamente construídas. Entendem que a crise ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que se manifestam na natureza. Para eles, as causas constituintes dos problemas ambientais têm origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevalentes e, portanto, combater essas questões passa pela mudança nessas relações.

As tendências chamadas de conservacionista e pragmática assumem deliberadamente um projeto societário reformista, não expressando preocupação em uma mudança radical do modo de produção e reprodução da sociedade, buscando ajustes ao modelo já existente. A vertente pragmática acredita na cooperação e solidariedade, como se existisse um interesse comum em toda a sociedade, e se apresenta como um forte instrumento ideológico de propaganda de uma leitura reducionista da questão ambiental. Aceita a mercantilização da natureza e desconsidera a desigual distribuição dos custos e benefícios de sua apropriação, parecendo representar “o modelo ideal de educação ambiental ajustado ao contexto neoliberal de redução do Estado e adequado aos interesses do mercado.” (LAYRARGUES, 2012, p. 402). Esse tipo de ação gera novas demandas e novos mercados, e por isso é a mais estimulada, expressões da chamada economia verde, ou ecocapitalismo.

A macrotendência crítica situa-se no horizonte da ação política da educação voltada para a transformação social (TOZONI-REIS, 2007). Essa vertente reconhece, diferentemente das outras, a determinação social dos problemas ambientais no modo de produção e reprodução do capital, e não na capacidade humana de transformar a natureza, pois assim cairia em uma contradição que a humanidade teria que deixar de existir para um ambiente saudável (LOUREIRO, 2012). Atualmente, iniciou-se um movimento entre os pesquisadores e atuantes no campo para uma melhor caracterização dessa vertente, por entenderem que nem todos estão alinhados a uma mesma perspectiva (TOZONI-REIS, 2007; TREIN, 2012, LOUREIRO, 2012, 2015, entre outros). Questões como “Para o quê essa crítica é direcionada?” ou “Em que direção está apontada a transformação social que se reivindica?” são alvo de reflexão e pesquisa.

A vertente crítica da educação ambiental vem crescendo dentro dos eventos acadêmicos, porém não compartilham do mesmo referencial teórico (TREIN, 2012, TEIXEIRA et al., 2007), ou seja, de um mesmo entendimento das causas e, conseqüentemente, como atuar para combater os conflitos socioambientais. No campo da educação, a discussão sobre as diferentes correntes e o que se entende por teoria crítica já se encontra mais madura devido ao amplo debate historicamente construído por pesquisadores e profissionais da área, o que ainda está em processo de desenvolvimento na educação ambiental. Estabelecendo um paralelo com a concepção defendida por Loureiro (2012):

(...) a pedagogia crítica, origem da educação ambiental crítica, como a compreendemos, é uma síntese das propostas pedagógicas que têm como fundamento a crítica da sociedade capitalista e da educação como reprodutora das relações sociais injustas e desiguais (SAVIANI, 1997 apud LOUREIRO, 2012, p. 86).

Alguns autores apontam que nem todos que se autodenominam pertencentes à educação ambiental crítica estão ligados à teoria marxista, apesar desta ser uma forte e talvez a principal influência. Loureiro (2015, p. 161-162) afirma também que o pensamento crítico na educação ambiental tem como característica básica “colocar racionalmente sob questão toda verdade socialmente apresentada, afirmada e legitimada e refutar todo e qualquer pensamento que dissocia sociedade de natureza.” Mas parar aí não delimita bem a categoria. Ele ressalta que

Ainda que a perspectiva crítica se aproxime de outros trabalhos ou mesmo seja identificada nestes em seu sentido lato (*na crítica marxista*), é importante entender que reconhecer a possibilidade histórica de negação do existente instituído (seja por via exclusivamente racional, seja por uma via praxiológica) não esgota o assunto ou determina a identidade marxista do campo crítico. (LOUREIRO, 2015, p. 162, inserção explicativa da autora em itálico)

Trein (2012) nos alerta que combater os conflitos ambientais também pode conduzir a uma atitude meramente reformista se propagada apenas mudanças pontuais onde se omite que as reformas, sob as condições dadas do modo de produção capitalista, são irrealizáveis. Posturas reformistas, ou crítico-reprodutoras, como as que negam a historicidade e se alinham às teorias pós-modernas, alimentam atitudes pragmáticas e não consideram a organização social como um produto histórico, naturalizando o modo de produção atual. Como apontado por Frigotto (2014, p. 110),

o materialismo histórico dialético não é o único referencial teórico e metodológico que faz a crítica ao capitalismo, mas o único que tem como objeto o sistema capitalista e busca desvelar, pela raiz, seu metabolismo social na perspectiva, pela práxis, da sua superação.

Conclusão

Nesse trabalho buscou-se demonstrar a articulação entre as modificações do mundo da produção e do trabalho no modo de produção capitalista e as teorias sociais e educacionais que dão a sustentação ideológica para a manutenção da hegemonia da burguesia como classe dominante, afirmando o papel formador e potencial transformador da educação na sociedade. Especificamente para a educação ambiental, concordando com Trein (2012, p. 316), é importante ressaltar que “incorporar a dimensão ambiental na educação é expressar o caráter político, social e histórico que configura a relação que os seres humanos estabelecem com a natureza mediada pelo trabalho.” e que, portanto, as questões ambientais passam, necessariamente, pelo debate econômico-social e político.

Se de fato a educação ambiental crítica almeja que a produção material e social da vida se dê em outras bases ontoepistemológicas (TREIN, 2012), não se pode prescindir que contribua para transformar as relações sociais de produção em direção a um outro projeto de sociedade, o que implica em uma mudança radical. O discurso hegemônico na educação, e na educação ambiental, faz uma idealização da educação e dos indivíduos, perdendo a complexidade constitutiva da existência humana, e a conseqüente possibilidade histórica de transformação das relações sociais alienadas no capitalismo, pois, segundo Loureiro e Neto (2016, p. 42), esta

elabora seus argumentos e proposições pedagógicas com base em uma concepção de indivíduo autocentrado, dissociado das relações sociais, e de educação como um processo independente dos determinantes sociais, sem mediações com as relações de produção e a organização da sociedade.

A obtenção deste consenso para garantia da hegemonia do capital é mediada por relações pedagógicas, e o exercício da hegemonia se relaciona com a concepção de determinadas formas de pensamento levadas ao todo social, que forma uma elaboração superestrutural que se impregna na cultura, no senso comum, na opinião pública. Como nos diz Frigotto (2016, p. 77),

A concepção gramsciana de ser humano, que subordina a sua natureza, a individualidade e o processo de individuação às relações sociais, nos permite perceber o equívoco tanto das análises fundadas na ciência (ideologia) liberal e neoliberal, que atomizam a natureza e o indivíduo de suas condições (visão dos fatores), quanto das análises pós-modernas e “pós-críticas”, que atribuem uma mesma força de determinação à diferentes esferas e/ou aspectos da vida humana.

Assim, a questão ambiental, encampada pelo capital, além de apagar uma das contradições do seu processo produtivo, ainda gera um novo nicho de mercado através do ‘capitalismo verde’, contribuindo assim para seu processo de autorreprodução/ hegemonia. Entretanto, na disputa pela hegemonia na educação ambiental, a crítica marxista se mantém atual e necessária, visto que tem como objetivo explicitar as contradições do modo de produção capitalista através do desvelamento de suas contradições, a fim de superá-lo.

Referências bibliográficas

FERNANDES, F. (Organizador). **Marx e Engels: História** - Coleção Grandes Cientistas Sociais 36. Rio de Janeiro: Editora Atica, 1989.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 4ª ed.

_____. (2013). **Marx y la fractura del metabolismo universal de la naturaleza**. Disponível em: <https://www.herramienta.com.ar/articulo.php?id=2177>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Organização e introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 375p

FRIGOTTO, G. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. pp. 45-86.

_____. A crise da economia global, crise dos referenciais teóricos e a regressão mercantil na educação e na formação dos educadores. **Seminário Paradigma da Economia Global e Desenvolvimento Sustentável - a formação discente e docente** (prelo). 1ed. Fortaleza: UFC e Inverta, 2014, v. 1, p. 57-72.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. 411p.

LAYRARGUES, P.P. *Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica*. **Rev. Contemporânea de Educação**. v. 7, n. 14, pp. 398-421. ago.-dez. 2012.

LAYRARGUES, P. P. e LIMA, G. F. da C. *As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira*. **Ambiente e Sociedade**. [online]. 2014, vol.17, n.1, pp.23-40. ISSN 1809-4422

LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017. 831p.

LIMA, G. F. da C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: LAYRARGUES, P.P. (coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P.P. (coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

_____. *Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política*. Coleção *Questões da nossa época.*, v.39. São Paulo: Cortez, 2012. 128p.

_____. *Educação Ambiental e Epistemologia Crítica*. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.* E-ISSN 1517-1256, v. 32, n.2, p. 159-176, jul./dez. 2015.

LOUREIRO, C. F. B.; NETO, J. G. da S. *Indivíduo social e formação humana: fundamentos ontológicos de uma educação ambiental crítica*. *Ambiente e Educação - Revista de Educ. Ambiental*, Vol. 21, n.1, 2016.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

SIQUEIRA, T. V. **Educação ambiental nas atividades de escoamento e petróleo e gás natural: influências político-ideológicas na educação no processo de gestão ambiental pública**. 2013, 272p. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

TEIXEIRA, L. A.; NEVES, J. P.; SILVA, F. de P.; TOZONI-REIS, M. F. de C.; NARDI, R. Referenciais teóricos da pesquisa em educação ambiental em trabalhos acadêmicos. In: VI Encontro Nacional de Ensino de Ciência - ENPEC, Florianópolis/SC, 2007. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/vienpec/CR2/p625.pdf>. Acesso em 5 abr. 2018.

TOZONI-REIS, M. F. C. Fundamentos teóricos para uma pedagogia crítica da educação ambiental: algumas contribuições. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu/MG. **Anais eletrônicos**. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT22-3311—Res.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

TREIN, E. S. *Educação ambiental crítica: crítica de quê?* *Revista Contemporânea de Educação*. v. 7, n. 14, ago.-dez. 2012.

A AFIRMAÇÃO DA INFANCIA NAS LUTAS POR UM MODELO ENERGÉTICO POPULAR

Alice Akemi Yamasaki⁶³¹

Resumo: O modelo de sociedade apoiado no capital não produtivo tem intensificado a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho. De um lado, para suprir o crescimento vertiginoso do consumo de bens tecnológicos e industriais, recursos da natureza como a água e o solo tem sido superexplorados em territórios com algumas reservas preservadas, como é o caso da África e da América. Estamos aqui referindo-nos à exploração dos recursos hídricos e minerais nesses dois continentes, com destaque para a superexploração da água doce e de diversos minérios de interesse tanto da parte dos combustíveis fósseis como dos metais que abastecem o mercado eletrônico. Sem muitos pudores, as empresas transnacionais se subdividem no processo exploratório da natureza, sem se importar com a presença humana e dos demais seres vivos presentes nas localidades com as “jazidas” de interesse. No caso da exploração dos recursos hídricos, temos acompanhado a expansão vertiginosa de exploração dos rios brasileiros em função da construção de hidrelétricas. Tal instalação de hidrelétricas vem mostrando, por outro lado, impactos sociais e ambientais, geralmente ignorados pelo capital que se insere nas regiões das grandes bacias hidrográficas de nosso país. Entre os impactos sociais, encontram-se violações de Direitos Humanos de diferentes ordens, que expulsam as populações moradoras das comunidades atingidas por essas grandes obras. Mulheres e crianças tem sido identificadas como os grupos sociais mais vulneráveis a esse processo devastador de geração de energia, na medida em que a capacidade de sobrevivência torna-se mais limitada com a chegada das barragens. Em nossa experiência recente, há cerca de três anos, temos colaborado com a construção e o fortalecimento da resistência popular por meio da Ciranda Infantil. Com os gritos de ordem “Sem Ciranda, o Movimento não anda!” e “A Ciranda do MAB é a energia do movimento”, crianças e jovens atingidos por barragens são acolhidos e inseridos na luta social. As atividades planejadas e realizadas com educadores infantis populares fazem parte da estratégia de formação dos atingidos por barragens, que vem reconhecendo a importância da Infância enquanto responsabilidade coletiva. A presença da Ciranda Infantil permite que as famílias e, em particular, as mães possam assumir seu protagonismo dentro da luta social do MAB. Permite que os militantes materializem o sonho de outro modelo energético, soberano e popular, com as crianças e jovens que participam das atividades da Ciranda Infantil.

Entendemos que nossas crianças são as sementes do novo mundo, são os construtores de uma sociedade mais justa e igualitária, e esse futuro, se constrói no presente, na prática aqui e agora, por isso desde já eles são sujeitos em nossa luta. São a energia do nosso movimento. (ANAB, 2017)

As lutas sociais do Movimento dos Atingidos por Barragens vem inserindo um importante grupo social na organicidade de suas ações, em enfrentamento ao capital: as crianças atingidas e ameaçadas pelos grandes empreendimentos ligados ao setor elétrico e à exploração mineral. O modelo de sociedade apoiado no capital não produtivo tem intensificado a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho. De um lado, para suprir o crescimento vertiginoso do consumo de bens tecnológicos e

⁶³¹Doutora em Educação, docente na Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Departamento Sociedade, Educação e Conhecimento, aayamasaki@id.uff.br

industriais, recursos da natureza como a água e o solo tem sido superexplorados em territórios com algumas reservas preservadas, como é o caso da África e da América.

Estamos aqui referindo-nos à exploração dos recursos hídricos e minerais nesses dois continentes, com destaque para a superexploração da água doce e de diversos minérios de interesse tanto da parte dos combustíveis fósseis como dos metais que abastecem o mercado eletrônico. Sem muitos pudores, as empresas transnacionais se subdividem no processo exploratório da natureza, não se considerando a presença humana e dos demais seres vivos nas localidades com as “jazidas” de interesse.

Em nível mundial, a produção de energia elétrica é baseada na utilização de combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás), recursos não-renováveis, poluidores, de baixa eficiência energética e que têm um alto custo de produção. No caso brasileiro, aproximadamente 62% da energia elétrica vêm da fonte hídrica, ou seja, da água (ANEEL, 2016). Todavia, a classe trabalhadora paga como se aqui estivessemos produzindo a base de energia térmica. Atualmente pagamos a sexta maior tarifa do mundo. (ANAB, 2017)

No caso dos recursos hídricos, temos acompanhado a expansão vertiginosa de exploração dos rios brasileiros em função da construção de hidrelétricas. Tal instalação de hidrelétricas vem mostrando, por outro lado, impactos sociais e ambientais, geralmente ignorados pelo capital que se insere nas regiões das grandes bacias hidrográficas de nosso país. Como é de amplo conhecimento dos pesquisadores que vem acompanhando a evolução recente do capitalismo produtivo e especulativo no Brasil, o projeto de expansão da infraestrutura produtiva incluiu a construção de diversas hidrelétricas ao longo das diversas bacias hidrográficas brasileiras, intensificando a exploração da natureza e das comunidades locais instaladas nas regiões escolhidas. Um dos locais de grande tensão, e que recebeu atenção de diversos movimentos sociais, foi a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Localizada entre 3 municípios do estado do Pará (Vitoria do Xingu, Brasil Novo e Altamira), com um reservatório de águas de 516 km²⁶³². Seu impacto ambiental⁶³³ atingiu (e continua a atingir) populações ribeirinhas e indígenas da região, tanto no processo de construção como durante o funcionamento da mesma.

Como apontou o Relatório da Comissão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH, 2010), constata-se violações de diversos direitos nos processos de construção e instalação das barragens. Entre os impactos sociais, encontram-se violações de Direitos Humanos de diferentes ordens, que expulsam as populações moradoras das comunidades atingidas por essas grandes obras. Mulheres e crianças tem sido identificadas como os grupos sociais mais vulneráveis a esse processo devastador de

⁶³²A título de curiosidade, o lago de Belo Monte ocupa área maior do que municípios como Pirai (505,38 km²), Duque de Caxias (467,62km²), Itaboraí (430,37km²), Cabo Frio (410,42km²), Magé (388,50km²) e Maricá (362,57km²)

⁶³³Ver Instituto Socioambiental (ISA), Blog do Xingu. Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/tags/belo-monte>, acesso em 27/09/2018.

geração de energia, na medida em que a capacidade de sobrevivência torna-se mais limitada com a chegada das barragens. No caso das Mulheres e da Infância e Adolescência, o MAB vem registrando a violação dos seguintes Direitos: à participação, a ser reconhecida como atingida, à Convivência Familiar e aos laços sociais e comunitários, à proteção especial, à Saúde e à Educação (ANAB, 2017).

O caso da Barragem da Barra Longa, de rejeito de minério da empresa Samarco, vem revelando o descompromisso com a população e com o meio ambiente diante de um crime sócio-ambiental de imensurável proporção, ocorrido de Mariana-MG (comunidade Bento Rodrigues) até Linhares-ES (povoado de Regência). Observa-se aqui o caso da violação do Direito à Saúde, com o rompimento da barragem de rejeito de minério, conforme noticiado na imprensa popular:

Após seguidas denúncias dos atingidos organizados, exames feitos por grupos independentes começam a apontar que a lama é responsável por adoecimentos e contaminações. Em Barra Longa, exames feitos pelo Instituto Saúde e Sustentabilidade em 11 pessoas apontaram contaminações por níquel em 100% das amostras, além de queda no zinco e alterações significativas no arsênio. Todos os acompanhados pelos médicos apresentam os mesmos sintomas que aparecem em milhares de pessoas até a foz do rio Doce o que exige estudos aprofundados de longo prazo e ação permanente do Estado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) para cobrar das empresas que, para além das contaminações, são causadoras de alterações bruscas e profundas na vida destas famílias e, portanto, responsáveis pelo adoecimento físico e psicológico facilmente percebido em toda a bacia (Brasil de Fato, 04/05/2018).

A luta dos atingidos por barragens vem mostrando diferentes faces de destruição do ser humano e da natureza pelo capital. Vem demonstrando, também, a indiferença do meio produtivo com a reparação de danos sociais e ambientais. A população, por sua vez, timidamente se envolve com o movimento social organizado, e diferentes estratégias de formação de grupos de base e de mobilização são necessárias para que a resistência às remoções e desastres ambientais sejam coletivamente enfrentadas. As tarefas do MAB em torno da bacia do Rio Doce intensificaram-se com o crime da Samarco em 2015 e exigem de seus militantes maior capacidade de articulação com as forças populares locais e regionais, com a mobilização dos diferentes setores da sociedade civil organizada em prol do enfrentamento às sucessivas violações aos Direitos Humanos.

Como parte de sua estratégia de fortalecimento e empoderamento de Mulheres, Crianças e Adolescentes, o MAB vem criando mecanismos de resistência para esses grupos sociais, inserindo em suas atividades o protagonismo da Infância nas lutas por um projeto popular de Modelo energético, com a proposição das Cirandas Infantis. E, para isso, reconhecem a presença desses sujeitos, ao longo de sua história, como se observa abaixo:

Ao olhar a história das populações atingidas, compreendemos que a preocupação com as crianças e jovens atingidos por barragens sempre esteve presente, pois evidenciamos que, nos documentos históricos, nos vídeos e nas imagens, as crianças, de alguma forma, estão presentes. Um exemplo que podemos citar é o que se verifica nas pautas de reivindicação dos atingidos por barragens, em

que exigia-se o direito à escola para crianças, jovens e adultos, os quais deveriam ter professores atingidos por barragens nas escolas dos reassentamentos, creches em alguns bairros e comunidades. Isto aponta e enfatiza a preocupação com o espaço escolar das crianças atingidas. (ANAB, 2017)

O que é a Ciranda Infantil nas lutas sociais do MAB? De que forma a afirmação do protagonismo da infância contribui nos processos de ruptura sobre o atual modelo energético?

Tomando como ponto de referência inicial as palavras de ordem do MAB “Águas para a Vida, não para a Morte”, “Água e energia não são Mercadorias”, “Mulheres, Água e Energia não são Mercadorias” e “Água e Energia com soberania, distribuição de riqueza e controle popular”, qual o sentido da participação da Infância nas lutas sociais? A militância do movimento demonstra que sempre houve a presença das crianças e jovens nas atividades de educação de jovens e adultos, formação política e de mobilização e luta:

Durante as aulas dos jovens e adultos [a partir de 2004], muitos pais traziam as crianças para a sala de aula, foi então que o coletivo de educação começou a discutir a necessidade de constituir Cirandas Infantis paralelamente às aulas, e assim orientava a todos os educadores da alfabetização de jovens e adultos a organizar as Cirandas junto às comunidades para que as crianças tivessem um espaço de cuidado, enquanto os pais se alfabetizavam. No avançar das elaborações e práticas do coletivo de educação, foi também se desenvolvendo a compreensão das Cirandas Infantis como um importante espaço educativo das crianças, para além do cuidado. O coletivo nacional de educação foi o responsável pela 1ª Ciranda Nacional das Crianças Atingidas por Barragens, que foi realizada paralelamente ao encontro nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens de 2006, no qual foi organizado e pensado um programa político e pedagógico para a Ciranda do encontro. (ANAB, 2017)

Apesar das Cirandas Infantis organizadas a partir de uma concepção de cuidado, durante os Encontros Nacionais do MAB, é a partir da definição de que as mulheres atingidas precisavam ampliar as condições objetivas para participação nas lutas estabelecidas, é que se impulsionam as preocupações com a organicidade da Ciranda Infantil junto ao Movimento:

(...) Fortaleceu[-se] a auto-organização das mulheres, onde se intensifica o debate da necessidade de constituir um coletivo de educadores e educadoras infantis que possam potencializar, política e pedagogicamente, o trabalho com as crianças atingidas por barragens. Assim, formula-se a compreensão de que, para as mulheres participarem mais politicamente, é necessário a constituição das Cirandas Infantis de forma intencional e sistemática, paralelamente a todas as atividades das populações atingidas por barragens. Compreende-se que as cirandas precisam ser um espaço cada vez mais acolhedor e educativo das crianças e que, para isto, é preciso ter pessoas que se dedicam e se capacitam pedagogicamente para ser os/as educadores/as das Cirandas. (ANAB, 2017)

Ou seja, a presença da Ciranda Infantil deveria somar-se à ampliação da participação política das mulheres atingidas, de modo que a educação infantil promovida não só “acolhesse” e “cuidasse” das crianças e jovens, mas também propiciasse uma formação educacional que reconhecesse o protagonismo desse grupo social. Para tanto, as referências necessárias para fortalecimento da luta social do MAB não

poderiam continuar a conceber a Infancia como uma fase dos “infans”, dos infantes, que não falam; era necessário incorporar os debates da Infancia Popular, reconhecendo-se as peculiaridades da cultura infantil e o protagonismo da Infancia, expressas por meio da linguagem traduzida nas brincadeiras e brinquedos. O desafio instalado entre os militantes do MAB era buscar experiências populares da educação infantil, que permitissem superar a concepção adultocêntrica nas propostas educativas destinadas a esse grupo, reproduzindo práticas bancárias, autoritárias e de controle sobre crianças e jovens. Após um conjunto de reuniões e de formação político-pedagógica, com a parceria de educadores cirandeiros de coletivos comprometidos com a Infancia Popular, como o MST e a Universidade Popular da UNICAMP, o MAB pode intencionalizar sua proposta de Ciranda Infantil:

A Ciranda não é apenas um lugar para “deixar as crianças”, dando alguma ocupação enquanto o tempo das atividades dos adultos passa, ou apenas para ficar cuidando das crianças. É um espaço com uma proposta política pedagógica elaborada, organizada e executada por diversos educadores/as infantis populares, e que se orienta a diversas finalidades (ANAB, 2017).

Para ilustrar as finalidades, vamos apresentar reflexões decorrentes de algumas experiências de Ciranda Infantil, organizadas em atividades de mobilização nacional do MAB, a saber, os dois últimos encontros Nacionais do MAB (2013 e 2017) e a Ciranda Infantil de Mariana (2016, Um ano de crime, um ano de luta). Em nossa experiência recente, há cerca de três anos, temos colaborado com a construção e o fortalecimento da resistência popular por meio da Ciranda Infantil. Com os gritos de ordem “Sem Ciranda, o Movimento não anda!” e “A Ciranda do MAB é a energia do movimento”, crianças e jovens atingidos por barragens são acolhidos e inseridos na luta social por meio dos educadores-cirandeiros, que também são militantes atingidos por barragens. No caso do Rio de Janeiro, universitários tem tido a oportunidade de contribuir com as Cirandas Infantis aqui realizadas; nos demais estados, além de militantes do MAB, outros movimentos sociais populares também tem contribuído com a presença de educadores-cirandeiros, como o Levante Popular da Juventude e o MST. As atividades planejadas e realizadas com educadores infantis populares fazem parte da estratégia de formação dos atingidos por barragens, que vem reconhecendo, cada vez mais, a importância da Infancia enquanto responsabilidade coletiva. Soma-se a isso, o reconhecimento da participação das mulheres nas instâncias de decisão e de articulação do próprio movimento, em setores anteriormente ocupados pelos militantes masculinos.

Entre os Encontros Nacionais de 2013 e 2017, a Ciranda Infantil do MAB alcançou uma autonomia significativa e um amadurecimento expressivo sobre o protagonismo da Infancia Popular. Em 2013, apesar da coordenação político-pedagógica contar com a presença de militantes do MAB, foi a experiência do MST e a liderança do coletivo da Universidade Popular da UNICAMP que dinamizaram

as atividades promovidas junto às crianças. Na ocasião, os temas da Água e da Energia já eram inseridas entre as atividades promovidas de contação de histórias e de cineclube, de modo que as crianças e jovens presentes pudessem relacionar as brincadeiras e jogos presentes na Ciranda com a plenária que reunia os adultos do Encontro Nacional. Na ocasião, diversas crianças começaram a assumir que a Ciranda era o espaço reservado a elas, enquanto seus pais, mães e responsáveis desenvolviam as atividades de formação e de luta social. Por exemplo, nessa Ciranda Infantil de 2013, exibimos e discutimos pela primeira vez o curta-metragem animado “Abuela Grillo” (2009), de Denis Chapon, que trata do direito à água e nos aproxima de um enfrentamento popular ocorrido em Cochabamba, na Bolívia, com a tentativa de privatização da água (2000). As crianças pediram para que repetíssemos diversas vezes a exibição, acompanhando com curiosidade o desdobramento do enredo, encantados pela adaptação de um mito do povo indígena Ayoreo. Nas primeiras exibições, realizamos um cine-debate com as crianças, problematizando a apropriação da água pelo capital; na época, sem ter conhecimento dos conflitos sobre a tentativa de privatização da água em Cochabamba, incluída aí a tentativa de privatização das águas pluviais, consideramos oportuno o debate com as crianças sobre os interesses empresariais que ferem o direito de todos à água. O filme exibido permitiu essa reflexão e aproximou as lutas da militância do MAB, como o grito que fala das “Águas para a Vida, e não para a Morte”, e a luta do povo boliviano na Guerra da Água, ambas experiências traduzidas em processos coletivos. Este curta-metragem continua a ser exibido e sua narrativa permite contextualizar as disputas populares e mercadológicas pela Água. Com essa atividade, entre várias outras brincantes, pudemos viabilizar

a promoção e constituição de valores solidários e coletivos, capazes de constituir novas relações sociais visando a construção de um mundo sem desigualdades, que permita a convivência da diversidade de formas de ser, saber e viver, mas que questione toda forma de injustiça e de opressão. Ao mesmo tempo, trata-se de construir um espaço onde as próprias crianças possam, ser responsáveis pelo seu lugar e se auto organizarem coletivamente. (ANAB, 2017)

Após 2013, incrementados pelo reconhecimento das violações de Direitos Humanos e pela ampliação da presença feminina nas lutas, foram realizadas duas atividades de formação de educadores-cirandeiros, que aprofundaram a reflexão sobre o protagonismo da infância⁶³⁴ nas lutas sociais. Entre outras palavras de ordem, aqui se fortalece a idéia do cancionero popular de que, “essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós, de todos nós”, motivando-nos a assumir a responsabilidade sobre o cuidado com a Infância em nossos movimentos sociais de origem. Na segunda formação, já articulada com o aprofundamento do debate sobre a violação de direitos das crianças atingidas e com o andamento do

⁶³⁴Ver ARENHART, Deise. PEQUENOS LUTADORES: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA NO INTERIOR DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

projeto das Arpilleras, inserimos a Sociologia da Infancia e os estudos socialistas sobre Infancia⁶³⁵, provocando os educadores-cirandeiros a pensar e refletir sobre a Ciranda Infantil organicamente articulada às lutas dos atingidos por barragens.

E foi com a perspectiva de construção do protagonismo e da Infancia Popular que ocorreu, entre outras de 2016, a Ciranda Infantil de Mariana. Essa Ciranda teve dois momentos: do deslocamento entre Regencia-ES a Mariana-MG e, na Escola Municipal que acolheu a Ciranda Infantil do MAB. Parte dos educadores-cirandeiros esteve presente na formação anteriormente mencionada, inclusive os educadores-coordenadores gerais da mesma. Na primeira fase da luta, crianças e adultos alternavam entre as atividades da Marcha e alguns locais com plenária para os adultos, na qual se organizava um território para as atividades brincantes e reflexivas com as crianças. Para uma das educadoras-cirandeiros, Luana Farias, licencianda em Cinema e Audiovisual pela UFF, a organicidade da Ciranda encontra-se na inserção das crianças nas atividades concretas da luta social; no caso da Ciranda de Mariana, tratou-se de articular os educadores-cirandeiros, as crianças e a Marcha Regencia-Mariana:

Considero muito importante a inserção das crianças na marcha pois traz a vivência da luta marcada no corpo, para além do que se ouve em casa. Manifestar, marchar, fica impresso nos seus corpos que entendem, a sua forma, as positivities e negatividades do processo. Afinal, são crianças atingidas, sentem no seu cotidiano as violações de direitos, a luta também tem que ser sentida nas suas múltiplas formas de serem feitas. Mesmo cansadas, elas participavam, cantavam as músicas, os gritos, e, quando tinham oportunidade brincavam, qualquer espaço era espaço de criação. Fosse uma calçada, uma praça. (MAB, 2016)

Na segunda fase, com os adultos alojados no Ginásio de Esportes da cidade, a Ciranda Infantil de Mariana ocorreu num espaço cedido pela prefeitura, destinado a atividades educacionais complementares, com salas de dança e oficinas, além de uma quadra coberta. Enquanto os militantes adultos problematizavam as condições dos atingidos pelo crime da Samarco sobre a população e a bacia hidrográfica do Rio Doce, nossas atividades brincantes buscavam inserir o trajeto realizado por algumas crianças desde Regencia-ES até o ginásio, destacando o que elas observaram quanto às condições do Rio Doce. Para materializar o crime da Lama, simulamos um rio “limpo”, com a biodiversidade conhecida pelas crianças, com as experiências vivenciadas pelas mesmas em suas comunidades de origem e outro contaminado pela lama, tal e qual foram observados ao longo da Marcha desde Regencia. Esta maquete-simulação, construída pelas crianças, foi apresentada em Plenária, aos militantes reunidos no encontro em Mariana e permite demonstrar que é possível refletir com as crianças sobre temáticas complexas, envolvidas nas lutas do MAB. Nesse sentido, a experiência da Ciranda de Mariana tornou possível “(...)

⁶³⁵Ver NOSELLA, Paolo. A linha vermelha do planeta Infancia: o socialismo e a educação da criança. Contexto e Educação – Editora UNIJUI, ano 17, nº 68, Out./Dez. 2002. pp. 81-125

abordar, de maneira lúdica, as temáticas que estão sendo trabalhadas pelos próprios adultos, visando incorporar as crianças a tais atividades, fazendo com que se identifiquem e participem ativamente da construção das ações que dizem respeito à realidade vivida pelos atingidos por barragens (MAB, 2017)”.
Na Ciranda Infantil do Encontro Nacional do MAB, em 2017, a coordenação político-pedagógica foi assumida pela organicidade do MAB e das lutas dos atingidos por barragens, com uma programação ampla e diversificada para crianças de zero a 14 anos, subdivididos entre atividades gerais e específicas por faixa etária, com realização de oficinas e momentos brincantes. Nas praticas oferecidas para a faixa etária de 12 a 14 anos, entre atividades corporais, oficinas de contação de história e de ciencias da natureza (Água e Energia), teatro, oficinas de audiovisual e de agitação e propaganda, a convivência ao longo de cinco dias de atividades intencionalizadas permitiu alcançar outra finalidade geral das Cirandas Infantis do MAB:

incorporar as temáticas e demandas próprias das crianças, suas pautas e reivindicações, sobretudo aquelas decorrentes da violação dos direitos humanos da infância e também da infância dos atingidos por barragens – por exemplo, a demanda por terra e moradia onde possam viver e produzir a vida junto à sua família, o direito a uma escola pública de qualidade, por assistência social, por espaços seguros e saudáveis para viver, o direito a brincar e a demanda de espaços para a vida na infância, o acesso a água e energia, entre vários outros (ANAB, 2017).

Entre as dimensões envolvidas nas atividades da Ciranda Infantil encontram-se: a criança protagonista; a criança atingida por barragens; a criança que luta e se organiza; a dimensão do brincar. A primeira refere-se ao reconhecimento do pensar e do questionar da Infancia como elementos de sua afirmação diante da realidade enfrentada. Ao se perceber e se assumir como protagonista, a criança se afirma diante da sociedade, problematizando e criando outros valores, questionando e subvertendo alguns daqueles que estão presentes na sociedade.

A identidade como criança atingida por barragens também é uma dimensão importante das atividades da Ciranda na medida em que se insere a história da comunidade local em suas lutas sociais e na percepção da violação à dignidade humana; com essa reflexão construída a partir de atividades lúdicas, busca-se ampliar a voz das crianças atingidas, enfatizando sua cultura, seus valores e as lutas cotidianas por uma vida melhor. Relacionada à questão da identidade, encontra-se a dimensão da criança que luta e se organiza: a partir dos contextos específicos das Cirandas, entre músicas, cantigas e brincadeiras, as limitações encontradas na realidade da Ciranda são tomadas como aspectos a serem enfrentados coletivamente, e o caminho construído para que a condição adversa seja superada é a organização. A título de exemplo, podemos mencionar uma reivindicaa das crianças da Ciranda Infantil do MAB, ocorrida em praça publica de Belo Horizonte que, na ocasião, estava fechada para reforma. Como forma

de expressão de seus desejos, as crianças propuseram uma manifestação pública da reivindicação e aos educadores-cirandeiros solicitaram que mediassem favoravelmente na autorização de acesso aos brinquedos instalados. As ressalvas dos cirandeiros não intimidou a evolução da idéia de reivindicação das crianças e os adultos foram convencidos que era justa e importante aquela luta da Ciranda Infantil pelo acesso aos brinquedos da praça.

A quarta dimensão, do brincar, é fundamental para garantir que a criança atingida possa vivenciar, no grupo, o contexto do seu desenvolvimento físico-emocional-cultural, com a linguagem que mais dialoga com seu universo em formação, que é a brincadeira. Os momentos brincantes são fundamentais e a preparação de suas atividades, dos materiais e equipamentos necessários ocorrem em fase preliminar à Ciranda Infantil, em forma de planejamento compartilhado entre os educadores cirandeiros. Inclui-se na dimensão do brincar, a presença de uma “Caixa da Ciranda”, com materiais que permitam a construção de brinquedos com materiais recicláveis e socialização de brincadeiras. Algumas oficinas de brinquedos incorporam materiais recicláveis na produção de brinquedos, como é o caso das bonecas Abayomis, que remetem à história e à cultura dos afrodescendentes em nosso país. Diante dessas dimensões, afirmamos que,

O objetivo central da ciranda é organizar as crianças despertando o espírito de luta, proporcionando espaços prazerosos de formação juntamente com a arte do brincar. Estes elementos devem ser desenvolvidos através de muitas atividades pedagógicas como rodas de conversa, brincadeiras, elaboração de músicas, contação de histórias, leitura, escritas, desenhos, teatros, colagens, filmes, alfabetização, etc. (ANAB, 2017)

Para finalizar, vale retomar um dos questionamentos iniciais, que indagou sobre a relação entre a Ciranda Infantil e o desafio da construção de modelo energético popular. A presença da Ciranda Infantil permite que as famílias e, em particular, as mães possam assumir seu protagonismo, valorizando sua presença e participação na inversão e subversão do atual modelo energético. Além disso, o cuidado temático com a proposta pedagógica e com as atividades também permite a presença das crianças na luta e o fruto das oficinas dialoga com as atividades de resistência dos atingidos e atingidas por barragens. Cada vez mais, os militantes atingidos por barragens reconhecem que “Sem Ciranda, o Movimento não Anda” e que “A Ciranda do MAB é a Energia do movimento”. Permite que os militantes enfrentem o modelo do capital especulativo, presente nas hidrelétricas e demais barragens de mineradoras, estudando e compreendendo os problemas do atual modelo de desenvolvimento, discutindo politicamente as perspectivas e os desafios para se alcançar o sonho de outro modelo energético, soberano e popular, em diálogo com as crianças e jovens que participam ativamente das atividades da Ciranda Infantil.

Referências bibliográficas

ABUELA GRILLO, Denis Chapon (Diretor), Israel Hernández (Produtor), Bolívia, The Animation Workshop (Produtora), 2010, 12'42", Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=AXz4XPuB_BM, acesso em 27/09/2018.

ANAB. Associação Nacional dos Atingidos por Barragens. *AS CRIANÇAS ATINGIDAS POR BARRAGENS E A CIRANDA INFANTIL*. São Paulo: MDA, 2017.

ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica. *Banco de Informações de Geração*. 2016. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

BRASIL, COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS. *Relatório: Diligência destinada a apurar violações de direitos humanos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana/MG* (Req. nº 09/2016). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/documentos/relatorios-de-atividades/diligencia-destinada-a-apurar-violacoes-de-direitos-humanos-decorrentes-do-rompimento-da-barragem-de-fundao-em-mariana-mg-req-no-09-2016/view>>. Acesso em: 10 abr 2017.

BRASIL, CDDPH. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, *Relatório Final*. Brasília, Distrito Federal, 2010.

MESA 28: EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL E ESTADO AMPLIADO NOS SÉCULOS XX E

XXI

Coordenadora: Melissa Miranda Natividade (Prefeitura Municipal de Saquarema)

Gramsci aponta em suas cartas e anotações carcerárias que seus estudos ampliavam muito a noção de intelectual, levando à caracterização de um conceito de Estado mais amplo e renovado. Para o marxista sardo não existe separação entre sociedade civil e sociedade política, insistindo em seus escritos que tal separação só poderá ser realizada para fins de análise, pois a correlação de forças entre elas é fulcral nos seus estudos sobre o Estado no capitalismo. A sociedade civil para Gramsci é a esfera de ação dos intelectuais, pois é nela que se organizam e por ela que se difundem as ideologias dos grupos dominantes. Este Simpósio Temático objetiva discutir a educação rural no Brasil sob a perspectiva de ser a educação – bem como suas políticas – mecanismo privilegiado de construção de projetos hegemônicos. Buscaremos analisar e debater resultados de pesquisas voltadas ao estudo da educação rural e práticas educativas, considerando seu uso na consolidação e expansão do capitalismo no Brasil. A análise da atuação de aparelhos privados de hegemonia no âmbito da sociedade civil e da inserção de seus porta-vozes junto ao Estado restrito revela-se essencial para o pleno entendimento das políticas educacionais no campo, seus objetivos, implicações e interesses envolvidos. Educação e práticas educativas no mundo rural brasileiro foram e são largamente utilizadas como estratégia de convencimento e consolidação de projetos da classe dirigente. O Simpósio busca contribuir para as discussões sobre a atuação de aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil que utilizam a educação rural como estratégia de construção hegemônica destinada a integrar o trabalhador no universo ideológico do capital, muitas vezes castrando qualquer potencial de confronto.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS RURAIS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE OS CLUBES AGRÍCOLAS EDUCACIONAIS E OS CLUBES 4-S

(1950-1980)

Nathalia dos Santos Nicolau⁶³⁶

Resumo: Esse trabalho é uma pequena parte da reflexão iniciada no Mestrado, defendido em 2016 no PPGHUFF, sob o título “Clubes Agrícolas: Um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais (1842-1958)”, o qual dou continuidade agora no doutorado, também pela UFF, com intuito de expandir a análise para outra instituição de ensino, denominada Clubes 4-S, fazendo uma comparação entre os dois modelos clubistas que coexistiram (Clubes Agrícolas e Clubes 4-S). Dessa forma, utilizando como referencial teórico para dar conta da temática da Educação de Jovens rurais no Brasil, adoto a perspectiva marxista de Antonio Gramsci, ou seja, analiso o Estado de forma Ampliada no período proposto, através do estudo de Aparelhos Privados de Hegemonia que pretenderam ganhar espaço e ter seus projetos educacionais inseridos junto ao Estado Restrito. Para isso utilizo os conceitos gramscianos de forma metodológica, mapeando os agentes da Sociedade Civil que se encontravam juntos a esses Clubes para propor projetos de educação rural. Portanto, levando em conta o surgimento e a difusão dessas duas instituições - “Clubes Agrícolas” (1940- 1950) e dos “Clubes 4-S” (1950- 1970/80) –, o objetivo proposto aqui, é demonstrar como os embates políticos, a produção e reprodução da subalternidade do trabalhador rural aos projetos que visavam o aumento da produtividade, e o discurso usado para a legitimação do ideal de modernização estavam atrelados ao clubismo, além de refletir quais atores se beneficiavam dessas políticas educacionais. Para isso examinamos os acordos existentes entre Brasil-EUA através da Extensão Rural, as formas de financiamento desses tipos de ensino e como isso estava presente no cotidiano desses jovens, para assim, analisar através das suas semelhanças e diferenças, o real projeto de educação que busca, sobre tudo, a disseminação do capitalismo no campo

1- INTRODUÇÃO

2-

O presente trabalho faz parte da pesquisa de doutorado que venho realizando e que dá continuidade, de certa maneira, à análise que já estava sendo realizada durante a dissertação de mestrado defendida em 2016. Dessa forma, será apresentada apenas parte inicial da pesquisa, contextualizando o que ocorria dentro desse corte cronológico, com a população rural, principalmente os jovens. A escolha do período justifica-se por ser em 1952 o ano da criação da ABCAR e que foi o pontapé inicial para a Extensão Rural ser difundida por todo país e, conseqüentemente, o projeto de educação dos jovens nos Clubes quatroesista que será tratado adiante; e 1980 é o marco do fim dessa política de modernização do campo.

⁶³⁶ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e atualmente Doutoranda pela mesma instituição. E-mail: nathnicolau@hotmail.com

A criação dos Clubes 4-S no Brasil, for parte integrante da política da Extensão Rural, se fez presente na década de 1950 no país, capitaneado por acordos realizados entre Brasil e Estados Unidos (EUA), que deram origem a convênios e agências responsáveis pela transformação no campo.

Dessa forma, compreende-se o Estado tal como Antonio Gramsci o define, ou seja, um Estado Integral ou Ampliado, qual é formado pela Sociedade Política ou Estado Restrito e pela a Sociedade Civil em permanente inter-relação. Logo, entendemos que a Sociedade Civil é composta por Aparelhos Privados de Hegemonia organizados de forma voluntária e que possuem variados interesses, que disputam para legitimar seus projetos, no caso desse trabalho, projetos educacionais junto ao Estado Restrito, visando torna-los projetos hegemônicos.

Ainda assim, o Estado em Gramsci não deve e nem pode ser pensado como organismo próprio de um grupo ou fração de classe, como no caso de outras vertentes marxistas. Ele deve representar uma expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos, mesmo que deles extirpando sua lógica própria. (MENDONÇA, 2014, p.34)

A partir dessa reflexão teórica, entendemos a sociedade capitalista de forma marxista, a qual está configurada segundo a luta de classe – dominantes e dominados -, mas também por disputas intra-classe, principalmente dentro da classe dominante, pois no que concerne os projetos de educação, há vários grupos que possuem projetos divergentes e buscam se tornar a classe dirigente. Para tornar hegemônicos seus projetos, esses dirigentes fazem uso seja do consenso (utilizando, por exemplo, os meios de comunicação) seja da coerção (violência na forma estrita).

A teoria gramsciana aqui também será posta como forma metodológica, assim como propõe Sonia Mendonça, que afirma que através da teoria gramsciana, podemos observar como ocorre a organização das vontades, sejam elas singulares e/ou coletivas e como elas ocorrem nos Aparelhos Privados de Hegemonia que compõem a Sociedade Civil junto a Sociedade Política. (MENDONÇA, 2014, p.34)

Pensar o Estado gramscianamente é sempre pensá-lo a partir de um duplo registro: o das formas dominantes na produção (classes e frações) que se constituem e se consolidam por intermédio de organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que, junto a cada aparelho ou órgão do Estado restrito, estão sempre presentes projetos e intelectuais vinculados às agência(s) da sociedade civil. Uma delas, por certo, deterá a hegemonia junto a certo organismo estatal, conquanto outras igualmente lá far-se-ão presentes, em permanente disputa. (MENDONÇA, 2014, p.38)

1. EXTENSÃO RURAL COMO EDUCADORA DE JOVENS ATRAVÉS DOS CLUBES QUATROESSISTAS

Compreendendo o Estado como Ampliado, procuramos analisar a capilarização do capitalismo no campo já instaurada em 1950, mas para isso devemos retornar ao início desses esforços através da educação rural de crianças e jovens. A temática do ensino rural/agrícola no Brasil fez parte de diversas políticas estatais desde 1910, e, ao longo dos anos, foi sofrendo transformações de acordo com o modelo e conjunturas político-econômicas que o país passava – pelo domínio europeu para o norte-americano, por exemplo – afinal, conforme posicionamento das agências que constituíam o Estado Restrito mudavam-se as práticas e seus conteúdos também eram modificados. Isso pode ser observado, sobretudo, nos Ministérios responsáveis pela educação, que, no período abordado seriam o Ministério da Agricultura e o da Educação.

A educação rural em todas as suas formas se tornou mais um sustentáculo do capitalismo que avançava no Brasil de forma que seu objetivo não apresentava apenas o “aspecto humanitário” de transmissão do conhecimento, mas também a qualificação daqueles que fariam parte da mão-de-obra, ou seja, dos futuros trabalhadores, que deveriam estar qualificados de forma a garantir a expansão e capilarização do capitalismo no campo. Para obter esse sucesso os valores deveriam seguir a moral, por meio de disciplina, sempre de forma a beneficiar aqueles que estavam nas inúmeras frações da classe dominante.

Como foi constatado na pesquisa realizada pela dissertação de Mestrado, o Ensino Agrícola já estava sendo disputado por diferentes grupos que defenderam projetos distintos de Educação Rural/Ensino Agrícola elementar. Em permanente disputa pelo controle do sistema de educação estavam os agentes sociais inseridos junto aos quadros dirigentes do Ministério da Agricultura (dentre eles o alto escalão da Sociedade Nacional de Agricultura, entidade patronal fundada em 1897) e do Ministério da Educação e Saúde (como porta-vozes da paulista Sociedade Rural Brasileira e da Associação Brasileira de Educação, dentre outras).

Desde a proliferação dos Clubes Agrícolas Escolares – os quais foram objeto de estudo no mestrado - defendidos pelo Ministério da Agricultura como projeto nacional e necessário para incutir nas crianças e jovens o espírito cooperativo a ser difundido junto a sua família e a sua comunidade, buscava-se despertar na juventude os valores positivos inerentes às atividades agrícolas, como o discurso sempre pautado ao “Amor a Terra”, presente em diversos ramos da educação rural.

A partir da década de 1950 a influência norte-americana tomava contornos mais nítidos, inclusive no ensino agrícola com novos acordos que geraram a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) junto ao Ministério da Educação e Saúde que “era destinada a erradicar o analfabetismo e preparar

professores especializados, acordo este incluso ante a recusa do Congresso Nacional” (MENDONÇA, 2010, p.94) e a fundação do Escritório Técnico Americano (ETA), em 1953, este já com o Ministério da Agricultura e que dera início à expansão dos projetos extensionistas, ou seja, “o aparato institucional mais significativo para o processo de ressignificação da “educação rural” no Brasil.” (MENDONÇA, 2010, p. 94)

Entretanto, os acordos dos anos 50 inauguraram uma nova modalidade de “cooperação”, baseada na implantação de instituições de assistência técnica ao trabalhador do campo, materializadas em novas agências como o Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura (1955), o Serviço de Extensão Rural e a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). (MENDONÇA, 2008, p.10)

Nesse período a Extensão Rural ganhou espaço nas políticas educacionais para o campo e o lema da educação rural passou a ter um novo significado pautado no assistencialismo e o foco não seria nos trabalhadores em si, mas na educação de crianças e jovens, os quais sofriam influência direta e indireta dessa nova configuração. A cooperação era a palavra-chave da organização dos Clubes 4-S e um dos objetivos era a criação de líderes e formação de futuros trabalhadores modernos e aptos a tomar decisões.

A Educação Rural aqui analisada foi pensada e desenvolvida para ser um instrumento em prol do “progresso” que as classes dominantes visavam para o campo e seus moradores, e seu objetivo consistia em transformar os valores da população rural, o projeto de educação desses Clubes. Portanto, visava preparar esses jovens para se tornarem os produtores rurais mais modernos e adaptados aos novos “métodos racionalizados de trabalho agrícola”.

Por esse motivo os anos 1950 são significativos para a remodelação do pensar e atuar sobre o campo e as populações rurais, assim como na mudança nos valores capitalistas junto a esses trabalhadores e sua comunidade. Principalmente sob o viés do ensino de práticas agrícolas modernas e da tentativa de mudar a maneira como esse homem rural pensava seu lugar e papel no país e sua importância para o crescimento de um Brasil unido e que necessitava dos esforços da agricultura para continuar girando a roda do desenvolvimento por meio do incentivo massivo na produtividade.

1.1 Breve entendimento do cenário e do que foi a Extensão Rural no Brasil

O período compreendido entre meados da década de 1940 e meados da década de 1950 foi marcado por projetos desenvolvimentistas, e é nesse período que ocorre não só um discurso modernizante e desenvolvimentista para a indústria, como o discurso e a transmissão de valores urbanos e ditos, também, modernizantes e progressistas, para a melhoria do meio rural brasileiro. É no pós-1945 que a

preocupação com o Terceiro Mundo se acentua e as atenções com a pobreza, a falta de capital e tecnologia e o atraso em áreas rurais passa a fazer parte das políticas norte americanas que se aproximavam da América Latina por meio de acordos de cooperação.

Assim, na década de 1950, o país entrava em um período o qual se fazia presente o ideal desenvolvimentista, que se deu no campo, principalmente sob a difusão e estabelecimento de valores e técnicas que levassem a modernização do meio rural. O discurso sobre o meio rural era de atraso, de que deveria haver uma mudança das técnicas e assim introduzir novas tecnologias a produção. Esse período também ficou conhecido por apresentar projetos que visam a produtividade.

Para melhor compreender quais eram esses projetos devemos entender, ao menos o básico sobre a Extensão Rural, que segundo Souza (2004) apresentou em sua primeira fase um caráter de assessoramento, ou seja, “(...) o extensionismo era tido como uma prática educativa que difundia a modernização da agricultura pela via tecnológica azeitado com assistencialismo social.” (OLIVEIRA, 2017, p.38)

Já em 1942, o Brasil mantinha estreito relacionamento com os EUA através de acordos firmados por conta da II Guerra Mundial. Nesse ano foi firmada a criação *Comissão Brasileira-Americana para Produção de Gêneros Alimentícios* (CBAPGA), que tinha como objetivo, auxiliar na preparação da mão-de-obra a ser utilizada na produção de gêneros a serem fornecidos aos países aliados.

Não foram apenas os acordos que fizeram esses países estreitarem os laços, mas também a idealização de projetos e convênios que tomaram forma por meio da criação de agências cujo objetivo seria passar conhecimento técnico para os produtores rurais brasileiros como, por exemplo, em relação ao uso de maquinaria e insumos modernos na produção. Uma das mais importantes agências criadas foi a *Institute of Inter-American Affairs* (IIA), cujo fundador foi o grande empresário Nelson Rockefeller, que é o grande nome quando se trata de abordar temas de assistência técnica rural no Brasil.

Em sua tese, Oliveira (2017) destaca que a Extensão já se fazia presente desde 1946 no Brasil junto à atuação de Rockefeller, que montou modelos da extensão em propriedades privadas localizadas no Estado de São Paulo e depois, em pouco tempo, expandiu sua ideia para Minas Gerais, onde o projeto extensionista ganhou força, como política pública veremos adiante.

O projeto extensionista tem sua origem, portanto, nos EUA e chegou ao Brasil com a política norte-americana de se voltar aos países latino-americanos, denominados como subdesenvolvidos.

Já em Minas, mesmo que o Plano de Recuperação Econômica de 1947, não citasse nada a respeito da criação de uma instituição a partir dos convênios e das novas ideias que ali estavam se estabelecendo,

a AIA, tida como uma agência de caráter “filantrópica”, em 1948 junto com o governo mineiro, criou a *Associação de Crédito Rural e Assistência Técnica (ACAR)*. (GOMES, 2013, p.02)

Como vimos as ações da ACAR-MG visavam a modernização, mas Souza afirma que a primeira fase extensionista se baseavam no chamado “modelo clássico”, o qual se pautava no que muitos pesquisadores e inclusive, participantes desse projeto, como um “assistencialismo humanista” (SOUZA, 2004, p.101;102) . Esse modelo seria nada mais que o “modelo difusionista-inovador”, o qual segundo Bechara (1954)“a função dos técnicos não seria resolver os problemas dos produtores rurais, mas sim, ajudar a resolver” (SOUZA, 2004, p.101)

A autora ainda afirma que as mudanças que defendiam não eram na estrutura agrária em si, ou seja, contra os interesses dos grandes proprietários, mas sim uma mudança tecnológica que fosse de interesse do Estado e concordassem com seus projetos hegemônicos, que seriam da classe dominante. (SOUZA, p.104; 105)

O que seria então, atrativo, para os que defendiam a modernização era os jovens rurais, pois eles seriam os mediadores entre o tripé desse projeto que contaria com a pesquisa - a qual geraria pacotes tecnológicos ou iriam adequar os já existentes para determinada região-, a extensão e a assistência técnica - que ficaria responsável pela difusão dessas inovações - e o crédito rural - para o financiamento desse empreendimento pelo pequeno e médio produtor. Ou seja, o jovem através do ensino voltado para o aprendizado do uso de máquinas modernas, insumos, etc, deveria ter o papel de difusor dessas ideias primeiro junto a sua família e depois para o restante da sua comunidade (SOUZA, 2004). “(...) O clube agrícola exercia a função de educar a família através da juventude, executando projetos de trabalho agrícola ou de economia doméstica (...)” (SOUZA, 2004, p. 117)

Minas Gerais se tornou o polo da difusão extensionista e com ela a primeira porta de entrada para novos valores, esses pautados nos ideais capitalistas de produtividade com o discurso educativo. A extensão foi se expandindo para outras regiões do país, se tornando nacional e em 1956 foi criada a Associação Brasileira de Crédito e assistência Rural (ABCAR), que centralizava as diretrizes da extensão Rural a nível federal. Mais tarde haveria o empresariamento dessa Extensão e com ela o surgimento da EMBRATER, mas como o tema principal do artigo são os Clubes 4-S, iremos nos limitar à extensão apenas em seu início, suas características e objetivos, que já nos permite compreender o cenário em que foi criado os primeiros Clubes 4-S.

Gomes (2013) nos diz que para Paulo Freire em *Extensão e Comunicação*, “(...) a proposta extensionista era equivocada, pois suplantava as técnicas de produção e a própria cultura dos homens

rurais por algo exógeno a eles” (GOMES, 2013, p.05). Outro autor que utiliza Freire (1983) é Oliveira (2017), que vê proximidade entre Gramsci e Freire (p. 140) e continua observa que “Freire identifica a extensão rural como uma invasão cultural contrária ao dialogo, desde o sentido semântico do próprio termo, no qual ocorreria uma transmissão de conhecimento no sentido “agrônomo educador” para o “agricultor”. (OLIVEIRA, 2017, p. 140). Freire afirma,

Por isto mesmo, a expressão “extensão educativa” só tem sentido se se toma a educação como prática da “domesticação”. Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. (FREIRE, 1983, p. 15 *apud.* OLIVEIRA, 2017, p.159)

1.2 Clubes 4-S

Os Clubes 4-S apresentados aqui se diferenciam dos Clubes Agrícolas Escolares⁶³⁷ estudados por mim no mestrado por diversos fatores, sendo um deles a questão dos quatroessistas serem modelos fiéis aos Clubes norte-americanos – estes serviam de inspiração para os Clubes Agrícolas Escolares, mas há diferenças em suas estruturas, as quais estamos nos dedicando na pesquisa para a tese.

Para isso tomo, assim como Oliveira (2017), que os Clubes 4-S se apresentavam como práticas “extra-escolares” e que desempenhavam o papel de serem instituições vinculadas diretamente ao projeto extensionista no país. Portanto,

Esses clubes tinham o compromisso principal de ensinar as técnicas para que os associados – indicados como “quatrocentistas” – pudessem colocar em prática o que aprenderem, retransmitindo aos seus pais e/ou na comunidade geral. Inicialmente, apesar de serem organizações de caráter voluntárias, esses clubes não comportavam a noção de aparelho privado de hegemonia, uma vez que sua estrutura de trabalho, objetivos e diretrizes vinham diretamente da extensão rural que era uma política emanada do Estado Restrito. (OLIVEIRA, 2017, pp. 145; 146)

Os clubes 4-H eram os clubes norte-americanos que serviram de inspiração para os 4-S e tinham esse nome, pois cada H tinha um significado – Head, Heart, Hands, Health – o clubismo 4-S também apresentava esses preceitos e deveria estimular e desenvolver entre os jovens o Saber, Sentir, Saúde e Servir, conforme indicava o “S” (GOMES, 2013). Esses Clubes apresentam outra diferença significativa com os escolares, uma vez que não estavam vinculados a nenhuma instituição escolar e, na maioria das vezes, eram patrocinados por grandes empresas nacionais e internacionais, como veremos adiante.

Nota: Os Clubes sob orientação do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, embora trabalhando com a juventude rural, se distinguem dos Clubes 4-S

⁶³⁷NICOLAU, Nathalia dos Santos. *Clubes Agrícolas: um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais (1942 -1958)*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2016

por serem vinculados aos estabelecimentos de ensino rural, enquanto que estes estão estreitamente ligados aos Serviços de Extensão e trabalhando à base de projetos individuais conduzidos pelos associados nas propriedades onde vivem (ABCAR, 1959, p.16)

Os Clubes 4-S tiveram início na década de 1950, quando a Extensão Rural passa a se configurar como uma política econômica e educacional para o meio rural e “em 1952 foram uma das principais ações desenvolvidas pelo extensionismo rural em Minas Gerais. (GOMES, 2013, p. 01) Uma das primeiras instituições de extensão no país foi a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais – a ACAR-MG -, fundada em 1948 através de um convênio entre o governo do estado e a Associação Internacional Americana (AIA). O primeiro clube de modelo “S” foi fundado em julho de 1952, no município mineiro de Rio Pomba.

Esses Clubes eram difundidos paralelamente aos Clubes Agrícolas Escolares e serviam, muitas vezes, de modelo e inspiração, como veremos mais adiante, e muitas das atividades desenvolvidas progressivamente tornaram-se muito parecidas. Esses Clubes se estenderam até a década de 1970 e a partir de 1960 o dia da fundação do primeiro espaço clubista ficou considerado como “Dia Nacional dos Clubes 4-S” (GOMES, 2013, p.05) comemorado anualmente com eventos que contavam com a participação de inúmeros membros da Sociedade Civil do país.

Os Clubistas eram jovens, geralmente entre “10 a 21 anos, filhos de pequenos e médios proprietários rurais, atendidos pela ACAR-MG.” (GOMES, 2013, p.05). Eram estimulados a externar sentimentos patrióticos e demonstrar amor a seu país, aspectos constantes, seja nas atividades, nos hinos ou nas falas:

Bandeira 4-S eu te prometo a inteligência para melhor **SABER**, o coração para melhor **SENTIR** e a **SAÚDE** para melhor **SERVIR** ao Deus, à minha Pátria, à minha família, à minha comunidade e ao meu Clube 4-S (CNC-4, 1967, contracapa *apud* GOMES, 2013, p.06)-⁶³⁸

Assim como os Clubes Agrícolas Escolares, eles deveriam produzir um relatório anual de atividades, sendo que estes não eram realizados pelos clubistas e sim pelos técnicos da ACAR, os responsáveis por seu monitoramento e controle. Relatórios estes que serviriam para realização de futuras atividades, mas também, como uma forma de demonstrar a realização dos trabalhos da Extensão Rural não só junto ao governo estadual e federal, como também junto a financiadoras do projeto.

Ou seja, outra diferença encontrada entre os dois clubismos era que a professora era a responsável pelas atividades dos Clubes Agrícolas e, no Clube 4-S, tal função ficava a cargo do técnico da Extensão –

⁶³⁸Grifos do autor.

geralmente um agrônomo – e/ou de uma Economista Doméstica – geralmente no que se referia aos afazeres do lar e das tarefas das sócias meninas.

A Extensão Rural trabalhava diretamente com o trabalhador/proprietário do campo, orientando o homem na plantação, colheita, no trato com os animais, ou seja, com as atividades produtivas desenvolvidas pelos adultos. Geralmente, o extensionista era um agrônomo que detinha curso superior e era acompanhado de uma mulher formada no curso de Economia Doméstica, a qual acompanha o restante da família, atuando no que dizia respeito a técnicas para o lar, como a conservação de alimentos, organização da cozinha e da casa em si, além de noções de higiene e de vestimenta.⁶³⁹

Os jovens entre 15 a 20 anos com a criação dos clubes 4-S passaram a ter um certo prestígio dentro dessas organizações, estimulados ao exercício da cooperação e a assumir protagonismo nas ações e decisões. Ele era composto por diretoria, com presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro composta pelos clubistas, assim como nos Clubes Agrícolas Escolares.

Era estimulada a competitividade entre os jovens, para aprenderem a ser autônomos mesmo trabalhando coletivamente. Além disso, era ainda valorizada a criação de lideranças e uma educação moral e cívica que podíamos ver refletida na forma como os jovens se vestiam, se portavam e em algumas atividades, como por exemplo, desfiles e um Hino do Clube 4-S.

Especificamente em MG, cuja experiência já foi analisada em estudos sobre esses Clubes, pode-se observar a criação, em 1959, de um Comitê Estadual de Clubes 4-S de Minas Gerais – CEC 4-S, que tinham como financiadores dos concursos e bolsas de estudo, não só empresários como agricultores:

Em 1964 foi fundado o Comitê Nacional de Clubes 4-S – CNC 4-S que congregavam várias firmas e entidades, inclusive internacionais que contribuam com recursos financeiros que eram destinados a patrocinar com atividades envolvendo os jovens integrantes dos Clubes 4-S. Dentre elas haviam a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID/Brasil); Associação Internacional Americana (AIA); Coca-Cola Indústria e Comércio Ltda; Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA); Eso Brasileira de Petróleo S/A; Ford Willys do Brasil S/A; Fundo NorteAmericano para Assistência Social (FNAS); Indústria de Pneumáticos Firestone S/A; Massey Ferguson do Brasil S/A; Produtos Alimentícios Fleischmann Royal Ltda; Singer SewingMachineCompany. (O RURALISTA, 1970, p.08 *apud* GOMES, 2013, p. 09)

Os clubes quatroessistas ganharam a dimensão nacional e estavam presentes em diversas regiões, não ficando apenas restrito, a Minas Gerais, ou seja, conforme a Extensão Rural se expandia, os clubes também avançavam sobre o território nacional. Souza (2004) analisando os clubes 4-S de Passo Fundo,

⁶³⁹ Para melhor entender as políticas extensionistas, dais quais não me aprofundarei neste trabalho ver obra de MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961) op. cit.*

observa que ocorreram com incentivo da extensão na região e destaca que nos finais da década de 1960 os líderes dos clubes do Distrito de São Roque estiveram em acordo, com o projeto chamado *Operação Tatu* que, segundo Klamt (1970) no Boletim técnico, afirma ser um convênio entre a UFGS e a Universidade de Wisconsin-USAID em 1964 (SOUZA, 2004, p. 159)

Logo, o projeto quatrocentista esteve presente em outras regiões do país. Destacamos que foi proveniente de um modelo internacional que progressivamente incorporou um modelo a seguir no país e que seus propósitos são extremamente produtivistas, visando transformar o jovem em um meio para difusão de modernização agrícolas, como a maquinaria, novos tipos de sementes e adubações. Como vimos anteriormente, mesmo tendo um modelo, cada região acabou por adotar o Clube e fazer adaptações conforme suas necessidades, fazendo com que os clubes, apesar de apresentarem as mesmas diretrizes, terem suas especificidades, como foi o caso em Passo Fundo.

Outro exemplo de Clubes no Sul foram os instalados em Santa Catarina e estudados por Silva (2002), que destaca a importância do jovem no empreendimento da modernização do campo e não considerava “(...) os Clubes 4-S, como um único discurso, e sim vários discursos que permeiam esse instrumento extensionista” (SILVA, 2002, p.146)

O Ministério da Agricultura subsidiava e apoiava o extensionismo e detinha agências sob sua jurisdição como a ACAR de cada estado e depois a própria ABCAR, EMBRAPA⁶⁴⁰ e assim por diante. Mas, no caso dos Clubes 4-S, o financiamento empresarial ocorria de forma direta e com intuito de transformar essa população em consumidora das novas tecnologias que vinham sendo desenvolvidas. Assim, dessa forma, poderia receber financiamento de bancos, comércio e indústrias além do poder público dos países que financiavam os clubes.

Portanto, é a partir dessa reflexão que a pesquisa procura demonstrar como o capitalismo avançou no campo tendo como ponta de lança a educação dos jovens e que isso ocorreu por meio de acordos, convênios e criação de agências entre o Estado brasileiro e os EUA. Ao longo das análises pretendemos nos aprofundar nas atividades desses clubes 4-S no intuito de ver na prática os valores que foram incutidos, e de que forma o consenso era criado para conter não só o êxodo rural, como os movimentos sociais no campo.

Jovem, autônomo, democrático, capacitado... Essas eram outras características do discurso quatrocentista, que num processo de formação de novos sujeitos primeiramente procurou fixá-los no campo, dar-lhes autonomia em relação a seu próprio conhecimento (questionar os saberes costumeiros), fazê-los responsáveis por produzir o suficiente para

⁶⁴⁰Ver para maiores informações a dissertação: OLIVEIRA, Pedro C. F. *Extensão Rural e Interesses Patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974)*, Dissertação de Mestrado, UFF, 2013.

que a agricultura deslanchasse frente ao processo de industrialização. Mas também era necessário tornar-se legítimo, afinal, a democracia (conforme a concepção da Extensão Rural) podia servir como uma estratégia para legitimar um trabalho, sem a obrigatoriedade, por exemplo, do exército e da escola. (SILVA, 2002, p. 149)

CONCLUSÃO

Dessa forma, Tendo como referencial teórico para análise das questões subjacentes à temática da Educação de Jovens rurais em geral, e dos Clubes 4-S em particular, adoto a perspectiva marxista de Antonio Gramsci, ou seja, analiso o Estado como Ampliado no período proposto, através do estudo de Aparelhos Privados de Hegemonia que pretenderam ganhar espaço e ter seus projetos educacionais inseridos junto ao Estado Restrito

Ao observar os projetos de educação rural, nota-se que foram marcados por embates políticos e, simultaneamente, produtora/reprodutora de hierarquias sociais que sancionam de fato a subalternidade do trabalhador rural aos projetos que visavam o aumento da produtividade, legitimado sob o discurso de modernização.

A pesquisa também investigará os rumos do Ensino rural - por meio do Ministério da Agricultura - via extensionismo, que perpassavam por um conjunto de práticas e de agências voltadas para a “assistência técnica” e social da juventude rural, tendo como modelo o clubismo estadunidense, aqui veiculado por inúmeras instituições de cooperação norte-americanas.

Assim, ao refletir sobre os Clubes, procuro demonstrar que esse projeto de educação tem como objetivo a disseminação do capitalismo no campo com sua ideologia de priorizar a técnica enquanto instrumento que busca frear os conflitos sociais no campo, neutralizando as mobilizações de trabalhadores rurais e também, contendo o êxodo rural.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL - ABCAR. Manual dos Clubes 4-S. Rio de Janeiro. 1959

BECHARA, Miguel. *Extensão Agrícola*. São Paulo: Secretária da Agricultura/ Departamento de Produção Vegetal, 1954

BRASIL, Ministério da Agricultura. Relatório de Ministro (RMA), Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. (1940 – 1951)

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. O Ministério da Agricultura a Serviço do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1958.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. Brincar e Aprender. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro – Brasil. (Anos III, IV, VII, VIII, X, XI, XII) – (1944-1960)

BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Pinto. *Clubes Agrícolas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1949. (Série Clubes Agrícola, 01).

BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Pinto. *Clubes Agrícolas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1958. (Série Clubes Agrícola, 01).

CALAZANS, Maria Julieta; “Para compreender a educação do Estado no Meio Rural”. IN: THERRIEN, Jacques & DAMASCENO, Maria (coords.). *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papirus, 1993. 15-40

FREIRE, Paulo, *Extensionismo ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

GOMES, Leonardo Ribeiro. O jovem dos Clubes 4-S como elemento difusor da modernização das práticas agrícolas em Minas Gerais nas décadas de 1950-1960. VII *Congresso Brasileiro de História da Educação*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso. 2013 Anais

_____. *Progredir sempre: os jovens rurais mineiros nos clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2013

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna. 1995 (Coleção Polemica).

_____. As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961). V *Congresso Brasileiro de História da Educação*, 5, 2008, Aracaju: Universidade Tiradentes; Sergipe: Universidade Federal de Sergipe. [Anais]Aracaju – Sergipe: UFS/UNIT, 2008

_____. Conflitos intraestatais e políticas de educação agrícola no Brasil (1930-1950). *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, Edunioeste, v. 10, p. 243-266, 2007.

_____. Ensino Agrícola e Influência Norte Americana no Brasil (1945-1961). Niterói, *Revista Tempo*, 2009.

_____. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

_____. & FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente*. São Paulo, Ática, 1993.

_____. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. In: Marx e Marxismo, Niterói: v. 02, nº02, jan/jul2014

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. São Paulo: Paz e Terra. 2000

NICOLAU, Nathalia dos Santos. *Clubes Agrícolas: um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais (1942 -1958)*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2016

OLIVEIRA, Pedro C. F. *Extensão Rural e Interesses Patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974)*, Dissertação de Mestrado, UFF, 2013.

_____ *Semeando consenso com agulha e adubo: dominação e luta de classes na extensão rural no Brasil (1974-1990)*. Tese de Doutorado, UFF, 2017

SILVA, C. M. . Discurso sobre a juventude rural participante dos Clubes 4-S. *Esboços* (UFSC), Chapecó, v. 01, p. 90-95, 2002.

SOUZA, Sirlei de Fatima de. *Tradição x Modernização: a ação dos clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)*, Ed. UPF, 2004.

O PATRONATO RURAL, LUTA DE CLASSES E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO NA DÉCADA DE 1990: sobre a atuação da CNA

Rita de Cássia Gomes Nascimento⁶⁴¹

Resumo: O presente trabalho, construído a partir de uma pesquisa em andamento, parte do debate dos projetos de educação profissional no campo em disputa a partir da década de 1990. Diante disso, busca problematizar a batalha de ideias e projetos elaborados pelas frações agrárias dominantes – através da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) via Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), recriado a partir de 1991, – e os programas gerados no seio dos movimentos sociais do campo, a partir de 1998, quando é criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) após o massacre de Eldorado de Carajás (PA), que potencializa a intensificação das lutas pela terra e elaboração coletiva do paradigma da Educação do Campo. De forma, específica problematiza a pedagogia do consenso materializada através da proposta educativa e ações pedagógicas do SENAR como reação ao contexto de intensificação da luta pela terra e elaboração coletiva do paradigma da Educação do Campo como projeto societário contra hegemônico, construídos pelos aparelhos privados de hegemonia dos trabalhadores do campo a partir da década de 1990. Partiu-se do quadro teórico de Antônio Gramsci (2000; 2001; 1980) para se pensar a Categoria Estado, Sociedade Civil, Sociedade Política, Educação, Aparelhos Privados de Hegemonia. Como referências fundamentais, cita-se, nesse contexto, Marx (1998), Montaño (2010). Além disso, tomou-se como fundamento teórico e metodológico os estudos de Mendonça (1997; 1998; 2007; 2010^a; 2010b).

Palavras-chave: Educação Profissional. Campo. CNA. SENAR. Educação do Campo.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata do processo de atuação dos empresários rurais para a educação da classe trabalhadora do campo no Brasil inter-relacionado com um projeto societário vinculado a produção de vontade coletiva de matriz burguesa no âmbito da luta de classes. Entre outros, tem como objetivo refletir sobre a CNA, associação sindical patronal rural, que, como aparelho de hegemonia das frações agrárias dominantes, disputa vontade coletiva intraclasse e entre os subalternos através da formação-educação

⁶⁴¹ Doutoranda do PPGH/ UFF. NUPEPB/UFF. Prof^a do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias; e Curso de Licenciatura em Educação do Campo - IFMA/ Campus São Luís Maracanã. GEPSEC/ IFMA. rita.nascimento@ifma.edu.br.

profissional de trabalhadores rurais por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) a partir da década de 1990. De forma específica, são construídas reflexões sobre Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), implantado em 1998, e o SENAR, inserido na estrutura da CNA a partir de 1991. Partem-se das contradições e correlações de forças hegemônicas e contra hegemônicas no seio da mediação entre Estado, políticas públicas e capital, no contexto do campo e da educação expressos na natureza e organização destas ações elaboradas pelo Estado restrito no contexto de forte ofensiva neoliberal.

O texto, portanto, se orienta a partir dos pressupostos teóricos elaborados por Antônio Gramsci, filósofo italiano que viveu no início do século XX, enfrentando perseguições políticas e prisão pelo fascismo. Busca-se, assim, estabelecer relações entre Educação, Luta de Classes e Estado, em seu sentido integral. O Estado em que se pretende abordar, portanto, é antes de tudo uma relação social construída a partir de uma base material capitalista constituída pela exploração de classe, pela submissão da vida social às exigências do mercado e da mercantilização da própria vida. Diante disso, os aparelhos privados de hegemonia (APH), definidos por Gramsci (2001), tem sentido como materialidade institucional específica da sociedade civil, constituindo-se como conjunto de instâncias de associação voluntária, de empresas e instituições estatais, dotadas de formatos variados que vão desde clubes a jornais, associações de moradores, revistas, etc. Tais instâncias espelham a própria complexificação da sociedade capitalista e a pluralização dos interesses nela presentes, tanto de grupos dominantes quanto de grupos dominados (MENDONÇA, 1997).

Apoiado em pesquisas de base documental e bibliográfica, destacam-se como referências as análises de Mendonça (1997; 1998; 2007; 2010^a; 2010^b) que discutem a forma como diferentes setores dos grupos dominantes das frações agrárias definiram e estabeleceram seu próprio terreno de atuação social e política, articulado aos seus interesses de classe. Sobre a CNA, elencam-se entre estudos significativos, as pesquisas de Leal (2002), Ramos (2011), Tavares (2012) e Bruno (2008).

Importante destacar que as acepções de Educação Rural e Educação do Campo são tomadas neste artigo como diferenciadas em seus lugares históricos e fundamentos políticos. Porém, não se toma a Educação Rural como algo superado, tendo em vista que permanece como modelo vivo nas proposições dos projetos estruturados e executados pelas frações da burguesia agrária dentro e fora do Estado restrito até hoje (MENDONÇA, 1997); e o paradigma da Educação do Campo se coloca como território contra hegemônico pautado pelos movimentos sociais camponeses e, portanto, que tenta disputar espaço formativo entre os trabalhadores do campo no âmbito da luta de classes (CALDART, 2007).

2 CNA, PODER E HEGEMONIA: sobre a disputa pela formação dos trabalhadores rurais

As associações sindicais rurais tanto patronais quanto de trabalhadores foram regulamentadas pelo Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado durante o Governo João Goulart, em 02 de março de 1963. A CNA, entre 1964 e 1987, fora caracterizada por seus próprios filiados como uma entidade burocrática, assistencialista e pouco dinâmica (LEAL, 2002). As críticas tinham a ver com a vinculação com o governo militar que tornava esta entidade patronal, uma espécie de representação formal-legal distante, enquanto a Sociedade Rural Brasileira (SRB), União Democrática Ruralista (UDR), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) assumiam um caráter de representação real.

A CNA, enquanto organização de classe, é historicamente uma instituição ligada ao aparato estatal restrito, constituindo como espaço privilegiado de disputas entre setores da sociedade civil. Em torno desta são reunidas todas as federações de agricultura (uma por estado), que, por sua vez, também aglutinam todos os sindicatos rurais do território nacional. Conta, segundo dados do *site* oficial (<http://www.cnabrazil.org.br>), com a representação de quase 5 milhões de produtores rurais do Brasil. Constituído de forma piramidal, tem em sua base 1.949 Sindicatos Rurais e 1.123 extensões de base, segundo dados do Departamento Sindical – DESIN em 12/11/2014.

Esta organização patronal defende os interesses dos empresários do agronegócio junto ao Governo Federal, ao Congresso Nacional e aos tribunais superiores do poder Judiciário, nos quais dificilmente um membro, sozinho, conseguiria obter respostas para as suas demandas. A CNA tem assento em vários conselhos, comissões temáticas, grupos de trabalho e programas oficiais (LEAL, 2002), possuindo, assim, uma dinâmica complexa de enraizamento nas esferas de poder como APH da classe burguesa (GRAMSCI, 2001).

Em maior ou menor medida, tais entidades patronais agrárias se caracterizaram, no decorrer da passagem da década de 1980 para a década de 1990, no fortalecimento da afirmação da irrevogabilidade do direito de propriedade, mesmo que em detrimento do cumprimento da função social da terra, e na restrição da capacidade de ação eficiente por parte dos movimentos sociais voltados para a luta por terra (LEAL, 2002). Além disso, tentativa de ampliação do poder de alcance na definição de políticas e ações nos campos educacional e promoção de autoimagem positiva do agronegócio.

Para se pensar a CNA neste processo complexo de disputas de projetos societários, parte-se do quadro teórico de Antônio Gramsci (2001; 1980) sobre a Categoria Estado. Este é pensado como Estado Integral composto por um todo complexo que inclui sociedade civil e sociedade política e, portanto, uma

multiplicação de vontades coletivas organizadas de forte caráter classista no embate pela hegemonia (GRAMSCI, 2001). Para Gramsci (2001), a hegemonia não é simplesmente uma questão de dominação porque também requer "direção", isto é, engloba um processo educativo-ideológico no sentido amplo disputado entre diferentes grupos sociais e políticos, e o resultado de uma determinada configuração de forças em um determinado contexto histórico. Gramsci (2001) destaca que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, ou seja, a materialidade das relações de poder e dominação movida por correlações de forças, determinam os modos de cultura e formas de compreender a realidade através da obtenção, sobretudo das classes subalternas, de um consentimento ativo que “torne o gesto natural” (GRAMSCI, 2001).

Desta forma, a CNA, desde sua gênese na década de 1960 até a atualidade, construiu um percurso descontínuo marcado pelas disputas intra grupos no processo histórico de disputas de poder e representatividade no âmbito da sociedade política nas questões relativas à terra, produção e capital agrário. Poulantzas (1985) caracteriza esta conflitualidade como expressão de um processo real e concreto de construção de uma unidade contraditória e dinâmica entre distintas classes e frações de classes sob a hegemonia dessas frações ou classes no *Bloco no Poder*. Mesmo com críticas e disputas internas, a estrutura sindical é caracterizada para o setor patronal como espaço importante de representação e apoio logístico para os demais grupos e organizações empresarias do agronegócio (BRUNO, 2008). Tal questão objetiva assegurar, entre outros, os interesses empresariais no mercado da força de trabalho, porém tal intencionalidade se amplia no decorrer das intensificações das correlações de forças antagônicas em torno da Reforma Agrária, atingindo outros setores das políticas sociais, como é o caso da educação. Segundo Batista (2016), as classes dominantes do campo têm priorizado a educação enquanto elemento de sociabilidade, para camuflar a lógica da espoliação do agronegócio e criar legitimidade acerca da sociabilidade burguesa.

Nesse processo, a partir de 1991 o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), após um processo de articulação das frações agrárias dominantes resultantes dos intensos debates após a Constituição Federal de 1998 relativos às pautas sobre políticas agrárias, passara a integrar a estrutura da CNA. Este processo dá-se durante o governo de Fernando Collor, com o objetivo de “[..] organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais” (BRASIL, 1991, p. 01).

Assim, o SENAR passara a servir como importante instrumento de difusão nacional de ideologia e disputa por “corações e mentes” da juventude do campo. Para além disso, este avanço das frações dominantes agrárias na formação da mão de obra no campo expressa a potencialidade desta classe em ressignificar as demandas dos camponeses a partir de seus interesses, além de potencializar a formação de seus intelectuais orgânicos e bases agremiadas.

2.1 O SENAR e a Educação Rural a partir da década de 1990

Historicamente, o SENAR passou por dois períodos: o primeiro que vai de sua criação à 1988 como órgão público vinculado ao Ministério do Trabalho; e a segunda, de 1988 até hoje, como órgão privado caracterizado como Serviços Sociais Autônomos (SSA) mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e administrada por um Conselho Deliberativo tripartite integrado à CNA (BRASIL, 2013a). Trata-se de um órgão paraestatal de ação descentralizada nomeado de SSA integrado, portanto, ao Terceiro Setor, com ações em áreas específicas de Formação Profissional Rural (FPR) e de Promoção Social (PS), atuando diretamente ou em parceria com diversas instituições públicas e privadas (BRASIL, 2013a).

Criado inicialmente por força do Decreto nº 77.354, de 31 de março de 1976, esta entidade denominava-se, nesse momento, de Serviço Nacional de Formação Profissional Rural (SENAR) e era definida como autarquia com a finalidade de organizar e administrar, em todo o território nacional, programas e atividades de formação profissional rural. De forma específica, o SENAR encontrava-se ligado nesse momento ao Ministério do Trabalho, que após a Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus nº 5.692/ 1971 - que instituiu a proposta de profissionalização do ensino de 2º grau – possuía uma estrutura de formação de recursos humanos baseada no chamado Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra (SNFMO) (CURY et al, 1982).

Nesse momento, observa-se um crescimento da iniciativa empresarial na definição das demandas, sobretudo porque são criados incentivos fiscais extremamente vantajosos às empresas, como foi o caso da Lei nº 6. 297/ 1975, que previa dedução do lucro tributável, para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional. Além disso, observa-se que há uma divisão pragmática no interior do Estado restrito, onde caberia ao Ministério da Educação supervisionar, planejar e deliberar “decisões maiores relativas à formação profissional” e ao Ministério do Trabalho a competência da parte de execução ou “ocupacional” (RACHID, 1979).

Extinto logo depois em 1988, sua nova criação, como já exposto, ocorreu em 1991, quando fora reestruturado em moldes semelhantes às demais instituições do “Sistema S” sendo então denominado, a partir daí, de Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) como sendo uma entidade privada, e administrada pela CNA, com sede em Brasília/DF. Toma corpo, a partir da década de 1990, com diretrizes de formação profissional e promoção social de viés assistencialista voltado tanto para a difusão das tecnologias e gerencialismo para produtores, quanto para a formação instrucional da mão de obra, tendo como base princípios como cidadania, empregabilidade, empreendedorismo, iniciativa, produtividade, eficiência, entre outros (BRASIL, 2013b). Parte, ainda, da preparação da mão de obra para atender a demanda do empresariado agrário, a partir de uma formação profissional para consciência da empregabilidade efêmera dos vínculos flexíveis, conforme a lógica capital e trabalho no contexto neoliberal.

Nestes termos, o SENAR abrange o território de Formação Profissional Rural (FPR) possuindo dimensões diferentes para necessidades formativas diferentes visando o alinhamento à uma pedagogia de mercado. Neste caso, a FPR aglutina tipos diversos de cursos, a saber: Qualificação; Aperfeiçoamento; Especialização; Atualização e Aprendizagem Rural – destinada aos jovens de 14 a 24 anos, envolvendo cursos de pequena duração e cursos técnicos. No âmbito da chamada promoção social incluem-se 07 áreas como: Saúde, Alimentação e Nutrição, Artesanato, Organização Comunitária; Cultura, Esporte e Lazer, Serviços Comunitários e, por fim, Educação, onde está inserido, inclusive, alfabetização de jovens e adultos, com cursos curtos de feição extensionista e, em certa medida, assistencialista (BRASIL, 2013b).

Tomando o Estado em sentido integral, observam-se relações de força e poder da relação CNA-SENAR na elaboração e execução de políticas educacionais para o campo, na disputa por um projeto societário hegemônico alinhado ao capitalismo dominante, sobretudo nas mediações entre sociedade política e sociedade civil. Nesse processo, a CNA tem demonstrado “preocupações” com as escolas rurais. Movido por estas, encomendara e elaborara pesquisas sobre a situação destas instituições no Brasil. Em 2008, realizara uma pesquisa em todo o país levantando dados e justificando o investimento em educação. Em 2010, promovida pelo Ibope e Instituto Montenegro realizara a pesquisa intitulada “Projeto Escolas Rurais”, onde objetivou investigar o cotidiano das famílias e as principais dificuldades enfrentadas por elas para manter as crianças na escola. Além disso, as entrevistas com gestores das escolas, serviram para que esses intelectuais orgânicos aprofundassem as questões relativas à estrutura e ao funcionamento das escolas rurais com turmas multisseriadas. Em 2014, fora elaborada pelo Instituto

CNA, através do seu “Observatório das Desproteções Sociais no Campo”, a Pesquisa “*Escolas Esquecidas: Escolas rurais brasileiras sem infraestrutura mínima adequada*”⁶⁴² A seleção destas escolas foi realizada a partir da base do Microdados do Censo Escolar 2012, fornecida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A base censitária produzida pelo Inep/MEC fornecera dados no sentido de identificar escolas rurais no Brasil com necessidade de investimento em Educação.

3 O SISTEMA CNA/SENAR E A PEDAGOGIA (RURAL) DE MERCADO

No âmbito da educação formal, a CNA, através do SENAR, conta com estrutura e metodologia diferenciadas à Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)⁶⁴³, porém percorre um direcionamento semelhante de difusão do agronegócio através da disputa pela formação profissional rural, visando cursos múltiplos que permitam a instrução política, cultural e para o trabalho no seio das matrizes políticas e pedagógicas da pedagogia do mercado (agronegócio). Além disto, possui uma estrutura de formação de intelectuais orgânicos através da Faculdade CNA, a ser discutida adiante.

Integrante do chamado “Sistema S”, auto-intitulada como a “verdadeira escola da terra”, toma, a partir daí, como função cumprir a missão estabelecida pelo seu Conselho Deliberativo, composto por representantes da classe patronal rural e representantes do Estado restrito, conforme estabelecera a na sua lei de criação. Há, portanto, uma relação orgânica entre CNA e SENAR, uma vez que este último funciona como espaço de organização e difusão dos pressupostos políticos e formativos daquele.

Além disso, o SENAR, conforme unidade federativa, desenvolve projetos voltados para o ensino fundamental da rede pública no campo e na cidade. Citam-se, o *Programa Agrinho*, executado pelos SENAR do Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. No Paraná, já existe há quase 20 anos. Além deste, o *Programa Semeando*, através do SENAR de Minas Gerais, desde 2001, atua em escolas públicas. Os dois programas aglutinam Secretarias de Estado, municípios e diversas empresas e instituições públicas e privadas, alcançando um público significativo de crianças e jovens.

A complexificação da atuação educativo-formativa do CNA através do SENAR impulsionou, ao longo dos anos 1990, processualmente a criação do chamado “Sistema CNA”, modelo também presente nas demais entidades do “Sistema S” (RODRIGUES, 1998). Nesse sentido, o SENAR integra o Sistema

⁶⁴² ICNA, 2014.

⁶⁴³ Ver Lamosa (2014; 2016; 2018)

do CNA possuindo um lugar de destaque, uma vez que possui uma interiorização e alcance nacional, estando esta submetido à Confederação. O Sistema CNA é composto por 3 entidades: a CNA, o SENAR e o Instituto CNA (INCA) que desenvolve estudos sociais e pesquisas voltadas para o setor agrícola e que subsidiam o planejamento do portfólio de cursos ofertados e diretrizes seguidas. Como aponta informações no *site* do CNA, o Instituto CNA é uma associação civil sem fins lucrativos. Criado em 26 de março de 2009, desenvolve estudos e pesquisas sociais e do agronegócio, atendendo a demandas do Sistema CNA/SENAR.

Além deste, integra também o “Sistema”, a Faculdade CNA⁶⁴⁴, de caráter privada, que fora credenciada pelo MEC pela portaria 1.213 de 18 dezembro de 2013 (FACULDADE CNA, 2011). Esta faculdade é considerada a primeira voltada exclusivamente para o agronegócio e tem como um dos eixos fundamentais, segundo destacado por João Martins, Presidente do Sistema CNA/SENAR⁶⁴⁵, ocupar-se da formação de intelectuais orgânicos especializados em tecnologia e inovação sobretudo relativa à gestão do *agrobusiness*. A Faculdade CNA atua: 1. Por meio do ensino presencial, formando profissionais para atuar no mercado de trabalho e para atuar como disseminadores; 2. Por meio do ensino a distância (EaD)⁶⁴⁶ – a partir de 2016; 3. Por meio da pesquisa, buscando respostas para problemas que afetam o segmento do capital agrário; 4. Por meio da extensão, com cursos, atividades e eventos que podem atingir tanto os grandes e os pequenos produtores. Importante afirmar que a delimitação das análises se pretende na definição do estudo do SENAR, porém se reconhece que as demais entidades do Sistema estão interrelacionados em seus princípios e ações, já que o SENAR apoia infra estruturalmente as demais entidades numa cadeia sistêmica.

Nesse cenário de disputas de recursos públicos no âmbito das políticas de governo, o SENAR tornara-se um dos executores privilegiados do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), financiado com recursos do MEC, a partir de 2013, quando o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) que aglutina esta política fora lançado. Fora

⁶⁴⁴ Sediado em Brasília, a modalidade presencial tem como oferta o curso de graduação em Agronegócio. Este Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio visa a formação de técnicos especializados e tem a parceria, o suporte técnico, logístico e o apoio institucional do Sistema CNA/SENAR/ICNA. Além deste, oferta duas pós-graduação: Gestão de Projetos em Agronegócio e Gestão Empresarial em Agronegócio. Também dispõe de um polo presencial em Alexânia, município de Goiás, na sede do Sindicato de Produtores Rurais, onde mais de 30 profissionais cursaram a pós-graduação em Gestão Empresarial em Agronegócio (FACULDADE CNA, 2016).

⁶⁴⁵ FACULDADE CNA, 2016.

⁶⁴⁶ Visando a expansão da área de abrangência, em 2016, a Faculdade CNA a Distância iniciara credenciamento junto ao MEC para a instalação de 19 polos de apoio nas seguintes cidades: Santa Isabel do Pará (PA); Gandu e Luís Eduardo Magalhães (BA); Cachoeiro do Itapemirim e Rio Bananal (ES); Barra Mansa (RJ); Manaus (AM); Cuiabá (MT); Campo Grande e Dourados (MS); João Pessoa e Campina Grande (PB); Palmas (TO); Maceió (AL); Alexânia, Valparaíso (GO); Fortaleza (CE); Parnamirim (RN) (FACULDADE CNA, 2016).

definido como público alvo deste programa um grupo que também é demandado por políticas de Educação do Campo, a saber: estudantes do Ensino Médio da rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos; trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda; Pessoas com deficiência; Povos indígenas, comunidades quilombolas; adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; outros públicos prioritários dos programas do governo federal que se associem à Bolsa-Formação do PRONATEC (BRASIL, 2012).

O PRONATEC Campo, refere-se à uma modalidade do PRONACAMPO em que o MEC faz uma dobradinha com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que assume a responsabilidade de mapear a demanda e contribuir com a pactuação de cursos. O MDA, por sua vez, já desenvolve, desde 1998, muito antes da criação do PRONATEC, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que financia cursos em diversos níveis, inclusive educação profissional, a partir da demanda dos movimentos sociais do campo. De 2012 a 2015, já foram mais de 130 mil matriculados, tendo entre os 10 cursos mais demandados no PRONATEC, a saber: Bovinocultor de Leite, Horticultor Orgânico, Agricultor Orgânico, Agricultor Familiar, Avicultor, Cacaicultor, Assistente de Planejamento e Controle de Produção, Piscicultor, Aquicultor e Inseminador Artificial de Animais.

O PRONATEC Campo ou “PRONATEC do SENAR”, como o CNA o intitula, toma como objetivo geral de promover espaços de qualificação profissional de agricultores e agricultoras, integrando às demais políticas de desenvolvimento rural sustentável e solidário. De forma específica, reúne como objetivo oficial a inclusão social e produtiva do meio rural, agregar valor às produções, qualificar a gestão as unidades de produção, além da promoção da organização social, produtiva e o acesso a mercados institucionais e privados. Os objetivos giram em torno da centralidade na formação de mercado (CNA, 2015).

Além disso, o SENAR oferta, através da Rede e-Tec Brasil, programa do MEC via decreto nº 7.589, de 2011, também através do “PRONATEC do SENAR”, cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) via Educação à Distância. Por meio desta política pública, o SENAR lança editais duas vezes por ano para a seleção de estudantes para o Curso Técnico em Agronegócio. Este de duração de dois anos, espalhados em mais de cem pólos no Brasil, totalmente gratuito e na modalidade semipresencial tem como objetivo qualificar mão de obra para a gestão do agronegócio nas regiões estratégicas do *agrobusiness*.

Segundo a então senadora Kátia Abreu (PMDB)⁶⁴⁷ o compromisso do SENAR está em “Transformar qualquer propriedade em um excelente negócio”. Obedecendo a este princípio, todos os cursos ofertados pelo PRONATEC Campo, presencial ou semipresencial, possuem um módulo sobre empreendedorismo. Tal questão fora alvo de críticas dos movimentos sociais do campo e CONTAG que defendiam que nem todos os trabalhadores rurais têm intenção de tornar sua terra ou produção em um grande negócio. A ênfase se dá em decorrência da concepção da integração do trabalhador à lógica neoliberal, que Montañó (2010) caracteriza como o esforço do capital em gerar força de trabalho barata hiper-explorada, e numa desregulada relação terceirizada para o capital, configurando antes uma forma de ‘salário por peça’, e ainda, pulverizando a classe trabalhadora e levando-a a abandonar as lutas de classes contra o capital.

Como aponta Marx (1983), na sociedade do capital o direito ao trabalho não é universal. No contexto neoliberal, intensificado a partir da década de 1990, pós orientações do Consenso de Washington, tais prerrogativas de estabelecimento do Estado Mínimo tornam-se *receituários* que se espraiam na precarização e flexibilização das relações entre capital e trabalho, e na oferta de direitos e políticas sociais residuais, focalistas e precárias. Em torno dessa complexidade da forma neoliberal assumida pelo Estado restrito e seus agentes, os problemas do desemprego e da miséria são entendidos pelo pensamento hegemônico conservador como um problema moral, individual, de falta de iniciativa e empregabilidade, por exemplo. Ou são justificados pelo empresariado rural pelos supostos excessos de encargos nos custos da produção, motivado por impostos, burocracia e exigência da Justiça do Trabalho que os obrigaria a demitir. Segundo levantamento da CNA, através do projeto Campo Futuro, aponta que em 2017 os agricultores tiveram receita suficiente apenas para cobrir as despesas rotineiras da atividade, porém contraditoriamente nesse mesmo o setor agropecuário fora o que teve melhor desempenho segundo indicadores oficiais, crescendo 13%. O discurso da crise não se sustenta quando se observa a ampliação do lucro gradativo do Agronegócio nos últimos anos⁶⁴⁸. Nesta monta, o discurso firma-se por sob a tônica da transformação de trabalhadores em empreendedores.

A educação, nesse processo, é utilizada para reeditar “o rural” na perspectiva do convencimento de uma imagem positiva do agronegócio como espaço de oportunidades para todos. Reatualizam-se as formas precárias de trabalho, atribuindo a responsabilidade do indivíduo por sua situação de desemprego

⁶⁴⁷ Presidente da CNA no período de 2008 a 2015, quando se licenciou para assumir a Pasta do Ministério da Agricultura no Governo Dilma Rousseff, não retornando à mesma após a finalização do processo de *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff finalizado em 31 de agosto de 2016.

⁶⁴⁸ Consultar em: <http://www.cnabrazil.org.br/noticias/cna-apresenta-resultados-do-campo-futuro-em-2017>

ou “improdutividade”, mas com a falsa aparência de *liberdade* aos trabalhadores, que, segundo Montaño (2010), podem conquistar uma aparente autonomia ao não, supostamente, se submeterem a subsunção real ao capital.

Tecendo críticas a esse processo, a CONTAG registrara uma Carta intitulada “Posicionamento Político da CONTAG contra a participação do SENAR enquanto entidade participante da execução das ações do PRONACAMPO para os trabalhadores rurais” (2012). Neste documento a CONTAG defende a não participação do SENAR no desenvolvimento e na execução das ações do PRONACAMPO, especialmente naquelas vinculadas às ações do Eixo III: Educação de Jovens e Adultos e qualificação profissional e tecnológica, que estão vinculadas ao PRONATEC (Lei 12.513/2011). Para a CONTAG, esta participação caracteriza-se como contraditória diante das definições e resoluções até então aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Poder Executivo, sejam estas manifestadas pelo MEC ou pela Presidência da República, e “[...] ainda está em confronto direto com a construção histórica defendida pelo Movimento da Educação do Campo”. Sobre isso, estabelecem argumentos apoiados no reconhecimento de que há a polarização de dois projetos de desenvolvimento para o campo. De um lado o agronegócio que, na sua perspectiva, fomenta a “a concentração de terra, o latifúndio, a monocultura, o trabalho escravo, a expulsão dos trabalhadores de suas terras ou mesmo o arrendamento para as grandes empresas, causando a miserabilidade da população do campo” (CONTAG, 2012, p. 02); e, de outro, a agricultura de base familiar, que se apoia na “produção diversificada da produção, que compreende que o desenvolvimento do campo não está vinculado apenas à produção econômica, mas também à vida, à cultura, às relações de solidariedade” (CONTAG, 2012, p. 02).

Ainda sobre o contexto de disputa, a CONTAG (2012), levanta críticas fortes sobre um risco de superposição dos programas e de que uma redução “por dentro” do PRONERA já se evidencia, que já tem sido atingido com os cortes de recursos a partir da entrada de Michel Temer (PMDB) no governo do país, que reformara o MDA reduzindo-o ao status de secretaria. Uma outra agenda se evidencia e se amplia, já que a diferenciação de aporte financeiro entre os programas já era uma realidade anterior. Sobre isso, revela Guimarães (2016, p. 02) que

O volume de recursos públicos destinados a esse representante do sistema S também podem dar a dimensão da importância que essa instituição vem assumindo. O Pronera, que é o programa reconhecido por movimentos como o MST e a Contag como uma conquista para a educação do campo, executou em 2013, R\$ 29,2 milhões, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, para todos os cursos e não apenas os de educação profissional. Já o Senar, no mesmo ano, recebeu, sozinho, mais de R\$ 57 milhões, para ações de "apoio à formação profissional, científica

e tecnológica", além de outros R\$ 121.624 se somados os repasses específicos para as unidades de Ceará, Pará e Mato Grosso do Sul.

O SENAR capitaneia seu público através da demanda de prefeituras, sindicatos, associações, cadastros sociais dos programas de transferência de renda e, também, das secretarias de educação que repassam os cadastros dos estudantes da rede pública. Esta diversificação fez com que, em 2013, o número de matrículas do SENAR no PRONATEC mais do que dobrou em relação ao ano anterior, chegando a 37 mil. Além disso, quando se olha o conjunto dos cursos de 'recursos naturais' oferecidos em todas as modalidades do Pronatec, 55,6% - mais de 43 mil matrículas - foram realizadas pelo SENAR. Atingem, portanto, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, assalariados e povos e comunidades tradicionais, formados para execução de tarefas profissionais na perspectiva do desenvolvimento do agronegócio. Segundo o FONEC (2013, p. 17), "Trata-se de uma inclusão às avessas que acaba sendo mais uma ferramenta da construção de hegemonia da estratégia de sua destruição como camponeses".

Roseli Caldart referindo-se ao PRONATEC Campo, do SENAR, adjectiva o mesmo de "armadilha", porque aparenta democratização do acesso à educação profissional no campo, porém a forma e conteúdo da política ajuda a formar um exército industrial de reserva para um mercado que gera poucos empregos formais ao trabalhador (CONTAG, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, o artigo tratou da burguesia agrária e a educação rural para as classes subalternas na década de 1990. Desse modo, as reflexões pretenderam pensar a atuação da organização patronal no âmbito da política de educação *no e para* o campo, tendo como mediação de análise as relações entre o Estado e poder, sobretudo a partir da década de 1990, contexto de forte ofensiva empresarial por sobre a educação/formação da classe trabalhadora, contexto este amparado pela fase neoliberal da economia política do capital.

Neste processo, abordou-se a atuação do empresariado do *agrobusiness* e a materialização da educação rural através de entidade de representação do setor agropecuário patronal. De forma específica, analisou-se a CNA como partido ideológico da burguesia agrária, que disputa a formação de trabalhadores rurais através do SENAR, a partir da década de 1990 e as relações de poder e dominação

que compõe o embate pela hegemonia econômica e política do capital agrário no interior da disputa pela vontade coletiva das frações agrárias dominantes e classes subalternas no seio do Estado integral.

A CNA, portanto, é tomada como APH, ou forma organizativa que, mormente a atuação cultural, opera na forma de produção econômica (infraestrutura) e política (Estado) que deve ser analisada em sua organização interna na produção de vontades coletivas, mas também deve ser considerada a relação deste aparelho com demais grupos antagônicos (GRAMSCI, 2001). A CNA através do SENAR, disputa a vontade coletiva das frações agrárias dominantes e classes subalternas visando a garantia da preservação e dinamização da acumulação do capital do *agrobusiness*. Possui, portanto, um projeto próprio de educação rural que tem como princípios fundamentais o empreendedorismo, o pragmatismo, a pedagogia de mercado direcionado aos interesses e demandas do agronegócio. A difusão do agronegócio como matriz de pensamento entrecorta o currículo e a metodologia dos cursos desde a FPR à Faculdade CNA.

O SENAR constitui a materialização de um projeto próprio de educação rural legitimado pelo CNA, que se coloca como experiência exitosa que se contrapõe ao paradigma da Educação do Campo, atacada jurídica-politicamente como espaço ideológico de difusão de ideologias consideradas subversivas, vide denúncias perpetradas pela Revista *Veja*⁶⁴⁹, bem como as tentativas de fechar Cursos do PRONERA⁶⁵⁰. Além disso, percebe-se que o SENAR também fortalece a CNA em diferentes vias. Um exemplo disto é o recém assinado decreto do Governo Temer, que reserva parte do orçamento do SENAR para o financiamento do sindicalismo patronal. Pelo decreto, publicado em fevereiro, até 5% sobre a arrecadação do SENAR fica reservado para a confederação. Um valor expressivo fortalece a entidade patronal já que, só em 2017, o repasse à arrecadação federal ao SENAR chegou à R\$ 829, 1 milhões⁶⁵¹, valor vultoso considerando os cortes orçamentários às políticas sociais implementado pelo mesmo governo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Maiara. **Por corações e mentes:** a configuração do projeto da classe dominante na Educação Profissional da Juventude do campo – um estudo acerca da iniciativa PRONATEC Campo SENAR/

⁶⁴⁹ <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/uniao-financia-universidade-para-quadros-do-movimento-dos-sem-terra/>

⁶⁵⁰ Um exemplo, entre outros, é a Ação Civil Pública (ACP) ajuizada, em 2008, pelo Ministério Público Federal (MPF), registrada sob nº 2008.35.00.013973-0/GO, e que foi processada e julgada parcialmente procedente pela 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Goiás, determinando-se a extinção da primeira Turma de Direito do PRONERA, iniciada em 2007.

⁶⁵¹ <https://www.valor.com.br/brasil/5693127/decreto-de-temer-reserva-orcamento-do-sistema-s-para-cna>

CNA. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 (criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)). Consultado em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8315.html

_____. SENAR. **Regimento Interno do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**. Brasília: SENAR, 2013a.

_____. SENAR. **Aprendizagem Rural: documento norteador / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**. -- 4ª ed. rev. -- Brasília: SENAR, 2013b.

_____. PRONATEC. Resolução nº 04 de 16 de março de 2012. Consultado em: <http://www.fn.de.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3514-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-4-de-16-de-mar%C3%A7o-de-2012>

BRUNO, Regina et al. **Patronato Rural e Representação**. Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro. Convenio REDES-IICAMDA/NEAD. 52 pp, 2008.

CALDART, Roseli. “**Sobre Educação do Campo**”. In: Anais do III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Luziânia, Goiânia, de 02 a 05 de Outubro de 2007.

CONTAG. **Posicionamento Político da CONTAG contra a participação do SENAR enquanto entidade participante da execução das ações do PRONACAMPO para os trabalhadores rurais**. 2012.

CNA. **Estatuto da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária**. 2015. Consultado em: http://cnabrasil.talk2.com.br/sites/all/themes/cna_brasil/media/downloads/estatuto_cna.pdf

CURY, Carlos Roberto Jamil; TAMBINI, Maria Ignez Saad Bedran; SALGADO, Maria Umbelina Caiafa e AZZI, Sandra. **A profissionalização do ensino na Lei nº 5.692/71**; trabalho apresentado pelo INEP à XVIII Reunião Conjunta do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais de Educação. Brasília, 1982. 76p.

FACULDADE CNA. **Regimento Geral**. Brasília, 2011.

_____. Material de Divulgação. Brasília, 2016. Consultado em: http://www.cnabrasil.org.br/sites/default/files/sites/default/files/uploads/24_faculdadecna.pdf

FONEC. **FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO/ MANIFESTO À SOCIEDADE BRASILEIRA**, 2013. Consultado em: http://www.educampoparaense.com.br/upload/arq_arquivo/2016/03/1356.pdf

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. vol. 2.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GUIMARÃES, Cátia. **Educação Profissional no Campo**. EPSJV/Fiocruz | 11/06/2014 08h00 - Atualizado em 04/04/2016 16h42. In: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/educacao-profissional-no-campo>

INCA. **Pesquisa Escolas Esquecidas**. CNA: Instituto CNA, Brasília, 2014. Consultado em <http://www.cnabrazil.org.br/central-comunicacao/estudos>

LEAL, Giuliana Franco. **Guardiões da propriedade: organizações da burguesia agrária e reforma agrária – um estudo sobre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil**. Dissertação defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação de Fernando Antonio Lourenço. Campinas, 2002.

LAMOSA, Rodrigo. **Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio / Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa**. -- Rio de Janeiro, 2014. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

_____. **Educação e Agronegócio: a nova ofensiva do capital sobre a escola pública**. Curitiba: Appris, 2016.

_____. As escolas públicas, os intelectuais orgânicos e a hegemonia do Partido do Agronegócio no Brasil. In: Mendonça, Sônia Regina de & LAMOSA, Rodrigo. **Gramsci e a Pesquisa Histórica**. Curitiba: Appris, 2018.

MARX, Karl. Prefácio da 1ª Edição. In: **O Capital: crítica à Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **O Capital (Crítica da Economia Política)**. Livro I: **O processo de produção do Capital**. Capítulo I: A mercadoria. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Agronomia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. **Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2007.

_____. **O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro, EDUFRJ, 2010a.

_____. **Estado, educação rural e influência norte americana**. Rio de Janeiro, EDUFF, 2010b.

MONTAÑO, Carlos (org.). **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do ‘terceiro setor’**. São Paulo: Cortez, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

RACHID, Cora Bastos de Freitas. **A qualificação profissional: um estudo de competência**. São Paulo, CENAFOR, 1979, 112 p. (PRÊMICO CENAFOR – Monografia vencedora).

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. Tese defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2011.

RODRIGUES, José. **O Moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

TAVARES, Ana Claudia Diogo. **A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as questões agrária, ambiental e trabalhista: disputas sobre o direito a partir da Constituição Brasileira de 1988**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2012.

**MESA 29: ESTADO, LUTA DE CLASSES E EDUCAÇÃO: A ATUALIDADE NO
PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI**

Coordenadora: Zuleide Silveira (UFF)

Resumo: A mesa, composta por três trabalhos, busca evidenciar a atualidade do pensamento de Antonio Gramsci como contributo à análise da manifestação da luta de classe em torno dos rumos da educação, em níveis supranacional e nacional, recorrendo às seguintes categorias de análises: Estado supranacional, Estado ampliado, sociedade política, sociedade civil, hegemonia, intelectuais cosmopolitas e intelectuais orgânicos. No primeiro, A relação entre Estado Supranacional e Estado Ampliado: contribuições à crítica dos processos de integração, regionalização e internacionalização da economia, das políticas de ciência, tecnologia e inovação e de educação, Zuleide Silveira aborda a necessária análise dialética entre Estado Ampliado (sociedade civil, sociedade política) e Estado Supranacional (organismos supranacionais), de modo ao pesquisador capturar o real movimento da contrarreforma educativa e o modo pelo qual a política educacional, em todos os níveis e modalidades de ensino, subordina-se à política científico-tecnológico, tornando-se mediação dos processos de regionalização e integração aos países de ao movimento de internacionalização da economia à divisão internacional do trabalho. Na sequência, Renata Campos, em Empresários, Católicos e Reformadores: O MEC e as disputas pela educação (1948-1964) a organização da correlação de forças no interior do MEC, no período de 1948 a 1964, tomando como base a relação que intelectuais deste setor da sociedade política estabeleceriam com as organizações da sociedade civil brasileira. Encerrando o debate, n'A construção da hegemonia no município do Rio de Janeiro: do regime empresarial-militar ao projeto neoliberal (1989-1992), Albano Teixeira revela que, a prefeitura do Rio de Janeiro foi a primeira instância de governo, no Mandato Marcelo Alencar, a aplicar políticas de cunho neoliberal. Marcado por conflitos com profissionais da educação representado pelo SEPE, o governo Marcelo Alencar lançou mão da opressão ao mesmo tempo em que buscava construir a hegemonia por meio de estratégias de obtenção de consenso.

A RELAÇÃO ESTADO SUPRANACIONAL E ESTADO AMPLIADO: contribuições à crítica dos processos de integração, regionalização e internacionalização da economia, das políticas de ciência, tecnologia e inovação e de educação

Zuleide S. Silveira⁶⁵²

Resumo: Atento à relação entre ideias, dominação, transformação econômica e processo civilizatório do capital, Antonio Gramsci, provavelmente, tenha sido o primeiro marxista a capturar a natureza do poder político-econômico em nível supranacional. Ao analisar a organização de Estados em blocos, que à época se manifestava na Liga das Nações, dentre outros pactos que viam sendo realizados entre países, Gramsci apreendeu que a constituição de blocos político-econômicos, bem como acordos, tratados e pactos deles originados, tem implicações na organização político-econômica, cultural no Estados Ampliado (sociedade política e sociedade civil). Para Gramsci, os blocos político-econômicos (regionais, birregionais e internacionais), por ele denominados de “grande Estado burguês supranacional”, são na realidade relações entre imperialismo e dependência que, sob mediações de intelectuais cosmopolitas de caráter conservador, buscam viabilizar as trocas com vista a organização do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho, no que inclui a integração e regionalização da política ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e o amplo leque de oferta formativa. O argumento central deste trabalho é o de que intelectuais reunidos no Estado Supranacional tomam decisões de forma autoritária e à revelia do debate público, redefinindo, assim, as lutas de classes internas à cada Estado Ampliado. Daí, a necessária análise dialética entre Estado Ampliado (sociedade civil, sociedade política), Estado Supranacional (organismos supranacionais), de modo o pesquisador capturar o real movimento da contrarreforma educativa que, subordinada à política de CT&I, responde de modo mediato à dinâmica da internacionalização da economia, e respectiva internacionalização da tecnologia, segundo a posição que o país ocupa na divisão internacional do trabalho.

Introdução

No capitalismo contemporâneo⁶⁵³, o percurso teórico-metodológico da área das ciências sociais e humanas tem sido marcado por categorias analíticas que buscam apreender a retomada de acumulação do capital na sua relação com a classe trabalhadora, particularmente no que diz respeito aos direitos sociais subjetivos.

Embora carregadas de historicidade, categorias como, internacionalização, regionalização, inter-regional, birregional, organismo supranacional, entre outras que delas se originam, parecem fazer parte da “nova vulgata planetária”⁶⁵⁴. Entretanto, elas designam bem mais do que uma palavra oca e abstrata.

⁶⁵² Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu e Stricto Sensu* da Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* zuleidesilveira@gmail.com

⁶⁵³ O capitalismo contemporâneo se desenvolve a partir da crise estrutural dos anos 1970 que porta caráter rastejante e universal (MÉSZÁROS, 2006), cujos desdobramentos são visíveis na temporalidade neoliberal em curso.

⁶⁵⁴ A nova vulgata traz em seu bojo as noções de Estado mínimo, globalização, empregabilidade, competências, sociedade pós-industrial ou pós-fordista, sociedade da informação, sociedade do conhecimento, reestruturação produtiva, qualidade total,

Porquanto, se nelas buscarmos a essência operacional e tendencial do capital⁶⁵⁵, em meio as contradições e as mediações das quais fazem parte, será possível capturar o movimento de intelectuais (singulares e coletivos, cosmopolitas e orgânicos), em seus diferentes níveis de atuação (municipal, estadual, federal, internacional e supranacional) em torno das políticas mais amplas da sociedade, mas também das reformas e contrarreformas⁶⁵⁶ manifestadas no seio da sociedade brasileira e, se for de interesse, de outras tantas subsumidas ao capital.

Como as três dimensões fundamentais do capital — produção, consumo e circulação/distribuição/realização — tendem a se fortalecer e a se ampliar por meio da internacionalização da economia/tecnologia/do trabalho, operando nas contradições entre imperialismo e dependência⁶⁵⁷, empresários, tecnocratas, e homens de mulheres de negócio, chefes de estado, entre outros intelectuais orgânicos do capital, passam a requerer estabilidade e previsibilidade institucional, econômica e societária, o que implica na formulação e métodos da ação governamental no âmbito do sistema político-administrativo nacional (Dreifuss, 1986, 2004; Mészáros, 2003).

Ao se expandir, o capital engendra uma interdependência geopolítico-econômica e sociocultural, estabelecendo determinado modo e relação de poder entre grande política e pequena política. Isto quer dizer que, organiza, administra e regula a economia em nível internacional, por mediação de organismos

bioengenharia, multiculturalismo, micropoder, etc., cuja finalidade é justificar reformas no aparelho de Estado e na relação capital, trabalho e educação.

Para Bourdieu e Wacquant (2001), “os efeitos da nova vulgata são tão poderosos e perniciosos que ela é veiculada não apenas pelos partidários do neoliberalismo, mas por produtores culturais e militantes de esquerda que, em sua maioria, ainda se consideram progressistas”.

⁶⁵⁵ Segundo Karl Marx, ao longo de sua obra, o capital é, antes de tudo, uma relação social.

⁶⁵⁶ Desde 2008-2011, quando da produção de sua tese doutoral, esta autora vem empregando a categoria contrarreforma com o objetivo evidenciar o caráter contrarreformista das políticas neoliberais, particularmente aquelas aplicadas no campo da educação. Ao mesmo tempo em que se apropria da análise de Coutinho (2007), aponta, com Gramsci (2002), que o fenômeno da contrarreforma pode se manifestar em outras temporalidades que não a da Reforma Protestante. Tendo como traço marcante a “combinação entre o velho e o novo” com preponderância do velho sobre o novo, o processo de contrarreforma, embora apresentado como “reforma” (uma forma progressista de renovação), possui caráter conservador na medida em que seu movimento é altamente regressivo, chegando a retirar das classes subalternas algumas conquistas conseguidas por mediação de mudanças reformistas.

⁶⁵⁷ Toma-se por base, aqui, a Teoria marxista da dependência que aceita a possibilidade do desenvolvimento capitalista na periferia, enfatizando, porém, a forma dependente, associada e subalterna que o empresariado local/brasileiro adota em relação ao capitalismo central. Ancorada em conceitos como modo de produção, divisão internacional do trabalho, superexploração do trabalho, mercado mundial, lucro, acumulação de capital, monopólio e concorrência, imperialismo e subimperialismo, atraso e subdesenvolvimento, a teoria marxista da dependência contribui para o entendimento de questões como: a expansão do capital em escala global, os processos de integração e regionalização, a extensão da lei do valor e da superexploração do trabalho como mecanismos de compensação das desigualdades que acarretam a superprodução e superacumulação do capital no contexto de organização flexível do trabalho.

supranacionais onde são estabelecidas políticas e tomadas decisões que se fazem à revelia do debate público ao mesmo tempo em que acirram as lutas de classes.

Os conceitos de pequena política e grande/alta política guardam coerência com os "princípios de metodologia histórica", trazendo em seu bojo as noções de estrutura e conjuntura. Para Gramsci, "no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjunturais (ocasionais, imediatos, quase acidentais).

Os fenômenos conjunturais dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico. Eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, levada a cabo pelos pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Já os orgânicos [estruturais] dão lugar à crítica histórico-social, envolvendo grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente" (Gramsci, 2007, p. 36-37; 1981, p. 343-344).

Nesta perspectiva, a pequena política não é algo menor, mas sim aquela que trata de questões parciais, conjunturais e cotidianas da vida nacional, das disputas entre frações políticas na arena do Estado Ampliado; enquanto a grande política, denominada também de alta política, diz respeito à fundação ou à reorganização do Estado supranacional em torno da luta, seja pela destruição, seja pela defesa ou pela conservação da estrutura econômico-social organizada em nível internacional (Gramsci, 2007, p. 21-22).

Neste quadro, urge a necessária análise dialética entre Estado Ampliado (sociedade civil, sociedade política) e Estado Supranacional (organismos supranacionais), de modo o pesquisador capturar o real movimento de reforma e de contrarreforma da educação, em todo os níveis e modalidades de ensino, que cada vez mais são subsumidas ao capital, por mediação de sua articulação e formulação subordinada à política de ciência, tecnologia e inovação que, por sua vez, responde imediata e mediadamente ao processo de internacionalização da economia/tecnologia/do trabalho. Somente, assim, será possível desvelar o modo concreto do movimento da "internacional capitalista" e, ao mesmo tempo, contribuir, participando ativamente, da formação internacionalizada da classe trabalhadora.

1. A tese de Antonio Gramsci sobre o Estado Supranacional

Ao analisar a organização da Liga das Nações, dentre outros pactos que viam sendo realizados entre países em torno da geopolítica, Gramsci (1976; 2007) apreendeu que a organização de Estado em blocos, bem como a criação de organismos especializados e, seus correlatos, acordos, tratados e pactos,

tem implicações na organização político-econômica e sociocultural no interior do Estado Ampliado (sociedade política e sociedade civil). A atenção de Gramsci para os blocos político-econômicos regionais, que hoje se manifestam no Mercosul e na União Europeia, merece destaque.

Os acordos políticos regionais poderiam tornar-se acordos econômicos regionais, em virtude dos quais a importação e a exportação “negociadas” não se verificariam mais apenas entre dois Estados, mas entre um grupo de Estados, eliminando muitos inconvenientes claríssimos e não desprezíveis [...]. Esta tendência política poderia ser a forma moderna de Zollverein, que levou ao Império germânico federal, ou das tentativas de liga alfandegária entre os Estados italianos antes de 1848, e, avançando mais, do mercantilismo do século XVII. E poderia tornar-se a etapa intermediária da “Pan-Europa” de Briand, na medida em que ela corresponde a uma exigência das economias nacionais sem perderem o caráter nacional. (GRAMSCI, 2007, p. 179).

Este modo de o capital organizar-se foi denominada pelo marxista sardo de “grande Estado burguês supranacional”⁶⁵⁸.

A tese de Gramsci sobre o desenvolvimento do processo de internacionalização da economia, que tem por base a constituição de organismos supranacionais e de blocos de Estados, parte de algumas questões, quais sejam,

é ainda possível, no mundo moderno, a hegemonia cultural de uma nação sobre as outras? Ou o mundo já está de tal modo unificado na sua estrutura econômico-social que um país, mesmo podendo ter “cronologicamente” a iniciativa de uma inovação, não pode, porém, conservar o monopólio político dela e, portanto, servir-se desse tal monopólio como base de hegemonia? Então, que significado pode ter hoje o nacionalismo? Não será ele possível apenas como ‘imperialismo’ econômico-financeiro, e não mais como ‘primado’ civil ou hegemonia político-intelectual? (GRAMSCI, 2007, p. 75-76).

A sua hipótese é a de que estava em curso a organização do mercado mundial sob nova forma de convivência internacional no sentido de adequar-se melhor às necessidades da produção e das trocas. Observa que, do ponto de vista das burguesias locais, tratava-se de conseguir a inserção na economia em nível mundial, mantendo o superávit na balança comercial. Além deste aspecto, aponta para o posicionamento de intelectuais, particularmente os políticos, que sustentavam a necessidade de uma união europeia. “Se em x anos esta união se realizar, a palavra ‘nacionalismo’ terá o mesmo valor arqueológico de ‘municipalismo’” (GRAMSCI, 2002, p. 249).

⁶⁵⁸ A análise de Dias (2000) sobre a construção do conceito de hegemonia, em Gramsci, corrobora as afirmações desta autora na seção em tela.

Gramsci rompe com a perspectiva geopolítica do centralismo do Estado nacional, voltando-se para a perspectiva da cooperação e integração econômica que, sob a ideologia pacifista, evitaria o confronto militar. Diferentemente da ideologia neoliberal do fim das fronteiras e do próprio Estado nacional, o Estado Ampliado guarda autonomia relativa em relação à força geopolítico-econômica do Estado Supranacional. Mantém soberania independente em torno de um território, organiza o mercado interno e a força espiritual da nação, com suas leis internas reconhecidas por outros Estados-Nações.

Portanto, Gramsci (1976) trata de uma especificidade de poder que reúne uma elite intelectual de função dirigente⁶⁵⁹, de modo a garantir o pleno desenvolvimento do capitalismo por mediação da unidade das burguesias locais em torno do que as irmana: o interesse político-econômico: a circulação de capitais, mercadorias, tecnologias, trabalhadores, pesquisadores docentes e discentes, bem como a manutenção da divisão internacional.

É a tentativa para adequar a política internacional às necessidades das trocas internacionais. Representa, para os Estados singulares a garantia de segurança e de liberdade que corresponde, no interior de cada Estado, ao *habeas corpus* para a liberdade e a segurança individual dos cidadãos. É o **grande estado burguês supranacional** que dissolveu as barreiras alfandegárias, que ampliou os mercados, que ampliou o respirar da livre concorrência e permite às grandes empresas, as grandes concentrações capitalistas internacionais (GRAMSCI, 1976, p. 187-189. Negritos meus).

A Liga das Nações, precursora da ONU, já expressava uma organização geopolítica de relações imperialistas que não só redefine, ontem e hoje, as lutas de classes, tendo como mediação central o trabalho de intelectuais cosmopolitas de caráter conservador. Eles se distinguem

dentre as pessoas mais ativas, enérgicas, empreendedoras e disciplinadas [que] vão para o exterior, assimilam a cultura e as experiências históricas dos países mais desenvolvidos do ocidente, sem como isso perder as características mais essenciais da própria nacionalidade, isto é, sem romper as ligações sentimentais e históricas com o próprio povo (...) retornam ao país [de origem], obrigando o povo a um despertar forçado, a uma marcha acelerada para frente, queimando etapas (GRAMSCI, 2001b, p. 27).

Tais atividades os faz aparentar e apresentarem-se como um grupo social independente e autônomo em relação ao grupo dominante no poder. No entanto, o papel político-ideológico que

⁶⁵⁹Se a Liga das Nações (1919-1942), precursora da ONU, reunia à época chefes de Estado, os atuais organismos supranacionais sustentam seu poder privado com ministros e secretários de Estado, empresários, engenheiros, executivos, analistas e cientistas e intelectuais da educação, entre outros tecnicistas.

cumprem, junto ao intelectual orgânico, é de fundamental importância tanto para a conservação da estrutura da sociedade capitalista, quanto para a sua transformação.

Esta elaboração teórico-prática requer entendermos a diferença entre intelectuais cosmopolitas e intelectuais orgânicos e ao mesmo tempo sua complementaridade, bem como as relações que estabelecem entre produção e reprodução da vida ampliada e as medições, das quais fazem parte, entre o local, o nacional, o regional e o supranacional.

Entre outros tantos, podemos citar três exemplos emblemáticos de intelectuais cosmopolitas brasileiros que, ao transitar entre Estado Ampliado e Estado Supranacional, fazem valer os interesses do capital na contrarreforma da educação. Um deles é Paulo Renato Souza, Ministro de Educação nos mandatos FHC (1995-2002), que participou junto a outros ministros de educação, no âmbito do Setor Educativo do Mercosul, da decisão de criar as agências nacionais de avaliação e, seus respectivos, mecanismos de avaliação nos Estados Partes do Mercosul. Tal decisão, se manifestou na arena do Estado (sociedade política) e apesar da movimentação contrária, na sociedade civil, levada a cabo por profissionais da educação e de seus sindicatos, não há como negar que, há quase vinte e cinco anos, os instrumentos de avaliação fazem para da realidade da educação brasileira. Corroborar, nesta análise, a afirmação de Maria Helena de Castro Guimarães, à época, presidente do INEP e intelectual orgânica do capital:

O Brasil entrou neste esforço a partir de 1995, de implantação de sistemas nacionais de avaliação e de indicadores educacionais, criando um eficiente sistema de informações que abrange todos os níveis e modalidades de ensino, da educação infantil à pós-graduação, numa clara diretriz de governo sobre a importância estratégica de se criar mecanismos de avaliação para o monitoramento dos sistemas de ensino [...], cooperação internacional, com os objetivos de adquirir conhecimento, compartilhar experiências e expor o Brasil a comparações com outros países (CASTRO, 2000).

O segundo é Cristóvão Buarque, político eloquente, cujo discurso aparenta ir ao encontro dos interesses da classe trabalhadora. No entanto, é orgânico da burguesia, na medida em que participou de organismos como, o Banco Interamericano, o Banco Mundial e a UNESCO. Não sem razão, no discurso de posse do cargo de Ministro de Educação⁶⁶⁰, no governo Lula da Silva (2002-2010), saudou seus colegas assessores do Banco Mundial, prometendo levar a cabo a contrarreforma da educação superior. Contraditório, pelo menos em seu discurso, Cristóvão Buarque, candidato à Presidência da República, no

⁶⁶⁰ Cristóvão Buarque teve rápida passagem no Ministério de Educação, permanecendo no cargo entre os anos 2003 e 2004.

ano de 2006, apresentou-se como intelectual orgânico da classe trabalhadora, tendo como proposta revolucionar a educação.

Outro refere-se à Cláudia Costin. Não menos coerente em sua trajetória, depois de ter assumido o Ministério da Administração e Reforma do Estado no governo FHC, assumiu a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (2009-2014), período marcado por uma greve dos profissionais da educação, e, logo em seguida, passou ao cargo de Diretora Sênior para a Educação do Banco Mundial (2014-2016), acumulando, assim, legitimidade para estabelecer uma relação entre sociedade civil brasileira (por mediações da Fundação Victor Civita e do Movimento Todos pela Educação) e a supranacionalidade do Banco Mundial.

Por esta razão, Gramsci não perde de vista a capacidade que a burguesia (e respectivos intelectuais orgânico e cosmopolita) possui de estabelecer e preservar sua liderança ético-político-pedagógica e moral mais para dirigir do que para obrigar. Esta capacidade, denominada de hegemonia, ultrapassa as fronteiras de um de Estado-Nação, envolvendo relações mais complexas em níveis local, nacional, regional, internacional e supranacional.

Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica e se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (GRAMSCI, 2001a, p. 399).

Assim, os organismos supranacionais, ao reunir uma elite intelectual de função dirigente, funcionando como mecanismo de interpenetração e desdobramento dos conteúdos políticos, econômicos e culturais do imperialismo, assumem papel decisivo nas orientações de ordem política e na assistência técnica, pedagógica, metodológica e financeira no que diz respeito à formulação de políticas públicas de educação e de ciência, tecnologia e inovação.

2. Breves considerações sobre o emprego da categoria organismo supranacional

No campo da educação brasileira, poucas são as investigações que recorrem à expressão *organismo supranacional* como uma noção, e tampouco como categoria de análise, por três razões principais. A **primeira** refere-se ao ponto do mirante no qual pesquisador se situa, ao buscar capturar a totalidade social da relação Estado, trabalho, educação e desenvolvimento. De modo geral perde-se de vista as ações e os esforços do Estado brasileiro (sociedade política e sociedade civil) em manter a supremacia na América Latina, particularmente na região sul-americana, mas também o papel

subimperialista que assume em relação a países de maior dependência econômica, como africanos, asiáticos e os próprios latino-americanos. Também desconsidera-se os processos de regionalização e integração dos blocos político-econômicos do Mercado Comum Sul (Mercosul), da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da União Europeia e as relações que estabelecem entre si, bem como os debates travados, internamente, em torno de temas como, educação para o desenvolvimento, produção e transferência de ciência e tecnologia, internacionalização do conhecimento, cultura, diversidade cultural e formação de uma sociedade coesa e pacífica, código florestal e macrozoneamento ecológico-econômico, integração da infraestrutura entre países da mesma região⁶⁶¹, agropecuária e normas agroalimentares, produção industrial e internacionalização dos serviços, além daqueles de ordem estritamente econômica.

Via de regra, as análises, com base na crítica à economia política, consideram a relação imperialismo, dependência e Estado Ampliado; incorporam elementos importantes das mediações dos organismos especializados em torno da geopolítica, da regulação da economia e do trabalho, de assuntos em educação, cultura e saúde (BM, BID, FEM, FMI, OCDE, OIT, ONU, entre outros de atuação em nível regional como CEPAL e OREALC e TROIKA)⁶⁶². Contudo, algumas delas não conseguem capturar o movimento real das políticas públicas, no âmbito do Estado Ampliado, devido a ideia de centralismo do Estado nacional, quando não, autônomo. Para outras, a análise da relação Estado Ampliado e Estado Supranacional viria desconsiderar a luta de classes interna ao Estado Ampliado.

A **segunda** relaciona-se à visão opaca de que, organismos criados ao final da Segunda Grande Guerra com a finalidade de garantir o pleno desenvolvimento capitalista e regular o processo de internacionalização da economia/da tecnologia/do trabalho, seriam organismos que estabelecem relações inter-nacionais como algo que não passasse de uma relação bilateral. Em alguns casos, recorre-se à expressão organismos multilaterais, desconsiderando, por completo, que o termo multi-lateral tem como acepção um sistema de segmentos equipolentes situados em um mesmo plano.

Considerando a acepção do termo, o multilateralismo geopolítico poderia ser concebido como uma relação de liberdade de acordos, de comércio, de fluxo de capital, de fluxo de pacotes tecnológicos,

⁶⁶¹ Refiro-me à IIRSA – Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana., que estabelece uma integração física entre territórios dos Estados-Partes do Mercosul, via ferrovias, hidrovias, rodovias, construção de hidrelétricas, portos, e setores da comunicação e informação, tendo como matriz o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

⁶⁶² As siglas significam, respectivamente, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fórum Econômico Mundial (mais conhecido como Fórum de Davos devido às reuniões anuais realizarem-se em Davos, na Suíça), Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Organização Internacional do Trabalho, Organização das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Educacional, Científico e Cultural, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe, TROIKA - trio formado entre Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

em uma proporção tal que, a relações entre países, organismos especializados e burguesias locais seriam equipolentes ou teriam a mesma força e poder políticos capazes de manter o equilíbrio do campo de forças. O que não é possível!

Como é sabido as relações nas quais se inserem os referidos organismos (BM, BID, FEM, FMI, OCDE, OIT, ONU, CEPAL, OREALC e TROIKA), criados pela necessidade sistêmica de o capital controlar e regular o trabalho e a educação, são relações imperialistas, cujas burguesias locais se associam de modo subordinado e dependente aos países de capitalismo central. Afinal, o modo de organizar o movimento de internacionalização da economia/tecnologia/do trabalho “coloca frente a frente Estados hegemônicos, que não cedem um palmo de sua posição e de sua função mundial” (GRAMSCI, 2007, p. 179-180).

Neste sentido, o emprego das expressões “organismo internacional” e “organismo multilateral” pode acarretar a perda de coerência interna à própria análise, bem como implicações político-teórico-práticas no campo tenso das disputas entre Estado, trabalho, educação e desenvolvimento, na medida em que elas surgem como objetificação abstrata.

A **terceira** posição afirma que, a categoria organismo supranacional não possui historicidade.

Ora, como nosso objeto de estudo se situa na sociedade capitalista, ele é dado tanto na realidade concreta quanto no cérebro do investigador e, neste sentido, as categorias, que dele emergem, exprimem formas e condições de existência determinadas. Em muitos casos, elas se apresentam como aspectos particulares da sociedade. Por conseguinte, *a existência desta sociedade não tem início no ponto de vista científico, mas tão somente a partir do momento em que ela está em questão como tal* (MARX, 2003, p. 255. Itálicos do autor).

Visto que a totalidade social só se realiza, processual e ontologicamente, em complexos concretos e dinâmicos que a constituem, uma determinada categoria se tomada em si, de fato, não possui historicidade própria. Mas, na medida em que se constitui em uma totalidade parcial ou um complexo semovente, segundo leis próprias, tal categoria – organismo supranacional – impõe-se histórica.

As relações das categorias umas com as outras, suas funções no processo global, não só estão sujeitas a uma mudança histórica, mas que esta também é constituída de tal forma que só num estágio mais avançado lhes designa o lugar apropriado na totalidade do processo e que elas só podem adquirir mediante a constituição que lhes é apropriada (LUKÁCS, 2013, p. 361).

De fato! A supranacionalidade existiu na Roma Antiga, na passagem da República ao Império, quando se excluía a hegemonia da Itália e a transferia para a capital sob o poder de uma “classe imperial

supranacional” (GRAMSCI, 2002, p. 13), mas será, somente, na sociedade capitalista do início do século XX, com a criação da Liga das Nações, que a categoria organismo supranacional passa a revelar o fenômeno na sua essência. Nesta perspectiva, podemos afirmar que, a categoria organismo supranacional possui historicidade.

3. A relação organismo supranacional e Estado Ampliado: o Estado (*stricto sensu*) não morreu!

Se entendermos, com Gramsci (2007, p. 21-22), que: (i) a pequena política trata de questões conjunturais, parciais, cotidianas e das disputas entre classes e frações de classes na arena do Estado (sociedade política e sociedade civil); (ii) a grande política, denominada também de alta política, diz respeito à conservação da estrutura político-econômico-social e cultural da sociedade capitalista, em nível internacional, bem como à fundação ou à reorganização do Estado supranacional, seja para destruir, seja manter a ordem vigente; será possível perceber que a análise entre política supranacional e política nacional não se descarta do poder do Estado-Nação.

Ao contrário! Uma não se faz sem ou contar a outra. Se considerarmos que,

o conceito de hegemonia é aquele em que se reúnem as exigências de caráter nacional (...) uma classe internacional, que guia camadas sociais estritamente nacionais (intelectuais) e, muitas vezes, particularistas e municipalistas, deve se “nacionalizar” num certo sentido; porque antes de se formarem as condições de uma economia segundo um plano mundial, é necessário atravessar fases múltiplas em que as combinações regionais (de grupos de nações) podem ser variadas. Também não se deve jamais esquecer que o desenvolvimento histórico segue as leis da necessidade até que a iniciativa passe nitidamente às forças que visam à construção de pacífica e solidária divisão [internacional] do trabalho (GRAMSCI, 2007, p. 314).

O processo de organização e de permanente preservação de um organismo supranacional (“Estado burguês Supranacional”) requer, dos intelectuais cosmopolitas e intelectuais orgânicos do capital, um longo e contínuo processo de formação de capacidade para liderar ético-político-pedagógica e moralmente e planejar as estratégias de obtenção do consenso em torno da doutrina de que há outra alternativa de formação social a não ser a que está posta.

Pereira (2012) contribui para o entendimento desta relação entre grande política e pequena política, a que me refiro, pois que desvela a criação do Banco Mundial na Conferência de Bretton Woods, de 1944, em um espaço, portanto, de supranacionalidade, cuja aprovação pelo Congresso do Estado norte-americano requereu enorme campanha do Presidente Franklin Roosevelt junto aos parlamentares,

aos empresários, em nível nacional, de modo que o BM somente iniciou suas operações em junho de 1946.

O “Estado burguês supranacional” só se sustenta pelo Estado (sociedade política) que reúna condições de inserir-se e enfrentar a concorrência no mercado mundial, particularmente nesta fase de crise estrutural do capital, iniciada nos anos 1970, na qual sua administração vem mediada pelas políticas neoliberais.

A tarefa política do Estado encontra-se hoje, mais do que nunca, na criação de medidas necessárias à reprodução social. O que implica transformá-lo em gerenciador do fundo público, isto é, agente de financiamento simultâneo da acumulação do capital e de reprodução da força de trabalho: financiando a acumulação do capital com gastos públicos na produção através de subsídios para agricultura, indústria, comércio, ciência e tecnologia, bem como a reprodução da força de trabalho por meio de gastos sociais como educação, programas de saúde, previdência social, seguro-desemprego, vale-transporte, programas de geração e renda, de habitação, salário-família⁶⁶³, etc. (OLIVEIRA, 1988, p. 21-22; 2003, p. 39-40).

Considerações finais

A especificidade de inserção do capitalismo brasileiro no mercado mundial, em sua nova fase, é elucidativa. Ela revela não apenas o papel subimperialista do Estado brasileiro nas relações internacionais, mas também seu movimento de “cooperação antagônica” (MARINI, 1997; 2000; 2012). De um lado, o empresariado brasileiro demonstra sua consciente dependência e subordinação à integração imperialista, mantendo a dependência do padrão tecnológico controlado pelo capital central nos processos de desnacionalização e desindustrialização, enquanto valoriza o modelo agroexportador. De outro, mostra sua face autônoma, adotando, de modo agressivo, uma política de exportação de capitais, particularmente para países da América Latina e África; alinha-se a países emergentes, como Rússia, Índia e China, formando o bloco dos BRICs; também busca participar, lado a lado com países de capitalismo central, em

⁶⁶³ Em tempos de eleição presidencial, neste ano de 2018, é possível perceber que, por mais conservador que seja o candidato, não se põe em xeque o Programa Bolsa Família devido não apenas as orientações da OCDE para mantê-lo, mas sobretudo porque é financiado pelo Banco Mundial. Aumenta-se, assim, a dívida pública ao mesmo tempo em que o capital financeiro se mantém à frente na execução do projeto neoliberal de sociedade.

conferências promovidas pelos organismos supranacionais, como a ONU, a OMC e a OCDE, além de modificar sua condição de devedor para tornar-se credor do FMI⁶⁶⁴.

Trata-se, pois, de uma relação intrincada. Entretanto é possível capturar seu real movimento, bem como desvelar suas implicações no campo da educação, particularmente, se voltarmos o olhar para a América Latina, onde a organização de blocos político-econômicos tem como emblema o Mercosul e, seus correlatos, o Setor Educativo do Mercosul (SEM) e a Reunião de Ministros e Altas Autoridades da Ciência, Tecnologia e Inovação do Mercosul (RMACTIM).

Mais do que facilitar o intercâmbio do conhecimento e de mobilidade trabalhadores qualificados, estes setores buscam promover um movimento sincrônico de sistemas de educação superior, entre blocos e intrablocos, com o fito de fortalecer um sistema de transferência e validação de créditos interinstitucional e internacional. Através de Programas-Quadros de Investigação, promovem uma interface entre pesquisa e inovação, facilitando a transferência e adaptação de tecnologia às empresas.

Ainda que a documentação emanada pelo Estado brasileiro não estabeleça qualquer relação entre o PAC e a IIRSA, ambos fazem parte do mesmo projeto de integração e regionalização, bem como da criação birregional (Mercosul-União Europeia) de expansão do mercado, livre circulação de mercadorias (pecuária, agrocombustíveis, celulose, madeira), tecnologias, capitais, e força de trabalho, tanto para o trabalho simples quanto para o trabalho complexo. Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Corporação Andina de Fomento (CAF), Fundo Financeiro para o Desenvolvimento do Prata (FONPLATA), este todo articulado vem provocando um reordenamento territorial entre países sul-americanos, particularmente na Amazônia.

É certo que, a IIRSA e PAC não estão voltados para o interesse dos povos originários, indígenas, ribeiras, quilombolas, pequenos agricultores. Não sem razão, as lutas de classes internas à cada Estado Parte do Mercosul têm se acirrado, devido à degradação da natureza (orgânica, inorgânica e social).

Neste contexto, abre-se um leque de temáticas de estudo, cujos resultados pode contribuir nos rumos da direção política do movimento de luta e resistência da classe trabalhadora contra a internacional capitalista.

Referências bibliográficas

⁶⁶⁴ Sobre o movimento contemporâneo de inserção associada e subalterna da burguesia brasileira no movimento de internacionalização da economia, ver Fontes (2010).

- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. A nova bíblia do Tio Sam. In: **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor**. Editora da UFRGS, 2001.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. A participação do Brasil em estudos e avaliações educacionais comparados internacionais. In: **Textos do Brasil nº 7 - Educação para um desenvolvimento humano e social no Brasil**. Brasil, Ministério das Relações exteriores: Departamento Cultural, 2000. Disponível em <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/edicao-numero-7>
- COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal. *Revolução passiva ou contra-reforma?*. In: **Gramsci e o Brasil [on line]**, 2007. Disponível em <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=790>
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2000.
- DREIFUSS, René. **A internacional capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918- 1986)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- _____. **Transformações: matrizes do século XXI**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2004.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. v.1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.
- _____. **Cadernos do cárcere. v.2. Os intelectuais e o princípio educativo. Jornalismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.
- _____. **Cadernos do cárcere. v.3. Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. **Cadernos do Cárcere, v.5. Il Risorgimento – notas sobre a história da Itália**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos (1910- 1919)**. Lisboa, Pt.: Seara Nova, 1976.
- GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos (1917-1933)**. Cerro del Agua, Mx: Siglo XXI Editores, 1981.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social, v. 2**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes: Buenos Aires, Ar.: CLASO, 2000.
- _____. *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. Cuadernos Políticos. México: Ediciones Era, nº 12, abr./jun., 1977.
- _____. 3.ed. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012, pp. 47-71.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. 2 reimp. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PEREIRA, João Márcio. **Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-60)**. *Varia História*. Belo Horizonte, vol.28, nº 47, pp. 391-419, jan/jun, 2012.

EMPRESÁRIOS, CATÓLICOS E REFORMADORES: O MEC e as disputas pela educação (1948 – 1964)

Renata Azevedo Campos⁶⁶⁵

Resumo: As reformas educacionais da ditadura empresarial-militar brasileira foram norteadas pela Teoria do Capital Humano que, em sua variante articulada internamente, contribuiu para a adaptação da educação não somente às necessidades do capitalismo, mas do capitalismo em sua modalidade dependente. Esse processo de acomodação, cujas origens são bem anteriores ao golpe de 1964, foi conquistado a partir de ações junto à sociedade civil e da ocupação de postos estratégicos na sociedade política, por parte dos intelectuais orgânicos de frações da burguesia brasileira. Tendo em vista a compreensão desse processo histórico, nos propomos analisar a ingerência dos empresários no interior do Ministério da Educação e Cultura/MEC, no período que separa o início da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, em 1948, e o golpe de 1964. Nesse contexto, destacamos a presença de intelectuais ligados à burguesia industrial ocupando alguns cargos no MEC, em especial na Diretoria de Ensino Industrial, enquanto figuras proeminentes da comercialização da educação já começavam a despontar na Diretoria do Ensino Secundário. Não obstante, esses não foram os únicos a disputar os rumos da educação e outros projetos, senão conflitantes, ao menos heterogêneos, também se fizeram presentes na sociedade política brasileira. Era caso, por exemplo, dos Reformadores da Educação e da Igreja Católica que protagonizaram os embates acerca da LDB, sobretudo no que se refere à defesa do ensino público ou privado. Partindo desse contexto, o presente artigo se dedica à correlação de forças no interior do MEC, no período de 1948 a 1964, tomando como base a relação de sua composição interna com as organizações da sociedade civil brasileira que informavam a ação de seus membros.

Palavras-chave: Ministério da Educação e Cultura; Projetos Educacionais; Políticas Públicas.

Entre a invenção da lança e a criação de uma astronave, há somente o tempo. A clássica cena do filme “2001: uma odisséia no espaço” – na qual o primata, em processo de humanização, joga ao espaço uma lança que, num giro, se transforma numa nave espacial – bem traduz a ontológica relação entre trabalho e educação. Nos humanizamos na medida em que trabalhamos e transformamos a natureza, mas, sem a capacidade de passar isso adiante, o primeiro processo de trabalho se repetiria, em *looping*, sem que da lança novas transformações pudessem ser feitas.

A educação, dessa perspectiva, não se resume ao ensino formal ou aos espaços dedicados para tal fim, mas se constitui como um fundamento de nossa humanização (SAVIANI, 2007). Se o nosso vínculo com a educação é inegociável, não o é a sua forma, que está, há muito, em disputa. Principalmente após a revolução industrial, quando cresceram as exigências sobre a operacionalização do saber, a educação

⁶⁶⁵ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal Fluminense, por onde também é mestre. Graduação em História (UFF). Email: renataazevedort@gmail.com

formal passa a ser reivindicada não apenas como um elemento distintivo, mas como uma necessidade do processo produtivo (SILVEIRA, 2011).

Nesse processo, em que a educação vai sendo reivindicada pelo mundo da produção, outros determinantes, ligados à formação cultural e às perspectivas de ascensão social, pesam sobre ela, numa disputa entre diferentes grupos sociais e frações de classe. A educação, tanto na realidade de suas instituições quanto em suas formulações políticas, é fruto desses embates e expressa uma determinada correlação de forças, ainda que não de forma linear. No período em análise, de 1948 a 1964, católicos e reformadores⁶⁶⁶ protagonizaram o debate educacional, num conflito em que diferentes concepções de mundo tinham na educação uma mediação para sua vitalidade. As frações da burguesia brasileira também vinham esboçando seus interesses nessa área, mas desenvolviam sua defesa nos termos daquele conflito principal. O golpe de 1964 viria a ser um marco desse processo de autonomização e hegemonia do projeto educacional dos empresários. Se toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica (GRAMSCI, 1981), o controle sobre a educação escolar, na formação social capitalista, é parte fundamental da dominação e direção da sociedade.

Em termos de política educacional, o pano de fundo, desse contexto, era a tramitação da Lei de Diretrizes que, tendo o seu primeiro anteprojeto apresentado em 1948, só viria a ser promulgada em 1961. No entanto, entendemos que o processo legal é só um dos momentos, ou mesmo, a materialização de conflitos que tem nas organizações da sociedade civil o seu local de emergência (GRAMSCI, 2014); conflitos esses que permanecem no interior das agências estatais ou mesmo nas disputas entre elas (POULANTZAS, 1980). Ainda que tomando por referência a sociedade civil brasileira, aqui nos dedicamos à análise da correlação de forças expressa no interior do Ministério da Educação e Cultura, entendendo que essa agência gozava de, não necessariamente centralidade, mas significativa ingerência sobre a realidade educacional.

As Diretorias de Ensino do Ministério da Educação

Remontando a um debate que vinha desde o governo Vargas, no contexto da Terceira República, os Reformadores da Educação e da Igreja Católica se mantiveram como protagonistas do debate educacional, num momento em que a coexistência deu lugar a um conflito mais aberto (ROMANELLI,

⁶⁶⁶ Chamamos de “reformadores da educação” os intelectuais que, na esteira do movimento da Escola Nova dos anos 1930, defendiam uma renovação educacional pela via da escola pública e laica.

1982). Não somente a longa tramitação da Lei de Diretrizes e Bases foi um terreno propício para o aprofundamento do debate, como o novo cenário político, com maiores⁶⁶⁷ liberdades democráticas, permitiu a participação de sujeitos e ideias que redesenhavam os projetos já existentes. Aqui, nos referimos, principalmente, aos socialistas que estiveram presentes no debate educacional, tensionando as suas soluções (MONTALVÃO, 2011).

Nesse novo cenário, no entanto, os católicos organizados pouco se fizeram notar no interior do Ministério da Educação, o que é surpreendente, dado que a LDB, aprovada em 1961, contemplou primordialmente os seus interesses. A ocupação de outros espaços, sobretudo na sociedade civil, lhe garantiu não somente um poder de pressão sobre o ministério, mas sobretudo uma forte representação no legislativo brasileiro, relativizando, inclusive, o papel do ministério nas deliberações de mais longo alcance.

No MEC, destacamos a presença de reformadores e de intelectuais orgânicos de frações da burguesia brasileira, tanto da indústria quanto da comercialização da educação, fração essa que vinha, pouco a pouco, ganhando espaço e se autonomizando em relação à Igreja Católica. Na ocupação de seus cargos principais, os empresários tinham mais ingerência nas diretorias do ministério, enquanto os reformadores ocupavam o INEP e seus desdobramentos. Desse modo, se defendemos que os reformadores gozavam de maior ressonância, em relação às frações burguesas, no debate educacional, não era pela quantidade, mas pela centralidade dos postos que ocupava – materializando sua organização e atuação junto à sociedade civil.

Ainda que possamos observar um relevante trânsito entre reformadores e burguesia industrial, seus intelectuais não vinham das mesmas organizações e nem tinham projetos identificados. No que se refere aos interesses “da indústria”, seus intelectuais orgânicos estavam, desde o Estado Novo, engajados no desenvolvimento do ensino industrial e ocuparam a sua direção ao longo de todo o período pesquisado.

Diretoria de ensino industrial (mandatos)						
	Francisco Montojos	Ítalo Bologna	Sólon de Souza Guimarães	Flávio Penteadó Sampaio	Francisco Montojos	Armando Hildebrand

⁶⁶⁷ Dizemos “maiores”, de forma restritiva, em função das limitações desse período democrático, quando o Partido Comunista precisava atuar na clandestinidade.

Início	1937	06/1949	02/1951	07/1953	12/1955	03/1961
Fim	06/1949	02/1951	07/1953	12/1955	03/1961	03/1967

Francisco Montojos, Ítalo Bologna e Sólon Guimarães eram engenheiros e os dois primeiros tinham grande relação com o SENAI, tendo atuado junto a Roberto Mange no desenvolvimento das Escolas Técnicas Nacionais. Montojos, inclusive, materializou uma ideia antiga de Mange, quanto à cooperação norte-americana, com a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial/CBAI, em 1946. Flávio Penteadó e Armando Hildebrand, por sua vez, eram professores, mas com algumas particularidades; o primeiro foi diretor do IDORT⁶⁶⁸ e o segundo foi fundador do Centro Educacional de Niterói e da Fundação Brasileira de Educação/FUBRAE⁶⁶⁹, à qual a escola se vinculava.

O Ensino Comercial, cujas matrículas se encontravam, em grande parte, nas mãos dos estabelecimentos particulares, teve um diretor do Departamento Nacional do SENAC à sua frente, desde 1937 até 1969. Lafayette Garcia representava a demanda pela formação profissional voltada para o comércio, ao mesmo tempo em que se voltava para os interesses corporativos daqueles vendiam essa mesma formação. Corporificando uma trajetória envolvida por contradições, ele assinou o “Manifesto: mais uma vez convocados”, que defendia a primazia do ensino público, ao mesmo tempo em que era uma figura reivindicada pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino/FENEN.

Diretoria de ensino comercial (mandatos)	
	Lafayette Belfort Garcia
Início	10/1937
Fim	07/1969

Contando com uma direção, mais diretamente, defensora do ensino privado, a Diretoria do Ensino Secundário pode ser entendida como uma divisão menos engajada, tendo em vista os projetos em disputa e as perspectivas do desenvolvimento econômico, pelo menos, até a chegada de Hildebrand, em 1953.

⁶⁶⁸ O Instituto de Organização Racional do Trabalho/IDORT foi uma organização, criada em 1931, por intelectuais orgânicos da burguesia industrial, a partir da qual foram articuladas ideias para a educação profissional no Brasil. Cabe apontar que alguns intelectuais escolanovistas, como Lourenço Filho e Fernando Azevedo, compuseram seus quadros (BATISTA, 2015).

⁶⁶⁹ A FUBRAE era uma fundação de direito privado, criada em 1954 (SANTOS, 2010).

Essa não é situação surpreendente, uma vez que esse era o ramo, tradicionalmente, ocupado pelos estabelecimentos particulares de ensino, leigos e religiosos.

Diretoria de ensino secundário (mandatos)				
	Lúcia Magalhães	Haroldo Lisboa da Cunha	Lúcia Magalhães	Roberto Accioli de Sá
Início	1939	01/1947	02/1951	12/1951
Fim	01/1947	02/1951	12/1951	01/1953
	Paulo Accioli	Armando Hildebrand	Gildásio Amado	Lauro de Oliveira Lima
Início	01/1953	08/1953	04/1956	08/1963
Fim	08/1953	04/1956	08/1963	04/1964

Hildebrand, apesar de pessoalmente vinculado aos interesses das escolas particulares, não via a educação somente em seu sentido comercial. Defensor de Anísio Teixeira e de suas propostas, esse diretor era um entusiasta da aproximação do ensino secundário com os ramos técnicos, o que também era defendido pelas organizações industriais. É na sua gestão que se inicia a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário/CADES, a qual é herdada por Gildásio Amado. De perspectiva semelhante, Amado dá continuidade ao trabalho anterior e tem sua gestão, brevemente, interrompida pela nomeação de Lauro Oliveira de Lima, no governo Goulart, para onde retorna após o golpe de 1964.

A Diretoria de Ensino Superior teve, nesse período, uma figura próxima ao empresariado industrial, como o era Jurandir Lodi que, além de membro do Conselho Consultivo da Panair do Brasil, era irmão de Euvaldo Lodi, presidente da CNI⁶⁷⁰. É curioso notar que, durante a sua gestão, a diretoria teve pouca atuação, o que é destacado por Dumerval Trigueiro que o substitui, por conta de uma indicação de Anísio Teixeira ao ministro Antônio de Oliveira Brito.

Diretoria de ensino superior (mandatos)

⁶⁷⁰ Não pretendemos analisar posicionamentos políticos ou projetos de futuro a partir de laços de parentesco, mas nos elos partidários existentes entre os dois irmãos (MARGALHO, 2015).

	Jurandir Lodi	Dumerval Trigueiro
Início	1939	10/1961
Fim	10/1961	05/1964

Apesar dos reformadores só terem atuado a partir dessa indicação de Trigueiro, no que se refere às diretorias, mesmo aí podemos observar algumas trocas e articulações. De forma mais direta, esses intelectuais foram os protagonistas no INEP e nas suas imediações, ainda que com alguns interregnos.

Os Reformadores da educação e suas articulações no Ministério

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (mandatos)		
	Murilo Braga de Carvalho	Anísio Teixeira
Início	02/1946	05/1952
Fim	05/1952	05/1964

A criação do INEP, em 1938, teve como base alguns anseios de renovadores quanto à pesquisa educacional, sobretudo das propostas de seu primeiro diretor, Lourenço Filho. No período da redemocratização, Murilo Braga de Carvalho assume a sua direção, dando ao órgão um caráter mais executivo, do que propriamente de pesquisa. Assumindo as funções e as dotações orçamentárias da extinta Divisão de Ensino Primário, o INEP se dedicou sobremaneira à construção de escolas em zonas rurais, de fronteiras e de colonização estrangeira⁶⁷¹. Murilo Braga já tinha atuado no Estado Novo, quando dirigiu a DASP, e, em 1948, assume também a direção do SESC, demonstrando alguma proximidade com o pensamento empresarial. Após a sua morte, Anísio Teixeira é o novo nomeado, iniciando uma trajetória de doze anos no INEP, a qual retomaria, aprofundando, as motivações de Lourenço Filho para o órgão quanto à centralidade da pesquisa na formulação de políticas educacionais.

⁶⁷¹ O Correio da Manhã. Edições de 1948 a 1951.

Sua atuação no Ministério da Educação se deu, desse modo, desde a década de 1950 até o golpe de 1964, quando permaneceu somente com o seu mandato no Conselho Federal de Educação. Durante esses anos, Anísio desenvolveu importante defesa da reconstrução e democratização educacional, a partir da articulação entre os órgãos que estavam sob sua direção, o INEP e suas adjacências - a CAPES e o Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional/CBPE. Tinha em perspectiva a expansão quantitativa e qualitativa da educação por meio de pesquisa, investimento e capacitação dos profissionais, inclusive do professor primário em nível universitário⁶⁷². Anísio não só buscou fortalecer a escola pública e a formação de seus professores, como também a própria pesquisa sobre as questões educacionais. Num contexto de embate com a mentalidade privatista da Igreja Católica, esses espaços representaram a força de um projeto democrático de educação que se veria derrotado com o golpe de 1964.

Nesse sentido, podemos dizer que a democratização da sociedade e da educação e a educação como mediação para a construção dessa democracia estão no centro de seu pensamento e ação. É a partir desse eixo que vai desenvolver sua defesa da educação pública e laica, tendo em vista a equiparação das oportunidades. Como bem pontuou Florestan (1989), Anísio era um reformador social e, por isso, um reformador educacional; não o contrário. A educação se constituía como a mediação necessária para o desenvolvimento da sociedade brasileira, bem como de sua democratização. Isso não significava uma filiação a projetos socialistas, nem tampouco uma ruptura com as demandas do meio empresarial. Contrariamente, veremos como Anísio se articulou com representantes de frações da burguesia industrial, além de ter contado com ativo apoio da UNESCO na construção dos Centros de Pesquisa. Se não o tomamos como um revolucionário, também não queremos reduzi-lo a um intelectual orgânico à burguesia brasileira.

A construção do capitalismo, em nível nacional, comporta diferentes projetos para seu desenvolvimento e não entendemos que o de Anísio fosse identificável ao que vinha se articulando pelas frações dominantes, sobretudo na segunda metade dos anos 1950. O seu afastamento, quando do golpe empresarial-militar de 1964, é um indício dessa heterogeneidade. Seu projeto de universidade é implementado, mas sua proposta de democratização da Educação Básica, com prioridade para o eixo público, é deixada. Mais importante ainda, seu projeto de educação era atravessado por uma concepção de ruptura com o passado colonial que nunca foi incorporada pelas nossas frações hegemônicas.

⁶⁷² Várias campanhas foram criadas e tocadas com essas motivações, às quais nos dedicaremos no capítulo 2. Por ora, é suficiente citá-las: Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino/Caldeme, Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar/Cileme, Campanha de Construções e Equipamentos Escolares, Campanha de Aperfeiçoamento do Magistério Primário e Normal e Campanha de Educação Complementar.

Na concepção de Anísio Teixeira, a educação, como direito individual, deve posicionar os sujeitos não por critérios de nascimento, mas de potencialidades.

Essa forma de captar o fenômeno social demonstra que Teixeira, além de não opor as classes sociais entre si, não opõe, também, indivíduo e sociedade, já que aquele só se realizaria por meio dessa, que é o próprio instrumento de sua liberdade. Essas idéias também apontam para a crença de que os conflitos são solucionáveis pela educação que, em última instância, é o elemento gerador da estabilidade social. (CHAVES, 2000, p. 207)

Essa noção meritocrática, juntamente com sua defesa acerca das contribuições da educação para o desenvolvimento, possibilitou que Anísio construísse uma série de relações com intelectuais da burguesia industrial ou, no mínimo, com seus representantes menos conservadores⁶⁷³. No entanto, não podemos reduzi-lo a essas redes, uma vez que outro espectro de intelectuais também a ele estava articulado. Sobretudo no período final de tramitação da LDB, socialistas como Florestan Fernandes e Paschoal Lemme engrossaram as fileiras da luta pela Escola Pública ao lado de Anísio, cuja interpretação é rodeada de controvérsias. Não queremos, aqui, salvar ou enterrar sua memória, mas compreender sua atuação no seio de relações que, forjadas no MEC, ajudam a desvelar os limites e as possibilidades de seu projeto educacional.

Nesse sentido, chamamos atenção ao fato de que a rede relações construídas ao seu redor não era homogênea, nem tampouco harmônica, mas fazem parte de um ideal de educação cujo pragmatismo garantia a “coerência interna” dessas múltiplas articulações. Ao lado de Anísio Teixeira encontramos desde os reformadores de diferentes tradições até intelectuais da burguesia industrial brasileira, passando por socialistas e organizações internacionais.

Dentre os intelectuais identificados com o movimento da Escola Nova, Anísio trouxe alguns de seus representantes para compor os quadros dos Centros de Pesquisa, tanto regionais, quanto no nacional. Fernando Azevedo, Mário Casassanta e Abgar Renault, por exemplo, foram os diretores dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional, sendo o primeiro de São Paulo e os dois últimos de Minas Gerais. Relativamente próximo à pedagogia da Escola Nova e à perspectiva americanista, Gilberto Freyre também compunha a rede de relações de Anísio e foi convidado a dirigir o Centro de Pesquisa de Recife. No que refere à sede, João Roberto Moreira, que já havia contribuído com a criação dos centros, ocupou a direção da DEPS, enquanto Jayme Abreu estava na DEPE; ambos tinham sido diretores da Cileme.

Cabe apontar que a renovação reivindicada por esses intelectuais tinha como referência os Estados Unidos, o que contribuiu bastante para o vínculo dos centros com esse país e com organismos

⁶⁷³ Ainda que liberal, a defesa da hierarquia das capacidades como critério de hierarquização social significava uma ameaça às exclusividades perpetuadas por séculos e, portanto, não era partilhada por todas as frações da classe dominante brasileira.

supranacionais, em especial a UNESCO. Nesse sentido, alguns acordos foram feitos, no que se definiu como Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar/PABAE, e teve como local privilegiado o Estado de Minas Gerais, a partir da ação de Abar Renault e Mário Casassanta (FÁVERO & BRITTO, 1999). Ainda que tendo a todos como entusiastas, as redes internacionais foram, no entanto, protagonizadas por João Roberto Moreira, cuja proximidade com os EUA se materializou também na incorporação precoce da Teoria do Capital Humano⁶⁷⁴.

Ainda no contexto de sua Criação, a UNESCO participou do CBPE e, depois de estabelecido, contribuiu com o envio de técnicos e recursos para auxílio tanto na pesquisa, quanto na execução de programas. Seus estudos priorizavam a escola primária – seus materiais didáticos, suas instituições e seu magistério – e a relação da educação com a mobilidade social⁶⁷⁵. Eram seis os seus técnicos principais, sendo que três permaneciam no Brasil – Bertrand Hutchinson, Andrew Pearse e Robert Harighoursi – e três vinham em alguns períodos do ano – Jacques Lambert, Otto Klineberg e Charles Wagley⁶⁷⁶. De certo que João Roberto Moreira não era o único responsável por esses acordos, mas foi um de seus protagonistas, tendo convidado, inclusive, cinquenta professores norte-americanos para virem ao Brasil, tendo em vista a realização de visitas às nossas escolas primárias e secundárias⁶⁷⁷.

A CAPES foi outro órgão que também contou com relativa proximidade em relação às agências supranacionais e com as manifestações do imperialismo norte-americano. A partir dela, foram firmados acordos para a concessão de bolsas e auxílios tanto com a UNESCO, desde 1954⁶⁷⁸, quanto com a Fundação Rockefeller e Fundação Ford (CASTRO, 2003)⁶⁷⁹. Nesse contexto, Rudolph Atcon, que viria a ser o consultor da UNESCO e da USAID no Brasil dos anos 1960, contribuiu com Anísio na implantação da CAPES, aqui ficando de 1953 a 1956 (SILVEIRA, 2011).

Além dessa articulação, em escala global, na CAPES também se formalizaram relações com a burguesia industrial brasileira, o que pode ser percebido a partir da convocação de Joaquim Faria Góes Filho para compor o seu conselho, onde permaneceu de 1951 a 1957. Ele era, na época, presidente do Departamento Nacional do SENAI, do qual tinha sido um dos fundadores, sendo uma importante figura da construção do ensino industrial, no Brasil (FÁVERO & BRITTO, 1999). Próximo de Anísio desde os

⁶⁷⁴ Não por acaso, ele foi um dos escritos, sob encomenda, dos textos distribuídos no primeiro simpósio organizado pelo IPES para tratar de assuntos educacionais, em 1964. Ainda que, logo depois, ele tenha se afastado da vida política declarando uma incompatibilidade com o governo, esse apoio inicial é bastante intrigante.

⁶⁷⁵ O Correio da Manhã. Edição de 23 de maio de 1956.

⁶⁷⁶ O Correio da Manhã. Edição de 07 de fevereiro de 1957.

⁶⁷⁷ O Correio da Manhã. Edição de 19 de junho de 1960.

⁶⁷⁸ O Correio da Manhã. Edição de 04 de março de 1954.

⁶⁷⁹ A Fundação Rockefeller, por exemplo, financiou, junto a CAPES, um do Curso de Altos Estudos Geográficos. O Correio da Manhã. Edição de 28 de setembro de 1956.

anos 1920, Faria Góes o recebeu em uma visita à Escola Técnica de Indústria Química e Têxtil do SENAI que, situada no Riachuelo, contava com um Curso de Artes Industriais que estava sob administração do INEP em parceria com o SENAI⁶⁸⁰.

A construção dessas redes nos mostra que o projeto educacional de Anísio Teixeira, se não era fruto das organizações empresariais, também lhes era contraposto. Nesse sentido, observamos, ao menos, dois pontos de convergência no que se refere ao que vinha sendo defendido pelo INEP e o que era reivindicado pelas organizações da burguesia industrial: a necessidade de trazer uma orientação prática para o que era o ensino médio⁶⁸¹ e a defesa de uma educação complementar ao primário. Essa última deveria se voltar para os adolescentes de 12 a 14 anos que, não entrando em nenhum dos cursos médios, também não podiam começar a trabalhar oficialmente, gerando um expressivo problema social. Mesmo que essas pautas não tenham sido contempladas, de forma generalizada, elas se materializaram em algumas instituições escolares e, sobretudo, estiveram na base da reforma de 1º e 2º graus, de 1971.

A observação dessa convergência, no que se refere à educação complementar como solução para o que chamavam de “hiato nocivo”, pôde ser feita a partir de duas matérias do periódico “O Correio da Manhã”, ambas de 1957. Na primeira delas⁶⁸², destaca-se a presença de Roberto Danemann, do SENAC, na realização dos estudos que, recomendados pelo CBPE, tratavam dessa questão. Na segunda, é feita uma referência à promessa do ministro Clóvis Salgado, ao presidente da FIESP, acerca da criação de cursos de educação complementar, de caráter vocacional⁶⁸³.

Péricles Madureira de Pinho, diretor do Banco da Bahia, foi diretor executivo do CBPE, materializando também as proximidades do INEP com a intelectualidade ligada às frações burguesas locais. No entanto, ainda que possamos traçar essas convergências, a atuação dos reformadores não se restringiu às presentes articulações. A presença de Darcy Ribeiro na DEPS/CBPE e a indicação de Durmeval Trigueiro para a DESu são indícios da heterogeneidade que caracterizava as redes construídas pelos reformadores, em especial, por Anísio Teixeira. Ainda mais, a Campanha em defesa da Escola Pública, que contou com a presença de liberais progressistas e até de socialistas, mostraria não só amplitude da defesa desses intelectuais, como a limitação e o conservadorismo de nosso desenvolvimento capitalista.

⁶⁸⁰ O Correio da Manhã. Edição de 23 de junho de 1957.

⁶⁸¹ Sobre esse assunto, nos aprofundaremos no capítulo três, em especial quando da análise do Substitutivo apresentado pela CNI, em 1960, para contribuir com o debate em torno da LDB.

⁶⁸² O Correio da Manhã. Edição de 17 de Janeiro de 1957.

⁶⁸³ O Correio da Manhã. Edição de 23 de Junho de 1957.

A partir da construção de redes e de uma atuação que gozava de relativa legitimidade com o conjunto da sociedade, Anísio Teixeira permaneceu nos cargos de maior importância no Ministério da Educação, viabilizando seus projetos, enquanto nele figuraram nada menos do que treze ministros. Isso não significa, no entanto, que o caminho tenha transcorrido sem percalços. Na realidade, são as resistências ao seu projeto de educação que nos ajudam a entender a permanência de suas demandas, ainda em nossos dias.

Ainda que não possamos generalizar os reformadores em torno de um único ideal e posicionamento, a sua unidade pode ser entendida na relação com o “outro”, ou seja, na oposição ao projeto católico de educação. A formação de redes entre sujeitos tão diversos, assim como a sua representação, como um conjunto, aos olhos da sociedade, se explica pela prioridade dada à defesa da escola pública e laica, num quadro de indefinição das soluções hegemônicas.

O Departamento Nacional de Educação: conflitos e convergências

O Departamento Nacional de Educação foi a divisão do MEC que, apesar de majoritariamente ocupada pelo espectro reformador, mais demonstrou essa indefinição.

Departamento Nacional de Educação (mandatos)						
	Abgar Renault	Lourenço Filho	Nelson Romero	Carlos Pasquale	Heli Menegale	João R. Moreira
Início	08/1938	12/1946	02/1951	09/1954	02/1956	05/1961
Fim	12/1946	02/1951	09/1954	02/1956	05/1961	05/1962
	Francisco da Gama Lima Filho	Heloísa de Almeida	Péricles Madureira de Pinho	Elisário Rodrigues de Souza	Renato Vaz Sampaio	Leônidas Sobrino Porto
Início	05/1962	08/1962	10/1962	03/1963	06/1963	05/1964
Fim	08/1962	10/1962	03/1963	06/1963	05/1964	1966

Do movimento renovador, tivemos Abgar Renault e Lourenço Filho como representantes diretos e Heli Menegale, João Roberto Moreira e Péricles Madureira como intelectuais próximos que também transitaram por outros espaços. O professor e escritor Menegale, veio a ser chefe de gabinete de Darcy

Ribeiro e, durante sua gestão no DNE, diversas campanhas foram criadas: a Campanha de Material de Ensino, o Sistema Rádio-Educativo Nacional, conhecido como SIRENA, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo/CNEA e a Campanha de Assistência ao Estudante/CASES⁶⁸⁴. João Roberto Moreira e Péricles Madureira eram figuras que, próximas a Anísio, também eram próximas de frações da burguesia brasileira. Como apontado anteriormente, o primeiro não somente mantinha relações periódicas com a UNESCO, como contribuiu com a escrita de um dos materiais do simpósio sobre educação, realizado pelo IPES, em 1964; e o segundo foi diretor do Banco da Bahia.

Quanto aos interesses dos estabelecimentos particulares para a educação, Carlos Pasquale era um de seus intelectuais orgânicos⁶⁸⁵ que, em fins de 1960, ainda viria a ser Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)-SP, mostrando que os interesses privatistas e tecnicistas não eram incompatíveis. Também capaz de corporificar interesses diversos, Francisco da Gama Lima Filho era um político do Partido Democrata Cristão, que havia sido presidente da FENEN e era membro da Confederação Nacional do Comércio, a qual representou na comissão criadora da CAPES, em 1951⁶⁸⁶.

A partir da análise das atividades tocadas e dos agentes responsáveis, podemos observar que, a despeito do maior trânsito dos reformadores, o DNE foi um local de cruzamento de projetos distintos, inclusive entre estes e grupos ligados às escolas particulares, sobretudo até meados dos anos 1950, quando as disputas ainda não se mostravam tão acirradas. Lourenço Filho, por exemplo, foi um dos conferencistas do 3º Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, em 1948, quando diretor do departamento⁶⁸⁷. Demonstrando a diversidade de relações desse intelectual, no mesmo ano, foi responsável pela aula inaugural do curso para formação de psicotécnicos, organizado pela FGV com apoio do Instituto de Seleção e Orientação Profissional⁶⁸⁸.

Para além de seus diretores, algumas campanhas tinham um vínculo maior com um grupo ou outro; se a CNEA tinha no INEP e seu grupo os seus formuladores e executores, os principais agentes da SIRENA eram da instituição católica⁶⁸⁹. No tocante aos interesses das instituições particulares, leigas e religiosas, a importância dessas campanhas é ofuscada pela criação do Fundo Nacional do Ensino Médio/FNEM, em 1954, que, na prática, serviu para transferir recursos para instituições particulares em

⁶⁸⁴ Outras campanhas também foram tocadas pelo DNE, mas tiveram criação anterior: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (Lourenço Filho), a Campanha Nacional de Educação Rural (Nelson Romero) e Campanha Nacional de Merenda Escola (Carlos Pasquale).

⁶⁸⁵ Inclusive, após o golpe de 1964, o seu nome era defendido pela FENEN.

⁶⁸⁶ Sobre os outros diretores, conseguimos poucas informações, mas eles também tiveram uma participação menos expressiva.

⁶⁸⁷ O Correio da Manhã. Edição de 14 de janeiro de 1948.

⁶⁸⁸ O Correio da Manhã. Edição de 20 de abril de 1948.

⁶⁸⁹ O Correio da Manhã. Edições de 1952 a 1960. Em 2 de agosto de 1952, inclusive, é realizada a Semana Rural do Clero Paulista, organizada pela Campanha Nacional de Educação Rural.

um contexto de crise financeira. É interessante notar a comissão responsável pela elaboração de seu regulamento, majoritariamente, formada por figuras ligadas aos interesses das escolas particulares: Carlos Pasquale (DNE), Armando Hildebrand (DES), Lafayette Belfort (DEC), Flávio Penteado (DEI), Padre Arthur Alonso (representante dos estabelecimentos particulares de ensino), Domingos Marmo (representante dos professores) e Pedro Paulo Paes de Carvalho (representante dos pais e responsáveis)⁶⁹⁰.

A burguesia industrial brasileira também se envolveu com as atividades tocadas pelo DNE, em especial no âmbito da SIRENA. Ainda que o Nordeste tenha sido a principal região na adoção dessa campanha, por meio do clero rural⁶⁹¹, no Estado de São Paulo a sua metodologia foi trazida para o meio urbano, dentro das indústrias. Através de um acordo, firmado em 1960, o SESI regional, o Ministério da Educação e o governo estadual se articularam para a instalação do plano educacional do SIRENA. Para o ato, realizado na FIESP, estavam confirmados Heli Menegale (DNE), Carlos Pasquale (Departamento de educação de SP), Antônio Devisate (FIESP e SESI regional), Maria Braz (educação fundamental do SESI) e João Ribas da Costa (SIRENA)⁶⁹².

Assim como na análise do INEP, o levantamento feito acerca do DNE sugere que, mesmo sem estar diretamente representada, as frações da burguesia industrial e comercial se articularam e se beneficiaram a partir das políticas tocadas por essas agências. Não somente em termos nacionais, mas também na dinâmica internacional de organização e divisão do trabalho, as agências supranacionais se mostravam entusiastas das atividades tocadas. Além do auxílio da UNESCO para diversas campanhas, também a OEA declarou seu apoio à metodologia da SIRENA.

Considerações finais

Nesse contexto, enquanto o incipiente empresariado de ensino se somava à instituição católica na defesa de seus interesses, os intelectuais, emergentes das organizações da burguesia industrial, não se desgastavam com os conflitos vivenciados em razão da LDB. Buscando se beneficiar das políticas tocadas por ambos os lados, a formulação da legislação educacional ainda não se constituía uma prioridade. Contrariamente, essa era o maior foco da Igreja Católica e seus representantes.

⁶⁹⁰ O Correio da Manhã. Edição de 28 de dezembro de 1954.

⁶⁹¹ O Correio da Manhã. Edição de 13 de dezembro de 1960.

⁶⁹² O Correio da Manhã. Edição de 11 de dezembro de 1960.

É interessante observar como essas divisões do MEC gozaram de relativa continuidade a despeito de vinte e cinco ministros, entre interinos e oficiais, terem ocupado a pasta da educação. Continuidade essa que se expressou numa composição, mesmo que desigual, dos projetos em disputa divididos entre as direções. Ainda assim, algumas descontinuidades podem ser percebidas e essas rupturas são igualmente significativas para a compreensão não só das especificidades entre os ministros, mas também das diferentes conjunturas.

Em síntese, podemos observar como o empresariado, sobretudo os empresários de ensino, tinha maior entrada pelo MEC a partir das diretorias, por onde tocaram alguns projetos como a CADES, além da aprovação do Fundo Nacional do Ensino Médio. Na conquista de suas demandas, contavam com a legitimidade da Igreja Católica que, mesmo ausente do ministério, estava bem articulada na sociedade civil e também no legislativo. Os reformadores tinham grande ingerência no MEC, por onde tocaram diversos projetos; principalmente, INEP, CAPES e CBPE. Ainda que articulados com os interesses dominantes, eles pareciam manter certa independência, em sua aspiração democrática. O golpe de 1964 viria resolver os inconvenientes dessa autonomia, interditando seus representantes mais entusiasmados.

Referências Bibliográficas

- BATISTA, Eraldo Leme. Trabalho e Educação Profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.
- COSTA, Deane Monteiro Vieira. A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- CHAVES, Miriam Waidenfeld. O liberalismo de Anísio Teixeira. Cad. Pesqui. [online]. n.110, 2000.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FÁVERO, Osmar. DVD, Memória da educação de jovens e adultos (1947-1966). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008. Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf>>.
- FÁVERO, Maria de Lourdes & BRITTO, Jader de Medeiros. Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: INEP, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. A concepção dialética da História. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MARGALHO, Maurício G. Estado, Empresários e Política: a hegemonia em construção (1930-1945). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

MONTALVÃO, Sérgio de Souza. Por uma história política da educação: a Lei de Diretrizes e Bases e a democracia brasileira da Terceira República (1946-1961). Tese (Doutorado em História Comparada). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira. Coleção Educadores. MEC-Fundação Joaquim Nabuco, Recife: Massangana, 2010.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder e o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ROMANELLI, Otaíza de O. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, P. S. M. B. O Público, o privado e o Ensino Fluminense: o caso do Centro Educacional de Niterói (1954-1970). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. V.12 n.34 Jan./abr. 2007.

SILVEIRA, Zuleide S. Concepções de educação tecnológica na reforma da educação superior: finalidades, continuidades, e rupturas - estudo comparado Brasil e Portugal (1995-2010). Niterói, 2011. 445f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: do regime empresarial-militar ao projeto neoliberal (1989 – 1992)

Albano Luiz Francisco Teixeira⁶⁹³

Resumo: Este trabalho elabora uma síntese do terceiro capítulo de minha tese de doutorado, intitulada *A Democracia Burguesa possível no Capitalismo Dependente: luta de classes no município do rio de janeiro (1989-1992)*, defendida em julho deste ano. Assim, revela que, a Prefeitura do município do Rio de Janeiro foi a primeira instância de governo, no mandato Marcelo Alencar (1989-1992), a aplicar políticas de cunho neoliberal. Marcado por contradições e conflitos com os profissionais da educação, representados pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE/RJ), o governo Marcelo Alencar, enfrentou parte de uma greve deflagrada, em 21 de setembro de 1988, no mandato de seu antecessor, Francisco Saturnino Braga, e finalizada, após 162 dias, em 1º de março de 1989. Em minha análise caracterizei o mandato Marcello Alencar como *protoneoliberal*, na medida em que lançou mão da coerção ao mesmo tempo em que buscava construir a hegemonia por meio de estratégias de obtenção do consenso para dar respostas à crise política e financeira. Neste sentido, atacou tanto o sindicato quanto a categoria, mas não deixou de tentar apresentar uma política de concessões, ainda que limitadas, conseguindo de alguma forma estabelecer uma correlação de forças em uma situação favorável para o Estado em detrimento da categoria. Neste sentido, evidencia, com Virginia Fontes, a “ampliação restrita do Estado.” Um Estado que só buscou e busca resolver com profundidade as tensões e fricções entre as diversas frações da burguesia, criando dispositivos legais como a violência institucionalizada contra as classes subalternas. Constatar que a categoria recuou para uma situação mais defensiva, abandonando por quase duas décadas o instrumento da greve geral por tempo indeterminado.

O Brasil adentrou a década de 1980 num quadro de acelerado processo de aprofundamento de uma crise do modelo econômico, com grandes repercussões tanto na realidade social quanto na política. Um dos principais resultados foi a construção do maior ascenso de lutas na sociedade brasileira. Todo este ascenso em nível nacional dos setores dominados contribuiu para o processo que já começava a ocorrer desde o fim do Milagre de busca tanto por uma nova configuração das diversas frações da burguesia, quanto por uma redefinição do regime político e até da atuação do Estado. Este processo de redefinição dos projetos da burguesia também foi alimentada pelo temor da perda do controle político da sociedade.

No estado do Rio de Janeiro, o voto oposicionista ao regime foi desaguar em outro leito que não o do PMDB. No estado do Rio de Janeiro, um dos mais importantes da federação, a vitória foi dada ao Partido Democrático Brasileiro (PDT) de Leonel de Moura Brizola. Podemos entender que a população

⁶⁹³ Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professor efetivo do Departamento de História do Colégio Pedro II, e-mail: a080560@hotmail.com

do estado e da cidade do Rio de Janeiro tinham feito uma experiência com o governo pemedebista de Chagas Freitas.

A partir de 1985, o processo de transição entre o regime autoritário e o democrático ganhou um novo quadro visto que em janeiro daquele ano, consagrando a intenção burguesa de uma transição controlada e negociada “pelo alto”, o Colégio Eleitoral, órgão criado pelo regime empresarial-militar para a ratificação do nome do próximo general-presidente, dava a vitória a Tancredo Neves, que tomou posse no dia 15/03/1985, vindo a falecer 36 dias depois, sendo substituído pelo seu vice, José Sarney, que governou o país até 15/03/1989.

É também a partir de 1985, que ocorre o retorno das eleições diretas para o cargo de prefeito em todo o país e os novos prefeitos viram-se diante de uma disjuntiva de difícil resolução, pois se defrontaram com um modelo tributário e financeiro marcado pela centralização e concentração de recursos nas mãos do governo federal e, ao mesmo tempo, com as consequências de uma desaceleração do processo de crescimento econômico, agravada por uma crescente taxa inflacionária⁶⁹⁴ e, sobretudo, pela aguda recessão que se abateu no país entre os anos de 1981 a 1983, impactando fortemente o ingresso dos recursos monetários advindos de impostos e taxas.

Tal situação levou a que os governos municipais das grandes cidades passassem a depender das transferências não tributárias e/ou de operações de crédito negociadas com o governo federal. Outros elementos que contribuíram para esse processo de dependência financeira e subordinação política dos municípios ao governo federal foram a falta de transparência nos critérios de análise nos pedidos de empréstimos quanto também na imprecisão das atribuições de cada instância governamental nas prestações dos serviços públicos (BURGOS, 1992, p.9).

Com relação aos recursos não tributários, eles chegaram a representar, em 1987, 87,4% da receita municipal do país, sendo que um terço destes valores entre 1980 e 1987 correspondia aos repasses relativos à área da saúde (BURGOS, 1992, p. 21).

Em minha dissertação pontuei que o mandato de Saturnino Braga, primeiro prefeito eleito pelo voto popular na história da cidade do Rio de Janeiro, foi marcada por uma política ziguezagueante, na qual podemos perceber a busca por criar uma identidade própria, por construir uma autonomia política se afastando da visão populista que caracterizava o governo estadual de Brizola (a denominação de seu mandato como de uma “prefeitura socialista” é um dos muitos exemplos), o que o levou a construir um

⁶⁹⁴ As taxas de inflação passaram de **77,2%** em **1979** para **1782,9%** em **1989**, segundos dados da FGV. (negrito nosso) (SANTOS, 1994, p. 56)

isolamento com o próprio partido (PDT), com a Câmara de Vereadores e a bancada pedetista (a maior daquela instituição), com o próprio governo estadual e também com o federal.

Tal situação combinou-se com uma política de investimento na área da saúde, da urbanização em comunidades, ainda que em detrimento de manutenção do frágil equilíbrio orçamentário da cidade. (TEIXEIRA, 2014, p. 83; 86; 95; 109; 140-1 e 169)

Ao mesmo tempo, também aproximei este governo Saturnino Braga dos últimos governos que tentaram manter o modelo keynesiano-fordista na Europa, diante da crise desse modelo e que acabaram, inclusive, até exacerbando “as tentativas de controle e regulação estatais da economia, inclusive, como ele mesmo cita, impondo sobre os trabalhadores e movimentos populares “medidas de austeridade, políticas de renda e mesmo controle de salários e preços” (HARVEY apud TEIXEIRA, 2014, p. 38). Exatamente por não conseguirem dar conta de manter o que existia estabelecido dentro das políticas de proteção social e as contínuas demandas sociais que eram colocadas.

O mandato de Saturnino Braga acabou por ir acumulando gradativamente uma situação financeira cada vez mais fragilizada, que desembocou na opção por decretar a falência da prefeitura⁶⁹⁵ – que empurrou o movimento dos servidores municipais a deflagrar a greve de 162 dias que foi objeto de minha dissertação.

O governo recém eleito em 1988 (no marco da greve dos municipais) de Marcello Alencar não demorou a deixar claro que tinha dois objetivos principais, imediatamente buscar melhorar as condições financeiras da cidade, inclusive, aproveitando as mudanças tributárias e fiscais recém-criadas pela nova constituição, e contando com o apoio do prefeito em final de mandato, Saturnino Braga:

O futuro secretário municipal da fazenda, Eduardo Chuay, menciona a ajuda de Saturnino Braga em duas questões: o encaminhamento à Câmara dos Vereadores de uma mensagem de reajuste tributário e de entregar ao novo prefeito o IPLAN-Rio totalmente reestruturado como a empresa de processamento de dados do município. (BURGOS, 1992, p. 88-89)

O novo prefeito ainda não empossado Marcello Alencar interferiu com solicitações à prefeitura e à Câmara dos Vereadores para aprovarem ainda no mês de dezembro uma série de leis que visavam a reforçar o caixa do município (ibid., p. 85).

São as seguintes leis: nº 1.363 (que instituiu o IVVC – imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, excetuando o óleo diesel); a de nº 1.364 (que criava a taxa de inspeção sanitária, a contribuição de melhoria e o ITBI – imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direito a eles relativos, que deixava de ser da esfera estadual para a municipal), além

⁶⁹⁵ Em entrevista a nós concedida, o secretário de Planejamento municipal na época da “falência”, João Maia, admitiria que, apesar das dificuldades, Saturnino Braga poderia ter “barrigado a situação”. Nesse sentido, de acordo com João Maia, a decisão de Saturnino Braga, admitindo oficialmente a “falência”, foi em parte uma decisão política e que tinha como um de seus objetivos denunciar o tratamento populista que vinha sendo dispensado pela Câmara dos Vereadores e mesmo pela imprensa ao problema do aumento dos impostos municipais. Além disso, a administração municipal também acreditava que a declaração de “falência” pudesse ser interpretada como um corajoso ato de esclarecimento à opinião pública sobre a real situação financeira do município. (BURGOS, 1992, p. 81, nota de rodapé nº 52)

disso, esta mesma lei, no seu artigo 257, autorizava o prefeito a fixar mensalmente a UNIF (unidade de valor que balizava o IPTU e o ISS) e a lei nº 1.369 (que instituíra pagamento de taxas de licenciamento e fiscalização de obras realizadas em logradouros públicos). Todas essas leis derivam do novo modelo tributário estabelecido pela Constituição de 1988. (BURGOS, 1992, p. 25 e 85) (TEIXEIRA, 2014, p.133)

A outra questão fundamental foi acabar com a greve dos municipais e, ao meu ver, debelar, controlar, impedir novas greves, em particular dos setores mais expressivos, de impacto social e massivos, como a educação (o outro seria a área da saúde) se tornou uma preocupação constante no decorrer do mandato.

A postura de Marcello Alencar me parece emblemática de quando uma pessoa de carne e osso encarna em si mesmo toda uma construção histórica. Sua postura representa uma síntese da relação deste Estado burguês de fortes traços autoritários, da “ampliação restrita” que nos fala Fontes, absorveu para si as tensões próprias das diversas frações burguesas, mas mantém uma postura violenta, coercitiva sobre as demandas e mobilizações das classe dominadas.

Daquele Estado, que nos fala Fernandes, de aparência democrática, mas que existe para garantir a superexploração e os privilégios da burguesia plutocrática que se formou nesse país, que existe para garantir a “democracia dos iguais”, a democracia dos poderosos. Lógico que nessa conjuntura histórica estava se transitando de um regime mais claramente autoritário para um institucionalmente democrático, a “mão de ferro” teve seus limites na ação.

A temperatura na relação entre o novo prefeito e o movimento grevista foi ficando cada vez maior. O prefeito contava com um já certo desmonte da greve em função da influência política do PDT junto aos sindicatos e associações dos municipais, assim como buscava sedimentar um perfil confiável junto a burguesia e setores mais conservadores da sociedade.

Enquanto a categoria se armava para manter sua luta, o prefeito continuava trabalhando no sentido de reorganizar as finanças do município, conseguindo aprovar, por meio do poder legislativo municipal uma série de leis, entre elas, as leis nº 1.372 e nº 1.373 (Diário Oficial , 26/01/1989), que autorizavam o Poder Executivo a emitir e colocar no mercado Letras do Tesouro Municipal, com vistas ao atendimento das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, ao giro da dívida municipal e ao financiamento de planos e programas de ação (BURGOS, 1992, p.87).

Em sua faina de “sanear” as finanças do município, o prefeito ainda conseguiria aprovar na Câmara a lei nº 1.374 (D.O., 03/02/1989), na qual se assegurava, que após o período de congelamento de preços e salários devido ao Plano Verão, o valor da UNIF (UNIDADE FISCAL, índice que balizava tanto

o IPTU quanto o ISS) poderia ser revisto mensalmente por ato do poder Executivo, segundo a variação do Índice de Preços ao Consumidor, IPC. (ibidem, p. 87-88)

A assembleia do dia 10 de fevereiro apontou claramente para o desfecho que ocorreria no início do mês de março. Já no momento dos informes percebemos que o cerco se fechava sobre os grevistas. Ao mesmo tempo em que o sindicato tentava por vários caminhos fortalecer o movimento e dar sequência as suas principais deliberações (defender a promoção automática e o cumprimento da lei 1016/1987), o governo atacava em duas frentes.

Por um lado, anunciava um reajuste de 69,42%⁶⁹⁶ para os servidores a título de ser o índice possível a ser realizado naquele momento pela prefeitura e, por outro, anunciava sua proposta de calendário defendendo a terminalidade do ano letivo de 1988, ou seja, de garantir os 180 dias letivos a título de defesa da escola pública.

A assembleia do dia 27 de fevereiro evidenciava um momento no qual a categoria enfrentava um forte ataque do governo, já que este já havia exonerado um conjunto de diretores eleitos⁶⁹⁷, tinha enviado para a Câmara o projeto que extinguiu a Lei 1016/1987 e, dando sequência ao ataque aos serviços públicos e às condições de vida e trabalho dos servidores, cancelava o convênio com o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (IASERJ), fechando as portas daquela instituição de saúde aos servidores municipais e seus dependentes.

O governo municipal, ao fim e ao cabo, conseguiu aprovar a Lei 1.376, revogando a antiga Lei 1016, mas tal vitória não se deu de forma tranquila. A sessão que havia sido marcada para o dia 28 de fevereiro, em função da ação dos dirigentes e servidores municipais, que ocuparam os espaços interiores da Câmara, teve que ser prorrogada às pressas em uma sessão secreta, que só se encerrou já no dia primeiro de março, num processo objeto de várias denúncias de irregularidades⁶⁹⁸.

⁶⁹⁶ Matéria paga do SEPE/RJ divulgada pelo jornal O Dia, de 21 de fevereiro de 1989, denunciava que o IPC acumulado de setembro de 1988 a janeiro de 1989, sem incluir obviamente o índice de fevereiro, já alcançava o percentual de 250%. Esta mesma nota indica que o reajuste dado pelo novo prefeito (69,42%) reajustava os salários dos profissionais da educação ao que deveriam ser em setembro de 1988.

⁶⁹⁷ Segundo o professor Mário da Silveira, um dos membros do Comando de Greve, em entrevista concedida ao Jornal do Brasil em 02 de março, o total seria de 24 diretores exonerados da função. Já conforme pôde ser constatado na nota do cotidiano de 20 de março, esse total seria de onze diretoras exoneradas.

Também é digno de nota registrar que, na mesma entrevista, o professor Mário da Silveira informa sobre a demissão de 60 fiscais concursados da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU) no processo da greve.

⁶⁹⁸ Segundo matéria apresentada no Jornal do Brasil do dia 01 de março, os vereadores do PT, Guilherme Haeser e Chico Alencar, denunciaram que não havia o quórum exigido pelo regimento interno da Câmara para ocorrer a sessão secreta. O regimento solicitava que houvesse 22 vereadores e, apesar da lista de presença contar com 23 assinaturas, só 21 teriam votado. Segundo os parlamentares do PT, o vereador Aarão Steinbruch (Pasart) não compareceu à sessão e o vereador Américo Camargo (PL) se retirou. A sessão secreta foi transferida para a sala da liderança do PDT, porque os servidores presentes na Câmara invadiram o Salão Nobre impedindo que sessão ali se instalasse. Afora esse questionamento, os parlamentares petistas,

A nova lei estabelecia uma condicionante entre os futuros reajustes dos vencimentos com o resultado da arrecadação tributária do município. Contudo, não estabelecia nenhuma data-base e nenhum índice de percentual⁶⁹⁹. Afora essa questão, o artigo 7º desta lei obrigava o Poder Executivo a encaminhar à Câmara dos Vereadores projeto de lei dispendo sobre um plano de carreira, cargos e remuneração do funcionalismo, assim como um regime jurídico único (BURGOS, 1992, p.87).

Este novo Plano seria o que ficaria conhecido como o “Plano da Pirâmide” e que viria representar uma série de perdas em relação ao Plano que até então vigia para os professores. Fundamentalmente, iria estabelecer os limites de progressão por tempo de serviço dentro do funcionalismo municipal, que se tornaram vigentes, com algumas poucas alterações, a partir daí e representaram uma compressão nos níveis dos salários e um excedente a ser utilizado pela prefeitura em outras ações.

Aquela votação da derrubada da lei 1016 representou um golpe muito forte para o movimento, já cambaleante, para a categoria e, já para um setor de ativistas, uma avaliação que alimentaria o que eu chamarei de “quebra de confiança interna” na categoria. Um setor já sai dessa greve resignado ou tendente a não mais fazer outro movimento de tal envergadura. Isso se expressou principalmente no período final desta greve e também da de 1992. Uma parte da mesma se sentindo como que “traída” pelo setor mais recuado, em particular, pela forma como, muitas vezes, a saída da greve se deu pelas escolas, como podemos perceber no depoimento da professora A abaixo:

O quadro que vai sendo delineado a partir do encerramento do movimento grevista demonstra a continuidade de oferecimento de um serviço precário e uma política por parte do governo de não abertura para negociação. Paralelamente, como deixa claro Burgos (1992), o centro de intervenção do governo municipal no mandato de Marcello Alencar deslocou-se para o de obras, buscando com isso ganhar notoriedade e o apoio político junto à população:

Ocorre uma mudança importante no perfil dos gastos da prefeitura, pois o item de educação e cultura perde sua posição de principal consumidora dos recursos para o de habitação e urbanismo, cujas atividades-fim são quase todas realizadas por empresas e autarquias de administração indireta ou por empreiteiras contratadas pela Prefeitura (BURGOS., 1992, p. 58).

Outro dado é que os itens administração e planejamento e educação e cultura têm uma queda de 16,7% e 16%, respectivamente, o item saúde e saneamento tem um crescimento de apenas 7,4%, enquanto o item habitação e urbanismo cresce 91%. Houve um crescimento notável no item investimentos, elevando-se de um montante de Cr\$ 9.702 em 1988 para Cr\$ 23.806 em

junto a outros de oposição, denunciaram que a presidente Regina Gordilho convocara a sessão para analisar vetos do prefeito Saturnino Braga e não para votar a mensagem do prefeito Marcello Alencar. (TEIXEIRA, 2014, p. 150)

⁶⁹⁹ A relação estabelecida entre os possíveis reajustes dos vencimentos dos servidores com a arrecadação dos impostos evidenciam um embrião do que viria a ser estabelecido no governo FHC como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000). (vide página 229) (N.A.)

1989⁷⁰⁰, sendo que 67,2% deste total foram consumidos no subitem “investimentos em obras e instalações” (ibid., p. 49 e 56). (TEIXEIRA, 2014, p. 171)

Alternando para o ano de 1992, último ano do mandato de Marcello Alencar à frente da prefeitura, veremos que a política de ataque, coerção e truculência permaneceram, particularmente no momento da greve do não início do ano letivo.

A ata da primeira reunião da diretoria do sindicato do ano de 1992, é do dia 15 de janeiro. Nesta ata temos o informe da diretora Bluma Salomão de que a promoção automática já estava sendo implementada nos CIEPs e a discussão sobre a promoção havia ocorrido no ano anterior nos CIEPs que haviam implementado o método construtivista, porém a proposta do governo era estender o projeto para toda a rede⁷⁰¹.

A mesma diretora do sindicato denuncia o remanejamento entre o final do ano de 1991 e o início de 1992 dos professores considerados indesejáveis nos CIEPs, lembrar que a indicação de uma possível greve no início do ano letivo já existia na categoria desde o ano anterior o que nos leva avaliar se esta não foi uma ação preventiva do governo municipal para desarticular ou dificultar uma possível greve naquele conjunto de escolas que eram a projeto de governo.

A ata da reunião da diretoria de 28 de janeiro nos informa que os calendários de retorno dos profissionais de educação seriam os seguintes: rede municipal - apresentação em 03 de fevereiro e início das aulas em 06 do mesmo mês; rede estadual - apresentação em 24 de fevereiro e início com aulas no dia 09 de março. Há um entendimento que os governos, como estratégia contra um possível não início de ano letivo nas duas redes, acertaram entre si distanciar o retorno de duas redes, para dificultar a entrada em greve conjuntamente e, por prolongamento, enfraquecer o impacto político da ação da categoria sobre a sociedade e os respectivos governos. Esta reunião da diretoria tirou a política da diretoria a ser levada para ao conselho Deliberativo que ocorreria no dia seguinte, 29 de janeiro.

É nesta reunião de diretoria que se aceita de forma consensual a proposta publicitária apresentada pela empresa Terra Nova de se fazer a comparação dos salários dos profissionais da educação com o valor de bananas. Esta campanha salarial passará a história do sindicato e da categoria como a

⁷⁰⁰ Valores atualizados em 31/07/2018 para R\$147.501,08 e R\$23.365.680,69, corrigidos pelos índices IPC-A (IBGE) e IGP-M (FGV), respectivamente. (N.A.)

⁷⁰¹ Segundo matéria na página 2 do caderno Cidade do JB, de 25/10/1991, o Bloco Único significava o fim das séries no 1º segmento (CA até a 4ª série). O objetivo seria impedir que o aluno no processo de alfabetização tivesse seu processo barrado por reprovações neste período. Esta proposta seria implementada em 15 ou 20 escolas que apresentassem melhores rendimentos com a aplicação do método construtivista. Já na edição do JB de 21/08/1992 somos informados que tal projeto, que estava sendo implementado experimentalmente nos 71 CIEPS, e 9 escolas de horário integral, seria estendido para toda a rede.

“Greve da Banana” e, apesar de sua derrota, teve um impacto sobre a sociedade carioca e fluminense enorme e entra no imaginário da categoria. A próxima reunião da Diretoria ocorreu no dia 12 de fevereiro . A greve na rede municipal foi deliberada na assembleia de 05 de fevereiro com cerca de 3 mil profissionais da educação e marcada para se iniciar na 2ª feira, dia 10 de fevereiro, o dia em que oficialmente as aulas se iniciariam nesta rede. A nova assembleia do município seria no dia 24 do referido mês. A data para a entrada em greve do estado ficou para o dia 25 do mesmo mês.

Podemos dizer que esta foi uma greve que representou um “tour de force”, uma verdadeira “queda de braço” entre as forças do governo municipal e as da categoria e do sindicato. A quantidade de materiais que obtivemos na nossa pesquisa nos arquivos do sindicato, mostra que de dois a três dias novos materiais eram colocados na rua.

Houve uma verdadeira “guerra de liminares” entre a prefeitura e o sindicato, com este ganhando a suspensão da ação do governo de sustar o pagamento, porém, ao fim e ao cabo, a justiça acatou o procedimento do governo municipal de suspender o pagamento referente ao mês de fevereiro e que, ao final, levou a suspensão do pagamento para quase seis mil servidores, entre professores e funcionários, no mês de março.

Nesse processo de cabo de guerra entre a prefeitura e a categoria, mas uma vez, vemos a ação da burocracia no sentido de coagir, por dentro das escolas, os trabalhadores, com a visita de representantes dos DEC's para levantar o contingente de profissionais em greve e dar-lhes falta. Uma determinada fratura que já vinha do período final da greve anterior de 1988/1989, começou a ficar mais exposta, e esta experiência, teve consequências marcantes para o movimento dos profissionais da educação do município.

Houve inclusive a ocupação por algumas horas do andar da SME no prédio do Centro Administrativo na busca de pressionar o governo para encetar negociações no dia 10 de março, quando a greve já perfazia 33 dias.

No dia 18 de março, em assembleia na UERJ, foi suspensa a greve da rede municipal, greve que se prolongou por 38 dias e que não iniciou o ano letivo, que teria seu primeiro dia de aula no dia 10 de fevereiro. A greve foi considerada pela direção do movimento como sendo derrotada em função de ameaças de corte de ponto, exoneração e bloqueio de pagamentos.

Esse resultado, o de fortalecer a “quebra de confiança interna”, pelo que as falas indicam, saiu fortalecido, gerou, talvez pela ordem temporal, num primeiro momento um estranhamento entre os dois setores, a vanguarda, que resistiu até o final e o restante da categoria que refluiu antes. Parece que rompeu

determinados setores e escolas da possibilidade de novas ações coletivas. Por algumas falas entendemos que em um determinado número de escolas a divisão se cristalizou. Várias falas remarcam que não se teve a categoria mais tão unificada nas lutas seguintes, pelo menos até 2013.

Essa questão que eu chamo a atenção para o fracionamento interno, gerou por um lado um respeito muito grande pela direção e pela entidade por parte de um setor vanguarda que foi até o final – possivelmente a que não se desmoralizou de forma tão profunda -, e um rechaço bastante forte com relação ao restante da categoria. Este setor mais destacado da categoria volta suas baterias para o setor mais recuado, mais atrasado. Numa avaliação muito internista, que a meu ver, poupa o governo, que atuou o tempo todo para exatamente obter o fim do movimento:

Depois, como fruto da maturação dessas duas experiências negativas ocorridas no intervalo de quatro anos, e pela necessidade objetiva de se buscar continuar resistindo e lutando contra os ataques, a categoria, organizada em torno de seu sindicato, como fórum, espaço de debate, de se expor os conflitos e também de busca por formulações e política para a ação, acabou por construir outras formas de luta, que não a greve por tempo indeterminado.

Nesse aspecto, uma consideração final é a de que o governo Marcello Alencar combina em sua ação e reação uma síntese no que seria o comportamento estrutural de um governo burguês em um país capitalista dependente e periférico (uma “aparência” democrática, mas uma “essência” autoritária, oligárquica) conjugado ao conteúdo extremamente reacionário do ideário neoliberal e do projeto para implementação do mesmo em nosso país. Ao governo de “Executivo forte” que nos falava Fernandes, une-se a concepção de “cidadela” autoritária e excludente que nos diz Harvey.

Prevalece, portanto, o entendimento que o governo buscou primeiramente desmoralizar e derrotar politicamente a categoria para, em melhores situações, apresentar a sua versão das demandas provenientes dos setores. A isso se combinava uma política salarial, ao menos nos pisos dos docentes (visto que, a partir da lei 1680/1991, com a nova lógica de estrutura dos Planos de Carreira houve uma contração de níveis – de 6 para 4, em cada categoria funcional-, e steps – de 12% para em torno de 4%), que garantia sempre uma situação de menor corrosão diante da inflação do que o que padeciam os salários dos professores da rede estadual.

Quanto essas análises que imbricam a curva salarial com a questão da carreira funcional, que se expressava fundamentalmente na luta por um plano de carreira unificado da educação municipal, o trabalho de Junqueira e Muls (1997) é muito revelador.

Trabalhando com os valores salariais das pontas da carreira, na série histórica de 1979 a 1996 (do ano da primeira greve da categoria até o último ano da gestão César Maia, o sucessor de Marcello Alencar na prefeitura) ou seja, do professor-regente com formação somente no curso normal em início de carreira e com o professor-regente com licenciatura plena e 30 anos de trabalho, corrigindo todos os salários pelo valor em real em dezembro de 1996 e fazendo uma comparação entre os salários pagos na rede municipal do Rio de Janeiro e estadual, tal levantamento estatístico nos mostram dados reveladores

O primeiro deles, de que nesta série histórica, em que pese elevações conjunturais, na sequência, os professores municipais tiveram seus ganhos irremediavelmente rebaixados quase pela metade para o professor em início de carreira e a quase dois terços para o em final de carreira. Esta revelação demonstra o quanto o eixo dos gastos governamentais buscou se deslocar das políticas sociais para aquelas que abriam mais oportunidades de investimento para setores da burguesia.

Outro dado, que pode nos ajudar a referendar o prejuízo que significou na perspectiva da carreira a perda do plano de carreira alcançado em 1986 e reformulado em 1987, a relação entre a menor e a maior remuneração dos professores municipais se tornou muito menor do que a dos professores estaduais, exatamente a partir do ano em que o “Plano da Pirâmide” (Lei nº 1680/91) passou a vigor e mesmo após sua substituição pelo novo plano, agora específico para a educação municipal (Em 1992, a relação entre a menor e a maior remuneração entre os professores no município era de 2,16, enquanto que no estado era de 2,49; em 1989 – último ano de vigência do antigo plano de carreira -, era de 3,32 no município).

Nos anos seguintes, pela pesquisa de Junqueira e Muls a relação entre a remuneração inicial e a final só fez se comprimir ainda mais: 1993 – 1,94; 1994 – 1,85; 1995 – 1,49 e 1996 – 1,39. Este período corresponde ao primeiro mandato do César Maia, o que vem corroborar, diferentemente do que um setor da categoria acabou incorporando como memória, que este governante aprofundou o ataque aos salários dos professores. Em comparação com o estado, onde a estrutura do plano não foi fundamentalmente alterada, as relações foram, respectivamente: 1993 – 2,39; 1994 – 2,38; 1995 – 2,17 e 1996 – 2,07. (anexo XVII)

Para além das questões funcionais e salariais, temos a luta pela gestão democrática nas unidades escolares e o que percebemos de novo foi uma “queda de braço” entre a categoria e o sindicato, por um lado, e o executivo municipal, pelo outro. Este buscou, num primeiro momento retardar as eleições, prorrogando o mandato dos diretores (vide página 219), depois buscou alterar o processo colocando critérios mais restritivos aos candidatos e mesmo interferindo em processos eleitorais, como no caso do veto a chapa cujos integrantes não tinham cinco anos de magistério no município, mas os tinham no total

da experiência profissional, numa interpretação da própria lei, que era omissa neste ponto, obrigando a se buscar a justiça para garantir a posse.

Por fim, chegamos ao caso das ameaças de exoneração dos diretores que se colocassem publicamente e diante da SME a favor dos movimentos, fossem paralisações, fossem greves. A greve de 1992, foi emblemática neste sentido da pluralidade de ataques e ameaças à categoria, até porque representou, após a derrota da greve de 1988-89 um novo ápice da luta da categoria no município.

O governo utilizou de todas as formas para derrotar a greve, desde uma articulação com o governo estadual – a época ocupada pelo mesmo partido, o PDT, para separar o início do ano letivo da rede municipal da rede estadual, impedindo uma greve conjunta, fosse chegando ao limite da abertura de processos para exoneração do serviço público para participantes da greve, fosse ganhando na justiça o direito a suspensão do pagamento dos salários.

No entanto, o governo, ainda que tenha expressado claramente uma postura de truculência no trato com a categoria arrogando-se o direito de legislar e julgar, inclusive, naqueles momentos em que a mesma buscava lutar de forma coletiva, não coagiu apenas. Houve a construção de uma política limitada de concessões, não só nas questões salariais.

Por um lado, em termos econômicos, tivemos a conjugação por parte da prefeitura de buscar manter, pelo menos no piso da categoria docente, uma situação menos corroída do que no estado, ao mesmo tempo, que impôs e manteve sua lógica de plano de carreira, comprimindo a tabela dos vencimentos.

As concessões de ordem não financeira foram muito limitadas, basicamente, percebemos duas: a concessão de se garantir de 15 em 15 dias um dia para as reuniões pedagógicas dentro das escolas e a realização do convênio entre a UERJ e o SME, de nº 07/054719/89, que redundou na criação do CPM-UERJ (Curso de Pedagogia-Magistério de 1ª a 4ª séries do 1º grau).

Em primeiro lugar podemos dizer que o curso CPM-UERJ, teve um alcance limitado e não deixou de atender, primeiramente, ao interesse do governo em relação a busca de melhores resultados de sua política educacional, em particular, a relacionada com o Programa Estadual de Educação (PEE), lançado em 1984 pelo governo Leonel Brizola.

Mas, a sua existência, o fato de que o ingresso se dava por um vestibular específico e a qualidade que o curso ganhou ajudavam a construir o aspecto ilusório das oportunidades “por dentro da ordem”, sem a necessidade de lutar para garantir melhorias nas condições de vida e trabalho.

As pesquisas mostraram que, perante a opinião pública o prefeito Marcello Alencar chegou ao final do mandato com um percentual de boa avaliação em torno de 76%, em muito superior ao do governador Brizola que apresentava uma apreciação favorável de 57%.

No conflagrar das armas da prefeitura e do sindicato, consequências existiram. Primeiramente, diante dos limites curtos que o sindicato tinha em termos estruturais, financeiros e humanos, ele muito conseguiu realizar, em particular, quando do confronto representado pela “greve da banana”. Todos os recursos foram utilizados, mas não foram suficientes para derrotar o governo.

Ao fato da categoria ter demorado três anos para, graças em grande medida pela ação da direção e da militância sindical, ter conseguido se reerguer para construir uma nova greve por tempo indeterminado e ter, de novo, uma nova derrota, agregou-se as dificuldades por parte da entidade e das pessoas de carne e osso que a representavam ter conseguido alcançar a categoria em sua inteireza ou pelo menos em sua maioria, para conseguir construir, ainda que com diversas inflexões na mesma, um processo de balanço das experiências que evitassem a construção de um trauma coletivo, uma fissura interna na categoria bastante profunda e a perda concreta de uma parte da categoria para a perspectiva de luta coletiva, qualquer que fosse.

A “quebra da confiança interna”, foi fruto de uma experiência muito concreta da categoria. Os que se envolveram nas duas greves e, em particular, na de 1992, quando os militantes aguentaram até o final e sofreram as consequências por isso, tiraram suas conclusões acertadas ou não. Por falta de uma discussão mais articulada, o entendimento de um amplo setor da vanguarda foi de que a greve foi derrotada “de dentro” pelo setor “covarde, sem pulso” e não pelas ações violentas construídas desde 1989 sobre a categoria que o governo utilizou a exaustão. A frase “nunca mais faço greve”, pelo que parece, tornou-se um bordão.

Porém, o governo não conseguiu uma coisa, ele não conseguiu destruir o sindicato, que conseguiu sobreviver ao vendaval que foi o governo Marcello Alencar e que também foi o segundo mandato do governo Leonel Brizola. Ainda que tecendo críticas a entidade e a sua direção, o grosso da vanguarda que sofreu os golpes das greves teve um entendimento de que o sindicato cumpriu o seu papel e se manteve, ainda que golpeada e traumatizada, em sua defesa e ao seu lado.

Em função da necessidade de continuar a resistir ao vendaval neoliberal que assolou e assola nosso país, a categoria e o sindicato tiveram que encontrar um ponto de chegada e de partida e o que acabou se constituindo como uma síntese de todo este processo foi a postergação por parte da categoria da utilização da tática da greve por tempo indeterminado (que teve que esperar quase duas décadas, uma

nova conjuntura nacional e uma renovação geracional para voltar a ser utilizada) e a utilização do recurso a paralisações e greves de, no máximo, sete dias. Este foi o novo limite que a experiência e a vivência da categoria conseguiu construir para todo um período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIVO JORNAL DO BRASIL. <http://hemerotecadigital.bn.br/jornal-do-brasil/030015>.
- AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOITO Jr, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica marxista*. São Paulo, n. 3. Brasiliense, 1996.
- BOITO Jr, Armando. A Hegemonia neoliberal no Governo Lula. *Crítica marxista*. São Paulo, n. 17. Brasiliense, 2006.
- BOITO Jr, Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, 683.
- BURGOS, Marcello Tadeu Baumann. *A “Falência” da prefeitura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1992. 94 p. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim*. 1ªed. São Paulo: Xamã, 2000.
- COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã, 2012.
- ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. <http://www.socialismo.cjb.net>.
- FAUSTO, Bóris. *História concisa do Brasil*. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975a.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro Zahar editores, 1975b.
- FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006.
- FRANÇA, Teones Pimenta de. Sindicalismo no Brasil e estrutura sindical (1978-1997): rupturas e continuidades. *Lutas e Resistências*. Londrina, n. 2, 1º sem. 2007.

- FONTES, Virgínia. *Reflexões impertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Bom Texto Editora e Produtora de Arte Ltda., 2005.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. (v.2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. (v.3: Maquiavel. *Notas sobre o Estado e a política*). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos; o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.
- JUNQUEIRA, Célia e MULS, Leonardo. O Processo de pauperização docente. *Revista Semestral Temática de Ciências Sociais e Educação*, Rio de Janeiro IEC, nº 2, set/1997.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 9. reimpr.. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1984.
- LIMA, Júlio César França & NEVES, Ilúcia Maria Wanderley (orgs.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, 2ª reimpr.
- LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTINS, André S. e NEVES, Lúcia M. W. (org.). *Educação Básica: tragédia anunciada?*. São Paulo: Xamã, 2015.
- MASSON, Máximo A. Santos. *Magistério e Sindicalismo*. a trajetória do centro dos professores do rio de janeiro. Rio de janeiro, 1988. Dissertação (mestrado em sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MATTOS, Marcello Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos. Rio de janeiro (1985/1988)*. Rio de Janeiro: Vício da leitura, 1998.
- MIRANDA, Kênia. *A organização dos trabalhadores em educação sob a forma-sindicato no capitalismo neoliberal: o pensamento pedagógico e o projeto sindical do SINPRO-Rio, da UPPE e do SEPE-RJ*. Niterói, 2005, dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal Fluminense.
- MIRANDA, Kênia. *As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT*. Niterói, 2011, tese (doutorado em história) – Universidade Federal Fluminense.

- NOVACK, George. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Fundamentos para Elaboração do Currículo Básico*. Rio de Janeiro, 1991.
- RIBEIRO, Darcy. *O Livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.
- RUMMERT, Sonia Maria. *Educação e identidade dos trabalhadores; as concepções do capital e do trabalho*. São Paulo / Niterói: Intertexto, 2000.
- SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 11ª reimpr.
- SANTOS, Jaílson A. *Os governos do estado do Rio de Janeiro e o financiamento do ensino fundamental: as mudanças sem diferença (1980-1989)*, Rio de Janeiro, 1994. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1994.
- SOUZA, Mário Luiz de. *Imprensa e hegemonia: como a Folha de São Paulo trabalhou a reforma educacional do primeiro governo FHC*. Niterói. 2002. 241 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- SOUZA, Mário Luiz de. *As letras e o consenso: burguesia, educação, imprensa e hegemonia*. Niterói. 2010. 361 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- TEIXEIRA, Albano Luiz Francisco. *Greve geral dos servidores públicos municipais do Rio de Janeiro: luta de classes no processo de implantação da política neoliberal no município do Rio (entre 1987 e 1989)*. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
-